



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2145

Quinta-feira - 15 de Dezembro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Gaspar	350	Passos Maia	691
Alto Bela Vista.....	12	Governador Celso Ramos	358	Penha.....	696
Antônio Carlos	15	Grão Pará	359	Petrolândia	698
Arabutã	16	Guaraciaba	363	Pinheiro Preto	699
Arroio Trinta.....	17	Guaramirim	364	Pomerode.....	700
Balneário Rincão	27	Guarujá do Sul	371	Ponte Serrada	732
Barra Bonita.....	28	Ilhota	374	Porto União.....	734
Barra Velha.....	32	Imbituba	375	Pouso Redondo.....	735
Benedito Novo	35	Indaial.....	380	Presidente Nereu.....	762
Biguaçu	37	Ipumirim	381	Princesa	767
Blumenau	39	Irineópolis	386	Rio do Sul.....	773
Bom Jesus do Oeste	75	Itá	388	Santa Rosa do Sul	787
Bom Retiro	76	Itapiranga.....	409	Santiago do Sul.....	788
Botuvera.....	77	Itapoá	411	São Bento do Sul.....	802
Braço do Trombudo	82	Jacinto Machado	414	São Carlos	811
Brunópolis	83	Jaraguá do Sul	416	São Cristóvão do Sul.....	812
Brusque.....	85	Joaçaba	438	São Domingos.....	816
Caçador.....	99	Lacerdópolis.....	450	São João do Oeste	822
Camboriú.....	131	Lages	451	São João do Sul	823
Campo Alegre	132	Laguna	455	São José.....	827
Campo Erê.....	143	Lajeado Grande.....	461	São José do Cedro.....	831
Campos Novos.....	144	Lauro Muller	465	São Lourenço do Oeste.....	832
Canelinha	148	Lebon Regis.....	472	São Miguel do Oeste.....	833
Canoinhas.....	149	Leoberto Leal.....	473	São Pedro de Alcântara.....	834
Capinzal	154	Lindóia do Sul	486	Schroeder	835
Catanduvas.....	163	Luzerna	489	Seara	845
Celso Ramos.....	166	Mafra	494	Serra Alta	848
Chapadão do Lageado	168	Maracajá	497	Sombrio.....	943
Chapecó	169	Maravilha.....	498	Sul Brasil	945
Cocal do Sul.....	287	Marema	500	Timbé do Sul	947
Concórdia	288	Massaranduba.....	503	Timbó	948
Cordilheira Alta	293	Meleiro	504	Três Barras	956
Coronel Freitas.....	296	Modelo	505	Tunápolis.....	962
Correia Pinto.....	297	Mondaí.....	507	Turvo	964
Corupá	306	Monte Carlo	512	União do Oeste	965
Curitibanos	308	Navegantes.....	515	Urussanga	969
Dionísio Cerqueira	310	Nova Trento	525	Vargem Bonita	970
Ermo	312	Novo Horizonte	539	Videira.....	971
Flor do Sertão.....	313	Orleans	540	Xanxerê.....	977
Forquilha.....	317	Ouro	541	Xavantina	981
Fraiburgo.....	322	Palhoça	636	Xaxim.....	983
Frei Rogério	339	Palma Sola.....	655		
Garopaba.....	340	Papanduva.....	659		
Garuva	347	Paraíso	690		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2145

Quinta-feira - 15 de Dezembro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Associações

AMAUC..... 984

Consórcios

ARIS 992

CIDEMA..... 992

CIGA 997

CIMCATARINA..... 999

CIMVI..... 1001

CIS/AMAUC..... 1002

Consórcio Integrar..... 1006

Consórcio Lambari..... 1009

Editais de Notificação

Aurora 1013

Botuverá..... 1026

Garuva 1045

Guaramirim..... 1060

Ipumirim 1113

Itapoá 1130

José Boiteux 1177

Meleiro 1202

Nova Trento 1206

Papanduva..... 1246

Porto Belo..... 1250

Schroeder 1310

Siderópolis..... 1348

Três Barras 1369

Turvo 1371

União do Oeste 1402

Xaxim..... 1415

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 107/2016

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 107/2016 DE 13/12/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI ME estabelecida na Rua Duque de Caxias nº537 sala G4-01, CNPJ n. 22.798.043/0001-05, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Alexandre Caldeira, brasileiro, solteiro, portador do CPF n. 033.034.619-96 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para execução de faixas elevadas em ruas diversas no município de Água Doce, em decorrência do Processo Licitatório n. 66/2016 na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 9/2016 do tipo menor preço global, em regime de empreitada por preço unitário, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto desta licitação trata-se da realização de despesa pública para execução de faixas elevadas em ruas diversas no município de Água Doce, conforme item abaixo relacionado:

Item n. 01 – Execução de faixas elevadas em ruas diversas no município de Água Doce, conforme projetos técnicos de engenharia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 – O prazo para o início da execução da obra será a partir da data da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) emitida pelo Município de Água Doce, e o prazo para a conclusão da obra é de acordo com o cronograma físico-financeiro, 30 (trinta) dias contados a partir da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) .

2.2 – Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.3 – A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

2.4 – O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

2.5 – A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto do presente Contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia aprovado para a obra, bem como de conformidade com o Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 9/2016 e os respectivos anexos, e a Proposta que

apresentou e teve aceita neste certame licitatório, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente Contrato, como se aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos.

2.6 – O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Água Doce, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.7 – Os serviços serão executados sob a forma de empreitada por preço global, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas as normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1 – A Prefeitura Municipal de Água Doce pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados, de acordo com os preços correspondentes, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 159.386,12, sendo com custos e despesas R\$ 122.918,57, custo com pessoal de R\$ 23.907,92 e margem de lucro bruto de R\$ 12.559,63.

3.2 – Cada pagamento corresponderá:

- a) medições provisórias, cumulativas e medição final dos serviços, procedidas de acordo com as instruções para os serviços de medição de obras vigentes;
- b) as medições serão feitas a cada 30 (trinta) dias, exceto a inicial e a final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias;

3.3 – Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização desta Municipalidade.

3.4 – As medições serão elaboradas pelo Setor de Engenharia desta Municipalidade, por solicitação através de ofício da Contratada com pelo menos três dias úteis de antecedência ao vencimento da parcela, que se dará em conformidade com os procedimentos a seguir descritos:

- a) A medição será na totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos, correspondentes a uma medição.
- b) Após o recebimento do ofício solicitando a liberação da parcela, o Técnico Responsável desta Municipalidade procederá a vistoria na obra verificando a execução dos serviços previstos e executados. O fiscal encaminhará a solicitação de pagamento em formulário próprio, devidamente preenchido acompanhado da respectiva fatura da parcela, sendo encaminhada para emissão do “de acordo” da fiscalização desta Municipalidade.
- c) Caso a fiscalização venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à Contratada, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.
- d) O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade. Em outras palavras: se eventualmente a proponente vencedora não cumprir com as metas de realização da obra – conforme previsão dos anexos

integrantes do presente edital, o Município realizará o pagamento proporcional, relativamente à quantidade prestada.

e) A quantidade/mês de serviços prestadas, será igual à totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos; ressalvando-se que a obra deverá ser prestada, dentro do prazo de 06 (seis) meses.

f) A aprovação da medição se dará com o certificado do fiscal da obra no verso da fatura devidamente assinado e datado.

g) O encaminhamento de documentação referente à obra, será de acordo com 8.11.19, deste Contrato.

h) O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, de acordo com o cronograma físico-financeiro, constante no Anexo IV, do edital, mediante apresentação das medições correspondentes e a respectiva nota fiscal. Os pagamentos somente serão liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora proponente vencedor, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências; mediante apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas a matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, bem como a CND (Certidão Negativa de Débito) da obra, sob pena de retenção e regularização de parte da contratante, com respectivo desconto nos pagamentos. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários será observado o que dispõe a legislação vigente. Junto com a última fatura da obra, a empresa deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula da obra. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...)."

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1 – 11.1 – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do trânsito.

5.2 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.3 – As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta dos recursos orçamentários:

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.045 – Manutenção do Departamento de Trânsito

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0012/146 – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.03.0012/184 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante:

§ Advertência;

§ Multa de 10% sobre o valor da proposta;

§ Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;

§ Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

§ Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA não poderá subempreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Municipalidade. Na eventualidade de subcontratação, a contratada responderá diretamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e contratuais perante o Município de Água Doce, independente da origem ou da razão das responsabilidades. Na subcontratação, a contratada deverá exigir e apresentar ao Município todas as condições inerentes à habilitação no certame que deu origem a este contrato, como se a subempreiteira interessada nele fosse.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.4 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.5.1 – Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.6 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.7 – A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.8 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.9 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.10 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.11 – São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

8.11.1- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.11.2 – Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.11.3 – Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.11.4 – Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.11.5 – Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.11.6 – A Contratada se obriga a fornecer as “ARTs” complementares.

8.11.7 – Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da

fiscalização da contratante.

8.11.8 – Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.

8.11.9 – Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.11.10 – Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.11.11 – Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.11.12 – Entregar, após a conclusão da obra, e antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o “as built”- Como Construído, isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizerem necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação, no caso de haver alterações.

8.11.13 – Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil (“... o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo).

8.11.15 – Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da obra no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.11.16 – A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.

8.11.17 – A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.11.18 – Anteriormente ao início da execução da obra, providenciar o alvará municipal da obra, junto a Secretaria de Administração, e apresentar à Municipalidade, sempre que solicitado.

8.11.19 – Encaminhar Relatório/ Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Fiscalização de Obras Públicas, na Secretaria de Administração do Município de Água Doce, localizada na Praça João Macagnan, n.322, Centro, Água Doce- SC, a cada 30 (trinta) dias.

8.11.20 – A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar elementos habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;

b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a

cometer no desempenho de suas funções, podendo o Contratante solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente;

c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

d) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município de Água Doce por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Água Doce;

e) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

f) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

g) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 – Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços pela Secretaria de Obras.

9.2 – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 – Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 – Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

10.3 – Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito à esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 – A fiscalização da obra será efetuada por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se

fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

11.2 – A fiscalização se efetivará no local da obra.

11.3 – A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

11.4 – O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

11.5 – Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

11.6 – A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

11.7 – Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND do INSS referente à obra objeto deste edital, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.7.1 – Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

11.8 – Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 9/2016, Processo Licitatório n. 66/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

13.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 – O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

14.3 – E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce, SC, 13 de dezembro de 2016
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDRE CALDEIRA
Prefeito Municipal Alexandre Caldeira Eireli ME
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº106/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 106/2016 DE 05/12/2016

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, CONCRETOS ÁGUA DOCE LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 00.334.470/0001-91, estabelecida na Avenida Independência, 1832, Centro, Água Doce – SC, neste ato representada por GERALDO LUIZ PIAIA, portador do CPF nº. 460.956.249-91, residente e domiciliado no município de Água Doce, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços para instalação de alambrado na Garagem de Máquinas da Prefeitura de Água Doce, localizada na SC 150 – perímetro urbano, com aproximadamente 520 metros lineares.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – Das condições de entrega – os serviços deverão ser iniciados em no máximo 48 horas após a emissão da Autorização de Fornecimento. O prazo para conclusão da instalação será de 20 dias após início dos serviços.

2.2 – É de responsabilidade da contratada o transporte de equipamentos e funcionários até o local onde serão executados os serviços, inclusive sem custo para ao contratante

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 – As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade

17 – SECRETARIA DE URBANISMO
01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO
2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/151 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 – Os recursos financeiros são recursos orçamentários do

orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – O preço pago será o descrito na cláusula primeira deste e o valor total do contrato é de R\$ 20.020,00 (vinte mil e vinte reais) incluindo-se tributos e demais custos para e com da empresa contratada, conforme especificado abaixo:

5.2 – Os pagamentos serão efetuados em até 48 horas após conclusão dos serviços.

5.3 – 12.2 – Na hora do pagamento a empresa deverá apresentar juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar certidões negativas, demonstrando sua regularidade junto aos órgãos fazendários e fiscais.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

6.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7.1 – Dos Prazos de Vigência – Os serviços deverão ser iniciados em até 48 horas após emissão da autorização de fornecimento. O prazo do contrato será até 31/12/2016.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

8.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.3 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

8.4 – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

8.5 – Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

8.6 – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.

II – Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

III – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 – À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato terá vigência até 31/12/2016, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços e materiais já fornecidos, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

11.2 – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

12.1 – Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 49/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

13.1 – Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecendo aos limites legais permitidos.

13.2 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.2 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.3 – E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce, SC, 05 de dezembro de 2016

NOVELLI SGANZERLA
Prefeita Municipal Concretos
Contratante

GERALDO LUIZ PIAIA
Água Doce Ltda ME
Contratada

TESTEMUNHAS :

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

ERRATA AO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 41/2015

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

ERRATA AO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº41/2015

No quarto termo aditivo ao contrato nº41/2015 publicado em 25/11/2016 edição 2130, a cláusula primeira passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reprogramado o valor do contrato de R\$ 250.599,45 para R\$ 250.210,58, conforme laudo técnico de engenharia em anexo.

Publica-se na forma de costume:

Água Doce, 13 de dezembro de 2016.

Novelli Sganzerla
Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 003/2016

GABINETE DO PREFEITO
Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre os procedimentos para o encerramento contábil do exercício financeiro de 2016 para os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo do Município.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Ficam estabelecidos os procedimentos que devem ser observados por todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo do Município em relação ao encerramento contábil do exercício de 2016.

Parágrafo único. A não observância do disposto nesta Instrução Normativa implicará na responsabilidade dos agentes que deram causa.

CAPÍTULO II DOS INVENTÁRIOS

Seção I Elementos Patrimoniais que devem ser Inventariados

Art. 2º. Até 30 de dezembro de 2016 devem estar concluídos os inventários relativos:

I – às contas bancárias;

II – aos estoques de materiais e de bens móveis e imóveis;

III – aos créditos a receber da União, Estados e entidades locais;

IV – tributos, dívida ativa, créditos e passivos não tributários;

V – a contratos de prestação de serviços e fornecimento de produtos e bens em execução;

VI – contratos de parcelamentos e dívidas de longo prazo em execução;

VII – restos a pagar.

Seção II Do inventário das contas bancárias

Art. 3º. Em até 20.12 a Unidade Central de Controle Interno solicitará às agências bancárias a relação de todas as contas bancárias nos CNPJs do Município e as correlacionará com as registradas na Contabilidade.

Art.4º. Os saldos em contas bancárias nos razões contábeis devem ser iguais aos respectivos extratos bancários e ao boletim diário de bancos em 31.12.2016.

Parágrafo Único. Salvo eventuais cheques a compensar nenhuma outra operação poderá ser registrada em conciliação bancária, sendo as diferenças encontradas escrituradas na contabilidade para efeitos de transparência patrimonial até que o saldo do razão e extrato bancário estejam iguais.

Seção III Dos Inventários de Estoques de Materiais e de Bens Móveis e Imóveis

Art. 5º. Os inventários serão realizados por comissão especial ou permanente, respeitando-se o princípio da segregação de funções.

§ 1º. As diferenças apuradas em inventários de materiais e patrimônio devem fazer parte da ata de encerramento de inventário e, eventuais diferenças, apuradas em processo administrativo próprio.

§ 2º. Os valores de estoque de materiais e de bens do patrimônio devem ser correlacionados com os valores registrados na Contabilidade.

Seção IV

Dos Inventários dos Créditos a Receber da União, Estados e Entidades Locais

Art. 6º. As Secretarias e unidades administrativas que possuam convênios, acordos, ajustes ou congêneres, com a União, Estado ou entidades locais, em vigência até 31.12.2016, com valores a pagar ou a receber, ou, ainda, que careçam de prestações de contas, devem disponibilizar as informações à Contabilidade para registro e conferência.

Seção V

Dos inventários Referentes aos Tributos, Dívida Ativa, Créditos e Passivos Não Tributários

Art. 7º. Todas as Secretarias e Unidades Administrativas que controlem e/ou tenham sob a sua responsabilidade créditos a pagar e a receber de natureza não tributária devem repassar à Contabilidade os saldos atualizados até 30.12.2016.

Art. 8º. O Setor Tributário atualizará os créditos a receber de tributos e dívida ativa, parceladas ou não, conforme a expectativa de realização em curto e longo prazo, e disponibilizará as informações à Contabilidade para registro e conciliações.

Art.9º. A Procuradoria disponibilizará à Contabilidade informações sobre os processos que o Município faz parte e que digam respeito à cobrança de tributos, créditos não tributários, passivos e obrigações, inclusive os precatórios e respectivos regimes de pagamento, e as contingências que possam representar a curto ou longo prazo descaixe financeiro para o Município.

Seção VI

Dos Inventários de Contratos de Prestação de Serviços e Fornecimento de Produtos e Bens em Execução

Art.10. As Secretarias e respectivas unidades administrativas farão inventário e informação à Contabilidade os contratos que estejam em execução em suas Pastas até 31.12.2016, ou que a execução ultrapasse a essa data, para efeito de registro contábil e conciliação.

Parágrafo único. Deverão constar as seguintes informações referentes aos contratos:

I – vigência;

II – fornecedor;

III – objeto;

IV – valores iniciais, atuais, executados e a executar.

Seção VII

Dos inventários de Contratos de Parcelamentos e Dívidas de Longo Prazo em Execução

Art.11. As Secretarias disponibilizarão informações à Contabilidade sobre contratos de longo prazo que estejam sob a sua gestão, informando:

I – credor;

II – objeto;

III – valor atualizado da dívida, individualizando encargos financeiros pré-fixados e pós-fixados;

IV – parcelas totais, parcelas amortizadas e faltantes a amortizar.

Seção VIII

Dos Inventários de Restos a Pagar

Art. 12. As secretarias realizarão inventário físico dos empenhos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores e pendentes de liquidação ou pagamento até 30.12.2016 e disponibilizarão à Contabilidade para fins de conciliação contábil.

Parágrafo único. Os restos a pagar não processados até 30.12.2016 serão cancelados, salvo se relacionar à execução de serviço ou obra com recursos vinculados cuja disponibilidade financeira esteja disponível.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS RELATIVOS À DESPESA

Art. 13. Todas as obrigações relativas a contratos ou produtos entregues até 31.12.2016 deverão ser empenhadas e liquidadas.

Art. 14. As obrigações de despesas cujos valores não possam ser liquidados até o encerramento do exercício e que pertençam por sua competência a 2016 devem ser reconhecidas em variações patrimoniais diminutivas e empenhadas, utilizando-se o estágio da despesa em liquidação.

Art. 15. As transferências financeiras cuja competência seja o exercício de 2016 e que não foram pagas, vencidas ou não, devem ser reconhecidas em variações patrimoniais diminutivas e, no passivo circulante, em conta de atributo financeiro.

CAPÍTULO IV

PROCEDIMENTOS DE ENCERRAMENTOS CONTÁBEIS

Seção I

Correlações Contábeis Obrigatórias

Art.16. Após os inventários de que trata o art. 3º de todas as entidades contábeis se procederá às conferências e correlações contábeis em cada uma das entidades que consolidarão os balanços no Município.

§ 1º. São correlações contábeis mínimas e obrigatórias em cada entidade contábil:

I – todos os inventários de que trata o art. 3º com o balancete contábil de verificação em 31.12.2016;

II – balancete da receita e da despesa com o grupo 5 e 6 do balancete contábil;

III – leis e decretos de abertura de créditos adicionais com o balancete da despesa e balancete contábil de verificação;

IV – saldo da conta 82111 igual à diferença entre o ativo e passivo financeiro da entidade;

V – o saldo do grupo de contas 7211 diminuído do saldo da conta 82114 deve ser igual ao saldo do grupo de contas 111 – caixa e equivalente de caixa;

VI – a soma dos saldos das contas de 82111, 82112 e 82113, somados, devem possuir saldo igual à soma do saldo do grupo Caixa e Equivalente de Caixa e os créditos financeiros no Ativo Circulante com atributo “F”.

§ 2º. A Contabilidade deve realizar outras correlações contábeis além das referidas no parágrafo anterior, de forma a assegurar a correção e transparência das informações.

Seção II

Das Consolidações Das Demonstrações Contábeis

Art. 17. Realizados os inventários e as correlações contábeis, cada entidade gerará suas demonstrações e notas explicativas preliminares para efeitos de consolidação no município.

§ 1º. As demonstrações contábeis preliminares serão enviadas ao Poder Executivo por todos os órgãos e entidades, inclusive o Legislativo e os consórcios públicos que o Município fizer parte, até o dia 16 de janeiro de 2017, para efeitos de consolidação.

§ 2º. Após a confirmação de correção das informações para efeitos de consolidação por parte da contabilidade do Poder Executivo, as entidades e órgãos poderão gerar suas demonstrações e notas explicativas definitivas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.18. Cabe à Unidade Central de Controle Interno acompanhar o cumprimento desta Instrução Normativa e emitir certificado de auditoria sobre as demonstrações contábeis de cada entidade, assim como, também, bem como das demonstrações contábeis consolidadas.

Art.19. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce (SC), 13 de dezembro de 2016.

Novelli Sganzerla
Prefeito Municipal

Cármem Lúcia Piccoli Nichetti
Coordenadora do Sistema de Controle Interno

PORTARIA 288/2016

PORTARIA Nº 288/2016 de 14 de dezembro de 2016

“DELEGA PODERES A SERVIDORES MUNICIPAIS JUNTO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Fica conferido delegação de atribuições junto ao Fundo do Sistema Municipal de Assistência SIMA - CNPJ nº 23.892.841/0001-56, para as servidoras JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTTO, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 845.795.799-68 ocupante do cargo efetivo de Contador, matrícula 105, como Presidente do Fundo do Sistema Municipal de Assistência, e a servidora MARIA TERESA MACCAGNAN CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 044.683.349-59, matrícula nº 1160, como tesoureira, para representa-la junto as instituições financeiras, com poderes específicos de:

I- Solicitar saldos e extratos;

II- Sustar/Contraordenar cheques;

III- Cancelar Cheques;

IV- Baixar Cheques;

V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;

VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;

VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;

VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;

IX- Emitir comprovantes;

X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;

XI- Abrir contas de depósito;

XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;

XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;

XIV- Autorizar aplicações financeiras;

XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;

XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;

XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;

XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;

XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XX- Encerrar contas de depósito;

XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;

XXII- Requisitar talonários de cheques;

XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;

XXIV- Emitir cheques;

XXV- Retirar cheques devolvidos;

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 14 de dezembro de 2016

Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan Danguir
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 289/2016

PORTARIA Nº 289/2016 de 14 de dezembro de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária ROSA MARIA CORDEIRO, inscrita sob CPF nº 636.183.469-72, funcionária efetiva no cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza, a partir de 14/12/2016 a 23/12/2016, referente ao período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 14 de dezembro de 2016

Novelli Sganzerla
PrefeitoCamila Raquel Macagnan Danguì
Diretora Dpto de Recursos Humanos**PORTARIA 290/2016**

PORTARIA Nº 290/2016 de 14 de dezembro de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária MARILUCY SARE KUSMANN, inscrita sob CPF nº 023.802.499-70, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, a partir de 14/12/2016 a 23/12/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 14 de dezembro de 2016

Novelli Sganzerla
PrefeitoCamila Raquel Macagnan Danguì
Diretora Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2297 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas férias regulamentares aos Servidores Públicos Municipais em Cargo de Provimento em Comissão, conforme abaixo relacionado:

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
664	FERNANDA S. KARTABIL	22/12/2015	21/12/2016	14/12/2016	28/12/2016
750	ALINE MONICA LOHMANN	18/06/2016	17/06/2017	14/12/2016	28/12/2016

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 13 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2298 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005; e

Considerando o estado gravídico devidamente comprovado da servidora abaixo indicada;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o contrato de trabalho da Sra. JULIANA MARIA BALDASSO, matrícula 769, do cargo de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA – SUPERIOR – 20 HORAS SEMANAIS, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A prorrogação ora realizada, dar-se-á até 30 de junho de 2017 ou até o final da licença maternidade, mas podendo sofrer nova prorrogação a fim de cumprir a estabilidade provisória decorrente de sua gravidez.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Art. 2º do decreto nº. 2143 de 10 de fevereiro de 2016 e disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 13 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2299 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E ESTÁGIO PROBATÓRIO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do inciso VIII do artigo 99 da Lei Orgânica Municipal, artigos 188 e seguintes da Lei Complementar nº 011 de 10 de janeiro de 2005, artigo 7º da Lei Complementar nº 013 de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a comissão permanente de avaliação periódica de desempenho e eficiência dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, e do Estágio Probatório, para a qual são designados os seguintes membros:

I — Cassiano Martinazzo - Presidente;

II -- Marcelo Contessotto – Secretário;

III – Marcos Dahmer – Membro.

Art. 2º. Além dos membros da comissão, nomeados no artigo anterior, participará das respectivas avaliações, mediante prévia convocação realizada pelo presidente da comissão, o servidor avaliado e o chefe imediato do mesmo.

Art. 3º. As atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão são aquelas definidas nos artigos 188 e seguintes da Lei Complementar nº 011 de 10 de janeiro de 2005, e artigo 7º da Lei Complementar n.º 013 de 10 de janeiro de 2005.

Art. 4º. As avaliações serão realizadas segundo os requisitos estabelecidos no anexo "I" do presente decreto, seguindo a média aritmética de cada um dos itens identificados no referido anexo.

Art. 5º. Após as respectivas avaliações, os servidores serão notificados de forma pessoal, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestem de forma expressa, o seu inconformismo quanto a avaliação realizada, cujo recurso, será direcionado diretamente ao Prefeito Municipal, que no mesmo prazo, determinará nova avaliação ou homologará o resultado apresentado.

Art. 6º. Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Fica revogado o Decreto 2167 de 07 de março de 2016, e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), em 14 de março de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2300 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005; e

Considerando o afastamento da servidora abaixo identificada em auxílio maternidade até 22/01/2017 pela portaria 096/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o contrato de trabalho da Sra. ELISANE DA COSTA ALVES, matrícula 724, do cargo de PROFESSOR II - 20 HORAS, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A prorrogação ora realizada, dar-se-á até 22 de janeiro de 2017, podendo sofrer nova prorrogação a fim de cumprir a

estabilidade provisória decorrente de sua gravidez.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o art. 2º Decreto nº. 2117 de 28 de dezembro de 2016 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 14 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº 2301 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a Servidora Pública Municipal, JESSICA TAIS FISCHER, ocupante do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE UNIDADE ESCOLAR, matrícula 696, a partir de 15 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1875 de 11 de junho de 2014.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 14 de dezembro de 2016.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 148 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDER FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder quarenta e cinco (45) dias de férias a Servidora Pública Municipal, LILIAN KRUG JUNG GASTMANN, matrícula 498, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, lotada na Gerência de Educação e Esportes.

Art. 2º Período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014, período de gozo de 14 a 28 de dezembro de 2016.

Art. 3º Período aquisitivo de 01/07/2014 a 30/06/2015, período de gozo de 29 de dezembro de 2016 a 27 de janeiro de 2017.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 13 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 149 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do Capítulo VI, Artigos 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor, MAICO ROBERTO LUCKMANN RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 575 lotado no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, desta Municipalidade, adicional por interesse de qualificação estabelecido na alínea "a" do Inciso III do artigo 15 da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005, com a progressão de 5 (cinco) referências, tendo em vista a conclusão do CURSO SUPERIOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - BACHARELADO pela UnC – Universidade do Contestado Campus de Concórdia apresentado e deferido no requerimento 199/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 13 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 130/2016

DECRETO Nº 000130/16 de 12 de Dezembro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.391.0005.2.012-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 15.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 15.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Dezembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 133/2016

DECRETO Nº 000133/16 de 14 de Dezembro de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 23.385,60 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.026-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 23.385,60

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 23.385,60

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N 448/2016

PORTARIA Nº 448/2016.

Dispensa ACTs.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, servidores ACTs, no cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, a partir de 16 de dezembro de 2016, pelo término de seu contrato temporário, conforme abaixo relacionado:

FERNANDA PETRY KOERICH

BRUNA SCHMITT GOULART

VIVIANE MARTINS WEBER

ANA CAROLINE KONS SPINDOLA

MAYARA MAFRA BONDAVALLE

CRISTIANY DECKER

GRACIELE CONCEIÇÃO BESEN

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 449/2016

PORTARIA Nº 449/2016.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, a servidora SILVIA TESSARI, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, a partir de 02 de janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 14/07/2015 a 13/07/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de dezembro de 2016.

Arabutã

PREFEITURA

TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 15/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 15/2016

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, KARINA WOMMER, celebrado em 16 de fevereiro de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. MARCELO MORCHE, brasileiro, casado, servidor publico, portador da Cédula de Identidade nº 2.130.730 e do CIC-MF nº 949.173.109-20, residente e domiciliado na Rua Vitor Basei, 92, Centro, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora GABRIELA LUISA SCHRAMMEL HOLLERWERGER, inscrita no CPF/MF sob o nº. 063.426.439-70, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência, fica prorrogado a vigência contratual até o dia 18 de março de 2017, devido a licença maternidade e sua prorrogação.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 14 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Marcelo Morche – Prefeito Exercício

CONTRATADA

Gabriela Luisa Schrammel Hollerwerger

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi
CPF/MFnº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1775

DECRETO Nº 1775, de 08 de novembro de 2016.

Revoga Decreto nº 1729 de 20/10/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado, como revogado está o Decreto nº 1729 de 20/10/2015.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 08 de novembro de 2016.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1776

DECRETO Nº 1776, de 01 de dezembro de 2016.

Declara Via Pública Municipal, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Via Pública Municipal, a área de 189,94m2, denominado Acesso Rural, terras de propriedade do senhor Ilbe Nesi, inscrito no CPF nº 134.884.819-72.

Art. 2º Na referida área, ficam assegurados todos os direitos e todas as vantagens previstas em leis.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1771/2016.

Arroio Trinta – SC, 01 de dezembro de 2016.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1777

DECRETO Nº 1777, de 12 de dezembro de 2016.

Estabelece Ponto Facultativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis,

DECRETA:

Art.1º Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 16 de dezembro de 2016, não havendo expediente nas repartições municipais.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de dezembro de 2016.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1778

DECRETO Nº 1778, de 14 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1784 de 14/12/2016,

DECRETA:

Artigo 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2016, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Artigo 2º O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

1.2000.2010.26.782.23.1.13.1	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS		
(168) 44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	500.000,00

Artigo 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

1.2000.2001.4.122.2.02.3.1	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE		
(2) 33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	100.000,00

1.2000.2001.28.846.26.0.25.1	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL		
(19) 32900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
(20) 33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
(21) 46900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
(173) 31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	75.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	155.000,00

1.2000.2001.4.122.3.2.4.1	MANUT.DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
(9) 33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
(4) 33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	85.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	100.000,00

1.2000.2003.10.605.11.1.4.1	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL		
(151) 44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	20.000,00

1.2000.2004.12.367.12.2.30.1	APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL		
(63) 33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	19.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	19.000,00

1.2000.2006.15.451.15.1.9.1	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
(160) 44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	91.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	91.000,00

1.2000.2010.26.782..23.1.14.1	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL		
(170) 44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	15.000,00

Artigo 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, 14 de dezembro de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 14 de dezembro de 2016.

Michel Junior Serighelli
Responsável

LEI Nº 1783

LEI Nº 1783, DE 09/12/2016.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Arroio Trinta para o Exercício de 2017.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Arroio Trinta - SC, para exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 17.105.200,00 (Dezessete milhões, cento e cinco mil e duzentos reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 14.217.950,00 (Quatorze milhões duzentos e dezessete mil novecentos e cinquenta reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 10.438.591,80 (Dez milhões quatrocentos e trinta e oito mil quinhentos e noventa e um reais e oitenta centavos), e Despesa Financeira de R\$ 3.779.358,20 (Três milhões, setecentos e setenta e nove mil trezentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos).

§1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	14.207.950,00
1.1- Receita Tributária	645.600,00
1.2- Receitas de Contribuições	104.000,00
1.3- Receita Patrimonial	121.938,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	67.450,00
1.7-Transferências Correntes	16.096.692,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	-2.891.800,00
1.9- Outras Receitas Correntes	64.070,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	1.000,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	9.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	14.217.950,00

§2º. A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	9.871.996,83
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	4.768.297,95
3.2- Juros e Encargos da Dívida	105.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	4.998.698,88
4 - DESPESAS DE CAPITAL	533.094,97
4.4- Investimentos	420.094,97
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	113.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	33.500,00
9.9- Reserva de Contingência	33.500,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	3.779.358,20
- Fundo Municipal da Saúde	2.839.128,20
- Instituto de Previdência Social dos Servidores	439.230,00
- Câmara Municipal de Vereadores	501.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	14.217.950,00

Art. 3º O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2017 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	559.050,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	1.250,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	554.800,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	3.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2.200,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	200,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.839.128,20
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.839.128,20
TOTAL	3.400.378,20

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	3.349.688,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.993.872,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.355.816,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.690,20
4.4- Investimentos	50.690,20
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	3.400.378,20

II – FUNDO M. DE ASSIST. SOCIAL E MÉDICA DOS SERVIDORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	252.300,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	162.000,00
1.3- Receita Patrimonial	20.800,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	69.500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	135.400,00
7.2- Receita de Contribuições	135.400,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	0,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	0,00
TOTAL	387.700,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	387.700,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	387.700,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00

4.4- Investimentos	0,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	387.700,00

III – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	1.188.300,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	377.150,00
1.3- Receita Patrimonial	810.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.150,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS	750.000,00
7.2- Receita de Contribuições	750.000,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	439.230,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	439.230,00
TOTAL	2.377.530,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	1.404.870,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	519.090,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	885.780,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00
4.4- Investimentos	0,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	972.660,00
9.9- Reserva de Contingência	972.660,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.377.530,00

IV – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	0,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	0,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	501.000,00

- Transferências financeiras da Prefeitura	501.000,00
TOTAL	501.000,00
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	491.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	350.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	141.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4- Investimentos	10.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	501.000,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

I – Passivo Contingente	33.500,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	33.500,00

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

I – Passivo Contingente	972.660,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	972.660,00

§1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º. Para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º Fica o Executivo Autorizado a remanejar dotações orçamentárias de despesa de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III – superávit financeiro do exercício anterior.
- IV – convênios.

Parágrafo Único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 7º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 8º Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 9º Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 10 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 11 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017 a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 09 de dezembro de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 09 de dezembro de 2016.

Michel Junior Serighelli
Responsável

LEI Nº 1784

LEI Nº 1784, DE 14/12/2016.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2016, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Artigo 2º O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

1.2000.2010.26.782.23.1.13.1	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS		
(168) 44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	500.000,00

Artigo 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

1.2000.2001.4.122.2.02.3.1	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE		
(2) 33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	100.000,00

1.2000.2001.28.846.26.0.25.1	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL		
(19) 32900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
(20) 33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
(21) 46900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
(173) 31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	75.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	155.000,00

1.2000.2001.4.122.3.2.4.1	MANUT.DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
(9) 33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
(4) 33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	85.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	100.000,00

1.2000.2003.10.605.11.1.4.1	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL		
(151) 44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	20.000,00

1.2000.2004.12.367.12.2.30.1	APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL		
(63) 33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	19.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	19.000,00

1.2000.2006.15.451.15.1.9.1	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
(160) 4490000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	91.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	91.000,00

1.2000.2010.26.782.23.1.14.1	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL		
(170) 44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	15.000,00

Artigo 4º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, 14 de dezembro de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 14 de dezembro de 2016.

Michel Junior Serighelli
Responsável

PORTARIA Nº 267

PORTARIA Nº 267, de 18/11/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia ao servidor municipal, MICHEL JUNIOR SERIGHELLI, admitido por concurso público para o cargo de OPERÁRIO BRAÇAL, através da Portaria nº 061 de 04/05/1998, posteriormente admitido por novo concurso público para o cargo de TÉCNICO TRIBUTÁRIO, através da Portaria de Nomeação nº 115 de 02/05/2002 relativas ao período aquisitivo de 04/05/2008 à 03/05/2013, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de novembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 268

PORTARIA Nº 268, DE 05/12/2016.

Autoriza a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20022080.1.00065/16-3, nos assentamentos funcionais da servidora LOURDES POSSATO RODRIGUES DE OLIVEIRA, detentor da matrícula nº 20 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40 horas, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora LOURDES POSSATO RODRIGUES DE OLIVEIRA, detentor da matrícula nº 20 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40 horas, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00065/16-3, para fins de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Parágrafo único. Ficam averbados os intervalos de 01/04/1985 a 30/04/1985, 01/05/1985 a 31/05/1986, 01/11/1986 a 28/02/1990, que totalizam 1.640 dias, correspondentes a 04 anos e 06 meses, conforme registrado pela CTC expedida pelo INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 05 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 269

PORTARIA Nº 269, de 12/12/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, VANIA FERRONATTO CAMPAGNIN, admitida por concurso público para o cargo de PROFESSOR, através da Portaria de Nomeação nº 039 de 01/02/2010 relativas ao período aquisitivo de 01/02/2010 à 31/01/2015, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 270

PORTARIA Nº 270, de 12/12/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, JOICE LIANE NAVA, admitida por concurso público para o cargo de PROFESSOR, através da Portaria de Nomeação nº 058 de 15/02/2006 relativas ao período aquisitivo de 15/02/2011 à 14/02/2016, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 271

PORTARIA Nº 271, de 12/12/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, ERONI APARECIDA SCHULLER BIAVA, admitida por concurso público para o cargo de PROFESSOR, através da Portaria de Nomeação nº 042 de 01/02/2010 relativas ao período aquisitivo de 01/02/2010 à 31/01/2015, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 272

PORTARIA Nº 272, de 12/12/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARCILENE DE OLIVEIRA BALDO, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÕES, relativas ao período aquisitivo de 08/10/2015 à 08/10/2016, e gozo das mesmas no período de 19/12/2016 a 17/01/2017, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 273

PORTARIA Nº 273, de 12/12/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ERMINIA LAZZARI, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2015 à 01/08/2016, e gozo das mesmas no período de 19/12/2016 a 17/01/2017, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/FMS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/FMS/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 28/12/2016 às 17h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços de Medicamentos para aquisições futuras, no atendimento de Processos Judiciais Nºs. 0302263-77.2015.8.24.0028 e 0302912-42.2015.8.24.0028 do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 12 de Dezembro de 2016.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 899/2016 PROCEDE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$. 72.800,00 (SETENTA E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 899/2016

Procede a abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 72.800,00 (Setenta e Dois Mil e Oitocentos Reais) e contém outras providências.

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 749/2015, de 07 de dezembro de 2015:

Art. 1º - Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 749/2015 de 07 de dezembro de 2015, no que tange ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Barra Bonita, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$. 72.800,00 (Setenta e Dois Mil e Oitocentos Reais), nas dotações abaixo especificadas, :

ÓRGÃO : 03.000 – SECRET.MUNIC.ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNID/ORÇ : 03.001 - ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV/ : 04.122.0002.1001 – Construção e Reforma de Prédios Administrativos

CAT.ECON: 3390000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 11.800,00

PROJ/ATIV: 004.122.0002.2003 – Manut.das Ativid. da Secret. De Adm. e Fazenda

CAT.ECON: 3190000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 030000 – Recursos Ordinário R\$. 47.000,00

PROJ/ATIV: 004.124.0004.2026 – Manut. dos Serviços de Controle Interno

CAT.ECON: 3190000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 1.000,00

ÓRGÃO: 09.000 – SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNID/ORÇ: 09.001 - UNIDADE DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ/ATIV: 008.244.0006.2006 – Adm. Geral Bens e Serv. Secret. Mun. Assit. Social

CAT.ECON: 3190000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 13.000,00

Total R\$. 72.800,00

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes de anulações de dotações abaixo especificadas, bem como utilizar como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2015 nas fontes abaixo discriminadas:

ÓRGÃO : 03.000 – SECRET.MUNIC.ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNID/ORÇ : 03.001 - ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV/ : 04.122.0002.1001 – Construção e Reforma de Prédios Administrativos

CAT.ECON: 4490000000000 – Aplicações Diretas - Investimentos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 11.800,00

PROJ/ATIV: 004.124.0004.2026 – Manut. dos Serviços de Controle Interno

CAT.ECON: 4490000000000 – Aplicações Diretas - Investimentos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 1.000,00

ÓRGÃO: 09.000 – SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNID/ORÇ: 09.001 - UNIDADE DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ/ATIV: 008.244.0006.2006 – Adm. Geral Bens e Serv. Secret. Mun. Assit. Social

CAT.ECON: 3190000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 13.000,00

Superávit

FONTE/REC: 30000 – Recursos Ordinário R\$. 47.000,00

Total R\$. 72.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 14 de dezembro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

LEI N.º 780/2016 "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DESCENTRALIZADA DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI N.º 780/2016

"Estima a Receita e Fixa a Despesa da Administração Direta e Descentralizada do Município de Barra Bonita, para o exercício de 2017 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina:

FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2017 compreende o Orçamento Geral do Município, Câmara de Vereadores e os Orçamentos dos Fundos Municipais legalmente constituídos, com receita estimada e despesa fixada em R\$. 13.474.407,28 (Treze Milhões, Quatrocentos e Setenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Sete Reais e Vinte e Oito Centavos), assim distribuída por órgãos:

Órgão	Descrição das Despesas Adm. Direta	Valor (\$)
02.00	GABINETE DO PREFEITO	216.091,63
03.00	SEC.MUN.ADMINIST.e FAZENDA	1.229.339,20
04.00	SEC.MUN.SAUDE E SANEAMENTO	6.475,15
05.00	SEC.MUN.EDUC.CULTURA, ESP.e TUR.	4.570.956,71
06.00	SEC.MUN.AGRIC.TUR. e MEIO AMBIENTE.	752.325,38
07.00	SEC.MUN.OBRAS, VIAÇÃO e SERV.URB.	1.232.863,39
08.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	283.611,37
09.00	SEC.MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL	433.817,13
13.00	SEC.MUN.DE INDUSTRIA E COMERCIO	112.667,53
15.00	FDO.MUNIC. INFÂNCIA E ADOLEC. - FIA	44.537,11
16.00	FDO.MUNIC. DEFESA CIVIL - FUMDEC	50.000,00
TOTAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA (\$)		8.932.684,60
Órgão	Descrição das Despesas Adm. Indireta	Valor (\$)
01.00	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	777.017,40
10.00	FDO. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL	255.881,10
11.00	FDO. MUNIC. DE DESENVOLV. RURAL	941.486,09
12.00	FDO. MUNIC. DE SAUDE	2.516.043,06
14.00	FDO.MUNIC. DE HABIT. E INT.SOCIAL	51.295,03
TOTAL ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (\$)		4.541.722,68
TOTAL ADMINIST. DIRETA E INDIRETA (\$)		13.474.407,28
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS		2.956.694,62
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A C.M.V.		777.017,40
Descrição das Receitas		
TOTAL RECEITA ORÇAMENT. ADM. DIRETA		12.666.396,62
TOTAL RECEITA ORÇAMENT. ADM. INDIRETA		808.010,66
TOTAL RECEITA DA ADM. DIRETA E INDIRETA		13.474.407,28

Art. 2º - O Orçamento da Administração Descentralizada é composto pela CAMARA DE VEREADORES e pelos seguintes FUNDOS MUNICIPAIS:

F I - Fundo Municipal de Saúde – FMS R\$ 2.516.043,06
 F II – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS R\$ 255.881,10
 F III- Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural – FMDR R\$ 941.486,09
 F VI-Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social-FMHIS R\$ 51.295,03
 F V – Câmara Municipal de Vereadores R\$ 777.017,40

Art. 3º - A Receita prevista será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras receitas previstas nos Anexos I e II, da Lei N.º 4.320/64, de 17 de março de 1964, observadas também, as disposições da Portaria SOF/SEPLAN n.º 03, de 21 de fevereiro de 1990.

Art. 4º - A despesa será realizada, segundo as discriminações dos anexos que integram esta Lei, apresentando sua composição por Órgãos, Funções, Programas, Sub – Programas, Projetos e Atividades, bem como por Categorias Econômicas, nas suas respectivas Unidades Orçamentárias, na forma dos anexos da Lei N.º 4.320/64, e das Portarias SOF/SEPLAN n.º 08, de 04 de fevereiro de 1985 e SOF/SEPLAN n.º 36, de 01 de agosto de 1989.

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal manterá durante a execução orçamentária, no decorrer do exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa autorizada.

Art. 6º - Os recursos alocados no FUNDO MUNICIPAIS DE DEFESA CIVIL serão destinados a atender passivos contingentes no decorrer do exercício, conforme Lei de Diretrizes Orçamentária.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, nos termos do Artigo 7º, da Lei N.º 4320/64, de 17 de março de 1964, a proceder à abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa fixada para o exercício financeiro de 2017 conforme artigo 1º, em cada uma das Unidades Gestoras.

Parágrafo 1º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Parágrafo 2º - O Poder Executivo poderá movimentar através de ato próprio e específico dotações de uma categoria econômica para outra, no mesmo Projeto/Atividade, desde que não implique em aumento dos recursos alocados.

Parágrafo 3º - O superávit financeiro do exercício de 2016 apurados no Balanço anual, bem como os excessos de arrecadações apurados no exercício de 2017, servirá como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar, que poderá ser feita através de Decreto do Prefeito Municipal no decorrer do exercício financeiro de 2017.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar em qualquer mês do exercício financeiro, Operações de Crédito por antecipação da receita até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada, observado as normas legais em vigor.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 10º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 14 de dezembro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 339, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016. "CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 339, de 14 de dezembro de 2016.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 2,0 (duas) diárias ao Senhor Luiz Antonio Zaccaron, Matrícula nº 15402, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº79/2016 e Roteiro de Viagem nº37/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº078/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 14 de dezembro de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

TERMO ADITIVO 58/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 58/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO, PARA Contratação de empresa para prestação de serviços de trator de pneu para realização de serviços de silagem, pé de pato, gobi, plantação de milho e sorgo nas propriedades rurais do Município.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO Sr. DARCI JOÃO FRIZON, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa LM MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, com sede na RUA WALDEMAR RANGRAB 358, Bairro Centro, do município de SAO MIGUEL DO OESTE - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 03755771000187, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 58/2016, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Quarta – Do Valor do Contrato nº58/2016, sendo o valor de R\$588,10 (quinhentos e oitenta e oito reais com dez centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº58/2016 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 14 de dezembro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

Contratante

LM MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME

Contratada

TESTEMUNHAS :

Nome: ALENCAR BARBIERI

CPF – 004.503.869-45

Nome: TAIS DERES

CPF – 078.234.939-00

Visto: _____

MOACIR JOAO HANTT

OAB: 27.542

Barra Velha

PREFEITURA

AD 001/034/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: MOACIR DE ANTONIO ASSOLARI

Licitação: Proc. Administrativo 028/2015 - DL 010/2015

Objeto: Locação de Imóvel, localizado a Rua Pedro Francisco de Borba Coelho, nº 140, Bairro Centro, neste Município, para funcionamento das atividades do Centro de Reabilitação - Fisioterapia do Município de Barra Velha

Prorroga prazo

Valor do Contrato: R\$: 29.141,29 (vinte e nove mil cento e quarenta e um reais e vinte e nove centavos)

Data da assinatura: 18/12/2016

Data do vencimento: 18/12/2017

Barra Velha, 18 de dezembro de 2016

MOACIR DE ANTONIO ASSOLARI –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

PORTARIA Nº 1.784, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1.784, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato FREDERICO MARTINHO WIENHOE-
NER, para o cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFAN-
TIL, Nível III- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011,
lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exer-
cício no CEI Professora Daniele Ramon EschholzSchuch, carga
horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até
30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente,
prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 13 de dezembro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PORTARIA Nº 1.785, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1.785, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata MARIA APARECIDA DAMBROVSKI,
para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL,
Nível I- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotada
na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício no
CEI Professora Porfíria Coelho da Silva, carga horária de 40 horas
semanais.

Art. 2º A candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até
30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, pror-
rogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 13 de dezembro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PORTARIA Nº 1.786, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1.786, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata ELENIR AMÉLIA DE SOUZA, para o
cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível
III- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na
Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício no CEI
Professora Célia Muller Cubas, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º A candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até
30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, pror-
rogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 13 de dezembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 1.787, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1.787, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata JANARA TRENTINI, para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício no CEI Professora Daniele Ramon EschholzSchuch, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2ºA candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 13 de dezembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 1.788, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1.788, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata FERNANDA BORGES GARCIA, para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício no CEI Professora Porfíria Coelho da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2ºA candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 13 de dezembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 1.789, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1.789, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata ROSANGELA MOREIRA FABIÃO, para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício no CEI Professora Porfíria Coelho da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2ºA candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 13 de dezembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 1.790, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1.790, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata ZENIRA PEREIRA SOARES, para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível III- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício no CEI Professora Porfíria Coelho da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2ºA candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 13 de dezembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 1.791, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1.791, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata TAUANE MARIA DO NASCIMENTO, para o cargo efetivo de PROFESSORA DE ARTES, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício naEBM Professora Antônia Gasino de Freitas, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2ºA candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 13 de dezembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 1.792, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1.792, 13 DE DEZEMBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013 de 31/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata SOLANGE DIAS RIBEIRO JACQUES para o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível II- 1, do Anexo V da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício naEBM Profª Antônia Gasino de Freitas, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2ºA candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 13 de dezembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 1795, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1795, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata DANIELA NASCIMENTO DA SILVA, para o cargo efetivo de FISCAL SANITARISTA, Nível 6, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 14 de dezembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 80/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 14/12/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 80/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE A A Z, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONSIDERANDO O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, DA TABELA OFICIAL DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS DA REVISTA ABC FARMA, ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 80/2016, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e SÉRGIO DÁRIO PASQUALI nomeados pela Portaria nº 003/2016. Aberta a sessão, verificou-se que compareceu ao certame protocolando os envelopes no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas MATHIAS CLAUDIO PAGANELLI EPP e FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EPP. A empresa MATHIAS CLAUDIO PAGANELLI EPP apresentou seu credenciamento, porém seu representante não se fez presente na sessão, a empresa FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EPP apresentou seu credenciamento em conformidade com o exigido no item 3.4 do edital, credenciando GILIARD ASTOLFI como seu representante legal. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. Todas as licitantes participantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e não poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços, sendo as propostas neles contida disponibilizadas aos licitantes presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os percentuais de desconto apresentados no sistema. Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, todas foram consideradas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial, conforme anexo desta Ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com a licitante presente, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitante classificada como primeira colocada. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante melhor colocada está HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame à empresa vencedora. Em seguida lavrou-se a presente Ata. O representante da licitante optou por não aguardar a lavratura da presente ata, deixando de assinar a mesma. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada pelo pregoeiro e equipe de apoio. Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	--

ANEXO DA ATA DA SESSÃO

Pregão Presencial nº 80/2016

Propostas iniciais apresentadas:

Item: 00001 FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ETICOS, PARA DISTRIBUICAO GRATUITA A POPULACAO DO MUNICIPIO, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME RECEITA MEDICA, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE O PRECO MAXIMO AO CONSUMIDOR, DA TABELA OFICIAL DE PRECOS DE MEDICAMENTOS, DA REVISTA ABC FARMA, ORGAO OFICIAL DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE COMERCIO FARMACEUTICO

Fornecedor	Proposta / %
FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EPP	15,00
MATHIAS CLAUDIO PAGANELLI EPP	15,00

Item: 00002 FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS GENERICOS, PARA DISTRIBUICAO GRATUITA A POPULACAO DO MUNICIPIO, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME RECEITA MEDICA, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE O PRECO MAXIMO AO CONSUMIDOR, DA TABELA OFICIAL DE PRECOS DE MEDICAMENTOS, DA REVISTA ABC FARMA, ORGAO OFICIAL DA ASSOCIACAO

BRASILEIRA DE COMERCIO FARMACEUTICO

Fornecedor	Proposta / %
MATHIAS CLAUDIO PAGANELLI EPP	30,00
FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EPP	28,00

Item: 00003 FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS SIMILARES, PARA DISTRIBUICAO GRATUITA A POPULACAO DO MUNICIPIO, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME RECEITA MEDICA, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE O PRECO MAXIMO AO CONSUMIDOR, DA TABELA OFICIAL DE PRECOS DE MEDICAMENTOS, DA REVISTA ABC FARMA, ORGAO OFICIAL DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE COMERCIO FARMACEUTICO

Fornecedor	Proposta / %
MATHIAS CLAUDIO PAGANELLI EPP	30,00
FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EPP	28,00

Lances e negociações efetuados:

Itens	Participantes	Lance / %	Negociação / %
1	FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EPP	18,00	0,00
2	FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EPP	31,00	0,00
3	FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EPP	31,00	0,00

Vencedor:

Fornecedor	Item	Percentual / %
135364 - FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EP	1	18,00
135364 - FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EP	2	31,00
135364 - FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EP	3	31,00

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 233/2016

DECRETO Nº 233/2016 DE: 13 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 160, DE 12/09/2016, QUE DECLAROU DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO RIO CAVEIRAS, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ANSELMO AUGUSTINHO SCHMITZ OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º do Decreto de nº 160, de 12/09/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada a utilidade pública, de parte da propriedade de Rogério Francisco Schmitz ou a quem de direito for, matriculado no cartório de registro de imóveis da comarca de Biguaçu sob nº 34.620, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, das áreas de terras abaixo relacionadas:”

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 234/2016

DECRETO Nº 234/2016 DE: 13 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 161, DE 12/09/2016, QUE DECLAROU DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO RIO CAVEIRAS, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ANSELMO AUGUSTINHO SCHMITZ OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º do Decreto de nº 161, de 12/09/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Fica declarada a utilidade pública, de parte da propriedade de Terezinha Kons Schmitz ou a quem de direito for, matriculado no cartório de registro de imóveis da comarca de Biguaçu sob nº 34.581, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável

ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, das áreas de terras abaixo relacionadas:”

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 235/2016

DECRETO Nº 235/2016 DE: 13 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 162, DE 12/09/2016, QUE DECLAROU DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO RIO CAVEIRAS, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ANSELMO AUGUSTINHO SCHMITZ OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º do Decreto de nº 162, de 12/09/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Fica declarada a utilidade pública, de parte da propriedade de Anselmo Augustinho Schmitz ou a quem de direito for, matriculado no cartório de registro de imóveis da comarca de Biguaçu sob nº 34.615, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, das áreas de terras abaixo relacionadas:”

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 236/2016

DECRETO Nº 236/2016 DE: 13 DE DEZEMBRO DE 2016.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2016.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3589/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2015, apurado em fonte de recurso:

16. Instituto de Previdência Social dos Funcionários da PMB

1601.04.122.0001.2005	Administração do Biguaçuprev	20.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.6.35.000000	Despesas Administrativas do RPPS	20.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

EXTRATO ATA - PP 154-2016-PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016 DO PP 154/2016.

OBJETO: Aquisição de combustível, através de tanque aéreo e posto de combustível, para os veículos do Corpo de Bombeiros, Famabi, Gabinete do Prefeito, Procuradoria e para as Secretarias de Administração, Agricultura, Assistência Social, Educação, Fazenda, Integração Regional, Obras, Orçamento Participativo, Pesca, Planejamento, Cultura, Transporte e Transporte Escolar
EMPRESA: DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 568.990,00

EMPRESA: WALENDOSKI DIST. DE COMBUSTIVEL LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 218.450,00

VIGÊNCIA: 15/12/2016 A 15/12/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.atende.net
Biguaçu, 14 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016 DO PP 156/2016.

OBJETO: Aquisição de telhas e lonas para uso da Defesa Civil e Secretaria de Educação.

EMPRESA: CRISTIANI LOURI RODRIGUES E CIA LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 9.047,50

EMPRESA: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - VALOR TOTAL: R\$ 12.337,50

EMPRESA: VALDELI CELIO DOS SANTOS EIRELI EPP

VALOR TOTAL: R\$ 15.030,00

VIGÊNCIA: 15/12/2016 A 14/12/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.atende.net
Biguaçu, 14 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PP161/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 161/2016 PMB – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de combustível para Secretaria de Administração e Famabi.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 6 janeiro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 6 janeiro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.362/2016

LEI Nº 8.362, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE A EVENTOS, DATAS COMEMORATIVAS E FERIADOS DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau.

Art. 2º Fica consolidada a legislação municipal referente a eventos, datas comemorativas e feriados do Município de Blumenau, nos termos desta lei complementar.

Parágrafo único. A consolidação de que trata esta lei assegurará a organização normativa sem modificação das ações e dos dispositivos legais em vigor, mantendo-se a autoria, a identificação e a numeração original das leis.

CAPÍTULO II

DO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU

Art. 3º Serão incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, os eventos e as datas comemorativas que, de algum modo, contribuam para atingir o objetivo de alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos e étnicos que compõem a sociedade blumenauense.

CAPÍTULO III

DAS DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS DA CIDADE DE BLUMENAU

Art. 4º Constituem datas comemorativas e eventos anuais do Município de Blumenau e por isso ficam inseridos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, de acordo com as características e condições seguintes.

Parágrafo único. É instituído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau o Dia do Blu Old Vintage Cars, a ser realizado, no primeiro domingo de cada mês.

SEÇÃO I

DO MÊS DE JANEIRO

Art. 5º São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau os seguintes dias, a serem realizados, anualmente, no mês de janeiro:

I - Dia Municipal do Cobrador, no dia 15;

II - Dia do Profissional de Farmácia, no dia 15;

III - Dia Municipal do Clube Atlético Metropolitano e do Torcedor do Metropolitano, no dia 22;

IV - Dia do Aposentado, no dia 24;

V - Dia Municipal de Conscientização Ambiental, por meio do Mutirão Comunitário de Obras, no terceiro sábado de cada mês.

Art. 6º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau a Semana Municipal de Combate à

Hanseníase, a ser realizada na semana do último domingo de janeiro.

SEÇÃO II

DO MÊS DE FEVEREIRO

Art. 7º São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau os seguintes dias, a serem realizados, anualmente, no mês de fevereiro:

I - Dia Municipal do Comerciante, no dia 3;

II - Dia Municipal das Doulas, no dia 6;

III - Dia do Repórter, no dia 16;

IV - Dia do Esportista, no dia 19;

V - Dia do Rotary, no dia 23;

VI - Dia da Esterilização Animal, a ser realizado, na última terça-feira.

Art. 8º. São instituídas e incluídas no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau as seguintes semanas, a serem realizadas, anualmente, no mês de fevereiro:

I - Semana de Conscientização sobre Vistorias e Reformas em Edificações, na primeira semana;

II - Semana de Conscientização para uso da Internet Segura, na segunda semana;

III - Semana Municipal de Combate ao Alcoolismo, no período de 18 a 24.

SEÇÃO III

DO MÊS DE MARÇO

Art. 9º. São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau os seguintes dias, a serem comemorados, anualmente, no mês de março:

I - Dia Municipal da Diarista, no dia 12;

II - Dia Municipal da Epilepsia, no dia 26;

III - Dia Municipal do Rotaract, no dia 13;

IV - Dia Municipal de Vida Selvagem, no dia 3;

V - Dia Municipal do Rio Itajaí-Açu, no dia 25;

VI - Dia Municipal do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), no dia 16;

VII - Dia Municipal das Associações de Moradores, no dia 25;

VIII - Dia do Futebol Amador, no segundo domingo;

IX - Dia da Cidadania Estudantil, no dia 1º, com o conagraçamento de todos os estudantes de Blumenau;

X - Dia Municipal do Micro e Pequeno Empresários, no dia 29, data esta, alusiva à fundação e registro da ACIMPEVI (primeira Associação de Micro e Pequena Empresa do Brasil), com sede e foro na Comarca de Blumenau;

XI - Dia Municipal dos Clubes de Caça e Tiro, no dia 22;

XII - Dia do Carpinteiro, no dia 19;

XIII - Dia do Abraço, no dia 24.

Art. 10. São instituídas e incluídas no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau as seguintes semanas, a serem realizadas, anualmente, no mês de março:

I - Semana Municipal de Informação e Prevenção às Doenças Renais Crônicas e suas Consequências, na segunda semana;

II - Semana Municipal de Incentivo ao Uso Sustentável da Água, na semana do dia 22 (Dia Mundial da Água);

III - Semana Municipal da Criança Excepcional, no período de 25 a 31;

IV - Semana Municipal de Mobilização para Busca e Defesa da Criança Desaparecida, no período de 25 a 31;

V - Semana de Conscientização da Síndrome de Down, na semana do dia 21;

VI - Semana da Saúde Cervical, ao longo do mês;

VII - Semana Municipal de Defesa do Consumidor, a partir do dia 15;

VIII - Semana da Mulher, no calendário de comemorações oficiais nos órgãos públicos municipais, cujo evento deverá ocorrer no mês de março de cada ano, na semana em que incidir o dia 8, quando se comemora o "Dia Internacional da Mulher".

Art. 11. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Março Roxo, de conscientização da Epilepsia, a ser realizado, anualmente, durante o mês de março.

SEÇÃO IV

DO MÊS DE ABRIL

Art. 12. São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau os seguintes dias, a serem realizados, anualmente, no mês de abril:

I - Dia da Família, no segundo domingo;

II - Dia Municipal de Conscientização da População para o Não Uso de Armas de Brinquedo por Crianças, no dia 15;

III - Dia Municipal da Saúde, no dia 7;

IV - Dia Municipal do Jornalista, no dia 7;

V - Dia Municipal do Líder Comunitário, no dia 12;

VI - Dia da Promoção de Qualidade de Vida, no dia 11;

VII - Dia Municipal da Conscientização do Autismo, no dia 2;

VIII - Dia do Jipeiro, no dia 4;

IX - Dia do Jardineiro, no dia 21;

X - Dia do PX Club de Blumenau, sempre no dia 20 (dia de sua fundação);

XI - Dia da Família nas Escolas, na 3ª segunda-feira.

XII - Dia do Médico Obstetra, no dia 12;

XIII - Dia da Família na Escola, no terceiro sábado.

Art. 13. São instituídas e incluídas no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau as seguintes semanas, a serem realizadas, anualmente, no mês de abril:

I - Semana da Prevenção e Combate à Obesidade, na segunda semana;

II - Semana das Religiões de Matrizes Africanas, na semana do dia 23;

III - Semana Municipal da Saúde do Trabalhador, na semana do dia 28;

IV - Semana Municipal de Conscientização do Autismo, na primeira semana;

V - Semana de Conscientização da Doença de Parkinson, na semana do dia 4 - Dia Nacional do Parkinsoniano;

VI - Comemoração ao Escotismo, no período de 23 a 30.

VII - Semana do Esporte Radical, na primeira semana;

VIII - Semana do Parto Seguro, na semana que abrange o dia 12;

IX - Semana Municipal do Braille, na semana que abrange o dia 8.

Art. 14. Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Mês da Leitura, a ser comemorado, anualmente, durante o mês de abril, alusivo à comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil e do Dia Mundial do Livro e dos Direitos do Autor.

SEÇÃO V

DO MÊS DE MAIO

Art. 15. São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau os seguintes dias, a serem realizados, anualmente, no mês de maio:

I - Dia Municipal de Ação da Saúde da Mulher e de Combate à Mortalidade Materna, no dia 28;

II - Dia do Vendedor Ambulante, no dia 3;

III - Dia Municipal de Conscientização e Enfrentamento à Fibromialgia, no dia 12;

IV - Dia Municipal sem Tabaco, no dia 31;

V - Dia do Educador Social, no dia 15;

VI - Dia Municipal do Assistente Social, no dia 15;

VII - Dia Municipal de Incentivo à Adoção, no dia 25;

VIII - Dia Municipal da Pastoral da Criança, no dia 13;

IX - Dia do Casamento Civil Coletivo, no quarto sábado;

X - Dia Municipal da Educação Fiscal, no dia 15;

XI - Dia do Revendedor de Veículos, no dia 22;

XII - Dia Municipal da Dança Sênior, na semana do dia 26;

XIII - Dia do Frentista de posto de revenda de combustíveis, no dia 22;

XIV - Dia do Gincaneiro, no dia 10;

XV - Dia do Apicultor, no dia 22;

XVI - Dia da Enfermagem, no dia 12.

XVII - Dia da Adoção Animal, no dia 25;

XVIII - Dia das Mães, nas Escolas e nos Centros de Educação Infantil, no segundo domingo.

Art. 16. São instituídas e incluídas no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau as seguintes semanas, a serem realizadas, anualmente, no mês de maio:

I - Semana de Valorização da Vida, na segunda semana;

II - Semana de Conscientização sobre a Importância de Lavar as Mãos, na primeira semana;

III - Semana Municipal de Doação de Leite Materno, no período de 19 a 25;

IV - Semana da Conscientização do Planejamento Familiar, na terceira semana;

V - Semana de Conscientização da Adoção, na semana que abrange o dia 25;

VI - Semana Municipal da Transparência e Combate à Corrupção, na semana que inclui o dia 16, data comemorativa da vigência da Lei Federal de Acesso à Informação - Lei Nacional nº 12.527/11;

VII - Semana Municipal de Atenção e Luta contra o Lúpus, na semana do dia 10;

VIII - Semana Municipal de Conscientização Oftalmológica e Optométrica, na primeira semana;

IX - Semana Municipal Todos Contra a Pedofilia, no período de 12 a 18;

X - Semana de Luta Contra Homofobia, na semana do dia 17;

XI - Semana de Valorização da Família, na terceira semana;

Art. 17. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Maio Amarelo - de conscientização em defesa da segurança no trânsito - a ser realizado, anualmente, durante o mês de maio.

Art. 18. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o mês de maio, como o mês de luta em defesa do ensino público gratuito e de qualidade.

SEÇÃO VI

DO MÊS DE JUNHO

Art. 19. São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau os seguintes dias, a serem realizados, anualmente, no mês de junho:

I - Dia Municipal contra o Trabalho Infantil, no dia 12;

II - Dia Municipal de Combate às Drogas, no dia 26;

III - Dia Municipal do Turista, no dia 13;

IV - Dia do Profissional de Segurança Privada, no dia 20;

V - Dia Municipal de Doação de Medula Óssea, no dia 14;

VI - Dia do Profissional de Comunicação, no dia 10;

VII - Dia Municipal do Orquidófilo, no dia 22;

VIII - Dia da Comunidade Italiana em Blumenau, no dia 2;

IX - Dia do Pastor e do Ministro do Evangelho, no segundo domingo.

Art. 20. São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau as seguintes semanas, a serem realizadas, anualmente, no mês de junho:

I - Semana do Meio Ambiente, na semana do dia 5, Dia Mundial do Meio Ambiente;

II - Semana da Olimpíada Ambiental, na semana do dia 5;

III - Semana da Prevenção à Violência na Escola, na primeira semana;

IV - Semana Municipal da Humanização do Parto, na última semana;

V - Semana Municipal de Skate, na quarta semana;

VI - Semana de Prevenção Contra o Desaparecimento de Crianças e Adolescentes, sempre na terceira semana;

VII - Semana Municipal do Lixo Zero, na segunda semana de junho.

Art. 21. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau o Junho Verde - de proteção e educação ambiental - a ser realizado, anualmente, de 1º a 30 de junho.

SEÇÃO VII

DO MÊS DE JULHO

Art. 22. São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau os seguintes dias, a serem realizados, anualmente, no mês de julho:

I - Dia Municipal do Engenheiro de Materiais, no dia 31;

II - Dia Municipal do Leonismo Blumenauense, no dia 21;

III - Dia Municipal contra o Tráfico de Pessoas, no dia 30;

IV - Dia do Torcedor do Blumenau Esporte Clube, dada a sua importância desportiva e o orgulho para o Município, no dia 19;

V - Dia Municipal da Agricultura Familiar, no dia 25;

VI - Dia Municipal dos Clubes de Mães, no dia 13;

VII - Dia Municipal do Trabalhador Autônomo, no dia 1º;

VIII - Dia Municipal do Socorrista, no dia 2;

IX - Dia Municipal do Conselheiro Tutelar, no dia 13;

X - Dia da Defesa Civil, no dia 9;

Art. 23. São instituídas e incluídas no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau as seguintes semanas, a serem realizadas, anualmente, no mês de julho:

I - Semana Municipal da Defesa Civil, na semana do dia 9;

II - Semana Municipal de Prevenção a Acidentes com Motociclistas, no período de 27 de julho a 2 de agosto;

III - Semana de Conscientização contra o Trote por Telefone - que tem como alvo o número de emergência dos serviços públicos em geral - na penúltima semana;

IV - Semana Municipal do Colono, no período de 25 a 31;

V - Semana Municipal da Imigração Alemã, no período de 19 a 25;

VI - Semana Municipal de Incentivo à Doação de Medula Óssea, no período de 1º a 7;

VII - Semana Municipal da Agricultura Familiar, na semana em curso, a partir do dia 25;

VIII - Semana da Jornada Esportiva - de incentivo à prática do esporte, no mês de julho;

IX - Semana de Prevenção à Hepatite, na semana que abrange o dia 28.

X - Semana Municipal de Luta Contra as Hepatites Virais, na última semana.

Art. 24. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o "Julho Vermelho" - de prevenção aos acidentes em geral e aos incêndios, a ser realizado, anualmente, durante o mês de julho.

SEÇÃO VIII

DO MÊS DE AGOSTO

Art. 25. São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau os seguintes dias, a serem realizados, anualmente, no mês de agosto:

I - Dia Municipal do Bombeiro, no dia 13;

II - Dia Municipal de Combate ao Fumo, no dia 29;

III - Dia do Estagiário, no dia 18;

IV - Dia do Mamoço - de conscientização em defesa do aleitamento materno - no primeiro sábado;

V - Dia Municipal do Atirador Desportivo, no dia 3;

VI - Dia do Capoeirista, no dia 3;

VII - Dia do Conciliador de Justiça, no dia 11;

VIII - Dia Municipal do Motociclista, no dia 14;

IX - Dia Municipal do Fotógrafo e da Fotografia, no dia 19;

X - Dia dos Pais, nas Escolas e nos Centros de Educação Infantil, no segundo domingo;

XI - Dia Municipal da Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, no dia 9.

Art. 26. São instituídas e incluídas no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau as seguintes semanas, a serem realizadas, anualmente, no mês de agosto:

I - Semana Juliana, na primeira semana, como marca da Tradição Gaúcha no Município;

II - Semana de Celebração da Cultura e dos Movimentos Evangélicos, na última semana;

III - Semana do Folclore, na semana do dia 22;

IV - Semana Municipal de Incentivo ao Aleitamento Materno, no período de 1º a 7;

V - Semana Municipal de Saúde do Homem, no decorrer do mês;

VI - Semana Municipal do Deficiente Físico, na semana do dia 25;

VII - Semana Municipal de Prevenção a Acidentes com Motociclistas, de 27 de julho a 02 de agosto;

VIII - Semana Municipal de Prevenção, Conscientização e Combate às Drogas, na primeira semana;

IX - Semana Municipal de Esclarecimento e Conscientização sobre a Esclerose Múltipla, na semana do dia 30;

X - Semana Municipal da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, no período de 21 a 27;

XI - Semana Municipal de Conscientização Política, na segunda semana;

XII - Semana Municipal pela Cidadania e Solidariedade, na semana que incluir o dia 9;

XIII - Semana Municipal de Informação, Prevenção e Combate à Depressão, na segunda semana;

XIV - Semana Municipal da Vigilância Sanitária, na semana que abrange o dia 5 de agosto.

SEÇÃO IX

DO MÊS DE SETEMBRO

Art. 27. São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau os seguintes dias, a serem realizados, anualmente, no mês de setembro:

I - Dia do Árbitro Esportivo, anualmente, no dia 11;

II - Dia Municipal do Jiu-jitsu, no dia 14;

III - Dia da Educação Profissional, no dia 23;

IV - Dia Municipal de Prevenção do Suicídio, no dia 10;

V - Dia da Motosseata Missionária (Motor Intercessor), no dia 2;

VI - Dia Municipal do Doador de Órgãos e Tecidos, no dia 27;

VII - Dia Municipal do Contador, no dia 22;

VIII - Dia Municipal do Gaitero, no dia 10;

IX - Dia do Ciclista, no dia 22, com a realização do Passeio Ciclístico da Cidade de Blumenau;

X - Dia do Músico Religioso, no terceiro sábado;

XI - Dia Municipal de Conscientização na cidade sem meu carro, no dia 22;

XII - Dia Municipal do Administrador, no dia 9;

XIII - Dia Municipal da Cultura Hip Hop, sempre no dia 9;

XIV - Dia Municipal dos Catadores de Lixo Reciclável, no dia 21;

XV - Dia Municipal da Juventude, no dia 22;

XVI - Dia Municipal do Cristaleiro, no dia 7;

XVII - Dia da Indústria da Construção, no dia 9;

XVIII - Dia do Bolonista e do Bochofílo, no dia 1º;

XIX - Dia Municipal do Escritor, no dia 29;

XX - Dia do Encanador, no dia 27;

XXI - Dia do Veterano do Exército do 23º B.I., no dia 27.

Art. 28. São instituídas e incluídas no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau as seguintes semanas, a serem realizadas, anualmente, no mês de setembro:

I - Semana Municipal de Prevenção e Informação sobre Doenças Cardiovasculares, coincidindo com a realização da Semana Nacional

do Coração;

II - Semana de Exposição de Orquídeas, entre os dias 5 e 15;

III - Semana Municipal de Conscientização de Utilização da Faixa de Segurança para Pedestres, na Semana Nacional do Trânsito;

IV - Semana Municipal do Profissional de Educação Física, na primeira semana, tendo o dia 1º como a data principal de sua programação;

V - Semana Municipal do Idoso, na última semana e encerrando-se em 1º de outubro, no Dia Internacional do Idoso;

VI - Semana Municipal do Ciclista, no período de 16 a 22;

VII - Semana Municipal de Fortalecimento do Turismo, na última semana;

VIII - Semana Municipal de Incentivo à Doação de Sangue, na semana do dia 25;

IX - Semana Municipal de Incentivo ao Ciclismo, na semana em que se incluir o dia 22;

X - Semana Municipal da Juventude, na semana que compreende o dia 22, em alusão ao Dia Municipal da Juventude.

XI - Semana da Água, na semana do dia 23, quando se comemora o início da primavera;

XII - Semana de Arborização Voluntária, na semana do dia 21, com o objetivo de estimular e promover o plantio de árvores em todas as regiões do Município, visando ao aumento de sua cobertura vegetal e contribuindo para a redução da poluição e dos efeitos da elevação da temperatura ambiental;

XIII - Semana Municipal da Fibrose Cística, de conscientização, a partir do dia 5;

Art. 29. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Mês de Setembro, como mês de Prevenção e Diminuição dos Vírus HPV's Oncogênicos, a serem realizadas durante o referido mês.

Art. 30. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Setembro Branco, de conscientização à paz, a ser realizada, anualmente, durante o mês de setembro.

Art. 31. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Setembro Verde, de conscientização da Fibrose Cística, a ser realizada, anualmente, durante o mês de setembro.

Art. 32. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o mês de setembro, como mês da conscientização da importância social e humanitária da doação de órgãos e tecidos humanos, no Município.

SEÇÃO X

DO MÊS DE OUTUBRO

Art. 33. São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau os seguintes dias, a serem comemorados, anualmente, no mês de outubro:

I - Dia do Eletricista, no dia 17;

II - Dia Municipal da Psicomotricidade Relacional, no dia 10;

III - Dia Municipal da Proteção Animal, dia 4 de outubro (Dia Municipal dos Animais);

IV - Dia Municipal do Outubro Rosa, no terceiro domingo;

V - Dia do Comerciante, no dia 30;

VI - Dia da Língua Alemã, no dia 3;

VII - Dia do Centro de Valorização da Vida (CVV), no dia 7;

VIII - Dia "D" de Combate ao Crack, no dia 1º;

IX - Dia Municipal dos Defensores dos Direitos dos Animais, sempre no dia 4;

X - Dia Municipal do Poeta, sempre no dia 13;

XI - Dia Municipal do Bandonionista, sempre no dia 10;

XII - Dia do Agente de Saúde, do Programa de Saúde da Família, no dia 1º;

XIII - Dia do Guarda de Trânsito, sempre, no dia 17;

XIV - Dia da Reforma Evangélica Luterana, no dia 31, em homenagem à comunidade de crença e confissão luterana.

XV - Dia do Pintor, no dia 18;

XVI - Dia Municipal de Combate ao Preconceito às Pessoas com

Nanismo, no dia 25.

Art. 34. São instituídas e incluídas no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau as seguintes semanas, a serem comemoradas, anualmente, no mês de outubro:

I - Semana Municipal de Conscientização e Prevenção contra Desastres Associados a Fenômenos Naturais e a Ocupação Urbana, na segunda semana;

II - Semana Municipal de Conscientização da Mielomeningocele, na última semana;

III - Semana de Proteção e Bem Estar Animal, na semana que abrange o dia 4;

IV - Semana Municipal de Prevenção da Violência na Primeira Infância, entre os dias 12 e 18;

V - Semana de Conscientização do Planejamento Familiar, no mês de Outubro;

VI - Semana Municipal de Promoção da Saúde Bucal, na segunda quinzena.

VII - Semana Municipal de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral (AVC), na semana que abrange o dia 29.

Art. 35. Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau o "Outubro Rosa", como mês da conscientização e da prevenção do câncer de mama no Município.

SEÇÃO XI

DO MÊS DE NOVEMBRO

Art. 36. São instituído e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau os seguintes dias, a serem realizados, anualmente, no mês de novembro:

I - Dia da Capoeira, no dia 20;

II - Dia Municipal do Novembro Azul, no dia 1º;

III - Dia do Bairro Velha Grande, no dia 25;

IV - Dia do Pedreiro, no dia 15;

V - Dia Municipal do Taxista, no dia 25;

VI - Dia do Doador de Sangue, no dia 25;

VII - Dia Municipal de Mobilização Contra a Corrupção, no dia 15;

VIII - Dia Municipal de Solidariedade ao Povo Palestino, a ser lembrado no dia 29;

IX - Dia do Barbeiro, do Cabeleireiro, da Manicure e da Pedicure, no dia 3;

X - Dia do Músico, no dia 22;

XI - Dia do Vereador Mirim, sempre no dia 3;

XII - Dia do Empreendedor, sempre no dia 5.

XIII - Dia do Missionário, no terceiro domingo;

XIV - Dia do Técnico em Contabilidade, no dia 20;

XV - Dia da Umbanda, no dia 15;

XVI - Dia do Jovem Empreendedor, no dia 10.

Art. 37. São instituídas e incluídas no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau as seguintes semanas, a serem comemoradas, anualmente, no mês de novembro:

I - Semana dos Bairros, na semana que abrange o dia 25;

II - Semana Municipal de Prevenção aos Crimes de Internet, na primeira semana;

III - Semana da Música, a ser comemorada, na semana que abrange o dia 22, Dia do Músico;

IV - Semana Multicultural, na semana que abrange o dia 5, Dia Nacional da Cultura Brasileira;

V - Semana Municipal da Defesa Civil, no período em que se achar incluída aquela data;

VI - Semana Municipal da Consciência Negra, no mês de novembro.

Art. 38. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Novembro Dourado, de conscientização ao câncer infantil, a ser realizado, anualmente, do dia 1º ao dia 30 de novembro.

Art. 39. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Novembro Azul, a ser comemorado, anualmente, em novembro, do dia 1º ao dia 30.

Art. 40. Fica instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do município de Blumenau, a campanha 16 (dezesesseis) dias de

ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, a ser realizada, anualmente, de 20 de novembro a 5 de dezembro.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 41. Fica instituído o mês de novembro, como mês da conscientização da importância social e humanitária da doação de sangue, no município de Blumenau.

SEÇÃO XII DO MÊS DE DEZEMBRO

Art. 42. São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau os seguintes dias, a serem realizados, anualmente, no mês de dezembro:

- I - Dia Municipal do Professor de Alunos com Necessidades Especiais, no dia 9 (Dia da Criança Especial);
- II - Dia Municipal de Combate à Pirataria e Biopirataria, no dia 3;
- III - Dia Municipal do Samba, no dia 2;
- IV - Dia Municipal do Arquiteto Urbanista, no dia 11;
- V - Dia Municipal do Engenheiro Civil, no dia 11;
- VI - Dia municipal de mobilização dos homens pelo fim da violência contra as mulheres, no dia 6;
- VII - Dia do Vizinho Solidário, no dia 23;
- VIII - Dia Municipal da Paz, na primeira quinzena;
- IX - Dia do Soroptimismo, sempre no dia 10;
- X - Dia do Voluntário, no dia 5 (Dia Internacional do Voluntariado).
- XI - Dia Municipal do Representante Comercial, no dia 9.

Art. 43. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dezembro Vermelho - de conscientização à população sobre a prevenção do Vírus HIV - de 1º a 31.

Art. 44. É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau a Semana Municipal de Incentivo à Patinação, a ser realizada, anualmente, na segunda semana de dezembro.

CAPÍTULO IV DOS FERIADOS

Art. 45. VETADO.

I - VETADO;

II - VETADO;

III - VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 46. VETADO.

Art. 47. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. VETADO.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.081/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.081, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 889, DE 21 DE MAIO DE 2013, PARA FIXAR O VENCIMENTO DOS CARGOS DE ADMINISTRADOR, ASSISTENTE SOCIAL E CONTADOR, DE PROVIMENTO EFETIVO, CRIADOS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso

da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ao artigo 1º da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013, que "Fixa o vencimento dos cargos de provimento efetivo, de provimento em comissão e o valor das gratificações de funções de confiança da Câmara Municipal", são acrescentados os incisos VII, VIII e IX, com as seguintes redações:

"Art. 1º [...]

VII – Administrador – referência 60;

VIII – Assistente Social – referência 60;

IX – Contador – referência 70."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.140/2016

DECRETO Nº 11.140 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAEMA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

25 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

2501 – Fundação Municipal do Meio Ambiente

Atividade 25.01.18.542.0009.2137 – Manut. Ativ. FAEMA

Modalidade 3.1.91 (8) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

25 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

2501 – Fundação Municipal do Meio Ambiente

Atividade 25.01.18.542.0009.2137 – Manut. Ativ. Faema

Modalidade 3.1.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.141/2016

DECRETO Nº 11.141, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.353, de 30 de novembro 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta do Município, no valor de R\$ 807.145,60 (oitocentos e sete mil, cento e quarenta e cinco reais e sessenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0002.2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações

Modalidade 3.3.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Man. Ativ. Guarda e Cons. do Patrimônio

Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 335.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.2023 – Manut. Ativ. Receita

Modalidade 3.3.90 (93) Aplicações Diretas R\$ 39.100,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 09.01.12.365.0004.2038 – Alimentação Esc. – Educ. Infantil – Pnaec

Modalidade 3.3.90 (162) Aplicações Diretas R\$ 179.880,60

Fonte de Recursos 0137.00000

Atividade 09.01.12.365.0004.2250 – Alimentação Esc. – Educação Infantil Pnaep

Modalidade 3.3.90 (164) Aplicações Diretas R\$ 47.665,00

Fonte de Recursos 137.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1101 – Diretoria Administrativo Financeira

Atividade 11.01.04.122.0002.2277 - Manut. Ativ. Adm. e Financeira da Semob

Modalidade 4.4.90 (742) Aplicações Financeiras R\$ 40.500,00

Fonte de Recursos 0183.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico

Modalidade 3.3.90 (581) Aplicações Diretas R\$ 112.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1503 – Diretoria de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.03.20.606.0003.2086 – Apoio Financeiro a Epagri

Modalidade 3.3.90 (607) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações

orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 – Administrativo do Gabinete

Atividade 05.01.04.122.0002.2017 – Manut. Ativ. Administrativas da Sede

Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Manut. Ativ. Pessoal

Modalidade 3.3.90 (64) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Administrativas da Sefaz

Modalidade 3.3.90 (83) Aplicações Diretas R\$ 39.100,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 09.01.12.365.0004.2037 – Alimentação Esc. – Ens. Fund. – Pnaef

Modalidade 3.3.90 (160) Aplicações Diretas R\$ 227.545,60

Fonte de Recursos 0137.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1008 – Execução de Pav. e Drenagem Ruas do Badesc

Modalidade 4.4.90 (296) Aplicações Diretas R\$ 40.500,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1013 – Const. Rotulas, Trevos, Ilhas e Ciclovias

Modalidade 4.4.90 (309) Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1501 – Administrativo do Gabinete

Atividade 15.01.04.122.0002.2078 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedec

Modalidade 3.3.90 (569) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1504 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

Atividade 15.04.11.334.0003.2088 – Apoio a Formalização de Empreendimentos

Modalidade 3.3.90 (612) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.142/2016

DECRETO Nº 11.142, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do

Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERV. AUT. MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB
3303 – Diretoria de Trânsito
Atividade 33.03.06.122.0005.2219 – Manut. Ativ. Convenio Transito Modalidade 3.3.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
Fonte de Recursos 0210.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

33 – SERV. AUT. MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB
3303 – Diretoria de Trânsito
Atividade 33.03.06.122.0005.2219 – Manut. Ativ. Convenio Trânsito Modalidade 4.4.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
Fonte de Recursos 0210.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de dezembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.144/2016

DECRETO Nº 11.144, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUSPENDE OS PRAZOS DE APLICAÇÃO E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS FINANCEIROS CONCEDIDOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÕES, AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES ÀS INSTITUIÇÕES E ENTIDADES DE CARATER PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 59, combinado com a alínea "o" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suspensos do dia 19 de dezembro de 2016 a 20 de janeiro de 2017, período de férias coletivas, disciplinado pela Lei nº. 8.345, de 11 de novembro de 2016, os prazos de aplicação e de prestação de contas dos recursos financeiros concedidos a título de contribuições, auxílios e subvenções às instituições e entidades de caráter privado sem fins lucrativos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.145/2016

DECRETO Nº 11.145, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEIS LOCALIZADOS À RUA SILVANO CÂNDIDO DA SILVA SENIOR, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS DE TURISMO E LAZER.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e nos termos do art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação e destinados à instalação de logradouro público os seguintes imóveis:

I – o terreno pertencente a Gerhard Horst Fritzche e a Tânia Conrad Fritzche, contendo 8.872,17m², localizado à Rua Silvano Cândido da Silva Sênior, no bairro Ponta Aguda, inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob o nº4-2-1-14-48 e matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis sob o nº29.098;

II – o terreno pertencente a Gerhard Horst Fritzche e a Tânia Conrad Fritzche, contendo 12,92m², localizado à Rua Silvano Cândido da Silva Sênior, no bairro Ponta Aguda, inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob o nº4-2-19-14-52 e matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis sob o nº29.103;

III – o terreno pertencente a Gerhard Horst Fritzche e a Tânia Conrad Fritzche, contendo 31.200,14m², localizado à Rua Silvano Cândido da Silva Sênior, no bairro Ponta Aguda, inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob o nº4-2-19-14-52 e matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis sob o nº29.105;

IV – o terreno pertencente a Gerhard Horst Fritzche e a Tânia Conrad Fritzche, contendo 221.755,36m², localizado à Rua Silvano Cândido da Silva Sênior, no bairro Ponta Aguda, inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob o nº4-2-8-2-43 e matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis sob o nº12.789 e

v – o terreno pertencente a Gerhard Horst Fritzche e a Tânia Conrad Fritzche, contendo 167.421,00m², localizado à Rua Silvano Cândido da Silva Sênior, no bairro Ponta Aguda, inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob o nº4-2-8-2-45 e matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis sob o nº12.786.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de dezembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.146/2016

DECRETO Nº 11.146, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ATUALIZA MONETARIAMENTE OS TRIBUTOS, OS PREÇOS PÚBLICOS E AS MULTAS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no §2º do art. 97, do Código Tributário Nacional e no §1º do art. 388 da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, Código Tributário do Município,

DECRETA:

Art. 1º Os tributos, os preços públicos e as multas municipais serão atualizados monetariamente em 1º de janeiro de 2017 pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE), acumulado entre os meses de dezembro de 2015 e novembro de 2016, no percentual de 7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.147/2016

DECRETO Nº 11.147, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE BENEFÍCIO FISCAL AOS CONTRIBUINTES DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA DO MUNICÍPIO – IPTU, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017 E ESTABELECE AS DATAS PARA O SEU PAGAMENTO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso I, alínea “a”, combinado com art. 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 12, da Lei Complementar nº 61, de 06 de dezembro de 1993 e no art. 237, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, Código Tributário do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos aos contribuintes do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do Município – IPTU, relativo ao exercício de 2017, os seguintes descontos:

I – de 2% (dois por cento) para o contribuinte que efetuou o pagamento do IPTU de 2016 dentro do exercício de 2016;

II – de 8% (oito por cento) para o contribuinte que efetuar o pagamento da cota única, constante do respectivo carnê, até o dia 13 de fevereiro de 2017;

III – de 5% (cinco por cento) para o contribuinte que efetuar o pagamento da cota única, constante do respectivo carnê, até o dia 13 de março de 2017.

Art. 2º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do Município – IPTU e taxas correlatas, relativo ao exercício de 2017, poderá ser pago à vista ou em até onze (11) parcelas, de acordo com a tabela abaixo, obedecido o valor mínimo para cada parcela de R\$ 20,00 (vinte reais):

PARCELA DATA DO VENCIMENTO

Cota única com 8% de desconto 13 de Fevereiro

Cota única com 5% de desconto 13 de Março

1ª Parcela 13 de Fevereiro

2ª Parcela 13 de Março

3ª Parcela 13 de Abril

4ª Parcela 15 de Maio

5ª Parcela 13 de Junho

6ª Parcela 13 de Julho

7ª Parcela 14 de Agosto

8ª Parcela 13 de Setembro

9ª Parcela 13 de Outubro

10ª Parcela 13 de Novembro

11ª Parcela 13 de Dezembro

§1º Se a soma do imposto e das taxas não atingir o valor de R\$ 20,00 (quinze reais), a quantia deverá ser paga em cota única, com os descontos e nas datas previstas nos incisos II e III do art. 1º deste Decreto.

§2º Sendo o número de parcelas inferior a onze, a primeira parcela terá seu vencimento no dia 13 de fevereiro de 2017 e as demais nas datas subsequentes, de acordo com a tabela a que se refere este artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.152/2016

DECRETO Nº 11.152, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DELIMITA IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, COMO ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECIAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PROJETO “MORE LEGAL”.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso I, alínea n, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 4º da Lei Complementar nº 295, de 08 de novembro de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Ficam delimitados como Zona de Urbanização Especial, para fins de aplicação do Projeto “More Legal”, Lei Complementar nº 295, de 08 de novembro de 2000, os seguintes imóveis:

I – DE ALDOMIRO PAULO MOHR E MARIA TENFEN MOHR:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Nova Esperança, na Rua Henrique Reif, contendo 953,36m², fazendo frente em 26,00m com o lado par da Rua Henrique Reif, fundos em 36,00m com o lado par da Rua Sotero Pereira; estremando pelo lado direito em 36,00m com terras de Aldomiro Paulo Mohr, e pelo lado esquerdo em 27,00m com terras de Otacílio Martins Varela, sem benfeitorias, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº10.444;

II – DE EDIT AGOSTINI PATERNO E VERSI AGOSTINI:

Um terreno situado nesta cidade, no bairro Progresso, na Rua Frigilda Anna Rosenbrock Hort, contendo a área de 749,00m², fazendo frente em 34,00m com o lado ímpar da Rua Frigilda Anna Rosenbrock Hort, fundos em 36,00m com terras de Lourdes de Aguiar

Wandscheer; estremando pelo lado direito em 21,40m com o lado ímpar da Rua Frederico Hort, e pelo lado esquerdo em 21,80m com a margem direita do Ribeirão Garcia, sem benfeitorias, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº10.539;

III – DE RALF KASULKE E LACY KASULKE:

Um terreno situado nesta cidade, no bairro Itoupava Central, na Rua Reinoldo Ehmke, contendo a área de 4.434,90m², fazendo frente em 32,58m com o lado par da Rua Reinoldo Ehmke, fundos em 31,12m com terras de Alcides Dickmann e Eleonora Dickmann; estremando pelo lado direito em 146,96m, sendo a partir da frente em 130,08m com terras de Ralf Kasulke e outros (mat 29.872), e em 15,66m com terras de Rolando Manske e Karin Manske, e pelo lado esquerdo em 138,07m, sendo a partir da frente em 89,50m com terras de Celso Dickmann e em 48,57m com terras de Alzira Bieging, sem benfeitorias, matriculado no 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº29.871.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.306/2016

PORTARIA Nº 20.306, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 93 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando SEDEAD nº 05/2016, de 30 de novembro de 2016, resolve:

CONCEDER Gratificação de Instrução de Programas de Treinamento e Capacitação correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do respectivo padrão de vencimento, por hora aula ministrada, aos servidores públicos municipais abaixo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo:

Nome do(a) servidor(a)	Cargo	C/H	Faixa Venc	Padrão Venc	Horas aulas ministradas
Ana Priscila de Oliveira Benites	Psicólogo	20	I	A	44
Marcio José Weber	Administrador	30	I	C	32
Zuleica Maria Gadotti Melato	Psicólogo	40	II	L	56
Allan Cristian Buettgen	Psicólogo	40	II	J	60
Amanda Fenilli Mendes	Fonoaudiólogo	30	I	A	19
José Reynaldo Menezes Graças	Técnico em Segurança do Trabalho	40	I	A	16
Bianca Kleis de Carvalho	Fonoaudiólogo	30	I	A	34
Ângela Magnani Jacques Moreira da Costa	Analista de Recursos Humanos	40	II	M	09
Mari Lúcia de Amorim	Professor	40	II	J	09

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.162/2016

PORTARIA Nº 20.162, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA O RETORNO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLMAR CAPISTRANO AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE EDUCADOR SOCIAL, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do servidor público municipal VOLMAR CAPISTRANO, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 17 de outubro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 2016/10/9173.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de outubro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.309/2016

PORTARIA Nº 20.309, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando GAB SEMUDES nº 191/2016, de 21/11/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014, os representantes abaixo, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, juntamente com os demais membros:

MÁRCIA ROSELI GUETTER GEISLER, segunda suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Política Socioassistencial dos Serviços de Proteção Social Especial – Média Complexidade, em substituição a CRISTIANE ROSSBACH PINHEIRO DE ALMEIDA, nomeada pela Portaria nº 18.824, de 08 de junho de 2015;

MARIA EUNICE MALACARNE BERNAT e DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, primeira e segunda suplente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Política Socioassistencial dos Serviços de Proteção Social Especial – Alta Complexidade, em substituição a CAROLINNE KISNTENMACHER VIEIRA e ANDRÉA CORDEIRO MIGUEL, nomeadas pela Portaria nº 19.529, de 24 de março de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

PORTARIA Nº 20.312/2016

PORTARIA Nº 20.312, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA CRISTIANO CARLOS BAIFUS DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE HABITAÇÃO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 46, “II” da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

EXONERAR, a contar de 12 de dezembro de 2016, CRISTIANO CARLOS BAIFUS, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Habitação, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nomeado pela Portaria nº 19.987, de 17 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.313/2016

PORTARIA Nº 20.313, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA - SAD Nº 029/2016, QUE TRAMITOU PERANTE A 2ª CPASD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, o art. 246, da Lei Complementar n. 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos da SAD nº 029/2016 – 2ª CPASD, resolve:

DETERMINAR

o arquivamento da Sindicância Administrativa – SAD nº 029/2016, instaurada pela Portaria nº 20.109, de 03/10/16, para apurar suposta irregularidade no atendimento a uma usuária ocorrido no ESF Tereza Lescowitz II, que tramitou perante a 2ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, em consonância com o Relatório Final que concluiu não ficar comprovado nos autos irregularidade que ensejaria a instauração de processo administrativo disciplinar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.315/2016

PORTARIA Nº 20.315, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13 e alterações posteriores, resolve:

DISPENSAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, das seguintes funções gratificadas de confiança:

ALINE MIYUKI UI, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Compras, FGC-50%, designada pela Portaria nº 16.875, de 12/04/2013, no dia 02 de dezembro de 2016;

CLAUDIA REGINA DA SILVA SCHORR, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Empenho e Pagamento, FGC-50%, designada pela Portaria nº 18.264, de 27/11/2014, no dia 05 de dezembro de 2016;

HONORINA DA SILVA, Professor, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor Técnico Setorial, FGC-40%, designada pela Portaria nº 19.655, de 26/04/2016, no dia 05 de dezembro de 2016;

RÔMULO RENÉ STUPP, Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Serviço de Frota, FGC-40%, designada pela Portaria nº 19.655, de 26/04/2016, no dia 05 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.316/2016

PORTARIA Nº 20.316, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança:

CLAUDIA REGINA DA SILVA SCHORR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a função de Coordenador de Compras, FGC-50%, no dia 06 de dezembro de 2016;

EMERSON FIGUEIREDO SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a função de Coordenador de Empenho e Pagamento, FGC-50%, no dia 06 de dezembro de 2016;

RÔMULO RENÉ STUPP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a função de Assessor Técnico Setorial, FGC-40%, no dia 06 de dezembro de 2016;

OCLIDES ORIDES NARDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a função de Assessor de Serviço de Frota, FGC-40%, no dia 06 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.317/2016

PORTARIA Nº 20.317, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CAROLINA MORASTONI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 47 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD

nº 1510/2016, de 07 de dezembro de 2016, resolve:

CONCEDER, gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, pelo Atendimento aos Usuários do SUS, à servidora pública municipal CAROLINA MORASTONI, matrícula nº 231072, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 22 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.318/2016

PORTARIA Nº 20.318, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDNO HONORATO DE BRITO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 93 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando SEMUDES nº 526/2016/DAF, de 07/12/2016, resolve:

CONCEDER Gratificação de Instrução de Programas de Treinamento e Capacitação correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do respectivo padrão de vencimento, por hora aula ministrada, ao servidor público municipal abaixo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo:

Nome do(a) servidor(a)	Cargo	C/H	Faixa Venc	Padrão Venc	Horas aulas ministradas
EDNO HONORATO DE BRITO	Engenheiro Civil	30	II	B	04

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.319/2016

PORTARIA Nº 20.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

NOMEIA ODIRLEI JOSÉ VIEIRA, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo ao Memorando nº 283/2016, de 08/12/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, resolve:

NOMEAR

ODIRLEI JOSÉ VIEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes – Bandas e Fanfarras, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 002/2016, a contar de 28 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.320/2016

PORTARIA Nº 20.320, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR RESPONSABILIDADE DO EX-SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL F.L.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e art. 209, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo a solicitação da 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau, por meio do Ofício nº 0401/2016/14PJ/BLU, resolve:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, designada pelas Portarias nºs 583, de 20/04/2015 e 671, de 30/08/2016, para apurar a responsabilidade disciplinar do ex-servidor público municipal F.L, matrícula nº 1147, então ocupante do cargo de Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, por infringir, em tese, os artigos 176, I e VI; 177, XI, XIII, XXII e XXXI, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o artigo 9º, inciso XII, da Lei Federal nº 8.429/92

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.321/2016

PORTARIA Nº 20.321, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA LUCIANA FIAMONCINI DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE BENEFÍCIOS SOCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

LUCIANA FIAMONCINI, do cargo em comissão de Gerente de Benefícios Sociais, símbolo CC-3, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeada pela Portaria nº 16.641, de 05/02/2013, no dia 07 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.322/2016

PORTARIA Nº 20.322, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

ELIZANGELA CRISTIANE DOS SANTOS, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Benefícios Sociais, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 12 de dezembro de 2016;

MARCOS VINÍCIUS COTTA FERREIRA, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Orçamento, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, no dia 12 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.323/2016

PORTARIA Nº 20.323, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JORGE LUIS KRAUSS A AFASTAR-SE DO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO JUNTO AO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento nos artigos 21 e 22, caput, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, resolve:

AUTORIZAR, sem ônus para o Município, o servidor público municipal a JORGE LUIS KRAUSS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a afastar-se do exercício do cargo, a contar de 07 de dezembro de 2016, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Terminais Urbanos, junto ao Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, de conformidade com o Processo Administrativo nº 2016/12/10613.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.324/2016

PORTARIA Nº 20.324, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA MOACIR ROBERTO THEISS DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

EXONERAR, a contar de 16 de novembro de 2016, MOACIR ROBERTO THEISS, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Segurança Alimentar, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeado pela Portaria nº 20.191, de 28 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.325/2016

PORTARIA Nº 20.325, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA VILMAR FLORÊNCIO ROSA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE OBRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

VILMAR FLORENCIO ROSA, do cargo em comissão de Diretor de Obras, símbolo CC-2, da Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, nomeado pela Portaria nº 16.517, de 02/01/2013, no dia 12 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.327/2016

PORTARIA Nº 20.327, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA A PORTARIA N. 20.213, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016, QUE NOMEOU NADIA MERY SCHWARTZ PARA COMPOR O CONSELHO TUTELAR I.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 7º, XVIII, da LC n. 411, de 01 de agosto

de 2003, e em atenção ao Memorando GAB SEMUDES nº 532-2016/DAF, de 12/12/2016, resolve:

ALTERAR a Portaria nº 20.213, de 10 de novembro de 2016, que nomeou Nadia Mery Schwartz para compor o Conselho Tutelar I, onde consta: "no período de 09/01/2017 a 07/06/2017, lapso de férias dos conselheiros tutelares titulares" para: "no período de 19/12/2016 a 07/06/2017, lapso de férias dos conselheiros tutelares titulares".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.328/2016

PORTARIA Nº 20.328, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 286/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

IRINEIA GRACHER, nomeada através da Portaria nº 20.112, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

ELAINE CRISTINA GRIEBEL FERREIRA, nomeada através da Portaria nº 20.112, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

VANESSA ADRIANA DAHLKE, nomeada através da Portaria nº 20.113, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social – Feminino, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

JOÃO JOEL DAHMER, nomeado através da Portaria nº 20.113, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Masculino, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

HERLON IVAN VIEIRA PINTO, nomeado através da Portaria nº 20.113, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Masculino, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

THAIS DA FONSECA ARNONI, nomeada através da Portaria nº 20.114, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

ELLEN JACOPETI SANCHES DE FARIAS, nomeada através da Portaria nº 20.114, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

FELIPE HOFMANN BARBETA, nomeado através da Portaria nº 20.114, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

SOLANGE APARECIDA MAIDEL, nomeada através da Portaria nº 20.114, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

MÁRCIA AZEVEDO BASTIAN MANFREDI, nomeada através da Portaria nº 20.114, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

JULIANO CANELLO CAPRA, nomeado através da Portaria nº 20.114, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

JAMES ALBERTON, nomeado através da Portaria nº 20.114, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Cardiologista, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

MILTON RICARDO POFFO, nomeado através da Portaria nº 20.114, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Cardiologista, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

CASSANDRA QUEIROZ DE SALES, nomeada através da Portaria nº 20.150, de 13 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.330/2016

PORTARIA Nº 20.330, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 286/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

MARIA JULIA DAS CHAGAS, nomeada através da Portaria nº 20.200, de 31 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Engenheiro de Alimentos, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

LIZ ANIE COMIN, nomeada através da Portaria nº 20.200, de 31 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2016;

SILVANA MARIA KIENEN, nomeada através da Portaria nº 20.200, de 31 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

SIDNEI FOSSA, nomeado através da Portaria nº 20.200, de 31 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

MARIA NEUSA RIBEIRO NEGRETTI, nomeada através da Portaria nº 20.200, de 31 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

MARCELO DA SILVEIRA, nomeado através da Portaria nº 20.223, de 11 de novembro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

MARIA GABRIELA SEILER, nomeada através da Portaria nº 20.222, de 11 de novembro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

PAULO ROBERTO DE FREITAS JUNIOR, nomeado através da Portaria nº 20.259, de 25 de novembro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

CRISTIANE FRANCISCA NACK ANACLETO, nomeada através da Portaria nº 20.053, de 06 de setembro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

DILAMAR DA SILVA GUEREGA, nomeado através da Portaria nº 20.259, de 25 de novembro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

AMANDA JARDIM PFIFFER, nomeada através da Portaria nº 20.113, de 03 de outubro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.331/2016

PORTARIA Nº 20.331, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

RETIFICA A PORTARIA Nº 20.199, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

RETIFICAR

a Portaria nº 20.199, de 31 de outubro

de 2016, que nomeou candidatos aprovados em concurso público para ocuparem cargos de provimento efetivo, onde se lê: "PAULA F. S. VENTUR" leia-se: "PAULA FELIX SAHER VENTURA".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.332/2016

PORTARIA Nº 20.332, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

RETIFICA A PORTARIA Nº 20.269, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

RETIFICAR

a Portaria nº 20.269, de 28 de novembro de 2016, que nomeou candidatos aprovados em concurso público para ocuparem cargos de provimento efetivo, onde se lê: "KATIA MICHELLE REITER GUSKI" leia-se: "KATI MICHELLE REITER GUSKI".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.333/2016

PORTARIA Nº 20.333, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

RETIFICA A PORTARIA Nº 20.278, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

RETIFICAR

a Portaria nº 20.278, de 28 de novembro de 2016, que nomeou candidatos aprovados em concurso público para ocuparem cargos de provimento efetivo, onde se lê: "SORAIA VARGAS" leia-se: "SORAIA VIRGES".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.334/2016

PORTARIA Nº 20.334, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DESIGNA MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a solicitação advinda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, contida no Memorando GAB nº 203/2016, de 06/12/2016, resolve:

Art. 1º Designa membro para a Comissão de Implantação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, juntamente com os demais membros:

NARA RUBIA SCHRAMM MEURER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em substituição a CAROLINNE KISTENMACHER VIEIRA, designada pela Portaria nº 19.162, de 14 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMI Nº 24/2016

RESOLUÇÃO CMI Nº 24/2016

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA MESA COORDENADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI PERÍODO 2016-2017.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 22 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO:

- o Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso - CMI, que estabelece, em seu art. 16, o período de 01 (um) ano para o mandato dos membros da Mesa Coordenadora, com composição paritária;

- que os membros da Mesa Coordenadora do CMI, alternar-se-ão a cada mandato, entre os representantes governamentais e não-governamentais;

- a indicação dos Conselheiros para comporem a Mesa Coordenadora, que ocorreu em Plenária Ordinária, datada de 22 de novembro de 2016, conforme Ata do CMI nº 10/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os Conselheiros abaixo para compor a Mesa Coordenadora do CMI, para o período 2016-2017:

I – Coordenador Geral – André René Nader Rodrigues, representando o Serviço Social do Comércio - SESC;

II - Vice- Coordenador – Edison Marques, representando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDEC;

III - 1º Secretário – Vilmar José Balsan representando a Associação Blumenauense de Deficientes Físicos - ABLUDEF

IV - 2ª Secretária: - Maria Augusta Caldeira Koch Buttebdorf representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CMI Nº. 23/2016 que dispõe sobre a Composição da Mesa Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de dezembro de 2016.

Fabiana Gonçalves Felix Maciel

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso – CMI – Período 2016 - 2017

14º EXTRATO ADITIVOS CONTRATOS FMAC EDITAL Nº 003/2015 - FUNDAÇÃO CULTURAL

A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura (FMAC), através de seu Presidente, Rodrigo Rogério Ramos, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos aos contratos de Apoio Financeiro referentes ao Edital 003/2015 do FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau (FCB) e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados. As partes contratantes terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos financeiros repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas aprezadas constantes nos respectivos Contratos assinados pelas partes.

Edital FMAC	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Título do Projeto Cultural	Objeto	Objeto do Aditivo	Valor (R\$)	Data da assinatura do Contrato	Data da assinatura do Aditivo	Prazo de Execução
003/2015	112	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Felipe Adam	Vagões de Lembranças	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 022/2015, Área: Patrimônio Material e Imaterial, Modalidade: Pesquisa, Intitulado "Vagões de Lembranças", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 2º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta, Inciso I, letra "b", "c" e "d.1" (Da Contrapartida Social e do Produto Cultural)	33.517,65	23/05/2016	30/11/2016	17/06/2016 até 31/12/2016

003/2015	126	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Paulo Leonardo Maier Dietrich	I Choose the Blues	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 026/2015, Área: Música, Modalidade: Gravação de Cd, Intitulado "I Choose de Blues", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 3º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta, Inciso I, letra "b" (Da Contrapartida Social e do Produto Cultural)	32,845,00	23/05/2016	30/11/2016	17/06/2016 Até 10/05/2017
003/2015	128	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Rodrigo Antônio da Silva	Música em Cores	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 032/2015, Área: Artes visuais, Design e Moda, Modalidade: Produção, Intitulado "Música em Cores", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 3º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta, Inciso I, letra "c", "d" e f.6" (Da Contrapartida Social e do Produto Cultural)	23.195,70	23/05/2016	30/11/2016	17/06/2016 Até 28/02/2017

Blumenau, 14 de dezembro de 2016.

Rodrigo Rogério Ramos

Presidente

Fundação Cultural de Blumenau

RESOLUÇÃO CMAS Nº 70/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 70/2016

ESTABELECE PRAZO MÁXIMO PARA REALIZAÇÃO DAS REAVALIAÇÕES SOCIOECONOMICAS DOS BENEFICIÁRIOS DO RENDA CIDADÃ.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária ordinária realizada em 07 de dezembro de 2016.

CONSIDERANDO:

- a Política Nacional de Assistência Social que apresenta como parâmetro para a organização da rede socioassistencial a "oferta, de maneira integrada, de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social para cobertura de riscos, vulnerabilidades, danos, vitimizações, agressões ao ciclo de vida e à dignidade humana e à fragilidade das famílias" (PNAS, 2004, p. 93);
- a Lei nº 12.435/2011 que "dispõe da organização da Assistência Social e da outras providências" em seu Art. 22: que entende por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública";
- a lei 6861/2006 o qual estabelece, em seu Capítulo IV, Art. 07, parágrafo 2º "A comprovação da renda familiar é realizada no momento do preenchimento da ficha cadastral e observada, semestralmente, ou antes, desse prazo, para fins de reavaliação, a critério do profissional do Serviço Social".
- a IN 03 de 21 de julho de 2010 que estabelece normas e procedimentos para a modalidade "Renda Cidadã";

- a aprovação em Plenária Ordinária do CMAS datada de 07 de dezembro de 2016, conforme Ata nº. 19/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 5º da Instrução Normativa nº03/2010 que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O tempo de permanência, na modalidade “Renda Cidadã”, é de até 2 semestres, com reavaliação trimestral”.

Art. 2º Permanecem inalterados, no que não colidirem os demais artigos e parágrafos da Instrução Normativa nº03/2010.

Artº 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir da sua aprovação.

Blumenau, 07 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 71/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 71/2016

ALTERA OS ARTIGOS 3º e 7º DA RESOLUÇÃO 52/2016 A QUAL DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NATALIDADE E FUNERAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária ordinária realizada em 07 de dezembro de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Art. 22 da Lei Orgânica de Assistência Social: “Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”;

- o Decreto nº. 6.307, de 14 de dezembro de 2007 que “Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993”;

- a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº. 212, de 19 de outubro de 2006 que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social e seu Art. 17 “Recomendar que o critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais estabelecido pelo Distrito federal e Municípios atenda ao determinado no art. 22 da Lei 8.742, de 1993, não havendo impedimento para que o critério, seja fixado em valor igual ou superior a 1/4 do salário mínimo”;

- a aprovação em Plenária ordinária do CMAS datada de 31 de agosto de 2016, conforme Ata nº. 12/2016 e Plenária extraordinária realizada no dia 05/09/2016, conforme Ata nº. 13/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o valor R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o Benefício Natalidade a cada nascimento; e o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o Benefício Funeral, somente quando houver a morte do (a) provedor (a).

Art. 2º O valor do benefício eventual natalidade e funeral, disposto no artigo 3º, vigorará por prazo indeterminado.

Art. 3º Permanecem inalterados, no que não colidirem, os demais artigos e parágrafos da Resolução 52.2016.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir da sua aprovação.

Blumenau, 07 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 72/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 72/2016

APROVA A APLICAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS) E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS), PARA O PERÍODO DE EXECUÇÃO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2016,

CONSIDERANDO:

- As Portarias MDS nº. 440 e nº. 442/2005, e suas alterações, que Regulamentam os Pisos da Proteção Social Básica e Especial estabelecidos pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, sua composição e as ações que financiam;
- a Portaria MDS nº. 459/2005, e suas alterações, que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do cofinanciamento federal das ações continuadas da assistência social e sua prestação de contas, por meio do SUAS Web, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- a Portaria STN nº. 448/2010, que dispõe sobre as despesas de custeio;
- Instrução Normativa N.TC-14/2012 que estabelece critérios para organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre seu encaminhamento ao Tribunal de Contas;
- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social e, dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios socioassistenciais, nos Conselhos de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal;
- a Resolução CMAS nº. 033/2014, de 12 de novembro de 2014, que dispõe sobre a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social, bem como dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais, no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do município de Blumenau, e demais Resoluções pertinentes ao referido Conselho, que tratam do financiamento, aceite e expansão de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais;
- a Resolução CNAS nº. 06 de 14 de março de 2012 que aprova os critérios para expansão qualificada 2012 do co-financiamento Federal e o reordenamento dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial;
- os aceites do município de Blumenau ao cofinanciamento Federal para Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e Programa ACESSUAS aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- o parecer favorável da Comissão Permanente de Políticas e Comissão Permanente de Finanças do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, a proposta de aplicação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, para o período de execução de janeiro a dezembro de 2016, em reunião do dia 25 de Novembro de 2015;
- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Plenária datada de 25 de novembro de 2015, ao parecer das referidas comissões, conforme consta na Ata CMAS nº. 20/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a destinação dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social e dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor total de R\$ 9.663.440,00 (nove milhões cento e nove mil quatrocentos e quarenta reais).

Art. 2º Destinar o valor de R\$ 3.109.440,00 referente ao cofinanciamento Federal para o custeio dos Serviços e Programas Socioassistenciais de janeiro a dezembro de 2017, sendo:

I – R\$ 2.562.960,00 para os Serviços e Programas Socioassistenciais executados pelo Governo/SEMUDES, conforme Planilha de Financiamento II.

II – R\$ 546.480,00 para os Serviços e Programa Socioassistenciais executados por Entidades de Assistência Social, conforme Planilha de Financiamento III.

Art. 2º Destinar o valor de R\$ 6.554.000,00 dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, para a execução dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios socioassistenciais de janeiro a dezembro de 2017, sendo:

I – R\$ 4.693.644,80 (quatro milhões seiscentos e noventa e três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos) para os Serviços, Programas e Benefícios Socioassistenciais executados pela Secretaria de Desenvolvimento Social - Semudes, Planilha de Financiamento I,

II – R\$ 1.860.355,20 (um milhão oitocentos e sessenta mil trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos) para os Serviços e Programas Socioassistenciais executados por Organizações e Entidades de Assistência Social – Planilha de Financiamento III.

Art. 3º O custeio dos Serviços e Programas Socioassistenciais executados pelas Organizações de Assistência Social será por Bloco conforme especificado nas Planilhas de Financiamentos III que constituem parte desta Resolução.

Art. 4º Estabelecer prazo para a entrega do Relatório Mensal de Atendimento – RMA, desenvolvidas pelos Serviços e Programas Socioassistenciais executados por Organizações Governamentais e Não Governamentais. Entrgar na Gerência de Gestão Social do Órgão Gestor da Política de Assistência Social, até o 1º dia útil do mês subsequente ao atendimento.

§ 1º às Entidades de Assistência Social cabe:

I – Considerar o período de execução do atendimento correspondente ao dia 26 do mês em vigência até o dia 25 do mês subsequente.

II – A entrega do RMA mencionado no caput deste artigo, sem o qual implicará no bloqueio do repasse da parcela pertinente, até a sua regularização.

III - Executar as despesas, obrigatoriamente vinculadas aos blocos e à modalidade de atendimento.

§ 2º à Semudes cabe:

I – o pagamento das parcelas conforme a execução constatada através do Relatório Mensal de Atendimento.

II - apurar a média de execução dos serviços e programas não governamentais, no período de janeiro a novembro de 2017, para fim de pagamento no mês de dezembro de 2017.

III – efetuar o pagamento dos serviços/programas conveniados com recursos federais à medida que os mesmos forem creditados à conta do FMAS.

Art. 5º Autorizar o Gestor da Política Municipal de Assistência Social a remanejar, se necessário, os recursos constantes no Anexo I desta Resolução, dentro de cada Nível de Proteção e entre os Níveis de Proteção, devendo ser apreciadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 6ª Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS requisitar, a qualquer tempo, informações necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização da execução dos Serviços e Programas Socioassistenciais.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 07 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PLANILHA DE FINANCIAMENTO I				
FINANCIAMENTO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017				
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	UNIDA- DE	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
	7	R\$ 1.680,00	R\$ 11.760,00	R\$ 141.120,00
CRAS / PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF				
CRAS / ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV				
PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA (QUALIF. E REINS. PROFISSIONAL)				
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	UNIDA- DE	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
	2	R\$ 2.583,33	R\$ 5.166,67	R\$ 62.000,00
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL				
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	UNIDA- DE	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
	3	R\$ 1.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 54.000,00
CREAS / SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIA - PAEFI				
CREAS / SERV. DE PROT. SOCIAL A ADOLES. EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVA - MSE				
CREAS /SERVIÇO DE PROT. ESP. PARA PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS - SEPREDI				
CREAS / AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PETI				
CENTRO POP / SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA				
CENTRO POP / ABORDAGEM SOCIAL				
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CRIANÇA/ADOLESCENTE	UNIDA- DE	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
	2	R\$ 16.666,67	R\$ 33.333,33	R\$ 400.000,00
ACOLH. INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - ABRIGO NOSSA CASA I E II				
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ADULTOS/FAMÍLIAS	UNIDA- DE	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
	2	R\$ 17.166,67	R\$ 34.333,33	R\$ 412.000,00
ACOLH. INSTITUCIONAL ADULTOS E SUAS FAMÍLIAS				
ACOLH. INSTITUCIONAL MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA - CASA ELISA				
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - PESSOA C/ DEFICIÊNCIA E IDOSOS	META	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
	2	R\$ 27.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 648.000,00
ACOLH. INSTITUCIONAL - SERVIÇO ESPECIALIZADO PESSOA COM DEFICIÊNCIA				

ACOLH. INSTITUCIONAL - SERVIÇO ESPECIALIZADO IDOSOS				
	META	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
BENEFÍCIOS EVENTUAIS / TRANSFERÊNCIA DE RENDA	-		R\$ 306.600,90	R\$ 2.539.690,00
RENDA CIDADÃ	120	R\$ 400,00	R\$ 48.000,00	R\$ 576.000,00
RENDA ALIMENTAÇÃO - CARTÃO BLUSUAS *jul a dez	960	R\$ 100,00	R\$ 96.000,00	R\$ 576.000,00
RENDA ALIMENTAÇÃO - CARTÃO BLUSUAS *jan a dez	860	R\$ 100,00	R\$ 86.000,00	R\$ 516.000,00
ACOLHER - CRIANÇA/ADOLESCENTE	25	R\$ 500,00	R\$ 12.500,00	R\$ 150.000,00
ACOLHER - IDOSO	25	R\$ 500,00	R\$ 12.500,00	R\$ 150.000,00
FAMÍLIA ACOLHEDORA	6	R\$ 880,00	R\$ 5.280,00	R\$ 15.840,00
NATALIDADE	55	R\$ 500,00	R\$ 27.500,00	R\$ 330.000,00
FUNERAL	2	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA	25	R\$ 500,00	R\$ 12.500,00	R\$ 150.000,00
PASSAGENS	70	R\$ 60,00	R\$ 4.200,00	R\$ 50.400,00
PASSAGENS AÉREAS	1	R\$ 631,90	R\$ 631,90	R\$ 7.582,00
FOTOS	98	R\$ 3,00	R\$ 294,00	R\$ 3.528,00
VALE TRANSPORTE	50	R\$ 3,90	R\$ 195,00	R\$ 2.340,00
AÇÕES ADMINISTRATIVAS E DE GESTÃO	META	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
				R\$ 436.834,80
APOIO ADMINISTRATIVO E GESTÃO			R\$ 36.152,90	R\$ 433.834,80
PROJETOS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO FMAS			R\$ 0,00	R\$ 1.000,00
ATEND. SIT. EMERGENCIA CALAMIDADE			R\$ 0,00	R\$ 1.000,00
CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			R\$ 0,00	R\$ 1.000,00
TOTAL FINANCIAMENTO MUNICIPAL OG				R\$ 4.693.644,80

PLANILHA DE FINANCIAMENTO II – RESOLUÇÃO CMAS Nº. 72/2016

FINANCIAMENTO FEDERAL DOS SERVIÇOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA

	PACTUAÇÃO/FINANCIAMENTO	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
PISO BÁSICO FIXO - CRAS/PAIF	6	R\$ 12.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 864.000,00
SCFV (EM PARTE)	176	R\$ 50,00	R\$ 8.800,00	R\$ 105.600,00
SUBTOTAL	6	R\$ 12.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 969.600,00
TOTAL PSB				R\$ 969.600,00

BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI

SERVIÇOS / PROGRAMAS	UNID	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
CREAS	2	R\$ 13.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 312.000,00
SUB TOTAL	1	R\$ 13.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 312.000,00

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL À ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

SERVIÇOS / PROGRAMAS	UNID	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
CREAS - LA/PSC	5	R\$ 2.200,00	R\$ 11.000,00	R\$ 132.000,00
SUB TOTAL	5	R\$ 2.200,00	R\$ 11.000,00	R\$ 132.000,00

SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

SERVIÇOS / PROGRAMAS	UNID	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
CENTRO POP	1	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 156.000,00
SUB TOTAL	1	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 156.000,00

SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

SERVIÇOS / PROGRAMAS	UNID	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
CENTRO POP	3	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00
SUB TOTAL	3	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00

AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

SERVIÇOS / PROGRAMAS	UNID	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
CREAS	1	R\$ 8.300,00	R\$ 8.300,00	R\$ 99.600,00
SUB TOTAL	1	R\$ 8.300,00	R\$ 8.300,00	R\$ 99.600,00
TOTAL PSEMC				R\$ 879.600,00

BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - ATENDIMENTO EM UNIDADE INSTITUCIONAL

SERVIÇOS / PROGRAMAS	UNID	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
ACOLH. INST PARA CÇAS/ADOL. - ABRIGO NOSSA CASA (EM PARTE)	2	R\$ 13.340,00	R\$ 26.680,00	R\$ 320.160,00

ACOLH. INST PARA ADULTOS E FAMÍLIAS. - AMBLU	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
PAC I ACOLH. INST PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	1	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 108.000,00
SUB TOTAL	4	R\$ 32.340,00	R\$ 45.680,00	R\$ 548.160,00
TOTAL PSEAC				R\$ 548.160,00

BLOCO DA GESTÃO DO SUAS E BOLSA FAMÍLIA

SERVIÇOS / PROGRAMAS		DISTRIBUIÇÃO	VALOR MÊS	VALOR ANO
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada do SUAS	97%	R\$ 3.686,00	R\$ 3.800,00	R\$ 45.600,00
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - CONTROLE SOCIAL	3%	R\$ 114,00		
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada do BOLSA FAMÍLIA	97%	R\$ 11.640,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada do BOLSA FAMÍLIA - CONTROLE SOCIAL	3%	R\$ 360,00		
TOTAL GESTÃO				R\$ 165.600,00
TOTAL FINANCIAMENTO FEDERAL				2.562.960,00

Observação: o valor total pactuado com o FNAS para 2017 é de R\$ 3.109.440,00, sendo: R\$ 2.562.960,00 para os serviços e programas governamentais e R\$ 546.480,00 para os serviços executados pelas OSC.

(3) DESCRIÇÃO DAS UNIDADES DE MEDIDA DO COFINANCIAMENTO FEDERAL:

a) CRAS/PAIF: PAGAMENTO POR SERVIÇO
b) CREAS/PAEFI: PAGAMENTO POR SERVIÇO
c) CENTRO POP: PAGAMENTO POR SERVIÇO
d) CREAS/MSE: PAGAMENTO POR COLETIVO DE 20 ADOLESCENTES
e) CREAS/ACEPETI: PAGAMENTO PELA AÇÃO DESENVOLVIDA
f) CREAS/PAEFI: PAGAMENTO POR UNIDADE
g) CREAS/PAEFI: PAGAMENTO POR UNIDADE
h) CENTRO POP/AB.SOCIAL: PAGAMENTO POR EQUIPE DE ATENDIMENTO
i) ACOHIMENTO INSTITUCIONAL: PAGAMENTO POR SERVIÇO
j) IGD SUAS E BOLSA FAMÍLIA: PAGAMENTO POR ÍNDICE

PLANILHA DE FINANCIAMENTO III – RESOLUÇÃO CMAS Nº. 72/2016

SERVIÇOS EXECUTADOS POR ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

RECURSOS MUNICIPAL E FEDERAL - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - FNAS E FMAS

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

ENTIDADE	BLOCO 2017	PISO	VALOR MÊS 2017	VALOR ANO 2017
ABADA	1	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 16.800,00
ABLUCAN	3	R\$ 1.400,00	R\$ 4.200,00	R\$ 50.400,00
ACEVALI	2	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00	R\$ 33.600,00
BOM SAMARITANO	2	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00	R\$ 33.600,00
CASA DA ESPERANÇA	6	R\$ 2.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00
CASA DE APOIO	2	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00	R\$ 33.600,00
CRUZ AZUL	4	R\$ 1.400,00	R\$ 5.600,00	R\$ 67.200,00
EURÍPEDES BARSANULFO	5	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
PURO AMOR	4	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
SUBTOTAL MUNICIPAL	29	R\$ 14.400,00	R\$ 49.600,00	R\$ 595.200,00
SÃO ROQUE - UNIDADE SÃO JOÃO - FEDERAL	3	R\$ 2.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00
LAR BETÂNIA - FEDERAL	5	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
PROFAMÍLIA - FEDERAL	3	R\$ 1.400,00	R\$ 4.200,00	R\$ 50.400,00
SUBTOTAL FEDERAL	11	R\$ 5.400,00	R\$ 20.200,00	R\$ 242.400,00
TOTAL SCFV	40	R\$ 19.800,00	R\$ 69.800,00	R\$ 837.600,00

OBS: 01 BLOCO SCFV = 20 METAS-VALORES PISOS = R\$ 100,00 ATENDIMENTO DIÁRIO - R\$ 70,00 OUTRAS

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO P/ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS

ENTIDADE	BLOCO	PISO 2016	VALOR MÊS 2017	VALOR ANO 2017
ABADA	5	R\$ 450,00	R\$ 2.250,00	R\$ 27.000,00
ABLUCAN	3	R\$ 450,00	R\$ 1.350,00	R\$ 16.200,00
TOTAL SPSBD	8	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00	R\$ 43.200,00

OBS: 01 BLOCO SPBD = 5 METAS - PISO: R\$ 90,00

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - FNAS

SEPREDI - FEDERAL

ENTIDADE	BLOCO	PISO 2016	VALOR MÊS 2017	VALOR ANO 2017
----------	-------	-----------	----------------	----------------

APAE - FEDERAL - ATEND. CENTRO DIA	6	R\$ 2.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00
TOTAL PSEMC	6	R\$ 2.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00
01 BLOCO SEPREDI = 05 METAS - PISO R\$ 200,00\\\ 01 BLOCO SEPREDI EM CENTRO DIA = 05 METAS - PISO R\$ 400,00				
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - FNAS E FMAS				
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES				
ENTIDADE	UNID.	PISO 2016	VALOR MÊS 2017	VALOR ANO 2017
ABAM - UNID. INSTITUCIONAL	2	R\$ 22.264,80	R\$ 44.529,60	R\$ 534.355,20
ABAM - CASA LAR 1 e 2	2	R\$ 6.500,00	R\$ 13.000,00	R\$ 156.000,00
SUBTOTAL MUNICIPAL	4	R\$ 28.764,80	R\$ 57.529,60	R\$ 690.355,20
ABAM - UNID. INSTITUCIONAL - FEDERAL	2	R\$ 6.670,00	R\$ 13.340,00	R\$ 160.080,00
SUBTOTAL FEDERAL	2	R\$ 6.670,00	R\$ 13.340,00	R\$ 160.080,00
TOTAL ACOHIMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE	6	R\$ 35.434,80	R\$ 70.869,60	R\$ 850.435,20
OBS: 01 UNIDADE DO ACOHIMENTO INST. P/ CÇAS E ADOL = 12 METAS - PISO R\$ 22.264,80 (RECURSO MUNICIPAL)/ 01 UNIDADE DO ACOHIMENTO INST. P/ CÇAS E ADOL = 12 METAS -PISO R\$ 6.670,00 POR UNIDADE (RECURSO FEDERAL) //// 01 UNIDADE DE CASA LAR = 10 METAS – PISO POR UNIDADE = R\$ 6.500,00				
PROGRAMAS FMAS				
ENTIDADE	BLOCO	PISO 2016	VALOR MÊS 2017	VALOR ANO 2017
CERENE - PROGR. DE REINS. SOCIAL COM MORADIA COLETIVA	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
CTV - PROGR. DE REINS. SOCIAL COM MORADIA COLETIVA	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
APAE - PROGRAMA CENTRO DIA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1	R\$ 32.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00
CIEE - AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO	6	R\$ 700,00	R\$ 4.200,00	R\$ 50.400,00
ABADA - AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO	13	R\$ 700,00	R\$ 9.100,00	R\$ 109.200,00
ABLUDEF- AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO	7	R\$ 1.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
SUBTOTAL MUNICIPAL	29	R\$ 38.400,00	R\$ 44.300,00	R\$ 531.600,00
OBS: 01 BLOCO DO PROGR. DE REINS. SOCIAL COM MORADIA COLETIVA FMAS = 05 METAS - PISO R\$ 400,00 \\\ 01 BLOCO CENTRO DIA = 60 METAS – PISO R\$ 533,33 /// DE MAIS PROGRAMAS 10 METAS-PISO R\$ 70,00				
VALORES FINANCIAMENTO COM RECURSOS MUNICIPAIS			R\$ 155.029,60	R\$ 1.860.355,20
VALORES FINANCIAMENTO COM RECURSOS FEDERAIS			R\$ 45.540,00	R\$ 546.480,00
TOTAL GERAL FINANCIAMENTO - ONG			R\$ 200.569,60	R\$ 2.406.835,20

RESOLUÇÃO CMAS Nº 73/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 73/2016

REVOGA A INSCRIÇÃO DO PROGRAMA CENTRO DIA DE REFERÊNCIA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU IDOSA, EXECUTADO PELA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Extraordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2016.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMAS nº. 033/2014, que dispõe sobre a inscrição das Entidades ou Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;

- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social e, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social em Plenária Ordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2016, conforme Ata nº. 20/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Revoga a inscrição do seguinte programa, executado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:

- Programa Centro Dia de Referência para Pessoa com Deficiência e/ou Idosa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 14 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 74/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 74/2016

APROVA A INSCRIÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS– SEPREDI, EXECUTADO PELA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar

Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Extraordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMAS nº. 033/2014, que dispõe sobre a inscrição das Entidades ou Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;

- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social e, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social em Plenária Ordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2016, conforme Ata nº. 20/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Inscrição do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – SEPREDI, ofertado em Centro Dia, executado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 14 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 75/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 75/2016

ALTERA O COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Extraordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMAS nº. 033/2014, que dispõe sobre a inscrição das Entidades ou Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;

- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações

de assistência social e, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

- a Resolução CMAS nº. 73/2016 de 14 de dezembro de 2016 que revoga a inscrição do Programa Centro Dia da APAE;

- a Resolução CMAS nº. 74/2016 de 14 de dezembro de 2016 que aprova a inscrição do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – SEPREDI, executado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social em Plenária Ordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2016, conforme Ata nº. 20/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Comprovante de Inscrição da Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Parágrafo Único: O referido comprovante de inscrição deverá ser fixado em local de fácil visualização, por parte dos usuários e da comunidade em geral.

Art. 2º Revoga-se a Resolução CMAS nº. 075/2014, de 12 de novembro de 2014, que altera o Comprovante de Inscrição da Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE para adequação dos serviços executados pela Entidade.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 14 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, inscrição nº. 010/2011.

A Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, CNPJ 82. 656. 554/0001-06, com sede em Blumenau, é inscrita neste Conselho, sob o número 010/2011, desde 01/03/2012.

A Entidade executa: Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – SEPREDI.

Endereço: Rua Casemiro de Abreu, 216, bairro Vila Nova – Blumenau/SC.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Blumenau, 14 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aprovado na Plenária em 14/12/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº 76/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 76/2016

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2016 E RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015 DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 14 de dezembro de 2016.

CONSIDERANDO:

- o artigo 16 da Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CMAS nº. 74/2016 que aprova a inscrição da Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE no Conselho Municipal de Assistência Social;

- o parecer favorável à aprovação do Plano de Ação 2016 e Relatório de Atividades 2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE pela Comissão Permanente de Políticas em reunião realizada no dia de 01 de dezembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2016 e Relatório de Atividades 2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE para a execução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência – SEPREDI, ofertado em Centro Dia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 14 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 77/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 77/2016

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2016 E RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015 DA ENTIDADE ONG SÃO ROQUE PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 14 de dezembro de 2016.

CONSIDERANDO:

- o artigo 16 da Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CMAS nº. 015/2016 que aprova a inscrição da Entidade ONG São Roque no Conselho Municipal de Assistência Social;

- o parecer favorável à aprovação do Plano de Ação 2016 e Relatório de Atividades 2015 da Entidade ONG São Roque no Conselho pela Comissão Permanente de Políticas em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2016 e Relatório de Atividades 2015 da Entidade ONG São Roque para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 14 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 78/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 78/2016

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2016 E RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015 DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REINserÇÃO SOCIAL COM MORADIA COLETIVA.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 17 de dezembro de 2016.

CONSIDERANDO:

- o artigo 16 da Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CMAS nº. 022/2016 que aprova a inscrição do Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE no Conselho Municipal de Assistência Social;

- o parecer favorável à aprovação do Plano de Ação 2016 e Relatório de Atividades 2015 da no Conselho pela Comissão Permanente de Políticas em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2016 e Relatório de Atividades 2015 do Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE para a execução do Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 14 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 79/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 79/2016

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2016 E RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015 DO CENTRO TERAPEUTICO VIDA - CTV PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REINserÇÃO SOCIAL COM MORADIA COLETIVA.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11

de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 14 de dezembro de 2016.

CONSIDERANDO:

- o artigo 16 da Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CMAS nº. 021/2016 que aprova a inscrição do Centro Terapêutico Vida - CTV no Conselho Municipal de Assistência Social;

- o parecer favorável à aprovação do Plano de Ação 2016 e Relatório de Atividades 2015 da no Conselho pela Comissão Permanente de Políticas em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2016 e Relatório de Atividades 2015 do Centro Terapêutico Vida - CTV para a execução do Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 14 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 80/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 80/2016

ESTABELECE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS COM O BENEFÍCIO "RENDA CIDADÃ" PARA O SUBSÍDIO FINANCEIRO HABITACIONAL "ALUGUEL SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária ordinária realizada em 14 de dezembro de 2016.

CONSIDERANDO:

- a Política Nacional de Assistência Social que apresenta como parâmetro para a organização da rede socioassistencial a "oferta, de maneira integrada, de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social para cobertura de riscos, vulnerabilidades, danos, vitimizações, agressões ao ciclo de vida e à dignidade humana e à fragilidade das famílias" (PNAS, 2004, p. 93);

- a Lei nº 12.435/2011 que "dispõe da organização da Assistência Social e da outras providências" em seu Art. 22: que entende por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública";

- a lei 6861/2006 o qual estabelece, em seu Capítulo IV, Art. 07, parágrafo 2º "A comprovação da renda familiar é realizada no momento do preenchimento da ficha cadastral e observada, semestralmente, ou antes, desse prazo, para fins de reavaliação, a critério do profissional do Serviço Social";

- a IN 03 de 21 de julho de 2010 que estabelece normas e procedimentos para a modalidade "Renda Cidadã";

- a lei nº 11.124/2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de habitação de interesse Social - SNHIS cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e institui o Conselho gestor do FNHIS, coloca que: As aplicações dos recursos Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem: I- aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbana e rurais. V- aquisição de materiais para construção, ampliação e reformas de moradias;

- Os profissionais (assistentes sociais) vinculados a Política Municipal de Assistência Social realizaram levantamento das famílias beneficiárias do Renda Cidadã que utilizam o recurso exclusivamente para subsidiar o aluguel da atual residência, conforme anexo I;

- o levantamento, realizado por profissionais (assistentes sociais) da Política Municipal de Assistência Social, identificando as famílias beneficiárias do Renda Cidadã que utilizam o recurso exclusivamente para subsidiar o aluguel da atual residência, conforme anexo I;

- as Resoluções 05 e 06/2016 do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social que institui o subsídio financeiro habitacional "Aluguel Social" e dispõe sobre o seu funcionamento no município de Blumenau e aprova pagamento do subsídio financeiro habitacional "Aluguel Social" às famílias em situação de vulnerabilidade social, respectivamente;

- a aprovação em Plenária Ordinária do CMAS datada de 14 de dezembro de 2016, conforme Ata nº. 20/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o processo de transição das famílias atendidas com o benefício "Renda Cidadã", que utilizam o benefício, especificamente, para a locação de imóvel que lhes serve de residência, para o subsídio financeiro habitacional "Aluguel Social".

Parágrafo único: o processo de transição mencionado no caput será gerido pela Política Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 2º A Política Municipal de Assistência Social deverá encaminhar toda a documentação necessária, bem como, os pareceres sociais registrados no sistema "Social Service" emitidos por sua equipe técnica, para a Política Municipal de Habitação de Interesse Social.

§ 1º Os pareceres serão referendados pelos técnicos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, garantindo a continuidade do subsídio às famílias até o prazo final do parecer.

§ 2º A equipe técnica da Política Municipal de Assistência Social procederá ao atendimento às famílias com o objetivo de reavaliar as situações cujos pareceres findam entre 01 de janeiro a 31 de março de 2017.

Art. 3º Após o término do parecer social as famílias serão avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos no Aluguel Social pela equipe técnica da Política Municipal de Habitação e Interesse Social.

Art. 4º O benefício Aluguel Social não poderá ser cumulativo com os recursos municipais de transferência de renda (Acolher Idoso, Acolher Criança e Adolescente e Renda Cidadã).

Art. 5º Fica vedado o uso dos recursos públicos da Política Municipal de Assistência Social para pagamento de aluguel social, salvo as situações que envolvam as famílias cujos pareceres foram emitidos até esta data com pagamento parcial de aluguel.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 14 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DISPENSA Nº 08-2230/2016 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA nº 08-2230/2016 SAMAE – Locação de terreno na Rua Johnny Baumann, na Fortaleza, onde se encontra instalado um booster para abastecimento da região adjacente.

Locador: ARI PASSOLD (222.952.409-72)

VALOR TOTAL: R\$ 3.684,48

BASE LEGAL: Artigo 24, X, da Lei nº. 8.666/93 e alterações

EXTRATO DE CARTA CONTRATO Nº 01/2016 - ISSBLU

EXTRATO DE CARTA CONTRATO Nº 01/2016

Contratante: Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU.

Contratada: Labhost Soluções para Internet Eireli - ME

Objeto – Prestação de serviços de manutenção e hospedagem do Website do ISSBLU.

Valor: R\$ 1.215,00 (mil duzentos e quinze reais) mensais, totalizando R\$ 7.290,00 (sete mil e duzentos e noventa reais) ao final do prazo de vigência do contrato.

Fundamentação legal: Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8666/93.

Processo licitatório: Dispensa de Licitação nº 01/2016.

Assinatura : 16/12/2016.

Vigência: 6 meses.

Elói Barni

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 459/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 459/2016

Dispensa de Licitação nº. 322/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de 18m³ (dezoito metros cúbicos) de gás nitrogênio 5.0 analítico para o Programa de Pós Graduação em Química (PPGQ) da Universidade. Contratada: Westarb Comércio de Materiais Elétricos Ltda.ME (CNPJ nº. 03.721.744/0001-93).. Contratada: White Martins Gases Industriais Ltda(CNPJ nº. 35.820.448/0001-36).. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do material, desde que seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 617,40 (seiscentos e dezessete reais e quarenta centavos)/01.30.12.364.0076.2030 (Material de Consumo)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 12 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 461/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 461/2016

Dispensa de Licitação nº. 289/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de óleo desengripante, spray limpa contato, querosene e graxa para limpeza e lubrificação de componentes elétrico-eletrônico dos aparelhos condicionadores de ar da Universidade. Contratada: Blupel Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda (CNPJ nº. 83.845.818/0001-32), Corebral Com de Máquinas, Ferramentas e Equipamentos Ltda (CNPJ nº 83.542.381/0001-68) e Kapdima Com e Manutenção de Máquinas e Equipamentos Industriais Ltda (CNPJ nº 15.661.668/0001-57). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias após a entrega da mercadoria, desde que aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 199,00 (cento e noventa e nove reais)/01.09.12.364.0076.2009 (Outros Serviços de Terceiros -PJ)/3.3.90.39.00. e R\$ 1.480,60 (um mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta centavos)/01.09.12.364.0076.2009 (Material de Consumo)/3.3.90.30.00.(Combustíveis e Lubrificantes para Outras Finalidades) /3.3.90.30.03.00

Blumenau, 12 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 462/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 462/2016

Dispensa de Licitação nº. 332/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a contratação emergencial de serviços de segurança patrimonial, vigilância eletrônica e monitoramento de alarmes, com mão de obra residente e utilização de equipamentos para apoio às áreas internas e externas de portaria, estacionamento, controle informatizado de chaves e acesso de pessoas, para os diversos Campi da Universidade. Contratada: Brasil Sul Serviços de Segurança LTDA. (CNPJ nº. 01.657.361/0001-78). Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 30 (trinta) dias consecutivos após o pleno atendimento das condições especificadas nos Itens 2.1. e seguintes do Contrato, através de crédito em conta bancária da CONTRATADA, em agência e banco por esta designados. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 598.723,22 (quinhentos e noventa e oito mil, setecentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos)/01.09.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração)/3.3.90.39.00.

Blumenau, 15 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 463/2016 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 463/2016
Dispensa de Licitação nº. 329/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de provetas com base hexagonal de vidro e rolha de vidro, em conformidade com a NBR 13.992/2015 e a Portaria do INMETRO 528/2014, para o Laboratório de Combustíveis da Universidade. Contratada: Laborglas Indústria e Comércio de Materiais para Laboratório Ltda (CNPJ nº 43.887.033/0001-08). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias consecutivos após a entrega do material, desde que aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais)/01.09.12.364.0076.2009 (Outros Serviços de Terceiros-PJ)/3.3.90.39.00. e R\$ 1.480,60 (um mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta centavos)/01.09.12.364.0076.2009 (Material de Consumo)/3.3.90.30.00.(Combustíveis e Lubrificantes para Outras Finalidades) /3.3.90.30.03.00
Blumenau, 14 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 464/2016 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 464/2016
Dispensa de Licitação nº. 264/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de nobreak de 2 (dois) Kva para uso junto ao espectrofotômetro FTIR-NIR-ATR Bruker Vertex70® utilizado pela equipe técnica do Projeto CT-INFRA 2013 da Universidade. Contratada: MKS Nobreak e Estabilizador Indústria e Comércio LTDA. – ME (CNPJ nº. 14.086.911/0001-98). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva entrega do equipamento, desde que o mesmo seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhado da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 3.695,00 (três mil, seiscentos e noventa e cinco reais)/01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/4.4.90.52.00.

Blumenau, 15 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016**

OBJETO: Registro de preços para aquisição de produtos de higiene e limpeza.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão nº 15/2016 e Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA: 14/12/2016

VENCIMENTO: 14/12/2017

FORNECEDORES:

Limpexcel Produtos de Limpeza Ltda EPP, estabelecida na Rua Hervino Hanemann, 535, sala 03, bairro Avaí, em Guaramirim/SC, CEP 89.270-000, telefone: (47) 3370-7271, e-mail: limpexcel.produtos@gmail.com, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.483.630/0001-03, representada pelo Sr. Antônio Geraldo Klein, portador da cédula de identidade nº 2/C 646.402 e inscrito no CPF sob nº 248.809.579-68.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO BASE	VALOR TOTAL
04	50	Un	BALDE PLÁSTICO 9 a 12 litros Transparente	Plasvale	R\$19,00	R\$950,00
05	3	Un	CABO EXTENSOR COM PROLONGA- DOR PARA VASSOURA EM ALUMÍNIO Extensão de no mínimo 04 metros	Sanches	R\$75,00	R\$225,00
08	100	Fr	DESODORIZADOR DE AR Em "spray" Sem CFC Embalagem com no mínimo 360ml Validade de 1 ano	Ultrafresh	R\$7,50	R\$750,00

10	20	Un	ESPANADOR DE PÓ Material: penas Tamanho mínimo do cabo: 30cm	Duster	R\$11,00	R\$220,00
12	50	Un	ESCOVA PARA LIMPEZA DE VASOS SANITÁRIOS Com haste e suporte Cor branca	Starhouse	R\$6,50	R\$325,00
714	20	Pct	ESPONJA DE LÃ DE AÇO Peso mínimo:60 gramas Embalagem com 08 unidades	Bombril	R\$1,00	R\$20,00
16	300	Cx	FILTRO DE PAPEL PARA CAFETEIRA Nº4 Embalagem com 30 unidades	Melita	R\$3,80	R\$1.140,00
17	200	Pct	FIBRA MULTIUSO Abrasiva para limpeza de pisos, azulejos e paredes Tamanho mínimo: 20 x 10cm (Podendo ultrapassar até 15% das medidas mínimas)	Superpro	R\$2,20	R\$440,00
19	12	Fr	LIMPADOR DE SUPERFÍCIES DE INOX (SPRAY) Indicado para limpeza de elevadores. Concentrado à base d'água, óleo mineral, Mono-oleato de Sorbitan, Etanolamina e Butano/Propano como propelente Apresentado em aerossol, com 75% de concentrado e 25% de propelente Embalagem com no mínimo 400 ml/g Validade de 1 ano Marca de Referência: Brilha Inox Scotch-Brite – 3M	Scotch Brite	R\$53,00	R\$636,00
22	20	Un	PÁ PARA LIXO Material: Metal Tamanho mínimo: 21 x 21cm Com cabo de madeira de no mínimo 80cm (Podendo ultrapassar até 15% das medidas mínimas)	Sanches	14,30	R\$286,00
29	10	Un	RODO BUCHA PARA LIMPEZA DE VIDRO Haste retrátil em alumínio Tamanho mínimo: 72cm de comprimento Bucha abrasiva com tamanho mínimo de 27cm na extremidade Base flexível Lados multifuncionais: de um lado espalha o sabão e do outro retira a água (Podendo ultrapassar até 15% das medidas mínimas)	Sanches	R\$31,00	R\$310,00
30	12	Un	RODO DE PLÁSTICO Duplo Tamanho mínimo de 40cm Com cabo de madeira (Podendo ultrapassar até 15% das medidas mínimas)	Verplast	R\$9,50	R\$114,00
37	15	Pc	SACO PARA ASPIRADOR DE PÓ – 20 litros Compatível com aspirador da marca Eletrolux, modelo GT 3000 Pro Embalagem com 3 unidades de 20 litros	Quero Filtros	R\$15,00	R\$225,00
Valor total:						R\$ 5.641,00

L&E Comércio Varejista Ltda EPP, estabelecida na Rua Edgar Linhares, 770, bairro Nova Esperança, Balneário Camboriú/SC, CEP 88.336-210, telefone: (47) 3360-8485, e-mail: licitacao@novaesperancasc.com.br, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.915.456/0001-68, representada pelo Sr. Arilson José Alves, portador do RG nº 645.370 e do CPF/MF nº 294.019.099-20.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO BASE	VALOR TOTAL
01	500	Fr	ÁGUA SANITÁRIA Sem perfume Com cloro ativo Múltiplo uso Embalagem com 01 litro Validade de 1 ano	Verdesan	1,95	R\$975,00
02	300	Un	ÁLCOOL GEL 70% Refil 800ml	Bell Plus	R\$9,30	R\$2.790,00
03	400	Fr	ÁLCOOL LÍQUIDO Frasco de 01 litro Validade de 1 ano	Flops	R\$4,55	R\$1.820,00
06	3	Un	DETERGENTE ÁCIDO LIMPA PEDRA 5 litros	Verdesan	R\$16,95	R\$50,85
07	200	Un	DESINFETANTE Embalagem de 5 litros Concentrado 1:10 Validade de 1 ano	Verdesan	R\$11,12	R\$2.224,00
09	350	Fr	DETERGENTE Com glicerina Dermatologicamente testado Biodegradável Embalagem com 500ml Validade de 1 ano	Limpinha	R\$1,30	R\$455,00
11	15	Un	ESCOVA COM CABO PARA LIMPEZA DE PISOS E PAREDES Tipo escovão/esfregão Tamanho míni- mo: 25 x 8,6 x 4,2cm Cerdas duras	Canada	R\$8,50	R\$127,50
13	70	Un	ESPONJA DE AÇO INOX Embalagem unitária com no mínimo 8 gramas	Reluz	R\$2,10	R\$147,00
15	900	Un	ESPONJA DE LIMPEZA ANTIBACTÉ- RIAS Espuma de poliuretano com bacterici- da e fibra sintética com abrasivo Tamanho mínimo: 110 x 75 x 20mm Validade de 1 ano (Podendo ultrapassar até 15% das medidas mínimas)	Brilhus	R\$0,90	R\$810,00
18	100	Fr	LIMPA VIDRO Com pulverizador Embalagem com 500ml Validade de 1 ano	Zavaski	R\$7,19	R\$719,00
20	1000	Fr	LIMPADOR INSTANTÂNEO MULTI-USO Embalagem com 500ml Validade de 1 ano	Da Ilha	2,39	R\$2.390,00
21	300	Par	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA Confeccionada em látex natural Antiderrapante Tamanho médio Formato anatômico Lubrificada com talco ou pó bioabsor- vível.	Volk	R\$2,59	R\$777,00
23	300	Pc	PANO DE CHÃO Saco alvejado 100% algodão Tamanho mínimo: 45 x 70cm (Podendo ultrapassar até 15% das medidas mínimas)	Martins	R\$4,39	R\$1.317,00

24	50	Pct	PANO PARA LIMPEZA TIPO FRALDA Pacote com 25 unidades Tamanho mínimo: 45 x 50cm Cor branca (Podendo ultrapassar até 15% das medidas mínimas)	Cremer	R\$32,50	R\$1.625,00
25	250	Cx	PAPEL HIGIÊNICO Branco Biodegradável Rolão de 300m com diâmetro máximo de 230mm Para dispenser com as seguintes dimensões: 285 x 265 x 115mm (AxLxP). Embalagem com 8 unidades	Indaial	R\$42,00	R\$10.500,00
26	2.000	Pct	PAPEL TOALHA – PACOTE COM 2 ROLOS Folhas duplas absorventes Embalagem contendo 2 rolos com no mínimo 50 toalhas picotadas Tamanho mínimo: 19x22cm cada	Sorela	R\$2,50	R\$5.000,00
27	2.000	Pct	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS EXTRA LUXO Cor branca Composição: 100% de fibras celulósicas virgens Dimensões mínimas: 20 x 20cm 02 dobras Embalagem com 1000 folhas para dispenser com as seguintes dimensões: 320 x 250 x 130mm (A x L x P)	Ilhapel	R\$9,99	R\$19.980,00
28	250	Cx	PASTILHA ADESIVA LIMPADORA SANITÁRIA Embalagem com 03 unidades Validade de 1 ano	Sany	R\$4,79	R\$1.197,50
31	12	Pct	SABÃO EM BARRA Embalagem com 05 unidades de 200g	Zavaski / Glicerinado	R\$4,46	R\$53,52
32	24	Pct	SABÃO EM PÓ Embalagem com 1kg	Breeze	R\$3,79	R\$90,96
33	160	Un	SABONETE LÍQUIDO Cremoso Embalagem com 05 litros	Verdesan / Handfresh	R\$16,59	R\$2.654,40
38	200	Un	VASSOURA COM CERDAS SINTÉTICAS Cerdas sintéticas plumadas Cabo reto com no mínimo 130cm de comprimento Cepa com no mínimo 25cm de comprimento e 4cm de largura (Podendo ultrapassar até 15% das medidas mínimas)	Canada / Floriça Plastica	R\$9,29	R\$1.858,00
39	10	Un	VASSOURA DE PALHA DE MILHO AMARELA Com três amarrações Cabo reto com no mínimo 130cm de comprimento. (Podendo ultrapassar até 15% das medidas mínimas)	Canada REF 84	R\$16,99	R\$169,90
40	2500	Pc		Copozan 200MLB	R\$3,19	R\$7.975,00
41	450	Pc		Copozan 50MLB	R\$1,13	R\$508,50
Valor total:						R\$66.215,13

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10-08/2016

PROCESSO Nº 10-08/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10-08/2016

CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA INEXIGIBILIDADE:

Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

OBJETO DO CONTRATO:

Cessão das dependências do Teatro Carlos Gomes para realização da posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores no dia 01/01/17.

CONTRATADA:

Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes

CNPJ/MF DA CONTRATADA:

ENDEREÇO DA CONTRATADA:

Rua 15 de Novembro, 1181, centro, CEP 89.010-003 – Blumenau – SC.

VIGÊNCIA DO CONTRATO:

Dia 01/01/2017, no horário compreendido entre 15 e 19 horas.

VALOR:

R\$ 5.137,00 (cinco mil cento e trinta e sete reais três mil duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

DATA: 07/12/2016.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016

DO OBJETO: Serviços de manutenção (elétrica, hidráulica, pintura, marcenaria entre outras), com fornecimento de materiais, conforme especificações constantes do Edital N.º 14/2016.

DA VIGÊNCIA: 12 meses, a contar de 19/12/2016.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Mão de obra: Dotação 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Materiais: Dotação 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Blumenau, 15 de dezembro de 2016.

VALORES REFERENTES AOS ITENS 01, 04 E 05

SLM Transporte e Construção Eireli EPP, estabelecida na Rua Carlos Rischbieter, 1974, bairro Boa Vista, em Blumenau/ SC, CEP 89.012-201, telefone: (47) 3053-0031, inscrita no CNPJ sob nº 18.806.639/0001-24, representada pelo Sr. André Alexandre Maciel, portador da cédula de identidade nº 5961713 e inscrito no CPF sob nº 083.069.059-03.

ITEM	QTD ESTIMADA (MENSAL)	UN	SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	PREÇO ESTIMADO (MENSAL)	PREÇO ESTIMADO TOTAL (ANUAL)
01	54	HORA	HIDRÁULICO	R\$ 21,00	R\$ 1.134,00	R\$ 13.608,00
04	54	HORA	MARCENEIRO/ CARPINTEIRO	R\$ 22,00	R\$1.188,00	R\$ 14.256,00
05	192	HORA	PEDREIRO	R\$ 22,00	R\$ 4.224,00	R\$ 50.688,00
Valor total estimado para itens 01, 04 e 05:						R\$ 78.552,00

VALORES REFERENTES AOS ITENS 02 E 03

Osvaldo Dias da Silva Eireli, estabelecida na Rua Eredes Serpa, 1426, bairro Cordeiros, em Itajaí/SC, CEP 88.310-631, telefones: (47) 3241-6424, 99141-8437, inscrita no CNPJ sob nº 00.851.016/0001-08, representada pelo Sr. Fabio Melio Tomelin, portador da cédula de identidade nº 2.284.079 e inscrito no CPF sob nº 920.979.609-87.

ITEM	QTD ESTIMADA (MENSAL)	UN	SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	PREÇO ESTIMADO (MENSAL)	PREÇO ESTIMADO TOTAL (ANUAL)
02	205	HORA	ELETRICISTA	R\$ 22,00	R\$ 4.510,00	R\$ 54.120,00
03	140	HORA	PINTOR	R\$ 23,00	R\$ 3.220,00	R\$ 38.640,00
Valor total estimado para itens 02 e 03:						R\$ 92.760,00

VALOR ESTIMADO PARA MATERIAIS:

ITEM	QTD ESTIMADA (MENSAL)	UN	SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	PREÇO ESTIMADO (MENSAL)	PREÇO ESTIMADO TOTAL (ANUAL)
06		VALOR	MATERIAIS PARA RE-FORMA GERAL			R\$ 80.000,00

VALOR TOTAL/ANUAL ESTIMADO (SERVIÇOS E MATERIAIS): R\$ 251.312,00 (duzentos e cinquenta e um mil trezentos e doze reais).

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2012

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e Segville Vigilância Patrimonial Ltda.

OBJETO: Prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para a Câmara Municipal de Blumenau.

VALOR: R\$ 157.927,20 (cento e cinquenta e sete mil novecentos e vinte e sete reais e vinte centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão N.º 12/2012, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 05/12/2017.

RESOLUÇÃO 480

RESOLUÇÃO Nº 480

ACRESCENTA ARTIGOS 159-A E 159-B À RESOLUÇÃO Nº 403, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010, PARA INSTITUIR A INICIATIVA POPULAR POR MEIO ELETRÔNICO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º À Seção XIII do Capítulo I do Título IV da Resolução nº 403, de 02 de dezembro de 2010, "Que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau", após o art. 159, são acrescentados os arts. 159-A e 159-B, com as seguintes redações:

"Art. 159-A. É admitida proposta virtual de iniciativa popular por meio eletrônico, na Internet, com a certificação de autenticidade do eleitor.

§ 1º A proposta virtual de que trata este artigo deverá reunir o percentual mínimo de subscritores, conforme o disposto no art. 36 da Lei Orgânica do Município de Blumenau.

§ 2º Serão aceitos para cômputo das adesões à proposta virtual apenas os subscritores com domicílio eleitoral no município de Blumenau e que estejam com a situação eleitoral regular.

§ 3º O subscritor poderá aderir a cada proposta virtual uma única vez, utilizando o número do seu título de eleitor como prova da autenticidade da adesão.

§ 4º A proposta virtual deverá ser protocolada pelo primeiro subscritor, ou responsável, nos termos do art. 160 deste Regimento Interno.

Art. 159-B. Aplica-se à proposta virtual, o trâmite previsto nos arts. 160 a 163 deste Regimento Interno.

§ 1º A proposta virtual de iniciativa popular que contenha erros ou imperfeições técnicas sanáveis será encaminhada à Comissão Legislativa Permanente de Interesse Comunitário e Legislação Participativa para correção e posterior trâmite regimental.

§ 2º A proposta virtual que for rejeitada por qualquer motivo, ainda que em sua tramitação inicial, será encaminhada para arquivamento no banco de ideias de iniciativa popular, previsto no art. 65, inciso V, deste Regimento Interno."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

RESOLUÇÃO 481

RESOLUÇÃO Nº 481

ACRESCENTA PARÁGRAFO 9º AO ARTIGO 68 DA RESOLUÇÃO Nº 403, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Ao artigo 68 da Resolução nº 403, de 02 de dezembro de 2010, que "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau", é acrescentado o § 9º, com a seguinte redação:

"Art. 68.
....."

§ 9º A assinatura firmada no pedido de constituição de Comissão de Inquérito somente poderá ser retirada antes do recebimento formal do requerimento pelo Presidente da Câmara Municipal, em Plenário."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MD 2701

RESOLUÇÃO MD Nº 2.701

AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL PARA CESSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal, por seu Presidente, autorizada a celebrar convênio com o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, por intermédio do Juízo da 88ª Zona Eleitoral, conforme Ofício-conjunto nº ZE003/088/089 - 042/2016 e Ofício 008ZE nº 77/2016, para cessão de servidores públicos do Poder Legislativo, em caráter excepcional e temporário, na forma do Convênio de Cooperação Técnica, anexo, que é parte integrante desta Resolução MD.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MD 2700

RESOLUÇÃO MD Nº 2.700

HOMOLOGA A ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO JEAN CARLOS MELO NO QUADRO DE CARREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado no Estágio Probatório, conforme avaliações da Comissão Especial e considerado estável no serviço público, em 9 de dezembro de 2016, o servidor público Jean Carlos Melo, no cargo de Auxiliar Legislativo, pertencente ao Quadro de Carreira da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º Fica determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha individual do servidor público indicado no artigo 1º, para que gere os efeitos legais.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 9 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE DEZEMBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 212/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 212/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, licença prêmio a Servidora Publica Municipal Sra. EDIANE FRANCISCO DA SILVA BRUINSMA, portadora do CPF sob nº. 023.716.799-92, inscrita na matrícula sob nº 164-3, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, referente ao período de 12/09/2011 a 12/09/2016, sendo que a licença será gozada no período de 16/12/2016 a 15/03/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 14 de dezembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 198/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 198/2016 Ata de Registro de Preços nº 01/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Alceu Osvaldo Sebold EPP

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Ético: R\$ 7.455,52 (sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Bom Retiro, 14 de dezembro 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

e softwares necessários para funcionamento das Torres para transmissão do sinal de internet incluindo suporte técnico, para atender o Projeto Piloto em Comunidades Rurais Digitais. Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência) prorrogando-se a vigência do contrato para 30 de junho de 2017, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº176/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 15 de dezembro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

EXTRATO TA CONTRATOS 113, 114 E 176/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 113/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Josemir Cadorin - ME

Objeto: Aquisição de tubos de concreto para serem utilizados na drenagem pluvial, junto à manutenção das estradas e acessos municipais e tubulação de ruas. Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço) aditivando 25% na quantidade do contrato original dos Itens: 1 e 7, passando o valor do contrato original de R\$ 151.206,25 para R\$ 158.736,61, com adequação de valores no total de R\$ 7.530,36. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº113/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 114/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Fabrice Artefatos De Cimentos Ltda. ME

Objeto: Aquisição de tubos de concreto para serem utilizados na drenagem pluvial, junto à manutenção das estradas e acessos municipais e tubulação de ruas. Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço) aditivando 25% na quantidade do contrato original do Item 4, passando o valor do contrato original de R\$ 16.640,00 para R\$ 19.577,50, com adequação de valor no total de R\$ 2.937,50. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº114/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 176/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Ismail Zouhair Haidar ME

Objeto: Seleção de proposta visando aquisição de Torres Auto-portantes, em que serão fixados os equipamentos para transmissão do sinal de internet com altura conforme especificada no projeto básico a ser construída conforme especificações descritas no Anexo I do presente Edital e fornecimento e instalação de equipamentos

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.987/2016

DECRETO Nº 1.987/2016

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1.369/2016 de 17 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 182.608,00 (Cento e oitenta e dois mil seiscentos e oito reais) conforme abaixo especificado:

03.00	Secretaria de Administração e Finanças	
03.02	Divisão de Finanças	
28-846-180--2.10	Obrigações Tributárias	
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas	
0.1.00(169)	-Recurso Ordinário	R\$ 1.500,00
04.00	Secretaria de Educação	
04.01	Divisão de Educação	
12-365-020-2.19	Manutenção e Operação do Ensino Infantil	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.36(122)	Salário Educação	R\$ 4.000,00
12-361-030-2.16	Manutenção e Operação do Transporte Escolar	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.01(204)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Educação	R\$ 16.000,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
26-782-125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(251)	Recurso Ordinário	R\$ 39.754,00
08.00	Secretaria de Agricultura	
08.01	Divisão de Agricultura	
20-606-155-2.43	Assistência e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(39)	Recursos Ordinários	R\$ 39.754,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá	
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá	
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.02(60)	Receita de Impostos e Transf. impostos Saúde	R\$ 15.000,00
10-303-090-2.67	Manutenção e Funcionamento da Assistência Farmacêutica - AF	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.02(84)	Receita de Impostos e Transf. impostos Saúde	R\$ 2.600,00
10-302-090-2.72	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde CISA/AMMVI	
3.3.9.3.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.02(74)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Saude	R\$ 64.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

01.00	Câmara Municipal de Vereadores de Botuverá	
01.01	Câmara de Vereadores	
01-031-001-2.1	Manutenção Atividades Legislativas e Administrativas Câmara de Vereadores	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(173)	Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(174)	Recursos Ordinários	R\$ 70.000,00
02.00	Gabinete do Prefeito	
02.02	Assessoria Jurídica	
04-122-005-2.3	Manutenção da Assessoria Jurídica	
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(91)	Recursos Ordinários	R\$ 700,00

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.01	Divisão de Administração
04-123-010-2.8	Manutenção da Secretaria Geral e Fazenda, Contabilidade, Tesouraria e CI
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(98)	Recursos Ordinários R\$ 22.000,00
04-128-010-2.50	Administração de Recursos Humanos
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(100)	Recursos Ordinários R\$ 4.000,00
03.02	Divisão de Finanças
28-843-180--2.29	Amortização e Encargos da Dívida Pública
4.6.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(167)	-Recurso Ordinário R\$ 20.800,00
04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-306-020-2.11	Programa Suplementar de Alimentação Escolar Pré-Escola
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(127)	Recursos Ordinários R\$ 2.547,23
12-306-020-2.62	Programa Suplementar de Alimentação Escolar Creche
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(129)	Recursos Ordinários R\$ 2.400,37
12-306-025-2.12	Programa Suplementar de Alimentação Escolar Ensino Fundamental
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(149)	Recursos Ordinários R3.016,30
12-361-025-2.13	Operação e Manutenção de Atividades do Ensino Fundamental
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(225)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 5.600,00
12-361-025-2.15	Manutenção da Biblioteca a Disposição da Rede Municipal de Ensino do Município
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(147)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 1.107,10
12-365-020-1.2	Construção, Ampliação e Reformas de Creches
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.36(118)	Salário Educação R\$ 4.000,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
24-452-145-2.42	Manutenção e Operação das Repetidoras de TV
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(187)	Recursos Ordinários R\$ 2.500,00
26-782-0125-2.34	Manutenção e Restauração de Pontes e Pontilhões
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (157)	Recursos Ordinários R\$ 4.102,00
06.02	Divisão de Projetos e Estudos
15-122-0130-2.38	Manutenção do Setor de Projetos e Estudos
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(35)	Recursos Ordinários R\$ 2.000,00
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(257)	Recursos Ordinários R\$ 2.000,00
06.03	Divisão de Saneamento
17-512-110-1.3	Construção de Redes de Esgoto e Fossas Sépticas
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(24)	Recursos Ordinários R\$ 1.500,00
10.000	-Secretaria de Turismo, Cultura Esporte e Juventude
10.001	- Divisão de Turismo.
23-695-0170-2.47	-Fomento da Atividade e Desenvolvimento do Turismo
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00 (298)	-Recursos Ordinários R\$ 10.100,00
23-695-170-2.48	Manutenção e Funcionamento do Parque Municipal das Grutas de Botuverá
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (181)	Recursos Ordinários R\$ 1.250,00
10.02	Divisão de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
04-122-170-2.54	Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(185)	Recursos Ordinários R\$ 1.171,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá

10-122-090-2.28	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Saúde Administração Geral
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(79)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Saude R\$ 3.000,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	-Fundo Municipal de Saúde
10-301-0090-2.70	-Manutenção, Operação e Implantação de Academias de Saúde
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(80)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Saude R\$ 5.000,00
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(244)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Saude R\$ 3.814,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 14/12/2016.

Botuverá, 14 de Dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.988/2016

DECRETO Nº 1.988/2016

“Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento do Exercício de 2016.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 6º, inciso V da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto o Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 40.743,47 (Quarenta mil setecentos e quarenta e três reais e quarenta e sete centavos), conforme abaixo especificado:

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.02	Divisão de Finanças
28-843-180--2.29	Amortização e Encargos da Dívida Pública
3.2.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(168)	-Recurso Ordinário R\$ 743,97
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Serviços Urbanos
26-782-125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(251)	Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 14/12/2016.

Botuverá, 14 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.369/2016

LEI Nº 1.369/2016

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a câmara de Vereadores aprovou e ou sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 182.608,00 (Cento e oitenta e dois mil seiscentos e oito reais) conforme abaixo especificado:

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.02	Divisão de Finanças
28-846-180--2.10	Obrigações Tributárias
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(169)	-Recurso Ordinário R\$ 1.500,00
04.00	Secretaria de Educação

04.01	Divisão de Educação
12-365-020-2.19	Manutenção e Operação do Ensino Infantil
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.36(122)	Salário Educação R\$ 4.000,00
12-361-030-2.16	Manutenção e Operação do Transporte Escolar
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(204)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 16.000,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(251)	Recurso Ordinário R\$ 39.754,00
08.00	Secretaria de Agricultura
08.01	Divisão de Agricultura
20-606-155-2.43	Assistência e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(39)	Recursos Ordinários R\$ 39.754,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(60)	Receita de Impostos e Transf. impostos Saúde R\$ 15.000,00
10-303-090-2.67	Manutenção e Funcionamento da Assistência Farmacêutica - AF
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(84)	Receita de Impostos e Transf. impostos Saúde R\$ 2.600,00
10-302-090-2.72	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde CISA/AMMVI
3.3.9.3.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(74)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Saude R\$ 64.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º desta Lei, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

01.00	Câmara Municipal de Vereadores de Botuverá
01.01	Câmara de Vereadores
01-031-001-2.1	Manutenção Atividades Legislativas e Administrativas Câmara de Vereadores
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(173)	Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(174)	Recursos Ordinários R\$ 70.000,00
02.00	Gabinete do Prefeito
02.02	Assessoria Jurídica
04-122-005-2.3	Manutenção da Assessoria Jurídica
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(91)	Recursos Ordinários R\$ 700,00
03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.01	Divisão de Administração
04-123-010-2.8	Manutenção da Secretaria Geral e Fazenda, Contabilidade, Tesouraria e CI
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(98)	Recursos Ordinários R\$ 22.000,00
04-128-010-2.50	Administração de Recursos Humanos
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(100)	Recursos Ordinários R\$ 4.000,00
03.02	Divisão de Finanças
28-843-180--2.29	Amortização e Encargos da Dívida Pública
4.6.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(167)	-Recurso Ordinário R\$ 20.800,00
04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-306-020-2.11	Programa Suplementar de Alimentação Escolar Pré-Escola
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(127)	Recursos Ordinários R\$ 2.547,23
12-306-020-2.62	Programa Suplementar de Alimentação Escolar Creche
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(129)	Recursos Ordinários R\$ 2.400,37

12-306-025-2.12	Programa Suplementar de Alimentação Escolar Ensino Fundamental
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(149)	Recursos Ordinários R\$ 3.016,30
12-361-025-2.13	Operação e Manutenção de Atividades do Ensino Fundamental
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(225)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 5.600,00
12-361-025-2.15	Manutenção da Biblioteca a Disposição da Rede Municipal de Ensino do Município
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(147)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 1.107,10
12-365-020-1.2	Construção, Ampliação e Reformas de Creches
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.36(118)	Salário Educação R\$ 4.000,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
24-452-145-2.42	Manutenção e Operação das Repetidoras de TV
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(187)	Recursos Ordinários R\$ 2.500,00
26-782-0125-2.34	Manutenção e Restauração de Pontes e Pontilhões
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (157)	Recursos Ordinários R\$ 4.102,00
06.02	Divisão de Projetos e Estudos
15-122-0130-2.38	Manutenção do Setor de Projetos e Estudos
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(35)	Recursos Ordinários R\$ 2.000,00
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(257)	Recursos Ordinários R\$ 2.000,00
06.03	Divisão de Saneamento
17-512-110-1.3	Construção de Redes de Esgoto e Fossas Sépticas
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(24)	Recursos Ordinários R\$ 1.500,00
10.000	-Secretaria de Turismo, Cultura Esporte e Juventude
10.001	- Divisão de Turismo.
23-695-0170-2.47	-Fomento da Atividade e Desenvolvimento do Turismo
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00 (298)	-Recursos Ordinários R\$ 10.100,00
23-695-170-2.48	Manutenção e Funcionamento do Parque Municipal das Grutas de Botuverá
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (181)	Recursos Ordinários R\$ 1.250,00
10.02	Divisão de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
04-122-170-2.54	Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(185)	Recursos Ordinários R\$ 1.171,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
10-122-090-2.28	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Saúde Administração Geral
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(79)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Saude R\$ 3.000,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	-Fundo Municipal de Saúde
10-301-0090-2.70	-Manutenção, Operação e Implantação de Academias de Saúde
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(80)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Saude R\$ 5.000,00
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(244)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Saude R\$ 3.814,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 14 de Dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO 4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 40/2015

EXTRATO 4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 40/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo,
CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Clione Transporte de Passageiros Ltda
CNPJ: 09.488.349/0001-99

com Sede no Beco S.D.10, n.º 20 - Centro

Braço do Trombudo – SC

Objeto: Contratação de empresa para realizar o transporte escolar de alunos da rede pública de ensino municipal e estadual do município.

Vigência: 31.12.2017

Data da assinatura: 14.12.2016

Romildo Teske - Prefeito Municipal

técnica, da rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2015.

Valor supressão: R\$ 80.181,65 (oitenta mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

Vigência até 31.12.2017.

Data da assinatura: 12.12.2016

Romildo Teske

Prefeito Municipal

EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2016

EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Consorcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

CNPJ nº 09.427.503/0001-12, sito a Rua General Liberato Bittencourt, 1885

Florianópolis - SC

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, destinadas a publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos de Braço do Trombudo na rede mundial de computadores - Internet, que atende os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP - Brasil), pelo qual, terá seus serviços prestados pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal..

Vigência: 31.12.2017

Data da assinatura: 13.12.2016

Romildo Teske

Prefeito Municipal

EXTRATO DE 3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2015

EXTRATO DE 3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Editora Positivo Ltda

CPF: 79.719.613/0001-33

sito a Senador Accioly Filho, 431 – Bairro CIC

Cidade de Curitiba -Paraná

Objeto: Aquisição de Materiais Didático-pedagógicos e Educacionais para alunos da Educação Infantil (Maternal I ao Jardim III); Ensino Fundamental (1º ano ao 9º ano); professores e equipe

Brunópolis

PREFEITURA

DISPENSA LICITAÇÃO 03/2016

Processo Administrativo Licitatório nº 44/2016

Objeto – Contratação direta de serviços de telefonia móvel para o Município.

Dispensa de Licitação nº 03/2016

D E C I S Ã O

Trata-se de Dispensa referente à contratação direta dos serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS pelas operadoras de telefonia que foram contratadas através de licitação, pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA (gestor dos contratos), para atender as necessidades dos entes consorciados.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, e por tratar-se de Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, a contratação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, destinado prestação de serviços, atende às necessidades precípua da Administração e poderá ser formalizada.

Esta é a decisão.

Elabore-se o respectivo Contrato.

Brunópolis (SC), 14 de dezembro de 2016..

NILSO STÉDILE

Prefeito Municipal em exercício

DISPENSA LICITAÇÃO 04/2016

Processo Administrativo Licitatório nº 45/2016

Objeto – Contratação direta dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública do Município.

Dispensa de Licitação nº 04/2016

D E C I S Ã O

Trata-se de Dispensa referente à contratação direta dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública que foram contratadas através de licitação, pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA (gestor do contrato), para atender as necessidades dos entes consorciados.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, e por tratar-se de Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, a contratação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, destinado prestação de serviços, atende às necessidades precípua da Administração e poderá ser formalizada.

Esta é a decisão.

Elabore-se o respectivo Contrato.

Brunópolis (SC), 14 de dezembro de 2016.

NILSO STÉDILE

Prefeito Municipal em exercício

DISPENSA LICITAÇÃO 05/2016

Processo Administrativo Licitatório nº 46/2016

Objeto – Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PRO-LICITA

Dispensa de Licitação nº 05/2016

D E C I S Ã O

Trata-se de Dispensa referente à contratação direta dos serviços de desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, executado pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA (gestor dos contratos), para atender as necessidades dos entes consorciados.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, e por tratar-se de Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, a contratação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, destinado prestação de serviços, atende às necessidades precípua da Administração e poderá ser formalizada.

Esta é a decisão.

Elabore-se o respectivo Contrato.

Brunópolis (SC), 14 de dezembro de 2016..

NILSO STÉDILE

Prefeito Municipal em exercício

LEI 880/2016

LEI Nº 880, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR ACORDO COM ITAMAR ALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NILSO STEDILE, Prefeito Municipal de Brunópolis em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei,

FAZ saber a todos os habitantes do município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar composição judicial com o Sr ITAMAR ALVES, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 081.065.189-80, RG nº 455.557, residente e domiciliado na Rua 29 de Dezembro, conjunto habitacional Palmares, no município de Brunópolis (SC), com o objetivo de recuperar recurso objeto da ação de cobrança nº 0301346-66.2016.8.24.0014, em trâmite na Segunda Vara Cível da Comarca de Campos Novos (SC).

Art. 2º. A dívida, no valor original de R\$ 2.485,00 (dois mil quatrocentos e oitenta e cinco reais), será paga em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 10 de fevereiro de 2016 e as demais no dia 10 dos meses seguintes.

Art. 3º. O valor das parcelas mensais será corrigido monetariamente pelo INPC desde 11/04/2016 até a data dos respectivos pagamentos.

Art. 4º. Ocorrendo atraso no pagamento, incidirá multa de 30% (trinta por cento) e a dívida vence antecipadamente, rescindindo a composição.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 14 de dezembro de 2016.

NILSO STEDILE

Prefeito Municipal em exercício

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3.126/2016 IBPREV

PREFEITURA DE BRUSQUE

Portaria nº 3.126/2016

Concede Aposentadoria voluntária por tempo de serviço, a servidora Ivanete Franco Zucco

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso II, do Art. 111 c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com o parágrafo 1º do Art. 91, ambos da Lei Orgânica do Município c/c o Art 12 Inciso II, letra "c" da Lei complementar 20/93 c/c o Art. 216, inciso II, letra "b", da Lei 1898/94 e, ainda com a Lei Complementar 59/97.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, aposentadoria voluntária por tempo de serviço com proventos integrais com base no art. 8º, incisos I, II e III, alíneas "a" e "b" da EC. Nº 20/98, à servidora IVANETE FRANCO ZUCCO, CPF 246.916.409-59, por ter cumprido os requisitos de tempo de serviço e a idade exigida pela legislação.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/01/1997, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 2.125/1997.

Prefeitura de Brusque, em 12 de Dezembro de 2016.

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

LEI Nº 4.036/2016

LEI nº 4.036, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial no orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 6.632.363,26 (seis milhões, seiscentos e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos), para atender a programação abaixo especificada:

03.00 Procuradoria Geral do Município
03.001 Procuradoria Geral do Município
0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
0004.0122.0005.2308 Manut. Das Ativ. Da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.000,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0306.0040.2049 Manut. Prog. De Alimentação Escolar Ensino Fundamental

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 70.000,00

0012.0365.0030.2069 Auxílio ao Transporte Escolar

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 500.000,00

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 1.000.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.36.00 Salário Educação

VALOR R\$ 250.000,00

3.3.91.00 Aplic. Dir. Dec. Op. Entre Órgãos - Outras Despesas Correntes

0.1.36.00 Salário Educação

VALOR R\$ 70.000,00

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.36.00 Salário Educação

VALOR R\$ 250.000,00

3.3.91.00 Aplic. Dir. Dec. Op. Entre Órgãos - Outras Despesas Correntes

0.1.36.00 Salário Educação

VALOR R\$ 70.000,00

11.00 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda

11.001 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda

0022.0122.0165.2026 Manut. da Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 13.500,00

11.002 Depto. de Agricultura e Abastecimento

0020.0606.0155.2028 Manut. Depto. de Agricultura e Apoio a Agricultura Familiar

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.000,00

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 13.500,00

10.00 Secretaria Municipal de Turismo

10.001 Secretaria Municipal de Turismo

0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 150.000,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Cont. de Cheias

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 150.000,00

0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 80.000,00
0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 60.000,00
14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos Gerais do Município
0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – EC 62/2009
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 250.000,00
0028.0846.0180.2048 Pasp e Outras Obrigações Tributárias
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 250.000,00
15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação
15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação
0008.0243.0108.2231 Manut. Conselhos Tutelar e dos Direitos da Criança
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 13.000,00
18.00 Controladoria Geral do Município
18.001 Controladoria Geral do Município
0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 13.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de tecnologia da Informação
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
0004.0121.0010.2015 Manutenção do depto. de Finanças e Contabilidade
3.3.50.00 Transf. A Instit. Priv. S/Fins Luc. – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 80.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 60.000,00
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200.000,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00
23.00 Secretaria da Fazenda
23.001 Secretaria da Fazenda
004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 461.000,00

25.00	Fundo Municipal de Saúde
25001	Fundo Municipal de Saúde

010.122.0220.2276	Manutenção Assistência Farmacêutica (BLAFB)
3.1.90.00	Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf., Imp-saúde
VALOR	R\$ 908.720,25
010.301.0275.2271	Atenção Básica, Esf, Acs (BLATB)
3.3.90.00	Aplicação Direta – Outras despesas correntes
0.1.38.16	PMAQ
VALOR	R\$ 14.353,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais
0.1.38.08	PAB
VALOR	R\$ 39.990,01
010.302.0280.2273	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.38.17	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/ União – MAC
VALOR	R\$ 429.000,00

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 400.000,00
0.1.35.08.02 SUAS/União - PTMC
VALOR R\$ 60.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 65.000,00
0.1.35.08.02 SUAS/União - PTMC
VALOR R\$ 10.300,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 45.000,00
0008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial – Alta Complexidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 190.000,00
0008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
3.3.50.00 Transf. A Instit. Priv. S/Fins Luc. – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 22.500,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 125.000,00
40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
0018.0541.0160.2252 Manutenção da Fund. Ecológ. E Zoobotânica de Brusque
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 105.000,00
50.00 Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade
50.001 Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade
0015.0122.0005.2018 Manutenção Ativ. Do Inst. Brusquense de Planej. e Mobilidade
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 85.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 7.500,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 21.500,00
 65.00 Fundação Cultural de Brusque
 65.001 Fundação Cultural de Brusque
 0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 7.000,00
 0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.500,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1o. desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito
 02.001 Gabinete do Prefeito
 0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 105.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil
 006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 3.000,00
 03.00 Procuradoria Geral do Município
 03.001 Procuradoria Geral do Município
 0004.00062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 40.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 7.000,00
 05.00 Secretaria de Comunicação Social
 05.001 Secretaria de Comunicação Social

0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 20.000,00
 10.00 Secretaria Municipal de Turismo
 10.001 Secretaria Municipal de Turismo
 0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 15.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 160.000,00
 0023.0695.0170.2238 Promoção e Divulgação de Feiras e Eventos
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 130.000,00
 0023.0695.0170.2237 Infra Estrutura, Apoio e Fomento Ao Desenv. Turístico
 3.3.50.00 Transf. A Instit. Priv. S/Fins Luc. – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 30.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 70.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 117.000,00
 10.002 Fundo Municip. Desenvol. Turístico
 0023.0695.0170.2236 Manutenção do Fundo de Desenvol. Turístico
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 8.000,00
 09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação
 0012.0365.0335.2021 Manutenção de Creches
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
 VALOR R\$ 1.000.000,00
 0012.0361.0025.1013 Construção Ampliação e Reformas Escolas Ens. Fundamental
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.36.00 Salário Educação
 VALOR R\$ 260.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.36.00 Salário Educação
 VALOR R\$ 190.000,00
 0012.0365.0335.1009 Construção de Creches
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.36.00 Salário Educação
 VALOR R\$ 180.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.36.00 Salário Educação
 VALOR R\$ 10.000,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 350.000,00
 0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 130.000,00

0015.0452.0125.2038 Aquisição e Manutenção de Máquina, Veículos e Equipamentos
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 60.000,00
 0015.0451.0310.1001 Obras de Infra Estrutura Urbana Projeto Tapete Preto
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 40.000,00
 14.00 Encargos Gerais do Município
 14.001 Encargos Gerais do Município
 0028.0843.0180.2055 Amortização e Encargos da Dívida Interna Precatórios
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 400.000,00
 3.2.90.00 Juros e Encargos da Dívida – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 550.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 20.000,00
 15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação
 15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação
 0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo FHS
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 18.000,00
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0121.0010.2015 Manutenção do depto. de Finanças e Contabilidade
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00
 0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 500.000,00
 0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Tiro de Guerra
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 14.000,00
 0004.0122.0225.2008 Manutenção do Depto. de Suprimentos, Compras e Licitações
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 9.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 25.000,00
 0004.0122.0225.2011 Manutenção do Depto. de Recursos Humanos
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 15.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 30.000,00
 0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas

Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 14.000,00
 0004.0122.0330.1017 Programa Modernização Administrativa Financeira
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 25.000,00
 21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 22.00 Fundação Municipal de Esportes
 22.001 Fundação Municipal de Esportes
 0027.0812.0070.2065 Manutenção Ativ. Da Fundação Municipal de Esportes
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 95.000,00
 0027.0812.0070.2025 Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e JASC
 3.3.50.00 Transf. A Instit. Priv. S/Fins Luc. – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 40.000,00
 23.00 Secretaria da Fazenda
 23.001 Secretaria da Fazenda
 0004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100.000,00

25.00	Fundo Municipal de Saúde
25001	Fundo Municipal de Saúde
010.0122.0009.2051	Construção e Manutenção da Clínica Veterinária
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 250.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 150.000,00
010.0301.0090.1162	Aquisição de Equipamentos (BLGEST)
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR	R\$ 45.225,05
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimento
0.1.38.08	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB
VALOR	R\$ 39.990,01
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimento
0.1.38.16	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PMAQ
VALOR	R\$ 14.353,00
010.0301.0090.2277	Promoção à Saúde (BLGES)
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 19.200,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimento

0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Trasnfr. Imp-saúde
VALOR	R\$ 5.115,20
010.0302.0280.2275	CAPS Infantil
3.1.90.00	Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Trasnfr. Imp-saúde
VALOR	R\$ 200.000,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas decorrentes entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Trasnfr. Imp-saúde
VALOR	R\$ 199.180,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Trasnfr. Imp-saúde
VALOR	R\$ 20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.38.17	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – MAC
VALOR	R\$ 429.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.02.00	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
VALOR	R\$ 20.000,00

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
 0008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.35.08.02 SUAS/União - PTMC
 VALOR R\$ 70.300,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 0008.0244.0255.2325 Brusque Carinhosa
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 20.000,00
 65.00 Fundação Cultural de Brusque
 65.001 Fundação Cultural de Brusque
 0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 15.000,00
 75.00 Fundação Municipal de Meio Ambiente
 75.001 Fundação Municipal de Meio Ambiente
 0018.0122.0160.2216 Manutenção Administrativa da Fundema
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 15.000,00
 0018.0122.0160.1197 Manutenção Fundo Municipal do Meio Ambiente
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 30.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 35.000,00

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.
 Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque em, 30 de Novembro de 2016.
 JOSÉ LUIZ CUNHA
 Prefeito de Brusque

SONIA KNIHS CRESPI
 Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.909/2016

DECRETO nº 7.909, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar e especial no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, devidamente autorizado pela Lei nº 4.037/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 79.800,00 (Setenta e nove mil e oitocentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
 0008.0244.0255.2250 Economia Solidária
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 19.800,00
 65.00 Fundação Cultural de Brusque
 65.001 Fundação Cultural de Brusque
 0013.0392.0060.2225 Manutenção do Fundo de Cultura e Apoio as Ativ. Culturais
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 60.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1o. deste decreto, decorrerão das seguintes fontes de recursos:
 I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

14.00 Encargos Gerais do Município
 14.001 Encargos Gerais do Município
 0028.0843.0180.2055 Amortização e Encargos da Dívida Interna - Precatórios
 4.6.90.00 Aplicações Diretas – Amortização da Dívida
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 24.800,00
 65.00 Fundação Cultural de Brusque
 65.001 Fundação Cultural de Brusque
 0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 55.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de Novembro de 2016.
 JOSÉ LUIZ CUNHA
 Prefeito de Brusque

SONIA KNIHS CRESPI
 Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
 Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7900 22/11/2016

DECRETO Nº. 7900, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20 da lei nº 3.948 de 18.12.2015, a Lei nº 3.910 de 04.09.2015, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 935.437,87 (novecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e sete centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.08 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 153.000,00

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.08 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 18.936,74

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.16 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 60.000,00

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.16 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 79.702,29

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.16 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 22.340,54

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.3.38.13 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – NASF

VALOR R\$ 40.000,00

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.15 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Saúde Bucal

VALOR R\$ 124,00

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.15 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Saúde Bucal

VALOR R\$ 41.556,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimento

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 129.454,09

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.50.00 Transferência a Instituições sem fins Lucrativos

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 35.000,00

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 158.679,48

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.67.11 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado – CEO

VALOR R\$ 9.645,19

010.0301.0340.1171 Construção Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimento

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 20.000,00

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.20 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Epidemiológica

VALOR R\$ 27.719,48

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.20 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Epidemiológica

VALOR R\$ 1.874,72

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.20 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Epidemiológica

VALOR R\$ 6.000,00

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 861,47

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 3.542,22

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.06.01 Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 30.000,00

010.03050105.2281 Manutenção do Programa DST/AIDS

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 485,82

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 2.422,00

010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 94.093,83

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.93.00 Aplicação direta decor. de op. de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 35.000,00

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 158.679,48

010.0301.0340.1171 Construção Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 20.000,00

010.03050105.2281 Manutenção do Programa DST/AIDS

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 485,82

4.4.90.00 Aplicações diretas – Investimentos

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 2.422,00

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

4.4.90.00 Aplicações diretas – Investimentos

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 4.403,69

010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 94.093,83

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 129.454,09

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.16	Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – PMAQ
Valor Orçado	R\$ 2.300.000,00
Valor Arrecadado até 25/10/2016	R\$ 2.512.100,00
Excesso de Arrecadação	R\$ 212.100,00
Valor a utilizado no decreto nº. 7889 de 25/10/2016	R\$ 41.001,57
Valor a utilizar	R\$ 171.098,43

0.1.38.20	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental
Valor Orçado	R\$ 356.900,00
Valor arrecadado até a data de 22/11/2016.	R\$ 524.175,055
Excesso de arrecadação até a data de 22/11/2016	R\$ 167.275,55

Utilizado no Decreto 7870/2016	R\$ 52.000,00
Utilizado no Decreto 7889/2016	R\$ 71.484,04
Saldo a utilizar	R\$ 43.794,51
0.1.06.01	Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária
Valor Orçado	R\$ 950.000,00
Valor arrecadado até a data de 22/11/2016	R\$ 1.047.734,27
Excesso de arrecadação até a data de 22/11/16	R\$ 97.734,27
Valor utilizado no decreto 7870/2016	R\$ 11.000,00
Valor utilizado no decreto 7889/2016	R\$ 40.000,00
A utilizar	R\$ 46.734,27

III - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na seguinte fonte de recurso:

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2015
345770-2	Besc – Garmácia Básica	0.1.38.13 0.3.38.13	R\$ 18.000,00 R\$ 183.150,00
624002-9	Fms Fns/blatb	0.1.38.13 0.3.38.13	R\$ 40.881,98 R\$ 200.607,03
Total			R\$ 442.639,01

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.38.13	R\$ 5.686,32
DDO a pagar	0.1.38.13	R\$ 3.524,38
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.38.13	R\$ 433.428,31
Utilizado no decreto 7856/2016	0.3.38.13	R\$ 60.000,00
Utilizado no decreto 7870/2016	0.3.38.13	R\$ 47.000,00
Utilizado no decreto 7889/2016	0.3.38.13	R\$ 45.708,43
Saldo a utilizar		R\$ 280.719,88

IV – Provável excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.08	Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – PAB
Valor Orçado	R\$ 2.650.000,00
Valor Arrecadado até 22/11/2016	R\$ 2.724.938,91
Provável arrecadação até 31/12/2016	R\$ 2.944.838,91
Provável excesso de Arrecadação	R\$ 294.838,91
Valor a utilizado decreto nº. 7889 de 25/10/2016	R\$ 42.388,00
Valor a utilizar	R\$ 252.450,91

0.1.38.15	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Saúde Bucal
Valor Orçado	R\$ 440.000,00
Valor arrecadado até a data de 22/11/2016	R\$ 441.540,00
Provável arrecadação até a data de 31/12/2016	R\$ 481.680,00
Provável excesso de arrecadação	R\$ 41.680,00
Saldo a utilizar	R\$ 41.680,00

0.1.67.11	Transferências do Sistema Estado de Saúde – SUS/Estado – CEO
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 22/11/2016	R\$ 20.428,26
Provável excesso de arrecadação até a data de 31/12/2016.	R\$31.428,26
Valor Utilizado no decreto 7856/2016	R\$ 5.000,00
Valor Utilizado no decreto 7883/2016	R\$ 926,54
Valor Utilizado no decreto 7889/2016	R\$ 11.000,00
Valor a utilizar	R\$ 14.501,72

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 22 de novembro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ DA CUNHA Prefeito Municipal	SÔNIA KNIHS CRESPI Procuradora Geral do Município
GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7915 13/12/2016

DECRETO Nº. 7.915, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 124.862,65 (cento e vinte e quatro mil oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), para atender a programação abaixo especificada:

70.00 Instituto Brusquense de Previdência

70.001 IBPREV

0009.0272.0205.2315 Concessão de Benefícios Previdenciários

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 124.862,65

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - O excesso de arrecadação nos termos previstos no inciso II, do § 1º e § 3º, do art. 43 da Lei Federal 4.320/64:

Vínculo de Recursos: 0.1.00.00 – Recursos Ordinários			
2016	Novembro	Dezembro	Total
Meta	0,00	0,00	0,00
Arrecadado	2.215,70	122.646,95	124.862,65
Excesso	2.215,70	122.646,95	124.862,65

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

SONIA KNIHS CRESPI

Prefeito Municipal

Procuradora Geral do Município

ANTONIO CARLOS CERCHIARI JUNIOR

Diretor-Presidente - IBPREV

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2016

PREGÃO nº 113/2016

Processo Licitatório nº 151/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel) para abastecimento dos veículos da Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 16/01/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 15/12/2016

ROGERIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2016

PREGÃO nº 114/2016

Processo Licitatório nº 152/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Educação, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de uniformes escolares para a Rede Municipal de Ensino.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 17/01/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 15/12/2016

GLEUSA LUCI FISCHER

Secretária de Educação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2016

PREGÃO nº 115/2016

Processo Licitatório nº 153/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Educação, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de estojos e mochilas escolares para a Rede Municipal de Ensino.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 18/01/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 15/12/2016

GLEUSA LUCI FISCHER

Secretária de Educação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/2016

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 149/2016 Pregão nº 111/2016

OBJETO: Aquisição de piso intertravado de concreto, piso tátil, antiderrapantes, vibro prensados e meio fio, com fornecimento de mão de obra para colocação, areia e brita graduada.

Recorrente: DINAMIKA ENGENHARIA E CONSULTORIA

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA: Pelo exposto, recebo a impugnação apresentada pela empresa DINAMIKA ENGENHARIA E CONSULTORIA, para no mérito considerá-lo IMPROCEDENTE.

13/12/2016

ROGERIO ADILSON LANA

Secretario de Orçamento e Gestão

LEI Nº 4.037/2016

LEI nº 4.037, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 79.800,00 (Setenta e nove mil e oitocentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0244.0255.2250 Economia Solidária
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 19.800,00
65.00 Fundação Cultural de Brusque
65.001 Fundação Cultural de Brusque
0013.0392.0060.2225 Manutenção do Fundo de Cultura e Apoio as Ativ. Culturais
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 60.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1o. desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos Gerais do Município
0028.0843.0180.2055 Amortização e Encargos da Dívida Interna - Precatórios
4.6.90.00 Aplicações Diretas – Amortização da Dívida
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 24.800,00
65.00 Fundação Cultural de Brusque
65.001 Fundação Cultural de Brusque
0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 55.000,00

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de Novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito de Brusque

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 11.487/2016

PORTARIA nº 11.487, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Igor Alves Balbinot do cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de dezembro de 2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 202/2016 SAMAE

PORTARIA Nº. 202/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder hum mês de Licença Prêmio em pecúnia ao servidor GILBERTO DOS ANJOS, ocupante do cargo de Agente de Cadastro Técnico, relativo ao exercício no quinquênio de 10/03/2010 a 09/03/2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 02 de dezembro de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Diretora Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº 11.120/2016 ERRATA

ERRATA

Na Portaria nº 11.120, de 07 de julho de 2016, publicada em 12 de dezembro de 2016, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, onde se lê:

“Art. 1º Nomear Leandro Rocha para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Fundação Cultural de Brusque – FCB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de julho de 2016.”

Leia-se

“Art. 1º Nomear Leandro da Rocha para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2016.”

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 203/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 203/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente para Ressarcimento de Danos, junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão os seguintes servidores: Murilo José Maes, Vanessa Constansa Setraghi Becker, Jean Wons Fernandes, Osvaldo dos Santos Moraes Junior, Robson do Prado, Arlei de Andrade e Elisane Martins Nunes.

Parágrafo Único. Atribuir à Comissão Processante o encargo de coordenar, organizar, julgar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal êxito dos Processos Administrativos para ressarcimento de danos.

Art. 3º O mandato dos membros desta comissão será de um ano e desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos financeiros a partir de 01/12/2016.

Brusque, 02 de dezembro de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Diretora Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº 204/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 204/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Conceder Licença Paternidade de 05 (cinco) dias ao servidor DJANGO DEUCHER, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, devido ao nascimento de seu filho PABLO DIEGO DEUCHER, no dia 07 de dezembro de 2016, conforme Certidão de nascimento, Nº

108928 01 55 2016 1 00122 152 0054244 81 no Hospital Arquidocesano Consul Carlos Renaux - Brusque - SC.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos ao dia 07.12.2016, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 12 de dezembro de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ Diretora Presidente SAMAE
--

PROCESSO ADMINISTRATIVO 001-2015 - SAMAE
DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2015/CPRD

Avoco o processo administrativo 001/2015/CPRD, tendo em vista a regularidade do processo administrativo, HOMOLOGO o parecer conclusivo emitido pela comissão processante e determino o ARQUIVAMENTO do presente, devendo ser dado ciência aos interessados.

Considerando igualmente que o consumidor entrou judicialmente com pedido de ressarcimento, consequentemente este procedimento perde seu objeto.

Publique-se para que surta seus efeitos legais.

Brusque-SC, 13 de dezembro de 2016.
Fabiana A. Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE – Brusque/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 002-2015 - SAMAE
DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2015/CPRD

Avoco o processo administrativo 002/2015/CPRD, tendo em vista que, apesar de comprovada a falha no abastecimento, o Requerente declarou durante a instrução processual que não houve danos em sua residência, bem como se verificou que a fatura de água se manteve no consumo normal, não tendo sido afetado pela falha, conforme se apurou no presente, DETERMINO o ARQUIVAMENTO do presente, devendo ser dado ciência aos interessados.

Publique-se para que surta seus efeitos legais.

Brusque-SC, 13 de dezembro de 2016.
Fabiana A. Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE – Brusque/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 003-2015 - SAMAE
DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2015/CPRD

Avoco o processo administrativo 003/2015/CPRD, tendo em vista a regularidade do processo administrativo, HOMOLOGO o parecer conclusivo emitido pela comissão processante e determino o ARQUIVAMENTO do presente, devendo ser dado ciência aos interessados.

Considerando igualmente que o consumidor entrou judicialmente com pedido de ressarcimento, consequentemente este procedimento perde seu objeto.

Publique-se para que surta seus efeitos legais.

Brusque-SC, 13 de dezembro de 2016.
Fabiana A. Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE – Brusque/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 004-2015 - SAMAE
DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO 004/2015/CPRD

Avoco o processo administrativo 004/2015/CPRD, tendo em vista que, apesar de comprovada a falha no abastecimento, o Requerente declarou durante a instrução processual que não houve danos em sua residência, bem como se verificou que a fatura de água se manteve no consumo normal, não tendo sido afetado pela falha, conforme se apurou no presente processo, DETERMINO o ARQUIVAMENTO do presente, devendo ser dado ciência aos interessados.

Publique-se para que surta seus efeitos legais.

Brusque-SC, 13 de dezembro de 2016.
Fabiana A. Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE – Brusque/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 005-2015 - SAMAE
DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO 005/2015/CPRD

Avoco o processo administrativo 005/2015/CPRD, tendo em vista que esta não é a via correta para a finalidade, devendo ser realizado o ressarcimento de acordo com o Decreto 5.792/2007 e a Resolução 001/2013 da AGIR, que regulamentam as atividades do SAMAE, comprovado que houve falha no abastecimento de água, conforme se apurou no presente processo, DETERMINO a retificação da fatura de Ref. 01/2015 conforme a média dos seis meses anteriores ao ocorrido e o ARQUIVAMENTO do presente, devendo ser dado ciência aos interessados.

Publique-se para que surta seus efeitos legais.

Brusque-SC, 13 de dezembro de 2016.
Fabiana A. Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE – Brusque/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 006-2015 - SAMAE
DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO 006/2015/CPRD

Tendo em vista a regularidade do processo administrativo 006/2015/CPRD, bem como a existência de dotação orçamentária, e as considerações do Parecer Jurídico 097/2016, HOMOLOGO o parecer conclusivo emitido pela comissão processante e determino o pagamento da importância de R\$ 524,49 (quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos) em favor de MARILENE RAISER SCHORK, devendo ser dado ciência à mesma e caso esteja

de acordo com o apurado, seja elaborado projeto de lei a ser aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores a fim de autorizar o pagamento.

Brusque-SC, 09 de dezembro de 2016.

Fabiana A. Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE – Brusque/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 007-2015 - SAMAE

DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO 007/2015/CPRD

Avoco o processo administrativo 007/2015/CPRD, tendo em vista que, de acordo com o Decreto 5.792/2007 e a Resolução 001/2013 da AGIR, que regulamentam as atividades do SAMAE, comprovado que houve falha no abastecimento de água, conforme se apurou no presente processo, DETERMINO a retificação da fatura de Ref. 01/2015 conforme a média dos seis meses anteriores ao ocorrido e o ARQUIVAMENTO do presente, devendo ser dado ciência aos interessados.

Publique-se para que surta seus efeitos legais.

Brusque-SC, 13 de dezembro de 2016.

Fabiana A. Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE – Brusque/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 008-2015 - SAMAE

DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO 008/2015/CPRD

Tendo em vista a regularidade do processo administrativo 008/2015/CPRD, bem como a existência de dotação orçamentária, e as considerações do Parecer Jurídico 098/2016, HOMOLOGO o parecer conclusivo emitido pela comissão processante e DETERMINO o pagamento da importância de R\$ 1.755,37 (um mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos) em favor de YAN DOS SANTOS, e R\$ 206,74 (duzentos e seis reais e setenta e quatro centavos) em favor de DAYANE DA CONCEIÇÃO MATOS, devendo ser dado ciência aos interessados e caso estejam de acordo com o apurado, seja elaborado projeto de lei a ser aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores a fim de autorizar o pagamento.

Brusque-SC, 09 de dezembro de 2016.

Fabiana A. Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE – Brusque/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064-2016 SAMAE

DESPACHO – RECURSOS ADMINISTRATIVOS – PL 064/2016

Processo Licitatório: 064/2016

Objeto: Contratação de serviço de caminhão basculante, caminhão tanque, caminhão munck, escavadeira hidráulica, retro escavadeira e trator de esteira.

Recurso Administrativo apresentado pela empresa VJ Terraplenagem

Serviços de Mão de Obra LTDA e Contrarranções das Terraplenagem Kreusch Ltda. e Âncora Serviços Eireli – ME.

DESPACHO

Considerando o contido nos autos do processo licitatório 064/2016 e as razões do recurso administrativo apresentado pela empresa VJ Terraplenagem Serviços de Mão de Obra LTDA contra decisão que declarou vencedoras para os itens 1, 4, 5 e 6, a empresa Terraplenagem Kohler Ltda.; para o item 2 a Terraplenagem Kreusch Ltda – ME e para o item 3 a empresa Âncora Serviços Eireli – ME, que, segundo a Recorrente, apresentaram propostas que não atendem ao item 7 do Edital, e que deveriam ter suas propostas desclassificadas, bem como as contrarranções de recursos apresentadas pelas empresas Terraplenagem Kreusch Ltda – ME e Âncora Serviços Eireli – ME, contidos nas fls. 267-291 do presente processo licitatório;

Considerando o despacho do Pregoeiro, fls. 293, que manteve sua decisão contida na ata de fls. 265/266, por considerar que as propostas apresentadas pelas empresas licitantes atenderam aos requisitos exigidos pelo edital;

Considerando o contido no Parecer Jurídico 100/2016 que passa a fazer parte das razões de decidir desta autoridade;

Considerando que na seleção da proposta mais vantajosa devem ser observados os princípios da Objetividade, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Isonomia e Competitividade;

DECIDO:

Julgar IMPROCEDENTE o recurso impetrado pela empresa VJ Terraplenagem Serviços de Mão de Obra LTDA, seguindo o parecer jurídico e contido no presente processo, visto que na sessão pública e análise das propostas se respeitou os ditames legais, e que as propostas atacadas pelo presente recurso não contêm vícios que ensejem a desclassificação das licitantes do presente certame, devendo, no presente caso, ser mantido o resultado constante na ata de folhas 265/266 do Processo Licitatório 064/2016. Publique-se para que surta seus efeitos e restitua-se os autos ao pregoeiro para dar prosseguimento ao certame.

Brusque (SC), 13 de dezembro de 2016.

Fabiana A. Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE – Brusque/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069-2016 SAMAE

DESPACHO – RECURSOS ADMINISTRATIVOS – PL 069/2016

Processo Licitatório: 069/2016

Objeto: Contratação de serviço de análises de água em atendimento as determinações do Ministério da Saúde.

Recurso Administrativo apresentado pela empresa Freitag Laboratórios LTDA e Contrarranções da empresa Eco System Preservação do Meio Ambiente Ltda.

DESPACHO

Considerando o contido nos autos do processo licitatório 069/2016 e as razões do recurso administrativo apresentado pela empresa Freitag Laboratórios LTDA. contra decisão que declarou vencedora a empresa Eco System Preservação Ambiental, que, segundo a Recorrente não tem condições técnicas de atender ao objeto do certame em razão da distância da empresa para com a sede

da Autarquia, bem como as contrarrazões de recurso apresentada pela empresa Recorrida, contidos nas fls. 215-224 do presente processo licitatório;

Considerando o despacho do Pregoeiro, fls. 227, que manteve sua decisão contida na ata de fls. 211, por considerar que a proposta apresentada pela empresa licitante atende aos requisitos exigidos pelo edital;

Considerando o contido no Parecer Jurídico 099/2016 que passa a fazer parte das razões de decidir desta autoridade;

Considerando que na seleção da proposta mais vantajosa devem ser observados os princípios da Objetividade, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Isonomia e Competitividade;

DECIDO:

Julgar IMPROCEDENTE o recurso impetrado pela empresa Freitag Laboratórios LTDA. seguindo o parecer jurídico contido no presente processo, visto que na sessão pública e análise das propostas se respeitou os ditames legais, e que as propostas atacadas pelo presente recurso não contêm vícios que ensejem a desclassificação das licitantes do presente certame, devendo, no presente caso, ser mantido o resultado constante na ata de folhas 211 do Processo Licitatório 069/2016.

Publique-se para que surta seus efeitos e restitua-se os autos ao pregoeiro para dar prosseguimento ao certame.

Brusque (SC), 13 de dezembro de 2016.

Fabiana A. Dalcastagné

Diretora Presidente

SAMAE – Brusque/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070-2016 SAMAE
DESPACHO – RECURSOS ADMINISTRATIVOS – PL 070/2016

Processo Licitatório: 070/2016

Objeto: Contratação de serviços de impressão e envelopamento de faturas.

Recurso Administrativo apresentado pela empresa Copec Manutenção e Serviços de Cópias LTDA e Contrarrazões da empresa Site Manuseio de Correspondência e Impressão a Laser LTDA. ME.

DESPACHO

Considerando o contido nos autos do processo licitatório 070/2016 e as razões do recurso administrativo apresentado pela empresa Copec Manutenção e Serviços de Cópias LTDA. contra decisão que que declarou vencedora a empresa Site Manuseio de Correspondência e Impressão a Laser LTDA. ME, que, segundo a Recorrente não tem condições técnicas de atender ao objeto do certame por ter vencido o certame com preço inexequível, bem como as contrarrazões de recurso apresentada pela empresa Recorrida, contidos nas fls. 138/142 do presente processo licitatório;

Considerando o despacho do Pregoeiro, fls. 144, que manteve sua decisão contida na ata de fls. 137, por considerar que a proposta apresentada pela empresa licitante atende aos requisitos exigidos pelo edital e pelo fato de que a recorrida apresentou planilha comprovando que atenderá as condições previstas no edital;

Considerando o contido no Parecer Jurídico 101/2016 que passa a fazer parte das razões de decidir desta autoridade;

Considerando que na seleção da proposta mais vantajosa devem

ser observados os princípios da Objetividade, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Isonomia e Competitividade;

DECIDO:

Julgar IMPROCEDENTE o recurso impetrado pela empresa Copec Manutenção e Serviços de Cópias LTDA. seguindo o parecer jurídico contido no presente processo, visto que na sessão pública e análise das propostas se respeitou os ditames legais, e que a proposta atacada pelo presente recurso não contem vícios que ensejem a desclassificação da licitante do presente certame uma vez que a empresa comprovou por planilhas a exequibilidade do valor ofertado, devendo, no presente caso, ser mantido o resultado constante na ata de folhas 137 do Processo Licitatório 070/2016. Publique-se para que surta seus efeitos e restitua-se os autos ao pregoeiro para dar prosseguimento ao certame.

Brusque (SC), 13 de dezembro de 2016.

Fabiana A. Dalcastagné

Diretora Presidente

SAMAE – Brusque/SC

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.975

DECRETO Nº 6.975, de 13 de dezembro de 2016.

Designa Servidora Pública Municipal para fiscalizar a execução de obras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, mais o disposto no art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica designada a Servidora Pública Municipal CARINE MARCON, para fiscalizar a execução da obra de construção da Creche pertencente ao programa Federal Pró-Infância, tipo 1, na Rua Armino Dalastra Bonfanti, Bairro Rancho Fundo, a que se refere a Concorrência nº 06/2016, Contrato Administrativo nº 079/2016, a ser executada pela empresa Engemo Construções Ltda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.976

DECRETO Nº 6.976, de 14 de dezembro de 2016.

Reajusta os valores das tarifas dos serviços regulares de transporte coletivo urbano do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e em consonância com a Lei Municipal Complementar nº 46, de 22/12/2003, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Caçador, aprova o Código Disciplinar, institui o Programa de Aparelhamento e Modernização do Sistema de Transporte Coletivo do Município de Caçador - PAT, e dá outras providências, mais o previsto no Edital de Concorrência Pública nº 01/2014 – Contrato de Concessão nº 40/2016,

DECRETA:

Art. 1º Em conformidade com o previsto no Quadro 1 – Tarifa de Remuneração – Urbana, do Edital de Concorrência Pública nº 01/2014, o valor unitário da tarifa única para a aquisição antecipada ao embarque por meio de cartões eletrônicos, passa a ser de R\$ 2,74 (dois reais e setenta e quatro centavos).

Art. 2º O valor de uma unidade da passagem unitária embarcada paga a bordo passa a ser de R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos).

Parágrafo único. Os professores e estudantes terão um desconto de 50% (cinquenta por cento) na aquisição de passagens nos cartões eletrônicos, conforme legislação em vigor, cujo valor passa a ser de R\$ 1,48 (um real e quarenta e oito centavos).

Art. 3º Em conformidade com o previsto no Quadro 2 – Tarifa de Remuneração – Urbana/Distrital, do Edital de Concorrência Pública nº 01/2014, para as linhas do Cerro Branco e Taquara Verde, o valor unitário da tarifa única para a aquisição antecipada ao embarque por meio de cartões eletrônicos, passa a ser de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos).

Art. 4º O valor de uma unidade da passagem unitária embarcada paga a bordo, para as linhas mencionadas no art. 3º, passa a ser de R\$ 3,54 (três reais e cinquenta e quatro centavos).

Parágrafo único. Os professores e estudantes terão um desconto de 50% (cinquenta por cento) na aquisição de passagens nos cartões eletrônicos, conforme legislação em vigor, cujo valor passa a ser de R\$ 1,77 (um real e setenta e sete centavos).

Art. 5º Todos os créditos eletrônicos que já estiverem em circulação terão validade pelos próximos 30 (trinta dias), a contar da entrada em vigor da nova tarifa.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 6.481, de 24 de julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de dezembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.471

PORTARIA Nº 27.471, de 30 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e ss da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

REMOVER, de acordo com o Edital SME 01/2016, os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando nome, cargo, carga horária, escola de origem e escola de destino, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2017:

Nome	Cargo	CH	Escola de Origem	Escola de Destino
Fabiana Rodrigues Moschetta	Especialista em Assuntos Educacionais	40hs00	CMEI Pierina Adami	CMEI Elmar Pereira Rosa
Rosângela da Cunha	Especialista em Assuntos Educacionais	40hs00	EMEB Rodolfo Nickel	CMEI Marinei Aparecida Lopes
Terezinha Anciutti	Especialista em Assuntos Educacionais	20hs00	EMEB Ulysses Guimarães	EMEB Pe. José Chamot
Lucimar Aparecida Appi	Secretária Escolar	40hs00	EMEB Esperança	CMEI Elmar Pereira Rosa
Adrielli Lara de Amorin	Professor de Educação Infantil	40hs00	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Marinei Aparecida Lopes
Anely de Paula Ribeiro dos Santos	Professor de Educação Infantil	40hs00	CMEI Pierina Adami	CMEI Marinei Aparecida Lopes
Carla Capelari Nunes	Professor de Educação Infantil	40hs00	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Elmar Pereira Rosa
Clenir Aparecida Nurilles Rosario	Professor de Educação Infantil	40hs00	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Sonho Encantado
Eladir Maria Maciel	Professor de Educação Infantil	40hs00	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Marinei Aparecida Lopes
Gircela Antunes	Professor de Educação Infantil	40hs00	CMEI Pierina Adami	CMEI Elmar Pereira Rosa
Iodete Aparecida Antunes Querino Nunes de Almeida	Professor de Educação Infantil	20hs00	CMEI Rodolfo Nickel	EMEB Esperança
Juliana Gonçalves	Professor de Educação Infantil	40hs00	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Marinei Aparecida Lopes
Luciana das Graças Telles de Souza	Professor de Educação Infantil	40hs00	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Pierina Adami
Marcia Alves Ribeiro	Professor de Educação Infantil	40hs00	CMEI Pierina Adami	CMEI Elmar Pereira Rosa
Noeli Cavalheiro Werner	Professor de Educação Infantil	40hs00	CMEI Pierina Adami	CMEI Sonho Encantado
Rosimar Borges	Professor de Educação Infantil	40hs00	CMEI Pierina Adami	CMEI Elmar Pereira Rosa
Tania Gomes de Almeida Cracco	Professor de Educação Infantil	20hs00	EMEB Pe. José Chamot	EMEB Alcides Tombini
Terezinha Andrighetti Nava	Professor de Educação Infantil	40hs00	CMEI Sonho Encantado	CMEI Elmar Pereira Rosa
Idianara de Castro Valentini	Professor do Ensino Fundamental I	40hs00	EMEB Tabajara – EMEB Esperança	EMEB Walsin Nunes Garcia
Jaqueline Scapinelli de Campos	Professor do Ensino Fundamental I	20hs00	EMEB Esperança	EMEB Walsin Nunes Garcia
Marilde Scapin	Professor do Ensino Fundamental I	20hs00	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Pierina Santin Perret
Soeli Aparecida da Silva	Professor do Ensino Fundamental I	20hs00	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Alcides Tombini
Vanusa Zart	Professor do Ensino Fundamental I	20hs00	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	EMEB Alcides Tombini
Aline Grazielle Gruchowski	Professor do Ensino Fundamental II - Matemática	10hs00	EMEB Morada do Sol	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa
Ana Carla Klaus	Professor do Ensino Fundamental II - Geografia	09hs00	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Alto Bonito – 06hs EMEB Henrique J. Berger - 03hs00

Ana Maria Proença Negretti	Professor do Ensino Fundamental II – Arte	40hs00	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Henrique J. Berger – 17hs00 EMEB Alto Bonito – 13hs00 EMEB Vereda dos Trevos - 06hs00
Cidinei Alves Morais	Professor do Ensino Fundamental II – Ensino Religioso	11hs00	EMEB Hilda Granemann de Sousa – 05hs00 EMEB Alto Bonito – 06hs00	EMEB Henrique J. Berger
Cristina Lazarotti	Professor do Ensino Fundamental II – História	03hs00	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Morada do Sol
Daiana Bilibio	Professor do Ensino Fundamental II – Geografia	21hs00	EMEB Hilda Granemann de Sousa – 15hs00 EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa – 06hs00	EMEB Alto Bonito
Eveline Semke Moraes	Professor do Ensino Fundamental II – Educação Física	24hs00	EMEB Esperança	EMEB Henrique J. Berger
Jeana Zago	Professor do Ensino Fundamental II - História	24hs00	EMEB Ulysses Guimarães	EMEB Hilda Granemann de Sousa
Jeferson Witte	Professor do Ensino Fundamental II – Ciências	20hs00	EMEB Alto Bonito	EMEB Henrique J. Berger
Marta Aparecida Goes	Professor do Ensino Fundamental II – Arte	20hs00	EMEB N. S. Salete – 14hs00 CMEI Sonho Encantado – 06hs00	EMEB Morada do Sol
Mauro Rogerio dos Reis	Professor do Ensino Fundamental II – Educação Física	03hs00	EMEB N. S. Salete	EMEB Ir. Venancio José
Suelen Mabel Schwartz	Professor do Ensino Fundamental II – Língua Inglesa	07s00	EMEB Esperança	EMEB Alcides Tombini
Valmor Arl	Professor do Ensino Fundamental II – Matemática	15hs00	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Morada do Sol
Vanessa Lopes Xavier	Professor do Ensino Fundamental II – Língua Inglesa	22hs00	EMEB Ulysses Guimarães EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Alcides Tombini – 14hs00 EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa - 08hs00
Wagner Severgnini	Professor do Ensino Fundamental II – Educação Física	04hs00	CMEI Sonho Encantado	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de novembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.472

PORTARIA Nº 27.472, de 30 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 34, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

REMOVER por permuta, conforme Edital SME 01/2016, a Servidora Pública Municipal DANIELE JOCIANE FORTUNATO, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotada na EMEB Irmão Venâncio José, 20 (vinte) horas semanais, para o CMEI Sonho Encantado, e deste para aquela a Servidora Pública Municipal ELISANDRA SCAPINELLI, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de novembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.473

PORTARIA Nº 27.473, de 30 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 34, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

REMOVER por permuta, conforme Edital SME 01/2016, a Servidora Pública Municipal FRANCIELLE MARIN MENZEL, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotada na EMEB Hilda Granemann de Sousa, 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Henrique Julio Berger, e desta para aquela a Servidora Pública Municipal JEANE APARECIDA COLDEBELLA CORDEIRO, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de novembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.474

PORTARIA Nº 27.474, de 30 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 34, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

LOTAR, conforme Edital SME 01/2016, a Servidora Pública Municipal LUANA RODAKIEVIS, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, na EMEB Henrique Julio Berger, 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de novembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.480

PORTARIA Nº 27.480, de 30 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no Art. 63, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal a seguir relacionado, para exercer Função Gratificada – FGR na Secretaria Municipal da Educação, por desempenhar atividades de maior responsabilidade além das previstas no seu cargo efetivo, com efeitos a contar de 1º de novembro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, especificando código, nome, cargo, escola de lotação e porcentagem da função gratificada, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Escola de Lotação	Função Gratificada
71	Airton Carlos Leite	Professor Ensino Fundamental I	EMEB Vereda dos Trevos	FG 30%

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.508

PORTARIA Nº 27.508, de 13 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal ARLINDO DE ABREU JÚNIOR, do cargo em comissão de Secretário da Junta do Serviço Militar, referência CC-5, vinculado à Secretaria do Gabinete do Prefeito, matrícula 14074, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 26.357, de 04 de janeiro de 2016, com efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.509

PORTARIA Nº 27.509, de 13 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal TAYLOR FISCHER, do cargo em comissão de Secretário Adjunto para Assuntos de Desenvolvimento Econômico, referência CC-2, vinculado à Secretaria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico, matrícula 14638, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 26.862, de 29 de abril de 2016, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.510

PORTARIA Nº 27.510, de 13 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe

sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou o resultado final do concurso, o cidadão ARLINDO DE ABREU JÚNIOR, para ocupar o cargo de Operador de Usina de Asfalto, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referência 26, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício a partir de 19 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.512

PORTARIA Nº 27.512, de 14 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 27.451, de 23 de novembro de 2016, que efetua o desconto em folha de pagamento em razão de faltas justificadas e injustificadas no período de 12/10/2016 a 11/11/2016, de servidores lotados junto à Secretaria Municipal da Educação,

CONSIDERANDO os equívocos verificadas pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Educação;

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação funcional de alguns Servidores;

RESOLVE:

Art. 1º. EXCLUIR da Portaria nº 27.451, de 23 de novembro de 2016, a Servidora MARIA DE LOURDES CASSOL, matrícula 14292.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 04, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2016, aprovou, e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

**TÍTULO I
DA CÂMARA MUNICIPAL****CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A Câmara Municipal de Caçador é o órgão legislativo do Município e se comporá de tantos Vereadores quantos forem determinados pela Lei Orgânica do Município de Caçador.

Art. 2º A Câmara Municipal tem funções precipuamente legislativas, mas exerce, cumulativamente, funções de fiscalização, julgamento e assessoramento, e, no que lhe compete, praticar atos de administração interna.

§ 1º A função legislativa consiste em elaborar e votar leis, resoluções e decretos legislativos referentes a todos os assuntos de competência do Município e do seu peculiar interesse.

§ 2º A função fiscalizadora e julgadora de caráter político-administrativa atinge apenas os agentes públicos do Município - Prefeito, Vice-Prefeito, Auxiliares Diretos, Secretários, Intendentes, Diretores de Autarquias ou Fundações e Vereadores, não se estendendo tal função sobre os demais agentes administrativos e pessoal burocrático sujeitos a ação hierárquica do Executivo.

§ 3º A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo mediante indicações e pedidos de providências.

§ 4º A função administrativa restringe-se à organização interna da Câmara Municipal, em tudo que diz respeito à sua estrutura organizacional, ao quadro de pessoal, à direção dos serviços auxiliares, e principalmente quanto à elaboração de seu Regimento Interno.

**CAPÍTULO II
DA SEDE DA CÂMARA**

Art. 3º A Câmara Municipal tem sua sede na cidade de Caçador, à Rua Fernando Machado, nº 139, onde realizará suas sessões.

**CAPÍTULO III
DA POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO E DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA**

Art. 4º A Câmara reunir-se-á em sessão de posse e instalação em 1º de janeiro, no primeiro ano da Legislatura para a posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora que ocorrerá em sessão solene, independentemente de número, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, com a seguinte Ordem do Dia:

I - compromisso, posse e instalação da Legislatura;

II - compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito, quando for o caso.

§ 1º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias do início da Legislatura, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se, quando for o caso. Na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão apresentar declaração de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio e encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina quando requisitadas.

§ 3º No ato da posse, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente em exercício, em pé, no que será acompanhado por todos os Vereadores, proferirá o seguinte compromisso, que se completa com a assinatura no termo competente: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DESTES MUNICÍPIO". Ato contínuo, feita a chamada nominal, cada Vereador, novamente em pé, declarará: "ASSIM O PROMETO".

§ 4º Depois da posse dos Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão compromisso, assinando o termo de posse respectivo e entregando suas declarações de bens, observados os termos dos arts. 214 a 221 deste Regimento.

§ 5º Inexistindo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 6º O Presidente em exercício convidará um dos Vereadores presentes para secretariar os trabalhos.

§ 7º Composta a Mesa provisória, o Presidente receberá e conferirá os diplomas dos Vereadores.

§ 8º O suplente convocado tomará posse perante a Câmara reunida, no prazo estipulado no § 1º, contado da data da convocação.

§ 9º Os termos de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito serão publicados em Diário Oficial.

Art. 5º Terminada a cerimônia de posse e compromisso, será a reunião suspensa por 30 (trinta) minutos, a fim de ser preparada a eleição da Mesa Diretora.

**TÍTULO II
DA MESA DIRETORA****CAPÍTULO I
DA MESA**

Art. 6º A Mesa é órgão de direção de todos os trabalhos da Câmara.

**CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA DA MESA**

Art. 7º Compete à Mesa, entre outras atribuições:

I - tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da

Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - a iniciativa de projetos de Decreto Legislativo e Resolução;

IV - enviar ao Prefeito, até o primeiro dia útil de março, as contas do exercício anterior;

V - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

VI - representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;

VII - solicitar ao Prefeito, por meio de ofício, a elaboração e envio de mensagem e respectivo projeto de lei, dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante a anulação parcial ou total de dotação da Câmara ou à conta de outros recursos disponíveis, vedada a permissão para gastos não compatíveis com o exercício da função legislativa;

VIII - enviar ao Prefeito, até o dia dez do mês subsequente, as contas do mês anterior e até o dia trinta e um de janeiro do ano seguinte as do ano anterior, a fim de possibilitar ao Prefeito a elaboração do balancete mensal e balanço anual;

IX - elaborar o Orçamento da Câmara, enviando-o ao Prefeito, até 15 (quinze) de agosto de cada ano;

X - designar Vereadores para missão de representação da Câmara Municipal;

XI - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, ou estadual;

XII - apresentar o relatório anual de atividades da Câmara Municipal, perante o Plenário, na primeira sessão ordinária da Sessão Legislativa subsequente.

CAPÍTULO III

DA SEGURANÇA INTERNA DA CÂMARA

Art. 8º A segurança do edifício da Câmara Municipal compete à Mesa, sob a direção do Presidente.

Art. 9º Qualquer cidadão poderá assistir às sessões, desde que guarde silêncio e respeito, sendo compelido a sair imediatamente do edifício, caso perturbe os trabalhos com aplausos ou manifestações de reprovação e não atenda à advertência do Presidente.

Parágrafo único. Quando o Presidente não conseguir manter a ordem por simples advertências, deverá suspender a sessão, adotando as providências cabíveis.

CAPÍTULO IV

DA INSTALAÇÃO DA MESA DIRETORA

Seção I

Da Eleição da Mesa

Art. 10. Decorridos os 30 (trinta) minutos, da cerimônia de instalação da legislatura, posse e compromisso dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito a reunião será reaberta e os Vereadores, sob a Presidência do mais votado entre os presentes, e constatada a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º Aberta a sessão e verificada a presença da maioria absoluta, passar-se-á, imediatamente, a eleição.

§ 2º A eleição para todos os cargos da Mesa far-se-á mediante processo de votação nominal.

§ 3º Conhecido o resultado, o Presidente proclamará eleitos os que obtiverem maioria absoluta, os quais, automaticamente empossados, tomarão seus assentos junto a Mesa.

§ 4º Se o candidato não obtiver maioria absoluta, proceder-se-á, imediatamente, a nova eleição para os cargos não preenchidos na primeira votação, considerando-se eleito o mais votado, ou, em caso de empate, o mais idoso.

Art. 11. O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 12. A eleição da Mesa da Câmara para o segundo biênio far-se-á na última reunião ordinária da segunda Sessão Legislativa, ficando automaticamente empossados os eleitos no dia 1º de janeiro.

Seção II

Da Composição da Mesa

Art. 13. A Mesa será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário.

§ 1º Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com assento na Casa.

§ 2º No impedimento ou ausência do Presidente e Vice-Presidente, assumirá o cargo o 1º Secretário e, na impossibilidade deste, o 2º Secretário e na impossibilidade destes o mais votado.

§ 3º No caso de vaga, o seu preenchimento dar-se-á mediante eleição, conforme disposto neste Regimento.

Art. 14. No caso de vacância de todos os cargos da Mesa, o Vereador mais votado assumirá a Presidência até nova eleição, que se realizará dentro de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 15. O Vereador ocupante de cargo na Mesa poderá dele renunciar, através de ofício subscrito, a ela dirigido, que se efetivará, independente de deliberação do Plenário, a partir de sua leitura em sessão.

Parágrafo único. Se a renúncia for coletiva, de toda a Mesa, o ofício será levado ao conhecimento do Plenário.

Art. 16. Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, são passíveis de destituição, desde que exorbitem das atribuições a eles conferidas por este Regimento, ou delas se omitam, mediante Resolução aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

§ 1º O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita pela maioria absoluta dos Vereadores, necessariamente lida em Plenário por qualquer de seus signatários, com farta e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 2º Oferecida a representação, constituir-se-á Comissão Processante, nos termos regimentais, aplicando-se ao procedimento, no que couber, o disposto no art. 64 e seguintes deste Regimento.

Seção III

Do Presidente

Art. 17. O Presidente é o representante da Câmara Municipal, quando ela haja de se pronunciar coletivamente, dirige seus trabalhos e fiscaliza a sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 18. São atribuições do Presidente:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;
II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição Federal;

V - dar posse aos Vereadores e fazer publicar no Diário Oficial do Município o respectivo termo de posse;

VI - substituir, nos termos da Lei Orgânica, o Prefeito Municipal;

VII - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

VIII - autorizar as despesas da Câmara;

IX - declarar a perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;

X - apresentar no Plenário, até o dia vinte de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas do mês anterior;

XI - comunicar ao Tribunal de Contas do Estado o resultado do julgamento das contas do Prefeito;

XII - devolver à tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara ao final do exercício;

XIII - nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir e punir funcionários ou servidores da Câmara Municipal, nos termos da Lei;

XIV - contratar, na forma da lei, serviços e pessoas, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

XV - cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara;

XVI - afastar-se da Presidência quando:

a) esta deliberar sobre matéria de seu interesse ou de parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau;

b) for denunciante em processo de cassação de mandato;

XVII - quanto às Sessões da Câmara:

a) abri-las, presidi-las, suspendê-las e encerrá-las;

b) manter a ordem, interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

c) conceder a palavra aos Vereadores, a convidados especiais, visitantes ilustres, e a representantes de signatários de projeto de iniciativa popular;

d) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou faltar com o respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, adverti-lo, chamá-lo à ordem, e, em caso de insistência, cassar-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão, quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;

e) chamar a atenção do Vereador, quando esgotar o tempo a que tem direito;

f) decidir as questões de ordem;

g) assinar, em conjunto com o 1º Secretário, as listas de presença, asseverando sua regularidade;

h) anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante;

i) estabelecer o ponto da questão sobre o qual deve ser feita a votação;

j) anunciar o resultado da votação;

k) fazer organizar, sob sua responsabilidade e direção, a Ordem do Dia da sessão seguinte;

l) determinar a publicação da Ordem do Dia na página eletrônica da Câmara, no prazo regimental;

m) determinar a elaboração da redação para a 2ª discussão e a redação final dos projetos, na conformidade do aprovado;

n) convocar sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e comunitárias nos termos regimentais.

XVIII - quanto às proposições:

a) aceitá-las, ou, quando manifestamente contrárias à Lei Orgânica e ao Regimento Interno, recusá-las;

b) dar-lhes o encaminhamento regimental, declará-las prejudicadas, determinar seu arquivamento ou sua retirada, nas hipóteses previstas neste Regimento;

c) encaminhar projetos de lei à sanção;

d) promulgar leis, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica;

e) determinar a publicação de Resoluções e Decretos Legislativos;

XIX - quanto às Comissões:

a) homologar as indicações de membros das Comissões Permanentes e Temporárias, previamente feitas pelas bancadas, bem como as indicações feitas para a substituição de seus membros.

Parágrafo único. O Presidente será destituído, pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara Municipal, mediante proposição firmada por pelo menos 1/3 dos vereadores quando:

a) não se der por impedido, nos casos previstos em lei;

b) se omitir nas providências de convocação extraordinária da Câmara solicitada pelo Prefeito;

c) tendo se omitido na declaração de extinção de mandato, esta seja obtida por via judicial.

Art. 19. O Presidente, para ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias, deverá necessariamente licenciar-se do cargo.

Parágrafo único. O Presidente poderá ser destituído, pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara Municipal, mediante proposição firmada por pelo menos 1/3 dos vereadores quando:

a) não se der por impedido, nos casos previstos em lei;

b) se omitir nas providências de convocação extraordinária da Câmara solicitada pelo Prefeito;

c) tendo se omitido na declaração de extinção de mandato, esta seja obtida por via judicial.

Seção IV Do Vice-Presidente

Art. 20. São atribuições do Vice-Presidente:

§ 1º Substituir, em todos os atos, o Presidente, nas suas faltas, ausências ou impedimentos.

§ 2º Sempre que o Presidente não se encontrar no recinto, à hora regimental do início dos trabalhos, o Vice-Presidente e, em sua falta, o 1º ou o 2º Secretário, substitui-lo-ão no exercício de suas funções, que lhe serão transmitidas tão logo esteja presente.

§ 3º Quando o Presidente tiver necessidade de ausentar-se da Presidência, durante a reunião, proceder-se-á da mesma forma.

Seção V Do 1º Secretário

Art. 21. São atribuições do 1º Secretário, além de outras previstas neste Regimento Interno:

I - ler a matéria do expediente;

II - fazer a chamada dos Vereadores nos casos previstos neste Regimento Interno;

III - acolher os pedidos de inscrição dos Vereadores para o uso da palavra;

IV - assinar, em conjunto com o Presidente, as listas de presença, asseverando sua regularidade;

V - supervisionar a elaboração das atas das sessões;

VI - coordenar o envio de cópias eletrônicas dos projetos de leis, decretos legislativos e resoluções para distribuição aos vereadores e imprensa credenciada;

VII - substituir o Vice-Presidente;

VIII - dirigir e inspecionar todos os trabalhos de secretaria;

IX - tomar parte em todas as votações, inclusive nas nominais;

X - substituir o Presidente na ausência do Vice-Presidente ou impedimento deste;

XI - fiscalizar os serviços de secretaria e arquivo no que concerne à boa ordem e zelo na guarda dos livros e documentos da Câmara.

Seção VI Do 2º Secretário

Art. 22. São atribuições do 2º Secretário:

I - fazer o registro de votos, nas eleições;

II - substituir o 1º Secretário.

TÍTULO III DOS VEREADORES

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 23. Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e

na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Parágrafo único. Os direitos dos Vereadores estão compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos legais e as normas estabelecidas neste Regimento.

CAPÍTULO II DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 24. É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no art. 21, da Lei Orgânica;

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual ou Federal, de que seja exonerável "ad nutum", salvo de Secretário Municipal, Estadual, Ministro de Estado ou Diretor equivalente;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere à alínea "a" do inciso I.

CAPÍTULO III DA PERDA DO MANDATO, RENÚNCIA E CONVOCAÇÃO DE SUPLEN- TES

Art. 25. Extingue-se o mandato do Vereador, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação transitada em julgado por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei;

III - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade; ou, ainda, deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas pelo prefeito, mediante notificação, para apreciação de matéria urgente, assegurada ampla defesa, em ambos os casos;

IV - não se desincompatibilizar até a posse e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou pela Câmara.

§ 1º Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicará ao plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 2º Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências no

parágrafo anterior, o suplente do Vereador ou o Prefeito Municipal poderá requerer a declaração de extinção do mandato, por via judicial, e se procedente, o juiz condenará o Presidente omissor nas custas do processo e honorários de advogado que fixará de plano, importando a decisão judicial na destituição automática do cargo da Mesa e no impedimento para nova investidura durante toda a legislatura.

§ 3º O disposto no item III não se aplicará às sessões extraordinárias que forem convocadas pelo Prefeito, durante os períodos de recesso da Câmara Municipal.

Art. 26. Perderá o mandato o Vereador, através de Processo de Cassação, instaurado pela Câmara Municipal, quando:

I - infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 24;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - que fixar residência fora do Município.

Parágrafo único. Além de outros casos definidos neste Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

Art. 27. O processo de cassação do mandato de Vereador obedecerá ao seguinte rito:

I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante;

II - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, respeitado sempre que possível, a proporcionalidade entre as bancadas, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;

III - recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, através de seu procurador, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para inquirição das testemunhas e o depoimento do denunciado;

IV - o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a

antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, e ao seu procurador formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

V - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 05 (cinco) dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;

VI - concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado;

VII - o processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Parágrafo único. Fica impedido de votar também o Vereador denunciado, por evidente e manifesto interesse na matéria, sendo vedada, contudo, a convocação de seu suplente para a votação.

Art. 28. Convocar-se-á o suplente nos casos de vacância e investidura previstos neste Regimento Interno e nos casos de licença superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º Em caso de vaga, investidura ou licença o Presidente convocará imediatamente o suplente, que deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo.

§ 2º Considera-se motivo justo, doença ou ausência do País, devidamente comprovadas.

§ 3º Uma vez empossado, o suplente fica sujeito a todos os direitos e obrigações dos Vereadores, salvo ser votado como membro da Mesa e Presidente de Comissão, quando empossado em caráter de substituição temporária.

Art. 29. O suplente tomará posse perante a Câmara Municipal em sessão ordinária ou extraordinária, exceto em períodos de recesso, quando ela se dará perante a Mesa.

CAPÍTULO IV DAS FALTAS E DAS LICENÇAS

Art. 30. Salvo motivo justo, será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões ordinárias ou às reuniões das Comissões.

§ 1º Considera-se motivo justo, para efeito de justificação de faltas: doença, luto, desempenho de missões oficiais da Câmara, além de outros, desde que esclarecidos em Plenário.

§ 2º Considera-se ter comparecido à sessão plenária, o Vereador que assinar à folha de presença no início da sessão e que participar da votação das proposições em pauta na Ordem do Dia.

Art. 31. O Vereador poderá licenciar-se:

I - por doença ou licença maternidade, devidamente comprovadas;

II - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

III - para desempenhar missões temporárias de interesse do Município, cujo período seja superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. No caso das licenças previstas no inciso I do "caput" deste artigo, aplicam-se as regras do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 32. A investidura em cargo previsto no art. 36, § 1º, da Lei Orgânica do Município, independe de autorização, considerando-se o investido automaticamente licenciado.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o Vereador poderá optar pelo subsídio do mandato eletivo ou pelos vencimentos do cargo comissionado.

Art. 33. A licença deve ser solicitada ao Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado por escrito, seja impresso ou apresentado por meio eletrônico, e lido na primeira sessão após o seu recebimento.

§ 1º A licença para tratamento da saúde só será deferida quando o pedido estiver devidamente instruído com atestado médico.

§ 2º Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever o requerimento, poderá fazê-lo a liderança de sua bancada, instruindo-o com atestado médico.

CAPÍTULO V DOS LÍDERES

Art. 34. Líder é o porta-voz de uma representação partidária e o intermediário autorizado entre ela e os órgãos da Câmara.

§ 1º As representações partidárias, mesmo apenas com um membro, terão Líder e, quando for o caso, Vice-Líder.

§ 2º A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações partidárias à Mesa, nas 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual. Enquanto não for feita a indicação, a Mesa considerará como líder o Vereador mais idoso da bancada.

§ 3º Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, se for o caso, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

§ 4º Sempre que houver alteração nas indicações deverá ser feita nova comunicação à Mesa.

§ 5º Os Líderes serão substituídos, nas suas faltas, impedimentos ou ausências do recinto, pelos respectivos vice-líderes.

Art. 35. É de competência dos Líderes, além de outras atribuições que lhe confere expressamente este Regimento, indicar os membros e substitutos nas comissões permanentes, comissões especiais, de inquérito ou de representação, que vierem a ser criadas, respeitada a proporcionalidade partidária a que alude este Regimento e a Lei Orgânica Municipal.

Art. 36. O Chefe do Poder Executivo poderá ter entre os Vereadores, um Líder do Governo, de sua livre escolha, que indicará à Câmara, no início de cada ano legislativo.

Art. 37. É facultado aos Líderes de Partido ou do Governo, em caráter excepcional, salvo durante a Ordem do Dia ou quando houver orador na Tribuna, usar da palavra por tempo não superior a 05 (cinco) minutos, improrrogáveis, para tratar de assuntos que, por sua relevância e urgência, interessem ao conhecimento da Câmara, ou para rebater acusação feita ou esclarecer pronunciamento dúbio, ou definir atitudes. Neste caso, o líder externará sempre o ponto de vista de seu partido ou do governo.

TÍTULO IV DAS COMISSÕES

Art. 38. As Comissões da Câmara serão:

I - Comissões Permanentes;

II - Comissões Temporárias.

CAPÍTULO I DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 39. As Comissões Permanentes são órgãos com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara Municipal e sobre ela emitir parecer.

Art. 40. São Comissões Permanentes:

I - Comissão de Legislação e Justiça;

II - Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município;

III - Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Desporto;

IV - Comissão de Saúde, Assistência Social e Previdência;

V - Comissão de Urbanismo, Meio Ambiente e Infraestrutura;

VI - Comissão de Indústria e Comércio e Agricultura.

Art. 41. As Comissões Permanentes compor-se-ão de 03 (três) membros.

Parágrafo único. Cada Vereador, à exceção do Presidente, deverá participar, obrigatoriamente, de, pelo menos, uma Comissão Permanente.

Seção I Da Composição

Art. 42. Os membros das Comissões Permanentes serão escolhidos para as integrar por período de um ano, permitida uma única recondução.

Art. 43. Na composição das Comissões Permanentes, no dia imediato ao da eleição da Mesa, no início da Legislatura, e no primeiro dia útil do ano para as demais Sessões Legislativas, os líderes, de comum acordo e observada a proporcionalidade partidária, indicarão os membros das respectivas bancadas que as integrarão.

Art. 44. Recebidas as indicações, o Presidente as homologará, considerando-se automaticamente empossados os membros indicados.

Seção II Da Competência das Comissões Permanentes

Art. 45. Compete as Comissões Permanentes:

I - à Comissão de Legislação e Justiça, os aspectos constitucional, legal, regimental e jurídico de todas as proposições, salvo as exceções previstas neste Regimento;

II - à Comissão Finanças, Orçamento e Contas do Município, os aspectos econômicos e financeiros, e, especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras, que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no patrimônio municipal;

b) os projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e, privativamente, o projeto do orçamento anual e a prestação de contas do Executivo e da Mesa da Câmara;

III - à Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, matéria atinente à educação em geral, cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, artístico e científico, diversões e espetáculos públicos, datas comemorativas, homenagens cívicas, desenvolvimento do turismo, sistema desportivo municipal e sua organização política e plano municipal de educação física e desportiva;

IV - à Comissão de Saúde, Assistência Social e Previdência, matéria que diga respeito à saúde e assistência social em geral, higiene e profilaxia sanitária, saneamento básico, assistência sanitária, alimentação, nutrição, além dos aspectos relativos ao regime de Previdência Social;

V - à Comissão de Urbanismo, Meio Ambiente e Infraestrutura, matéria que diga respeito aos Planos de Desenvolvimento Urbano, controle do uso e ocupação do solo urbano, parcelamento do solo, edificações, política habitacional do Município, sistema viário, transportes e comunicações, Plano Diretor do Município, meio ambiente, realização de obras públicas, denominações de logradouros públicos, matéria que diga respeito à prestação de serviços públicos, diretamente pelo Município ou em regime de concessão ou permissão, criação, organização e atribuições dos órgãos e entidades da administração municipal e alienação de bens;

VI - à Comissão de Indústria e Comércio e Agricultura, matéria que diga respeito à política e atividade industrial, comercial e econômica, política agrícola e assuntos atinentes à agricultura, pecuária e piscicultura, abastecimento, defesa animal e vegetal e organização do setor rural.

Parágrafo único. A enumeração das matérias deste artigo é indicativa, compreendidas na competência das diversas comissões ainda outras, correlatas ou conexas.

Art. 46. Compete, em comum, às Comissões:

I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

II - encaminhar, pedidos de informação sobre matéria que lhe for submetida, na forma deste Regimento Interno;

III - receber reclamações e sugestões, de qualquer do povo;

IV - solicitar a colaboração de órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita ao seu pronunciamento;

V - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático, podendo promover ou propor à Mesa da Câmara a promoção de conferências, seminários, palestras e exposições;

VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos

do Executivo e da Administração Indireta;

VII - promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, relativos à sua competência;

VIII - tomar iniciativa na elaboração de proposições ligadas ao estudo de tais problemas;

IX - emitir parecer sobre a matéria sujeita ao seu pronunciamento.

Art. 47. À Comissão de Legislação e Justiça cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade, legalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

§ 1º Concluindo a Comissão de Legislação e Justiça pela ilegalidade de um projeto, será este arquivado, após a leitura do parecer em Plenário.

§ 2º No caso de qualquer Vereador desejar submeter o parecer contrário da Comissão de Legislação e Justiça à deliberação em Plenário, poderá fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do Parecer, mediante requerimento escrito, nos termos do art. 138, inciso VIII.

§ 3º Caso o requerimento seja aprovado, será o parecer submetido à deliberação em Plenário.

§ 4º Aprovado em discussão e votação única o Parecer pelo Plenário, a proposição será definitivamente arquivada; rejeitado, retornará às Comissões que devam manifestar-se sobre o mérito.

§ 5º Se o Parecer for pela inadmissibilidade parcial, a Comissão de Legislação e Justiça proporá emenda supressiva, se insanável, ou modificativa, se sanável a contrariedade à Constituição, à Lei Orgânica ou ao Regimento Interno.

Art. 48. As atividades de controle externo previstas no art. 64 da Lei Orgânica cabem à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município.

Seção III**Do Funcionamento das Comissões Permanentes**

Art. 49. Logo depois de constituídas as comissões, reunir-se-ão em sala própria, sob a direção do mais idoso, para eleger o Presidente e o Relator.

Art. 50. As comissões reunir-se-ão, ordinariamente, em sala própria, no recinto da Câmara, em dia e hora pré-fixados, podendo, entretanto, fazê-lo em local diverso, por decisão da maioria dos seus membros.

Art. 51. As Comissões Permanentes observarão os seguintes preceitos:

I - as reuniões das Comissões sempre serão públicas;

II - os Vereadores não constituintes da comissão podem participar de suas reuniões, tendo direito a voz e não a voto, limitado ao assunto da comissão e ao prazo de 05 (cinco) minutos por intervenção;

III - prazo máximo de 03 (três) dias para vistas de membro da comissão, se solicitada vista por mais de um membro, o prazo será comum na comissão;

IV - deliberação por maioria absoluta.

§ 1º Em caso de empate, ficará adiada a decisão até que se tomem os votos dos membros ausentes e se forme a maioria.

§ 2º A manifestação do relator será submetida aos demais membros da comissão, e acolhida como parecer, se aprovada pela maioria absoluta.

§ 3º O voto, em face da manifestação do relator poderá ser favorável, contrário ou favorável com restrições, devendo nos dois últimos casos, vir acompanhado por escrito, das razões que o fundamentam em separado.

§ 4º Voto em separado acompanhado pela maioria da Comissão, passa a constituir o seu parecer.

§ 5º Somente em casos expressamente previstos neste Regimento o parecer de comissão poderá ser verbal.

§ 6º Os presidentes das comissões poderão determinar a transcrição em ata dos documentos que interessem aos assuntos em exame, para estudo dos pareceres dos relatores ou voto de qualquer membro da comissão.

Art. 52. Ao Presidente da Comissão compete:

I - determinar os dias de reuniões;

II - presidir todas as reuniões da comissão;

III - fazer ler a ata da reunião anterior submetê-la à discussão e aprovação;

IV - dar à comissão conhecimento de toda a matéria recebida;

V - conceder a palavra aos membros da comissão;

VI - advertir o orador que se exaltar no decorrer dos debates, ou faltar à consideração aos seus pares, ou aos representantes do poder público;

VII - interromper o orador que estiver falando sobre matéria vencida;

VIII - submeter a votos as questões sujeitas à comissão e proclamar o resultado da votação;

IX - conceder vista das proposições aos membros da comissão ou avocá-las;

X - assinar os pareceres e convidar os demais membros da comissão a fazê-lo;

XI - enviar à Mesa toda a matéria destinada à leitura em reunião plenária;

XII - ser o representante da comissão junto à Mesa;

XIII - solicitar ao Presidente da Câmara substitutos para os membros da comissão ausentes ou impedidos de comparecer;

XIV - resolver, de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem suscitadas na comissão sobre os trabalhos;

XV - enviar à Mesa, no fim de cada ano legislativo, relatório das proposições que tiveram andamento na comissão e das que ficaram pendentes de parecer, como subsídio para o relatório anual da Câmara.

Parágrafo único. Ausente ou impedido o Presidente, far-lhe-á às vezes o Relator.

Art. 53. Salvo exceções previstas neste Regimento, cada comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para exarar parecer, prorrogável, por mais 15 (quinze), pelo Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado.

§ 1º O prazo previsto neste artigo é contado da data em que a matéria der entrada na Comissão.

§ 2º Findo o prazo, a matéria deverá ser encaminhada à Comissão que deva pronunciar-se em sequência, ou à Presidência, se for o caso, com ou sem parecer.

§ 3º Pedido de informações dirigido ao Executivo Municipal ou diligência imprescindível ao estudo da matéria, desde que solicitada através do Plenário, suspendem o prazo previsto no "caput" deste artigo.

§ 4º Para matéria com pedido de urgência do Executivo, o prazo para exarar parecer será de 15 (quinze) dias, comum a todas as comissões que se devam pronunciar.

Art. 54. Matéria sujeita à apreciação das comissões será analisada pelo Departamento Jurídico da Câmara e pela Assessoria Legislativa no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Na análise serão sugeridas as modificações necessárias ao projeto, oportunidade em que serão abordados os aspectos jurídicos pertinentes, os de técnica legislativa e de redação, visando sua correção.

Seção IV Dos Impedimentos

Art. 55. Sempre que o membro da comissão não puder comparecer às suas reuniões, comunicá-lo-á ao seu Presidente, pessoalmente, ou por intermédio do Líder do seu partido.

§ 1º O Presidente da Câmara, a requerimento do Presidente da Comissão respectiva, em consequência da comunicação de qualquer membro da comissão, ou por indicação do Líder do partido a que pertence o impedido ou o ausente, designar-lhe-á substituto interino.

§ 2º Cessado o impedimento do membro da comissão, finda-se a substituição respectiva.

§ 3º Cessa a permanência do substituto na comissão pelo comparecimento do substituído às sessões da Câmara.

Seção V Das Vacâncias

Art. 56. As vacâncias nas comissões verificar-se-ão:

I - com a cassação do mandato legislativo;

II - com a renúncia do mandato legislativo;

III - com a opção;

IV - com a perda do lugar.

§ 1º A renúncia de qualquer membro da comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º O Vereador designado para Comissão Permanente ou Especial e que, presente à sessão da Câmara, não comparecer a cinco reuniões consecutivas das referidas comissões, perderá o lugar e ser-lhe-á, desde logo, nomeado o substituto na forma do § 3º.

§ 3º O Presidente da Câmara homologará, na primeira sessão, de acordo com a indicação do líder do partido a quem couber, qualquer vaga na comissão.

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 57. As Comissões Temporárias, que se extinguem com o término da Legislatura ou logo que tenham alcançado o seu objetivo, são:

I - Especiais;

II - De inquérito;

III - De representação;

IV - Processantes;

V - Comissão de Legislação Participativa;

VI - Frentes Parlamentares.

Parágrafo único. Na composição das comissões previstas nos incisos I, II, III e IV, adotar-se-á o critério da proporcionalidade partidária.

Seção I Das Comissões Especiais

Art. 58. As Comissões Especiais, constituídas mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta, destinam-se ao estudo da reforma ou alteração da Lei Orgânica e deste Regimento Interno e a tomada de posição pela Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º A proposição indicará, fundamentalmente, a finalidade, o número de membros que a deverão compor e o prazo de sua duração.

§ 2º Não será constituída Comissão Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Permanentes.

Seção II Das Comissões de Inquérito

Art. 59. As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos neste Regimento, serão criadas pela Câmara Municipal mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 1º À vista de requerimento subscrito por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores, a fim de que seja criada Comissão Parlamentar de Inquérito, os Líderes das Bancadas da Câmara farão a designação dos respectivos membros, homologadas pelo Presidente, assegurando-se tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

§ 2º O requerimento de formação de Comissão Parlamentar de Inquérito deverá indicar, a sua finalidade, devidamente fundamentada.

§ 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta pelo número de Vereadores correspondente a 1/3 (um terço) da Câmara Municipal.

§ 4º O prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de

Inquérito será de até 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito que não se instalar e iniciar seus trabalhos dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias estará automaticamente extinta.

§ 6º A Comissão, devidamente instalada, poderá, a critério de seus membros, desenvolver seus trabalhos no período de recesso parlamentar.

§ 7º Constituída a Comissão de Inquérito, cabe-lhe requisitar à Mesa Diretora os funcionários da Câmara necessários aos seus trabalhos, como em caráter transitório, os de qualquer Secretaria da Municipalidade, ou órgão autônomo que possam contribuir para o desempenho de suas atribuições, os quais serão requisitados pela Comissão à autoridade competente.

§ 8º A Comissão Parlamentar de Inquérito requisitará à Mesa Diretora os meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, tendo o Relator o atendimento preferencial das providências solicitadas.

§ 9º A Comissão Parlamentar de Inquérito, observadas as normas deste Regimento, da legislação específica e, subsidiariamente, do Código de Processo Penal, poderá:

I - determinar e realizar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Secretários Municipais, tomar depoimentos de autoridades municipais e requisitar serviços de quaisquer entidades, inclusive policiais;

II - incumbir qualquer de seus membros ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Câmara, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa Diretora;

III - requisitar técnicos especializados de qualquer órgão público municipal para realizar as perícias necessárias e indispensáveis ao completo esclarecimento do assunto, bem assim, para assessorá-la em questões especializadas;

IV - requerer a intimação judicial ao juízo competente, quando do não comparecimento do intimado pela Comissão, por duas convocações consecutivas.

Art. 60. A Comissão Parlamentar de Inquérito elaborará relatório sobre a matéria, votando-o e enviando-o à publicação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a conclusão de seus trabalhos, respeitado o disposto nos arts. 59, § 4º e 62 deste Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão deverá comunicar em Plenário a conclusão de seus trabalhos, mencionando o encaminhamento do respectivo relatório para publicação.

Art. 61. Sempre que a Comissão Parlamentar de Inquérito julgar necessário consubstanciar o resultado de seu trabalho numa proposição, ela a apresentará em separado, constituindo seu relatório a respectiva justificativa.

Art. 62. Deixando a Comissão de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, a requerimento de membro da Comissão.

Seção III Das Comissões de Representação

Art. 63. As Comissões de Representação, constituídas para representar a Câmara em atos externos, serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento escrito de Vereador. Parágrafo único. Quando a Câmara se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, não exclusivamente de Vereadores, serão preferencialmente indicados Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário, e membros das Comissões Permanentes na esfera de suas atribuições.

Seção IV Das Comissões Processantes

Art. 64. As Comissões Processantes serão formadas pelo número de Vereadores correspondente a 1/3 (um terço) da Câmara Municipal, respeitada, tanto quanto possível a proporcionalidade partidária.

Art. 65. As Comissões Processantes destinam-se:

I - à aplicação de procedimento instaurado em face de denúncia contra Vereador, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento, cominadas com a perda do mandato;

II - à aplicação de procedimento instaurado em face de representação contra membros da Mesa da Câmara, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento cominadas com destituição;

III - à aplicação de processo instaurado em face de denúncia contra o Prefeito Municipal ou contra Secretário Municipal, por infração político-administrativa prevista em lei específica.

Art. 66. As Comissões Processantes serão constituídas pelos Vereadores desimpedidos, na forma prevista neste Regimento.

§ 1º Considera-se impedido o Vereador denunciante, no caso dos incisos I e III do art. 65, e, os Vereadores subscritores da representação e os membros da Mesa contra a qual é dirigida, no caso do inciso II do mesmo artigo.

§ 2º Cabe aos membros da Comissão Processante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua constituição, eleger Presidente e Relator.

Seção V Da Comissão de Legislação Participativa

Art. 67. À Comissão de Legislação Participativa em razão de sua competência, cabe:

I - sugestões de iniciativa legislativa apresentada por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos; e

II - pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de quaisquer das entidades mencionadas no inciso I.

§ 1º As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer favorável da Comissão de Legislação Participativa serão transformadas em proposição de autoria desta e encaminhadas à Mesa para tramitação.

§ 2º As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer desfavorável da Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas ao arquivo.

§ 3º Aplica-se à apreciação das sugestões pela Comissão de

Legislativa Participação, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de lei nas Comissões.

§ 4º As demais formas de participação recebidas pela Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas à Mesa para o trâmite regimental.

§ 5º As normas para a organização dos trabalhos da Comissão de Legislação Participativa serão fixadas em regulamento interno próprio.

Seção VI Das Frentes Parlamentares

Art. 68. As Frentes Parlamentares são as associações suprapartidárias de pelo menos 1/3 (um terço) de membros do Poder Legislativo, destinada a promover o aprofundamento de discussões, bem como o aprimoramento da legislação municipal sobre determinado assunto.

Parágrafo único. O requerimento de registro da Frente Parlamentar deverá indicar o nome com o qual a mesma funcionará, além de um representante, que será responsável por todas as informações e atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar.

TÍTULO V DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 69. As sessões da Câmara Municipal serão:

I - ordinárias, as que assim forem regimentalmente classificadas;

II - extraordinárias, as realizadas em dias ou horas diversas das pré-fixadas para as ordinárias, ou quando convocadas nos termos deste Regimento;

III - solenes, as realizadas para instalação da legislatura e para posse do Prefeito e Vice-Prefeito, para comemorações e homenagens especiais;

IV - comunitárias, as realizadas fora da sede da Câmara de Vereadores, para tratar de assuntos específicos de um bairro ou região, em horário diverso das sessões ordinárias.

Art. 70. À hora do início da sessão ordinária, às dezoito horas e quinze minutos, os membros da Mesa e os Vereadores ocuparão os respectivos lugares.

§ 1º O Presidente verificará o número de Vereadores presentes.

§ 2º Achando-se presente, no mínimo, 1/3 (um terço) do total dos Vereadores, será declarada aberta a sessão.

§ 3º Se faltar esse terço, o Presidente aguardará 15 (quinze) minutos para que se complete o número.

§ 4º Decorrido o prazo de que trata o § 3º, sem que haja número suficiente, dispensará o Presidente os Vereadores presentes.

§ 5º As sessões poderão ser levantadas antes de finda a hora a elas destinada nos seguintes casos:

I - tumulto grave;

II - em homenagem a memória de pessoas falecidas, que houverem prestado relevantes serviços ao Município ou à Câmara de Vereadores;

III - quando presente menos de 1/3 (um terço) de seus membros;

IV - por falta de matéria para ser discutida ou votada ou de oradores inscritos.

§ 6º A Câmara poderá destinar o tempo reservado à Palavra Livre a comemorações especiais, ou interromper a sessão para a recepção de personagens ilustres, desde que assim resolva o Presidente, ou por deliberação do Plenário.

CAPÍTULO II DAS SESSÕES

Seção I Das Sessões Ordinárias

Art. 71. A Câmara Municipal reunir-se-á, anual e ordinariamente, na sede do Município de Caçador, no período de 1º de fevereiro a 15 de dezembro.

§ 1º As sessões inaugurais de cada sessão legislativa, marcadas para as datas que lhes correspondem, previstas no "caput" deste artigo, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando coincidirem com sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A convocação da Câmara é feita no período e nos termos estabelecidos no "caput" deste artigo, correspondendo à sessão legislativa ordinária.

§ 3º As sessões ordinárias serão realizadas a partir das dezoito horas e quinze minutos, nas três primeiras segundas e terças-feiras do mês, com duração prevista de 2 (duas) horas, durante as quais, os membros da Mesa e os Vereadores ocuparão os respectivos lugares.

§ 4º A Sessão Legislativa Ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de Lei Orçamentária.

Seção II Das Sessões Extraordinárias

Art. 72. A Câmara Municipal poderá ser convocada extraordinariamente, para tratar de matéria urgente, ou de interesse público relevante:

I - pelo Prefeito Municipal;

II - pelo Presidente da Câmara;

III - pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º As sessões extraordinárias serão convocadas com uma antecedência mínima de dois dias, quando no período ordinário, e de sete dias quando no período de recesso.

§ 2º O Presidente da Câmara Municipal dará ciência da convocação aos Vereadores, por meio de comunicação pessoal escrita.

§ 3º Na sessão extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, sendo vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

Art. 73. A divisão das sessões extraordinárias é, no que couber, a mesma das sessões ordinárias.

Seção III Das Sessões Solenes

Art. 74. Poderá a Câmara convocar sessões solenes para homenagear pessoas ilustres e para comemorações especiais e deverá fazê-lo na instalação da legislatura.

Art. 75. As sessões solenes independem de "quórum" e não terão Ordem do Dia, exceto aquela em que for eleita a Mesa, que não poderá funcionar sem a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 76. Nas sessões solenes falarão apenas os oradores previamente designados, Vereadores ou não.

Parágrafo único. É obrigatório facultar a palavra a personalidades que estejam sendo homenageadas em sessão solene.

Art. 77. Poderão ser realizadas sessões solenes fora do recinto da Câmara.

Seção IV Das Sessões Comunitárias

Art. 78. Poderá a Câmara convocar sessões comunitárias com as associações de bairros e comunidade rurais para discussão de propostas e apresentação de prioridades de interesse público.

§ 1º As sessões comunitárias poderão ser realizadas em qualquer ponto do Município, cuja data e horário serão marcadas previamente pela Mesa Diretora, que comunicará os interessados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

§ 2º Nas sessões comunitárias farão uso da palavra os Vereadores e os líderes comunitários, devendo estes se limitar ao tema em debate.

§ 3º Das sessões comunitárias lavrar-se-á ata, arquivando-se na Secretaria da Câmara, os pronunciamentos escritos, documentos e Palavra Livre.

CAPÍTULO III DA DIVISÃO DAS SESSÕES

Art. 79. As sessões públicas, ordinárias e extraordinárias, compõem-se de 4 (quatro) partes, a saber:

I - Expediente;

II - Pequenos comentários;

III - Ordem do Dia;

IV - Palavra Livre.

Seção I Do Expediente

Art. 80. O Expediente terá duração indeterminada e destinar-se-á, exclusivamente, a leitura, discussão e aprovação da ata e leitura da correspondência recebida.

Art. 81. Abertos os trabalhos, proceder-se-á a apreciação da ata da sessão anterior que será considerada aprovada pelo Presidente, independentemente de votação, se não houver contestação.

§ 1º O Vereador que desejar retificar, ou emendar a ata, poderá fazê-lo verbalmente, ao ser submetida à apreciação do Plenário.

§ 2º Cabe ao Presidente julgar procedente ou não a retificação ou emenda proposta.

§ 3º Se for contestada a retificação ou emenda proposta, poderá

a dúvida ser dirimida mediante audiência da gravação da sessão a que se refere à Ata.

Art. 82. Aprovada e assinada a Ata, dará o Secretário conhecimento, em sumário, da correspondência recebida.

§ 1º Qualquer Vereador poderá pedir a leitura na íntegra do documento mencionado em síntese, ou obter vista do mesmo para inteirar-se melhor do seu conteúdo.

§ 2º A correspondência, depois de tornada pública, será despachada pelo Presidente.

Seção II

Pequenos Comentários

Art. 83. Os Pequenos Comentários, destinam-se à manifestação de Vereadores sobre o expediente lido e breves comunicações ao Plenário.

Parágrafo único. Nenhum Vereador poderá exceder o prazo de 05 (cinco) minutos nos Pequenos Comentários, devendo a palavra ser solicitada ao Presidente.

Seção III

Da Ordem do Dia

Art. 84. Finda a leitura da correspondência e após os Pequenos Comentários, tratar-se-á da matéria incluída na Ordem do Dia.

Art. 85. O 1º Secretário anunciará, em síntese, o que se houver de votar ou discutir e votar.

Art. 86. Para as votações será necessária a presença da maioria absoluta dos componentes da Câmara.

Art. 87. As votações obedecerão à seguinte ordem:

I - Projetos de Lei;

II - Proposições de autoria dos Vereadores.

§ 1º Não havendo número legal para as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão.

§ 2º O ato de votar nunca será interrompido.

§ 3º Sempre que ocorrer votação nominal mencionar-se-á na ata os nomes dos votantes.

§ 4º A falta de número legal para as votações não prejudicará a discussão da matéria constante da Ordem do Dia.

Art. 88. Independente de inscrição prévia, a palavra para discutir matéria constante da Ordem do Dia obedecerá a seguinte escala preferencial:

I - o Autor;

II - o Líder do Governo, se a proposição for de origem executiva;

III - o Relator;

IV - os Vereadores.

Art. 89. Cada um dos oradores poderá usar a palavra pelo tempo de 10 (dez) minutos para debater qualquer matéria em discussão.

Parágrafo único. Ao autor, Líder do Governo e Relator será dada oportunidade de rebater os argumentos contra a proposição.

Art. 91. Encerrada a discussão, fato que será expressamente declarado pelo Presidente, será a proposição votada em seguida.

Art. 92. A justificativa das proposições dos Vereadores deverá ser feita, se assim o desejar o autor, tão logo seja anunciada sua discussão.

Art. 93. Terminada a votação das proposições escritas, poderão ser apresentadas proposições verbais que envolvam votos de pesar ou regozijo.

Parágrafo único. As proposições de que trata este artigo independem da aprovação do Plenário, mas serão deferidas, de plano, pela Presidência e registradas em ata.

Art. 94. A Ordem do Dia terá duração ilimitada e se encerrará por falta de matéria ou por decurso do prazo de duração da sessão.

§ 1º O Presidente ou qualquer Vereador poderá propor a prorrogação do tempo regimental de duração da sessão para concluir a discussão ou a votação das matérias da Ordem do Dia.

§ 2º Qualquer proposta de prorrogação de prazo deverá ser aprovada pelo Plenário.

§ 3º Se ao ser requerida a prorrogação, houver orador na tribuna, o Presidente o interromperá para submeter a votos o requerimento.

Seção IV

Da Palavra Livre

Art. 95. Terminada a Ordem do Dia, será o tempo restante da sessão dividido pelo número de oradores inscritos e dada a palavra pela ordem de inscrição.

§ 1º A lista de inscrição estará à disposição dos Vereadores desde meia hora antes do início da sessão até o final do expediente.

§ 2º Será facultado a qualquer orador inscrito ceder parte ou todo o seu tempo ao colega que necessite de maior espaço para o seu pronunciamento.

§ 3º Os oradores inscritos para a Palavra Livre poderão abordar na tribuna assuntos de sua livre escolha, observado o decoro apropriado à Casa Legislativa, e não poderão ultrapassar o tempo que lhe for destinado.

§ 4º O orador inscrito que entender insuficiente o tempo que lhe for destinado poderá questionar junto aos colegas a cessão de parte ou todo o tempo de que dispõem.

§ 5º O Vereador inscrito que não se achar no recinto quando lhe for dada a palavra, perderá a vez de falar e só poderá fazê-lo na mesma sessão se houver ainda tempo disponível depois que todos os oradores inscritos tenham falado.

§ 6º Fica expressamente proibida a prorrogação da sessão a não ser para concluir a discussão ou votação de matéria constante da Ordem do Dia.

Art. 96. Após haverem falado todos os oradores inscritos, se houver tempo disponível, será franqueada a palavra aos Vereadores que não estavam inscritos, pelo tempo restante da sessão.

TÍTULO VI DOS DEBATES

CAPÍTULO I

DA ORDEM DOS DEBATES

Seção I
Disposições Gerais

Art. 97. Os debates devem realizar-se em ordem e solenidade próprias da dignidade do Legislativo, não podendo o Vereador fazer uso da palavra sem que o Presidente a conceda.

§ 1º Os Vereadores deverão permanecer nas respectivas bancadas, no decorrer da Sessão.

§ 2º O orador, ao iniciar, dirigirá a palavra ao Presidente e aos demais Vereadores.

§ 3º O orador poderá falar da tribuna ou da bancada.

Seção II
Do Uso da Palavra

Art. 98. O Vereador poderá falar:

I - por 05 (cinco) minutos, sem apartes:

- a) para retificar ou impugnar Ata;
- b) se autor da proposição ou líder da bancada, para encaminhar a votação;
- c) para declaração de voto;
- d) para breves comunicações ao Plenário;

II - por 10 (dez) minutos, sem apartes, para formular questão de ordem, ou pela ordem;

III - por 10 (dez) minutos, com apartes, para debater qualquer matéria em discussão;

IV - por 15 (quinze) minutos, com apartes:

- a) para tratar de assunto de sua livre escolha durante a Palavra Livre, quando não for definido outro prazo, nos termos do caput do art. 95;
- b) para discutir matéria de sua autoria;
- c) para discutir matéria não prevista neste Regimento.

§ 1º Quando o orador for interrompido em seu pronunciamento, exceto por aparte concedido, o prazo de interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

§ 2º Aplica-se o disposto no inciso IV ao uso da palavra por representante dos signatários de projeto de iniciativa popular na discussão.

Art. 99. É vedado ao Vereador desviar-se da matéria em debate quando estiver com a palavra ou quando estiver apartando.

Art. 100. O Vereador poderá ter seu pronunciamento interrompido:

- I - para comunicação importante e inadiável à Câmara;
- II - para recepção de visitantes ilustres;
- III - para votação de requerimento de prorrogação da sessão quando o prazo desta estiver por esgotar-se;

IV - por ter transcorrido o tempo regimental;

V - para formulação de questão de ordem ou manifestação pela ordem.

Seção III
Dos Apartes

Art. 101. Aparte é a intervenção breve e oportuna ao orador, para indagação, esclarecimento ou contestação a pronunciamento do Vereador que estiver com a palavra.

§ 1º O Vereador, para apartear, solicitará permissão ao orador.

§ 2º É vedado ao Vereador que estiver ocupando a Presidência, apartear.

Art. 102. Não é permitido aparte:

- I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
- II - quando o orador não o permitir, tácita ou expressamente;
- III - paralelo ou cruzado;
- IV - nas hipóteses de uso de palavra em que não caiba aparte.

Parágrafo único. O serviço de apoio do Poder Legislativo não registrará apartes proferidos em desacordo com as normas regimentais.

Seção IV
Da Ordem e das Questões de Ordem

Art. 103. Em qualquer fase dos trabalhos da sessão, poderá o Vereador falar "pela Ordem", para reclamar a observância de norma expressa neste Regimento.

Parágrafo único. O Presidente não poderá recusar a palavra a Vereador que a solicitar "pela Ordem", mas poderá interrompê-lo e cassar-lhe a palavra se não indicar desde logo o artigo regimental desobedecido.

Art. 104. Toda dúvida na aplicação do disposto neste Regimento pode ser suscitada em "Questão de Ordem".

§ 1º É vedado formular simultaneamente mais de uma questão de ordem.

§ 2º As questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente, imediatamente ou dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Não poderá ser formulada nova questão de ordem havendo outra pendente de decisão.

Seção V
Do Recurso das Decisões do Presidente

Art. 105. Das decisões da Presidência, cabe recurso ao Plenário.

Parágrafo único. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo quando a decisão versar sobre recebimento de emenda, caso em que, o projeto respectivo terá sua votação suspensa até decisão, pelo Plenário, do recurso interposto.

Art. 106. O recurso deve ser interposto por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da decisão.

§ 1º Na hipótese do disposto no parágrafo único do art. 105,

segunda parte, o recurso poderá ser formulado verbalmente, em sessão, sendo considerado deserto se, até uma hora depois do encerramento da sessão não for apresentado por escrito.

§ 2º No prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, o Presidente poderá rever a decisão recorrida, ou, caso contrário, encaminhar o recurso à Comissão de Legislação e Justiça.

§ 3º No prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, a Comissão de Legislação e Justiça emitirá parecer sobre o recurso.

§ 4º O recurso e o Parecer da Comissão serão imediatamente incluídos na pauta da Ordem do Dia para apreciação plenária, em discussão única.

§ 5º A decisão do Plenário é definitiva.

CAPÍTULO II DAS ATAS DA CÂMARA

Art. 107. De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser submetida à apreciação do Plenário, na sessão subsequente.

§ 1º A redação da ata de cada sessão deverá ser encaminhada aos Vereadores através de correio eletrônico em tempo hábil, mediante confirmação de recebimento, para que possa ser lida até o início da sessão subsequente, ficando a critério do Presidente a dispensa total ou parcial da sua leitura em Plenário.

§ 2º Depois de aprovada, a ata será assinada pelo 1º Secretário e pelos demais Vereadores presentes na sessão à qual a ata faz referência.

Art. 108. As proposições e documentos apresentados na sessão somente serão citados com a declaração do objeto a que se referem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pela Câmara.

Parágrafo único. Em qualquer das atas não será inserido nenhum documento sem expressa permissão da Mesa Diretora da Câmara, salvo os casos previstos no Regimento.

Art. 109. A transcrição de declaração de voto, em termos concisos e regimentais, é de livre iniciativa do Vereador.

Art. 110. O orador deverá entregar à Mesa, imediatamente após o término do discurso, os documentos lidos na sessão ou cópias dos mesmos, a fim de que sejam transcritos na Ata; não o fazendo somente se fará observar sua leitura.

Parágrafo único. Os documentos lidos durante o discurso consideram-se parte integrante do mesmo.

Art. 111. A ata da última sessão de cada legislatura será analisada e assinada apenas pela Mesa Diretora.

CAPÍTULO III DA PAUTA

Art. 112. Todas as matérias em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa Diretora.

§ 1º Salvo deliberação do Plenário em contrário, nenhum projeto será entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem haver figurado em pauta, para conhecimento e estudo dos Vereadores, pelo menos durante 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º As matérias em pauta serão anunciadas no fim da Ordem do Dia, além de publicadas na página eletrônica da Câmara.

§ 3º Desde que um projeto esteja na pauta somente a Mesa receberá as emendas que forem apresentadas.

§ 4º Se forem apresentadas emendas, deverá o projeto, sem prejuízo da pauta, baixar novamente às comissões.

§ 5º Se não forem apresentadas emendas será o mesmo incluído na Ordem do Dia.

§ 6º É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Vereador, com recursos de sua decisão para o Plenário, retirar de pauta proposição que necessite parecer de outra comissão, esteja em desacordo com exigência regimental ou demande qualquer providência complementar.

§ 7º Toda proposição incluída em pauta entrará na Ordem do Dia, tanto quanto possível na mesma ordem cronológica em que ali estiver figurado.

TÍTULO VII DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

CAPÍTULO I DAS PROPOSIÇÕES

Art. 113. Toda a matéria sujeita à apreciação da Câmara, de suas comissões, da Mesa e da Presidência, tomará forma de proposição, que comporta as seguintes espécies:

I - projetos, contendo iniciativa de Emenda à Lei Orgânica, de Lei Complementar, de Lei Ordinária, de Decreto Legislativo ou de Resolução.

II - indicações;

III - pedidos de providências;

IV - requerimentos;

V - moções;

VI - pedidos de informações;

VII - emendas.

Parágrafo único. Emenda é proposição acessória.

Art. 114. Somente serão recebidas pela Mesa proposições redigidas com clareza, observada a técnica legislativa, e que não contrariem normas constitucionais, legais e regimentais.

§ 1º As proposições em que se exige forma escrita deverão estar acompanhadas de justificativa escrita e estarem assinadas pelo autor, e, nos casos previstos neste Regimento, pelos Vereadores que a apoiarem.

§ 2º Havendo apoioamento, considera-se autor da proposição o primeiro signatário, cujo nome e assinatura deverá figurar com destaque.

§ 3º As proposições que fizerem referência a leis, contratos ou convênios, ou tiverem sido precedidas de estudo, pareceres ou despachos, deverão vir acompanhadas dos respectivos textos.

Art. 115. Apresentada proposição com matéria idêntica ou semelhante a outra em tramitação, prevalecerá a primeira apresentada.

§ 1º Idêntica é a matéria de igual teor ou que, ainda que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências.

§ 2º Semelhante é a matéria que, embora diversa a forma e diversas as consequências, aborde assunto especificamente tratado em outra.

§ 3º No caso de identidade, considerar-se-á prejudicada a proposição apresentada depois da primeira, determinando a Presidência ou a Comissão de Legislação e Justiça seu arquivamento.

§ 4º No caso de semelhança, a proposição posterior será anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes.

Art. 116. A Mesa manterá sistema de controle da apresentação das proposições, fornecendo ao autor comprovante de entrega em que se ateste o dia e a hora da entrada.

Parágrafo único. Não se receberá, na mesma sessão legislativa, proposição sobre matéria vencida, assim entendida:

I - aquela que seja idêntica a outra, já aprovada ou rejeitada;

II - aquela cujo teor tenha sentido oposto ao de outra, já aprovada.

Art. 117. Ressalvadas as exceções previstas na Lei Orgânica, neste Regimento ou em Lei Complementar, nenhuma proposição será objeto de deliberação do Plenário sem parecer das comissões competentes.

Art. 118. A proposição poderá ser retirada pelo autor mediante requerimento à Mesa, que dependerá de deliberação do Plenário se a proposição tiver parecer favorável de comissão.

Art. 119. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento da proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa fará reconstituir o processo respectivo pelos meios ao seu alcance e providenciará a sua ulterior tramitação.

Art. 120. Ao encerrar-se a Legislatura, todas as proposições sobre as quais a Câmara não tenha deliberado definitivamente serão arquivadas e levadas a conhecimento de seus autores.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as proposições de iniciativa do Vereador reeleito e da Comissão de Participação Legislativa, que se consideram automaticamente reapresentadas, retornando ao exame das Comissões Permanentes.

Seção I Dos Projetos

Art. 121. A Câmara exerce sua função legislativa por meio dos projetos de lei, de resolução e decreto legislativo.

Art. 122. Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência do Município, com a sanção do Prefeito Municipal.

Art. 123. Terão forma de decreto legislativo ou de resolução as deliberações da Câmara tomadas em Plenário e que independem de sanção do Prefeito. Neste caso, com a votação final considera-se encerrada a elaboração do ato legislativo que será promulgado pelo Presidente da Câmara.

§ 1º Destinam-se os decretos legislativos a regular a matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, tais como:

I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município;

II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, proferido pelo órgão estadual competente;

III - concessão de títulos de cidadão honorário e qualquer outra honraria;

IV - representação à Assembleia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome ou da sede do Município e Distrito;

V - mudança de local de funcionamento da Câmara;

VI - cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na Legislação Federal;

§ 2º Destinam-se as resoluções a regulamentar matéria de interesse interno da Câmara, sobre a qual deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Vereador;

II - concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de interesse do Município;

III - criação de comissão especial, de inquérito ou mista;

IV - conclusões de comissão de inquérito;

V - qualquer matéria de natureza regimental;

VI - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, que não compreenda nos limites dos simples atos administrativos.

Art. 124. Os projetos deverão ser assinados por seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, precedidos sempre de ementa enunciativa de seu objeto.

§ 1º Cada projeto deverá conter simplesmente, a enunciação da vontade legislativa de acordo com a respectiva ementa.

§ 2º O autor do projeto deverá fundamentá-lo por escrito.

§ 3º Nenhum artigo do projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que se possa adotar uma e rejeitar outra.

§ 4º Sempre que o projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa o restituirá ao autor, para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 5º A Mesa não poderá aceitar projetos de lei, de resolução ou decreto legislativo, ou ainda substitutivo global, que não seja encimado por ementa sucinta e precisa.

§ 6º O projeto será despachado às comissões respectivas, por intermédio da Mesa Diretora, depois de numerado, registrado e lido em Plenário, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento.

Art. 125. A votação da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A aprovação da matéria colocada em discussão dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão, ressalvados os casos previstos na Lei Orgânica do Município.

Art. 126. As matérias constantes de projetos rejeitados, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão

legislativa, mediante proposta da maioria dos membros da Câmara.

Art. 127. Aprovado o projeto de lei será este enviado, no prazo de 10 (dez) dias, ao Prefeito que, acatando, o sancionará.

§ 1º O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo do § 1º, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 4º A apreciação do veto, pelo Plenário da Câmara, será feita dentro de 30 (trinta) dias úteis a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 5º Rejeitado o veto, será o projeto enviado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao Prefeito para promulgação.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 55, da Lei Orgânica Municipal.

§ 7º A não promulgação da lei no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 3º e 5º, autoriza o Presidente da Câmara a fazê-lo, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente da Câmara fazê-lo.

§ 8º A lei promulgada nos termos do § 7º produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 9º O prazo previsto no § 4º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 10. A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11. Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

§ 12. Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número da lei original, observando o prazo estipulado no § 7º.

Seção II Das Indicações

Art. 128. Indicação é a proposição em que são sugeridas aos poderes constituídos, medidas de interesse público, que não caibam em projeto de lei, que demandem estudos e análises, por parte dos órgãos da Administração Municipal, devendo ser redigida com clareza e precisão.

Art. 129. Lida em súmula, na hora do expediente, será a indicação incluída na Ordem do Dia da mesma sessão, para discussão e votação em turno único.

Seção III Dos Pedidos de Providência

Art. 130. Pedido de Providência é a proposição em que são solicitadas aos poderes constituídos, medidas de interesse público, que ensejem a realização de atividades próprias destes órgãos, devendo ser redigido com clareza e precisão.

Art. 131. Os Pedidos de Providência serão lidos em súmula e, durante a Ordem do Dia, submetidos à discussão e votação em turno único pelo Plenário.

Seção IV Dos Requerimentos

Art. 132. Requerimento é a proposição dirigida à Mesa ou ao Presidente, por qualquer Vereador ou Comissão, sobre matéria de competência da Câmara Municipal.

§ 1º Os requerimentos, quanto à competência decisória, são:

I - sujeitos à decisão do Presidente;

II - sujeitos à deliberação do Plenário.

§ 2º Quanto à forma, os requerimentos são:

I - verbais;

II - escritos.

Subseção I Dos Requerimentos Sujeitos à Decisão do Presidente

Art. 133. Será decidido imediatamente pelo Presidente o requerimento verbal que solicite:

I - a palavra, ou sua desistência;

II - retificação de ata;

III - verificação de "quórum";

IV - verificação de votação pelo processo simbólico;

V - a posse de Vereador, nos termos do § 1º do art. 4º deste Regimento Interno;

VI - "Pela Ordem", à observância de disposição regimental;

VII - esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos;

VIII - a requisição de documentos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal, sobre proposição em discussão;

X - a anexação de proposições semelhantes;

XI - desarquivamento de proposição;

XII - a suspensão da sessão.

Art. 134. Será despachado imediatamente pelo Presidente o requerimento escrito que solicite:

I - a juntada de documentos à proposição em tramitação, inclusive emendas;

II - a retirada, pelo autor, de proposição sem parecer ou com parecer contrário de Comissão;

III - a requisição de documentos existentes na Câmara, ainda não publicados, sobre proposição em discussão;

IV - justificativa de Vereador pelo não comparecimento à sessão;

VI - audiência de comissões sobre matéria em discussão, quando formulado por qualquer Vereador.

Art. 135. Será despachado pelo Presidente, que o fará publicar, com seu despacho, o requerimento escrito de iniciativa de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores, que solicite a criação de Comissão de Inquérito.

Subseção II

Dos Requerimentos Sujeitos à Deliberação do Plenário

Art. 136. Dependerá de deliberação do Plenário, será verbal e não sofrerá discussão o requerimento que solicite:

I - a prorrogação da sessão;

II - a inversão da Ordem do Dia;

III - o adiamento da discussão ou votação;

IV - inclusão, na Ordem do Dia, de proposição em condições de nela figurar;

V - a votação da proposição por título, capítulos ou seções;

VI - a votação em destaque;

VII - a preferência nos casos previstos neste Regimento;

VIII - o encerramento da sessão nas hipóteses previstas neste Regimento;

IX - a votação nominal de matéria para a qual esta não é exigida;

X - o encerramento da discussão nos termos do art. 151.

Art. 137. Dependerá de deliberação do Plenário, sem discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

I - a constituição de Comissão de Representação;

II - a inserção, nas atas, de documentos ou publicações de alto valor cultural, oficial ou não, podendo a Presidência determinar a audiência da Comissão competente antes de submetê-lo ao Plenário;

III - a retirada, pelo autor, de proposição com parecer favorável, para arquivamento;

IV - a prorrogação do período de adiamento de discussão ou votação.

Art. 138. Dependerá de deliberação do Plenário, sujeito a discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

I - realização de sessão extraordinária, solene ou fora da sede do Legislativo;

II - a constituição de comissão especial;

III - o voto de louvor, regozijo ou congratulações por ato ou acontecimento de alta significação;

IV - regime de urgência para determinada proposição;

V - a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto não especificado neste Regimento;

VI - licença do Prefeito;

VII - licença do cargo de Presidente da Câmara por mais de 10 (dez) dias;

VIII - submissão à deliberação do Plenário de parecer contrário da Comissão de Legislação e Justiça;

IX - convocação de titulares da Administração Municipal;

X - encaminhamento de sugestão ao Executivo.

Seção V

Das Moções

Art. 139. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo ou protestando.

Art. 140. As moções deverão ser redigidas com clareza e precisão, concluindo, necessariamente, pelo texto que será objeto de apreciação do Plenário.

Seção VI

Dos Pedidos de Informação

Art. 141. O Vereador poderá encaminhar pedido de informação sobre atos do Poder Executivo, bem como das autarquias e fundações municipais, cuja fiscalização interessa ao Legislativo, no exercício de suas atribuições legais.

§ 1º Não cabem, em pedido de informações, quesitos que importem em sugestão ou conselho à autoridade consultada.

§ 2º Se no prazo de 48 (quarenta e oito) horas tiverem chegado, espontaneamente prestados, os esclarecimentos pretendidos, deixará de ser encaminhado o pedido de informação.

§ 3º O recebimento da resposta do pedido de informação será referido no expediente, encaminhando-se cópia ao Vereador requerente.

§ 4º O Presidente deixará de encaminhar o pedido de informação que contenha expressões pouco corteses, assim como deixará de receber resposta que esteja vazada em termos que possam ferir a dignidade da Câmara, dando-se ciência de tal fato ao interessado.

§ 5º Não prestadas as informações no prazo previsto na Lei Orgânica, dar-se-á, do fato, ciência ao autor.

Art. 142. Lido na hora do expediente, o pedido de informação será incluído na Ordem do Dia na mesma sessão para discussão e votação única.

Seção VII

Das Emendas

Art. 143. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser:

I - supressiva, a que manda erradicar qualquer parte da principal;

II - substitutiva, a que é apresentada como sucedânea de outra, em parte ou no todo, neste último caso denominando-se substitutivo geral;

III - aditiva, a que acrescenta novas disposições à principal;

IV - modificativa, a que altera a proposição principal sem modificá-la substancialmente.

§ 1º As emendas serão discutidas e votadas em turno único, tornando-se, se aprovadas, parte integrante do projeto.

§ 2º Denomina-se subemenda a emenda apresentada à outra.

Art. 144. As emendas poderão ser apresentadas até o início da sessão em cuja Ordem do Dia figurar a proposição principal.

§ 1º No primeiro turno de discussão e votação, cabem emendas apresentadas por Vereador ou por Comissão.

§ 2º No segundo turno de discussão e votação, somente caberão Emendas Supressivas ou Aditivas, subscritas por 1/3 (um terço), ou mais, dos Vereadores.

§ 3º As emendas só poderão ser apresentadas antes de encerrada a discussão.

TÍTULO VIII DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I DA DISCUSSÃO

Art. 145. Discussão é o debate em Plenário sobre matéria sujeita a deliberação.

Parágrafo único. Todas as proposições que dependem de aprovação do Plenário ficam sujeitas à discussão prévia, atendidas as normas deste Regimento.

Art. 146. As deliberações da Câmara Municipal referentes a Indicações, Pedidos de Providências, Requerimentos, Moções, Pedidos de Informação, Decretos Legislativos e Resoluções dar-se-ão em turno único de discussão e votação, sendo tomadas por maioria simples.

Art. 147. As deliberações da Câmara Municipal referentes aos Projetos de Lei, dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo tomadas segundo o "quórum" previsto na Lei Orgânica do Município e neste Regimento.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo as emendas, que serão discutidas e votadas em turno único, tornando-se, se aprovadas, parte integrante do Projeto de Lei.

§ 2º Se a aprovação de projetos de lei exigir "quórum" qualificado este deverá ser observado em todas as votações.

Art. 148. Em ambos os turnos, a discussão versará sobre o conjunto da proposição, acrescida das emendas, se houver.

§ 1º Contendo o projeto número considerável de artigos, a Câmara poderá decidir, a requerimento de qualquer Vereador, que a discussão se faça por títulos, capítulos ou seções.

§ 2º Tornando-se difícil o pronunciamento imediato da Câmara, qualquer Vereador poderá requerer o adiamento da votação para posterior pedido de vistas ou a remessa dos mesmos à comissão competente para apreciar-lhes o mérito, a qual pronunciar-se-á em 48 (quarenta e oito) horas, voltando a proposição à discussão na sessão seguinte ao prazo.

Art. 149. O adiamento da discussão dar-se-á por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Vereador, apresentado antes do seu encerramento.

§ 1º O adiamento será proposto por tempo determinado, não podendo ser superior a 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º Aprovado o adiamento da discussão, poderá o Vereador requerer vistas do projeto, por prazo não superior ao do adiamento, o que será imediatamente deferido pela Presidência.

§ 3º O pedido de vistas pode ser feito por mais de um Vereador, no entanto seu prazo corre de maneira comum a todos os interessados.

§ 4º Não se admitirá adiamento de discussão para os projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável considerando-se o prazo final.

Art. 150. A proposição que não tiver sua discussão encerrada na mesma sessão, será apreciada na sessão seguinte.

Art. 151. O encerramento da discussão dar-se-á:

I - pela ausência de oradores;

II - pelo decurso do prazo regimental.

CAPÍTULO II DA VOTAÇÃO

Art. 152. Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º Durante o tempo destinado à votação, nenhum Vereador deixará o Plenário e, se o fizer, a ocorrência constará da ata da sessão.

§ 2º A declaração do Presidente, de que a matéria está em votação, constitui o termo inicial dela.

§ 3º O Vereador que estiver presidindo a sessão só terá direito a voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

III - quando houver empate na votação;

IV - na apreciação do veto.

§ 4º Estará impedido de votar o Vereador que tiver sobre a matéria interesse particular seu, de seu cônjuge, de parente até terceiro grau, consanguíneo ou afim.

§ 5º O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se na forma do disposto no § 4º.

§ 6º O Vereador impedido de votar fará a devida comunicação à Mesa, computando-se, todavia, sua presença para efeito de "quórum".

§ 7º Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à sessão, este será dado como prorrogado até que se conclua a votação da matéria.

Art. 153. A votação da proposição principal, em ambos os turnos, será global, ressalvados os destaques e as emendas.

§ 1º As emendas serão votadas uma a uma.

§ 2º Partes da proposição principal, ou partes de emenda, assim entendido texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, poderão ter votação em destaque, a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 3º A parte destacada será votada separadamente, depois da votação da proposição principal, ou, antes dela quando a parte destacada for de substitutivo geral.

§ 4º O requerimento de destaque deverá ser formulado antes de iniciada a votação da proposição, ou da emenda a que se referir.

Seção I Do Adiamento da Votação

Art. 154. O adiamento da votação depende de aprovação plenária, devendo o requerimento ser formulado após o encerramento da discussão.

§ 1º O adiamento será proposto por tempo determinado, não podendo ser superior a 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º Aprovado o adiamento da votação, poderá o Vereador requerer vistas do projeto, por prazo não superior ao do adiamento, o que será imediatamente deferido pela Presidência.

§ 3º O pedido de vistas pode ser feito por mais de um Vereador, no entanto seu prazo corre de maneira comum a todos os interessados.

§ 4º Não se admitirá adiamento de votação para os projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável considerando-se o prazo final.

Seção II Dos Processos de Votação

Art. 155. São dois os processos de votação: simbólico e nominal.

Art. 156. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, apurados pela forma estabelecida no § 1º, deste artigo.

§ 1º O Presidente, ao anunciar a votação, determinará aos Vereadores que ocupem seus lugares no Plenário, convidando-os a permanecer sentados os que estiverem favoráveis à matéria, procedendo-se, em seguida à contagem e à proclamação do resultado.

§ 2º Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado proclamado pelo Presidente, imediatamente requererá verificação de votação.

§ 3º Nenhuma votação admite mais de uma verificação.

Art. 157. O processo nominal de votação consiste na contagem de votos favoráveis ou contrários, aqueles manifestados pela expressão "Sim" e estes pela expressão "Não", obtida com a chamada dos Vereadores pelo 1º Secretário.

§ 1º A votação nominal dar-se-á através de chamada em ordem alfabética de cada Vereador.

§ 2º A retificação de voto só será admitida imediatamente após a repetição, pelo Secretário, da resposta de cada Vereador.

§ 3º O Presidente anunciará o encerramento da votação e proclamará o resultado.

§ 4º Depois de proclamado o resultado, nenhum Vereador será admitido a votar.

§ 5º A relação dos Vereadores que votarem a favor ou contrariamente, constará na ata da sessão.

§ 6º Dependerá de requerimento aprovado pelo Plenário a votação nominal de matéria para a qual este Regimento não a exige.

§ 7º O requerimento verbal não admite votação nominal.

Seção III Da Declaração de Voto

Art. 158. Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favorável à matéria votada.

Art. 159. Após a votação, o Vereador poderá fazer declaração de voto, verbalmente ou por escrito, sendo, neste caso, anexado ao processo que capeia a proposição.

CAPÍTULO III DA REDAÇÃO FINAL

Art. 160. O projeto, incorporado das emendas, se houver, aprovado em segundo turno, terá redação final, elaborada pela Mesa, observado o seguinte:

I - elaboração conforme o vencido, podendo a Mesa determinar, sem alteração do conteúdo, correção de erros de linguagem e de técnica legislativa;

II - publicação na página eletrônica da Câmara.

Art. 161. Aprovada a redação final, a Mesa terá o prazo de 10 (dez) dias para expedir o autógrafo ao Prefeito.

CAPÍTULO IV DO REGIME DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Seção I Da Preferência

Art. 162. Preferência é a primazia de discussão e votação de uma proposição sobre outra, ou outras.

Art. 163. Terão preferência para discussão e votação, na seguinte ordem:

I - matéria de iniciativa do Prefeito, cujo prazo de apreciação tenha decorrido;

II - veto;

III - redação final;

IV - projeto de lei orçamentária;

V - matéria cuja discussão tenha sido iniciada;

VI - projetos em pauta, respeitada a ordem de precedência;

VII - demais proposições.

Parágrafo único. As matérias em regime de urgência, nos termos dos arts. 166 a 169 terão preferência dentro da mesma discussão.

Art. 164. O substitutivo geral terá preferência na votação sobre a proposição principal.

Parágrafo único. Havendo mais de um substitutivo geral, caberá a preferência ao da Comissão que tenha competência específica para opinar sobre o mérito da proposição.

Art. 165. Nas demais emendas, terão preferência:

I - a supressiva sobre as demais;

II - a substitutiva sobre as aditivas e modificativas;

III - a de comissão sobre as dos Vereadores;

IV - os requerimentos sujeitos a discussão ou votação terão preferência pela ordem de apresentação.

Seção II Do Regime de Urgência

Art. 166. A requerimento da Mesa, de Comissão competente para opinar sobre a matéria, ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores, devidamente fundamentado, o Plenário poderá decidir pela tramitação de proposições em regime de urgência, o qual poderá ser feito em todas as fases da tramitação do projeto em que for cabível.

Art. 167. O regime de urgência implica:

I - no pronunciamento das comissões permanentes sobre a proposição, no prazo conjunto de 72 (setenta e duas) horas, contado da aprovação do regime de urgência;

II - na inclusão da proposição na pauta da Ordem do Dia, na primeira sessão ordinária seguinte ao término do prazo fixado no inciso I, com ou sem parecer.

Art. 168. Será facultada a palavra até 05 (cinco) minutos, no máximo, na discussão de requerimento de urgência.

Art. 169. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, nos termos da Lei Orgânica e deste Regimento.

§ 1º Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até 30 (trinta) dias sobre a proposição, contados a partir da data do recebimento e protocolo do pedido de urgência.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no § 1º, sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se às demais proposições para que se ultime a votação.

§ 3º O prazo do §1º não corre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos de lei complementar.

CAPÍTULO V DA RETIRADA DE PROPOSIÇÃO

Art. 170. A retirada de qualquer proposição poderá, em todas as fases, ser pedida pelo seu autor, ao Presidente da Câmara, que deferirá, ou não, o pedido, com recurso para o Plenário. Se, porém, a proposição estiver na Ordem do Dia, com parecer favorável, somente ao Plenário cumpre deliberar.

Parágrafo único. As proposições de comissão só poderão ser retiradas a requerimento do Relator ou do Presidente da comissão, falando em nome desta.

TÍTULO IX DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO

Art. 171. A Câmara aguardará as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, que deverão ser apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, obedecendo aos seguintes prazos:

I - Plano Plurianual - até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa em 15 de dezembro;

II - Lei de Diretrizes Orçamentárias - até o dia 15 de maio e devolvido para sanção até o dia 30 de julho de cada exercício;

III - Lei Orçamentária Anual - até o dia 31 de agosto e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa em 15 de dezembro.

§ 1º Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos pelo caput deste artigo sem que se tenha concluído a votação, a Câmara passará a realizar sessões diárias até concluir a votação das matérias sobrestando todas as outras matérias em tramitação.

§ 2º Sob coordenação da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, realizar-se-ão as Audiências Públicas de que tratam a Lei Complementar de Finanças Públicas, Estatuto da Cidade, Legislação Ambiental e Lei de Licitações, com ampla participação das entidades civis, reduzindo-se a termo o resultado das audiências, para elaboração, pela própria Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, de emenda popular.

§ 3º Findo o prazo de apresentação de emendas, a Mesa as fará publicar.

§ 4º No dia seguinte ao da publicação das emendas, o processado retornará à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, que emitirá parecer sobre elas, no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 5º O parecer emitido será publicado em 02 (dois) dias, devendo o projeto ser imediatamente incluído na Ordem do Dia.

§ 6º Aprovadas as emendas, caberá à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município a elaboração da redação para votação.

Art. 172. Aplicam-se aos projetos de Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, naquilo em que não contrariem o disposto nesta seção, as regras deste Regimento Interno que regulam a tramitação das proposições em geral.

Art. 173. Recebida a proposta do Orçamento, será remetida, independente de leitura, à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, que dará parecer preliminar.

Art. 174. Depois de publicado e lido em Plenário, voltará à Comissão, para recebimento de emendas, durante 10 (dez) dias.

§ 1º Não serão admitidas emendas das quais decorram aumento global de despesas ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou as que visem modificar o seu montante, natureza ou objetivo.

§ 2º Não se admitirão, ainda, emendas ao projeto de lei do orçamento que visem à:

I - alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando, nesse ponto, a inexatidão da proposta;

II - conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

III - conceder dotação superior aos quantitativos fixados para

concessão de auxílio ou subvenções.

§ 3º Somente na Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município poderão ser apresentadas emendas aos projetos de leis periódicas.

§ 4º Será final o pronunciamento da Comissão sobre as emendas apresentadas, salvo se 1/3 (um terço) dos membros da Câmara requerer a seu Presidente a votação em Plenário sem discussão de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão.

Art. 175. É vedado à Câmara rejeitar, em sua totalidade, o projeto de lei do orçamento.

Art. 176. Decorrido os prazos do art. 171, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, em 05 (cinco) dias, devolverá o projeto à Mesa, com parecer definitivo sobre o projeto e as emendas.

Art. 177. O parecer e projeto serão incluídos na Ordem do Dia da sessão seguinte, para discussão única.

CAPÍTULO II DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 178. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município de Caçador e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

§ 1º Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária.

§ 2º Fica assegurado o exame e apreciação das contas do Município, durante todo o exercício, na Câmara Municipal, por qualquer cidadão, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade na forma da lei.

Art. 179. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 1º O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal remeterão ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina os respectivos balanços do exercício anterior até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte.

§ 2º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 3º À Câmara Municipal é vedado julgar contas mensais ou anuais que ainda não tiverem recebido parecer definitivo do Tribunal de Contas do Estado.

§ 4º Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 180. Logo que chegue à Câmara o Parecer do Tribunal de Contas, a Mesa providenciará a remessa de todo o processo de Prestação de Contas, acompanhado dos documentos, Balanços e Parecer à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, independente da leitura no Expediente em sessão da Câmara.

Art. 181. Recebido o processo, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, terá prazo de 20 (vinte) dias para

apresentar parecer.

§ 1º O parecer da Comissão concluirá sempre por projeto de decreto legislativo.

§ 2º Findo o prazo previsto neste artigo, o processo será enviado à Mesa Diretora.

Art. 182. Rejeitadas as Contas, serão remetidas ao Ministério Público para as devidas providências, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 183. Aprovadas as Contas, será imediatamente remetida ao Tribunal de Contas do Estado, cópia do decreto legislativo, que assim as julgar.

Art. 184. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão incluídas na Ordem do Dia, sobressaindo-se às demais para a votação.

Art. 185. Se o parecer for contrário à aprovação deverá a Câmara, antes do julgamento, abrir vistas ao Prefeito do exercício financeiro correspondente, por 30 (trinta) dias, para os esclarecimentos que julgar convenientes, suspendendo-se o prazo previsto no art. 184.

Art. 186. Se o Prefeito não enviar à Câmara, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício, o balanço anual, será constituída Comissão Especial para tomar as contas e, conforme o resultado, providenciará quanto a punição dos responsáveis.

Art. 187. A Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade municipal responsável que, no prazo de 05 (cinco) dias, preste os esclarecimentos necessários.

Parágrafo único. Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal de Contas do Estado pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO III DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 188. A realização das audiências públicas de que trata o art. 46, inciso I, obedecerá ao seguinte:

I - cada comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidades da sociedade civil e com qualquer cidadão para instruir a matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público, atinentes à sua área de atuação, para avaliação, discussão e apresentação de propostas;

II - a audiência pública poderá ser realizada em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pela comissão, que comunicará aos interessados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias;

III - aprovada a reunião de audiência pública, a comissão selecionará para serem ouvidas as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes:

a) na hipótese de haver defensor e opositor relativamente à matéria objeto de exame, a comissão procederá da forma que possibilite a audiência das correntes de opinião;

b) o convidado deverá limitar-se ao tema em questão e disporá, para tanto, do prazo estipulado pela comissão para efetuar suas considerações;

c) caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da comissão poderá adverti-lo, cassar a palavra ou determinar a sua retirada do recinto;

d) a parte convidada poderá valer-se de assessoria técnica, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da comissão;

e) os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição;

IV - da reunião da audiência pública lavrar-se-á ata, arquivando-se, no âmbito da comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que o acompanharem;

V - nas audiências públicas previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, poderá adaptar as normas definidas nesta seção, a fim de disponibilizar maior tempo ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo acerca dos assuntos pautados, bem como para viabilizar a mais ampla participação popular.

§ 1º Será admitido, a qualquer tempo, o traslado de peças ou fornecimento de cópias aos interessados.

§ 2º Os tempos disponibilizados para exposições, réplicas e tréplicas, serão definidos pela comissão.

CAPÍTULO IV DO JULGAMENTO DO PREFEITO POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 189. O julgamento do Prefeito por infração político-administrativa definida em lei complementar à Lei Orgânica seguirá o procedimento regulado neste capítulo.

Art. 190. A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.

Art. 191. De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, respeitado sempre que possível, a proporcionalidade entre as bancadas, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

Art. 192. Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, através de seu procurador, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para inquirição das testemunhas e o

depoimento do denunciado.

Art. 193. O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, e ao seu procurador formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

Art. 194. Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 05 (cinco) dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral.

Art. 195. Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado.

Art. 196. O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

CAPÍTULO V DA REFORMA OU ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 197. O Regimento Interno será modificado mediante projeto de resolução, cuja análise, discussão e votação seguirá o mesmo rito previsto para as demais proposições, descrito neste regimento, no que couber.

CAPÍTULO VI DA LICENÇA DO PREFEITO

Art. 198. A solicitação de licença do Prefeito, recebida como requerimento, será submetida imediatamente à deliberação plenária, na forma regimental, independente de parecer.

Parágrafo único. Aprovado o requerimento, considerar-se-á automaticamente autorizada a licença.

Art. 199. Durante o recesso legislativo, a licença será autorizada pela Mesa, ficando sujeita a aprovação posterior do Plenário.

Parágrafo único. A decisão da Mesa será comunicada por ofício aos Vereadores.

CAPÍTULO VII DA FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 200. A Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, até 06 (seis) meses antes do fim do último ano de mandato, apresentará o projeto de lei que fixe a remuneração dos Vereadores,

Prefeito, Vice-Prefeito e Auxiliares Diretos do Município, para o período seguinte, observado o que dispõe a Constituição Federal, Estadual e os princípios estabelecidos pela Lei Orgânica do Município.

Art. 201. Se a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, não houver tomado, nos respectivos prazos, as providências do art. 200, a Mesa incluirá na Ordem do Dia da primeira sessão que se seguir, em forma de proposição legislativa, as disposições em vigor sobre a matéria.

Parágrafo único. As emendas a esses projetos serão enviadas à referida comissão que deverá emitir parecer, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias.

CAPÍTULO VIII DA CONCESSÃO DE HONRARIAS

Art. 202. A concessão de títulos e honrarias observará o disposto em norma específica. Relativamente às proposições em geral, obedecerá às seguintes regras:

I - a proposição de concessão de honraria deverá estar acompanhada de justificativa escrita, com dados biográficos suficientes para que se evidencie o mérito do homenageado, apresentando-se e discutindo-se preambularmente na esfera interna da Câmara;

II - será público o processo de votação na deliberação sobre concessão de títulos e honrarias;

III - no primeiro turno de discussão e votação, fará uso da palavra o autor da proposição, para justificar o mérito do homenageado;

IV - a aprovação da propositura depende do voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 203. Aprovada a proposição, a Mesa providenciará a entrega do título, na sede do Legislativo Municipal ou em outro local a ser designado, em Sessão Solene antecipadamente convocada, determinando:

I - expedição de convites individuais a autoridades civis, militares e eclesiásticas;

II - organização do protocolo da Sessão Solene, tomando todas as providências que se fizerem necessárias.

§ 1º Poderá ser outorgado mais de um título em uma mesma Sessão Solene.

§ 2º A saudação da Câmara aos homenageados será feita preferencialmente pelo autor da proposição, e no caso deste abdicar deste direito, a designação será feita pelo Presidente.

§ 3º Ausente o homenageado à Sessão Solene, o título será entregue a seu representante.

§ 4º O título de cidadão honorário ou benemérito será entregue ao homenageado, pelo Prefeito ou seu representante, durante a Sessão Solene.

Art. 204. Serão anexadas aos respectivos processos, cópias das atas alusivas aos pronunciamentos feitos em relação aos homenageados, durante a discussão da matéria e por ocasião da Sessão Solene de outorga do título.

TÍTULO X DO USO DA TRIBUNA

Art. 205. Nas sessões ordinárias, será destinado logo após o

encerramento da Ordem do Dia e eventual Palavra Livre, o tempo de 15 (quinze) minutos destinados ao Uso da Tribuna.

Art. 206. No espaço destinado ao Uso da Tribuna, poderá fazer uso da palavra, somente uma pessoa por Sessão, solicitada à Mesa com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 207. No espaço destinado ao Uso da Tribuna não se admitirá a palavra:

I - de representantes de partidos políticos;

II - de candidatos a cargo eletivo;

III - de integrante de chapas aprovadas em convenção partidária.

TÍTULO XI DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS DA MUNICIPALIDADE E TITULARES DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Art. 208. Os Secretários da Municipalidade e titulares de órgãos subordinados ao Chefe do Poder Executivo poderão ser convocados pela Câmara a requerimento de Vereador ou Comissão.

§ 1º O requerimento deverá ser escrito e indicar com precisão o objeto da convocação, ficando sujeito à deliberação do Plenário, nos termos do art. 138, inciso IX, deste Regimento.

§ 2º Resolvida a convocação, o Presidente da Câmara entender-se-á com o convocado, mediante ofício, em prazo não superior a 10 (dez) dias, salvo deliberação do Plenário, solicitando-lhe fixar dia e hora para o seu comparecimento.

§ 3º Após o agendamento, o presidente comunicará ao Plenário a data e hora agendada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 209. Quando o Prefeito, os Secretários da Municipalidade e titulares de órgãos subordinados ao Chefe do Poder Executivo desejarem comparecer à Câmara ou a qualquer de suas comissões para prestarem espontaneamente esclarecimentos sobre matéria legislativa em andamento, a Mesa designará, para esse fim, o dia e hora.

Parágrafo único. Aplica-se a este artigo, no que couber, o disposto no § 3º do art. 208.

Art. 210. Na sessão a que comparecerem farão, inicialmente, uma exposição do objeto de seu comparecimento, respondendo a seguir as interpelações dos Vereadores.

Parágrafo único. Durante a sua exposição ou ao responder as interpelações, bem como o Vereador ao anunciar as suas perguntas não poderão desviar-se do objeto da convocação, nem responder apartes.

Art. 211. O convocado ou aquele que comparecer à Câmara ou a qualquer de suas comissões ficará, em tais casos, sujeito às normas deste Regimento.

TÍTULO XII DA ORDEM INTERNA DA CÂMARA

Art. 212. Os atos relativos aos servidores da Câmara Municipal de Caçador terão a forma de Portaria.

Art. 213. As despesas realizadas por conta da dotação orçamentária e de créditos especiais estão sujeitas a prestação de contas perante a Câmara, depois de examinadas pelo Tribunal de Contas.

TÍTULO XIII DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CAPÍTULO I DO COMPROMISSO DE POSSE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Art. 214. Compromissados os Vereadores e instalada a Legislatura, nos termos do art. 4º, prestará e tomará posse do cargo o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito.

Art. 215. Para o ato solene de compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito, serão observadas as seguintes prescrições:

I - o Presidente receberá e conferirá seus diplomas;

II - verificada sua autenticidade, convidará o Prefeito e o Vice-Prefeito, como também os Vereadores e os demais presentes a ficarem de pé.

Art. 216. Inicialmente o Prefeito proferirá o seguinte compromisso, que se completa com a assinatura do termo competente: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. OBSERVAR AS LEIS E EXERCER COM PATRIOTISMO, HONESTIDADE E ESPÍRITO PÚBLICO, O MANDATO QUE ME FOI CONFERIDO".

Parágrafo único. O compromisso do Prefeito será seguido pelo do Vice-Prefeito, que atenderá às mesmas prescrições, assinando, também, o termo competente.

Art. 217. O Presidente, após terem prestado compromisso o Prefeito e o Vice-Prefeito, declarará-os-á empossados nos respectivos cargos e os convidará a assinar os respectivos termos de compromisso, lavrado em livro próprio cuja leitura prévia determinará.

Art. 218. Decorridos 15 (quinze) dias da data fixada para a posse do Prefeito e Vice-Prefeito, salvo motivo justificado aceito pela Câmara, estes não tiverem assumido o cargo, será declarado extinto o mandato pelo Presidente da Câmara.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, sucessivamente o Presidente da Câmara Municipal, na ordem da votação.

Art. 219. No ato da posse, o Prefeito e Vice-Prefeito deverão desincompatibilizar-se, se ainda não o tiverem feito, e apresentar à Mesa declaração de bens, direitos e obrigações do seu patrimônio, tais como os existentes no dia em que iniciam o exercício do mandato, para que a Câmara os faça publicar, no prazo de 15 (quinze) dias, procedendo na mesma forma ao terminá-lo.

Art. 220. Concluído o ato de compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito, poderá o Presidente facultar a palavra a oradores na seguinte ordem:

I - Vereadores;

II - presentes e convidados;

III - Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 221. Após a fala do último orador, será a sessão suspensa por 30 (trinta) minutos e terá prosseguimento com a eleição da Mesa, como prescreve o Capítulo IV do Título II deste Regimento.

Art. 222. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 223. Fica revogada a Resolução nº 098, de 05 de outubro de 2011.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2016.
Valmor de Paula
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016 RESOLUÇÃO Nº 05, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2016, aprovou, e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Código estabelece os deveres, os princípios éticos e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos que estejam no exercício do cargo de Vereador.

Parágrafo único. Regem-se também por este Código o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das normas relativas à ética e ao decoro parlamentar.

CAPÍTULO II DOS DEVERES FUNDAMENTAIS

Art. 2º No exercício do mandato, o Vereador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 3º São deveres fundamentais do Vereador, além de outros previstos na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno:

I - promover a defesa dos interesses populares e municipais;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Município, particularmente das instituições democráticas e representativas, e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade, não se eximindo de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;

IV - apresentar-se a Câmara, na hora regimental, nos dias designados, às sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, apresentando, por escrito, prévia justificativa à Mesa, pelo não comparecimento e participar das sessões do Plenário e das reuniões de comissão de que seja membro;

V - respeitar e cumprir a Constituição, a Lei Orgânica do Município, as leis e as normas internas da Câmara Municipal;

VI - examinar todas as proposições submetidas a sua apreciação, exarando pareceres ou votos sob a ótica do interesse público, nos prazos regimentais, comparecendo e tomando parte nas reuniões das comissões a que pertencer;

VII - propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal, medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e da população;

VIII - propor a impugnação de medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público e denunciar publicamente as atitudes lesivas à afirmação da cidadania, do desperdício do dinheiro público,

os privilégios injustificáveis e o corporativismo;

IX - tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar;

X - prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;

XI - respeitar as decisões legítimas dos órgãos da Casa;

XII - comunicar à Mesa sua ausência do País;

XIII - utilizar-se dos equipamentos postos à sua disposição pela Câmara, para desempenho do mandato, com zelo e economia, responsabilizando-se por sua restituição na forma estabelecida por Termo expedido pela Câmara.

CAPÍTULO III DAS VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS

Art. 4º Entende-se como vedações e incompatibilidades no exercício da vereança, de caráter funcional, contratual ou negocial, políticas e profissionais, àquelas previstas na Lei Orgânica, em seu art. 34 e no art. 24 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador.

CAPÍTULO IV DOS ATOS CONTRÁRIOS À ÉTICA E AO DECORO PARLAMENTAR

Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - a transgressão reiterada aos preceitos deste Código, da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno;

II - a prática de irregularidades graves ou de comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade do Poder Legislativo, no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes;

III - a perturbação da ordem nas sessões da Câmara, inclusive a ausência às votações, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, assim considerada a que for aprovada pelas bancadas ou suas lideranças e comunicada à Mesa, ou nas reuniões das comissões;

IV - o uso em discurso ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Legislativo Municipal, à Mesa ou Comissão, ou aos respectivos Presidentes, ou a qualquer cidadão ou grupo de cidadãos que assistam às sessões do Plenário ou das comissões da Câmara, bem como praticar ofensas físicas a seus pares ou a qualquer cidadão nas dependências da Câmara Municipal;

V - o desrespeito à Mesa e atos atentatórios à dignidade de seus membros;

VI - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;

VII - celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-a a contraprestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais dos Vereadores;

VIII - fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado de deliberação;

IX - omitir intencionalmente informação relevante, ou, nas mesmas condições, prestar informação falsa nas declarações de que trata o

art. 4º, deste Código;

X - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou comissão hajam resolvido devam ficar secretos, bem como revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

XI - relatar matéria submetida à apreciação da Câmara, de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral;

XII - fraudar, por qualquer meio ou forma, o registro de presença às sessões, ou às reuniões de comissão;

XIII - acusar Vereador, no curso de uma discussão ou mediante denúncia caluniosa à Mesa Diretora, ao Conselho de Ética ou comissões, ofendendo sua honorabilidade, com arguições inverídicas e improcedentes;

XIV - desacatar ou praticar ofensas físicas ou morais, bem como dirigir palavras injuriosas aos seus pares, aos membros da Mesa Diretora, do Plenário ou das comissões, ou a qualquer cidadão ou grupos de cidadãos que assistam a sessões de trabalho da Câmara.

§ 1º Incluem-se entre as irregularidades graves, para fins deste artigo:

I - a atribuição de dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou instituições das quais participe o Vereador, seu cônjuge, companheira ou parente, de um ou de outro, até o terceiro grau, bem como pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controlada, ou ainda, que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias;

II - fraudar votações;

III - deixar de comunicar e denunciar, da Tribuna da Câmara ou por outras formas condizentes com a lei, todo e qualquer ato ilícito civil, penal ou administrativo ocorrido no âmbito da Administração Pública Municipal, bem como casos de inobservância deste Código, de que vier a tomar conhecimento;

IV - utilizar infraestrutura, recursos, funcionários ou serviços administrativos de qualquer natureza, da Câmara ou do Executivo, para benefício próprio ou outros fins, inclusive eleitorais.

§ 2º As condutas puníveis neste artigo só serão objeto de admissibilidade mediante provas.

CAPÍTULO V DAS DECLARAÇÕES PÚBLICAS OBRIGATÓRIAS

Art. 6º O Vereador apresentará à Mesa as seguintes declarações obrigatórias periódicas, para fins de ampla divulgação e publicidade:

I - ao assumir o mandato, para efeito de posse, Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos;

II - até o trigésimo dia seguinte ao encerramento do prazo para entrega da Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Físicas: cópia da Declaração de Imposto de Renda do Vereador;

III - ao término do mandato, até o dia 31 de dezembro, Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos.

§ 1º As declarações referidas nos incisos I, II e III deste artigo serão autuadas em processos devidamente formalizados e numerados sequencialmente, fornecendo-se ao declarante comprovante

de entrega, mediante recibo em segunda via ou cópia da mesma declaração, com a indicação do local, data e hora da apresentação.

§ 2º Os dados referidos neste artigo terão, na forma da Constituição Federal (art. 5º, XII), o respectivo sigilo resguardado, podendo, no entanto, a responsabilidade pelo mesmo ser transferida para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, quanto este o solicitar, mediante aprovação do respectivo requerimento pela sua maioria absoluta.

CAPÍTULO VI DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 7º As Medidas Disciplinares são:

I - advertência;

II - censura pública verbal ou escrita;

III - suspensão de prerrogativas regimentais, por, no máximo, 60 (sessenta) dias;

IV - perda temporária do exercício do mandato, por, no máximo, 90 (noventa) dias;

V - perda do mandato.

Parágrafo único. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Câmara Municipal, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.

Art. 8º A advertência é medida disciplinar de competência dos Presidentes da Câmara, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão.

Art. 9º A censura pública será verbal ou escrita.

§ 1º A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Câmara, em sessão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão, no âmbito desta, durante suas reuniões, quando não couber penalidade mais grave, ao Vereador que incidir nas condutas descritas nos incisos I, II e III do art. 5º deste Código.

§ 2º A censura escrita será imposta pela Mesa, por provocação do ofendido, ou por solicitação do Presidente da Câmara ou Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, se outra cominação mais grave não couber, ao Vereador que incidir nas condutas descritas nos incisos IV e V do art. 5º deste Código e em caso de reincidência nas condutas referidas no § 1º.

Art. 10. A suspensão de prerrogativas regimentais será aplicada pelo Plenário da Câmara, por proposta do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, especificando os fatos e respectivas provas, ao Vereador que incidir nas vedações dos incisos X, XI e XII, do art. 5º, deste Código.

§ 1º São passíveis de suspensão as seguintes prerrogativas:

I - candidatar-se a, ou permanecer exercendo, cargo de membro da Mesa ou de Presidente, Vice-Presidente ou relator de comissão;

II - ser designado relator de proposição em comissão ou Plenário.

§ 2º A penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas no § 1º, ou apenas sobre algumas, a juízo do Conselho, que deverá fixar seu alcance tendo em conta a atuação parlamentar pregressa do acusado, os motivos e as consequências da infração cometida.

Art. 11. A aplicação de penalidade de suspensão temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, será imposta ao Vereador que incidir nas condutas previstas nos incisos VI, VII, VIII, IX, XIII, XIV e § 1º do art. 5º e reincidir nas hipóteses do art. 10, deste Código.

Art. 12. Será punido com a perda do mandato, o Vereador que incidir nas condutas descritas no art. 34 da Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO VII DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 13. As sanções de que tratam os arts. 11 e 12, deste Código, serão decididas pelo Plenário, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido político representado na Câmara Municipal, na forma prevista nos arts. 15 e 16, resguardando-se a ampla defesa.

Art. 14. A perda do mandato de Vereador a ser declarada pela Mesa, de ofício, ou mediante iniciativa de qualquer de seus membros ou de partido político com representação na Câmara, com base nos incisos, IV, V, VI e VII do art. 35 da Lei Orgânica, obedecerá às seguintes normas:

I - a Mesa dará ciência, por escrito ao Vereador, do fato ou ato que possa implicar na perda do mandato;

II - no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da ciência o Vereador poderá apresentar defesa;

III - apresentada ou não a defesa, a Mesa decidirá a respeito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

IV - a Mesa tornará públicas as razões que fundamentam sua decisão.

Art. 15. Oferecida representação contra Vereador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Câmara, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ressalvadas as hipóteses do art. 18, quando o processo tem origem no Conselho.

Parágrafo único. A Representação é forma de denúncia apresentada por Vereador ou Partido Político representado na Câmara.

Art. 16. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - será oferecida cópia da representação ao Vereador, que terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita e provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá às diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 10 (dez) dias, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o projeto de decreto legislativo apropriado para declaração da perda do mandato ou suspensão temporária do exercício do mandato, conforme o caso, que depois de instruída pelo órgão de assessoramento da Câmara, será encaminhada à Comissão de Legislação Justiça e Redação;

V - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Legislação, Justiça e Redação, será o processo encaminhado à Mesa da Câmara e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Mural da Câmara Municipal e distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 17. É facultado ao Vereador, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 18. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, representação ou denúncias relativas ao descumprimento, por Vereador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

§ 1º Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvirá o denunciado e providenciará às diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 19. O Relator, após a apuração dos fatos apresentará parecer ao Conselho, no prazo de 10 (dez) dias, sendo o prazo de vistas para os demais membros de 03 (três) dias, se solicitada.

§ 1º Será marcado dia e hora para deliberação do Conselho.

§ 2º Os membros do Conselho, inclusive o Presidente votarão acerca da aplicação de penalidade, que será decidida pela maioria de seus membros.

§ 3º Considerada procedente a denúncia por fato sujeito a medidas previstas no art. 7º, I, II e III, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses do art. 7º, IV e V, procederá na forma do art. 16, deste Código.

§ 4º Poderá o Conselho, mediante iniciativa de um de seus membros aprovada pela sua maioria, independentemente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída a Vereador.

Art. 20. Quando um Vereador for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda sua honrabilidade, pode pedir ao Presidente da Câmara, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 21. As denúncias e acusações contra Vereador, nos termos dos artigos antecedentes eivadas de evidente má-fé, serão consideradas como enunciação Caluniosa, conduta esta prevista no art. 5º, XIII, deste Código e no art. 339 do Código Penal, com redação dada pela Lei nº 10.028/2000.

Art. 22. Em havendo produção de prova testemunhal, os depoentes na qualidade de testemunha serão advertidos do dever de dizer a verdade, sob pena de não o fazendo incorrerem no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

Art. 23. Nas hipóteses de denúncia caluniosa e falso testemunho, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, remeterá cópias da documentação pertinente ao Ministério Público, para que se instaure contra o denunciante ou depoente a competente ação penal, com o fim de ser-lhes aplicadas às penalidades cabíveis.

Art. 24. O processo disciplinar regulamentado neste Código será extinto pela renúncia do Vereador ao seu mandato.

Art. 25. Quando, em razão das matérias reguladas neste Código, forem injustamente atingidas à honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Art. 26. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do Poder Legislativo.

Art. 27. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por 3 (três) membros da Casa e igual número de suplentes, eleitos para mandato de 02 (dois) anos, observados o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos políticos ou blocos parlamentares não representados.

§ 1º Os líderes partidários submeterão à Mesa os nomes dos Vereadores que pretenderem indicar para integrar o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo partido.

§ 2º Acompanhará, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo Presidente da Casa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos da Câmara, referentes à prática de atos ou irregularidades capitulados no art. 7º, incisos IV e V, deste Código independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 3º Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

Art. 28. Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e designação de Relatores.

§ 1º Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, observar a discricção e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 06 (seis) reuniões, durante a sessão legislativa.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar são aplicáveis as prerrogativas previstas para as Comissões de Inquérito, capituladas nos arts. 59 a 62 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador.

Art. 30. Os projetos de resolução destinados a alterar o presente Código obedecerão às normas de tramitação regimentais.

Art. 31. Esta Resolução entre vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões, em 14 de dezembro de 2016.
Valmor de Paula
Presidente

Camboriú

PREFEITURA

IL 11/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 011/2016 – PMC

Data: 14/12/2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA O CONCERTO DO RÁDIO DA CENTRAL E DA REPETIDORA NO LOCAL E EM LABORATÓRIO EM GARANTIA EM EMPRESA AUTORIZADA.

Valor total: R\$: 2.583,31 (Dois Mil Quinhentos e Oitenta e Três Reais e Trinta e Um Centavos).

Secretaria: Obras e Serviços Urbanos

Contratado: D.R.J RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 14 de Dezembro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

PR 103/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2016- PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA E NÍVEL ESTADUAL, PARA PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÕES ATENDENDO A LEI Nº8.666/93.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 09 (Nove) de Janeiro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 14 de Dezembro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

PR 104/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 104/2016-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE DAM - DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL 2017, SENDO OS CARNÊS DE IPTU E OS CARNÊS DE COSIP.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 09 (Nove) de Janeiro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 14 de Dezembro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.162 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.162 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), nas seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.500,00
	Total	R\$ 3.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.163 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.163 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

AUTORIZA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DAS FROTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM CASO DE NECESSIDADE, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizado a Servidora Pública Municipal SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob nº 954286, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Técnica de Enfermagem, exercendo a função gratificada de Chefe do Serviço de Vigilância em Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para dirigir de forma eventual, os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos Parágrafos 1º, 2º e 3º deste Artigo.

§ 1º – Veículo Renault/Clio – Placa MLS-9343, Registro no Patrimônio sob nº 22753; Veículo Fiat/Uno – Placa MJA-0644, Registro no Patrimônio sob nº 22622; Veículo Fiat/Pálio/Weekend – Placa MIQ-7905, Registro no Patrimônio sob nº 22625; Veículo Fiat/Palio/ – Placa MLO-0991, Veículo Chevrolet Spin – Placa MLY-8897 Registro no Patrimônio sob nº 22972 Veículos estes pertencentes da Frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

§2º – Veículo Fiat/Uno – Placa MFY-3948, veículo este pertencente da Frota do Fundo Municipal de Assistência Social deste Município; Veículo Corsa Placa MLV-0526 nº 03, veículo este pertencente da Frota do Serviço de Desenvolvimento Social, do Município de Campo Alegre/SC.

§3º – Os veículos mencionados nos parágrafos anteriores poderão ser utilizados pela Servidora Pública Municipal autorizada no Caput do Artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§4º – A Servidora Pública Municipal mencionado no Caput do Artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos §§ 1º; 2º e 3º do Artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos das Frotas Públicas Municipais, já mencionados nos §§ 1º, 2º e 3º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos §§ 4º do Artigo 1º deste Decreto.

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.164 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.164 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

INSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Art. 71, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º Fica instituído o NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA no Município de Campo Alegre/SC., a qual tem por finalidade: Orientar, avaliar e acompanhar as equipes com o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações da Atenção Básica, e sua resolubilidade.

Art. 2º O Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF deve buscar contribuir para a integralidade do cuidado aos usuários do SUS, principalmente por intermédio da ampliação da clínica, auxiliando no aumento da capacidade de análise e de intervenção sobre problemas e necessidades de saúde.

Art.3º Ficam nomeados para compor o NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA ora instituído os seguintes membros:

1. CLAYTON FRANCISCO VALENTIM – Farmacêutico;
2. MARCO AURÉLIO BECKHAUSER – Psicólogo;
3. PATRÍCIA DAIANE PAUL – Fisioterapeuta;
4. MARCIO MARCELO MUNHOZ – Professor de Educação Física.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de Dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br.

sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 161/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 161/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos para três academias ao ar livre a serem instaladas na localidade de São Miguel, Bairro Belo Horizonte (Vila Scheide) e Bateias de Baixo no município de Campo Alegre – SC, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, nº 61/2016.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Unidade	11.03	Coordenadoria de Esporte e Lazer
Função	27	Desporto e Lazer
Subfunção	813	Lazer
Programa	84	Esporte e Lazer – Integrar para Socializar
Projeto	2.810	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente

· Recursos provenientes de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Agência de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra - SC. Convênio nº 2016TR001490.

Vigência: 02/12/2016 a 16/01/2017

Do valor total: R\$ 71.967,00 (setenta e um mil novecentos e sessenta e sete reais)

Contratada: ASK LTDA - EPP – CNPJ: 03.222.596/0001-62.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO 166/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 166/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos para duas academias ao ar livre a serem instaladas na localidade de Ribeirão do Meio e Centro do município de Campo Alegre - SC, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, nº 62/2016.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Unidade	11.03	Coordenadoria de Esporte e Lazer
Função	27	Desporto e Lazer
Subfunção	813	Lazer
Programa	84	Esporte e Lazer – Integrar para Socializar
Projeto	2.810	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente

· Recursos provenientes de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Agência de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra – SC. Convênio 2016000998.

Vigência: 14/12/2016 a 28/01/2016

Do valor total: R\$ 26.639,66 (vinte e seis mil seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos)

Contratada: ASK LTDA - EPP – CNPJ: 03.222.596/0001-62.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.875 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.875 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal ANA LUIZA DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000652, Registro no Sistema Sob nº 955098, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 à 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.876 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.876 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal BEATRIS KUISASKI, Matrícula Funcional nº 000671, Registro no Sistema Sob nº 955102, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 à 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.877 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.877 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal DAIANE THAIS ROCHA, Matrícula Funcional nº 000676, Registro no Sistema Sob nº 955107, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 20 (vinte) dias.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 à 17 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.878 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.878 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal ELISABETE PERPETUA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000532, Registro no Sistema Sob nº 954635, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 a 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.879 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.879 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal INÊS MICKUS CÂNDIO, Matrícula Funcional nº 000668, Registro no Sistema Sob nº 955100, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 a 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.880 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.880 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal INÊS TEREZINHA CORDEIRO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000832, Registro no Sistema Sob nº 955510, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 a 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.881 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.881 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal JAQUELINE DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000534, Registro no Sistema Sob nº 954637, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 30 (trinta) dias.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 a 27 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.882 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.882 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000531, Registro no Sistema Sob nº 954634, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 10 (dez) dias.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 a 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

14 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.883 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.883 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal MÔNICA BERTA BORGES, Matrícula Funcional nº 000699, Registro no Sistema Sob nº 955143, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 a 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.884 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.884 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19

de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal NILDA VIEIRA DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000605, Registro no Sistema Sob nº 954847, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 10 (dez) dias.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 a 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.885 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.885 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 35 (trinta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal SILMARA APARECIDA DA CRUZ KERSCHER, Matrícula Funcional nº 000611, Registro no Sistema Sob nº 954916, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 05 (zero cinco) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 30 (trinta) dias.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 a 22 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.886 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.886 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ MACHADO, Matrícula Funcional nº 000530, Registro no Sistema Sob nº 954633, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 a 17 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.887 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.887 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal TERESINHA BAECHTOLD, Matrícula Funcional nº 000555, Registro no Sistema Sob nº 954669, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 10 (dez) dias.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 à 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.888 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.888 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 16 (dezesseis) dias de férias a Servidora Pública Municipal GABRIELA MACHADO KERSCHER, Registro no Sistema Sob nº 955614, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – As Férias de que trata o Caput deste Artigo referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 14 de dezembro de 2016 à 29 de dezembro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.889 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.889 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 11 (onze) dias de férias a Servidora Pública Municipal LOURDES NIEHUES, Registro no Sistema Sob nº 955506, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – As Férias de que trata o Caput deste Artigo referente aos períodos aquisitivos de 03 de agosto de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 03 (zero três) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 08 (zero oito) dias.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 à 29 de dezembro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.890 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.890 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 11 (onze) dias de férias a Servidora Pública Municipal SANDRA DA CONCEIÇÃO ZADAROSNY, Registro no Sistema Sob nº 955494, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função

de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – As Férias de que trata o Caput deste Artigo referente aos períodos aquisitivos de 01 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 04 (zero quatro) dias.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 á 29 de dezembro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.891 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.891 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública DANIELA SALDANHA, Matrícula Funcional nº 000841, Registro no Sistema sob nº 955528, no Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

§1º – As Férias de que trata o Caput deste Artigo referente aos seguintes períodos aquisitivos: 19 de outubro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 06 (zero seis) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 09 (zero nove) dias.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente aos períodos aquisitivos: 19 de outubro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 e 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 09 de janeiro de 2017 á 23 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário especialmente a Portaria nº 13.803 de 09 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.892 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.892 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ANTONIO MARCOS FRANCO, Matrícula Funcional nº 000775, Registro no Sistema sob nº 955394, no Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 29 de dezembro de 2016 á 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.893 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.893 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 16 (dezesseis) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CLAUDIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000254, Registro no Sistema sob nº 313130, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria

Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo 01 de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 29 de dezembro de 2016 a 13 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.894 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.894 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema sob nº 955080, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2016 a 30 de dezembro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.895 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.895 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, FABIO LUIS KOBUS, Matrícula Funcional nº 000778, Registro no Sistema sob nº 955400, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.896 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.896 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, IVONEI FRIEDRICH, Matrícula Funcional nº 000778, Registro no Sistema sob nº 955400, ocupante do Cargo Público de Motorista e exercendo a Função de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo 01 de junho de 2016 a 31 de maio de 2017.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 a 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.897 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.897 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias ao Servidor Público Municipal, LEANDRO PAGANI, Matrícula Funcional nº 000705, Registro no Sistema sob nº 955149, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 06 (zero seis) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 13 (treze) dias.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 á 06 de janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

RETIFICA ITEM EDITAL 41/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2272/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2016

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

RETIFICA EDITAL ITEM DO EDITAL 41/2016

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado pela seu Prefeito Sr. Rudimar Borcioni, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que RETIFICA O EDITAL, cujo objeto a aquisição de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta de lixo e transporte, no perímetro urbano do município de Campo Erê, conforme segue abaixo:

Onde lê-se:

09 – DA HABILITAÇÃO

9.4 – QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

9.4. 1 – Os documentos relativos à qualificação econômico-financeira serão constituídos por:

.....
b.3) Índice de Solvência Geral – Menor que 1,0 (um). O cálculo do índice se presta para avaliar se a empresa, no caso de falência, teria condições de quitar todas as obrigações, considerando também os recursos do ativo permanente (ou seja, todo o ativo para quitar todo o passivo). Para fins de habilitação neste edital, obtendo-se o índice corrente pela seguinte fórmula:

Leia-se:

09 – DA HABILITAÇÃO

9.4 – QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

9.4. 1 – Os documentos relativos à qualificação econômico-financeira serão constituídos por:

.....
b.3) Índice de Solvência Geral – Igual ou superior a 1,0 (um). O cálculo do índice se presta para avaliar se a empresa, no caso de falência, teria condições de quitar todas as obrigações, considerando também os recursos do ativo permanente (ou seja, todo o ativo para quitar todo o passivo). Para fins de habilitação neste edital, obtendo-se o índice corrente pela seguinte fórmula:

As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Informações pelo site. www.campoere.sc.gov.br, ou e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br ou pelo fone: (49) 3655 3035. Campo Erê-SC, 14/12/2016. Rudimar Borcioni Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.643/16 DE 30/11/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.643/16 de 30/11/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 521.000,00 (Quinhentos e vinte e um mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 13 – DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR – GERENCIA DE TRANSPORTE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.014 – Manutenção do Departamento de Transporte Escolar – Gerência de Transporte

Elementos de despesa: 69 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0058.00000
0– Aplicações diretas R\$ 400.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 19 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.088 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso

Elementos de despesa: 156 - 3.3.50.00.00.00.00.03.0043.0000
00–Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos
..... R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 26 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0000.00000
0– Aplicações diretas R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 – Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem

Elementos de despesa: 116 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0000.0000
00– Aplicações diretas R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.022 – Manutenção do Departamento de Assistência Social e da Família Gerencias

Elementos de despesa: 72 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0000.00000
0– Aplicações diretasR\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 01 –GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção Do Gabinete Municipal

Elementos de despesa: 03 - 3.3.50.00.00.00.00.01.0000.00000
0– Transferências a Inst. Privadas sem fins
..... R\$ 31.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação do Salário Educação – R\$ 400.000,00; Recursos subtraídos do superávit financeiro do exercício anterior- Recursos de Instituições privadas – R\$ 10.000,00; e Recursos subtraídos do excesso de arrecadação de Recursos próprios – R\$ 111.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.645/16 DE 30/11/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.645/16 de 30/11/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 215.000,00 (Duzentos e quinze mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de despesa: 5 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0115.00000
0– Aplicações diretas R\$215.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.647/16 DE 13/12/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.647/16 de 13/12/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DPTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 – Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem

Elementos de despesa: 158 - 3.3.90.00.00.00.00.03.0044.0000 00– Aplicações diretas R\$9.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do superávit financeiro do exercício anterior –FEP.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 13 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 03/2016

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 03/2016

O Município de Campos Novos, por intermédio do Prefeito Municipal, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 01/2002, da Lei Municipal nº 4.123/2015, e da Lei Municipal nº 4.292/2016 e nos termos do Edital de Contribuição de Melhoria 03/2015, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que foram executadas obras de melhoria pelo Município e será efetuada a cobrança da Contribuição de Melhoria nos seguintes termos:

01. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria foram executadas na Rua Anildo Bleichwel (Trecho entre a Rua Herval D'Oeste até a Rua Projetada "A"); Rua Projetada "A" (Trecho entre a Rua Anildo Bleichwel até a Rua Capinzal); Rua Capinzal (Trecho dentre a Rua Projeta "A" até a Rua Projetada "C").

02. CUSTO DA OBRA:

O custo das obras foi de R\$ 269.028,01 (duzentos e sessenta e nove mil vinte oito reais e um centavo), conforme descrito no Anexo III do Edital de Contribuição de Melhoria 03/2015.

03. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO:

Do custo total da obra orçado em R\$ 269.028,01 (duzentos e

sessenta e nove mil vinte oito reais e um centavo), caberá aos contribuintes beneficiados com a obra, através da Contribuição de Melhoria, o pagamento do valor de R\$ 33.875,70 (trinta e três mil oitocentos e setenta e cinco reais e setenta centavos), que equivale a 12,5919% do custo total da obra, nos termos da Lei nº 4.292/2016.

04. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com os trechos das ruas mencionadas no item 1 que sofreram valorização, conforme plantas de localização constantes do Anexo I do Edital de Contribuição de Melhoria 03/2015.

05. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria é estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor foi obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV do Edital de Contribuição de Melhoria 03/2015) e o segundo após a conclusão das obras (Anexo I).

Tendo ocorrida valorização dos imóveis em valor superior ao custo da obra a ser suportado pelos contribuintes, que se limita a 12,5919% (doze vírgula cinquenta e nove dezenove por cento) do custo total individualizado da obra, o valor a ser pago por cada contribuinte é o que consta da planilha do Anexo II (coluna Custo Individual 12,5919%).

Correrão por conta do Município de Campos Novos as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

06. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

07. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

ANEXO I – LAUDO DE AVALIAÇÃO FINAL DOS IMÓVEIS SITUADOS NA ZONA BENEFICIADA

ANEXO II – PLANILHA DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – CUSTO DA OBRA E VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

08. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal.

Campos Novos, 13 de dezembro de 2016.

Prefeito Municipal

NELSON CRUZ

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 04/2016

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 04/2016

O Município de Campos Novos, por intermédio do Prefeito Municipal, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, Código Tributário Municipal – Lei Complementar

nº 01/2002, da Lei Municipal nº 4.062/2015, e da Lei Municipal nº 4.292/2016 e nos termos do Edital de Contribuição de Melhoria 01/2015, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que foram executadas obras de melhoria pelo Município e será efetuada a cobrança da Contribuição de Melhoria nos seguintes termos:

01. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria foram executadas na Rua Anselmo Nino Granzotto (Trecho da Rua Benjamin Constant até o final da Rua - Centro); Rua São João Batista (Trecho da Rua João Altair Granzotto até a Rua Padre Alfredo Trincheiro - Bairro Santo Antônio); Rua Expedicionário João Batista de Almeida (Trecho da Rua XV de Novembro até a Avenida Caetano Belincanta Netto - Centro); e Rua Benjamin Constant (Trecho da Rua XV de Novembro até a Avenida Caetano Belincanta Netto).

02. CUSTO DA OBRA:

O custo das obras foi de R\$ 482.734,81 (quatrocentos e oitenta e dois mil setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), conforme descrito no Anexo III do Edital de Contribuição de Melhoria 01/2015.

03. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO:

Do custo total da obra orçado em R\$ 482.734,81 (quatrocentos e oitenta e dois mil setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), caberá aos contribuintes beneficiados com a obra, através da Contribuição de Melhoria, o pagamento do valor de R\$ 189.911,40 (cento e oitenta e nove mil novecentos e onze reais e quarenta centavos), que equivale a 39,3408% do custo total da obra, nos termos da Lei nº 4.292/2016.

04. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com os trechos das ruas mencionadas no item 1 que sofreram valorização, conforme plantas de localização constantes do Anexo I do Edital de Contribuição de Melhoria 01/2015.

05. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria é estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor foi obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV do Edital de Contribuição de Melhoria 01/2015) e o segundo após a conclusão das obras (Anexo I).

Tendo ocorrida valorização dos imóveis em valor superior ao custo da obra a ser suportado pelos contribuintes, que se limita a 39,3408% (trinta e nove virgula trinta e quatro oito por cento) do custo total individualizado da obra, o valor a ser pago por cada contribuinte é o que consta da planilha do Anexo II (coluna Custo Individual 39,3408%).

Correrão por conta do Município de Campos Novos as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

06. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

07. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

ANEXO I – LAUDO DE AVALIAÇÃO FINAL DOS IMÓVEIS SITUADOS NA ZONA BENEFICIADA

ANEXO II – PLANILHA DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – CUSTO DA OBRA E VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

08. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal.

Campos Novos, 13 de dezembro de 2016.

Prefeito Municipal

NELSON CRUZ

REPUBLICADO DECRETO Nº. 7.624/16 DE 17/11/2016 AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

REPUBLICADO

DECRETO Nº 7.624/16 DE 17/11/2016

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando o Parecer Técnico do Departamento de Engenharia nos autos do Processo Administrativo nº 2.557/2016;

Considerando as disposições da lei federal nº 6.766/79, lei estadual nº 6.063/82 c/c artigos 55, §2º, 57, III e §4º da Lei Complementar Nº 03 de 28 de maio de 2007- Plano Diretor;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de um terreno urbano com área de 607,70m² (seiscentos e sete metros e setenta décimos quadrados), localizado na Rua H (lote 46 de quadra G), do loteamento Valparaíso, Bairro Ernesto Zortea, no município de Campos Novos, de propriedade de FERNANDO SANGUANINI, portador do RG. 4.329.015, inscrito no CPF sob nº 051.201.339-08, e SIMONE GREGOL SANGUANINI, portadora do RG. 5.411.547, portador do CPF sob o nº 075.882.989-28, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos sob nº 32.709, possuindo as seguintes confrontações:

I - Ao NORTE: em 23,14m com Área de Preservação Permanente mat. nº 20.171 de Solimann & Albertoni Empreendimentos Imobiliários Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.046.200/0001-97; e 7,22m com Anizio Toscan Transcrição nº 1.338 folhas 27 livro 4c;

II - Ao SUL: em 30,37m com Rua H;

III - A LESTE: em 25,00m com o lote 45 mat. nº 32.708 de Solimann & Albertoni Empreendimentos Imobiliários Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.046.200/0001-97;

IV- A OESTE: em 18,20m com Área de Preservação Permanente mat. nº 20.171 de Solimann & Albertoni Empreendimentos Imobiliários Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.046.200/0001-97;

Art. 2º. O desmembramento autorizado por este Decreto dará origem a 2 (duas) unidades imobiliárias, as quais terão as seguintes confrontações e dimensões:

Área do Lote 01 (Lote 46): 300,00m² -

Fernando Sanguanini e Simone Gregol Sanguanini

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: em 5,37m com Área de Preservação Permanente mat. nº 20.171 de Solimann & Albertoni Empreendimentos Imobiliários

Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.046.200/0001-97; e 7,22m com Anizio Toscan Transcrição nº 1.338 folhas 27 livro 4c.

Ao Sul : em 13,10m com Rua H;

A Leste: em 25,00m com o lote 45 mat. nº 32.708 de Solimann & Albertoni empreendimentos Imobiliários Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.046.200/0001-97;

A Oeste: em 20,85m com Área Remanescente.

Área do Lote 02 (Área Remanescente): 307,70m²

Fernando Sanguanini e Simone Gregol Sanguanini

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: em 17,77m com Área de Preservação Permanente mat. nº 20.171 de Solimann & Albertoni Empreendimentos Imobiliários Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.046.200/0001-97;

Ao Sul: em 17,27m com Rua H;

A Leste: em 20,85m com o lote 46;

A Oeste: em 18,20m com Área de Preservação Permanente mat.

nº 20.171 de Solimann & Albertoni Empreendimentos Imobiliários Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.046.200/0001-97.

Art. 3º. Ficam aprovados a Planta Arquitetônica de desmembramento e o Memorial Descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no Art. 2º deste Decreto.

Art. 4º. Ficam os Cartórios de Tabelionato e do Registro de Imóveis, autorizados a promover a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro do imóvel objeto do presente desmembramento.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e republicado o presente Decreto em,
14 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 137/2016

PORTARIA SAMAE CNO 137/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º. INSTAURAR, sindicância para averiguar a ocorrência de incidente com danos materiais no veículo GM/Montana engising furgão, conforme Registro de Perda de Documento ou Objeto nº 00578-2016-0112848, oriundo da Polícia Civil.

Art. 2º. DESIGNAR, os servidores Altamir Boff, Alexandre José Biolchi e Leticia Alves Ribeiro, estes sob a presidência do primeiro, para praticarem todos os atos necessários, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente portaria, elaborar o relatório com parecer conclusivo.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS Nº 258/2016 A Nº 260/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 258/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO contrato Administrativo de Fornecimento de CESTAS BASICAS Nº 70/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MERCADO E AÇOUGUE BETO LTDA EPP. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Fornecimento de Cestas Básicas nº 070/2016 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$ 14.308,12 (quatorze mil trezentos e oito reais e doze centavos). Canelinha (SC), 12 de dezembro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 259/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS Nº 231/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MANOEL SPERANDIO – ME. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Fornecimento de Materiais Elétricos nº 231/2016 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$ 10.069,12 (dez mil e sessenta e nove reais e doze centavos). Canelinha (SC), 12 de dezembro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 260/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS Nº 74/2016. CONTRATADO: MERCADO E AÇOUGUE BETO LTDA EPP. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato de Fornecimento Administrativo de Gêneros Alimentícios nº 074/2016 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$ 15.579,11 (quinze mil quinhentos e setenta e nove reais e onze centavos). Canelinha (SC), 12 de dezembro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL Nº 004/SME/2016

EDITAL Nº 004/SME/2016 - DIVULGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL Nº 004/SME/2016 PROCESSO DE ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA E EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Secretaria Municipal de Educação com sede administrativa na Rua 03 de maio, 142, Centro, Canoinhas, SC, CEP 89.460-000, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Educação, senhor HAMILTON WENDT, no uso de suas atribuições legais, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES do Edital nº 004/SME/2016 - Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho dos Profissionais do Magistério

EDUCAÇÃO INFANTIL

NÚMERO	NOME
1	Ana Claudia Adur
2	Ana Rita Beckert Medeiros
3	Andréa Niedzielski
4	Andressa Bollmann Brey
5	Beatriz Müller Pazda
6	Camyla Knüppel
7	Cristiane Aparecida de Paula Gravi
8	Dioni de Lourdes Koscianski Adur
9	Eliane Maria Screpec
10	Fábia Chagas Antunes de Sousa
11	Gilvane de Lima
12	Gizele Regina Beckert
13	Janete Nunes Steilein
14	Juciane Samara Pazda
15	Letícia Trindade Olescowicz
16	Marcelane Munhoz
17	Maria Beatriz Tremel Camargo da Cruz
18	Maria Lucília Kohler
19	Maristela Cordeiro Rodrigues
20	Nádia Kutas de Paula
21	Nilcéia Cristina Trisnoski Todt
22	Rosimari Aparecida dos Santos Godoy
23	Silmara Graciliano de Araujo
24	Sônia Aparecida Quadros Wagner
25	Vânia Valquiria Rodrigues Fidêncio da Costa

ANOS INICIAIS

NÚMERO	NOME
1	Alcione Aparecida Artner
2	Ana Leoni Riske Marcos
3	Elóida Porta Pereira
4	Gisele Aparecida Bornatte Prust
5	Karina Helena Ferreira Jacobowsky
6	Lucimara Salomon Machado Massaneiro
7	Marciane Aparecida Kanzler Padilha Komochena
8	Marilda Aparecida Dranka
9	Natalia Herbst da Silva

10	Rosane Tomcyk
11	Rosilene dos Santos Collodel
12	Sandra Regina Brocardo
13	Vanessa Giseli Tremi

LÍNGUA PORTUGUESA

NÚMERO	NOME
1	Angela Maria Leão Jurkiv
2	Arlete Soares
3	Danival de Oliveira
4	Iara Lúcia Artner Leandro Leite
5	Saete Palhano de Andrade
6	Samuel Antonio Ribeiro de Lima

LÍNGUA INGLESA

NÚMERO	NOME
1	Arlete Soares
2	Saete Palhano de Andrade

GEOGRAFIA

NÚMERO	NOME
1	Caciane Henning
2	Simone Calixto Léria Safim
3	Veralice Munhoz Ribeiro de Lima

HISTÓRIA

NÚMERO	NOME
1	Adiceli Rodrigues de Paula Peplow
2	Alceu Goestemeier
3	Ana Helena Dobrychtp Stein
4	Elisabete Gude Reck
5	Mário Kriczinski

ARTE

NÚMERO	NOME
1	Edite Sobczack da Silva
2	Elisa Loch Vieira de Oliveira
3	Margareth Coernélia Golanowski
4	Maria Marli Marko
5	Silvia Eliana Leie Scholz

MATEMÁTICA

NÚMERO	NOME
1	Carla Adriana Gan Stafin
2	Cecília Aparecida da Silva Ludka
3	Joelma Zielinski
4	Mauro Edson Jungles

CIÊNCIAS

NÚMERO	NOME
--------	------

1	Denise Bazzanella
2	Petronila Gurzynski Oliskowski

EDUCAÇÃO FÍSICA

NÚMERO	NOME
1	Ana Claudia Staskoviam de Barros
2	Carla Regina Figura
3	Edna Almerinda Busko
4	Eduardo Carvalho do Prado
5	Francielli Straube
6	Isabele Luana Neiser dos Santos
7	Isabelle Cristina Neumann Ribeiro
8	Josiane Carolina da Silva
9	Marcia Raquel Schroeder

ADMINISTRADORA ESCOLAR

NÚMERO	NOME
1	Luciane Aparecida Darmorus Zucco
2	Joceli Carvalho Maoski Lopes Vieira
3	Olivia Todt

ORIENTADOR EDUCACIONAL

NÚMERO	NOME
1	Cibele Neudorf Batista
2	Cláudia Mara Pangratz Gondim Togami
3	Dilcea Aparecida Bonete
4	Franciane Brautl Novak
5	Giovana Elizabete Bona Sartor
6	Jucélia Muller Ribeiro Moreira
7	Regiane Andréa Suckow
8	Tânia Regina Wendt

PEDAGOGO

NÚMERO	NOME
1	Izane Maria Pereira
2	Sueli Maria Kanzler Kwiecien
3	Tania Maria Woichikosky

Canoinhas/SC, 09 de dezembro de 2016.

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº
FMS 33/2016 (ELETRÔNICO)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/16

HOMOLOGAÇÃO: 14/12/16

CONTRATADO: JR EHLKE E CIA LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.860,00 (quatro mil oitocentos e sessenta reais)

DATA: 14/12/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMS 33/2016 (ELETRÔNICO)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 42/2016		Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		Total dos Itens Vencedores: 4.860,00				
Licitação.....: 33/2016 - PE								
Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411047960 - TUBO DE COLETA A VÁCUO COM ANTI-COAGULANTE EDTA (TAMPA ROXA - Unidade: CXA								
12334	JR EHLKE E CIA LTDA	GREINER - BRASIL	30,000	0,0000	58,0000	1.740,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2 - 411047961 - TUBO DE COLETA DE SANGUE A VÁCUO COM GEL SEPARADOR E ATIVADO - Unidade: CXA								
12334	JR EHLKE E CIA LTDA	GREINER - BRASIL	40,000	0,0000	78,0000	3.120,00	Venceu	1 *****
Item.....: 3 - 411047962 - AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 7 A VÁCUO. - Unidade: CXA								
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Cancelado	0
Item.....: 4 - 411047963 - REAGENTE PARA TIPAGEM ANTI D. - Unidade: KIT								
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		0,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 42/2016

Licitação.....: 33/2016 - PE

Modalidade...: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.860,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5	- 411047964	- REAGENTE PARA TIPAGEM ANTI A.	- Unidade: KIT					
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		0,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK - - SUPLENTE

MARCIANO FERNANDES CORREA - - EQUIPE DE APOIO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC

JOSE CARLOS HERBST - - CRC/SC 031639/O-0

CÂMARA MUNICIPAL**REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2016**

CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.528.620/0001-25, sito à Rua 03 de Maio, 150, centro, no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados, por motivo de interesse público, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8.666/93, a REVOGAÇÃO DA ABERTURA da Licitação Concorrência 01/2016, visando a Contratação de empresa para EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, A SER EDIFICADA EM TERRENO SITUADO NA RUA ALMEIDA CARDOSO, S/Nº, CENTRO, NA CIDADE DE CANOINHAS/SC, COM DEMOLIÇÃO DOS BARRACÕES QUE HOJE OCUPAM O TERRENO, DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS ENTULHOS E RESÍDUOS DA DEMOLIÇÃO, E FORNECIMENTO DA MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEFINIDOS, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES DISPONÍVEIS, COM ÁREA TOTAL DE 1.733,80M².

Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão de Licitação, pelo e-mail licitação.cmvc@gmail.com.

Célio Galeski

Presidente

Canoinhas, 14 de dezembro de 2016

Capinzal

PREFEITURA

ERRATA TA 001.2016 AO CONTRATO 164

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 2143, página 245, do dia 13/12/2016, no Extrato de Termo Aditivo 001/2016 ao Contrato 0164;

Onde se lê:

Aditivo Nº....: TA 0012/2016 C164 – Contrato nº 0164/2016

Leia-se:

Aditivo Nº ...: TA 001/2016 C164 – Contrato nº 0164/2016

ERRATA TA 002.2016 AO CONTRATO 183

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 2141, página 271, do dia 09/12/2016, no Extrato de Termo Aditivo 002/2016 ao Contrato 0183;

Onde se lê:

Processo Licitatório nº 0114/2016, e

Concorrência para obras e Serv. De Engenharia nº 005/2016;

Leia-se:

Processo Licitatório nº 100/2013, e,

Concorrência para Obras e Serv. De Engenharia nº 002/2013.

ERRATA TA 003.2016 AO CONTRATO 228

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 2141, página 271, do dia 09/12/2016, no Extrato de Termo Aditivo 003/2016 ao Contrato 0228;

Onde se lê:

Processo Licitatório nº 0114/2016, e

Leia-se:

Processo Licitatório nº 0114/2015.

ERRATA TA 005.2016 AO CONTRATO 217

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 2141, página 271, do dia 09/12/2016, no Extrato de Termo Aditivo 005/2016 ao Contrato 0217;

Onde se lê:

Aditivo Nº....: TA 005/2016 C217 – Contrato nº 0217/2016

Processo Licitatório nº 0114/2016, e

Concorrência para obras e Serv. De Engenharia nº 005/2015;

Leia-se:

Aditivo Nº ...: TA 005/2016 C217 – Contrato nº 0217/2015

Processo Licitatório nº 0113/2015, e,

Concorrência para Obras e Serv. De Engenharia nº 006/2015.

PORTARIA 1011/2016

PORTARIA Nº 1011, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 422/2016, Samanta Antunes da Costa, matrícula nº 333166/05, ocupante do cargo de Professor de Música, nível 232, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 09 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 09 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1012/2016

PORTARIA Nº 1012, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 267/2016, Tatiane Simone Antunes Gonçalves Viganó, matrícula nº 325244/11, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 09 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 09 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1013/2016

PORTARIA Nº 1013, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016

Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Cleusa de Lourdes Bernardi Genaro, matrícula nº 327425/10, ocupante do cargo de Professor nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 09 a 14 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 09 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 09 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1014/2016

PORTARIA Nº 1014, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 248/2016, Rafael Thomaz de Vargas, matrícula nº 399647/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 09 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 09 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1015/2016

PORTARIA Nº 1015, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 224/2016, Viviane Carminatti, matrícula nº 407447/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 09 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 09 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1016/2016

PORTARIA Nº 1016, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3034/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Nercy Rodrigues da Silva, matrícula nº 316539/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 09 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1017/2016

PORTARIA Nº 1017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3225/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Andressa July Mantovani, matrícula nº 162590/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência E.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1018/2016

PORTARIA Nº 1018, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 651/2016, que readaptou a servidora Sirley Moschen, matrícula nº 319406/01 no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de outubro de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipa

Registrada e publicada.

PORTARIA 1021/2016

PORTARIA Nº 1021, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Maria Mariline de Mattos, matrícula nº 331600/07, ocupante do cargo de Professor Nível 1,

classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de outubro a 14 de dezembro de 2016, para realizar eventuais substituições.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1022/2016

PORTARIA Nº 1022, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Edineia Maria Crivelatti Coelli matrícula nº 331600/07, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante um (01) dia no mês de outubro de 2016, para realizar eventuais substituições.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1023/2016

PORTARIA Nº 1023, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Marcia Terezinha Hanel Toscan, matrícula nº 331392/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, a contar de outubro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1024/2016

PORTARIA Nº 1024, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Patricia Massarolo, matrícula nº 407453/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de dez (10) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 01 de outubro a 14 de dezembro de 2016, para substituir Jussara Biazotto, que está em Licença Maternidade.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1025/2016

PORTARIA Nº 1025, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Cleuza de Lurdes Bernardi Genaro, matrícula nº 327425/10, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 17 de outubro a 14 de dezembro de 2016, para substituir Sandra Paula Bedendo, que está em auxílio doença.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1026/2016

PORTARIA Nº 1026, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Silvana Maristela Moreira Vetorazi, matrícula nº 325236/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante quatorze (14) dias no mês de outubro de 2016, para realizar eventuais substituições.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1027/2016

PORTARIA Nº 1027, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Sabrina Garcia Susin Ferrari, matrícula nº 410138/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante três (03) dias no mês de outubro de 2016, para realizar eventuais substituições.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1028/2016

PORTARIA Nº 1028, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Christiane Ramos, matrícula

nº 398942/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante um (01) dias no mês de outubro de 2016, para realizar eventuais substituições.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1029/2016

PORTARIA Nº 1023, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Lucineia Breda de Siqueira, matrícula nº 407465/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, a contar de outubro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1030/2016

PORTARIA Nº 1030, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 913/2016 que exonerou o servidor Candido Antunes Basilio, matrícula nº 410076/02.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1031/2016

PORTARIA Nº 1031, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera o disposto na portaria 985/2016, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Alterar a portaria nº 985/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

"PORTARIA Nº 985, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Avelino Lourenço De Barba, matrícula nº 407492/01, ocupante do cargo de Diretor de Engenharia e Obras Públicas, nível CC – 3, conforme anexo IV – G da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de novembro de 2016."

Capinzal - SC, em 12 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1032/2016

PORTARIA Nº 1032, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Concede licença por motivo de casamento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na alínea "a", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme Certidão de Casamento Matrícula nº 104935 01 55 2016 2 00023 077 0004437 43, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de seu casamento, pelo período de 12 a 19 de dezembro de 2016, à servidora Rosilene de Souza Haus, matrícula nº 318345/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência E, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1033/2016

PORTARIA Nº 1033, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera nome de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Averbação da Certidão de Casamento, Matrícula nº 104935 01 55 2016 2 00023 077 0004437 43, do Registro Civil das Pessoas Naturais, resolve:

Art. 1º Alterar o nome da servidora Rosilene de Souza Haus, matrícula nº 318345/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Professor Nível 1, classe 7, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º A servidora passa a assinar Rosilene Haus Pauly.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 12 de dezembro de 2016

Capinzal – SC, em 12 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1034/2016

PORTARIA Nº 1034, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato, pelo período de 01 de novembro a 31 de dezembro de 2016, do servidor Candido Antunes Basilio, matrícula nº 410076/02.

Art. 2º O servidor exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1035/2016

PORTARIA Nº 1035, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 710/2016, Adaiana Fabiana Pinto, matrícula nº 410092/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1036/2016

PORTARIA Nº 1036, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 772/2016, Adeniziana Daros, matrícula nº 410141/01, ocupante do cargo de Professor nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1037/2016

PORTARIA Nº 1037, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Adriana Aparecida Telles Lopes Duarte, matrícula nº 410053/02, até que se encerre a Licença Maternidade.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1038/2016

PORTARIA Nº 1038, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 202/2016, Alexsandro Giacometti, matrícula nº 407468/03, ocupante do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1039/2016

PORTARIA Nº 1039, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 260/2016, Aline Aparecida Faé Inocenti, matrícula nº 410039/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1040/2016

PORTARIA Nº 1040, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 328/2016, Ana Paula Bressan, matrícula nº 410129/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1041/2016

PORTARIA Nº 1041, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 309/2016, Ana Paula Vieira, matrícula nº 410060/02, ocupante do cargo de

Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1042/2016

PORTARIA Nº 1042, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 228/2016, Andreia Aparecida da Rosa Dalamaria, matrícula nº 321605/12, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1043/2016

PORTARIA Nº 1043, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 543/2016, Andressa Almeida, matrícula nº 410023/03, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1044/2016

PORTARIA Nº 1044, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 242/2016, Angelica Kunrath, matrícula nº 326755/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1046/2016

PORTARIA Nº 1046, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 311/2016, Arlete Terezinha Gralha, matrícula nº 606614/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1047/2016

PORTARIA Nº 1047, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 246/2016, Bianca Alice Spironelo, matrícula nº 407462/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1048/2016

PORTARIA Nº 1048, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 295/2016, Celito Pereira, matrícula nº 407459/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1049/2016

PORTARIA Nº 1049, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 443/2016, Claudia Mara Dall'Orsoletta Lovatel, matrícula nº 410135/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1050/2016

PORTARIA Nº 1050, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 255/2016, Claudionor de Abreu, matrícula nº 357352/03, ocupante do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1052/2016

PORTARIA Nº 1052, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 241/2016, Cleyton Luis Gerônimo, matrícula nº 180440/12, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1053/2016

PORTARIA Nº 1053, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 412/2016, Cristiane Salete da Silva Mota Müller, matrícula nº 327530/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1054/2016

PORTARIA Nº 1054, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 213/2016, Daiane Kely Machado, matrícula nº 399841/03, ocupante do cargo

de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

TERMO ADITIVO 001.2016 AO CONTRATO 10

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO CON- TRATUAL	
Aditivo Nº : TA 001/2016 C10 - Contrato Nº: 0010/2016 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL Contratada...: S & S SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA Valor : 14.670,00 (QUATORZE MIL, SEISCENTOS E SETENTA REAIS) Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Processo Licitatório Nº 004/2016 Pregão Presencial Nº 0003/2016 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a supressão da quantidade de horas contratadas em até 25%, de acordo com o artigo 65 da Lei 8666/93, suprimindo o valor do contrato original em R\$ 14.670,00 (quatorze mil seiscientos e setenta reais) em conformidade com a solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer técnico e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 13 de dezembro de 2016	

TERMO ADITIVO 002.2016 AO CONTRATO 189

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CON- TRATUAL	
Aditivo Nº : TA 002/2016 C0189 - Contrato Nº0189/2013 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: GEOBOFF TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA - ME Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 31/12/2016 Término: 31/12/2017 Licitação : Processo Licitatório Nº 0110/2013 Convite para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0006/2013 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2017, conforme solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer técnico e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 13 de dezembro de 2016	

TERMO ADITIVO 004.2016 AO CONTRATO 183

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CON- TRATUAL	
Aditivo Nº : TA 004/2016 C183 - Contrato Nº: 0183/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: ITACON ENGENHARIA E OBRAS LTDA - EPP Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 15/12/2016 Término: 30/04/2017 Licitação : Processo Licitatório 0029/2015 Modalidade...: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia 0002/2015 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 30/04/2017, conforme solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer técnico e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 14 de dezembro de 2016	

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.213 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.213/16 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

“AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO SALÁRIO EDUCAÇÃO, OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FPM, NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.520/15 de 08 de Dezembro de 2015, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 54.108,28 (Cinquenta e quatro mil, cento e oito reais e vinte oito centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
UNID. ORÇ.	0301	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Contribuições a Entidades e Associações		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3350) Rec. Próprios	R\$	9.800,00
ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Transporte escolar do Ensino Fundamental		
	136	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Salário Educação	R\$	10.485,72
	162	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Governo Estado	R\$	13.222,56
UNID. ORÇ.	0405	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		
	392	DIFUSÃO CULTURAL		
		Manutenção das Atividades Culturais e Artísticas		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Próprios	R\$	15.000,00
ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Transferências a Entidades Assistenciais		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3350) Rec. Próprios	R\$	4.000,00
		Estudo Sócio Econômico e Auxílio a Cesta Básica		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Próprios	R\$	1.600,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de CONVÊNIOS, OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e FPM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 30 de novembro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 30/11/2016.

DECRETO Nº 2.216 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.216/2016 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO DE RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO E RECURSOS PRÓPRIOS, APURADO EM 2015 NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.520/15 de 08 de Dezembro de 2015, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 88.500,00 (Oitenta e oito mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Manutenção do ensino fundamental		
	136	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Salário Educação	R\$	50.000,00

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA		
UNID. ORÇ.	0601	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA		
	782	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS		
		Manutenção dos Serviços Urbanos		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Próprios	R\$	30.000,00

UNID. ORÇ.	0605	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		
	606	EXTENSÃO RURAL		
		TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3350) Rec. Próprios	R\$	8.500,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Recursos Próprios e de Convênios do Salário Educação, resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 06 de dezembro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 06/12/2016

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 62/2016 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 62/2016 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ARQUIVA O PROCESSO DE INQUÉRITO ABERTO PELA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 031/2016 de 19 DE JULHO DE 2016 ”.

A Comissão Temporária de Inquérito criada pela Resolução nº 031/2016 do Poder Legislativo do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, através de seu presidente Marcio Jucélio De Lucca no uso das atribuições:

CONSIDERANDO que a Resolução foi aprovada na data de 19 de julho de 2016 sob o de Nº 031/2016, com prazo de validade de 90 dias;

CONSIDERANDO a prorrogação do prazo conforme artigo 71§ 6º do Regimento Interno para mais 45 dias a partir do dia 24/10/2016;

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0000378-79.2016.8.24.0218 encontra-se em fase de instrução;

CONSIDERANDO o parecer da assessoria jurídica;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo instituído na Resolução no dia 19 de outubro de 2016 e da prorrogação aprovada em 24/10/2016;

CONSIDERANDO que foi definido em reunião, conforme ata registrada em livro próprio, por encerrar o procedimento iniciado na forma em que se encontra;

RESOLVE:

Art. 1º. Arquivar o Processo de Inquérito aberto pela Comissão Temporária de Inquérito que tinha por objeto apurar Eventuais Irregularidades no Processo Licitatório nº 73/2014 concorrência 2/2014, através da Resolução nº 031/2016 de 19 de julho de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, 13 de dezembro de 2016.

Marcio Jucélio De Lucca

Presidente

Leucir Luiz Parisotto

Vice Presidente

Odair José Gabrielli

Membro

Ademir Spassini

Membro

Celso Ramos

PREFEITURA

ADITIVO PROCESSO 01/2016 FMS

MINUTA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO DO OBJETO DO CONTRATO DE Nº 16/2016

PROCESSO: 01/2016

TOMADA DE PREÇOS: 01/2016

ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE DOS GRUPOS A/E, DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, PARA A QUANTIDADE DE ATÉ 400 LITROS/MÊS, EXCEDENTE SERÁ COBRADO: GRUPO A/E: R\$4,50 (QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS POR QUILO), GRUPO B (QUÍMICOS) R\$ 4,50 (QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS POR QUILO), DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO PRESENTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – Este aditivo é objeto do processo licitatório na modalidade Tomada de Preço n. 01/2016 e será regido especialmente nos casos omissos, pelas normas da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica prorrogado pelo prazo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, conforme previsto no Contrato celebrado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – O valor passa a ser de R\$ 2.058,49 mensal (para quantidade do grupo A/E até 65 kg mês)

CLÁUSULA QUINTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 14 de dezembro de 2016
Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Contratante

Servioeste Soluções Ambientais
Contratada

Ciente da Adesão de Contrato:

.....
ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

.....
ELCIO JUNIOR PELOZATO

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

ADITIVO PROCESSO 07/2014

MINUTA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO DO OBJETO DO CONTRATO DE Nº 07/2014

CONTRATO PRINCIPAL: 21/2014

PROCESSO: 07/2014

ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA RECICLETAR UNIVERSO AMBIENTAL LTDA ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato de execução de serviços para coletar, transportar e dar destinação final aos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e urbanos do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – Este aditivo é objeto do processo licitatório na modalidade Tomada de Preço n. 01/2014 e será regido especialmente nos casos omissos, pelas normas da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica prorrogado pelo prazo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, conforme previsto no Contrato celebrado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 14 de dezembro de 2016.
Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Contratante

Recicletar Universo Ambiental
Contratada

Ciente da Adesão de Contrato:

.....
ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

.....
ELCIO JUNIOR PELOZATO

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

ADITIVO PROCESSO 14/2014

MINUTA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO E VALOR DO OBJETO DO CONTRATO DE Nº 027/2014

CONTRATO: 36/2014

PROCESSO: 14/2014

ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA AJA ASSESSORIA E PROJETOS LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente aditivo de quantitativo e valor tem por objeto a contratação de pessoa jurídica habilitada para

prestar serviços de assessoria, fiscalização e acompanhamento de projetos e obras firmadas através de convênios federais e estaduais, cadastramento e acompanhamento de propostas no governo federal, siconv, simec, sigob, cisama e fundam, envolvendo serviços na área de engenharia civil, serviços de elaboração de projetos arquitetônicos, projeto estrutural, projeto elétrico baixa tensão, projeto hidráulico e projeto sanitário, projetos preventivos de incêndio conforme normas e lei estadual de prevenção contra incêndios e maquetes eletrônicas em visualização 3d, projeto de pavimentações conforme normas abnt, para o município de Celso Ramos pelo período de 06 meses (Válido: 30/06/2017)

CLÁUSULA SEGUNDA – Este aditivo é objeto do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 10/2014 e será regido especialmente nos casos omissos, pelas normas da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela prestação do serviço objeto deste termo aditivo, correspondente aos meses de janeiro de 2017 a junho de 2017, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia mensal de R\$ 4.580,00 (quatro mil quinhentos e oitenta reais), totalizando a quantia de R\$ 27.480,00 (vinte e sete mil quatrocentos e oitenta reais).

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 13 de dezembro de 2016.
Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Contratante

Aja Assessoria e Projetos
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO PROCESSO 41/2015

MINUTA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO E VALOR DO OBJETO DO CONTRATO DE Nº 82/2015

PROCESSO: 41/2016
CONTRATO: 82/2015

ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA HIPERLIG INFORMÁTICA ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente aditivo de quantitativo e valor têm por objeto a contratação de serviços de provedor de internet, banda larga 24 horas por dia, com 1 (um) link de internet dedicado velocidade de 20 mb full duplex, com garantia de 100% de banda com respectivo suporte de assistência e manutenção.

CLÁUSULA SEGUNDA – Este aditivo é objeto do Processo Licitatório 41/2015 –Tomada de Preço n. 05/2015 e será regido especialmente nos casos omissos, pelas normas da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela prestação do serviço objeto deste aditivo, correspondente aos meses de janeiro e fevereiro de 2017, a

CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia de 8.380,00 em 2 (duas) parcelas de R\$ 4.190,00 (quatro mil cento e noventa reais), mediante requisição a ser emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, com a correspondente emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 14 de dezembro de 2016.
Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Contratante

Hiperlig Informática ME
Contratada

Ciente da Adesão de Contrato:

.....
ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

.....
ELCIO JUNIOR PELOZATO

TESTEMUNHAS:

1. _____
JOAO GUILHERME BISCARO

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. Nº 82/2015
Objeto: contratação de serviços de provedor de internet, banda larga 24 horas por dia, com 1 (um) link de internet dedicado velocidade de 20 mb full duplex, com garantia de 100% de banda com respectivo suporte de assistência e manutenção. Contratada: Hiperlig Informática ME. Aditado de janeiro a dezembro de 2016. Valor do aditivo R\$ 33.520,00 (trinta e três mil quinhentos e vinte reais), em 12 (doze) parcelas de R\$ 2.793,33 (dois mil setecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos). Ines Terezinha Pegoraro Schons, Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto 2015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N° 115/2016

"HOMOLOGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO, DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO N°02/2014, DA PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO- SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando de sua competência que lhe confere o art. 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art.17 e seguintes da Lei Complementar n° 007 de 23.12.99, arts. 36 e 37 da Lei Complementar n°008 de 23.12.99 e Decreto Municipal n° 050/2009 que Regulamenta os Processos de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório dos Servidores do Município de Chapadão do Lageado.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado e torna público o resultado da 3º Avaliação do Estágio Probatório, dos servidores nomeados em decorrência do Concurso Público n° 02/2014, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na forma em que foi apresentada, constante no relatório da Comissão de Avaliação, nomeada pela portaria n° 200/2014 de 12.05.14, e alterada pelas Portarias 364/2014 e 204/2015 para este fim.

Art. 2º Este Decreto entra em Vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

CHAPADÃO DO LAGEADO

RELAÇÃO DA 3º AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

CONCURSO N° 02/2014

NOME	CARGO	DATA DA POSSE	CONCEITO OBTIDO
Alessandro de Souza	Operador de Equipamentos	26/01/2015	Excelente
Allan Junior Ferreira	Operário	02/02/2015	Muito Bom
Arlindo de Liz Padilha	Operário	02/02/2015	Muito Bom
Diego Fernando Chiquio	Fiscal de Obras	02/02/2015	Muito Bom
Dirce de Souza	Atend. de C. Dentário do PSF	02/02/2015	Muito Bom
DjohnLenonKlettenberg	Operário	14/04/2015	Muito Bom
Edesio Valdomiro Chiquio	Operador de Equipamentos	02/01/2015	Excelente
Elisangela Sebold Maciel	Professora Anos Iniciais	26/01/2015	Excelente
EloiMomm	Operário	02/02/2015	Muito Bom
Franciele de Barros	Agente de Serviços Gerais	18/02/2015	Muito Bom
Giovani Anacleto	Técnico de Informática	18/12/2014	Muito Bom
Jair Correia	Operador de Equipamentos	25/03/2015	Excelente
Josiani Machado de Pinho	Professora Anos Iniciais	02/02/2015	Muito Bom
Julie Mara de Oliveira	Professora Artes	02/02/2015	Muito Bom
Luan Filipe Freitas	Operário	02/02/2015	Muito Bom
MaiaraKlettenberg	Enfermeira	19/05/2015	Muito Bom
Marcia Maciel	Agente de Serviços Gerais	02/02/2015	Muito Bom
Rosildo Jose Pereira	Operador de Equipamentos	02/02/2015	Muito Bom
Rosimar Sebold	Agente de Serviços Gerais	09/02/2015	Muito Bom
Valdirene MohrMarquez	Professora Anos Iniciais	09/02/2015	Muito Bom

Chapecó

PREFEITURA

ATO 006/SEC/EDU/002/2016



Estado de Santa Catarina

Município de CHAPECÓ**Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****ATO 006/SEC/EDU/002/2016****DIVULGA O ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS
DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016**

JOÃO MARIA MARQUES ROSA, Prefeito Municipal em exercício de **CHAPECÓ/SC**, através da Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam **CONVOCADOS** e **ENSALADOS** os candidatos listados no **anexo I** deste ato, para comparecerem na **Prova Escrita do dia 18 de dezembro de 2016** de acordo com o bloco, andar e sala de prova.

2. Confirmação de local e horários:

2.1. Local:

UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Chapecó
Av Nereu Ramos, 3777 D - Seminário,
Chapecó - SC, 89813-000 – BLOCOS A – S
(ensalados conforme anexo I)

2.2. Os horários de prova no período **VESPERTINO** ficam assim definidos:

EVENTO	HORÁRIO
1. Abertura dos blocos de acesso aos locais de prova	13h15 min
2. Fechamento dos portões de acesso aos blocos (vedado o acesso a partir deste horário)	13h50 min
3. Abertura dos envelopes e distribuição das provas.	13h52 min
4. Início da resolução da prova.	14h
5. Final do prazo mínimo para retirar-se do local de prova.	15h
6. Final da prova.	18h

Chapecó, 15 de dezembro de 2016

JOÃO MARIA MARQUES ROSA
Prefeito Municipal em exercício



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
 Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO I – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS POR BLOCO, ANDAR E SALA - ENSALAMENTO

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Cargo	Endereço prova	Andar	Início prova	Sala prova
1	495923	03/03/1995	Abraao Paiva Areas Costa	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
2	494824	10/12/1964	Acelino Scariot	História	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
3	482077	30/12/1959	Adaci Maria Guerezzi Gonçalves	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
4	498328	23/06/1989	Adair Renan Soares De Oliveira	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
5	509340	23/06/1989	Adair Renan Soares De Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
6	475885	08/09/1986	Adan Geovani De Almeida Campos	Geografia	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
7	480388	26/04/1967	Adaunir Ferreira Da Cunha Carvalho	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
8	509341	26/04/1967	Adaunir Ferreira Da Cunha Carvalho	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
9	501596	10/05/1962	Ademir Andrighi	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
10	486973	22/08/1981	Adiana Lucia Ferreira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
11	509342	22/08/1981	Adiana Lucia Ferreira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
12	478743	13/11/1981	Adilson Veronezi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
13	509343	13/11/1981	Adilson Veronezi	Geografia	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
14	473369	18/04/1974	Adinar Ranzolin Bampi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
15	509344	18/04/1974	Adinar Ranzolin Bampi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
16	486848	10/08/1982	Adriana De Assis Borges Dos Santos Mueller	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
17	509345	10/08/1982	Adriana De Assis Borges Dos Santos Mueller	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
18	471943	11/09/1980	Adriana Fiori Peretto	História	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
19	483669	01/03/1976	Adriana Rostirola	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
20	509346	01/03/1976	Adriana Rostirola	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
21	471153	30/12/1992	Adriana Aparecida Cheski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
22	509347	30/12/1992	Adriana Aparecida Cheski	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
23	481527	29/06/1980	Adriana Aparecida Dos Santos Zanini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
24	509348	29/06/1980	Adriana Aparecida Dos Santos Zanini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
25	470572	29/05/1974	Adriana Aparecida Hammes Hammes	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
26	483077	18/07/1973	Adriana Bianchessi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
27	509349	18/07/1973	Adriana Bianchessi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
28	472054	27/03/1980	Adriana Candido De Jesus	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
29	509350	27/03/1980	Adriana Candido De Jesus	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
30	495576	06/08/1983	Adriana Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
31	496518	24/02/1981	Adriana Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
32	509352	24/02/1981	Adriana Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
33	509351	06/08/1983	Adriana Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
34	498646	02/05/1988	Adriana Damin	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

35	482095	10/01/1984	Adriana Do Nascimento Meurer	Libras	Educação Especial/Intérprete de	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
36	509353	10/01/1984	Adriana Do Nascimento Meurer	Educação Especial/Segundo Professor		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
37	473434	02/07/1981	Adriana Duarte Fagundes Colpani	Educação Infantil		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
38	470453	05/11/1971	Adriana Erdmann Neufelt	Educação Física		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
39	490953	29/10/1974	Adriana Ferronato	1ª a 5ª Série e EJA		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
40	509354	29/10/1974	Adriana Ferronato	Educação Infantil		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
41	477982	12/11/1975	Adriana Goncalves Devilla	Ciências		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
42	484294	17/07/1969	Adriana Juliana Wassmuth	Professor com 2º Grau AC (música)		Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
43	498118	10/11/1980	Adriana Loureiro Rodrigues	Língua Portuguesa		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
44	474237	08/12/1985	Adriana Lurdes Machado	Educação Especial/Segundo Professor		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
45	509355	08/12/1985	Adriana Lurdes Machado	Educação Infantil		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
46	481455	04/05/1985	Adriana Maciel Salvan	1ª a 5ª Série e EJA		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
47	509356	04/05/1985	Adriana Maciel Salvan	Matemática		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
48	488024	13/07/1974	Adriana Marinello	Educação Especial/Segundo Professor		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
49	488253	22/03/1987	Adriana Mathews	Educação Especial/Segundo Professor		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
50	509357	22/03/1987	Adriana Mathews	Geografia		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
51	481349	01/06/1972	Adriana Moraes Mota Pires	1ª a 5ª Série e EJA		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
52	477521	31/03/1985	Adriana Rodrigues Borges	Educação Especial/Segundo Professor		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
53	509358	31/03/1985	Adriana Rodrigues Borges	Educação Infantil		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
54	472708	10/02/1985	Adriana Romani	1ª a 5ª Série e EJA		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
55	509359	10/02/1985	Adriana Romani	Educação Infantil		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
56	474785	07/05/1973	Adriana Rosa	1ª a 5ª Série e EJA		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
57	509360	07/05/1973	Adriana Rosa	Educação Especial/Segundo Professor		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
58	487593	18/02/1986	Adriana Thomas Frezza	1ª a 5ª Série e EJA		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
59	509361	18/02/1986	Adriana Thomas Frezza	Educação Especial/Segundo Professor		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
60	472850	22/03/1983	Adriana Valentini	1ª a 5ª Série e EJA		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
61	480178	11/03/1980	Adriane Debiasi	Educação Física		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
62	488409	18/04/1973	Adriane Jahnke	1ª a 5ª Série e EJA		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
63	509362	18/04/1973	Adriane Jahnke	Educação Especial/Segundo Professor		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
64	470744	19/09/1979	Adriane Lucia Theobald Alfien	1ª a 5ª Série e EJA		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
65	509363	19/09/1979	Adriane Lucia Theobald Alfien	Educação Infantil		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
66	478594	09/11/1991	Adriane Rech	1ª a 5ª Série e EJA		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
67	509364	09/11/1991	Adriane Rech	Educação Infantil		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
68	477390	29/05/1976	Adriani Gallazzi	História		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
69	493088	20/05/1973	Adriano Pacheco	Educação Física		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
70	473680	06/03/1990	Adriano Santos Michelin	Artes		Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

71	509365	06/03/1990	Adriano Santos Michelson	Professor de Música com Licenciatura Plena e Bacharelado	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
72	479037	10/08/1989	Adrieli Bentz Pereira	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
73	491526	07/01/1994	Adrieli Schmitz	História	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
74	471249	15/10/1993	Adrielly Franca De Almeida	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
75	509366	15/10/1993	Adrielly Franca De Almeida	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
76	477983	30/06/1994	Adrielly Scherer	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
77	472265	28/06/1974	Agnes Karine Silvani	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
78	509367	28/06/1974	Agnes Karine Silvani	Ciências	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
79	472956	20/02/1976	Aguinaldo Da Rosa	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
80	509368	20/02/1976	Aguinaldo Da Rosa	História	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
81	492126	25/09/1991	Ahlana Bia Naue Petri Pereira	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
82	499002	27/01/1987	Aiane Dal Piva Rusch	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
83	474941	04/06/1984	Ailton Da Silva	Educação Especial/Intérprete de Libras	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
84	509369	04/06/1984	Ailton Da Silva	História	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
85	478606	27/05/1966	Airides Brutscher	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
86	509370	27/05/1966	Airides Brutscher	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
87	478216	21/06/1988	Alan Diego Dos Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
88	509371	21/06/1988	Alan Diego Dos Santos	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
89	492356	01/04/1991	Alanza Mara Zanini	Ciências	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
90	478365	22/10/1984	Alcione Federle	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
91	479466	30/08/1976	Alcione Terezinha Cassol Roduy	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
92	509372	30/08/1976	Alcione Terezinha Cassol Roduy	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
93	476930	30/03/1962	Alcira Perin	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
94	509373	30/03/1962	Alcira Perin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
95	469859	05/07/1980	Aldriana Muniz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
96	478214	26/05/1985	Aleandra Possa Carpenedo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
97	509374	26/05/1985	Aleandra Possa Carpenedo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
98	472962	11/10/1978	Alessandra Sanguitani Back	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
99	509375	11/10/1978	Alessandra Sanguitani Back	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
100	491458	26/08/1980	Alessandra Moreira De Souza	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
101	469850	31/05/1977	Alessandra De Carli Tedesco Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
102	509376	31/05/1977	Alessandra De Carli Tedesco Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
103	471484	31/08/1980	Alessandra Kolling	Ciências	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
104	490971	06/07/1990	Alessandra Paludo Rosa	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
105	493150	30/10/1989	Alessandra A. Todeschini Zonta	Educação Especial/Atendimento	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

106	509377	30/10/1989	Alessandra A. Todeschini Zonta	Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
107	486794	08/11/1984	Alessandra Da Silva	Artes	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
108	509378	08/11/1984	Alessandra Da Silva	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A102
109	495929	04/08/1981	Alessandra De Oliveira Leite	1ª a 5ª Série e EJA	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
110	509379	04/08/1981	Alessandra De Oliveira Leite	1ª a 5ª Série e EJA	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
111	498784	03/03/1983	Alessandra Fatima Dos Santos	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
112	509380	03/03/1983	Alessandra Fatima Dos Santos	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
113	482205	25/03/1991	Alessandra Fenker	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
114	509381	25/03/1991	Alessandra Fenker	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
115	476999	11/08/1989	Alessandra Maschio	Educação Especial/Segundo Professor	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
116	509382	11/08/1989	Alessandra Maschio	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
117	473449	25/09/1992	Alessandra Moraes Linhares	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
118	509383	25/09/1992	Alessandra Moraes Linhares	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
119	482583	05/04/1974	Alessandra Pellizzaro Trombetta	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
120	509384	05/04/1974	Alessandra Pellizzaro Trombetta	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
121	470001	01/12/1989	Alessandra Salette Miozzo Vivian	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
122	476773	09/05/1990	Alessandra Schouten De Mattos	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
123	487973	08/05/1991	Alessandra Terres Santos	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
124	509385	08/05/1991	Alessandra Terres Santos	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
125	471281	09/05/1980	Alessandra Zanini Bundchen Tramontini	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
126	509386	09/05/1980	Alessandra Zanini Bundchen Tramontini	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
127	472119	04/04/1984	Alessandro Lemes Pinheiro	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
128	509387	04/04/1984	Alessandro Lemes Pinheiro	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
129	499803	11/02/1978	Alessandro Ribeiro De Mello	Educação Física	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
130	483704	11/10/1984	Alessandro Rossetto	Educação Física	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
131	471317	18/06/1980	Alex Alexandre Pedroso	Educação Física	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
132	509388	18/06/1980	Alex Alexandre Pedroso	Educação Física	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
133	471314	02/08/1975	Alex Rosa	Educação Física	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
134	479209	28/05/1988	Alexandra Da Fonseca	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
135	509389	28/05/1988	Alexandra Da Fonseca	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
136	471554	28/08/1980	Alexandra Bueno Da Cruz	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
137	509390	28/08/1980	Alexandra Bueno Da Cruz	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

138	478192	08/01/1983	Alexandra Fatima Lopes De Souza	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
139	509391	08/01/1983	Alexandra Fatima Lopes De Souza	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
140	474732	20/02/1981	Alexandra Pacassa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
141	509392	20/02/1981	Alexandra Pacassa	Ciências	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
142	478936	04/02/1983	Alexandra Severo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
143	509393	04/02/1983	Alexandra Severo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
144	484776	26/12/1983	Alexandre Luiz Dalagasperina	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
145	509394	26/12/1983	Alexandre Luiz Dalagasperina	História	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
146	495918	31/12/1979	Alexandra Barrionuevo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
147	509395	31/12/1979	Alexandra Barrionuevo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
148	469904	23/01/1989	Aliane Fatima Neuls Greselli	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
149	477178	25/03/1979	Aliane Ferronato	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
150	509396	25/03/1979	Aliane Ferronato	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
151	472460	20/04/1975	Alice Fatima De Mossi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
152	509397	20/04/1975	Alice Fatima De Mossi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
153	469965	27/11/1988	Alice Daniela Iarowski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
154	509398	27/11/1988	Alice Daniela Iarowski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
155	477232	31/10/1981	Alice Ferreira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
156	509399	31/10/1981	Alice Ferreira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
157	485860	03/06/1970	Alice Fiel De Castro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
158	509400	03/06/1970	Alice Fiel De Castro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
159	469915	21/01/1977	Alice Maria Soldi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
160	509401	21/01/1977	Alice Maria Soldi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
161	488883	30/04/1984	Alice Marta Da Silva Pedroso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
162	509402	30/04/1984	Alice Marta Da Silva Pedroso	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
163	473705	26/04/1960	Alice Prado Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
164	509403	26/04/1960	Alice Prado Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
165	491168	20/04/1962	Alice Salete Ziger Vazzaro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
166	509404	20/04/1962	Alice Salete Ziger Vazzaro	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
167	492902	10/02/1996	Alice Santana	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco 5	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
168	473075	26/04/1991	Alieh Fayad	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
169	509405	26/04/1991	Alieh Fayad	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
170	487611	13/07/1988	Aline Da Silva Guarda Bresolin	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
171	477928	31/12/1994	Aline Oliveira	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco 5	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
172	492480	18/07/1979	Aline Andreia Vargas	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
173	509406	18/07/1979	Aline Andreia Vargas	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

174	470105	30/10/1987	Aline Angelica Pinheiro	Ciências	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
175	471092	01/03/1992	Aline Bodanese Fortes	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
176	509407	01/03/1992	Aline Bodanese Fortes	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
177	476843	17/12/1991	Aline Borin	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
178	509408	17/12/1991	Aline Borin	Educação Especial/Segundo Professor	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
179	498856	13/05/1990	Aline Candido De Souza	Professor com 2º Grau AC (música)	Unosc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
180	492174	28/04/1993	Aline Cristina Bender Buchs	Educação Física	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
181	477567	26/06/1992	Aline Da Silva Serpa	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
182	509409	26/06/1992	Aline Da Silva Serpa	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A103
183	474299	24/11/1979	Aline Fagundes Wonsick	Educação Física	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
184	471511	24/10/1989	Aline Fatima Lucietto Ficagna	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
185	509410	24/10/1989	Aline Fatima Lucietto Ficagna	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
186	469946	08/08/1989	Aline Fiori	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
187	509411	08/08/1989	Aline Fiori	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
188	472712	26/01/1988	Aline Gonçalves Pavoski	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
189	497482	11/06/1990	Aline Guzzo	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
190	509412	11/06/1990	Aline Guzzo	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
191	481687	21/03/1989	Aline Lanzaarin	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
192	509413	21/03/1989	Aline Lanzaarin	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
193	481174	18/05/1982	Aline Lia Zanella	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
194	509414	18/05/1982	Aline Lia Zanella	Educação Especial/Segundo Professor	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
195	493599	25/11/1986	Aline Ludwig	Geografia	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
196	491354	06/10/1982	Aline Marcante Dos Santos	Geografia	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
197	474615	24/03/1987	Aline Maria Santos Dos Reis	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
198	509415	24/03/1987	Aline Maria Santos Dos Reis	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
199	497677	18/10/1990	Aline Mocelin	Matemática	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
200	472434	11/05/1984	Aline Patrícia Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
201	509416	11/05/1984	Aline Patrícia Da Silva	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
202	473436	03/04/1983	Aline Pereira Riete	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
203	509417	03/04/1983	Aline Pereira Riete	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
204	471757	25/07/1984	Aline Raauvendaal	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
205	509418	25/07/1984	Aline Raauvendaal	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
206	499854	23/05/1989	Aline Raquel Bettu	Ciências	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
207	469768	08/05/1985	Aline Regina Rossetto	Ciências	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
208	509419	08/05/1985	Aline Regina Rossetto	Matemática	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
209	492440	31/08/1992	Aline Santana	Professor com 2º Grau AC (música)	Unosc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

210	472791	06/09/1991	Aline Veloso	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
211	509420	06/09/1991	Aline Veloso	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
212	496899	22/10/1990	Alyssa Tessari De Almeida	Artes	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
213	509421	22/10/1990	Alyssa Tessari De Almeida	Professor de Artes Cênicas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
214	479680	20/05/1967	Amalia Antonia Rohrbek	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
215	509422	20/05/1967	Amalia Antonia Rohrbek	Ciências	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
216	493891	12/04/1995	Amanda Zanotelli	Educação Física	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
217	499673	06/12/1963	Amarildo Adao Ferraz	História	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
218	495720	23/02/1963	Amarildo Gasparin	Professor com 2º Grau AC (música)	Unosc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
219	473239	03/08/1958	Amelia Golin Bedin	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
220	509423	03/08/1958	Amelia Golin Bedin	Língua Portuguesa	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
221	492730	04/01/1966	Americo Mendes Kunz	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
222	509424	04/01/1966	Americo Mendes Kunz	Matemática	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
223	474194	26/08/1973	Amilton Cesar Nascimento	Educação Física	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
224	480209	23/02/1988	Ana Claudia Ecco	Educação Física	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
225	479007	19/06/1990	Ana Cristina Padilha	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
226	509425	19/06/1990	Ana Cristina Padilha	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
227	482260	12/04/1982	Ana Carla Soares Bueno	História	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
228	474483	24/04/1993	Ana Carolina Berndt Da Rosa Carraro	Educação Especial/Segundo Professor	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
229	509426	24/04/1993	Ana Carolina Berndt Da Rosa Carraro	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
230	471169	15/08/1993	Ana Carolina Hauptenthal	Língua Estrangeira - Espanhol	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
231	509427	15/08/1993	Ana Carolina Hauptenthal	Língua Portuguesa	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
232	471596	16/12/1990	Ana Carolina Kemerich De Matos Ecco	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
233	509428	16/12/1990	Ana Carolina Kemerich De Matos Ecco	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
234	498113	26/11/1990	Ana Caroline Campagnolo	História	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
235	472087	03/02/1968	Ana Catia Girardi Girardi	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
236	509429	03/02/1968	Ana Catia Girardi Girardi	Educação Especial/Segundo Professor	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
237	491392	21/12/1981	Ana Clara Borges	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
238	509430	21/12/1981	Ana Clara Borges	Educação Especial/Segundo Professor	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
239	471562	16/10/1987	Ana Claudia Misura	Educação Física	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
240	494363	02/10/1975	Ana Claudia Mottini Martins	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
241	509431	02/10/1975	Ana Claudia Mottini Martins	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
242	471809	14/03/1990	Ana Claudia Vaz	1ª a 5ª Série e EJA	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
243	509432	14/03/1990	Ana Claudia Vaz	Educação Infantil	Unosc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

244	475415	21/06/1992	Ana Claudia Alves Padilha	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
245	509433	21/06/1992	Ana Claudia Alves Padilha	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
246	500614	14/02/1989	Ana Claudia De Oliveira Flores Pereira	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
247	495924	02/06/1995	Ana Claudia Monari	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
248	477539	16/09/1991	Ana Claudia Policeno	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
249	469858	03/10/1994	Ana Claudia Senhor	Geografia	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
250	481473	29/09/1981	Ana Cleia Soares	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
251	509434	29/09/1981	Ana Cleia Soares	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
252	476776	04/12/1986	Ana Cristina Pereira De Souza	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
253	496603	26/03/1982	Ana De Lara	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A104
254	475189	26/11/1960	Ana Espindola Fernandes	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
255	509435	26/11/1960	Ana Espindola Fernandes	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
256	484286	13/01/1993	Ana Flavia Bianchessi	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
257	497622	17/08/1992	Ana Gabriela Ribeiro De Souza Padilha	História	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
258	496425	09/10/1951	Ana Hortência Soares Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
259	472727	19/12/1974	Ana Ivandir Pavao Tomasi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
260	509436	19/12/1974	Ana Ivandir Pavao Tomasi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
261	471259	08/12/1989	Ana Lidia Romanini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
262	509437	08/12/1989	Ana Lidia Romanini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
263	486918	07/08/1984	Ana Mara Venancio Petry	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
264	509438	07/08/1984	Ana Mara Venancio Petry	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
265	501599	05/03/1973	Ana Maria Franca	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
266	509439	05/03/1973	Ana Maria Franca	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
267	477552	11/07/1964	Ana Maria Signori Scussiato	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
268	509440	11/07/1964	Ana Maria Signori Scussiato	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
269	475933	03/10/1971	Ana Oliveira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
270	509441	03/10/1971	Ana Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
271	473803	23/09/1987	Ana Patricia Campos Antunes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
272	476664	24/11/1984	Ana Paula Henrique Santana	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
273	472760	16/07/1972	Ana Paula Morbini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
274	509442	16/07/1972	Ana Paula Morbini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
275	487560	13/01/1979	Ana Paula Aires Da Silva Innocente	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
276	475333	07/06/1995	Ana Paula Antonello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
277	509443	07/06/1995	Ana Paula Antonello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
278	471140	21/12/1981	Ana Paula Borges	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
279	509444	21/12/1981	Ana Paula Borges	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

280	485275	04/12/1992	Ana Paula Carletti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
281	509445	04/12/1992	Ana Paula Carletti	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
282	493204	09/01/1982	Ana Paula De Miranda	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
283	482472	29/06/1983	Ana Paula Dos Santos	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
284	472356	26/04/1994	Ana Paula Fochessato Gonzaga Dos Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
285	471246	21/03/1994	Ana Paula Koling	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
286	509446	21/03/1994	Ana Paula Koling	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
287	484350	01/09/1989	Ana Paula Padilha Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
288	492601	27/09/1989	Ana Paula Pereira Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
289	509447	27/09/1989	Ana Paula Pereira Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
290	479794	20/11/1977	Ana Paula Roani	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
291	509448	20/11/1977	Ana Paula Roani	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
292	469894	24/08/1980	Ana Paula Rodrigues	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
293	509449	24/08/1980	Ana Paula Rodrigues	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
294	471315	03/01/1992	Ana Paula Senhor	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
295	478681	22/09/1994	Ana Paula Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
296	497216	23/04/1981	Ana Paula Spagnol	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
297	509450	23/04/1981	Ana Paula Spagnol	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
298	501788	25/01/1974	Ana Paula Teixeira Muller	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
299	509451	25/01/1974	Ana Paula Teixeira Muller	Ciências	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
300	478625	04/09/1971	Ana Paula Zanatto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
301	509452	04/09/1971	Ana Paula Zanatto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
302	469719	20/01/1986	Ana Paula Zottis	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
303	480801	16/08/1980	Ana Regina Zanin Gregol	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
304	509453	16/08/1980	Ana Regina Zanin Gregol	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
305	497864	10/02/1991	Ana Saron Junges	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
306	509454	10/02/1991	Ana Saron Junges	Matemática	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
307	475756	30/11/1975	Anacir Zanon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
308	509455	30/11/1975	Anacir Zanon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
309	483989	10/06/1961	Anagilda Marta Cerutti Gallo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
310	509456	10/06/1961	Anagilda Marta Cerutti Gallo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
311	499215	06/03/1985	Analice Stefanello	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
312	509457	06/03/1985	Analice Stefanello	Professor com Curso Superior AC (dança)	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
313	471084	12/06/1987	Analise Bodaneze	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
314	509458	12/06/1987	Analise Bodaneze	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
315	488679	03/01/1984	Anderson Amaral	Professor de Música com Licenciatura	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

316	486961	17/01/1989	Andiara Ulchak Freitas	Plena e Bacharelado	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
				Ciências				
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
317	509459	17/01/1989	Andiara Ulchak Freitas		Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
318	474384	09/04/1983	Andre Bassani	História	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
319	476451	04/07/1993	Andre Cesar Vial	Educação Física	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
320	480641	25/06/1985	Andre Knoener	Artes	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
				Professor de Música com Licenciatura				
321	509460	25/06/1985	Andre Knoener	Plena e Bacharelado	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
322	493125	11/12/1989	Andre Tiepo	Educação Física	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
323	498890	13/09/1996	Andre Wilian Priori	Educação Física	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
324	495468	25/02/1981	Andrea Duarte		Unoes - Bloco 5	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S002
325	491199	05/02/1982	Andrea Carvalho	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
326	509461	05/02/1982	Andrea Carvalho	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
327	474747	08/06/1972	Andrea Pacassa Borges	Educação Infantil	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
328	475651	22/09/1974	Andrea Regina Duarte Da Silva Ferreira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
329	509462	22/09/1974	Andrea Regina Duarte Da Silva Ferreira		Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
330	471972	07/02/1990	Andre Darci Capeleto	Educação Física	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
331	479096	23/12/1979	Andre Sberse	Educação Física	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
332	470151	14/09/1977	Andreia Capeleto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
333	509463	14/09/1977	Andreia Capeleto	Educação Infantil	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
334	477835	01/11/1982	Andreia Cristina Dos Santos Rodrigues	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
335	509464	01/11/1982	Andreia Cristina Dos Santos Rodrigues	Educação Infantil	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
336	472223	12/04/1991	Andreia Gazzola	Educação Infantil	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
337	471599	15/10/1992	Andreia Zucco	Educação Física	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
338	474200	23/10/1980	Andreia Aparecida Dias	Matemática	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
339	498610	11/12/1976	Andreia Da Silva Fossa	Ciências	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
340	499926	05/10/1982	Andreia Do Nascimento		Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
				Educação Especial/Intérprete de Libras				
341	509465	05/10/1982	Andreia Do Nascimento		Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

342	479108	28/05/1984	Andreia Evans Ulkowski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
343	509466	28/05/1984	Andreia Evans Ulkowski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
344	476726	24/06/1982	Andreia Franciela Weirich	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
345	509467	24/06/1982	Andreia Franciela Weirich	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
346	496243	17/05/1987	Andréia Malagutti Carpes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
347	509483	17/05/1987	Andréia Malagutti Carpes	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A105
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
348	478030	22/11/1979	Andreia Mazzonetto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
349	509468	22/11/1979	Andreia Mazzonetto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
350	472738	28/01/1986	Andreia Moraes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
351	509469	28/01/1986	Andreia Moraes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
352	476989	11/04/1984	Andreia Pasin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
353	509470	11/04/1984	Andreia Pasin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
354	475151	09/07/1985	Andreia Pinheiro	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
355	509471	09/07/1985	Andreia Pinheiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
356	477657	14/12/1981	Andreia Rampanelli Morescho	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
357	509472	14/12/1981	Andreia Rampanelli Morescho	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
358	479324	01/03/1992	Andreia Raquel Vargas Martins	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
359	473905	28/08/1982	Andreia Salette Sobierai	Matemática	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
360	471898	11/11/1971	Andreia Soares Rhoden	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
361	509473	11/11/1971	Andreia Soares Rhoden	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
362	478819	15/08/1985	Andreia Zonin	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
363	509474	15/08/1985	Andreia Zonin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
364	474713	29/04/1981	Andreise Sabadin	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
365	509475	29/04/1981	Andreise Sabadin	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
366	471941	02/12/1986	Andressa De Marco Baldissera	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
367	509476	02/12/1986	Andressa De Marco Baldissera	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
368	493974	22/04/1993	Andressa Canali	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
369	509477	22/04/1993	Andressa Canali	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
370	488242	29/05/1995	Andressa Delfaveri	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
371	509478	29/05/1995	Andressa Delfaveri	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
372	498788	01/07/1992	Andressa Facco	Educação Especial/Instrutor de Libras	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
373	470544	05/02/1992	Andressa Fernanda Fortes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
374	509479	05/02/1992	Andressa Fernanda Fortes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
375	494630	17/02/1991	Andressa Fogas De Almeida Armani Toaldo	Educação Especial/Instrutor de Libras	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

376	473584	19/10/1994	Andressa Peron Cella	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
377	509480	19/10/1994	Andressa Peron Cella	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
378	492013	19/06/1994	Andressa Pietro Biasi Ribeiro Da Cunha	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
379	509481	19/06/1994	Andressa Pietro Biasi Ribeiro Da Cunha	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
380	470431	13/06/1993	Andressa Samara Volinski	Ciências	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
381	477021	10/03/1986	Andreza Arcângela Tassoneiro Piazzeta	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
382	494567	29/06/1979	Andriana Cassol	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
383	509482	29/06/1979	Andriana Cassol	História	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
384	485853	03/07/1972	Anelize Aparecida Scalvi	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
385	509484	03/07/1972	Anelize Aparecida Scalvi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
386	487594	06/09/1960	Anete Fante	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
387	509485	06/09/1960	Anete Fante	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
388	477481	02/03/1981	Angela Aparecida De Toledo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
389	509486	02/03/1981	Angela Aparecida De Toledo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A106
390	492149	19/04/1986	Angela Golin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
391	509487	19/04/1986	Angela Golin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
392	481557	20/07/1976	Angela Cleia Carteri	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
393	509488	20/07/1976	Angela Cleia Carteri	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
394	479440	17/11/1978	Angela Cristofoli Vieira	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
395	509489	17/11/1978	Angela Cristofoli Vieira	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
396	491446	10/02/1987	Angela Deliberali Smaniotto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
397	509490	10/02/1987	Angela Deliberali Smaniotto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
398	476508	13/04/1983	Angela Eva Secco	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
399	509491	13/04/1983	Angela Eva Secco	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
400	470333	05/01/1988	Angela Izaura Rocha Peruzzo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
401	509492	05/01/1988	Angela Izaura Rocha Peruzzo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
402	487182	24/04/1972	Angela Maria Adler	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
403	509493	24/04/1972	Angela Maria Adler	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
404	492978	13/11/1990	Angela Maria Fainello	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
405	509494	13/11/1990	Angela Maria Fainello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

406	487059	17/09/1975	Angela Regina Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
407	509495	17/09/1975	Angela Regina Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
408	471640	25/02/1982	Angela Werner Lemos	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
409	485100	28/11/1989	Angele Passari Soranco	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
410	509496	28/11/1989	Angele Passari Soranco	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
411	497777	04/02/1982	Angeli Daros	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
412	509497	04/02/1982	Angeli Daros	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
413	474897	30/03/1989	Angelica Araujo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
414	478823	05/01/1990	Angelica Barili	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
415	472252	30/09/1958	Angelina Fogaca	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
416	492873	17/12/1984	Angelita Alzira Lopes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
417	509498	17/12/1984	Angelita Alzira Lopes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
418	475021	06/05/1967	Angelita Bernardete Scapinello	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
419	509499	06/05/1967	Angelita Bernardete Scapinello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
420	500555	25/12/1975	Angelita Cortina Kolling	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
421	509500	25/12/1975	Angelita Cortina Kolling	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
422	471558	07/10/1974	Aniel Nunes Badin	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
423	485102	04/09/1991	Anisia Ripplinger De Abreu	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
424	509501	04/09/1991	Anisia Ripplinger De Abreu	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
425	470530	05/04/1964	Anita Maria Borsoi Sartori	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
426	509502	05/04/1964	Anita Maria Borsoi Sartori	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
427	473150	25/10/1956	Anita Sebotato Borsoi	Matemática	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
428	474551	23/04/1965	Antonia Loiza Perin Bianchi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
429	509503	23/04/1965	Antonia Loiza Perin Bianchi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
430	501229	25/06/1983	Antonio Dante Rodrigues Acosta	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
431	496983	14/09/1977	Antonio Marcio Rodrigues Dos Anjos	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
432	509504	14/09/1977	Antonio Marcio Rodrigues Dos Anjos	História	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
433	501775	10/08/1982	Antonio Marcos Moreira Pinto	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
434	500174	09/07/1986	Any Mery Dariva Vasconcelos	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
435	471540	01/08/1962	Aquilino Luiz Artifon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
436	509505	01/08/1962	Aquilino Luiz Artifon	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
437	500245	13/01/1982	Aragones Sulsbach	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
438	509506	13/01/1982	Aragones Sulsbach	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
439	476657	18/05/1973	Ariliane Dal Bosco	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

440	509507	18/05/1973	Arliane Dal Bosco	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
441	487284	24/04/1971	Arivane Hillesheim	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
442	509508	24/04/1971	Arivane Hillesheim	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
443	476977	18/06/1990	Arlene de Fátima Ribeiro De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
444	509509	18/06/1990	Arlene de Fátima Ribeiro De Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
445	471584	30/05/1972	ARLETE R. M. NESPOLO	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
446	509339	30/05/1972	ARLETE R. M. NESPOLO	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A111
447	476860	07/04/1962	Arlene Terezinha Tonin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
448	497684	21/07/1974	Arliza Lucia Lamp	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
449	509510	21/07/1974	Arliza Lucia Lamp	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
450	469828	25/02/1993	Atelli Gulliti Alesi Da Rocha	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
451	509511	25/02/1993	Atelli Gulliti Alesi Da Rocha	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
452	471758	29/03/1964	Aurelia Batista Ferreira	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
453	480894	16/10/1975	Avalcir Rita Ferrari Begnini	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
454	476968	25/05/1994	Beatriz Pereira Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
455	509512	25/05/1994	Beatriz Pereira Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
456	494065	23/01/1985	Beatriz Batistello Bordin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
457	509513	23/01/1985	Beatriz Batistello Bordin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
458	470423	06/05/1979	Beatriz Schneider Da Costa Pasierppski	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
459	509514	06/05/1979	Beatriz Schneider Da Costa Pasierppski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
460	473404	15/10/1958	Beloni Ilene Dal' Magro Santana	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
461	509515	15/10/1958	Beloni Ilene Dal' Magro Santana	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
462	472040	03/09/1972	Benhur Alexandre Dos Santos Dos Santos	Matemática	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
463	475377	09/11/1957	Benvinda Lucia De Campos Santos	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
464	509516	09/11/1957	Benvinda Lucia De Campos Santos	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
465	479584	16/05/1958	Bernardete Luiza da Silva	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
466	469959	01/08/1966	Bernardete Teresinha Russi Fiedler	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
467	487050	01/05/1977	Betania Cunico	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
468	471436	01/03/1990	Bruna Branco De Camargo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
469	509517	01/03/1990	Bruna Branco De Camargo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
470	469749	29/11/1983	Bruna Formicoli Cappellari	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
471	488349	23/09/1988	Bruna Lais Turra	Ciências	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
472	470577	05/03/1992	Bruna Mendonça	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

473	509518	05/03/1992	Bruna Mendonça	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
474	475757	14/01/1991	Bruna Otília Harres	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
475	509519	14/01/1991	Bruna Otília Harres	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
476	474519	24/05/1989	Bruno De Matos Casaca	Ciências	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
477	509520	24/05/1989	Bruno De Matos Casaca	Geografia	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
478	493060	04/03/1981	Caciana Possenti De Oliveira	Artes	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
479	471297	27/09/1989	Camila Alves De Medeiros	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
480	509521	27/09/1989	Camila Alves De Medeiros	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
481	477756	15/02/1993	Camila Bezerra De Sousa	Professor de Artes Plásticas com	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
482	473218	02/01/1992	Camila Caroline Silva Zanella	Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
483	502388	24/06/1985	Camila Cezar Schmidt Junqueira	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
484	471833	07/05/1991	Camila Da Silva Pacheco	Matemática	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
485	509522	07/05/1991	Camila Da Silva Pacheco	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
486	474022	19/03/1985	Camila De Freitas Tosetto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
487	492086	12/06/1989	Camila De Moura	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
488	487864	24/09/1990	Camila Dos De Medeiros	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
489	509523	24/09/1990	Camila Dos De Medeiros	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
490	491225	30/06/1990	Camila Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
491	509524	30/06/1990	Camila Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
492	492771	14/10/1987	Camila Franz Both	Educação Física	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
493	495209	29/05/1989	Camila Loureiro De Mello	Educação Física	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
494	476698	02/09/1989	Camila Rodrigues	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
495	509525	02/09/1989	Camila Rodrigues	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A113
496	469957	18/06/1992	Camila Romanzini Skonetzky	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
497	476748	19/09/1995	Camila Saete Pillizari Belini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
498	509526	19/09/1995	Camila Saete Pillizari Belini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
499	470681	11/03/1992	Camila Zanotelli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
500	509527	11/03/1992	Camila Zanotelli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
501	477111	26/07/1978	Camile Pandolfo Tramontini Carvalho	Professor com Curso Superior AC (dança)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
502	492603	20/08/1987	Candida Canova	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
503	471428	28/11/1974	Carina Fatima Brum	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
504	470461	29/12/1987	Carina Fatima Giroto	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
505	497549	19/04/1980	Carina Pasini Col	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
506	479056	11/08/1987	Carine Orlandi Martinelli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
507	509528	11/08/1987	Carine Orlandi Martinelli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

508	491284	01/10/1975	Carla Coelho Fiori	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
509	509529	01/10/1975	Carla Coelho Fiori	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
510	471969	11/05/1979	Carla Fernanda Marangoni	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
511	509530	11/05/1979	Carla Fernanda Marangoni	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
512	474705	27/09/1987	Carla Fornari	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
513	509531	27/09/1987	Carla Fornari	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
514	492830	04/07/1986	Carla Geske	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
515	509532	04/07/1986	Carla Geske	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
516	478017	04/11/1975	Carla Graboski De Sousa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
517	509533	04/11/1975	Carla Graboski De Sousa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
518	488361	21/11/1979	Carla Grasel Giachini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
519	509534	21/11/1979	Carla Grasel Giachini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
520	495372	29/01/1983	Carla Leila Da Rocha Hermes	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
521	509535	29/01/1983	Carla Leila Da Rocha Hermes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
522	490931	29/04/1980	Carla Naides Da Costa Costa	Artes	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
523	509536	29/04/1980	Carla Naides Da Costa Costa	Educação Especial/Instrutor de Libras	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
524	473963	14/04/1978	Carla Ramos Cunha	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
525	509537	14/04/1978	Carla Ramos Cunha	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
526	491102	15/04/1990	Carla Regina Santin	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
527	473794	27/05/1990	Carlaine Nogueira	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
528	472709	13/06/1993	Carlaine Hirsch	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
529	509538	13/06/1993	Carlaine Hirsch	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
530	500855	28/06/1987	Carlos Eduardo Vaz	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
531	509539	28/06/1987	Carlos Eduardo Vaz	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
532	476220	18/01/1966	Carlos Konishi	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
533	477889	14/09/1965	Carmen Lucia Marques Ferreira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
534	509540	14/09/1965	Carmen Lucia Marques Ferreira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
535	472109	01/08/1969	Carmen Menoncin Barea	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
536	509541	01/08/1969	Carmen Menoncin Barea	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
537	471964	19/12/1973	Carmen Terezinha Tasca Alves	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
538	509542	19/12/1973	Carmen Terezinha Tasca Alves	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
539	471170	08/07/1992	Caroline Angela Daniel	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
540	509543	08/07/1992	Caroline Angela Daniel	Professor de Artes Plásticas com	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
541	472538	25/04/1986	Caroline Constanci Bettanin	Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
542	509544	25/04/1986	Caroline Constanci Bettanin	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
543	482238	29/11/1993	Caroline Dos Santos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
				1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

544	509545	29/11/1993	Caroline Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
545	488174	13/10/1986	Caroline Lais Ansolin	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
546	494764	27/09/1977	Caroline Lopes Pinheiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
547	509546	27/09/1977	Caroline Lopes Pinheiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
548	491662	18/12/1994	Caroline Zuffo	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
549	509547	18/12/1994	Caroline Zuffo	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
550	492507	03/11/1984	Carulina Da Fonseca	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
551	509548	03/11/1984	Carulina Da Fonseca	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
552	471607	27/07/1979	Cassia Santore	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
553	509549	27/07/1979	Cassia Santore	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
554	501728	24/12/1991	Cassia Bergamaschi	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
555	472086	14/07/1986	Cassia Girotto Zucco	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
556	509550	14/07/1986	Cassia Girotto Zucco	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
557	477218	14/02/1981	Cassiana Dallacort	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
558	509551	14/02/1981	Cassiana Dallacort	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
559	470959	26/03/1982	Cassiana Rafaeli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
560	509552	26/03/1982	Cassiana Rafaeli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
561	487221	26/02/1988	Cassiane Callegari	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
562	509553	26/02/1988	Cassiane Callegari	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
563	474744	28/01/1995	Cassiano Augusto Pereira	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
564	470799	28/06/1992	Cassio Junior Curti	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
565	488362	21/01/1991	Catarina Fernanda Valandro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
566	509554	21/01/1991	Catarina Fernanda Valandro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A201
567	473298	21/09/1978	Catarine Anita Lermem	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
568	509555	21/09/1978	Catarine Anita Lermem	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
569	471609	10/05/1983	Catherine Mari Kavalek Gilioli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
570	509556	10/05/1983	Catherine Mari Kavalek Gilioli	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
571	477329	25/05/1984	Catia Cristina De Nez De Andrade	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
572	509557	25/05/1984	Catia Cristina De Nez De Andrade	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
573	474930	05/01/1977	Catia Fernanda Santos Da Rosa	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
574	493565	31/08/1984	Patricie Sacon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
575	485267	01/07/1985	Cedric Felix Rossini	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
576	470960	24/04/1960	Celestina Salete Triches	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
577	492587	27/01/1959	Celi Salete Brunello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

578	509558	27/01/1959	Celi Salette Brunello	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
579	470308	22/11/1954	Celia Balbinot Martins Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
580	509559	22/11/1954	Celia Balbinot Martins Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
581	477499	08/03/1948	Celia Dulce Hirt	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
582	509560	08/03/1948	Celia Dulce Hirt	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
583	489515	14/11/1989	Celina Frizzo	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
584	488583	29/03/1978	Celso Passaglia Moreto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
585	509561	29/03/1978	Celso Passaglia Moreto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
586	493776	08/10/1955	Celso Pedroso Da Rosa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
587	487531	26/03/1970	Celuir Muller Dal Magro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
588	475028	07/01/1991	Cesar Augusto Spall	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
589	475939	20/02/1987	Cezar Mauricio Moreira	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
590	481565	05/09/1988	Chaiane Bukowski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
591	509562	05/09/1988	Chaiane Bukowski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
592	484525	08/05/1990	Charlisa Correa Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
593	509563	08/05/1990	Charlisa Correa Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
594	473193	06/07/1976	Cheila Babinski Stella	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
595	509564	06/07/1976	Cheila Babinski Stella	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
596	477398	09/03/1989	Christian Arenhart	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
597	473069	24/03/1975	Cinara Chiaradia	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
598	509565	24/03/1975	Cinara Chiaradia	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
599	473163	09/01/1978	Cinthia Marques Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
600	509566	09/01/1978	Cinthia Marques Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
601	482812	08/02/1990	Cintia Cristiane Hammes	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
602	497497	05/07/1985	Cintia Favero Bedin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
603	509567	05/07/1985	Cintia Favero Bedin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
604	481399	04/09/1984	Cintia Paixao	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
605	478592	05/05/1958	Claudi Todescatt	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
606	479539	11/10/1973	Clarice Da Silva Amaral	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
607	509568	11/10/1973	Clarice Da Silva Amaral	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
608	479721	02/01/1985	Clarice Rosa Medeiros	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
609	509569	02/01/1985	Clarice Rosa Medeiros	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
610	482840	15/08/1964	Clarice Maria Perim Perim	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
611	509570	15/08/1964	Clarice Maria Perim Perim	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
612	472539	01/02/1965	Clarice Maria Stempkowski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

613	509571	01/02/1965	Clarice Maria Stempkowski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
614	471766	25/03/1979	Clarice Mattiello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
615	509572	25/03/1979	Clarice Mattiello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
616	474926	16/04/1965	Clarice Sirlei Schroeder de Bairos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
617	509573	16/04/1965	Clarice Sirlei Schroeder de Bairos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
618	496523	27/04/1970	Clarissa Dellazzana Pinto	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
619	487226	12/04/1987	Clarissa Vinhas Furlanetto Parisoto	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
620	470884	16/02/1971	Clarisse Menzel Gato	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
621	471432	13/09/1965	Clarissi Madalena Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
622	509574	13/09/1965	Clarissi Madalena Santos	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
623	481134	30/01/1984	Clauciana Obetzne	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
624	488701	27/12/1973	Claudete Aparecida Padilha	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
625	484164	16/04/1963	Claudete Ballerini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
626	509575	16/04/1963	Claudete Ballerini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
627	478647	25/07/1975	Claudete Broca	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
628	509576	25/07/1975	Claudete Broca	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
629	470407	02/09/1959	Claudete Maria Gabrielli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
630	509577	02/09/1959	Claudete Maria Gabrielli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
631	475500	05/01/1973	Claudete Saldanha Teixeira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
632	509578	05/01/1973	Claudete Saldanha Teixeira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
633	493714	12/07/1990	Claudia Daiana Gaspar Dos Santos	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
634	471950	04/01/1989	Claudia De Almeida Rodrigues Da Costa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
635	509579	04/01/1989	Claudia De Almeida Rodrigues Da Costa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A202
636	493649	22/12/1973	Claudia Ertel	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
637	471451	05/05/1984	Claudia Canan	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
638	509580	05/05/1984	Claudia Canan	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
639	494792	29/10/1979	Claudia Capellesso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
640	509581	29/10/1979	Claudia Capellesso	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
641	494427	22/11/1993	Claudia Cristina Chaves	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
642	509582	22/11/1993	Claudia Cristina Chaves	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
643	474821	22/04/1974	Claudia Cristina De Oliveira Soares	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
644	509583	22/04/1974	Claudia Cristina De Oliveira Soares	Educação Especial/Intérprete de Libras	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

645	493190	04/09/1974	Claudia Fatima Dal Pizzol	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
646	499473	02/11/1984	Claudia Liana Soboleski Grando	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
647	509584	02/11/1984	Claudia Liana Soboleski Grando	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
648	492315	29/03/1972	Claudia Mara Voltan	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
649	477587	15/09/1991	Claudia Pacheco	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
650	509585	15/09/1991	Claudia Pacheco	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
651	475818	01/08/1979	Claudia Regina De Linhares	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
652	509586	01/08/1979	Claudia Regina De Linhares	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
653	498289	10/12/1976	Claudia Regina Nottar	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
654	509587	10/12/1976	Claudia Regina Nottar	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
655	480156	26/10/1991	Claudiane Oliveira Da Silva Felicetti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
656	509588	26/10/1991	Claudiane Oliveira Da Silva Felicetti	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
657	475555	18/06/1971	Claudine Aparecida Hanauer	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
658	477293	01/11/1978	Claudineia Hillessheim	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
659	471654	01/10/1990	Claudineia Oliveira Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
660	509589	01/10/1990	Claudineia Oliveira Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
661	470622	05/08/1970	Claudio Jose Da Silva Marques	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
662	471353	06/05/1978	Claudir Ferreira	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
663	472046	18/07/1969	Cleci Ana Dambros Alves	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
664	509590	18/07/1969	Cleci Ana Dambros Alves	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
665	476154	16/10/1975	Cleci Marisa Lorenzon Janowitz	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
666	509591	16/10/1975	Cleci Marisa Lorenzon Janowitz	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
667	488009	02/02/1974	Cleci Milan Valandro	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
668	509592	02/02/1974	Cleci Milan Valandro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
669	479677	11/07/1951	Cecilene Rodrigues Deitos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
670	509593	11/07/1951	Cecilene Rodrigues Deitos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
671	499494	08/06/1982	Clederson Camargo	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
672	509594	08/06/1982	Clederson Camargo	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
673	470345	28/12/1986	Clediane Bitello	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
674	501944	10/06/1979	Clediane Bornholdt	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
675	509595	10/06/1979	Clediane Bornholdt	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
676	499399	28/01/1986	Cledirson Luiz Fortunatti	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
677	469953	27/04/1982	Cleide Simplicio	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
678	509596	27/04/1982	Cleide Simplicio	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
679	497978	26/01/1954	Cleide Aparecida Antunes	Educação Especial/Atendimento	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

					Recursos Especializados (Sala de Recursos Multifuncionais)				
680	509597	26/01/1954	Cleide Aparecida Antunes		Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
681	473663	22/02/1984	Cleidi Menezes Franca		Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
682	487621	16/02/1984	Cleiton Renato Joris		Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
683	479254	28/03/1982	Cleize Marcia Sanzovo		Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
684	496632	28/08/1976	Cleneci Vedovatto Abou Arabi		Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
685	475242	24/04/1981	Cleneide Picinin		Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
686	493358	16/10/1992	Cleocimara Fortes De Jesus		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
687	509598	16/10/1992	Cleocimara Fortes De Jesus		Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
688	477022	13/09/1952	Cleomar Silva Schilke		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
689	481063	28/04/1979	Cleonice Arruda		Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
690	509599	28/04/1979	Cleonice Arruda		Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
691	487575	25/12/1987	Cleonice Da Silva		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
692	509600	25/12/1987	Cleonice Da Silva		Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
693	488754	12/03/1982	Cleonice Dalalba Kramer		Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
694	509601	12/03/1982	Cleonice Dalalba Kramer		Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
695	474896	31/12/1984	Cleonice Ribeiro Barcelos		Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
696	509602	31/12/1984	Cleonice Ribeiro Barcelos		Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
697	473555	06/03/1982	Cleto Schuster		Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
698	509603	06/03/1982	Cleto Schuster		Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
699	487272	27/02/1973	Cleunice Berlezi		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
700	509604	27/02/1973	Cleunice Berlezi		Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
701	474499	12/05/1970	Cleunice Machado Da Silva		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
702	472284	21/04/1975	Cleusa Dos Santos		Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
703	509605	21/04/1975	Cleusa Dos Santos		Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
704	499978	11/04/1970	Cleusa Nogueira Cortina		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
705	509606	11/04/1970	Cleusa Nogueira Cortina		Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
706	471088	01/06/1977	Cleusa Alves Da Silva Karesek		Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
707	483125	02/02/1971	Cleuse Cledi Klabunde Carabagialle		Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
708	509607	02/02/1971	Cleuse Cledi Klabunde Carabagialle		Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
709	496534	06/01/1972	Cleusa Fedatto		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
710	509608	06/01/1972	Cleusa Fedatto		Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
711	486202	14/01/1994	Clevertto Martiningue		Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
712	475054	07/05/1982	Clovís Pasinato		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
713	509609	07/05/1982	Clovís Pasinato		Ensino Religioso	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203
714	482283	04/08/1988	Cosme Luis De Almeida		Professor de Música com Licenciatura	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A203



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

[illegible]



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

745	497683	03/01/1990	Cristiane Moro	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
746	498968	12/08/1991	Cristiane Mutillin	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
747	480260	18/03/1995	Cristiane Rosa Antunes Maciel	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
748	509622	18/03/1995	Cristiane Rosa Antunes Maciel	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
749	471721	29/11/1981	Cristiane Rosalina Bernardes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
750	509623	29/11/1981	Cristiane Rosalina Bernardes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
751	476301	10/03/1985	Cristiane Santana Dos Santos	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
752	498689	30/06/1983	Cristiane Xarao Rodrigues Rosa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
753	509624	30/06/1983	Cristiane Xarao Rodrigues Rosa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
754	488275	19/11/1979	Cristiane Zanato Borella	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
755	474911	30/09/1980	Cristiani Rebellato	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
756	509625	30/09/1980	Cristiani Rebellato	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
757	476665	30/03/1979	Cristiano Scapinello	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
758	493964	16/08/1994	Cristina Caron Mascarello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
759	509626	16/08/1994	Cristina Caron Mascarello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
760	497633	23/08/1991	Cristina Aparecida Da Silva Portella	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
761	509627	23/08/1991	Cristina Aparecida Da Silva Portella	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
762	475869	08/12/1977	Cristina Conceicao Prezotto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
763	509628	08/12/1977	Cristina Conceicao Prezotto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
764	475345	01/09/1980	Cristina Maurer	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
765	475367	15/05/1981	Cristina Schell	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
766	509629	15/05/1981	Cristina Schell	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
767	471329	14/05/1988	Cristine Ferreira Da Silva	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
768	509630	14/05/1988	Cristine Ferreira Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
769	501239	02/03/1987	Cristofe Ulsenheimer Geller	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
770	509631	02/03/1987	Cristofe Ulsenheimer Geller	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
771	481400	25/09/1995	Cynthia Antunes Caminski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
772	509632	25/09/1995	Cynthia Antunes Caminski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
773	481932	23/07/1992	Cynthia Adrienne Sotier	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
774	470366	10/08/1987	Daiana De Nez Moura	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
775	509633	10/08/1987	Daiana De Nez Moura	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
776	470831	02/09/1995	Daiana Carina De Sousa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
777	478966	08/09/1986	Daiana Dall Igna Nunes	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
778	509634	08/09/1986	Daiana Dall Igna Nunes	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
779	501194	20/04/1983	Daiana Finkenauer	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

780	509635	20/04/1983	Daiana Finkenauer	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
781	497701	22/07/1985	Daiana França Rigo	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
782	500100	25/03/1988	Daiana Thais Da Rosa	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
783	509636	25/03/1988	Daiana Thais Da Rosa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
784	471651	05/12/1987	Daiana Vicente Barbosa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
785	509637	05/12/1987	Daiana Vicente Barbosa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
786	473872	15/02/1995	Daiana Ziolkowski Piroli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
787	509638	15/02/1995	Daiana Ziolkowski Piroli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
788	499887	30/10/1984	Daiane Michels	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
789	509639	30/10/1984	Daiane Michels	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
790	488218	21/05/1994	Daiane Pavao	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
791	470172	14/07/1988	Daiane Pedro Socoloski	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
792	473237	24/01/1991	Daiane Ribeiro	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
793	471279	09/04/1986	Daiane Bilibio	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
794	509640	09/04/1986	Daiane Bilibio	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A204
795	471225	04/01/1986	Daiane Bortolosso	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
796	475743	13/06/1990	Daiane Bremm	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
797	501034	17/04/1990	Daiane Cantoni	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
798	509641	17/04/1990	Daiane Cantoni	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
799	487186	20/12/1981	Daiane Caovilla De Carvalho	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
800	509642	20/12/1981	Daiane Caovilla De Carvalho	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
801	475987	11/04/1990	Daiane Christ	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
802	492981	24/06/1987	Daiane Cristina Maran Sartor	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
803	509643	24/06/1987	Daiane Cristina Maran Sartor	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
804	476873	30/01/1990	Daiane Farias Pereira	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
805	479115	29/09/1984	Daiane Fernandes	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
806	494197	27/12/1989	Daiane Moraes Sgarbossa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
807	509644	27/12/1989	Daiane Moraes Sgarbossa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
808	500363	08/09/1994	Daiane Moreto	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
809	509645	08/09/1994	Daiane Moreto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
810	483523	22/07/1991	Daiane Vargas Scherer	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
811	488058	22/11/1981	Daisa Aparecida Pimmel Serpa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
812	509646	22/11/1981	Daisa Aparecida Pimmel Serpa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
813	486812	18/03/1978	Daisa Pompeo	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
814	509647	18/03/1978	Daisa Pompeo	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

815	487175	15/04/1987	Dallete Anna Stauffer Aragao	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
816	470878	22/09/1995	Dallia Guerezi	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
817	509648	22/09/1995	Dallia Guerezi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
818	474902	26/04/1979	Dallia Wilk	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
819	509649	26/04/1979	Dallia Wilk	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
820	478799	27/08/1956	Dalva Alves Da Silva	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
821	480919	24/03/1994	Dalvane Terebinto	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
822	474256	28/10/1988	Dania Rosinha Goelzer	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
823	509650	28/10/1988	Dania Rosinha Goelzer	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
824	501696	29/04/1990	Daniane Caminero	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
825	509651	29/04/1990	Daniane Caminero	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
826	479571	26/05/1992	Daniane Ziolkowski	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
827	473416	16/03/1977	Danica Beatriz Pacassa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
828	509652	16/03/1977	Danica Beatriz Pacassa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
829	471971	09/05/1989	Daniel Dalla Zen	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
830	470750	28/03/1990	Daniel Pecanha Da Silva Coletto	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
831	497287	21/09/1985	Daniel Stringini Rosa	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
832	474850	16/02/1985	Daniel Valente	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
833	474973	24/04/1988	Daniela Dalla Vecchia	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
834	509653	24/04/1988	Daniela Dalla Vecchia	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
835	469980	26/05/1994	Daniela Perin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
836	509654	26/05/1994	Daniela Perin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
837	496049	11/05/1994	Daniela Sobierai	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
838	471678	24/04/1985	Daniela Antunes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
839	509655	24/04/1985	Daniela Antunes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
840	474371	07/09/1980	Daniela Aparecida De Paula	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
841	495002	26/05/1986	Daniela Brabo Dos Santos	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
842	509656	26/05/1986	Daniela Brabo Dos Santos	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
843	481196	22/08/1994	Daniela Carneiro	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
844	509657	22/08/1994	Daniela Carneiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
845	472060	13/07/1981	Daniela Cristina Bordignon	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
846	483052	03/08/1973	Daniela Fatima Bergamo Gandolfi	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
847	487271	11/12/1988	Daniela Ferreira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
848	509658	11/12/1988	Daniela Ferreira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
849	500114	08/05/1979	Daniela Karla Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
850	509659	08/05/1979	Daniela Karla Da Silva	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

851	476381	26/09/1980	Daniela Lara	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
852	509660	26/09/1980	Daniela Lara	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
853	500995	03/06/1988	Daniela Lassen	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
854	483558	27/07/1990	Daniela Loureiro	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A205
855	471529	12/10/1974	Daniela Maria Barp De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
856	509661	12/10/1974	Daniela Maria Barp De Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
857	476910	07/06/1988	Daniela Maria Mikolajczik	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
858	509662	07/06/1988	Daniela Maria Mikolajczik	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
859	497091	23/04/1986	Daniela Maschio	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
860	509663	23/04/1986	Daniela Maschio	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
861	491053	26/04/1976	Daniela Menezes De Cofferi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
862	509664	26/04/1976	Daniela Menezes De Cofferi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
863	488544	08/11/1986	Daniela Onysko	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
864	496118	23/05/1996	Daniela Patrícia Vorma	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
865	509665	23/05/1996	Daniela Patrícia Vorma	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
866	483666	21/01/1976	Daniela Rodrigues Soares	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
867	509666	21/01/1976	Daniela Rodrigues Soares	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
868	487476	13/06/1971	Daniela Scartazzini	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
869	509667	13/06/1971	Daniela Scartazzini	Professor com Curso Superior AC (dança)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
870	485216	08/11/1974	Daniela Weschenfelder Perosa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
871	509668	08/11/1974	Daniela Weschenfelder Perosa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
872	470867	26/12/1986	Daniele Aparecida Nascimento Da Luz	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
873	509669	26/12/1986	Daniele Aparecida Nascimento Da Luz	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
874	498492	23/11/1987	Daniele Bernardi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
875	509670	23/11/1987	Daniele Bernardi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
876	473398	28/05/1986	Daniele Garcia Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
877	509671	28/05/1986	Daniele Garcia Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
878	497998	26/11/1992	Daniele Klein	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
879	484418	24/04/1986	Daniele Marques Bonfada Giovacki	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
880	474112	26/09/1988	Daniele Reinke Streicher	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
881	509672	26/09/1988	Daniele Reinke Streicher	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
882	475084	03/08/1989	Danieli Herbert	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
883	481354	22/11/1992	Danieli Orlandini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
884	509673	22/11/1992	Danieli Orlandini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
885	496245	15/12/1993	Danieli Rieger	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
886	509674	15/12/1993	Danieli Rieger	Professor de Artes Plásticas com	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

887	500129	21/11/1994	Danielli Viegas Rosa	Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
888	493452	02/12/1991	Dariane Dalarosa	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
889	509675	02/12/1991	Dariane Dalarosa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
				Educação Infantil				
				Educação Especial/Atendimento				
				Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
890	471000	03/06/1980	Darlene Cagliari	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
891	509676	03/06/1980	Darlene Cagliari	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
892	473712	29/05/1979	Darquila Scopel Franceschi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
893	472842	23/04/1983	Dayame Stuani	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
894	509677	23/04/1983	Dayame Stuani	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
895	475931	21/10/1974	Dayana Loreci Huning Pedroso	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
896	509678	21/10/1974	Dayana Loreci Huning Pedroso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
897	470479	03/06/1988	Debora Dias Da Rosa Barcarolo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
898	509679	03/06/1988	Debora Dias Da Rosa Barcarolo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
899	497759	11/04/1991	Debora Camila Radaelli	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
900	471506	18/10/1986	Debora Carneiro Leite	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
901	509680	18/10/1986	Debora Carneiro Leite	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
902	486773	20/12/1973	Debora Cavasotto Poltronieri	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
				Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado				
903	509681	20/12/1973	Debora Cavasotto Poltronieri	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
904	481438	04/12/1995	Debora Figueiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
905	509682	04/12/1995	Debora Figueiro	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
906	470418	09/08/1977	Debora Haas	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
907	472026	21/10/1969	Debora Pereira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
908	483879	23/09/1985	Deisi Pigozzo Nunes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
909	509683	23/09/1985	Deisi Pigozzo Nunes	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
910	488169	01/02/1984	Deivid Ferraz Da Silva	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
911	509684	01/02/1984	Deivid Ferraz Da Silva	Educação Especial/Intérprete de Libras	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
912	497834	07/11/1988	Deivid Jian Rosa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
913	470933	01/07/1973	Deize lara Herrmann Azevedo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
914	509685	01/07/1973	Deize lara Herrmann Azevedo	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
915	487831	16/10/1984	Deizi Domingues Da Rocha	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
916	484608	31/12/1965	Delci Salete Da Silva Vieira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
917	509686	31/12/1965	Delci Salete Da Silva Vieira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
918	499563	16/06/1976	Delvair Canossa		Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

919	509687	16/06/1976	Delvair Canossa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
920	491853	15/07/1978	Delvair Salette Teixeira Da Rosa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
921	474641	25/07/1986	Denise Aparecida Sabedot Perret	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
922	509688	25/07/1986	Denise Aparecida Sabedot Perret	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A206
923	469867	06/06/1986	Denise Deffaveri Da Rosa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
924	509689	06/06/1986	Denise Deffaveri Da Rosa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
925	476704	03/04/1989	Denise Ferreira	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
926	486089	16/02/1984	Denise Kessler	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
927	509690	16/02/1984	Denise Kessler	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
928	472711	05/08/1986	Denise Regina Lorenzi Da Silva	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
929	500147	21/05/1980	Denise Verbes Schmitt	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
930	477358	22/07/1989	Denner Souza Fernandes	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
931	509691	22/07/1989	Denner Souza Fernandes	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
932	497835	26/07/1968	Deonilce Lourdes Leseux	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
933	509692	26/07/1968	Deonilce Lourdes Leseux	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
934	474851	11/10/1979	Deonilda Wawcziniak	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
935	509693	11/10/1979	Deonilda Wawcziniak	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
936	476125	04/05/1979	Deonilde Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
937	509694	04/05/1979	Deonilde Silva	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
938	500058	24/10/1985	Devanir Moraes	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
939	509695	24/10/1985	Devanir Moraes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
940	495101	06/06/1992	Dhaiana Carla Di Bernardo	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
941	474788	24/08/1985	Diana Seiffert	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
942	509696	24/08/1985	Diana Seiffert	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
943	480120	12/07/1995	Diana Cecon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
944	509697	12/07/1995	Diana Cecon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
945	500691	24/04/1988	Diana Chiarello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
946	509698	24/04/1988	Diana Chiarello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
947	498372	24/12/1994	Diana Chiodelli	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
948	486998	23/02/1986	Diana Folmer	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
949	500861	24/12/1989	Diana Olkoski	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
950	485328	07/03/1987	Diana Robaskiewicz Both	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
951	509699	07/03/1987	Diana Robaskiewicz Both	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
952	483202	16/07/1978	Dianes Fernandes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
953	509700	16/07/1978	Dianes Fernandes	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
954	478949	12/08/1958	Dianete Maria Bianchessi Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

955	509701	12/08/1958	Dianete Maria Bianchessi Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
956	477541	16/12/1984	Diego Andre Fiore Da Silva	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
957	500578	23/11/1987	Diego De Bastiani	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
958	509702	23/11/1987	Diego De Bastiani	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
959	472692	20/02/1991	Diego Felipe Secco	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
960	481297	09/09/1983	Diery Fabio Palharini	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
961	481772	21/10/1991	Diessica Terezinha Dias	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
962	509703	21/10/1991	Diessica Terezinha Dias	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
963	477728	24/09/1968	Dilane Aparecida Petrolli Bisol	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
964	478286	05/09/1975	Dilema Gimenez	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
965	509704	05/09/1975	Dilema Gimenez	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
966	478008	28/04/1976	Dilene Maria Trevisol	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
967	509705	28/04/1976	Dilene Maria Trevisol	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
968	471104	28/05/1976	Dilina De Fatima Chiarello Kusiak	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
969	509706	28/05/1976	Dilina De Fatima Chiarello Kusiak	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
970	477421	26/08/1968	Dilva Maria Fiori	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
971	509707	26/08/1968	Dilva Maria Fiori	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
972	491103	12/09/1978	Dimali Aparecida Ongaratto	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
973	472469	27/01/1991	Dinae Borscheit Vieira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
974	499230	20/10/1975	Diogo Bozzetto	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
975	469947	28/03/1989	Diogo Felipe Dos Reis	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
976	474998	28/07/1965	Dione Fatima Hemes Portella	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
977	477503	24/03/1986	Dioneia de Abreo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
978	509708	24/03/1986	Dioneia de Abreo	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
979	474217	03/12/1978	Dirce Buth	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
980	509709	03/12/1978	Dirce Buth	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
981	476893	04/11/1969	Dirce Maldaner	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
982	509710	04/11/1969	Dirce Maldaner	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
983	487630	01/02/1994	Dirceu Junior Barp	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
984	509711	01/02/1994	Dirceu Junior Barp	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
985	501033	02/05/1971	Dirlei Aparecida Carpegiani	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
986	509712	02/05/1971	Dirlei Aparecida Carpegiani	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A207
987	492926	09/09/1974	Dirlei Salete Oldoni Bordignon	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
988	509713	09/09/1974	Dirlei Salete Oldoni Bordignon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
989	472180	22/07/1967	Diva Rizzo De Lima	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
990	488750	01/12/1987	Djanane Veiga De Souza Martins	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

991	509714	01/12/1987	Djanane Veiga De Souza Martins	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
992	488730	30/06/1950	Doraci Grutka	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
993	480576	24/05/1980	Doremi Canabaro Braghini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
994	509715	24/05/1980	Doremi Canabaro Braghini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
995	472541	10/03/1969	Dorilde Rodrigues	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
996	509716	10/03/1969	Dorilde Rodrigues	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
997	471177	03/04/1955	Dosolina Barancelli Manenti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
998	509717	03/04/1955	Dosolina Barancelli Manenti	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
999	492749	23/04/1990	Douglas Henrique Pereira	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1000	469863	23/03/1976	Dulcemar Ines Pozzebon Vaz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1001	509718	23/03/1976	Dulcemar Ines Pozzebon Vaz	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1002	483456	23/11/1983	Dulciane Ap. padilha Coltro	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1003	509719	23/11/1983	Dulciane Ap. padilha Coltro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1004	478643	07/03/1988	Dulcileia Cardoso	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1005	491217	17/05/1985	Dulcilene De Souza Parnoff	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1006	509720	17/05/1985	Dulcilene De Souza Parnoff	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1007	477568	06/06/1973	Dulcineia Mariza Debetio	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1008	473915	23/02/1990	Dyanamara Giongo Konzen	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1009	509721	23/02/1990	Dyanamara Giongo Konzen	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1010	479626	15/03/1989	Dyonatan Pedroso	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1011	509722	15/03/1989	Dyonatan Pedroso	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1012	469934	04/06/1990	Ediana Cirino De Almeida	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1013	509723	04/06/1990	Ediana Cirino De Almeida	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1014	470438	15/06/1980	Ediane Padilha De Oliveira Bertella	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1015	473796	09/12/1975	Ediclea Aparecida Gosh Moretto	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1016	509724	09/12/1975	Ediclea Aparecida Gosh Moretto	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1017	497721	05/01/1977	Edileide Dos Santos Rabelo Pereira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1018	509725	05/01/1977	Edileide Dos Santos Rabelo Pereira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1019	479819	14/05/1972	Edilene Teresinha Maccari	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1020	509726	14/05/1972	Edilene Teresinha Maccari	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1021	493275	13/11/1962	Edilia Pacheco Da Silva	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1022	487072	24/10/1985	Edimara Pedroso Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1023	509727	24/10/1985	Edimara Pedroso Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208
1024	491121	04/07/1982	Edina Carla Gressler	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

				Recursos Multifuncionais)					
1025	509728	04/07/1982	Edina Carla Gressler	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208	
1026	486721	11/07/1984	Edina Paula Colella	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208	
1027	509729	11/07/1984	Edina Paula Colella	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A208	
1028	469873	19/03/1989	Edinara Aparecida Spezia	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1029	509730	19/03/1989	Edinara Aparecida Spezia	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1030	475486	06/04/1985	Edineia Andreotti Tres	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1031	509731	06/04/1985	Edineia Andreotti Tres	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)					
1032	495380	04/10/1987	Edineia Da Rosa	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1033	509732	04/10/1987	Edineia Da Rosa	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1034	498453	08/01/1987	Edineia Guidolin Zaporoli	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1035	509733	08/01/1987	Edineia Guidolin Zaporoli	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1036	482444	23/01/1984	Edineia Renata Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1037	509734	23/01/1984	Edineia Renata Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1038	477149	02/01/1993	Edineia Rocha De Souza	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1039	480188	28/06/1989	Edineia Teixeira Da Rosa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1040	509735	28/06/1989	Edineia Teixeira Da Rosa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1041	471328	20/08/1965	Edite Dal Bosco	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1042	509736	20/08/1965	Edite Dal Bosco	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1043	500871	14/05/1947	Edite Bordin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1044	472906	28/04/1990	Edvaine Barro	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1045	475107	14/11/1984	Edvane Lugarezi Farias	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1046	509737	14/11/1984	Edvane Lugarezi Farias	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1047	494357	24/10/1982	Edna Menegatti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1048	509738	24/10/1982	Edna Menegatti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1049	477263	09/12/1977	Edna Claudia Primel	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1050	509739	09/12/1977	Edna Claudia Primel	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1051	474201	26/08/1978	Edna Maggioni Ransolin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1052	509740	26/08/1978	Edna Maggioni Ransolin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1053	474544	21/04/1979	Edreane Lamperti Marchetti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1054	509741	21/04/1979	Edreane Lamperti Marchetti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1055	480259	20/10/1966	Edson Damiao Beal	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1056	494438	14/01/1978	Edson Hoff	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1057	500138	24/11/1992	Eduarda Bernardi	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209	
1058	469870	20/01/1998	Eduarda Zambiasi Radünz	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211	



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1059	496212	04/05/1981	Eduardo Zanini Bahu	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1060	472717	09/02/1977	Eduardo Rezer	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1061	472334	07/03/1979	Eduardo Seganti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1062	509742	07/03/1979	Eduardo Seganti	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1063	494354	09/05/1975	Eladio Jamir Disner	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1064	478385	06/01/1972	Elaine Aparecida Sganzerla	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1065	469806	06/06/1987	Elaine Teresinha De Oliveira	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1066	500663	06/12/1971	Elaine Tognon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1067	509743	06/12/1971	Elaine Tognon	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1068	482679	16/01/1985	Eleanora Antunes De Mello	Educação Especial/Instrutor de Libras	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1069	509744	16/01/1985	Eleanora Antunes De Mello	Educação Especial/Intérprete de Libras	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1070	471391	18/10/1979	Eleanora Dos Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1071	478208	06/08/1963	Elena Maria Tomazelli Bernardi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1072	509745	06/08/1963	Elena Maria Tomazelli Bernardi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1073	480710	01/05/1979	Elena Tessaro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1074	509746	01/05/1979	Elena Tessaro	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1075	495259	11/09/1969	Eleni Dutra Vassoler	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1076	509747	11/09/1969	Eleni Dutra Vassoler	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1077	471144	29/06/1966	Elénice Bet Gehlen	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1078	476769	29/05/1980	Elénice De Barros Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1079	509748	29/05/1980	Elénice De Barros Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1080	497296	04/12/1973	Elenir Soares Dos Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1081	471345	06/03/1961	Elenir Teresinha Pedrosa Negro	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1082	496964	15/11/1995	Elenita Maria Padilha De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1083	509749	15/11/1995	Elenita Maria Padilha De Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1084	478337	25/09/1970	Elenita Rosa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1085	509750	25/09/1970	Elenita Rosa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1086	486003	19/07/1980	Eleonora Peralta Lemes	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1087	478204	11/10/1982	Eleziane Fatima Ecker	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1088	474145	07/11/1986	Elamara Cansi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1089	478330	04/12/1966	Elana Aparecida Dos Santos De Moura	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1090	480110	13/06/1978	Elana Marcia Alberton	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1091	472688	12/08/1980	Eliane Bellei Aumondi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1092	509751	12/08/1980	Eliane Bellei Aumondi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1093	493047	07/06/1973	Eliane Brunetto Gemelli	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1094	509752	07/06/1973	Eliane Brunetto Gemelli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1095	471408	29/07/1991	Eliane Mello Pedrozo	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1096	470877	13/12/1979	Eliane Ribeiro Neto Missel	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1097	509753	13/12/1979	Eliane Ribeiro Neto Missel	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1098	492564	22/04/1978	Eliane Zanin	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1099	484949	19/04/1987	Eliane Alves Pereira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1100	509754	19/04/1987	Eliane Alves Pereira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1101	480711	11/04/1978	Eliane Aparecida Trentin Pasa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1102	493559	14/07/1974	Eliane Balbinot	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1103	470654	10/01/1968	Eliane Bernardete Tonello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1104	478283	17/03/1975	Eliane Ceccon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1105	509755	17/03/1975	Eliane Ceccon	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1106	476620	03/09/1970	Eliane Da Silveira Meneguzzi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1107	509756	03/09/1970	Eliane Da Silveira Meneguzzi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1108	474332	19/10/1978	Eliane De Fatima Doamaral	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1109	509757	19/10/1978	Eliane De Fatima Doamaral	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A209
1110	474491	21/01/1979	Eliane De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1111	509758	21/01/1979	Eliane De Oliveira	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1112	476521	13/03/1978	Eliane Dos Santos Saugo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1113	509759	13/03/1978	Eliane Dos Santos Saugo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1114	488130	16/12/1975	Eliane Fatima Azeredo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1115	509760	16/12/1975	Eliane Fatima Azeredo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1116	476098	05/03/1984	Eliane Fatima Brugnara	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1117	509761	05/03/1984	Eliane Fatima Brugnara	Professor de Artes Plásticas com				
1118	475619	26/05/1982	Eliane Franceschina Cavalheiro	Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1119	509762	26/05/1982	Eliane Franceschina Cavalheiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1120	501499	20/04/1981	Eliane Freitas	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1121	476589	06/05/1978	Eliane Martins	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1122	509763	06/05/1978	Eliane Martins	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1123	482572	02/12/1985	Eliane Pereira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1124	475734	02/08/1982	Eliane Pereira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1125	509764	02/12/1985	Eliane Pereira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1126	477378	25/04/1993	Eliane Poliane Plucinski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1127	509765	25/04/1993	Eliane Poliane Plucinski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1128	474980	02/08/1990	Eliane Schmitz Pegoraro	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1129	509766	02/08/1990	Eliane Schmitz Pegoraro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1130	488005	23/01/1985	Eliane Soster	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1131	509767	23/01/1985	Eliane Soster	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1132	471450	21/06/1982	Eliane Viega	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1133	509768	21/06/1982	Eliane Viega	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1134	478228	22/05/1984	Eliane Woithoski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1135	509769	22/05/1984	Eliane Woithoski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1136	500761	21/07/1983	Eliciane Fatima Schnaider	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1137	497270	19/09/1965	Eliete Terezinha Nottar	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1138	509770	19/09/1965	Eliete Terezinha Nottar	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1139	472128	21/07/1988	Eliezer Luiz Kercher	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1140	471803	13/06/1987	Elis Regiane Madoglio	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1141	509771	13/06/1987	Elis Regiane Madoglio	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1142	501185	24/06/1991	Elis Villani	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1143	471732	19/10/1986	Elisa Faltao Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1144	509772	19/10/1986	Elisa Faltao Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1145	487553	05/07/1961	Elisabete Do Carmo Dal Piva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1146	509773	05/07/1961	Elisabete Do Carmo Dal Piva	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1147	501691	14/01/1981	Elisabete Lopes	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1148	509774	14/01/1981	Elisabete Lopes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1149	472892	23/10/1981	Elisandra Paz	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1150	499900	22/09/1983	Elisandra Beatris Kempf	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1151	509775	22/09/1983	Elisandra Beatris Kempf	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1152	470662	07/07/1981	Elisandra Cleonice Pritsch	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1153	509776	07/07/1981	Elisandra Cleonice Pritsch	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1154	498605	20/02/1976	Elisandra Fernandes De Carvalho	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1155	509777	20/02/1976	Elisandra Fernandes De Carvalho	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1156	498451	26/02/1980	Elisandra Gisele Cenci	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1157	509778	26/02/1980	Elisandra Gisele Cenci	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1158	483045	08/09/1985	Elisane Lazzaratti Conteratto	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1159	477194	25/08/1980	Elisangela Batista Nunes	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1160	509779	25/08/1980	Elisangela Batista Nunes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1161	484595	10/10/1982	Elisangela Bonfim	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1162	488767	23/06/1985	Elisangela Carla Zorzi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1163	509780	23/06/1985	Elisangela Carla Zorzi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1164	478457	04/10/1981	Elisangela De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1165	509781	04/10/1981	Elisangela De Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1166	494791	14/05/1987	Elisangela Luza	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1167	478682	07/04/1978	Elisangela Mombaque	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1168	509782	07/04/1978	Elisangela Mombaque	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1169	472175	13/03/1982	Elisangela Pedott Bazzi	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1170	509783	13/03/1982	Elisangela Pedott Bazzi	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1171	487091	06/04/1978	Elisangela Serpa De Jesus	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1172	509784	06/04/1978	Elisangela Serpa De Jesus	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1173	473487	26/03/1975	Elisangela Trombeta	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1174	509785	26/03/1975	Elisangela Trombeta	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1175	482242	07/05/1974	Elisangela Witkowski Krauspenhar	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1176	509786	07/05/1974	Elisangela Witkowski Krauspenhar	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1177	484484	05/09/1966	Elisangela Zago Machado	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1178	472169	14/09/1975	Elisete Adriana Jose Luiz	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1179	472424	03/08/1989	Elisete Fatima Kusmirczuk Theobald	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1180	509787	03/08/1989	Elisete Fatima Kusmirczuk Theobald	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1181	475504	14/09/1991	Elisete Giacomini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1182	509788	14/09/1991	Elisete Giacomini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1183	500702	29/07/1993	Elivelton Barki	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1184	471537	01/11/1973	Elizabete Trento	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1185	509789	01/11/1973	Elizabete Trento	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1186	493101	27/02/1971	Elizabete Aparecida Carasek Giombelli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1187	509790	27/02/1971	Elizabete Aparecida Carasek Giombelli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1188	475276	27/11/1980	Elizabete De Aguiar	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1189	509791	27/11/1980	Elizabete De Aguiar	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1190	480441	01/04/1966	Elizabete Maciel	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1191	509792	01/04/1966	Elizabete Maciel	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1192	477721	05/09/1980	Elizabete Silveira Dias De Andrade	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
1193	509793	05/09/1980	Elizabete Silveira Dias De Andrade	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1194	495273	10/02/1990	Elizama De Souza Tavares	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1195	509794	10/02/1990	Elizama De Souza Tavares	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1196	478346	22/08/1988	Elizandra Bortoli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1197	509795	22/08/1988	Elizandra Bortoli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1198	471627	14/03/1987	Elizandra De Farias	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1199	487101	15/04/1989	Elizandra Diefenthaler Vertuosos	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1200	485827	29/01/1983	Elizandra Antunes	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1201	509796	29/01/1983	Elizandra Antunes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1202	486866	24/04/1978	Elizandra Aparecida De Almeida Bet	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1203	500383	10/01/1982	Elizandra Bernardi	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1204	472634	08/06/1981	Elizandra Da Silva	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1205	472130	26/04/1983	Elizandra De Re	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1206	471884	03/01/1979	Elizandra Patricia Benetti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1207	509797	03/01/1979	Elizandra Patricia Benetti	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1208	477692	20/08/1983	Elizandra Pedroso	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1209	509798	20/08/1983	Elizandra Pedroso	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1210	484379	28/12/1978	Elizangela Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1211	509799	28/12/1978	Elizangela Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1212	469791	21/07/1978	Elizangela Diefenthaler	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A210
1213	475953	17/08/1990	Elizangela Gonçalves Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1214	509800	17/08/1990	Elizangela Gonçalves Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1215	495158	02/08/1974	Elizeane Da Silveira Ugolini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1216	509801	02/08/1974	Elizeane Da Silveira Ugolini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1217	480070	28/03/1991	Eliziani Teles	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1218	509802	28/03/1991	Eliziani Teles	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1219	470100	13/10/1958	Eloa de Fátima Mainardi	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1220	482686	11/04/1977	Eloi Mala	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1221	493509	08/12/1980	Elvir Banaseski	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1222	499521	28/10/1976	Eloisa Bordin	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1223	509803	28/10/1976	Eloisa Bordin	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1224	488488	07/03/1975	Eloneide Regina Chioffi	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1225	509804	07/03/1975	Eloneide Regina Chioffi	Professor de Artes Plásticas com	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1226	491384	07/05/1992	Eluana Tassoneiro	Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1227	509805	07/05/1992	Eluana Tassoneiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1228	475779	06/01/1965	Elvira Aparecida Roza Dutkevitz	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1229	509806	06/01/1965	Elvira Aparecida Roza Dutkevitz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1230	497839	24/07/1975	Ely De Jesus Konflanz	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1231	509807	24/07/1975	Ely De Jesus Konflanz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1232	495741	15/08/1968	Elza Piedade De Souza Lacerda	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1233	499655	29/08/1969	Elzira Floss	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1234	501285	01/05/1986	Emanoela Batistello	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
				Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1235	487710	13/10/1981	Emanoel Gabriel	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1236	509808	13/10/1981	Emanoel Gabriel	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1237	472484	15/11/1984	Emanuela Costa Argente Bandeira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1238	509809	15/11/1984	Emanuela Costa Argente Bandeira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1239	474331	20/12/1988	Emanuelle Aline Da Silva Meneghetti	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1240	471351	21/01/1985	Emília Pasquali	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A211
1241	501797	08/08/1994	Emiliano Fruett Oliveira	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1242	478736	14/01/1994	Emmanuel Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1243	481301	28/05/1966	Enedi Terezinha Canei Conte	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1244	509810	28/05/1966	Enedi Terezinha Canei Conte	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1245	481767	03/04/1965	Enelice Cora Genevro	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1246	474372	04/07/1975	Eni Longo Cervi Cervi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1247	509811	04/07/1975	Eni Longo Cervi Cervi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1248	475532	20/07/1959	Eni Winckler Ramos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1249	509812	20/07/1959	Eni Winckler Ramos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1250	472848	28/10/1976	Eonara Aparecida Soares De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1251	509813	28/10/1976	Eonara Aparecida Soares De Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1252	478655	07/06/1960	Erecilda Maria Cigognini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1253	509814	07/06/1960	Erecilda Maria Cigognini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1254	472406	28/07/1987	Ercileia Dos Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1255	491191	17/02/1985	Eron Zandavalli	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1256	470780	11/03/1974	Eronita Serpa Dariff	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1257	509815	11/03/1974	Eronita Serpa Dariff	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1258	477674	26/02/1984	Estefany Alves De Medeiros	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1259	509816	26/02/1984	Estefany Alves De Medeiros	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1260	478084	20/08/1976	Estela Pereira N Eckel	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1261	509817	20/08/1976	Estela Pereira N Eckel	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1262	477904	09/01/1965	Estelamaris Zanchet	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1263	509818	09/01/1965	Estelamaris Zanchet	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1264	474280	12/05/1982	Etiane Fatima Da Silva Foppa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1265	481815	01/03/1981	Eunice Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1266	497198	19/01/1966	Eva Rejane Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1267	509819	19/01/1966	Eva Rejane Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1268	470351	11/12/1970	Eva Roberta Bassi Ferreira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1269	509820	11/12/1970	Eva Roberta Bassi Ferreira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1270	491216	29/01/1959	Eva Teresinha Machado	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1271	509821	29/01/1959	Eva Teresinha Machado	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1272	478161	02/05/1979	Evaldo Andre Sperry	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1273	509822	02/05/1979	Evaldo Andre Sperry	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1274	491654	26/05/1979	Evandra Brites Ribas	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1275	509823	26/05/1979	Evandra Brites Ribas	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1276	492850	23/10/1976	Evandro Elias Pontes	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1277	475105	28/08/1982	Evania Banfi Da Silveira	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1278	497267	10/02/1983	Evelise De Moraes Nogueira De Oliveira	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
1279	509824	10/02/1983	Evelise De Moraes Nogueira De Oliveira	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1280	472952	17/08/1980	Evelyn Grazielle Geremias	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1281	509825	17/08/1980	Evelyn Grazielle Geremias	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1282	478464	13/07/1987	Everton Figueira Neckel	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1283	492778	11/01/1983	Ezandra Pizzatto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1284	509826	11/01/1983	Ezandra Pizzatto	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1285	475844	08/05/1986	Fabiana Barro Rodrigues	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1286	509827	08/05/1986	Fabiana Barro Rodrigues	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1287	475630	23/07/1979	Fabiana Felix Bueno	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1288	509828	23/07/1979	Fabiana Felix Bueno	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1289	500808	30/05/1984	Fabiana Lorenzoni	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1290	509829	30/05/1984	Fabiana Lorenzoni	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1291	499410	01/08/1991	Fabiana Sirino	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1292	470986	19/12/1984	Fabiana Wutke Melo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1293	509830	19/12/1984	Fabiana Wutke Melo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1294	501747	11/11/1969	Fabiane Biazus	Professor de Artes Cênicas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1295	478633	04/01/1993	Fabiane Cristina Giombelli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1296	509831	04/01/1993	Fabiane Cristina Giombelli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1297	474360	09/02/1992	Fabiane Fagundes Martins	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1298	509832	09/02/1992	Fabiane Fagundes Martins	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1299	477203	27/03/1984	Fabiane Juliana Vilvert	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1300	484603	11/04/1984	Fabiane Moreto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1301	509833	11/04/1984	Fabiane Moreto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1302	479971	25/11/1982	Fabiane Pagani	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1303	472770	13/10/1974	Fabiane Rafaela Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1304	509834	13/10/1974	Fabiane Rafaela Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1305	471731	31/05/1987	Fabiane Rodigeri	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1306	509835	31/05/1987	Fabiane Rodigeri	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A212
1307	497720	11/11/1984	Fabiane Rubenich	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1308	478659	11/09/1978	Fabiane Silvani Pilatti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1309	471288	23/12/1988	Fabiane Souza Muller	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1310	509836	23/12/1988	Fabiane Souza Muller	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1311	472003	13/11/1988	Fabiane Vieira Ebeling	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1312	509837	13/11/1988	Fabiane Vieira Ebeling	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1313	487570	29/01/1986	Fabiano Giroto	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1314	488737	03/06/1985	Fabio Daniel Soave	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1315	479653	20/11/1993	Fabiola Both	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1316	509838	20/11/1993	Fabiola Both	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1317	470824	06/12/1990	Fabiula Christina Dill	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1318	509839	06/12/1990	Fabiula Christina Dill	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1319	495210	08/10/1981	Fabricia Fernandes Ferreira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1320	509840	08/10/1981	Fabricia Fernandes Ferreira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1321	471272	21/12/1981	Fabício Ribeiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1322	509841	21/12/1981	Fabício Ribeiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1323	469834	19/10/1982	Fabrizia Krig Paliano	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1324	478470	28/12/1988	Fagner Antonio Trentin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1325	509842	28/12/1988	Fagner Antonio Trentin	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1326	471798	15/04/1967	Fatima Aparecida Almeida	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1327	509843	15/04/1967	Fatima Aparecida Almeida	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1328	470949	25/08/1977	Fatima Simonetti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1329	509844	25/08/1977	Fatima Simonetti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1330	488214	15/05/1966	Fatima Antunes Da Silva	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1331	480853	27/05/1971	Fatima Da Aparecida Antunes Da Rocha Dallacorte	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1332	485310	17/05/1975	Fatima Goes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1333	509845	17/05/1975	Fatima Goes	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1334	497209	09/02/1955	Fatima Zorzi	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1335	509846	09/02/1955	Fatima Zorzi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1336	499638	01/11/1982	Fausto Nachtigall	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1337	501467	30/04/1992	Felipe Antonio Primon De Barros	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1338	499690	03/06/1986	Felipe De Santi	Professor de Música com Licenciatura	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1339	470013	19/06/1980	Felipe Villa Sanches	Plena e Bacharelado	Professora com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
1340	492355	25/07/1994	Fernanda Andressa Marafon De Souza	Educação Física	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1341	486844	12/12/1990	Fernanda Aparecida De Mello	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1342	509847	12/12/1990	Fernanda Aparecida De Mello	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1343	472107	22/12/1979	Fernanda Bau	Língua Estrangeira - Inglês	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1344	509848	22/12/1979	Fernanda Bau	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1345	479536	24/11/1991	Fernanda Beatriz Boita	Professora com 2º Grau AC (música)	Professora com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
1346	478188	02/01/1980	Fernanda Carvalho Ferreira	1ª a 5ª Série e EJA	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1347	509849	02/01/1980	Fernanda Carvalho Ferreira	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1348	501869	10/08/1980	Fernanda Cristina Da Silva Giordan	1ª a 5ª Série e EJA	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1349	509850	10/08/1980	Fernanda Cristina Da Silva Giordan	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1350	470473	02/04/1980	Fernanda Cristina Fornari Lange	Língua Estrangeira - Inglês	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1351	492459	25/03/1989	Fernanda Cristine Alves	1ª a 5ª Série e EJA	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1352	509851	25/03/1989	Fernanda Cristine Alves	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1353	492761	16/07/1987	Fernanda Ficagna	1ª a 5ª Série e EJA	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1354	509852	16/07/1987	Fernanda Ficagna	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1355	474837	13/08/1978	Fernanda Giacomazzi Rodrigues	1ª a 5ª Série e EJA	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1356	509853	13/08/1978	Fernanda Giacomazzi Rodrigues	Educação Especial/Segundo Professor	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1357	487310	01/08/1991	Fernanda Giroto	1ª a 5ª Série e EJA	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1358	509854	01/08/1991	Fernanda Giroto	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1359	472024	21/09/1985	Fernanda Guolo	1ª a 5ª Série e EJA	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1360	509855	21/09/1985	Fernanda Guolo	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1361	493127	18/06/1986	Fernanda Kielling	1ª a 5ª Série e EJA	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1362	509856	18/06/1986	Fernanda Kielling	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1363	477813	18/04/1983	Fernanda Loureiro Machado	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1364	487055	29/10/1990	Fernanda Malacarne	1ª a 5ª Série e EJA	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1365	509857	29/10/1990	Fernanda Malacarne	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1366	488315	06/11/1992	Fernanda Maria Arcari	1ª a 5ª Série e EJA	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1367	509858	06/11/1992	Fernanda Maria Arcari	Educação Especial/Segundo Professor	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1368	494987	16/10/1993	Fernanda Paula Wappler	Matemática	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1369	487836	11/07/1988	Fernanda Pesente Menin	Ciências	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1370	509859	11/07/1988	Fernanda Pesente Menin	Educação Infantil	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1371	470413	02/07/1984	Fernanda Pit	Educação Física	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213
1372	469967	22/09/1988	Fernando Diehl	1ª a 5ª Série e EJA	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A213



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1373	473835	21/12/1982	Fernando Rodrigo Dall Igna	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1374	497902	04/07/1993	Fernando Weiss	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1375	475004	13/03/1962	Fladimir Rodrigues De Oliveira	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1376	500358	10/11/1994	Flávia Sgnaulin	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1377	509860	10/11/1994	Flávia Sgnaulin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1378	484395	10/12/1992	Flávia Carla Vacarin	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1379	475906	26/05/1984	Flávia Perim	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1380	472630	09/05/1991	Flávia Regina Melo	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1381	502283	11/08/1994	Flávio De Lima	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
1382	479801	25/08/1982	Franciela Gugel	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1383	471834	22/10/1984	Franciele Borin Cigognini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1384	509861	22/10/1984	Franciele Borin Cigognini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1385	470097	07/10/1987	Franciele Sive	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1386	509862	07/10/1987	Franciele Sive	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1387	499202	25/12/1983	Franciele Aparecida Fortes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1388	509863	25/12/1983	Franciele Aparecida Fortes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1389	492469	14/02/1976	Franciele Arrua Marin	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1390	475401	06/07/1983	Franciele Bejamini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1391	509864	06/07/1983	Franciele Bejamini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1392	496752	26/03/1993	Francieli Delazeri	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1393	509865	26/03/1993	Francieli Delazeri	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1394	493467	11/08/1989	Francieli Dias Lombardi	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1395	478733	06/10/1978	Francieli Gallon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1396	509866	06/10/1978	Francieli Gallon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1397	470086	26/07/1990	Francieli Gnoatto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1398	509867	26/07/1990	Francieli Gnoatto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1399	498607	07/06/1991	Francieli Katia Rambo Slaviero	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1400	509868	07/06/1991	Francieli Katia Rambo Slaviero	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1401	501610	23/08/1992	Francieli Kuczkovski	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1402	472443	22/08/1984	Francieli Munarini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1403	498796	26/10/1991	Francieli Sabrina Corazza	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1404	484068	06/11/1987	Francieli De Paula	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1405	477743	26/02/1988	Francieli Mariana De Mello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1406	487415	02/05/1983	Francilene Alves	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1407	509869	02/05/1983	Francilene Alves	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1408	470196	01/11/1982	Francilene Dall Agnol De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1409	509870	01/11/1982	Francilene Dall Agnol De Oliveira	Educação Infantil	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1410	483809	17/08/1981	Francine Baptistella	Ciências	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1411	501278	02/01/1988	Francini Cardoso	1ª a 5ª Série e EJA	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1412	509871	02/01/1988	Francini Cardoso	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1413	481494	31/03/1973	Francisca Gisele	Educação Especial/Segundo Professor	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1414	509872	31/03/1973	Francisca Gisele	Educação Infantil	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1415	472498	29/09/1984	Francislene Mistura Viesorkoski	Educação Especial/Segundo Professor	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1416	509873	29/09/1984	Francislene Mistura Viesorkoski	Educação Infantil	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1417	500433	03/02/1993	Franziel Moraes De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1418	509874	03/02/1993	Franziel Moraes De Oliveira	Educação Infantil	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1419	495245	20/01/1986	Gabriel Pasini	Educação Física	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1420	479072	07/01/1987	Gabriela Chiarello	Língua Estrangeira - Inglês	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1421	471930	03/03/1989	Gabriela De Araujo Schoenberger	1ª a 5ª Série e EJA	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1422	509875	03/03/1989	Gabriela De Araujo Schoenberger	Educação Infantil	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1423	476238	30/09/1993	Gabriela Tomazelli Bernardi	Língua Estrangeira - Inglês	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1424	509876	30/09/1993	Gabriela Tomazelli Bernardi	Língua Portuguesa	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1425	470779	12/02/1991	Gabriela Dal Bello	Língua Estrangeira - Inglês	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1426	471196	27/05/1980	Gabriela Fabris Fortes	Língua Estrangeira - Inglês	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1427	509877	27/05/1980	Gabriela Fabris Fortes	Língua Portuguesa	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1428	493263	05/06/1993	Gabriela Fernanda Dos Santos	Professor com Curso Superior AC (dança)	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1429	472138	17/11/1978	Gabriela Malvessi	Artes	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1430	509878	17/11/1978	Gabriela Malvessi	Educação Infantil	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1431	471827	19/11/1990	Gabriela Marivone Beltrame Haverroth	Ciências	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1432	479632	24/08/1994	Gabriela Nardi	1ª a 5ª Série e EJA	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1433	509879	24/08/1994	Gabriela Nardi	Educação Infantil	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A214
1434	472646	01/09/1994	Gabriela Rodrigues	Artes	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1435	470299	10/08/1981	Gabriele Biasotto	1ª a 5ª Série e EJA	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1436	509880	10/08/1981	Gabriele Biasotto	Educação Infantil	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1437	474887	02/07/1986	Gabriella Xavier De Medeiros Barros	História	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1438	471337	31/07/1992	Gabrielle Cristina Baumer	Educação Especial/Segundo Professor	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1439	509881	31/07/1992	Gabrielle Cristina Baumer	Educação Infantil	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1440	476348	03/07/1973	Gecilde Simionato Zanchet	Educação Especial/Segundo Professor	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1441	509882	03/07/1973	Gecilde Simionato Zanchet	Educação Infantil	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1442	475255	11/12/1985	Gelselze Pilonetto	Educação Física	Unesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1443	497718	17/08/1972	Gelson De Lara	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1444	471243	25/08/1990	Gelson Ribeiro Da Silva	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1445	473376	14/09/1968	Genacir Damo Bellei	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1446	509883	14/09/1968	Genacir Damo Bellei	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1447	483157	26/06/1991	Genaina De Souza	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
1448	509884	26/06/1991	Genaina De Souza	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1449	475821	10/07/1986	Genesi Alessio		Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1450	481845	17/06/1954	Geni Maria Pagnussat Alba	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1451	509885	17/06/1954	Geni Maria Pagnussat Alba	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1452	469815	03/01/1970	Genilde Cavasin	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1453	473489	22/10/1985	Geovana Grigulo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1454	509886	22/10/1985	Geovana Grigulo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1455	485229	14/04/1966	Geraldo Poletto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1456	509887	14/04/1966	Geraldo Poletto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1457	475361	18/09/1968	Geroni Maria De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1458	509888	18/09/1968	Geroni Maria De Oliveira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1459	472499	13/12/1970	Gersiomari Luzia Mocellin Meine	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1460	509889	13/12/1970	Gersiomari Luzia Mocellin Meine	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
				Educação Especial/Intérprete de Libras				
1461	482034	17/07/1985	Gerusa Maica Nunes Innocente		Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1462	509890	17/07/1985	Gerusa Maica Nunes Innocente	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1463	475384	13/03/1969	Gerusa Soares Krause	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1464	492158	31/07/1985	Geslaine Marta Da Silva De Moura	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
1465	509891	31/07/1985	Geslaine Marta Da Silva De Moura		Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1466	470024	06/01/1975	Geslania Santos Da Cruz	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1467	480113	12/09/1963	Gessi Do Carmo De Abreu	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1468	509892	12/09/1963	Gessi Do Carmo De Abreu	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1469	492519	03/12/1974	Gessi Vaz	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1470	498236	22/09/1992	Gessica Vanderleia Kochem	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1471	509893	22/09/1992	Gessica Vanderleia Kochem	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1472	476782	03/03/1984	Geverson De Moura	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1473	509894	03/03/1984	Geverson De Moura	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1474	474432	15/12/1987	Giamara Claudia Pertile Franco	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1475	509895	15/12/1987	Giamara Claudia Pertile Franco	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1476	479210	17/04/1986	Giancarlo Valentini	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1477	494081	22/08/1994	Gianna Marin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1478	509896	22/08/1994	Gianna Marin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1479	485205	23/02/1982	Gicele Giovacki	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1480	475895	14/04/1983	Giceli Onghero Braghini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1481	509897	14/04/1983	Giceli Onghero Braghini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1482	472071	18/11/1972	Gilmar Adriano Leal	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1483	498729	29/12/1964	Gilmar Antonio Isotton	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1484	494500	19/03/1963	Gilmar Fagundes	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1485	509898	19/03/1963	Gilmar Fagundes	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1486	498120	13/06/1985	Gilmara Regina De Oliveira	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1487	472511	23/09/1989	Gilson Jose Almeida	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1488	496366	18/08/1980	Gilvana Aparecida Werner Restirola	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1489	509899	18/08/1980	Gilvana Aparecida Werner Restirola	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1490	476707	02/05/1985	Gilvanio Pedroso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1491	509900	02/05/1985	Gilvanio Pedroso	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1492	478144	06/10/1982	Giolane Paula Palmas Sperry	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1493	509901	06/10/1982	Giolane Paula Palmas Sperry	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1494	477015	19/12/1964	Giomar Maria Poletto Heck	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1495	509902	19/12/1964	Giomar Maria Poletto Heck	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1496	484413	05/02/1988	Giovana Didone Piovezana	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A215
1497	494870	27/06/1981	Giovana Donzelli Da Silva Formenton	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1498	509903	27/06/1981	Giovana Donzelli Da Silva Formenton	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1499	471553	31/10/1978	Giovana Mattei	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1500	501358	12/11/1981	Giovani Rigotti	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1501	470155	21/11/1973	Giovani Zeny Pinho Mallmann	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1502	509904	21/11/1973	Giovani Zeny Pinho Mallmann	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1503	470925	29/04/1982	Giovanni Gugiel	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1504	495678	27/08/1983	Gisele De Paula Silveira	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1505	475117	25/01/1990	Gisele Bottini Ribeiro Wisoski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1506	509905	25/01/1990	Gisele Bottini Ribeiro Wisoski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1507	472587	22/09/1980	Gisele Cigognini	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1508	479234	28/04/1989	Gisele Finkler	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1509	509906	28/04/1989	Gisele Finkler	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1510	498972	24/09/1977	Gisele Rodrigues Hack	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1511	475907	09/10/1986	Giseli Guilherme	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1512	509907	09/10/1986	Giseli Guilherme	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1513	499941	14/02/1991	Gislaine Ferrari	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1514	509908	14/02/1991	Gislaine Ferrari	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1515	492839	20/01/1981	Gislaine Ficagna	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1516	509909	20/01/1981	Gislaine Ficagna	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1517	497484	10/10/1987	Gislaine Ribeiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1518	509910	10/10/1987	Gislaine Ribeiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1519	471713	24/09/1987	Gissele Ganza	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1520	479350	05/01/1990	Giziani Schmidt	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
1521	509911	05/01/1990	Giziani Schmidt	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1522	479415	17/12/1958	Glaci Odete Franke Gheno	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1523	509912	17/12/1958	Glaci Odete Franke Gheno	Matemática	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1524	470375	23/06/1980	Glaciane Colussi Conterato	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1525	487240	20/09/1980	Glaucia Aparecida Romansin Michelon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1526	509913	20/09/1980	Glaucia Aparecida Romansin Michelon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1527	477138	07/03/1982	Glaucia Busnello	História	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1528	487868	26/07/1991	Glauciele Bevilacqua Lazzaretti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
1529	477910	02/02/1988	Glecia De Bastiani	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1530	509914	02/02/1988	Glecia De Bastiani	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1531	477955	02/12/1972	Gloria Catarina Marinello Stulp	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1532	509915	02/12/1972	Gloria Catarina Marinello Stulp	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1533	471286	17/07/1980	Grace Pinto Nasario Ferrari	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1534	509916	17/07/1980	Grace Pinto Nasario Ferrari	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1535	487516	22/03/1984	Gracelia Aparecida Pelicoli De Oliveira Cortes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1536	476384	26/05/1978	Graciana Maria Brandalise Azzolin	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1537	509917	26/05/1978	Graciana Maria Brandalise Azzolin	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1538	499681	29/09/1980	Graciani Cagol	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1539	509918	29/09/1980	Graciani Cagol	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1540	498587	06/08/1985	Graciela Gotardo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1541	509919	06/08/1985	Graciela Gotardo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1542	478221	23/01/1987	Gracieli Baldissera Fernandes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1543	509920	23/01/1987	Gracieli Baldissera Fernandes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1544	471847	01/01/1988	Gracieli Bottini Ribeiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1545	509921	01/01/1988	Gracieli Bottini Ribeiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1546	477647	01/06/1981	Gracieli Eva Heberle	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1547	509922	01/06/1981	Gracieli Eva Heberle	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1548	471343	02/10/1980	Gracieli Giani Pfeifer De Almeida	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1549	509923	02/10/1980	Gracieli Giani Pfeifer De Almeida	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1550	475660	07/01/1980	Gracieli Klaus	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1551	509924	07/01/1980	Gracieli Klaus	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1552	470787	20/07/1984	Gracieli Schneider Kovaleski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1553	509925	20/07/1984	Gracieli Schneider Kovaleski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1554	486878	22/09/1984	Grasiele Cielo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1555	509926	22/09/1984	Grasiele Cielo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1556	471578	27/09/1985	Graziane Zancanaro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1557	471197	30/09/1982	Graziela De Souza Maidana	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1558	492445	15/09/1983	Grazieli Alves Almeida Canalle	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1559	483426	27/10/1988	Graziely Rachelle	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1560	509927	27/10/1988	Graziely Rachelle	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1561	482396	24/03/1989	Greice Kelly Perske Da Silva	Geografia	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1562	483276	16/03/1980	Greici Moratelli Sampaio	Artes	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1563	509928	16/03/1980	Greici Moratelli Sampaio	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1564	470227	18/12/1983	Greicy Kelly Zanuzzo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1565	484137	20/01/1984	Greicy Regina Zanini	Ciências	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1566	472427	04/03/1992	Guilherme Augusto Gonzaga Dos Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1567	476443	01/03/1949	Guilomar Lunardi Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1568	509929	01/03/1949	Guilomar Lunardi Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1569	474324	13/03/1986	Gustavo Alberto Sjlender	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
1570	501999	31/03/1987	Gustavo Lucas Barbosa	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1571	509930	31/03/1987	Gustavo Lucas Barbosa	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	1º Piso	18/12/2016 13:50	Sala A216
1572	496215	12/12/1990	Hadassa Dutkevicz	Geografia	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1573	470956	23/02/1981	Helen Fransez Rosa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1574	470005	02/02/1970	Helenara Maria Claro Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1575	509931	02/02/1970	Helenara Maria Claro Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1576	501161	02/01/1988	Hellen Cristina Gehm	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1577	509932	02/01/1988	Hellen Cristina Gehm	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1578	501040	22/11/1977	Herley Janaina Lima Bourscheid	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1579	509933	22/11/1977	Herley Janaina Lima Bourscheid	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1580	496355	12/06/1963	Hildo Antonio Corazza	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1581	509934	12/06/1963	Hildo Antonio Corazza	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1582	495972	02/07/1997	Iago Lucas Tonquelski	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
1583	487466	08/09/1970	Iane Medeiros Gomes	Ensino Religioso	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1584	483694	08/03/1984	Ida Watermann Zuchi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1585	509935	08/03/1984	Ida Watermann Zuchi	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1586	476144	21/07/1958	Idalina Rosina Guollo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1587	488873	17/12/1969	Ideliria Deffaveri Schneider	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1588	509936	17/12/1969	Ideliria Deffaveri Schneider	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1589	471030	07/09/1972	Idete Vitcoski Zimmer	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1590	509937	07/09/1972	Idete Vitcoski Zimmer	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
1591	471561	19/08/1974	Idianes Tereza Mascarello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1592	509938	19/08/1974	Idianes Tereza Mascarello	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1593	483709	18/12/1987	Idineia Lanzarin	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1594	472124	30/09/1989	Idione Tomchak Finato	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1595	472444	12/03/1965	Ieda Marlise Homrich	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1596	509939	12/03/1965	Ieda Marlise Homrich	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1597	477804	20/10/1983	Ilda Maurília Cavalheiro Siqueira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1598	509940	20/10/1983	Ilda Maurília Cavalheiro Siqueira	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
1599	469876	21/03/1978	Ilda Werlang Benetti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1600	509941	21/03/1978	Ilda Werlang Benetti	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1601	480445	19/06/1974	Idete Demarchi Minozzo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1602	509942	19/06/1974	Idete Demarchi Minozzo	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1603	502226	29/06/1963	Ildo Roberto Egger De Souza	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1604	486933	07/04/1993	Ileam Keila Talgatti	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1605	509943	07/04/1993	Ileam Keila Talgatti	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1606	473448	29/07/1970	Ilmara Amaral Piasecki	Língua Estrangeira - Inglês	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1607	477673	25/11/1984	Ilone Fatima Szablewski Filipini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1608	509944	25/11/1984	Ilone Fatima Szablewski Filipini	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1609	470987	11/04/1963	Ilse Aparecida Schneider	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
1610	474486	04/12/1966	Ilse Balbina Dossena Mohr	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1611	509945	04/12/1966	Ilse Balbina Dossena Mohr	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1612	474781	23/03/1959	Ilse Cláides Pavao	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1613	509946	23/03/1959	Ilse Cláides Pavao	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1614	485565	14/02/1987	Ineide Backes	Matemática	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1615	474963	13/06/1954	Ines Antonia Bagnara Marins	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1616	509947	13/06/1954	Ines Antonia Bagnara Marins	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1617	470112	24/06/1970	Ines Catarina Soeiro Terres	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1618	509948	24/06/1970	Ines Catarina Soeiro Terres	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1619	477222	30/03/1961	Ines Fiabani Da Luz	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1620	509949	30/03/1961	Ines Fiabani Da Luz	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1621	477253	04/09/1962	Inez Nardi	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1622	509950	04/09/1962	Inez Nardi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1623	487752	19/12/1961	Inez Udete Bigolin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1624	509951	19/12/1961	Inez Udete Bigolin	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1625	474325	14/01/1977	Ingracir Verral	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1626	509952	14/01/1977	Ingracir Verral	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1627	471416	06/08/1951	Inocencia Nunes	Geografia	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1628	470034	24/04/1969	Iolanda Maria Echer	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1629	509953	24/04/1969	Iolanda Maria Echer	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1630	499575	28/10/1977	Iomara Damasio	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1631	474808	22/02/1962	Ionara Biolo Dagostini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1632	493797	01/05/1990	Ionara Fideles Chaga	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1633	509954	01/05/1990	Ionara Fideles Chaga	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S210
1634	488393	01/01/1963	Ione da Aparecida Fabrizio	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1635	509955	01/01/1963	Ione da Aparecida Fabrizio	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1636	471955	30/10/1964	Ione Terezinha E Sa	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1637	484454	02/01/1972	Iraci Aparecida Maciel	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1638	471498	06/02/1971	Iraci Claudete Soares Endres	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1639	509956	06/02/1971	Iraci Claudete Soares Endres	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1640	473269	02/10/1963	Iraci Salete Marafon	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1641	479066	01/08/1947	Irene Silva Cima	Geografia	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1642	509957	01/08/1947	Irene Silva Cima	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1643	481556	25/10/1966	Ires Francischi Bellei	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1644	482399	02/10/1958	Ires Lago Brisola	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1645	487869	13/10/1974	Irines Aparecida Fernandes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1646	509958	13/10/1974	Irines Aparecida Fernandes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1647	470074	15/04/1976	Irlande Diana Kramer Haas	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1648	474957	14/01/1966	Irma Pereira Vaz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1649	509959	14/01/1966	Irma Pereira Vaz	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1650	473262	31/10/1968	Ironilde De Fatima Moreira De Dutra Prestes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1651	509960	31/10/1968	Ironilde De Fatima Moreira De Dutra Prestes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1652	481040	09/06/1971	Isabel Cristina Bittencourt Klos	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1653	480269	24/06/1989	Isabel Favareto De Zorze	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1654	476954	05/02/1992	Isaiana Riboli	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1655	509961	05/02/1992	Isaiana Riboli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1656	484921	08/11/1964	Isane Cominetti Bigolin	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1657	509962	08/11/1964	Isane Cominetti Bigolin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1658	488212	15/04/1970	Isaura Aparecida Da Silva Coradi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1659	509963	15/04/1970	Isaura Aparecida Da Silva Coradi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1660	481611	11/06/1983	Ismael Junior Pedroso Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1661	509964	11/06/1983	Ismael Junior Pedroso Da Silva	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1662	500411	27/11/1964	Italia Ilda Be Do Carmo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1663	509965	27/11/1964	Italia Ilda Be Do Carmo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1664	475327	19/04/1993	Iully Anne Lermen Colossi	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1665	472314	06/11/1961	Ivaldina Cavalheiro De Lima	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1666	509966	06/11/1961	Ivaldina Cavalheiro De Lima	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1667	477316	10/12/1991	Ivan Horbach	Matemática	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1668	495343	23/06/1991	Ivan Luis Kirchner Eidt	Geografia	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1669	472568	10/09/1970	Ivana De Fatima Dos Santos	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
1670	509967	10/09/1970	Ivana De Fatima Dos Santos	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
1671	470976	03/09/1992	Ivana Thaina Agnoletto	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1672	476966	14/06/1972	Ivandra De Fatima Rossetto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1673	509968	14/06/1972	Ivandra De Fatima Rossetto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1674	471203	17/08/1978	Ivanete Pedroso Pompeo Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1675	509969	17/08/1978	Ivanete Pedroso Pompeo Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1676	478836	12/05/1954	Ivanete Araldi Cunico	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1677	474938	28/03/1973	Ivanete Borges Do Amaral Lanzarini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1678	509970	28/03/1973	Ivanete Borges Do Amaral Lanzarini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1679	485488	02/03/1983	Ivanete Da Costa Ritta	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1680	488290	27/04/1977	Ivanete Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1681	509971	27/04/1977	Ivanete Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1682	477275	20/02/1973	Ivanete De Almeida	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1683	509972	20/02/1973	Ivanete De Almeida	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1684	473084	09/06/1978	Ivanete Meira Sagaz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1685	509973	09/06/1978	Ivanete Meira Sagaz	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1686	479301	18/06/1969	Ivanete Orso Gonçalves De Araujo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1687	509974	18/06/1969	Ivanete Orso Gonçalves De Araujo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1688	470274	14/07/1956	Ivani Maria Frozza	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1689	471388	30/08/1975	Ivani Rosa Svolinski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1690	509975	30/08/1975	Ivani Rosa Svolinski	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1691	469786	06/11/1977	Ivania Almeida	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1692	509976	06/11/1977	Ivania Almeida	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1693	475785	26/08/1977	Ivania Salvagni	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1694	509977	26/08/1977	Ivania Salvagni	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1695	488038	01/08/1990	Ivania De Zorzi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1696	509978	01/08/1990	Ivania De Zorzi	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1697	470785	09/02/1965	Ivania Maria Hermes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1698	509979	09/02/1965	Ivania Maria Hermes	História	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1699	477880	05/12/1967	Ivania Maria Dossena	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S212
1700	493188	22/06/1970	Ivania Maria Ferreira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1701	509980	22/06/1970	Ivania Maria Ferreira	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1702	471485	19/02/1981	Ivania Peise	Educação Física	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1703	485780	02/07/1977	Ivanildo Joao Bentz	Educação Física	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1704	492918	19/09/1979	Ivanildo Viero	Ciências	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1705	471120	03/03/1969	Ivanir Braatz Almeida	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1706	509981	03/03/1969	Ivanir Braatz Almeida	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1707	471359	16/02/1973	Ivone Barnabe Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1708	509982	16/02/1973	Ivone Barnabe Da Silva	Educação Física	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1709	476372	09/07/1962	Ivone Cararo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1710	509983	09/07/1962	Ivone Cararo	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1711	476745	02/03/1962	Ivone Da Costa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1712	509984	02/03/1962	Ivone Da Costa	Matemática	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1713	476591	03/07/1971	Ivone Fatima Vieira Da Silva	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1714	509985	03/07/1971	Ivone Fatima Vieira Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1715	474936	20/06/1972	Ivone Marafon Belle	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1716	509986	20/06/1972	Ivone Marafon Belle	Educação Especial/Segundo Professor	Unoescc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1717	470167	16/08/1967	Ivone Maria Paglia	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1718	509987	16/08/1967	Ivone Maria Paglia	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1719	477922	21/11/1965	Ivone Maria Rodol Sabka	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1720	492245	22/11/1965	Ivone Tarouco Goltart Werlang	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1721	509988	22/11/1965	Ivone Tarouco Goltart Werlang	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1722	499345	11/12/1971	Izabel Carniel	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1723	509989	11/12/1971	Izabel Carniel	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1724	501232	21/05/1982	Izabel Maciel	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1725	509990	21/05/1982	Izabel Maciel	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1726	471494	22/09/1974	Izanelte Criveletto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1727	509991	22/09/1974	Izanelte Criveletto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1728	494160	12/12/1976	Izelaine Gilioli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1729	509992	12/12/1976	Izelaine Gilioli	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1730	474221	03/04/1957	Izello Benedito Borghezán	Geografia	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1731	509993	03/04/1957	Izello Benedito Borghezán	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1732	483051	31/05/1961	Izilda De Paula Rosa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1733	475010	19/02/1958	Izolda Bagatini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1734	473028	13/11/1964	Izolete Vicari Surdi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1735	509994	13/11/1964	Izolete Vicari Surdi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1736	470361	03/09/1967	Jacinta Gatto De Vitt	Geografia	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1737	492373	07/11/1984	Jacira Pereira Soares Borin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1738	509995	07/11/1984	Jacira Pereira Soares Borin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1739	471947	27/04/1990	Jackson Gerson Da Silva	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1740	498196	20/09/1959	Jacyr Lora	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1741	496743	09/03/1987	Jadelson Lucas Da Paz Borges	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1742	477233	25/07/1969	Jadna Ana Mallmann	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1743	491622	29/10/1993	Jaine Arezi	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1744	476625	24/07/1992	Jaine Menoncin	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1745	470353	29/10/1991	Jamile Dal-cin	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1746	488200	29/06/1975	Janai Juceia De Oliveira Trindade	Geografia	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1747	469940	30/10/1982	Janaina Bedin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1748	509996	30/10/1982	Janaina Bedin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1749	472740	13/04/1981	Janaina Boni	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1750	509997	13/04/1981	Janaina Boni	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1751	470051	16/03/1984	Janaina Carleti	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1752	471804	06/10/1983	Janaina Cominetti Obugalski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1753	509998	06/10/1983	Janaina Cominetti Obulgalski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1754	488263	19/03/1994	Janaina Cristina Ferreira Kuhn Zanetti	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1755	471744	16/08/1987	Janaina Masseias Ferreira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1756	509999	16/08/1987	Janaina Masseias Ferreira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1757	472656	09/07/1975	Janaina Míolo Lopes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1758	510000	09/07/1975	Janaina Míolo Lopes	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1759	478356	20/04/1991	Janaina Pagliarini	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1760	480252	12/12/1977	Janalize Pavoski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1761	495251	10/06/1965	Jandir Bernardi	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
1762	497868	01/05/1981	Jane Kovacic	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1763	510001	01/05/1981	Jane Kovacic	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1764	491334	19/05/1972	Jane Mara Dal Piva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1765	510002	19/05/1972	Jane Mara Dal Piva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1766	475708	20/11/1982	Jane Rodrigues	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1767	510003	20/11/1982	Jane Rodrigues	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1768	488137	18/01/1975	Janete Jandira Groth Pratti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1769	510004	18/01/1975	Janete Jandira Groth Pratti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1770	476322	28/12/1979	Janete Benachio Martins	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1771	510005	28/12/1979	Janete Benachio Martins	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1772	481450	27/01/1970	Janete Colpani	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1773	510006	27/01/1970	Janete Colpani	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1774	484558	06/12/1976	Janete De Fatima Barause Neri	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1775	472272	10/02/1973	Janete Farias	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1776	471922	05/03/1979	Janete Odorcik	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1777	510007	05/03/1979	Janete Odorcik	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1778	477343	27/04/1980	Jani Mara Bianchi Finco	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1779	510008	27/04/1980	Jani Mara Bianchi Finco	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1780	480535	21/03/1975	Jania Aparecida Leite Da Cunha	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1781	510009	21/03/1975	Jania Aparecida Leite Da Cunha	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1782	473415	09/03/1975	Janice Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1783	510010	09/03/1975	Janice Dos Santos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S213
1784	472911	10/12/1981	Janice Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1785	510011	10/12/1981	Janice Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1786	496807	12/10/1971	Janise Fatima Kinseler Lima	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1787	510012	12/10/1971	Janise Fatima Kinseler Lima	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1788	491899	04/05/1988	Jaqueline Ariane Pereira Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1789	510013	04/05/1988	Jaqueline Ariane Pereira Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1790	495171	13/06/1988	Jaqueline Balena Lara	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1791	510014	13/06/1988	Jaqueline Balena Lara	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1792	472787	28/12/1972	Jaqueline Bonamigo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1793	510015	28/12/1972	Jaqueline Bonamigo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1794	494402	17/07/1987	Jaqueline Francisco Da Silva Kirchner	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1795	510016	17/07/1987	Jaqueline Francisco Da Silva Kirchner	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1796	475565	10/03/1988	Jaqueline Fritzen	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1797	510017	10/03/1988	Jaqueline Fritzen	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1798	474767	18/05/1991	Jaqueline Mangold	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1799	493343	23/12/1992	Jaqueline Menegatti	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1800	510018	23/12/1992	Jaqueline Menegatti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1801	494264	09/09/1984	Jaqueline Putton Quadri	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1802	476841	11/10/1989	Jaqueline Roberta Kawalek	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1803	510019	11/10/1989	Jaqueline Roberta Kawalek	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1804	474228	19/04/1987	Jaqueline Tatiane Zuffo Petry	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1805	510020	19/04/1987	Jaqueline Tatiane Zuffo Petry	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1806	478201	19/03/1989	Jaqueline Vezaro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1807	493745	07/09/1979	Jaqueline Weblar	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1808	510021	07/09/1979	Jaqueline Weblar	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1809	470550	05/06/1965	Jaqueline Werlang	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1810	510022	05/06/1965	Jaqueline Werlang	Professor de Artes Cênicas com	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1811	492563	01/02/1991	Jardel Martini	Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1812	476305	12/03/1982	Jean Suttiili	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1813	510023	12/03/1982	Jean Suttiili	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1814	470341	12/03/1982	Jean Suttiili	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1815	470341	04/01/1974	Jeane Maria De Lima Sonaglio	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1816	488603	23/04/1972	Jeane Maria De Lima Sonaglio	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1817	498838	01/08/1978	Jefferson Luis Bender	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1818	470553	07/12/1981	Jefferson Tizziani	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1819	510025	07/12/1981	Jeruza Vanessa Lima	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1820	477217	28/03/1991	Jeruza Vanessa Lima	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1821	510026	28/03/1991	Jessica Aline Cavalheiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1822	469914	12/05/1995	Jessica Aline Cavalheiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1823	481568	07/07/1992	Jessica Da Silva	Matemática	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1824	501777	11/10/1992	Jessica Pauletti	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
			Jessica Alberti Giaretta	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editai n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1825	510027	11/10/1992	Jessica Alberti Giaretta	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1826	473391	12/06/1993	Jessica Antunes De Souza	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1827	510028	12/06/1993	Jessica Antunes De Souza	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1828	473138	09/08/1991	Jessica Aparecida Munaro	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1829	474879	01/09/1979	Jessica Bade	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1830	472608	24/06/1994	Jessica Balbinot Roberto	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
1831	470033	10/09/1991	Jessica Cofsevicz	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1832	510029	10/09/1991	Jessica Cofsevicz	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1833	491820	14/05/1991	Jessica Coutinho	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1834	493162	12/10/1993	Jessica Dalmolin	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1835	492490	10/11/1993	Jessica Damin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1836	510030	10/11/1993	Jessica Damin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1837	475406	24/06/1990	Jessica Leticia Milkiewicz Cigognini	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1838	494434	15/08/1991	Jessica Malla Milani	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1839	470531	25/04/1994	Jessica Maria Jan	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1840	493105	28/04/1991	Jessica Matoso Busse	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1841	471188	30/03/1993	Jessica Monique Bau	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1842	510031	30/03/1993	Jessica Monique Bau	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1843	481877	19/10/1990	Jessica Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1844	510032	19/10/1990	Jessica Oliveira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1845	470392	16/04/1994	Jessica Scussiato	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1846	481893	12/02/1992	Jessica Suellem Schroll	Matemática	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1847	478607	21/02/1991	Jessica Tairine Orso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1848	510033	21/02/1991	Jessica Tairine Orso	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1849	488128	01/02/1986	Jhan Carla Dos Santos	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
1850	492916	12/01/1988	Jhecita Kaline Alberti Vogel	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1851	510034	12/01/1988	Jhecita Kaline Alberti Vogel	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1852	471389	21/09/1978	Jislaine Pacasso Rebelatto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1853	477121	08/02/1994	Joana Graeff Ferreira De Deus	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1854	510035	08/02/1994	Joana Graeff Ferreira De Deus	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1855	474363	27/07/1976	Joao Amilton Corvalao	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
1856	476808	23/06/1979	Joao Carlos Gonsalves De Paula	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1857	510036	23/06/1979	Joao Carlos Gonsalves De Paula	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1858	498367	04/04/1988	Joao Krames	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1859	510037	04/04/1988	Joao Krames	Geografia	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1860	471282	17/12/1982	Joao Osni Junior Rodrigues	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1861	471939	12/10/1976	Jocelaine Santos	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1862	493302	28/04/1980	Joceli Boni Giaretta	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1863	510038	28/04/1980	Joceli Boni Giaretta	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1864	471970	23/12/1979	Joceli Cristina Zancanaro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1865	510039	23/12/1979	Joceli Cristina Zancanaro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1866	493419	17/06/1976	Joceli Zandrea Daga	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1867	510040	17/06/1976	Joceli Zandrea Daga	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1868	478058	20/07/1984	Jocelia Spagnol	Geografia	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1869	470320	18/02/1978	Jocelita Pinzon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1870	479081	09/11/1973	Jociani Coletti Gomes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1871	510041	09/11/1973	Jociani Coletti Gomes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1872	473362	24/04/1988	Joceli Aparecida Lemes Da Silva Zardinello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1873	510042	24/04/1988	Joceli Aparecida Lemes Da Silva Zardinello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1874	480121	23/12/1974	Jocimar Da Rosa Nascimento	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1875	510043	23/12/1974	Jocimar Da Rosa Nascimento	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1876	495354	10/09/1986	Jocyanne Silva Schneider	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1877	510044	10/09/1986	Jocyanne Silva Schneider	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1878	472519	08/07/1965	Joece Elaine Carabaglia	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1879	493349	26/06/1978	Joel Leandro De Lima	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1880	502310	11/02/1990	Joel Rizzo	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
1881	488097	27/03/1990	Joelma De Paula	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1882	472114	18/02/1965	Joice Augusta Agne	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1883	510045	18/02/1965	Joice Augusta Agne	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1884	477689	10/01/1978	Joice Dalacorte Barcarolo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1885	510046	10/01/1978	Joice Dalacorte Barcarolo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1886	479325	11/02/1977	Joice Riboli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1887	510047	11/02/1977	Joice Riboli	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1888	491089	07/10/1967	Joice Aparecida Machado Reche	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1889	510048	07/10/1967	Joice Aparecida Machado Reche	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1890	471238	15/06/1989	Jonada Vian	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1891	491619	03/04/1989	Jonas Thiago Cora	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1892	486941	17/06/1993	Jonathas Roberto Sobrinho	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
1893	475311	04/03/1985	Jorge Da Silva Batista	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1894	475334	02/12/1976	Joscemara Pinheiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1895	510049	02/12/1976	Joscemara Pinheiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1896	502280	28/08/1983	Jose Augusto Sluminski	Professor de Música com Licenciatura Plena e Bacharelado	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1897	501878	09/10/1993	Jose Eduardo Esteres Toniazzo	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1898	510050	09/10/1993	Jose Eduardo Esteres Toniazzo	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1899	499244	10/05/1992	Jose Junior Dos Santos	Ciências	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1900	496915	07/02/1971	Joseli Romanoski De Moura	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1901	510051	07/02/1971	Joseli Romanoski De Moura	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1902	497828	22/10/1977	Joselia Gomes Gargioni	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1903	510052	22/10/1977	Joselia Gomes Gargioni	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1904	470329	01/12/1983	Josemara Maria Ribeiro Rossoni	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1905	510053	01/12/1983	Josemara Maria Ribeiro Rossoni	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1906	481178	08/06/1979	Joseni Passos Da Conceicao Baucke	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1907	497927	02/06/1981	Josiane Da Rocha Pacassa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1908	510054	02/06/1981	Josiane Da Rocha Pacassa	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1909	471340	14/12/1984	Josiane Leonardo Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1910	510055	14/12/1984	Josiane Leonardo Dos Santos	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1911	470969	23/08/1985	Josiane Aline De Souza	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1912	510056	23/08/1985	Josiane Aline De Souza	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1913	472523	20/09/1986	Josiane Alves Da Roza	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1914	475797	03/12/1987	Josiane Damaceno	Geografia	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1915	488454	01/03/1993	Josiane Marcon	Educação Especial/Intérprete de Libras	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1916	510057	01/03/1993	Josiane Marcon	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1917	475737	28/06/1989	Josiane Pereira Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1918	510058	28/06/1989	Josiane Pereira Da Silva	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1919	477690	11/11/1988	Josiane Sales	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1920	510059	11/11/1988	Josiane Sales	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1921	472023	11/10/1985	Joseli Roberto	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1922	493344	27/11/1979	Josimara Ferreira Porto Minuzzo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1923	510060	27/11/1979	Josimara Ferreira Porto Minuzzo	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1924	480125	17/11/1969	Jovilde Dacrocce Camara	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1925	510061	17/11/1969	Jovilde Dacrocce Camara	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1926	469977	19/12/1979	Joze De Carvalho Rodrigues	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1927	510062	19/12/1979	Joze De Carvalho Rodrigues	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1928	491351	12/06/1977	Juarez Lemes Da Silva	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1929	487359	26/11/1989	Juceli Martins De Lima Brocardo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1930	510063	26/11/1989	Juceli Martins De Lima Brocardo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1931	473402	23/03/1983	Juciane Goreti Baldo	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1932	494483	05/11/1985	Juciane Scalcon	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1933	510064	05/11/1985	Juciane Scalcon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1934	474476	01/10/1983	Juciele Luisa Michalak Speroto	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1935	510065	01/10/1983	Juciele Luisa Michalak Speroto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1936	487554	02/10/1977	Jucilei Maria Carasek	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1937	510066	02/10/1977	Jucilei Maria Carasek	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1938	470000	25/04/1977	Jucineia Carolina Pignat	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1939	510067	25/04/1977	Jucineia Carolina Pignat	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1940	498550	25/03/1986	Jucineia Zantedeschi Campagnollo	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1941	510068	25/03/1986	Jucineia Zantedeschi Campagnollo	Professor com Curso Superior AC (dança)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1942	498360	05/10/1993	Julia Pacheco Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1943	470006	05/12/1988	Juliana Da Silva Appelt	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1944	510069	05/12/1988	Juliana Da Silva Appelt	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1945	471333	16/04/1979	Juliana De Fante	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1946	510070	16/04/1979	Juliana De Fante	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1947	480788	29/01/1989	Juliana Aparecida Ribeiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1948	510071	29/01/1989	Juliana Aparecida Ribeiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S215
1949	477650	28/10/1983	Juliana Da Rocha	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1950	510072	28/10/1983	Juliana Da Rocha	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1951	487483	16/04/1971	Juliana De Moraes Flores	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1952	510073	16/04/1971	Juliana De Moraes Flores	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1953	469981	21/09/1985	Juliana De Oliveira	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1954	481957	28/09/1984	Juliana Dias Patrício	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1955	476228	04/01/1979	Juliana Dos Santos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1956	510074	04/01/1979	Juliana Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1957	481113	02/04/1986	Juliana Fatima Bee	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1958	481539	22/12/1985	Juliana Favero Grando	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1959	510075	22/12/1985	Juliana Favero Grando	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1960	493274	24/09/1984	Juliana Maria Gomes Farias	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1961	510076	24/09/1984	Juliana Maria Gomes Farias	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1962	477002	07/04/1991	Juliana Maria Paulino	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1963	510077	07/04/1991	Juliana Maria Paulino	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1964	484126	06/07/1987	Juliana Mascarello De Souza	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1965	510078	06/07/1987	Juliana Mascarello De Souza	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1966	498339	20/12/1986	Juliana Nunes Probst	Educação Especial/Instrutor de Libras	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
1967	510079	20/12/1986	Juliana Nunes Probst	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
1968	487534	29/07/1978	Juliana Pedersetti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1969	510080	29/07/1978	Juliana Pedersetti	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1970	470728	25/07/1990	Juliana Reis	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1971	510081	25/07/1990	Juliana Reis	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1972	487152	29/12/1976	Juliana Rios Pelizzari	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1973	510082	29/12/1976	Juliana Rios Pelizzari	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
1974	469913	29/07/1993	Juliana Velasque Antunes		Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1975	510083	29/07/1993	Juliana Velasque Antunes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1976	477821	03/04/1981	Juliana Winckler	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1977	488752	03/09/1985	Juliana Xavier Da Cruz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1978	510084	03/09/1985	Juliana Xavier Da Cruz	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1979	476419	19/08/1983	Juliane Alves Padilha	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1980	470253	15/07/1984	Juliane Amalia Brandalise Da Costa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1981	510085	15/07/1984	Juliane Amalia Brandalise Da Costa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1982	471718	14/07/1977	Juliane Castelli De Souza	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1983	493689	26/12/1985	Juliane Cristine Dos Reis	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1984	510086	26/12/1985	Juliane Cristine Dos Reis	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1985	473606	06/03/1992	Juliane Flores De Toledo	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1986	475878	13/07/1983	Juliane Machado Dotto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1987	510087	13/07/1983	Juliane Machado Dotto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1988	472959	27/03/1988	Juliano Dalla Rosa	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1989	477243	14/03/1979	Juliano Elvino Jacobsen	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1990	510088	14/03/1979	Juliano Elvino Jacobsen	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1991	472734	12/05/1992	Juliano Faccin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1992	510089	12/05/1992	Juliano Faccin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1993	470048	17/09/1982	Juliano Feleciano Dos Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1994	499709	06/12/1985	Juliano Pescador	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1995	488132	24/09/1990	Julie Rebellatto Cezar	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1996	478553	17/07/1987	Julio Cesar Silva	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
1997	478447	12/04/1980	Julio Cesar Tonello	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1998	472037	05/10/1990	Júlio Vicari	Professor com Curso Superior AC (dança)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S214
1999	476183	21/05/1990	Junior Sichelero	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2000	470209	19/01/1961	Juraci Maria Porsch	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2001	469801	08/11/1977	Juselina Pacheco De Jesus	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2002	510090	08/11/1977	Juselina Pacheco De Jesus	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2003	499627	06/02/1983	Jusimar Vawczniak	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2004	510091	06/02/1983	Jusimar Vawczniak	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2005	492612	29/12/1968	Jussara Andrade de Lima	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2006	510092	29/12/1968	Jussara Andrade de Lima	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2007	498344	18/11/1987	Jussara Aparecida De Borbaborp	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2008	470547	28/04/1969	Jussara Broca	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2009	510093	28/04/1969	Jussara Broca	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2010	475640	03/07/1985	Jussara Dos Santos	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2011	475025	01/03/1958	Jussara Nonnenmacher	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2012	510094	01/03/1958	Jussara Nonnenmacher	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2013	477104	08/06/1972	Jussara Serpa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2014	510095	08/06/1972	Jussara Serpa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2015	492216	10/04/1988	Jussara Zandonai	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2016	510096	10/04/1988	Jussara Zandonai	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2017	484541	02/04/1977	Juilete Giacomini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2018	510097	02/04/1977	Juilete Giacomini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2019	469771	10/06/1970	Juvir Cerejo	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2020	472681	16/09/1985	Kaline Biasibetti Battisti	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S216
2021	480943	06/06/1990	Karen Angela Flores	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2022	510098	06/06/1990	Karen Angela Flores	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2023	477268	16/08/1979	Karen Sebben	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2024	510099	16/08/1979	Karen Sebben	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2025	471093	24/03/1990	Kariana Braghini	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2026	493504	25/12/1979	Karlane Pasin Martins	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2027	510100	25/12/1979	Karlane Pasin Martins	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2028	492449	26/03/1991	Karlane Paula Druzian	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2029	487430	27/04/1995	Karina Zanella	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2030	510101	27/04/1995	Karina Zanella	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editai n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2031	470306	08/02/1988	Karina Bertelli Terra	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2032	510102	08/02/1988	Karina Bertelli Terra	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2033	493120	07/03/1994	Karina Mello Colaco Bombieri	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2034	510103	07/03/1994	Karina Mello Colaco Bombieri	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2035	478395	13/04/1993	Karine Magda Castilhos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2036	510104	13/04/1993	Karine Magda Castilhos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2037	492325	05/08/1992	Karine Callegari	Geografia	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2038	479974	17/03/1984	Karine Fernanda Petry	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2039	494818	06/01/1995	Karine Fernanda Luterek	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2040	495671	26/01/1992	Karine Mascarello	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2041	495988	08/01/1989	Karine Riseli Ternus	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2042	510105	08/01/1989	Karine Riseli Ternus	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2043	479134	09/05/1995	Karini Simadon	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2044	510106	09/05/1995	Karini Simadon	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2045	470971	20/07/1993	Karla Carolina Benedet	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2046	476763	10/06/1989	Karoline Giroletto	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2047	493783	27/07/1992	Kassiana Batista	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2048	510107	27/07/1992	Kassiana Batista	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2049	480578	18/12/1986	Katchucia Soares Napp Carvalho	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2050	510108	18/12/1986	Katchucia Soares Napp Carvalho	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2051	488285	28/06/1980	Katchulla Batistello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2052	510109	28/06/1980	Katchulla Batistello	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2053	478322	10/12/1975	Katia Schwaab Drabach	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2054	510110	10/12/1975	Katia Schwaab Drabach	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2055	481030	19/06/1993	Katia Ficagna	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2056	510111	19/06/1993	Katia Ficagna	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2057	471752	20/09/1974	Katia Luzia Ambrosini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2058	510112	20/09/1974	Katia Luzia Ambrosini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2059	469978	30/05/1974	Katia Maria De Souza	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2060	510113	30/05/1974	Katia Maria De Souza	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2061	479147	03/07/1991	Katia Regina Foppa	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2062	472986	11/06/1978	Katia Reginatto Belle	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2063	510114	11/06/1978	Katia Reginatto Belle	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2064	470008	25/11/1991	Katiana Caovilla	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2065	510115	25/11/1991	Katiana Caovilla	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2066	469770	21/01/1981	Katiusca Camargo Vogel	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2067	474631	10/06/1986	Katiuscia Mariana Venturini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2068	510116	10/06/1986	Katiuscia Mariana Venturini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2069	475382	04/04/1984	Katya Cileny Karpinski Bertollo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2070	510117	04/04/1984	Katya Cileny Karpinski Bertollo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2071	497334	21/05/1988	Kauana Cintia Vital	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2072	510118	21/05/1988	Kauana Cintia Vital	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2073	481596	07/10/1985	Keila Alves De Melo Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2074	510119	07/10/1985	Keila Alves De Melo Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2075	492479	17/09/1994	Keila Aparecida Pires	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2076	472691	14/11/1979	Keila Cristina Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2077	482366	14/11/1994	Keila Tatiana Henchen	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2078	484209	21/08/1984	Keille Nicolini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2079	510120	21/08/1984	Keille Nicolini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S219
2080	470009	13/01/1983	Keli Aparecida Moura Santos	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2081	493066	04/07/1993	Keli Benachio Martins	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2082	510121	04/07/1993	Keli Benachio Martins	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2083	476940	08/03/1985	Keli Fatima Gasparetto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2084	510122	08/03/1985	Keli Fatima Gasparetto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2085	478977	27/03/1974	Keli fatima tozzo Andrioli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2086	510123	27/03/1974	Keli fatima tozzo Andrioli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2087	479692	26/12/1990	Keli Jacoby	Matemática	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2088	498958	30/07/1981	Keli Knakiewicz Marques	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2089	475590	13/08/1993	Kelismara Tedesco	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2090	470851	21/03/1979	Kelli Cristina Jorge Dellalibera	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2091	510124	21/03/1979	Kelli Cristina Jorge Dellalibera	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2092	470579	06/04/1987	Kelli Gomes Cortina Marcon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2093	510125	06/04/1987	Kelli Gomes Cortina Marcon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2094	470605	23/03/1992	Kelli Schmidt	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2095	510126	23/03/1992	Kelli Schmidt	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2096	473139	03/11/1989	Kelly Ebertz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2097	510127	03/11/1989	Kelly Ebertz	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2098	487261	17/04/1981	Kelly Bianca Lamp De Medeiros	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2099	510128	17/04/1981	Kelly Bianca Lamp De Medeiros	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2100	501295	18/04/1990	Kelly Bresolin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2101	510129	18/04/1990	Kelly Bresolin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2102	471324	14/09/1987	Kelly Cristina Friebe	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2103	497405	18/06/1990	Kelly Cristina Zick	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2104	510130	18/06/1990	Kelly Cristina Zick	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2105	471737	18/05/1979	Kelly Meneghini	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2106	510131	18/05/1979	Kelly Meneghini	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2107	478136	06/01/1986	Kelly Regina Marcon	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2108	510132	06/01/1986	Kelly Regina Marcon	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2109	470657	19/09/1991	Kerlen Kendi Salvador	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2110	470485	13/11/1986	Kerli Braun	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2111	510133	13/11/1986	Kerli Braun	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2112	495232	18/04/1994	Kerli Laiz Dill	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2113	488351	05/03/1988	Kerolin Carla Vicari	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2114	510134	05/03/1988	Kerolin Carla Vicari	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2115	472558	09/07/1992	Kerolyn De Oliveira Martins	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2116	510135	09/07/1992	Kerolyn De Oliveira Martins	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2117	471527	13/10/1987	Kesia Melania Montanha	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2118	510136	13/10/1987	Kesia Melania Montanha	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2119	488788	21/02/1992	Keyth Yagoh Da Silva Dos Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2120	483583	13/12/1982	Kristiano Rogerio Novo	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2121	471454	28/06/1991	Lariane Fedrigo	Matemática	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2122	469951	24/05/1998	Larissa Cardoso Castanho	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
2123	481072	23/11/1969	Laudiceia Sampaio De Lara Kunz	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2124	473553	17/05/1985	Lautenai Antonio Bartholamei Junior	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2125	471095	13/11/1977	Leandra Casonatto Breansini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2126	510137	13/11/1977	Leandra Casonatto Breansini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2127	474469	10/12/1980	Leandra Alves Rosa Moraes	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2128	510138	10/12/1980	Leandra Alves Rosa Moraes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2129	475143	20/12/1969	Leandra Moreira Dutra Perosso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2130	510139	20/12/1969	Leandra Moreira Dutra Perosso	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2131	481139	21/11/1973	Leandro Boszko	Matemática	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2132	491494	04/10/1992	Leandro Oliveira	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2133	498809	13/11/1982	Leandro Paz	Educação Especial/Instrutor de Libras	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
2134	474604	20/07/1974	Leandro Zanatta	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2135	472722	22/10/1962	Ledi Salete Vaz	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2136	495208	14/01/1991	Lediane Marcolan	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S220
2137	472534	05/11/1981	Lediane Jussara Zuffo	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2138	491655	06/08/1987	Leia De Resende	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2139	510140	06/08/1987	Leia De Resende	Geografia	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2140	487903	10/02/1990	Leia Trindade	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2141	510141	10/02/1990	Leia Trindade	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2142	478399	18/08/1981	Leide Mariane Espindola	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2143	510142	18/08/1981	Leide Mariane Espindola	Matemática	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2144	479417	06/10/1987	Leidiane Barro Cardoso Sda Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2145	510143	06/10/1987	Leidiane Barro Cardoso Sda Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2146	472093	07/05/1980	Leila Cristina Debarba Domingues	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2147	471959	23/04/1988	Leila Pagliarini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2148	510144	23/04/1988	Leila Pagliarini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2149	487416	02/02/1972	Leila Salette Dallarosiz	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2150	500616	23/01/1965	Leila Tosi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
2151	510145	23/01/1965	Leila Tosi	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
2152	471233	31/08/1973	Lenair Salette Rudschinski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2153	510146	31/08/1973	Lenair Salette Rudschinski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2154	486984	11/06/1981	Leni Aparecida Vieira Da Rocha Robaldo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2155	502380	16/10/1986	Lenir Hentz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2156	510147	16/10/1986	Lenir Hentz	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2157	493572	24/01/1972	Lenir Sichelero	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2158	510148	24/01/1972	Lenir Sichelero	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2159	480266	22/06/1981	Lenira Aparecida Puerari Gass	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2160	481464	27/05/1986	Leonardo Schroeder	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2161	472689	15/02/1975	Leoni Fatima Copceski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2162	510149	15/02/1975	Leoni Fatima Copceski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2163	474779	18/01/1961	Leoni Fatima Dos Santos Vaz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2164	480992	20/04/1987	Leoneice De Matos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2165	510150	20/04/1987	Leoneice De Matos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2166	474322	10/09/1979	Leonilda Ritter Rosa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2167	510151	10/09/1979	Leonilda Ritter Rosa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2168	501420	06/03/1967	Leonor Lourdes Fragoso	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2169	510152	06/03/1967	Leonor Lourdes Fragoso	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2170	470729	19/07/1954	Leonora Machado	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2171	510153	19/07/1954	Leonora Machado	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2172	470314	07/08/1955	Lerida Melania Tedesco Schmidt	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2173	510154	07/08/1955	Lerida Melania Tedesco Schmidt	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2174	488412	16/04/1990	Leticia Daiana Ferreira	Ciências	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2175	470436	09/11/1987	Leticia De Moura Faltao	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2176	510155	09/11/1987	Leticia De Moura Faltao	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2177	473201	23/03/1972	Leticia Marcon Rodrigues	Língua Estrangeira - Inglês	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2178	510156	23/03/1972	Leticia Marcon Rodrigues	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2179	479727	07/09/1992	Leticia Picoli Carus	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2180	510157	07/09/1992	Leticia Picoli Carus	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2181	494350	22/09/1994	Leticia Sartori	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2182	510158	22/09/1994	Leticia Sartori	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2183	479493	03/07/1970	Levina Berti	Ciências	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2184	479208	26/11/1984	Lewis Mate Weschefelder Heineck	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2185	482913	27/08/1975	Liamar Dal Paz	Ciências	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2186	510159	27/08/1975	Liamar Dal Paz	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2187	476791	26/05/1992	Liamara Ogilari	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2188	501757	05/06/1963	Liane Griebeler Bader	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2189	472870	16/11/1959	Liberalina Moraes Morgan	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2190	510160	16/11/1959	Liberalina Moraes Morgan	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2191	471965	06/07/1980	Liciane Garcia	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2192	510161	06/07/1980	Liciane Garcia	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2193	483934	04/04/1978	Lidia Angelita De Oliveira	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2194	473042	15/01/1973	Lidia Fatima Balen Pedroso	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2195	510162	15/01/1973	Lidia Fatima Balen Pedroso	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2196	483252	31/01/1990	Lidiane Caron	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S221
2197	479628	05/09/1984	Lidiane De Almeida	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2198	510163	05/09/1984	Lidiane De Almeida	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2199	496914	01/03/1983	Lilian Antunes	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2200	470315	24/01/1984	Lilian Kellin Marta Favero	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2201	480567	20/12/1978	Lilian Marmentini	Artes	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2202	510164	20/12/1978	Lilian Marmentini	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

				Recursos Multifuncionais)				
2203	487960	04/05/1990	Lilian Marta Da Silveira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2204	510165	04/05/1990	Lilian Marta Da Silveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2205	486189	30/01/1993	Lilian Rodrigues Ferreira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2206	470915	15/11/1986	Liliane Cardoso De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2207	510166	15/11/1986	Liliane Cardoso De Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2208	473528	14/05/1981	Liliane Rossi Ilha	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2209	510167	14/05/1981	Liliane Rossi Ilha	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2210	495950	18/09/1978	Liliane Scortegagna Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2211	510168	18/09/1978	Liliane Scortegagna Da Silva	Educação Especial/Intérprete de Libras	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2212	480174	27/06/1983	Liliane Serpa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2213	510169	27/06/1983	Liliane Serpa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2214	471133	14/04/1968	Lindacir Zornitta	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2215	475248	01/01/1987	Lindamir Castilho	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2216	510170	01/01/1987	Lindamir Castilho	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2217	493015	27/10/1963	Liraci Lourdes Puton	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2218	510171	27/10/1963	Liraci Lourdes Puton	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2219	469920	06/05/1967	Lisabete Pires Dos Santos Ferst	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2220	493229	14/03/1985	Lisiane Fortes Pires	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2221	499987	28/04/1980	Lisiane Medianeira Lopes Dos Santos Simoni	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2222	510172	28/04/1980	Lisiane Medianeira Lopes Dos Santos Simoni	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2223	471522	19/02/1975	Lizandra Gava Machado	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2224	470294	12/08/1990	Liziane Aparecida Prestes	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2225	476008	05/10/1957	Loeri Cima Martins Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2226	473620	22/08/1970	Loide Marques Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2227	510173	22/08/1970	Loide Marques Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2228	486367	07/09/1971	Loirice Teresinha Tomicki Corazza	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2229	510174	07/09/1971	Loirice Teresinha Tomicki Corazza	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2230	475340	30/04/1973	Loreci Aparecida Zatti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2231	510175	30/04/1973	Loreci Aparecida Zatti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2232	471401	09/11/1970	Loreci Pires Dos Santos	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2233	510176	09/11/1970	Loreci Pires Dos Santos	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2234	476054	25/12/1961	Loreni Aparecida Soares Colares	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2235	510177	25/12/1961	Loreni Aparecida Soares Colares	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2236	484506	06/08/1977	Loreni Bonmann Casagrande	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

		Recursos Multifuncionais)							
2237	510178	06/08/1977	Loreni Bonmann Casagrande	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2238	495118	26/09/1965	Loreni De Fatima Da Silva Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2239	510179	26/09/1965	Loreni De Fatima Da Silva Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2240	474636	16/10/1974	Loreni De Fatima Rodrigues Da Silva Miotto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2241	510180	16/10/1974	Loreni De Fatima Rodrigues Da Silva Miotto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2242	471258	20/11/1974	Loreni Renita Telles	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2243	510181	20/11/1974	Loreni Renita Telles	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2244	477753	18/07/1981	Loriane De Lucca Calgaro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2245	510182	18/07/1981	Loriane De Lucca Calgaro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2246	471661	05/07/1978	Lourdes Domingues Da Silva Pavao Pavao	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2247	510183	05/07/1978	Lourdes Domingues Da Silva Pavao Pavao	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2248	487398	26/04/1959	Lourdes Franciscón	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2249	510184	26/04/1959	Lourdes Franciscón	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2250	492502	29/06/1951	Lourdes Fredo	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2251	510185	29/06/1951	Lourdes Fredo	Professor de Artes Plásticas com					
2252	473109	22/09/1983	Luana Lise	Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2253	495181	08/08/1982	Luana Cristina De Almeida	Geografia	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2254	510186	08/08/1982	Luana Cristina De Almeida	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2255	492524	12/02/1987	Luana De Araujo Galiano Cereza	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2256	510187	12/02/1987	Luana De Araujo Galiano Cereza	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2257	492783	07/03/1988	Luana De Miranda	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2258	510188	07/03/1988	Luana De Miranda	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2259	488213	27/05/1993	Luana Fernandes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2260	510189	27/05/1993	Luana Fernandes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2261	471346	20/04/1991	Luana Moreira De Lima	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2262	510190	20/04/1991	Luana Moreira De Lima	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2263	475358	25/08/1988	Luana Regina Gallo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2264	510191	25/08/1988	Luana Regina Gallo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2265	487935	12/06/1991	Luana Schnell	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2266	510192	12/06/1991	Luana Schnell	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2267	469919	09/11/1982	Lucas Antonio Franceschi	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2268	496987	31/12/1984	Lucas Filippin	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2269	495568	31/03/1987	Lucas Monego	Matemática	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2270	479735	21/02/1978	Lucelia Aparecida Bonfante Concatto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	
2271	510193	21/02/1978	Lucelia Aparecida Bonfante Concatto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222	



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2272	471771	01/05/1977	Lucelia Fernanda Danielli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2273	510194	01/05/1977	Lucelia Fernanda Danielli	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2274	475972	18/02/1989	Lucelia Pereira Putzel	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2275	474264	17/04/1954	Luci Rigotti Kossmann	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2276	493276	23/05/1977	Luci Rosa Faccio Giovanoni	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2277	488582	10/07/1982	Lucia Andreia De Almeida	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2278	510195	10/07/1982	Lucia Andreia De Almeida	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2279	471637	08/05/1964	Lucia Martins Vieira De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
2280	510196	08/05/1964	Lucia Martins Vieira De Oliveira	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2281	472517	17/02/1969	Lucia Terezinha De Souza Missel	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
2282	497788	19/02/1976	Luciana Aparecida Anastácio	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2283	510197	19/02/1976	Luciana Aparecida Anastácio	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2284	477162	09/05/1988	Luciana Artuso	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2285	475803	02/07/1985	Luciana Barbosa Pedroso	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2286	494321	07/05/1977	Luciana Caon Stimer	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2287	510198	07/05/1977	Luciana Caon Stimer	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2288	476019	20/07/1987	Luciana Charga	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2289	510199	20/07/1987	Luciana Charga	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2290	481081	26/09/1987	Luciana Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2291	510200	26/09/1987	Luciana Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2292	486981	31/05/1991	Luciana Fernandes Muller	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2293	510201	31/05/1991	Luciana Fernandes Muller	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2294	471725	21/07/1972	Luciana Godoi Pedrozo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2295	510202	21/07/1972	Luciana Godoi Pedrozo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2296	491273	22/01/1985	Luciana Lippert Gonçalves	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2297	499660	30/07/1978	Luciana Lunelli Saretto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2298	510203	30/07/1978	Luciana Lunelli Saretto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2299	469780	13/08/1970	Luciana Maldaner	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2300	484469	10/11/1985	Luciana Maria Luvisetto	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
				Educação Especial/Intérprete de Libras				
2301	510204	10/11/1985	Luciana Maria Luvisetto	Libras	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2302	491015	01/04/1979	Luciana Massi	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2303	498576	21/09/1984	Luciana Moreira Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2304	510205	21/09/1984	Luciana Moreira Da Silva	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2305	476693	11/02/1985	Luciana Teixeira Fritz Carmo	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2306	471768	25/02/1981	Luciana Teresinha Santa Catarina	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2307	510206	25/02/1981	Luciana Teresinha Santa Catarina	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2308	471749	31/12/1978	Luciane De Quadros	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2309	493070	16/02/1984	Luciane Rauber Scussiato	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2310	471832	17/03/1981	Luciane Aparecida Bolzan Parizotto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S222
2311	472195	20/05/1978	Luciane Cristina Dassi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2312	510207	20/05/1978	Luciane Cristina Dassi	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2313	479655	31/08/1977	Luciane Da Rosa	Ciências	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2314	475866	11/06/1977	Luciane Ferreira Basso	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2315	488223	24/06/1975	Luciane Lurdete Schneider De Castro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2316	510208	24/06/1975	Luciane Lurdete Schneider De Castro	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2317	493625	04/04/1986	Luciane Pedarsini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2318	510209	04/04/1986	Luciane Pedarsini	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2319	480280	12/08/1982	Luciane Percila Kerber De Oliveira	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2320	488440	03/04/1987	Luciane Rampanelli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2321	510210	03/04/1987	Luciane Rampanelli	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2322	495267	09/09/1977	Luciane Salete Spezia	Geografia	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2323	474947	18/09/1986	Luciane Taffarel	Ciências	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2324	494018	17/10/1988	Luciane Wanda Pritsch	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2325	510211	17/10/1988	Luciane Wanda Pritsch	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2326	473392	23/04/1982	Luciani Teresinha Knakeivicz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2327	510212	23/04/1982	Luciani Teresinha Knakeivicz	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2328	498032	27/09/1978	Luciano Costa	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2329	470791	09/04/1987	Luciano Sartori	Geografia	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2330	491031	22/03/1981	Lucienne Anastacio Da Silva	Educação Especial/Instrutor de Libras	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2331	510213	22/03/1981	Lucienne Anastacio Da Silva	Educação Especial/Intérprete de Libras	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2332	487216	23/04/1984	Lucilei Antunes Dos Santos Helgren	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2333	510214	23/04/1984	Lucilei Antunes Dos Santos Helgren	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2334	481044	21/04/1984	Lucileia Arruda	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2335	510215	21/04/1984	Lucileia Arruda	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2336	476939	30/04/1981	Lucilene Aparecida Iora	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2337	510216	30/04/1981	Lucilene Aparecida Iora	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2338	478398	11/12/1978	Lucilene Teresinha Remos Farias	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2339	510217	11/12/1978	Lucilene Teresinha Remos Farias	Ciências	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2340	471356	15/03/1974	Lucimar Marmementini Sobierai	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2341	510218	15/03/1974	Lucimar Marmementini Sobierai	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2342	493753	18/02/1983	Lucimar Guerra	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2343	502391	18/05/1993	Lucimara Stahelski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2344	510219	18/05/1993	Lucimara Stahelski	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2345	487653	12/04/1976	Lucimeri Maria De Camargo	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2346	498933	28/08/1981	Lucineia Policeno Bernardi	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2347	479749	15/06/1981	Lucineia Mazutti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2348	510220	15/06/1981	Lucineia Mazutti	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2349	499020	19/04/1983	Lucineia Oro Da Cruz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2350	510221	19/04/1983	Lucineia Oro Da Cruz	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2351	477059	18/05/1985	Lucio Tasca De Linhares	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
2352	477534	30/04/1978	Lucivone Alves De Souza	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2353	475344	24/07/1963	Lucy Terezinha Almeida Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2354	510222	24/07/1963	Lucy Terezinha Almeida Santos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2355	478994	13/03/1968	Lucy Vera De Oliveira Netto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2356	510223	13/03/1968	Lucy Vera De Oliveira Netto	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2357	481868	17/05/1976	Luiz Amarildo Sagaz	Geografia	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2358	481830	06/12/1969	Luiz Aroldo Dos Santos	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2359	490969	07/11/1989	Luiz Carasek Junior	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2360	486187	25/08/1971	Luiz Carlos De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2361	510224	25/08/1971	Luiz Carlos De Oliveira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S223
2362	485365	30/10/1986	Luiz Carlos De Abreu	Ensino Religioso	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2363	494948	15/03/1992	Luiz Fernando Perondi Hanauer	História	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2364	473534	12/07/1968	Luiza Alzira Pavao	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2365	477719	13/06/1966	Luiza Bortolanza	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2366	476078	25/07/1952	Luiza Francisca Rolim Hubner	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2367	488480	03/01/1966	Lurdes Kegler	História	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2368	493952	22/06/1985	Luiza Fatima Vargas	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2369	510225	22/06/1985	Luiza Fatima Vargas	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2370	497243	19/07/1987	Luziana Barros Barbieri	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2371	510226	19/07/1987	Luziana Barros Barbieri	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2372	476453	06/09/1987	Luziana Arruda Baggio	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2373	474643	26/12/1991	Luziane Ramos De Azevedo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2374	510227	26/12/1991	Luziane Ramos De Azevedo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2375	471078	18/11/1978	Madalena De Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2376	501211	07/02/1986	Magali Maria Johann	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2377	510228	07/02/1986	Magali Maria Johann	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2378	470470	19/11/1974	Magaly Lusa	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2379	510229	19/11/1974	Magaly Lusa	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2380	491171	25/05/1991	Magda Do Nascimento	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2381	510230	25/05/1991	Magda Do Nascimento	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2382	483242	01/07/1995	Maiara Borba	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2383	510231	01/07/1995	Maiara Borba	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2384	486957	07/04/1991	Maiara Paula Peres Presotto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2385	510232	07/04/1991	Maiara Paula Peres Presotto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2386	473339	27/06/1989	Maiara Pires Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2387	510233	27/06/1989	Maiara Pires Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2388	473342	09/03/1977	Maíbi Pinho	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2389	476596	13/08/1990	Maico Diogo Gaudencio	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2390	491179	26/03/1992	Maicon Roberto Mulineth	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2391	470923	04/06/1983	Maqueli Gusso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2392	510234	04/06/1983	Maqueli Gusso	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2393	478935	20/03/1988	Maquiel Boni	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2394	472991	27/11/1991	Maira Nancy Da Silva Novask	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2395	510235	27/11/1991	Maira Nancy Da Silva Novask	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2396	471945	12/11/1983	Maite Zanella Largura	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2397	493437	13/10/1964	Malene De Oliveira	Artes	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2398	510236	13/10/1964	Malene De Oliveira	Professor de Artes Plásticas com				
2399	496582	04/05/1981	Manoela Do Nascimento	Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2400	510237	04/05/1981	Manoela Do Nascimento	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2401	478565	21/08/1991	Manoela Jost	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2402	494095	01/02/1994	Manueli Fabiola Scussel	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2403	476889	17/11/1977	Mara Angelita Piasson	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2404	510238	17/11/1977	Mara Angelita Piasson	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2405	488000	09/11/1981	Mara Cristina Gabiatti Grolli	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2406	471497	20/08/1966	Mara Lucia Moraes Berger	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2407	487313	31/03/1964	Mara Teresinha Contorno	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S224
2408	476420	26/03/1983	Marcelei Luisa Schmitz Thomaz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2409	510239	26/03/1983	Marcelei Luisa Schmitz Thomaz	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2410	475910	15/01/1991	Marcelo Antonio Lo	História	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2411	501221	06/11/1989	Marcelo Machado	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2412	510240	06/11/1989	Marcelo Machado	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2413	476085	29/05/1980	Marcelo Marcondes Carneiro Coelho	História	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2414	479198	25/12/1976	Marcelo Ricardo De Lima	Educação Física	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2415	472577	15/10/1977	Marcelo Carnielletto Gazoni	Ensino Religioso	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2416	510241	15/10/1977	Marcelo Carnielletto Gazoni	História	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2417	473064	10/03/1984	Marcia Flores Palmas	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2418	510242	10/03/1984	Marcia Flores Palmas	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2419	477234	17/05/1982	Marcia Batista Nunes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2420	510243	17/05/1982	Marcia Batista Nunes	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2421	470680	21/01/1978	Marcia Beatriz Bau	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2422	510244	21/01/1978	Marcia Beatriz Bau	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2423	482579	25/08/1982	Marcia Campagnolo Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2424	510245	25/08/1982	Marcia Campagnolo Dos Santos	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2425	492659	03/08/1976	Marcia Capelesso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2426	510246	03/08/1976	Marcia Capelesso	Matemática	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2427	494313	06/04/1979	Marcia Chaga Schwartz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2428	497343	08/11/1968	Marcia De Oliveira	Língua Estrangeira - Inglês	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2429	510247	08/11/1968	Marcia De Oliveira	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2430	487178	10/03/1967	Marcia Diva Bordignon	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2431	510248	10/03/1967	Marcia Diva Bordignon	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2432	487274	01/03/1976	Marcia Elisandra Dahmer	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2433	510249	01/03/1976	Marcia Elisandra Dahmer	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2434	481654	21/04/1983	Marcia Fatima Gonsalves	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2435	510250	21/04/1983	Marcia Fatima Gonsalves	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2436	471706	20/12/1988	Marcia Francieli Muller	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2437	510251	20/12/1988	Marcia Francieli Muller	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2438	493207	16/11/1990	Marcia Frarao	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2439	510252	16/11/1990	Marcia Frarao	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2440	470354	10/03/1978	Marcia Janete Helping Muniz	História	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2441	478145	07/12/1971	Marcia Lazzarotto Werlang	História	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2442	477120	01/01/1980	Marcia Luiza Colpani	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2443	510253	01/01/1980	Marcia Luiza Colpani	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2444	473381	14/03/1979	Marcia Machado Da Silva Lucatelli	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2445	471306	01/06/1979	Marcia Marlei Soehn	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2446	510254	01/06/1979	Marcia Marilei Soehn	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2447	491139	12/03/1981	Marcia Mariza Trevisan	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2448	495096	18/02/1968	Marcia Martins	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2449	502030	21/06/1985	Marcia Raquel Chiuza Brizola	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2450	510255	21/06/1985	Marcia Raquel Chiuza Brizola	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2451	474589	13/04/1981	Marcia Sbeghen	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2452	510256	13/04/1981	Marcia Sbeghen	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2453	470975	25/05/1986	Marcia Soares Paiva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2454	510257	25/05/1986	Marcia Soares Paiva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2455	477610	14/07/1978	Marcia Warken Cremonini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2456	471390	28/01/1993	Marcia Wiest Dreher	Educação Física	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2457	501659	12/07/1989	Marciana Malacarne	Ciências	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2458	477374	30/01/1981	Marciane Zucco Stanga	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2459	510258	30/01/1981	Marciane Zucco Stanga	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S225
2460	499559	25/01/1988	Marcili Strapazzon Ribeiro De Lima	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2461	510259	25/01/1988	Marcili Strapazzon Ribeiro De Lima	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2462	474480	03/02/1980	Marcilei Da Silva Bender	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2463	510260	03/02/1980	Marcilei Da Silva Bender	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2464	495065	14/03/1976	Marcio Bica Coelho	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2465	495956	05/10/1979	Marcio Hartmana	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
2466	493971	09/10/1982	Marcio Pereira Putzel	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2467	498312	17/09/1984	Marcos Cesar Da Silva	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
2468	500827	23/10/1976	Marcos Cesar Kleinubing	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2469	483119	01/09/1966	Marcos Cesar Carabagialle	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2470	493124	23/10/1977	Marcos Rogério Pinto	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2471	510261	23/10/1977	Marcos Rogério Pinto	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2472	477814	20/07/1984	Marcos Venicius Trevisan	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2473	488341	08/05/1988	Marelizi Marafon	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2474	500659	07/07/1968	Mareni De Fatima Rosa Da Silva	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2475	496581	09/09/1972	Margane Maria Lunelli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2476	510262	09/09/1972	Margane Maria Lunelli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2477	480784	02/01/1971	Margaret Schmidt	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2478	510263	02/01/1971	Margaret Schmidt	Professor de Música com Licenciatura Plena e Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2479	480761	27/04/1969	Margaret Bonadiman Campos	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2480	510264	27/04/1969	Margaret Bonadiman Campos	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2481	487008	02/08/1989	Margarete Soares Correa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2482	510265	02/08/1989	Margarete Soares Correa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2483	471927	20/02/1964	Margarete Tecchio	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2484	477219	30/10/1981	Margarete Dos Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2485	481511	21/06/1976	Margarete Fatima Basso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2486	510266	21/06/1976	Margarete Fatima Basso	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2487	474697	17/09/1978	Margarete Malta De Moraes Silva	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2488	470261	11/08/1973	Margarete Márcio	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2489	477356	10/12/1969	Margarete Rodrigues De Lima	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2490	510267	10/12/1969	Margarete Rodrigues De Lima	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2491	474580	15/09/1982	Margarete Samuel De Barros	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2492	492196	11/12/1969	Margarete Terezinha Dal Piva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2493	510268	11/12/1969	Margarete Terezinha Dal Piva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2494	476887	17/07/1968	Margarida Jussara Piasson	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2495	510269	17/07/1968	Margarida Jussara Piasson	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2496	496045	28/08/1982	Mari Cabral Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2497	510270	28/08/1982	Mari Cabral Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2498	471682	19/09/1971	Mari Lucia Lemes De Almeida	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2499	510271	19/09/1971	Mari Lucia Lemes De Almeida	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2500	471393	28/10/1966	Mari Luisa Riboli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2501	510272	28/10/1966	Mari Luisa Riboli	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2502	473614	10/07/1986	Mari Neusa Dornelles Trevisan	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2503	510273	10/07/1986	Mari Neusa Dornelles Trevisan	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2504	478173	20/05/1965	Mari Stachak	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2505	510274	20/05/1965	Mari Stachak	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2506	476326	27/08/1958	Maria Aparecida Cabral Garcia	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2507	470447	04/05/1973	Maria Da Silva Maciel	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2508	472931	22/07/1978	Maria Janete Lemes De Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2509	492756	25/10/1966	Maria Marlene Hochmann	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2510	510275	25/10/1966	Maria Marlene Hochmann	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2511	471403	17/02/1986	Maria Reis	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2512	510276	17/02/1986	Maria Reis	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2513	487094	31/12/1976	Maria Andriighi	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2514	510277	31/12/1976	Maria Andriighi	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2515	493017	20/03/1957	Maria Angela Carvalho Pires	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2516	500042	17/09/1985	Maria Angela Rieder	Ciências	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2517	471097	13/05/1959	Maria Antonieta Grando	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2518	510278	13/05/1959	Maria Antonieta Grando	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2519	471849	11/04/1961	Maria Aparecida Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2520	510279	11/04/1961	Maria Aparecida Dos Santos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2521	498175	07/07/1966	Maria Beatriz Munzi	Educação Especial/Intérprete de Libras	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2522	510280	07/07/1966	Maria Beatriz Munzi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2523	481501	08/11/1995	Maria Caroline Schneider	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2524	510281	08/11/1995	Maria Caroline Schneider	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2525	494245	16/05/1964	Maria Catarina Teston	Professor de Música com Licenciatura Plena e Bacharelado	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2526	502396	22/10/1973	Maria Cristina Alves Lemos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2527	510282	22/10/1973	Maria Cristina Alves Lemos	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2528	477532	28/04/1972	Maria De Fatima Werle	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2529	510283	28/04/1972	Maria De Fatima Werle	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2530	480542	14/10/1952	Maria De Lourdes Kirschner	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2531	510284	14/10/1952	Maria De Lourdes Kirschner	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2532	472187	26/06/1992	Maria De Souza	Artes	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2533	510285	26/06/1992	Maria De Souza	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2534	470483	16/07/1966	Maria Do Carmo Batista Da Cruz Batista Da Cruz	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2535	501132	10/03/1962	Maria Emilia Pimpao	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2536	510286	10/03/1962	Maria Emilia Pimpao	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2537	478416	06/12/1962	Maria Enedina Fogaca	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2538	510287	06/12/1962	Maria Enedina Fogaca	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2539	473383	18/04/1973	Maria Helena Giovannetti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2540	510288	18/04/1973	Maria Helena Giovannetti	Ensino Religioso	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2541	471568	17/05/1964	Maria Iridan Fortes De Jesus	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2542	510289	17/05/1964	Maria Iridan Fortes De Jesus	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2543	482745	06/01/1967	Maria Isabel Nogueira Da Silva De Medeiros	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2544	510290	06/01/1967	Maria Isabel Nogueira Da Silva De Medeiros	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2545	492420	29/05/1952	Maria Isabel Berttoncello	Geografia	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2546	510291	29/05/1952	Maria Isabel Bertonzello	História	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2547	473931	11/06/1958	Maria Isabel Fossari Fernandes	Educação Física	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2548	477878	03/04/1964	Maria Ivorete Dal Santo Da Silva Pinto	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2549	471787	11/05/1950	Maria Janes Kaginski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2550	510292	11/05/1950	Maria Janes Kaginski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2551	482761	07/07/1984	Maria Janice Gomes Sebben	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2552	510293	07/07/1984	Maria Janice Gomes Sebben	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2553	470266	15/07/1966	Maria Jose Cardoso Dovali	História	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2554	471769	01/06/1971	Maria Lucia Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2555	510294	01/06/1971	Maria Lucia Da Silva	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2556	500051	25/03/1975	Maria Lucia Dreon Cofferi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2557	510295	25/03/1975	Maria Lucia Dreon Cofferi	Língua Portuguesa	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2558	482471	16/03/1963	Maria Luiza Hilgert Zardo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S312
2559	477184	03/10/1977	Maria Rosemilda Pereira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2560	510296	03/10/1977	Maria Rosemilda Pereira	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2561	475427	10/01/1966	Maria Salette Artfon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2562	510297	10/01/1966	Maria Salette Artfon	Educação Especial/Segundo Professor	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2563	471398	07/06/1970	Maria Sandra Nunes Anchau	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2564	510298	07/06/1970	Maria Sandra Nunes Anchau	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2565	476822	03/11/1960	Maria Terezinha Behm Do Prado	Matemática	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2566	493331	17/06/1969	Maria Turmina Pereira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2567	510299	17/06/1969	Maria Turmina Pereira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2568	469715	16/05/1953	Maria Zeli Ferreira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2569	510300	16/05/1953	Maria Zeli Ferreira	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2570	495340	10/12/1988	Mariana Da Fonseca	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2571	510301	10/12/1988	Mariana Da Fonseca	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2572	478125	26/12/1988	Mariana Elena Schaidt	Educação Física	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2573	475210	10/02/1992	Mariana Fanton	Ciências	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2574	498693	28/09/1991	Mariana Thais Dutsol	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2575	510302	28/09/1991	Mariana Thais Dutsol	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2576	486926	18/06/1978	Mariane Cristina Rosa Guinzelli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2577	510303	18/06/1978	Mariane Cristina Rosa Guinzelli	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2578	470782	14/06/1993	Mariane Bagatini	Educação Física	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2579	478531	18/10/1991	Mariane Pino Tomkiel	Educação Especial/Segundo Professor	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2580	510304	18/10/1991	Mariane Pino Tomkiel	Educação Infantil	Unoescc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2581	475851	02/02/1987	Mariani Tais Mocelin	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2582	470944	10/12/1956	Mariano Soccoloski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2583	510305	10/12/1956	Mariano Soccoloski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2584	474886	28/06/1963	Marice Teresinha Foschiera	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2585	510306	28/06/1963	Marice Teresinha Foschiera	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2586	492249	07/11/1963	Maricene Fátima Dal Prá Lanzarin	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2587	510308	07/11/1963	Maricene Fátima Dal Prá Lanzarin	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2588	496461	03/05/1978	Mariclea Putzel	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2589	510307	03/05/1978	Mariclea Putzel	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2590	471869	11/11/1974	Mariela Silveira Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2591	510309	11/11/1974	Mariela Silveira Dos Santos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2592	480012	05/08/1982	Mariela Pedrotti	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2593	471396	25/02/1983	Marieli Becker	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2594	510310	25/02/1983	Marieli Becker	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2595	492629	22/08/1990	Marieli Milka Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2596	510311	22/08/1990	Marieli Milka Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2597	471154	18/04/1976	Marilda Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2598	510312	18/04/1976	Marilda Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2599	484625	27/09/1979	Marilei Colpo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2600	510313	27/09/1979	Marilei Colpo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2601	471118	03/08/1969	Marilei Lourdes Maggioni Atuatti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2602	510314	03/08/1969	Marilei Lourdes Maggioni Atuatti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2603	474916	25/03/1967	Marilene De Almeida Slevinski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2604	510315	25/03/1967	Marilene De Almeida Slevinski	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2605	471672	11/02/1971	Marilene Alves Giamomoni	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2606	470178	06/11/1985	Marilene Bernardete Bressiani Baldissara	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2607	478324	28/12/1964	Marilene Savaris	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2608	480090	29/11/1981	Marilete Fatima Guraliski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2609	491131	23/07/1993	Marilete Maria Feruck	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2610	498776	26/05/1963	Marilete Molinari	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2611	484913	19/09/1981	Marilete Rampanelli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2612	502067	28/08/1991	Marilia Eliane Prestes	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2613	473393	18/03/1986	Marilia Quadri	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2614	494554	28/11/1976	Marilice Marta Pommerening	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2615	510316	28/11/1976	Marilice Marta Pommerening	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2616	470101	22/01/1993	Marina Malacarne	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2617	510317	22/01/1993	Marina Malacarne	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2618	478196	01/08/1992	Marina Ana Trentin	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2619	472834	04/01/1984	Marinalda Arruda	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2620	510318	04/01/1984	Marinalda Arruda	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2621	469983	13/05/1977	Maríndia Soares De Camargo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2622	510319	13/05/1977	Maríndia Soares De Camargo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2623	472806	09/12/1980	Maríndia De Lima	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2624	510320	09/12/1980	Maríndia De Lima	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2625	500945	04/10/1980	Maríndia Menezes De Camargo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2626	510321	04/10/1980	Maríndia Menezes De Camargo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2627	494474	13/08/1971	Marines Vieira Borlini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2628	510322	13/08/1971	Marines Vieira Borlini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2629	472204	04/08/1975	Marines Andrin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2630	510323	04/08/1975	Marines Andrin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2631	473738	07/12/1966	Marinês Barbieri	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2632	510329	07/12/1966	Marinês Barbieri	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2633	472317	16/11/1968	Marines Ferraz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2634	487824	02/08/1972	Marines Hemsing Ferst	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2635	510324	02/08/1972	Marines Hemsing Ferst	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2636	493670	14/06/1966	Marines Rosa Palavicini Sotili	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2637	510325	14/06/1966	Marines Rosa Palavicini Sotili	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2638	483034	10/07/1988	Marines Teresinha Svolinski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2639	510326	10/07/1988	Marines Teresinha Svolinski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2640	498481	17/01/1978	Marinete Glienke	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2641	510327	17/01/1978	Marinete Glienke	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2642	496190	30/12/1969	Marinez Schneider Foiato	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2643	487419	17/05/1968	Marinez Terezinha Rita Aires Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2644	510328	17/05/1968	Marinez Terezinha Rita Aires Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2645	478602	16/04/1988	Mario Souza Nunes	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2646	497416	05/12/1964	Maris Teresinha Gasparin Madoglio	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2647	473017	09/09/1979	Marisa Elaine Loesch Fabri	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2648	481292	09/06/1975	Marisa Matielo	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2649	510330	09/06/1975	Marisa Matielo	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S313
2650	494977	04/08/1989	Marisa Mayeski Ferreira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2651	510331	04/08/1989	Marisa Mayeski Ferreira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2652	475471	28/07/1964	Marisa Silvana Hanauer	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2653	510332	28/07/1964	Marisa Silvana Hanauer	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2654	499024	09/04/1984	Marisa Tiber Pontel	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2655	510333	09/04/1984	Marisa Tiber Pontel	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2656	484262	12/08/1962	Marise Occhi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2657	510334	12/08/1962	Marise Occhi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2658	478612	30/06/1968	Marisete Ines Canal Tome	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2659	510335	30/06/1968	Marisete Ines Canal Tome	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2660	472800	16/06/1964	Maristela Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2661	510336	16/06/1964	Maristela Dos Santos	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
2662	481387	13/07/1980	Maristela Cunha	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2663	475102	08/10/1978	Maristela Machado Correia	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2664	510337	08/10/1978	Maristela Machado Correia	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2665	499800	02/07/1990	Maristela Picetti	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2666	487637	02/09/1960	Maristela Piovesan	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2667	469722	02/06/1985	Maristela Putzel Figueiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2668	510338	02/06/1985	Maristela Putzel Figueiro	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2669	496040	30/10/1974	Maristela Schleicher Silveira	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2670	492755	14/11/1961	Maristela Bertollo Barro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2671	475772	10/07/1963	Maristela Lucia Cella	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2672	479798	06/03/1974	Maritanea Romanzini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2673	510339	06/03/1974	Maritanea Romanzini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2674	472785	08/08/1981	Maritania Secco	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2675	477350	30/01/1975	Maritania Via Piana Dos Santos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2676	510340	30/01/1975	Maritania Via Piana Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2677	470336	05/01/1969	Marivalda Aparecida Grandó	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2678	510341	05/01/1969	Marivalda Aparecida Grandó	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2679	497236	19/07/1983	Marivania Rampanelli Appi	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2680	471138	27/08/1989	Marivania Rostirolla	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2681	510342	27/08/1989	Marivania Rostirolla	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2682	492181	12/01/1973	Marivete Inês Feldmann Krindges	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2683	510343	12/01/1973	Marivete Inês Feldmann Krindges	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2684	477805	27/10/1976	Marivone Molski Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2685	510344	27/10/1976	Marivone Molski Dos Santos	Educação Especial/Atendimento	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314



Seletivo Público 002/2016 Prefeitura Municipal de Chapecó [PROCESSO SELETIVO]



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2719	510355	29/06/1959	Marli Fatima Bulegon	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2720	484021	21/08/1974	Marli Giroto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2721	510356	21/08/1974	Marli Giroto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2722	475602	19/11/1968	Marli Prior Kraemer	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2723	472056	01/10/1967	Marli Rodriguez Pigato	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2724	510357	01/10/1967	Marli Rodriguez Pigato	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2725	473226	25/10/1962	Marli Rosa Girardi	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2726	485347	12/06/1966	Marli Schmidt	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2727	510358	12/06/1966	Marli Schmidt	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2728	474603	16/03/1970	Marli Sueli Schuck Zanatta	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2729	477660	10/06/1966	Marli Teresa Nemirski	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2730	510359	10/06/1966	Marli Teresa Nemirski	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2731	488726	14/03/1980	Marli Teresinha Ecker	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2732	510360	14/03/1980	Marli Teresinha Ecker	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2733	476184	25/02/1955	Marli Teresinha Galvão	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2734	481841	16/12/1973	Marisa Aparecida Cinelli Moura Dos Santos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2735	510361	16/12/1973	Marisa Aparecida Cinelli Moura Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2736	488579	08/02/1970	Marlise Scheffler Gauer De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2737	510362	08/02/1970	Marlise Scheffler Gauer De Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2738	469751	11/11/1979	Marlon Duarte	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2739	486993	26/01/1980	Marlon Zanin	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
2740	471268	20/12/1971	Marlova Damo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2741	510363	20/12/1971	Marlova Damo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2742	474858	07/06/1976	Marta Antunina Antunes Caires	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2743	510364	07/06/1976	Marta Antunina Antunes Caires	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2744	488729	01/05/1973	Marta Lippert	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2745	510365	01/05/1973	Marta Lippert	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2746	479771	06/03/1974	Marta Romanzini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2747	510366	06/03/1974	Marta Romanzini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2748	486787	21/02/1984	Marta Zanette	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2749	510367	21/02/1984	Marta Zanette	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2750	471784	19/01/1969	Martinha Budal Arins Miosso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2751	510368	19/01/1969	Martinha Budal Arins Miosso	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2752	492989	27/02/1964	Mary Bertoglio	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2753	510369	27/02/1964	Mary Bertoglio	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2754	487076	18/07/1994	Mateus Scariot	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2755	500296	09/08/1994	Matheus Kochemborger	Geografia	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2756	477981	23/09/1966	Matildes Regina Pizzio Tomasi	História	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2757	487372	03/12/1972	Mauriceia Fabiana Bones Dornelles	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2758	510370	03/12/1972	Mauriceia Fabiana Bones Dornelles	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2759	491673	01/09/1981	Mauriceia Gheller Da Silva	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2760	510371	01/09/1981	Mauriceia Gheller Da Silva	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2761	494507	15/06/1993	Maurício Lazzari	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2762	476848	27/05/1991	Maurício Minozzo	Professor de Música com Licenciatura Plena e Bacharelado	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2763	471185	10/11/1989	Maurício Reche	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2764	473544	27/08/1976	Mauro Luiz Johann	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2765	483393	28/05/1980	Mauro Marcelo Wentz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2766	510372	28/05/1980	Mauro Marcelo Wentz	Ciências	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2767	500386	21/10/1992	Mayara Stumm	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2768	510373	21/10/1992	Mayara Stumm	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2769	480941	12/01/1981	Mayckool Mychel Flach	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2770	479826	18/09/1982	Melania Mior Velaski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2771	510374	18/09/1982	Melania Mior Velaski	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S314
2772	492735	27/04/1983	Melina Nunes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2773	510375	27/04/1983	Melina Nunes	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2774	497945	01/09/1994	Meline Zaro	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoes - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
2775	493536	13/02/1993	Melody Forcelini	História	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2776	493014	14/12/1977	Menana Golo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2777	510376	14/12/1977	Menana Golo	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2778	491138	01/04/1983	Merenice Peliclioli Colpani	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2779	510377	01/04/1983	Merenice Peliclioli Colpani	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2780	495700	23/10/1964	Meri Elisa Schreiner	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2781	510378	23/10/1964	Meri Elisa Schreiner	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2782	477349	17/06/1967	Meri Rosane Santos De Souza	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2783	472012	10/03/1964	Meri Terezinha Pinto Amaral	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2784	510379	10/03/1964	Meri Terezinha Pinto Amaral	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2785	473519	12/07/1979	Metilde salete Tonet	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2786	510380	12/07/1979	Metilde salete Tonet	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2787	479951	28/01/1991	Michel Caetano Pinto	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2788	510381	28/01/1991	Michel Caetano Pinto	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2789	494071	29/11/1978	Michel Guimaraes	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2790	480922	17/10/1980	Michele Born Flach	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2791	510382	17/10/1980	Michele Born Flach	Professor com Curso Superior AC (dança)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2792	471583	29/04/1995	Michele Giovana Giachini	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2793	499056	07/10/1983	Michele Jaci Arnold De Almeida	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2794	482834	10/04/1981	Michele Rosana Lemes Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2795	510383	10/04/1981	Michele Rosana Lemes Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2796	491597	13/10/1986	Michele Tironi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2797	510384	13/10/1986	Michele Tironi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2798	496793	28/11/1992	Micheli Fernanda Prigol Bianchi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2799	510385	28/11/1992	Micheli Fernanda Prigol Bianchi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2800	470735	16/11/1992	Micheli Valduga	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2801	510386	16/11/1992	Micheli Valduga	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2802	491905	10/05/1980	Micheli Antunes Da Rosa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2803	510387	10/05/1980	Micheli Antunes Da Rosa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2804	491778	12/10/1987	Micheli Cassol	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2805	510388	12/10/1987	Micheli Cassol	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2806	470826	11/04/1983	Micheli Dezen	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2807	478298	18/05/1992	Micheli Matte Do Amaral	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2808	510389	18/05/1992	Micheli Matte Do Amaral	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2809	493006	24/07/1981	Micheli Thais Galli	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2810	492928	28/05/1986	Micheline Silhessarenko	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2811	510390	28/05/1986	Micheline Silhessarenko	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2812	475695	25/07/1976	Michelle Guidi Bourscheid	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2813	497544	29/03/1991	Michelle Mesa Casa	Educação Especial/Instrutor de Libras	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
2814	475221	27/02/1981	Michelle Michaltchuk	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2815	492431	17/05/1960	Miguel Alves De Oliveira	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2816	478257	17/05/1987	Milena De Toni	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2817	510391	17/05/1987	Milena De Toni	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2818	494144	06/02/1994	Milena Dlugokenski	Professor de Música com Licenciatura Plena e Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2819	494103	12/07/1990	Milene Da Silva Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S001
2820	510392	12/07/1990	Milene Da Silva Oliveira	Educação Física	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S001
2821	497306	24/12/1980	Milena Da Silva Brandt	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2822	483164	31/01/1967	Miriam Berwanger Porn	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2823	510393	31/01/1967	Miriam Berwanger Porn	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2824	496847	09/11/1985	Mirian Bortolini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2825	510394	09/11/1985	Mirian Bortolini	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2826	469805	16/09/1978	Mirian Fumagalli Carbonera	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2827	510395	16/09/1978	Mirian Fumagalli Carbonera	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2828	496590	01/04/1986	Mirian Regina Danielli Goulart	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2829	510396	01/04/1986	Mirian Regina Danielli Goulart	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2830	491028	19/07/1965	Mirlene Deitos De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2831	510397	19/07/1965	Mirlene Deitos De Oliveira	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2832	472733	18/08/1993	Monica Arcari	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2833	510398	18/08/1993	Monica Arcari	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2834	496559	25/10/1983	Monica Denize Machado Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2835	510399	25/10/1983	Monica Denize Machado Da Silva	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2836	470388	29/01/1976	Monica Fatima Agnoletto Da Silveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2837	510400	29/01/1976	Monica Fatima Agnoletto Da Silveira	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2838	479372	08/10/1966	Monica Jaqueline Sander Carbonera	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2839	510401	08/10/1966	Monica Jaqueline Sander Carbonera	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2840	480326	11/08/1981	Monica Katia Chenet	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2841	471362	23/09/1986	Monica Lanzarin Da Silva Costa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2842	510402	23/09/1986	Monica Lanzarin Da Silva Costa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2843	478742	08/05/1985	Monica Maria Tourinho Oldiges	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
2844	510403	08/05/1985	Monica Maria Tourinho Oldiges	Educação Infantil	Unoes - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
2845	475278	14/09/1978	Monica Pedersetti	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2846	510404	14/09/1978	Monica Pedersetti	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2847	473471	19/09/1965	Monica Pierin	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2848	510405	19/09/1965	Monica Pierin	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2849	495945	26/11/1994	Monica Rita Zanella	Artes	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2850	476952	22/02/1984	Monica Zamrossi Capelesso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2851	510406	22/02/1984	Monica Zamrossi Capelesso	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2852	493426	03/10/1986	Monique Gelda	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2853	510407	03/10/1986	Monique Gelda	História	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2854	494389	22/04/1980	Murilo Bordin	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2855	497505	16/07/1995	Murilo Henrique Milani	Geografia	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2856	494159	18/02/1985	Myriani Dos Santos Sanchotene Lock	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2857	510408	18/02/1985	Myriani Dos Santos Sanchotene Lock	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2858	491789	25/06/1981	Nadia Sasso	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2859	476789	23/01/1969	Nadia Aparecida Demarco De Castro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2860	478273	06/05/1966	Nadia Graboski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2861	510409	06/05/1966	Nadia Graboski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2862	472025	06/04/1980	Nadia Liganara Nyari	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2863	510410	06/04/1980	Nadia Liganara Nyari	Professor de Artes Cênicas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2864	472184	27/09/1987	Naiara Lourenco Da Silva Da Luz	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2865	486747	24/01/1987	Naiara Fidelis Dos Reis	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2866	475795	30/07/1989	Naiara Lemes Da Roza	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2867	478953	28/02/1994	Naieli Testa	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2868	493166	28/03/1964	Nair Salete Domingues	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2869	510411	28/03/1964	Nair Salete Domingues	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2870	471630	23/02/1985	Naira Lice Fortes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2871	510412	23/02/1985	Naira Lice Fortes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2872	495362	09/09/1981	Nalva Ravazio	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2873	510413	09/09/1981	Nalva Ravazio	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2874	500950	20/09/1991	Nandyne Londero	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S315
2875	479910	23/03/1982	Nara Celiane Britto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
2876	510414	23/03/1982	Nara Celiane Britto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco A	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala A101
2877	473702	27/02/1963	Nara Regina Rodrigues Da Silva	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
2878	510415	27/02/1963	Nara Regina Rodrigues Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2879	474960	18/02/1985	Natalia de Oliveira Lopes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2880	510416	18/02/1985	Natalia de Oliveira Lopes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2881	487086	20/09/1990	Natana Dietrich Da Silva	Educação Especial/Intérprete de Libras	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2882	510417	20/09/1990	Natana Dietrich Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2883	476013	27/04/1978	Natanael Mazotti	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2884	493734	16/02/1962	Naudir Heinz	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2885	510418	16/02/1962	Naudir Heinz	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2886	487377	02/11/1982	Nauriane Di Domenico	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2887	501349	05/07/1989	Nei Augusto Rotta Minks	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2888	480646	18/08/1968	Neide Dominga Testa	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2889	510419	18/08/1968	Neide Dominga Testa	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2890	472893	23/12/1971	Neide Terezinha Fae Bernardi Bernardi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2891	510420	23/12/1971	Neide Terezinha Fae Bernardi Bernardi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2892	499227	18/09/1976	Neiva Dreher	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2893	510421	18/09/1976	Neiva Dreher	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2894	470183	24/03/1975	Neiva Maria Trentin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2895	510422	24/03/1975	Neiva Maria Trentin	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2896	499031	13/05/1960	Neiva Maria Hope	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2897	470233	28/05/1978	Neiva Maria Ribeiro Liria Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2898	510423	28/05/1978	Neiva Maria Ribeiro Liria Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2899	502263	28/08/1962	Neiva Rejane Rodrigues Dos Santos	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2900	510424	28/08/1962	Neiva Rejane Rodrigues Dos Santos	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2901	472101	15/09/1960	Neiva T. Pecinato Gresele	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2902	496517	22/10/1953	Nelbi Terezinha Zanella	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2903	471719	05/10/1969	Neli Miotto Moretto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2904	492645	03/09/1966	Neli Salette Rieder	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2905	492366	27/11/1979	Neli Terezinha Fantin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2906	510425	27/11/1979	Neli Terezinha Fantin	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2907	481372	02/03/1970	Nelice Fátima Fontana Hellstrom	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2908	510426	02/03/1970	Nelice Fátima Fontana Hellstrom	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2909	474621	12/01/1962	Nelsi Terezinha Mecabo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2910	490993	23/07/1960	Nelsi Zancanaro	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2911	492418	16/10/1957	Nelsi Zeni	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2912	470197	13/10/1979	Nelson de Oliveira Torres Maldonado	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2913	473188	20/03/1980	Neolmi Triches	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2914	492861	19/12/1964	Nereci Terezinha Tonini	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2915	473147	30/12/1966	Neri Antonio Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2916	510427	30/12/1966	Neri Antonio Dos Santos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2917	478976	01/02/1954	Neri Schaefer	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2918	510428	01/02/1954	Neri Schaefer	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2919	472014	01/03/1965	Nerilde Maffessoni Lanzarin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2920	477823	09/12/1970	Nery Bonetti	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2921	474737	10/12/1966	Neusa Alves Gazaro	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2922	510429	10/12/1966	Neusa Alves Gazaro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2923	495806	09/04/1964	Neusa Carvalho	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2924	469832	03/04/1971	Neusa Gomerinda Do Carmo Dallastra	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2925	510430	03/04/1971	Neusa Gomerinda Do Carmo Dallastra	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2926	472155	19/06/1973	Neusa Maria Dos Santos De Carvalho	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2927	498004	22/12/1974	Neusa Maria F Novello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2928	470327	07/05/1963	Neusa Oliveira Sales Rodrigues	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2929	510431	07/05/1963	Neusa Oliveira Sales Rodrigues	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2930	473394	16/01/1970	Neusa Schmitz Langenberg	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2931	471663	05/09/1964	Neusa Teresinha Zanette	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2932	510432	05/09/1964	Neusa Teresinha Zanette	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2933	495866	25/06/1970	Neusa Tonini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2934	510433	25/06/1970	Neusa Tonini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2935	485274	07/07/1960	Neuza Tedesco	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2936	471440	30/05/1975	Neuzair Cordeiro Peiter	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2937	510434	30/05/1975	Neuzair Cordeiro Peiter	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2938	497233	29/08/1976	Nilseia Aparecida Bento Piva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2939	498307	24/02/1991	Nilson Vargas	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2940	497352	12/04/1974	Nilva Boni Artifon	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2941	510435	12/04/1974	Nilva Boni Artifon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2942	492194	29/05/1987	Nilva Bottini	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2943	510436	29/05/1987	Nilva Bottini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2944	471304	08/02/1960	Nilza Virginia Dalle Molle	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2945	488803	06/11/1984	Nivea Bitencourt Da Silva Cortina	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2946	495660	05/07/1970	Noeli Fatima Lanzarini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2947	510437	05/07/1970	Noeli Fatima Lanzarini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2948	472884	29/11/1976	Noeli Franca	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2949	510438	29/11/1976	Noeli Franca	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2950	487292	14/01/1972	Noeli Maria Ercego	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2951	510439	14/01/1972	Noeli Maria Ercego	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2952	472715	20/04/1988	Noemi Fatima Singeski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2953	510440	20/04/1988	Noemi Fatima Singeski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2954	492746	28/01/1984	Noeli Antunes Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2955	510441	28/01/1984	Noeli Antunes Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2956	495279	06/01/1985	Nubia Viviane Andrade	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2957	480684	07/02/1990	Nuria Gomes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2958	510442	07/02/1990	Nuria Gomes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2959	471101	16/01/1982	Odacir Antonio Zerbili	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2960	510443	16/01/1982	Odacir Antonio Zerbili	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2961	476951	23/06/1979	Odete Ferreira Kuhn	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2962	510444	23/06/1979	Odete Ferreira Kuhn	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2963	481484	27/06/1964	Odete Scapinello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2964	473734	25/06/1961	Oly Paulo Zamprogna	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2965	510445	25/06/1961	Oly Paulo Zamprogna	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2966	497389	19/11/1957	Oneide Dalbosco Muller	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2967	510446	19/11/1957	Oneide Dalbosco Muller	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2968	472330	10/02/1977	Onilce Cigognini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S316
2969	497894	21/03/1974	Ordali Terezinha De Lemes Ferronato	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2970	476876	20/08/1960	Orilde Fatima De Menezes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2971	510447	20/08/1960	Orilde Fatima De Menezes	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2972	485262	13/08/1961	Oscar Daniel Bertolini Pereira	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2973	471121	17/12/1975	Oscar Felipe Da Silva	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2974	479840	06/08/1978	Oseias Medeiros Da Silva	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
2975	475669	20/07/1973	Osmilda Da Luz De Canabarro	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2976	510448	20/07/1973	Osmilda Da Luz De Canabarro	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2977	475318	13/05/1972	Osni de Fatima Alves de Lara vassoler	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2978	510449	13/05/1972	Osni de Fatima Alves de Lara vassoler	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2979	497845	06/05/1993	Othon Paiva Areas Costa	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
2980	477072	07/12/1985	Ottopaulo Böhm	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2981	470574	09/12/1968	Overlaine Roman Brock	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2982	510450	09/12/1968	Overlaine Roman Brock	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2983	485410	18/12/1989	Ozeias Teixeira Da Rosa	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2984	471320	25/02/1986	Ozelia Gonçalves	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2985	510451	25/02/1986	Ozelia Gonçalves	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2986	499529	21/03/1987	Pabline Marmentini	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2987	470339	30/11/1992	Paloma Vanessa Kazeski	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2988	470710	04/02/1994	Pamela Cristina Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2989	510452	04/02/1994	Pamela Cristina Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2990	478506	11/11/1993	Patricia Antunes	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2991	488258	19/04/1991	Patricia Buenos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2992	510453	19/04/1991	Patricia Buenos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2993	484896	23/10/1982	Patricia Da Silva Bombassaro	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2994	510454	23/10/1982	Patricia Da Silva Bombassaro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2995	494145	19/05/1990	Patricia De Oliveira Porto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2996	510455	19/05/1990	Patricia De Oliveira Porto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2997	481038	07/07/1994	Patricia Grando	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
2998	510456	07/07/1994	Patricia Grando	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2999	499342	07/11/1978	Patrícia Kania	Língua Portuguesa	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3000	480148	01/05/1993	Patrícia Pagani	Matemática	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3001	476060	11/09/1985	Patrícia Terra	1ª a 5ª Série e EJA	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3002	510457	11/09/1985	Patrícia Terra	Educação Infantil	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3003	473831	30/08/1991	Patrícia Briancini	Educação Física	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3004	510458	30/08/1991	Patrícia Briancini	Professor com Curso Superior AC (dança)	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3005	478355	05/07/1990	Patrícia Bueno	Educação Física	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3006	472113	19/08/1991	Patrícia Cristina Machado Da Silva	Educação Física	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3007	484736	30/03/1979	Patrícia Cristine Terhorst Gasperin	1ª a 5ª Série e EJA	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3008	510459	30/03/1979	Patrícia Cristine Terhorst Gasperin	Educação Especial/Segundo Professor	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3009	494001	28/04/1989	Patrícia Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3010	510460	28/04/1989	Patrícia Dos Santos	Educação Infantil	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3011	487362	08/06/1980	Patrícia Fernandes	Educação Infantil	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3012	474115	03/09/1984	Patrícia Fornazier	1ª a 5ª Série e EJA	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3013	510461	03/09/1984	Patrícia Fornazier	Educação Especial/Segundo Professor	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3014	471942	11/08/1977	Patrícia Janice Bracht Dedordi	1ª a 5ª Série e EJA	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3015	510462	11/08/1977	Patrícia Janice Bracht Dedordi	Língua Portuguesa	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3016	473130	05/09/1980	Patrícia Lenz	Educação Especial/Segundo Professor	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3017	510463	05/09/1980	Patrícia Lenz	Educação Infantil	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3018	471818	26/08/1989	Patrícia Luiz Battistella	1ª a 5ª Série e EJA	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3019	510464	26/08/1989	Patrícia Luiz Battistella	Educação Infantil	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3020	493231	22/12/1992	Patrícia Mees	Matemática	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3021	478857	29/08/1988	Patrícia Moraes De Faria	Educação Física	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3022	472593	17/06/1990	Patrícia Moresco	1ª a 5ª Série e EJA	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3023	510465	17/06/1990	Patrícia Moresco	Educação Infantil	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3024	481060	12/12/1990	Patrícia Muller	Educação Física	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3025	474249	23/07/1977	Patrícia Nubia Alves De Oliveira	Educação Infantil	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3026	471352	21/11/1979	Patrícia Oviedo Carrilho	Educação Especial/Segundo Professor	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3027	510466	21/11/1979	Patrícia Oviedo Carrilho	Educação Infantil	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3028	475060	02/06/1992	Patrícia Percio	1ª a 5ª Série e EJA	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3029	510467	02/06/1992	Patrícia Percio	Educação Infantil	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3030	491285	17/11/1974	Patrícia Regina De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3031	479767	04/10/1989	Patrícia Rodrigues	Educação Especial/Segundo Professor	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3032	510468	04/10/1989	Patrícia Rodrigues	Educação Infantil	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3033	498847	25/07/1991	Patrícia Rosana De Campos	1ª a 5ª Série e EJA	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3034	510469	25/07/1991	Patrícia Rosana De Campos	Educação Infantil	Unioesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3035	474711	25/08/1982	Patricia Wegner	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3036	510470	25/08/1982	Patricia Wegner	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3037	488145	21/07/1991	Patrick Assis Putzel Tolotti	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3038	480985	04/09/1986	Paula Gerhard	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3039	470035	03/04/1984	Paula Loss	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3040	510471	03/04/1984	Paula Loss	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3041	485222	24/01/1982	Paula Antonia Tomczak Kudo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3042	510472	24/01/1982	Paula Antonia Tomczak Kudo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3043	472148	27/08/1993	Paula Beatriz Grade Silvestrin	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3044	510473	27/08/1993	Paula Beatriz Grade Silvestrin	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3045	469784	05/02/1988	Paula Gabriela Ribeiro De Mello	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3046	510474	05/02/1988	Paula Gabriela Ribeiro De Mello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3047	471377	09/03/1993	Paula Marisa Simon	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3048	500130	11/06/1989	Paula Mayara Zuanazzi	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3049	482607	23/08/1989	Paula Rita Ribeiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3050	510475	23/08/1989	Paula Rita Ribeiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3051	476692	19/05/1988	Paula Rodrigues Scapinello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3052	510476	19/05/1988	Paula Rodrigues Scapinello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S317
3053	482485	23/12/1990	Paulo Acacio Amarante Vasconcelos Soares	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3054	510477	23/12/1990	Paulo Acacio Amarante Vasconcelos Soares	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3055	470401	01/12/1970	Paulo De Oliveira Gomes	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3056	510478	01/12/1970	Paulo De Oliveira Gomes	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3057	495176	07/05/1980	Paulo Dias De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3058	510479	07/05/1980	Paulo Dias De Oliveira	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3059	471051	16/10/1965	Paulo Fagundes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3060	510480	16/10/1965	Paulo Fagundes	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3061	499009	11/05/1989	Paulo Fernando Vedovatto	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3062	489470	04/11/1967	Paulo Henrique Cruz Lagaggio	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3063	501730	30/01/1976	Paulo Luiz De Vargas	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3064	483139	16/12/1976	Paulo Marcio Pinheiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3065	486166	01/10/1966	Paulo Roberto Vargas	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3066	510481	01/10/1966	Paulo Roberto Vargas	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3067	476784	22/08/1981	Poliane Aparecida Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3068	510482	22/08/1981	Poliane Aparecida Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3069	485355	03/05/1992	Precila Katia Moreira	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3070	494983	12/12/1991	Priscila Kroth	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3071	471216	16/06/1991	Priscila Regina Berta	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3072	510483	16/06/1991	Priscila Regina Berta	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3073	487019	04/08/1988	Priscila Rigotti Frantz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3074	510484	04/08/1988	Priscila Rigotti Frantz	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3075	497436	22/12/1982	Priscila Zanotelli Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3076	510485	22/12/1982	Priscila Zanotelli Dos Santos	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3077	493912	06/06/1989	Priscila Da Silva Mendes	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3078	510486	06/06/1989	Priscila Da Silva Mendes	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3079	488523	17/06/1995	Queren Barrabarra	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
3080	488076	05/06/1980	Quezia Dall'agnol	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3081	480060	18/09/1990	Rafael Cunha Laux	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3082	494208	19/11/1991	Rafael Dos Santos Carneiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3083	510487	19/11/1991	Rafael Dos Santos Carneiro	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3084	495571	20/01/1984	Rafael Foppa	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3085	482456	25/09/1985	Rafael Myszak	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3086	510488	25/09/1985	Rafael Myszak	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3087	491011	19/03/1992	Rafael Ranzan	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3088	498871	16/09/1986	Rafaela Fernanda Da Rosa Capeleti Dias	Educação Especial/Intérprete de Libras	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3089	510489	16/09/1986	Rafaela Fernanda Da Rosa Capeleti Dias	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3090	469753	14/06/1982	Rafaela Cristine Brandao Noack	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3091	510490	14/06/1982	Rafaela Cristine Brandao Noack	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3092	471332	21/03/1980	Rafaela Lucia Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3093	510491	21/03/1980	Rafaela Lucia Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3094	495653	11/03/1980	Rafaela Rodrigues	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3095	472066	27/04/1978	Raquel De Bona	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3096	510492	27/04/1978	Raquel De Bona	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3097	475507	08/09/1985	Raquel Antunes Muniz Schons	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3098	471411	11/03/1989	Raquel Cerbaro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3099	510493	11/03/1989	Raquel Cerbaro	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3100	474548	15/10/1988	Raquel De Fatima Zeni	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3101	510494	15/10/1988	Raquel De Fatima Zeni	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3102	473024	14/12/1976	Raquel Dos Santos Pereira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3103	510495	14/12/1976	Raquel Dos Santos Pereira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3104	491873	11/01/1987	Raquel Matielo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3105	510496	11/01/1987	Raquel Matielo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3106	474277	23/07/1988	Raquel Silveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3107	510497	23/07/1988	Raquel Silveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3108	474708	20/08/1984	Raquel Stefanski Granoski	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3109	510498	20/08/1984	Raquel Stefanski Granoski	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3110	499029	20/10/1976	Raquel Zeni Ternus	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3111	485506	17/05/1988	Raquel Lanzarini Gomes Nogueira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3112	510499	17/05/1988	Raquel Lanzarini Gomes Nogueira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3113	471199	19/07/1981	Raquel De Fatima Do Nascimento	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3114	510500	19/07/1981	Raquel De Fatima Do Nascimento	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3115	471319	31/01/1971	Regi Bazzo Coradi	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3116	471796	20/07/1993	Regiane Zanovello	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3117	499350	31/12/1993	Regiane Festugato	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3118	498385	19/01/1990	Regiane Frigo Piasieski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3119	510501	19/01/1990	Regiane Frigo Piasieski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3120	487067	13/11/1992	Regiane Rosa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3121	510502	13/11/1992	Regiane Rosa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3122	487804	28/12/1992	Regiane Schinaider	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3123	510503	28/12/1992	Regiane Schinaider	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3124	476142	05/01/1991	Regiane Sutil Da Trindade Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3125	510504	05/01/1991	Regiane Sutil Da Trindade Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
				Educação Especial/Atendimento				
				Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
3126	473276	11/09/1978	Regimara Orlandi Pesavento	Recursos Multifuncionais	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3127	510505	11/09/1978	Regimara Orlandi Pesavento	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3128	472520	06/07/1992	Regina Maria Lecardelli	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3129	501315	04/03/1993	Regina Ravenna Alberti	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3130	510506	04/03/1993	Regina Ravenna Alberti	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3131	473382	31/07/1972	Reginaldo Paiva Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3132	510507	31/07/1972	Reginaldo Paiva Da Silva	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3133	484713	19/10/1972	Rejane Terezinha Dal Piva Buzin	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3134	481355	15/11/1976	Rejane Morgenstern	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3135	510508	15/11/1976	Rejane Morgenstern	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3136	481186	01/12/1966	Rejani Lucila Schneider Durigon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3137	510509	01/12/1966	Rejani Lucila Schneider Durigon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3138	478313	28/06/1989	Renata Da Rosa Capeleti	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3139	475861	30/11/1989	Renata Dahmer	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3140	510510	30/11/1989	Renata Dahmer	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3141	491336	13/06/1984	Renata Fortunatti	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3142	510511	13/06/1984	Renata Fortunatti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3143	475156	14/03/1987	Renata Granoski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3144	510512	14/03/1987	Renata Granoski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3145	474099	25/03/1978	Renata Pisatto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3146	476969	22/10/1979	Renata Saremba Tafuri	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3147	510513	22/10/1979	Renata Saremba Tafuri	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3148	477361	10/04/1982	Renata Somavila	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3149	510514	10/04/1982	Renata Somavila	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3150	475717	19/07/1995	Renata Vall	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3151	510515	19/07/1995	Renata Vall	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3152	469982	04/09/1964	Renato Antonio Ruguzzoni	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S318
3153	473302	03/06/1972	Reni Bombieri	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3154	510516	03/06/1972	Reni Bombieri	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3155	473332	15/12/1972	Reni Fatima Carminatti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3156	510517	15/12/1972	Reni Fatima Carminatti	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3157	477167	12/11/1981	Rezane De Oliveira Lacerda Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3158	510518	12/11/1981	Rezane De Oliveira Lacerda Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3159	494297	21/02/1990	Rhoni Valmorbidia	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3160	510519	21/02/1990	Rhoni Valmorbidia	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3161	497802	01/09/1989	Ricardo Bertan	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3162	471193	16/11/1984	Ricardo Reche	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3163	479696	16/01/1990	Ricardo Scalvi	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3164	475607	29/12/1982	Riquelis Varnier Chiarelotto Vargas	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3165	491889	08/04/1985	Rita De Cassia De Freitas Messa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3166	510520	08/04/1985	Rita De Cassia De Freitas Messa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3167	470344	21/09/1980	Rita De Cassia Ribeiro Simoes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3168	510521	21/09/1980	Rita De Cassia Ribeiro Simoes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3169	491210	03/02/1991	Rita Grasieli Dallastra	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3170	510522	03/02/1991	Rita Grasieli Dallastra	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3171	470484	13/02/1982	Roberta Da Silva Ebeliny	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3172	510523	13/02/1982	Roberta Da Silva Ebeliny	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3173	473116	09/09/1974	Roberta Aparecida Trindade	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3174	510524	09/09/1974	Roberta Aparecida Trindade	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3175	473142	22/02/1984	Roberta Maria Felipon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3176	510525	22/02/1984	Roberta Maria Felipon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3177	471326	24/10/1989	Roberta Maria Galli	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3178	487033	14/10/1981	Roberta Vigne Rossetto	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
3179	510526	14/10/1981	Roberta Vigne Rossetto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3180	472514	23/02/1993	Roberta Weber	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3181	510527	23/02/1993	Roberta Weber	Professor de Música com Licenciatura Plena e Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3182	477286	18/11/1971	Roberto Goliszewski	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3183	469702	04/09/1984	Roberto Pinheiro Alves	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3184	494947	19/10/1968	Roberto Santos Ferreira	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3185	486444	03/05/1980	Robson Luiz Diefenthaler	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3186	501357	25/05/1988	Rochelle Figueiredo Freitas	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3187	472433	24/03/1975	Roclei Ticiani Sehnem	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3188	492760	08/06/1991	Rodney Cassiano Leite	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3189	488778	02/03/1970	Rodrigo Lemos Lopes	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3190	510528	02/03/1970	Rodrigo Lemos Lopes	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3191	470340	17/05/1988	Rodrigo Madoglio	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
3192	491206	09/04/1993	Rodrigo Morais	Educação Especial/Intérprete de Libras	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3193	510529	09/04/1993	Rodrigo Morais	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3194	486558	08/09/1983	Rogério Antonio Dos Santos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3195	510530	08/09/1983	Rogério Antonio Dos Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3196	494685	04/10/1979	Rogério Da Silva Camargo	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3197	477198	22/12/1975	Rogério Jackie Pires Dos Santos	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3198	471066	20/06/1980	Rogério Luiz Baggio	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
3199	486395	21/03/1990	Rogério Remussi	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3200	472855	22/10/1979	Rogério Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3201	475882	26/04/1991	Romana Marcela Ulrich	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3202	475184	11/04/1962	Romilde De Fatima Gosh	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3203	510531	11/04/1962	Romilde De Fatima Gosh	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3204	469782	22/05/1975	Roni Evandro Figueiro	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3205	510532	22/05/1975	Roni Evandro Figueiro	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3206	478484	10/08/1989	Ronimar Castilho	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3207	482281	11/01/1970	Roosival Pereira Da Silva Evangelista	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3208	484565	28/08/1969	Rosa Manssur Puntel	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3209	470757	17/06/1977	Rosa Maria Machado De Almeida Laner	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3210	510533	17/06/1977	Rosa Maria Machado De Almeida Laner	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3211	471628	21/07/1975	Rosali Fatima Stempkowski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3212	510534	21/07/1975	Rosali Fatima Stempkowski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3213	499727	30/08/1975	Rosalina Da Silva Oliveira	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3214	470158	23/08/1960	Rosana Rodrigues	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3215	510535	23/08/1960	Rosana Rodrigues	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3216	492779	06/04/1980	Rosana Da Cruz De Jesus Liz De Moura	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3217	510536	06/04/1980	Rosana Da Cruz De Jesus Liz De Moura	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3218	471470	15/06/1964	Rosana Pitaluga Klein	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3219	510537	15/06/1964	Rosana Pitaluga Klein	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3220	471901	03/01/1975	Rosane Beghini Da Silva	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3221	492267	26/04/1970	Rosane Fatima Bianchi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3222	510538	26/04/1970	Rosane Fatima Bianchi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3223	470133	06/05/1976	Rosane Rossi Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3224	510539	06/05/1976	Rosane Rossi Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3225	470942	23/06/1985	Rosane Simonetti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3226	510540	23/06/1985	Rosane Simonetti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3227	500757	04/04/1985	Rosane Armiliato	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3228	510541	04/04/1985	Rosane Armiliato	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3229	482372	18/10/1982	Rosane Bertella Teodoro	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3230	510542	18/10/1982	Rosane Bertella Teodoro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3231	475020	19/05/1986	Rosane Bregalda	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3232	483830	21/03/1984	Rosane Godinho	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3233	470102	27/11/1978	Rosane Maria Pedroso	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3234	510543	27/11/1978	Rosane Maria Pedroso	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3235	471374	01/02/1976	Rosane Pereira Da Silva Do Nascimento	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3236	510544	01/02/1976	Rosane Pereira Da Silva Do Nascimento	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3237	492320	22/08/1975	Rosane Rosalen	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3238	510545	22/08/1975	Rosane Rosalen	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3239	475332	08/09/1972	Rosane Stefanski Tibola	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3240	510546	08/09/1972	Rosane Stefanski Tibola	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3241	470260	10/04/1973	Rosangela Schroder	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3242	510547	10/04/1973	Rosangela Schroder	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3243	478428	13/08/1979	Rosangela Aparecida De Lima	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3244	510548	13/08/1979	Rosangela Aparecida De Lima	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3245	500344	26/03/1974	Rosangela Balerini	Ensino Religioso	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3246	510549	26/03/1974	Rosangela Balerini	História	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3247	470965	03/05/1989	Rosangela Bukoski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3248	510550	03/05/1989	Rosangela Bukoski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S322
3249	492602	18/03/1965	Rosangela Cardoso De Souza	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3250	510551	18/03/1965	Rosangela Cardoso De Souza	Língua Estrangeira - Inglês	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3251	477732	08/10/1983	Rosangela Cristiane Werle	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3252	470061	14/04/1987	Rosangela Cristina Althaus Zanin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3253	510552	14/04/1987	Rosangela Cristina Althaus Zanin	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3254	470414	22/07/1977	Rosangela Emidia Lemes Lanzarin Matana	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3255	510553	22/07/1977	Rosangela Emidia Lemes Lanzarin Matana	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3256	471392	29/12/1962	Rosangela Ivana Sozin	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3257	510554	29/12/1962	Rosangela Ivana Sozin	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3258	497700	26/08/1989	Rosangela Machado Saviano Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3259	510555	26/08/1989	Rosangela Machado Saviano Dos Santos	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3260	485777	02/04/1979	Rosangela Marxreiter Guareski	Língua Estrangeira - Inglês	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3261	510556	02/04/1979	Rosangela Marxreiter Guareski	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3262	479256	12/11/1969	Rosangela Mittmann	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3263	510557	12/11/1969	Rosangela Mittmann	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3264	482228	02/03/1970	Rosangela Muller Wildner	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3265	510558	02/03/1970	Rosangela Muller Wildner	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3266	488627	03/03/1982	Rosangela R. Cora Da Silva	Matemática	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3267	470284	12/04/1986	Rosangela Rampanelli	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3268	488753	20/04/1964	Rosangela Tormen Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3269	510559	20/04/1964	Rosangela Tormen Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3270	474260	21/02/1972	Rosani Maria Martinelli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3271	510560	21/02/1972	Rosani Maria Martinelli	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3272	474838	05/01/1980	Rose Andreia Pessoa Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3273	510561	05/01/1980	Rose Andreia Pessoa Da Silva	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3274	475001	29/10/1984	Rose Maria Vargas	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3275	510562	29/10/1984	Rose Maria Vargas	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3276	486054	16/02/1983	Roseane Raimundo Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3277	510563	16/02/1983	Roseane Raimundo Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3278	471327	10/06/1984	Rosedelia Antunes Maciel Alves	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3279	510564	10/06/1984	Rosedelia Antunes Maciel Alves	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3280	495108	02/12/1965	Roselaine Barboza Vinhas	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3281	510565	02/12/1965	Roselaine Barboza Vinhas	Professor de Artes Plásticas com	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3282	473949	04/09/1975	Roselei Aparecida Pires Da Silva Confortin	Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3283	481317	11/09/1970	Roselei Faller	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3284	478660	17/10/1983	Roselene Araldi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3285	510566	17/10/1983	Roselene Araldi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3286	482223	16/11/1968	Roselene Berbigier Feil	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3287	510567	16/11/1968	Roselene Berbigier Feil	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3288	478820	18/08/1992	Roselene Dias Ribeiro Moras	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3289	510568	18/08/1992	Roselene Dias Ribeiro Moras	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3290	471418	09/03/1977	Roseli De Lima	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3291	510569	09/03/1977	Roseli De Lima	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3292	479602	30/03/1962	Roseli Demarco	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3293	472912	22/10/1974	Roseli Francescon Spies	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3294	510570	22/10/1974	Roseli Francescon Spies	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3295	471828	08/04/1984	Roseli Matzembacher	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3296	475657	23/06/1966	Roseli Schmidt Schilke	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3297	510571	23/06/1966	Roseli Schmidt Schilke	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3298	477948	08/01/1964	Roseli Baldo Klaus	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3299	510572	08/01/1964	Roseli Baldo Klaus	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3300	474670	14/10/1972	Roseli De Vargas	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3301	510573	14/10/1972	Roseli De Vargas	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3302	469794	19/08/1969	Roseli Lebera Zacharczuk	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3303	510574	19/08/1969	Roseli Lebera Zacharczuk	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3304	495286	07/08/1971	Roselinda Vangri Inacio	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3305	510575	07/08/1971	Roselinda Vangri Inacio	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3306	497660	13/07/1962	Rosemari Garcia Salmoria	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3307	510576	13/07/1962	Rosemari Garcia Salmoria	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3308	499116	01/10/1970	Rosemari Rosa Da Silva De Carli	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3309	510577	01/10/1970	Rosemari Rosa Da Silva De Carli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3310	488161	01/01/1966	Rosemary Casanova Liedtke	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3311	510578	01/01/1966	Rosemary Casanova Liedtke	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3312	471195	28/04/1968	Rosemeri Antonini	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3313	471149	30/03/1966	Rosemeri Terezinha Segatti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3314	510579	30/03/1966	Rosemeri Terezinha Segatti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3315	493848	19/10/1984	Rosiane Freire	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3316	510580	19/10/1984	Rosiane Freire	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3317	494798	18/12/1983	Rosiclei Schwindler Ludwig Peyneau	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3318	472201	26/01/1983	Rosicleia De Fatima Rita Da Silva	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3319	480945	04/08/1980	Rosicler Cararo Dal Magro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3320	475410	12/05/1975	Rosicler Fatima Goncalves	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3321	510581	12/05/1975	Rosicler Fatima Goncalves	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3322	491321	26/05/1967	Rosicler Terezinha Ambrosi Correa	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3323	510582	26/05/1967	Rosicler Terezinha Ambrosi Correa	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3324	470038	30/04/1978	Rosilaine Da Silva Bastos	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3325	510583	30/04/1978	Rosilaine Da Silva Bastos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3326	479436	08/11/1984	Rosilei Segnor	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3327	510584	08/11/1984	Rosilei Segnor	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3328	471861	12/04/1979	Rosilei Zanette Vial	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3329	485486	28/05/1985	Rosilene Bernardino De Oliveira Da Silva	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3330	483409	20/11/1976	Rosilene De Souza Marques	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3331	471331	07/10/1973	Rosimar De Fatima Ferreira	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3332	470938	17/05/1987	Rosimeli Sigognini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3333	510585	17/05/1987	Rosimeli Sigognini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S323
3334	475814	04/09/1980	Rosinei Arruda De Oliveira Da Silva Soares	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3335	472082	15/04/1970	Rosinha Linhares De Moura Boita	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3336	510586	15/04/1970	Rosinha Linhares De Moura Boita	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3337	486854	17/02/1965	Rosinha Aparecida Chiarello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3338	510587	17/02/1965	Rosinha Aparecida Chiarello	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3339	497001	20/07/1979	Rosmari Da Silva Kurek Cordeiro Oliveira	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3340	477851	22/10/1968	Rosmari Do Nascimento Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3341	510588	22/10/1968	Rosmari Do Nascimento Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3342	481585	05/09/1961	Rosmari Moreira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3343	510589	05/09/1961	Rosmari Moreira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3344	469743	26/08/1972	Rozangela Aparecida Gomes Gomes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3345	510590	26/08/1972	Rozangela Aparecida Gomes Gomes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3346	472693	30/03/1970	Rozangela Maria Zatti Favero	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3347	510591	30/03/1970	Rozangela Maria Zatti Favero	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3348	471457	21/08/1981	Rozeneis Wawczyniak	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3349	470162	07/12/1990	Roziane Angelita Eberts	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3350	510592	07/12/1990	Roziane Angelita Eberts	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3351	481763	18/10/1974	Rubem Denilso Girardi	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3352	487839	13/04/1990	Rubia Fernanda Cavaleiro Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3353	510593	13/04/1990	Rubia Fernanda Cavaleiro Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3354	472173	16/11/1983	Rubia Munarini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3355	510594	16/11/1983	Rubia Munarini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3356	497941	17/09/1969	Rubianca Pedroso Ferreira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3357	510595	17/09/1969	Rubianca Pedroso Ferreira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3358	478700	01/03/1967	Rudimar Eberle	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3359	469745	25/01/1989	Rudimar Garshal	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3360	499404	19/01/1988	Rudimar Roberto Pereira	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3361	510596	19/01/1988	Rudimar Roberto Pereira	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3362	478255	18/03/1987	Rudinei Albani	Educação Física	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
3363	502405	09/05/1980	Rui Zuza	Educação Especial/Instrutor de Libras	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
3364	510597	09/05/1980	Rui Zuza	Educação Especial/Interprete de Libras	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
3365	483857	07/06/1990	Ruscallya Da Silva Santos	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3366	510598	07/06/1990	Ruscallya Da Silva Santos	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3367	482549	07/04/1985	Rute Maria Miranda	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3368	510599	07/04/1985	Rute Maria Miranda	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3369	470165	05/02/1980	Sabhrina Lya Pezenatto Piazza Frigeri	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3370	471530	06/08/1990	Sabrina Grazielle Marca	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3371	510600	06/08/1990	Sabrina Grazielle Marca	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3372	477683	17/06/1983	Sabrina Bormam Arndt Duarte	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3373	469799	14/04/1989	Sabrina Cara	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3374	501445	15/08/1985	Sabrina Fabricia De Campos	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3375	486458	15/04/1982	Sabrina Gouveia Ribeiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3376	498197	13/02/1994	Sabrina Virtuoso Simoes Gueno	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3377	510601	13/02/1994	Sabrina Virtuoso Simoes Gueno	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3378	495207	06/11/1990	Saionara Aparecida Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3379	510602	06/11/1990	Saionara Aparecida Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3380	484958	02/02/1988	Saionara Tarzo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3381	510603	02/02/1988	Saionara Tarzo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3382	472967	03/06/1969	Saete Alves Gazaro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3383	510604	03/06/1969	Saete Alves Gazaro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3384	475704	14/04/1969	Saete Busnello Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3385	510605	14/04/1969	Saete Busnello Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3386	470449	29/05/1958	Saete De Fatima Dal Chiavon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3387	510606	29/05/1958	Saete De Fatima Dal Chiavon	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3388	480116	09/02/1967	Saete Maria Martinelli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3389	510607	09/02/1967	Saete Maria Martinelli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3390	478618	10/11/1964	Saete Stocco	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3391	510608	10/11/1964	Saete Stocco	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3392	479345	17/06/1985	Salustiano Reginaldo De Jesus	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3393	477877	09/01/1989	Samair Andre De Vargas	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
3394	486987	19/07/1990	Samantha Caroline Havemann De Carvalho	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3395	510609	19/07/1990	Samantha Caroline Havemann De Carvalho	Professor com Curso Superior AC (dança)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3396	492095	30/06/1994	Samara Carine Vortmann	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3397	497319	31/10/1984	Samir Landfeldt Maffi	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3398	473173	02/01/1987	Samuel Soares	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3399	472702	26/01/1975	Sandra Leite	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3400	510610	26/01/1975	Sandra Leite	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3401	501271	30/07/1971	Sandra Aparecida Secco Nuncio Compagnoni	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3402	471218	08/09/1980	Sandra Aparecida Ferron	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3403	487199	07/06/1968	Sandra Aparecida Scussiato	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3404	510611	07/06/1968	Sandra Aparecida Scussiato	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3405	470646	28/02/1968	Sandra Bissoloti Stocker	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3406	510612	28/02/1968	Sandra Bissoloti Stocker	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3407	494852	18/03/1961	Sandra Dalla Costa	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3408	510613	18/03/1961	Sandra Dalla Costa	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3409	473892	11/04/1965	Sandra de Fatima Ferrari	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3410	487825	13/03/1973	Sandra De Quadros	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3411	484333	27/02/1980	Sandra De Souza	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3412	472699	31/08/1972	Sandra Felomena Martinelli	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3413	492582	08/11/1979	Sandra Gabiati	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3414	510614	08/11/1979	Sandra Gabiati	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3415	495538	08/03/1995	Sandra Konzen	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S324
3416	470510	03/02/1975	Sandra Lamb Vitsrki	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3417	510615	03/02/1975	Sandra Lamb Vitrski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3418	477081	23/06/1986	Sandra Mara Arini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3419	510616	23/06/1986	Sandra Mara Arini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3420	476837	20/06/1967	Sandra Mara De Souza Zanella	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3421	510617	20/06/1967	Sandra Mara De Souza Zanella	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3422	491340	01/04/1976	Sandra Mara Ficagna Zolet	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3423	476903	28/12/1976	Sandra Mara Morais	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3424	510618	28/12/1976	Sandra Mara Morais	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3425	492807	02/04/1969	Sandra Mari Filipiaki	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3426	491421	27/04/1976	Sandra Maria Guedes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3427	474351	23/09/1984	Sandra Mariga	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3428	481770	24/04/1986	Sandra Maril Basegio	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3429	473078	05/08/1972	Sandra Muller	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3430	510619	05/08/1972	Sandra Muller	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3431	475195	08/09/1976	Sandra Prestes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3432	510620	08/09/1976	Sandra Prestes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3433	479010	04/09/1980	Sandra Schuh	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3434	510621	04/09/1980	Sandra Schuh	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3435	491070	03/05/1981	Sandra Silva Pavao	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3436	510622	03/05/1981	Sandra Silva Pavao	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3437	499756	29/04/1977	Sandra Stahlhofer	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3438	510623	29/04/1977	Sandra Stahlhofer	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3439	472838	25/01/1973	Sandra Zoletti De Rezende Souza	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3440	510624	25/01/1973	Sandra Zoletti De Rezende Souza	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3441	474891	22/02/1984	Sandro Pertine Mendes De Jesus	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
3442	481039	18/04/1991	Sara Barros Lins	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3443	510625	18/04/1991	Sara Barros Lins	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3444	494038	12/04/1996	Sara Gasparin Bentz	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
3445	495269	16/10/1974	Sarita De Oliveira Mendes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3446	510626	16/10/1974	Sarita De Oliveira Mendes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3447	469837	04/05/1965	Sarita Maria Pacheco De Paula Lopes	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3448	481852	02/08/1961	Sayonara Terezinha Da Rocha Zanella	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3449	510627	02/08/1961	Sayonara Terezinha Da Rocha Zanella	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3450	472742	21/10/1989	Scheila De Jesus Rodrigues	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3451	510628	21/10/1989	Scheila De Jesus Rodrigues	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3452	477152	07/01/1989	Scheila Hosana Bazzo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3453	510629	07/01/1989	Scheila Hosana Bazzo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3454	492538	23/10/1979	Scheila Thaisa Pereira	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3455	486843	16/02/1994	Scheron Marlise Trentin	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3456	491294	20/01/1980	Sebastiana Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3457	510630	20/01/1980	Sebastiana Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3458	477433	19/11/1986	Sedinei Lopes Copatti	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3459	477168	22/10/1982	Seleandra Scheffer Teixeira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3460	510631	22/10/1982	Seleandra Scheffer Teixeira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3461	470150	04/09/1976	Selenir Fatima Do Carmo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3462	473769	14/10/1962	Selina Salette Bernardi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3463	510632	14/10/1962	Selina Salette Bernardi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3464	483887	21/05/1985	Sergio Renato Barcelos	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3465	491014	01/06/1982	Serjane Aparecida Barros	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3466	510633	01/06/1982	Serjane Aparecida Barros	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3467	493867	22/12/1984	Shaiane Godoy Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3468	510634	22/12/1984	Shaiane Godoy Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
3469	471879	14/02/1991	Sheila Veronica Cattani	Recursos Multifuncionais	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
3470	510635	14/02/1991	Sheila Veronica Cattani	Educação Especial/Instrutor de Libras	Unoesc - Bloco S	Térreo	18/12/2016 13:50	Sala S003
3471	475755	07/07/1989	Sheila Worma	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3472	510636	07/07/1989	Sheila Worma	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S325
3473	473765	04/04/1988	Shirley Nogueira Da Silva Soares	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3474	510637	04/04/1988	Shirley Nogueira Da Silva Soares	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3475	474281	08/05/1990	Sideli Keli Dias	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3476	470343	16/08/1984	Siderlania Kellia Leite	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3477	474081	20/06/1986	Sidiane Dal Piva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3478	510638	20/06/1986	Sidiane Dal Piva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3479	476673	22/03/1970	Sidiane Teresinha De Almeida Bitello	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3480	480768	22/11/1984	Sidiani Quadri	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3481	510639	22/11/1984	Sidiani Quadri	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3482	499124	14/01/1994	Sidnara Borgmann	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3483	487078	04/10/1994	Sidnara Kunzler	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3484	510640	04/10/1994	Sidínera Kunzler		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3485	477159	10/04/1978	Sidíneia Agostini Mezomo		Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3486	474356	09/12/1976	Sidíneia De Amaral		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3487	472891	05/12/1983	Sidnei Turmina		Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3488	474421	12/01/1973	Sidney Correia Vasconcelos		Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
3489	474590	01/05/1980	Sidney Santos Costa		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3490	510641	01/05/1980	Sidney Santos Costa		Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3491	495705	13/12/1975	Sidonia Margarette Codogno		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3492	510642	13/12/1975	Sidonia Margarette Codogno		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3493	492887	22/11/1972	Silmará De Fatima ´pedroso Duarte		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3494	510643	22/11/1972	Silmará De Fatima ´pedroso Duarte		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3495	473241	27/11/1968	Silmará Aparecida Sartori Sarvacinski		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3496	475908	28/08/1979	Silmará Cattelan		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3497	510644	28/08/1979	Silmará Cattelan		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3498	497989	11/10/1969	Silvana Aparecida Carlesso		Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3499	476447	24/10/1980	Silvana Aparecida Giacomini		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3500	510645	24/10/1980	Silvana Aparecida Giacomini		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3501	487892	15/04/1995	Silvana Basso		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3502	510646	15/04/1995	Silvana Basso		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3503	475343	14/02/1980	Silvana Beatriz Dos Santos		Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3504	510647	14/02/1980	Silvana Beatriz Dos Santos		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3505	487683	07/01/1982	Silvana Coldebela Pagani		Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3506	487079	13/10/1971	Silvana De Fatima Gosch		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3507	510648	13/10/1971	Silvana De Fatima Gosch		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3508	487325	26/01/1986	Silvana De Oliveira Batista		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3509	510649	26/01/1986	Silvana De Oliveira Batista		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3510	474540	02/04/1987	Silvana Esperin Camargo		Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3511	471961	27/06/1968	Silvana Kosowski		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3512	469897	07/10/1984	Silvana Lemes De Almeida		Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3513	510650	07/10/1984	Silvana Lemes De Almeida		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3514	470249	22/01/1979	Silvana Machado Boneti		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3515	510651	22/01/1979	Silvana Machado Boneti		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3516	492927	02/02/1985	Silvana Malacarne Da Silva		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3517	510652	02/02/1985	Silvana Malacarne Da Silva		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3518	474116	07/04/1989	Silvana Matos Griep		1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3519	510653	07/04/1989	Silvana Matos Griep		Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3520	470357	02/08/1977	Silvana Misura De Re	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3521	472920	12/08/1977	Silvana Schmidt	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3522	510654	12/08/1977	Silvana Schmidt	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3523	487052	11/05/1977	Silvana Terezinha Da Costa	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3524	494513	01/03/1980	Silvana Vieira Gaio	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3525	510655	01/03/1980	Silvana Vieira Gaio	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3526	477979	16/04/1986	Silvana Zanella	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3527	478038	20/02/1982	Silvani Kollett	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3528	510656	20/02/1982	Silvani Kollett	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3529	487893	27/10/1980	Silvania Cavasin	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3530	510657	27/10/1980	Silvania Cavasin	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3531	470129	27/11/1980	Silvania Otto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3532	480000	23/04/1974	Silvania Pigato De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
3533	510658	23/04/1974	Silvania Pigato De Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3534	471684	17/06/1980	Silvia Soares De Araujo Franca	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3535	499394	20/06/1983	Silvia Fatima Bianchi	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
3536	510659	20/06/1983	Silvia Fatima Bianchi	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3537	480073	19/04/1978	Silvia Ferreira De Lima	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3538	510660	19/04/1978	Silvia Ferreira De Lima	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3539	479034	29/05/1981	Silvia Mara Zuffo Schneider	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3540	496770	18/07/1983	Silvia Maria Ferreira Zanini	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3541	473331	01/05/1977	Silvia Nei Zanette Pagnussat	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3542	510661	01/05/1977	Silvia Nei Zanette Pagnussat	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3543	472724	05/12/1977	Silvia Regina Machado	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3544	510662	05/12/1977	Silvia Regina Machado	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3545	473873	10/01/1969	Silvino Michatowski	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3546	479904	15/12/1982	Simone De Oliveira Batista Cuchi	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
				Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado				
3547	510663	15/12/1982	Simone De Oliveira Batista Cuchi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3548	488781	10/11/1988	Simone Reineher Vidor	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3549	510664	10/11/1988	Simone Reineher Vidor	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3550	471219	22/02/1990	Simone Zanoni	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3551	510665	22/02/1990	Simone Zanoni	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3552	471368	23/02/1979	Simone Aparecida Aimi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3553	510666	23/02/1979	Simone Aparecida Aimi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3554	486062	21/04/1984	Simone Batista	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3555	470761	10/02/1986	Simone Chiarello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3556	510667	10/02/1986	Simone Chiarello	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S326
3557	490932	12/08/1975	Simone Cinelli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3558	510668	12/08/1975	Simone Cinelli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3559	482581	28/10/1985	Simone Da Silva Orso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3560	510669	28/10/1985	Simone Da Silva Orso	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3561	473974	05/10/1977	Simone De Fatima Machado De Paula	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3562	510670	05/10/1977	Simone De Fatima Machado De Paula	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3563	473882	08/12/1992	Simone De Mello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3564	510671	08/12/1992	Simone De Mello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3565	482286	22/09/1989	Simone De Miranda	Professor de Música com Licenciatura	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3566	493707	12/03/1987	Simone Debastiani	Plena e Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3567	510672	12/03/1987	Simone Debastiani	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3568	482452	21/09/1986	Simone Dos Santos Brum	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3569	471843	26/04/1986	Simone Elandrina Baggio	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3570	510673	26/04/1986	Simone Elandrina Baggio	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3571	472582	13/02/1979	Simone Fatima Venancio	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3572	510674	13/02/1979	Simone Fatima Venancio	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3573	483004	16/07/1981	Simone Karine Gai Rodrigues	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3574	510675	16/07/1981	Simone Karine Gai Rodrigues	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3575	470309	02/02/1983	Simone Lazzarotto Alves	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3576	470107	05/06/1988	Simone Maestri	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3577	469999	05/10/1987	Simone Maria Elli Ce	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3578	510676	05/10/1987	Simone Maria Elli Ce	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3579	497650	04/07/1976	Simone Mazon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3580	510677	04/07/1976	Simone Mazon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3581	473746	07/01/1976	Simone Paim	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3582	510678	07/01/1976	Simone Paim	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3583	497853	22/10/1977	Simone Regina Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3584	510679	22/10/1977	Simone Regina Dos Santos	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3585	492476	11/01/1980	Simone Reisdorfer	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3586	510680	11/01/1980	Simone Reisdorfer	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3587	481838	11/12/1976	Simone Savoldi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
				1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3588	510681	11/12/1976	Simone Savoldi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3589	479117	02/02/1980	Simone Vogt	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3590	510682	02/02/1980	Simone Vogt	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3591	486282	19/03/1986	Simoni Nardino	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3592	510683	19/03/1986	Simoni Nardino	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3593	492801	01/08/1995	Sinara Bones Padilha	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3594	510684	01/08/1995	Sinara Bones Padilha	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3595	472236	10/01/1976	Sinara Cavalheiro De Carvalho	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3596	510685	10/01/1976	Sinara Cavalheiro De Carvalho	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3597	493187	02/12/1988	Sindia Francescon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3598	510686	02/12/1988	Sindia Francescon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3599	471525	31/08/1987	Sineidi Tania Beutler	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3600	510687	31/08/1987	Sineidi Tania Beutler	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3601	497807	23/08/1990	Sintia Castanha	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3602	474996	16/12/1971	Sirlei De Andrade	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3603	510688	16/12/1971	Sirlei De Andrade	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3604	470442	27/11/1980	Sirlei Guralski Woitekowski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3605	510689	27/11/1980	Sirlei Guralski Woitekowski	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3606	473586	30/03/1977	Sirlei Lucia Artuzi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3607	510690	30/03/1977	Sirlei Lucia Artuzi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3608	500376	30/11/1989	Sirlei Rigo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3609	471615	01/07/1963	Sirlei Schulz Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3610	510691	01/07/1963	Sirlei Schulz Dos Santos	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3611	498649	29/01/1978	Sirlei Spegiorin Spolti	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3612	510692	29/01/1978	Sirlei Spegiorin Spolti	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3613	478834	25/01/1982	Sirlei Stechmann	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3614	510693	25/01/1982	Sirlei Stechmann	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3615	471113	27/12/1979	Sirlene Aparecida Muller	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3616	510694	27/12/1979	Sirlene Aparecida Muller	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3617	476866	22/03/1980	Sirlene Bongiorno Steven	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3618	473154	24/09/1966	Sirleni Veiga Ribeiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3619	510695	24/09/1966	Sirleni Veiga Ribeiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3620	492427	07/09/1970	Sirley Pedroso Da Silva Monego	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3621	472295	03/12/1987	Sivonei Aparecida Cofferi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3622	510696	03/12/1987	Sivonei Aparecida Cofferi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3623	471163	24/09/1976	Sizinei Ferreira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3624	510697	24/09/1976	Sizinei Ferreira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3625	471421	03/07/1968	Soanir Almeida Almeida	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3626	510698	03/07/1968	Soanir Almeida Almeida	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3627	474748	05/01/1972	Soeli Aparecida De Araujo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3628	510699	05/01/1972	Soeli Aparecida De Araujo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3629	480562	12/12/1963	Soeli Follmann	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3630	496329	26/02/1973	Soeli Maciel	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3631	492684	09/05/1980	Soeli Terezinha Veiga	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3632	510700	09/05/1980	Soeli Terezinha Veiga	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3633	497451	18/11/1992	Solange Cavaleiro De Arruda	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3634	510701	18/11/1992	Solange Cavaleiro De Arruda	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3635	469931	13/02/1972	Solange De Picoli Lemos	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3636	495191	05/06/1964	Solange Dias De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3637	510702	05/06/1964	Solange Dias De Oliveira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3638	496627	22/12/1974	Solange Kerbes	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3639	510703	22/12/1974	Solange Kerbes	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3640	488447	11/04/1970	Solange Maria Schneider Costa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3641	498764	05/02/1970	Solide Terezinha Wagner Valber	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3642	510704	05/02/1970	Solide Terezinha Wagner Valber	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3643	492828	23/09/1962	Sonia Albertina Chiarello	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3644	472308	10/08/1972	Sonia Aparecida Quadros Appel Appel	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3645	510705	10/08/1972	Sonia Aparecida Quadros Appel Appel	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3646	474828	22/07/1978	Sonia Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3647	510706	22/07/1978	Sonia Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3648	472197	20/04/1981	Sonia Evangelista De Resende	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3649	510707	20/04/1981	Sonia Evangelista De Resende	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3650	470664	11/07/1981	Sonia Mara De Fatima Silva Franciski	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3651	510708	11/07/1981	Sonia Mara De Fatima Silva Franciski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3652	497259	17/05/1976	Sonia Maria Gomes De Oliveira De	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3653	474300	27/07/1966	Sonia Maria Restello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327
3654	510709	27/07/1966	Sonia Maria Restello	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S327



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3655	480538	08/01/1956	Sonia Moraes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3656	510710	08/01/1956	Sonia Moraes	Artes	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3657	498650	16/12/1978	Sonia Pigato Rossi	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3658	510711	16/12/1978	Sonia Pigato Rossi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3659	493010	04/08/1970	Sonia Salete Veroneze	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3660	510712	04/08/1970	Sonia Salete Veroneze	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3661	474530	25/08/1956	Sonia Teresinha Casaca	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3662	471520	22/09/1983	Sonise Renata Piaia Tasoneiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3663	510713	22/09/1983	Sonise Renata Piaia Tasoneiro	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3664	481566	24/07/1976	Sonize Meneghetti Crema	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3665	510714	24/07/1976	Sonize Meneghetti Crema	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3666	479076	14/12/1987	Soraya Suzi Vicari Schneider Da Costa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3667	510715	14/12/1987	Soraya Suzi Vicari Schneider Da Costa	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3668	495224	13/01/1994	Soyara Müller Chaves	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3669	510716	13/01/1994	Soyara Müller Chaves	Professor com Curso Superior AC (dança)	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3670	500874	13/06/1986	Stela Catarine Pagliari Vedana	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3671	491205	25/02/1992	Stephan De Paula Rosa	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3672	479247	19/07/1994	Stephane Terres Sanzovo Schmitt	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3673	510717	19/07/1994	Stephane Terres Sanzovo Schmitt	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3674	492317	07/08/1991	Suani Marquesan Figueira	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3675	496890	17/07/1993	Suelen Benck	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3676	510718	17/07/1993	Suelen Benck	Língua Portuguesa	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3677	501142	03/09/1988	Suelen Sganzerla Marafon	Ciências	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3678	475982	13/10/1971	Sueli Claudia Berger	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3679	510719	13/10/1971	Sueli Claudia Berger	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3680	470194	21/12/1962	Sueli Fatima Marcante	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3681	510720	21/12/1962	Sueli Fatima Marcante	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3682	480154	10/06/1988	Suellen Roloff Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3683	510721	10/06/1988	Suellen Roloff Da Silva	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3684	470089	27/03/1990	Suewlin Marques Bueno	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3685	510722	27/03/1990	Suewlin Marques Bueno	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3686	498345	15/06/1983	Suleima Lenice Renner Matthes	Educação Física	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3687	473842	11/10/1961	Suli Schuh	Educação Infantil	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3688	494839	11/11/1983	Sumaia Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoes - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3689	510723	11/11/1983	Sumaia Santos	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3690	470879	24/04/1974	Susana Bertollo Guerezzi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3691	472985	17/11/1991	Susana De Fatima Frighetto Durel	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3692	510724	17/11/1991	Susana De Fatima Frighetto Durel	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3693	488684	26/04/1978	Susana Maria Pelisson	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3694	510725	26/04/1978	Susana Maria Pelisson	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3695	476267	25/06/1965	Susana Maria Simioni	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3696	501121	01/05/1977	Susana Zanetti	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3697	510726	01/05/1977	Susana Zanetti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3698	487566	25/05/1979	Susane Cristina Thebalidi Veber	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3699	510727	25/05/1979	Susane Cristina Thebalidi Veber	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3700	491313	10/10/1988	Susete Teresinha Khuchner Jagiela	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3701	510728	10/10/1988	Susete Teresinha Khuchner Jagiela	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3702	495922	04/04/1980	Suzamara Da Silva Cavalheiro	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3703	472537	22/06/1991	Suzana Cremonini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3704	510729	22/06/1991	Suzana Cremonini	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3705	471244	08/09/1974	Suzana Alves Pereira Peres	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3706	510730	08/09/1974	Suzana Alves Pereira Peres	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3707	472694	16/01/1986	Suzana Aparecida Da Luz	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3708	510731	16/01/1986	Suzana Aparecida Da Luz	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3709	488577	07/09/1979	Suzana Aparecida De Quatros	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3710	474557	20/06/1987	Suzana Ardenghy Maran	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3711	510732	20/06/1987	Suzana Ardenghy Maran	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3712	479155	10/11/1977	Suzana Barros Monteiro	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3713	510733	10/11/1977	Suzana Barros Monteiro	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3714	481498	04/12/1967	Suzana Maleski	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3715	510734	04/12/1967	Suzana Maleski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S329
3716	491063	28/05/1983	Suzana Müller	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3717	483091	05/08/1978	Suzane Kovacic	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3718	510735	05/08/1978	Suzane Kovacic	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3719	475529	18/03/1991	Suzane Siqueira Gosch	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3720	510736	18/03/1991	Suzane Siqueira Gosch	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3721	471660	27/09/1989	Suziane Dutsy Guaresí	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3722	479269	17/06/1987	Suzicler Andretti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3723	510737	17/06/1987	Suzicler Andretti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3724	499233	20/06/1988	Tácia Regina Weber	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3725	471383	25/08/1987	Tagiane Aparecida Bet	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3726	471058	13/01/1982	Talana Aparecida Bacci	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3727	487036	06/02/1991	Tailini Gugel	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3728	510738	06/02/1991	Tailini Gugel	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3729	471579	08/08/1994	Tainara Andresa Follmann Capelezzo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3730	510739	08/08/1994	Tainara Andresa Follmann Capelezzo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3731	496968	13/12/1990	Tainara Da Silva De Villa	Educação Especial/Instrutor de Libras	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3732	510740	13/12/1990	Tainara Da Silva De Villa	Educação Especial/Intérprete de Libras	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3733	491700	16/12/1991	Tairine Paula Carneiro	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3734	510741	16/12/1991	Tairine Paula Carneiro	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3735	476077	26/06/1977	Tais Bacci	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3736	510742	26/06/1977	Tais Bacci	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
3737	481397	05/12/1991	Tais Cristina Da Silva	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3738	492754	14/12/1983	Tais Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3739	510743	14/12/1983	Tais Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3740	491129	10/02/1984	Taise Marín Ramos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3741	510744	10/02/1984	Taise Marín Ramos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3742	470380	23/08/1991	Taliandra Triches	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
3743	480466	16/03/1986	Talita Canei	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3744	510745	16/03/1986	Talita Canei	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3745	478101	05/07/1984	Talita Elin Mota Reginatto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3746	510746	05/07/1984	Talita Elin Mota Reginatto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3747	471995	03/08/1992	Tamara Cristina Paz	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3748	510747	03/08/1992	Tamara Cristina Paz	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3749	493688	10/08/1987	Tamiris Da Silva Pereira	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3750	510748	10/08/1987	Tamiris Da Silva Pereira	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3751	496352	08/02/1988	Tammy Pardini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3752	510749	08/02/1988	Tammy Pardini	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3753	487603	07/09/1975	Tania Claudete Bueno Bagestan Bissoto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3754	510750	07/09/1975	Tania Claudete Bueno Bagestan Bissoto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3755	472580	24/01/1986	Tania Barpi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3756	510751	24/01/1986	Tania Barpi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3757	471726	14/07/1979	Tania Da Cruz Marinello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3758	510752	14/07/1979	Tania Da Cruz Marinello	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3759	481418	26/09/1978	Tania Damo	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3760	471305	12/02/1985	Tania Marcia Rees	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3761	510753	12/02/1985	Tania Marcia Rees	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3762	476912	28/05/1971	Tania Marisete Cardoso Spohn	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3763	472448	20/06/1964	Tania Regina Rosa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3764	510754	20/06/1964	Tania Regina Rosa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3765	471729	24/01/1986	Tania Regina Zanette Bif	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3766	488585	08/05/1989	Tanisia Hipolito Medeiros	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3767	482621	24/10/1992	Tatiana Alves	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3768	510755	24/10/1992	Tatiana Alves	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3769	477205	11/07/1973	Tatiana Araldi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3770	510756	11/07/1973	Tatiana Araldi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3771	470970	16/10/1976	Tatiana Moretto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3772	510757	16/10/1976	Tatiana Moretto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3773	473256	28/12/1981	Tatiana Paula Bonatto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3774	484511	06/04/1985	Tatiana Percio	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3775	510758	06/04/1985	Tatiana Percio	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3776	474319	03/08/1990	Tatiana Ribeiro De Mello	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S330
3777	477909	06/02/1982	Tatiane Chiamenti Pavoski	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3778	470424	12/08/1992	Tatiane Fatima Piccolotto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3779	510759	12/08/1992	Tatiane Fatima Piccolotto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3780	488014	19/08/1992	Tatiane Paula Dos Santos Giombelli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3781	510760	19/08/1992	Tatiane Paula Dos Santos Giombelli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3782	471334	15/05/1992	Tatiane Paula Pan De Oliveira	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3783	495132	18/09/1989	Tatiane Ramos	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
3784	510761	18/09/1989	Tatiane Ramos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3785	472472	30/12/1987	Tatiane Soares Floss	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3786	474422	23/01/1992	Tatiany Moretto	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3787	479636	24/06/1986	Tatieli Ceratti	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3788	488227	20/08/1992	Taynara Fidelis Dos Reis	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3789	481793	26/10/1990	Tayrini Farias	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3790	478773	17/07/1991	Tayse Covatti	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3791	474648	16/06/1948	Teresa Maria Giroto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3792	510762	16/06/1948	Teresa Maria Giroto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3793	477573	31/12/1972	Terezinha Da Silva Serpa	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3794	510763	31/12/1972	Terezinha Da Silva Serpa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3795	476668	07/04/1952	Terezinha Fortes Vieira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
3796	475445	25/05/1956	Terezinha Costa De Moura	Recursos Multifuncionais	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3797	510764	25/05/1956	Terezinha Costa De Moura	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3798	477988	29/08/1969	Terezinha De Fatima De Tozzo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
3799	510765	29/08/1969	Terezinha De Fatima De Tozzo	Recursos Multifuncionais	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3800	481340	02/06/1957	Terezinha Maria Dallagasperina	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3801	510766	02/06/1957	Terezinha Maria Dallagasperina	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3802	492630	22/10/1993	Thaina Aparecida Dos Santos	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3803	499311	14/08/1987	Thais Archer	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3804	510767	14/08/1987	Thais Archer	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3805	495144	21/12/1995	Thais Somensi	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3806	472954	30/04/1984	Thaise De Moraes Nogueira	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3807	471510	20/03/1994	Thaise Moura Martins	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3808	488388	29/06/1989	Thaiza Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3809	510768	29/06/1989	Thaiza Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3810	500677	16/06/1987	Thiago Bastiani	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3811	510769	16/06/1987	Thiago Bastiani	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3812	495168	03/02/1989	Thiago Carvalho Massena	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3813	493995	30/06/1986	Thiago Coelho	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
				Professor com Curso Superior AC (dança)				
3814	510770	30/06/1986	Thiago Coelho	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3815	499826	17/10/1987	Thiago Ribeiro	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3816	500665	12/07/1984	Thiago Ramos	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3817	478302	09/07/1987	Thiago Luiz Rodrigues Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3818	471373	10/12/1983	Tisiani Machado Da Costa	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3819	510771	10/12/1983	Tisiani Machado Da Costa	Língua Estrangeira - Inglês	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3820	500792	26/01/1986	Tonia Carla De Souza	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3821	510772	26/01/1986	Tonia Carla De Souza	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3822	469899	17/12/1978	Tony Marcello Lima Ferraz		Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3823	470041	06/12/1960	Ursula Maria Zart Scapinello	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3824	510773	06/12/1960	Ursula Maria Zart Scapinello	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3825	476643	02/02/1977	Valcir Bitello	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3826	510774	02/02/1977	Valcir Bitello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3827	485511	31/05/1988	Valdecir Antonio Marta Junior	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3828	480521	01/01/1953	Valdemir Maria Valmoribida	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3829	510775	01/01/1953	Valdemir Maria Valmoribida	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S331
3830	495156	19/11/1972	Valderes Schmitz De Lima	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3831	510776	19/11/1972	Valderes Schmitz De Lima	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3832	501264	19/01/1957	Valdete Gaspar Giuriatti	Língua Estrangeira - Espanhol	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3833	510777	19/01/1957	Valdete Gaspar Giuriatti	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3834	471793	15/03/1975	Valdezia Terezinha Schweikart Kistemacher	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3835	510778	15/03/1975	Valdezia Terezinha Schweikart Kistemacher	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3836	484344	02/08/1952	Valdir Alves da Silva Wassmuth	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
3837	480355	30/09/1965	Valentina Machado	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3838	510779	30/09/1965	Valentina Machado	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3839	501304	27/12/1992	Valeria Cristina Fioreze	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3840	491252	08/04/1991	Valeria Ruchel	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3841	510780	08/04/1991	Valeria Ruchel	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3842	483458	30/04/1988	Valeria Schmidt	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3843	495880	12/01/1986	Valeria Stormowski	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3844	510781	12/01/1986	Valeria Stormowski	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3845	493407	20/04/1993	Valesca Chagas Riva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3846	510782	20/04/1993	Valesca Chagas Riva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3847	470584	01/12/1974	Valquiria Mabel Da Silva Gomes Marques	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3848	486864	30/05/1968	Valter De Oliveira	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3849	471023	25/05/1970	Vanda Cittadella Pedroso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3850	510783	25/05/1970	Vanda Cittadella Pedroso	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3851	501218	24/10/1977	Vanderlei Branco	Professor de Música com Licenciatura Plena e Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3852	493079	08/02/1965	Vanderlei Jose Bernardi	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3853	482653	14/01/1979	Vanderlei Kuhn	Ensino Religioso	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3854	510784	14/01/1979	Vanderlei Kuhn	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3855	470002	09/04/1976	Vanderlei Porto Freitas	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3856	510785	09/04/1976	Vanderlei Porto Freitas	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3857	492884	28/01/1985	Vanderleia Guarnieri	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3858	480227	02/06/1986	Vanderleia Paula Sobierai	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3859	471616	02/12/1968	Vanderleia Aparecida Jost	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3860	510786	02/12/1968	Vanderleia Aparecida Jost	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3861	479292	22/01/1980	Vanderleia Aparecida Detoffol	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3862	473995	26/03/1976	Vanderleia Aparecida Savaris	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3863	510787	26/03/1976	Vanderleia Aparecida Savaris	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3864	497214	13/08/1983	Vanderleia Barrionuevo Guimaraes	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3865	510788	13/08/1983	Vanderleia Barrionuevo Guimaraes	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3866	499816	27/10/1994	Vanderleia Carlotto .-.	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3867	510789	27/10/1994	Vanderleia Carlotto .-.	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3868	478218	30/10/1975	Vanderleia Galli	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3869	470434	12/02/1979	Vanderleia Idames Battisti Da Rosa	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3870	510790	12/02/1979	Vanderleia Idames Battisti Da Rosa	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3871	491613	19/05/1974	Vanderleia Maria Bednarek Fior	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3872	510791	19/05/1974	Vanderleia Maria Bednarek Fior	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3873	486455	27/08/1976	Vandra Ferrarini	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3874	510792	27/08/1976	Vandra Ferrarini	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3875	489473	23/02/1991	Vanessa Orlandi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3876	510793	23/02/1991	Vanessa Orlandi	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3877	470569	10/08/1983	Vanessa Padilha Fagundes Pacheco	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3878	479784	16/09/1989	Vanessa Bedin	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3879	473961	14/02/1992	Vanessa Bolles Morera	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3880	510794	14/02/1992	Vanessa Bolles Morera	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3881	472154	07/06/1988	Vanessa Bressan	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3882	477200	09/01/1980	Vanessa Cristina Lovat Lino	Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3883	510795	09/01/1980	Vanessa Cristina Lovat Lino	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3884	492605	18/04/1991	Vanessa Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3885	510796	18/04/1991	Vanessa Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3886	494250	05/08/1993	Vanessa De Almeida	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3887	510797	05/08/1993	Vanessa De Almeida	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3888	500128	08/12/1989	Vanessa Fernanda Batista Modesti	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3889	475868	04/06/1991	Vanessa Giovacki Lavinicki	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3890	510798	04/06/1991	Vanessa Giovacki Lavinicki	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S332
3891	491123	02/03/1982	Vanessa Kristina Antunes Alves Mlor	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3892	479426	13/05/1990	Vanessa Machado Pozzebon	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3893	510799	13/05/1990	Vanessa Machado Pozzebon	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3894	491054	06/12/1988	Vanessa Mascarello	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3895	510800	06/12/1988	Vanessa Mascarello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3896	497237	19/09/1990	Vanessa Moraes	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3897	510801	19/09/1990	Vanessa Moraes	Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3898	494284	14/01/1994	Vanessa Moresco Lemes Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3899	510802	14/01/1994	Vanessa Moresco Lemes Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3900	469880	13/06/1991	Vanessa Pereira Giordani	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3901	488420	04/08/1987	Vanessa Pessatto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3902	510803	04/08/1987	Vanessa Pessatto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3903	500688	05/05/1982	Vanessa Raquel Benelli Carlet (dança)	Professor com Curso Superior AC	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3904	499127	31/07/1987	Vanessa Schmidt De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3905	510804	31/07/1987	Vanessa Schmidt De Oliveira	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3906	472446	05/10/1990	Vanessa Zucchi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3907	510805	05/10/1990	Vanessa Zucchi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3908	477709	29/05/1989	Vanete Alves	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3909	510806	29/05/1989	Vanete Alves	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3910	472799	18/01/1989	Vania Ferreira Garshal	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3911	510807	18/01/1989	Vania Ferreira Garshal	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3912	470003	27/12/1963	Vania Maria Moscon Rotava	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3913	495783	12/08/1966	Vania Pozzebom Mendes De Oliveira	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3914	510808	12/08/1966	Vania Pozzebom Mendes De Oliveira	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3915	471057	05/10/1980	Vania Suzana Giachini Bele	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
				Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)				
3916	510809	05/10/1980	Vania Suzana Giachini Bele		Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3917	473492	07/02/1991	Vanice Salete Telles	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3918	475381	20/12/1983	Vanusa Artuso	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3919	510810	20/12/1983	Vanusa Artuso	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3920	480196	10/11/1990	Vanusa Da Silva De Oliveira	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3921	472106	24/04/1987	Vanusa Maria Gnoatto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3922	510811	24/04/1987	Vanusa Maria Gnoatto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3923	481493	07/03/1977	Vanusa Franceschina	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3924	510812	07/03/1977	Vanusa Franceschina	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3925	500723	10/07/1990	Vanusa Cristina Iohann	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3926	470901	07/12/1987	Vanusa Micheli Ferreira Fagundes	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3927	473634	10/06/1976	Vardete Tania Pereira Putzel Rodrigues	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3928	510813	10/06/1976	Vardete Tania Pereira Putzel Rodrigues	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3929	484693	06/11/1963	Velci Teresinha Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3930	510814	06/11/1963	Velci Teresinha Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3931	469757	27/09/1981	Venicia L. De Mello Danieli	Matemática	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3932	487674	01/04/1974	Vera Lucia Bublitz De Santi	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3933	510815	01/04/1974	Vera Lucia Bublitz De Santi	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3934	471252	16/03/1979	Vera Lucia Rodrigues Nicolli	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3935	510816	16/03/1979	Vera Lucia Rodrigues Nicolli	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3936	488840	02/01/1971	Vera Lucia Vaz Debastiani	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3937	510817	02/01/1971	Vera Lucia Vaz Debastiani	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3938	500413	25/09/1969	Vera Warnava	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3939	476290	13/05/1969	Veralucia Da Silva Pasinato Pasinato	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3940	510818	13/05/1969	Veralucia Da Silva Pasinato Pasinato	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3941	495787	08/08/1976	Verediana Maria Giachini Gollo Gollo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3942	510819	08/08/1976	Verediana Maria Giachini Gollo Gollo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3943	469877	11/03/1964	Verenice Alves Da Silva Rossette	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3944	493896	20/01/1975	Verenice Fatima spolti Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3945	510820	20/01/1975	Verenice Fatima spolti Dos Santos	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3946	499322	15/10/1978	Veridiana Aparecida Rossetto	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3947	480114	04/08/1979	Veridiane Fadani De Amaral	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3948	510821	04/08/1979	Veridiane Fadani De Amaral	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S333
3949	474226	07/07/1978	Veronica Soares Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3950	510822	07/07/1978	Veronica Soares Da Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3951	485826	09/12/1983	Veronice Nunes Basso	Artes	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3952	510823	09/12/1983	Veronice Nunes Basso	História	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3953	477993	10/08/1961	Vianeis Rodrigues Da Silva	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3954	510824	10/08/1961	Vianeis Rodrigues Da Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3955	496919	01/09/1976	Vilma Viera	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3956	510825	01/09/1976	Vilma Viera	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3957	474888	20/07/1966	Vilma Domingas Ferrarini Chimello	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3958	470240	16/04/1977	Vilson Ronning	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3959	497635	09/07/1983	Vinicius Da Silva Pugliero	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3960	471944	12/11/1988	Vinicius Pereira Offemann	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3961	483444	04/03/1962	Virte Rampanelli De Azevedo	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3962	510826	04/03/1962	Virte Rampanelli De Azevedo	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3963	478358	26/10/1969	Vitoria De Fatima De Oliveira Queiroz Silva	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3964	510827	26/10/1969	Vitoria De Fatima De Oliveira Queiroz Silva	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3965	479113	27/10/1981	Vivian Geske	Geografia	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3966	474627	06/05/1977	Vivian Paixao	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3967	510828	06/05/1977	Vivian Paixao	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3968	471505	20/12/1989	Viviane Ceresoli	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3969	499168	06/05/1975	Viviane Ribas Miron	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3970	510829	06/05/1975	Viviane Ribas Miron	Ciências	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3971	498632	14/09/1984	Viviane Salette Cole	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3972	494817	03/09/1985	Viviane Thiel Cardoso	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3973	473426	12/10/1959	Volfrida Smaniotto	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3974	510830	12/10/1959	Volfrida Smaniotto	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3975	496265	25/04/1986	Wagner Capeletto	Língua Portuguesa	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3976	469724	19/08/1994	Wellington Pupo Manucci	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3977	477672	03/03/1997	Wesley Barbosa	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
3978	478212	26/06/1991	Wilhan Mauri Simonetti	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3979	475199	08/01/1994	Willian Quevedo Naissinger	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3980	478962	27/11/1993	Wuison Luiz Anselmini	Educação Física	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3981	469773	19/09/1973	Yhete Dos Santos	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3982	510831	19/09/1973	Yhete Dos Santos	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3983	471115	21/12/1995	Yure Amaro	Professor com 2º Grau AC (música)	Unoesc - Bloco S	2º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S211
3984	472833	18/04/1982	Zeli Correia Martins Correia Martins	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3985	510832	18/04/1982	Zeli Correia Martins Correia Martins	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3986	472255	08/12/1960	Zeli Josefina Benatti Chiele	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3987	510833	08/12/1960	Zeli Josefina Benatti Chiele	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3988	471500	06/04/1957	Zenori Araujo	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3989	470267	15/11/1985	Zoleide Maristela Kramer	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3990	510834	15/11/1985	Zoleide Maristela Kramer	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editai n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3991	475985	15/09/1957	Zuleica Maria Pilatti	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3992	510835	15/09/1957	Zuleica Maria Pilatti	Educação Especial/Segundo Professor	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3993	491736	12/07/1977	Zuleika Favretto Mohr	1ª a 5ª Série e EJA	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334
3994	510836	12/07/1977	Zuleika Favretto Mohr	Educação Infantil	Unoesc - Bloco S	3º Piso	18/12/2016 13:50	Sala S334

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 15/FMS/2016

CONTRATO Nº: 15/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: CISAMREC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC.

Objeto: O presente contrato tem por objeto o rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aqueles referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO.

Assinatura: 01/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 45.444,48 (quarenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde

Ativ.: 2.047 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

.

Concórdia

PREFEITURA

APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVO 122/2015-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
APLICAÇÃO DE SANÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO 122/2015-1

Processo Licitatório nº 122/2016

Pregão Presencial nº 46/2016

Contrato nº 151/2015

Contratada: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA.

APLICA-SE à empresa INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ 07.168.167/0001-05, com sede na Rua Marechal Deodoro, 1512, no centro, Concórdia-SC, inscrita no CNPJ sob nº 15.135.610/0001-70, neste ato representada neste ato, pelo seu Administrador, Senhor EMERSON LORENZETTI, portador da Cédula de Identidade nº 2.131.245 e inscrito no CPF sob nº 776.086.909-68, pelo inadimplemento contratual, e tendo em vista que o mesmo não apresentou Recursos à Decisão Emitida em 21 de novembro de 2016, a sanção de:

- Ressarcimento ao Município, dos valores contratados para a realização da instalação elétrica e funcionamento pleno do Edifício, no valor total de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais);

Concórdia, SC, 14 de dezembro de 2016

ANGELO BENINI FANTIN
Gestor de Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 140/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2016 – PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2017, de combustíveis (gasolina e óleo diesel), para a frota municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Tipo: Menor preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 28/12/2016.

Abertura: dia 28/12/2016 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 14 de dezembro de 2016.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA DE PERMISSÃO DE USO Nº 7/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 7/2016 PMC

Permissão de Uso

Republicado

Objeto: seleção de empresa para a outorga de permissão de uso, a título precário, de 03 (três) espaços, com a finalidade exclusiva de exploração e comércio de alimentos e bebidas.

Tipo: Maior Oferta Mensal.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 19/01/2017.

Abertura: dia 20/01/2017, às 09h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 14 de dezembro de 2016.

MAURI MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 146/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 146/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 12ª parcela proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 266.936,36 (duzentos e sessenta e seis mil e novecentos e trinta e seis reais e trinta e seis centavos).

Concórdia SC, 14 de Dezembro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 115/2015-FMS

Contrato Nº : 115/2015

Aditivo Nº : 2 TA/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA

Contratada : REUNIDAS TURISMO S.A.

Licitação : Pregão Presencial 22/2015

Objeto : Contratação de serviços de transporte coletivo intermunicipal, através de fornecimento de bilhetes de passagens terrestres, para itinerário Concórdia-Florianópolis e Florianópolis-Concórdia para transporte de pacientes que realizam o Tratamento Fora do Domicílio (TFD), conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 09/12/2016 Término: 09/12/2017
Assinatura : 06/12/2016
Valor R\$: 732.432,00 (Setecentos e Trinta e Dois Mil e Quatrocentos e Trinta e Dois Reais)

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903301000000.01380003

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 34/2013-FMS

Contrato Nº : 34/2013
Aditivo Nº : 5 TA/2016
Tipo Aditivo : Outros
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : INOVADORA SISTEMAS DE GESTAO LTDA
Licitação : Pregão Presencial 13/2012
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INFORMATICA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE CONVERSAO DE DADOS, IMPLANTACAO, TREINAMENTO E FORNECIMENTO MEDIANTE LOCALACAO LICENCIAMENTO, ATUALIZACAO, MANUTENCAO, ACOMPANHAMENTO E SUPORTE TECNICO DE SISTEMAS.
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 25/02/2017
Assinatura : 01/12/2016
Valor Atualizado mensal R\$: 4.601,72 (quatro mil, seiscentos e um reais e setenta e dois centavos)

Dotação : 211 - 13.001.2102.333903911000000.01380002

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903911000000.01380003

Dotação : 227 - 13.001.2104.333903911000000.01380004

Dotação : 228 - 13.001.2104.333903911000000.02000000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2016-FMS

Contrato Nº : 122/2016
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 1/2016
Objeto : Contratação de serviços de locação de software de sistema web para controle e registro cadastral de cães e gatos, objetivando registro populacional de animais domésticos.
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017
Assinatura : 01/12/2016
Valor R\$: 14.280,00 (Quatorze Mil e Duzentos e Oitenta Reais)

Dotação : 400 - 13.001.2104.333903911000000.01020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2016-FMS

Contrato Nº : 123/2016
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 24/2016
Objeto : Aquisição de equipamentos de informática, novos, para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 15/01/2020
Assinatura : 01/12/2016
Valor R\$: 75.390,00 (Setenta e Cinco Mil e Trezentos e Noventa Reais)

Dotação : 371 - 13.001.2103.344905235000000.03020000

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905235000000.03890000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2016-FMS

Contrato Nº : 124/2016
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI
Licitação : Pregão Eletrônico 21/2016
Objeto : Aquisição de materiais de consumo para a Estratégia da Saúde da Família Salete e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017
Assinatura : 01/12/2016
Valor R\$: 13.600,00 (Treze Mil e Seiscentos Reais)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905212000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

Dotação : 407 - 13.001.2102.333903036000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2016-FMS

Contrato Nº : 125/2016
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 21/2016
Objeto : Aquisição de materiais de consumo para a Estratégia da Saúde da Família Salete e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017
Assinatura : 01/12/2016
Valor R\$: 419,12 (Quatrocentos e Dezenove Reais e Doze Centavos)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905212000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

Dotação : 407 - 13.001.2102.333903036000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2016-FMS

Contrato Nº : 126/2016
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : C. FREITAS LEITE
Licitação : Pregão Eletrônico 21/2016
Objeto : Aquisição de materiais de consumo para a Estratégia da Saúde da Família Salete e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017
Assinatura : 01/12/2016

Valor R\$: 1.548,00 (Um Mil e Quinhentos e Quarenta e Oito Reais)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905212000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

Dotação : 407 - 13.001.2102.333903036000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2016-FMS

Contrato Nº : 127/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 21/2016

Objeto : Aquisição de materiais de consumo para a Estratégia da Saúde da Família Salete e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017

Assinatura : 01/12/2016

Valor R\$: 10.885,42 (Dez Mil, Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais e Quarenta e Dois Centavos)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905212000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

Dotação : 407 - 13.001.2102.333903036000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2016-FMS

Contrato Nº : 128/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 21/2016

Objeto : Aquisição de materiais de consumo para a Estratégia da Saúde da Família Salete e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017

Assinatura : 01/12/2016

Valor R\$: 1.068,30 (Um Mil, Sessenta e Oito Reais e Trinta Centavos)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905212000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

Dotação : 407 - 13.001.2102.333903036000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 129/2016-FMS

Contrato Nº : 129/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 21/2016

Objeto : Aquisição de materiais de consumo para a Estratégia da Saúde da Família Salete e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017

Assinatura : 01/12/2016

Valor R\$: 827,68 (Oitocentos e Vinte e Sete Reais e Sessenta e Oito Centavos)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905212000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

Dotação : 407 - 13.001.2102.333903036000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2016-FMS

Contrato Nº : 130/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : PPS PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 21/2016

Objeto : Aquisição de materiais de consumo para a Estratégia da Saúde da Família Salete e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017

Assinatura : 01/12/2016

Valor R\$: 12.511,84 (Doze Mil, Quinhentos e Onze Reais e Oitenta e Quatro Centavos)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905212000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

Dotação : 407 - 13.001.2102.333903036000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2016-FMS

Contrato Nº : 131/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : SISPACK MEDICAL LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 21/2016

Objeto : Aquisição de materiais de consumo para a Estratégia da Saúde da Família Salete e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017

Assinatura : 01/12/2016

Valor R\$: 1.163,00 (Um Mil e Cento e Sessenta e Três Reais)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905212000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

Dotação : 407 - 13.001.2102.333903036000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2016-FMS

Contrato Nº : 132/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 21/2016

Objeto : Aquisição de materiais de consumo para a Estratégia da Saúde da Família Salete e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017

Assinatura : 01/12/2016

Valor R\$: 7.156,40 (Sete Mil, Cento e Cinquenta e Seis Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905212000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

Dotação : 407 - 13.001.2102.333903036000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 133/2016-FMS

Contrato Nº : 133/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 21/2016

Objeto : Aquisição de materiais de consumo para a Estratégia da Saúde da Família Salete e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017

Assinatura : 01/12/2016

Valor R\$: 38.214,55 (Trinta e Oito Mil, Duzentos e Quatorze Reais e Cinquenta e Cinco Centavos)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905212000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

Dotação : 407 - 13.001.2102.333903036000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 134/2016-FMS

Contrato Nº : 134/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : FRANCIELI HAIDUK RIGO -ME

Licitação : Pregão Eletrônico 24/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos diversos, para atender e equipar as Estratégias Saúde da Família, com recursos obtidos através da proposta 10455/8230001 14-002 do Fundo Nacional de Saúde - FNS.

Vigência : Início: 12/12/2016 Término: 10/02/2018

Assinatura : 12/12/2016

Valor R\$: 2.266,00 (Dois Mil e Duzentos e Sessenta e Seis Reais)

Dotação : 378 - 13.001.2102.344905212000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2016-FMS

Contrato Nº : 135/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 24/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos diversos, para atender e equipar as Estratégias Saúde da Família, com recursos obtidos através da proposta 10455/8230001 14-002 do Fundo Nacional de Saúde - FNS.

Vigência : Início: 12/12/2016 Término: 10/02/2018

Assinatura : 12/12/2016

Valor R\$: 22.497,30 (Vinte e Dois Mil, Quatrocentos e Noventa e Sete Reais e Trinta Centavos)

Dotação : 378 - 13.001.2102.344905212000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2016-FMS

Contrato Nº : 136/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : AGNUS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 23/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos diversos, para atender e equipar as Estratégias Saúde da Família, com recursos obtidos através da proposta 10455/8230001 14-007 do Fundo Nacional de Saúde - FNS.

Vigência : Início: 12/12/2016 Término: 10/02/2018

Assinatura : 12/12/2016

Valor R\$: 3.398,00 (Três Mil e Trezentos e Noventa e Oito Reais)

Dotação : 378 - 13.001.2102.344905208000000.03380002

Dotação : 378 - 13.001.2102.344905235000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2016-FMS

Contrato Nº : 137/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 23/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos diversos, para atender e equipar as Estratégias Saúde da Família, com recursos obtidos através da proposta 10455/8230001 14-007 do Fundo Nacional de Saúde

- FNS.

Vigência : Início: 12/12/2016 Término: 10/02/2018

Assinatura : 12/12/2016

Valor R\$: 3.716,00 (Três Mil e Setecentos e Dezesesseis Reais)

Dotação : 378 - 13.001.2102.344905208000000.03380002

Dotação : 378 - 13.001.2102.344905235000000.03380002

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 737/2016

DECRETO Nº737/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

“Dispõe sobre retorno de Servidor Municipal para Cargo Efetivo e dá outras providências”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Retornar, a partir de 01/01/2017, a Servidora Municipal, Sra. LICIANE MAGNANTI PASA, para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40hs semanais, ficando lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. Pelo presente, a Servidora Municipal sujeitar-se-á aos dispostos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei C. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 93/2013 e alterações.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 88/2013.

Cordilheira Alta - SC, 12 de dezembro de 2016.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretario Municipal Adm. Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 744/2016

DECRETO Nº 744 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.180/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 – Parcerias com Entidades Municipalistas.
Modalidade de Aplicação: 335000 – 17
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 800,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 – Parcerias com Entidades Municipalistas.

Modalidade de Aplicação: 447100 – 22

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 800,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 09/12/2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 12 de dezembro de 2016.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO N. 745/2016

DECRETO Nº 745/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias, de licença para tratamento de saúde a Servidora Municipal, Sra. RENATA CATARINA VALANDRO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de dezembro de 2016.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 746/2016

DECRETO Nº 746/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBROS DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para acompanhar tratamento de saúde de membros da família a Servidora Municipal, Sra. CLÁUDIA MICHELI ZIMMER, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 12/12/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 747/2016

DECRETO Nº 747/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. LENIR ROSEMARY MARTELLI TECCHIO, ocupante do cargo de Professor, com carga horária de 20h (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EDITAL NOTIFICAÇÃO RECEBIMENTO 7ª PARCELA - TRANSPORTE ESCOLAR

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Médio

Município de Cordilheira Alta

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 7ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR, Ensino Médio no valor de R\$ 12.527,34 (doze mil quinhentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos).

Cordilheira Alta SC, 14 de Dezembro de 2016.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Fundamental

Município de Cordilheira Alta

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 7ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR, Ensino Fundamental no valor de R\$ 5.516,55 (cinco mil quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos).

Cordilheira Alta SC, 14 de Dezembro de 2016.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

EXTRATO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 100/2016 - PPRP 47/2016 - AQUISIÇÃO PNEUS NOVOS, CÂMARA DE ART NOVAS E PROTETORES PARA PNEUS NOVOS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo sistema REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 100/2016

Pregão Presencial Para Registro de Preço n. 47/2016

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para possível AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR NOVAS E PROTETORES PARA PNEUS NOVOS, PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 28/12/2016.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 28/12/2016.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos

poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 14 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 99/2016 - PPRP 46/2016 - UNIFORMES ESCOLARES

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo sistema REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 99/2016

Pregão Presencial Para Registro de Preço n. 46/2016

Tipo: Menor preço por lote.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES - DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

Entrega dos Envelopes: até às 10:00 horas do dia 27/12/2016.

Abertura dos Envelopes: 10:30 horas do dia 27/12/2016.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 14 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 15a/2016

Empresa com preços registrados: ABASTECEDORA GRAL LTDA

CNPJ: 05.830.793/0001-90

Itens: 2 e 3

Total: R\$ 598.200,00 (quinhentos e noventa e oito mil e duzentos reais)

Ata Registro de Preço nº 15b/2016

Empresa com preços registrados: SAFRA DIESEL LTDA

CNPJ: 76.578.202/0001-87

Item: 04

Total: R\$ 2.390,00 (dois mil trezentos e noventa reais)

Ata Registro de Preço nº 15c/2016

Empresa com preços registrados: PAGANI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP

CNPJ: 07.079.008/0002-15

Item: 01

Total: R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais)

Coronel Freitas (SC), 14 de dezembro de 2016

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 64/2014 PMCP - FHMCP - FMS - FMEC - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 64/2014

ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

Errata de extrato de contrato, onde se lê “Vigência: 01/12/2016 à 31/12/2016”, passa a ser lido “Vigência: 01/12/2016 à 01/12/2017”.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa GENTE SEGURADORA SA

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Instrumento: Contrato nº

PMCP 0583/2016

FHMCP 0586/2016

FMAS 0585/2016

FMS 0587/2016

FMEC 0584/2016

Instrumento: Contrato nº PMCP 0583/2016

ITEM	COBERTURA	FRANQUIA LIMITE MÁXIMO	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$:
21	TOTAL	1.500,00	VW GOL 1.0 / ANO 2006 PLACA – MEK 1828 CHASSI – 9BWCA05W77TO48925 RENAVAN – 898898595 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – VW/ GOL 1.0 MODELO 2006 05 PESSOAS	1,087,31
22	TOTAL	1.500,00	RENAULT KANGOO / ANO 2006 PLACA – MFA 4089 CHASSI – 8A1KCOR357L777134 RENAVAN – 909969574 COR PRATA COMBUSTIVEL – GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – I/RENAULT KANGOO EXP 16160 MODELO 2007 05 PESSOAS	1.129,10
23	TOTAL	1.500,00	CHEV/SPIN 1.8 L MT LT/ ANO 2014 PLACA – MML 7695 CHASSI – 9BGJB75Z0EB275237 RENAVAN – 1011669835 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – CHEV/SPIN 1.8 L MT LT MODELO 2014 05 PESSOAS	1.589,11

24	TOTAL	1.500,00	VW VOYAGE 1.6/ ANO 2011 PLACA – MIO 0624 CHASSI – 9BWDB05U3BT262867 RENAVAN – 331644894 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – VW/VOYAGE 1.6 TREND MODELO 2011 05 PESSOAS	1.129,10
25	TOTAL	1.500,00	GOL 1.0 / ANO 2012 PLACA – MJW 4125 CHASSI – 9BWAA05WXP047876 RENAVAN – 478633793 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – VW/GOL 1.0 GIV MODELO 2013 05 PESSOAS	1.129,10
26	TOTAL	1.500,00	VW SAVEIRO / ANO 2014 PLACA – MMH 3404 CHASSI – 9BWK B45U8FP010268 RENAVAN – 1005222808 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – VW/SAVEIRO 1.6 MODELO 2015 02 PESSOAS	1.162,56
27	TOTAL + RCO	2.500,00	FORD TRANSIT / ANO 2011 PLACA – MIN 7507 CHASSI – WF0XXTBFBTE05653 RENAVAN – 347015867 COR BRANCA COMBUSTIVEL – DIESEL CAR/CAMIONETE/FURGÃO MARCA – I/FORD TRANSIT 350L TA MODELO 2011 08 PESSOAS	5.980,07
28	TOTAL + RCO	8.000,00	VW/MASCA GRANMINI/ ANO 2009 PLACA – MGP 9295 CHASSI – 9BWP452R89R938239 RENAVAN – 154751561 COR – AMARELA COMBUSTIVEL – DIESEL PAS/ONIBUS MARCA – VW/MASCA GRANMINI O MODELO 2009 31 PESSOAS	7.109,18
29	TOTAL + RCO	8.000,00	MARCOPOLLO VOLLARE/ ANO 2011 PLACA – MIQ 3898 CHASSI – 93PB42G3PCC039852 RENAVAN – 372588719 COR – AMARELA COMBUSTIVEL – DIESEL PAS/ONIBUS MARCA – MARCOPOLLO VOLLARE V8L ESC MODELO 2012 31 PESSOAS	7.109,18

30	TOTAL + RCO	8.000,00	AGRALE/ ANO 2010 PLACA – MIC 7896 CHASSI – 9BYC22Y15AC004987 RENAVAN – 221297928 COR – AMARELA COMBUSTIVEL – DIESEL PAS/ONIBUS MARCA – AGRAL/MASCA GRANMINI O MODELO 2010 32 PESSOAS	7.109,18
31	TOTAL + RCO	8.000,00	MARCOPOLLO/VOLARE/ ANO 2010 PLACA – MHU 8506 CHASSI – 93PB42GPAC033420 RENAVAN – 217553605 COR – AMARELA COMBUSTIVEL – DIESEL PAS/ONIBUS MARCA – MARCOPOLLO/VOLARE V8L ESC MODELO 2010 31 PESSOAS	7.109,18
32	TOTAL + RCO	2.500,00	VW/KOMBI / ANO 2010 PLACA – MHO 8196 CHASSI – 9BWMF07X1BP002150 RENAVAN – 214998142 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/MICROONIBUS MARCA – VW/KOMBI ESCOLAR MODELO 2011 15 PESSOAS	1.756,38
33	TOTAL + RCO	2.500,00	VW/KOMBI / ANO 2011 PLACA – MIO 0514 CHASSI – 9BWMF07X0CP001945 RENAVAN – 331642492 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/MICROONIBUS MARCA – VW/KOMBI ESCOLAR MODELO 2012 15 PESSOAS	1.881,84
34	TOTAL + RCO	2.500,00	VW/KOMBI / ANO 2011 PLACA – MIL 9883 CHASSI – 9BWMF07XXCP001273 RENAVAN – 328049930 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/MICROONIBUS MARCA – VW/KOMBI ESCOLAR MODELO 2012 15 PESSOAS	1.881,84
35	TOTAL + RCO	1.500,00	VW/KOMBI / ANO 2011 PLACA – MIL 9523 CHASSI – 9BWF072CP001302 RENAVAN – 328043753 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/MICROONIBUS MARCA – VW/KOMBI ESCOLAR MODELO 2012 15 PESSOAS	1.881,84

36	TOTAL + RCO	1.500,00	VW/KOMBI / ANO 2010 PLACA – MHP 4253 CHASSI –9BWMF07X7AP020411 RENAVAN – 195913108 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/MICROONIBUS MARCA – VW/KOMBI ESCOLAR MODELO 2010 12 PESSOAS	1.840,02
37	TOTAL + RCO	1.500,00	VW/KOMBI / ANO 2009 PLACA – MHP 5983 CHASSI –9BWMF07X3AP019613 RENAVAN – 195960912 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/MICROONIBUS MARCA – VW/KOMBI ESCOLAR MODELO 2010 09 PESSOAS	1.756,38
38	TOTAL + RCO	2.500,00	VW/KOMBI / ANO 2011 PLACA – MJS 1191 CHASSI –9BWMF07X3CP013846 RENAVAN – 451896513 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/MICROONIBUS MARCA – VW/KOMBI ESCOLAR MODELO 2012 15 PESSOAS	1.881,84
39	TOTAL + RCO	2.500,00	VW/KOMBI / ANO 2011 PLACA – MJT 9411 CHASSI –9BWMF07X6CP021522 RENAVAN – 452314364 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/MICROONIBUS MARCA – VW/KOMBI ESCOLAR MODELO 2012 15 PESSOAS	1.881,84
40	TOTAL + RCO	8.000,00	MARCOPOLO/VOLARE/ ANO 2013 PLACA – MLT 4876 CHASSI – 93PB70M10EC050009 R RENAVAN – 589157469 COR – AMARELA COMBUSTIVEL – DIESEL PAS/ONIBUS MARCA – MARCOPOLO/VOLARE W7 MODELO 2014 32 PESSOAS	7.109,18
41	TOTAL + RCO	8.000,00	IVECO/CITYCLASS/ ANO 2012 PLACA – MKW 5976 CHASSI – 93ZL70C01DB442383 RENAVAN – 492426449 COR – AMARELA COMBUSTIVEL – DIESEL PAS/ONIBUS MARCA – IVECO/CITYCLASS 70C17 MODELO 2013 29 PESSOAS	7.109,18

42	TOTAL	1.500,00	VW/NOVO VOYAGE 1.6/ ANO 2014 PLACA – MMH 2954 CHASSI – 9BWD45U6ET200780 RENAVAN – 1005220686 COR – BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – VW/NOVO VOYAGE 1.6 MODELO 20153 05 PESSOAS	1.170,92
43	TOTAL	8.000,00	FORD CARGO 816 S/ ANO 2014 PLACA – MFU 7435 CHASSI – 9BFVADSXEB68340 RENAVAN – 1008607735 COR – BRANCA COMBUSTIVEL – DIESEL S10 MARCA – FORD 816 S MODELO 2014	6.682,63
44	TOTAL	8.000,00	FORD/CARGO/CAÇAMBA 2629/6X4 / ANO 2012 PLACA – MKD9593 CHASSI – 9BFZEANE7DBS09562 RENAVAN – 468372393 COR BRANCA COMBUSTIVEL – DIESEL S10 CAR/CAMINHAO/BASCULA MARCA – FORD/CARGO 2629 6X4 MODELO 2013 2300T/290CV	7.067,36
45	TOTAL	8.000,00	FORD/CARGO/CAÇAMBA 2629/6X4 / ANO 2012 PLACA – MKD9653 CHASSI – 9BFZEANE3DBS09557 RENAVAN – 468372857 COR BRANCA COMBUSTIVEL – DIESEL S10 CAR/CAMINHAO/BASCULA MARCA – FORD/CARGO 2629 6X4 MODELO 2013 2300T/290CV	7.067,36
46	TOTAL	8.000,00	M. BENS/CAÇAMBA / ANO 2014 PLACA – MMK 1724 CHASSI – 9BM693388EB958205 RENAVAN – 1005816465 COR BRANCA COMBUSTIVEL – DIESEL S10 CAR/CAMINHAO/BASCULA MARCA – M. BENS MODELO 2014	7.192,81
47	TOTAL	1.500,00	VW SAVEIRO / ANO 2014 PLACA – MMH 3424 CHASSI – 9BWK45U7FP010908 RENAVAN – 1005228814 COR BRACA COMBUSTIVEL – GASOLINA MARCA – VW SAVEIRO MODELO 2015 2 PESSOAS	1.212,74
48	TOTAL	1.500,00	VW SAVEIRO / ANO 2014 PLACA – MMH 3524 CHASSI – 9BWK45UFP010423 RENAVAN – 1005208309 COR BRACA COMBUSTIVEL – GASOLINA MARCA – VW SAVEIRO MODELO 2015 2 PESSOAS	1.212,74

49	TOTAL	3.290,00	TA COROLLA XEI / ANO 2014 PLACA – MLZ 8771 CHASSI – 9BRBD48ESE2642898 COMBUSTÍVEL – FLEX MARCA – TOYOTA COROLLA MODELO 2014 – 5 PESSOAS	1.778,22
50	TOTAL + RCO	8.000,00	Seguro de veículo (DETER) + TOTAL MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO / ANO 2015 PLACA – QHS 2673 CHASSI – 93PB54M32FC,56316 RENAVAN – 1052169772 COR AMARELA COMBUSTÍVEL DIESEL PAS/ONIBUS MARCA – MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO MODELO 2015 31 PESSOAS	8.509,18
51	RCF + RCO	8.000,00	Seguro de veículo (DETER) MARCOPOLLO/VOLARE V8L ESC / ANO 2011 PLACA – MIQ 3988 CHASSI – 93PB42G3PCC039853 RENAVAN – 372589910 COR AMARELA COMBUSTÍVEL DIESEL PAS/ONIBUS MARCA – MARCOPOLLO/VOLARE V8L ESC MODELO 2012 31 PESSOAS	2.400,00
			TOTAL	114.917,37

Instrumento: Contrato nº FHMCP 0586/2016

ITEM	COBERTURA	FRANQUIA LI-MITE MÁXIMO	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$:
19	TOTAL + RCO	2.500,00	FORD TRANSIT / ANO 2013 PLACA – MKV 9685 CHASSI – WFOXXPTDFDTU79282 RENAVAN – 566421372 COR BRANCA COMBUSTIVEL – DIESEL ESP/CAM./AMBULANCIA MARCA – I/FORD TRANSIT TCA AMB MODELO 2013 08 PESSOAS	6.270,70
20	TOTAL	1.500,00	VW VOYAGE 1.6/ ANO 2012 PLACA – MKK 0473 CHASSI – 9BWDB05U8DT055832 RENAVAN – 470175001 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – VW VOYAGE 1.6 MODELO 2013 05 PESSOAS	1.219,30

Instrumento: Contrato nº FMAS 0585/2016

ITEM	COBERTURA	FRANQUIA LIMITE MÁXIMO	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$:
------	-----------	------------------------	-----------	---------------------

02	TOTAL	1.500,00	VW VOYAGE / ANO 2013 PLACA – MFK0625 CHASSI – 9BWDB45U9ET035145 RENAVAN – 550544126 COR BRANCO COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – VW NOVO VOYAGE 1.6 MODELO 2014 05 PESSOAS	993,25
03	TOTAL	1.500,00	VW GOL 1.0 / ANO 2008 PLACA – MFK 8245 CHASSI – 9BWAA05W39P064011 RENAVAN – 983113610 COR BRANCO COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – VW/ GOL 1.0 GIV MODELO 2009 05 PESSOAS	993,24
04	TOTAL + RCO	2.500,00	FORD TRANSIT / ANO 2011 PLACA – MKD 9563 CHASSI – WF0DXXTBF8TT23198 RENAVAN – 468371931 COR BRANCA COMBUSTIVEL – DIESEL PAS/MICROONIBUS MARCA – I/FORD TRANSIT TCA MIC MODELO 2011 16 PESSOAS	5.876,67
05	TOTAL	1.500,00	FIAT/UNO MILLE ECONOMY / ANO 2013 PLACA – MLO 4686 CHASSI – 9BD15802AD6887083 RENAVAN – 587518456 COR BRANCO COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – FIAT/UNO MILLE ECONOMY MODELO 2013 05 PESSOAS	993,24
06	TOTAL	1.500,00	FIAT/UNO VIVACE 1.0 / ANO 2014 PLACA – MLN 8201 CHASSI – 9BD195102E0551034 RENAVAN – 1000727707 COR BRANCO COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – FIAT/FIAT/UNO VIVACE 1.0 MODELO 2014 05 PESSOAS	993,24
07	TOTAL	1.500,00	CREVROLET/CLASSIC LS / ANO 2013 PLACA – MLU 8186 CHASSI – 9BGS019F0EB194062 RENAVAN – 593812565 COR BRANCO COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – CREVROLET/CLASSIC LS MODELO 2014 05 PESSOAS	993,24
08	TOTAL	1.500,00	NISSAN/LIVINA 16 S / ANO 2013 PLACA – MLY 5633 CHASSI – 94DTAFLI0EJ910005 RENAVAN – 1002150490 COR BRANCO COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – NISSAN/LIVINA 16 S MODELO 2014 05 PESSOAS	1.647,12
			TOTAL	12.490,00

Instrumento: Contrato nº FMS 0587/2016

ITEM	COBERTURA	FRANQUIA LIMITE MÁXIMO	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$:
09	TOTAL + RCO	2.500,00	FORD TRANSIT / ANO 2011 PLACA – MJY 7854 CHASSI – WF0DXXTBFBTY61478 RENAVAN – 473914930 COR PRATA COMBUSTIVEL – DIESEL PAS/MICROONIBUS MARCA – I/FORD TRANSIT TCA MIC MODELO 2011 16 PESSOAS	6.082,71
11	TOTAL	1.500,00	GOL 1.0 / ANO 2011 PLACA – MIO 4944 CHASSI – 9BWAA05U4CT017745 RENAVAN – 331638975 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – VW/ GOL 1.0 MODELO 2012 05 PESSOAS	1.191,02
12	TOTAL	1.500,00	FIAT DOBLO / ANO 2012 PLACA – MJH 4685 CHASSI – 9BD119609D109D1094689 RENAVAN – 474685217 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – FIAT DOBLO ESSENCE 1.8 MODELO 2013 07 PESSOAS	1.199,53
13	TOTAL + RCO	2.500,00	RENAULT/MASTERAMB / ANO 2009 PLACA – MGI 4518 CHASSI – 93YADCH6AJ356478 RENAVAN – 195181034 COR BRANCA COMBUSTIVEL – DIESEL ESP/CAMIONETE/AMBULANCIA MARCA – RENAULT/MASTERAMB RONTAN MODELO 2010 08 PESSOAS	5.870,02
14	TOTAL + RCO	2.500,00	VW/KOMBI / ANO 2011 PLACA – MIW 8266 CHASSI – 9BWMF07X0CP010192 RENAVAN – 345191650 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/MICROONIBUS MARCA – VW/KOMBI LOTAÇÃO MODELO 2012 12 PESSOAS	1.692,95
15	TOTAL	1.500,00	VW VOYAGE / ANO 2013 PLACA – MLL 5637 CHASSI – 9BWBD45UOET101632 RENAVAN – 589659600 COR BRANCO COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – VW NOVO VOYAGE 1.6 MODELO 2014 05 PESSOAS	1.233,55

16	TOTAL	1.500,00	VW VOYAGE / ANO 2013 PLACA – MLL 5697 CHASSI – 9BWDB45UOET101470 RENAVAN – 589661337 COR BRANCO COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – VW NOVO VOYAGE 1.6 MODELO 2014 05 PESSOAS	1.233,55
17	TOTAL + RCO	2.500,00	FORD TRANSIT / ANO 2013 PLACA – MLF 3208 CHASSI – WFODXPTDFTA18803 RENAVAN – 590354795 COR BRACA COMBUSTIVEL – DIESEL PAS/MICROONIBUS MARCA – I/FORD TRANSIT TCA MIC MODELO 2013 16 PESSOAS	6.040,16
18	TOTAL	1.500,00	VW SAVEIRO / ANO 2014 PLACA – MML 0597 CHASSI – 9BWL45U4FP088888 RENAVAN – 1018193593 COR BRACA COMBUSTIVEL – GASOLINA MARCA – VW SAVEIRO MODELO 2015 2 PESSOAS	1.208,03
19	TOTAL		CHERY CELLER 1.5 SD SCT / ANO 2015 PLACA- QHR 9925 CHASSI – 98RDA11B8FA000524 RENAVAN – 1059793544 – COR BRANCA MARCA CHERY CELLER 1.5 SD ACT – MODELO 2015 05 PESSOAS	1.500,00
			TOTAL	27.251,52

Instrumento: Contrato nº FMEC 0584/2016

ITEM	COBERTURA	FRANQUIA LI-MITE MÁXIMO	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$:
01	TOTAL + RCO	2.500,00	I/M. BENS 313 CDI SPRINTER M/ ANO 2005 PLACA – AMR 4576 CHASSI – 8AC9036725A927084 RENAVAN – 853134480 COR BRANCA COMBUSTIVEL – DIESEL MICROONIBUS MARCA – I/M. BENS 313 CDI SPRINTER M MODELO 2005 16 PESSOAS	5.500,00
			TOTAL	5.500,00

Valor total: 167.648,89 (Cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

Vigência: 01/12/2016 à 01/12/2017.

Correia Pinto, 15 de dezembro de 2016.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4033/2016**TERMO DE ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**

Processo RH n. 013/2016

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar para apurar o acidente de trânsito que ocasionou avarias no veículo de propriedade do Município (placa QHN-5202) e no veículo conduzido por Eliana Gessner Gonçalves da Luz (placa MKS-1685), bem como outras faltas infracionais do servidor Lauri Amandio.

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de Sindicância para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, aos 08 de dezembro de 2016.

LOREANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4033/2016**INSTAURA SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LOREANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, conforme preconiza o artigo 209, da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar o acidente de trânsito envolvendo o veículo de propriedade do Município (placa QHN-5202) e veículo conduzido por Eliana Gessner Gonçalves da Luz (placa MKS-1685), conduzido pelo servidor LAURI AMANDIO, brasileiro, motorista, portador do CPF n. 150.983.111-87 e do RG n. 352.386, residente e domiciliado à Rua Dr. Francisco Antonio Piccione, 366, bairro Seminário, Corupá-SC, CEP 89.278-000, com matrícula no serviço público municipal de n. 6851-03, bem como para apurar faltas infracionais tipificadas no artigo 159, incisos IX, XXIII da Lei Complementar n. 014/2009, ante as faltas injustificadas ao serviço público, bem como procedimentos realizados que não condizem com a função pública.

Art. 159 – Ao servidor e detentor de cargo comissionado é proibido: [...]

IX – deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

[...]

XXIII – proceder de forma desidiosa. Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores:

- HELOISA CRISTINA VANIN, brasileira, casada, advogada, portadora do RG n. 4.057.211 e CPF n. 036.538.269-85, com matrícula profissional n. 15179-01, residente e domiciliado à Rua Clemente Barato, n. 30, apto 1002, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.251-460 – Presidente da Comissão Processante;

- PAULO CESAR RUTHES, brasileiro, solteiro, técnico agrícola, portador do RG n. 4.019.030 e CPF n. 048.957.559-59, com matrícula profissional n. 8719-01, residente e domiciliado à Rua Orquídea, 10, bairro Seminário, na cidade de Corupá/SC;

- JAQUELINE PSCHIEDT, brasileira, amasiada, professora III (pós-graduada), portadora do RG n. 3.633.872 e do CPF n. 008.940.339-80, com matrícula profissional n. 9853-01, residente e domiciliada na Rua Ervino Emílio Moreira, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
08 de dezembro de 2016.

LOREANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal de Corupá

PORTARIA Nº 4034/2016**TERMO DE ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**

Processo RH n. 014/2016

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Sindicância Administrativa para apurar a denúncia recebida pelo Conselho Tutelar de mau uso do veículo oficial

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de Sindicância Administrativa para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, aos 09 de dezembro de 2016.

LOREANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4034/2016**INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LOREANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA

ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, conforme preconiza o artigo 191, parágrafo único da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar a denúncia recebida pelo Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Corupá-SC, acerca de mau uso de veículo oficial, no dia 04 de novembro de 2016, no período da tarde, devendo ser apurado eventual infração aos artigos 159, incisos XV, XXIII, XXIV, XXVI, todos da Lei Complementar n. 014/2009:

Art. 159 – Ao servidor e detentor de cargo comissionado é proibido:
[...]

XV – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

[...]

XXIII – proceder de forma desidiosa.

XXIV – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

[...] XXVI – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho”.

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Sindicante será composta pelos servidores:

- HELOISA CRISTINA VANIN, brasileira, casada, advogada, portadora do RG n. 4.057.211 e CPF n. 036.538.269-85, com matrícula profissional n. 15179-01, residente e domiciliado à Rua Clemente Barato, n. 30, apto 1002, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.251-460 – Presidente da Comissão Processante;

- PAULO CESAR RUTHES, brasileiro, solteiro, técnico agrícola, portador do RG n. 4.019.030 e CPF n. 048.957.559-59, com matrícula profissional n. 8719-01, residente e domiciliado à Rua Orquídea, 10, bairro Seminário, na cidade de Corupá/SC;

- JAQUELINE PSCHIEDT, brasileira, amasiada, professora III (pós-graduada), portadora do RG n. 3.633.872 e do CPF n. 008.940.339-80, com matrícula profissional n. 9853-01, residente e domiciliada na Rua Ervino Emilio Moreira, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

09 de dezembro de 2016.

LOREANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal de Corupá

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 21/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 42/2016 - CC Processo Administrativo: 42/2016 Processo de Licitação: 42/2016 Data do Processo: 08/11/2016
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfancia Tipo 1), na Rua Comélio de Haro Varela, em Curitibanos, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 21/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 14 de Dezembro de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1300, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 42/2016, Licitação nº. 42/2016 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

GH A CONSTRUÇÕES LTDA - ME; COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE OBRAS GARCIA LTDA ME; ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA; B & P CONSTRUTORA LTDA; SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP; CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME; RINOVI CONSTRUTORA EIRELI LTDA

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- A EMPRESA B & P CONSTRUTORA LTDA FOI INABILITADA POR APRESENTAR GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO COM VIGÊNCIA INFERIOR AO EXIGIDO, TENDO EM VISTA QUE A EMPRESA APRESENTOU VIGÊNCIA DE 13/12/2016 ATÉ 14/02/2017, E O EDITAL EXIGIDA VIGÊNCIA MÍNIMA DE 3 (TRÊS) MESES CONFORME ITEM 6.3 ALÍNEA D.2 DO EDITAL; AS EMPRESAS GH A CONSTRUÇÕES LTDA - ME; COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE OBRAS GARCIA LTDA ME; ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA; SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP; CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME; RINOVI CONSTRUTORA EIRELI LTDA; APRESENTARAM TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM CONSIDERADAS HABILITADAS. AS EMPRESAS GH A CONSTRUÇÕES LTDA - ME E RINOVI CONSTRUTORA EIRELI LTDA RENUNCIARAM RECURSO.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 14 de Dezembro de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação
DANIELA RINALDI TIRELLI - - SECRETÁRIA
DANIELE CRISTINA POZZO - - 1º MEMBRO
JOSUÉ MOCELIN - - 2º MEMBRO
CRISTINA MELO MENEGOTTO - - 3º MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

FABIO EIITI SAITO - - Representante
IVONIR FLORES - - Representante

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR . 21/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

CONCORRÊNCIA
Nr.: 42/2016 - CC

Processo Administrativo: 42/2016
 Processo de Licitação: 42/2016
 Data do Processo: 08/11/2016

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfância Tipo 1), na Rua Cornélio de Haro Varela, em Curitiba, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 21/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 14 de Dezembro de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1300, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 42/2016, Licitação nº 42/2016 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A EMPRESA SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP FOI DESCLASSIFICADA POR APRESENTAR CRONOGRAMA DA OBRA COM PRAZO SUPERIOR AO ESTIPULADO EM EDITAL, SENDO QUE A EMPRESA APRESENTOU CRONOGRAMA PARA 12 MESES E O EDITAL, MINUTA DE CONTRATO E MEMORIAL DESCRITIVO ESTIPULA PRAZO MÁXIMO DE 5 MESES PARA EXECUÇÃO DA OBRA, SENDO ASSIM CONSIDERADA DESCLASSIFICADA POR DESCUMPRIR O ITEM 7.3 DO EDITAL. AS EMPRESAS GHA CONSTRUÇÕES LTDA - ME; COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE OBRAS GARCIA LTDA ME; ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA; CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME; RINOVI CONSTRUTORA EIRELI LTDA APRESENTARAM PROPOSTAS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO CONSIDERADAS CLASSIFICADAS. APÓS ANÁLISE DOS VALORES VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA RINOVI CONSTRUTORA EIRELI LTDA APRESENTOU O VALOR GLOBAL DE R\$ 1.209.488,41, SENDO CONSIDERADO O MENOR VALOR. SENDO ASSIM, FICA APRAZADO O PRAZO LEGAL PARA INTERPOR RECURSO. AS EMPRESAS RINOVI CONSTRUTORA EIRELI LTDA E GHA CONSTRUÇÕES LTDA - ME RENUNCIARAM RECURSO.

Participante: 11450 - RINOVI CONSTRUTORA EIRELI - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfância Tipo 1), na Rua Cornélio de Haro Varela, em Curitiba, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.	%	100,00		0,0000	12.094,8841	1.209.488,41

Total do Participante —————→ 1.209.488,41

Total Geral —————→ 1.209.488,41

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 14 de Dezembro de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação
 DANIELA RINALDI TIRELLI - - SECRETÁRIA
 DANIELE CRISTINA POZZO - - 1º MEMBRO
 JOSUÉ MOCELIN - - 2º MEMBRO
 CRISTINA MELO MENEGOTTO - - 3º MEMBRO

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2014.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal
CONTRATADO: Pressures soluções Hidráulicas -ME
Objeto: Contratação de empresa para ampliação e adaptação das instalações do frigorífico do P.A Tracutinga - instalações hidráulicas e gases especiais.... Origem: Processo Licitatório 024/2014 - Concorrência: 024/2014. PMDC. Por esse instrumento fica aditivado o prazo do contrato principal ficando o mesmo vencível para 30/03/2017. Dionísio Cerqueira 12/12/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
TERCEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 003/2015.
CONTRATANTE:..Prefeitura Municipal
CONTRATADO: Cia Catarinense de Água e Saneamento - Casan.
Objeto: Fornecimento de água encanada para a Administração Municipal.. Origem: Processo Licitatório 005/2015 - IL: 005/2015. PMDC. Por esse instrumento fica acrescido o valor de R\$ 18.000,00 do Valor anual previsto para consumo de água encanada para a Administração Municipal. - Vigência: 14/12/2016 – 31/12/2016.
Dionísio Cerqueira 14/12/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2016.
CONTRATANTE:..Prefeitura Municipal
CONTRATADO: SBA Abastecedora e Fretes Rodoviários Ltda.
Objeto:Aquisição de combustíveis para a Administração Municipal.... Origem: Processo Licitatório 003/2016 - Pregão: 003/2016. PMDC. Por esse instrumento fica acrescido o valor dos combustíveis conforme segue: ITEM 001 – Gasolina comum – o preço que era de R\$ 3,69 (três reais e sessenta e nove centavos). por litro, passa a compor o valor de R\$ 3,380 (três reais e oitenta centavos) por litro - ITEM 002 – óleo diesel comum S 500 - o preço que era de R\$ 2,81 (dois reais e oitenta e um centavos) por litro, passa a compor o valor de R\$ 2,95(dois reais e noventa e cinco centavos). - ITEM 003 – Óleo diesel S 10 - o preço que era de e R\$ 3,09 (três reais e nove centavos) passa a compor o valor de R\$ 3,24 (três reais e vinte e quatro centavos). Vigência: 21/11/2016 – 31/12/2016.
Dionísio Cerqueira 12/12/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2016.
CONTRATANTE:..Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADO: SBA Abastecedora e Fretes Rodoviários Ltda.
Objeto: Aquisição de combustíveis para a Administração Municipal.... Origem: Processo Licitatório 003/2016 - Pregão: 003/2016. PMDC. 01 -Por esse instrumento fica suprimido o valor dos combustíveis conforme segue: ITEM 001 – Gasolina comum – o preço que era de R\$ 3,69 (três reais e sessenta e nove centavos). por litro, passa a compor o valor de R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos) por litro - ITEM 002 – óleo diesel comum S 500 - o preço que era de R\$ 2,81 (dois reais e oitenta e um centavos) por litro, passa a compor o valor de R\$ 2,95(dois reais e noventa e cinco centavos). - ITEM 003 – Óleo diesel S 10 - o preço que era de e

R\$ 3,09 (três reais e nove centavos) passa a compor o valor de R\$ 3,24 (três reais e vinte e quatro centavos). 02 - Por esse instrumento aditiva-se a quantidade do ITEM 001- Gasolina comum em 790 litros ao valor de R\$ 3,80 – Totalizando R\$ 3.002,00 - Vigência: 12/12/2016 – 31/12/2016.
Dionísio Cerqueira 12/12/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2016.
CONTRATANTE:..Prefeitura Municipal
CONTRATADO: SBA Abastecedora e Fretes Rodoviários Ltda.
Objeto: Aquisição de combustíveis para a Administração Municipal. Origem: Processo Licitatório 081/2016 - Pregão: 081/2016. PMDC. Por esse instrumento fica suprimido o valor dos combustíveis conforme segue: ITEM 001 – óleo diesel comum S 500 - o preço que era de R\$ 2,81 (dois reais e oitenta e um centavos) por litro, passa a compor o valor de R\$ 2,95(dois reais e noventa e cinco centavos). - ITEM 002 – Óleo diesel S 10 - o preço que era de e R\$ 3,09 (três reais e nove centavos) passa a compor o valor de R\$ 3,24 (três reais e vinte e quatro centavos) Vigência: 12/12/2016 – 30/03/2016.
Dionísio Cerqueira 12/12/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal

RESULTADOS LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do IL nº 043/2016, Objeto: Prestação de serviços médicos para realização plantões, pareceres, perícias e avaliações diversas no Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira, SC Vencedores: Antônio Jair Schreiner Maranhão. - ME. - Valor R\$ 16.000,00 - Clínica Gonzáles Acosta Ltda. Valor R\$ 29.800,00–Dental Med. Ltda –ME – Valor R\$ 3.750,00 - Jakimiu & Silva Ltda – Valor R\$ 21.600,00.– Juliana Cristina Deola – ME - Valor R\$ 6.850,00 – Renato Mocellini - ME. - Valor R\$ 28.750,00 - Ricardo Antônio Salmon & Cia Ltda. – Valor R\$ 37.100,00 - Rodrigo Matana Serafin Cia Ltda. – Valor R\$ 8.400,00.
Dionísio Cerqueira 13/12/2016.
Maria Cristina W.Schirmbeck –Coordenadora HMDC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira. SC, comunica aos interessados o Resultado do Processo Licitatório 140/2016 concorrência: 140/2016 PMDC - Objeto: Aquisição de materiais gráficos e banners para Secretaria de Educação. Vencedores: Dangraf.Artes Gráfica Ltda. – Valor R\$ 5.470,00 Diego Anselmo Schichting – Valor R\$ 8.250,00 Dionísio Cerqueira - 13/12/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE CANCELAMENTO LICITAÇÃO.
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que a Licitação Tipo Tomada de Preço nº 095/2016, Processo 095/2016, Objeto: Contratação de empresa para prestação de

serviços com fornecimento de materiais para recuperação e ampliação de ponte e drenagem pluvial do sistema viário do município. (Linha Sede Unida interior do Município) Foi REVOGADA. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio. Cerqueira, 13/12/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 61/2016 - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 43/2014

EXTRATO DO CONTRATO n° 61/2016

3º Termo Aditivo ao Contrato n° 43/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: CAMILO E GHISI LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para a construção de um espaço educacional com 06 salas de aulas, com área de 851,63 m², composto de bloco pedagógico, bloco administrativo, bloco de serviço, pátio central, conforme modelo padrão FNDE (Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação), com capacidade para 216 alunos, situado na BR 285, km 07, s/n, no município de Ermo/SC.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução previsto na Cláusula Sétima do contrato de origem fica aditado por mais 7 (sete) meses para a execução da obra.

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1683/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 1683/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 30/2016

Validade da ata de R.P.: 12 (doze) meses contados a partir do dia 13/12/2016.

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da Proponente LEONOR CHARNOSKI, inscrito no CPF sob o nº 010.009.369-88, e Identidade nº. 4513035, residido na Rua Terezinha Cervieri, nº. 342 na cidade de Flor do Sertão - SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1683/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 30/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSEMINADOR PARA A REALIZAÇÃO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO REBANHO BOVINO DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PREÇO UNIT.
1	1.800,00	SVÇ	SERVIÇOS DE INSEMINADOR PARA REALIZAÇÃO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO REBANHO BOVINO DO MUNICÍPIO CORRESPONDENTE AOS PRODUTORES NAS COMUNIDADES DA LINHA FUZIL, BARRA DO TARAIRAS, FLOR DO SERTÃO, SARANDI, MARMELEIRO E PEDRA BRANCA, FLOR DA SERRA, POÇO RICO BAIXO, COSTA DO SARGENTO, ALTO SARGENTO, CABECEIRA DO POÇO RICO E LINHA PIRITIBA.	R\$ 26,00

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - As Inseminações deverão ser realizadas nas propriedades dos Produtores sem custo adicional ao Município e conforme a demanda e horários disponibilizados pela Secretaria da Agricultura do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1683/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os Serviços deverão ser realizados sem custo adicional em local designado pelo Município em prazo Máximo de 01 dia, contados a partir da autorização da secretaria da Agricultura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos,

consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos serviços a serem realizados, o Secretário Municipal da Agricultura – Rudimar Jair Rott.

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação das Despesas do ano de 2016 e 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		LEONOR CHARNOSKI
CPF: 024.900.719-39		CPF: 010.009.369-88
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

DECRETO Nº. 079/2016

DECRETO nº. 79/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 1683/2016, e dá outras providências. ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 115/2016, sobre o processo de licitação nº. 1683/2016, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSEMINADOR PARA A REALIZAÇÃO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO REBANHO BOVINO DO MUNICÍPIO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

LEONOR CHARNOSKI	R\$ 46.800,00
------------------	---------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

PORTARIA Nº 235/2016

	PORTARIA Nº 235/2016
	CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA a Servidora Municipal ROSANGELA BERGONSI, ocupante do cargo de Assistente Social, a partir da data de 13/12/2016 até a data do Laudo Pericial.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 14 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 69/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 172/ PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 69/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 172/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. DOGLAS SALVATICO DE LIMA, estabelecida na Rua Irma Norberta Ogniewski, 151, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 20.651.310/0001-83, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Douglas Salvatico de Lima, CI nº. 4.781.672, CPF nº. 066.832.249-78.

2. COPOL DIST. DE ALIMENTOS LTDA, estabelecida na Rua Francisco Severo Pizetti, 101, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 03.976.253/0001-93, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. João Rodrigues Júnior, portador da CI nº 4010518 e inscrito no CPF nº 029.794.729-05;

Doravante denominadas DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 172/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de gêneros de alimentação para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do

Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 172/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

**Cláusula Décima Segunda
Do Foro**

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 14 de dezembro de 2016.
MUNICÍPIO DE FORQUILHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

DOGLAS SALVATICO DE LIMA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Douglas Salvatico de Lima

CPF: 066.832.249-78

COPOL DIST. DE ALIMENTOS LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: João Rodrigues Júnior

CPF: 029.794.729-05

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 184/PMF/2016;

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 184/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de expediente para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de janeiro de 2017 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 14 de dezembro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

CREDENCIAMENTO Nº. 05/FMS/2016

NOTA DE ANULAÇÃO Nº. 05/FMS/2016

CREDENCIAMENTO Nº. 05/FMS/2016

OBJETO: O presente regulamento tem por objeto o credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, na realização de procedimentos (cirurgia de pterígio e transplante conjuntival), conforme Tabela SUS, para o exercício de 2016. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pelo presidente da comissão de licitação, o Sr. Valdecir Tiscoski, no dia quatorze do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às nove horas, o mesmo verificou a ausência de publicação do referido edital. Desta forma, a comissão decide pela anulação do processo por descumprimento as exigências legais.

Forquilha/SC, 14 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 117/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 117/2016

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 46/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BETHA SISTEMAS LTDA

DO OBJETO – Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2014, para o município de Forquilha/SC, conforme características descritas no ANEXO I do edital de chamamento;

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 46/2014 de 31/12/2016 para 31/12/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 28 de novembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 120/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 120/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 30/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TRANSPORTES COLETIVOS SÃO MARCOS LTDA ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestar serviços de transporte de passageiros com veículos tipo ônibus, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Secretaria de Esporte do Município de Forquilha/SC;

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato n. 30/PMF/2015 o valor de R\$ 29.175,00 (vinte e nove mil cento e setenta e cinco reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

ITEM	KM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR POR QUILOMÉ- TRO RODADO	VALOR TOTAL DO ITEM
01	2.500 km	Transporte linha: Bairro Santa Isabel, Município de Forquilha à Estação Rodoviária de Criciúma, passando pelos Bairros: Saturno, Santa Cruz, São Defende e UNESC, com ida e volta no turno noturno com saída às 18:15 horas do Centro de Forquilha e retorno às 22:45 horas da Estação Rodoviária de Criciúma.	R\$ 5,17	R\$ 12.925,00
02	2.500 km	Transporte com Ônibus Socorro para atender as emergências e as linhas esporádicas, ou em substituição àqueles ônibus da Frota Municipal previamente requisitado devendo tal veículo permanecer a disposição na Garagem Municipal.	R\$ 6,50	R\$ 16.250,00

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 30 de novembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 130/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 130/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 14/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA

DO OBJETO – Prestação de serviços de pavimentação asfáltica, a ser executada na Rua Josephina Lodetti Vassoler, Bairro Santa Cruz, Forquilha/SC, conforme contrato de operação de crédito, estabelecido entre o Município de Forquilha e a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, de acordo com o Programa Badesc Cidades.

DO PRAZO – Fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de execução do contrato nº. 14/PMF/2016 passando de 07/12/2016 para 06/01/2017 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 06/04/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 06 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 136/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 136/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 30/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TRANSPORTES COLETIVOS SÃO MARCOS LTDA ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestar serviços de transporte de passageiros com veículos tipo ônibus, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Secretaria de Esporte do Município de Forquilha/SC;

DO PRAZO – O presente termo tem por objetivo a prorrogação da vigência contratual de 31/12/2016 para 31/12/2017 conforme prevê a cláusula quarta do contrato 30/PMF/2015 e artigo 57 da Lei 8.666/93.

DO VALOR – O valor dos serviços previsto mensalmente sofrerá um reajuste de 15,45%, de acordo com índice de INPC (acumulado 21 meses), perfazendo o valor global estimado de R\$ 231.610,00 (duzentos e trinta e um mil seiscientos e dez reais) para o exercício de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 09 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMPS 04/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMPS Nº 04/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMPS Nº 03/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BETHA SISTEMAS LTDA.

DO OBJETO – Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2014, para o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Forquilha/SC, conforme características descritas no ANEXO I do edital de chamamento.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 03/FMPS/2014 de 31/12/2016 para 31/12/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 23 de novembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 302/2016

DECRETO Nº 302, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.1.009 – Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos dos CEI		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (79)	R\$	70.000,00
TOTAL	R\$	70.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M	R\$	70.000,00
TOTAL	R\$	70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2053/2016

PORTARIA Nº 2053, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Determina abertura de processo administrativo sindicante e nomeia autoridade sindicante.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 1220/1997; considerando as informações contidas no Processo Administrativo nº 5258/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Sindicante, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao contratado temporariamente para a função de Professor – Ensino Fundamental – Filosofia, SIDNEI MOREIRA DA TRINDADE, fixando o prazo de 30(trinta) dias para conclusão.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei n.º 1220, de 04 de Junho de

1997, o servidor Dr. Silvano Pelissaro, como autoridade Sindicante.

Parágrafo Único. O servidor ora designado fica dispensado de sua atividade funcional durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2054/2016

PORTARIA Nº 2054, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1167 de 22 de março de 2013, que concedeu Função Gratificada – nível 5, a servidora SALIMARA CLAIR MOLIM, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 811.782.719-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2055/2016

PORTARIA Nº 2055, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 492 de 11 de fevereiro de 2014, que concedeu Função Gratificada – nível 2, a servidora SIMONE MORESCO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 041.689.309-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE SÊNIOR, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2056/2016

PORTARIA Nº 2056, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 493 de 11 de fevereiro de 2014, que concedeu Função Gratificada – nível 2, a servidora SELENE ANTUNES MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 384.828.199-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2057/2016

PORTARIA Nº 2057, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0254 de 02 de fevereiro de 2016, que concedeu Função Gratificada – nível 2, a servidora MARILDA TERESINHA TIBES CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 479.557.679-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2058/2016

PORTARIA Nº 2058, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1390 de 18 de abril de 2013, que concedeu Função Gratificada – nível 3, a servidora LEONICE FRA-RÃO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 015.181.049-40, nomeada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2059/2016

PORTARIA Nº 2059, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1164 de 22 de março de 2013, que concedeu Função Gratificada – nível 3, ao servidor JACOB MICHELIS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 533.845.040-20, nomeado no cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2060/2016

PORTARIA Nº 2060, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1163 de 22 de março de 2013, que concedeu Função Gratificada – nível 2, a servidora ELIZETE

APARECIDA GIRARDI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 960.841.039-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2061/2016

PORTARIA Nº 2060, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1162 de 22 de março de 2013, que concedeu Função Gratificada – nível 2, a servidora ELISANGELA CONTE BARBOSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 022.544.409-77, nomeada no cargo de provimento efetivo de ANALISTA EXECUTIVO, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2062/2016

PORTARIA Nº 2062, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1158 de 22 de março de 2013, que concedeu Função Gratificada – nível FG 3, a servidora BETHANIA SANTOS VIEIRA ROHLING, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 033.351.839-08, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2063/2016

PORTARIA Nº 2063, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1154 de 22 de março de 2013, que concedeu Função Gratificada – nível 3, a servidora ANDREA CAMARGO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o nº 079.042.218-29, nomeada no cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2064/2016

PORTARIA Nº 2064, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1788 de 06 de outubro de 2016, que concedeu Função Gratificada – nível 5, ao servidor ALESSANDRO FUSSATTO NETO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 024.524.867-60, nomeado no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2065/2016

PORTARIA Nº 2065, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0253 de 02 de fevereiro de 2016, que

concedeu Função Gratificada – nível 2, ao servidor GIOVANI DIEGO GIRARDI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 078.542.839-90, nomeado no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2066/2016

PORTARIA N.º 2066, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, ANDREA APARECIDA REZZADORI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 021.146.879-70, nomeada no cargo de provimento em comissão de AGENTE ADMINISTRATIVO, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Secretaria de Administração e Planejamento E Finanças do Município de Fraiburgo, a partir de 14 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO CME 002-2016 - MATRIZ CURRICULAR

Resolução nº. 002/2016 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo

O Conselho Municipal de Educação do município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais (art. 3º, II e IV do regimento), em reunião realizada no dia 13/12/2016:

CONSIDERANDO, a que a Lei Federal nº 9.394/96 propõe que uma segunda língua seja oferecida, em caráter optativo para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, e estipula que a escolha das línguas é de responsabilidade da comunidade escolar, de acordo com as possibilidades de cada instituição;

CONSIDERANDO, o entendimento da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no que tange à matéria;

CONSIDERANDO, a necessidade de melhorar o currículo escolar de modo a proporcionar ao estudante ampliar e aprofundar o acesso a conhecimentos de outras áreas e conhecer outras possibilidades de inserção social;

CONSIDERANDO, que a presença de línguas diversas nas práticas sociais é uma das características das sociedades complexas contemporâneas;

CONSIDERANDO, que os alunos romperão uma barreira acerca da compreensão da língua inglesa nos anos finais, adquirindo o conhecimento básico da língua inglesa nos anos iniciais ;

RESOLVE:

Art.1º Incluir a Disciplina de Língua Inglesa no Ensino Fundamental – Anos Iniciais no 4º e 5º anos;

Art. 2º.. Fica aprovada a matriz curricular, do ensino fundamental, a ser seguida a partir do ano letivo de 2017, de acordo com os quadros abaixo especificados:

I - GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9(NOVE) ANOS

Componentes Curriculares	Anos								
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Língua Portuguesa	5	5	5	5	5	4	4	4	4
Matemática	5	5	5	5	5	4	4	4	4
Geografia	2	2	3	2	2	3	3	3	3
História	3	3	2	2	2	3	3	3	3
Ciências e Programas de Saúde	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Educação Física	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Língua Inglesa	x	x	x	1	1	2	2	2	2

Arte	3	3	3	3	3	2	2	2	2
Filosofia ou Teologia	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Carga Horária Semanal	25	25	25	25	25	25	25	25	25

Art. 3º Ao professor regente do 4º e 5º anos, caberá ministrar as aulas de Filosofia no Ensino Fundamental – Anos Iniciais;

Art. 4º O conteúdo programático da disciplina de Filosofia no Ensino Fundamental – Anos Iniciais deverá ser atualizado de acordo com a Proposta Pedagógica do Município;

Art. 5º Somente professores habilitados na área de Língua Inglesa ou frequentando o curso superior em Língua Inglesa poderão atuar no Ensino Fundamental – Anos Iniciais na disciplina de Língua Inglesa, não sendo permitido complementação de carga horária de áreas não afins.

Art. 6º.. Mantêm-se a matriz curricular da Educação de Jovens e Adultos conforme tabelas abaixo:

III - MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE ALFABETIZAÇÃO

Língua Portuguesa
Matemática
Conhecimentos Gerais

IV - MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE 9(NOVE) ANOS

Ano	Língua Portuguesa	Matemática	História	Geografia	Ciências	Língua Inglesa	Arte	Filosofia ou Teologia	Educação Física	Total
6º	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20
7º	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20
8º	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20
9º	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20

Art. 5º. Os casos omissos serão decididos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 6º. Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução 004/2011, deste Conselho Municipal de Educação.

Registre-se e Publique-se

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2016.

CONSELHEIROS:

Roberto Rivelino Lemos
Aydin Fatima Balvedi
Tatiana Rezzadori
Hercilia Frago Gemo

Osni Gomes
Tatiana Carla Scalabrin
Elisangela Maria Barbosa Dalagnol

TANIA DA SILVA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

DECRETO Nº 300/2016**DECRETO Nº 300, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0025, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0025 de 8 de novembro de 2016, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0025 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo: **Monitor Social** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Monitor Social**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
7	RITA DE CASSIA BORGES		Não preenche pré-requisito do Edital

quarta-feira, 14 de dezembro de 2016

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0025 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Monitor Social** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Monitor Social**

Crerérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º 2º 3º 4º			
				Cursos Área Esp.	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	16	LORENI TEREZINHA POSSERA COLOMBELLI	18	10	1	NÃO	02/06/1969
2	35	JACIRA MENDES DOS SANTOS	18	10	1	NÃO	19/08/1973
3	18	IVONE RIBEIRO ALVES	16	10	0	NÃO	07/06/1974
4	48	BARBARA RAQUEL DE CASTRO DA SILVA	15	10	2	NÃO	14/08/1990
5	14	ARIANE CRISTINE CAMPOS	15	10	1	NÃO	18/04/1983
6	36	JOSIANE MOREIRA DOS SANTOS SCHIRMER	14	10	2	NÃO	24/01/1980
7	42	CLECI TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS RUSCHEL	13	10	1	NÃO	19/10/1971
8	29	LEONICE HAASE	13	10	1	NÃO	03/02/1978
9	9	MARIA RITA DOS SANTOS	13	10	1	NÃO	01/06/1992
10	33	VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA	12	10	1	NÃO	02/03/1989
11	11	KARINE MORAES	11	10	3	NÃO	15/02/1986
12	8	TEREZINHA RAIMUNDA BALDISSERA	11	10	0	NÃO	11/12/1961
13	31	ELIANE PEREIRA	11	10	0	NÃO	11/03/1977
14	40	DAIANE FALETTI	10	10	1	NÃO	30/08/1988
15	6	DANIELA VANESSA LEANDRO	10	10	1	NÃO	23/06/1992
16	30	IVETE FATIMA SEGALA PUHL	10	10	0	NÃO	21/09/1957
17	47	LEONEIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS	10	10	0	NÃO	19/09/1977
18	43	PRISCILA LUCIANO FRANCA	10	8	2	NÃO	08/01/1991
19	45	MARISTELA CRUZ	9	6	1	NÃO	07/10/1987
20	38	NEREZIN ALVES DA ROSA	7	6	2	NÃO	29/06/1985
21	22	FATIMA PAULINO IESBIK	7	4	3	NÃO	27/12/1972
22	19	CLEONICE FRANCONI	7	2	2	NÃO	30/09/1980

quarta-feira, 14 de dezembro de 2016

Página 1 de 2

23	20	BRUNA ALVES RIBEIRO	7	2	0	NÃO	30/10/1996
24	10	ELENICE ANGÉLICA ZANELLA PERACHI	5	2	2	NÃO	04/05/1984
25	17	ERONDINA DOS SANTOS	5	2	1	NÃO	29/12/1975
26	4	ADRIANA APARECIDA GONÇALVES	5	0	3	NÃO	28/06/1984
27	44	ESTELA MARIS CRUZ CONRAD	5	0	2	NÃO	07/10/1987
28	15	SOLANGE MARIA DA COSTA	5	0	1	NÃO	21/02/1972
29	25	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINEZZO	5	0	0	NÃO	23/12/1970
30	32	NOEMI BATISTA DE OLIVEIRA	5	0	0	NÃO	04/01/1996
31	49	DAIANE CRISTINA DE OLIVEIRA	4	2	1	NÃO	29/06/1990
32	34	JAQUELINE DOMINGUES	4	0	1	NÃO	14/11/1990
33	24	ELAINE DOS SANTOS RIBEIRO	4	0	1	NÃO	19/08/1993
34	26	LETICIA MITTANCK	3	0	0	NÃO	13/01/1994
35	23	MARIA LUCIMAR DOMINGUES MARCON	2	0	0	NÃO	05/01/1985
36	41	KATIA DE SOUZA	1	0	2	NÃO	24/06/1981
37	3	LUCILENE APARECIDA DA CRUZ	0	0	3	NÃO	03/12/1983
38	5	ANGELITA DAS GRAÇAS RIBEIRO	0	0	2	NÃO	01/12/1977
39	1	ROSEMARI DA SILVA	0	0	2	NÃO	04/09/1984
40	39	LUCILENE DOS SANTOS	0	0	2	NÃO	11/06/1985
41	13	JANICE GONÇALVES DA ROSA	0	0	2	NÃO	08/06/1990
42	27	LUCIMARA DE OLIVEIRA MOREIRA DOS SANTOS	0	0	1	NÃO	31/07/1984
43	12	CINTHIA DANIELI DE CORDOVA DA FONSECA	0	0	1	NÃO	03/02/1985
44	28	LIDIANE MIRANDA CALMINATI	0	0	1	NÃO	24/04/1986
45	37	JUCIANE GARLET MONTEMEZZO	0	0	1	NÃO	27/08/1986
46	21	DAIANI FERNANDES DE PAULA	0	0	1	NÃO	20/10/1987
47	46	GRAZIELE MATTEUCCI	0	0	0	NÃO	04/02/1994
48	2	ELISIANE PEREIRA	0	0	0	NÃO	07/12/1994

quarta-feira, 14 de dezembro de 2016

Página 2 de 2

DECRETO Nº 301/2016



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0024 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Instrutor de Trabalhos Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Instrutor de Trabalhos Manuais

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	23	LEONEIA APARECIDA MARCONDES	19	0	10	0	0	NÃO	19/09/1977
2	5	SANTINA LOURENÇO	16	0	10	2	3	NÃO	01/11/1976
3	1	FRANCINALDA RODRIGUES CIRINO	16	0	10	1	1	NÃO	26/04/1974
4	7	GISELE APARECIDA FOGAÇA DA ROCHA FERREIRA	12	0	0	3	2	NÃO	14/04/1985
5	12	LUCIANE DA SILVA	11	0	2	0	1	NÃO	26/03/1984
6	13	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO	11	0	2	0	0	NÃO	23/12/1970
7	15	THALYA MARIA MATIAS	10	0	2	0	0	NÃO	01/06/1997
8	19	MARILDE MARCIA DOS SANTOS TONIAL	9	0	4	1	0	NÃO	20/09/1963
9	10	CLEONICE FRANCIONE	9	0	0	0	2	NÃO	30/09/1980
10	9	SOLANGE MARIA COSTA	9	0	0	0	1	NÃO	21/02/1972
11	18	DAIANE CRISTINA DE OLIVEIRA	9	0	0	0	1	NÃO	29/06/1990
12	16	IVONE RIBEIRO ALVES	9	0	0	0	0	NÃO	07/06/1974
13	21	SONIA APARECIDA MARQUES	9	0	0	0	0	NÃO	06/07/1975
14	2	KARINE MULLER BARTOLOMEU	9	0	0	0	0	NÃO	01/08/1995
15	17	NOEMI BATISTA DE OLIVEIRA	9	0	0	0	0	NÃO	04/01/1996
16	14	ELIANA MENEGON DIAS DA SILVA	8	0	4	0	1	NÃO	26/05/1979
17	4	MARIA RITA DOS SANTOS	7	0	0	0	1	NÃO	01/06/1992
18	3	CHRISTIAN PATRICK DOS SANTOS	7	0	0	0	0	NÃO	13/06/1994
19	6	ELENICE ANGÉLICA ZANELLA PERACHI	5	0	0	0	2	NÃO	04/05/1984
20	20	LUCILENE DOS SANTOS	4	0	0	0	2	NÃO	11/06/1985
21	22	MARIZETE ANTUNES PINTO	4	0	0	0	1	NÃO	12/07/1972
22	11	DAIANI FERNANDES DE PAULA	4	0	0	0	1	NÃO	20/10/1987

quarta-feira, 14 de dezembro de 2016

Página 1 de 2

0	0	2	NÃO	14/11/1994
0	0	1	NÃO	06/04/1997

23	8	THAIS CAROLINE RIBEIRO	0	0
24	24	FERNANDA SOUZA TAVARES	0	0

Página 2 de 2

quarta-feira, 14 de dezembro de 2016

DECRETO Nº 301, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0024, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0024 de 8 de novembro de 2016, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 188/2016**LEI COMPLEMENTAR Nº 188, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.**

ALTERA OS ANEXOS I-A, VIII-A E XI-A, TODOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 0110, DE 03 DE MARÇO DE 2010, PARA CRIAR O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR EDUCACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei Complementar:

Art. 1º. Fica criado o cargo de provimento efetivo de **Auxiliar Educacional** para atuar na educação infantil, fixando em 180 (cento e oitenta) a quantidade de vagas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na categoria 3, do Quadro Permanente de Cargos - Grupo Ocupacional Operacional, com vencimento inicial Padrão "A" de R\$ 1.129,55 (um mil e cento e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos), nos termos do Anexo I desta Lei, alterando o Anexo I-A da Lei Complementar nº 110/2010, do Poder Executivo do Município de Fraiburgo.

Art. 2º. Fica alterado o Anexo VIII-A, da Lei Complementar nº 110/2010, do Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, para incluir a missão, responsabilidades e requisitos do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Educacional, nos termos do Anexo II, desta Lei.

Art. 3º. Fica alterado o Anexo XI – A, da Lei Complementar nº 110/2010, dos Grupos Ocupacionais do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME e da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, para incluir no Grupo Operacional o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Educacional, nos termos do Anexo III, desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 188, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

ANEXO I – A
QUADRO PERMANENTE DE CARGOS, INTEGRANTE DO GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL, FUNCIONAL E TÉCNICO
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE FRAIBURGO

CATEGORIAS	NOMENCLATURAS	GOC	QTDE	C/H	PADRÕES DE VENCIMENTO															
					4 anos 4,0%	3 anos 3,0%	3 anos 3,0%	2 anos 3,0%	2 anos 3,0%	2 anos 3,0%	2 anos 3,0%	2 anos 3,0%	2 anos 3,0%	2 anos 3,0%	2 anos 3,0%	2 anos 3,0%	2 anos 3,0%	2 anos 3,0%	2 anos 3,0%	2 anos 3,0%
					A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
					R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Auxiliar Educacional	GO	180	40	1.129,55	1.174,73	1.209,97	1.246,27	1.283,66	1.322,17	1.361,84	1.402,69	1.444,77	1.488,12	1.532,76	1.578,74	1.610,32	1.642,52	1.675,37	1.708,88

GOC: Grupo Ocupacional
 QTDE: Quantidade de Cargos
 C/H: Carga Horária Semanal

LEI COMPLEMENTAR Nº 188, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.**ANEXO II****AUXILIAR EDUCACIONAL**

Missão:

Conhecer o processo educacional e manter-se atualizado, colaborando com desenvolvimento administrativo, social, familiar e educacional dentro da Rede Pública de Ensino de Fraiburgo com o objetivo de participar e realizar atividades educacionais de lazer, higiene, segurança e saúde do educandos.

Responsabilidades:**A atuação poderá ser na Educação Infantil ou Ensino Fundamental:**

- Participar das atividades desenvolvidas pelo professor e equipe de trabalho em sala de aula, ou fora dela;
- Planejar ou executar atividades, de forma articulada com a Proposta Pedagógica da Unidade Escolar, objetivando a realização de seu trabalho;
- Tomar conhecimento dos planejamentos desenvolvidos pelos professores;
- Participar na elaboração e confecção de materiais didático-pedagógicos;
- Colaborar com a equipe pedagógica da escola, na organização e no preenchimento de documentos, da Unidade Escolar e dos alunos;
- Auxiliar o professor, no desenvolvimento de suas atividades, sejam estas realizadas no interior da Unidade Escolar, ou fora dela;
- Inteirar-se, entender e cumprir a proposta da Educação, da Rede Municipal de Fraiburgo, no que tange a suas funções;
- Participar do processo de integração da Unidade Educativa, família e comunidade;
- Conhecer o processo educacional, manter-se atualizado, através de leituras, formação continuada em serviço, seminários e outros eventos;
- Participar na elaboração, execução e avaliação de planos, programas e projetos na área educacional;
- Cooperar na execução do planejamento e dos programas referentes às atividades sociais da Unidade Escolar;
- Participar dos eventos promovidos ou indicados pela Secretaria Municipal da Educação ou da Unidade Escolar, que possam colaborar com o aperfeiçoamento do exercício profissional e outros eventos de caráter correlato;

- Colaborar nas atividades administrativas da Unidade Escolar, orientado pelo Diretor, Secretário ou profissional designado para tal função;
- Auxiliar na manutenção geral da disciplina;
- Colaborar na elaboração de relatórios e demais serviços de expediente;
- Auxiliar o professor no atendimento aos alunos no que tange os cuidados com saúde, higiene, alimentação, locomoção e lazer;
- Auxiliar os alunos com Necessidades Especiais no que tange os cuidados com saúde, higiene, alimentação, locomoção e lazer;
- Auxiliar o professor na elaboração e execução das atividades pedagógicas desenvolvidas para os alunos que apresentam Necessidades Especiais e ou tarefas afins;
- Atender as necessidades de Medicina, Higiene e Segurança do trabalho;
- Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
- Realizar outras atividades correlatas com a função.

Requisitos:

- **Formação:** Obrigatória Formação de Nível Médio ou Equivalente.
- Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

LEI COMPLEMENTAR Nº 188, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**ANEXO III****ANEXO XI-A****GRUPOS OCUPACIONAIS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME E DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI****GRUPO ESPECIALISTA**

Analista de Gestão Humana
Analista Executivo
Arquiteto
Assistente Social
Auditor Fiscal
Bibliotecário
Contador
Enfermeiro
Engenheiro Agrônomo
Engenheiro Civil
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
Farmacêutico
Farmacêutico Bioquímico
Fisioterapeuta
Fonoaudiólogo
Gestor Público Municipal
Jornalista
Médico
Médico de Saúde da Família
Médico Veterinário
Nutricionista
Odontólogo
Procurador
Psicólogo
Publicitário
Tecnólogo em Saneamento
Terapeuta Ocupacional
Tesoureiro

GRUPO TÉCNICO

Desenhista Técnico
Fiscal da Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental
Fiscal de Obras
Técnico Agrícola
Técnico em Contabilidade
Técnico em Enfermagem
Técnico em Higiene Dental
Técnico em Segurança do Trabalho
Topógrafo

GRUPO FUNCIONAL

Agente de Leitura e Inspeção
Assistente Administrativo
Assistente de Tecnologia da Informação
Monitor Social
Operador de ETA/ETE

GRUPO OPERACIONAL

Agente de Serviços Gerais
Agente Operacional
Auxiliar de Alimentação e Nutrição
Eletricista Automotivo
Guarda do Patrimônio Público
Instalador Hidráulico
Instrutor de Trabalhos Culturais
Instrutor de Trabalhos Manuais
Mecânico
Auxiliar Educacional
Motorista
Operador de Máquinas
Operador de Trator de Pneu
Zelador de Patrimônio

Frei Rogério

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 870/2016 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 870/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, cujo objetivo é o atendimento, em suas dependências, dos alunos que forem encaminhados pelo Município, zelando deles com educação e dignidade.

Art. 2º. O valor total a ser repassado para a APAE será de R\$ 19.400 (dezenove mil e quatrocentos reais) anuais, pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 1.616,66 (um mil seiscentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos).

Art. 3º - O convênio terá vigência a partir de 01.01.2017 até 31.12.2017.

Art. 4º - As despesas necessárias para a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros à partir de 01 de janeiro de 2017.

Frei Rogério, 14 de dezembro de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 200/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 200/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
HELOYZE GASPAR DA SILVA NETTO
Candidato(a): 266312
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 12º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 12º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 201/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 201/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
CLAUDIA DOS PASSOS HARTWIG
Candidato(a): 244994
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 13º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 13º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 202/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 202/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
RANGEL RICARDO GARCIA MACIEL
Candidato(a): 248572
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 14º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A)

para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 14º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 203/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 203/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ANDRE LUIS DI CHIARA
Candidato(a): 242676
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 15º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 15º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 204/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 204/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
FELIPE MACHADO
Candidato(a): 247572
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 16º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 16º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 205/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 205/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ANTONIO DE ROCCHI SAMPAIO JUNIOR
Candidato(a): 236538
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 17º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 17º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 206/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 206/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
CAROLINA CORREIA SELMO
Candidato(a): 249977
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 18º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 18º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 207/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 207/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
PATRICIA DE TOLEDO RAMOS
Candidato(a): 257175
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H
Classificação: 7º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 7º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 208/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 208/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
CAMILA OSTERMANN DOS SANTOS
Candidato(a): 243532
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H
Classificação: 8º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 8º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 209/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 209/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
AMANDA CRISTINA NORONHA GERCHEVSKI
Candidato(a): 249014
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 21º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 21º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 210/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 210/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ANGELITA MARA PEIXOTO MOMM
Candidato(a): 263880
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 22º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 22º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 211/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 211/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
CLAUDIA PIRES BENTO LOBO
Candidato(a): 258403
Cargo: PROFESSOR ARTES 40H
Classificação: 9º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR ARTES 40H, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 9º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 212/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 212/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
NATALIA MACHADO ROCHA LUIZ
Candidato(a): 247066
Cargo: MERENDEIRA
Classificação: 17º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 17º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 213/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 213/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
THOMAS TEIXEIRA FIRDRYSZEWSKI
Candidato(a): 249783
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 9º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 9º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 214/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 214/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JAISON ELIO PEREIRA
Candidato(a): 244945
Cargo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS
Classificação: 3º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 3º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 215/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 215/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
SILVIA ALVES FLOR
Candidato(a): 243787
Cargo: SERVENTE
Classificação: 22º LUGAR

Garopaba, 14 de novembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 22º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 216/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 216/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MATEUS HILGERT JARA
Candidato(a): 256338
Cargo: SERVENTE
Classificação: 11º LUGAR

Garopaba, 14 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 11º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 217/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 217/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
KELEN DA ROSA RAMOS
Candidato(a): 250858
Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Classificação: 16º LUGAR

Garopaba, 14 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de TÉCNICO DE ENFERMAGEM para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 16º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 218/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 218/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
RODRIGO RENNO MARTINS TOLEDO
Candidato(a): 267027
Cargo: MÉDICO EMERGENCISTA
Classificação: 9º LUGAR

Garopaba, 14 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MÉDICO EMERGENCISTA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 9º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 219/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 219/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ALESSANDRO JUNQUEIRA
Candidato(a): 242279
Cargo: MÉDICO EMERGENCISTA
Classificação: 10º LUGAR

Garopaba, 14 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MÉDICO EMERGENCISTA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 10º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 220/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 220/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
NIDIA MARIA CORREIA
Candidato(a): 258603
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 23º LUGAR

Garopaba, 15 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 23º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 221/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 221/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
IARA SANTOS
Candidato(a): 244627
Cargo: SERVENTE
Classificação: 23º LUGAR

Garopaba, 15 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 23º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 222/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 222/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JOELMA VIEIRA
Candidato(a): 261258
Cargo: SERVENTE
Classificação: 24º LUGAR

Garopaba, 15 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 24º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 223/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 223/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

LEONARDO MOREIRA LIMA

Candidato(a): 261405

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Classificação: 3º LUGAR

Garopaba, 15 de dezembro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MÉDICO VETERINÁRIO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 3º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 224/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 224/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

THAIS GRADOWSKI DE FIGUEIREDO

Candidato(a): 247871

Cargo: ENFERMEIRO

Classificação: 7º LUGAR

Garopaba, 15 de dezembro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de ENFERMEIRO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 7º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 225/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 225/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

MAURO SERGIO ALVES LOPES

Candidato(a): 238130

Cargo: ELETRICISTA

Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 15 de dezembro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de ELETRICISTA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 217/2016

DECRETO N.º 217, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 74.281,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 74.281,00 (setenta e quatro mil e duzentos e oitenta e um real), no Orçamento vigente:

04.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	10.892,00
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIRO	10.892,00
0618292.009 - Func. E Manutenção do Funrebom	10.892,00
3.3.90.0.1.24.001070 - Aplicações Diretas	10.700,00
4.4.90.0.1.24.001070 - Aplicações Diretas	192,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	23.389,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	23.389,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	23.389,00
4.4.90.0.1.29.001068 - Aplicações Diretas	23.389,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	30.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	30.000,00
3.3.90.0.1.00.00000 - Aplicações Diretas	30.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	10.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 74.281,00 (setenta e quatro mil e duzentos e oitenta e um real), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DOS CANDIDATOS DO EDITAL Nº. 003/2016 DE PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO as inscrições deferidas e indeferidas dos candidatos do Edital nº 003/2016 de Processo Seletivo, conforme segue:

1. Ficam DEFERIDAS as inscrições constantes no anexo I.
2. Os candidatos que estão sinalizados em vermelho no anexo I, devem retificar as informações até a data da prova, sob pena de indeferimento.

Garopaba, 14 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO ARAÚJO

Prefeito Municipal

ANEXO I
INSCRIÇÕES DEFERIDAS

inscrição	Candidato	Data Nasc	Cargo	Período Prova	Status Insc- ção
83	Diego André Diedrich	14/03/1984	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
63	Eduardo da Cunha Ocampo Moré	25/06/1992	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
29	Eliza Guimarães Lino Filha	27/10/1997	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
51	Emerson Ronaldo Klava	09/11/1973	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
7	Emerson Rosário de Campos	15/12/1994	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
76	Enia Aparecida Gracia Bernardo	21/09/1964	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
74	Gabriela Caetano Silvério	13/12/1990	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
28	Hermes Henrique Santos Rodrigues	19/04/1963	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
50	Jeferson Marcelino	22/10/1998	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
22	Jhontierry Cargnin de Souza	15/10/1994	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
13	João Carlos da Silva	09/10/1970	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
23	José Ailton Rodrigues de Silva	20/03/1950	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
84	Lucas de Souza Lima	15/02/1993	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
9	Luiz Gonzaga Lourenço	17/08/1964	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
61	Luiz Octavio Bueno de Carvalho	07/05/1977	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
48	Márcio Batista Pires	01/09/1977	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
37	Márcio Bonifácio dos Passos	02/10/1982	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
25	Marcus Vinicius de Souza Machado	19/09/1983	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
8	Maycon dos Santos	12/01/1999	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
86	Reinaldo Felix	10/04/1961	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
71	Rochele Rhoden Maldonado	11/04/1973	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
5	Ronaldo Vieira de Oliveira	02/02/1994	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
64	Wagner Goulart Bonorino	05/11/1965	Agente de Fiscalização	Matutino	Deferida
11	Abílio Gonçalves Filho	27/04/1978	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
82	Adão de Souza	03/10/1957	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
17	Aducio Inacio Vieira	22/04/1950	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
6	Agenor Acácio da Cruz Junior	23/10/1994	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
58	Ailton Gonçalves Sebastião	20/03/1963	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
32	Amilton de Araújo	17/05/1959	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
90	Antonio Pedro de Souza	16/06/1946	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
24	Bento da Rosa	11/04/1973	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
1	Caio Ernesto de Souza Passos	07/12/1957	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
88	Candido do Nascimento	25/04/1961	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
10	Carlos Alberto Abreu da Silva	02/10/1966	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
55	Claudio Gonçalves Sebastião	08/04/1971	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
4	Edemir Torquato	03/04/1965	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
45	Edson Melo de Aguiar	19/09/1967	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
12	Indalecio Carlsem	15/05/1953	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
35	Iris Teixeira Gonçalves	19/09/1966	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
3	João de Amorim	07/07/1967	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
14	João Vieira Lourenço	02/03/1966	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
21	João Vitor Teixeira de Campos	23/10/1997	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
2	José Carlsen	09/10/1955	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
85	Leandro dos Santos Ribeiro	02/02/1983	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
81	Manoel Constante	07/12/1958	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
80	Marcos Loch Vieira	27/02/1997	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
46	Maria Celia Semeão Pinheiro	16/01/1971	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida

62	Maria de Amorim Botelho Mendes	23/11/1984	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
67	Maria Laura Martins	02/07/1955	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
59	Mercedes Batista Cardoso	09/03/1954	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
36	Nilton Ferreira	17/04/1961	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
89	Nivaldo José da Silva	06/11/1962	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
20	Osmar Gonçalves Sebastião	18/11/1961	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
18	Osvaldo de Souza	05/08/1954	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
34	Pertonilio Estácio	16/09/1945	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
33	Ricardo José Cardoso	17/03/1985	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
53	Rosa Maria Furtado Scheidt	26/04/1974	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
16	Samir de Araujo	15/05/1962	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
65	Volnei de Souza	11/07/1955	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino	Deferida
75	Pâmela Paula Aureli	30/08/1982	Professor Licenciatura – 20H	Matutino	Deferida
19	Graciela Ciochetta	24/06/1971	Professor Licenciatura – 40H	Matutino	Deferida
44	Adriana Regina Tomé	08/04/1969	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
69	Angélica de Amorim Constante	20/04/1989	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
31	Aniele dos Santos Abreu	11/04/1983	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
49	Bruna Joana David	22/03/1990	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
77	Cirlene da Silva Flor	23/09/1978	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
41	Felipe de Paula Dias	21/07/1990	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
54	Joseane Araujo do Nascimento	22/06/1969	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
52	Leandra Carine da Costa	09/08/1980	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
79	Liliane Gomez Wasem	14/08/1968	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
60	Maria Cristina Cândido da Silva	11/04/1969	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
26	Maria Inês Ferreira Martins	10/11/1976	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
78	Milena de Oliveira Xavier	22/05/1998	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
56	Nathália de Oliveira Santos	09/02/1988	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
57	Otília Darci Rodrigues Stefen	31/08/1977	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
40	Sara Cabral	11/03/1986	Professor com Habilitação (20h)	Matutino	Deferida
43	Adirleia Sousa da Silva	31/12/1972	Professor com Habilitação (40h)	Matutino	Deferida
68	Cristiane Abreu dos Santos	28/10/1971	Professor com Habilitação (40h)	Matutino	Deferida
42	Darllon Aldeir Paez	22/10/1988	Professor com Habilitação (40h)	Matutino	Deferida
27	Gabriela Mandelli Barbelotto	05/12/1985	Professor com Habilitação (40h)	Matutino	Deferida
73	Gislaine Nair Vieira	08/03/1981	Professor com Habilitação (40h)	Matutino	Deferida
47	Joyce Grazielle Kwiatkowski	23/03/1982	Professor com Habilitação (40h)	Matutino	Deferida
30	Maria Madalena Ponciano Torres	10/05/1988	Professor com Habilitação (40h)	Matutino	Deferida
38	Simone Menezes Dias Nascimento	31/08/1979	Professor com Habilitação (40h)	Matutino	Deferida
15	Taís Minae Gomes Massuda	15/10/1981	Professor com Habilitação (40h)	Matutino	Deferida
72	Taise Baciquet da Silva	23/11/1975	Professor com Habilitação (40h)	Matutino	Deferida
87	Teresa Campos de Quadros	05/07/1962	Professor com Habilitação (40h)	Matutino	Deferida
70	Vanessa Souza	29/04/1984	Professor com Habilitação (40h)	Matutino	Deferida
66	Andréia Quintanilha Lopes	16/10/1977	Professor com Habilitação	Matutino	Deferida
39	Franciely Silveira de Assis	01/06/1990	Professor com Habilitação	Matutino	Deferida

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 183/2016

DECRETO N.º183 de 13 de dezembro de 2016.

“Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do processo administrativo n. 1296/2016 e tendo em vista a aprovação exarada pelo Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o plano de Loteamento "BOULEVARD GARDEN I", com área total de 334.857,32 m², sendo constituído por 468 lotes, localizado à Estrada São João Abaixo s/n, São João Abaixo, nesta Cidade e Comarca de Garuva, referente ao imóvel registrado sob a matrícula n. 2936 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Garuva, de propriedade da empresa B&GSS Incorporadora de Bens Ltda, inscrita no CNPJ. n. 21.005.545/0001-60, localizada na Rua Eugênio Avanci, n. 401, Centro, Garuva – SC, representados pelos sócios proprietários, Liuton Luiz Severiano, Alison Gava e Rui Harto Schuck, todos residentes e domiciliados na cidade de Garuva – SC, distribuído da seguinte maneira:

I – 334.857,32 m² de área total;

II – 269.027,10 m² (100%) de área loteável;

III – 154.737,61 m² (57,52%) da área loteável destinada aos lotes;

IV – 61.832,44 m² (22,98%) da área loteável destinada ao sistema viário

V – 29.626,07 m² (11,01%) da área loteável destinada à área comunitária e equipamentos públicos do Município;

VI – 22.830,98 m² (8,49%) da área loteável destinada área verde.

Art. 2º - As características dos lotes e quadras do Loteamento "BOULEVARD GARDEN I" são as constantes do memorial descritivo, anexado ao processo administrativo nº 1296/2016.

Art. 3º - A partir da data do registro do Loteamento no cartório de Registro de Imóveis, todas as áreas destinadas a arruamento e área comunitária, passarão a integrar o domínio e patrimônio do Município, conforme preceitua o artigo 22 da Lei Federal 6.766 de 19/12/79.

Art. 4º - O Loteamento ora aprovado deve ser registrado na circunscrição imobiliária do Município e Comarca de Garuva, em consonância com o disposto no artigo 18, da Lei 6766/79, dentro de prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação desse Decreto, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º - Os alvarás para edificação somente serão concedidos, após o registro do Loteamento, na forma determinada pelo artigo 4º deste Decreto, cumpridas as disposições do Termo de Compromisso e Plano de Execução de Obras, anexos a este Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO E PLANO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

O MUNICÍPIO DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal JOSÉ CHAVES, doravante denominado somente PREFEITURA e de outro lado a empresa proprietária B&GSS Incorporadora de Bens Ltda, inscrita no

CNPJ. n. 21.005.545/0001-60, com sede na Rua Eugenio Avancini, n. 401, Bairro Centro, na cidade de Garuva – SC, neste ato representado pelos sócios administradores LIUTON LUIZ SEVERIANO, brasileiro, divorciado, escrevente notarial, portador da carteira de identidade n. 3.132.407-0-SSP/SC, e CPF. n. 048.152.669-21, residentes e domiciliados na Rua Santa Catarina, n. 345, Bairro Jardim Garuva, na Cidade de Garuva – SC; ALISON GAVA, brasileiro, solteiro, corretor de imóveis, portador da carteira de identidade n. 3.004.140-SSP/SC, e CPF. 001.239.579-07, residentes e domiciliados na Rua Rui Barbosa, n. 1265, Bairro Centro, na Cidade de Garuva – SC; e RUI HARTO SCHUCK, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade n. 703.252-SSP/SC, e CPF. n. 244.682.581-87, residente e domiciliado na Rodovia BR 101, s/n., Bairro Divisa, na Cidade de Garuva – SC, doravante denominado LOTEADORA, de comum acordo assinam o Termo de Acordo, formulado conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A LOTEADORA se compromete, a executar as obras de infraestrutura no Loteamento "BOULEVARD GARDEN I", localizado à Estrada São João Abaixo, s/n, São João Abaixo, nesta Cidade de Garuva - SC, sob a matrícula nº 2936 do cartório de registro de imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Garuva, com área total de 334.857,32 metros quadrados, cuja infraestrutura corresponde a implantação sem ônus para a Prefeitura, das obras exigidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal, no prazo fixado no cronograma contido processo de aprovação e transcrito simplificadaamente na Cláusula Quinta.

Parágrafo Único - No caso de execução dos serviços pela Prefeitura, a Loteadora pagará os custos das obras e serviços, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial do débito.

a) A Loteadora se compromete a executar as obras a seguir enumeradas:

- 1 - Abertura das vias de circulação, com o respectivo marcos de alinhamento;
- 2 - Demarcação dos Lotes e Quadras;
- 3 - Drenagem, aterros e bueiros que se fizerem necessário, conforme projetos aprovados.
- 4 - Implantação da rede de distribuição de energia elétrica com iluminação pública;
- 5 - Rede de distribuição de água potável;
- 6 - Pavimentação e sinalização das vias de circulação.
- 7 - Paisagismo.

b) Do imóvel loteado restará distribuído nos seguintes quantitativos:

- 1 - Área dos lotes: 154.737,61 m²;
- 2 - Área das Ruas: 61.832,44 m²;
- 3 - Área destinada a equipamentos públicos (PMG): 29.626,07 m²;
- 4 - Área verde: 22.830,98 m²;

CLÁUSULA SEGUNDA - Os LOTEADORES darão em caução 128 (cento e vinte e oito) lotes, representado pelos lotes 1 à 32 das quadras E,F,H e I, do Loteamento "BOULEVARD GARDEN I".

§ 1º - O loteamento será executado em uma única etapa.

§ 2º - Executadas as obras, a pedido da LOTEADORA, a PREFEITURA deverá emitir certidão de que a infra-estrutura do loteamento se encontra devidamente implantada e liberar da caução de todos os lotes gravados em garantia do presente, emitindo o devido alvará de liberação de caução, dando assim por cumprida as obrigações assumidas neste termo pela LOTEADORA, nada mais tendo a realizar no respectivo loteamento.

§ 3º - Os lotes ora caucionados NÃO poderão ser comercializados,

antes da emissão do respectivo alvará de liberação da caução.

§ 4º - A LOTEADORA deverá formalizar no ato do registro do Loteamento a HIPOTECA DOS LOTES CAUCIONADOS em favor da PREFEITURA, fazendo constar no respectivo registro a promessa de execução das obrigações, e no caso de inadimplência, os mesmos serão processados por meio de execução fiscal;

CLAUSULA TERCEIRA - A LOTEADORA poderá dispor livremente dos lotes não caucionados, podendo, entretanto, outorgar a escritura pública de compra e venda somente dos lotes servidos de infra-estrutura total, ficando claro e entendido que a medida que os lotes forem recebendo as melhorias aqui previstas, poderão ser escriturados, devendo para tanto a LOTEADORA requerer à PREFEITURA a fiscalização "in loco" dos serviços executados. Depois de procedida a fiscalização, a PREFEITURA, através da expedição de certidão pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, ou órgão que venha a substituí-la, devidamente visada pelo CHEFE DO EXECUTIVO, liberará para escrituração os lotes beneficiados.

§ 1º - A LOTEADORA deverá facilitar a fiscalização permanente da PREFEITURA, durante a execução dos serviços. Fica a responsabilidade da PREFEITURA disponibilizar funcionário para a fiscalização, não correspondendo à falta de fiscal motivo suficiente para que a loteadora paralise as obras do loteamento.

§ 2º - Em se comprometendo a venda por meio de contrato particular de compra e venda, a LOTEADORA deverá identificar o nome e a situação do loteamento no momento da venda bem como delimitar e identificar, por meio de marcos, a parcela individualizada.

§ 3º - A LOTEADORA deverá, além das condições aqui contidas, observar as demais imposições legais, no que se refere aos procedimentos para comercialização das unidades autônomas.

CLAUSULA QUARTA - A LOTEADORA transferirá, mediante escritura pública de doação e sem qualquer ônus para o Município, a propriedade das áreas destinadas ao sistema de circulação, implantação de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público.

CLÁUSULA QUINTA - O Plano de Execução das obras do Loteamento obedecerá ao seguinte cronograma:

Terraplanagem total - 180 dias

Drenagem pluvial - 240 dias

Rede de esgoto - 270 dias

Rede de distribuição de água potável - 270 dias

Rede de distribuição de energia elétrica - 300 dias

Pavimentação - 330 dias

Sinalização Viária e paisagismo - 360 dias

Demarcação dos lotes - 360 dias.

CLÁUSULA SEXTA - Todas as obras de implantação do loteamento serão concluídas no prazo máximo de 730 dias (02 anos), sendo que o prazo para realização das obras de infra-estrutura, constantes neste termo de compromisso, começará a contar da data da aprovação do loteamento pela PREFEITURA com o respectivo Decreto de Aprovação.

CLÁUSULA SÉTIMA - A LOTEADORA obriga-se a executar todas as obras de infra-estrutura constantes no cronograma de obras aprovado pela Prefeitura, dentro do prazo de 2 (dois) anos improrrogáveis, sob pena de se assim não o fizer, sujeita-se, desde já a adjudicação dos lotes caucionados, em favor da Prefeitura Municipal de Garuva. Para o cumprimento do disposto nesta cláusula observar-se-á o contido no item b da cláusula primeira.

§ 1º - Se a PREFEITURA optar pela adjudicação dos lotes caucionados em garantia a execução das obras de infra-estrutura do loteamento, deverá ela realizar as obras garantidas pela caução.

§ 2º - Poderá a PREFEITURA, após findo o prazo de 02 anos para a loteadora executar as obras do loteamento, adjudicar os lotes caucionados e comercializá-los para cobrir os custos com a implantação da infra-estrutura, devendo o saldo remanescente, caso houver ser ressarcido à LOTEADORA.

§ 3º - Não sendo suficiente o valor de comercialização dos lotes para cobrir os custos de infra-estrutura a LOTEADORA fica obrigada a pagar a diferença.

§ 4º - Fica claro que o custo com a infra-estrutura não poderá exceder ao valor de comercialização dos lotes, podendo apenas ficar como saldo remanescente, devendo ainda, serem observadas as obras já executadas pela LOTEADORA no cálculo dos custos remanescentes.

CLÁUSULA OITAVA - Executadas as obras constantes do memorial descritivo aprovado pela Prefeitura, os lotes dados em caução, serão liberados mediante comunicado formal da PREFEITURA ao Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, onde o presente Instrumento de Compromisso de Garantia de Execução de Obras de Infra-Estrutura Urbana for levado à averbação, passando, na mesma ocasião, a ser comercializados por parte da LOTEADORA.

§ 1º - A constatação da conclusão das obras de infra-estrutura urbana acima mencionada será feita mediante inspeção que o setor competente da Prefeitura procederá, periodicamente para ao final, expedir certificado de conclusão das obras mencionadas.

§ 2º - Em caso de atraso na execução das obras de infra-estrutura urbana, acima mencionada, aludidas no cronograma de obras, a LOTEADORA será notificada formalmente para que dentro de 30 dias, complemente os serviços e, caso não o façam, a área será automaticamente revertida à Prefeitura, que intervirá para a regularização do empreendimento, obedecida as disposições aplicáveis e exigidos os direitos e deveres constantes das Leis Federal nº 6.766/79 e Lei Estadual 6063/82.

§ 3º - Verificando que a LOTEADORA executou as obras de infra-estrutura, a PREFEITURA expedirá certificado de conclusão dos trabalhos, ficando a LOTEADORA livre de qualquer solicitação futura no que se refere às referidas obras, incumbida a PREFEITURA de promover manutenção das mesmas, mediante sua intervenção direta ou das concessionárias dos serviços públicos.

CLÁUSULA NONA - Caso a PREFEITURA venha a realizar obras, poderá, ao invés de reverter para o seu patrimônio à área caucionada, cobrar o valor referido.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os LOTEADORES deverão submeter a registro imediato o Loteamento no Cartório de Registro de Imóvel. Se não registrado no prazo legal, revoga-se automaticamente a aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica desde já designado o Foro da Comarca de Garuva, para serem, discutidas todas as dúvidas oriundas deste instrumento, com renúncia aos demais.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias de igual teor e forma.

Garuva-SC, 13 de dezembro de 2016.

JOSÉ CHAVES Prefeito Municipal	LIUTON LUIZ SEVERIANO B&GSS Incorporadora de Bens Ltda Loteadora
ALISON GAVA B&GSS Incorporadora de Bens Ltda Loteadora	RUI HARTO SCHUCK B&GSS Incorporadora de Bens Ltda Loteadora

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO "BOULEVAR GARDEN I"

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, autoridade certificadora deste instrumento de aprovação do loteamento "BOULEVARD GARDEN I", que está localizado à Estrada São João Abaixo, s/n, São João Abaixo, zona urbana deste Município e Comarca de Garuva, sob a matrícula n.º 2936, Registro Geral de Imóveis da 1ª Circunscrição dessa Comarca de Garuva, de propriedade da empresa B&GSS Incorporadora de Bens Ltda, inscrita no CNPJ. 21.005.545/0001-60, certifica que o referido Loteamento foi devidamente aprovado pelo Decreto Municipal nº 183 de 13 de dezembro de 2016, com os seguintes objetivos que deverão ser levados a efeito:

- 1 - Registro do Termo de Acordo no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Garuva;
- 2 - Registro imediato do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis;
- 3 - Lavratura de Escritura Pública de Doação da área da PMG com 29.626,07 m² (11,01%); áreas das ruas com 61.832,44 m² (22,98%) e área verde com 22.830,98 metros quadrados (8,49%) , ao Município de Garuva;
- 4 - Lavratura da Escritura de Hipoteca das áreas postas como garantia pela execução;
- 5 - A comprovação das providências mencionadas nos itens 2, 3 e 4, será feita mediante Certidão do Cartório de Registro de Imóveis.

Garuva (SC), 13 de dezembro de 2016

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 182/2016

PORTARIA Nº. 182, de 13 de dezembro de 2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO CONFORME APOSENTADORIA DA SERVIDORA DEJANIRA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DO CARGO DE MONITOR DE CRECHE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. – Exonerar, por motivo de aposentadoria, a servidora DEJANIRA DA CONCEIÇÃO FERREIRA, portadora do RG 1 130 052 3 e CPF 419.414.039-72, do cargo de MONITOR DE CRECHE, nomeada através da portaria nº 012/1994 de 02 de janeiro de 1994.

Art. 2o. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 13 de dezembro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.267, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.267, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

REGULAMENTA A INSCRIÇÃO DE PERMISSIONÁRIOS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS POR TÁXI CUJAS DELEGAÇÕES DECORREM DE NORMAS ANTERIORES À LEI 3.707, DE 02 DE JUNHO DE 2016, NO CADASTRO MUNICIPAL DE CONDUTORES DE TÁXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Este Decreto estabelece normas quanto à inscrição de permissionários do serviço de transporte individual de passageiros cujas delegações decorrem da Lei Municipal nº 928, de 3 de dezembro de 1985; do Decreto nº 188, de 5 de dezembro de 1994; ou de demais normas anteriores a Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016.

Art. 2º No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Decreto, o Secretário de Administração e Gestão designará, através de Portaria, Comissão, composta por 3 (três) membros, que será responsável pela avaliação do preenchimento, por parte dos atuais permissionários, dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016 e por demais normas pertinentes à prestação do serviço de táxi.

Art. 3º No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da Portaria a que se refere o artigo 2º deste Decreto, os atuais permissionários deverão apresentar à Comissão pedido de inscrição no Cadastro Municipal de Condutores de Táxi, acompanhado de documentos comprobatórios do atendimento aos requisitos para a prestação do serviço.

Art. 4º A Comissão avaliará, no prazo 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do pedido e dos documentos dos permissionários, o preenchimento dos requisitos estabelecidos nas normas que disciplinam a prestação do serviço de táxi, em especial nos artigos 10, 12, 16, 19, 17, caput, e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016.

Art. 5º Cada pedido de inscrição no Cadastro Municipal de Condutores de Táxi será avaliado através de 1 (um) processo administrativo autuado e numerado.

Art. 6º A Comissão remeterá relatório ao Secretário de Administração e Gestão concluindo pela observância ou não, por parte dos permissionários, das normas que disciplinam a prestação do serviço de táxi.

§ 1º O Secretário de Administração e Gestão decidirá, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do relatório, acerca do deferimento do pedido de inscrição do permissionário no Cadastro Municipal de Condutores de Táxi.

§ 2º Somente serão deferidos pelo Secretário de Administração e Gestão pedidos de permissionários que preencham os requisitos

estabelecidos nas normas que disciplinam a prestação do serviço de táxi, em especial nos artigos 10, 12, 16, 19, 17, caput, e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016.

Art. 7º Não implicam nulidade do processo:

I - o envio do relatório da Comissão fora do prazo legal;
II - a decisão do Secretário de Administração e Gestão fora do prazo legal.

Art. 8º A Comissão e o Secretário de Administração e Gestão apurarão o histórico do pretendente e o eventual cometimento de ofensas graves aos princípios da administração e do serviço público, casos que resultarão em indeferimento do pedido, oportunizada a apresentação de defesa pelo permissionário.

Art. 9º Havendo a existência de vício sanável ao preenchimento dos requisitos, a Comissão exigirá que o permissionário, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente prova de sua resolução, sob pena de indeferimento de seu pedido.

Parágrafo único. Não se considera vício sanável aquele insuscetível de resolução, a exemplo da condenação criminal pelos delitos previstos no inciso IV da Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016 e a obtenção da permissão através de transação comercial.

Art. 10. Em caso de falecimento do permissionário, a transferência da permissão, em caráter transitório, até a expedição do inventário ou alvará de família, ocorrerá mediante a apresentação e aprovação dos seguintes documentos:

I - requerimento original da viúva solicitando a permissão para si ou para pessoa da família;
II - certidão de óbito do permissionário;
III - certidão de casamento ou declaração de união estável;
IV - registrado geral e cadastro de pessoa física, da viúva ou pessoa indicada; e
V - prova da abertura de processo para obtenção do inventário ou alvará de família.

§ 1º Em caso de transferência, em caráter transitório, o pretendente deve indicar os motoristas responsáveis pela condução do veículo no período, os quais deverão preencher os requisitos legais para tanto.

§ 2º Operando-se a transmissão da permissão aos herdeiros legítimos ou meeiros, com base no direito sucessório, em caso de falecimento ou invalidez permanente do titular, o pretendente deverá requerer sua inscrição na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, indicando os condutores auxiliares do veículo.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de dezembro de 2016.
Pedro Celso Zuchi
Prefeito de Gaspar

DECRETO Nº 7.268, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
DECRETO Nº 7.268, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

REGULAMENTA O PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES PRATICADAS POR PERMISSIONÁRIOS OU CONDUTORES AUXILIARES DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS POR TÁXI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este decreto regulamenta o processo administrativo destinado à apuração de infrações praticadas por permissionários do serviço de transporte individual de passageiros por táxi ou condutores auxiliares.

Art. 2º Constitui infração qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, praticada por permissionários ou condutores auxiliares, que importe em violação das normas jurídicas, nacionais ou municipais, pertinentes à exploração do serviço de táxi, e em especial, a inobservância:

- I - dos deveres estabelecidos no art. 23 da Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016;
- II - das condicionantes previstas no artigo 12 da Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016;
- III - das normas constantes no artigo 16, 17 e 19, caput, da Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016;
- III - das normas previstas no edital de licitação; e
- IV - dos princípios regentes da Administração Pública previstos no caput do artigo 37 da Constituição da República.

Art. 3º Consideram-se trajés inadequados para a prestação do serviço de táxi, sujeitando-se à penalização:

- I – roupas com propagandas partidárias;
- II - roupas com inscrições de conteúdo que incite o ódio, a intolerância, o racismo, a homofobia, a xenofobia ou qualquer forma de desrespeito à diversidade;
- III - roupas com inscrições com incitação ou apologia a crimes;
- IV- roupas com inscrições contrárias aos princípios e fundamentos da República Federativa do Brasil; e
- V - o não uso de camisa.

Parágrafo único. A Secretaria de Administração e Gestão poderá adotar padronização e uniformes, sem prejuízo do disposto neste artigo.

Art. 4º A denúncia ou notícia de prática de infração será objeto de apuração, sendo o servidor público investido na função de fiscalizar ou o competente pela administração do serviço de táxi, obrigado a tomar as medidas cabíveis para tanto, mediante processo administrativo.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 5º O processo administrativo destinado à apuração de infração será instaurado por Portaria do Secretário Municipal de Administração e Gestão, especificando os fatos, em tese, praticados pelo permissionário ou condutor auxiliar, bem como a norma possivelmente violada, e será instruído com:

- I - cópia do auto de infração, se houver;
- II - documentos que deram causa à instauração do processo; e
- III - demais elementos indispensáveis à apuração e julgamento do processo.

§ 1º O processo administrativo será conduzido por Comissão composta por 3 (três) servidores designados pelo Secretário de Administração e Gestão, que indicará, entre eles, o seu presidente.

§ 2º Não poderá participar de Comissão o servidor que possua parentesco, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, com o acusado, relação de amizade ou inimizade com este ou que de qualquer forma possua interesse na causa.

§ 3º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração Pública.

§ 4º As reuniões da Comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 6º O processo administrativo se desenvolverá nas seguintes fases:

- I - instauração, com a publicação da Portaria que constituir a Comissão;
- II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório; e
- III - julgamento.

Art. 7º É assegurado ao acusado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, bem como de produzir as provas admitidas pelo ordenamento jurídico, podendo ser denegados, no entanto, motivadamente, pedidos impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Art. 8º O permissionário ou condutor auxiliar será citado para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que deverá indicar as provas que pretende produzir.

Art. 9º Na fase do inquérito, a Comissão poderá promover tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 10. Após a produção de provas necessárias, o acusado será intimado para apresentar alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 11. Apreciada as alegações finais, a Comissão elaborará relatório conclusivo, resumindo as peças principais dos autos e ao final indicando:

- I - as provas em que se baseou para formar a sua convicção;
- II - o dispositivo legal ou regulamentar transgredido; e
- III - a sanção que recomenda ser aplicada.

Art. 12. O prazo para a conclusão do processo administrativo não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação da Portaria Instauradora, admitida a sua prorrogação por igual prazo, de forma justificada, se as circunstâncias o exigirem.

Art. 13. Concluído o relatório, a Comissão remeterá os autos do processo ao Diretor de Transporte Coletivo, que proferirá julgamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, não implicando nulidade do processo a decisão fora do prazo legal.

§ 1º O julgamento se baseará no relatório da Comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 2º O permissionário ou condutor auxiliar será notificado do resultado do julgamento, abrindo o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para interposição de recurso dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Gestão, sem efeito suspensivo.

CAPÍTULO III DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 14. As infrações administrativas serão punidas com as sanções elencadas no artigo 44 da Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016, que consistem em:

- I - advertência escrita para cessar imediatamente a ilegalidade ou irregularidade, sob pena de imposição de qualquer das demais penalidades;
- II – multa;
- III - suspensão das atividades por até 30 (trinta) dias ou até a correção da ilegalidade ou irregularidade, sob pena de rescisão do Contrato de Adesão e revogação da permissão; e
- IV - revogação da permissão e rescisão do Contrato de Adesão.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º As penalidades previstas no artigo 44 da Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016 não precisam obrigatoriamente ser aplicadas na sequência em que estão descritas, uma vez que entre elas não há qualquer hierarquia ou precedência de aplicação.

Art. 15. A aplicação das sanções administrativas deverá observar os seguintes critérios:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – os danos que da infração provierem aos usuários do serviço de táxi e à Administração Pública;
- III – os antecedentes do permissionário ou condutor auxiliar; e
- IV – a avaliação de agravantes e atenuantes.

Art. 16. Para fins de julgamento dos processos administrativos, entende-se como:

I - reincidência específica: prática de nova infração que contempla os mesmos enquadramentos legais, daquela anteriormente cometida e que transitou em julgado.

II - reincidência genérica: prática de nova infração que contempla enquadramentos legais distintos, daquela anteriormente cometida e que transitou em julgado.

Parágrafo único. Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da aplicação da sanção e aquela da prática posterior houver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos.

Art. 17. São circunstâncias agravantes da sanção administrativa:

- I – ter o agente se utilizado da permissão de serviço público para praticar qualquer outra ilicitude;
- II – ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
- II – ter o agente cometido a infração mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento; e
- III – ter o agente exposto a perigo a vida ou a incolumidade física de outrem.

Art. 18. São circunstâncias atenuantes da sanção administrativa:

- I – baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;
- II – colaboração com a fiscalização, explicitada por não oferecimento de resistência, livre acesso a provas e pronta apresentação de documentos solicitados;
- III – arrependimento do infrator, manifestado pela adoção espontânea e imediata de medidas para a correção, reparação ou limitação dos danos causados pela infração; e
- IV – confissão espontânea da autoria da infração.

SEÇÃO I DA ADVERTÊNCIA

Art. 19. A penalidade de advertência possui caráter residual e deverá ser aplicada para as infrações administrativas menos gravosas e menos nocivas aos usuários do serviço de táxi e à Administração, vedada sua aplicação isolada em caso de reincidência em qualquer infração.

Art. 20. A autoridade fiscalizadora deverá consignar prazo máximo de 30 (trinta) dias àquele que houver cometido infração sujeita à advertência, para a regularização da irregularidade ou ilegalidade, sempre que cabível, cujo descumprimento implicará na conversão da penalidade de advertência em multa e na imposição de qualquer das demais penalidades.

SEÇÃO II DA MULTA

Art. 21. A penalidade de multa será aplicada, isolada ou cumulativamente com as demais sanções, inclusive com a de advertência, em caso de inobservância das normas que disciplinam o serviço de táxi.

Art. 22. É conduta sujeita diretamente à aplicação de multa a condução de passageiros de táxi sem o porte do documento de licenciamento do veículo e da prestação do serviço.

Art. 23. O valor da pena de multa variará de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

§ 1º No caso da infração prevista no artigo 22 deste Decreto, o valor da multa será não inferior a R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

§ 2º No caso das infrações sujeitas à suspensão, poderá ser aplicada multa em valor não inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ 3º No caso das infrações sujeitas à revogação da permissão, poderá ser aplicada multa em valor não inferior a R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Art. 24. Para gradação da sanção pecuniária, a autoridade observará os seguintes parâmetros:

- I - capacidade econômica do infrator;
- II - gravidade da infração, considerando os motivos da infração e suas consequências para os usuários do serviço de táxi e para a Administração Pública;
- III – circunstâncias agravantes, de acordo com o art. 17; e
- IV – circunstâncias atenuantes, de acordo com o art. 18.

Art. 25. Os valores correspondentes às sanções aplicadas deverão ser recolhidos em favor do Município em qualquer agência bancária credenciada.

Art. 26. As multas ficam sujeitas à atualização monetária quando transcorrido o prazo de seu vencimento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos, conforme previsto em lei.

Art. 27. Caso não seja realizado o recolhimento da multa no prazo fixado, o processo administrativo deverá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança do Município.

Art. 28. Quando as medidas administrativas forem esgotadas e não restarem atendidas no processo de fiscalização, o Município ajuizará a competente ação judicial visando garantir o cumprimento das disposições legais.

SEÇÃO III DA SUSPENSÃO DA PERMISSÃO

Art. 29. São infrações sujeitas diretamente à suspensão da permissão por até 30 (trinta) dias ou até a correção da ilegalidade ou irregularidade, sob pena de rescisão do Contrato de Adesão e revogação da permissão, mas a estas não se limitando:

- I – o afastamento em caráter permanente, por parte do permissionário, da prestação pessoal do serviço de táxi;
- II – a inobservância dos deveres estabelecidos nos incisos III a V no art. 23 da Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016; e
- III – o emprego de veículo, na prestação do serviço, fora das normas constantes no artigo 16, 17 e 19, caput, da Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016.
- IV – a confiança de veículo, para prestação do serviço de táxi, a pessoa não cadastrada como condutor auxiliar.

Parágrafo único. Sujeitam-se ainda à suspensão da permissão a reincidência em infrações às normas que disciplinam o serviço de táxi.

SEÇÃO IV DA REVOGAÇÃO DA PERMISSÃO

Art. 30. São infrações sujeitas diretamente à revogação da permissão, mas a estas não se limitando:

- I – a assunção, por parte dos condutores auxiliares, da atividade no lugar dos permissionários;
- II – a perda definitiva de qualquer das condições de habilitação para prestação do serviço de táxi, a exemplo da condenação criminal pelos delitos previstos no inciso IV da Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016; e
- III – a inobservância reiterada dos deveres previstos no art. 23 da Lei nº 3.707, de 02 de junho de 2016.

CAPÍTULO IV DA PRESCRIÇÃO

Art. 31. Prescreve em 05 (cinco) anos a ação da Administração Pública objetivando apurar a prática de infrações às normas da prestação do serviço de táxi, contados da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.

§ 1º Considera-se iniciada a ação de apuração de infração pela Administração Pública com a lavratura do auto de infração ou com a publicação da Portaria que instaura o processo administrativo.

§ 2º Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração ou processo administrativo paralisado por mais de 02 (dois) anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação.

§ 3º Quando o fato objeto da infração também constituir crime, a prescrição de que trata o caput deste artigo reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

Art. 32. Interrompe-se a prescrição:

- I - pelo recebimento do auto de infração ou pela cientificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital;
- II - por qualquer ato inequívoco da Administração que importe apuração do fato; e
- III - pela decisão condenatória recorrível.

Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da Administração, para o efeito do disposto no inciso II, aqueles que impliquem instrução do processo.

CAPÍTULO V DA DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 33. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de dezembro de 2016.
Pedro Celso Zuchi
Prefeito de Gaspar

DECRETO Nº 7.269, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016 DECRETO Nº 7.269, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 2 (dois) anos, contados do dia 18 de dezembro de 2016, o prazo de validade do Concurso Municipal nº 01/2014, destinado ao provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Município de Gaspar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de dezembro de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.269, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016 DECRETO Nº 7.269, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 2 (dois) anos, contados do dia 18 de dezembro de 2016, o prazo de validade do Concurso Municipal nº 01/2014, destinado ao provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Município de Gaspar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de dezembro de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.270, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.270, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

REVOGA O DECRETO Nº 6.365, DE 15 DE ABRIL DE 2015, QUE CONCEDE GRATUITAMENTE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA EM FAVOR DA EMPRESA MÓDULO STEEL ESTRUTURAS METÁLICAS - EIRELI ME.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e considerando que a Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, conforme súmula 473 do Supremo Tribunal Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 6.365, de 15 de abril de 2015, que concede gratuitamente direito real de uso de área pública em favor da empresa Módulo Steel Estruturas Metálicas - Eireli Me, diante da constatação de violação dos arts. 6º, 7º e 8º, da Lei Municipal nº 2.944, de 03 de dezembro de 2007 e do art. 5º, § 1º, inciso II, do Decreto nº 2.905, de 28 de agosto de 2008, conforme recomendação da Comissão designada pela Portaria nº 3.960, de 16 de fevereiro de 2016 para condução do processo administrativo nº 001/2016.

Art. 2º Fica concedido à Módulo Steel Estruturas Metálicas - Eireli Me o prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias para desocupar o imóvel, a contar da publicação deste ato administrativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi
Prefeito de Gaspar

INEXIGIBILIDADE Nº 258/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº258/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores e/ou funcionários do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADO: • Empresa Transporte Coletivo de Itajaí (84.290.329/0001-24), com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 13 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 259/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº259/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores e/ou funcionários do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADO: • Santa Teresinha Transportes e Turismo LTDA (82.988.858/0001-70) com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 5.500,00 (cinco mil, e quinhentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 28 de Janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 260/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº260/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores e/ou funcionários do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADO: Auto Viação Rainha LTDA (84.228.782/0001-00), com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 13 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 261/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº261/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores e/ou funcionários do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADO: • Reunidas Transporte Coletivos (83.054.395/0001-32), com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 13 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 262/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº262/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores e/ou funcionários do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADO: • VIAÇÃO PIRACICABANA S.A (54.360.523/0047-87), com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 14 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 263/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº263/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores e/ou funcionários do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADO: • Auto Viação Catarinense LTDA (82.647.884/0004-88), com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 14 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 264/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº264/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores e/ou funcionários do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADO: • Viação Verde Vale LTDA (83.131.995/0001-57); com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).. BASE LEGAL:

Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.
Gaspar (SC), 14 de dezembro de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 265/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade nº 265/2016

OBJETO: Contratação da empresa de transporte coletivo atuante no Município de Gaspar, para o fornecimento de vales-transportes para servidores e/ou funcionários lotados na Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADO: ANDRÉ MURCHESCKI – COLETIVO CATURANI (CNPJ nº 13.679.560/0001-66). Valor Total Julgado: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). BASE LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 14 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 266/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº266/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores e/ou funcionários do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADO: • Nosso Sistema de Ônibus Brusque (11.516.898/0001-71) com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 3.500,00 (três mil, e quinhentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 14 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

PORTARIA Nº 5.082, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.082, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR M.A.N. DE S.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal e aos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal n. 1.305 de 09 de outubro de 1991, Considerando o teor do memorando nº 713/2016 do Diretor Geral de Fiscalização de Posturas, e demais documentos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor M.A.N. de S., matrícula 2563, ocupante do cargo de Escriturário, pelos fatos, em tese de ter praticado conduta irregular na emissão de Alvará supostamente falso, para a instalação de energia elétrica, água potável e esgoto para edificação localizada na Rua Martin Longen, nº 185, bairro Belchior Central, datado de 26 de outubro de 2016, sem numeração, e sem número de protocolo de atendimento. De acordo com a denúncia, um suposto engenheiro teria intermediado a obtenção do documento e cobrado a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) do solicitante em troca da obtenção do alvará.

Art. 2º O Processo Administrativo Disciplinar será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas servidoras Dulcinéia Santos, Mari

Janete Voigt Paim da Silva e Maraisa Zimmermann, sob a presidência da primeira.

Art. 3º Caso comprovadas as ocorrências dos fatos denunciados, estará o servidor sujeito à penalização, com fundamento no artigo 146, incisos III e IX, artigo 147, inciso IX, e artigo 162, incisos I e IV, todos da Lei Municipal n. 1.305 de 09 de outubro de 1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º As servidoras designadas para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5.087, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.087, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR RESPONSABILIDADE DE EMPRESA POR INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO SAF Nº 56/2016.

SOLY WALTRICK ANTUNES FILHO, Secretário Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 73, da Lei Orgânica do Município, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o teor do memorando 679/2016, da Engenharia Civil do Município, bem como os ofícios de notificação nº 331/2016, 353/2016, 458/2016 e 546/2016, que ficam fazendo parte integrante desta Portaria;

CONSIDERANDO que os fatos abaixo narrados, em tese, são passíveis de aplicação de penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e que somente podem ser aplicadas em decorrência de processo administrativo autônomo, no qual se garanta a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade, da eficiência e da motivação, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo administrativo em desfavor da empresa licitante C.T., com sede na Rua Paulo Zimmermann, nº 93, Apto 202, Sala 01, Bairro Centro, na cidade de Blumenau, conforme os motivos de fato e de direito a seguir delineados.

RESUMO DOS FATOS:

Art. 2º Depreende-se dos documentos acostados a esta Portaria que a empresa C.T. teria, em tese, paralisado a obra referente ao contrato SAF nº 56/2016 (drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Amádio Beduschi – Trecho 2) sem justificativa plausível, ferindo, além da Lei nº 8.666/1993, a Cláusula Quarta do contrato – item 4.1.3, e acarretando prejuízo ao cronograma físico-financeiro, Cláusula 15.4 do contrato. De acordo com engenheira do Município, em 24 de novembro de 2016 a obra encontrava-se com apenas 32,90% dos serviços concluídos, e os serviços estavam paralisados a 02 (dois) dias.

CAPITULAÇÃO LEGAL

Art. 3º Caso comprovados os fatos denunciados, em tese, estará

a empresa C.T. e seu responsável Técnico, conforme a gravidade, sujeitos às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e na Cláusula Doze do Contrato nº SAF Nº 56/2016 (itens 12.1 a 12.8).

PROVIDÊNCIAS

Art. 4º O processo administrativo será conduzido por Comissão composta pelas servidoras Dulcinéia Santos, Mari Janete Voigt Paim da Silva e pelo servidor Edmundo de Jesus Araújo Junior, sob a presidência da primeira.

Art. 5º A Comissão ora constituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, se as circunstâncias o exigirem.

Gaspar, em 08 de dezembro de 2016.

SOLY WALTRICK ANTUNES FILHO

Secretário de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil

PORTARIA Nº 5.091, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.091, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE EX-SERVIDOR DO MUNICÍPIO POR DESÍDIA E INÉRCIA NA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº. 1.305, de 11 de outubro de 1991, conforme memorando nº 619/2016, de origem da Procuradoria-Geral do Município,

RESOLVE

Art. 1º Fica instaurado processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade do ex-servidor M. W. da. C. M. por desídia e inércia na representação judicial dos interesses do Município de Gaspar na Ação Civil Pública nº 025.07.004839-2, a qual foi promovida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina em face do ente público no ano de 2007. Em 16 de novembro de 2009, o Município de Gaspar foi condenado ao pagamento de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento de sentença que determinou, dentre outras medidas, que em quarenta e cinco dias fossem matriculadas, na rede municipal de ensino, conveniada ou contratada na rede privada, todas as crianças que se encontravam na lista de espera por uma vaga em creche ou pré-escola. O então servidor, no entanto, deixou de recorrer da sentença. Igualmente, não recorreu da decisão de segunda instância que confirmou a sentença em reexame (acórdão), que data de 1º de junho de 2011. Ao assim proceder, o ex-servidor teria, em tese, violado o dever funcional de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, bem como procedido de forma desidiosa. O processo encontra-se atualmente em fase de execução e a conduta poderá gerar prejuízo ao erário.

Art. 2º. O processo administrativo disciplinar será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas servidoras Dulcinéia Santos, Mari Janete Voigt Paim da Silva e Maraisa Zimmermann, sob a presidência da primeira.

Art. 3º Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará o servidor sujeito à penalização, com fundamento no inciso I do artigo 146, no inciso XIV do artigo 147, e incisos X e XIII do artigo

162, todos da Lei nº. 1.305, de 11 de outubro de 1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º As servidoras designadas para participar da Comissão ficam dispensadas de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito de Gaspar

PORTARIA Nº 5.092, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.092, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR SUPOSTOS DANOS E/OU ALTERAÇÕES EM MOTOCICLETA DE PROPRIEDADE DA DIRETORIA-GERAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, com fundamento nos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando o teor do memorando n. 081/2016 da Diretoria-Geral de Trânsito - Ditrân, e de demais documentos que ficam fazendo parte integrante desta portaria,

RESOLVE

Art. 1º Fica instaurada sindicância para apurar a responsabilidade por supostos danos e/ou alterações em motocicleta (Honda/CBX 250 Twister, placa MCR 0934) de propriedade da Diretoria-Geral de Trânsito do Município de Gaspar.

Art. 2º A sindicância será conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas servidoras Dulcinéia Santos, Mari Janete Voigt Paim da Silva e Maraisa Zimmermann, sob a presidência da primeira.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º As servidoras designadas para participar da Comissão ficam dispensadas de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito

PORTARIA Nº 5.093, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.093, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR SUPOSTO EXTRAVIO DE APARELHO CD DE VEÍCULO DE PROPRIEDADE DA DIRETORIA-GERAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, com fundamento nos artigos 173 e seguintes da Lei

Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando o teor do memorando n. 462/2016 da Diretoria de Recursos Humanos, da manifestação nº 115/2016 e de demais documentos que ficam fazendo parte integrante desta portaria,

RESOLVE

Art. 1º Fica instaurada sindicância para apurar a responsabilidade por suposto extravio de aparelho CD instalado de fábrica de veículo (GM/Astra Sedan Advantage, placa MGY 7326) de propriedade da Diretoria-Geral de Trânsito do Município de Gaspar.

Art. 2º A sindicância será conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas servidoras Dulcinéia Santos, Mari Janete Voigt Paim da Silva e Maraisa Zimmermann, sob a presidência da primeira.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º As servidoras designadas para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito

PORTARIA Nº 5.095, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.095, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVO DA PORTARIA Nº 5.094, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Altera o Artigo 2º da Portaria nº 5.094, de 13 de dezembro de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 09 de dezembro de 2016."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 48/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 048/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do Tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO-DE-OBRA.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/12/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 27/12/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernador-celsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 13 de Dezembro de 2016.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 49/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 049/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do Tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/12/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 27/12/2016 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernador-celsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 13 de Dezembro de 2016.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 50/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 050/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do Tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, INCLUINDO MATERIAIS, CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/12/2016 até às 17h30min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 27/12/2016 às 18h00min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernador-celsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 13 de Dezembro de 2016.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 082/2016 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000082/16 de 13 de Dezembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(242)4.4.90.00.00.00.00.2.013-0207 - Aplicacoes Diretas 500,00

Total Suplementação: 500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(065)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0207 - Aplicacoes Diretas 500,00

Total Anulação: 500,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 13 de Dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 13 de Dezembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 009/2016

DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 009/2016

Amilton Ascari, chefe do Poder Executivo Municipal, determina que o Setor de Contabilidade efetue o desbloqueio de limitação de empenhos da seguinte dotação orçamentária, nos termos do Decreto Municipal n.º 19/2016:

11.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
11.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
0.001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA		
3.2.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	61,71
4.6.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	11.127,13

Justificativa: Empenho da última parcela de amortização de encargos da operação de crédito contraída com a Caixa Econômica Federal.

Grão-Pará, 14 de dezembro de 2016

AMILTON ASCARI

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR N 25/2016

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 25/2016

(De 14 de dezembro de 2016)

“EXPANDE OS LIMITES DO PERÍMETRO URBANO SITUADO EM ILHA GRANDE NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, e dá outras providências”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica expandido o Perímetro Urbano na Localidade de Ilha Grande, Município de Grão-Pará/SC, com a área total de 81.246,78m² (oitenta e um mil, duzentos e quarenta e seis metros e setenta e oito centímetros quadrados), devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte, sob matrículas nº 25.761, nº 24.460 e nº 25.540, situado na localidade de Ilha Grande, na Rodovia Estadual SC 370, s/n, conforme Planta Georreferenciada em anexo.

Art. 2º. A área de que trata o caput do artigo anterior apresenta limites e confrontações, conforme adiante descritos.

Parágrafo Único. Matrícula: 24.540 Livro 2-CK - Um terreno Rural situado em Rio Pequeno, no município de Grão-Pará, com área de 27.082,26 m² (vinte e sete mil oitenta e dois metros e vinte e seis decímetros quadrados com as seguintes confrontações: AO NORTE: com terras de Agenor Heidemann Margotti, ora escrituradas a Olímpia Heidemann Margotti; ao SUL: com terras de Agenor Heidemann Margotti, ora escriturada a Salesio Heidemann Margotti, ao LESTE: com o Rio Pequeno e ao OESTE: com terras de Osvalda Back. Matrícula: 25.761 Livro 2-CR - Um terreno Rural situado na Localidade de Ilha Grande, no município de Grão-Pará, com área de 27.082,29 m² (vinte e sete mil, oitenta e dois metros vinte e nove decímetros quadrados) com as seguintes confrontações: ao NORTE: com o Rio Pequeno, ao SUL: com terras de Olímpia Heidemann Margotti; ao LESTE: com o Rio Pequeno; e ao OESTE: com terras Osvalda Back. Matrícula: 24.460 Livro 2-CJ - Um terreno Rural situado em Rio Pequeno, no município de Grão-Pará, com área de 27.082,26 m² (vinte e sete mil, oitenta e dois metros e vinte e seis decímetros quadrados, com as seguintes confrontações: AO NORTE: com área remanescente de Agenor Heidemann Margotti; ao SUL: com área remanescente de Agenor Heidemann Margotti, ora escriturada a Carmelita Heidemann Margotti; ao LESTE: com o Rio Pequeno; e ao OESTE: com terras de Osvalda Back.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 14 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 2.057/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.057/2016

(De 14 de dezembro de 2016)

“INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE GRÃO-PARÁ REFIS/GRÃO-PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – REFIS/GRÃO-PARÁ, destinado a promover a regularização dos créditos do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, com fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2016, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º. O Ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – REFIS/GRÃO-PARÁ dar-se-á por opção do sujeito passivo, mediante o qual fará opção ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta Lei.

§ 1º. O Ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – REFIS/GRÃO-PARÁ implica inclusão da totalidade dos débitos inscritos em dívida ativa, mencionado no art. 1º, de responsabilidade do optante.

§ 2º. A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – REFIS/GRÃO-PARÁ deverá ser formalizada de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, mediante requerimento, perante o Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reduzir a multa e os juros dos créditos tributários, de acordo com os critérios abaixo apresentados.

I – Redução de 90% (noventa por cento) das multas e dos juros, para pagamento em até 05 (cinco) parcelas iguais e fixas, vencível a 1ª parcela no último dia útil do mês do requerimento, e as demais parcelas vencíveis a cada 30 (trinta) dias, até o completo e integral pagamento do débito em referência;

II – Redução de 80% (oitenta por cento) das multas e dos juros, para pagamento em até 08 (oito) parcelas iguais e fixas, vencível a 1ª parcela no último dia útil do mês do requerimento, e as demais parcelas vencíveis a cada 30 (trinta) dias, até o completo e integral pagamento do débito em referência;

III – Redução de 70% (setenta por cento) das multas e dos juros, para pagamento em até 12 (doze) parcelas iguais e fixas, vencível a 1ª parcela no último dia útil do mês do requerimento, e as demais parcelas vencíveis a cada 30 (trinta) dias, até o completo e integral pagamento do débito em referência.

§ 1º. Os benefícios desta Lei somente incidirão sobre o saldo devedor da dívida ativa, na data da solicitação pelo contribuinte.

§ 2º. O contribuinte que já tiver efetuado parcelamento/REFIS, objeto (s) da Lei Municipal nº 1.189, de 17 de dezembro de 2002, da Lei Municipal nº 1.506, de 11 de dezembro de 2007, da Lei Municipal nº 1.573 de 17 de março de 2009, da Lei Municipal nº 1.722 de 29 de março de 2011, da Lei Municipal nº 1.844 de 28 de março de 2012, da Lei Municipal nº 1.916 de 22 de março de 2013, da Lei Municipal nº 1.938 de 11 de dezembro de 2013, da Lei Municipal nº 1.982 de 16 de dezembro de 2014, e/ou da Lei Municipal nº 2.027 de 12 de dezembro de 2015, mesmo não o (s) tendo cumprido, poderá ser optante do Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – REFIS/GRÃO-PARÁ, objeto desta Lei.

Art. 4º. O débito será consolidado na data de opção ao Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – REFIS/GRÃO-PARÁ.

§ 1º. O valor da prestação não poderá ser inferior ao valor de uma UFM.

§ 2º. Aquele que paralisar e reiniciar atividades, sob a mesma ou outra razão social, assume a obrigação com base na nova atividade.

Art. 5º. A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – REFIS/GRÃO-PARÁ exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta Lei.

§ 1º. O contribuinte que optar pelo Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – REFIS/GRÃO-PARÁ e que estiver sendo cobrado pela via judicial deverá comprovar o pagamento das custas judiciais.

§ 2º. Os devedores cuja dívida estiver ajuizada, em caso de se considerarem carentes para fins de isenção de custas, deverão pleitear os benefícios da assistência judiciária junto ao Fórum da Comarca de Braço do Norte.

§ 3º. Na hipótese de haver bens, penhoras em ação judicial, como garantia da dívida, somente será requerido ao Juiz da causa a liberação dos respectivos bens após pagamento integral do débito e seus acessórios.

§ 4º. Os devedores optantes do Programa Recuperação Fiscal de Grão-Pará – REFIS/GRÃO-PARÁ que cumprirem integralmente com o parcelamento serão isentos do pagamento de honorários advocatícios.

Art. 6º. A opção pelo Programa sujeita o optante à:

I – confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa.

Art. 7º. A homologação da opção será efetuada pela Secretaria de

Administração e Fazenda, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, findo o qual, não ocorrendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente homologada.

Parágrafo Único. A homologação da opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – REFIS/GRÃO-PARÁ não será condicionada à apresentação de qualquer tipo de garantia.

Art. 8º. O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I – deixar de atender a qualquer uma das exigências do art. 6º;

II – ficar inadimplente por dois meses consecutivos do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros;

III – praticar qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações.

Art. 9º. A exclusão do Programa implicará exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante todos os acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

Parágrafo único. A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte praticar qualquer dos atos previstos neste artigo.

Art. 10. Esta Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 14 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 2.058/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.058/2016

(De 14 de dezembro de 2016)

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), 2.023, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015, (LDO), 2.026, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015, (LOA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o Plano Plurianual, com a Lei Municipal nº 2.026, de 17 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2016, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

01.00	ORGÃO 01		
01.01	CÂMARA MUNICIPAL		
2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		
3.1.90.00. 00. 00. 00. 00.0605	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0605	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

01.00	ORGÃO 01		
01.01	CÂMARA MUNICIPAL		
1.028	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A CÂMARA DE VEREADORES		
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.0605	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 14 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - PNEUS OENNING

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA

Empenho: 4624, 4625, 4626.

Valor: R\$ 925,20

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 111.16 NITROGENIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº111/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 136/16, Edital de Pregão Presencial Nº 111/16. Objeto: Aquisição de Nitrogênio e materiais para inseminação Artificial; recebimento de propostas até às 08 horas do dia 27/12/16; a abertura do Edital será às 08 horas do dia 27/12/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 15 de dezembro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 27/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 29/2016 FMAS
Processo Licitatório: 27/2016 FMAS
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DIVERSOS PARA O USO NA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADAS NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL LAR DA CRIANÇA - MARCOS VALDIR MOROSO.

Entrega dos Envelopes: 23/01/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 23/01/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 14 de dezembro de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 88/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 88/2016 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL N.º 161/2016- PMG
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO E LIMPEZA COMPLETA PARA FROTA DE VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 161/2016 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: LAVACAR SAO PEDRO LTDA, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 30, sala 01, bairro Nova Esperança, em Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 22.402.866/0001-61.

Vigência: Início: 12/12/2016 Término: 11/12/2017.

Fornecedor: 2983257 - LAVACAR SAO PEDRO LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	2500	UN	LAVAÇÃO EXTERNA E LIMPEZA INTERNA DE VEÍCULOS DE PASSEIO	30,00	75.000,00
2	100	UN	LAVAÇÃO DE MOTOR DE VEÍCULO DE PASSEIO	22,00	2.200,00
3	50	UN	LAVAÇÃO EXTERNA E LIMPEZA INTERNA DE VANS	55,00	2.750,00
4	30	UN	LAVAÇÃO DE MOTOR DE VANS	26,00	780,00
5	100	UN	LAVAÇÃO EXTERNA E LIMPEZA INTERNA DE ONIBUS DE 50 A 60 LUGARES	150,00	15.000,00
6	20	UN	LAVAÇÃO EXTERNA E LIMPEZA INTERNA E POR BAIXO DE ÔNIBUS 50 A 60 LUGARES	180,00	3.600,00
7	100	UN	LAVAÇÃO EXTERNA + LIMPEZA INTERNA DE MICRO ÔNIBUS	120,00	12.000,00
8	50	UN	LAVAÇÃO EXTERNA E LIMPEZA INTERNA E POR BAIXO DE MICRO ÔNIBUS	150,00	7.500,00
9	15	UN	LAVAÇÃO EXTERNA E LIMPEZA INTERNA DE CAMINHÃO 3/4	90,00	1.350,00
10	10	UN	LAVAÇÃO EXTERNA E LIMPEZA INTERNA E POR BAIXO DE CAMINHÃO 3/4	110,00	1.100,00
Total				R\$121.280,00	

Guaramirim (SC), 14 de dezembro de 2016.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº. 19/SMS**JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8.666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor VIDRAÇARIA JOEL LTDA ME referente ao empenho nº. 1764/2016, datado de 03/11/2016, no valor de R\$ 150,00. Este pagamento se refere à troca do vidro da porta principal de acesso dos funcionários da Secretaria de Saúde.

O pagamento do referido empenho foi feito antecipadamente para viabilizar a troca do vidro quebrado em caráter de urgência, visando a proteção das instalações contra furtos, razão pela qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supracitado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

CHEILA PATRÍCIA ROHWEDER

Secretária Municipal de Saúde

Nº. 001/2016 - RUA 162 - ARTUR BUTSCHARDT, RUA 163 - ROMALDUS OSCAR FISCHER E RUA 164 - HENRIQUE GUILHERME WULF COM 382,86 METROS DE EXTENSÃO;

EDITAL INICIAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº. 001/2016

LAURO FROHLICH, Prefeito Municipal de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei nº 95/2016, faz saber a quem interessar possa que o Município de Guaramirim lança EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Guaramirim abaixo relacionadas.

1- LOCAL:

Rua 162 - Arthur Butschardt, Rua 163 - Romaldus Oscar Ficher e Rua 164 -Henrique Wulf com 382,86 metros de extensão;

2- MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 157/2016 na modalidade de Concorrência Pública, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo profissional responsável, Ana Beatriz Schier, Arquiteta e Urbanista, CAU A32157-5.

As obras compreenderão os seguintes serviços: conforme Anexo II

1. Serviços preliminares;
2. Terraplenagem;
3. Pavimentação;
4. Drenagem Pluvial;
5. Obras complementares
6. Sinalização viária.

3- DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria contemplará os imóveis situados nas áreas diretamente beneficiada pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a Rua 162 - Arthur Butschardt, Rua 163 - Romaldus Oscar Ficher e Rua 164 -Henrique Wulf com 382,86 metros de extensão

Os proprietários dos imóveis diretamente beneficiados com a obra são os constantes no anexo I do presente edital identificados

também pela planta no anexo III, juntamente com a avaliação destes antes da realização da obra pública de pavimentação asfáltica.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e respectivos contribuintes.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, através de petição fundamentada dirigida à Administração Municipal, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

O procedimento administrativo relativo à impugnação será regido pela legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

5- DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte no Setor de Tributação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Guaramirim, 13 de Dezembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

IRAN WEDI SIQUEIRA

Secretario de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

DENILSON WEISS

Secretario de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC Edição Nº xxxxxx em xxxxxxxx

Nº. 002/2016 - RUA 31 - IRINEU VILELA VEIGA COM 266,68 METROS DE EXTENSÃO

EDITAL INICIAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº. 002/2016

LAURO FROHLICH, Prefeito Municipal de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei nº 95/2016, faz saber a quem interessar possa que o Município de Guaramirim lança EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Guaramirim abaixo relacionadas.

1- LOCAL:

Rua Irineu Vilela Veiga com 266,68 metros de extensão;

2- MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 157/2016 na modalidade de Concorrência Pública, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo profissional responsável, Ana Beatriz Schier, Arquiteta e Urbanista, CAU A32157-5.

As obras compreenderão os seguintes serviços: conforme Anexo II

1. Serviços preliminares;
2. Terraplenagem;
3. Pavimentação;
4. Drenagem Pluvial;

5. Obras complementares
6. Sinalização viária.

3- DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria contemplará os imóveis situados nas áreas diretamente beneficiada pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a Rua Irineu Vilela Veiga com 266,68 metros de extensão

Os proprietários dos imóveis diretamente beneficiados com a obra são os constantes no anexo I do presente edital identificados também pela planta no anexo III, juntamente com a avaliação destes antes da realização da obra pública de pavimentação asfáltica.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e respectivos contribuintes.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, através de petição fundamentada dirigida à Administração Municipal, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

O procedimento administrativo relativo à impugnação será regido pela legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

5- DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte no Setor de Tributação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Guaramirim, 13 de dezembro de 2016

LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

IRAN WEDI SIQUEIRA
Secretario de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

DENILSON WEISS
Secretario de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC Edição Nº xxxxxx em xxxxxxxx

Nº. 003/2016 - RUA 369 - BONIFÁCIO BENTO AZEVEDO COM 621,33 METROS DE EXTENSÃO

EDITAL INICIAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº. 003/2016

LAURO FROHLICH, Prefeito Municipal de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei nº 95/2016, faz saber a quem interessar possa que o Município de Guaramirim lança EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Guaramirim abaixo relacionadas.

1- LOCAL:

RUA Bonifácio Bento De Azevedo - Setor 05 com 621,33 metros de extensão;

2- MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da

obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 157/2016 na modalidade de Concorrência Pública, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo profissional responsável, Ana Beatriz Schier, Arquiteta e Urbanista, CAU A32157-5.

As obras compreenderão os seguintes serviços: conforme Anexo II

1. Serviços preliminares;
2. Terraplenagem;
3. Pavimentação;
4. Drenagem Pluvial;
5. Obras complementares
6. Sinalização viária.

3- DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria contemplará os imóveis situados nas áreas diretamente beneficiada pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA Bonifácio Bento De Azevedo - Setor 05 com 621,33 metros de extensão.

Os proprietários dos imóveis diretamente beneficiados com a obra são os constantes no anexo I do presente edital identificados também pela planta no anexo III, juntamente com a avaliação destes antes da realização da obra pública de pavimentação asfáltica.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e respectivos contribuintes.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, através de petição fundamentada dirigida à Administração Municipal, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

O procedimento administrativo relativo à impugnação será regido pela legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

5- DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte no Setor de Tributação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Guaramirim, 13 de dezembro de 2016

LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

IRAN WEDI SIQUEIRA
Secretario de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

DENILSON WEISS
Secretario de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC Edição Nº xxxxxx em xxxxxxxx

Nº. 004/2016 - RUA 201 - ESTANISLAU VICK COM 1.160,00 METROS DE EXTENSÃO

EDITAL INICIAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº. 004/2016

LAURO FROHLICH, Prefeito Municipal de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei nº 95/2016, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Guaramirim lança EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo as seguintes vias

públicas da cidade de Guaramirim abaixo relacionadas.

1- LOCAL:

RUA Estanislau Vick com 1.160,00 metros de extensão;

2- MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 157/2016 na modalidade de Concorrência Pública, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo profissional responsável, Ana Beatriz Schier, Arquiteta e Urbanista, CAU A32157-5.

As obras compreenderão os seguintes serviços: conforme Anexo II

1. Serviços preliminares;
2. Terraplenagem;
3. Pavimentação;
4. Drenagem Pluvial;
5. Obras complementares
6. Sinalização viária.

3- DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria contemplará os imóveis situados nas áreas diretamente beneficiada pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA Estanislau Vick com 1.160,00 metros de extensão. Os proprietários dos imóveis diretamente beneficiados com a obra são os constantes no anexo I do presente edital identificados também pela planta no anexo III, juntamente com a avaliação destes antes da realização da obra pública de pavimentação asfáltica.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e respectivos contribuintes.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, através de petição fundamentada dirigida à Administração Municipal, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

O procedimento administrativo relativo à impugnação será regido pela legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

5- DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte no Setor de Tributação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Guaramirim, 13 de dezembro de 2016

LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

IRAN WEDI SIQUEIRA
Secretario de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

DENILSON WEISS
Secretario de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC Edição Nº xxxxxx em xxxxxxxx

Nº. 005/2016 -RUAS 329 - DOS AÇORES COM 64,17 E 632 - SEM NOME COM 130,96 METROS DE EXTENSÃO

EDITAL INICIAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº. 005/2016

LAURO FROHLICH, Prefeito Municipal de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei nº 95/2016, faz saber a quem interessar possa que o Município de Guaramirim lança EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Guaramirim abaixo relacionadas.

1- LOCAL:

Ruas 329 - Dos Açores com 64,17 e 632 - Sem Nome com 130,96 metros de extensão;

2- MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 172/2016 na modalidade de Concorrência Pública, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo profissional responsável, Ana Beatriz Schier, Arquiteta e Urbanista, CAU A32157-5.

As obras compreenderão os seguintes serviços: conforme Anexo II

1. Serviços preliminares;
2. Terraplenagem;
3. Pavimentação;
4. Drenagem Pluvial;
5. Obras complementares
6. Sinalização viária.

3- DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria contemplará os imóveis situados nas áreas diretamente beneficiada pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com as Ruas 329 - Dos Açores com 64,17 e 632 - Sem Nome com 130,96 metros de extensão;. Os proprietários dos imóveis diretamente beneficiados com a obra são os constantes no anexo I do presente edital identificados também pela planta no anexo III, juntamente com a avaliação destes antes da realização da obra pública de pavimentação asfáltica.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e respectivos contribuintes.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, através de petição fundamentada dirigida à Administração Municipal, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

O procedimento administrativo relativo à impugnação será regido pela legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

5- DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte no Setor de Tributação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Guaramirim, 13 de dezembro de 2016

LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

IRAN WEDI SIQUEIRA
Secretario de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

DENILSON WEISS
Secretario de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC Edição Nº xxxxxx em xxxxxxxx

**Nº. 006/2016 - RUA BANANAL COM 2.040,00 E
ESTRADA TIBAGI COM 280,00 METROS DE
EXTENSÃO**

EDITAL INICIAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº. 006/2016

LAURO FROHLICH, Prefeito Municipal de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei nº 95/2016, faz saber a quem interessar possa que o Município de Guaramirim lança EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Guaramirim abaixo relacionadas.

1- LOCAL:

Rua Bananal com 2.040,00 e Estrada Tibagi com 280,00 metros de extensão;

2- MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 172/2016 na modalidade de Concorrência Pública, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo profissional responsável, Ana Beatriz Schier, Arquiteta e Urbanista, CAU A32157-5.

As obras compreenderão os seguintes serviços: conforme Anexo II

1. Serviços preliminares;
2. Terraplenagem;
3. Pavimentação;
4. Drenagem Pluvial;
5. Obras complementares
6. Sinalização viária.

3- DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria contemplará os imóveis situados nas áreas diretamente beneficiada pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com as Ruas Bananal com 2.040,00 e Estrada Tibagi com 280,00 metros de extensão. Os proprietários dos imóveis diretamente beneficiados com a obra são os constantes no anexo I do presente edital identificados também pela planta no anexo III, juntamente com a avaliação destes antes da realização da obra pública de pavimentação asfáltica.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e respectivos contribuintes.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, através de petição fundamentada dirigida à Administração Municipal, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

O procedimento administrativo relativo à impugnação será regido

pela legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

5- DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte no Setor de Tributação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Guaramirim, 13 de dezembro de 2016

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

IRAN WEDI SIQUEIRA

Secretario de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

DENILSON WEISS

Secretario de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC Edição Nº xxxxxx em xxxxxxxx

**Nº. 007/2016 – RUA HERVINO HANEMANN COM
646,65 METROS DE EXTENSÃO**

EDITAL INICIAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº. 007/2016

LAURO FROHLICH, Prefeito Municipal de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei nº 95/2016, faz saber a quem interessar possa que o Município de Guaramirim lança EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Guaramirim abaixo relacionadas.

1- LOCAL:

Rua Hervino Hanemann com 646,65 metros de extensão;

2- MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 172/2016 na modalidade de Concorrência Pública, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo profissional responsável, Ana Beatriz Schier, Arquiteta e Urbanista, CAU A32157-5.

As obras compreenderão os seguintes serviços: conforme Anexo II

1. Serviços preliminares;
2. Terraplenagem;
3. Pavimentação;
4. Drenagem Pluvial;
5. Obras complementares
6. Sinalização viária.

3- DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria contemplará os imóveis situados nas áreas diretamente beneficiada pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a Rua Hervino Hanemann com 646,65 metros de extensão. Os proprietários dos imóveis diretamente beneficiados com a obra são os constantes no anexo I do presente edital identificados também pela planta no anexo III, juntamente com a avaliação destes antes da realização da obra pública de pavimentação asfáltica.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos

e respectivos contribuintes.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, através de petição fundamentada dirigida à Administração Municipal, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

O procedimento administrativo relativo à impugnação será regido pela legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

5- DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte no Setor de Tributação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Guaramirim, 13 de dezembro de 2016

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

IRAN WEDI SIQUEIRA

Secretario de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

DENILSON WEISS

Secretario de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC Edição Nº xxxxxx em xxxxxxxx

Nº. 008/2016 – RUA EXPEDICIONÁRIO OLÍMPIO JOSÉ BORGES COM 964,82 METROS DE EXTENSÃO

EDITAL INICIAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº. 008/2016

LAURO FROHLICH, Prefeito Municipal de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei nº 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei nº 95/2016, faz saber a quem interessar possa que o Município de Guaramirim lança EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Guaramirim abaixo relacionadas.

1- LOCAL:

Rua Expedicionário Olímpio José Borges com 964,82 metros de extensão;

2- MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 172/2016 na modalidade de Concorrência Pública, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo profissional responsável, Ana Beatriz Schier, Arquiteta e Urbanista, CAU A32157-5.

As obras compreenderão os seguintes serviços: conforme Anexo II

1. Serviços preliminares;
2. Terraplenagem;
3. Pavimentação;
4. Drenagem Pluvial;
5. Obras complementares
6. Sinalização viária.

3- DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria contemplará os imóveis situados nas

áreas diretamente beneficiada pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a Rua Expedicionário Olímpio José Borges com 964,82 metros de extensão. Os proprietários dos imóveis diretamente beneficiados com a obra são os constantes no anexo I do presente edital identificados também pela planta no anexo III, juntamente com a avaliação destes antes da realização da obra pública de pavimentação asfáltica.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e respectivos contribuintes.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, através de petição fundamentada dirigida à Administração Municipal, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

O procedimento administrativo relativo à impugnação será regido pela legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

5- DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte no Setor de Tributação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Guaramirim, 13 de dezembro de 2016

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

IRAN WEDI SIQUEIRA

Secretario de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

DENILSON WEISS

Secretario de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC Edição Nº xxxxxx em xxxxxxxx

PORTARIA Nº. 612/2016

PORTARIA Nº. 612/2016

Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Guaramirim - COMDEG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Guaramirim – COMDEG:

Representantes Governamentais

I – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação:

- a) Titular: Daniela Leuthauser
- b) Suplente: Francinne Maira Espezim

II – Secretaria de Administração e Finanças

- a) Titular: Keila Patricia dos Santos
- b) Suplente: Ana Meri Tibes

III – Secretaria de Educação

- a) Titular: Solange Martinelli
- b) Suplente: Janira da Silva

IV – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

- a) Titular: Janice Kunzler
- b) Suplente: Jean Francisco Hackbart

V – Secretaria de Saúde

- a) Titular: Denaildes Santos Sa
- b) Suplente: Celoi Ramos Ferreira

VI – Secretaria de Infraestrutura

- a) Titular: Marco Antônio Pereira de Souza
- b) Suplente: Silvio Marcos da Silva

Representantes não Governamentais

VII – APAE

- a) Titular: Lucila Micheluzzi
- b) Suplente: Noeli Lorenzi

VIII – ADEFIG

- a) Titular: Leandro de Sales Venâncio
- b) Suplente: Denis Rocha da Costa

IX – ACIAG

- a) Titular: José Carlos Girolla
- b) Suplente: Rogério Souza Silva

X – SESI

- a) Titular: Alana Indianara Conti
- b) Suplente: Daren Vargas Basso de Souza

XI – Representantes das pessoas com deficiência

- a) Titular: Jessika do Rosário
- b) Suplente: Clarice A. Nascimento

XII – Representantes das pessoas com deficiência

- a) Titular: Cidalia Auxiliadora Ugarte
- b) Suplente: Valdelice Alves de Oliveira

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 675/2016

PORTARIA Nº. 675/2016

Homologa Processo Seletivo nº. 06/2016.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 06/2016, conforme o Edital nº. 06/2016, publicado no dia 06/10/2016 (DOM/SC – Edição nº 2097), para admissão de pessoal por prazo determinado para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Guaramirim;

Considerando ainda, a conclusão dos trabalhos da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada através da Portaria nº. 578/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o Processo Seletivo nº. 06/2016, para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE SUSPENSÃO PREGÃO 168/2016

TERMO DE SUSPENSÃO DA SESSÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL N.º168/2016

Objeto: Contratação de empresa para executar os serviços de coleta, transbordo, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos domiciliares, resíduos dos serviços de saúde de competência municipal e outros serviços pertinentes de competência do Município de Guaramirim

A Prefeitura Municipal de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, representada pelo Prefeito Municipal, senhor Lauro Frohlich, torna público aos interessados que o Pregão Presencial 168/2016, que tem como finalidade a, com abertura prevista para o dia 15 de dezembro de 2016 às 09:00 horas, que DECIDE SUSPENDER o certame. A referida suspensão decorre da impugnação do citado Edital pelas empresas: SAY MÜLLER SERVIÇOS LTDA EPP E HSM TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS LTDA.

Após análise acerca das mencionadas impugnações, o Prefeito Municipal REDESIGNARÁ (marcará nova data) para realização da Sessão pública do Pregão, que será divulgada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Jornal O Correio do Povo e no endereço eletrônico <https://www.guaramirim.sc.gov.br>.

Guaramirim (SC), 14 de dezembro de 2016.

Lauro Frohlich
Prefeito Municipal

Guarujá do Sul

PREFEITURA

195/16

DECRETO Nº 195/2016
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.508/16 de 14 de dezembro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:
11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

01- Departamento Administrativo de Saúde:
Atividade: 1101.10.301.0010.2.089
3.3.50.00-00.00.0002- Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Soma R\$ 25.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:
01- Departamento Administrativo de Saúde:
Atividade: 1101.10.301.0010.2.042
3.3.90.00-00.00.0002- Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
Soma R\$ 25.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.
JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.
Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

2508/2016

LEI Nº 2.508/2016
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Carlos Foiatto, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:
11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

01- Departamento Administrativo de Saúde:
Atividade: 1101.10.301.0010.2.089
3.3.50.00-00.00.0002- Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Soma R\$ 25.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:
01- Departamento Administrativo de Saúde:
Atividade: 1101.10.301.0010.2.042
3.3.90.00-00.00.0002- Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
Soma R\$ 25.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.
JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF CT 01/2015 TA 01 / FMS CT 01/2015 TA 02 / FMAS CT 01/2015 TA 02

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
SEGUNDO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 01/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº . 66/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2014.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Locação de Sistema de Gestão Pública, de 01 de janeiro de 2017 até 30 de junho de 2017.
VALOR TOTAL R\$ 42.009,66
Guarujá do Sul, 14 de dezembro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
SEGUNDO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 01/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº . 66/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2014.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Locação de Sistema de Gestão Pública, de 01 de janeiro de 2017 até

30 de junho de 2017.
VALOR TOTAL R\$ 6.260,52
Guarujá do Sul, 14 de dezembro de 2016.
Rossmeri K. Vergutz,
Gestora do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 01/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 66/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº.
34/2014.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Locação de Sistema de Gestão Publica, de 01 de janeiro de 2017 até 30 de junho de 2017.
VALOR TOTAL R\$ 2.205,42
Guarujá do Sul, 14 de dezembro de 2016.
Adelise de Oliveira,
Gestora do FMAS

LEI MUNICIPAL 2.507_2016

LEI Nº 2.507/2016.

Autoriza a transferência de Recursos Financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e contém outras providências.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizado a transferir no exercício de 2016, a importância de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), à APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 80.632.540/0001-27, com sede a Rua Dulce Schmidt Kuhn, nº 95, nesta cidade, destinados à manutenção, coordenação e desenvolvimento de suas atividades estatutárias, especialmente àquelas voltadas à manutenção da Escola Especial “Caminho Aberto”.

Art. 2º Os recursos serão repassados em uma única parcela neste exercício de 2016, sendo obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Entidade bancária Oficial, movimentado por Cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Associação terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Contadoria Geral do município.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei acarretará na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão atualizadas monetariamente e devolvidas à municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do Erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruídas com os seguintes documentos:

- I - ofício de encaminhamento a prestação de contas;
- II - balancete Modelo conforme padrão;
- III - extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo se for o caso;
- IV - fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e,

V - declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelos Ordenadores Primário e Secundário.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio se necessário for o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando a averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 10. As despesas realizadas a conta dos recursos ora autorizados, quando cabível ao caso, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a legislação pertinente ao assunto.

Art. 11. As despesas decorrentes com a presente Lei, correrão por conta dos itens cabíveis na dotação orçamentária do Orçamento Municipal.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 14 de dezembro de 2016 - 65º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

Publique-se. Certifique-se. Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 2.509_2016

LEI Nº 2.509/2016.

Autoriza a transferência de Recursos Financeiros à Associação Beneficente Hospitalar Guarujá.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizado a transferir à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR GUARUJÁ, com nº de inscrição 83.835.736/0001-07 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, IE sob o nº 250.287.579, com sede a Rua Presidente Kennedy, nº 270, neste, a importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados à manutenção, coordenação e desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Art. 2º Os recursos serão repassados no mês de dezembro de 2016, em uma única parcela.

Parágrafo único. É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em instituição bancária Oficial, movimentado por Cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Associação terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento de cada repasse, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto a Contadoria Geral do município.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei acarretará na devolução integral dos valores, atualizados monetariamente pelo IGPm.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão atualizadas monetariamente e devolvidas à municipalidade.

Art. 6º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).

Art. 7º A prestação de conta dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruídas com os seguintes documentos:

- I - ofício de encaminhamento a prestação de contas;
- II - balancete Modelo conforme padrão;
- III - extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo se for o caso;
- IV- fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e

sem rasuras e/ou entrelinhas;

V - declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação do recurso deverão obrigatoriamente ser assinados pelos Ordenadores Primário e Secundário.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando a averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º As despesas decorrentes com a presente Lei, correrão por conta dos itens cabíveis na dotação orçamentária do Orçamento Municipal.

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 14 de dezembro de 2016.

65º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

- Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretario da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL 2.510_2016

Lei Municipal nº 2.510/2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar termo de cessão de uso de bem móvel com a Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, efetuar despesas e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso de bem móvel nº 0182/2016, com a Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, para a cedência ao município de Guarujá do Sul, de 01 (um) veículo tipo Ambulância, marca/modelo, Renault/Master Euro Amb. de cor predominante Branca, ano de fabricação 2016, modelo 2017, combustível Diesel, Código RENAVAL 1103192016, Chassi 93YMAFEL-CGJ46811 Placas QID 5468, numero de controle patrimonial/SES 284217, no valor de 137.800,00 (cento e trinta e sete mil e oitocentos reais), para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Fica chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas com o pagamento de combustível, seguro total e manutenção e disponibilização de servidores públicos para dirigir, o bem de domínio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde até 31/12/2021 a partir da data da publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 3º Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizadas as dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL – SC

14 de Dezembro de 2016

65º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta

Ilhota

PREFEITURA

CANCELAMENTO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

CANCELAMENTO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS CONVOCADAS ATRAVÉS DOS EDITAIS Nº 04/2016; 05/2016; 06/2016 E 07/2016 , PUBLICADOS EM 02/12/2016

DANIEL CHRISTIAN BOSI , Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso XXVII, do artigo 72, da Lei Orgânica do Município e fundamento na Lei Complementar nº 16, de 20 de dezembro de 2007, art. 237, parágrafo único, torna público o CANCELAMENTO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS CONVOCADAS ATRAVÉS DOS EDITAIS Nº 04/2016; 05/2016; 06/2016 E 07/2016 , PUBLICADOS EM 02/12/2016, DESTINADAS À APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV , E QUE SE REALIZARIAM NAS DATAS ABAIXO APRAZADAS:

. 20/12/2016 às 10:00 hs, no salão da Secretaria Municipal de Cultura (Prédio da Prefeitura Municipal à Rua Leoberto Leal, nº 160, Centro, Ilhota/SC – 2º Piso, ao lado do Gabinete do Prefeito). - Processo Administrativo 004/2016 – Loteamento Jardim Europeu – Rua Leulário de Araújo, s/n – Centro – Ilhota/SC. Loteador Finansolo Empreendimentos Imobiliários Ltda – EPP. CNPJ: 01.551.631/0001.61. Responsável Técnico: Engº Victor Melo. Responsável Técnico Ambiental e interlocutor Engº João Paulo Gaya.

. 20 de dezembro de 2016 (terça-feira) às 13:00 hs, no salão da Secretaria Municipal de Cultura (Prédio da Prefeitura Municipal à Rua Leoberto Leal, nº 160, Centro, Ilhota/SC – 2º Piso, ao lado do Gabinete do Prefeito). Processo Administrativo 002/2016 – Loteamento Bruno Schneider– Rodovia Jorge Lacerda, s/n, Barra de Luis Alves - Ilhota/SC. Loteador Bruno Schneider Agropastoril Ltda EPP. CNPJ: 25.169.135/0001.06. Responsável Técnico: Arqª Ellen Laffitte Jardim. Responsável Técnico Ambiental e interlocutor Engª Luana Feres Rodrigues Silva Laffitte.

. 21 de dezembro de 2016 (quarta-feira) às 10:00 hs, no salão da Secretaria Municipal de Cultura (Prédio da Prefeitura Municipal à Rua Leoberto Leal, nº 160, Centro, Ilhota/SC – 2º Piso, ao lado do Gabinete do Prefeito). Processo Administrativo 005/2016 – Loteamento Seu Leopoldo – Rodovia de Acesso a Ponte Padre Claudio Jeremias Cadorin, s/n – Bairro Poçinho - Ilhota/SC. Loteador L3 Empreendimentos Imobiliários Ltda. CNPJ: 26.135.904/0001-18. Responsável Técnico: Engª Regiane Grepa. Responsável Técnico Ambiental e interlocutor Engº João Paulo Gaya.

. 21 de dezembro de 2016 (quarta-feira) às 13:00 hs, no salão da Secretaria Municipal de Cultura (Prédio da Prefeitura Municipal à Rua Leoberto Leal, nº 160, Centro, Ilhota/SC – 2º Piso, ao lado do Gabinete do Prefeito). Processo Administrativo 003/2016 – Loteamento Harmonia – Rua João Domingos Pereira nº 2.100 – Bairro Missões- Ilhota/SC. Loteador Marcos da Conceição, CPF 932.847.649-68. Responsável Técnico: Arq. Eduardo Schiefeler. Responsável Técnico Ambiental e interlocutor Engº João Paulo Gaya. Ilhota, 14 de dezembro de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
: Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2014-001 - ADITIVO 3 - TP 001-2014 - FMESP - STULP & MATUCHAKI ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA ME

Extrato do Terceiro Termo Aditivo de Contrato nº 001/2014 – FMESP
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 001/2014 – FMESP
Processo: TP 001/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MATÉRIA FINANCEIRA E CONTÁBIL DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

FORNECEDOR: Stulp & Matuchaki Organização Contábil LTDA ME

VALOR MENSAL: R\$ 1.891,42

VALOR TOTAL: R\$ 3.782,84

Prazo: de 31/10/2016 à 31/12/2016

Assinatura: 31/10/2016
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 202, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 202, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 44.533,57 (quarenta e quatro mil e quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos) para nova dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Aquisição de Veículos		
10.301.0014-1.024		
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0708 (0080)	Aplicações Diretas	44.533,57
Total		44.533,57

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superavit Financeiro de Recurso Alienação – Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 203, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 203, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.871,00 (doze mil e oitocentos e setenta e um reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
Manutenção da SEDTUR		
23.122.0008-2.026		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0123)	Aplicações Diretas	12.871,00
Total		12.871,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulações parciais das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
Manutenção da SEDTUR		
23.122.0008-2.026		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0125)	Aplicações Diretas	12.871,00
Total		12.871,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

EXTRATO PUBLICAÇÃO PROCESSO 02/2016 (PGM)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 15:00 horas, do dia 27 de dezembro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo decreto Nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de 01(um) automóvel sedã zero km para uso da procuradoria-geral do município de Imbituba."

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 15 de dezembro de 2016.

Daniel Vinícius Arantes Neto

Procurador Geral do Município de Imbituba

EXTRATO PUBLICAÇÃO PROCESSO 108/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 108/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2016

A prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 16:00 horas do dia 27 de dezembro de 2016, licitação na modalidade de pregão presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na lei nº 10.520/2002, pela lei complementar nº 123/2006, pelo, pela lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "contratação de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços de medicina do trabalho para a realização e emissão dos atestados ocupacionais – ASO'S - da prefeitura municipal de Imbituba. "

O edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link portal da transparência.

Imbituba, 15 de dezembro de 2016.

Gladis Farias Cândido

Secretária Interina Municipal de Administração

EXTRATO PUBLICAÇÃO PROCESSO 109/2016 (SEDUC)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 109/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2016

A prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 14:00 horas do dia 27 de dezembro de 2016, licitação na modalidade de pregão presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na lei nº 10.520/2002, pela lei complementar nº 123/2006, pelo decreto Nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, pela lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de 01 veículo automotivo, para transporte de passageiros com capacidade mínima de 7 lugares, 4 portas laterais sendo 2 traseiras deslizantes e 1 porta traseira de abrir, motor 1.8 flex, zero km, mínimo de 130 cv de potência. "

O edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link portal da transparência.

Imbituba, 15 de dezembro de 2016.

Michela da Silva Freitas

Secretaria Municipal de Educação

EXTRATO PUBLICAÇÃO PROCESSO 110/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 110/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2016

A prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 17:00 horas do dia 27 de dezembro de 2016, licitação na modalidade de pregão presencial do tipo menor preço, regido pelo disposto na lei nº 10.520/2002, pela lei complementar nº 123/2006, pelo decreto Nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, decreto Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações, a possível "aquisição de saibro quartzo para SEAPI e suas respectivas, orçamento 2017.

O edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link portal da transparência.

Imbituba, 15 de dezembro de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal da Agricultura, Pesca e Infraestrutura

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.771, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.771, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera dispositivo na Lei Complementar nº 3.968, de 14 de outubro de 2011, que institui o regime urbanístico municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera a redação do parágrafo único do artigo 54, da Lei Complementar nº 3.968, de 14 de outubro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Para os fins desta Lei, designa-se Parte da Gleba Ocupada pela Edificação e Reservada para Jardim e Quintal (PGOE-JQ) a soma da Parte da Gleba Ocupada pela Edificação (PGOE) com aquela Ocupada por Jardim e Quintal (PGOJQ) que terá coeficiente de aproveitamento e coeficiente de ocupação, aqueles especificados no Plano Diretor do Município."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.772, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.772, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera a Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - PDDSI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados os incisos IX e X do artigo 73-A da Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“IX - o pavimento destinado ao uso exclusivo de garagem e/ou box, e áreas de uso comum, desde que no mínimo 70% da área do pavimento seja uso de garagem e que não ultrapasse a um pavimento por edificação, sendo que este benefício será aplicado apenas na Zona Residencial Uni e Pluri Familiar 1 (ZRUP1);

X - o pavimento destinado ao uso exclusivo de garagem e/ou box, e áreas de uso comum, desde que no mínimo 70% da área do pavimento seja uso de garagem e que não ultrapasse a dois pavimentos por edificação, sendo que este benefício será aplicado apenas na Zona Centro (ZC), Zona Residencial Mista (ZRM) e Zona Residencial Uni e Pluri Familiar 1a e 2a (ZRUP1a e ZRUP2a);”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.773, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.773, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 4.022, de 26 de dezembro de 2011, que Dispõe sobre a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de precatório pendente de pagamento com crédito tributário e outros créditos e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei complementar:

Art. 1º Fica alterado o disposto na alínea “a”, do Inciso II, do art. 2º da Lei Complementar nº 4.022, de 26 de dezembro de 2011, que passa a ter a seguinte redação:

“a) tenha sido inscrito em dívida ativa até 31 de dezembro de 2015.”

Art. 2º Fica acrescentado ao art. 2º, da Lei Complementar nº 4.022, de 26 de dezembro de 2011, o §6º e §7º, com a seguinte redação: “§6º Ficam garantidos aos advogados do Município de Imbituba, bem como ao Procurador-Geral do Município, o que lhes forem fixados à título de honorários advocatícios de sucumbência, em relação ao crédito tributário que for objeto de Ação de Execução Fiscal, verba que não poderá ser objeto da compensação que trata esta Lei.

§7º Existindo execução em trâmite, a compensação apenas terá eficácia quando quitadas as custas judiciais e honorários arbitrados em prol da Fazenda com antecedência”.

Art. 3º Fica alterado o caput do art. 4º, da Lei Complementar nº 4.022, de 26 de dezembro de 2011, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º O pedido de compensação será dirigido ao Titular do Poder Executivo, até 30 de novembro de 2017, sendo instruído com:”

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.774, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.774, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo Aditivo referente ao Convênio 001/2016 entre a Colônia de Pescadores Z13 e o Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo Aditivo referente ao Convênio 001/2016 entre a Colônia de Pescadores Z13 e o Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O valor repassado será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º O valor repassado será utilizado para complementação da folha de pagamento dos funcionários do Centro de Educação Infantil Ângela Amim.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.775, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.775, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Desafeta Bens móveis do Patrimônio Público da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a desafetar os bens móveis, constantes do Anexo I da presente Lei, considerados inservíveis ou imprestáveis para o serviço público realizado pelo Poder Legislativo, transferindo-os para o patrimônio da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Parágrafo único. Os bens de que trata o caput deste artigo serão baixados pelo valor contábil sem quaisquer atualizações tendo em vista à regularização patrimonial em andamento, nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Imbituba, 13 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

ANEXO I – BENS DESAFETADOS

Ordem	Descrição Reduzida	Valor de Aquisição (R\$)
001	Armário alto duas portas cor azul	390,00
002	Cadeira giratória revestida tecido vermelho	265,00
003	Arquivo de aço 4 gavetas	457,04
004	Armário 2 gavetas com chave cor bege/azul	400,00
005	Microondas Eletrolux	437,00
006	Nobreak SMS	263,00
007	Nobreak EcoPower Elektron	545,00
008	Estabilizador Adfronik	56,00
009	Rack Ventilado Cabo Tek	1.180,00
010	Condicionador de ar Split Eletrolux	3.000,00
011	Condicionador de ar split Eletrolux	2.100,00
012	Condicionador de ar split Eletrolux	2.100,00
013	Condicionador de ar split Consul	1.195,00
014	Modem roteador ADSL D-Link	199,00
015	Roteador Wireless D-Link	287,00
016	Modem ADSL Dlink	115,00
017	Estabilizador Exxa Power 300 Enermax	51,00
018	Microcomputador Think Centre A56 Lenovo	2.526,28
019	Microcomputador	3.451,00
020	Switch 48 portas Encore	1.212,00
021	Monitor 17" 712SA AOC	350,00

022	Sistema de Segurança com monitoramento (DVR Yoko e 2 câmeras)	2.600,00
-----	---	----------

PORTARIA PMI/GGP Nº 669/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 669, de 14 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a Revogação da PORTARIA PMI/GGP Nº 445, de 09 de agosto de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a PORTARIA PMI/GGP Nº 445, de 09 de agosto de 2016, que dispôs sobre a concessão equivocada de licença-prêmio, à Sra. TATIANA GONÇALVES RODRIGUES, brasileira, matrícula nº 1717, inscrita no CPF sob o nº 019.307.799-09, uma vez que, a referida servidora já usufruiu da respectiva licença-prêmio, sob o período aquisitivo informado, através da PORTARIA PMI/DGP Nº 344, de 23 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 061/2016

Ato da Presidência nº 061/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 44ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 15 de dezembro de 2016 (quinta-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
105	Substitutivo ao PL nº 4.875/2016	14/12/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera dispositivo na Lei nº 3.838, de 27 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro Campo D'Una, Município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
093	PL nº 4.876/2016	21/11/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a Concessão Administrativa de Uso Especial de Bem Público e, dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
102	PL nº 4.885/2016	12/12/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª



103	PL nº 4.886/2016	12/12/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Prefeitura Municipal de Imbituba e para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
104	PL nº 4.887/2016	12/12/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a denominação de Praça Manoel Antônio de Souza, no Centro, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
106	PL nº 4.889/2016	12/12/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba, o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.881/2016	28/11/2016	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Dispõe sobre normas gerais para a instalação de infraestruturas de suporte de antenas de telecomunicação em áreas públicas e privadas, no município de Imbituba/SC, nos termos da Lei Federal nº 11.934/2009 e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 14 de dezembro de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 189/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 189/2016

CONTRATADA: WATARAI CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Contrato, a contratação das profissionais Cristina Fukumori Watarai e Sheila Maria Prado Soma, para a realização de formação profissional de equipes técnicas que atuam na Proteção Social Básica, com desenvolvimento de trabalho específico com os grupos de famílias do PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família. A capacitação tem como objetivo abordar teorias e técnicas de grupo, métodos e técnicas de intervenção grupal e articulação de rede. Carga horária de 08 (oito) horas/aula.

VALOR: R\$8.900,00

PRAZO: 18 de novembro de 2016 até 18 de dezembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 18/11/2016.

CONTRATO Nº 190/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 190/2016

CONTRATADA: GC FORMAÇÕES LTDA ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação do profissional João Guilherme Cecheleiro Bento, para ministrar capacitação de profissionais do CREAS, responsáveis pelo serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade. Tem como objetivo a integração da equipe, integração da equipe das medidas com as entidades parceiras, trabalho de dinâmicas de grupo, reflexão sobre o desenvolvimento do adolescente e métodos de trabalhar a disciplina com o grupo ou adolescente. Capacitação com carga horária de 04 (quatro) horas/aula.

VALOR: R\$ 800,00

PRAZO: 22 de novembro de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 22/11/2016.

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 019/2016

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 019/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.897.504/0001-83, com sede na Rodovia BR – 101, Km 298, Paria Comprida, na cidade de São José – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jair Osvaldo Galvão, brasileiro, casado, empresário, sócio diretor da empresa, inscrito no CPF sob nº 030.000.959-34 e Cédula de Identidade nº 105477-5, residente e domiciliado na Rua Andorinha, nº 390, bairro Lagoa da Conceição, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e

acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original que tem como objeto a execução de terraplenagem, drenagem pluvial, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água, pavimentação asfáltica da via e pavimentação de passeios em blocos de concreto intertravados, no Trecho 03 da Avenida Brasil (início: estaca 164+10 PP – defronte residência no 3020; término: estaca 182+15,00 PF – defronte residência no 3469), com extensão total de 365,00 metros, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é 06 de novembro de 2016 até 03 de fevereiro de 2017, da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo de contrato passa a fazer parte do original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 04 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA Jair Osvaldo Galvão Contratada
--	--

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699
--	--

Testemunhas:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF.:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF.:

Ipumirim

PREFEITURA

LEI Nº 1793/2016

LEI Nº 1793 de 14 de dezembro de 2.016

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-SC PARA O EXERCÍCIO DE 2.017

O Prefeito Municipal de Ipumirim, faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e seu sanciono a seguinte lei, com fundamento no inciso III do artigo 164 da Lei Orgânica Municipal, artigo 53 da Lei da LDO para o exercício de 2.017.

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, abrangendo a administração direta, seus órgãos, fundos e fundação, para o exercício financeiro de 2.017, estima a RECEITA e fixa a DESPESA, em R\$ 24.297.040,00, discriminados nos anexos dessa lei.

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento consolidado:

	RECEITAS CORRENTES	24.297.040,00
	Receita Tributária	1.493.600,00
	Deduções da Receita Tributária	-
	Receitas de Contribuições	174.600,00
	Receita Patrimonial	13.700,00
	Receitas de Serviços	155.700,00
	Transferências Correntes - Valor Bruto	26.239.900,00
	Deduções das Transferências - FUNDEB	(3.915.360,00)
	Outras Receitas Correntes	134.900,00
	RECEITAS DE CAPITAL	-
	Operações de Crédito	-
	TOTAL GERAL	24.297.040,00

Art. 3º A despesa da administração direta e direta descentralizada será segundo discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta lei, com seguinte classificação:

	I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
	TOTAL GERAL	24.297.040,00
01-01	- Câmara Municipal de Vereadores	1.000.000,00
02-01	- Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	813.000,00
03-01	- Departamento Municipal de Administração	2.394.727,44
03-02	- Departamento Municipal de Planej. e Finanças	792.500,00
04-01	- Departamento de Assistência Agropecuária	57.300,00
05-01	- Departamento de Estradas de Rodagem	2.286.226,36
06-01	- Departamento Municipal de Ensino	6.408.263,90
06-02	- Departamento de Cultura	90.000,00
06-03	- Departamento de Esportes	391.000,00
07-01	- Fundo Mun. dos Direitos da Criança e Adolesc.	60.000,00
08-01	- Fundo Municipal Agropecuário	1.277.000,00
09-01	- Fundo Municipal de Saúde	6.244.722,30
10-01	- Fundo Municipal de Assistência Social	70.800,00
11-01	- Dep. Municipal de Assist. Social e Habitação	1.032.400,00
12-01	- Fundo Mun. de Habitação de Interesse Social	10.000,00
13-01	- Fundo Mun. de Saneamento Básico	15.000,00
14-01	- Depto Mun. De Urbanismo, Ind. Com. E Serv.	1.314.100,00
15-01	- Fundo Municipal de Defesa Civil.	10.000,00
16-01	- Fundo Municipal do Idoso.	30.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO					
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				24.197.040,00	
1	01 - Legislativa			1.000.000,00	
3	03 - Essencial à Justiça			62.000,00	
4	04 - Administração			2.435.727,44	
6	06 - Segurança Pública			98.000,00	
8	08 - Assistência Social			1.193.200,00	
10	10 - Saúde			6.244.722,30	
12	12 - Educação			6.408.263,90	
13	13 - Cultura			90.000,00	
15	15 - Urbanismo			1.276.100,00	
16	16 - Habitação			10.000,00	
17	17 - Saneamento Básico			15.000,00	
18	18 - Gestão Ambiental			57.300,00	
20	20 - Agricultura			1.277.000,00	
22	22 - Indústria			10.000,00	
23	23 - Comércio e Serviços			60.000,00	
26	26 - Transporte			2.020.226,36	
27	27 - Desporto e Lazer			391.000,00	
28	28 - Encargos Especiais			1.548.500,00	
99	999 - Reserva de Contingência			100.000,00	
TOTAL GERALR\$				24.297.040,00	
III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA					
0	- ENCARGOS E OPERAÇÕES ESPECIAIS			1.648.500,00	
1	- PROCESSO LEGISLATIVO			970.000,00	
2	- COORDENAÇÃO SUPERIOR			533.000,00	
3	- GESTÃO ADMINISTRATIVA, PLANEJ. E FINANÇAS			1.804.727,44	
4	- AÇÕES DE PARCERIAS			772.300,00	
5	- ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE			6.064.122,30	
9	- VIGILÂNCIA EM SAÚDE			29.600,00	
12	- GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA EDUC. BÁSICA			6.273.263,90	
17	- APOIO AO ENSINO SUPERIOR			135.000,00	
18	- GESTÃO DO CONTROLE INTERNO			102.000,00	
19	- DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO			944.000,00	
20	- MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL			30.000,00	
23	- DIFUSÃO CULTURAL			90.000,00	
25	- ESPORTE E LAZER INTEGRADO			391.000,00	
26	- TRANSPORTE RODOVIÁRIO			2.020.226,36	
27	- POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO			796.500,00	
29	- MOBILIDADE URBANA			479.600,00	
32	- FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.178.200,00	
33	- MORAR BEM			10.000,00	
34	- GERAÇÃO DE RENDA			10.000,00	
35	- SANEAMENTO BÁSICO			15.000,00	
TOTAL GERAL				24.297.040,00	
IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA					
DESPESAS CORRENTES				23.642.240,00	
	3.1.7.1	Transferências à Consórcios		153.000,00	

	3.1.9.0	Despesas com Pessoal	13.283.800,00
	3.2.9.0	Encargos da Dívida	90.000,00
	3.3.4.0	Transferências à Municípios	13.000,00
	3.3.5.0	Transf. Entidades sem Fins Lucrativos	594.000,00
	3.3.7.1	Transferências à Consórcios	57.000,00
	3.3.9.0	Despesas de Custeio	9.309.440,00
	3.3.9.3	Participação em Consórcios	142.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL		654.800,00
	4.4.7.1	Transferências à Consórcios	5.300,00
	4.4.9.0	Investimentos	510.000,00
	4.5.9.0	Inversões Financeiras	-
	4.6.9.0	Amortização da Dívida	39.500,00
	9.9.9.0	Reserva de Contingência	100.000,00
	TOTAL GERAL		24.297.040,00

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

§ 1º Designar órgãos centrais para movimentar dotações orçamentárias atribuídas as unidades orçamentárias, quando isso contribuir para a redução de custos da Administração Pública.

§ 2º Promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis decorrentes de eventual reorganização administrativa.

§ 3º Nos termos do artigo 37 da Lei nº da lei da LDO para o exercício de 2.017 e Lei de Complementar 101/2000 - LRF, realizar operações de créditos, limitado o valor ao disposto no artigo 167, III, da Constituição Federal, inclusive operações de antecipação de receitas, bem como caucionar em garantia de operações a parte suficiente das parcelas que lhe couber no ICMS e do FPM.

§ 4º Abrir, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, crédito adicional suplementar até o limite de 40 % (quarenta por cento) do total da receita estimada fixada nesta lei nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64 e artigo 34 da Lei da LDO para o exercício de 2.017, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, por fonte de recurso, observada a tendência do exercício.

II - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

III - O excesso de arrecadação as modalidades de despesas destinados a atender dispêndio de convênios apurado pela diferença entre o valor previsto e o valor recebido, assim como os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita.

§ 5º Remanejar, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, dentro da mesma categoria de programação, consoante o disposto no art. 167, VI da Constituição Federal, com definição dada pelo art. 1º, § 1º, VIII da Lei Municipal 1.726 de 18 de outubro de 2.013.

§ 6º Excluem-se do limite estabelecido no § 4º do presente artigo os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

§ 7º Firmar convênios com o Estado e União, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta para recebimento e aplicação de recursos ou assistência técnica.

§ 8º Havendo dotações orçamentárias para tal fim, firmar convênio com entidades de caráter educativas, assistências, recreativas, culturais, esportivas, de cooperação técnica, as voltadas para o associativismo, de classe e para o desenvolvimento econômico e rural previstos no artigo 179 da Lei Orgânica Municipal nos termos do artigo 31 da Lei da LDO para o exercício de 2.017, atendido os dispositivos do artigo 4º, I, "f" da Lei Complementar 101/2000 - LRF.

Art. 5º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados por ato do Poder Executivo Municipal para o atendimento de passivos contingentes e ou outros riscos e eventos fiscais imprevistos, na forma estabelecida no artigo 26 da Lei da LDO para o exercício de 2.017.

Art. 6º Comprovado interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 7º A fim de compatibilizar a execução da despesa fixada com a efetiva realização da receita estimada, o Poder Executivo fará decompor o orçamento de despesa, por elementos na forma estabelecida na legislação em vigor, enquadrando-os por Unidades Orçamentárias, no sistema de fluxo de caixa.

Art. 8º O valor do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores serão repassados na forma de duodécimo, na forma estabelecida no artigo 87, XVIII da Lei Orgânica Municipal, observado os limites constantes do artigo 20 da Lei da LDO para o exercício de 2.017.

Artigo 9º A Lei orçamentária englobará, apenas para efeitos de contabilização, em estrutura única os orçamentos da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Fundo Municipal Agropecuário, Fundo da Infância e Adolescente e do Fundo Municipal de Saneamento Básico, visando facilitar as rotinas contábeis e redução de custos operacionais.

§ 1º Os Fundos Municipais continuam a existir legalmente, possuindo contabilização da despesa distinta da contabilidade da Prefeitura Municipal, na condição de Órgãos Orçamentários do Orçamento Geral e contas bancárias específicas aos Fundos, do Município de Ipumirim-SC.

§ 2º O Fundo Municipal de Saúde, para efeitos de contabilização possuirá estrutura única, na forma das disposições regulamentares, cujas receitas e despesas será consolidado no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal

Art. 10. A presente lei entra em vigência à partir de 1º de janeiro de 2.017

Ipumirim-SC, 14 de dezembro de 2.016

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

LEI Nº 1794/2016

LEI Nº 1794 de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre alteração do Artigo 2º da Lei 1773 de 16 de março de 2016 que cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS e dá outras providências.

O Prefeito de Ipumirim - SC, faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei 1773 de 16 de março de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS será constituído por oito (8) membros titulares e igual número de suplentes, na seguinte forma:NR

I - 03 (três) representantes de Associação de Moradores;

II - 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Ipumirim - CDL;

III - 04 (quatro) representantes do Poder Executivo Municipal:

a) 01(um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

b) 01(um) representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o artigo 2º da Lei 1773 de 16 de março de 2016 .

Ipumirim-SC, 14 de dezembro de 2016

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

MINUTA DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2016/PM

Erro! Não é possível abrir a origem de dados.MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

MINUTA DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2016

VALDIR ZANELLA - Prefeito Municipal torna público para conhecimento dos interessados a retificação efetuada no edital sobredito, a saber: – fica alterado no edital o item 01 do anexo III, o qual as devidas alterações podem ser obtido junto ao setor de Compras do Município de Ipumirim através do e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br ou através do site www.ipumirim.sc.gov.br. Em função da alteração não prejudicar a confecção das propostas, mantém-se a mesma data de abertura, no mesmo horário e local para entrega e abertura dos envelopes do certame sobredito. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-3401 ou 3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico a ser enviado por fax através do número sobredito ou e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br ou pelo site www.ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2016

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.451/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2.016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ANUAL E PROGRESSÃO POR DESEMPENHO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

NOMEIA

Os seguintes membros para compor a Comissão de Avaliação trienal da Progressão Funcional por Desempenho, conforme art. 14 da Lei Complementar nº 002/2002, para o funcionário: Paulo Roberto de Bortoli, Janete Locatelli e Claudiomir Antonio Accadrolli.

• Laudecir Francio – Efetivo – Escriturário.

• Juliano Babinski– Efetivo – Contador.

• Cássio Canton – Comissionado – Assessor Jurídico

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 14 de Dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 14 de Dezembro de 2.016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 450/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JUCIMAR MONTAG RAUSCHKOLB, matrícula 1661, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de Julho de 2015 a Julho de 2016 e gozo de 14/12/2016 a 12/01/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 14 de Dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 14 de Novembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

RETIFICAÇÃO RESUMIDA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2016, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016/PM

RETIFICAÇÃO RESUMIDA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2016, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016.

Laudecir Francio, Pregoeiro, no uso de suas atribuições:

Considerando a necessidade de retificação do Processo Licitatório nº 71/2016 em face da alteração do item 01, do anexo III do edital, conforme segue:

R E T I F I C A

1- Fica alterado o item 01 do anexo III que compõem o objeto do edital supra

transcrito, a descrição técnica , que passa a vigorar com a seguinte descrição:

Item	Código do Material
01	caminhão novo de no mínimo 150cv, com capacidade mínima de carga líquida de 8,5 toneladas.

2- Em função da alteração não prejudicar a confecção das propostas, mantém-se a mesma data de abertura, no mesmo horário e local para entrega e abertura dos envelopes do certame sobredito.

3- As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

4- Revogadas as disposições em contrário, comunica-se as empresas interessadas em participar do certame licitatório.

Ipumirim, SC- 14 de dezembro de 2.016

Laudecir Francio

Pregoeiro

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3125/2016

Decreto nº 3.125/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 – GABINETE DO PREFEITO		
2.001 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (1)	Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

02 – GABINETE DO PREFEITO		
2.001 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (3)	Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00

Art. 4º - Suplementar o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – SECRETARIA DA FAZENDA		
2.004 – Manutenção da Secretaria da Fazenda		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (21)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 5º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

04 – SECRETARIA DA FAZENDA		
2.004 – Manutenção da Secretaria da Fazenda		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (22)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 6º - Suplementar o valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), conforme discriminação seguinte:

09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.016 – Manutenção de Ações de Serviços Urbanos		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (94)	Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00

Art. 7º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.018 – Manutenção de Transporte Rodoviário		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (106)	Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00

Art. 8º - Suplementar o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		

3.1.90.00.00.00.00.00.0194 (32)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
---------------------------------	--------------------	----------------

Art. 9º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0194 (35)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 14 de dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 013/2016

EMENDA A LOM Nº 013/2016.

“MODIFICA OS ARTIGOS 33 E 57 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que o Egrégio Plenário da Casa de Leis do Município de Irineópolis, propôs, aprovou e eu sanciono a seguinte,

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

Art. 1º. Modifica os artigos 33 e 57 da Lei Orgânica, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Nova Redação:

“Artigo 33 – A Câmara reunir-se-á em 1.º de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora.”

Nova Redação do Artigo 57:

“Artigo 57: O Prefeito e Vice Prefeito tomarão posse na Sessão designada para serem empossados Prefeito, Vice Prefeito e Vereadores no dia 01 de janeiro do ano subsequente a eleição em sessão da Câmara Municipal, prestando o compromisso de manter, defender, e cumprir a Lei Orgânica, observar as Leis da União, do estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.”

Art. 2º. Esta Emenda a Lei Orgânica entra em vigor na data da Publicação da promulgação e revoga as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), em 12 de Dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 269/2016

PORTARIA Nº 269/2016.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1st. DELEGAR a servidora BEATRIZ APARECIDA MOY, ocupante das atividades temporárias de Enfermeira ESF, portadora da CNH Registro nº 02072040034, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 271/2016

PORTARIA Nº 271/2016.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença Maternidade a servidora efetiva JOSIANE CATAPAM MÜLLER, no período de 24/11/2016 a 23/03/2017.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24/11/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 273/2016

PORTARIA Nº 273/2016.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1st. DELEGAR a servidora DALET CAMBOIM BIZERRA, ocupante das atividades temporárias de Médica ESF, portadora da CNH Registro nº 04119652230, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

ADENDO - PROCESSO SELETIVO 003/2016

1º ADENDO DO EDITAL 001 DEPROCESSO SELETIVO PÚBLICONº003/2016

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo 003/2016 divulga por meio deste adendo as correções das digitações das datas, conforme itens abaixo que passam ter a seguinte leitura.

1.6 No dia 04 de janeiro de 2017 serão homologadas as inscrições. O candidato deverá conferir no site www.amauc.org.br ou www.ita.sc.gov.br a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 02 (dois) dias úteis para entrar em contato com a AMAUC pelo telefone (49) 3482 3500 e comunicar o ocorrido.

4.14 Documentos obrigatórios para inscrição de professor habilitado:

- A) Cópia Habilitação do cargo, (certificado com registro no MEC);
- B) Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de junho de 2016;
- C) Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação, até o limite de 400h;

13.4 O levantamento de vagas será efetuado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, de acordo com o número de aulas e/ou turmas disponíveis nas escolas da rede municipal de ensino, mediante a necessidade no decorrer do ano letivo 2017.

14.17 Ao assumir a vaga, o professor deverá desenvolver as atividades em consonância com as Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação e com o Projeto Político-Pedagógico das Escolas, buscar diferentes estratégias a fim de efetivar o processo ensino aprendizagem, bem como participar dos momentos de formação oportunizados durante o ano letivo de 2017.

14.23 A quantidade de vagas e a carga horária serão divulgadas a partir do dia 10 de janeiro de 2017 nos sites www.ita.sc.gov.br e www.amauc.org.br;

Itá/SC, 14 de dezembro de 2016.

VIVIANI DEVALLE MAROSO

Membro da Comissão

EDITAL 001 - PROCESSO SELETIVO 003/2016

EDITAL 001DEPROCESSO SELETIVO PÚBLICONº003/2016

Processo Seletivo para preenchimento de Vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 115/2015, que “dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências” torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo de pessoal a serem admitidos em caráter temporário para atuação na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através PROVA e TÍTULOS será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições vigentes. Sendo executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia –SC. Telefone (49) 3482 3500. Endereço eletrônico: recepcao@amauc.org.br;

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 15 de dezembro a 29 de dezembro de 2016, através do site www.amauc.org.br com link no site da Prefeitura Municipal de Itá www.ita.sc.gov.br .

1.3. Para inscrever-se, o candidato deverá no período de inscrição:

- 1.3.1. Acessar o site www.amauc.org.br ou www.ita.sc.gov.br e localizar o “banner” PROCESSO SELETIVO 003/2016;
- 1.3.2. Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição, podendo optar por até 02 (duas) áreas de atuação, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital;
- 1.3.3. Ao realizar a inscrição o candidato poderá optar por duas áreas de ensino, para tanto, o candidato deverá ser habilitado para uma área e no mínimo estar cursando Licenciatura Plena na outra área pretendida, devendo neste caso apresentar documentação para as duas opções.
- 1.3.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e enviá- los via internet, seguindo as instruções;

1.3.5. Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e do Boleto, efetuando o pagamento até as 23h59min do dia 30 de dezembro de 2016.

1.4. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a confirmação do pagamento do boleto, salvo para os que preencherem os requisitos para isenção.

1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição;

1.6. No dia 04 de janeiro de 2016 serão homologadas as inscrições. O candidato deverá conferir no site www.amauc.org.br ou www.ita.sc.gov.br a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 02 (dois) dias úteis para entrar em contato com a AMAUC pelo telefone (49) 3482 3500 e comunicar o ocorrido.

1.7. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado;

1.8. A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará um computador com acesso a internet para que os candidatos que necessitarem possam realizar suas inscrições durante o período estipulado para a realização das mesmas, no horário das 8h às 11h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira;

1.9. Em caso de inscrição errada e pagamento da mesma, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para o ao cargo a qual pretende concorrer;

1.10. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

1.11. Efetivada a inscrição, não será aceita alteração de função, seja qual for o motivo alegado.

1.12. As inscrições, a classificação e a escolha de vagas ocorrerão para as vagas existentes ou que venham a surgir durante o ano letivo de 2017, salvo as vagas abertas por motivo de aposentadoria. A remuneração será correspondente ao vencimento inicial do cargo em conformidade com o Plano de Cargos e Salários e de acordo com a qualificação respectiva prevista na legislação vigente.

1.13. São condições para a inscrição:

1.13.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal;

1.13.2. Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa saúde física e mental, estar no gozo dos direitos políticos e civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;

1.13.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

1.13.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada;

2. DATA DE INSCRIÇÃO E DAISENÇÃO

2.1. A taxa para inscrição no Processo Seletivo é de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Se optar por mais uma área, o candidato deve solicitar a isenção da taxa da segunda inscrição. A referida isenção deve ser feita no próprio sistema.

2.2. Ficam isentos do pagamento os doadores de sangue;

2.3. Documentação necessária para receber a isenção:

2.3.1. Para o doador de sangue, apresentação de documento hábil expedido pela unidade coletora, que deverá disciplinar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição deste Processo Seletivo;

2.4. Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser escaneados e anexados junto com o requerimento de inscrição, até o dia 23 de dezembro de 2016 sob pena de indeferimento do pedido de isenção.

3. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853/89

3.2. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente processo.

3.2.1. Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

3.3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

3.4. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente, em seu Art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

E

3.5. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições. O candidato deverá preencher o Anexo IV, deste Edital, entregar na sede da AMAUC, até o dia 23 de dezembro de 2016, sob pena de indeferimento do pedido:

- 3.5.1. Requerimento solicitando vaga especial, contendo a identificação do candidato e indicação do cargo para o qual se inscreveu;
- 3.5.2. Laudo Médico (original ou cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova;
- 3.5.3. Solicitação de prova especial, se necessário. (A não solicitação de prova especial eximirá a empresa de qualquer providência).

3.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instrução constante neste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação

3.7. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

3.8. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.

3.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como pessoas com deficiência e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados

3.10. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

3.11. Após o ingresso do candidato com deficiência, este não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

4. DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Após realizar a inscrição on-line, o candidato deverá apresentar cópia dos documentos especificados nos itens 7.2 e 7.3 deste edital, até as 17h do dia 29 de dezembro de 2016, em um envelope com a seguinte identificação:

Município de Itá Processo Seletivo nº
Cargo Nome do candidato Inscrição nº

4.2. Este envelope será lacrado e assinado pelo candidato e pelo funcionário que irá receber os documentos, no local do lacre no momento da entrega.

4.3. O envelope com os documentos deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação (Rua Principal nº 16, Vila Gerasul, Itá/SC) no horário das 8h às 11h e das 14h às 17h.

4.4. O candidato deverá trazer o comprovante de inscrição para receber a autenticação de entrega dos títulos.

4.5. O candidato que não entregar a documentação solicitada nos itens 7.2 e 7.3 pontuará apenas com a nota da prova e terá sua inscrição deferida como não habilitado;

4.6. A entrega da documentação para candidatar-se a qualquer vaga é de inteira responsabilidade do candidato, o qual não poderá alegar qualquer prejuízo ou requerer que sejam juntados e apreciados em momento posterior a inscrição.

4.7. Não serão feitas cópias de documentos na Secretaria Municipal de Educação ou em qualquer escola da rede municipal de ensino;

4.8. Quando da inscrição em duas áreas, o candidato deverá entregar a documentação completa nas duas inscrições.

4.9. O candidato que optar pela inscrição para duas áreas de ensino, no momento da escolha de vaga, deverá obrigatoriamente optar por apenas uma delas e, conseqüentemente, abrir mão da vaga remanescente. Podendo assumir apenas na falta de outros candidatos àquela vaga.

4.10. Não haverá segunda chamada para a entrega dos títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentar até prazo estipulado;

4.11. Os títulos entregues serão inutilizados após decorrido o prazo de 365 dias corridos, contando da data da divulgação oficial do resultado

final do Processo Seletivo.

4.12. Para fins de contratação (habilitado/ não-habilitado), o profissional será contratado conforme a documentação entregue no ato da inscrição.

E

4.13. O Ensino médio concluído na área do magistério habilita para a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, mas não pontua como titulação.

4.14. Documentos obrigatórios para inscrição de professor habilitado:

- A) Cópia Habilitação do cargo, (certificado com registro no MEC);
- B) Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 31 de agosto de 2015;
- C) Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação, até o limite de 400h;

4.14.1. O profissional que concluiu o curso e não recebeu o certificado, poderá entregar uma declaração de conclusão de curso devidamente assinada e validade pela entidade na qual o cursou;

4.14.1.1. Esta regra não se aplica ao profissional que estiver cursando a 8º fase, sendo que o mesmo será considerado não-habilitado;

4.15. Documentos obrigatórios para inscrição de professor Não- Habilitado:

- A) Declaração de Tempo de Serviço no Magistério;
- B) Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação;
- C) Declaração de frequência em curso de pedagogia e/ou licenciatura plena na área específica;

4.15.1. Será admitida a inscrição de profissionais não habilitados cursando no mínimo a 2º fase de curso superior em pedagogia e/ou Licenciatura Plena, sendo que, serão consideradas, apenas, as declarações que sejam na área da qual o candidato realizou a inscrição;

5. DAS PROVAS –DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

5.1. O Processo Seletivo será de provas escritas com valoração de títulos.

5.2. As provas serão realizadas no dia 15 de janeiro de 2017 com início às 14h e término às 16:30h para os candidatos que efetuaram inscrição para 01 (uma) área e às 17:30h para os candidatos que efetuaram inscrição para 02 (duas) áreas, tendo como local EMEB Valentin Bernardi (Rua Salto Santiago nº 396 – Bairro Vila Gerasul, Itá/SC).

5.2.1. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares na escola acima mencionada, a Administração Municipal poderá alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e por meio dos sites www.ita.sc.gov.br e www.amauc.org.br ;

5.3. A duração da prova escrita será de até 2:30h (duas horas e trinta minutos) para 01 (uma) área ou 3:30h (três horas e trinta) para 02 (duas) áreas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

5.4. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- a) Cédula de Identidade - RG;
- b) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) Certificado Militar;
- e) Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- f) Passaporte;

5.4.1. Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 5.4

5.4.2. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

5.5. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.

5.5.1. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.

5.5.2. As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.

5.6. Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares

5.6.1. Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.6.2. O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

5.7. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.

5.8. Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.

5.9. Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.

5.10. O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.

5.11. O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.

5.12. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.

5.13. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até o último concluir.

5.14. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões respostas, assinarão a ata descrevendo o que foi verificado, assim como todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricarão os envelopes fechados.

6. DACOMPOSIÇÃO DAPROVA ESCRITAEDONÚMERO DEQUESTÕES

6.1. A prova terá peso 10 com 20 questões de múltipla escolha, conforme abaixo:

6.2. O candidato que obter no 0 (zero) na prova escrita será desclassificado do presente Processo Seletivo;

Conteúdo Nº de Questões

Língua Portuguesa 03 (três)

Matemática e Raciocínio Lógico Matemático 03 (três) Conhecimentos Gerais/Atualidades 04 (quatro)

Conhecimentos Específicos 05 (cinco) Conhecimentos na área da Educação 05 (cinco) Total de Questões 20 (vinte)

6.3. O conteúdo programático das provas a que se submeterão os candidatos está disponível no Anexo III deste Edital.

6.4. A prova escrita do candidato que se inscrever para duas disciplinas contará com cinco questões específicas de cada área. As questões comuns serão computadas para ambas as provas.

6.5. A classificação final obedecerá à ordem decrescente e classificatória da nota da prova acrescida do computo dos títulos.

7. DOS TÍTULOS

7.1. Serão considerados os seguintes Títulos, desde que correspondentes à área de Educação:

7.2. Para os professores habilitados:

Especificação do Título Pontuação

Doutorado na área da Educação 02 (dois) pontos – máximo um título

Mestrado na área da Educação	1,5 (um vírgula cinco) pontos – máximo um título
Especialização e/ou pós graduação latu sensu, na área específica ou da Educação	01 (um) ponto – máximo um título

Graduação na área específica 0,5 (zero vírgula cinco) pontos

Tempo de Serviço no magistério até 30/ 06/2016 (para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante)	0,005 (zero vírgula zero zero cinco) ponto por mês trabalhado, sendo que será considerado de 16 dias ou mais como um mês completo
Cursos de Formação Continuada na área da Educação, limitando-se a 400h	0,10 (zero vírgula dez) ponto para cada 40h

7.3. Para professores não habilitados:

Especificação do Título Pontuação

Para cada fase concluída do curso superior (em Licenciatura Plena)	0,10 (zero vírgula dez) pontos
Tempo de Serviço no magistério até 30/06/2016 (para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante)	0,005 (zero vírgula zero zero cinco) ponto por mês trabalhado, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais como um mês completo.
Cursos de Formação Continuada na área da Educação limitando-se a 400h	0,10 (zero vírgula dez) ponto para cada 40h

7.4. Os títulos de que dispõe a tabela dos profissionais habilitados, no que diz respeito à titulação por doutorado, mestrado, pós e graduação NÃO serão cumulativas. Será considerado para fins de contagem de pontos o maior título apresentado;

7.5. O tempo de serviço já utilizado para fins de aposentadoria não será computado;

7.6. Serão pontuados como títulos, certificado em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste sobre a conclusão total do curso e aprovação.

7.1.

7.6.1. Os cursos e certificados a que se refere o item 7.2 só serão considerados se forem emitidos por:

- Instituições de ensino superior, devidamente reconhecidas pelo MEC;
- Órgãos da estrutura básica do Ministério da Educação ou das Secretarias Estaduais da Educação;
- Secretarias Municipais de Educação;

8. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

8.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pelo Município e aos Fiscais, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

8.3. Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer 30min (trinta minutos) antes do horário marcado para o início das provas, pois, no referido horário, os portões serão fechados, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizados na internet nas páginas descritas no item 1.2, e afixados também nos quadros de aviso da Prefeitura, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em todas as fases na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

- 9.1.1. Melhor nota na prova escrita;
- 9.1.2. Melhor nota em conhecimento específico;
- 9.1.3. Idade mais elevada;
- 9.1.1.

9.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

10. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

10.1. A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e terá caráter classificatório.

10.2. A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:

$$NPO = \frac{10}{TQP} \times NAP$$

Onde:

NPO = Nota da prova objetiva TQP = Total de questões da prova NAP = Número de acertos na prova

11. DO RESULTADO FINAL

11.1. O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova, acrescido da soma dos títulos.

12. DOS RECURSOS

12.1. A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de dois dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos sites www.amauc.org.br e www.ita.sc.gov.br.

12.2. Os demais recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo e apresentado exclusivamente, via presencial através de requerimento escrito, interpostos até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo:

- *da homologação das inscrições;
- *dos gabaritos; (divulgação no site)
- *do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.

12.2.1. Para protocolar o recurso o candidato deverá acessar a Área do Candidato e clicar em Recursos e Requerimentos;

12.2.2. Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.

12.2.3. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

E

12.3. Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou e- mail.

12.4. Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, neste caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

12.5. Caberá à Comissão do Concurso decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

12.6. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

12.7. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

12.8. A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

13. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

13.1. As vagas disponíveis para a chamada de professores ACT's ficarão vinculadas aos professores efetivos e lotados, em atribuição de exercício e outros ocupantes de cargos comissionados, licenças legais, bem como aquelas não ocupadas no último concurso público, e em função da demanda de matrículas, podendo ser chamados, havendo necessidade maior do que a pretendida.

13.2. O candidato que escolher vaga de ano todo, surgindo outra vaga, sendo ela no mesmo turno da vaga anteriormente escolhida, não será consultado;

13.3. Os professores não habilitados somente serão chamados se não houver mais nenhum professor habilitado a ser chamado dentro da mesma habilitação.

13.1.

13.4. O levantamento de vagas será efetuado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, de acordo com o número de aulas e/ ou turmas disponíveis nas escolas da rede municipal de ensino, mediante a necessidade no decorrer do ano letivo 2016.

13.5. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para escolha da vaga, bem como, aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada. A lista seguirá até o fim dos habilitados e será retomada uma única vez.

13.6. O candidato que por duas vezes não comparecer ou não aceitar a vaga oferecida, não será mais consultado.

13.7. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo e AMAUC.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

14.2. A falsidade ou inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

14.3. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.

14.4. Considerando que convivemos com dupla ortografia pelo prazo de vigência da transição, serão aceitas como corretas as duas normas ortográficas.

14.5. O gabarito oficial e os cadernos da prova escrita serão disponibilizados no site da Amauc e do Município a partir das 10 horas da segunda-feira subsequente à data da aplicação da prova.

14.6. Os cadernos de provas escritas estarão à disposição dos candidatos a partir do primeiro dia útil ao da realização da prova, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Itá.

14.7. Ao candidato não será permitido fazer cópia, impressão ou utilizar qualquer meio eletrônico para realizar cópia das provas.

14.8. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

14.9. A Prefeitura Municipal de Itá e a Secretaria Municipal de Educação não se responsabilizam por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail, por parte do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no telefone ou e-mail fornecido na inscrição, no prazo de 24h será seguida a listagem classificatória.

14.10. A validade do presente Processo Seletivo será até o último dia letivo de 2017.

14.11. Ao ser convocado o candidato deverá apresentar documentação conforme solicitação do Departamento de Pessoal, conforme anexo V.

14.12. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Administração Municipal e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal, implicará na desclassificação automática do candidato do processo seletivo.

14.13. A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por função, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

14.14. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido pela Comissão Permanente para Acompanhamento de Processos Seletivos e Concursos designada pelo Decreto 083/2015, de 05 de outubro de 2015.

14.15. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as vagas existentes e as necessidades da municipalidade.

14.16. O candidato efetivo e/ou comissionado que já possuir 40 (quarenta) horas de trabalho semanais no Serviço Público Municipal ficará impedido de escolher aulas, mesmo sendo em outra área de atuação.

14.17. Ao assumir a vaga, o professor deverá desenvolver as atividades em consonância com as Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação e com o Projeto Político-

14.1.

Pedagógico das Escolas, buscar diferentes estratégias a fim de efetivar o processo ensino aprendizagem, bem como participar dos momentos de formação oportunizados durante o ano letivo de 2016.

14.18. O contrato do professor substituto poderá ser prorrogado enquanto perdurar o afastamento do titular, mesmo que por motivo diverso ao que gerou o primeiro afastamento, desde que não haja interrupção entre os períodos.

14.19. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em processo administrativo disciplinar ou sindicância do Município.

14.20. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas às normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

14.21. Os professores poderão ser remanejados de escolas e/ou terem seus contratos rescindidos, em qualquer época do ano letivo, a depender do número de alunos e/ou da necessidade e interesse da municipalidade.

14.22. Os candidatos aprovados ficam automaticamente convocados para a escolha das vagas que será realizada obedecendo à ordem de classificação, mediante existência de vagas e ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação no dia 02 de fevereiro de 2017 às 14h.

14.23. A quantidade de vagas e a carga horária serão divulgadas a partir do dia 10 de janeiro de 2016 nos sites www.ita.sc.gov.br e www.amauc.org.br;

14.24. Os profissionais contratados através deste Processo Seletivo, ficarão regidos pela Lei Complementar 005/2015;

14.25. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, a escolha por procuração somente será permitida quando a mesma for registrada em cartório.

14.26. O processo Seletivo será conduzido pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer do município de Itá, que executará todas as fases do processo, supervisionado pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

14.27. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação através do telefone (49) 3458 2111 ou na Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, pelo site www.amauc.org.br ou pelo telefone (49) 3482.3500 (Amauc).

14.1.

Itá/SC, 09 de dezembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

ANEXO I CRONOGRAMA DAS FASES E OCORRÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO

Fase ou ocorrência que mereça destaque	Data
Publicação do Edital	09/12/2016
Prazo para impugnação das disposições editalícias	12 e 14/12/2016
Divulgação da quantidade de vagas	A partir de 10/01/2017
Período das Inscrições	15 a 29/12/2016
Encerramento das inscrições com solicitação de isenção	23/12/2016
Publicação da lista oficial de isentos	26/12/2016
Recursos das inscrições com solicitação de isenções	27 e 28/12/2016
Entrega da documentação de pessoas com necessidades – Item 3.5	23/12/2016
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos	04/01/2017
Prazo para recursos contra o resultado da divulgação das inscrições	05 e 06/ 01/2017
Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições e dos locais de realização das provas	10/01/2017
Aplicação da Prova Escrita	15/01/2017
Divulgação do gabarito preliminar da prova escrita	16/01/2017
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova escrita	17 e 18/01/2017
Divulgação do gabarito definitivo da prova escrita	19/01/2017
Divulgação da classificação preliminar da prova escrita e prova de títulos	24/01/2017
Recursos contra a classificação preliminar da prova escrita e prova de títulos	25 e 26/01/2017
Nota final e classificação	27/01/2017
Prazo para recurso do resultado da nota final	30 e 31/01/2017
Divulgação e homologação da classificação final da prova escrita e títulos	01/02/2017
Primeira chamada dos candidatos classificados	02/02/2017

ANEXO II QUADRO DE VAGAS

1. Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

Item Disciplina Habilitação mínima

01	Pedagogia	Magistério e /ou cursando a partir da 2º fase do curso superior em Pedagogia
02	Língua Portuguesa	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Letras
03	Matemática	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Matemática
04	Inglês	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Inglês
05	Geografia	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de licenciatura em Geografia
06	História	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em História
08	Educação Física	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Educação Física e registro no CREF
09	Música	Cursando a partir da 2º fase de curso superior em Bacharel ou Licenciado em música, pedagogo pós graduado em música ou com comprovação de conhecimento prático e teórico em música
10	Informática	Cursando a partir da 2º fase de curso superior em Bacharel ou licenciado em Informática ou com curso técnico em Informática.

2. Ensino Médio

Item Disciplina Habilitação mínima

01	Química	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Química
02	Física	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Física

3. Projeto Inclusão Digital

Item Disciplina Habilitação mínima

01	Informática	Cursando a partir da 2º fase de curso superior em Bacharel ou licenciado em Informática ou com curso técnico em Informática.
----	-------------	--

4. Remuneração

Professor Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental			Carga Horária					
Graduação			20h				40h	
Professor Não Habilitado				R\$ 1.169,90				R\$ 2.290,22
Professor com Graduação				R\$ 1.341,24				R\$ 2.682,54
Professor com Pós - Graduação				R\$ 1.542,44				R\$ 3.084,92
Professor com Mestrado				R\$ 1.773,82				R\$ 3.547,67
Professor com Doutorado				R\$ 2.217,28				R\$ 4.434,58
Professor Ensino Médio			R\$ 17,58 p/ hora aula					

ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo comum para todos os cargos de PROFESSOR

LÍNGUA PORTUGUESA - Novo Acordo Ortográfico. Interpretação de texto. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia e Acentuação. Coesão e Coerência. Gêneros Textuais.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO - Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações problemas.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES - Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais do município de Itá – SC, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, do país e a nível global. Identificação de autoridades do governo municipal, estadual e federal, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades, ou de lideranças de influência mundial; aspectos contemporâneos da humanidade; conhecimentos históricos, geográficos, políticos e políticos administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global; atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial.

CONHECIMENTOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 e alterações – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Livro I: Título I; Título II – arts. 7.º a 24 e 53 a 59; Livro II: Título I; Título II. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino aprendizagem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

PEDAGOGIA: Educação no mundo atual. Relacionamento Professor x Aluno. Função e papel da escola. Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura/Escrita. Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático. Processo Ensino-aprendizagem: avaliação. Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas. Papel do Professor. Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire. Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. LDB. Constituição Federal referente a Educação. ECA. Referências Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Novas diretrizes curriculares nacionais para educação infantil. Obrigatoriedade da matrícula na educação infantil. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais. LDB.

LÍNGUA PORTUGUESA: Texto e discurso: Conteúdo temático, configuração estrutural e estilo; Intertextualidade/ interdiscursividade: Eu e o outro; Intertextualidade – Textos recorrentes. Interdiscursividade – Outros dizeres, outros discursos, outras vozes que constituem o texto; A semântica textual: conteúdo e forma/estruturação frasal e textual; Coesão/coerência: Emprego de diferentes procedimentos linguísticos na superfície textual, lexicais (repetição, substituição, associação), e/ou gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), para garantir a compreensão do que se lê e/ou diz, ou seja, o sentido global do texto (coerência); Polissemia/polifonia: Os diferentes sentidos da palavra e as diferentes vozes que constituem o texto/discurso; Dialogismo, polissemia, polifonia e heterogeneidade discursiva; As marcas da polissemia e polifonia na produção escrita de alunos e professores; Nova ortografia da Língua Portuguesa.

MATEMÁTICA: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Noções de probabilidade. **INGLÊS** - A

metodologia da Língua Estrangeira; Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; O ensino de língua para a comunicação; Dimensões comunicativas do inglês; Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; A escrita e a linguagem oral do inglês; A natureza sociointernacional da linguagem; O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira.

GEOGRAFIA – Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; Geografia Física dos Continentes; Geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia, solos; Aspectos Econômicos; modo de produção; Sistema Financeiro; Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); Endividamento interno e externo; Distribuição de Renda, PIB e PNB; Industrialização; Aspectos Sociais e Políticos; Sistemas de governo; População (crescimento vegetativo, emigração, imigração e xenofobia); IDH; Urbanização; Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática e robótica; - Efeito Estufa; El niño; Buraco na Camada de Ozônio e Chuva Ácida; - Ecossistemas e Biotecnologia.

HISTÓRIA – Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval.

EDUCAÇÃO FÍSICA – Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos de ginástica, jogo, dança, esporte, dentro das diversas formas em que se apresentam, quer no âmbito individual quer no coletivo; Hábitos de vida saudável, de cooperação e de atividades coletivas; Corporeidade/Movimento: esquema corporal, lateralidade, estrutura espacial, orientação espaço-temporal, coordenação motora ampla e motricidade fina, ritmo, equilíbrio, coordenação viso-motora; Aptidão motora: Equilíbrio estático e dinâmico, força, flexibilidade e agilidade; Atividade de locomoção: caminhada, corrida, salto, saltito, galope, salto misto, tempo/espaço; Atividades em grupo de alta organização social e baixa complexidade de tarefa; Jogo: jogos sensoriais, jogos de faz de conta, jogos tradicionais, jogos de construção, jogos de cooperação e de oposição, recreação contantes e estafetas, jogos pré-desportivos, pequenos e grandes jogos; Dança: danças folclóricas, populares e modernas, danças de salão, atividades rítmicas, dramatizações e linguagem gestual, brinquedos cantados e cantigas de roda; Esporte: atletismo, handebol, basquetebol, voleibol, futebol; Ginástica: ginástica formativa, ginástica olímpica, ginástica rítmica; Origem e evolução da Educação Física; Fisiologia do exercício/qualidade de vida.

INGLÊS - A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira.

MÚSICA - Artes musicais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; Músicos Brasileiros; Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN's, RECNEI.; História e Política Educacional; Técnicas Avaliativas; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas;

INFORMÁTICA - Noções de informática – hardware, software e periféricos; Organização, gerenciamento e armazenamento de arquivos; Software livre: filosofia de uso; Pressupostos psicopedagógicos das TIC na educação – instrucionismo e construcionismo; A utilização de editores de texto, planilhas eletrônicas, softwares de apresentação e jogos no processo educativo; Internet e intranet; Navegadores e Correio Eletrônico; As contribuições da internet na atividade de pesquisa – recursos e sites de busca; A internet como espaço de autoria; Redes sociais e escola; Segurança na rede: vírus e sites inadequados para crianças e adolescentes;

QUÍMICA - Propriedades gerais e específicas da matéria. Estados da matéria e mudanças de estado. Misturas: tipos e métodos de separação. Substâncias Químicas: classificação. Leis ponderais e volumétricas. Fórmulas químicas: mínima, centesimal e molecular. Hipótese de Avogadro: estudo físico dos gases. Cálculo estequiométrico. Modelos Atômicos. Estrutura Atômica. Evolução dos modelos atômicos. Estrutura eletrônica e Tabela periódica: propriedades periódicas e aperiódicas. Ligações químicas e estrutura molecular. Polaridade das ligações. Interações Intermoleculares. Compostos inorgânicos: ácidos, bases, sais, óxidos e hidretos. Tipos de reações químicas: classificação e balanceamento. Soluções e dispersões. Concentração das soluções. Diluição e mistura de soluções. Análise volumétrica e gravimétrica. Propriedades coligativas das soluções. Termoquímica: entalpia, lei de Hess, entropia e energia livre. Reações eletroquímicas e suas aplicações tecnológicas. Cinética, equilíbrio químico e pH. Radioatividade e energia nuclear. Estudo dos compostos de carbono. Características gerais dos compostos orgânicos. Estrutura e propriedade dos compostos orgânicos. Principais funções orgânicas. Isomeria e Reações Orgânicas.

FÍSICA - A construção de competências e habilidades no ensino-aprendizagem da Física. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Física. Mecânica: Dinâmica da partícula; Dinâmica do corpo rígido; Leis de conservação; Momento linear, momento angular e energia; Trabalho e energia; Oscilações: movimento harmônico simples e amortecido; Oscilações forçadas e ressonância; Ondas: princípio de superposição; Ondas estacionárias; Ressonância; Estática e dinâmica dos fluidos; Gravitação. Termodinâmica: Calor, trabalho e 1ª Lei da Termodinâmica: teoria cinética dos gases; Entropia e 2ª Lei da Termodinâmica; Transformações reversíveis e irreversíveis; Máquinas térmicas; O ciclo de Carnot. Eletricidade: Campo Elétrico; Lei de Gauss; Potencial elétrico; Corrente elétrica; Campo magnético; Fluxo de campo magnético; Campo magnético produzido por correntes; Força de Lorentz; A lei de Biot-Savart; Lei de Ampere; Lei de Faraday; Ondas eletromagnéticas. Óptica - a natureza da luz: Modelo corpuscular e ondulatório; A luz e as demais radiações; Processos luminosos de interação luz-matéria: reflexão, refração, absorção, difração, interferência e polarização da luz; Óptica da visão. Física moderna - o nascimento da teoria quântica: Quantização e constante de Planck; Dualidade onda-partícula; A natureza ondulatória da matéria.

ANEXO IV

REQUERIMENTO PARA CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

RG: , CPF: ,

Insnscrio (a) para o Cargo de , Residente: , nº ,Bairro:

, Fone: (), portador da necessidade especial , requer a Vossa Senhoria condições especiais para realização da prova objetiva do Processo Seletivo Público do Município de Itá /SC, conforme Edital 004/2015 anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade.

Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

Nestes Termos, Pede Deferimento.

/SC, de de 2015.

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

ANEXO V

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

- CÓPIA CARTÃO DO PIS/PASEP;
- CÓPIA COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOA FISICA
- C.P.F;
- CÓPIA CARTEIRA DE IDENTIDADE;
- CÓPIA REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO OU NASCIMENTO;
- CÓPIA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS E COMPROVANTE DE VACINAÇÃO ATÉ OS 7 ANOS, ATESTADO DE ESCOLARIDADE FILHOS MAIORES DE 7 ANOS A 14 ANOS;
- 1 FOTO 3X4;
- CÓPIA CERTIFICADO MILITAR (Sexo Masculino);
- CÓPIA TITULO ELEITORAL;
- CÓPIA COMPROVANTE DE ULTIMA VOTAÇÃO;
- ATESTADO MÉDICO (ORIGINAL);
- CONTA BANCÁRIA Nº AGÊNCIA ()Brasil () CEF
- CÓPIA CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE (CONCLUÍDO)
- CÓPIA CARTEIRINHA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL;
- CÓPIA COMPROVANTE VACINAÇÃO TÉTANO e RUBEOLA PARA AMBOS OS SEXOS;
- DECLARAÇÃO DE BENS;
- FOLHA CORRIDA JUDICIAL (www.tjsc.jus.br / certidões on line);
- DECLARAÇÃO PENALIDADES (ORIGINAL);
- DECLARAÇÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS (ORIGINAL).

HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR CONCURSO 001/2016

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá – Estado de SANTA Catarina, conjuntamente com a empresa CURSIVA Assessoria e Consultoria, torna público para o conhecimento dos interessados a HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES, conforme segue abaixo:

FARMACEUTICO

1436	ALINE ANTUNES MACIEL BORTOLUZZI	96185570
1348	ALINE CRISTIANI MINTE	3923281
1621	ANA PAULA REDONDO DE MENEZES	2.836.646
1341	ANDRÉA LUDKE	3555970
1650	ANDRESSA TURMENA SIEGA	5162456
1457	CAMILA CORSO	5114101
1331	CARLA CRISTIANE TONIOLO	7043366413
1591	DANIEL FERNANDO MIOTTO	3743284
1245	DANIELE CRISTINA REGINATO	4506781
1257	DEISE MARIA TREVISOL ROSSI	3691969
1495	DIEGO DELLA LATTA	1092424173
1617	EDNA MÁRCIA CASSOL PIAZZA	21340293
1509	ELISANDRO REBONATTO	4086028059
1607	ELIZANGELA FAVARETTO	2694708
1474	ESIELE SOSNOSKI	3239046

1555	FABIANO CARLOS LUNARDI	3209913
1456	GABRIELA MAYARA PIETROBON MACCARINI	104008283
1329	GRAZIELA MILANI	3101182
1473	GREICE REGINA BAROTTO	4.134.026
1386	ICARO DA SILVA NUNES	56381937
1412	INGRID BERTO DA SILVA	5235718
1267	JANAINA ANTONIAZZI SPANHOLI	4755710
1250	JANAINA DALLA VECCHIA	3.867.435
1625	KÁTIA PAULA DE GEUS ZARDO	50564960
1335	LUANA MARA LONGO AGOSTINI	5238238
1249	LUIS HENRIQUE FAVRETO	9097610233
1445	MAURICIO RODRIGO PEREIRA DA SILVA	4885277
1530	MAURÍCIO ZARDO	2117354
1350	MICHAEL EDIMEICO RIBEIRO	3722541
1352	PRISCILA MACAGNAN	5.162.298
1346	SAMARA GALLINA	5583437
1322	SHARA RAQUEL WIERZYNSKI LEAL	3922821
1444	SIMONE CRUSARO	5.075.884
1264	TÁBATHA RAMME AFONSO	5705651
1251	VANESSA RECKERS	4334299
1389	VERÔNICA GABRIELE JANESKO	8095380492

FISIOTERAPEUTA

1497	ADRIANI COSTA	5471804
1411	ADRIELI ALINE MAY	2101565253
1589	ALESSANDRA PAULA SALERNO	5758159
1548	ALEXANDRA TELES GALON	8080393062
1581	ALINE MARIA TONATTO	2109084034
1349	AMANDA CAROLINA BARBOSA	5373022
1277	ANAJARA BORGES	4.334.107
1609	ANDREISE FÁTIMA ZORZAN BETTO	3082567805
1338	ANDRIZA MARIA FERENZ	4450326
1434	ANGÉLICA GRIS	5.056.644
1248	ÂNGELO ALESSANDRO FANTIN	1067757251
1438	ANIELI DA COSTA	1087321277
1665	BRUNA BALZZAN	4958646
1483	BRUNA RIETH	4711503
1596	CAEMILE MARIA VALMORBIDA	47323035
1649	CAMILA CORREA DOS ANJOS	4.553.309
1409	CARINE ARIÉLI GRINGS	1110509501
1377	CARINE LUIZA COLOSSI	5705506
1634	CASSIO NORONHA MARTINS	1079408298
1610	CHANAINA TEM PASS	6113886672
1467	CRISTINE DALMAGRO	5199672
1453	DANIELA SALES CARDOSO PELLISER	3093901175
1543	DANIELE REDECKER AMORIM MARTINS	5238129
1398	DAYANE BUENO	5662396
1493	DENISE FÁTIMA BERTICELLI	3995478
1260	DIANA PAULA SIGNORI MICHAELSEN	5530461
1356	ELEANDRA MARIA SILVESTRI	3184833
1327	ELI FERNANDA TOMAZELI	1079981468
1289	EMANUELA CERUTTI GALLO	6020976
1637	ERASMUS GRINGS	4.676.288

1334	ESCARLAT CARINI PRIMON	4397496
1269	FABIELE DE AGOSTINI	5.237.154
1652	FELIPE MUSSCOPP DOS SANTOS	1081549758
1517	FERNANDA ROSÁRIO	5691528
1324	FERNANDO ZANCANARO MIOTTO	4863932
1285	FLÁVIA LETÍCIA ZANCANARO MINELLA	4450913
1340	FRANCINE STULP	4442301
1321	GABI ACILEIA BOETTCHER FIAMETTI	3614348
1454	GENAINA KARINE SANTIN	6131182
1316	GIAN CARLOS BEAL	1100625944
1668	GISELE APARECIDA DALLAGNOL	3922876
1643	JANA REGINA ZAMPIERON CAMILLO	3935155
1259	JANAINA MOLOZZI ROSSI	3.614.134
1268	JANAINA MÜLLER	5217164
1275	JESSICA DALLA LIBERA BRESSAN	5056524
1577	JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA	45954089
1485	JOÃO LUIS WIEST	2633664
1507	JULIANO FRITZEN	5.889.503
1428	KELLY BELON VALDAMERI	5060538
1470	LEONARA APARECIDA LECHNER	5914535
1599	LETÍCIA MARTA AGOSTINI	4090411614
1641	LUÃ JOAQUIM ALVES PIRES	4.696.108
1420	LUIZ CARLOS FAVARÃO FILHO	104666671
1353	MAIARA GONÇALVES	5530534
1531	MAIKON DALL BELLO DAL PONTE	8095370808
1461	MAÍRA CAROLINE DE OLIVEIRA	91422840
1254	MARCELA MOSCON	5975510
1602	MÁRCIA E. GIULIATO	45063630
1265	MARCOS ANDRÉ FONTANA VASSELAI	31860249
1648	MARCOS ROBERTO CHIQUELERO MACHADO	58723815-X
1351	MARIELLE ROSSI	4100320
1545	MARINA CAVALHEIRO ZUCCHI	6107486695
1414	MICHELE DASSI	1095371942
1576	MICHELI RUVER DE AZEVEDO	54294479
1656	MIGUEL ANDRADE DAMO	9068107383
1446	MONIQUE GRISOLIA DE OLIVEIRA	48591416
1459	NATASHA KRIG SI MANOEL ANTONIO	5851036
1452	NELCIMARA LÚCIA MARAFON	51628988
1642	PATRICIA GALIANO	3094004045
1326	PATRIK CASASOLA BERLATTO	3085044141
1506	PEDRO DILELIO MARACCI FILHO	1076198082
1307	PRISCILA OLIVEIRA DE BORTOLI	7646370
1586	QUÉLIN JOANA PEINHOPF FINCO	3.995.307
1395	RAFAELA SPRICIGO DA SILVA DUTRA	3942677
1660	RAHEL CANFIL DOMINGUES	1084293784
1496	RICARDO LUIZ NARDI	5652970
1600	ROSELIA BORGHELOT	1090013051
1479	SELOI AZEREDO E SILVA	5095325
1551	SENE GOMES MACIEL	10244173
1580	SUÉLEN DAIANA FISCH GARCEZ	9107713944
1505	TACIANA MIKAELLA CIOTTA	5561064
1419	TATIANE ANTUNES DOS SANTOS CAMARGO	6127208277
1590	THAIS LORENZETTI	6.216.562

1333	VINÍCIUS GHIGNATTI	5061507637
1518	VIVIAN RAQUEL DE SANT' ANNA	5181207
1301	WELLINGTON VALDUGA	3180800
1323	WILLIAMS SANTOS FERREIRA	3187023

MEDICO VETERINÁRIO

1486	ADRIANA CARLA BALBINOT	5056162
1261	ALEXSANDRO GRITTI	5,336,647
1512	ALLAN CRISTIAN GONÇALVES DE SOUZA	12.537.988-5
1549	ANA PAULA MAROCCO MASCHIO	5245842
1564	ANDERSON MATEUS ZONTA	5.398.864
1631	ANDRÉ LUIZ FRARE	57866900
1396	ANTONISE MARIELY JAGUEZESKI	5684692
1619	ARTUR BRUZAMARELLO	9093546571
1404	BRUNA ZATTA	4732189
1489	CAMILA ZARDO DE NARDI	4980464
1272	CARLA SABEDOT	5056890
1592	CAROLINE ROSA MONTEIRO	6216275
1640	CAROLINE SCHMID	4.819.049
1516	CLAUDYANO GYAN ANDRETTA	5286009
1492	CRISTIANE ZARICHTA	12984250-4
1635	DAIANE KAREN WENTZ	5705806
1491	DANIEL SOMENSI	4997114
1310	DIANA BALBINOTT	4692566
1399	DIEGO FRANCISCO MARCON	5215134
1490	DOGLAS LUNARDI	55197019
1510	DOUGLAS DAL'MAGO	5530878
1255	EDUARDO JONAS DOS SANTOS	5.056.670
1636	EDUARDO MATEUS ORTH	4911610
1319	EDUARDO ROTHER	4899940
1611	ELISA ZANFONATO	7108423174
1482	ELIZANDRA REJANE REX	6.106.652
1472	ERICA LEHMEN	6749618
1422	FERNANDA AGUSTINI STEDILLE	5831237
1317	FERNANDA MARIA BORTOLI	4321598
1667	GUSTAVO FELIPE GÓIS PADILHA HUGEN	4879857
1415	HENRIQUE DA SILVA CORREA	95140700
1662	IALANNA GARGHETTI SPILMANN	45847266
1579	ISABELLA PAMPLONA ZIEBARTH	4103057
1638	ISADORA	1093757597
1312	ISIS BURTET JANKUS	4193680
1464	JANE TELLECHEA FERNANDES	5062641641
1388	JAQUELINE KREICHMANN	123880501
1514	JEAN CARLOS DESCHAMPS	5694136
1430	JEFFERSON CAGLIARI	5626559
1463	JESSIANE DAMIAN	5072002
1425	JOÃO LUIS DOS SANTOS	5.626.191
1390	JULIANA BRUNETTO RODEM	3910698
1292	JULIANA JACOVAS	53365550
1480	KETERIN CAROLINE BRANDELERO	5072950
1528	LETICIA FELIZZARI SGANZERLA	1104925316
1562	LUAN JUNIOR PICCINI	569145920
1276	LUANA MIOTTO	4732052

1471	LUCAS CAON	3942084
1262	LUCIANA CORASSA	4731252
1598	LUCIANE LAUX PASTORE	3614423
1468	LUIS ALBERTO RIGOTTI FRANTZ	4863977
1519	LUIZ GUILHERME RASMUSSEN TORRI	12.694.310-5
1311	LUIZ GUSTAVO D'AGOSTINI	5593370
1462	MARIA JULIA DECONTO	7100110894
1332	MARIA LUIZA ZANOTTO	1706171
1270	MARIANA BEDIN	82981810
1392	MATEUS ELOIR GABRIEL	5162610
1478	MATEUS HENRIQUE DAMBROZ	2104914144
1376	MATEUS MACHADO PEREIRA	10785502-5
1263	MAYARA LAIZ MINOTTO MATTEI	5705693
1343	MAYCKON ANTONIO CARDOSO PADILHA	4574704
1439	MICHEL ZIEHER	5708573
1511	MIRIANI CORTELLINI DE OLIVEIRA	3749851
1633	MYRIAN CARLA GRANEMANN	5340797
1606	NEUBER JOSE LUCCA	1101232732
1455	PATRÍCIA MAYUMI DE OLIVEIRA LIMA ABE	272850439
1432	PAULO HENRIQUE MORETTO KEHL	3935947
1565	PIETRO AUGUSTO MANTOANI	3102022823
1588	RAFAEL ALBRECHT	5.705.978
1557	RAFAEL BIZARRO DE BEM	1097863052
1476	RAFAEL LUIZ OLIVO	4948669
1286	RAISSA ISAURA ROSSI	53363329
1481	RENATO DOS SANTOS	7097841063
1314	RICARDO CHRIST	5946933
1460	RODRIGO DALMAGRO	4897821
1487	SARA HÉLEN ZARTH	4929885
1659	SIMONE CONTERNO	46994310
1309	SIMONE CRISTINA GRIEBELER	5.914.997
1647	SUELEN MARIA	1111617393
1618	VINICIUS BERGAMO	7085037351
1572	WILLIAN RENAN DE CARVALHO	5.268.454
1626	YARA TAYANA ANDRIOLA	84555282
1624	ZEDIANE BONATTO	3081234365

Itá/SC, 14 de dezembro de 2016.

LEI 2490

LEI Nº 2490, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Itá para o Exercício de 2017".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores de Itá VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte,

LEI: DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Itá para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 36.880.000,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta mil reais), sendo R\$ 26.569.046,80 do Orçamento Fiscal e R\$ 10.310.953,20 do Orçamento da Seguridade Social, referente aos Poderes do Município, dos seus Órgãos, Fundos e Fundações da Administração direta e indireta, discriminados nos anexos desta lei.

§ 1º A receita orçamentária consolidada da Administração Direta e Indireta é assim estimada:

Especificação	R\$
I – Receita Orçamentária Consolidada	36.880.000,00

- Administração Direta	34.612.606,80
- Fundo Municipal de Saúde	1.637.393,20
- Fundo Municipal de Assistência a Saúde do Servidor Público Municipal de Ita – FAPPAM	630.000,00
II – A receita consolidada foi estimada com base na seguinte especificação:	
Receitas Correntes	36.570.000,00
Receita Tributária	2.945.000,00
Receita de Contribuições	650.000,00
Receita Patrimonial	245.000,00
Receita de Serviços	54.881,13
Transferências Correntes	32.298.118,87
Outras Receitas Correntes	377.000,00
Receitas de Capital	310.000,00
Alienação de Bens	300.000,00
Amortização de Empréstimos	10.000,00
TOTAL	36.880.000,00

§ 2º A despesa orçamentária consolidada fixada da Administração Direta e Indireta é:

Especificação	R\$
I – Despesa Fixada Consolidada	36.880.000,00
- Administração Direta	27.942.906,80
- Fundo Municipal de Saúde	8.267.093,20
- Fundo Municipal de Assistência a Saúde do Servidor Público Municipal de Ita – FAPPAM	630.000,00
- Fundação Cultural de Ita	40.000,00
II - A despesa orçamentária municipal consolidada é fixada com as seguintes especificações:	36.880.000,00
a) Despesa Por Categoria Econômica:	
- Despesas Correntes	33.789.126,00
Pessoal e Encargos Sociais	16.624.594,00
Juros e encargos da Dívida	150.000,00
Outras Despesas Correntes	17.014.532,00
- Despesas de Capital	2.990.874,00
Investimentos	2.090.874,00
Inversões Financeiras	50.000,00
Amortização da Dívida	850.000,00
- Reserva de Contingência	100.000,00
Reserva de Contingência	100.000,00
b) Despesa Por Órgão:	
1. Administração Direta:	27.942.906,80
1.1 Câmara Municipal de Vereadores	1.000.000,00
1.2 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	915.000,00
1.3 Secretaria Mun. Da Administração e Fazenda	4.556.681,13
1.4 Secretaria Municipal de Transportes	1.434.800,00
1.5 Secretaria Mun. Da Agricultura e Meio Ambiente	2.915.000,00
1.6 Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer	9.395.565,67
1.7 Secretaria Municipal de Assistência Social	40.000,00
1.8 Secretaria Mun Turismo e Desenvolvimento Econômico	2.615.000,00
1.9 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	1.870.000,00
1.10 Fundo Mun. Direitos da Criança e Adolescência	50.000,00
1.11 Fundo Municipal de Assistência Social	1.168.860,00
1.12 Fundo Municipal de Turismo	15.000,00
1.13 Fundo Municipal de Saneamento Básico	1.422.000,00
1.14 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHI	110.000,00
1.15 Fundo Municipal de Defesa Civil – FMDC	60.000,00
1.16 Fundo Municipal de Direito do Idoso	45.000,00
1.17 Fundo Municipal de Desenvolvimento de Ita	160.000,00
1.18 Fundo Municipal de Meio Ambiente	70.000,00
1.19 Reserva de Contingência	100.000,00
2. Fundo Municipal de Saúde	8.267.093,20
2.1 Fundo Municipal de Saúde	8.267.093,20
3. Fundo Municipal de Assistência a Saúde do Servidor Municipal de Ita	630.000,00
3.1 Fundo Municipal de Assistência a Saúde do Servidor Municipal de Ita	630.000,00
4. Fundação Cultura de Ita	40.000,00

4.1 Fundação Cultura de Ita	40.000,00
TOTAL GERAL	36.880.000,00

Art. 2º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos" as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada um das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar por ato próprio, dotações de um grupo de natureza de despesa/ Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 4º O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal n.º 4.320/64, a:

I - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita Estimada, para o orçamento consolidado, utilizando como fonte recursos previstos nos incisos I e II do § 1º do Artigo 43 de Lei Federal N.º 4.320/64.

II – Abrir crédito adicional suplementar à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei.

Art. 5º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º No exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei até o limite previsto na legislação em vigor.

Art. 7º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros Entes da Federação.

Art. 8º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus Órgãos de Administração Direta e Indireta.

Art. 9º A Lei Orçamentária englobará, apenas para efeitos de contabilização, em estrutura única os orçamentos do Município de Itá, Poder executivo e Legislativo, do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Turismo, do Fundo Mun. Direitos da Criança e Adolescência, do Fundo Municipal de Saneamento Básico, do Fundo Municipal de habitação de interesse social – FMHI, do Fundo Municipal de Defesa Civil – FMDC, do Fundo Municipal de Direito do Idoso, do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA e do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Itá, visando facilitar as rotinas contábeis.

Parágrafo único. Os Fundos Municipais continuam a existir legalmente, possuindo contabilização da despesa por Destinação de Recursos a eles vinculados, na condição de Unidades Orçamentárias do orçamento geral e contas bancárias específicas aos Fundos, do Município de Ita.

Art. 10. Esta lei orçamentária atende as diretrizes estabelecidas no programa do Governo, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e deve garantir prioridade absoluta à criança e ao adolescente durante a execução orçamentária do corrente exercício.

Art. 11. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itá, em 06 de dezembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ADELIANE JACIRA BETTO

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI 2491

LEI Nº 2491, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

"Dispõe Sobre Autorização para a Abertura de Credito Adicional Suplementar e dá outras providências".

Leide Mara Bender, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Faz Saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele, sanciona e promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2016, no valor de R\$ 171.476,65(cento e setenta e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), conforme descrito a seguir:

02.00 – Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito Municipal

02.01 – Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito Municipal

2.002- Manutenção Atividade Gabinete da Prefeita e Vice

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

04.00 – Secretaria Municipal de Transportes

04.01 – Departamento Municipal de Estradas de Rodagem
2.007- Manutenção das Atividades do DMER

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
06.01 – Departamento de Educação

2.012- Manutenção Secretaria de Educação	
3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	40.000,00
2.018- Apoio ao Ensino Superior e Especialização	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

2.046- Manutenção Fundo Municipal Saneamento Básico	
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	21.476,65

Art. 2º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no exercício de 2016, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme descrito a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde
11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031- Manutenção Atividades Fundo Mun. Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	110.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1065 – Aplicações Diretas	25.000,00
2.036- Manutenção do Sobreaviso médico	
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 3º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º no valor de R\$ 171.476,65 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
2.003- Manut. Atividades da Sec. Administração e Fazenda

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 – Departamento Municipal de Agricultura
2.010- Manutenção do Dpto de Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	80.000,00
--	-----------

05.02 – Departamento de Meio Ambiente
2.011- Manutenção do Departamento de Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
06.01 – Departamento de Educação

2.014- Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	40.000,00

06.02 – Departamento de Esporte e Lazer

1.012- Construção de Espaços Esportivos e Recreativos	
4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	13.070,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
08.01 – Departamento de Turismo

1.018- Infra estrutura Turística	
4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	1.250,61

08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços

2.028- Manutenção Dpto de Indústria, Comércio e Serviços	
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.050- Pavimentação de Vias Publicas	
4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	1.338,60

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

1.035- Saneamento Básico Municipal	
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	5.817,44

Art. 4º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 2º no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, conforme a seguir descrito:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.033- Manutenção do Atendimento Odontológico	
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	10.000,00

2.034- Manter Programa Próteses e Orteses	
3.3.90.00.00.00.00.1065 – Aplicações Diretas	25.000,00

2.037- Manutenção Convênio com Hospitais	
3.3.50.00.00.00.00.1002 – Transf. a Instituições privadas	100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	65.000,00
--	-----------

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 12 de dezembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ADELIA NE JACIRA BETTO

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI 2492

LEI Nº 2492, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o repasse de valores para a Liga Independente das Escolas de Samba de Itá para a realização do Carnaval Náutico de Itá – SC, Edição 2017 e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros à Liga Independente das Escolas de Samba de Itá, CNPJ nº 17.155.248/0001-24, destinados ao pagamento de despesas com a realização do Carnaval Náutico de Itá, edição 2017.

Parágrafo Único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o "caput" deste artigo, é de até R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), a serem repassados conforme definição em ato próprio, até o limite autorizado por esta Lei.

Art. 2º Fica a Liga Independente das Escolas de Samba, autorizada a utilizar o espaço público da Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, realizar a cobrança de ingressos, publicidade, exploração de praça de alimentação, bebidas, e atividades afins para a realização do evento.

Art. 3º A falta ou irregular prestação de contas acarretará a devolução do valor da respectiva parcela e o não repasse das subseqüentes.

Art. 4º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias do Orçamento do Município.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itá, em 12 de Dezembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ADELIA NE JACIRA BETTO

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI 2493

LEI Nº 2493, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

“Autoriza o repasse de valores às entidades que determina e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a repassar às entidades abaixo discriminadas o valor de até RS 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada entidade, a serem aplicados na manutenção das atividades das Escolas de Samba no que diz respeito ao Carnaval Náutico de Itá-SC, edição 2017:

I – Associação Cultural e Recreativa Foliões do Lago, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Avenida Tancredo Neves, Centro, neste município de Itá-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.626.226/0001-41;

II – Associação Inocentes, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Avenida Tancredo Neves, Centro, neste município de Itá-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.718.370/0001-08;

III – Associação Cultural, Esportiva e Recreativa Kizomba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Avenida Tancredo Neves, Centro, neste município de Itá-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.573.061/0001-50;

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento do Município.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, em 12 de Dezembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ADELIANE JACIRA BETTO

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Itapiranga

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA Nº 174/2016

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 174/2016

Às nove horas do nono dia do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu-se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 02/2016, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 174/2016, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NAS COMUNIDADES SANTA CRUZ E SANTO ANTONIO, NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 823288/2015/MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

Janete Frantz Baumann
Presidente

Thiago Rohden
Membro

Dienifer Strack
Membro

DECRETO Nº 233 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 233 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004, de 15 de dezembro de 2015:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e na fonte de recursos 88 – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, no valor de R\$ 8.240,00 (oito mil duzentos e quarenta reais):

03.03 – Secretaria Municipal de Administração Obras, Serviços Urbanos - Urbanismo
15.452.0076.2009 – Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo
33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
25.752.0076.2012 – Manutenção e Implantação de Rede de Iluminação Pública
33.90.00.00.00.00.0088 – Aplicações Diretas R\$ 8.240,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 13 de dezembro de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretaria Municipal de Administração.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO N° 23/2016 FMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 23/2016 Licitação: 23/2016 - PR Data da Homologação: Fornecedor: 142985 - AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA									
1	62805	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTANTES E CRIANÇAS PREGOMIN PEPTI	DANONE	UND	100,000	0,0000	95,9000	9.590,00	Venceu
2	62807	DIETA ENTERAL EM PO, POLIMÉRICA, NUTREN JUNIOR	NESTLE	UND	160,000	0,0000	54,9000	8.784,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								18.374,00	

Itapiranga, 14 de Dezembro de 2016.

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 65/2016

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2016 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo quarto dia do mês de dezembro de 2016, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros KARINA JUSSARA DOS SANTOS E JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, nomeados pelo (a) Decreto nº 2722/2016, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 65/2016, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE VAPOR POR LUMINÁRIAS DE EFICIÊNCIA COM TECNOLOGIA EM LED (LIGHT EMITTING DIODE), EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DESCRITIVA DE ORÇAMENTO, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricar os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP	FERNANDO SATTIS TRENTIN

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foi achada conforme. O valor máximo orçado no edital foi de R\$1.098.150,82, a empresa cotou seu preço com um desconto de R\$ 54.911,48. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Em seguida a pregoeira solicitou ao licitante presente, a possibilidade de redução de preços tendo vista as pesquisas de preços realizadas em licitações realizadas em outros Municípios, que apresentavam uma variável entre o preço logrado no presente certame em comparação a maior e a menor. O representante da empresa alega que não tem condições em reduzir seus preços, tendo em vista: os custos com logística, a distância do Município da sede da empresa, ainda condições da localização do Município, os agravantes naturais: como maresia. Consideração da especificação, quantidade adquirida, cotação da moeda. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP	1	R\$ 1.043.239,34

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 14 de dezembro de 2016.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
KARINA JUSSARA DOS SANTOS Membro	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro

Licitantes:

ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP
FERNANDO SATTIS TRENTIN

DECRETO MUNICIPAL Nº 2945/2016 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL nº 2945/2016

Data: 14 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade, e considerando CI/DO/111/2016,

DECRETA

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma funcional programática, no valor de R\$117.020,00 (cento e dezessete mil e vinte reais) em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal 635/2015 – LOA 2016, conforme abaixo:

Suplementações

03.00 GABINETE DO PREFEITO

03.01 Gabinete do Prefeito

00401220002.2008 Convênio com a Secretaria de Segurança Pública

34490 Aplicações Diretas (199) FR 100000R\$ 1.020,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Departamento de Obras

001504510009.2075 Folha de Pagamento do Departamento de Obras

33191 Aplicações Diretas Dec Op entre Órgãos(303) FR 10000 R\$ 85.000,00

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

0001003010013.2113 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Família

33390 Aplicações Diretas (76) FR 10201 R\$ 31.000,00

Total das Suplementações R\$ 117.020,00

Anulações**03.00 GABINETE DO PREFEITO**

03.01 Gabinete do Prefeito

00401220002.2008 Convênio com a Secretaria de Segurança Pública

33390 Aplicações Diretas (299) FR 100000 R\$ 1.020,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Departamento de Obras

001504510009.2075 Folha de Pagamento do Departamento de Obras

33190 Aplicações Diretas(193) FR 10000 R\$ 85.000,00

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

0001003010013.2113 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Família

34490 Aplicações Diretas (495) FR 10201 R\$ 31.000,00

Total das Anulações R\$ 117.020,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 14 de dezembro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 56/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2016

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: MASTER ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME, com sede à Av. André Rodrigues de Freitas, nº159, Bairro: Itapema do Norte, neste Município, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.407.819/0001-21 e Inscrição Estadual: 255.728.573, representada neste ato por sócio, o Sr. GUILHERME ARAUJO CAMARGO, portadora do CNPF/MF nº 055.623.049-37 e do CI.RG nº 9.474.439-3 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2016 – PROCESSO Nº 81/2016

Objeto: Aquisição de uma impressora multifuncional laser para uso da Polícia Militar - 4º Pelotão Itapoá, conforme especificações do Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: R\$ 2.799,00

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2016

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 14 de dezembro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

TERMO DE SUSPENSÃO - CONCORRÊNCIA Nº 02/2016

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 16 de dezembro de 2016. HORÁRIO: 09h:30min (abertura)

CONCORRÊNCIA Nº 02/2016 - PROCESSO Nº 42/2016 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, roçada, copa e cozinha, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, fica no presente ato suspensa, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa, para análise e deliberação de impugnação interposta sob Protocolo nº 7514/2016 - Requerente a Empresa: SEVILLE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ/MF: 01.567.432/0001-41.

Itapoá, 14 de dezembro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - IPESI**PORTARIA 10104/2016**

PORTARIA N.º 10104/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade ao servidor MANOEL DA ROCHA"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 73 da Lei Complementar Municipal 41/20014, combinando com o inciso III, alínea "b" do § 1º do art.40 da CF/88, com redação dada pela E.C.41/2003 e Lei Municipal 155/2003, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimento, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária por implemento de idade ao servidor MANOEL DA ROCHA, efetivo no cargo de Ajudante de Serviços Públicos Nível "I" Referência "P", lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com proventos proporcionais no valor de no valor de R\$ 1.501,45 (Um mil quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos), conforme processo administrativo do IPESI nº 2016.02.01303P, a partir de 01 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 01 de novembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 15 de Dezembro de 2016.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner

Diretora Executiva

Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:

Sérgio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 10, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 10, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre concessão de férias para servidor ocupante de cargo de provimento em comissão na Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 81, combinado com o art. 210 da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder férias ao servidor ERALDO BENITO CANDIDO - OAB/SC Nº 33043, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico, Símbolo CPC-01, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Parágrafo único. As férias concedidas se referem ao período de aquisição de 1º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016 terão duração de 30 (trinta) dias e serão usufruídas no período de 2 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 2 de janeiro de 2017.

Jacinto Machado, 1º de dezembro de 2016; 57ª de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSDB)
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 6, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 6, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre concessão de férias para servidor ocupante de cargo de provimento efetivo na Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 81, combinado com o art. 210 da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder férias ao servidor ADILSON PIVA, Matrícula nº 1.235, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, Classe II-CPE, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Parágrafo único. As férias concedidas se referem ao período de aquisição de 2 de julho de 2015 a 1º de julho de 2016, terão duração de 30 (trinta) dias e serão usufruídas no período de 2 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 2 de janeiro de 2017.

Jacinto Machado, 1º de dezembro de 2016; 57ª de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSDB)
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)
Primeiro Secretário.

PORTARIA Nº 7, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 7, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre concessão de férias para servidor ocupante de cargo de provimento efetivo na Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 81, combinado com o art. 210 da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder férias ao servidor ADRIANO LODETTI FAVARO, Matrícula nº 1.196, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, Classe IV-CPE, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Parágrafo único. As férias concedidas se referem ao período de aquisição de 4 de julho de 2015 a 3 de julho de 2016, terão duração de 30 (trinta) dias e serão usufruídas no período de 2 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Por imperiosa necessidade será convertido 1/3 (um terço) das férias que tem direito o servidor acima epigrafado em abono pecuniário, no valor da remuneração que seria devida nos dias correspondentes, conforme dispõe art. 81, § 4º, aliena "a", da Lei nº 245, de 20 de março de 2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 2 de janeiro de 2017.

Jacinto Machado, 1º de dezembro de 2016; 57ª de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSDB)
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 8, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 8, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre concessão de férias para servidora ocupante de cargo de provimento efetivo na Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 81, combinado com o art. 210 da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder férias a servidora JUCILENE LAURINDO DE MELO PADILHA, Matrícula nº 1.198, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Legislativos, Classe I-CPE, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Parágrafo único. As férias concedidas se referem ao período de aquisição de 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016 terão duração de 30 (trinta) dias e serão usufruídas no período de 2 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 2 de janeiro de 2017.

Jacinto Machado, 1º de dezembro de 2016; 57ª de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSDB)
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 9, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 9, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre concessão de férias para servidor ocupante de cargo de provimento efetivo na Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 81, combinado com o art. 210, da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder férias ao servidor WANDERLEY TOMASI, Matrícula nº 0500, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário-Geral, Classe III-CPE, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Parágrafo único. As férias concedidas se referem ao período de aquisição de 1º de junho de 2015 a 31 de maio de 2016, terão duração de 30 (trinta) dias e serão usufruídas no período de 2 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Por imperiosa necessidade, será convertido 1/3 (um terço) das férias a que tem direito o servidor acima epigrafado em abono pecuniário, com o pagamento do valor da remuneração que seria devida nos dias correspondentes, conforme dispõe art. 81, § 4º, aliena "a", da Lei nº 245, de 20 de março de 2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 2 de janeiro de 2017.

Jacinto Machado, 1º de dezembro de 2016; 57ª de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSB)
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)
Primeiro Secretário.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.154/2016

D E C R E T O Nº 11.154/2016

Institui o Núcleo de Apoio Técnico (NAT), Regulamenta os Procedimentos Voltados à Prevenção e Resolução Administrativa de Litígios na Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul,

DECRETA :

CAPÍTULO I DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO (NAT)

Art.1º Fica instituído, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em Jaraguá do Sul, o Núcleo de Apoio Técnico (NAT), órgão consultivo à disposição do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal e Estadual, da Defensoria Pública e dos Advogados, que subsidiará e auxiliará os membros de tais instituições na análise de questões técnicas relacionadas à saúde pública e favorecerá, nos limites de suas atribuições e competências, a resolução administrativa de litígios.

Art.2º Não será admitida qualquer interferência dos profissionais e órgãos vinculados ao SUS no teor dos pareceres emitidos pelo NAT.

Art.3º O NAT deverá observar, em todas as suas atividades e manifestações, as normas regulamentadoras do funcionamento do SUS e as deliberações emanadas das Comissões Intergestores.

Art.4º Competirá ao NAT:

I - subsidiar prioritariamente o Poder Judiciário, o Ministério Público Federal e Estadual, a Defensoria Pública e Advogados com pareceres técnicos a respeito de questões relacionadas à saúde pública e às normas e orientações técnicas que regulamentam o funcionamento do SUS, os quais serão elaborados e subscritos por profissionais da saúde devidamente habilitados;

II - levantar dados e monitorar indicadores referentes à judicialização da saúde pública e seus reflexos financeiros, administrativos e assistenciais;

III - atuar no fortalecimento do diálogo entre o Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público Federal e Estadual, Defensoria Pública, Advogados, Instituições de Ensino e Sociedade Civil;

IV - realizar estudos, estimular debates e propor medidas de gestão que contribuam para a redução do número de ações judiciais no âmbito do SUS, bem como para a melhoria da assistência à saúde no Município de Jaraguá do Sul;

V - processar e analisar os requerimentos administrativos formulados de acordo com o regulamento do Sistema Municipal de Prevenção e Resolução Administrativa de Litígios na Saúde, constante no Capítulo III deste Decreto.

Parágrafo único. O NAT não será competente para a realização de perícias de qualquer natureza.

Art.5º Todos os servidores vinculados à Secretaria Municipal da

Saúde deverão prestar ao NAT, por escrito, as informações que lhes forem requisitadas.

§1º As informações e/ou pareceres referentes a assuntos alheios às categorias profissionais disponíveis na equipe do NAT serão requisitadas aos profissionais atuantes na Rede de Saúde Municipal, na forma do §2º, do artigo 13.

§2º Se não houver estipulação em contrário, o prazo para apresentação das informações solicitadas será de até 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento da solicitação.

Art.6º Os requerimentos e demais documentos endereçados ao NAT serão preferencialmente encaminhados em meio eletrônico, conforme regulamentação específica a ser elaborada pelo Secretário Municipal da Saúde.

Parágrafo único. Em casos excepcionais e até que esteja em funcionamento o sistema de encaminhamento eletrônico mencionado no caput, serão provisoriamente aceitos requerimentos e documentos encaminhados em meio físico.

CAPÍTULO II DO APOIO TÉCNICO AO PODER JUDICIÁRIO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E ESTADUAL, À DEFENSORIA PÚBLICA E AOS ADVOGADOS

Art.7º As solicitações de pareceres indicarão expressamente os questionamentos a serem respondidos e os pontos que serão objeto da análise técnica a ser realizada.

Parágrafo único. Competirá ao solicitante o envio das peças processuais, laudos, receituários, exames complementares e demais documentos necessários à análise dos questionamentos submetidos ao NAT.

Art.8º Os pareceres técnicos emitidos pelo NAT serão encaminhados aos órgãos solicitantes em meio eletrônico, salvo nas hipóteses em que as próprias solicitações indicarem meio diverso.

CAPÍTULO III DO SISTEMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE LITÍGIOS NA SAÚDE

Art.9º O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, os Núcleos de Prática Jurídica das Faculdades de Direito, os Advogados em representação de usuários efetivos do SUS e as diversas unidades ou serviços componentes da Rede de Saúde Municipal poderão formular requerimentos administrativos referentes ao fornecimento de medicamentos e procedimentos de saúde, nos termos deste Decreto.

Art.10. Para que sejam admitidos, os requerimentos mencionados no artigo anterior deverão ser endereçados ao NAT e instruídos, no mínimo, com os seguintes documentos:

I - solicitação formal do medicamento e/ou procedimento de saúde, subscrita pelo usuário requerente e pelo responsável por seu atendimento no órgão de origem;

II - cópia da prescrição médica do procedimento ou medicamento requerido, que conterá todas as informações indispensáveis ao tratamento (Classificação Internacional de Doenças - CID, posologia,

etc.) e observará, sempre que possível, a Denominação Comum Brasileira ou as descrições dos procedimentos existentes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses do SUS;

III - relatório médico subscrito pelo prescritor do medicamento ou tratamento pleiteado, que deverá apresentar respostas a todos os questionamentos enumerados no modelo constante no Anexo Único deste Decreto, acompanhadas das respectivas justificativas técnicas;

IV - cópias da cédula de identidade, do comprovante de residência atualizado e do Cartão Nacional de Saúde do usuário;

V - declaração firmada pelo responsável pelo atendimento no órgão de origem, atestando que as cópias apresentadas correspondem integralmente aos respectivos documentos originais.

Art.11. O NAT poderá receber e analisar os requerimentos administrativos paralelamente ao processamento da respectiva ação judicial.

Art.12. A análise dos requerimentos administrativos poderá ser realizada em regime de urgência, mediante a apresentação de justificativa e dos documentos necessários à comprovação da necessidade de tramitação prioritária.

Parágrafo único. A deliberação acerca das justificativas apresentadas caberá ao NAT, que a fará de forma fundamentada.

Art.13. Recebida a solicitação, o NAT procederá à elaboração de parecer técnico a respeito do caso, o qual contemplará minimamente os seguintes pontos:

I - verificação da possível presença do item pleiteado na Relação Municipal de Medicamentos - REMUME, Relação Nacional de Medicamentos - RENAME e na Lista de Medicamentos Padronizados no Componente Especializado caso a solicitação tenha por objeto um tratamento farmacológico, ou na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses do SUS, caso a solicitação seja referente a tratamento de natureza diversa;

II - avaliação técnica e pormenorizada acerca da viabilidade e da pertinência da solicitação, que explicitará se o tratamento prescrito é seguro e eficaz para a finalidade almejada, de acordo com os critérios definidos pelo artigo 19 - Q, §2º, da Lei Federal Nº 8.080/1990, de 19/09/1990;

III - análise da possibilidade de substituição do tratamento requerido por algum dos itens padronizados pelas listagens oficiais, nas hipóteses em que a solicitação for referente a item não padronizado;

IV - conclusão simplificada e objetiva, que resumirá o resultado da análise em linguagem acessível.

§1º É facultada ao NAT, sempre que as circunstâncias do caso permitirem e mediante justificativa técnica, a reprodução de pareceres já emitidos em resposta a solicitações análogas.

§2º O NAT poderá elaborar requisições de informações e/ou pareceres, aos profissionais de saúde atuantes na Rede Municipal, as quais, caso não haja estipulação em contrário, serão respondidas no prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir de seu recebimento.

Art.14. Nos casos em que o NAT constatar a possibilidade de substituição dos tratamentos não padronizados pretendidos por similares padronizados, os usuários requerentes serão submetidos a uma reavaliação médica, a ser realizada por especialista na área ou pelo clínico disponibilizado pelo NAT, conforme a situação.

Parágrafo único. As substituições serão pautadas preferencialmente

pelas indicações expressas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde.

Art.15. Nos termos do artigo anterior, também serão submetidos à reavaliação médica os pacientes que apresentarem prescrições provenientes de profissionais não vinculados ao SUS.

Art.16. Os resultados das reavaliações médicas serão encaminhados ao NAT, de forma a possibilitar sua juntada aos autos do procedimento administrativo e a permitir o prosseguimento do feito.

Art.17. A Central de Regulação da Secretaria Municipal da Saúde, ou outra que a suceder, providenciará as reavaliações médicas especializadas com a maior brevidade possível, desde que requeridas pelo NAT em uma das situações especificadas neste Decreto.

Art.18. As reavaliações médicas solicitadas pelo NAT serão adstri-
tas ao objeto dos respectivos requerimentos administrativos.

Art.19. Nas hipóteses em que os pareceres técnicos e/ou as reavaliações médicas realizadas se manifestarem favoravelmente à disponibilização de tratamentos alheios às competências atribuídas ao Município pelas normas regulamentadoras do Sistema Único de Saúde (SUS), caberá ao Núcleo de Apoio Técnico (NAT) notificar o ente responsável pelo fornecimento administrativo do item recomendado, de forma a possibilitar o devido fornecimento administrativo.

§1º Simultaneamente, o NAT procederá à intimação dos interessados e encaminhará cópia do relatório final a seus representantes e/ou procuradores, a fim de possibilitar a estes a adoção das providências cabíveis.

§2º Se o tratamento recomendado apenas puder ser viabilizado por meio de Tratamento Fora do Domicílio - TFD interestadual, proceder-se-á na forma descrita no caput.

Art.20. Após a elaboração do parecer técnico, o fornecimento administrativo dos tratamentos solicitados será autorizado pelo Secretário Municipal da Saúde, ou outro que o suceder, nas seguintes situações:

I - em atendimento às solicitações que tratem de itens padronizados cujo fornecimento seja de competência do Município, mediante a apresentação de prescrição subscrita por médico do SUS;

II - nas hipóteses em que o médico do SUS, após a reavaliação do caso clínico do usuário solicitante, prescrever tratamento que preencha os requisitos estabelecidos pelo inciso I;

III - nos demais casos em que o Secretário Municipal da Saúde, ou outro que o suceder, após a análise do parecer técnico, concluir que há interesse da Administração Pública na conciliação.

§1º Nos casos em que as normas aplicáveis assim exigirem, a continuidade do fornecimento será condicionada à apresentação periódica da respectiva prescrição médica.

§2º A eventual suspensão temporária dos tratamentos pleiteados, motivada pela superveniência de impedimentos médicos e afins, será comunicada imediatamente aos órgãos responsáveis pela realização do tratamento ou dispensação do fármaco, sob pena de interrupção definitiva do fornecimento.

Art.21. Os requerimentos administrativos serão indeferidos quando:

I - as informações presentes no Cadastro dos Usuários do SUS demonstrarem que o usuário solicitante não reside em Jaraguá do Sul, com exceção dos procedimentos em que o Município é

referência na Rede SUS;

II - o item pleiteado não possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

III - o item pleiteado não possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a patologia indicada (uso off label);

IV - o parecer técnico concluir que o tratamento prescrito não é seguro e/ou eficaz para o tratamento da enfermidade sofrida pelo usuário solicitante;

V - não houver, por qualquer outro motivo, possibilidade de fornecimento administrativo dos tratamentos pleiteados.

Parágrafo único. Em todas as situações de indeferimento, deverá o NAT notificar o consulente, explicitando o desfecho do caso e as circunstâncias que o motivaram.

Art.22. Os requerimentos referentes a procedimentos de saúde serão atendidos em estrita conformidade com o posicionamento do solicitante na respectiva fila de espera, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pelas normas que regem a Regulação do Acesso no SUS.

Parágrafo único. Se houver necessidade, o Núcleo de Apoio Técnico (NAT) poderá providenciar uma reavaliação médica para fins de reexame do grau de priorização atribuído ao usuário solicitante.

Art.23. As decisões proferidas pelo Secretário Municipal da Saúde, ou outro que o suceder, fundamentadas a partir dos pareceres técnicos emitidos pelo NAT e/ou de outras razões entendidas como pertinentes, somente produzirão efeitos a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

Parágrafo único. Da decisão do Secretário Municipal da Saúde, ou outro que o suceder, caberá recurso ao Prefeito no prazo de 15 (quinze) dias.

Art.24. O Secretário Municipal da Saúde, ou outro que o suceder, de ofício ou mediante requerimento da Coordenação do NAT, havendo reiteração da solução de requerimentos referentes a situações semelhantes, poderá editar súmula administrativa sobre a matéria.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral do Município será ouvida previamente acerca dos aspectos jurídicos da súmula a ser editada.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.25. A equipe multidisciplinar que comporá o Núcleo de Apoio Técnico (NAT) será designada por meio de Portaria conjunta do Secretário Municipal da Saúde, ou outro que o suceder, e do Procurador-Geral do Município e será composta pelas seguintes funções:
I - Assistente Técnico Administrativo;

II - Assessor Jurídico da Secretaria Municipal da Saúde, ou outra que a suceder;

III - Procurador Municipal;

IV - Médico Perito/Auditor;

V - Farmacêutico.

Parágrafo único. Com exceção do inciso II, os demais membros que comporão a equipe multidisciplinar do Núcleo de Apoio Técnico (NAT) deverão ser designados entre os servidores concursados do quadro municipal.

Art.26. A Coordenação Técnica do NAT será exercida pelo Assessor Jurídico da Secretaria Municipal da Saúde, ou outra que a suceder, designado nos termos do artigo 25, a quem caberá o planejamento, a organização, a direção, a elaboração de relatórios e o controle gerencial dos processos e atividades executadas pela equipe.

Art.27. Com exceção do Assistente Técnico Administrativo e do Assessor Jurídico da Secretaria Municipal da Saúde, ou outra que a suceder, os demais membros da equipe multidisciplinar do NAT poderão ser remunerados.

Art.28. Caberá aos membros do NAT decidir, por meio de decisão fundamentada e mediante a anuência do Secretário Municipal da Saúde, ou outro que o suceder, acerca de possíveis casos omissos.

Art.29. Será difundida e estimulada a aplicação do questionário padrão (Anexo Único) aos prescritores de itens não padronizados, de forma que as respostas a tais questionamentos passem a ser consideradas informações indispensáveis à propositura de ações referentes a medicamentos e demais tratamentos de saúde.

Art.30. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

DECRETO Nº 11.154/2016 - ANEXO

DECRETO Nº 11.154/2016 - ANEXO

ANEXO ÚNICO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 11.154/2016

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o Anexo Único do Decreto Municipal Nº 11.154/2016 encontra-se disponível no link abaixo:
<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=17877>

DECRETO Nº 11.155/2016

D E C R E T O Nº 11.155/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.305/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07542.680 - Procedimentos de Ações Judiciais - ASSFAR Básica

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.93 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07542.683 - Assistência Farmacêutica Básica

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.98 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.156/2016

D E C R E T O Nº 11.156/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.306/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Sema), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.02 - ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

05.02.04.331.03002.053 - Atenção ao Servidor

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.02.35 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

05.04.04.122.03002.057 - Manutenção das Atividades do Patrimônio

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.04.39 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 104.000,00

TOTAL R\$ 144.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semob), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04532.311 - Coleta e Disposição do Lixo

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

09.01.176 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 144.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN ADEMAR POSSAMAI
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.157/2016

D E C R E T O Nº 11.157/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 276/2016/Semob, de 12/12/2016, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal ANTÔNIO CARLOS DA LUZ, Assessor de Relações Governamentais, matrícula 9115, para compor a COMISSÃO da CONCORRÊNCIA Nº 048/2016, constituída pelo Decreto Municipal Nº 10.882/2016, de 30/05/2016, alterada pelo Decreto Municipal Nº 11.027/2016, de 20/09/2016, em substituição a Dileta Elizabete de Lima Kauling.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 11.027/2016, de 20/09/2016.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2016-FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Por Item

RESULTADO DE JULGAMENTO

O Município de Jaraguá do Sul através da Pregoeira, comunica aos interessados no Pregão Presencial acima, que teve por objeto a aquisição de REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE (com comodato do balcão térmico) e MARMITAS ao longo de 12(doze) meses, destinados aos pacientes em tratamento intensivo e semi-intensivo nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps AD, Caps II e Caps Infante Juvenil), e Eventos da Diretoria de Atenção Básica, restou DESERTO em função de nenhuma empresa protocolar envelope nesta data para participação no certame.

Jaraguá do Sul (SC), 14 de dezembro de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 9.071/2013
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 310/2016 AO CONTRATO Nº 524/2013

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 310/2016 AO CONTRATO Nº 524/2013

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2013-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato prestação de serviços técnicos especializados em serviços de vigilância e segurança, através de monitoramento eletrônico ininterrupto, atendimento, locação e assistência técnica, através de sistema de Alarme Telemonitorado, com transmissão de sinais por linha telefônica discada comutada (Tático Móvel), nos locais como segue:

Item	Nome dos locais	Endereço dos locais
01	Posto de Saúde Adilson Bassani	Rua: 25 de Julho, 576 – Bairro: Vila Nova CEP: 89259-000 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 372-1594
02	Posto de Saúde Ana Pretti Pedri	Rua: 981, nº 85 – Bairro: Santa Luzia CEP: 89251-970 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3274-8149
03	Posto de Saúde CAIC	Rua: Carlos Tribess, 150 – Bairro: São Luiz CEP: 89253-535 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3370-8710
04	Posto de Saúde Claudemir José Witkoski	Rua: Irmão Leandro, 3265 – Bairro: Ana Paula II CEP: 89252-470 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3376-1283
05	Posto de Saúde Dr. Agostinho Luís Bianchi	Rua: Maximino Beber, 595 – Bairro: Santo Antônio CEP: 89266-250 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3276-0570
06	Posto de Saúde Dr. Alexander Otsa	Rua: Prefeito José Bauer, 557 – Bairro: Vila Rau – Cohab CEP: 89254-150 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3371-9686
07	Posto de Saúde Dr. Álvaro Batalha	Rua - Dona Matilde, 375 – Bairro: Vila Lalau CEP: 89256-280 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3371-8243
08	Posto de Saúde Dr. Erich Kauffmann	Rua: Onélia Horst, 208 – Bairro: Vila Lenzi CEP: 89252-370 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3371-6495
09	Posto de Saúde Germano Hornburg	Rua: Roberto Ziemann, 841 – Bairro: Vila Amizade CEP: 89255-300 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3371-0245
10	Posto de Saúde Germano Sacht	Rua: Manoel Francisco da Costa, 4390 – Bairro: Vieira CEP: 89257-000 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3370-2299
11	Posto de Saúde Ilha da Figueira	Rua: João Sanson, 156 – Bairro: Ilha da Figueira CEP: 89258-670 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3370-4014
12	Unidade Sanitária Central e Pronto Atendimento Médico Ambulatorial – PAMA 1	Rua: Jorge Czerniewicz, 800 – Bairro: Czerniewicz CEP: 89255-000 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3371-8400
13	Posto de Saúde Padre Antônio	Rua: André Voltolini, 915 – Bairro: Nereu Ramos (fundos da Igreja) CEP: 89265-700 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3276-0211
14	Centro de Especialidades Dr João Biron	Rua: Amazonas, 40 – Bairro: Nova Brasília CEP: 89253-030 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 2106-8500
15	Centro de Especialidades Odontológicas – CEO – Policlínica de Especialidades Dr João Biron.	Rua: Amazonas, 40 – Bairro: Nova Brasília CEP: 89253-030 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 2106-8518
16	Posto de Saúde Ricardo Roeder	Rua: Rodovia SC 416 Km 26 – Bairro: Rio Cerro II CEP: 89256-310 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3273-1077
17	Posto de Saúde Santo Estevão	Rua: Rodovia JGS 461, 1788 – Bairro: Garibaldi CEP: 89251-130 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3055-8330
18	Unidade Básica Central – Reinoldo Rau	Rua: Reinoldo Rau, 123 – Bairro: Centro CEP: 89251-600 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3276-8900
19	Posto de Saúde Wolfgang Weege – Pama 2	Rua: 506 Feliciano Bortolini, 1246 – Bairro: Barra Rio Cerro CEP: 89260-180 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3376-1329
20	Posto de Saúde Mathilde Sebold Blunk	Rua: Rua Ingo Blunk, s/n – Bairro: Estrada Nova CEP: 89254-368 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3276-0690
21	Posto de Saúde Cirilo Reinke – Rio da Luz I	Rua: George Reinke, nº 120 – Bairro: Rio da Luz I CEP: 89264-180 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3276-3163
22	Posto de Saúde Luiz Martins Gonçalves – Tifa Schubert	Rua 1142 Annieta Mathias Enke, 550 – Tifa Schubert – Bairro: Amizade CEP: 89255-760 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3376-6233
23	Posto de Saúde Jaraguá 99	Rua 502 Bertha Weege, 2.985 – Bairro: Jaraguá 99 CEP: 89260-665 – Jaraguá do Sul – SC
24	Posto de Saúde Firenze – Chico de Paulo	Rua 456 Érico Negherbon, s/nº – Bairro: Chico de Paulo CEP: 89254-790 – Jaraguá do Sul – SC
25	Posto de Saúde Rio Molha	Rua 783 Adolfo Antônio Emmendoerfer, s/nº – Bairro: Barra do Rio Molha – CEP: 89259-800 – Jaraguá do Sul – SC
26	Posto de Saúde Alwin Muller	Rua: Alwin Muller, 71 – Bairro: Vieira CEP: 89257-020 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3273-7733
27	Centro de Atenção Psicossocial CAPS AD	Rua João Picolli, nº 488 – Bairro: Centro CEP: 89251-590 – Jaraguá do Sul SC – Telefone: 3370-5693
28	Centro de Atenção Psicossocial CAPS II	Rua João Picolli, nº 322 – Bairro: Centro CEP: 89251-590 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3276-0604

29	Centro de Atendimento do Idoso – CAI	Rua Walter Marquardt, Nº 697, Bairro: Barra Do Rio Molha CEP: 89259-565 – Jaraguá do Sul – SC Telefone: 3376-3055
30	Centro de Atenção à Mulher – CAM	Rua João Planinschek, 1571 – Bairro: Nova Brasília CEP: 89252-220 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3374-2776
31	Posto de Saúde Boa vista – Ilha da Figueira	Rua 1190 Francisco Jacomini, s/nº – Bairro: Ilha da Figueira CEP: 89268-015 – Jaraguá do Sul – SC
32	Centro de Atendimentos Especiais – CAE	Rua Max Wilhem, Nº 391 – Bairro: Baependi CEP: 89256-600 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3371-6583
33	Galpão do Setor de Manutenção – Saúde	Rua 129 Frederico Alberto Vasel, nº 660 – Bairro: Barra do Rio Molha CEP: 89259-560 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3273-7333
34	Farmácia Popular do Brasil	Rua: Reinoldo Rau, 123 - Bairro: Centro CEP: 89251-600 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3276-8942
35	Farmácia Básica – CAM	Rua Isidoro Pedri, nº 120 – Bairro: Barra do Rio Molha CEP: 89259-590 – Jaraguá do Sul SC – Telefone: 2106-8507
36	Farmácia Básica II	Rua Padre Francken, nº 88 – Bairro: Centro CEP: 89252-010 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3054-4034
37	Secretaria Municipal de Saúde	Rua Isidoro Pedri, nº 120 – Bairro: Barra do Rio Molha CEP: 89259-590 – Jaraguá do Sul SC – Telefone: 2106-8400
38	Centro de Atenção Psicossocial Infante juvenil – CAPSI Incluído	Rua José Emmendoerfer, nº 1837 – Bairro: Jaraguá Esquerdo CEP: 89253-108 – Jaraguá do Sul – Telefone: 3370-6595
39	Academia de Saúde Dr. Humberto Henrique Arguello Meldau	Rua Adolfo Tribess, s/n (em frente a escola) – Bairro: Vieira CEP: 89256-690 – Jaraguá do Sul – SC
40	Academia de Saúde Dr. Jorge Luiz Inchauste	Rua José Pomianowski, nº 76 (ao lado do Posto de Saúde) – Bairro: Chico de Paulo CEP: 89254-810 – Jaraguá do Sul – SC
41	Unidade de Saúde do Serviço de Atendimento Domiciliar – SAD	Rua Roberto Ziemann, nº 855 – Bairro: Amizade. CEP: 89255-300 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3371-0245
42	Unidade Básica de Saúde Três Rios	Rua José Martins, s/n – Bairro: Três Rios do Norte CEP: 89266-455 – Jaraguá do Sul – SC
43	Unidade Básica de Saúde ESF Dr. Érico de Castro Alves Jacobsen	Rua 1132 Herbert Baumann, s/n – Bairro: Jaraguá 84 CEP: 89260-810 – Jaraguá do Sul – SC
44	Unidade Básica de Saúde ESF Dr. José Abílio Machado Filho	Rua 498 Rosa Kochella, s/n – Bairro: Águas Claras CEP: 89258-472 – Jaraguá do Sul – SC
45	Almoxarifado Central do Fundo Municipal de Saúde	Rua Isidoro Pedri, nº 120 – Bairro: Barra do Rio Molha CEP: 89259-590 – Jaraguá do Sul – SC

O presente aditivo consolida a listagem dos locais monitorados, em número de 45 (quarenta e cinco).

DO PRAZO: O prazo de execução do contrato, estabelecido na cláusula quarta do contrato original, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quinto Termo Aditivo nº 015/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Oitavo Termo Aditivo nº 447/2015, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2017 e término em 31/12/2017. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com a contratada o valor pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 015/2015, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Oitavo Termo Aditivo nº 447/2015, permanece inalterado, sendo o valor unitário de R\$ 350,56 (trezentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos), totalizando um valor mensal de R\$ 15.775,20 (quinze mil setecentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) pelos 45 locais monitorados e totalizando o termo aditivo no valor de R\$ 189.302,40 (cento e oitenta e nove reais e trezentos e dois reais e quarenta centavos) para 12 meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2016 e 2017 (mensagem nº 73/2016 de 31/08/2016 e nº 75/2016 de 09/09/2016), a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
10.122.0750.2.652.3.3.90	Manut. das atividades administrativas-Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	05	02-Próprios	701,12
10.122.0750.2.652.3.3.90	Manut. das atividades administrativas-Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	02-Próprios	7.712,32
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de atenção básica-PAB	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	90 - PAB	12.970,72
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de atenção básica-PAB	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	90 - PAB	142.677,92
10.302.0753.2.702.3.3.90	Manut., fortalecimento e expansão do CAPS II	3.3.90 – Aplicações Diretas	46	93 - MAC	1.051,68
10.302.0753.2.702.3.3.90	Manut., fortalecimento e expansão do CAPS II	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	93 - MAC	11.568,48
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de média e alta complexidade-ambul. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	93 - MAC	701,12

10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de média e alta complexidade-ambul. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	93 - MAC	7.712,32
10.305.0752.2.668.3.3.90	Manut. Programa de vigilância em saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	139	1175 - VISA	350,56
10.305.0752.2.668.3.3.90	Manut. Programa de vigilância em saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	1175 – VISA	3.856,16

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 17/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Cristiane Longhi Tortelli.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

FME - CONVITE Nº 026/2016

CONVITE Nº 026/2016

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

Tipo Menor Preço GLOBAL

Nota de Revogação

A Fundação Municipal de Esportes e Turismo de Jaraguá do Sul, através do seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, vem, por meio deste, tornar público, que resolveu revogar o procedimento licitatório acima referido por motivo de conveniência e interesse administrativo, nos termos do art. 49 da Lei nº. 8.666/93, como segue:

Considerando o interesse público e conveniência administrativa;

Considerando que, as despesas desta licitação estão previstas através de recursos do exercício de 2016, sem previsão para o exercício de 2017;

Considerando que, houve recurso ao Convite pela empresa inabilitada pela Comissão no julgamento da documentação;

Considerando que, o prazo de entrega e instalação não será suficiente para a conclusão dos serviços solicitados, para atender o objeto do Convite.

Considerando que, o prazo de locação, previsto no Convite é de 3 (três) meses, sendo superior a finalidade do objeto do Convite.

Decido por REVOGAR o procedimento licitatório acima referido.

Na forma do artigo 109 inciso I letra "C" da Lei Federal 8.666/93, abre-se prazo recursal de 05(cinco) dias úteis a contar da publicação deste ato.

Jaraguá do Sul (SC), 14 de dezembro de 2016.

JEAN CARLO LEUTPRECHT

Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo

FUJAMA - PORTARIA Nº 017/2016

PORTARIANº 017/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VIII, do artigo 5º, da Lei Complementar Nº 41/2005, de 28/09/2005,

RESOLVE :

Art. 1º - Ficam designados os servidores públicos municipais CESAR HUMBERTO ROCHA, matrícula nº 8192, ADEMAR JOÃO BACHMANN, matrícula 7914; e PATRICIA FERNANDES GOES D'AVILA, matrícula nº 81748, para comporem a Comissão Especial que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura dos envelopes e julgamento dos credenciamentos, em razão do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 108/2016 para credenciamento das associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2016.

LEOCÁDIO NEVES E SILVA

Presidente

INSTITUTO JOURDAN - PORTARIA Nº 028/2016

PORTARIANº 028 / 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no Decreto nº 10.429/2015, Portaria 008/2015 e Portaria 014/2015 do Instituto Jourdan, e

CONSIDERANDO que o projeto de lei com as sugestões de alteração do Código de Obras foi encaminhado para manifestação de diversas entidades;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho deve compilar todas as contribuições após recebidas e enviar para apreciação do Prefeito a versão final do Projeto de Lei;

CONSIDERANDO a elaboração, em paralelo, do Projeto legal, que visa desburocratizar o processo de emissão do Alvará de Construção.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir de 16 de dezembro de 2016, os estudos do Grupo de Trabalho de Revisão do Código de Obras e Edificações do Município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

PORTARIA Nº 1133/2016

PORTARIANº 1133/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 055/2016/CAEDep, de 12/12/2016, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 12/12/2016, ROSANE DE MOURA, matrícula 10539, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO SUPERIOR, lotada na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do artigo 17, §2º, item b, da Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1134/2016

PORTARIANº 1134/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 181, I, c/c o artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo Sr. Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Nº 003/2013, instaurado pela Portaria Nº 1016/2013, de 12/06/2013;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 564/2016/1ªCPAD, de 12/12/2016, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º APLICAR a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA à servidora pública municipal LILIAN ROSA, matrícula 8084-5, ocupante do cargo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA, lotada na Secretaria Municipal da Educação, decorrente do cometimento das infrações previstas no artigo 85, III, da Lei Complementar Municipal Nº 003/1993, de 20 de dezembro de 1993, correspondente ao artigo 173, VI, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, no artigo 85, VIII, da Lei Complementar Municipal Nº 003/1993, de 20 de dezembro de 1993, correspondente ao artigo 173, XIII, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, e no artigo 86, XII, da Lei Complementar Municipal Nº 003/1993, de 20 de dezembro de 1993, correspondente ao artigo 174, XIV, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais da servidora.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1135/2016

PORTARIANº 1135/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1567/2016/Cogem, de 09/12/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 09/12/2016, ROSILENE LONGUI PEIREIRA do cargo de provimento em comissão de SUBGERENTE DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (Cogem), da

Assessoria de Controle Interno, da Controladoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1018/2015, de 12/08/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 1136/2016

PORTARIANº 1136/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face do Servidor OBEDIS MOREIRA DE SOUZA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 1398/2016/Semsa, datado de 08/12/2016, firmado pelo Sr. Dalton Fernando Fischer, Secretário Municipal da Saúde, o qual solicita a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor público municipal Obedis Moreira de Souza;

CONSIDERANDO todo o conteúdo do Processo de Sindicância Administrativa Nº 019/2016, instaurado pela Portaria Municipal Nº 081/2016/Semsa, de 02/08/2016, base do presente, conduzido pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa (PCPSA);

CONSIDERANDO, ainda que durante a análise prévia, identificou-se que o servidor público municipal Obedis Moreira de Souza responde atualmente ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 019/2016, conforme Portaria de Instauração Nº 799/2016/Gapref, datada de 26/09/2016;

CONSIDERANDO os indícios das infrações praticadas no exercício de suas atribuições, pelo servidor público municipal Obedis Moreira de Souza;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, VI, VII, XI, alínea "a", XIV e XV, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XX, do artigo 174, do Capítulo II - Das Proibições, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a

Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 024/2016, em face do servidor público municipal OBEDIS MOREIRA DE SOUZA, devendo os trabalhos serem conduzidos pela SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais GIOVANI TEIXEIRA DOMINGHINI, matrícula 518, lotado no Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais; MIRIA TERESINHA DERETTI, matrícula 7609-1, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo; e CLEIDE APARECIDA XAVIER, matrícula 8126-4, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo, para, sob a presidência do primeiro, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais do servidor público municipal Obedis Moreira de Souza, matrícula 10327-6, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram em tese, infrações ao disposto nos incisos I, VI, VII, XI, alínea "a", XIV e XV, do artigo 173, e inciso XX, do artigo 174, ambos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá imediatamente encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa, quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acareação e a juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados ao servidor.

§1º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento do investigado e sequencialmente a indicição do servidor em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição do servidor investigado, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando o servidor ou seu representante legal para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição do servidor e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art. 9º O Relatório Final emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá conter a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;

II - da instalação dos trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da instrução processual;

V - da indicição;

VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;

VII - da Conclusão;

VIII - das Recomendações; e

IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.11. Emitido o Relatório Final a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão Permanente de Processo Administrativo

Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser considerados para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL Nº 10040/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL Nº 10040/2016

DECISÃO ADMINISTRATIVA EM FACE DE RECURSO

DOS FATOS

Trata-se de recurso administrativo impetrado pela empresa BLU-NAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME, em razão da Decisão Administrativa, proferida no Processo Administrativo Geral, nº 10040/2016, que aplicou a penalidade por descumprimento contratual da recorrente. Alega sucintamente que:

“A multa aplicada ao fornecedor tem como base um pedido de fornecimento que foi emitida em data posterior à solicitação de revisão de preço, portanto seguimos estritamente o procedimento descrito no decreto.

Protocolamos a solicitação no dia 17 de novembro de 2015, a resposta que concedeu o reajuste de preços, apesar de datada de 27

de janeiro de 2016, somente foi encaminhada via e-mail dia 17 de março de 2016 e logo após os produtos foram entregues. Não se pode falar em descumprimento por parte do fornecedor visto que o município ao receber a solicitação manteve-se inerte, não reajustando os preços e nem liberando o fornecedor da obrigação assumida, conforme prevê o decreto.

(...) Diante do exposto requer a anulação da aplicação de qualquer tipo de penalidade ou multa, visto que cumprimos a disposição do decreto que regulamento o registro de preços, não descumprindo qualquer cláusula contratual, especialmente no tocante ao prazo de entrega."

O autos vieram para decisão.

É breve o relatório.

DO MÉRITO

Alega a recorrente que não descumpriu o contrato e que os produtos foram entregues corretamente. Mas nada juntou aos autos, provas capazes de corroborar com o alegado, como exemplo, o canhoto das notas fiscais entregues no almoxarifado deste município, dentro do prazo previsto em contrato.

Ademais, extrai-se do processo que aplicou a penalidade ao fornecedor:

Ciente do deferimento da solicitação de Reequilíbrio, a empresa Blunac entregou em 21 de março, com 77 dias de atraso e de forma parcial, apenas 192 pacotes de um pedido com o total de 800 pacotes, que continuam pendentes de entrega.

A recorrente apenas traz declarações genéricas de que entregou de forma correta, o que está demonstrado que não o fez, devendo ser mantida a aplicação de penalidade.

Com relação à alegação de que o prazo para fornecimento estava suspenso em razão da análise de pedido de reequilíbrio de preço, este, não merece prosperar. Conforme fundamento da Procuradoria Geral do Município, fl 49-v:

A contratada não possui a prerrogativa de condicionar o cumprimento da sua obrigação ao deferimento de qualquer pedido que a formule. Ela não pode valer-se de tal conduta para compelir a Administração Pública a deferir ou agilizar o seu pleito de reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

Como é de conhecimento, os contratos administrativos, são ajustes celebrados entre a Administração Pública e particular, regidos predominantemente pelo direito público, para execução de atividade do interesse público. Eles possuem como característica o desequilíbrio contratual em favor da Administração (verticalidade na relação jurídica), tendo em vista presença de cláusulas exorbitantes.

Por todo o fundamentado, não encontra respaldo os argumentos da recorrente para anulação da decisão administrativa que aplicou a penalidade

DISPOSITIVO:

Diante do exposto acolho o presente recurso, eis que tempestivo, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos pleiteados e mantenho a aplicação de penalidade em desfavor da empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME no valor de R\$ 1.830,00 (hum mil, oitocentos e trinta reais).

Jaraguá do Sul, 14 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.040/2016

Processo Administrativo nº 1.040/2016

Considerando a Decisão Administrativa em face de Recurso (2º Grau) advinda do Gabinete do Prefeito, ao qual recebe o Recurso, porém julga pela improcedência e mantendo a aplicação da penalidade em desfavor da Empresa Blunac Distribuidora Eirelli - ME no valor de R\$ 1.830,00(hum mil, oitocentos e trinta reais);

Considerando a Cláusula 6.5 da Ata de Registro de Preços nº 30/2015, referente ao Pregão Presencial nº 006/2015-FMS, o qual prevê que o valor da multa poderá ser descontada do pagamento a ser efetuado ao fornecedor.

Considerando que existe um saldo de pagamento ao fornecedor no importe de R\$ 978,60 (novecentos e setenta e oito reais e sessenta centavos), conforme levantamento realizado pela Contabilidade desta Secretaria Municipal da Saúde e que o valor da multa aplicada em decisão de 2º Grau é no valor de R\$ 1.830,00(hum mil, oitocentos e trinta reais), resta o saldo a pagar no valor de R\$ 851,40 (oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos), que deverá ser recolhido nos termos da DAM - Documento de Arrecadação Municipal, já retirada nesta Secretaria da Saúde.

Publique-se.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2016.

Dalton Fernando Fischer

Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 121/2016/SEMSA

PORTARIANº 121/2016/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 1038/2015/Semsa de 11 de setembro de 2015, da Secretaria Municipal da Saúde, solicitando abertura de Sindicância Administrativa em face da servidora Franciele Correa;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 0551/2016/Cogem de 16 de maio de 2016, da Controladoria Geral do Município, apresentando o Relatório Final da Sindicância Administrativa – SA Nº 030/2015, instaurada pela Portaria N.º 108/2015/Semsa de 04 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 0598/2016/Semsa de 2 de junho de 2016, da Secretaria Municipal da Saúde, acolhendo a recomendação da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, apresentada no Relatório Final, e encaminhando a Advertência Administrativa entregue a servidora Franciele Correa;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 558/2016/1ª CPAD de 01 de dezembro de 2016, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – 1ª CPAD;

RESOLVE :

Art.1º ANULAR a Advertência Administrativa – SA Nº 030/2015 datada de 19 de maio de 2016, que advertiu a servidora pública municipal FRANCIELE CORREA, matrícula 10157-5, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, pela inobservância do artigo 173 – incisos V e XV, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

Art.2º DETERMINAR à Secretaria Municipal da Administração,

através da Diretoria de Gestão de Pessoas, que promova os competentes registros nos assentos funcionais da servidora.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER

Secretário Municipal da Saúde

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL CNPJ: 14.067.311/0001-00 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 130 C.E.P.: 88.200-000 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 2256/2016 Processo N.º: 00/2016 Data do Processo: 15/12/2016 Data de Homologação: 15/12/2016 Sequência de Autuação: 00 Data de Autuação: 15/12/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 53/2015 - PR
Empenho Original n.º: _____ Subempenho n.º: _____ Data Fatura n.º: _____	

Folha: 1/1

Fornecedor: PROPAGMA SPECIALTY S.A. Endereço: Rua João Batista, 8011 - Bairro do C - D Cidade: Curitiba - PR - CEP: 81260-000 CNPJ: 01.887.836/0008-08 Inscrição Estadual:	Código: 42118 Telefone: 412180-4848 Ramo: Agência: Conta Corrente:
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Centro de Custos: 278 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SANS Fonte de Recursos: SF-Totol Fiscalização Vigilância Sanitária Coleção e Utilização: 122 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15 01 2 680 3 3 90 00 00 00 00 00)	Solicitações:
Quant. Elementos: 3.300.000.000.000 - Medicamentos - Sentenças Judiciais Condições de Pagto: Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido Preço Entrega/Estim.: A cada pedido, máx de 8 dias úteis após dia seguinte da AF Local de Entrega: Atendimento do Fundo Municipal de Saúde Objeto de Compra: Constitui objeto de prestação de serviços, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços e aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, Sala (atendimento de atendimento especial) e Processos Judiciais no âmbito de 1 (uma) cidade, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I e Anexo II - Manual de Atm do Registro de Preços de Medicamentos. Observações: JURISDIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS: CARLOS ROBERTO MARCARINI - PROCESSO: 0800317-31.2014.8.240020 FELIPE GRUNWALDT FARIA - PROCESSO: 8001033-23.2016.404.7200	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
112	200	LIN	INVEGA SUSTENNA 100MG 1,0 ML SUSPENSÃO INJETÁVEL (SERINGA) (8x0,1)	INVEGA SUSTE	937,95	1.875,95
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.875,95
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.875,95

Jaraguá do Sul, 12 de Dezembro de 2016

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.067.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº: 2257/2016</p> <p>Processo Administrativo nº Processo nº: 22/2016 Data do Processo nº: 16/06/2016 Data da Homologação: 18/07/2016 Sequência da Adjudicação: 16 Data da Adjudicação: 12/12/2016</p> <p align="center">PREÇO PRESENCIAL Nº: 22/2016 - PR</p>
Empresa Original nº: _____ Subempresa nº: _____ Data Fatura nº: _____	

Folha: 1/1

Fornecedor: FRONTAL DISTRIBUIDORA ENALI EPP Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 1088, sala 03 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89288-000 CNPJ: 22.821.889/0001-80 Inscrição Estadual	Código: 48162 Teléfono: 472071-4068 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - Agência: 3077-8 - ATIRADRESS Conta Corrente: 1788-0
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Centro de Custos: 160 - SATE - SERVIÇO SOCIAL - DAM Ponto de Entrega: SF - PAB / ESTADUAL Orçamento Utilizado: 2.661.333.90.00.00.00.00 (144) - Assistência a Saúde da Família	Solicitações:
Compl. Especificação: 33.60.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios Condição de Pagto: na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Entrega: prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Pórtico 02 - em frente posterior do SENAI Objeto da Compra: Considera objeto da presente licitação, a contratação de a prestação, visando ao Registro de preços a aquisição de LISTE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para pacientes da rede pelo CAE (Serviço de Alimentação Especial), pelo Programa Municipal de Controle de CUSTÍAMOS, para dietas enterais e dietas parenterais e Perceitas Juvenis, conforme especificações e quantidades detalhadas no Anexo I e Anexo de Atividade de Prontuário no PARA PACIENTES DO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL. Observação: Item 01 - Fórmula Infantil Hiperlúcica 0-12 meses - INFATINI	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	30.000	UN	FORMULA INFANTIL HPERCALÓRICA - 0 A 12 ANOS (34153)	INFATINI PO E	128,00	4.800,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	4.500,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	4.500,00

Jaraguá do Sul, 12 de Dezembro de 2016

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.067.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº: 2258/2016</p> <p>Processo Administrativo nº Processo nº: 13/2016 Data do Processo: 27/04/2016 Data da Homologação: 01/07/2016 Sequência da Adjudicação: 55 Data da Adjudicação: 12/12/2016</p> <p align="center">PREÇO PRESENCIAL Nº: 13/2016 - PR</p>
Empenho Original nº: _____ Subempenho nº: _____ Data Fiscal nº: _____	

Folha: 1/1

Fornecedor: FUPA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	Código: 25680	Tabela nº: 48-2845-6588
Endereço: Rua Joaquim Nabuco, 1868		Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: FLORIANÓPOLIS - SC - CEP: 88060-080		Agência: 3047-2 - Banco do Brasil
CNPJ: 07.164.711/0001-40 Inscricão Estadual		Carteira Corrente: 19992-6

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão	16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Solicitações:
Unidade	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Centro de Custos	180 - ALMOXARIFADO FARMÁCIA BÁSICA	
Fonte de Recursos	SF-Titulação Fiscalização Vigilância Sanitária	
Orçamento Unificado	2.680.33.90.00.00.00.00 (122) - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica	
Comp. El. Material	3.3.90.39.02.02.00.00 - Medicamentos - Sanitários Judiciais	
Condição de Pagto	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido	
Prazo Entrega/Entz	prazo máximo de 08(oito) dias úteis	
Local de Entrega	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Fone: 3370-7253 - em frente posterior do SENAI	
Objeto da Compra	Constitui o objeto da presente licitação, a seleção da proposta, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, Sala (serviço de atendimento especializado) e Procedimentos Judiciais ao longo de 12(dois) meses, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços da UFSC.	
Observações	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS: MILENA DE QUADROS - PROCESSO: 80008667-62.2014.014047208 ELIS REGINA MARDARINI - PROCESSO: 038.12.00.6062-0	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
118	20.000	CX	TIRAS REATIVAS ACCU CHEK PERFORMA C/ 50 UNIDADES (27727)	Accu-Chek Perform	84,00	1.680,00
					Total Geral:	1.680,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.680,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 12 de Dezembro de 2016

 Gerência de Compras/Licitações

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.067.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 2280/2016</p> <p>Processo Administrativo nº Processo nº: 13/2016 Data do Processo nº: 27/04/2016 Data da Homologação: 01/07/2016 Sequência da Adjudicação: 57 Data da Adjudicação: 14/12/2016</p> <p align="center">PREÇO PRESENCIAL Nr.: 13/2016 - PR</p>
Empresa Original nº: _____ Subempresa nº: _____ Data Fatura nº: _____	

Folha: 1/1

Fornecedor: COMÉRCIO DISTRIB. E IMPORTADORA LTDA - EPP Endereço: Rua Argentina, 848, 848, Jurema, Florianópolis Cidade: Palmeira - PR - CEP: 86602-040 CNPJ: 78.368.369/0001-12 Inscrição Estadual: 216036820-8	Código: 43311 Telefone: 48322-43787 Bairro: Agência: Conta Corrente:
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Objeto: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Centro de Custo: 160 - ALMOXARIFADO FARMÁCIA BÁSICA Fonte de Recursos: SF-Terceira Ficação Vigência Sanitária Orçamento Unificatório: 2.680.333.90.00.00.00.00 (122) - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica	Solicitações:
Compil. Elaboração: 3.3.60.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sanitários Judiciais Configuração de Pagos: na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido Preço Estimado: prazo máximo de 08(oito) dias úteis Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Itália e Praia, 120 - Praia de Itaipava - Florianópolis Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação, a aquisição de medicamentos, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, Sala (serviço de atendimento especializado) e Procedimentos Judiciais ao longo de 12(dois) meses, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I e Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Preços da Ata nº 16/2016. Observação: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS: DEZAR AUGUSTO GONÇALVES - PROCESSO: 088.14.001811-0	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	2.000	CX	ARISTAB 10MG - CX C/30 COMPRIMIDOS (29674)	ACHE	350,00	700,00
					Total Geral:	700,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	700,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 14 de Dezembro de 2016

 Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4600/2016 Processo Administrativo Processo nº: 12/2016 Data do Processo: 02/02/2016 Data da Homologação: 24/02/2016 Sequência da Adjudicação: 8 Data da Adjudicação: 12/12/2016 PREÇO PRESENCIAL Nr.: 12/2016 - PR
Empresa Original nº: _____ Subempresa nº: _____ Data Fatura nº: _____	

Folha: 1/1

Fornecedor: MADEIRA LTDA ME Endereço: Rua Augusto Graefling, 810 - bloco B Cidade: Rio Negrinho - SC - CEP: 89266-000 CNPJ: 08.167.309/0001-80 Inscricao Estadual	Código: 24628 Tabela nº: 47264-4-002 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1264-2 - RIO NEGRINHO (S) Conta Corrente: 26266-2
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 22 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO Unidade: 02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE Centro de Custos: 21 - TRÂNSITO E TRANSPORTES Fonte de Recursos: Convênio SSP PMJS 12640 Orçamento Unificadinho: 2.261.3.3.90.00.00.00.00 (275) - Manutenção da sinalização viária	Solicitações: Comp. Elemento: 3.3.90.30.44.00.00.00 - Material de Sinalização Visual e Afins Condição de Pagto: na segunda quarta-feira subsequente após a solicitação e até Prazo Entrega/Estim: prazo máximo de 10(diez) dias. Local de Entrega: DIRETORIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - Rua Manoel Luiz de Silva, 111 - Vila Nova - 8975-8027 Objeto da Compra: Condição objeto da presente licitação, a entrega de 100.000 unidades de TINTAS, SOLVENTE E INCRESCERAS, para sinalização viária e manutenção de sinalização a longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações e quantidades e unidades constantes no ANEXO I, Especificações técnicas no ANEXO II e Manual de Atividade de Trabalho no ANEXO III deste edital. Observações: PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA
---	--

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	100.000	UN	TINTA P/ SINALIZAÇÃO VIÁRIA - BRANCA (5800)	MADEIRA	148,00	14.800,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	14.699,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	14.699,00

Jaraguá do Sul, 12 de Dezembro de 2016

Assinatura do Responsável

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4518/2016</p> <p>Processo Administrativo nº Processo nº: 81/2015 Data do Processo: 03/08/2015 Data da Homologação: 18/12/2015 Sequência da Adjudicação: 6 Data da Adjudicação: 13/12/2015</p> <p align="center">PREÇO PRESENCIAL Nr.: 81/2015 - PR</p>
<p>Empenho Original nº: _____ Subempenho nº: _____ Data Fiscal nº: _____</p>	

Fornecedor: KRM COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME Endereço: Rua Pastor Antônio Pollio, 1011, casa 1 Cidade: Curitiba - PR - CEP: 81770-480 CNPJ: 07.728.879/0001-30 Inscricao Estadual	Código: 45543 Teléfono: 4120262801 Banco: 341 - ITAÚ UNIBANCO S.A. Agência: 8818 - CURITIBA MARECH Conta Corrente: 24088-8
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: DE - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS Centro de Custos: 14 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS Fonte de Recursos: Fundo Resgatatório do Plano Previdenciário-Geral Orçamento Unificado: 2.030.44.90.00.00.00.00.00 (22) - Manutenção das atividades da Procuradoria Geral	Solicitações: Compil. Elemento: 4.4.90.92.42.00.00.00 - Mobiliário em Geral Condição de Pagto: Na 2ª 4ª feira após a solicitação e entrega de cada pedido. Prazo Entrega: com prazo máximo de 10(dez) dias Local de Entrega: Prefeitura Municipal - Objeto da Compra: Consiste o objeto da presente licitação, a aquisição de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MOBILIÁRIOS no prazo de 12 (doze) meses, destinados para diversos Secretarias da Administração Pública e Fundações, conforme especificações e quantidades setorializadas no ANEXO I do Edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observação: PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL E EXECUÇÃO FISCAL DA PREFEITURA.	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
17	1,000	UN	GAVETEIRO FIXO (13480)	NILMAR	282,00	282,00
20	2,000	UN	SUPORTE PC CPU E ESTABILIZADOR (12644)	NILMAR	166,00	332,00
28	12,000	UN	ARQUIVO DE AÇO - Dimensões mínimas 1.335x0.710x0.470, c/ 4 gavetas deslizantes em carrinhos telescópicos, c/ chave de fechamento simultâneo, c/ porta etiquetas e puxador embutido, chapa 24, c/ tratamento antiferugem e pintura epóxi a pó na cor cinza cristal (20346)	W3	600,00	6.600,00
					Total Geral:	10.184,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	10.184,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016

Assinatura do Responsável

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4519/2016</p> <p>Processo Administrativo Processo Nº: 81/2015 Data do Processo: 03/08/2015 Data da Homologação: 18/12/2015 Sequência da Adjudicação: 7 Data da Adjudicação: 13/12/2015</p> <p align="center">PREÇO PRESENCIAL Nr.: 81/2015 - PR</p>
<p>Empenho Original nº: _____ Subempenho nº: _____ Data Fiscal nº: _____</p>	

Folha: 1/1

Fornecedor: DISMACENTER INCL COMÉRCIO DE MÓVEIS E RELIÉFOS	Código: 26680	Tabela nº: 402883/1 008
Endereço: RUA TUBARÃO, 880		Banco: 788 - BANCO COOPERATIVA
Cidade: Capão Velho - SC - CEP: 86600-000		Agência: 2028-4 - SIC DOB
CNPJ: 07.868.680/0001-74	Inscrição Estadual: 288.118.948	Carteira Corrente: 22108-1

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	Solicitações:
Unidade: 04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS	
Centro de Custos: 14 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS	
Funk de Referência: Fundo Responsável por Manutenção Pessoal (Gest)	
Descrição Unificada: 2.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (22) - Manutenção das atividades da Procuradoria Geral	
Comp. Elemento: 4.4.90.92.42.00.00.00 - Mobiliário em Geral	
Condição de Pagto: Na 2ª 4ª feira após a solicitação e entrega de cada pedido.	
Prazo Entrega: com prazo máximo de 10(diez) dias	
Local de Entrega: Prefeitura Municipal -	
Objeto da Compra: Consiste o objeto da presente licitação, a aquisição de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MOBILIÁRIOS no valor de 12 (doze) meses, destinados para diversos Setores da Administração Pública e Fundações, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.	
Observação: PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL E EXECUÇÃO FISCAL DA PREFEITURA.	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
11	1,000	UN	MESA P/ IMPRESSORA (15277)	DISMACENTER	478,00	478,00
22	2,000	UN	ESTANTE DE AÇO - Dimensões mínimas 1.950x0.920x0.420, c/ 6 prateleiras reguláveis, c/ pintura de plástico de proteção do pé p/ não riscar o piso, chapa 24 c/ tratamento antirrugem e pintura epóxi a pó na cor cinza cristal, reforço tipo omega embaixo de cada prateleira e reforço em x no fundo de cada estante, a coluna da estante deve ser na chapa 14 (20348)	RCH	326,00	652,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.134,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.134,00

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016

Assinatura do Responsável

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4520/2016</p> <p>Processo Administrativo Processo Nº: 81/2015 Data do Processo: 03/08/2015 Data da Homologação: 18/12/2015 Sequência da Adjudicação: 8 Data da Adjudicação: 13/12/2015</p> <p align="center">PREÇO PRESENCIAL Nr.: 81/2015 - PR</p>
<p>Empenho Ordinário nr.: _____ Subempenho nr.: _____ Data Fiscal nr.: _____</p>	

Folha: 1/1

Fornecedor: FLOMANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP	Código: 1344	Teléfono: 4722781-462
Endereço: Rua Vinícius de Silva Pele, 283		Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89282-820		Agência: 405-7 - Jaraguá do Sul
CNPJ: 80.888.188/0001-88	Inscrição Estadual: 281.821.888	Carteira Corrente: 4825-8

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	Solicitações:
Unidade: 04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS	
Centro de Custos: 14 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS	
Fundo de Recursos: Fundo Resgatatório do Plano Previdenciário - Geral	
Orçamento Utilizado: 2.030.44.90.00.00.00.00.00 (22) - Manutenção das atividades da Procuradoria Geral	
Compil. Elemento: 4.4.90.92.42.00.00.00 - Mobiliário em Geral	
Condição de Pagto: Na 2ª 4ª feira após a solicitação e entrega de cada pedido.	
Prazo Entrega: com prazo máximo de 10(diez) dias	
Local de Entrega: Prefeitura Municipal -	
Objeto da Compra: Consiste no objeto da presente licitação, a aquisição de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MOBILIÁRIOS no prazo de 12 (doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Pública e Fundações, conforme especificações e quantidades setorializadas no ANEXO I do Edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.	
Observações: PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL E EXECUÇÃO FISCAL DA PREFEITURA.	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	2.000	UN	CADEIRA GIRATÓRIA MOD. SECRETÁRIA EXECUTIVA COM APOIO BRAÇOS (32981)	CAVALETTI	499,00	998,00
					Total Geral:	998,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	998,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4521/2016 Processo Administrativo Processo Nº: 81/2015 Data do Processo: 03/08/2015 Data da Homologação: 18/12/2015 Sequência da Adjudicação: 9 Data da Adjudicação: 13/12/2015 PREÇO PRESENCIAL Nr.: 81/2015 - PR
Empenho Original nº: _____ Subempenho nº: _____ Data Fiscal nº: _____	

Folha: 1/1

Fornecedor: FLEXFORMA COMERCIAL MÓVEIS EQUIPAMENTOS PESQUISA Código: 41717 Endereço: Rua Paul Hertz de Silva, 28 - sala 01, 2 Cidade: Itajaí - SC - CEP: 88304-180 CNPJ: 18.887.778/0001-70 Inscrição Estadual	Teléfono: 472016-8168 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 308-0 - ITAJAÍ (SC) Conta Corrente: 78100-8
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS Centro de Custos: 14 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS Fonte de Recursos: Fundo Resgatatório do Plano Previdenciário-Geral Orçamento Unificado: 2.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (22) - Manutenção das atividades da Procuradoria Geral	Solicitações: Comp. Elemento: 4.4.90.62.42.00.00.00 - Mobiliário em Geral Condição de Pagto: Na 2ª 4ª feira após a solicitação e entrega de cada pedido. Prazo Entrega/Ento: com prazo máximo de 10(diez) dias Local de Entrega: Continente sulista - - Objeto da Compra: Consiste o objeto da presente licitação, a contratação de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MOBILIÁRIOS no prazo de 12 (doze) meses, destinados para diversos Secretarias da Administração Pública e Fundações, conforme especificações e quantidades setorializadas no ANEXO I do Edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL E EXECUÇÃO FISCAL DA PREFEITURA.
---	--

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
23	8,000	UN	BALCÃO 2 PORTAS (13155)	COMPEL	884,00	8.682,00
24	3,000	UN	ARMÁRIO 2 PORTAS (20349)	COMPEL	1.484,00	4.452,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	11.314,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	11.314,00

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016

Assinatura do Responsável

Joaçaba

PREFEITURA

322/2016 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 322/2016/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VENILTON ROGÉRIO TELES, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado e a Empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.377.072/0001-40 estabelecida na Rua Antonio Bevilacqua, nº 30, Bairro Centro, no Município de Herval D'Oeste, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Simar José Rosa, portador da Cédula de Identidade nº 11/R-1.079.721 e inscrito no CPF nº 437.061.009-59, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba – SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 322/2016/PMJ, firmado em 21/07/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 46/2016/PMJ – Edital CC nº 3/2016/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção da 2ª etapa do Parque Central, na Rua Luiz Specht, Bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO**

Com vistas à melhor adequação do objetivo da contratação, os quantitativos de alguns itens das planilhas que serviram de base para o contrato original, em virtude dos acréscimos e supressões solicitados pela CONTRATADA, revistos e devidamente acompanhados pela fiscalização da obra, passam a vigorar de acordo com a planilha com reprogramação de valores, em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em virtude das adequações nos quantitativos descritas na cláusula primeira deste Termo, o valor global do contrato fica acrescido em R\$ 21.901,21 (vinte e um mil novecentos e um reais e vinte e um centavos), correspondentes a 2,283% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, sendo R\$ 15.348,58 relativos ao material e meio mecânico e R\$ 6.552,63 relativos à mão de obra.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 14 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

SIMAR JOSÉ ROSA

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

COMUNICAÇÃO ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Considerando a caracterização do descumprimento ao contrato nº 215/2015/PMJ por parte da empresa Andrade Construções Ltda; Considerando o relatório final exarado no processo administrativo nº 6.242/2016, o qual foi acatado pelo Prefeito na data de 28 de novembro de 2016.

O Município de Joaçaba notifica à empresa ANDRADE COSTRUÇÕES LTDA. CNPJ nº 03.377.072/0001-40, nos seguintes termos:

a) Realizar o ressarcimento voluntário do valor de R\$ 5.770,00 (cinco mil setecentos e setenta reais) a Sra. Janaina Fernanda da Costa, pelos danos sofridos por ela em decorrência do descumprimento do contrato nº 215/2015/PMJ;

b) Cientificar a empresa sobre o seu descumprimento à cláusula nº 8.1.3 do contrato nº 215/2015/PMJ.

Fica desde já concedido o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para que seja comprovado nos autos do processo administrativo supracitado a realização do pagamento voluntário.

Atenciosamente,

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

EXTRATO PL 29/2016/FMS - PP 23/2016/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2016/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016/FMS

Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, como de meio, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para as unidades de Saúde da Família (ESF's), Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Médicas (CEM), Centro de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 04/01/2017, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 04/01/2017, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 14 de dezembro de 2016.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

PORTARIA N.º 6771

PORTARIA Nº 6.771 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) ALINE ELIZABETH MINKS durante o período de 12 de dezembro de 2016 a 01 de maio de 2017, para exercer as funções de Assistente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 97 de 18 de março de 2005, em especial art. 2º § 1º III, em função da classificação no edital nº 013/2016/FMS, em conformidade com o memorando nº 702/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de dezembro de 2016.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6772

PORTARIA Nº 6.772 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar nº 76/2003, para conclusão dos trabalhos do “Processo Administrativo”, a fim de que se apure a realização ou não de serviços mencionados pela empresa MIRANDA E MIRANDA Comércio de Peças e Serviços em Máquinas Pesadas Ltda diante do pedido protocolado sob nº 1578/2016, bem como parecer jurídico, em especial da complexidade e demanda de oitivas solicitadas pelo advogado representante da empresa.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de dezembro de 2016.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6773

PORTARIA Nº 6.773 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) LEA GABRIEL PIRES DIAS, Professor Nível I (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo nº 141.649/2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 05 de dezembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de dezembro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 12 de dezembro de 2016.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6774

PORTARIA Nº 6.774 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JESSICA RINALDI MARENDA, Engenheiro Civil, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando nº 363/2016 da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 14 de outubro de 2014 a 13 de outubro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de dezembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de dezembro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 12 de dezembro de 2016.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6775

PORTARIA Nº 6.775 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) FABIO AUGUSTO CONTE, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo 0002747/2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de dezembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6776

PORTARIA Nº 6.776 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MIRIAN DOLZAN, Professor Nível II (pós Graduação – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando da Diretoria de Esportes, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de dezembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6777

PORTARIA Nº 6.777 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JORGE CAMILO GAVASSO, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de

2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de dezembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6778

PORTARIA Nº 6.778 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MIGUEL SALVATORI, Auxiliar de Serviços Externos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, referente aos períodos de 01 de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015 (12 dias) e 01 de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 13 de dezembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 13 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6779

PORTARIA Nº 6.779 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) GISELE CAGLIONI SANTOS durante o período de 13 de dezembro de 2016 a 12 de junho de 2017, para exercer as funções de Auxiliar de Saúde Bucal, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005, em especial art. 2º § 1º III, em função da classificação no edital n.º 013/2016/FMS, em conformidade com o memorando n.º 749/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de dezembro de 2016.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6780

PORTARIA Nº 6.780 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 06 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) KERLY SAVARIS FLAMIA, Cirurgião Dentista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 001/2016/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de dezembro de 2016
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6781

PORTARIA Nº 6.781 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ANDREIA LISIANE ANTUNES DE SOUZA LOVATEL, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 95/2016 da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de dezembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 12 de dezembro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 13 de dezembro de 2016.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6782

PORTARIA Nº 6.782 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) GISELE PETRYKOWSKI durante o período de 14 de dezembro de 2016 a 13 de junho de 2017, para exercer as funções de Farmacêutica Bioquímico/Analista Clínico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005, em especial art. 2º § 1º III, em função da classificação no edital n.º 013/2016/FMS, em conformidade com o memorando n.º 748/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2016.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6783

PORTARIA Nº 6.783 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
"RETIFICA PORTARIA N.º 6783/2016"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. RETIFICAR o art. 3º da portaria n.º 6.783/2016 na qual CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). TAIZE SABEI, Professor Nível I (Licenciatura), no Centro Educacional Infantil Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e conforme pedido administrativo protocolado sob n.º 2652/2016, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Onde lê-se: CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). TAIZE SABEI, Professor Nível I (Licenciatura), no Centro Educacional Infantil Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e conforme pedido administrativo protocolado sob n.º 2652/2016, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Leia-se: CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ROSANGELA SCHUVAIZERSKI DE OLIVEIRA, Professor Nível I (Licenciatura), no Centro Educacional Infantil Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e conforme pedido administrativo protocolado sob n.º 2652/2016, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, as demais disposições permanecem inalteradas, obedecido o disposto

no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6784

PORTARIA Nº 6.784 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

“RETIFICA PORTARIA N.º 6782/2016”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. RETIFICAR o art. 3º da portaria n.º 6.783/2016 na qual CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). TAIZE Sabei, Professor Nível I (Licenciatura), no Centro Educacional Infantil Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e conforme pedido administrativo protocolado sob n.º 2652/2016, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Onde lê-se: CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). TAIZE Sabei, Professor Nível I (Licenciatura), no Centro Educacional Infantil Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e conforme pedido administrativo protocolado sob n.º 2652/2016, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Leia-se: CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). TAIZE Sabei, Professor Nível I (Licenciatura), no Centro Educacional Infantil Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e conforme pedido administrativo protocolado sob n.º 2652/2016, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, as demais disposições permanecem inalteradas, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6785

PORTARIA Nº 6.785 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

“REMOVER SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei RESOLVE

Art. 1º. REMOVER DE OFÍCIO o(a) Servidor(a) Sr(a). IZOLDE GUIHERMINA WIEST, Auxiliar de Creche (Nível I), lotado no Centro Educacional Infantil Clara Zomkowsky para o Centro Educacional Infantil Menino Deus, de acordo com o art. 37, § 6º - b, da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e alterações,

justificativa contida no Comunicado Circular – Memorando n.º 363/2016 da Secretaria Municipal de Educação, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6786

PORTARIA Nº 6.786 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr(a) ELIANE CRISTINA HILDEBRANDO DE CORDOVA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, referente ao período de 01 de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 19 de dezembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 14 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6787

PORTARIA Nº 6.787 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr(a) MATHEUS FELIPE SURDI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, referente ao período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 22 de dezembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 14 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 08, de 12 de dezembro de 2016.

Aprova o Calendário escolar Rede Municipal de Ensino de Joaçaba.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3º do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião Ordinária do dia 12 de dezembro de 2016, pelo Parecer nº 21/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Calendário escolar para o ano letivo de 2017 da Rede Municipal de Ensino de Joaçaba.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 12 de dezembro de 2016.

Ricardo Marcelo de Menezes

Presidente do Conselho Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 047.2016 - EXONERAÇÃO DIONALTI

RESOLUÇÃO Nº 0047/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Senhor(a) DIONALTI GONÇALVES DA SILVA, do cargo de Assessor Parlamentar, nível CC-2, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 321 de 04 de janeiro de 2016 e alterações.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 15 de Dezembro de 2016.

Joaçaba, 15 de Dezembro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO 048.2016 - EXONERAÇÃO FRANCISCO CHINATO

RESOLUÇÃO Nº 048/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Senhor(a) FRANCISCO PAULO CHINATO, do cargo de Assessor Parlamentar, nível CC-2, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 321 de 04 de janeiro de 2016 e alterações.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 15 de Dezembro de 2016.

Joaçaba, 15 de dezembro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO 049.2016 - EXONERAÇÃO SHALOAÍ

RESOLUÇÃO Nº 049/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Senhor(a) SHALOAÍ COSTA, do cargo de Assessor Parlamentar, nível CC-2, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 321 de 04 de janeiro de 2016 e alterações.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 15 de Dezembro de 2016.

Joaçaba, 15 de dezembro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO 050.2016 - EXONERAÇÃO JACQUELINE

RESOLUÇÃO Nº 050/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Senhor(a) JACQUELINE JUNGES NUNES DA SILVA, do cargo de Assessor Parlamentar, nível CC-2, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de

dezembro de 2003, Lei Complementar nº 321 de 04 de janeiro de 2016 e alterações.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 15 de Dezembro de 2016.

Joaçaba, 15 de dezembro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO 051.2016 - EXONERAÇÃO LUCIANE VIACELLI

RESOLUÇÃO Nº 051/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Senhor(a) LUCIANE BARBOSA DOS SANTOS VIACELLI, do cargo de Assessor Parlamentar, nível CC-2, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 321 de 04 de janeiro de 2016 e alterações.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 15 de Dezembro de 2016.

Joaçaba, 15 de dezembro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO 052.2016 - EXONERAÇÃO LINEU SCHLINDWEIN

RESOLUÇÃO Nº 052/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Senhor(a) LINEU LUIZ SCHLINDWEIN, do cargo de Assessor Parlamentar, nível CC-2, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 321 de 04 de janeiro de 2016 e alterações.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 15 de Dezembro de 2016.

Joaçaba, 15 de dezembro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO 053.2016 - EXONERAÇÃO MARLIZE BITTENCOURT

RESOLUÇÃO Nº 053/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Senhor(a) MARLIZE KANDLER BITTENCOURT, do cargo de Assessor Jurídico, nível CC-1, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 321 de 04 de janeiro de 2016 e alterações.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 15 de Dezembro de 2016.

Joaçaba, 15 de dezembro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PLASS

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PL Nº 06/2016 - PP 01/2016/PLASS

PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-PLASS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2016/PLASS

O Diretor-executivo do PLASS, JULIO CESAR BISSANI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 06/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial nº 01/2016.

- Objeto: Fornecimento de medicamentos, conforme o interesse dos segurados do PLASS para o exercício de 2017, mediante desconto em folha de pagamento.

- Empresa Vencedora:

- FARMÁCIA JOAÇABA LTDA.

- Desconto total: 45% (quarenta e cinco por cento).

Joaçaba (SC), 09 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR BISSANI

Diretor-Executivo do PLASS

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**HOMOLOGAÇÃO PR 0051/2016 - SIMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2016 - PR Processo Administrativo: 69/2016 Processo de Licitação: 69/2016 Data do Processo: 14/10/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 69/2016
b) Licitação Nr.: 51/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 13/12/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO ESPECIALIZADO PARA COLETA E REALIZAÇÃO DE ENSAIOS LABORATORIAIS PARA CLASSIFICAÇÃO DE RESÍDUO SÓLIDO (LODO) PROVENIENTE DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE HERVAL D'OESTE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP (7247)

1 COLETA E REALIZAÇÃO DE ENSAIOS LABORATORIAIS PARA CLASSIFICAÇÃO DE RESÍDUO SÓLIDO (LODO) PROVENIENTE DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE HERVAL D'OESTE, CONFORME NORMA ABNT NBR 10.004:2004 DE CLASSIFICAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. - Marca: LABB	SV	1,00	0,0000	1.370,00	1.370,00
--	----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 1.370,00

Total Geral: 1.370,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.062.3.3.90.00.00.00.00 (29)

Aluir Flemming - Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR 0057/2016 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 57/2016 - PR
	Processo Administrativo: 75/2016 Processo de Licitação: 75/2016 Data do Processo: 21/11/2016

Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 75/2016
b) Licitação Nr.: 57/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 14/12/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL EM PVC, PEAD E DE LARGA TOLERÂNCIA PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE DO SIMAE E PARA SER UTILIZADO NO RAP 012 E NO SISTEMA SAA010, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7046)

1	ADAPTADOR PVC DE 50 X 1.1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	30,00	0,0000	1,86	55,80
2	ADAPTADOR PVC DE 60 X 2 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	20,00	0,0000	3,72	74,40
4	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC 40 X 32 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	80,00	0,0000	0,75	60,00
5	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC 60 X 50 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	40,00	0,0000	2,25	90,00
8	CAPS DE PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 60 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	20,00	0,0000	3,85	77,00
11	CAPS DE PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 85 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	10,00	0,0000	10,40	104,00
15	CURVA PVC RAO LONGO 90° COM BOLSA JUNTA SOLDÁVEL DE 50 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	10,00	0,0000	6,70	67,00
18	LUVA PVC COM BOLSA SOLDAVEL DE 32 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	150,00	0,0000	0,88	132,00
20	LUVA PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 60 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	50,00	0,0000	4,25	212,50
21	LUVA DE CORRER DE 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	300,00	0,0000	1,55	465,00

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 57/2016 - PR	
	Processo Administrativo: 75/2016 Processo de Licitação: 75/2016 Data do Processo: 21/11/2016	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7046)

22	LUVA DE CORRER DE 25 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	50,00	0,0000	2,10	105,00
23	LUVA DE CORRER DE 32 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	120,00	0,0000	2,90	348,00
27	LUVA PVC EXT. L/R 32X 1" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	100,00	0,0000	2,15	215,00
43	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC DNR 3/4" X DNR 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	300,00	0,0000	0,50	150,00
44	COLAR DE TOMADA DE 32 X DNR 3/4" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	50,00	0,0000	5,20	260,00
45	COLAR DE TOMADA DE 40 X DNR 3/4" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	50,00	0,0000	5,78	289,00
49	REGISTRO DE ESFERA PVC ACIONAMENTO BORBOLETA DE 32X1", CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TIGRE	UN	20,00	0,0000	12,10	242,00
50	TÊ DE PVC B/B/B DE 40 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	50,00	0,0000	4,80	240,00
Total do Fornecedor:						3.186,70

C. E MACEDO E CIA LTDA (7897)

3	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC 25 X 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	30,00	0,0000	0,23	6,90
6	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC 60 X 40 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	40,00	0,0000	3,10	124,00
7	REDUÇÃO PVC PONTA E BOLSA COM ANEL DE BORRACHA DE 100 X 50 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	10,00	0,0000	17,60	176,00
9	CAPS PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 25 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	20,00	0,0000	0,38	7,60
10	CAPS DE PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 32 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	30,00	0,0000	0,79	23,70
12	CURVA RAO CURTO (JOELHO) 90° DE 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	1.000,00	0,0000	0,28	280,00
13	CURVA RAO CURTO (JOELHO) 90° DE 25 X DNR 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	60,00	0,0000	0,94	56,40
14	CURVA RAO CURTO (JOELHO) 90° DNR 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	30,00	0,0000	0,76	22,80
16	LUVA PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	500,00	0,0000	0,28	140,00
17	LUVA PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 25 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	50,00	0,0000	0,35	17,50
19	LUVA PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 40 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	200,00	0,0000	1,70	340,00

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 57/2016 - PR	
	Processo Administrativo: 75/2016 Processo de Licitação: 75/2016 Data do Processo: 21/11/2016	Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

C. E MACEDO E CIA LTDA (7897)

24	LUVA DE CORRER PVC DE 140 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: C&M	PÇ	50,00	0,0000	45,00	2.250,00
25	LUVA DE CORRER DE PVC DE 160, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: C&M	UN	30,00	0,0000	60,00	1.800,00
26	LUVA PVC EXT. L/R 25 X 3/4" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	100,00	0,0000	0,75	75,00
28	LUVA DE CORRER DEFOFO DN 100 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: C&M	PÇ	20,00	0,0000	30,00	600,00
29	LUVA DE CORRER DEFOFO DN 150 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: C&M	PÇ	20,00	0,0000	55,00	1.100,00
30	LUVA DE CORRER DEFOFO DN 200 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: C&M	PÇ	50,00	0,0000	115,00	5.750,00
31	LUVA DE CORRER DEFOFO DN 250 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: C&M	PÇ	6,00	0,0000	170,00	1.020,00
32	LUVA DE CORRER DEFOFO DN 300 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: C&M	PÇ	12,00	0,0000	280,00	3.360,00
33	LUVA JUNTA ROSCÁVEL AMBOS OS LADOS PVC BRANCO DNR 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	130,00	0,0000	0,60	78,00
34	TE PVC B/B/R DE 20 X DNR 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	50,00	0,0000	1,10	55,00
35	TÊ DE PVC B/B/R DE 25 X 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	50,00	0,0000	1,85	92,50
36	TÊ DE PVC B/B/B DE 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	50,00	0,0000	0,45	22,50
41	REDUÇÃO PONTO E BOLSA PVC JE DN125 X DN100(DE 140mm x 100mm) - CONFORME TERMO DE REF. - Marca: C&M	PÇ	1,00	0,0000	100,00	100,00
42	ADAPTADOR PARA JUNTA MECÂNICA DE PEAD 63 X 2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: ARANGUL	PÇ	150,00	0,0000	30,00	4.500,00
46	CURVA PVC RAI0 LONGO 90° COM PONTA E BOLSA ELÁSTICA DN 50 CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: C&M	PÇ	10,00	0,0000	11,00	110,00
Total do Fornecedor:						22.107,90

CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA (7749)

39	TUBO PVC RÍGIDO DEFOFO 12 JEI PONTA E BOLSA DN 300 - BARRAS DE 6 METROS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: CORR PLASTIC	BR	20,00	0,0000	792,54	15.850,80
53	TUBO PVC RÍGIDO DEFOFO 12 JEI PONTA E BOLSA DN 150 - BARRAS DE 6 METROS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: CORR PLASTIC	BR	500,00	0,0000	217,02	108.510,00
Total do Fornecedor:						124.360,80

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 57/2016 - PR

Processo Administrativo: 75/2016
Processo de Licitação: 75/2016
Data do Processo: 21/11/2016

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**STARLUX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA (6851)**

40	TE TRIPARTIDO PARA TUBO PVC DN180 (DE 200mm) COM SAÍDA EM FLANGE PN 10 DN 100 - CONFORME TERMO REF. - Marca: STARLUX MOD S110T	PÇ	1,00	0,0000	1.916,65	1.916,65
----	--	----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 1.916,65**Total Geral: 151.572,05**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (14), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (17), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (38)-----
Aluir Flemming - Diretor Presidente

Lacerdópolis

PREFEITURA

ADITIVO 01 - CONTRATO 40/2016

TERMO ADITIVO N. 01

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 40/2016

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua 31 de Março, n. 1.050, centro, no Lacerdópolis/SC, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24, neste ato representado por seu Prefeito, Hilário Chiamolera.

CONTRATADA: PEDREIRA JOAÇABA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 84.585.306/0001-47, com sede na Rua Tiroleza, n. 600, Bairro Frei Bruno, Joaçaba/SC, neste ato representada por Sigmundo Engelberto Regensburger, CPF 139.433.329-34.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de 7,011% (sete vírgula zero onze por cento) ao valor do contrato. Este acréscimo quantitativo corresponde a aquisição de 500m³ (quinhentos metros cúbicos) a mais do item "03" do contrato (pedrisco).

CLÁUSULA SEGUNDA - ACRÉSCIMO

O valor de acréscimo corresponde à R\$ 16.250,00 (dezesesse mil, duzentos e cinquenta reais).

O valor total do contrato passa a ser de R\$ 248.025,00 (duzentos e quarenta e oito mil e vinte e cinco reais).

Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir da assinatura deste documento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DESPESA

O MUNICÍPIO empenhará as despesas decorrentes deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO : 05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E URBANISMO
UNIDADE : 01-SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Proj/Atv.: 26.782.1005.2.013 – MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS
Compl. Elem.: 3.3.90.30.99.00.00.00 – Outros Materiais de Consumo (26)
Recurso: 0000 – Recursos Ordinários

ORGÃO : 05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E URBANISMO
UNIDADE : 01-SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Proj/Atv.: 26.782.1005.1.009 – PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
Compl. Elem.: 4.4.90.51.99.00.00.00 – Outras Obras e Instalações (23)
Recurso: 0000 – Recursos Ordinários

ORGÃO : 05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E URBANISMO
UNIDADE : 02-SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS
Proj/Atv.: 15.452.1006.2.016 – MANUTENÇÃO DE VIAS E PRAÇAS PÚBLICAS
Compl. Elem.: 3.3.90.30.99.00.00.00 – Outros Materiais de

Consumo (31)

Recurso: 0000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUARTA – AUTORIZAÇÃO E FUNDAMENTO

O presente termo aditivo decorre de autorização expressa do prefeito e encontra amparo legal no artigo 65, alínea "b" do inciso I, combinada com o § 1º, da Lei n. 8.666/93, bem como na Cláusula Quinta, inciso II do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Lacerdópolis/SC, 14 de dezembro de 2016.

Município de Lacerdópolis/SC Hilário Chiamolera Prefeito	Pedreira Joaçaba Ltda. Sigmundo Engelberto Regensburger Representante
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Lages

PREFEITURA

ARP 27-G/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-G/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

PROCESSO Nº 30/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo para os CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 42.696,67 (quarenta e dois mil seiscientos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos),

JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 13.965.228/0001-68, ESTABELECIDO NA AV. 24 DE OUTUBRO, S/ Nº - CENTRO, BOM RETIRO/SC – CEP. 88.680-000

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 27-B/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

PROCESSO Nº 30/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo para os CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 25.089,27 (vinte e cinco mil e oitenta e nove reais e vinte e sete centavos),

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA – CNPJ 12.667.876/0001-75 – RUA PEREIRA DE OLIVEIRA, 85 GALPÃO 02 VELHA BLUMENAU/SC CEP 89.036-350

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 27-A/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

PROCESSO Nº 30/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo para os CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 40.966,02 (quarenta mil novecentos e sessenta e seis reais e dois centavos),

ADL COMERCIAL EIRELI EPP INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 15.267.298/0001-78, COM SEDE À RUA FLORANIA, 467 – FUNDO 9 – VELHA CENTRAL, CEP 89.040-190, NA CIDADE DE BLUMENAU/SC

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 27-C/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-C/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

PROCESSO Nº 30/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo para os CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 63.885,86 (sessenta e três mil oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos),

CELIA REGINA W SANI - ME, INSCRITA NO CNPJ: 04.195.853/0001-87 COM SEDE A AVENIDA BEIRA RIO, 730 – BAIRRO CENTRO – CEP 88450-000 – ALFREDO WAGNER/SC

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 27-D/2016 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-D/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016
PROCESSO Nº 30/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo para os CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 49.139,50 (quarenta e nove mil cento e trinta e nove reais e cinquenta centavos),

F.KARINE COMÉRCIO LTDA – ME CNPJ 05.057.320/0001-00 RUA SÃO VICENTE Nº 1265 CASA BAIRRO SÃO VICENTE ITAJAÍ/SC CEP 88.30-101

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 27-E/2016 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-E/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016
PROCESSO Nº 30/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo para os CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 37.872,02 (trinta e sete mil oitocentos e setenta e dois reais e dois centavos),

GTA ATACADO E VAREJO EIRELI – CNPJ 20.257.784/0001-45 – RUA DAS NEVES, 59 CENTRO – SÃO BENTO DO SUL/SC CEP 89.280-232

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 27-F/2016 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-F/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016
PROCESSO Nº 30/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo para os CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as

especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 31.373,51 (trinta e um mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos),

IDEAL CENTER COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA – EPP – CNPJ 08.811.393/0001-25 RUA TITO BIANCHINI, 409 COPACABANA LAGES/SC CEP 88.504-100

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 27-H/2016 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-H/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016
PROCESSO Nº 30/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo para os CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 62.434,60 (sessenta e dois mil quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos),

JOSÉ CARLOS PEIXER DA COSTA – ME – CNPJ 08.234.845/0001-53 – RUA PAPANDUVA ESQUINA COM RUA JARAGUA DO SUL, 8 PETROPÓLIS LAGES/SC CEP 88.505-366

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 27-I/2016 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-I/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016
PROCESSO Nº 30/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo para os CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do

Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS
O valor registrado é de R\$ 44.447,18 (quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais e dezoito centavos),
JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME INSCRITA NO CNPJ N.º 82.894.718/0001-33, COM SEDE MARIO RIBEIRO RAMOS, 242 – SÃO CRISTÓVÃO – LAGE/SC CEP 88.509-3400
Lages, 14 de dezembro de 2016
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 27-J/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-J/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

PROCESSO Nº 30/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo para os CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 79.029,31 (setenta e nove mil e vinte e nove reais e trinta e um centavos),

KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 11.118.645/0001-40, ESTABELECIDA NA AV. LUIZ DE CAMÕES, 911 – LOJA 04 – CORAL, LAGES/SC – CEP. 88.523-000.

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 27-K/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-K/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

PROCESSO Nº 30/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo para os CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 24.039,84 (vinte e quatro mil e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos),

PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP CNPJ 24.878.609/0001-26 – RUA MARINHO NERBASS, 30 CENTRO LAGES/SC CEP 88.502-180.

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

RERRATIFICAÇÃO Nº 03 PP 26-2016 SMS

RERRATIFICAÇÃO

REF. PREGÃO PRESENCIAL 26/2016 - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA USO NO PRONTO ATENDIMENTO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II – Termo de Referência do Edital, conforme segue abaixo:

- No item 32, leia-se: Ventilador Pulmonar Pressométrico: Ventilador pulmonar pressométrico adulto/pediátrico, controlado por microprocessador, para utilização em unidades móveis e prontos socorros. Possui display LCD para visualização dos parâmetros, com operação por meio de botão rotativo. Ventilação Controlada a Volume (VCV). Com pelo menos as configurações: FiO2: 50 a 70% (Através de Sistema Venturi), 21 a 100% (Através de Blender Externo); Tempo Inspiratório: 0,1 a 10 seg; Relação I:E 1:99 a 5:1 (Invertido); Frequência do Ventilador 1-150 R.P.M; Volume Corrente compreendido entre 0,5 a 3000 ml; Pressão Inspiratória: 0 a 100 cmH2O; PEEP/CPAP 0 a 50 cm H2O (Válvula Externa); Fluxo Inspiratório: 0 a 60 lpm; Forma de Onda Fluxo: Quadrada; Válvula de Segurança Interna de Pressão Inspiratória Ajustável; STAND BY para manter a programação sem ciclado; Válvula Reguladora de Pressão de Entrada de O2 incorporada ao equipamento. Fluxômetro de 0 a 20 lpm integrado ao equipamento; Garrafa de Aspiração com vácuo de 20 a 30 cmHg. Parâmetros de saída: Pressão da Via Aérea- 10 a 100 cmH2O; Tempo Inspiratório 0,1 - 10 segundos; Volume Corrente Inspirado 0 a 2,50 L; Fluxo Inspiratório 0 a 90 lpm; Frequência 1 a 150 R.P.M. Alarmes: Pressão Inspiratória Máxima da Via Aérea. Pressão Inspiratória Mínima da Via Aérea; Alarme de Pressão Contínua; Alarme de Baixo Volume Tidal; Fonte de Alimentação de Gases (Ar-O2); Queda de Energia Elétrica; Baixa Carga de Bateria; Microprocessador. Acessórios: 1 Fluxômetro com umidificador; 1 Válvula exalatória; 1 Circuito paciente PVC (não esterilizado); 1 Garrafa de Aspiração; 1 Suporte de Fixação; 1 Mangueira O2; 1 Braço articulado c/3 segmentos; 1 Pedestal para uso ambulatorial com rodízios. Bateria interna recarregável 12V com duração de pelo menos 360 minutos. Alimentação elétrica 110/220V.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 14:00 horas do dia 16/12/2016, para às 15:00 do dia 20/01/2017.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 14 de dezembro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**EMENDA 047/2016 A LOM LAGES/SC**

EMENDA Nº. 047/2016

A PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº. 009/2016

À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LAGES/SC

MODIFICA A REDAÇÃO DO ARTIGO 38 E INCISO I DO ARTIGO 42 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE LAGES SC

O PRESIDENTE DA CÂMARA DO MUNICÍPIO DE LAGES FAZ SABER, que a edilidade em Sessão Plenária aprovou e ele promulga a seguinte:

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

Art. 1º O artigo 38 da Lei Orgânica do Município de Lages passará a ter a seguinte redação:

Art. 38 - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o vereador investido no cargo de secretário municipal ou diretor de órgão da administração pública direta ou indireta do município, ou qualquer outro provido em comissão, da administração pública direta ou indireta, das esferas estadual e federal.

Art. 2º O inciso I do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Lages passará a ter a seguinte redação:

Art. 42 (.....)

I - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o vereador investido no cargo de secretário municipal ou diretor de órgão da administração pública direta ou indireta do município, ou qualquer outro provido em comissão, da administração pública direta ou indireta, das esferas estadual e federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Emenda serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Esta Emenda entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2016.

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA

PRESIDENTE

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.787/16

DECRETO Nº 4.787 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CRIA A COMISSÃO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA/SC, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 04/2016 DO CMDCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público, conforme disposto no artigo 227, caput, da Constituição Federal e artigo 4º, caput e parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, assegurar às crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, dentre outros direitos fundamentais inerentes à pessoa humana;

CONSIDERANDO a Resolução nº 161/2013/CONANDA que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO que a elaboração do plano decenal deve ser realizada de forma articulada e intersetorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos; e

CONSIDERANDO a Resolução nº 04/2016, de 09 de novembro de 2016, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deste município de LAGUNA/SC;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Laguna/SC, composto pelas seguintes representações e membros:

I - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA :

- a) Vinicius Laufer dos Santos;
- b) Gladys dos Santos Alcântara;

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- a) Adriana Maciel Machado;

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES:

- a) Simone Belmiro

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- a) Maria Helena Fernandes;

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

- a) Maria de Lourdes Corrêa;

VI- REPRESENTANTES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Samira dos Santos Pereira;
- b) Renata Faísca Nunes;

VII- REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

- a) Adriana de Amorim Luiz;
- b) YnnisZin |Siqueira.

VIII - REPRESENTANTES DE ADOLESCENTES:

- a) Isadora dos Santos Damas;
- b) Patrick Medeiros da Silva.

Art. 2º A Comissão Intersetorial para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá as seguintes atribuições:

I - elaborar o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo as ações, metas, indicadores de monitoramento e prazos de execução para cada órgão/instituição de atuação, para aprovação do CMDCA;

II - acompanhar a implementação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º Todas as secretarias e instituições responsáveis pela execução das políticas públicas setoriais, que compõem a Política de Direitos da Criança e do Adolescente, deverão ser instadas a subsidiar a equipe técnica encarregada da elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente com informações e dados estatísticos, que permitam traçar o diagnóstico da atual situação das crianças e adolescentes, dentro de suas atribuições.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.788/16

DECRETO Nº 4.788 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE VISTORIAS, MEDIÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS A SEREM ENTREGUES ATÉ 31.12.2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA:

Art. 1º Aos servidores públicos municipais ocupantes dos cargos de engenheiro civil e arquiteto responsáveis por vistorias, medição e fiscalização de obras públicas municipais que devem ser entregues até o final de dezembro de 2016, não se aplica o disposto no Decreto nº 4.776/16, enquanto não forem as mesmas realizadas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.789/16

DECRETO Nº 4.789 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO IRMÃ VERA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Irmã Vera, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na seguinte dotação:

Órgão: 17 - Fundação Irmã Vera
Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera
Proj/Atividade: 2.500 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera
Elemento da Despesa: 8 – 3.3.90.30.00.00.00.00.0080 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 17 - Fundação Irmã Vera
Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera
Proj/Atividade: 2.500 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera
Elemento da Despesa: 11 – 3.3.90.48.00.00.00.00.0080 - Outros Auxílios Financeiros à Pessoas Físicas R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.790/16

DECRETO Nº 4.790 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO IRMÃ VERA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Irmã Vera, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) na seguinte dotação:

Órgão: 17 - Fundação Irmã Vera
Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera
Proj/Atividade: 2.500 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera
Elementos da Despesa:
6 – 3.1.90.94.00.00.00.00.01.0000 - Indenizações e Restituições TrabalhistasR\$ 6.000,00
10 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa JurídicaR\$ 10.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte

dotação:

Órgão: 17 - Fundação Irmã Vera
Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera
Proj/Atividade: 2.500 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera
Elemento da Despesa: 4 – 3.1.16.48.00.00.00.00.01.0000 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 16.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.791/16

DECRETO Nº 4.791 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura
Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura
Elementos de Despesa:
5 - 3.1.90.94.00.00.00.00.01.000 – Indenizações e Restituições Trabalhistas R\$ 20.000,00
11 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 85.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos da seguinte dotação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura
Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura
Elementos de Despesa:
2 - 3.1.90.11.00.00.00.00.01.000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 65.000,00
6 - 3.3.50.43.00.00.00.00.01.000 – Subvenções Sociais R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.792/16

DECRETO Nº 4.792 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 204.233,40 (duzentos e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta centavos), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento

Proj/Atividade: 2.017 – Manutenção dos Serviços Inerentes à Secretaria de Obras e Saneamento

Elementos da Despesa:

172 - 3.1.90.11.00.00.00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 90.000,00

180 - 3.3.90.39.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 114.233,40

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento

Proj/Atividade: 2.017 – Manutenção dos Serviços Inerentes à Secretaria de Obras e Saneamento

Elementos da Despesa:

173 - 3.1.90.13.00.00.00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 90.000,00

179 - 3.3.90.36.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 114.233,40

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.793/16

DECRETO Nº 4.793 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 162.525,00 (cento e sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e cinco reais), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Atividade: 2.716 – Acompanhamento Psicossocial - CAPS

Elementos da Despesa:

42 - 3.1.90.11.00.00.01.0101 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 102.525,00

43 - 3.1.90.13.00.00.01.0101 - Obrigações Patronais R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Atividade: 2.716 – Acompanhamento Psicossocial - CAPS

Elemento da Despesa: 44 - 3.1.90.16.00.00.01.0101 - ...Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 162.525,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.794/16

DECRETO Nº 4.794 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Atividade: 2.700 – Estender, Equipar e Manter a Rede Básica

Elementos da Despesa:

5 - 3.1.90.11.00.00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 600.000,00

6 - 3.1.90.13.00.00.01.0002 - Obrigações Patronais R\$ 300.000,00

19 - 3.3.90.39.00.00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 200.000,00

18 - 3.3.90.39.00.00.01.0033 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Atividade: 2.700 – Estender, Equipar e Manter a Rede Básica

Elemento da Despesa: 14 - 3.3.90.30.00.00.01.0101 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.795/16

DECRETO Nº 4.795 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 240.732,32 (duzentos e quarenta mil, setecentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Atividade: 2.703 – Vigilância em Saúde
Elementos da Despesa:
97 – 3.1.90.11.00.00.00.01.0101 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 140.732,32
100 – 3.1.90.13.00.00.00.01.0002 - Obrigações Patronais R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Atividade: 2.703 – Vigilância em Saúde
Elemento da Despesa: 101 – 3.1.90.16.00.00.00.01.0101 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 240.732,32

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.796/16

DECRETO Nº 4.796 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 134.398,95 (cento e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Atividade: 2.706 – Agente Comunitário
Elementos da Despesa:
70 – 3.1.90.11.00.00.00.01.0101 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 54.398,95
72 – 3.1.90.13.00.00.00.01.0002 - Obrigações Patronais R\$ 80.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Atividade: 2.706 – Agente Comunitário
Elementos da Despesa:
73 – 3.1.90.16.00.00.00.01.0101 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 54.398,65
76 – 3.3.90.39.00.00.00.01.0101 - Outras Despesas de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.797/16

DECRETO Nº 4.797 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna e no art. 140 e seguintes da Lei Complementar nº 268/13,

DECRETA:

Art. 1º A eleição e posse dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Laguna, cujo ato dar-se-á em dia, hora e local previamente agendados, na forma de edital de convocação, observará o seguinte procedimento:

- I - Abertura: A abertura dos trabalhos será feita com a formação da Mesa Diretora, composta por 01 (um) Presidente e 01 (um) Secretário e a leitura do edital de convocação;
II - Enquadramento: após a leitura do edital de convocação o Secretário da Mesa Diretora fará o enquadramento das entidades habilitadas de acordo com os segmentos previstos na Lei Complementar nº 268/13 e no Decreto nº 4.777/16;
III - Eleição/Reunião dos Segmentos: concluído o enquadramento o Presidente da Mesa Diretora concederá 10 minutos para que as entidades se reúnam por segmento a fim de escolherem o(s) respectivo(s) representantes. No segmento que não obtiver o resultado do(s) representante(s) por consenso, haverá eleição entre seus participantes, de forma aberta;
IV - Declaração de Vencedores por Segmento: Realizado o procedimento previsto no inciso III, o Presidente da Mesa Diretora fará a leitura dos nomes dos eleitos por segmento;
V - Composição Geral: após a leitura dos nomes dos eleitos por segmento, o Presidente da Mesa Diretora fará a leitura da composição geral dos membros do Conselho; e
VI - Posse: será o ato final do procedimento eleitoral, onde os eleitos serão empossados pelo Chefe do Poder Executivo e, assinarão o respectivo termo de posse.

Art. 2º Em caso de empate na escolha dos representantes e das suas respectivas entidades, observar-se-á os seguintes critérios para o desempate:

- I - participação da entidade na última Conferência das Cidades;
II - entidade mais antiga, assim considerado o registro.

Art. 3º O processo de escolha tem por objetivo eleger os representantes titulares e suplentes de entidades da sociedade civil previstos nos incisos III a IX do art. 140 da Lei Complementar nº 268/13, ou seja:

I - 12 (doze) representantes das Regiões Comunitárias;
II - 5 (cinco) representantes do setor do Comércio e Serviço e Indústria, sendo 2 (dois) representantes de entidades classe;
III - 2 (dois) representantes de associações de moradores de Laguna;
IV - 2 (dois) representantes de Sindicatos;
V - 2 (dois) representantes de Entidade Não Governamental;
VI - 2 (dois) representantes de órgãos responsáveis pela proteção histórica e cultural do município;
VII - 1 (um) representante indicado por entidade vinculada à educação, pesquisa e cultura.

Art. 4º Os representantes do Poder Executivo e Poder Legislativo deverão ser indicados até 05 (cinco) dias antes da data prevista para a eleição.

Art. 5º O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal será eleito entre os (as) conselheiros(as) na primeira reunião.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.894/16

LEI Nº 1.894 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DÁ NOME AO PRÓPRIO PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Laguna iniciou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Centro de Atendimento ao Turista localizado no Bairro Bela Vista, às margens da SC 436 neste Município, integrante do patrimônio público municipal, passa a ser denominado de "Centro de Atendimento ao Turista Anselmo da Silva Joaquim".

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar placas de identificação da referida unidade de saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº 21/2016

Dispõe sobre a rejeição parcial, período janeiro a julho e aprovação parcial, período agosto a dezembro, com ressalvas, do "Plano de Aplicação Financeira", do exercício 2016, de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 13 de Dezembro de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996 e suas alterações, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

CONSIDERANDO a NOB/SUAS nos arts. 84 e 119 em que determina que os Conselhos de Assistência Social são órgãos que normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS 237/2006 e as normativas que regem a Política Nacional de Assistência Social – Lei 8.742/1993, NOB/SUAS 2012 – o CMAS deve apreciar e aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios do município quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo Fundo Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais e municipais;

CONSIDERANDO o Artigo 1º da Resolução CMAS nº 11/2016 que dispõe sobre a aplicação dos recursos reprogramados do exercício 2015;

CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 17/2016 que dispõe sobre assinatura de um Termo de Ciência, quanto aos recursos oriundo do FMAS recebidos pelos coordenadores dos equipamentos e gestores dos programas e benefícios da SMASH;

CONSIDERANDO as aquisições (materiais e equipamentos) realizadas com recursos do FMAS, no exercício de 2016, constadas de Termos de Ciência devidamente assinados pelos coordenadores das unidades públicas estatais e gestores dos programas da SMASH;

CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 18/2016 que dispõe sobre o envio de relatórios trimestrais de atividades e de realização financeira dos recursos utilizados do FMAS;

CONSIDERANDO o Ofício nº 091/2016 em que SMASH encaminha os Planos de Ação Anual, Planos de Trabalhos e Planos de Aplicação Financeira dos serviços e programas da referida secretaria para apreciação contendo anexos de: Plano de Aplicação Financeira Anual – Recursos dos Serviços, Programas e Benefícios 2016; Plano de Aplicação Financeira Anual – Recursos Reprogramados dos, Serviços, Programas e Benefícios 2016; Plano de Aplicação Financeira Anual – Recursos Ordinários do IGD SUAS 2016, Plano de Aplicação Financeira Anual – Recursos Reprogramados do IGD SUAS 2016; Plano de Aplicação Financeira Anual – Recursos Ordinários do IGD PBF 2016 e Plano de Aplicação Financeira Anual – Recursos Reprogramados do IGD PBF 2016, ressaltando esse aspecto como positivo no que tange às relações entre a SMASH, este Conselho e o trabalho de suas comissões;

CONSIDERANDO que o Plano de Aplicação exercício 2016 foi entregue pela SMASH para apreciação dos conselheiros do CMAS em reunião plenária no dia 02/08/2016;

CONSIDERANDO que foi solicitado a SMASH, através de Ofício CMAS nº 55/2016, relatório sobre o que já foi executado do referido Plano no período de janeiro a agosto de 2016, relacionando o que foi executado ao que foi planejado;

CONSIDERANDO que foi solicitado a SMASH através de Ofício CMAS nº 55/2016 que apresentasse documento com reanálise e readequação dos valores do Plano referente aos meses de: agosto, setembro, outubro e novembro;

CONSIDERANDO que o documento (planilha) encaminhado pela SMASH, em resposta ao ofício nº 55/2016, não foi elaborado de forma clara e não possuía todas as informações solicitadas e necessárias para embasar a análise dos conselheiros, em especial relacionando o que foi executado e o que foi planejado;

CONSIDERANDO que a avaliação dos referidos Planos foi prejudicada, tendo em vista que o período entre o recebimento e o parecer final o CMAS e suas comissões tiveram períodos sem atividades devido a falta de quórum, pontos facultativos e período eleitoral, e

CONSIDERANDO a formação de Grupo de Trabalho que acompanhará a Comissão de inquérito referente ao Processo administrativo

nº 0125.0005235/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Reprovar parcialmente, no período de Janeiro a Julho, o Plano de Aplicação Financeira Anual, que consta de: Recursos dos Serviços, Programas e Benefícios 2016; Recursos Reprogramados dos Serviços, Programas e Benefícios 2016; Recursos Ordinários do IGD SUAS 2016, Recursos Reprogramados do IGD SUAS 2016; Recursos Ordinários do IGD PBF 2016 e Recursos Reprogramados do IGD PBF 2016.

Art. 2º Aprovar parcialmente, do período de Agosto a Dezembro, o Plano de Aplicação Financeira Anual, que consta de: Recursos dos Serviços, Programas e Benefícios 2016; Recursos Reprogramados dos Serviços, Programas e Benefícios 2016; Recursos Ordinários do IGD SUAS 2016, Recursos Reprogramados do IGD SUAS 2016; Recursos Ordinários do IGD PBF 2016 e Recursos Reprogramados do IGD PBF 2016, com as seguintes ressalvas:

I. Que os valores expressos na Proposta de Reprogramação e Estimativa da Receita tenham sido ou sejam utilizados para as aquisições dos itens que constam nos Planos de Ação Anual e Planos de Trabalho e Aplicação dos Serviços e Programas elaborados pelas equipes de referência que ofertam e/ou executam os Serviços, Programas e Benefícios, bem como para o pagamento de recursos humanos e no custeio de despesas de indispensáveis à manutenção das unidades, serviços, programas e benefícios, dentro do período posterior a Agosto.

II. Que os recursos reprogramados tenham sido ou sejam utilizados conforme dispõe a Resolução CMAS nº 11/2016;

III. Que o órgão gestor cumpra o que determina o artigo primeiro da Resolução CMAS nº 18/2016.

Art. 3º Para aprovação do Relatório Analítico de Execução Físico Financeira dos recursos gastos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social será necessária apresentação de documento comprobatório das aquisições solicitadas e recebidas que atendam os artigos 1º e 2º da Resolução CMAS Nº17/2016.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 13 de Dezembro de 2016.

Enivaldo Torres Ramos
Presidente do CMAS

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº 233/2016 DE 02/12/2016 EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDREI DA SILVA, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 233/2016

DE 02/12/2016

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDREI DA SILVA, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o pedido da servidora.

DECIDE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Servidor Público Municipal ANDREI DA SILVA, da função de Auxiliar de Manutenção e Conservação junto a Secretaria Municipal de transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 2 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 234/2016 DE 13/12/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RODRIGO PEDROSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n.234/2016

DE 13/12/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RODRIGO PEDROSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal RODRIGO PEDROSO pelo prazo de 10 dias, de 13/12/2016 A 22/12/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 235/2016 DE 13/12/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GUSTAVO HENRIQUE DE ALMEIDA PEDROSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n.235/2016

DE 13/12/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GUSTAVO HENRIQUE DE ALMEIDA PEDROSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal GUSTAVO HENRIQUE DE ALMEIDA PEDROSO pelo prazo de 30 dias, de 13/12/2016 A 11/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 06 de julho de 2015 a 05 de julho de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 236/2016 DE 13/12/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDIANE BODANESE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n.236/2016

DE 13/12/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDIANE BODANESE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EDIANE BODANESE pelo prazo de 30 dias, de 13/12/2016 A 11/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 03 de agosto de 2015 a 02 de agosto de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

PORTARIA Nº 237/2016 DE 13/12/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCIDES DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n.237/2016

DE 13/12/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCIDES DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ALCIDES DOS SANTOS pelo prazo de 15 dias, de 16/12/2016 A 30/12/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 11 de maio de 2015 a 10 de maio de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

PORTARIA Nº 238/2016 DE 13/12/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCISMARA GASPERINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n.238/2016

DE 13/12/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCISMARA GASPERINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal FRANCISMARA GASPERINI pelo prazo de 15 dias, de 16/12/2016 A 30/12/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 04 de março de 2015 a 03 de março de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

PORTARIA Nº 239/2016 DE 13/12/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RICARDO LUIZ TOME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n.239/2016

DE 13/12/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RICARDO LUIZ TOME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal RICARDO LUIZ TOME pelo prazo de 15 dias, de 16/12/2016 A 30/12/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de maio de 2015 a 01 de maio de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 240/2016 DE 13/12/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONINHO BAGGIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n.240/2016

DE 13/12/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONINHO BAGGIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ANTONINHO BAGGIO pelo prazo de 30 dias, de 26/12/2016 A 24/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2015 a 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 241/2016 DE 13/12/2016 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELE BAGGIO BIFFI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 241/2016

DE 13/12/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELE BAGGIO BIFFI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,
CONSIDERANDO o atestado médico indicando a necessidade do afastamento funcional do respectivo servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal FRANCIELE BAGGIO BIFFI por 10 dias a partir de 07/12/2016.

Art.2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 13 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 242/2016 DE 13/12/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TALES JOSE LUNARDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n.242/2016

DE 13/12/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TALES JOSE LUNARDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal TALES JOSE LUNARDI pelo prazo de 10 dias, de 21/12/2016 A 30/12/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de maio de 2015 a 01 de maio de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 243/2016 DE 13/12/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADAIR MATIELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n.243/2016

DE 13/12/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADAIR MATIELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal ADAIR MATIELLO pelo prazo de 30 dias, de 13/12/2016 A 11/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 19 de abril de 2015 a 18 de abril de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada**PORTARIA Nº 244/2016 DE 13/12/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDEMAR BUSATTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.244/2016

DE 13/12/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDEMAR BUSATTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal VALDEMAR BUSATTA pelo prazo de 30 dias, de 15/12/2016 A 13/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 19 de abril de 2015 a 18 de abril de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada**PORTARIA Nº 245/2016 DE 13/12/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARLEI MARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.245/2016

DE 13/12/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARLEI MARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal MARLEI MARINA pelo prazo de 30 dias, de 16/12/2016 A 14/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE EDITAL, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS PARA PROCESSO SELETIVO DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E DEMAIS CARGOS DE CARÁTER TEMPORÁRIO, NECESSÁRIOS AO MUNICÍPIO DE LAJEADO**
MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

O Município de Lajeado Grande – SC, Torna Público a todos os interessados, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e atualizações posteriores, que se encontra aberto o Processo Licitatório 031/2016, na modalidade de Pregão Presencial para Compras e Serviços 019/2016 para contratação de empresa para realização de teste seletivo. O recebimento e abertura dos envelopes dar-se-á até a data de 27 de dezembro de 2016, às 11h00min, no Setor de Licitações e Contratos. Maiores informações e/ou a integral do presente edital poderão ser obtidas junto a Administração Municipal, sito a Rua Vitória, n. 503, centro, Lajeado Grande, CEP: 89828-000, de Segunda à Sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo fone 0xx49-33550012, ou pelo Site www.lajeadogrande.sc.gov.br

Lajeado Grande, 14 de dezembro de 2016.

VALMIR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 144/2016**

DECRETO Nº 144/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 132.300,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Trezentos Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

1.008 - - Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde

DOTAÇÃO 03

4.4.90.00.00.0003 - Aplicação Direta R\$ 132.300,00

Total: R\$ 132.300,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do excesso de arrecadação verificada até o mês de Dezembro de 2016 na fonte 0003 (Recursos Próprios / Saúde).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 145/2016

DECRETO Nº 145/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.505.000,00 (Um Milhão Quinhentos e Cinco Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03 - SECRETARIA MUN. DA ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

DOTAÇÃO 06

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 65.000,00

03 - SECRETARIA MUN. DA ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.005 - Manutenção do Departamento de Finanças

DOTAÇÃO 12

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 300.000,00

04 - SECRETARIA MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.020 - Manutenção do Ensino Fundamental

DOTAÇÃO 30

3.1.90.00.00.0117 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

04 - SECRETARIA MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.023 - Manutenção da Secretaria de Educação

DOTAÇÃO 57

3.1.90.00.00.0117 - Aplicação Direta R\$ 240.000,00

05 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.029 - Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

DOTAÇÃO 83

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 500.000,00

05 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.039 - Abertura e Conservação de Estradas do Interior

DOTAÇÃO 89

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 300.000,00

Total: R\$ 1.505.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do excesso de arrecadação verificado até o momento na fonte 0116 (Recursos Ordinários).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 146/2016

DECRETO Nº 146/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
07.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde
DOTAÇÃO 40
3.3.71.00.00.1212 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00
Total R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
07.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde
DOTAÇÃO 26
4.4.90.00.00.1212 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00
Total R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA
Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 147/2016

DECRETO Nº 147/2016.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.01 - Gabinete do Prefeito
2.002 - Manutenção do gabinete do Prefeito
DOTAÇÃO 02
3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 35.000,00
Total: R\$ 35.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do excesso de arrecadação verificado até o momento na fonte 0116 (Recursos Ordinários).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA
Sec. Administração, Finanças e Planej.

EXTRATO DE CONTRATOS NOVEMBRO/ DEZEMBRO 2016

EXTRATO DE CONTRATOS NOVEMBRO/ DEZEMBRO 2016
EXTRATO DE CONTRATO 136/2016 PMLM
Contrato 136/2016

Processo Licitatório nº 72/2016 – TOMADA DE PREÇO 72/2016
Objeto: Constitui objeto a contratação de empresa do ramo pertinente para a realização de Processo Seletivo, compreendendo a organização, planejamento, a elaboração de editais, preparo do edital de convocação para as provas, preparo, impressão, empacotamento de provas, aplicação/coordenação das provas escritas e práticas, correção das provas, apresentação do resultado, resposta a eventuais recursos, contratação de fiscais, apoio técnico-jurídico em todas as etapas do certame, para o preenchimento de vagas do quadro de reservas da Rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: INSTITUTO EXCELENCIA LTDA ME
Valor global: R\$ R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais).
Vigencia : 23/11/2016 a 31/03/2017

Fabricao Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 137/2016 PMLM
Contrato 137/2016

Processo Licitatório nº 73/2016 – TOMADA DE PREÇO 73/2016
Objeto: Contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Obras de Construção de Depósito de Manutenção para Usina de Beneficiamento de Leite com área de 466,31 m² para Fomento ao Setor Agropecuario no Município de Lauro Muller/SC, de acordo com o Convênio a Caixa Econômica Federal, através do Ministerio da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) conforme Convenio de Repasse nº 808669/2014

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA
Valor global: R\$ 298.249,48 (duzentos e noventa e oito mil duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos)
Vigencia : 25/11/2016 a 31/12/2017

Fabricao Kusmin Alves

Prefeito Municipa

EXTRATO DE CONTRATO 138/2016 PMLM
Contrato 138/2016

Processo Licitatório nº 76/2016 – INEXGIBILIDADE 76/2016
Objeto: prestação de serviços de Leiloeiro Oficial credenciado, para a realização exclusiva de Leilão para a alienação presencial e online em recinto e em sistema próprio do Leiloeiro credenciado de bens moveis/veículos pertencentes ao municipio de Lauro Muller.

Contratado: ANDERSON LUCHTENBERG

Vigencia : 16/11/2016 a 31/12/2017

Fabricao Kusmin Alves

Prefeito Municipa

EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR CONTRATO 001/2016 CONTRATO 58/2016 PMLM
CONTRATO ORIGINAL: 58/2016

OBJETO: MATERIAIS PARA A ILUMINAÇÃO PUBLICA de forma PARCELADA para o exercício de 2016, para atender as necessidade do Município de Lauro Muller.

CONTRATADO: ELETRO JO MATERIAIS ELETRICOS LTDA

PRAZO DE VIGENCIA: 31/12/2016

EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR CONTRATO 001/2016 CONTRATO 83/2016 PMLM

CONTRATO ORIGINAL: 83/2016

OBJETO: contratação de empresa para executar serviços de manutenção da rede de iluminação publica do Município, envolvendo mão de obra, e deslocamento, nos bairros, distritos, e sede, praças, trevos, postes e espaços públicos

CONTRATADO: ANGELO ARAUJO FILHO ME

PRAZO DE VIGENCIA: 31/12/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

EXTRATO DE CONTRATO 65/2016 FMS

Contrato 65/2016

Processo Licitatório nº 70/2016 – TOMADA DE PREÇO 70/2016

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para execução de serviços remanescentes da ampliação unidade básica de saúde PSF Sumaré, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no Memorial Descritivo, mediante as especificações, condições e quantidades especificadas no termo de homologação. Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Valor global: R\$ 29.396,42,00 (vinte e nove mil trezentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos)

Vigencia : 08/11/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipa

EXTRATO DE CONTRATO 66/2016 FMS

Contrato 66/2016

Processo Licitatório nº 71/2016 – TOMADA DE PREÇO 71/2016

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para execução de serviços remanescentes da ampliação unidade básica de saúde PSF Itanema, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no Memorial Descritivo, mediante as especificações, condições e quantidades especificadas no termo de homologação.

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Valor global: R\$ 22.919,99 (vinte e dois mil novecentos e dezenove reais e noventa e nove centavos)

Vigencia : 10/11/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 67/2016 FMS

Contrato 67/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002.

Contratado: METROMED-COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor global: R\$ 1.088,80 (mil oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 68/2016 FMS

Contrato 68/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor global: R\$ 6.710,71 (seis mil setecentos e dez reais e setenta e um centavos).

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 69/2016 FMS

Contrato 69/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002.

Contratado: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME

Valor global: R\$ 10.460,19 (dez mil quatrocentos e sessenta reais e dezenove centavos).

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 70/2016 FMS

Contrato 70/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002.

Contratado: UNITA VEICULOS LTDA

Valor global: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 71/2016 FMS

Contrato 71/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002.

Contratado: SANDRO VILMAR PIRES -ME

Valor global: R\$ 12.429,00 (doze mil quatrocentos e vinte e nove reais).

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 72/2016 FMS

Contrato 72/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002.

Contratado: GOLD COMPUTADORES LTDA

Valor global: R\$ 5.001,00 (cinco mil e um real).

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 73/2016 FMS

Contrato 73/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002.

Contratado: MM SÃO JOSE LTDA ME

Valor global: R\$ 5.780,00 (cinco mil setecentos e oitenta reais).

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 74/2016 FMS

Contrato 74/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002.

Contratado: PERFORM TECNOLOGIA LTDA - EPP

Valor global: R\$3.462,00 (três mil quatrocentos e sessenta e dois reais).

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 75/2016 FMS

Contrato 75/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002.

Contratado: Alfrs Industria de Moveis Ltda - Epp,

Valor global: R\$ 9.270,00 (nove mil duzentos e setenta reais).

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 76/2016 FMS

Contrato 76/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002.

Contratado: GILMAR SANI,

Valor global: R\$ 4.226,40 (quatro mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 77/2016 FMS

Contrato 77/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002.

Contratado: SUPERAR EIRELLI EPP

Valor global: R\$ 20.360,00 (vinte mil trezentos e sessenta reais).

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 78/2016 FMS

Contrato 78/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002.

Contratado: Angel Informatica

Valor global: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais).

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 79/2016 FMS

Contrato 79/2016

Processo Licitatório nº 75/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição material permanente, equipamentos e veículo de passeio para as ESF de Sumaré, Itanema, Centro, Arizona, Guatá e Barro Branco conforme emenda parlamentar 28510002.

Contratado: EQUIPEL COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA ME

Valor global: R\$ 5.370,00 (cinco mil trezentos e setenta reais).

Vigencia : 7/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 80/2016 FMS

Contrato 80/2016

Processo Licitatório nº 74/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 74/2016

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de combustível, para manutenção da frota pertencente ao município de Lauro Muller

Contratado: DE NONI COM. COMBUSTIVEIS LTDA

Valor global: R\$ 15.141,24 (quinze mil cento e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos)

Vigencia : 25/11/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

LEI Nº 1938/2016

LEI Nº 1.938/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR A CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos termos do artigo 32, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, fica o Poder Executivo autorizado a realizar concessão de espaço público, destinado para Deposito de Manutenção para Usina de Beneficiamento de Leite e a Edificação Industrial para Usina de Beneficiamento de Leite no Distrito de Barro Branco, município de Lauro Müller, consoante planta baixa que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único - A concessão de que trata o caput deste artigo, será a título oneroso e se realizará mediante processo licitatório.

Art. 2º - Os espaços públicos a que se refere o artigo 1º, assim se descreve:

a) Duas áreas no imóvel de Matrícula nº 6.675 registrada no cartório de imóveis de Orleans/SC, destinadas para o funcionamento do Deposito de Manutenção para Usina de Beneficiamento de Leite tendo como característica uma área total de 431,66m² e a Edificação Industrial para Usina de Beneficiamento de Leite tendo como característica uma área total de 1.050,00m² no Distrito de Barro Branco, neste município.

Art. 3º - A exploração dos serviços a serem prestados ficarão sujeitos à legislação e fiscalização do Poder concedente, incumbindo aos que as executarem, a sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

Art. 4º - O edital de licitação, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores e da Lei Orgânica do Município, conterá exigências relativas:

I - a observação da legislação relativa à execução de obras em espaços públicos, obedecendo, rigorosamente, o projeto aprovado;

II - ao funcionamento das atividades no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de outorga;

III - a não utilização do espaço cedido para finalidade diversa da aprovada, assim como a proibição de transferência ou cessão do espaço ou das atividades objeto de exploração a terceiros, ainda que parcialmente;

IV - a autorização e aprovação prévia e expressa da concedente nas hipóteses da realização de eventuais benfeitorias na área

cedida;

V - ao cumprimento das exigências impostas como contrapartida, bem como ao pagamento dos tributos incidentes e todas as despesas decorrentes da concessão;

VI - a responsabilização da concessionária, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da ocupação do espaço, bem como do trabalho, serviços e obras que executar;

VII - desativação por parte da concessionária das instalações, inclusive com a remoção dos equipamentos e mobiliário, ao término do prazo pactuado, sem direito a qualquer retenção ou indenização, seja a que título for, pelas benfeitorias, ainda que necessárias, obras e trabalhos executados;

VIII - a submissão por parte da concessionária à fiscalização, inspeções e vistorias periódicas da concedente, principalmente quanto às normas de segurança e saúde pública;

IX - a manutenção da padronização e exigências técnicas estipuladas no edital;

X - a responsabilidade da concessionária diante dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, direta ou indiretamente, da execução dos serviços que se propõe a prestar.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá, a qualquer tempo, intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo único - A intervenção será feita através de decreto, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

Art. 6º - Extinta a concessão, por quaisquer dos meios previstos em lei ou no edital de licitação, retornam ao Poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário através do contrato.

Art. 7º - As concessões de que trata esta lei será outorgada pelo prazo de 20 (vinte) anos, prorrogável por igual período.

Art. 8º - A concessão ora tratada será regida e embasada, no que couber, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, pelo edital de licitação e pelas cláusulas contratuais a serem firmadas.

Art. 9º - As despesas decorrentes da execução desta lei correm por conta de dotações constantes no orçamento municipal.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1939/2016

LEI Nº 1.939/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Lauro Muller para o exercício financeiro de 2016, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos e Autarquias, no montante de R\$ 46.147.373,00 (Quarenta e Seis Milhões, Cento e Quarenta e Sete Mil, Trezentos e Setenta e Três Reais).

Art. 2º - As Receitas são decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente e discriminadas nos demonstrativos da Lei 4.320/64, de forma consolidada, com o seguinte desdobramento:

1 – RECEITAS CORRENTES	35.556.593,00
- Receita tributária	3.490.961,00
- Receitas de Contribuições	63.600,00
- Receita Patrimonial	107.160,00
- Transferências Correntes	31.466.552,00
- Outras Receitas Correntes	428.320,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	10.590.780,00
- Transferências de Capital	9.590.780,00
- Operações de Crédito	1.000.000,00
TOTAL	46.147.373,00

Parágrafo único. Integrará esta Lei a estimativa da Receita Orçamentária de cada Unidade Gestora da administração direta e indireta, individualizada, na forma dos demonstrativos da Lei 4.320/64.

Art. 3º - A Despesa fixada, detalhada em anexos à esta Lei conforme determina a Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, está assim distribuída por Unidade Gestora e por Grupos de Natureza:

I – DESPESAS POR UNIDADE GESTORA	
1 – PREFEITURA MUNICIPAL	34.188.583,00
2 – HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	3.495.900,00
3 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.600.000,00
4 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	30.000,00
5 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.832.890,00
TOTAL	46.147.373,00
II – DESPESAS POR GRUPOS DE NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	34.275.546,00
Pessoal e Encargos Sociais	18.350.789,00
Outras Despesas Correntes	15.924.757,00
DESPESAS DE CAPITAL	11.771.827,00
Investimentos	11.451.827,00
Amortização da Dívida	320.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
TOTAL	46.147.373,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados

ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados no Anexo III da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2017 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 5º - Fica o Chefe de cada Poder autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, de um Grupo de Natureza de Despesa para outro, de uma Modalidade de Aplicação para outra e de uma fonte de recursos para outra, observado e equilíbrio financeiro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º - O Poder Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, na forma dos §§ 3º e 4º do art. 43 da Lei 4.320/64;

II - o superávit financeiro do exercício anterior na forma do § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64; e

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º - Os recursos oriundos de convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º - As Receitas de convênios, operações de crédito e outras de realização extraordinária, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10 - Durante o exercício de 2017 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro.

LAURO MULLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1940/2016

LEI Nº 1.940/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais), assim classificado:

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – Fundo Municipal de Saúde

1.008 – Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde

Dotação 03

Fonte de Recurso 0003 – Recursos Próprios

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

TOTAL: R\$ 45.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – Fundo Municipal de Saúde

2.045 – Manutenção do PAB, PACS e PSF

Dotação 31

Fonte de Recurso 0003 – Recursos Próprios

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – Fundo Municipal de Saúde

1.007 – Aquisição de Veículos para a Saúde

Dotação 01

Fonte de Recurso 0003 – Recursos Próprios

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL: R\$ 45.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MULLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1941/2016

LEI Nº 1.941/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DENOMINA DE 'CENTENÁRIO DO LIONS' PRAÇA PÚBLICA DE LAZER NA SEDE DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – A praça pública de lazer localizada na Sede do município de Lauro Müller, ao lado do Centro de Informações Turísticas (antiga estação ferroviária), passa a denominar-se: PRAÇA DO CENTENÁRIO DO LIONS.

Art. 2º – A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, providenciará a confecção e colocação de 'marco' na praça indicando a denominação dada por esta Lei.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MULLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1942/2016

LEI Nº 1.942/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE GUATÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE GUATÁ, no município de Lauro Müller, registrada como pessoa jurídica, pelo CNPJ nº 23.533.133/0001-29, de 28/04/2015.

Art. 2º. – Em decorrência dos efeitos produzidos por esta Lei, a entidade aludida no artigo anterior gozará de todos os benefícios e prerrogativas previstas em Lei.

Art. 3º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MULLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

Lebon Regis

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 60/2016

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 60/2016 licitação: IN03/2016.

Objeto: Contratação de empresa especializada em nucleação de nuvens para modificação artificial de evento climático com monitoramento e combate ao granizo.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

Contratado: AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA - ME - 03.910.392/0001-14.

Valor: R\$ 81.632,65 (oitenta e um mil e seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

Vigência: 13/12/2016. Término: 13/04/2017

Lebon Régis, 13/12/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA IN03/2016

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade Nº IN03/2016 PROCESSO Nº55/2016

OBJETO: Contratação dos serviços da AGF –ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA para INSTALAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO de 8 (oito) Geradores de Solo do sistema Anti-Granizo, para a auxílio no combate ao Granizo com eficiência média de 50-70 %, no período de dezembro de 2016 a junho de 2017 conforme convênio transferência nº 2016TR002549, processo Nº SDR10-00002334/2016.

Data de Homologação: 13/12/2016. Licitantes Homologados: AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA – ME. Valor total R\$81.632,65 (oitenta e um mil seiscentos e trinta e dois reais com sessenta e cinco centavos)

Lebon Regis, 13 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS – Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 123/2016

DECRETO N.º 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DECRETA RECESSO DE FINAL DE ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o recesso de natal e fim de ano aos servidores municipais, a partir do meio dia de 23/12/2016 e retorno no dia 02/01/2017 às 12h30min.

Parágrafo Único: O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da Administração, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2º O Centro de Saúde Santa Paulina atenderá nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de dezembro, com uma equipe designada, que trabalhará em regime de sobreaviso.

Art. 3º A Unidade Básica de Saúde Santa Edwiges (Vargem dos Bugres), a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida (Rio das Pedras) e o Centro Odontológico reiniciarão seus atendimentos a partir das 12h30min do dia 02/01/2017.

Art. 4º Na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos a coleta de lixo será realizada nos dias normais, ou seja, na segunda-feira, dia 26 de Dezembro de 2016, por uma equipe designada pela chefia imediata. O caminhão pipa irá molhar as ruas se necessário todos os dias, através de um servidor de plantão. Na oficina os funcionários designados pela chefia imediata, também trabalharão em regime de plantão, para o abastecimento de veículos e conserto de carros da Secretaria de Saúde.

Art. 5º Quanto à emissão de notas de produtores rurais, em casos de urgência ou excepcional necessidade durante o período de recesso, os agricultores poderão entrar em contato com a servidora Aline Kraus, através dos telefones (48) 98837 9778 ou 3268 1406.

Art. 6º Caso haja necessidade, justificada por interesse público, calamidade pública, motivo fortuito ou de força maior, os servidores poderão ser convocados para o trabalho.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 14 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 124/2016

DECRETO N.º 124, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.260, de 14 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 54.280,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.000,00
Função	10	Saúde	20.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	20.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	20.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.280,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.280,00
Função	08	Assistência Social	34.280,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	34.280,00
Programa	07	Vivendo com Amor	34.280,00
Atividade	2022	Apoio à Famílias Carentes	34.280,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	34.280,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	34.280,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	34.280,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	34.280,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			54.280,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	45.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	45.000,00
Função	10	Saúde	45.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	45.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	45.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Funcionamento e Manutenção da estratégia da Família - ESF	45.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	45.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	45.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	45.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	45.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.280,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.280,00
Função	08	Assistência Social	9.280,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	9.280,00
Programa	07	Vivendo com Amor	9.280,00
Atividade	2021	Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S	9.280,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.280,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com pessoal e Encargos Sociais	9.280,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.381,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	2.899,00
Fonte de Recursos	0.1.000	Recursos Ordinários	9.280,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			54.280,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 15 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 125/2016

DECRETO N.º 125, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.261, de 14 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas dotações do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de R\$ 33.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	28.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	28.000,00
Função	15	Urbanismo	28.000,00
Sub-função	451	Infra-Estrutura Urbana	28.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	28.000,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	28.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	28.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	28.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	28.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	28.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	5.000,00
Função	04	Administração	5.000,00
Sub-função	122	Administração Geral	5.000,00

Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	5.000,00
Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças.	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			33.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	12.000,00
Função	04	Administração	12.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	12.000,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	12.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do(a) Prefeito(a)	12.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	12.000,00
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	7.000,00
Unidade Orçamentária	02	FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	7.000,00
Função	06	Segurança Pública	7.000,00
Sub-Função	182	Defesa Civil	7.000,00
Programa	0055	Funcionamento e Manutenção do FMPDC	7.000,00
Projeto/ Atividade	2.055	Funcionamento e Manutenção do FMPDC	7.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	7.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.000,00
Unidade Orçamentária	04	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	14.000,00
Função	17	Saneamento Básico	14.000,00
Sub-função	512	Saneamento Básico Urbano	14.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	14.000,00
Atividade	2.054	Funcionamento e Manutenção do FMSB	14.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	14.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	14.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	14.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	14.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			33.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 15 de dezembro de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI N.º 1.262/2016

LEI N.º 1.262, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal, no valor de R\$ 1.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.000,00
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.000,00
Função	01	Legislativa	1.000,00
Sub-função	31	Ação Legislativa	1.000,00
Programa	01	Processo Legislativo	1.000,00
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			1.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação parcial de dotação de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	1.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	1.000,00
Função	04	Administração	1.000,00
Sub-função	122	Administração Geral	1.000,00
Programa	02	Gestão com Excelência	1.000,00
Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesa Corrente	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			1.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 14 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.263/2016

LEI N.º 1.263, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

"Cria o Programa de Recuperação de Créditos Tributários LEOBERTENSES EM DIA – VII e dá outras providências."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na lei Orgânica faz saber de todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA LEOBERTENSES EM DIA - VII objetivando a arrecadação de receita tributária na melhoria do perímetro urbano e nas estradas municipais.

Art. 2º A receita tributária que se refere esta lei, provirá da cobrança da dívida ativa tributária ajuizada ou não, com os benefícios:

I. Dispensa de multa e juros, para pagamento à vista, até 30/01/2017;

II. Redução de 50% (cinquenta por cento) da multa e juros para pagamento em cinco parcelas de igual valor, devendo o pagamento ocorrer:

- a) Da primeira, até 30/01/2017;
- b) Da segunda, até 30/02/2017;
- c) Da terceira, até 30/03/2017;
- d) Da quarta, até 30/04/2017;
- e) Da quinta, até 30/05/2017.

III. Redução de 50% (cinquenta por cento) de multa e juro para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais, mensais, e sucessivas, não podendo ser inferior a R\$20,00 (vinte reais) a parcela, sendo a primeira 30/01/2017, condicionado o parcelamento à quitação dos tributos dos exercícios seguintes. A efetivação de o referido parcelamento dar-se-à mediante pagamento, em rede bancária, da primeira parcela.

Parágrafo Único. Os Contribuintes cujos débitos estão ajuizados devem comprovar o pagamento das custas processuais.

Art. 3º Os benefícios desta Lei, se estendem a todos os contribuintes, mesmo os que já possuam parcelamento.

Art. 4º Caso o Contribuinte não regularize seus débitos, fica autorizado o chefe do poder executivo a protestar ou executar o valor devido.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 14 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.264/2016

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.264, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

"Fixa a área máxima dos lotes que menciona e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela, tendo sancionado, publica a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A área máxima dos lotes na Zona Central (ZC), Zona de Ocupação Imediata (ZOI) e Zona de Expansão Urbana (ZEU), respeitados os demais PARÂMETROS PARA OCUPAÇÃO DO SOLO, previstos no Anexo 2 da Lei Complementar nº 615 de 31 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Leoberto Leal, poderá ser de até 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), permitindo o desmembramento, quando se tratar:

I. de partilha de imóvel inventariado, permitida única edificação residencial;

II. de empreendimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, permitida uma edificação residencial e/ou comercial e/ou empreendimento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando condicionada a produção dos seus efeitos à deliberação do Conselho de Desenvolvimento Territorial e posterior a Audiência Pública.

Leoberto Leal, 14 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.265/2016

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.265, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CRIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso das suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado 01 (um) cargo de ASSESSOR PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E OBRAS PÚBLICAS, subordinado ao Gabinete do Prefeito, com estas características:

I. Provimento em Comissão;

II. Instrução: Profissional de Engenharia Civil, com respectivo registro CREA/SC;

III. Jornada Semanal: 08 (oito) horas semanais;

IV. Vencimento: R\$ 2.778,06 (dois mil, setecentos e setenta e oito reais e seis centavos) mensais;

V. Atribuições de Assessorar o chefe do poder executivo em assuntos de Engenharia em Obras Públicas, emitindo pareceres e vistoriando a execução de obras públicas, além das especificações de sua formação.

Art. 2º O cargo criado será inserido no Anexo I – Grupo I – Gabinete do Prefeito - Nivel AG, da Lei Complementar 269/2002.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 14 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.266/2016

LEI N.º 1.266, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

"AUTORIZA COBRANÇA DA TAXA DE ANÁLISE DE REQUERIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita do Município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela, tendo sancionado, publica a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os proprietários de imóveis serão responsáveis pelo pagamento das despesas com a medição das áreas das vias públicas, quando necessitarem realizar em suas escrituras públicas retificação, inserção de medidas, desmembramentos ou outras averbações na respectiva matrícula.

Art. 2º Fica o Município autorizado cobrar taxa de análise dos requerimentos de retificações de áreas, inserções de medidas ou desmembramentos, com a finalidade de anuência de confrontação com estrada municipal, no valor de 15 UFMs, a serem recolhidos através de guia de pagamento nas redes bancárias autorizadas, de forma prévia à apresentação do requerimento.

Art. 3º As solicitações de análises de retificações de áreas, inserções de medidas ou desmembramentos deverão ser efetuadas através de requerimento, conforme Anexo I, parte integrante desta Lei, protocolado junto ao Gabinete do Prefeito, sendo apresentados os seguintes documentos:

- I. Matrícula atualizada do terreno;
- II. Mapa de Levantamento Planimétrico com georeferenciamento, destacando nas vias públicas a área total e sua extensão linear média;
- III. Memorial Descritivo;
- IV. ART de responsabilidade técnica, e;
- V. Comprovante do recolhimento da Taxa de Análise;
- VI. Os Mapas, memoriais descritivos e ART deverão obrigatoriamente serem apresentados com a assinatura dos proprietários e do responsável técnico.

Parágrafo Único. Os documentos a que se refere o caput deste artigo deverão ser apresentados no mínimo em três vias originais, de igual teor, sendo que obrigatoriamente uma via deverá ser disponibilizada para arquivo no município.

Leoberto Leal, 14 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

ANEXO I

(Local), ____/____/____ (data)

à

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

Sr(a). Prefeito (a):

Assunto: Solicitação para análise de retificação de área, inserção de medidas ou desmembramentos

REQUERIMENTO

(requerente/proprietário), _____ CPF: _____, brasileiro (a), (estado civil), domiciliado(a) na Rua _____, nº _____ Bairro _____, (município), proprietário de terreno (urbano ou rural) na localidade de _____, sob matrícula nº _____, no cartório de registro de imóveis de _____, vem por meio deste requerer a análise de retificação de área e/ou inserção de medidas e/ou desmembramento, com a finalidade de anuência do Município pela

confrontação de estrada municipal com a matrícula apresentada.
Telefone para contato: _____

Nestes Termos,
Pede-se Deferimento.

(requerente/proprietário)

LEI N.º 1.267/2016

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.267, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

"DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS IV E VI DA LEI Nº 976, DE 05 DE JUNHO DE 2013."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita do Município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os incisos IV e VI do Art. 2º da Lei nº 976/2013, que "Extingue e Cria os Cargos que menciona" passa a vigorar com a redação da presente Lei:

IV - Vencimento: R\$ 1.815,00 (Um mil, oitocentos e quinze reais) por mês.

VI – Escolaridade: Nível Superior em Jornalismo ou em Publicidade e Propaganda e inscrição no Conselho competente se houver.

Art. 2º As despesas desta Lei corre por dotações do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 14 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.268/2016

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.268, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ALTERA O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 269, DE 27 DE JUNHO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SÉRGIO CLASEN, Prefeito Municipal em exercício de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o Plano de Cargos e Vencimentos desta Prefeitura Municipal, previstos na Lei Complementar nº 269, de 27 de junho de 2002, pertencente ao "Grupo I – Gabinete do Prefeito", Cargo de Provimento em Comissão e Agentes Políticos no que diz respeito ao cargo de Assessor Jurídico:

Anexo IV – Tabela de Subsídios/Vencimentos dos Cargos Comissionados e Agentes Políticos, Denominação Assessor Jurídico, Nível AG, Ato/Lei/Valor: R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).

Art. 2º A jornada semanal do Assessor Jurídico passa para 15 horas, mais as audiências judiciais de interesse do município.

Art. 3º A despesa desta lei corre por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 14 de dezembro de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

ANEXO IV

TABELA DE SUBSÍDIOS/VENCIMENTO DOS CARGOS COMISSO- NADOS E AGENTES POLÍTICOS

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	ATO/LEI/VALOR
Assessor Jurídico	AG	R\$ 3.500,00

Leoberto Leal, 14 de dezembro de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI N.º 1.269/2016

LEI N.º 1.269, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

“REVOGA OS DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 136/99 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso das suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados o Inciso I, e o Parágrafo Único do Art. 20, bem como os Arts. 21 a 25 da Lei Complementar n.º 136/99 de 03 de dezembro de 1999.

Art. 2º Os efeitos desta lei retroagem a 03 de dezembro de 1999.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 108/2016

Portaria n.º 108, de 1º de novembro de 2016.

“Revoga Gratificação dos Servidores Municipais e dá outra providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 418/1990;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada as Portarias que concedia Gratificações aos Servidores Municipais de Leoberto Leal – SC, na forma que segue abaixo:

Mat.	Nome do Servidor (a)	Tipo de Gratificação	Data da Revogação
1425	Aline Kraus	Grupo de Apoio	14.10.2016
360	Lizandro Kreusch	Grupo de Apoio	14.10.2016
1254	Mayara Carla Guchert	Grupo de Apoio	14.10.2016
361	Jaqueline R. G. Hoffmann	Pregoeira	14.10.2016
583	Silvania Capistrano Lopes	Pregoeira Substituta	14.10.2016
1258	Anderson Hoffmann	Vigilância Sanitária	14.10.2016
362	Karla A. Engel França	Coord. de Proj. Educacionais	14.10.2016
1063	Fernando Lopes	Secretario da Agricultura	14.10.2016
1295	Bruna Marian Erhardt	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
1330	Daci Francisco Henkel	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
374	Dauri Pedro Meira	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
375	Edson Brambila	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
623	Elizete Henckel Filipus	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
1374	Gian Carlos Knaul	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
701	Josiane Caetano	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
372	Marcilei Farias	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
599	Marcio Kraus	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
42	Marizete G. E Silva	Gratificação de Produtividade	14.10.2016

Leoberto Leal, 14 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 107/2016

Portaria n.º 107, de 1º de novembro de 2016.

“Exonera Servidor Municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Senhor ARY EDERVAL GUCHERT, servidor inscrito sob a matrícula nº 1334, ocupante do cargo de Professor (história), com lotação na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 1º de novembro de 2016, a pedido do mesmo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de novembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

1279	Olimpio A. Pierandt	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
694	Osni Becker	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
1257	Rosiani Ap. Caetano	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
1070	Silvia C. G. Rubick	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
1256	Valdir Longen	Gratificação de Produtividade	14.10.2016
367	Worli Jose Kreusch	Gratificação de Produtividade	14.10.2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 14 de outubro de 2016, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de novembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 109/2016

Portaria nº 109, de 1º de novembro de 2016.

“Designa Responsável pelos Projetos e Programas na Secretaria Municipal de Educação, do Município Leoberto Leal, e dá outras atribuições”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica a partir de 01 de novembro de 2016, responsável pelos Projetos e Programas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, do Município de Leoberto Leal – SC, a senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, portadora do CPF nº 951.539.009-59.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de novembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 110/2016

Portaria nº 110, de 18 de novembro de 2016.

“Nomeia Membros do Conselho da Saúde e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo no art. 66, VII, da Lei Orgânica do município e c/c com a Lei 041, de 19 de Setembro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna nº 113/2016, da Secretaria Municipal de Saúde, na forma que segue abaixo:

I – Representante do Poder Executivo:
BRUNA MARIAN ERHARDT – Titular;
LUCEMAR NACIR GUCKERT DE SOUZA – Suplente;
II – Representantes dos Profissionais da Saúde:
BIANCA DANIELA MEIRA – Titular;
HENRIQUIANA ELIAS – Suplente;

III – Representantes dos Prestadores de Serviços:
FABRICIA KNAUL

IV – Representante da Epagri:
FERNANDO LOPES - Titular
DAURI PEDRO MEIRA – Suplente

VI – Representante dos Usuários:
Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
MAURI MARIAN e CLEUSA MARIA KREUSCH

Grupo de Idosos: HELENA MARIA COELHO e EORLI TAVARES DE SOUZA;
Ação Social: GIAN CARLOS KNAUL e SONIA RUBIK PIRHARDT

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de novembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 111/2016

Portaria n.º 111, de 18 de novembro de 2016.

“Nomeia Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado de Profissionais na Secretaria de Saúde e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para elaboração do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, de Profissionais de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem e Nutricionista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal-SC, nas hipóteses previstas nas Leis Municipais nº 418/90, nº 269/02 e nº 1.036/14, que será composta sem prejuízo de suas atribuições normais, pelas seguintes servidoras públicas municipais:

DAIANI ANDRÉ MEURER

Presidente

ALINE KRAUS

Secretaria

ROBERTA OTTO

Membro

KARINA ALVES

Membro

BIANCA DANIELA MEIRA

Membro

Art. 2º - A Comissão terá como poderes elaboração do Edital, receber as inscrições, divulgar a lista com os nomes dos inscritos, homologar as inscrições, proceder a avaliação das provas segundo os critérios estabelecidos no Edital, divulgar a lista de aprovados, apreciar os recursos e requerimentos e manifestar-se nos casos omissos do respectivo Edital.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de outubro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016 - HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS

Estado de Santa Catarina

Município de Leoberto Leal

Edital do Processo Seletivo nº 002/2016

HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO

001 - Professor de Educação Infantil (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)							
Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Marisete M. de S. Marian	4,0	5,2	9,2	25	12	46,2	1º
Rúbia R. Kreusch	2,8	5,6	8,4	20	12	40,4	2º
Michele C. M. Hoffmann	3,2	5,2	8,4	20	12	40,4	3º
Aliandre Luzia Lohn	3,2	5,2	8,4	10	12	30,4	4º
Dalvana R. K. Dell'Agnolo	3,2	4,4	7,6	10	12	29,6	5º
Marlene Kreusch	2,8	4,8	7,6	10	12	29,6	6º
Raquel Hilleshein	2,4	3,6	6,0	10	12	28,0	7º
Marilania Cenci	2,0	5,2	7,2	05	12	24,2	8º
Dilvani Filippus Leal	2,8	4,8	7,6	10	03	20,6	9º
Iana Martina Knaul	2,8	4,8	7,6	05	07	19,6	10º
Carolini Subtil de Oliveira	2,4	4,4	6,8	05	07	18,8	11º
Joziane Carla Schlosser	2,8	3,2	6,0	---	12	18,0	12º
Geise Hugen	2,8	5,2	8,0	05	03	16,0	13º
Ana Paula Eger	2,8	4,4	7,2	---	07	14,2	14º
Eliza Henckel Kreusch	2,4	4,4	6,8	---	06	12,8	15º
Diovana De Frein	2,8	3,6	6,4	---	03	9,4	16º
Marlete Schappo Leal	2,0	2,0	4,0	10	10	24,0	Desclassificada
Patrícia Aparecida Krauze	2,8	2,8	5,6	10	07	22,6	Desclassificada
Rosilene Krauze	2,4	1,6	4,0	05	07	16,0	Desclassificada
Djeni Knis			---	---	---	---	Faltou

002 - Professor de Educação Infantil (Cursando Licenciatura Plena na Área)								
Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Fase	Nota Final	Classificação
	Gerais	Especif.						
Daiana Herhardt	2,4	4,0	6,4	---	01	6ª	7,4	17º
Elizamar H. Frutuozo	3,2	3,2	6,4	---	---	5ª	6,4	18º
Fabiana Apª Martins	3,2	2,8	6,0	---	---	1ª	6,0	19º
Elis Regina S. Machado	2,0	2,8	4,8	---	02	6ª	6,8	Desclassificada
Inadri Hilleshein	1,2	2,4	3,6	---	---	6ª	3,6	Desclassificada
Nair Apª. S. d'Ávila	2,4	2,8	5,2	---	---	4ª	5,2	Desclassificada

003 - Professor de Educação Infantil (Prof. Leigo – Ensino Médio)							
Nome do candidato	Prova escrita		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Jairani Caroline Steffens	2,4	3,2	5,6	---	---	5,6	20º
Sueli de Oliveira	1,6	3,6	5,2	05	---	10,2	Desclassificada
Carla Knaul	---	---	---	---	---	---	Faltou
Mayara Terezinha Francisco	---	---	---	---	---	---	Faltou

004 - Professor de Anos Iniciais (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)							
Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Angélica Cecília Lohn	2,8	4,8	7,6	25	12	44,6	1º
Irivaldo Jesus Knis	3,6	3,2	6,8	20	10	36,8	2º
Dorceli Gorete Souza	2,8	3,2	6,0	15	12	33,0	3º
Beatriz Clasen	4,0	4,0	8,0	05	12	25,0	4º
Eliza Leal	3,2	4,0	7,2	10	07	24,2	5º
Alice Rode	2,4	3,6	6,0	---	06	12,0	6º

005 - Professor de Anos Iniciais (Cursando Licenciatura Plena na Área)								
Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Fase	Nota Final	Classificação
	Gerais	Especif.						
Rúbia Mara C. Dias	2,0	5,2	7,2	05	03	8ª	15,2	7º
Joel Leal	3,2	4,0	7,2	05	03	7ª	15,2	8º

Bianca M. T. Cognacco	2,4	4,0	6,4	---	03	4ª	9,4	9º
-----------------------	-----	-----	-----	-----	----	----	-----	----

006 - Professor de Anos Iniciais (Prof. Leigo – Ensino Médio)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Maristela L. Kertzendorll	3,2	2,4	5,6	05	01	11,6	Desclassificada

007 - Professor de Educação Física – 20horas/semanais (Licenciatura Plena na Área)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Cláudia Becker da Cunha	3,2	3,2	6,4	20	12	38,4	1º

008 - Professor de Educação Física 20horas/semanais (Cursando Licenciatura Plena na Área)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Fase	Nota Final	Classificação
	Gerais	Especif.						
Vorli J. Guchert Júnior	3,2	3,2	6,4	05	---	5ª	11,4	2º
Daniela Vermöhlen	2,4	3,6	6,0	---	03	4ª	9,0	3º
Camila G. da Cunha	2,8	3,6	6,4	---	02	2ª	8,4	4º
Talia Vermöhlen	2,8	4,4	7,2	---	01	2ª	8,2	5º
Jefferson Luiz Berns	2,0	3,6	5,6	---	---	2ª	5,6	6º
Gabi Gabriela Raitz	1,6	4,0	5,6	---	---	5ª	5,6	Desclassificada

009 - Professor de Educação Física 40horas/semanais (Licenciatura Plena na Área)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Vinicius Guchert	2,4	3,6	6,0	15	06	27,0	1º
Paulo Cesar Martins	2,8	2,8	5,6	10	07	22,6	Desclassificado

010 - Professor de Educação Física 40horas/semanais (Cursando Licenciatura Plena na Área)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Fase	Nota Final	Classificação
	Gerais	Especif.						
Daniele Vermöhlen	2,4	4,4	6,8	---	01	6ª	7,8	2º
Sandro C. Ferreira	2,0	4,4	6,4	---	01	5ª	7,4	3º

016 - Professor de Língua Portuguesa (Prof. Leigo – Ensino Médio)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Marlize Apª. M. Steffens	2,4	3,2	5,6	10	03	18,6	1º

022 - Professor de História (Prof. Leigo – Ensino Médio)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Eduardo de Oliveira	3,2	3,2	6,4	5,0	02	13,4	1º
Evaldo A. Schlemper	3,2	2,8	6,0	---	---	6,0	Desclassificado
Joélcio Mikaliski	1,6	3,6	5,2	5,0	---	10,2	Desclassificado

026 - Professor de Artes/Ensino Religioso (Prof. Nível II – licenciatura plena na área)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Diego Steinheuser	2,0	3,2	5,2	10	07	22,2	1º
Patrícia Carmisini Franzen	2,0	2,0	4,0	15	11	30,0	Desclassificada

027 - Professor de Artes/Ensino Religioso (Cursando Licenciatura Plena na Área)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Fase	Nota Final	Classificação
	Gerais	Especif.						
Fabiana Batista	2,0	3,2	5,2	---	01	4ª	6,2	2º

028 - Professor de Artes/Ensino Religioso (Prof. Leigo – Ensino Médio)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Maiara H. Heinz	1,6	3,6	5,2	---	---	5,2	Desclassificada

030 - Professor de Inglês (Cursando Licenciatura Plena na Área)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Fase	Nota Final	Classificação
	Gerais	Especif.						
Camila Coelho	3,2	4,8	8,0	10	03	8ª	21,0	1º
Viviane Beppler	2,4	1,2	3,6	---	01	1ª	4,6	Desclassificada

033 - Professor de Educação Especial (Cursando Licenciatura Plena na Área)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Fase	Nota Final	Classificação
	Gerais	Especif.						
Luciane M. Franzen	3,6	3,6	7,2	05	03	8ª	15,2	1º
Drielli Jaciara Back	---	---	---	---	---	---	---	Faltou

035 - Professor Substituto 20 horas/semanais (Prof. Nível II – licenciatura plena na área)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Maria Albertina Hoffmann	2,4	4,8	7,2	20	09	36,2	1º

036 - Professor Substituto 20 horas/semanais (Cursando Licenciatura Plena na Área)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Fase	Nota Final	Classificação
	Gerais	Especif.						
Ana Luzia de Aguiar	3,6	5,6	9,2	---	01	1ª	10,2	2º

037 - Professor Substituto (Prof. Leigo – Ensino Médio)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Emanoela de Oliveira e Silva	3,6	5,2	8,8	---	---	8,8	3º

040 - Professor de Substituto 40 horas/semanais (Prof. Leigo – Ensino Médio)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Maiara Kammer	2,4	2,8	5,2	---	---	5,2	Desclassificada

041 – Instrutor de Informática (Graduação na área de informática)

Nome do candidato	Prova		Total Prova Escrita	Tempo de serviço	Títulos	Nota final	Classificação
	Gerais	Especif.					
Helvis Hercílio de Souza	2,4	4,4	6,8	15	07	28,8	1º
Janderson Machado	3,6	3,6	7,2	05	12	24,2	2º
Alana Back	3,2	2,8	6,0	10	12	28,0	Desclassificada
Maicon Tiago Henckel	3,2	2,8	6,0	---	07	13,0	Desclassificado

041 – Auxiliar de Serviços Gerais (Alfabetizado)

Nome do candidato	Prova escrita	Prova prática	Nota final	Classificação
Adelita Batista Conaco	8,4	9,5	17,9	1º
Solange Marian Amorim	8,4	9,0	17,4	2º
Eugênia de Lima	8,0	9,0	17,0	3º
Viviane Aparecida de Carvalho	8,4	8,0	16,4	4º
Leonizia Kreusch	8,4	8,0	16,4	5º
Adriel Burg	8,0	7,0	15,0	6º
Karina Leal	7,6	7,0	14,6	7º
Elisabete Aparecida Bruda	6,8	7,5	14,3	8º
Juliete Aparecida Motta	6,4	7,0	13,4	9º
Ângela May Conaco	7,6	5,5	13,1	10º
Maria Dolores Jorge	7,2	5,5	12,7	11º
Adriana Kraus	3,2	8,0	11,2	Desclassificada
Juscineide Maria de Andrade	1,6	8,0	9,6	Desclassificada
Janete Terezinha França Motta	0,0	9,0	9,0	Desclassificada
Juliana Koenig	---	---	---	Faltou
Valdinéia Cândido do Nascimento	---	---	---	Faltou

Leoberto Leal, 15 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 006/2016**

PORTARIA Nº 006, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Servidor e dá outras providencias.

SERGIO CLASEN, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no o art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno e na Lei Municipal nº 545, de 16 de abril de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor DEIVYT ONI SCHEIDT, matrícula nº. 1193, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal, a partir do dia 01 de dezembro de 2016.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor em 01 de dezembro de 2016.

Leoberto Leal, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO CLASEN

Presidente da câmara

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

RESOLUÇÃO Nº 002/2016

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Cria a Comenda Dedicção Leobertense para homenagear pessoas que se destacaram nas diversas áreas do conhecimento com dedicação comprovadas por atuação no Município.

SERGIO CLASEN, Presidente da Câmara de Vereadores de Leoberto Leal, faz saber que a Câmara Municipal de Leoberto Leal – Estado de Santa Catarina nos termos Regimentais aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Esta Resolução cria a Comenda Dedicção Leobertense que será sempre realizada na última Sessão Solene do ano, durante o mês de dezembro, onde pessoas indicadas pelos Vereadores receberão um Certificado, sendo que a Comenda Dedicção Leobertense será consignada nos termos da presente norma.

Art. 2º Cada Vereador poderá escolher uma pessoa munindo seu requerimento de entrega com os documentos regimentais e ainda um histórico descritivo sobre a vida pregressa de dedicação que o mesmo prestou ao Município e em que área ela foi desenvolvida.

Parágrafo Único. O Requerimento de inscrição deverá ser protocolizado junto à Secretaria Legislativa até a primeira sessão ordinária do mês de Novembro, a fim de possibilitar a preparação da sessão com o ato de entrega da Comenda.

Art. 3º A Comenda só pode ser concedida uma única vez para a cada homenageado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 14 de dezembro de 2016

SERGIO CLASEN

Presidente

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.845/2.016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.845/2.016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
NOMEIA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado como gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o senhor Alexandre Cavalier;

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 14 de Dezembro de 2.016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

PORTARIA Nº 352/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 352/2016, de 06 de Dezembro de 2016.
PRORROGA LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2 003, de 10 de janeiro de 2003.

Considerando o diagnóstico apontado nos atestados médicos juntados ao processo e a decisão apresentada pelo Médico Perito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, expedido em 06 de Dezembro de 2016, atestando incapacidade para o trabalho,

RESOLVE:

Considerar prorrogado, até 22 de Dezembro de 2016, a vigência da Portaria nº 303/2016, de 24 de Outubro de 2016, que concedeu licença saúde a Servidora Pública Municipal – Delires Venancio Capellari, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com ônus para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 06 de Dezembro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.
Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 350/2016, DE 02 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 350/2016, de 02 de Novembro de 2016.
CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença saúde por 15 (quinze) dias a contar de 02 de dezembro de 2016, a Servidora Pública Municipal Claudia Luciani Kovalik Alves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 02 de Dezembro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 351/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 351/2016, de 05 de Dezembro de 2016.
CONCEDE LICENÇA GESTANTE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 106, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Licença Gestação a Servidora Pública Municipal Margarete Colcinski Corso, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora 20 Horas semanais, vinculada na Secretaria Municipal de educação, Cultura e Esportes, conforme atestado médico, no período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 05 de Dezembro de 2016 a 03 de Abril de 2017, com ônus para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 05 de Dezembro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 353/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 353/2016, de 06 de Dezembro de 2016.
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do Artigo 31, Parágrafo 4º, inciso I, a) em concordância com o § 5º da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011.
RESOLVE:

Conceder, a servidora Pública Municipal Edna Cristina Kappke, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, 20 horas, lotada no Gabinete do prefeito e Vice, Progressão por nova Habilitação de 13% (treze por cento), pela conclusão do curso de Pós-Graduação "Latu Ssensu" em nível de especialização em Fisioterapia Cardiorrespiratória, sobre o respectivo vencimento do anexo IV - Nível 9 Inicial, a partir de 01 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 06 de Dezembro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 354/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 354/2016, de 07 de Dezembro de 2016.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Janaina Dalla Vecchia, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutica, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 01 de Setembro de 2015 a 31 de Agosto de 2016, para gozo no período de 12 de Dezembro de 2016 a 10 de Junho de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 07 de Dezembro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 355/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 355/2016, de 07 de Dezembro de 2016.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Sônia Maria da Luz Mendes, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 01 de Agosto de 2015 a 31 de Julho de 2016, para gozo no período de 12 de Dezembro de 2016 a 10 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 07 de Dezembro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 356/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 356/2016, de 12 de Dezembro de 2016.
CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 119, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Marli Maria Eisenhardt Cason, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 30 (trinta) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendido entre os dias 13 de Dezembro de 2016 a 11 de Janeiro de 2017, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 03 de Fevereiro de 2011 a 02 de Fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 12 de Dezembro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 357/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 357/2016, de 12 de Dezembro de 2016.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Jesus Leonardo Brayer Pereira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Médico Veterinário, vinculado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 02 de Junho de 2015 a 01 de Junho de 2016, para gozo no período de 14 de Dezembro de 2016 a 12 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 12 de Dezembro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Departamento de RH

PORTARIA Nº 358/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 358/2016, de 14 de Dezembro de 2016.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Juliano Zanon, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Cirurgião Dentista, vinculado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, referente ao período aquisitivo de 07 de Maio de 2015 a 06 de Maio de 2016, para gozo no período de 19 de Dezembro de 2016 a 17 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 14 de Dezembro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 359/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 359/2016, de 14 de Dezembro de 2016.
CONCEDE ADIANTAMENTO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias adiantadas a Servidora Pública Municipal Sandra Pereira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, vinculado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 10 de Janeiro de 2016 a 09 de Janeiro de 2017, para gozo no período de 19 de Dezembro de 2016 a 17 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 14 de Dezembro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML Nº 118.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 118/2016

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 103/2016

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 070/2016

Ao 07 (sétimo) dia do mês de dezembro do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Atílio Pagnoncelli, 210, térreo, Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, CEP: 89.610-000 inscrita no CNPJ sob o nº 14.292.313/0001-75, neste ato representada pela Senhora CLAUDETE MARIA FRIEDRICH PEROZA, brasileira, casada, autônoma, portadora da cédula de identidade nº 2.035.382 e inscrita no CPF/MF sob o nº 737.970.069-34, residente e domiciliada na Ruas Santos Dumont, 741, Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, CEP: 89.610-000, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 103/2016, Pregão Presencial nº 070/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição, de forma parcelada, de agendas personalizadas, destinadas as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes do Município de Luzerna/SC, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I do edital, em conformidade com as especificações no anexo, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço unitário R\$	Preço total R\$
1	685,00	UN	AGENDA ENSINO FUNDAMENTAL: agenda capa dura, capa frente tamanho 15,5x21,3 cm, cartão 1,8mm envolto em pvc camurça 20 micras, impressão papel coche 150g cor 4x0 envolto ao pvc cristal pó 20 micras, capa verso tamanho 15,5x21,3 com cartão 1,8 envolto em pvc camurça 20 micras, impressão de papel coche cor 4x0 envolto ao pvc cristal pó 20 micras. Miolo tamanho 15x21cm, papel 90 gramas cor 4x4 - 124 páginas. Acabamento wire-o, na cor que melhor combinar.	22,00	15.070,00
2	125,00	UN	AGENDA ENSINO INFANTIL: agenda capa dura, capa frente tamanho 15,5x21,3 cm, cartão 1,8mm envolto em pvc camurça 20 micras, impressão papel coche 150g cor 4x0 envolto ao pvc cristal pó 20 micras, capa verso tamanho 15,5x21,3 com cartão 1,8 envolto em pvc camurça 20 micras, impressão de papel coche cor 4x0 envolto ao pvc cristal pó 20 micras. Miolo tamanho 15x21cm, papel 90 gramas cor 4x4 - 124 páginas. Acabamento wire-o, na cor que melhor combinar.	35,00	4.375,00
TOTAL					19.445,00

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I do Edital. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

0.3. Os materiais deverão ser cotadas e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

0.4. O FORNECEDOR deverá fornecer os materiais na forma e nas características dos modelos a serem disponibilizados, em quantidade e nos prazos previstos no Edital e seus anexos.

0.5. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

0.6. O FORNECEDOR deverá apresentar uma prova da impressão ao setor solicitante, antes de proceder à impressão definitiva.

0.7. O FORNECEDOR será responsável pelo envio e pelo frete das mercadorias.

0.8. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

0.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observado os prazos contratuais.

0.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

- 0.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.
- 0.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.
- 0.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 0.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.
- 0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço somente será revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. Os preços contratados não sofrerão qualquer espécie de reajuste, a exceção do previsto no art. 65, inciso I, letra 'b' e inciso II, letras 'c' e 'd', da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- 2.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 2.5. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone/fax: (049) 3551-4700 | ou do E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 2.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- 4.1.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja

corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não poder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1.As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna, durante a vigência do presente contrato:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade (s):

08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

08.001.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil

Modalidade de Aplicação:

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

O presente Ata terá a vigência de 12 meses contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogada em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

CLÁUSULA DÉCIMA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas

Luzerna/SC, 07 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DE LUZERNA

CONTRATANTE

CLAUDETE MARIA FRIEDRICH PEROZA

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

DECRETO 2298

DECRETO Nº 2298 de 13 de dezembro de 2016.

“NOMEIA OS CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe confere a Lei nº 1255 de 12 de agosto de 2014,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR os CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), ficando assim constituídos:

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE

ESF VILA ALEMANHA

I - Representantes de usuários

TITULARES:

1º NEILOR PIZANI

2º ANGELA MEIRA

3º GISELA KRATOVIL

4º LUCENA DRESCH

SUPLENTES:

1º NORBERT LOCHSTEIN

2º VANESSA ALVES DOS SANTOS

3º MARLENE HOFFMANN

4º ENÓRIO SIMON

II - Representantes do Governo

TITULARES:

MARIA CRISTINE ANTELO BENDER

SIMONE VOLPATORO FABRO

NILDA DAL VESCO

LETICIA LAMB

SUPLENTE:
JANE CAVICHOLI
HELGA MAZZARINO
NEUSA ARENHART
MÁRCIA BONOTTO

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE
ESF SÃO FRANCISCO

I - Representantes de usuários

TITULARES
1º ADRIANA F.S. MUNZLINGER
2º SIBELE JUSTINO
3º FLAVIA MEUER
4º MARIA INÊS BENDER

SUPLENTE
1º EDNA MARIA DE PINHO
2º LEONELCE TONIN
3º IRMGART JUNG
4º MARCIA GRAEF

II - Representantes do Governo

TITULARES
1º CAROLINE BIAZOLO
2º LUCÉLIA LIMA
3º CAROLINE TRAVERSIN
4º ADRIANA EBERT

SUPLENTE
1º SANDRA SOUZA
2º IARA HOFMANN
3º MARILU MARDULA
4º ELISA PATZLAFF

Art. 2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes dos Conselhos não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de dezembro de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PL 112/2016 - PP 079/2016 - LIVROS DE INGLÊS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 112/2016 - PML
Pregão Presencial nº 079/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de livros de inglês destinados à manutenção das atividades do ensino infantil e fundamental das unidades de ensino do Município de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 26 de dezembro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 26 de dezembro de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 11.062.129/0001-40

VELOGAS LTDA – MEG GAS

Nota Fiscal nº. 3159 R\$ 1.179,80

VALOR TOTAL: R\$ 1.179,80

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo não pode ser descontinuado devido a sua grande necessidade e demanda, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de carga de gas (GLP) destinada as Secretarias Municipais, bem como, para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta forma comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 15 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 281/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 281/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: MODELO PNEU LTDA

CNPJ Nº 94.510.682/0001-26

Valor Registrado: R\$ 385.886,00 (trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis reais)

Objeto: Aquisição de pneus, destinados aos veículos de uso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Origem: Processo nº 546/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 136/2016.

Data de Assinatura: 30 de novembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 30 de novembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 282/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 282/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Cirupar Representação e Comércio de Equipamentos Médicos Cirúrgicos Ltda - EPP

CNPJ Nº 79.733.572/0001-30

Valor Registrado: R\$ 7.805,00 (sete mil oitocentos e cinco reais)

Objeto: aquisição de material e equipamentos médicos permanentes

destinados as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 521/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 128/2016.

Data de Assinatura: 09 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 09 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 283/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 283/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Altermed Material Médico Hosp. Ltda

CNPJ Nº 00.802.002/0001-02

Valor Registrado: R\$ 8.577,36 (oito mil quinhentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos)

Objeto: aquisição de material e equipamentos médicos permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 521/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 128/2016.

Data de Assinatura: 09 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 09 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 284/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 284/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: GDC DA SILVA COSTA EIRELI-EPP

CNPJ Nº 09.721.729/0001-21

Valor Registrado: R\$ 64.308,00 (sessenta e quatro mil trezentos e oito reais)

Objeto: aquisição de material e equipamentos médicos permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 521/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 128/2016.

Data de Assinatura: 09 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 09 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 285/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 285/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: CIRÚRGICA CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA - ME

CNPJ Nº 18.258.209/0001-15

Valor Registrado: R\$ 1.300,00 (um mil trezentos reais)

Objeto: aquisição de material e equipamentos médicos permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 521/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 128/2016.

Data de Assinatura: 09 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 09 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 286/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 286/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP

CNPJ Nº 05.788.117/0001-03

Valor Registrado: R\$ 20.037,00 (vinte mil trinta e sete reais)

Objeto: aquisição de material e equipamentos médicos permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 521/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 128/2016.

Data de Assinatura: 09 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 09 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: PPS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-EPP

CNPJ Nº 21.262.327/0001-01

Valor Registrado: R\$ 11.895,00 (onze mil oitocentos e noventa e cinco reais)

Objeto: aquisição de material e equipamentos médicos permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 521/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 128/2016.

Data de Assinatura: 09 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 09 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 288/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 288/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI-ME

CNPJ Nº 22.392.045/0001-91

Valor Registrado: R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil quatrocentos reais)

Objeto: aquisição de material e equipamentos médicos permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 521/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 128/2016.

Data de Assinatura: 09 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 09 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 289/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 289/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: M.H.M DO COUTO – COMERCIAL - ME

CNPJ Nº 97.533.241/0001-38

Valor Registrado: R\$ 21.970,00 (vinte e um mil novecentos e setenta reais)

Objeto: aquisição de material e equipamentos médicos permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 521/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 128/2016.

Data de Assinatura: 09 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 09 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA-ME

CNPJ Nº 17.039.142/0001-65

Valor Registrado: R\$ 30.005,00 (trinta mil e cinco reais)

Objeto: aquisição de material e equipamentos médicos permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 521/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 128/2016.

Data de Assinatura: 09 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 09 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: RODRIGO VALÉRIO

CNPJ Nº 11.897.350/0001-19

Valor Registrado: R\$ 41.800,0000 (quarenta e um mil e oitocentos reais)

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra de funilaria, pintura e solda dos veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 524/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 131/2016.

Data de Assinatura: 07 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: J DIAS COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA

CNPJ Nº 20.697.582/0001-14

Valor Registrado: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)

Objeto: aquisição de uniformes escolar destinados as Unidades de Ensino através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 597/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 148/2016

Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 12 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 293/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 293/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: AGACEÁ COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

CNPJ Nº 21.410.172/0001-03

Valor Registrado: R\$ 521.040,00 (Cinquenta e vinte um mil e quarenta reais)

Objeto: aquisição de uniformes escolar destinados as Unidades de Ensino através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 597/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 148/2016

Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 12 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA 01/2016

ATO DA PRESIDÊNCIA

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, informa que tendo em vista a realização de eleição para a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mafra para o 1º Exercício da 18ª Legislatura, a realizar-se na sessão extraordinária do dia 1º de janeiro de 2017, conforme edital de eleição do dia 06 de dezembro de 2016, HOMOLOGA as seguintes inscrições:

CHAPA Única ("O Legislativo em Prol de Mafra")

Presidente : Ver. Eder Gielgen

Vice-Presidente : Ver. Adilson Sabatke

1ª Secretária : Ver. Claudia Maria Bus

2º Secretário : Ver. Valdir Sokolski

Assinam como Vereadores apoiadores:

- Marise Valério Bráz de Oliveira
- Dimas Humenhuk
- Elcion José Peters
- João Carlos Reiser
- Edenilson Schelbauer
- Vanderlei Peters

Protocolada dia 07 de dezembro de 2016 às 09hs e 58min.

Mafra, 13 de dezembro de 2016 (19h05min)

Ver. Edenilson Schelbauer

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 16/2016 - DL - FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 16/2016 - Dispensa de Licitação
Do objeto: Prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados no município, para atendimento a população local, durante o exercício de 2016.
Do fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC, inscrito no CNPJ sob nº 01.356.308/0001-37.
Do valor: O valor global estimado dos serviços importa em R\$ 50.964,00 (cinquenta mil novecentos e sessenta e quatro reais).
Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.
Da justificativa: Por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Maracajá/SC, 13 de dezembro de 2016.
Dilnei Fausto Borges
Presidente da Comissão de Licitação.

EXTRATO DO CONTRATO 51/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 51/2016
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC.
Objeto: Prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados no município, para atendimento a população local, durante o exercício de 2016, conforme relação anexa.
Valor: R\$ 50.964,00 (cinquenta mil novecentos e sessenta e quatro reais).
Vigência: 13/12/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 13 de dezembro de 2016.
Vilmar Leandro
Contratante.

Ricardo Ghelere
Contratado.

PORTARIA 549/2016

Portaria N.º 549 de 14 de dezembro de 2016.
Nomeia Franciane da Silva para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil (40 horas).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 14 de 23 de novembro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 16 de dezembro de 2016, FRANCIANE DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 5 de dezembro de 1990, portadora da Cédula de Identidade nº. 5.754.375, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 078.348.129-20, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Professor de Educação Infantil (40 horas), do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 14 de dezembro de 2016.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 14 de dezembro de 2016.

ROSANE SAVI COSTA
Secretária de Administração

PORTARIA 550/2016

Portaria N.º 550 de 14 de dezembro de 2016.
Nomeia Nilza Dal Pont para exercer o cargo de Agente Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 14 de 23 de novembro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 16 de dezembro de 2016, NILZA DAL PONT, brasileira, maior, nascida em 12 de janeiro de 1966, portadora da Cédula de Identidade nº. 1.748.785, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 569.220.359-68, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 14 de dezembro de 2016.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 14 de dezembro de 2016.

ROSANE SAVI COSTA
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 841/2016

DECRETO Nº 841, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre complementação de aposentadoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme artigos 180 e 181 da Lei Complementar Municipal nº 42/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto concedida complementação de aposentaria a servidora municipal aposentada LIAMAR SALETE LAPPE PEDROSO, ocupante do cargo efetivo de Professora, conforme artigos 180 e 181 da Lei Complementar Municipal nº 42/2011.

Art. 2º O Município de Maravilha complementarará o benefício da aposentadoria concedida pelo INSS sob nº 172.884.699-1.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal do Município autorizado a incluir os direitos da servidora de que trata o presente Decreto em folha de pagamento complementar, até a integridade dos vencimentos.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de dezembro de 2016.

Maravilha – SC, 14 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 843/2016

DECRETO Nº 843, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre atualização de valores das taxas de comércio eventual ou ambulantes e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei nº 3.753, de 29 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados os valores das taxas de comércio eventual ou ambulante, os quais passam a vigorar nos seguintes termos:

I - R\$ 192,59 (cento e noventa e dois reais e cinquenta e nove centavos) por dia de comércio ambulante, sem a utilização de veículo automotor;

II - R\$ 385,21 (trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e um centavos) por dia de comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor com capacidade de carga de até duas toneladas;

III - R\$ 588,89 (quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos) por dia de comércio ambulante, com a utilização de

veículo automotor com capacidade de carga acima de duas toneladas.

IV - R\$ 614,60 (seiscentos e quatorze reais e sessenta centavos) por dia de comércio eventual, ou feirante, por banca de venda.

Parágrafo único. Os valores das taxas especificadas nos incisos II e III, do presente artigo, serão cobrados do ambulante independentemente se o veículo automotor utilizado para o comércio estiver rodando pelas vias públicas ou possuir ponto fixo de venda.

Art. 2º As despesas decorrentes com a realização do presente decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Maravilha – SC, 14 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 844/2016

DECRETO Nº 844, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Institui o valor da Unidade Fiscal para o exercício de 2017 no Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto instituído o novo valor da Unidade Fiscal no Município de Maravilha, destinada à atualização dos Tributos Municipais, baseado na variação do IGPM de dezembro/2015 a novembro/2016, no percentual de 7,1374%, servindo a mesma para atualização da planta genérica de valores do Município e dos Tributos Municipais.

Art. 2º A Unidade Fiscal no Município de Maravilha corresponde à importância de R\$ 110,67 (cento e dez reais e sessenta e sete centavos) para o exercício de 2017.

Art. 3º As despesas decorrentes com a realização do presente decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Maravilha – SC, 14 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 845/2016

DECRETO Nº 845, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Fixa zona de absorção para a cobrança de taxa de serviços urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fixa zona de absorção para a cobrança de taxa de coleta, transporte e deposição final do lixo urbano para o Exercício de 2017, de acordo com o artigo 100, da Lei Municipal nº 1.942, de 16 de dezembro de 1993, e artigo 1º da Lei nº 2.345, de 17 de dezembro de 1997:

ZONA	COLETA DE LIXO
Zona 1	R\$ 234,12
Zona 2	R\$ 202,44
Zona 3	R\$ 170,80
Zona 4	R\$ 139,16
Zona 5	R\$ 120,18
Zona 6	R\$ 101,15
Zona 7	R\$ 86,10

Art. 2º As despesas decorrentes com a realização do presente decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Maravilha – SC, 14 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 846/2016

DECRETO Nº 846, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre ponto facultativo e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo na Administração Pública Municipal nos dias 23 e 30 de dezembro de 2016, sextas-feiras, em decorrência do natal e ano novo.

Art. 2º Na Secretaria Municipal de Saúde e seus órgãos relacionados, o atendimento será realizado somente no período matutino, até às 12 horas.

Art. 3º As despesas decorrentes com a realização do presente decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 14 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

LEI N. 1.107/2016

LEI n. 1.107/2016

De 17/11/2016

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA GARAGEM DE MÁQUINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica denominado de VALDOMIRO BEVILAQUA o novo prédio público Garagem de Máquinas edificado no Município de Marema, sito a Rua José Gaspari, o qual abrigará toda a frota de máquinas, juntamente com o Departamento de Estradas e Rodagens DMER.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 17 de Novembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

LEI N. 1.108/2016

LEI n. 1.108/2016

De 17/11/2016

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Marema para o Exercício de 2017.

Marcos Pedro Batistel, Prefeito do Município de Marema – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Marema SC, para exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 13.880.002,00 Treze milhões, oitocentos e oitenta mil e dois reais). DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 12.980.000,00(Doze milhões, novecentos e oitenta mil reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 9.570.081,85 (Nove milhões, quinhentos e setenta mil, oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos), e Despesa Financeira de R\$ 3.409.918,15 (Três milhões, quatrocentos e nove mil, novecentos e dezoito reais e quinze centavos).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	12.979.985,00
1.1- Receita Tributária	459.425,00

1.2- Receitas de Contribuições	42.000,00
1.3- Receita Patrimonial	94.872,00
1.4- Receita Agropecuária	12.100,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	182.420,00
17-Transferências Correntes	12.073.771,00
1.9- Outras Receitas Correntes	115.397,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	15,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	15,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	12.980.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	9.228.826,85
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	5.065.858,85
3.2- Juros e Encargos da Dívida	30.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	4.132.968,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	314.635,00
4.4- Investimentos	223.635,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	90.000,00
9 <input type="checkbox"/> RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.620,00
9.9- Reserva de Contingência	26.620,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	3.409.918,15
- Fundo Municipal da Saúde	2.449.918,15
- Fundo Municipal de Assistência Social	150.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	810.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	12.980.000,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2017, estimamos Receitas e Fixam as Despesas conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	700.000,00
1.1- Receita Tributária	3.025,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	9.317,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	684.220,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	3.438,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.449.918,15

- Transferências financeiras da Prefeitura	2.449.918,15
TOTAL	3.149.920,15

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	3.054.908,15
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.854.860,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.200.048,15
4 - DESPESAS DE CAPITAL	95.012,00
4.4- Investimentos	95.012,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	3.149.920,15

II ☐ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	200.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	3.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	196.190,00
1.9- Outras Receitas Correntes	810,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	150.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	150.000,00
TOTAL	350.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	335.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	44.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	291.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00
4.4- Investimentos	15.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 <input type="checkbox"/> RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	350.000,00

III – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	810.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	810.000,00
TOTAL	810.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	700.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	590.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	110.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	110.000,00
4.4- Investimentos	110.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	810.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário, conforme demonstração abaixo:
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE MAREMA

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	26.620,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	26.620,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º - Durante o exercício de 2017, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º - Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 10 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de Novembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

LEI N. 1.109/2016

Lei n. 1.109/2016

De 24/11/2016

"AUTORIZA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o chefe do poder executivo, nos termos da presente lei, suplementar dotações orçamentárias no valor de R\$ 340.000,00 (Trezentos e quarenta mil reais), nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
03.01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.0402	2.020	Manut. Das atividades administrativas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	30.000,00
3.3.90.00.00	01.00	40.000,00

Código	Secretaria/departamento	
05.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
12.361.1201	2.035	Manut. Das atividades Do ensino fundamental
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.01	40.000,00

Código	Secretaria/departamento	
05.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
12.365.1201	2.038	Manut. Das atividades da Educação Infantil
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.01	50.000,00

Código	Secretaria/departamento	
08.01	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA	
funcional	Proj./ativ.	descrição
26.782.2601	2.045	Manut. Das atividades rodoviárias
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	40.000,00

Código	Secretaria/departamento	
01.01	CÂMARA DE VEREADORES	
funcional	Proj./ativ.	descrição
01.031.0101	2.018	Manut. Das Atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	100.000,00
3.3.90.00.00	01.00	40.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
05.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
12.361.1201	2.035	Manut. Das atividades Do ensino fundamental
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.01	90.000,00

Código	Secretaria/departamento	
06.01	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	

funcional	Proj./ativ.	descrição
60.606.2001.	2.043	Manut. Das atividades Da Agricultura
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	70.000,00

Código	Secretaria/departamento	
10.01	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
funcional	Proj./ativ.	descrição
08.244.801	2.049	Manutenção Das Atividades de Assistência Social
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	40.000,00

Código	Secretaria/departamento	
01.01	CÂMARA DE VEREADORES	
funcional	Proj./ativ.	descrição
01.031.0101	1.001	Construção do centro administrativo
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.00	140.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de Novembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

Massaranduba

PREFEITURA

CO 71.2016 (FMS) GUSTAVO VINICIUS GHELLIONI

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: GUSTAVO VINICIUS GHELLIONI

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 102,07 (cento e dois reais e sete centavos) por hora plantão.

VIGÊNCIA: 14 DE DEZEMBRO DE 2016 À 01 DE DEZEMBRO DE 2017

MASSARANDUBA, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VANDERLEI SASSE – PREFEITO INTERINO

Meleiro

PREFEITURA

DECISÃO PROCESSO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 068-2016

DECISÃO PROCESSO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 068/2016

No dia 14 de dezembro de 2016 o engenheiro civil da Prefeitura Municipal de Meleiro o senhor Ivan Daniel Olivo entregou para a comissão de licitação um laudo de vistoria referente ao imóvel licitado no processo Concorrência Pública nº 068/2016. O laudo, no entanto alega que o imóvel cotado pela licitante Elisete Marcelo Bosa não atende as exigências do edital em seu anexo I - Termo de Referência do edital - Características Mínimas do edital - letra "A", e que a mesma deverá ser desabilitada do processo.

Diante do laudo de vistoria e suas alegações, a comissão decidiu desabilitar e conseqüentemente desclassificar a licitante Elisete Marcelo Bosa do processo.

Em nada mais havendo a tratar o presidente da comissão encerrou o processo considerando o mesmo como fracassado.

Diante dos fatos, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 2 (dois) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

TERMO DE HABILITAÇÃO CV Nº 073-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO CV nº. 073/2016

O Prefeito Municipal o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores habilita as seguintes empresas na Carta Convite nº 073/2016:

Empresas Habilitadas: SCHEILA APARECIDA WEISS ME, AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA LTDA ME, ACESSE CONCURSOS LTDA ME E CONCURSUL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME.

Processo nº. 073/2016
Modalidade: Carta Convite

Sendo que a nova data de Abertura das propostas de preço será no dia 20 de dezembro de 2016 as 09:00 horas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Meleiro/SC, 15 de dezembro de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012-2016 - TERMO ADITIVO 01-2016 - MODELO MAT ...

TERMO ADITIVO Nº. 001/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2016

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS PRIMEIRA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Duque de Caxias, 533, Centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.344.389/0001-67, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor GILMAR FRIGO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 055/2016 – Pregão de Registro de Preço nº 013/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Fica aditado o objeto da Ata de Registro de Preços nº 012/2016 de 28.03.2016, Constante da Cláusula Primeira, com ampliação do objeto, e valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, nos termos da solicitação de compras apresentada, que fazem parte integrante do presente contrato, sendo os seguintes itens:

Item	Descrição do Produto	Und.	Qdt.	Vlr. Unt.	Vlr. Total
05	CIMENTO PORTLANDT CO II – Z-32 (EMBALAGEM DE 50 KG)	SC	50	36,50	1.825,00
07	BRITA E = 5,0 CM. SENDO BRITA Nº 02 = 80,0 M³	M³	75	71,00	5.325,00
			TOTAL		7.150,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o valor da Ata de Registro de Preços nº 012/2016 de 28.03.2016, Constante da Cláusula Primeira, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da solicitação de compras apresentada que faz parte integrante do presente contrato, sendo o valor do presente Aditivo corresponde a R\$ 7.150,00 (sete mil cento e cinquenta reais) acrescido ao valor original da ata no valor de R\$ 81.400,00 (oitenta e um mil e quatrocentos reais), totalizando o valor de R\$ 88.550,00 (oitenta e oito mil quinhentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas na Ata de Registro de Preços nº 012/2016 de 28.03.2016.

Considerando que não foi formalizado contrato administrativo, que as compras foram formalizadas através do emprenho que também é considerado uma formalização de contrato, foi aditivado a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 12 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	MODELO MATERIAS DE CONST. LTDA Gilmar Frigo Sócio Administrador – Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

CONTRATO 068-2015 - TERMO ADITIVO 02-2016 - GOVERNANÇA BRASIL - PRAZO

TERMO ADITIVO Nº 002/2016

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
---	--

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº068/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2015, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA GOVERNANÇA BRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa GOVERNANÇA BRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, neste ato representada pelo Senhor MARCOS VINICIUS CARDOSO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº 286/2015 – Pregão nº 030/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Fica aditado o contrato nº 068/2015 de 16.06.2015, constante da Cláusula Quinta, com a PRORROGAÇÃO da vigência. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de mais 12 (doze) meses, contado a partir do dia 1º de janeiro de 2017 e terminando em 31/12/2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido em Lei (Art. 57, incisos II e IV da 8.666/93), a critério e conveniência administrativa, Que inicialmente, o término estava previsto para o dia 31 de dezembro de 2015; e com o Termo Aditivo nº 001/2015 de 15/12/2015 o prazo terminaria em 31/12/2016; porém, com este aditivo de 12 (doze) meses o prazo terminará em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização e justificativa do Prefeito Municipal exarada através da Justificativa Prorrogação Contratual, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 068/2015 de 16.06.2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo(SC), aos 12 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	GOVERNANÇA BRASIL S/A Marcos Vinícius Cardoso Diretor - Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 1700-2016 PREGÃO R.P. 049-2016 COMBUSTÍVEIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Errata ao Aviso de Licitação

Processo Nº: 1700/2016

Modalidade: Pregão Nº 049/2016

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

O prefeito de Modelo, no uso de suas atribuições, faz saber que o Processo Licitatório supracitado será realizado conforme segue abaixo:

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de combustíveis para máquinas e veículos da administração em geral do Município de Modelo/SC.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 28 de dezembro de 2016

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 28 de dezembro de 2016.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08h:00min às 12h:00min, e das 13h:30min às 17h:30min, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 14 dezembro de 2016.

Ricardo Luís Maldaner

Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº. 050/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1140-02, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 22530004, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 041/2016.

VALOR: R\$ 13.456,00 (treze mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 14 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 051/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1140-02, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 22530004, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 041/2016.

VALOR: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 14 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI CNPJ: 11.386.903/0001-79 RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27 C.E.P.: 89893-000 - Mondaí - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2016 - PR Processo Administrativo: 53/2016 Processo de Licitação: 53/2016 Data do Processo: 25/11/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir da Rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 53/2016
b) Licitação Nr.: 41/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 14/12/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, CONFORME PROPOSTA Nº. 11386.903000/1140-02, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 22530004, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, deste Edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Desc	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------	----------------	---------------

ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME (11327)

1 COMPUTADOR DESKTOP. Processador no mínimo Intel Core i3 ou AMD A10; memória ram 4gb - ddr3 - 1600mhz; disco rígido mínimo de 500gb; monitor de 18,5" (1366 x 768); mouse USB - 800dpi - 02 botões - scroll (com fio); fonte compatível com o item; sistema operacional S.O. Windows 7 (64bits) ou superior; teclado USB - ABNT2 - 107 teclas (com fio); interfaces de rede 10/100/1000 e WiFi; interface de vídeo integrada; unidade de disco ótico CD/DVD ROM; garantia mínima de 12 meses. - Marca: WISE/AOC	UN.	8,00	0,0000	1.682,00	13.456,00
--	-----	------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 13.456,00

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA (8558)

4 IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX). Tecnologia: laser; Padrão de cor: monocromático; Tipo: Multifuncional (imprime, copia, digitaliza e fax); Memória: 128MB; Resolução de impressão: 600 x 600; Resolução de digitalização: 1200 x 1200; Resolução de cópia: 600 x 600; Velocidade de impressão: 18ppm; Capacidade da bandeja: 150 páginas; Ciclo mensal: 8.000 páginas; Fax: 33,6kbps ou não possui; Interfaces USB e Rede; Frente e verso automático; Garantia mínima de 12 meses. - Marca: BROTHER	UN.	5,00	0,0000	1.500,00	7.500,00
--	-----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 7.500,00

Total Geral: 20.956,00

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI CNPJ: 11.386.903/0001-79 RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27 C.E.P.: 89893-000 - Mondaí - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2016 - PR
	Processo Administrativo: 53/2016 Processo de Licitação: 53/2016 Data do Processo: 25/11/2016
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.058.4.4.90.00.00.00.00 (60) Saldo: 47.830,28

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI CNPJ: 11.386.903/0001-79 RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27 C.E.P.: 89893-000 - Mondaí - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2016 - PR Processo Administrativo: 54/2016 Processo de Licitação: 54/2016 Data do Processo: 25/11/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir da Rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 54/2016
b) Licitação Nr.: 42/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 14/12/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, CONFORME PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 2015OB849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, deste Edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Desc	(%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------	-----	----------------	---------------

ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (6003)

1	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO. Acessórios: um eletrodo; Bateria: mínimo de 50 (cinquenta) choques; Tela de ECG: não possui. - Marca: Heartsine	UN.	1,00	0,0000	6.000,00	6.000,00
5	ESTETOSCÓPIO ADULTO. Auscultador aço inoxidável; tipo duplo. - Marca: MD	UN.	8,00	0,0000	84,00	672,00
7	SELADORA. Com as seguintes características mínimas: Aplicação: grau cirúrgico; Tipo: manual/pedal; Controle de temperatura: digital. - Marca: Sispac	UN.	1,00	0,0000	1.403,00	1.403,00
9	DETECTOR FETAL. Tipo: portátil; Tecnologia: digital. Garantia mínima de 12 meses. - Marca: MD	UN.	5,00	0,0000	639,00	3.195,00
10	OTOSCÓPIO. Com as seguintes características mínimas: Composição: mínimo de 05 espelhos reusáveis; Bateria: convencional. - Marca: MD	UN.	5,00	0,0000	340,00	1.700,00
11	ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO MÓVEL. Capacidade: de 06 a 10 L; Suporte com rodízios: possui; Válvula de segurança: possui; Frasco: termoplástico/vidro. - Marca: Inalamed	UN.	1,00	0,0000	2.610,00	2.610,00
12	LANTERNA CLÍNICA. Material de confecção alumínio e tipo LED. - Marca: Missouri	UN.	5,00	0,0000	53,00	265,00

Total do Fornecedor: 15.845,00

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI CNPJ: 11.386.903/0001-79 RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2016 - PR Processo Administrativo: 54/2016 Processo de Licitação: 54/2016 Data do Processo: 25/11/2016
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME (11327)

2 NOBREAK - PARA COMPUTADOR. Com as seguintes características mínimas: Potência: 1kva; Tensão: entrada/saída bivolt; Alarmes: audiovisual; Bateria interna: 01 selada; Autonomia a plena carga: mínimo de 15 minutos; Garantia: mínima de 12 meses. - Marca: ADF	UN.	8,00	0,0000	459,00	3.672,00
--	-----	------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 3.672,00

DENTAL OESTE EIRELI (6601)

4 ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO. Com as seguintes características mínimas: material de confecção: tecido em algodão; Tipo de feixe: metal. - Marca: Premium	UN.	10,00	0,0000	91,00	910,00
8 OXÍMETRO DE PULSO. Tipo portátil (de mão); possui curva plestrimográfica; 02 (dois) sensores de SpO2. - Marca: MD (MD300C15)	UN.	6,00	0,0000	1.400,00	8.400,00

Total do Fornecedor: 9.310,00

INFORMATICA MONDAI LTDA ME (6796)

6 PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW). Tecnologia LCD; resolução mínima nativa de 1024 x 768; entrada de VGA a FullHD; luminosidade de no mínimo 2500 lúmens; conectividade entrada/saída RGB 15 pinos e HDMI; garantia de no mínimo 12 meses. - Marca: OPTMA	UN.	1,00	0,0000	1.805,00	1.805,00
--	-----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 1.805,00

Total Geral: 30.632,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.058.4.4.90.00.00.00.00.00 (60), 2.058.4.4.90.00.00.00.00.00 (88)

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS E EDITAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 112/2016 – PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2016

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos edital e em seus anexos.

ENTREGA DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA DE PREÇOS: Hora/data: das 07:00 horas do dia 19/dezembro/2016 até às 10:30 horas do dia 27/dezembro/2016. DIA E HORA PARA INICIO DA ABERTURA DE ENVELOPES: início às 11:00 horas do dia 27/dezembro/2016. TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO GLOBAL.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 – Centro HORÁRIO: Das 07:00 às 13:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-Mail: diretor-decompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 14 de dezembro de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA, inscrita no cnpj nº 04.072.953.000.16.

OBJETO: Serviços de licença software de gestão escolar sistema “escola via net”

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

SERGIO LUIZ VICENTE-ME, inscrita no cnpj nº 81.359.929.0001.13.

OBJETO: Locação e operacionalização de sistema automatizado para tratamento de clarificação e purificação de água com fornecimento de equipamentos e produtos químicos necessários.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

SIDINEI JOSÉ PERAZOLLI DALZOTTO, inscrito no cpf nº 042.122.169.06.

OBJETO: Locação de imóvel para instalações do “Conselho Tutelar”. O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no cnpj nº 03.392.348.0001.60

OBJETO: Contratação de serviços de coleta transporte e destinação de resíduos de serviços de saúde.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

SC CÓPIAS LTDA - ME, inscrita no cnpj nº 03.367.127.0002.12.

OBJETO: Locação de impressoras.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

NELCIDE JUSTINO DE FREITAS, inscrito no cpf nº 087.472.268.88

OBJETO: Serviços de controle técnico e químico da água do DMAE. O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2013

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

INOVAÇÃO – COMPUTAÇÃO MÓVEL LTDA-ME, inscrita no cnpj nº 04.225.153.0001.98

OBJETO: Locação de software e suporte técnico para coletor de dados e emissão de faturas de água.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

GAYA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA – EIRELE/ME, inscrita no cnpj nº 17.070.403.0001.00.

OBJETO: Serviços médicos de ortopedia.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

EDGIMED SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA, inscrita no cnpj nº 19.726.347.0001.44.

OBJETO: Serviços médicos na especialidade de ginecologia e realização de exames de ultrassom.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

ECOLÓGICA AMBIENTAL LTDA - ME, inscrita no cnpj nº 06.749.489.0001.85.

OBJETO: Serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 82/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA, inscrita no cnpj nº 12.075.748.0001.32.

OBJETO: Rateio de despesas para desenvolvimento dos projetos e ações do programa de licitações compartilhadas.

O Objeto do presente termo é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2015

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

ANDRESSA PAULA DE SOUZA - ME, inscrita no cnpj nº 11.446.363.0001.71.

OBJETO: Manutenção do sistema de iluminação pública.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

SIGNET ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no cnpj nº 09.063.617.0001.20.

OBJETO: O presente termo visa rescindir o registro do saldo remanescente de todos os itens da cláusula 3ª da Ata de Registro de Preços nº 35/2016.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2016

ADITIVO nº 02/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, inscrita no cnpj nº 09.427.503.0001.12.

OBJETO: Contratação de serviços de publicações de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Monte Carlo no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC.

O Objeto do presente termo aditivo nº 02/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017 e atualização dos valores.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2016

ADITIVO nº 02/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

MATERBRAS METRIAL DE CONSTRUÇÃO – EIRELE/ME, inscrita no cnpj nº 15.186.677.0001.33.

OBJETO: Serviços de pavimentação Rua Marcos Roberto de Cristo.

O Objeto do presente termo aditivo nº 02/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2016

ADITIVO nº 02/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

MATERBRAS METRIAL DE CONSTRUÇÃO – EIRELE/ME, inscrita no cnpj nº 15.186.677.0001.33.

OBJETO: Serviços de pavimentação Rua Senhoria Ribeiro da Silva. O Objeto do presente termo aditivo nº 02/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO SUBVENÇÃO Nº 01/2012

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS – HOSPITAL ANJOS ORTIZ, inscrita no cnpj nº 95.991.113.0001.02.

OBJETO: Serviços de saúde.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO 122/2016 PMN FMAS - PARECER DA COMISSÃO

ABERTURA DE ENVELOPE DO 2º COLOCADO PROCESSO Nº 122/2016 PMN /FMAS

Aberto o certame no dia 09 de dezembro de 2016, sem a participação das empresas (ausentes), em seção pública conforme agendado anteriormente. Após as considerações iniciais, abriu-se o envelope de habilitação referente à empresa L. Mohr Eireli EPP, 2º colocada no item 23 eistou-se os documentos. A empresa L.Mohr, atendeu aos itens do edital 6, 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5. Desta forma, foi considerada habilitada. Abre-se prazo para apresentação da amostra.

Comissão de Licitação.

Pregoeiro(a): Carla Claudino

Membros: Tatiana de Alencar Carlini

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva MARIA BEATRIZ PASSOS DE OLIVEIRA, inscrita no C.P.F n.º 505.597.299/87, instituidora do processo de pensão por morte, adquiriu direito à incorporação do adicional de Insalubridade na fração de 1/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de pensão nº 2016.07.03377P, que demonstra contribuições nos anos 2012 (09 meses), 2013(3 meses). Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de novembro de 2015.

Navegantes, 14 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva SUELI DA CUNHA DOS SANTOS, inscrita no C.P.F n.º 004.632.509-31, instituidora do processo de pensão por morte, adquiriu direito à incorporação do adicional de Estimulo Assiduidade na fração de 2/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de pensão nº 2016.07.03372P, que demonstra contribuições nos anos, 2010 (10 meses), 2011(8 meses), 2012 (7 meses), 2013 (7 meses) e 2014 (7meses). Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de outubro de 2016.

Navegantes, 14 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva SUELI DA CUNHA DOS SANTOS, inscrita no C.P.F n.º 004.632.509-31, instituidora do processo de pensão por morte, adquiriu direito à incorporação do adicional de Insalubridade na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de pensão nº 2016.07.03372P, que demonstra contribuições nos anos 2008, 2009, 2010 (10 meses), 2011(8 meses), 2012, 2013 e 2014 (7meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de outubro de 2016.

Navegantes, 14 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

DECRETO Nº 226 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 226 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3149 de 14/12/2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 2.317.160,00 (Dois Milhões, Trezentos e Dezessete Mil, Cento e Sessenta Reais) das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10100– Recursos Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01 – Diretoria Administrativa

12.361.0008 – 2.037 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - EF

67 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 148.920,00

69 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 18.449,00

12.365.0007 – 2.054 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EI
70 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 400.000,00
72 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 203.510,00
02 – Diretoria Pedagógica
12.365.0007 – 1.018 – Programa Escola Nova – Ensino Infantil
77 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 299.000,00
12.361.0008 – 1.019 – Programa Escola Nova – EF
80 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 152.790,00
12.361.0008 – 1.020 – Aquisição de Equipamentos de Informática
83 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 55.400,00
12.361.0008 – 2.038 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF
86 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 184.000,00
12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EI
110 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 176.000,00
111 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 124.110,00
12.361.00014 – 1.022 – Transporte p/Todos – Aquisição de Veículos – Ônibus Escolares
112 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 130.000,00
03 – Diretoria de Projetos Educacionais
12.361.0008 – 2.039 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais – EF
114 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 74.244,00
116 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 18.107,00
12.365.0007 – 2.056 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais – EI
131 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 37.899,00
133 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 22.099,00
12.367.0009 – 2.047 – Manutenção e Funcionamento da Educação Especial
121 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 38.000,00
122 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 25.000,00
12.366.0010 – 2.048 – Manutenção e Funcionamento da Educação e Jovens e Adultos – EF
128 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 35.000,00

Total Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 2.142.528,00

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
01 – Diretoria Administrativa
12.306.0012 – 2.050 – Programa Merenda Escolar – Ensino Infantil
104 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 100.000,00
12.306.0013 – 2.051 – Programa Merenda Escolar – Creches
106 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 74.632,00

Total Recursos Ordinários R\$ 174.632,00

Total Geral R\$ 2.317.160,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10100– Recursos Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica
12.361.0008 – 2.038 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF
84 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 1.051.000,00
85 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentárias R\$ 200.000,00
12.365.0007 – 2.055 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF
108 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 796.160,00
109 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentárias R\$ 270.000,00

Total Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 2.317.160,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos dos Souza
Prefeito

Este Decreto foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes-SC., 14 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária da Administração e Logística

DECRETO Nº 227 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 227 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3150 de 14/12/2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 1.148.489,00 (Hum Milhão, Cento e Quarenta e Oito Mil, Quatrocentos e Oitenta e Nove Reais) das seguintes dotações, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01 – Câmara Municipal de Vereadores
01.031.0001 – 2.001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores
04 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentárias R\$ 20.000,00
02 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 400.000,00
03 – 3.3.91.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentárias R\$ 5.000,00
05 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 240.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
01 – Diretoria de Comunicação Social
04.131.0003 – 2.008 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Comunicação Social
13 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 25.000,00

02 – Diretoria de Imprensa
 04.131.0003 – 2.009 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Imprensa
 17 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 8.061,00
 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
 01 – Diretoria de Projetos
 04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos
 22 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 2.918,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
 04 – Diretoria de Gestão Patrimonial
 04.122.0005 – 2.017 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão Patrimonial
 42 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 1.801,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 01 – Diretoria de Contabilidade
 04.123.0006 – 2.018 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Contabilidade
 44 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 12.799,00
 04.123.0006 – 2.019 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro
 50 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 2.518,00

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 01 – Diretoria Administrativa
 04.122.0007 – 2.125 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EI
 75 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 7.722,00
 02 – Diretoria Pedagógica
 12.306.0011 – 2.049 – Programa Merenda Escolar – EF
 102 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 84.408,00
 12.306.0012 – 2.050 – Programa Merenda Escolar – EI
 104 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 4.111,00
 12.306.0013 – 2.051 – Programa Merenda Escolar – Creches
 106 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 17.500,00

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
 01 – Diretoria de Segurança e Defesa Social
 06.182.0016 – 2.029 – Manutenção e Funcionamento da Defesa Civil
 144 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 29.990,00
 145 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 19.990,00
 06.182.0016 – 2.059 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança e Defesa Social
 146 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 50.000,00
 147 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 25.000,00
 148 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 4.850,00
 06.181.0016 – 2.150 – Manutenção e Funcionamento do Convênio Prefeitura-Fiscalização/Polícia Militar
 151 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 19.990,00
 152 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 29.990,00

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES
 01 – Diretoria de Eventos e Marketing

23.695.0017 – 2.060 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing
 158 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 15.000,00
 162 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 58.293,00
 167 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 14.445,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
 04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços
 26.782.0019 – 1.039 – Pavimentação de Vias Públicas
 180 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 9.800,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA
 02 – Diretoria de Tributos Imobiliários e Fiscalização
 04.129.0062 – 2.139 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Tributos Imobiliários e Fiscalização
 218 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 3.890,00
 04 – Diretoria de Indústria e Comércio
 11.334.0056 – 2.141 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio
 222 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 4.758,00
 05 – Diretoria do Sine
 11.333.0056 – 2.143 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Sine
 225 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 7.782,00

32 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
 01 – Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente
 08.243.0065 – 2.006 – Manutenção e Funcionamento das Ações do Programa Pacto Pela Criança
 228 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 12.610,00
 08.243.0065 – 2.144 – Manut. e Func. da Diretoria de políticas da Criança e do Adolescente
 233 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 2.990,00
 02 – Diretoria de Políticas da Juventude
 08.244.0063 – 2.145 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas de Juventude
 236 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 7.273,00

Total R\$ 1.148.489,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários
 02 – GABINETE DO PREFEITO
 01 – Gabinete do Prefeito
 04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito
 01 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 35.000,00

03 – GABINETE DO VICE PREFEITO
 01 – Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito
 04.122.0002 – 2.005 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito
 09 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 12.200,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
 01 – Diretoria de Projetos

04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos
20 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 85.000,00
21 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentária R\$ 20.000,00

08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
01 – Procuradoria Geral do Município
03.092.0004 – 2.013 – Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município
25 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 15.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos
04.128.0005 – 2.014 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos
31 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 115.000,00
32 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra – Orçamentárias R\$ 110.000,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
02 – Diretoria do Tesouro
04.123.0006 – 2.019 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro
48 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – Diretoria de Programas Sociais
08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais
62 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 80.000,00
63 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentária R\$ 20.000,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
01 – Diretoria de Operações
15.452.0019 – 2.061 – manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações
171 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 401.289,00
172 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra – Orçamentárias R\$ 100.000,00

30 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE
02 – Diretoria Adm., Financeira e de Planejamento
04.122.0061 – 2.136 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Adm., Financeira e de Planejamento
207 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 15.000,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA
04 – Diretoria de Indústria e Comércio
11.334.0056 – 2.141 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio
220 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 80.000,00
221 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra – Orçamentárias R\$ 20.000,00
Total R\$ 1.148.489,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza
Prefeito

Este Decreto foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes-SC, 14 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária da Administração e Logística

DECRETO Nº 228 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 228 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3151 de 14/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 68.870,00 (Sessenta e oito mil e oitocentos e setenta reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

1.067 – Aquisição de Veículos p/ Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

01 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 62.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 41 – Atenção Básica

1.057 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário p/ Unidades de Atenção Básica

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

31 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 990,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 41 – Atenção Básica

1.066 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário p/ Unidades de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

33 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 41 – Atenção Básica

1.099 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para a Academia de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

36 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 08 – Bloco Investimento

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica
 Programa: 47 – Infra-Estrutura em Saúde
 1.065 – Construção, Reforma e Ampliação da Unidades de Saúde
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 70 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 Programa: 46 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar
 1.064 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário p/ Unidade de Atenção Ambulatorial e Hospitalar
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 75 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 Programa: 102 – Atendimento Hospitalar
 1.101 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Unidades Hospitalares
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 81 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 Programa: 42 – Saúde da Mulher e do Homem
 2.087 – Manutenção das Ações Básicas e Especializadas do Centro de Referência da Mulher e do Homem
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 89 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 Programa: 53 – Centro de Atenção Psicossocial
 2.099 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 97 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica
 Programa: 45 – Centro de Controle de Zoonoses
 1.062 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Centro de Controle e Zoonoses
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 106 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica

Programa: 45 – Centro de Controle de Zoonoses
 1.089 – Construção do Centro de Controle e Zoonoses
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 108 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 301 – Atenção Básica
 Programa: 43 – Vigilância Sanitária
 1.105 – Construção do Centro de Reabilitação Animal
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 110 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica
 Programa: 45 – Centro de Controle de Zoonoses
 2.090 – Manutenção e Funcionamento do Centro de Controle de Zoonoses
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 122 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica
 Programa: 51 – Programa DST/AIDS
 2.097 – Manutenção dos Recursos do Programa DST/AIDS
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 123 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00
 T O T A L R\$ 68.870,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 301 – Atenção Básica
 Programa: 49 – Serviços de Saúde
 2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 11 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 68.870,00
 T O T A L R\$ 68.870,00

Art. 3º - Esta Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 14 de Dezembro de 2016.
 Roberto Carlos de Souza
 PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
 Navegantes, 14 de Dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 229 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50

DECRETO Nº 229 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo discriminada até a importância de R\$ 15.025,00 (Quinze Mil e Vinte e Cinco Reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
02 – Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços
04.122.0005 – 2.015 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços
34 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 6.000,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

01 – Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa
04.129.0062 – 2.138 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa
215 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 4.025,00
02 – Diretoria de Tributos Mobiliários e Fiscalização
04.129.0062 – 2.139 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Tributos Mobiliários e Fiscalização
217 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 14 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária de Administração e Logística

LEI Nº 3149 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 3149 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 2.317.160,00 (Dois Milhões, Trezentos e Dezessete Mil, Cento e

Sessenta Reais) das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10100– Recursos Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01 – Diretoria Administrativa
12.361.0008 – 2.037 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EF
67 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 148.920,00
69 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 18.449,00
12.365.0007 – 2.054 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EI
70 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 400.000,00
72 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 203.510,00
02 – Diretoria Pedagógica
12.365.0007 – 1.018 – Programa Escola Nova – Ensino Infantil
77 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 299.000,00
12.361.0008 – 1.019 – Programa Escola Nova – EF
80 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 152.790,00
12.361.0008 – 1.020 – Aquisição de Equipamentos de Informática
83 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 55.400,00
12.361.0008 – 2.038 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF
86 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 184.000,00
12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EI
110 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 176.000,00
111 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 124.110,00
12.361.00014 – 1.022 – Transporte p/Todos – Aquisição de Veículos – Ônibus Escolares
112 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 130.000,00
03 – Diretoria de Projetos Educacionais
12.361.0008 – 2.039 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais – EF
114 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 74.244,00
116 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 18.107,00
12.365.0007 – 2.056 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais – EI
131 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 37.899,00
133 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 22.099,00
12.367.0009 – 2.047 – Manutenção e Funcionamento da Educação Especial
121 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 38.000,00
122 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 25.000,00
12.366.0010 – 2.048 – Manutenção e Funcionamento da Educação e Jovens e Adultos – EF
128 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 35.000,00

Total Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 2.142.528,00

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01 – Diretoria Administrativa
12.306.0012 – 2.050 – Programa Merenda Escolar – Ensino Infantil
104 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 100.000,00
12.306.0013 – 2.051 – Programa Merenda Escolar – Creches
106 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas

R\$ 74.632,00

Total Recursos Ordinários R\$ 174.632,00

Total Geral R\$ 2.317.160,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10100– Recursos Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.038 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF

84 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 1.051.000,00

85 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentárias R\$ 200.000,00

12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF

108 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 796.160,00

109 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentárias R\$ 270.000,00

Total Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 2.317.160,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza
Prefeito

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes-SC., 14 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária da Administração e Logística

LEI Nº 3150 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 3150 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 1.148.489,00 (Hum Milhão, Cento e Quarenta e Oito Mil, Quatrocentos e Oitenta e Nove Reais) das seguintes dotações, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01 – Câmara Municipal de Vereadores

01.031.0001 – 2.001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores

04 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas

– Op. Intra Orçamentárias R\$ 20.000,00

02 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 400.000,00

03 – 3.3.91.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentárias R\$ 5.000,00

05 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 240.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

01 – Diretoria de Comunicação Social

04.131.0003 – 2.008 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Comunicação Social

13 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 25.000,00

02 – Diretoria de Imprensa

04.131.0003 – 2.009 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Imprensa

17 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 8.061,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

01 – Diretoria de Projetos

04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos

22 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 2.918,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

04 – Diretoria de Gestão Patrimonial

04.122.0005 – 2.017 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão Patrimonial

42 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 1.801,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

01 – Diretoria de Contabilidade

04.123.0006 – 2.018 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Contabilidade

44 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 12.799,00

04.123.0006 – 2.019 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro

50 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 2.518,00

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01 – Diretoria Administrativa

04.122.0007 – 2.125 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EI

75 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 7.722,00

02 – Diretoria Pedagógica

12.306.0011 – 2.049 – Programa Merenda Escolar – EF

102 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 84.408,00

12.306.0012 – 2.050 – Programa Merenda Escolar – EI

104 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 4.111,00

12.306.0013 – 2.051 – Programa Merenda Escolar – Creches

106 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 17.500,00

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

01 – Diretoria de Segurança e Defesa Social

06.182.0016 – 2.029 – Manutenção e Funcionamento da Defesa Civil

144 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 29.990,00

145 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 19.990,00

06.182.0016 – 2.059 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança e Defesa Social

146 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 50.000,00

147 - 3.1.91.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 25.000,00

148 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 4.850,00

06.181.0016 - 2.150 - Manutenção e Funcionamento do Convênio Prefeitura-Fiscalização/Polícia Militar

151 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 19.990,00

152 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 29.990,00

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES

01 - Diretoria de Eventos e Marketing

23.695.0017 - 2.060 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing

158 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 15.000,00

162 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 58.293,00

167 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 14.445,00

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

04 - Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

26.782.0019 - 1.039 - Pavimentação de Vias Públicas

180 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 9.800,00

31 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

02 - Diretoria de Tributos Imobiliários e Fiscalização

04.129.0062 - 2.139 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Tributos Imobiliários e Fiscalização

218 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 3.890,00

04 - Diretoria de Indústria e Comércio

11.334.0056 - 2.141 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio

222 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 4.758,00

05 - Diretoria do Sine

11.333.0056 - 2.143 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Sine

225 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 7.782,00

32 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

01 - Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente

08.243.0065 - 2.006 - Manutenção e Funcionamento das Ações do Programa Pacto Pela Criança

228 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 12.610,00

08.243.0065 - 2.144 - Manut. e Func. da Diretoria de políticas da Criança e do Adolescente

233 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 2.990,00

02 - Diretoria de Políticas da Juventude

08.244.0063 - 2.145 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas da Juventude

236 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 7.273,00

Total R\$ 1.148.489,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos - 10000 - Recursos Ordinários

02 - GABINETE DO PREFEITO

01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0002 - 2.002 - Manutenção e Funcionamento do Gabinete

do Prefeito

01 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 35.000,00

03 - GABINETE DO VICE PREFEITO

01 - Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito

04.122.0002 - 2.005 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito

09 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 12.200,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

01 - Diretoria de Projetos

04.121.0015 - 2.011 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos

20 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 85.000,00

21 - 3.1.91.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas - Op. Intra Orçamentária R\$ 20.000,00

08 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

01 - Procuradoria Geral do Município

03.092.0004 - 2.013 - Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município

25 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 15.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

01 - Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

04.128.0005 - 2.014 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

31 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 115.000,00

32 - 3.1.91.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas - Op. Intra - Orçamentárias R\$ 110.000,00

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 - Diretoria do Tesouro

04.123.0006 - 2.019 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro

48 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 40.000,00

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - Diretoria de Programas Sociais

08.244.0030 - 2.035 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais

62 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 80.000,00

63 - 3.1.91.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas - Op. Intra Orçamentária R\$ 20.000,00

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 - Diretoria de Operações

15.452.0019 - 2.061 - manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações

171 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 401.289,00

172 - 3.1.91.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas - Op. Intra - Orçamentárias R\$ 100.000,00

30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

02 - Diretoria Adm., Financeira e de Planejamento

04.122.0061 - 2.136 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Adm., Financeira e de Planejamento

207 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 15.000,00

31 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

04 – Diretoria de Indústria e Comércio
11.334.0056 – 2.141 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio
220 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 80.000,00
221 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra – Orçamentárias R\$ 20.000,00

Total R\$ 1.148.489,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza

Prefeito

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes-SC, 14 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária da Administração e Logística

LEI Nº 3151 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 3151 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 68.870,00 (Sessenta e oito mil e oitocentos e setenta reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

1.067 – Aquisição de Veículos p/ Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

01 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 62.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 41 – Atenção Básica

1.057 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário p/ Unidades de Atenção Básica

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

31 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 990,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 41 – Atenção Básica

1.066 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário p/ Unidades de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de

impostos - Saúde

33 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 41 – Atenção Básica

1.099 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para a Academia de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

36 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 08 – Bloco Investimento

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 47 – Infra-Estrutura em Saúde

1.065 – Construção, Reforma e Ampliação da Unidades de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

70 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 46 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar

1.064 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário p/ Unidade de Atenção Ambulatorial e Hospitalar

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

75 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 102 – Atendimento Hospitalar

1.101 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Unidades Hospitalares

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

81 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 42 – Saúde da Mulher e do Homem

2.087 – Manutenção das Ações Básicas e Especializadas do Centro de Referência da Mulher e do Homem

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

89 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 53 – Centro de Atenção Psicossocial

2.099 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

97 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica
 Programa: 45 – Centro de Controle de Zoonoses
 1.062 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Centro de Controle e Zoonoses
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 106 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica
 Programa: 45 – Centro de Controle de Zoonoses
 1.089 – Construção do Centro de Controle e Zoonoses
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 108 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 301 – Atenção Básica
 Programa: 43 – Vigilância Sanitária
 1.105 – Construção do Centro de Reabilitação Animal
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 110 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica
 Programa: 45 – Centro de Controle de Zoonoses
 2.090 – Manutenção e Funcionamento do Centro de Controle de Zoonoses
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 122 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica
 Programa: 51 – Programa DST/AIDS
 2.097 – Manutenção dos Recursos do Programa DST/AIDS
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 123 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 490,00
 T O T A L R\$ 68.870,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 301 – Atenção Básica
 Programa: 49 – Serviços de Saúde
 2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde
 Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde
 11 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 68.870,00
 T O T A L R\$ 68.870,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
 Prefeitura de Navegantes - SC, 14 de Dezembro de 2016.
 Roberto Carlos de Souza
 PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 14 de Dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

PORTARIA N º 096 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA N º 096 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.
 CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6º-A da EC nº. 41/2003 com Redação da EC nº. 72/2012, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei complementar municipal nº. 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez, ao segurado WILSON ESPERANDIO, portador da cédula de identidade nº. 1.262.968, inscrito no CPF sob o nº. 908.110.629-53, e PIS/PASEP nº. 10672043391, efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado no Machados, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo

administrativo nº. 2016.03.03371P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2016.
 Roberto Carlos de Souza
 PREFEITO

Jan Ullrich
 DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 15 de Dezembro de 2016.
 Jan Ullrich
 DIRETOR PRESIDENTE

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 114/2016

CONTRATO Nº 114/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 116/2016 - Pregão Presencial nº 082/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: COMERCIAL MULTVILLE LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua João Adolfo Muller, 53 Sala 2, Bairro Costa e Silva, CEP: 89218-590, cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 06.220.022/0001-43. Objeto do Contrato: Aquisição parcelada de material de limpeza, gêneros alimentícios e gás de cozinha, para a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes do anexo I do edital, para o Ano de 2016. O valor total estimado é de R\$ 265.674,65 (Duzentos e sessenta e cinco mil seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), referente aos Lotes I, II, III, IV, V e VI.

Nova Trento, 14 de dezembro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal em Exercício

CONTRATO Nº 115/2016

CONTRATO Nº 115/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 116/2016 - Pregão Presencial nº 082/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: KIKO COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 09.000.218/0001-10, estabelecida à Rua Zunino Neto, 206, Sala 01, Centro, cidade de São João Batista/SC, CEP 88240-000. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a Aquisição parcelada de MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS e GÁS DE COZINHA, para a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes do anexo I do edital, para o Ano de 2016. O valor total estimado é de R\$ 23.092,00 (Vinte e três mil e noventa e dois reais) – correspondente ao Lote 7.

Nova Trento, 14 de dezembro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal em Exercício

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2016

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2016

HOMOLOGAÇÃO: 14/12/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Aquisição parcelada de Material de Limpeza, Gêneros Alimentícios e Gás de Cozinha, para a Secretaria Municipal de Educação, para o ano de 2017, conforme especificações constantes do anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Pregão.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME (CNPJ Nº 06.220.022/0001-43)

- Valor Total R\$ 265.674,65 (Duzentos e sessenta e cinco mil seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), referente aos Lotes I, II, III, IV, V e VI.

KIKO COMERCIO DE GÁS LTDA ME (CNPJ Nº 09.000.218/0001-10)

– Valor Total R\$ 23.092,00 (Vinte e três mil e noventa e dois reais) referente ao Lote VII.

Nova Trento/SC, 14 de dezembro de 2016.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI

Prefeito Municipal em Exercício

SAMAE - NOVA TRENTO

ATA PREGÃO PRESENCIAL 04_2016 - COMBUSTÍVEL, ÓLEOS E LAVAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

ATA N.º 09/2016

Aos treze de dezembro de 2016, às nove horas, a Comissão de Licitações de Pregão Presencial, sob a presidência de Maria de Lourdes Rover, nomeado pela portaria nº. 017/2012, acompanhado dos demais membros, reuniu-se, para o ato de recebimento dos envelopes contendo propostas e documentações referentes ao Pregão Presencial nº 04/2016, cujo objeto é a "Aquisição de óleos e combustíveis e contratação de serviço de lavação para a frota e roçadeira do SAMAE para o Exercício de 2017 de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital.

Iniciada a sessão, nenhuma empresa se fez presente, não havendo interessados. A Comissão segundo a Lei de Licitações decide declarar a licitação DESERTA, sugerindo reabrir o certame; sendo possível, mantidas as condições do edital, a apropriação da regra da dispensa licitatória do inciso V do artigo 24 da Lei 8.666/93,

desde que não se possa repetir o procedimento sem prejuízo à administração.

Nada mais havendo a relatar, a Srª. Presidente Pregoeira encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada, pelo membros da Comissão de Licitação.

Maria de Lourdes Rover - _____
Pregoeiro

Emiliana Speranzini _____
Membro Apoio

Ivã Alessandro Franzoi _____
Membro Apoio

AVISO LICITAÇÃO PR_06_2016 AQUISIÇÃO ÓLEO, COMBUSTIVEL E SERVIÇO DE LAVAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 Nova Trento – SC

Processo Administrativo: 9/2016

Processo de Licitação:6/2016

Pregão Presencial Nº 6/2016 -PR

Data do Processo:14/12/2016

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 2/2016

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE NOVA TRENTO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 017/2012, de 12/11/2012, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 27/12/2016, às 09:00 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 6/2016-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado ou pelo Site: <http://samae.novatrento.sc.gov.br>.

Objeto da Licitação: Aquisição de óleos e combustíveis e contratação de serviço de lavação para a frota e roçadeira do SAMAE para o Exercício de 2017 de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições prevista neste Edital. OBERSAVAÇÃO: A distância máxima de localização do fornecedor em relação à sede do Samae de Nova Trento, será de 1.500 metros. Para fins deste calculo considerar-se-á a distância medida por estradas de rodagem.

Valor Máximo Previsto R\$ 125.635,30 (Cento e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta centavos)

Nova Trento, 15 de Dezembro de 2016.

CARLOS TARCISIO BATTISTI

Diretor do SAMAE

MARIA DE LOURDES ROVER

Pregoeiro(a)

EDITAL LICITAÇÃO PR_06_2016 AQUISIÇÃO ÓLEO, COMBUSTIVEL E SERVIÇO DE LAVAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 09/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água E Esgoto de Nova Trento- SC , através do diretor Carlos Tarcisio Battisti, representante legal desta autarquia, por meio de seu Pregoeiro representante, torna público aos interessados que no dia 13/12/2016 às 8:30 hs na sala de licitações e Compras na Rua Dos Imigrantes, nº 356, Centro Nova Trento-SC, realizará certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de óleos e combustíveis e contratação de serviços de lavação para frota e roçadeira do SAMAE regido pelo disposto na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 8.078 de 11 de Setembro de 1990(Código de Defesa do Consumidor) pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993, com as devidas alterações, decreto nº 003/2013 de 07 de Janeiro de 2013 e Lei Complementar nº 123/2006, e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

O Pregão será realizado no dia 27 de dezembro de 2016, com início às 09:00 horas, na Sede Administrativa do SAMAE, na Rua Dos Imigrantes, nº 356 Centro, no Setor de Compras, na cidade de Nova Trento, Santa Catarina, quando deverão ser apresentados no início, O(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, A DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E OS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

Integram a presente licitação, como partes indissolúveis, os seguintes anexos:

Anexo I – Quadro de Quantitativos, Especificações e Valor Máximo Estimado

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços

Anexo III – Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

Anexo IV – Modelo de declaração de atendimento às condições de habilitação

Anexo V - Minuta de Contrato

1 – DO OBJETO

0.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de óleos e combustíveis e contratação de serviço de lavação para a frota e roçadeira do SAMAE para o Exercício de 2017, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital.

1.2.- Para os postos de combustíveis e fornecedores de óleos lubrificantes que se localizarem a mais de 1,5 quilômetros (um mil e quinhentos metros) da sede do SAMAE, localizada na Rua dos Imigrantes, 356, será acrescido ao valor ofertado os valores detalhados abaixo, referente ao custo por Km rodado:

a)- O valor de R\$ 0,18 (dezoito) centavos por litro no valor proposto para Gasolina Comum;

b)- O valor de R\$ 0,33 (trinta e três) centavos por litro no valor proposto para Óleo Diesel;

c)- O valor de R\$ 0,50 (cinquenta) centavos por litro no valor proposto para o Óleo lubrificante;

d)- A distância entre a sede do SAMAE até o posto do proponente será apurado por servidor do SAMAE e será realizada, sendo o caso, unicamente para efeito de avaliação do menor preço proposto.

2 – DO TIPO DO PREGÃO

2.1. Este Pregão é do tipo menor preço por item unitário.

3 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa resultante desta Licitação ocorrerá à conta de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do exercício de 2017, consignadas no:

3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos

3.3.90.39.99.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

3.2. Com previsão orçamentária máxima de R\$ 125.635,30 (Cento e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta reais e trinta centavos).

4 – DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas constituídas e registradas no Brasil de acordo com as leis brasileiras e que atendam as condições exigidas neste edital e seus anexos.

4.2. As empresas que desejarem participar deste pregão deverão no dia, hora e local estabelecidos neste Edital, apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (Anexo IV) e entregar ao pregoeiro em envelopes distintos e devidamente lacrados, os documentos exigidos para a proposta e habilitação.

4.3. É facultado aos interessados o envio dos envelopes de documentação e proposta através de serviço postal, desde que os mesmos sejam recebidos até o horário do início da sessão, sendo necessária a apresentação da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, juntamente com os envelopes mencionados.

Ressalte-se que tal declaração deve estar separada dos envelopes supramencionados, devendo tanto os envelopes, quanto a respectiva declaração, estarem plenamente identificados.

4.4. Não poderão participar do pregão:

4.4.1. Empresas em recuperação judicial ou que hajam tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.4.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, pelo órgão que o praticou, bem como as que tenham sido punidas com suspensão temporária de participação.

4.5. Declarada a abertura da Sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1. Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, será aberta a sessão, abrindo à fase para credenciamento dos eventuais participantes do Pregão, consoante previsão estabelecida no subitem 5.2 deste edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

5.2. O licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos para o credenciamento:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Sociedades Comerciais em Geral: contrato social em vigor e última alteração, se houver, devidamente registradas na Junta Comercial do Estado; ou Sociedades Anônimas: ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;

c) Instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do Pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

5.3. Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por licitante interessada, para cada item.

5.4. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, por item, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

5.5. A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, bem como possa manifestar interesse recursal, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita.

5.6. Aplica-se igualmente o disposto no item 5.5 às licitantes que não se fizerem representar na sessão pública.

5.7. Os documentos mencionados poderão ser apresentados em cópias simples acompanhados dos originais para autenticação pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio, ou ainda cópias autenticadas em cartório competente.

5.8. Não serão aceitas cópias ilegíveis.

5.9. Desenvolvido o Credenciamento das proponentes que comparecerem, o Pregoeiro declarará encerrada esta etapa/fase, iniciando-se o procedimento seguinte consistente no recebimento/conferência da declaração exigida neste edital.

6 – DO RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇO (1) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (2)

6.1. A etapa/fase para recebimento da declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação e dos envelopes proposta de preço (1) e documentos de habilitação (2) será levada a efeito tão logo se encerre a fase de credenciamento.

6.1.1. A declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação não deve integrar os envelopes proposta de preço (1) e documentos de habilitação (2), constituindo-se em documento a ser fornecido separadamente. Fica facultada a utilização do modelo constante do Anexo IV.

6.2. Exclusivamente nesta oportunidade, a proponente que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar comprovação de estar devidamente registrada no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, bem como declaração de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

6.2.1. A comprovação acima poderá ser feita de duas formas:

- a) Declaração de enquadramento ou reenquadramento, mediante certidão expedida pela Junta Comercial, conforme Art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro de Comércio; ou
- b) Comprovação de ser optante pelo SIMPLES Nacional (pode ser feita pela internet).
- 6.3. Iniciada esta etapa/fase, o pregoeiro receberá e examinará a declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação.
- 6.3.1. A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente neste pregão, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos envelopes proposta de preço (1) e documentos de habilitação (2). No entanto, é permitido o preenchimento na própria sessão.
- 6.4. Os envelopes, respectivamente proposta e documentos de habilitação, deverão ser apresentados, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 01

ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PR Nº 06/2016
DATA ABERTURA: 27/12/2016 ÀS 9:00 HORAS
LICITANTE: (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
Nº DO CNPJ

Envelope nº 02

ENVELOPE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PR Nº 06/2016
DATA ABERTURA: 27/12/2016 ÀS 9:00 HORAS
LICITANTE: (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
Nº DO CNPJ

7 – DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 1

7.1. A proposta de preços contida no Envelope nº 1 deverá, facultativamente, ser apresentada em papel timbrado, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, sendo todas as suas folhas identificadas com razão social completa e CNPJ da licitante, devendo a última ser datada e assinada pelo representante da empresa devidamente identificado. E, preferencialmente, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas e contendo endereço, telefone, fax e e-mail da licitante.

7.1.1. Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

7.1.2. Na hipótese prevista no subitem 7.1.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

7.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2. A proposta, preferencialmente, apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo II deste Edital deverá conter:

a) identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I do presente Edital, informando as características, modelo, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas.

b) o preço unitário e total, expresso em reais, com no máximo 04 (quatro) algarismos decimais.

c) o prazo de entrega do (s) produto (s) cotado (s) deverá ser cotado em dias; não devendo ultrapassar à 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de emissão da ORDEM DE COMPRAS.

d) o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão.

e) dados do responsável pela assinatura do termo contratual, contendo no mínimo as seguintes informações: nome completo, nº do RG e CPF, endereço para correspondência/contato.

7.3. Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

7.4. Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros pertinentes ao fornecimento do(s) objeto(s), bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s).

7.5. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

7.6. A simples participação neste certame implica em:

7.6.1. Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão.

7.6.2. Que no preço final dos produtos propostos estão inclusos todos os impostos, taxas e fretes e que também estão deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

8 – CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos de habilitação pertinentes ao ramo do objeto do pregão são os seguintes:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Documento declarando que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo do ANEXO III.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

I – Prova de regularidade para com:

- a) Certidão Negativa de Débito Relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições previdenciárias.
- b) Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Certidão Negativa Fazenda Estadual;
- d) Certidão Negativa Fazenda Municipal;
- e) Certidão de regularidade trabalhista, nos termos da Lei 12.440 de 07/07/2011.

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

I – Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica.

8.1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As empresas participantes deverão apresentar o certificado de qualidade técnica do combustível, por laboratório do fabricante.

Obs.:

a) a documentação solicitada no inciso I dos subitens 8.1.2. e 8.1.3. poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral, nos termos dos artigos 34 a 37 da Lei 8.666/93, devidamente expedido pelo SAMAE – Nova Trento, desde que a documentação apresentada para cadastro esteja dentro da validade na data da sessão pública deste pregão.

8.2. Os documentos de habilitação, em uma via, preferencialmente, numerados em sequência e rubricados em todas as suas páginas por representante legal da licitante ou preposto, deverão ser apresentados:

- a) em original; ou
- b) cópia autenticada por cartório; ou
- c) cópia autenticada por servidor autorizado do SAMAE, mediante a exibição dos originais antes da entrega dos envelopes; ou
- d) cópia autenticada pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, na abertura do envelope nº 2 – documentos de habilitação, mediante a exibição dos originais.

8.2.1. Somente serão aceitos documentos originais ou cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro;

8.2.2. Somente será(ão) autenticado(s) documento(s) através da apresentação de seu(s) original(is).

8.2.3. Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, condicionado a que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo pregoeiro, na fase de habilitação.

8.3. Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes. Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 6 (seis) meses, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia previsto no art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

8.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9 – DOS ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexo, observado, para tanto o prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para recebimento das propostas.

9.2. As medidas referidas no subitem 9.1 poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado a autoridade subscritora do edital, devidamente protocolado na Rua Dos Imigrantes, nº 356, Setor Administrativo, durante o expediente normal do órgão licitante, das 7:00 às 13:00 horas. Também será aceito pedido de esclarecimentos através do telefone nº (48) 32670380 ou de impugnação encaminhado por e-mail samae@novatrento.sc.gov.br cujos documentos originais deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem 9.1.

9.3. A decisão sobre o pedido de esclarecimentos ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do pregão no prazo de 01 (um) dia útil, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do pregão.

9.4. O acolhimento do pedido de esclarecimento ou de impugnação, exige, desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório do pregão, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), divulgação da mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

10 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA

10.1. Compete ao pregoeiro proceder à abertura dos envelopes proposta, conservando intactos os envelopes documentos de habilitação e sob a guarda do órgão licitante.

11- DO EXAME E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS E ABERTURA DOS ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. No julgamento das propostas, será adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes neste pregão.

11.2. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, sendo desclassificadas pelo pregoeiro as que estiverem em desacordo.

11.2.1. No caso de divergência(s) entre o(s) valor(es) unitário e total, ou entre o(s) valor(es) por extenso e em algarismos, informado(s) pelo licitante, prevalecerá(ão) sempre o(s) primeiro(s).

11.2.2. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio e as licitantes presentes.

11.3. Participarão dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% (dez por cento) superiores, relativamente, a de menor preço.

11.3.1. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

- 11.4. Os lances verbais e sucessivos pelo menor preço serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.
- 11.5. Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 11.6. Os lances, em valores distintos e decrescentes serão efetuado no momento em que for conferida a palavra ao interessado ou representante da licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida disputa para toda a ordem de classificação estabelecida pelo pregoeiro.
- 11.7. É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.
- 11.8. Os lances observarão o decréscimo mínimo de R\$ 0,0001 do último valor ofertado.
- 11.9. Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital.
- 11.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de competição para o item e na consideração do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 11.11. Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor máximo estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.
- 11.12. Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta escrita de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada de empate.
- 11.13. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 11.14. Em caso de a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame será adjudicado o objeto a seu favor. (Artigo 45, I).
- 11.15. Em não ocorrendo à contratação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na Lei Complementar 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (Artigo 45, II).
- 11.16. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. (Artigo 45, III).
- 11.17. Na hipótese da não-contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (Artigo 45, parágrafo 2º).
- 11.18. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.
- 11.19. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, em ordem crescente, as ofertas de preços propostos, o pregoeiro verificará, a aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do Órgão licitante, decidindo a respeito.
- 11.20. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.
- 11.21. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, por ordem de classificação, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda as condições do Edital, que será declarada vencedora da licitação.
- 11.22. O pregoeiro pode solicitar a demonstração de exequibilidade dos preços propostos após o termino da fase competitiva e, ao mesmo tempo, o proponente de menor preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilha e demonstrativos) em que incorrerá para atendimento do objeto do Pregão, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou lance verbal de menor preço que apresentar.
- 11.23. O pregoeiro decidirá motivadamente pela negociação com o proponente de proposta de menor valor, para que seja obtido preço melhor.
- 11.24. Serão desclassificadas:
- a) as propostas que não atenderem às exigências relativas ao objeto desta licitação;
 - b) as propostas que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item/lote licitado;
 - c) as que conflitam com a legislação em vigor;
 - d) as que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item proposta de preços deste Edital;
 - e) as propostas que apresentarem valor superior ao orçado pelo SAMAE.
- 11.25. Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no Edital.
- 11.26. Encerrada a fase competitiva do Pregão não será admitida a desistência da proposta, ressalvado o previsto no § 6º do artigo 43 da Lei 8666/93, ficando o sujeito a advertência e multa de 10% sobre o valor da sua proposta, sem prejuízo de suportar eventuais perdas e danos a a serem apurados na forma legal.
- 11.27. Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, imediatamente será aberto pelo Pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s).
- 11.28. Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.
- 11.29. Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
- 11.30. Aberto o invólucro "DOCUMENTAÇÃO", em havendo restrição a regularidade fiscal no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte será esta declarada vencedora, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro, a contar da convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente.
- 11.31. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 11.29, implicará decadência do direito a contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar nos termos do disposto artigo 4º, inciso XXIII, da Lei 10520, de 17 de julho de 2002.
- 11.32. O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

12.1. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e as licitantes com intenção de recorrer, sendo os motivos registrados em ata.

12.1.1. A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo pregoeiro e por todos os prepostos das licitantes presentes, através dos interessados ou representantes devidamente credenciados.

12.2. Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

12.2.1. Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

12.2.2. Será lavrada ata a ser assinada por todos os presentes relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento.

12.3. O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

13.2. As razões e contrarrazões dos recursos serão dirigidas ao pregoeiro do Samae, que poderá acolher o recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, onde fará a apreciação e decisão do mesmo, e no prazo, encaminhado para adjudicar o objeto licitado a licitante vencedora.

13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados junto ao Setor de Compras sito na Sede Administrativa do SAMA E.

14 – DA ADJUDICAÇÃO

14.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao pregoeiro adjudicar o objeto do certame à proponente vencedora.

14.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à proponente vencedora.

15 – DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Compete à autoridade competente homologar o pregão.

15.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar e retirar o respectivo termo contratual.

16 – DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento/Empenho, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

16.2. Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento/Empenho:

16.2.1. Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), receberá por e-mail ou correio a Autorização de Fornecimento ou Empenho, sendo o Contrato enviado por correio, que após assinado deverá ser devolvido ao SAMA E.

16.2.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato e/ou a retirar a Autorização de Fornecimento, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

16.2.3. Se a licitante vencedora se recusar a assinar o Contrato e apresentar justificativa por escrito não aceita pela Contratante ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito de vencedora, sujeitar-se-á às penalidades previstas neste Edital.

16.3. A rescisão do Contrato de fornecimento poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666/93.

16.4. Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

16.5. A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

17 – DA ENTREGA / RECEBIMENTO DO ITEM OBJETO DO PREGÃO

17.1. O item objeto deste pregão será entregue em perfeita condição de uso, nos exatos termos do contrato, sem qualquer despesa adicional.

17.1.1. O objeto desta licitação será fornecido de acordo com a necessidade de consumo do SAMA E, até a data limite de 31/12/2017.

17.2 - O prazo para entrega dos objetos é imediato, mediante apresentação da respectiva Autorização de Fornecimento.

17.2.1. Os objetos deverão ser acompanhados obrigatoriamente de nota fiscal eletrônica, que ao ser emitida deverá ser enviada para o seguinte e-mail: samae@novatrento.sc.gov.br o não recebimento do arquivo eletrônico importará na recusa do objeto quando da sua entrega.

17.3. Os itens, objeto deste pregão, serão recebidos provisoriamente no âmbito estabelecido neste edital e anexos, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo, observado o prazo de até 15 (quinze) dias corridos da entrega.

17.4. Em caso de não aceitação do item objeto deste pregão, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-lo e a substituí-lo no prazo de 05 (cinco)

dias, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE; sob pena de incidência nas sanções previstas neste edital.

17.5. Em caso de diferença de quantidade, fica a CONTRATADA, obrigada a providenciar sua complementação no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE; sob pena de incidência nas sanções previstas neste edital.

18 – DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) neste Pregão, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

18.2 - O pagamento será:

18.2.1 - Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SAMAE de Nova Trento – SC.

18.2.2 - Realizado através SAMAE – Nova Trento, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de entrega e aceite.

18.2.3 – no caso de gasolina e lavação, o pagamento será realizado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a entrega do objeto/serviço, mediante apresentação das respectivas autorizações de fornecimento e cupom fiscal, devidamente assinados por servidores do SAMAE.

18.3 - O SAMAE, exigirá, no ato do pagamento, do(s) proponente(s) vencedor(es), que mantenha(m) atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

18.4 - O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

18.5 - Ficamos expressamente estabelecidos que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do Material no SAMAE, sito Rua Dos Imigrantes, nº 356 Centro Nova Trento – SC, constituindo-se na única remuneração devida.

18.6 - Os preços contratados não sofrerão reajuste durante a vigência do contrato, salvo em decorrência de aumento expressamente autorizado pelo Governo Federal, hipótese em que a Contratada deverá apresentar cópia de Nota Fiscal de compra de combustíveis junto à distribuidora, emitida em até 30 (trinta) dias antes da abertura do certame, e de cópia de Nota Fiscal de compra de combustíveis da distribuidora comprovante o reajuste solicitado, sendo que o reajuste a ser concedido será no mesmo percentual.

18.7 - Em caso de eventual atraso no pagamento da parcela mensal, o SAMAE procederá à atualização do valor mediante correção monetária do período medida pelo índice INPC/IBGE.

18.8. - Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

18.9. - De conformidade com as legislações tributárias e previdenciárias vigentes, a Administração fica obrigada a fazer as retenções legais sobre valor do faturado.

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A licitante que dentro do prazo de validade de sua proposta negar-se a assinar o termo de contrato, deixar de retirar a nota de empenho, ou deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

19.2. Pela inexecução parcial ou total do contrato, a licitante vencedora ficará sujeita a uma ou mais das sanções administrativas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, a ser(em) aplicada(s) pela autoridade competente do SAMAE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados a Administração, e das cabíveis cominações legais.

19.3. A aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 é de competência exclusiva do Diretor Presidente do SAMAE.

19.4. Caso a licitante vencedora não execute os serviços ou entrega de materiais nas condições e prazo avençados, estará sujeita a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 30 dias. Após o 30º dia de atraso, os materiais/serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste ato convocatório.

19.5. Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa de 20% (vinte por cento), por inexecução do contrato, reconhecendo a contratada, desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

19.6. No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou da fatura, ou ainda cobrada judicialmente consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

19.7. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas no item 1 deste capítulo e nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei 8.666/93 bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no mural oficial do SAMAE.

19.8. Em qualquer das hipóteses de aplicação de sanções previstas neste capítulo, e assegurada defesa previa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação a licitante vencedora ou contratada, salvo no caso de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

19.9. Os recursos quando da aplicação das penalidades previstas no item 1 deste capítulo e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, poderão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

19.10. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.(Conforme inciso III do art. 109 da Lei de Licitações).

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. As normas disciplinadoras deste pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança da Ata e dos futuros contratos delas decorrentes.

20.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

20.3. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, salvo disposição em contrário oriunda de Lei Federal ou Medida Provisória.

20.4. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou

complementar a instrução do processo.

20.5. A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

20.6. Cópias deste Edital e seus Anexos, serão prestadas pelo Setor de Licitação e Compras do SAMAE sito a Rua Dos Imigrantes nº 356, Centro - CEP: 88270-000- Nova Trento./SC de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone/ nº (48) 3267 0380

20.7. O SAMAE não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente.

20.8. Os casos omissos neste edital de pregão serão solucionados pelo pregoeiro, com base na legislação federal e princípios gerais de direito.

20.9. Fica eleito o foro da Comarca de São João Batista-SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste Edital.

Nova Trento, 14 de Dezembro de 2016.

Carlos Tarcísio Battisti Maria de Lourdes Rover

Diretor Samae Pregoeira PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

Capítulo 1 ANEXO I

QUADRO DE QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E VALOR DE MÁXIMO DE REFERÊNCIA

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Cotação Máxima Unitária	Cotação Máxima Total
1	GASOLINA COMUM	LITRO	15.000	3,79	56.985,00
2	OLEO DIESELS10	LITRO	15.000	3,27	49.050,00
3	OLEO 4 TEMPOS SF 20W50	LITRO	60	24,45	1.467,00
4	OLEO SAE 20W40	LITRO	54	27,45	1.482,30
5	OLEO SAE 20W50	LITRO	60	23,00	1.380,00
6	OLEO 15W40 SEMI SINTÉTICO	LITRO	30	30,95	928,50
7	ÓLEO 15W40 LUBRIFICANTE RETROESCAVADEIRA	LITRO	40	24,50	980,00

Item: - Serviço de lavagem dos veículos do samae

Sub-item	Produto	Unidade	Quantidade	Cotação Máxima Unitária	Cotação Máxima Total
8	SERVIÇO DE LAVAÇÃO, PULVERIZAÇÃO E ENGRAXAMENTO DE RETRO ESCAFADEIRAS	UN	25	212,50	5.312,50
9	SERVIÇO DE LAVAÇÃO, COMPLETA DE VEÍCULO	UN	40	75,00	3.000,00
10	SERVIÇO DE LAVAÇÃO DUCHA	UN	50	42,50	2.125,00
11	SERVIÇO DE LAVAÇÃO, DUCHA KOMBI	UN	30	57,50	1.725,00
12	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO	UN	40	30,00	1.200,00
				Soma: 125.635,30	

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

AO

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Capítulo 2 Item	Quantidade	Capítulo 3 Unidade	Especificação (Modelo, Fabricante, Etc)	Marca	Preço Em R\$	
					Unitário	Total

Preço total em R\$ por extenso:

Capítulo 4 Validade da Proposta:

Prazo de Entrega:

Local de Entrega:

Garantia:

Capítulo 5 DADOS DA LICITANTE

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Fone: ()



Fax: ()
Banco _____ Agência _____ Numero Conta _____ (para ser efetuado o pagamento)

Responsável pela assinatura contrato:

Cargo:

CPF:

Fone: ()

Fax: ()

Local e data: Assinatura/Carimbo

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ n, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) portador(a) da Carteira de Identidade n e do CPF n
....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

DECLARAMOS para efeitos do atendimento do subitem 6.1.1, do Edital de Pregão nº 04/2016 o pelo SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Local e Data

Nome, Cargo e Assinatura

Razão Social da Empresa

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

ANEXO V

Capítulo 6 MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato que entre si celebram a Serviço, inscrito no CNPJ nº, ora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa inscrita no CNPJ nº doravante denominada CONTRATADA, para aquisição, na forma de Pregão nº 04/2016.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE NOVA TRENTO - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Dos Imigrantes nº 356, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o Nº 95.785.267/0001-48 neste ato representado pelo Sr., brasileiro, casado, servidor público, Portador do CPF, RG, residente e domiciliado na, doravante denominado Contratante

e de outro lado a empresa -----, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º -----, com estabelecimento na Rua -----, Bairro -----, na cidade de ----- / -----, doravante denominada Contratada, representada neste ato por -----, brasileiro, portador da Carteira de Identidade sob o RG nº -----, expedida pela SSP/-----, e do CPF n.º -----, residente e domiciliado na Rua -----, Nº -----, Bairro -----, na Cidade de ----- / -----, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de homologação do processo de Pregão Presencial nº 06/2016, Processo nº 09/2016, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato

1.1 - Este contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de -----.

Item	Descrição	Vlr unitário	total

1.2 - Os combustíveis objetos deste contrato deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor

1.3 – O presente contrato fica subordinado às demais condições estabelecidas no Pregão Presencial Nº 06/2016 na proposta da CONTRATADA, que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento, bem como às normas estabelecidas na Lei. Nº. 8.666/93 e a Legislação aplicável à execução dos contratos administrativos.

CLÁUSULA SEGUNDA - Regime de Execução

A execução do presente Contrato será pelo regime de fornecimento de menor preço por item.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ XXXXXX (XXXXXX reais), irrevogável, sendo o valor unitário descrito na tabela da cláusula Primeira.

3.2 - O objeto deste contrato terá seus preços reajustados, para cima ou para baixo, sempre que houver alteração nos preços dos combustíveis, em decorrência de aumento expressamente autorizado pelo Governo Federal, hipótese em que será aplicada ao saldo remanescente do contrato, o respectivo índice de majoração.

3.2.1 - Os reajustes solicitados pela CONTRATADA não poderão representar percentual abusivo de aumento, comparado às variações de preços autorizadas para as refinarias, demais produtores e importadores, nem resultar em preços acima dos praticados no mercado para os mesmos produtos, sob pena de rescisão ou modificação contratual unilateral, nos termos dos artigos 58, 65 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

3.2.2 – A CONTRATANTE, sempre que julgar necessário, poderá, a fim de averiguar a razoabilidade da majoração de preços promovida pela CONTRATADA, exigir a apresentação das Portarias Interministeriais dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, ou de outro órgão que legalmente venha a assumir essas atribuições, evidenciando as variações de preços ocorridas para as refinarias, demais produtores e importadores, assim como poderá exigir cópias das planilhas de custos apresentadas pela CONTRATADA ao órgão competente, elaboradas com o propósito de parametrizar o preço de venda dos produtos.

3.2.3 – Tanto os preços iniciais dos materiais e serviços, conforme proposto na licitação, bem como os preços eventualmente reajustados no decorrer do contrato, não poderão ter valor superior ao preço praticado pelo próprio posto na bomba para o público em geral.

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento

4.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa, observado o que consta no referido instrumento convocatório e neste contrato.

4.2 - O pagamento será:

Realizado através SAMAE – Nova Trento, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de entrega e aceite.

4.2.1 - Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SAMAE de Nova Trento – SC.

4.2.3 – No caso de gasolina e lavagem, o pagamento será realizado mensalmente, mediante apresentação das respectivas autorizações de fornecimento e cupom fiscal, devidamente assinados por servidores do SAMAE, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de entrega e aceite.

4.3 - O SAMAE, exigirá, no ato do pagamento, do(s) proponente(s) vencedor(es), que mantenha(m) atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

4.4 - O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

4.5 - Ficamos expressamente estabelecidos que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos pelo SAMAE

4.6 - Os preços contratados não sofrerão reajuste durante a vigência do contrato, salvo em decorrência de aumento expressamente autorizado pelo Governo Federal, hipótese em que a Contratada deverá apresentar cópia de Nota Fiscal de compra de combustíveis junto à distribuidora, emitida em até 30 (trinta) dias antes da abertura do certame, e de cópia de Nota Fiscal de compra de combustíveis da distribuidora comprovante o reajuste solicitado, sendo que o reajuste a ser concedido será no mesmo percentual.

4.7 - Em caso de eventual atraso no pagamento da parcela mensal, o SAMAE procederá à atualização do valor mediante correção monetária do período medida pelo índice INPC/IBGE.

4.8. - Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.9. - De conformidade com as legislações tributárias e previdenciárias vigentes, a Administração fica obrigada a fazer as retenções legais sobre valor do faturado.

4.10 - É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que venham a serem verificadas na proposta.

CLÁUSULA QUINTA – Prazos

5.1 – O item objeto deste contrato será entregue em perfeita condição de uso, nos exatos termos do contrato, sem qualquer despesa adicional.

5.1.1 – O Objeto deste contrato será fornecido de acordo com a necessidade de consumo do SAMAE, até a data limite de 31/12/2017.

5.2 - O prazo para entrega dos objetos é imediato, mediante apresentação da respectiva Autorização de Fornecimento.

5.2.1 - O prazo para entrega dos objetos é imediato, mediante apresentação da respectiva Autorização de Fornecimento.

5.3 – O Objeto deste contrato serão recebidos provisoriamente no âmbito estabelecido neste edital e anexos, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo, observado o prazo de até 15 (quinze) dias corridos da entrega.

5.4 – Em caso de não aceitação do item objeto deste contrato, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-lo e a substituí-lo no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, ou imediatamente; sob pena de incidência nas sanções previstas neste contrato.

5.5 – Em caso de diferença de quantidade, fica a CONTRATADA, obrigada a providenciar sua complementação no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, ou imediatamente; sob pena de incidência nas sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento do exercício de 2017 cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos

3.3.90.39.99.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SÉTIMA – Obrigações da contratante

7.1 -A CONTRATANTE obriga-se a:

a) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA, quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

b) Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor competente;

c) Fornecer à CONTRATADA a “Requisição de Abastecimento” de combustíveis, devidamente preenchida, datada e assinada.

d) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;

e) Efetuar o pagamento à empresa a ser contratada de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas no presente contrato;

f) Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de preposto por ela credenciada;

g) Cumprir fielmente o Contrato;

h) Requisitar, a seu critério, análise dos produtos objetos do contrato, nos termos do artigo 8º da Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007;

i) Constatada qualquer infração às normas relativas à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, a CONTRATANTE deverá dirigir representação à ANP, para efeito do exercício do seu poder de polícia (Art. 14 da Lei nº 9.847/99).

7.2 - A CONTRATANTE designa o Sr., como gestor do presente contrato, o qual será o responsável perante a CONTRATADA para notificá-la da aceitação ou recusa dos materiais, através de laudo, autorizando o pagamento ou encaminhando ao setor jurídico para a aplicação das penalidades previstas na Clausulas Nona e Décima.

CLÁUSULA OITAVA - Responsabilidades da CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

a) Manter posto de abastecimento com todos os equipamentos e utensílios necessários à execução deste contrato, em perfeitas condições de uso e de acordo com as normas vigentes;

b) Fornecer os combustíveis objetos deste contrato de acordo com as especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor.

c) Manter, nas dependências do Posto Revendedor, o Boletim de Conformidade, expedido pelo Distribuidor do qual adquiriu o combustível, referente ao recebimento dos últimos 6 (seis) meses (Art. 4º da Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007).

d) Realizar análise dos combustíveis objetos deste contrato sempre que solicitada pela CONTRATANTE. Para isso, a CONTRATADA deverá manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises (Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007, artigo 8º). d.1) Os procedimentos detalhados para a realização dos testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP; podendo ser consultado, acaso existente e atualizado, o Anexo da Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis publicada por tal agência.

e) Atender prontamente às requisições de abastecimento, sempre que solicitada pela CONTRATANTE;

f) Responsabilizar-se integralmente por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, decorrentes do objeto do presente contrato;

g) Indicar preposto, informando e mantendo atualizados seu telefone fixo, celular e e-mail de contato;

h) Providenciar, através de seu preposto, a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, prestando os devidos esclarecimentos ao setor de fiscalização da CONTRATANTE;

i) Fornecer à CONTRATANTE, juntamente com a nota fiscal/fatura mensal, cópia das “Requisições de Abastecimento” relativas ao mês de Competência bem como os comprovantes de abastecimento (cupons);

j) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente;

k) Responsabilizar-se pelos danos materiais ou pessoais causados à CONTRATANTE, quando decorrentes de dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços de mercado, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Instituição reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito;

- l) Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, o produto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua aplicação nos veículos que o utilizar; m) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na aquisição do objeto desta dispensa de licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- n) Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões;
- o) Responder por todo ônus, relativo a salários e encargos sociais e legais, impostos e seguros, referente aos seus empregados;
- p) Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste Contrato, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- q) Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste Contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou conveniados;
- r) Adotar todos os critérios de segurança, tanto para seus empregados, quanto para a execução dos serviços em si;
- s) Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependência da CONTRATANTE;
- t) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- u) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas através da presente contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- v) Não contratar durante a prestação dos serviços servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE;
- x) Zelar pela boa e fiel execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

- 9.1. A licitante que dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de retirar a nota de empenho, ou deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.
- 9.2. Pela inexecução parcial ou total do contrato, a licitante vencedora ficará sujeita a uma ou mais das sanções administrativas previstas no art. 7º da Lei n.º 10.520/02, a ser(e)m aplicada(s) pela autoridade competente do SAMAE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados a Administração, e das cabíveis cominações legais.
- 9.3. A aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 é de competência exclusiva do Diretor Presidente do SAMAE.
- 9.4. Caso a licitante vencedora não execute os serviços ou entrega de materiais nas condições e prazo avençados, estará sujeita a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 30 dias. Após o 30º dia de atraso, os materiais/serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste ato convocatório.
- 9.5. Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa de 20% (vinte por cento), por inexecução do contrato, reconhecendo a contratada, desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 9.6. No caso de não recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou da fatura, ou ainda cobrada judicialmente consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.
- 9.7. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas no item 1 deste capítulo e nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei 8.666/93 bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no mural oficial do SAMAE.
- 9.8. Em qualquer das hipóteses de aplicação de sanções previstas neste capítulo, e assegurada defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação a licitante vencedora ou contratada, salvo no caso de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- 9.9. Os recursos quando da aplicação das penalidades previstas no item 1 deste capítulo e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, poderão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
- 9.10. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato. (conforme inciso III do art. 109 da Lei de Licitações).

CLÁUSULA DÉCIMA – Rescisão

10.1 A rescisão do presente poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.
- b) a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula nona.
- c) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- d) constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.
- e) em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- f) a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.

10.2. Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em:

- a) aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o SAMAE pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do SAMAE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurado a defesa

ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Foro

11.1. Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista -SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

11.2. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas para um só efeito.

Nova Trento, SC, ... de de 2017.

Contratante	(Contratada)
Diretor Presidente do SAMAE	(nome do representante/ cargo)

TESTEMUNHAS:

1 _____
CPF

2 _____
CPF

TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO: Nº 000033/2016 JOSE CARLOS BERNARDES ME

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356

C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO E TERMOS ADITIVOS

Contrato: JOSÉ CARLOS BERNARDES ME

CNPJ: 06.072.790/0001-05

Modalidade Convite p/ Compras e Serviços

Numero da Licitação 6/2015 Processo 9/2015

Número do Contrato: Nº 000033/2016

Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA CALCETEIRO PARA REPOSIÇÃO DE PARALELEPIPEDOS OU LAJOTAS DE CONCRETO NAS RUAS COM PAVIMENTOS ONDE O SAMAE EXECUTOU REPAROS OU SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO , DURANTE EXERCÍCIO DE 2016.

Data da Assinatura: 01/01/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/12/2016

Vigência: 01/12/2016 a 31/12/2016

Dotação Orçamentária 13.01 17.512.0004 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00

Numero do Empenho: 331/2016

Valor: 2.653,35 (Dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos)

Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI

DIRETOR DO SAMAE

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 006/16 - PR FMS Nº 005/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 006/2016

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 005/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 003/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 14/12/2016

CONTRATADO: I. BENATO DOS SANTOS LABORATORIO DE PROTESE DENTAR

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO E RESTAURAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, PARA ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES INCLUIDAS NO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL, DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.613,05 (Nove mil seiscentos e treze reais e cinco centavos).

DATA: 14/12/2016 – DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saude E Promoção Social/Gestor Fms.

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº009/2016, mediante o qual fica CONVOCADO (a), para nomeação, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo nº 009/2016, para comparecer no Dia- 15/12/2016 as 13:30 horas na Secretaria de Educação, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº009/2016 (disponível no site eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 009/2016, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
Caciana Espindola da Silva	Professor para atuar no Plantão Creche.	40 horas

Orleans, 14 de dezembro de 2016.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº009/2016, mediante o qual fica CONVOCADO (a), para nomeação, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo nº 009/2016, para comparecer no Dia- 16/12/2016 as 13:30 horas na Secretaria de Educação, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº009/2016 (disponível no site eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 009/2016, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
Taise Monteiro	Professor para atuar no Plantão Creche.	40 horas

Orleans, 14 de dezembro de 2016.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 393

DECRETO Nº 393, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 2.438, de 29 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 269.000,00 (duzentos e sessenta e nove mil reais), no orçamento vigente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, nas seguintes programações orçamentárias:

13. SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

1301. SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

17.512.0165.2092. Manutenção e Operação Técnica do Sistema de Água e Esgoto

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	75.000,00
3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	75.000,00

17.512.0165.1092. Aquisição e Substituição de Painéis de Comando

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	55.000,00
---	-----	-----------

17.512.0165.1094. Aquisição de Veículos

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	60.000,00
---	-----	-----------

28.122.0165.2094. Contribuição ao Pasep

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
TOTAL	R\$	269.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 269.000,00 (duzentos e sessenta e nove mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 1º de novembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 396

DECRETO Nº 396, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 2.438, de 29 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), no orçamento vigente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, na seguinte programação orçamentária:

13. SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

1301. SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

17.512.0165.1095. Aquisição de Equipamentos

4.4.90.00.00.0.3.000000. Aplicações Diretas	R\$	22.000,00
---	-----	-----------

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 18 de novembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 399

DECRETO Nº 399, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de dezembro de 2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de outubro de 2016, de 0,16% (dezesesseis centésimos por cento),

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 3,3647 (três inteiros e três mil, seiscentos e quarenta e sete dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de dezembro de 2016.

Ouro-SC, 25 de novembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 401

DECRETO Nº 401, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre horário especial de atendimento do comércio, durante as festividades natalinas do município de Ouro/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O horário de atendimento do comércio para o dia 11.12.2016 (Domingo) durante as festividades natalinas de 2016 será das 18 às 22hs no período noturno.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
30 de novembro de 2015.

Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 402

DECRETO Nº 402, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeia os Membros do Conselho Escolar do Centro de Educação Infantil Raio do Sol.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Escolar do Centro de Educação Infantil Raio do Sol:

PRESIDENTE:

Membro Titular: Regina Mazera Jung
Membro Suplente: Scheila Bazzo
Secretário Titular Corpo Docente: Daniel do Amaral
Secretária Suplente Corpo Docente: Edineia Reck

I - Representantes da Equipe de Profissionais:

Membro Titular: Mavis Terezinha Rech Borssoi
Membro Suplente: Cladir de Picoli

II - Representantes do Corpo Discente:

Membro Titular: Carina Dambrós
Membro Suplente: Camila Bulgarelli de Moraes

III – Representante de Pais e Comunidade:

Membro Titular: Ana Claudia Facin
Membro Suplente: Ilizete Piazza

Art. 2º A posse dos membros do Conselho deverá ocorrer em 20 (vinte) dias, a contar da publicação deste Decreto, sendo o mandado de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandado de igual período.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
12 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 403

DECRETO Nº 403, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Aprova desmembramento de área urbana e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área urbana, com área de 490,69 m² (quatrocentos e noventa vírgula sessenta e nove metros quadrados), no imóvel registrado sob a matrícula nº 26.055, do Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal - SC, situado na Rua Arabutã, s/nº, Bairro Parque e Jardim Ouro, neste Município, com as confrontações conforme previsto no levantamento topográfico planialtimétrico georeferenciado apresentado em anexo e que deste fica fazendo parte integrante, requerido pelos proprietários Senhor Irineu Caetano Lovatel e sua esposa Senhora Alair Zambão Lovatel, inscritos, respectivamente, nos CPFs n. 769.792.029-87 e 017.725.829-21.

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL: 1.060,57m²

Área desmembrada: 490,69m²

Área remanescente (Matrícula nº 26.055): 569,88m²

Art. 2º Dentro de 180 (cento e oitenta) dias, os proprietários, a contar desta data, pela via legal, deverão submeter o processo de desmembramento ao Registro Imobiliário, consoante a legislação em vigor, ou seja, a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Art. 3º Toda e qualquer pendência de infra-estrutura e demais custos, na forma da Lei, serão de inteira responsabilidade dos proprietários.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro - SC, 13 de dezembro de 2016.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 404

DECRETO Nº 404, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Aprova desmembramento de área urbana e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área urbana, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com o imóvel registrado sob a matrícula nº 21.628, do Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal - SC, situado na Rua Senador Pinheiro Machado, s/nº, Bairro Centro, neste Município, com as confrontações conforme previsto no levantamento topográfico planialtimétrico georeferenciado apresentado em anexo e que deste fica fazendo parte integrante, requerido pela proprietária Marce-naria e Carpintaria São José Ltda. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 83.268.326/0001-21.

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL: 764,02m²Área desmembrada: 360,00m²Área remanescente (Matrícula nº 21.628): 404,02m²

Art. 2º Dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a proprietária, a contar desta data, pela via legal, deverá submeter o processo de desmembramento ao Registro Imobiliário, consoante a legislação em vigor, ou seja, a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Art. 3º Toda e qualquer pendência de infra-estrutura e demais custos, na forma da Lei, serão de inteira responsabilidade da proprietária.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro - SC, 13 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 405

DECRETO Nº 323, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2015.

Estabelece horário de expediente no Serviço Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de alteração do sistema/plataforma de informática de Desktop para Web;

Considerando a necessidade de atualização dos dados nessa nova plataforma;

Considerando a necessidade de preparação para o fechamento do exercício fiscal corrente;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido os horários de expediente no Serviço Público Municipal nos artigos a seguir.

Art. 2º A Secretaria de Administração e Fazenda realizará horário

especial de atendimento.

No período compreendido entre os dias 30 de novembro a 31 de dezembro de 2015, o atendimento externo será das 08hs às 12hs e o atendimento interno das 13hs30min às 17hs e 30min.

Art. 3º A Secretaria de Assistência Social atenderá em turno único, no período compreendido entre os dias 30 de novembro a 31 de dezembro de 2015 o atendimento ao público será das 07hs às 13hs.

Art. 4º A Secretaria de Educação Cultura e Desporto manterá o seu horário normal de atendimento até o dia 23 de dezembro, ou seja, das 07hs 30min às 11hs30 min e das 13hs às 17hs 30min. No período compreendido entre os dias 24 a 31 de dezembro, o expediente será interno.

Art. 5º No período compreendido entre os dias 21 a 31 de dezembro de 2015 haverá apenas expediente interno nas Secretarias de Administração e Fazenda e Assistência Social.

Art. 6º A Secretaria de Saúde atenderá em turno único, no período de 30 de novembro a 31 de dezembro de 2015 das 07h às 13hs na Unidade Básica de Saúde Central e das 12h às 18h nas Unidades Básicas de Saúde do Bairro Parque e Jardim Ouro e Bairro Navegantes.

Art. 7º A Secretaria de Urbanismo, no período compreendido entre os dias 09 de novembro a 31 de dezembro de 2015 fará turno único, das 07h às 13hs.

Art. 8º A Secretaria de Transportes (manutenção das estradas), manterá seu horário normal de atendimento, ou seja, das 7h30min às 11h30min e das 13hs às 17hs, até o dia 24 de dezembro de 2015.

Art. 9º A Secretaria da Agricultura (equipamentos agrícolas), fará turno único no período de 09 de novembro a 20 de novembro de 2015, das 07hs às 13hs, retornando seu horário normal de atendimento no dia 23 de novembro de 2015 até dia 31 de dezembro, ou seja, das 7h30min às 11h30min e das 13hs às 17hs.

O atendimento administrativo (bloco de notas, INCRA e atendimento veterinário) manterá seu horário normal de atendimento, ou seja, das 7h30min às 11h30min e das 13hs às 17hs.

Art.10 Fica declarado Ponto Facultativo nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015 para todas as Secretarias.

Art.11 O expediente com atendimento ao público em todos os setores da Administração Municipal, retornará seu atendimento normal em ambos os períodos, no dia 04 de janeiro de 2016.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
09 de novembro de 2015.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

LEI 2461

LEI Nº 2.461, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no valor de até R\$ 713.400,00 (setecentos e treze mil e quatrocentos reais), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**

04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
---	-----	-----------

0402. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.846.0015.0002. Manutenção dos Encargos com Inativos e Pensionistas

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	4.600,00
---	-----	----------

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**0501. SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

12.122.0004.2008. Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	16.900,00
3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	6.000,00

0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0004.1006. Aquisição de veículos para as atividades da educação

4.4.90.00.00.0.1.010000. Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
---	-----	-----------

12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.0.3.010000. Aplicações Diretas	R\$	14.500,00
---	-----	-----------

12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

3.1.90.00.00.0.1.010000. Aplicações Diretas	R\$	8.600,00
3.3.90.00.00.0.1.010000. Aplicações Diretas	R\$	40.000,00

12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.010000. Aplicações Diretas	R\$	82.400,00
---	-----	-----------

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.1.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	80.500,00
3.3.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	22.700,00
3.3.90.00.00.0.3.020000. Aplicações Diretas	R\$	1.400,00

10.304.0007.2029. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

3.1.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES**

26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	95.000,00
3.3.90.00.00.0.3.000000. Aplicações Diretas	R\$	46.700,00

26.782.0008.2033. Manutenção da garagem e oficina municipal

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
---	-----	----------

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO**0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS**

15.452.0010.2038. Manutenção dos serviços urbanos

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	57.100,00
3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	9.500,00

09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	43.000,00
3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	44.600,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**1001. SEC. MUN. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

23.691.0013.2046. Desenvolvimento econômico

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	11.600,00
---	-----	-----------

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

08.243.0014.2049. Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	19.300,00
3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	3.000,00

08.244.0014.2053. Manutenção da Assistência Social

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	34.000,00
3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
TOTAL	R\$	713.400,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar e especial, aberto nos arts. 1º e 2º, é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial de dotações, no montante de até R\$ 713.400,00 (setecentos e treze mil e quatrocentos reais), nas seguintes programações orçamentárias:

02. GABINETE DO PREFEITO**0201. GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0002.2002. Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	5.100,00
4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	7.700,00

04.122.0002.2058. Manutenção da Casa da Cidadania

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	4.600,00
---	-----	----------

04.122.0002.2059. Manutenção das atividades da Comissão Municipal de Defesa Civil

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	3.800,00
4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00

04.124.0002.2003. Manutenção de Assessoria e Controle Interno

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	18.500,00
3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	2.700,00
4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00

03. GABINETE DO VICE-PREFEITO**0301. GABINETE DO VICE-PREFEITO**

04.122.0002.2004. Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	6.200,00
3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**

04.122.0003.2006. Divulgação e publicação de atos oficiais

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
---	-----	-----------

04.122.0003.2007. Contribuições associativas

3.3.50.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	1.500,00
---	-----	----------

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.306.0004.2009. Merenda Escolar

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	46.000,00
---	-----	-----------

12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.0.1.010000. Aplicações Diretas	R\$	160.000,00
---	-----	------------

12.363.0004.2012. Apoio ao Ensino Profissionalizante

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	3.600,00
---	-----	----------

12.365.0004.1009. Reformas e melhorias dos espaços físicos dos Centros de Educação Infantil

4.4.90.00.00.0.3.010000. Aplicações Diretas	R\$	14.500,00
---	-----	-----------

12.366.0004.2015. Educação para Jovens e Adultos

3.3.90.00.00.0.1.010000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

0503. DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0005.2017. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	74.500,00
---	-----	-----------

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	11.500,00
---	-----	-----------

13.392.0005.2018. Manutenção da torre de retransmissão de TV

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
---	-----	----------

0504. DEPARTAMENTO DE DESPORTO

27.812.0006.1054. Conclusão do Ginásio de Esportes do Bairro Kleinubing

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	4.800,00
---	-----	----------

27.812.0006.2021. Apoio ao esporte amador

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	51.000,00
---	-----	-----------

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
---	-----	----------

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.1012. Aquisição de veículos para as atividades de saúde

4.4.90.00.00.0.3.020000. Aplicações Diretas	R\$	1.400,00
---	-----	----------

10.301.0007.1014. Construção de posto de saúde no Bairro Parque e Jardim Ouro

4.4.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	36.600,00
---	-----	-----------

10.301.0007.1016. Implantação de academias ao ar livre

4.4.90.00.00.0.3.000000. Aplicações Diretas	R\$	13.100,00
---	-----	-----------

10.301.0007.2024. Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	23.000,00
---	-----	-----------

4.4.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

10.301.0007.2025. Manutenção do Programa Agentes Comunitários

3.3.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
---	-----	----------

4.4.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

10.301.0007.2026. Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.1.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	33.000,00
---	-----	-----------

4.4.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

10.301.0007.2057. Programa Mais Médico

3.3.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	5.600,00
---	-----	----------

10.305.0007.2030. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde

4.4.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

17.512.0007.1017. Implantação do sistema de água e esgotamento sanitário

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	3.200,00
---	-----	----------

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO

0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS

06.181.0009.2034. Manutenção da sinalização de trânsito

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

06.181.0009.2037. Manutenção de convênio com a Rádio Patrulha

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
---	-----	-----------

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
---	-----	----------

15.452.0010.1033. Implantação de iluminação pública entre os bairros Parque e Jardim Ouro e a comunidade Linha Caravaggio

4.4.90.00.00.0.3.000000. Aplicações Diretas	R\$	27.900,00
---	-----	-----------

15.452.0010.2039. Manutenção da coleta de lixo

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	20.200,00
---	-----	-----------

15.452.0010.2040. Manutenção do Cemitério Municipal

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	9.300,00
---	-----	----------

15.452.0010.2041. Manutenção da iluminação pública

3.3.90.00.00.0.3.000000. Aplicações Diretas	R\$	900,00
---	-----	--------

0802. FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.482.0011.2042. Manutenção das atividades habitacionais

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	9.700,00
---	-----	----------

10. SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

1001. SEC. MUN. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

23.695.0013.2047. Manutenção das atividades turísticas

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	9.100,00
---	-----	----------

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.241.0014.2060. Apoio aos Grupos de Terceira Idade

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	10.800,00
---	-----	-----------

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	2.600,00
---	-----	----------

08.243.0014.2050. Transferência ao Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar

3.3.71.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	3.300,00
---	-----	----------

08.243.0014.2051. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	5.600,00
---	-----	----------

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
---	-----	-----------

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

08.244.0014.2052. Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	18.100,00
---	-----	-----------

1102. FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0014.2056. Manutenção do Fundo da Infância e

Adolescência

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
TOTAL	R\$	713.400,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 14 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

LEI 2463

LEI Nº 2.463, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Ouro para o exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Ouro para o exercício de 2017 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 39.547.954,47 (trinta e nove milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), sendo R\$ 33.650.283,47 (trinta e três milhões, seiscentos e cinquenta mil, duzentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 5.897.671,00 (cinco milhões, oitocentos e noventa e sete mil, seiscentos e setenta e um reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. O orçamento da autarquia Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, parte integrante do orçamento do Município de Ouro, não comporá, para efeito de análise, as metas fiscais estabelecidas pela Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, em decorrência de que a consolidação das contas da autarquia vem sendo processada no Município de Capinzal.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo Municipal para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 32.271.120,00 (trinta e dois milhões, duzentos e setenta e um mil, cento e vinte reais) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo Municipal em R\$ 1.148.000,00 (um milhão, cento e quarenta e oito mil reais) e em R\$ 31.123.120,00 (trinta e um milhões, cento e vinte e três mil, cento e vinte reais) a Despesa do Poder Executivo.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

1.0.0. RECEITAS CORRENTES	R\$	20.667.000,00
1.1.0. Receita Tributária	R\$	1.304.600,00
1.1.1. Impostos	R\$	1.065.100,00
1.1.2. Taxas	R\$	185.500,00
1.1.3. Contribuição de Melhoria	R\$	54.000,00
1.2.0. Receita de Contribuições	R\$	271.350,00
1.2.1. Contribuições Sociais	R\$	1.350,00
1.2.3. Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	R\$	270.000,00
1.3.0. Receita Patrimonial	R\$	145.550,00
1.3.1. Receitas Imobiliárias	R\$	8.700,00
1.3.2. Receitas de Valores Mobiliários	R\$	136.850,00

1.6.0. Receita de Serviços	R\$	117.600,00
1.7.0. Transferências Correntes	R\$	18.733.300,00
1.7.2. Transferências Intergovernamentais	R\$	18.481.800,00
1.7.3. Transferências de Instituições Privadas	R\$	5.000,00
1.7.6. Transferências de Convênios	R\$	246.500,00
1.9.0. Outras Receitas Correntes	R\$	94.600,00
1.9.1. Multas e Juros de Mora	R\$	47.600,00
1.9.3. Receita da Dívida Ativa	R\$	32.000,00
1.9.9. Receitas Diversas	R\$	15.000,00
2.0.0. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	14.558.520,00
2.1.0. Operações de Crédito	R\$	1.000.000,00
2.1.1. Operações de Crédito Internas	R\$	1.000.000,00
2.4.0. Transferências de Capital	R\$	13.558.520,00
2.4.2. Transferências Intergovernamentais	R\$	300.000,00
2.4.7. Transferências de Convênios	R\$	13.258.520,00
1.0.0. DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	R\$	-2.954.400,00
1.7.0. Dedução das Transferências Correntes	R\$	-2.954.400,00
1.7.2. Dedução das Transf. Intergovernamentais para formação do FUNDEB	R\$	-2.954.400,00
TOTAL	R\$	32.271.120,00

§ 2º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal serão realizadas segundo as discriminações a seguir, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL:

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores	R\$	1.148.000,00
02.01 - Gabinete do Prefeito	R\$	562.000,00
03.01 - Gabinete do Vice-Prefeito	R\$	92.000,00
04.01 - Sec. Mun. da Administração e Fazenda	R\$	1.375.253,00
04.02 - Encargos Gerais do Município	R\$	738.480,00
05.01 - Sec. Mun. da Educação, Cultura e Desporto	R\$	257.000,00
05.02 - Departamento de Educação	R\$	8.613.356,00
05.03 - Departamento de Cultura	R\$	209.500,00
05.04 - Departamento de Desporto	R\$	738.000,00
06.01 - Fundo Municipal de Saúde	R\$	3.818.961,00
07.01 - Sec. Mun. de Transportes	R\$	5.140.830,00
08.01 - Departamento de Urbanismo e Obras	R\$	4.987.900,00
08.02 - Fundo Municipal de Habitação	R\$	85.000,00
09.01 - Sec. Mun. da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	1.599.500,00
10.01 - Sec. Mun. da Indústria, Comércio e Turismo	R\$	786.630,00
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	2.071.910,00
11.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$	6.800,00
99.99 - Reserva de Contingência	R\$	40.000,00
TOTAL	R\$	32.271.120,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	R\$	1.148.000,00
04 - Administração	R\$	2.029.253,00
06 - Segurança Pública	R\$	47.900,00
08 - Assistência Social	R\$	2.078.710,00
10 - Saúde	R\$	3.818.961,00
12 - Educação	R\$	8.870.356,00
13 - Cultura	R\$	209.500,00
15 - Urbanismo	R\$	4.690.000,00
16 - Habitação	R\$	85.000,00
17 - Saneamento	R\$	250.000,00
20 - Agricultura	R\$	1.599.500,00

22 - Indústria	R\$	550.000,00
23 - Comércio e Serviços	R\$	236.630,00
26 - Transporte	R\$	5.140.830,00
27 - Desporto e Lazer	R\$	738.000,00
28 - Encargos Especiais	R\$	738.480,00
99 - Reserva de Contingência	R\$	40.000,00
TOTAL	R\$	32.271.120,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA:

0001 - Gestão das Atividades Legislativas	R\$	1.148.000,00
0002 - Gestão e Participação Cidadã	R\$	654.000,00
0003 - Administração Participativa	R\$	1.375.253,00
0004 - A Escola Formando Cidadãos Atuantes e Participativos	R\$	8.870.356,00
0005 - Incentivo a Cultura	R\$	209.500,00
0006 - Esporte Qualidade de Vida	R\$	738.000,00
0007 - Promovendo a Saúde	R\$	3.818.961,00
0008 - Fortalecimento da Infraestrutura Viária	R\$	5.140.830,00
0009 - Segurança ao Cidadão	R\$	47.900,00
0010 - Revitalizando o Urbanismo	R\$	4.940.000,00
0011 - Minha Casa Vale Ouro	R\$	85.000,00
0012 - Desenvolvendo a Agricultura Familiar Sustentável	R\$	1.599.500,00
0013 - Desenvolvimento Econômico com Sustentabilidade	R\$	786.630,00
0014 - Cidadão em Primeiro Lugar	R\$	2.078.710,00
0015 - Encargos Especiais	R\$	738.480,00
0016 - Reserva de Contingência	R\$	40.000,00
TOTAL	R\$	32.271.120,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	R\$	17.338.150,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	11.005.200,00
3.1.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	123.000,00
3.1.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	10.882.200,00
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	R\$	60.000,00
3.2.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	60.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$	6.272.950,00
3.3.30.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$	9.200,00
3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	381.500,00
3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	66.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	5.802.750,00
3.3.93.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	13.500,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$	14.892.970,00
4.4.00.00 - Investimentos	R\$	14.892.970,00
4.4.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	20.800,00
4.4.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	14.872.170,00
9.0.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	40.000,00
TOTAL	R\$	32.271.120,00

DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO

Art. 3º O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE para o exercício de 2017 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 7.276.834,47 (sete milhões, duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos).

§ 1º A Receita do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma

da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

1.0.0. RECEITAS CORRENTES	R\$	7.271.221,47
1.1.0. Receita Tributária	R\$	78.514,98
1.1.1. Impostos	R\$	78.514,98
1.3.0. Receita Patrimonial	R\$	196.378,60
1.3.2. Receitas de Valores Mobiliários	R\$	196.378,60
1.6.0. Receita de Serviços	R\$	6.612.524,48
1.9.0. Outras Receitas Correntes	R\$	383.803,41
1.9.1. Multas e Juros de Mora	R\$	97.750,40
1.9.2. Indenizações e Restituições	R\$	36.796,01
1.9.3. Receita da Dívida Ativa	R\$	228.386,80
1.9.9. Receitas Diversas	R\$	20.870,20
2.0.0. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	5.613,00
2.2.0. Alienação de Bens	R\$	5.613,00
2.2.1. Alienação de Bens Móveis	R\$	5.613,00
TOTAL	R\$	7.276.834,47

§ 2º A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE será realizada segundo as discriminações a seguir, obedecendo a funcional-programática e natureza econômica:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO:

04 - Administração	R\$	1.811.884,11
17 - Saneamento	R\$	5.392.182,02
28 - Encargos Especiais	R\$	72.768,34
TOTAL	R\$	7.276.834,47

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA:

8000 - Água Potável e Saneamento	R\$	7.276.834,47
TOTAL	R\$	7.276.834,47

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	R\$	5.511.170,54
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	2.605.718,02
3.1.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	33.613,56
3.1.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	2.572.104,46
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$	2.905.452,52
3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	4.431,53
3.3.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	2.875.020,99
3.3.93.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	26.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.765.663,93
4.4.00.00 - Investimentos	R\$	1.765.663,93
4.4.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	8.856,88
4.4.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	1.756.807,05
TOTAL	R\$	7.276.834,47

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

I - Intempéries	R\$	20.000,00
II - Demandas judiciais	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	40.000,00

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto ou atividade ou operações especiais.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 100% (cem por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício;

II - superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 8º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei nº 4.320, de 1964, será realizada por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e no que estabelece a Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e sua alterações posteriores.

Art. 9º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos arts. 8º, 42 e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e no que estabelece a Portaria Interministerial nº 163/2001.

Art. 10. Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 11. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Poder Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2017.

Ouro-SC, 14 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

LEI 2464

LEI Nº 2.464, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Denomina de Sivo Elias Molineti a Escadaria entre as Ruas Formosa do Município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Escadaria edificada entre as Ruas Formosa fica denominada de "Sivo Elias Molineti".

Art. 2º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro - SC, 14 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin
Prefeito

LEI 2465

LEI Nº 2.465, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Denomina de Ollino Lucietti a Escadaria Entre as Ruas Senador Pinheiro Machado Agenor Jacob Dalla Costa e Presidente Castelo Branco com acesso ao Bairro Nossa Senhora dos Navegantes do Município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Escadaria edificada entre as Ruas Senador Pinheiro Machado, Agenor Dalla Costa e Presidente Castelo Branco do Bairro Nossa Senhora dos Navegantes do Município de Ouro, fica denominada de "Ollino Lucietti".

Art. 2º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro - SC, 14 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin
Prefeito

LEI 2466

LEI Nº 2.466, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Denomina de Aduino Francisco Colombo o Ginásio de Esporte do Bairro Vilson Pedro Kleinubing do Município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Ginásio de Esporte do Bairro Vilson Pedro Kleinubing fica denominado "Aduino Francisco Colombo".

Art. 2º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro - SC, 14 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin
Prefeito

LEI 2467

LEI Nº 2.467, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Denomina Ruas do Bairro Vilson Pedro Kleinubing do Município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Rua projetada A do Bairro Vilson Pedro Kleinubing do Município de Ouro, fica denominada de "Frei Jorge Dudu da Silva".

Art. 2º. A Rua projetada B do Bairro Vilson Pedro Kleinubing do Município de Ouro, fica denominada de "Hermínia Andrioni Bonamigo".

Art. 3º. A Rua projetada C do Bairro Vilson Pedro Kleinubing do Município de Ouro, fica denominada de "Dom Agostinho Sartori".

Art. 4º. A Rua projetada D do Bairro Vilson Pedro Kleinubing do Município de Ouro, fica denominada de "Leomira Angela Sartori Boff Vezzaro".

Art. 5º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro - SC, 14 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR 36

LEI COMPLEMENTAR Nº 036, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal do município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I**CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Ouro, que obedecerá aos objetivos e às diretrizes básicas desta Lei Complementar.

§ 1º O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Ouro visa ordenar o espaço urbano ou de fins urbanos e de expansão urbana, com o objetivo de propiciar um desenvolvimento integrado e abrange as funções da vida coletiva, em que incluem habitação, trabalho, circulação e lazer, visando à melhoria de qualidade de vida da população, dando melhores condições de desempenho às funções urbanas, com menor custo social e ambiental.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta Lei.

Art. 2º Este Plano Diretor abrange todo o território do Município de Ouro adequando sua política de desenvolvimento urbano de acordo com a Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, definindo:

I - a política e as estratégias de desenvolvimento físico-territorial do Município;

II - os critérios para garantir que a Cidade cumpra com sua função social;

III - os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;

IV - as regras orientadas do uso e da ocupação do solo;

V - o planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento

físico-territorial.

§ 1º A interpretação da presente Lei será realizada de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos com as disposições da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Código de Posturas Municipais e Código de Edificações.

§ 2º Visando a consecução da interpretação a que se refere o parágrafo 1º deverá ser rigorosamente observado o significado dos conceitos, termos técnicos e expressões utilizados na presente Lei, que se encontram formalizados do Glossário anexo.

Art. 3º O Plano Diretor de Desenvolvimento consolida as normas gerais, os objetivos e as diretrizes técnicas urbanísticas aplicáveis ao Município de Ouro, observando-se o disposto na sua Lei Orgânica, na legislação urbanística citada ao longo dessa Lei, podendo, ainda, ser integrado por outras normas regulamentares.

Parágrafo único. A presente Lei é denominada "Lei do Plano Diretor", dispondo sobre os objetivos, as diretrizes e as estratégias de desenvolvimento do Município.

CAPÍTULO II**DOS OBJETIVOS**

Art. 4º Constituem objetivos do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Ouro:

I - garantir o direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e equipamentos urbanos, ao transporte, aos serviços públicos, à segurança, ao trabalho e ao lazer;

II - orientar as ações dos diversos agentes, públicos ou privados, que intervêm sobre o território do Município;

III - garantir a participação de toda a população e setores da sociedade na tomada de decisões inerentes aos processos de planejamento e gestão urbanos, sempre observando critérios de transparência e legitimidade;

IV - orientar os investimentos do Poder Público de acordo com os objetivos estabelecidos neste Plano Diretor, visando aproximar o planejamento realizado da gestão urbana cotidiana;

V - promover a justiça social e reduzir as desigualdades no Município, buscando a reversão do processo de segregação sócio espacial e o impedimento da prática da especulação imobiliária, por intermédio da oferta de áreas para produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais;

VI - elevar a qualidade do ambiente do Município, por meio da preservação do equilíbrio ecológico e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico e paisagístico;

VII - fortalecer a regulação pública sobre o solo urbano, mediante controle e fiscalização sobre o uso e ocupação do espaço do Município;

VIII - racionalizar o uso da infraestrutura instalada, evitando sua sobrecarga ou ociosidade, por meio do controle sobre o adensamento urbano;

IX - garantir a justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes das obras e dos serviços de infraestrutura urbana;

X - garantir acessibilidade universal para toda a população, entendida como a facilidade de acesso a qualquer ponto do território, com atenção aos portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO III**DAS DIRETRIZES**

Art. 5º Para que se atinjam os objetivos do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Ouro, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II - gestão democrática por meio da participação da população e de

associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV - planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V - oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI - ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanizadas;
- g) a poluição e a degradação ambiental;
- h) a exposição da população a riscos de desastres.

VII - integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

VIII - adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

IX - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X - adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI - recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII - audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIV - regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV - simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI - isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais.

XVIII - tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento.

IXX - dotar o Município de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas do desenvolvimento urbano para o futuro, e, ao mesmo tempo indicar soluções para os problemas atuais;

XX - dotar o Município de instrumentos jurídicos adequados, norteadores da política urbana municipal;

XXI - dotar o Município de bases técnicas adequadas para servir como fundamento de tomadas de decisões futuras;

XXII - implantar as Políticas de Desenvolvimento priorizadas e definidas com a participação popular, quais sejam:

- a) Desenvolvimento Ambiental;
- b) Desenvolvimento Socioeconômico;
- c) Desenvolvimento Habitacional, Serviço Público e Infraestrutura Social;
- d) Desenvolvimento de Infraestrutura.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 6º O programa tem por definição promover a melhoria das condições ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao saneamento básico, recursos naturais e disciplina da ocupação e uso do solo.

Art. 7º A política tem por objetivo:

- I - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;
- II - aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;
- III - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;
- IV - monitorar e avaliar o Plano Municipal de Saneamento Básico.

CAPÍTULO II

DOS PROJETOS

Art. 8º A política de desenvolvimento ambiental será implantada através dos projetos:

- I - incentivar a reutilização das águas servidas e captação das águas pluviais, através de cisternas;
- II - definição de taxa de permeabilidade para armazenamento e infiltração das águas pluviais;
- III - recuperação e preservação das áreas de preservação Permanente;
- IV - legislação e fiscalização para proteção ambiental;
- V - criação de programas de recuperação de mata nativa;
- VI - elaboração dos projetos e implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico.

TÍTULO III

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 9º A política tem por definição promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico através do fortalecimento da pequena propriedade rural, fortalecimento da indústria e do comércio, incentivando o empreendedorismo, a diversificação e a qualificação da mão-de-obra priorizando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

Art. 10. A política tem por objetivo:

- I - qualificar a mão-de-obra;
- II - fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;
- III - apoiar o fortalecimento das empresas instaladas;
- IV - melhorar a acessibilidade e facilitar o escoamento da produção;
- V - agregar valor a produção rural;
- VI - diversificar as atividades econômicas;
- VII - dotar a área rural de oportunidades;
- VIII - diversificar a atividade industrial.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS

Art. 11. A política de desenvolvimento socioeconômico será implantada através dos projetos:

- I - ampliação de parcerias para implantação de cursos profissionalizantes e técnicos;
- II - diversificação da atividade industrial e viabilização da implantação de novas indústrias;
- III - promoção do adensamento e diversificação do comércio e prestação de serviço local;
- IV - instalação e/ou fortalecimento de programas de incentivo à implantação de agroindústrias;
- V - ampliação e fortalecimento de programas de assistência técnica às propriedades rurais;
- VI - projeto de alargamento e melhoria das principais estradas municipais para facilitar o escoamento da produção;

VII - ampliação e fortalecimento de programas de incentivo à agregação de valor a produção agropecuária.

TÍTULO IV DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL, SERVIÇO PÚBLICO E INFRAESTRUTURA SOCIAL

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 12. A política tem por definição promover o direito à moradia como direito social básico incorporando o direito a infraestrutura e serviços, através de diretrizes locais de política habitacional, definidas no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, destinando áreas infraestruturadas na cidade para provisão de habitação de interesse social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 13. A política habitacional tem por objetivos:

- I - facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a aquisição de imóveis à população de baixa renda;
- II - monitorar e avaliar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;
- III - combater os fenômenos de segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS

Art. 14. A política habitacional será implantada através dos projetos:

- I - implantação de programa de construção e reforma de unidades habitacionais;
- II - incentivo a criação de novos loteamentos populares;
- III - criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- IV - implantação e/ou fortalecimento de programas habitacionais municipais;
- V - implantação e/ou readequação de programas de regularização fundiária;
- VI - recuperação e/ou criação de áreas de lazer com equipamentos urbanos;

- VII - ampliação dos programas voltados a educação de jovens e adultos;
- VIII - manutenção e ampliação dos programas voltados à saúde básica;
- IX - ampliação dos programas voltados ao atendimento social dos idosos.

TÍTULO V DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 15. A política tem por definição promover a melhoria da infraestrutura urbana e rural visando a melhoria da qualidade de vida da população, buscando a integração da área urbana com a área rural.

Art. 16. A Política tem por objetivos:

- I - dotar com infraestrutura as estradas municipais;
- II - promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infraestrutura na área rural;
- III - garantir a melhoria das vias urbanas e estradas municipais;
- IV - melhorar a acessibilidade.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS

Art. 17. A política de Infraestrutura será implantada pelos projetos:

- I - ampliação da pavimentação das ruas e alargamento das estradas municipais;

- II - implantação de passeios públicos e adequação dos espaços públicos de acordo com a Lei de Acessibilidade;
- III - ampliação do adensamento das áreas com infraestrutura;
- IV - implantação de placas de identificação nas vias públicas e comunidades;
- V - elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana;
- VI - articulação para ampliação dos serviços de internet;
- VII - melhoria e manutenção da iluminação pública;
- VIII - articulação para melhoria da telefonia fixa e móvel;
- IX - articulação para ampliação do efetivo policial.

TÍTULO VII DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

CAPÍTULO I CONJUNTO DOS INSTRUMENTOS

Art. 18. Compõem o conjunto de instrumentos disponibilizado ao Município de Ouro, além de outros indicados pelo Estatuto da Cidade:

- I - do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios;
- II - do Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo;
- III - da Desapropriação por Títulos da Dívida Pública;
- IV - do Direito de Preempção;
- V - da Outorga Onerosa do Direito de Construir – SoloCriado;
- VI - da Transferência do Direito de Construir;
- VII - do Consórcio Imobiliário e da Operação de Interesse Social;
- VIII - das Operações Urbanas Consorciadas;
- IX - das Zonas Especiais de Interesse Social;
- X - do Estudo de Impacto de Vizinhança;
- XI - da Contribuição de Melhoria;
- XII - da Gestão Orçamentária Participativa.

CAPÍTULO II

CONJUNTO DOS INSTRUMENTOS DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 19. O Poder Público Municipal poderá utilizar o instrumento de parcelamento, edificação ou utilização compulsória como forma de induzir a ocupação de imóveis urbanos, providos de infraestrutura e equipamentos, que não estão edificados, que estão sendo subutilizados ou não utilizados.

Parágrafo único. Estarão isentos da aplicação deste instrumento os imóveis localizados em áreas de proteção ambiental.

Art. 20. Para a utilização deste instrumento o Município identificará os imóveis que não estejam cumprindo a função social da propriedade urbana e deverá notificar os seus proprietários para que promovam no prazo de um ano o parcelamento, edificação e utilização adequadas.

Parágrafo único. Os critérios de aplicação deste instrumento e os procedimentos para sua efetivação serão estabelecidos em lei específica.

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 21. Nos casos do não atendimento dos prazos para o cumprimento da função social da propriedade através do parcelamento, edificação ou utilização compulsório, o município poderá aplicar o IPTU progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos, podendo a alíquota máxima atingir a 15% (quinze por cento) do valor do lançamento fiscal do imóvel, até que o proprietário cumpra a obrigação de dar uso ao mesmo.

Art. 22. O valor da alíquota será estabelecido em lei específica e será calculado através da Planta Genérica de Valores do Município em consonância com os valores do mercado imobiliário.

Art. 23. No caso do descumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, no prazo de cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, ficando garantida a posterior aplicação do instrumento de desapropriação do imóvel com pagamento em título da dívida pública.

CAPÍTULO IV

DA DESAPROPRIAÇÃO POR TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 24. O Município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, caso não tenha sido cumprida a função de parcelar, edificar e dar uso ao referido imóvel após o prazo de cinco anos de cobrança do IPTU progressivo.

Art. 25. Cabe ao Município, mediante prévia autorização do Senado Federal, emitir títulos da dívida pública com prazo de resgate de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

Art. 26. Os imóveis desapropriados serão utilizados para construção de habitações populares ou equipamentos urbanos, podendo ser alienados a particulares, mediante prévia licitação.

CAPÍTULO V

DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 27. Através do direito de preempção o Poder Público Municipal terá a preferência para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares.

Art. 28. O objetivo do direito de preempção é facilitar a aquisição de imóveis por parte do Poder Público para fins de:

I - regularização fundiária;

II - execução de programas e projetos habitacionais;

III - constituição de reserva fundiária;

IV - ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;

V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI - criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII - preservação de área de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 29. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidos em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

CAPÍTULO VI

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 30. A outorga onerosa do direito de construir é a permissão onerosa, que o Poder Público confere ao empreendedor, para que este construa além dos coeficientes urbanísticos permitidos.

§ 1º Lei específica de concessão da outorga onerosa do direito de construir estabelecerá as bases de cálculo, a contrapartida, os casos passíveis da isenção ou redução de contrapartida e condições relativas à aplicação deste instrumento, estando determinados os limites máximos de coeficiente de aproveitamento e número de pavimentos, em relação à infraestrutura implantada.

§ 2º A aplicação da outorga onerosa em determinadas áreas da cidade poderá ser limitada.

§ 3º As vendas de áreas construtivas (solo criado) serão imediatamente suspensas mediante por Decreto do Poder Executivo nos seguintes casos:

I - em caso de se constatar impacto negativo não suportável pela infraestrutura decorrente da aplicação do solo criado;

II - quando se verifique o risco de comprometimento da paisagem urbana.

Art. 31. Os recursos arrecadados com a venda do direito de construir a mais serão destinados para obras e fundos definidos em lei específica, referente à regulamentação deste instrumento.

Art. 32. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidas em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

CAPÍTULO VII

DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 33. A transferência do potencial construtivo ou do direito de construir é um instrumento que permite aos proprietários de imóveis urbanos preservados em áreas de interesse cultural, o direito de edificar em outro local a área construída não utilizada em seu imóvel, segundo autorização do Município, ou alienar mediante escritura pública o potencial construtivo de determinado lote que tenha interesse para:

I - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II - preservação histórica, artística, arquitetônica, arqueológica, ambiental e paisagística;

III - regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda em habitação de interesse social.

Art. 34. O proprietário de um imóvel de valor cultural ou localizado em área de proteção ambiental, impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo devido às limitações de usos definidos na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, poderá transferir parcial ou totalmente o potencial construtivo desse imóvel.

Art. 35. Ao proprietário que conceder ao Município o seu imóvel ou parte dele para fins descritos acima será concedido o benefício de

transferência do potencial construtivo.

Art. 36. Os critérios de aplicação deste instrumento e os procedimentos para sua efetivação serão estabelecidos em lei complementar específica, que também operacionalizará os certificados para transferência do direito de construir, os prazos, os registros e as obras de restauro e conservação do imóvel que transfere.

Art. 37. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidas em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

CAPÍTULO VIII

DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO E DA OPERAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 38. Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

Art. 39. O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.

Art. 40. O valor real desta indenização deverá:

I - refletir o valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, descontado o montante incorporado em função das obras realizadas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, na área onde o mesmo se localiza;

II - excluir do seu cálculo expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

Art. 41. Os consórcios imobiliários deverão ser formalizados por termo de responsabilidade e participação, pactuados entre o proprietário urbano e a Municipalidade, visando à garantia da execução das obras do empreendimento, bem como das obras de uso público.

Art. 42. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidos em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

CAPÍTULO IX

DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 43. A operação urbana consorciada é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, ampliando os espaços públicos, organizando o sistema de transporte coletivo, implantando programas de melhorias de infraestrutura, sistema viário e de habitações de interesse social, num determinado perímetro contínuo ou descontinuado.

Parágrafo único. Cada operação urbana consorciada será efetivada através de um plano de operação urbana específico, criado por lei, de acordo com o previsto neste Plano Diretor e com as disposições dos arts. 32, 33 e 34 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 44. As Operações Urbanas Consorciadas têm como finalidades:

I - implantação de espaços e equipamentos públicos estratégicos para o desenvolvimento urbano;

II - otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas;

III - implantação de programas de habitação de interesse social;

IV - ampliação e melhoria do sistema de transporte público coletivo;

V - proteção e recuperação de patrimônio ambiental e cultural;

VI - melhoria e ampliação da infraestrutura e da rede viária;

VII - reurbanização e tratamento urbanístico de áreas;

VIII - dinamização de áreas visando à geração de empregos.

Art. 45. As operações urbanas consorciadas se fazem necessárias para viabilizar intervenções urbanísticas de grande porte, que exijam a cooperação entre o Poder Público, os interesses privados e da população envolvida, e que possam implicar entre outras medidas:

I - a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente ou o impacto de vizinhança;

II - a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente;

III - a ampliação dos espaços públicos e implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

IV - a oferta de habitação de interesse social.

Art. 46. A lei específica, que regerá o Plano de Operação Urbana Consorciada, deverá conter no mínimo:

I - delimitação da área de abrangência;

II - finalidades da operação;

III - programa básico de ocupação e intervenções previstas;

IV - programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

V - estudo prévio de impacto de vizinhança;

VI - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos;

VII - forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhada com representação da sociedade civil;

VIII - garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental, protegidos por tombamento ou por lei;

IX - conta ou fundo específico que deverá receber os recursos de contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanísticos concedidos.

Parágrafo único. Os recursos obtidos pelo Poder Público serão aplicados exclusivamente no programa de intervenções, definido na lei de criação de cada plano de operação urbana consorciada.

CAPÍTULO X

ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)

Art. 47. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas ocupadas por habitações subnormais e loteamentos irregulares de baixa renda ou áreas onde haja concentração de imóveis desocupados ou deteriorados, e vazios urbanos dotados de infraestrutura com potencial de implantação de lotes urbanizados e/ou novas moradias populares.

Art. 48. São objetivos das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS):

I - estabelecer condições especiais para a regularização fundiária de assentamentos subnormais e ampliar a oferta de moradia;

II - estimular a permanência da população de baixa renda das áreas regularizadas e/ou beneficiadas com investimentos públicos.

CAPÍTULO XI

DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 49. O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) é um instrumento a ser exigido para a concessão de licenças e autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos

e atividades que possam causar impacto afetando a qualidade de vida da população residente na área ou nas proximidades.

Art. 50. Deverá alertar e precaver quanto à repercussão do empreendimento no que se refere às questões ligadas a visibilidade, acesso, uso e estrutura do meio ambiente natural ou construído evitando o desequilíbrio no crescimento urbano e garantindo condições mínimas de ocupação dos espaços habitáveis.

Art. 51. Os empreendimentos e atividades privados ou públicos que dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público Municipal, serão definidos em legislação específica, a ser editada no prazo de um ano a partir da aprovação deste Plano Diretor.

Art. 52. O EIV será elaborado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades. Parágrafo único. Os critérios de análise para elaboração do EIV estarão estabelecidos em lei específica.

CAPÍTULO XII DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 53. O Município poderá instituir contribuição de melhoria sobre os imóveis que forem beneficiados e/ou tiverem o seu valor venal acrescido em decorrência de obra e/ou serviço realizado pelo Poder Público Municipal.

CAPÍTULO XIII DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 54. Visando promover um processo contínuo de Gestão compartilhada do Plano Diretor, atualizado e democrático, fica instituído o Sistema de Gestão Urbana, composto por:

- I - Poder Executivo Municipal;
- II - Participação Popular.

Art. 55. O Sistema de Gestão Urbana terá como objetivos:

- I - viabilizar, na formulação e execução da política urbana, a criação de canais de participação e monitoramento por parte dos cidadãos, bem como de instâncias representativas dos vários segmentos da comunidade;
- II - promover o processo educativo e de capacitação da população para que possa participar dos processos decisórios concernentes à política urbana;
- III - tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;

- IV - identificar as prioridades sociais do Município e integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;
- V - implementar e monitorar os programas, projetos e instrumentos deste Plano Diretor;
- VI - gerenciar e atualizar permanentemente este Plano Diretor;
- VII - evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbana e a descaracterização das diretrizes estabelecidas para a política urbana do Município através da gestão democrática.

Seção I Do Poder Executivo Municipal

Art. 56. São atribuições do Poder Executivo Municipal, no que compete ao Sistema de Gestão Urbana:

- I - promover a articulação entre Poder Executivo Municipal, sociedade civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana;
- II - implantar e gerenciar o Sistema de Informações Municipais proporcionando acesso amplo a todos os interessados, indistintamente;

- III - adequar a gestão orçamentária às diretrizes da política urbana;
- IV - formular políticas, estratégias, programas, projetos e ações coordenadas de acordo com as diretrizes deste Plano Diretor;
- V - executar políticas e ações com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não governamentais seja no âmbito estadual e federal;
- VI - promover a realização de audiências públicas;
- VII - elaborar e submeter à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ouro as ações necessárias à operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor.

Seção II Da Participação Popular

Art. 57. É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão política urbana do Município, mediante as seguintes instâncias de participação:

- I - Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ouro;
- II - Conferência Municipal de Política Urbana;
- III - Audiência Pública;
- IV - Gestão Orçamentária Participativa.

Art. 58. A participação dos munícipes em todas as fases do processo de gestão da política urbana do Município deverá basear-se na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com antecedência.

Art. 59. O Poder Executivo apresentará bianualmente à Câmara Municipal e ao Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ouro relatório de Gestão Urbana e Plano de Ação para o próximo período.

Subseção I Do Conselho de Desenvolvimento Municipal

Art. 60. O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ouro é órgão integrante do Sistema de Gestão Urbana e tem como atribuições:

- I - emitir parecer sobre todo projeto de Lei de caráter urbanístico do Município e naqueles casos cuja solução esteja omissa na Legislação ou, se prevista nesta, suscite dúvidas;
- II - promover estudos e divulgações de conhecimento relativo a áreas urbanas, especialmente no que se refere ao Uso e Ocupação do Solo;
- III - colaborar com a equipe técnica encarregada de aplicar o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, encaminhando críticas, sugestões, reivindicações e problemas urbanos e emitir pareceres sobre os mesmos;
- IV - zelar pela boa aplicação e interpretação exata do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;
- V - realizar bianualmente a Conferência Municipal de Política Urbana para avaliar a aplicação e os resultados do Plano Diretor e da Política Urbana Municipal revendo as diretrizes e os rumos da política para:
 - a) enfrentar a diminuição de emprego e renda;
 - b) garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;
 - c) integrar as diferentes políticas sociais.
- VI - propor, discutir, promover debates, e deliberar sobre projetos de empreendimentos de grande impacto ambiental ou de vizinhança, sejam estes públicos, privados ou de parcerias público-privadas, submetendo-os à consulta popular, na forma prevista nesta Lei;
- VII - emitir parecer sobre a criação, extinção ou modificação de normas oriundas do Poder Público que versem sobre planejamento urbano;
- VIII - aprovar os estoques construtivos do Direito de Construir adicional a serem oferecidos através de Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- IX - aprovar a metodologia para a definição dos valores anuais da Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- X - apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder

Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor;

XI - definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva do Conselho;

XII - elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;

XIII - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;

XIV - analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, desde que estejam de acordo com a política habitacional do Município;

XV - promover o desenvolvimento harmonioso e sustentável, através da integração das ações do Poder Público e organizações privadas, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

§ 1º O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ouro integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, não estando a esta, subordinado no exercício de suas funções.

§ 2º A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal se dará tendo em vista unicamente a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.

§ 3º O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ouro será composto por um Presidente, pelo Plenário e um Secretário, cujas atribuições serão definidas no regimento a que se refere o inciso XI deste artigo.

Art. 61. O Conselho será formado por Membros Representativos da Sociedade e Poder Público, com respectivos Titulares e Suplentes, eleitos ou indicados por seus respectivos órgãos ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal, com renovação bienal.

Subseção II

Da Conferência Municipal de Política Urbana

Art. 62. A Conferência Municipal de Política Urbana é instância máxima deliberativa do Sistema de Gestão Urbana, constituindo espaço público privilegiado para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar ações e medidas referentes ao Plano Diretor, devendo ser realizada bianualmente.

Art. 63. São objetivos da Conferência Municipal de Política Urbana: I - assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação de uma política pública para o Município;

II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas do Município;

III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

IV - integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V - avaliar a atividade do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ouro visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;

VI - definir uma agenda do Município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana.

Art. 64. A Conferência Municipal de Política Urbana terá regimento próprio, a ser elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ouro, por este revisado sempre que necessário.

§ 1º O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática estabelecidos pela Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

§ 2º No regimento da Conferência Municipal de Política Urbana deverá estar previsto, no mínimo:

I - as competências e matérias de deliberação;

II - os critérios e procedimentos para a escolha dos delegados;

III - a forma de organização e funcionamento da Conferência;

IV - previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

Subseção III

Das Audiências Públicas

Art. 65. As Audiências Públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, estando previstas no inciso I do § 4º do art. 40 da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e têm por objetivos:

I - a cooperação entre diversos agentes sociais do Poder Executivo e Poder Legislativo;

II - promover debates sobre temas de interesse da cidade com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III - garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;

IV - possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

a) organizações e movimentos populares;

b) associações representativas dos vários segmentos das comunidades;

c) associações de classe;

d) fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não governamentais.

Art. 66. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Diretor como no processo de sua implantação.

Parágrafo único. A falta de realização de Audiências Públicas pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Diretor configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Diretor.

Art. 67. As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo único. Fica instituída, como principal meio para divulgação das Audiências Públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura do Município.

Art. 68. As Audiências Públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

Subseção IV

Da Gestão Orçamentária Participativa

Art. 69. No âmbito do Município de Ouro, será aplicada a Gestão Orçamentária Participativa de que trata o art. 4º, inciso III, alínea "f" da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, tendo por objetivos:

I - propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;

II - possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 70. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal,

cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidos da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da Lei do Orçamento Municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 71. Toda atividade que esteja em desacordo com este Plano Diretor será considerada atividade desconforme, podendo ser classificada em:

I - Atividade Compatível: aquela que, embora não se enquadrando nos parâmetros estabelecidos para a unidade territorial em que está inserida, tem características relativas às suas dimensões e funcionamento que não desfiguram a área, e que não tenha reclamações registradas por parte dos moradores do entorno;

II - Atividade Incompatível: aquela que está comprovadamente em desacordo com as diretrizes estabelecidas para a unidade territorial na qual está localizada.

§ 1º Fica permitida, a critério Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ouro, a ampliação da atividade considerada compatível, desde que não descaracterize a área onde esta se encontra.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de obras essenciais à segurança e higiene das edificações, ficam vedadas quaisquer obras de ampliação ou reforma que impliquem no aumento do exercício da atividade considerada incompatível, da ocupação do solo a ela vinculada.

Art. 72. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação da presente Lei:

I - de um ano, para que o Poder Executivo Municipal promova as reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Diretor, bem como dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e de gestão democrática nos termos da Lei Federal nº 10.250/2001 - Estatuto da Cidade;

II - de um ano, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo as modificações na legislação municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso I;

III - de meio ano para que se propicie as condições para início das atividades do Conselho da Cidade, com as atribuições previstas no art. 60 da presente Lei.

§ 1º O início das atividades do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ouro, não poderão exceder trinta dias após o transcurso do prazo de cento e oitenta dias a que se refere o inciso III do presente artigo.

§ 2º As medidas previstas nos incisos I, II e III do presente artigo não prejudicarão os dispositivos autoaplicáveis deste Plano Diretor.

Art. 73. Este Plano Diretor deverá ser revisto pelo menos a cada 10 (dez) anos, na forma do §3º do art. 40, do Estatuto da Cidade.

Art. 74. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 75. Faz parte desta Lei o Anexo Único – Glossário.

Ouro - SC, 14 de Dezembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

ANEXO ÚNICO

GLOSSÁRIO

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

Acesso Particular - Acesso destinado ao atendimento de um lote.

Aclividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está acima do ponto de referência.

Afastamento - Distância entre o limite externo da projeção horizontal da edificação e as divisas do lote, não considerada a projeção dos beirais podendo ser:

- Frontal
- Lateral
- Fundos

Afastamento do Eixo da Via - É a distância entre a edificação e o eixo da via.

Água Potável - Água própria para consumo humano proveniente de uma origem que permanentemente garante sua qualidade, atendendo a parâmetros físicos e químicos estabelecidos por autoridades sanitárias.

Alimento Perecível - Aquele que está sujeito a deterioração caso não seja mantido em condições especiais de armazenamento.

Alinhamento - A linha divisória legal entre o lote e a via ou logradouro público.

Alpendre - Área coberta, saliente da edificação cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares, consolos ou em balanço.

Altitude - Distância vertical de um ponto da superfície da terra em relação ao nível zero ou nível dos oceanos.

Alvará - É o instrumento da licença ou da autorização para construir ou lotear.

Alvará de Construção - Documento expedido pelo Município que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização;

Alvará de Localização e Funcionamento - Documento expedido pelo Município que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade ou serviço.

Alvará de Obra - Ato administrativo que corresponde a autorização para início de obra.

Alvará Sanitário - Documento fornecido pela autoridade da saúde, que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém-construído ou reformado e/ou o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de saúde, de educação pré-escolar e outros, após a vistoria prévia das condições físico-sanitárias do mesmo.

Ampliação - Alteração no sentido de tornar maior a construção.

Andaime - Obra provisória destinada a sustentação de operários e materiais durante a execução da obra.

Ante-sala - Compartimento que antecede a uma sala; sala de espera.

Apartamento - Unidade autônoma de moradia.

Aprovação do Projeto - Ato administrativo que precede o

licenciamento das obras.

Aprovação de Obra (habite-se) - Documento municipal que autoriza a ocupação da edificação.

Área Total Construída - Somatório das áreas de todos os pisos de uma edificação, cobertos ou não, inclusive as áreas ocupadas por paredes e pilares;

Área Ocupada - Projeção, em plano horizontal, da área construída.

Áreas Institucionais - Parcela do terreno destinado às edificações ou usos com fins comunitários ou de utilidade pública.

Área Rural - Toda a área do município, excluída a zona urbana.

Área sob Pilotis - Área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação.

Área Urbanizada - Compreende as áreas caracterizadas pela contiguidade das edificações e pela existência de equipamentos públicos, urbanos e comunitários, destinados às funções urbanas de habitação, recreação e circulação.

Área Útil - Área que corresponde a área utilizável de uma edificação, excluindo-se a área ocupada com paredes e estruturas.

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho Regional Engenharia, Arquitetura, e Agronomia - CREA.

Aterro Sanitário - É uma forma de dispor adequadamente o lixo sobre o solo, compactando-o com um trator, recobrando-o diariamente com camadas de terra de modo a não causar prejuízos ao meio ambiente.

Ático - Pavimento no topo do edifício, cuja área não poderá exceder a 30% da área do pavimento inferior.

Átrio - Pátio interno, de acesso a uma edificação.

Auto de Infração - É o instrumento por meio do qual a autoridade apura a violação das disposições das Leis, Decretos e Regulamentos Municipais.

Autorização - É ato administrativo discriminatório e precário.

Balanço - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares.

Balão de Retorno - Alargamento dos logradouros sem saída (becos) para manobras de veículos.

Balcão - Varanda ou sacada guarnecida de peitoril.

Baldrame - Viga de concreto, madeira, pedra ou similar que corre amarrando as fundações.

Beiral - Prolongamento do telhado, além da prumada das edificações.

Benfeitoria - Obra de infra-estrutura ou melhoramento feito em determinado local.

Brise - Conjunto de placas ou chapas de material variável que se põe nas fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes sem prejudicar a ventilação e a iluminação.

Caixa de Escada - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.

Caixa da Via - É a medida da via, em seção transversal, incluindo as pistas de rolamento, os canteiros centrais e as calçadas.

Caixilho - Parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.

Calçada - Parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada a circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins.

Canteiro - Área destinada a ajardinamento junto ou não com passeios públicos.

Caramanchão - construção em ripas, canos ou estacas com o objetivo de sustentar vegetação.

Casa Geminada - Edificações unifamiliares situadas no mesmo lote, possuindo uma parede divisória comum, compondo uma unidade arquitetônica única.

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Caução - Depósito de valores ou bens aceitos para tornar efetiva a responsabilidade de um ato.

Centro Comercial - Áreas destinadas a espaços comerciais compostos por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como shopping center quando de grande porte.

Certificado de Conclusão de Obra - Documento expedido pelo Município que autoriza a ocupação de uma edificação (Habite-se).

Cisterna - Reservatório de água inferior.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

Compartimento - Cada uma das divisões de uma edificação.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Cone de Sombreamento - Linha de projeção de um ângulo de 70º (setenta graus) medindo a partir do eixo da via até o ponto mais elevado da fachada.

Conservação - Obra de reparo, visando apenas conservar o valor de uma construção ao longo do tempo, não importando em acréscimo de área construída.

Construção - É de modo geral, a realização de qualquer obra.

Construção Clandestina - Obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença.

Consulta Prévia de Viabilidade - Documento fornecido pela Municipalidade informando os usos e parâmetros de construção vigentes em determinado imóvel.

Corrimão - Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada ou rampa, e que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe e desce.

Cota Emergencial - Cota determinada em metro em relação ao nível do mar, que é facilmente alagável.

Cota Inundável de Máxima Cheia - Área sujeita a inundação, acima da cota emergencial constante do levantamento do órgão local de defesa civil.

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Croqui - Esboço preliminar de um projeto.

Cumeeira - A parte mais alta do telhado de uma edificação.

Declividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência.

Decibel(dB) - Unidade de intensidade física relativa ao som.

Degradação Ambiental - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes de níveis capazes de direta ou indiretamente:

Prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
Criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
Ocasionalmente danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.

Dejetos - Resíduos, excrementos, restos.

Demolição - Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.

D.E.R - Departamento de Estradas de Rodagem.

DEINFRA - Departamento Estadual de Infraestrutura.

CNP - Conselho Nacional do Petróleo.

DNC - Departamento Nacional de Combustíveis.

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento, órgão extinto, sucedido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral.

Dependência de Uso Comum - Conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por partes dos titulares de direito das unidades de moradia.

Dependência de Uso Privativo - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.

Desmembramento - É a subdivisão da área em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura, prolongamento ou modificação de vias existentes.

Divertimento Público - São os realizados em vias públicas, ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Duto de Ventilação - Área de ventilação interna ao corpo de uma edificação que circunscreva um raio de no mínimo 70 cm (setenta centímetros), destinado a ventilar somente compartimentos de utilização transitória.

Economia - Unidade autônoma de uma edificação, passível de tributação.

Edícula - Denominação genérica para compartimento acessório de habitação, separado da edificação principal.

Edificação de Ocupação Mista - Possui caracterizado mais de um tipo de uso.

Edifícios garagens - Construção destinada ao estacionamento de veículos.

Elevador - Máquina que executa o transporte em altura de pessoas e mercadorias.

Embargo de Obra - Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo.

Equipamentos Comunitários - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.

Equipamentos Urbanos - São os equipamentos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado.

Escala - Relação das dimensões do desenho e a do que ele representa.

Especificação - Discriminação dos materiais e serviços empregados numa construção.

Estabelecimento - Local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços.

Estacionamento - Espaço reservado para um ou mais veículos.

Explosivos - Consideram-se explosivos:

Cartuchos de guerra, caça e mina;

Fogos de artifício;

Nitroglicerina, seus componentes e derivados;

Pólvora e algodão-pólvora;

Fulminatos, cloros, forminatos e congêneres.

Fachada - Elevação das paredes externas de uma edificação.

Faixa de Domínio - É a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e de seus acessórios.

Faixa "non aedificandi" - Área do terreno onde não é permitida a construção.

Faixa de Proteção - Faixa paralela a um curso d'água, medida a partir da sua margem e perpendicular a esta, destinada a proteger as espécies vegetal e animal desse meio, e da erosão.

Faixa de Rolamento - É a subdivisão longitudinal de uma pista de rolamento, por onde flui uma única fila de veículos;

Faixa Sanitária - Área do terreno onde não é permitida qualquer construção, e cujo uso está vinculado à servidão de passagem, para efeito de drenagem, captação de águas pluviais, ou colocação de redes de esgotos.

FATMA - Fundação do Meio Ambiente.

Feira Livre - Local ao ar livre que funciona com o objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção.

Festejos Públicos - São os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público.

Fiança - Obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor, caso este não cumpra a obrigação.

Filtro Anaeróbico - Unidade de tratamento biológico do efluente da

fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbicas, cujo meio filtrante mantém-se afogado.

Fossa Séptica - Unidade de sedimentação e digestão, de fluxo horizontal e funcionamento contínuo, destinado ao tratamento primário de esgotos sanitários.

Fundações - Parte da construção destinada a distribuir as cargas de edificação sobre um terreno.

Gabarito - É o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação.

Galeria - Corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, um comércio.

Galeria Comercial - Conjunto de lojas voltadas para passeio coberto, interligando duas vias públicas.

Galpão - Construção constituída por uma cobertura fechada total ou parcialmente, pelo menos em três das suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial;

Garagem Bloqueada - Garagem ligada a circulação de veículos através de outra garagem.

Garagem Livre - Garagem ligada diretamente a circulação interna de veículos.

Gêneros Alimentícios - Substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e ao seu desenvolvimento.

Guarda Corpo - É a vedação de proteção contra quedas.

Habitação - Lugar ou casa onde se habita, morada ou residência.

Habite-se - Documento expedido pelo Município que autoriza a ocupação de uma edificação.

Hachura - Raiado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio-tom.

Hall - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.

Índice de Aproveitamento - É calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área escriturada deste mesmo terreno.

Infração - Violação da Lei.

Infrator - Todo aquele que cometer mandar ou auxiliar a praticar infração.

Jusante - Para o lado que vaza a maré, ou um curso de água.

Interdição - Determinação da proibição de uso de parte ou da totalidade de uma obra ou edificação quando constituir ameaça a segurança de pessoas, bens ou equipamentos, a estabilidade das construções próximas ou quando houver prejuízo a higiene e a saúde pública.

Jirau - Piso intermediário dividindo compartimento existente com área até ¼ da área do compartimento.

Kit - Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de

cada pavimento nas edificações comerciais.

Kitchenete - Unidade residencial formada de sala e quartos conjugados, banheiro e pequena cozinha, não necessariamente separada da sala.

Ladrão - Tubo de descarga colocado nos depósitos de água, banheiro, pias etc., para escoamento automático do excesso de água.

Lavabo - Instalação sanitária composta de pia e vaso sanitário.

Lavatório - Cuba para lavar as mãos, com água encanada e esgoto pluvial.

Licença - É ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei.

Licenciamento da Obra - Ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra.

Lindeiro - Limítrofe.

Logradouro Público - Toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população.

Loja - Espaço reservado a comercialização de produtos.

Lote - Porção de terreno com testada para logradouro público.

Loteamento - Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros.

Lote Mínimo - Porção mínima permitida de um terreno líquido como resultado de processos de parcelamento do solo (loteamento, desmembramento e remembramento), representado em metros quadrados.

Manancial - Qualquer corpo d'água, superficial ou subterrâneo, utilizado para abastecimento humano, industrial, animal ou irrigação.

Marquise - Cobertura em balanço sobre o logradouro.

Meio-fio - Peça de pedra ou de concreto que separa em desnível o passeio da pista de rolamento.

Memorial Descritivo - Texto contendo especificações sobre materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas numa edificação ou parcelamento de solo.

Mezanino - Pavimento situado no interior de outro compartimento com acesso exclusivamente através deste e pé direito reduzido.

Montante - Para o lado da nascente de um rio.

Nível de SomdB (A) - Intensidade do som medido na curva de ponderação "A" definido na NBR 10.151-ABNT.

N.D.A. - Nível de Degradação Ambiental, estabelecido pela FATMA. Classifica-se em:

Pequeno,
Médio,
Alto.

Olho d'água / Nascente - Local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento lençol freático.

Parapeito - É a vedação de proteção de sacadas.

Pára-Raios - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.

Parede Cega - Parede sem abertura.

Pavimento - Conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, de uma edificação; entepiso de uma edificação, desconsiderados os mezaninos e sobrelojas.

Pavimento Térreo - Piso ao nível da rua.

Passeio - Parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres; parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separado por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas.

Patamar - Superfície intermediária entre dois lances de escada.

Pé-Direito - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.

Penalidade - Conjunto ou sistema de penas impostas pela lei.

Perímetro Urbano - Linha que separa a zona urbana da área ou zona rural.

Pista de Rolamento - Parte da via pública destinada a circulação e estacionamento de veículos.

Plano Diretor - Conjunto de leis urbanísticas, definidas pelas Leis de Zoneamento de Uso e Ocupação de Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Perímetro Urbano e pelos Códigos de Posturas e Edificações.

Play-Ground - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.

Poço de Iluminação - Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos.

Poluição Ambiental - Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população.

Posto de Abastecimento - É o estabelecimento que se destina à venda no varejo, de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado e óleos lubrificantes.

Posto de Serviço - É o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento, oferece ainda serviços de lavagens, lubrificações de veículos e outros serviços correlatos.

Posto Garagem - É o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento e Posto de serviço, oferece também áreas destinadas à guarda de veículos.

Prisma de Iluminação e Ventilação: é o espaço "non edificandi" mantido livre, dentro do lote, em toda a altura de uma edificação destinada a garantir, obrigatoriamente, a iluminação e ventilação dos compartimentos habitáveis que com ele se comunicam.

Prisma de Ventilação: é o espaço "non edificandi" mantido livre, dentro do lote, em toda a altura de uma edificação destinada a garantir a ventilação dos compartimentos não-habitáveis que com eles se comunicam.

Produto Perigoso - Toda substância que possa ser considerada combustível, inflamável, explosiva, tóxica, corrosiva ou radioativa.

Profundidade de um Compartimento - É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta.

Reconstrução - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra em parte ou em todo.

Recuo - É a incorporação ao logradouro público de uma área pertencente à propriedade particular e destinada a futura ampliação deste logradouro.

Reforma - Fazer obra que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação.

Reincidente - É quem violar os preceitos da Lei, por cuja infração já tenha sido autuado e punido.

Remembramento - A junção de dois ou mais lotes formando um novo lote.

RRT - Registro de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

Ruído - Qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

Sacada - Construção que avança da fachada de uma parede.

Saguão - Sala de entrada da edificação onde se encontra o hall e a circulação principal.

Sala Comercial - Unidade autônoma para comércio e prestação de serviços.

Sarjeta - Escoadouro, nos logradouros públicos, para as águas da chuva.

Sobreloja - Pavimento situado acima da loja, com acesso exclusivo através desta e sem numeração independente.

Sótão - Compartimento de edificação situado no interior do volume formado pelo telhado com inclinação máxima de 45° (quarenta e cinco graus).

Subsolo - Pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior ao pavimento térreo ou ao terreno natural, medido no ponto médio da fachada perpendicular às curvas de nível.

Sumidouro - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar a sua infiltração.

Tapume - Vedação provisória feita em tábuas ou material similar para proteção de obras.

Talvegue - Linha de maior profundidade no leito fluvial. Resulta da intersecção dos planos das vertentes com dois sistemas de declives convergentes; é o oposto de crista.

Taxa de Ocupação - A relação percentual entre a projeção horizontal da edificação e a área total do terreno.

Telheiro - Superfície coberta e sem paredes em todas as faces.

Terraço - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.

Terreno Baldio - Terreno não edificado, sem proveito ou uso definido.

Testada - É a linha que separa o logradouro público da propriedade particular.

Tombamento - É a declaração, pelo Poder Público, do valor histórico, paisagístico, artístico ou científico de coisas que, por essa razão, devem ser preservadas; o tombamento pode acarretar uma restrição individual, reduzindo os direitos do proprietário, ou uma limitação geral, quando abrange uma coletividade,

obrigando-a a respeitar padrões urbanísticos e arquitetônicos, como ocorre com o tombamento de núcleos históricos.

Unidade de Moradia - Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com o apartamento.

Uso Permitido - forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza.

Uso Inadequado - Usos incompatíveis com o zoneamento.

Uso Tolerado - Permitido somente se ouvido o Órgão de Planejamento Municipal e com exigências extremamente rigorosas.

Valas de Filtração - Unidade complementar de tratamento do efluente da fossa séptica, por filtração biológica, constituída de tubulação e leito filtrante.

Valas de Infiltração - Valas destinadas a receber o efluente da fossa

séptica, através de tubulação convenientemente instalada e a permitir sua infiltração em camadas superficiais do terreno.

Varanda - Espécie de alpendre à frente e/ou em volta de uma edificação.

VRF – Valor de Referência Fiscal.

Vazio Urbano - Lotes não edificados servidos de infra-estrutura urbana; Vazios urbanos são áreas não ocupadas por atividades urbanas, encravadas no interior da estrutura da cidade, cujas dimensões permitem o parcelamento na forma de loteamentos médios e pequenos (áreas públicas: terrenos militares, terrenos do INCRA; áreas privadas: antigos sítios; propriedades rurais desativadas).

Vestíbulo - Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações.

Vistoria - Diligência efetuada pela municipalidade tendo por fim verificar as condições de uma construção ou obra.

Zoneamento - Repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo; visa dar a cada região a utilização mais adequada em função do sistema viário, recursos naturais, topografia e a infra-estrutura existente através da criação de zonas de uso e ocupação.

LEI COMPLEMENTAR 37

LEI COMPLEMENTAR Nº 37, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Institui a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo do município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º O controle do uso e da ocupação do solo municipal visa promover a redução das desigualdades territoriais garantindo a função social da Cidade e da propriedade entendendo-se como tal, a distribuição equitativa dos equipamentos urbanos e comunitários e sua articulação com a área rural.

§ 1º Zoneamento é a divisão da área do perímetro do Município em zonas, para as quais são definidos os usos e os parâmetros de ocupação do solo.

I -uso do solo é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada zona, podendo esses usos ser definidos como:

- a) permitidos;
- b) permissíveis;
- c) e proibidos.

II -ocupação do solo é a maneira que a edificação ocupa o lote em função das normas e parâmetros urbanísticos incidentes sobre os mesmos, que são:

- a) índice de aproveitamento;
- b) número de pavimentos / gabarito;
- c) recuo;
- d) taxa de ocupação; e
- e) taxa de permeabilidade.

§ 2º Dos índices urbanísticos:

I -Índice de aproveitamento: é o valor que se deve multiplicar pela área do terreno para se obter a área máxima a construir, variável para cada Zona, sendo que no cálculo do índice de aproveitamento, conforme a fórmula desse inciso, não serão computados os seguintes elementos:

- a) hall de entrada e área de escadaria;
- b) área de estacionamento/garagens obrigatórias;
- c) área de recreação e lazer comum com no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do pavimento tipo coberto;
- d) floreiras;
- e) caixa d'água;

- f) poço de elevador e casa de máquinas;e
- g) sacadas, desde que não vinculadas à área de serviço.

II -Número de pavimentos/gabarito: é a altura medida em pavimentos, contados a partir do pavimento térreo, sendo que será considerado como pavimento térreo o pavimento mais próximo do nível da rua;

III -Recuo: é a distância entre o limite extremo da área ocupada por edificação e a divisa do lote;

IV -Taxa de ocupação: é a proporção entre a área máxima da edificação projetada sobre o lote e a área deste mesmo lote, a ser calculada conforme a fórmula desse inciso, sendo que não serão computados para efeito de cálculo da taxa de ocupação:

- a) hall de entrada, área de escadaria e poço de elevador;
- b) sacadas não vinculadas a área de serviço;
- c) beiral com até 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- d) marquises;
- e) pérgulas de até 5,00m (cinco metros) de largura;
- f) áreas destinadas obrigatoriamente à circulação e estacionamento de veículos.

V -Taxa de permeabilidade: é a proporção de área do lote que não recebe pavimentação para absorção de águas pluviais.

§ 3º Dos usos do solo urbano:

I - uso permitido: é o uso adequado às zonas, sem restrições;

II - uso permissível: é o uso passível de ser admitido nas zonas, a critério do órgão responsável do Município e do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

III - uso proibido: uso inadequado às zonas.

§ 4º Da terminologia:

I -Alvará de Construção: documento expedido pelo Município que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização;

II - Consulta de Viabilidade Técnica: documento indispensável, prioritário de encaminhamento à municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona;

III - Alvará de Localização e Funcionamento: documento expedido pela Municipalidade que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade, sujeita à regulação por Lei;

IV - Habite-se ou Termo de conclusão de obras: autorização concedida pelo Município para utilização de uma edificação ou que a obra foi concluída, assim sendo calçadas, muros, torres, calçamentos, asfalto;

V - Ampliação ou reforma em edificações: obra destinada a benfeitorias em edificações já existentes, sujeitas também a regulamentação pelo Código de Obras do Município;

VI - Equipamentos comunitários: são os equipamentos de uso público de educação, cultura, saúde, lazer, segurança, assistência social, treinamento profissional, associativismo e similares, quando pertencentes ao Poder Público;

VII - Equipamentos urbanos: são os equipamentos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica, coleta de lixo, gás canalizado, estações de abastecimento e de tratamento de efluentes domésticos e industriais;

VIII - Faixa de proteção e drenagem: faixa paralela a um curso d'água medida a partir de sua margem, destinada à proteção de erosão e a amenizar o problema das cheias;

IX - Regime urbanístico: conjunto de medidas relativas a uma determinada zona que estabelecem a forma de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e ao entorno;

X - Faixa de domínio: área contígua marginal às vias de tráfego intermunicipal e interestadual, e paralelas às redes de energia de alta tensão, sendo vedada a construção, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 2º O controle do uso e da ocupação do solo tem por objetivos:

I - estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência nas relações do homem com o ambiente, e das atividades que os permeia;

II - promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade de valores estético, paisagístico, naturais ou culturais;

III - prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo urbano, como medida para a gestão do bem público e da oferta de serviços públicos, compatibilizados com a necessidade de crescimento ordenado;

IV - compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço urbano;

V - aplicar os instrumentos jurídicos da Outorga Onerosa, do Direito de Construir, Transferência do Direito de Construir, IPTU Progressivo, Estudo do Impacto de Vizinhança, Direito de Preempção e outros previstos na Lei do Plano.

CAPÍTULO II

DO ZONEAMENTO

Art. 3º. O Zoneamento consiste na divisão do território em macrozonas e zonas, estabelecendo as diretrizes para o uso e ocupação do solo do Município, tendo como referência as características dos ambientes natural e construído.

§ 1º As macrozonas são unidades territoriais contínuas que fixam os princípios fundamentais do uso e ocupação do solo em concordância com a política do desenvolvimento físico-territorial, definido uma visão de conjunto que integra todo o Município.

§ 2º As zonas são subdivisões das macrozonas em unidades territoriais que servem como referencial mais detalhado para a definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo, definindo as áreas de interesse de uso onde se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação.

Seção I

Das Macrozonas

Art. 4º O território do Município de Ouro fica dividido em quatro macrozonas:

I -MU: Macrozona Urbana, que corresponde à porção urbanizada do território com ocupação mais densa e consolidada;

II -MQU: Macrozona de Qualificação Urbana, que corresponde a área do perímetro urbano do Distrito de Santa Lúcia, com tendência à

ocupação e adensamento com características mista e residencial, conforme Mapa de Macrozoneamento, Anexo III;

III -MEUM: Macrozona de Expansão Urbana Mista, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento de uso misto, localizada ao longo da rodovia SC-467, da Sede até a divisa do Município com o Município de Jaborá, conforme Mapa de Macrozoneamento constante do Anexo III;

IV -MR: Macrozona Rural, que corresponde às áreas localizadas fora do perímetro urbano com característica agropecuária.

Parágrafo único. Os perímetros dos elementos dos zoneamentos estão definidos nos Mapas de Macrozoneamento constante do Anexo III e Mapa de Zoneamento constante no Anexo IV, partes integrantes desta Lei Complementar.

Art. 5º São objetivos da Macrozona Urbana:

I - controlar e direcionar o adensamento urbano, em especial nas áreas com melhores condições de urbanização, adequando-o à infraestrutura disponível;

II - possibilitar a instalação de uso misto e residencial;

III - orientar os planos, projetos e ações, relacionados à implantação e manutenção da infraestrutura;

IV - implantar novos usos e atividades, inclusive o habitacional de interesse social;

V - incrementar a capacidade da infraestrutura de saneamento;

VI - implantar os espaços de lazer, preferencialmente de uso público;

VII - melhorar a integração das áreas consolidadas com as demais;

VIII - reordenar os usos e atividades existentes a fim de evitar conflitos;

IX - incentivar a ocupação de vazios urbanos.

Art. 6º A Macrozona Urbana é delimitada pela área do perímetro urbano da sede do município de Ouro e de seu Distrito, e fica subdividida nas seguintes Zonas:

I - ZMC: Zona Mista Comercial;

II - ZMD1: Zona Mista Diversificada 1;

III - ZMD2: Zona Mista Diversificada 2;

IV - ZIR1: Zona de Interesse Residencial 1;

V - ZIR2: Zona de Interesse Residencial 2;

VI - ZEIS: Zona Especial de Interesse Social;

VII - ZPP: Zona de Preservação Permanente.

§ 1º As zonas são limitadas por limites do perímetro urbano, vias, por divisa de lotes e cursos d'água.

§ 2º O Regime Urbanístico para os lotes de ambos os lados das vias que limitam zonas diferentes, serão os da Zona de Parâmetro Urbanístico menos restritivo.

§ 3º Para efeito do parágrafo anterior, a profundidade considerada não será superior à profundidade média dos lotes da zona.

§ 4º Fica estipulado o prazo máximo de 10(dez) anos para a retirada de atividades agropecuárias existentes dentro do perímetro urbano da Sede do Município, sendo proibido ampliação e novos investimentos nesta área.

Art. 7º A Zona Mista Comercial tem por objetivo incentivar a instalação de atividades comerciais e de prestação de serviços, fortalecendo a área comercial existente, compatibilizando com a infraestrutura e sistema viário existente, viabilizando maior adensamento.

Art. 8º A Zona Mista Diversificada tem por objetivo concentrar atividades de uso misto e diverso de natureza comercial, prestação de serviços e indústrias de baixo

impacto ambiental e outros compatíveis, toleráveis e admissíveis, dadas as condições de acessibilidade.

Parágrafo único. A Zona Mista Diversificada subdivide-se em:

I - ZMD I: Zona Mista Diversificada I – que corresponde a uma faixa de 110m(cento e dez metros) para cada lado do eixo da rodovia SC-467, sentido Jaborá, uma faixa de 110m(cento e dez metros) para cada lado do eixo da rodovia SC-150, sentido Lacerdópolis e uma faixa de 40m(quarenta metros), para cada lado do eixo da Rua Presidente Kenedy, sentido Coxilha Seca, até o término do perímetro urbano e uma faixa de 110m(cento e dez metros) para cada lado do eixo da rodovia SC-467, dentro do perímetro do Distrito Santa Lúcia, conforme Mapa de Zoneamento, Anexo IV.

II - ZMD II: Zona Mista Diversificada II – que corresponde aos lotes fronteiros às ruas Felipe Schmidt, 7 de Setembro, São Paulo, Esmeralda, uma faixa de 100m(cento metros) posterior a ZPP, quando não houver parcelamentona Rua Felipe Schmidt e área no sentido de Lacerdópolis com prolongamento até a divisa do perímetro urbano, conforme Mapa de Zoneamento, Anexo II.

Art. 9º A Zona de Interesse Residencial tem por objetivo destinar prioritariamente a instalação de residências visando um adensamento baseado no dimensionamento das redes de infraestrutura urbana, do sistema viário e configuração da paisagem.

Parágrafo único. A Zona de Interesse Residencial subdivide-se em:

I - ZIR I: Zona de Interesse Residencial I – que corresponde a parte do Centro da cidade e Bairro Parque Jardim Ouro;

II - ZIR II: Zona de Interesse Residencial II – que corresponde áreas contidas no perímetro urbano da Sede ainda sem parcelamento e áreas restantes do perímetro urbano do Distrito Santa Lúcia.

Art. 10. A Zona de Especial de Interesse Socialtem por objetivo destinar prioritariamente a produção de Habitações de Interesse Social e ampliação de equipamentos urbanos beneficiando a população de menor renda.

Art. 11. A Zona de Preservação Permanente tem por objetivo proteger as áreas definidas como preservação ao longo dos rios, nascentes e encostas.

§ 1º Na Zona de Preservação Permanente (ZPP), em áreas consolidadas do perímetro urbano, será respeitada uma faixa de preservação permanente de 15m (quinze metros) para cada lado de rios e córregos e uma faixa de preservação de um raio de 50m (cinquenta metros) das nascentes, salvo legislações superiores vigentes.

§ 2º Na Zona de Preservação Permanente (ZPP) em áreas não consolidadas (áreas das macrozonas de expansão urbanas) será respeitada uma faixa de preservação permanente de trinta metros (30m) de rios e córregos e uma faixa de preservação de um raio de cinquenta metros (50m) das nascentes.

§ 3º Ficam proibidos, na Zona de Preservação Permanente (ZPP), quaisquer uso, salvo a execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, com prévia autorização do órgão ambiental, após realização de estudos ambientais pertinentes, nos termos da Resolução CONAMA nº 369/2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

§ 4º Serão permitidas reformas em prédios existentes nesta zona, sem acréscimo de área.

§ 5º Os rios e córregos canalizados deverão respeitar da área de 5,0 (cinco metros) de faixa de preservação permanente.

§ 6º Considera-se canalizados os rios que tem fechamento lateral e superior.

Art. 12. São objetivos das Macrozonas de Qualificação Urbana:

- I - promover o Desenvolvimento Econômico sustentável;
- III - viabilizar a Regularização urbanística e fundiária do Distrito;
- IV - pavimentar as Estradas Municipais definidas com Eixos Estruturantes;
- V - conservar os Recursos Naturais.

Art. 13. A Macrozona de Qualificação Urbana é delimitada pela área do perímetro urbano do Distrito de Santa Lúcia.

Art. 14. São objetivos das Macrozonas de Expansão Urbana Mista:

- I - direcionar e incentivar o adensamento, após a ocupação da zona urbana consolidada;
- II - promover ações de estruturação viária com vistas a propiciar o desenvolvimento ordenado;
- III - viabilizar a regularização urbanística e fundiária de áreas irregulares;
- IV - implantação e qualificar a infraestrutura urbana;
- V - conservar os recursos naturais;
- VI - implantar novos usos e atividades, incentivando o uso misto.

Art. 15. A Macrozona de Expansão Urbana Mista é delimitada pela área de uma faixa de 110m (cento e dez metros) para cada lado do eixo da rodovia SC-467, sentido Jaborá até a divisa do Município.

Art. 16. São objetivos da Macrozona Rural:

- I - garantir o uso racional dos recursos do solo e dos recursos hídricos;
- II - garantir a proteção dos mananciais;
- III - garantir a preservação ambiental e o uso cuidadoso dos recursos naturais;
- IV - promover o desenvolvimento econômico sustentável;
- V - incentivar o desenvolvimento das atividades agropecuárias;
- VI - promover e incentivar a diversificação da Propriedade Rural;
- VII - dotar a Macrozona Rural de infraestrutura básica;
- VIII - incentivar o desenvolvimento do turismo rural.
- IX - na Macrozona Rural será incentivado a construção de cisternas para aproveitamento da água da chuva.

Art. 17. A Macrozona Rural é delimitada pela área rural do Município com características de desenvolvimento de atividade agropecuária.

CAPÍTULO III DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO E ESTACIONAMENTO

Art. 18. Em todo o edifício ou conjunto residencial com quatro ou mais unidades será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

- I - quota de 6m² (seis metros quadrados) por unidade de moradia, nunca menor que 40m² (quarenta metros quadrados), podendo ser subdividida em no máximo 02 (duas) áreas;
- II - localização em área isolada sobre os terraços, ou no térreo, desde que protegidas de ruas, locais de acesso a veículos e de estacionamento;
- III - superfície permeável com areia ou grama de no mínimo de 12m² (doze metros quadrados), incluída na quota estipulada no inciso I.

Art. 19. As áreas mínimas destinadas ao estacionamento de veículos estão estabelecidas em função do uso da Tabela II - Garagem / Vagas de Estacionamento, Anexo VII, parte integrante a esta Lei.

Art. 20. A fim de garantir o estacionamento dos veículos particulares fora das vias públicas serão exigidas vagas de estacionamento em garagens, abrigos ou áreas descobertas, de conformidade com a Tabela II - Garagem / Vagas de Estacionamento, Anexo VII, parte integrante desta Lei.

§ 1º As vagas devem possuir dimensões mínimas de 2,50m (dois metros e cinqüentacentímetros) x 5,00m (cinco metros), devidamente demonstrados no projeto, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo, ou equivalente a 12,50m² (doze metros e cinquenta centímetros quadrados) por vaga, incluindo área necessária à manobra.

§ 2º Nas garagens ou estacionamentos de usos coletivos será admitido que as vagas sejam vinculadas entre si, quando se tratar das vagas da mesma unidade.

§ 3º O número de vagas para o uso de atividades não especificadas na Tabela II - Garagens / Vagas de Estacionamento, Anexo VII será calculado por analogia.

§ 4º Deverão ser demarcados os acessos por meio de rebaixo de meio fio, admitindo-se, no máximo 2 (dois) acessos, entrada e saída, com

no mínimo 3,00 m (três metros) de largura cada um.

§ 5º Os espaços destinados aos estacionamentos e pátios de carga e descarga, deverão estar situados totalmente dentro dos limites do lote.

Art. 21. Os espaços destinados à garagem ou estacionamento não poderão sofrer modificações de uso.

Art. 22. No cálculo do número mínimo de vagas de estacionamento deverão ser reservadas vagas para deficientes físicos, localizadas próximo das entradas dos edifícios destinados aos usos comerciais e de serviços públicos, com largura mínima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) e comprimento de 5,00m (cinco metros), nas seguintes proporções:

I - até 25 vagas: 1 vaga;

II - de 25 a 50 vagas: 2 vagas;

III - de 51 a 75 vagas: 3 vagas;

IV - de 76 a 100 vagas: 4 vagas;

V - de 101 a 150 vagas: 5 vagas;

VI - de 151 a 200 vagas: 6 vagas;

VII - de 201 a 300 vagas: 7 vagas;

VIII - mais de 300 vagas: 8 vagas e mais uma para cada 100 (cem) vagas ou fração.

Art. 23. Para as edificações já existentes até a data de aprovação desta Lei, que forem objeto de obras de reforma, sem ampliação da área construída, mesmo com mudança

de uso não será exigido o provimento de vagas de estacionamento, devendo permanecer as vagas de garagem pré-existentes.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto no art. 22, não se aplica para os usos Uso 5B, Uso 6, Uso 7 e especificamente para bancos.

§ 2º As edificações de que trata o caput deste artigo, que receberem obras de ampliação da área construída, será exigido o provimento de vagas de estacionamento, calculado sobre a área acrescida, na proporção estabelecida na Tabela II - Garagem / Vagas de Estacionamento, Anexo VII, parte integrante desta Lei.

§ 3º As vagas de estacionamento de que trata o § 2º poderão localizar-se em outro imóvel, a uma distância máxima de 100m (cem metros), desde que vinculada à edificação por intermédio de averbação na escritura pública anterior ao registro da ampliação, observada a capacidade disponível de vagas do imóvel.

CAPÍTULO IV

DA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DOS USOS DO SOLO

Art. 24. A classificação e a relação dos usos do solo do Município de Ouro constam no Anexo VI, parte integrante desta Lei Complementar.

CAPÍTULO V

DOS RECUOS E AFASTAMENTOS

Art. 25. Os recuos frontais e afastamentos laterais e de fundos mínimos de cada edificação, com relação ao alinhamento predial e às divisas laterais e de fundos, serão sempre tomadas perpendicularmente em relação às mesmas, a partir do ponto mais avançado da edificação, devendo ser respeitados, conforme Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Anexo V desta Lei.

§ 1º Em terrenos com alicive/declive maior que 30% (trinta por cento) não terão obrigatoriedade de respeitar os recuos frontais, desde que respeitados as declividades máximas permitidas.

§ 2º Os terrenos de esquinas deverão respeitar 100% (cem por cento) do recuo estipulado para sua zona na rua considerada como principal e, 50% (cinquenta por cento) do recuo estipulado para sua zona na rua considerada secundária, conforme determinado no gabarito e hierarquia de vias, Anexo VIII, desta Lei.

§ 3º Os proprietários de terras fronteiriças às estradas municipais terão um prazo de 10 (dez) anos para se adequarem aos recuos estabelecidos no Mapa dos Eixos de Desenvolvimento, Anexos I e II - recuos de propriedades e estradas municipais.

§ 4º Nas zonas ZMC, ZMD I e ZMD II poderão não ter recuo frontal em toda extensão da fachada, desde que o pavimento térreo seja de uso comercial em toda sua área, salvo a área de acesso ao condomínio, quando existir, e sacadas embutidas, não sendo permitido, neste caso, detalhes arquitetônicos com saliências frontais.

§ 5º Nos recuos laterais serão permitidas paredes cegas até o quarto pavimento, desde que o prédio seja de uso misto.

§ 6º Quando uma rodovia estadual estiver na travessia urbana e não houver faixa marginal será obrigatório recuo frontal mínimo de 4m (quatro metros) para novos empreendimentos.

§ 7º Os terrenos de esquinas deverão ser acrescido na área do lote 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 26. Os espaços livres, definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, devendo ser tratados como áreas verdes conforme taxa de permeabilidade especificada na Tabela I – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, desta Lei, ressalvando-se o direito à realização das seguintes obras:

I - muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;

II - garagem ou estacionamento com capacidade máxima para dois veículos no afastamento frontal das edificações residenciais, quando implantadas em terrenos que não permitam a execução de rampas de acesso no afastamento frontal com declividade de até 30% (trinta por cento), sendo vedada qualquer edificação sobre a mesma;

III - varandas ou coberturas para abrigos, no recuo de fundos e/ou num dos afastamentos laterais, vedado, porém, o seu fechamento frontal, podendo a cobertura ser utilizada como terraço, vedada qualquer edificação sobre a mesma;

IV - central de gás, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;

V - edícula ocupando os recuos laterais e de fundos,

VI - poços de elevadores e vãos de escadarias, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;

VII - sacadas desde que não vinculadas à área de serviço, poderão avançar até 50% (cinquenta por cento), sobre os recuos, porém nunca

distar menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da(s) divisa(s).

CAPÍTULO VI DOS ALVARÁS

Art. 27. Nos casos de edificações irregulares, antigas ou não, sua regularização se fará mediante a apresentação de documentos exigidos pelos órgãos federais, estaduais competentes, documento de posse do imóvel, projeto arquitetônico e hidrossanitário da edificação e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de profissional habilitado:

I - o setor competente do Município emitirá parecer favorável ou não à regularização da edificação com base nos projetos e laudos técnicos apresentados;

II - no caso de parecer desfavorável à regularização, o Município exigirá as adequações necessárias, as quais deverão ser executadas e vistoriadas para a emissão do habite-se.

Art. 28. Para as edificações existentes que contrariam as disposições de permeabilidade, taxa de ocupação e índice de aproveitamento, poderão ser aprovados mediante apresentação de laudo técnico que comprove a existência da edificação em data anterior à aprovação desta Lei.

§ 1º Será proibida a ampliação nas edificações cujos usos contrariem as disposições desta Lei.

§ 2º A concessão de alvará para construir ou ampliar obra residencial, comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente poderá ocorrer com observância das normas de uso e ocupação do solo urbano estabelecidos na Tabela I - De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, parte integrante desta Lei.

Art. 29. Os alvarás de construção expedidos anteriormente a esta Lei serão respeitados, desde que a construção tenha sido iniciada ou se inicie no prazo de 06 (seis) meses, a partir da data de publicação desta Lei.

§ 1º Uma construção é considerada iniciada se as fundações e baldrame estiverem concluídos.

§ 2º Todos os projetos protocolados até a publicação desta Lei, para sua aprovação, serão levados em consideração as regras da legislação vigente na época do protocolo.

Art. 30. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente serão concedidos desde que observadas as normas estabelecidas nesta Lei, quanto ao uso do solo previsto para cada zona.

Art. 31. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, serão concedidos sempre a título precário.

Parágrafo único. Os alvarás a que se refere o presente artigo poderão ser cassados desde que o uso demonstre reais inconvenientes, contrariando as disposições desta Lei, ou demais leis pertinentes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do Município.

Art. 32. A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviço ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições desta Lei.

Parágrafo único. Para as mudanças de ramo, poderão ser dispensadas, desde que plenamente justificadas, as vagas de garagem/estacionamento.

Art. 33. A permissão para a localização de qualquer atividade considerada como perigosa, nociva ou incômoda, dependerá da aprovação do projeto completo, se for o caso, pelos órgãos competentes da União, do Estado e do Município, além das exigências específicas de cada caso, podendo ser aplicado o instituto legal da Outorga Onerosa do Direito de Construir, Estudo de Impacto de Vizinhança e de alteração de uso, conforme lei municipal específica baseada neste Plano Diretor.

Parágrafo único. São consideradas perigosas, nocivas e incômodas aquelas atividades que por sua natureza:

I - coloquem em risco pessoas e propriedades circunvizinhas;

II - possam poluir o solo, o ar e os cursos d'água;

III - possam dar origem a explosão, incêndio e trepidação;

IV - produzam gases, poeiras e detritos;

V- impliquem na manipulação de matérias-primas, processos e ingredientes tóxicos;

VI - produzam ruídos e conturbem o tráfego local.

Art. 34. Toda a atividade considerada de grande porte dependerá de aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal para a sua localização.

Parágrafo único. É atribuição do Conselho estabelecer, por resolução, quanto ao Porte Pequeno, Médio ou Grande, as atividades comerciais, prestação de serviços ou industriais.

TÍTULO II DO PARCELAMENTO DO SOLO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. As normas de parcelamento do solo prevista nesta Lei Complementar são de cumprimento obrigatório por todos os proprietários de imóveis, sejam estes pessoas de direito público ou de direito privado, sem prejuízo da observância à legislação superior vigente que regule a matéria, seja em âmbito federal ou estadual, em especial a Lei Federal nº 6.766/79 com alterações dadas pela Lei nº 9.785/99 e Lei Estadual nº 6.063/82 e suas alterações, bem como ainda as demais normas que as substituam ou complementarem.

§ 1º A execução de qualquer parcelamento do solo para fins urbanos, no âmbito do Município, depende de aprovação pelo Poder Público.

§ 2º As normas de parcelamento do solo estarão submetidas à regulamentação própria nos casos de regularização de parcelamentos

clandestinos ou irregulares implantados no Município, bem como nos casos de empreendimentos de habitação de interesse social com intervenção do Poder Público Municipal.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Loteamento é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos, ou prolongamento, modificação, ou ampliação das vias existentes;

II - Desmembramento é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;

III - Remembramento é a junção de dois ou mais lotes para formarem apenas um imóvel;

IV - Desdobro é a divisão de um lote urbano destinado e já individualizado em dois ou mais lotes, em unidades autônomas, desde que cumpridos os requisitos de metragem total e de testadas previstas no artigo 64 desta Lei.

§ 4º Os loteamentos e desmembramentos somente serão admitidos se deles resultarem lotes edificáveis, de acordo com o estabelecido nas Macrozonas de Expansão Urbana Mista, Macrozonas de Qualificação Urbana e Zonas urbanas estabelecidas na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, desta Lei.

§ 5º Serão permitidas servidões de no mínimo 5m(cinco metros), somente para atender dois lotes, desde que os mesmos tenham área mínima estabelecida nesta Lei.

§ 6º Nas áreas de loteamentos já aprovados anteriormente à vigência desta Lei Complementar poderá haver parcelamento com declividade máxima de 45º (quarenta e cinco graus), desde que apresente laudo geológico demonstrando a inexistência de riscos e aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ouro.

Art. 36. Os Parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona Urbana, Macrozona de Expansão Urbana Mista e Macrozonas de Qualificação Urbana de acordo com os Limites e Parâmetros fixado na Tabela I - De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V e nos Mapas de Macrozoneamento e Zoneamento, constante nos Anexos III e IV da presente Lei.

Art. 37. Os Loteamentos serão divididos em três categorias:

I - Loteamentos Convencionais;

II - Loteamentos Populares;

III - Loteamentos de Interesse Social.

§1º Loteamentos Convencionais são aqueles em que se exige a implantação de infraestrutura completa, sendo os mesmos realizados por particulares.

§ 2º Loteamentos Populares são aqueles em que são feitas exigências menores no tamanho dos lotes, visando o barateamento do custo da terra para classes menos favorecidas, devendo ter a participação do Poder Público, através dos Instrumentos de Consórcio Imobiliário e da Operação de Interesse Social e Operações Urbanas Consorciadas, conforme estabelecido na Lei do Plano Diretor, Capítulos VIII e IX, podendo ser vendido somente para pessoas de baixa renda e que não possuam outra propriedade, devendo para tanto ter anuência do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§ 3º Loteamentos de Interesse Social são aqueles executados pelo Poder Público ou com promoção a ele vinculada, que deverá providenciar a implantação da infraestrutura, com o fim de resolver problemas de assentamento de populações de baixa renda.

§ 4º Os Loteamentos de Interesse Social e os Loteamentos Populares só poderão ser realizados nas Zonas Especiais de Interesse Social.

§ 5º Lei municipal específica tratará da concessão de incentivos fiscais ao empreendedor que prover o Loteamento Popular com infraestrutura mínima.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES E OBJETOS

Art. 38. Para efeito de aplicação das normas de parcelamento são adotadas as seguintes definições:

I - área Total do Parcelamento é a área que o loteamento, desmembramento ou remembramento abrange;

II - área de Domínio Público é a área ocupada pelas vias de circulação, ruas, avenidas, praças, jardins, parques e bosques. Estas áreas, em nenhum caso poderão ter seu acesso restrito;

III - área Total de Lotes é a resultante da diferença entre a área do parcelamento e a área de domínio público;

IV - arruamento é o ato de abrir via ou logradouro destinado à circulação ou utilização pública;

V - desmembramento é a subdivisão de áreas em lotes com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;

VI - equipamentos comunitários são os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;

VII - equipamentos urbanos são os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado;

VIII - faixa não edificável, área do terreno onde não será permitida qualquer construção;

IX - loteamento é a subdivisão de áreas em lotes, com abertura e efetivação de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamento ou modificação das vias existentes;

X - remembramento é a fusão de lotes com aproveitamento do sistema viário existente;

XI - via de circulação, é a via destinada a circulação de veículos e pedestres.

Art. 39. As normas de Parcelamento do Solo têm como objetivos:

I - orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique parcelamento do solo para fins urbanos;

II - prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;

III - evitar a comercialização de lotes desprovidos de condições para o desempenho de atividades urbanas;

IV - assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo para fins urbanos.

CAPÍTULO III DAS ÁREAS PARCELÁVEIS E NÃO PARCELÁVEIS

Art. 40. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas definidas em Lei Municipal de Perímetro Urbano e nas Macrozonas de Expansão Urbana Mista e Macrozonas de Qualificação Urbana.

Parágrafo único. Na Zona Rural, só será admitido o parcelamento com a prévia anuência do Município e aprovação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ou dos órgãos Estadual e Federal de controle do meio ambiente, conforme legislação federal.

Art. 41. Não será permitido o parcelamento do solo:

- I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as medidas saneadoras e assegurado o escoamento das águas;
- II - nas nascentes, mesmo os chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;
- III - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que tenham sido previamente saneados;
- IV - nas partes do terreno com declividade acima de 30% (trinta por cento), salvo nas condições onde o terreno for superior a 600m² (seiscentos metros quadrados) limitada a declividade de até 40% (quarenta por cento), com uso limitado, conforme regulamentação posterior;
- V - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, podendo o Município exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;
- VI - em terrenos situados em fundos de vale essenciais para o escoamento das águas e abastecimento público, a critério do órgão estadual competente e a anuência do Município;
- VII - em terrenos situados em áreas consideradas reservas ecológicas, de acordo com a resolução da legislação federal e estadual;
- VIII - em terrenos onde exista degradação da qualidade ambiental, até sua correção;
- IX - em faixa de 15,00m (quinze metros) para cada lado das redes de alta tensão, rodovias, ferrovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos competentes;
- X - em terrenos onde for necessária a sua preservação para o sistema de controle da erosão urbana;
- XI - em terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica, salvo se atendidas exigências específicas dos órgãos competentes;
- XII - em imóveis dos quais resultem terrenos encravados ou lotes em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;
- XIII - em imóveis que não possuam frente para logradouros públicos oficiais;
- XIV - em distância mínima de 50,00m (cinquenta metros) das estações de tratamento de esgoto.

CAPÍTULO IV DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS

Art. 42. Os loteamentos deverão atender os seguintes requisitos:

- I - só poderão ser loteadas áreas com acesso direto a via pública em boas condições de trafegabilidade a critério do Município;
 - II - o proprietário cederá ao Município, sem ônus para este, uma percentagem de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área utilizável a lotear e, destes, devem ser destinadas, no mínimo, 8% (oito por cento) para uso institucional, tais como, implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público;
 - III - as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local;
 - IV - todo o projeto de loteamento deverá incorporar no seu traçado viário os trechos que o Município indicar, para assegurar a continuidade do sistema viário geral da cidade;
 - V - os parcelamentos situados ao longo de rodovias estaduais deverão conter ruas marginais paralelas a faixa de domínio das referidas estradas com largura mínima de 12m (doze metros);
 - VI - as áreas mínimas dos lotes bem como as testadas, válidas para lotes em novos loteamentos e para desmembramentos e remembramentos, são as estipuladas na Tabela I De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano - Anexo V, parte integrante desta Lei;
 - VII - os requisitos mínimos de acessibilidade às áreas de uso público estão determinados no Código de Edificações do Município.
- § 1º O Município para aprovação do loteamento, exigirá a reserva de faixa não edificável, quando conveniente e necessário na frente, lado ou fundo do lote para rede de água e esgoto e outros equipamentos urbanos.
- § 2º Os lotes de esquina terão, obrigatoriamente, acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) em sua área, com testada mínima de 15m (quinze metros).
- § 3º Nos desmembramentos dos quais resultem até 5 (cinco) lotes, fica o proprietário isento da obrigação da cessão de áreas públicas ao Município, sendo que, acima deste número, terá a mesma obrigatoriedade do art. 42, II, desta Lei.

CAPÍTULO V DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO

Art. 43. A abertura de qualquer via ou logradouro público deverá obedecer às normas desta Lei e dependerá de aprovação prévia do Município.

Art. 44. Na área urbana as seções transversais, longitudinais e dimensionamento das ruas serão definidas conforme hierarquização viária definida nos artigos 45 e 46 desta Lei.

Art. 45. As vias que integram o sistema viário do Município de Ouro ficam assim classificadas funcionalmente de acordo com suas características:

- I - avenidas;
- II - coletoras;
- III - secundárias.

Art. 46. As vias a que se refere o art. 45 deverão respeitar as seguintes dimensões:

§ 1º Na Sede do Município, as vias deverão ser classificadas como:

I - AVENIDA: não menos que 14m (quatorze metros) sendo, 7m (sete metros) de via, 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros) de estacionamento em um dos lados, 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) de ciclovia e 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio para cada lado;

II - COLETORAS: não menos que 12m (doze metros) sendo, 7m (sete metros) de via, 2m (dois metros) de estacionamento em um dos lados e 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio para cada lado;

III - SECUNDÁRIAS: não menos que 10m (dez metros), sendo 7m (sete metros) de via e 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio para cada lado.

§ 2º No Distrito do Município, as vias deverão ser classificadas como:

I - PRINCIPAIS: não menos que 12m (doze metros) sendo, 7m (sete metros) de via, 2m (dois metros) de estacionamento em um dos lados e 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio para cada lado;

II - SECUNDÁRIA: não menos que 10m (dez metros), sendo 7m (sete metros) de via e 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio para cada lado.

Art. 47. As vias de circulação só poderão terminar nas divisas da gleba a lotear, quando seu prolongamento estiver previsto na estrutura viária do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo ou interessar ao desenvolvimento urbano do Município.

Parágrafo único. Quando não houver previsão de continuidade da estrutura viária pelo Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, esta deverá terminar em praça de retorno.

Art. 48. As vias de acesso sem saída só serão autorizadas se providas de praça de retorno com raio igual ou superior a largura da caixa de rua.

Art. 49. As vias projetadas e previstas serão definidas em Lei Complementar, e deverão ser observadas quando da aprovação de um projeto de parcelamento.

Art. 50. Os loteamentos com testada para a rodovia estadual deverão ter licença e acessos previamente concedidos e aprovados pelo órgão competente, sob pena de serem indeferidos.

Parágrafo único. Os acessos de que trata este artigo deverão ser sinalizados, e terem tratamento paisagístico conforme normas estabelecidas pelo Município.

Art. 51. Todas as vias de circulação a serem projetadas e construídas devem atender os seguintes requisitos:

I - a declividade longitudinal máxima permitida será de 25% (vinte cinco por cento) e a mínima não poderá ser inferior a 1% (um por cento);

II - a declividade transversal máxima permitida será de 4% (quatro por cento) e a mínima de 2% (dois por cento) e esta poderá ser do centro da caixa de rua para as extremidades, ou de uma extremidade da caixa para outra.

§ 1º Nos movimentos de terra ocasionados pela implantação das vias, deverão ser previstas obras e tratamentos de superfície para conter a erosão.

§ 2º Nas áreas onde houver necessidade da retirada da cobertura vegetal existente, deverão ser projetadas obras de contenção de erosão.

Art. 52. A largura da via que constituir prolongamento de outra já existente, ou constante de plano de loteamento já aprovado pelo Município, não poderá ser inferior a largura desta, ainda que pela função e características possa ser considerada de categoria inferior.

Art. 53. Nos cruzamentos das vias públicas os dois alinhamentos deverão ser concordados por um arco de círculo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de raio mínimo.

Art. 54. A identificação das vias e logradouros públicos, antes de sua denominação oficial, poderá ser feita por meio de números.

Art. 55. Os passeios públicos, vias destinadas a circulação exclusiva de pedestres, deverão possuir largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado e declividade máxima de 25% (vinte e cinco por cento), sendo que a partir desta inclinação deverão ser utilizadas escadas de acordo com projeto e/ou normas estabelecidas pelo Município.

Art. 56. Quando da ocupação de terrenos lindeiros as vias do sistema viário básico, com previsão de alargamento, deverá ser observado o nível do pavimento futuro da via para definição dos acessos da edificação, uma vez que estes não poderão ter rampas ou escadas dentro da área de alargamento da via.

Art. 57. A colocação de postes e caixas de passagem das vias com previsão de alargamento deverão ocorrer fora da área de alargamento da via, sempre que viável, ficando assim localizados dentro do passeio oficial previsto para esta via.

CAPÍTULO VI

DAS QUADRAS E LOTES

Art. 58. Na área urbana, as quadras normais não poderão ter comprimento superior a 230m (duzentos e trinta metros), salvo quando para incorporar no traçado do sistema viário existente, desde que não ultrapasse o dobro desta exigência e determinado pelo Município.

Art. 59. Para efeito desta lei, os parâmetros para o dimensionamento dos lotes na área urbana, sejam eles de propriedade pública ou privada, deverão observar o estabelecido na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, da presente Lei.

Art. 60. O lote mínimo para efeito de novas aprovações de parcelamento no Município é de 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados)

de área com testada mínima de 12m (doze metros).

§ 1º Os parâmetros de que trata este artigo poderão ser alterados em casos de lotes com figura geométrica de forma irregular, desde que, possuam testada não inferior a 12,00 m (doze metros) e profundidade média de 16,00m (dezesseis metros).

§ 2º Os lotes de esquina terão obrigatoriedade de testada mínima de 15m (quinze metros).

§ 3º Os loteamentos de interesse social e populares poderão ter metragem menor, sendo, no mínimo, com área de 200m²(duzentos metros quadrados).

Art. 61. Serão permitidas construções ou edificações em lotes existentes que não se encontram nos parâmetros estabelecidos nesta Lei, devendo ser respeitados os índices de aproveitamento taxa de ocupação estabelecidos na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, da presente Lei, para os lotes mínimos da respectiva zona.

Art. 62. Quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes, poderá haver redução das exigências das Normas Técnicas desta Lei Complementar, sendo que:

I - o lote poderá ter a área reduzida para no mínimo 200m² (duzentos metros quadrados) e testada mínima de 10m (dez metros);

II - a localização deste deverá obedecer ao mapa de Zoneamento, Anexo IV desta Lei, bem como ser aprovado pelo Município.

Art. 63. Para locação de equipamentos urbanos e serviços públicos será permitido o Parcelamento do Solo com áreas inferiores às fixadas por esta Lei, desde que com aprovação de uso pelo Município.

Art. 64. Nenhum lote terá como testada principal, vias de circulação exclusiva para pedestres.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica as ruas existentes por ocasião da aprovação desta Lei, que venham a ser transformadas pelo poder público em vias exclusivas para pedestres.

CAPÍTULO VII

DA INFRAESTRUTURA

Art. 65. Para os efeitos desta Lei, a infraestrutura será composta por:

I - vias de circulação, com meio-fio;

II - escoamento das águas pluviais através de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

III - rede para abastecimento de água potável;

IV - energia elétrica pública e domiciliar;

V - rede coletora de esgoto coletivo e estação de tratamento, quando não for possível fazer ligação existente ou em projeto;

VI - iluminação pública padrão que garanta a segurança;

VII - pavimentação asfáltica das vias de circulação, salvo se as condições técnicas permitirem outro tipo de pavimentação, exceto calçamento com pedras do tipo irregular.

Art.66. Enquanto o parcelamento do solo estiver em fase de implantação da infraestrutura, será dever e responsabilidade do promotor do parcelamento do solo urbano a conservação das vias de circulação.

CAPÍTULO VIII

DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 67. O interessado em elaborar projeto de loteamento deverá solicitar ao Município, em consulta prévia, a viabilidade do mesmo e as diretrizes para uso do solo urbano e sistema viário, apresentando para este fim os seguintes elementos:

I - requerimento assinado pelo proprietário da área ou seu representante legal;

II - planta planialtimétrica da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), dependendo do tamanho da área, assinada pelo responsável técnico e pelo proprietário ou seu representante, indicando:

a) divisas da propriedade perfeitamente definidas;

b) localização dos cursos d'água, áreas sujeitas a inundação, bosques, árvores de grande porte e construções existentes;

c) arruamentos contíguos a todo perímetro, a localização de vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências num raio de 500m (quinhentos metros) com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

d) esquema do loteamento pretendido, onde deverá constar a estrutura viária básica e as dimensões mínimas dos lotes e quadras.

III - o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;

IV - planta de situação da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), com indicação do norte magnético, da área total e dimensões dos terrenos e seus principais pontos de referência.

Parágrafo único. As pranchas de desenho devem obedecer a normatização estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 68. Havendo viabilidade de implantação, o Município, de acordo com as diretrizes de planejamento municipal e demais legislações superiores, após consulta aos órgãos setoriais responsáveis pelos serviços e equipamentos urbanos, indicará na planta apresentada na consulta prévia:

I - as vias de circulação existentes ou projetadas que compõe o sistema viário da cidade e do Município, relacionadas com o loteamento pretendido, a serem respeitadas;

II - a fixação da zona ou zonas de uso predominante de acordo com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação de Solo Urbano;

III - localização aproximada dos terrenos destinados a equipamentos urbanos e comunitários, das áreas livres de uso público e das áreas verdes;

IV - as faixas sanitárias do terreno para o escoamento de águas pluviais e outras faixas não edificáveis;

V - relação dos equipamentos urbanos que deverão ser projetados e executados pelo interessado.

§ 1º O prazo máximo para estudos e fornecimento das diretrizes será de 45 (quarenta e cinco) dias, neles não sendo computado o tempo despendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada.

§ 2º As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de um ano, após o qual deverá ser solicitada nova Consulta Prévia.

§ 3º A aceitação da consulta prévia não implica em aprovação da proposta de loteamento.

CAPÍTULO IX

DO ANTEPROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 69. Cumpridas as etapas do Capítulo anterior e havendo a viabilidade da implantação do loteamento, o interessado apresentará anteprojeto, de acordo com as diretrizes definidas pelo Município, composto de:

§ 1º Planta de situação da área a ser loteada em 02 (duas) vias com as seguintes informações:

I - orientação magnética;

II - equipamentos públicos e comunitários existentes num raio de 500m (quinhentos metros).

§ 2º Os desenhos do anteprojeto de loteamento, na escala de 1:1000 (um por mil), em duas vias, com as seguintes informações:

I - orientação magnética;

II - subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas numerações e dimensões;

III - dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais das vias e cotas do projeto;

IV - sistema de vias com as respectivas larguras;

V - curvas de nível, atuais e projetadas, com equidistância de 1,00m (um metro);

VI - perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, sendo que os perfis transversais serão apresentados na escala mínima de 1:500 (um por quinhentos) e as longitudinais na escala de 1:2000 (um por dois mil);

VII - indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;

VIII - a indicação das áreas que perfazem no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área total loteada e que passarão ao domínio do Município, e outras informações, em resumo, sendo:

a) área total do parcelamento;

b) área total dos lotes;

c) área institucional;

d) áreas destinadas à circulação;

e) áreas verdes;

f) áreas destinadas a equipamentos comunitários;

g) praças e jardins.

§ 3º As pranchas de desenho devem obedecer a normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 4º O prazo máximo para estudos e aprovação do anteprojeto, após cumpridas todas as exigências do Município pelo interessado, será de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO X

DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 70. Aprovado o anteprojeto, o interessado apresentará o projeto definitivo contendo:

§ 1º Plantas e desenhos exigidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 69 desta Lei, em 04 (quatro) vias.

§ 2º Memorial Descritivo, em 04 (quatro) vias contendo obrigatoriamente:

I - denominação de loteamento;

II - a descrição sucinta do loteamento com suas características;

III - as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;

IV - indicação das áreas que passarão ao domínio do Município no ato do registro do loteamento;

V - a enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos e de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências, e dos que serão implantados;

VI - limites e confrontações, área total do loteamento, área total dos lotes, área total do destinado ao domínio público, discriminando as áreas de sistema viário, área das praças e demais espaços destinados a equipamentos comunitários, total das áreas de utilidade pública, com suas respectivas percentagens.

§ 3º Deverão, ainda, fazer parte do projeto de loteamento, as seguintes peças gráficas referentes a obras de infraestrutura exigida, que deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes:

I - anteprojeto da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais, canalização em galerias ou canal aberto, com indicação das obras de sustentação, muros de arrimo, pontilhões e demais obras necessárias a conservação dos novos logradouros;

II - anteprojeto da rede de abastecimento d'água;

III - anteprojeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;

IV - anteprojeto do sistema de esgotamento sanitário;

V - anteprojeto da pavimentação de ruas, com no mínimo, calçamento e meio-fio;

VI - anteprojeto de outras infraestruturas que o Município julgue necessárias.

§ 4º As pranchas devem obedecer às características indicadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

§ 5º Todas as peças do projeto definitivo deverão ser assinadas pelo requerente e responsável técnico devendo o último mencionar o número de seu registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) desta região, e o número de seu registro no Município.

§ 6º Documentos relativos à área em parcelamento a serem anexados ao projeto definitivo:

- I - título de propriedade;
- II - certidões negativas de tributos municipais.

§ 7º O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo, após cumpridas pelo interessado todas as exigências do Município, será de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO XI DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO

Art. 71. O pedido de desmembramento, remembramento e/ou desdobro será feito mediante requerimento do interessado ao Município, acompanhado de certidão atualizada da matrícula da área, certidões negativas de débitos perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal e da planta do imóvel a ser desmembrado e/ou remembrado na escala até 1:1000 (um por mil), contendo as seguintes indicações:

- I - situação do imóvel, com as vias existentes e loteamento próximo;
- II - áreas e testadas mínimas, determinadas por esta Lei, válidas para a(s) zona(s) a qual esta afeta o imóvel;
- III - divisão ou agrupamento de lotes pretendido, com respectivas áreas;
- IV - dimensões lineares;
- V - perfis do terreno;
- VI - indicação das edificações existentes.

Parágrafo único. Todas as peças gráficas e demais documentos exigidos terão a(s) assinatura(s) do(s) responsável(veis) e deverão estar dentro das especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 72. Após examinada e aceita a documentação, será concedida "licença de desmembramento, remembramento e desdobro" para averbação no registro de imóveis.

Parágrafo único. Somente após averbação dos novos lotes no registro de imóveis, o Município poderá conceder licença para construção ou edificação dos mesmos.

Art. 73. A aprovação do projeto a que se refere o artigo anterior, só poderá ser permitida quando:

- I - os lotes desmembrados, remembrados e/ou desdobrados tiverem as dimensões mínimas para a respectiva zona, conforme Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, Anexo V da presente Lei.
- II - a parte restante do lote ainda que edificado, compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

Art. 74. Será permitido servidão, com largura mínima de 5m (cinco metros), apenas para o desmembramento de dois lotes, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

Art. 75. O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo pelo interessado, após cumpridas todas as exigências pelo interessado, será de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO XII DA APROVAÇÃO E DO REGISTRO DE LOTEAMENTO

Art. 76. Recebido o projeto definitivo de loteamento com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei, o Município procederá:

- I - exame de exatidão da planta definitiva com a aprovada como anteprojeto;
- II - exame de todos os elementos apresentados, conforme exigência.

§ 1º O Município poderá exigir as modificações que se façam necessárias.

§ 2º O Município disporá de 90 (noventa) dias para pronunciar-se ouvidas as autoridades competentes, no que lhes disser respeito, importando o silêncio na aprovação, desde que o projeto satisfaça as exigências e não prejudique o interesse público (Decreto Federal nº 3.079 de 15/09/38 e Lei Federal nº 6.766/79 com alterações inseridas pela Lei nº 9.785/99).

Art. 77. Aprovado o projeto de loteamento e deferido o processo, o Município baixará decreto de aprovação de loteamento e expedirá o alvará de loteamento.

Parágrafo único. No decreto de aprovação do projeto deverão constar as condições em que o loteamento é autorizado e as obras a serem realizadas, o prazo de

execução, bem como a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do Município no ato de seu registro.

Art. 78. O loteador deverá apresentar ao Município antes da liberação do alvará de loteamento, os seguintes projetos de execução, previamente aprovados pelos órgãos competentes, sob pena de caducar a aprovação do projeto de loteamento.

- I - projeto detalhado de arruamento, incluindo planta com dimensões angulares e lineares dos traçados, perfis longitudinais e transversais e detalhes dos meios-fios e sarjetas;
- II - projeto detalhado da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais e das obras complementares necessárias;
- III - projeto de abastecimento de água potável;
- IV - projeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
- V - projeto da rede de distribuição de gás, quando este conste do memorial descritivo ou do anteprojeto;
- VI - projeto do sistema de esgotamento sanitário;
- VII - projeto da pavimentação de ruas, sendo no mínimo calçamento com meio-fio;
- VIII - os projetos de execução, citados neste artigo, deverão ser acompanhados de:
 - a) orçamentos;

b) cronogramafísico-financeiro.

Parágrafo único. Deverá ser apresentado em meio magnético todo o projeto do loteamento.

Art. 79. No ato de recebimento do Alvará de Loteamento e da cópia do projeto aprovado pelo Município, o interessado outorgará Escritura Pública de Caução, no qualobrigar-se-á:

I - executar as obras de infraestrutura referidas nos art. 65 e 66 desta Lei, conforme cronograma, observando o prazo máximo disposto no § 2º deste artigo;

II - executar as obras de consolidação e arrimo para a boa conservação das vias de circulação, pontilhões e bueiros necessários, sempre que as obras mencionadas forem consideradas indispensáveis a vista das condições viárias, de segurança e sanitárias do terreno a aruar;

III - facilitar a fiscalização permanente do Município durante a execução das obras e serviços;

IV - não efetuar venda de lotes antes da apresentação dos projetos definitivos da infraestrutura e da assinatura da caução, a que se refere o Art. 86, para garantia da execução das obras;

V - não outorgar qualquer escritura de venda de lotes antes de concluídas as obras previstas nos incisos I e II deste artigo e de cumpridas as demais obrigações exigidas por esta Lei ou assumidas no Termo de Compromisso.

§ 1º As obras que constam no presente artigo deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes.

§ 2º O prazo para a execução das obras e serviços a que se referem os incisos I e II deste artigo a partir da aprovação do projeto de loteamento não poderá ser superior a 02 (dois) anos.

Art. 80. No Termo de Compromisso, Anexo IX, desta Lei deverão constar especificamente as obras e serviços que o loteador é obrigado a executar e o prazo fixado para sua execução.

Art. 81. Para fins de garantia da execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigida para o loteamento, antes da sua aprovação, deverá ser firmado a Escritura de Caução, onde ficará caucionada a quantidade de lotes necessários, cujo valor corresponda ao custo dos serviços e obras.

Parágrafo único. O valor dos lotes será calculado, para efeito deste artigo, pelo preço da área sem considerar as benfeitorias previstas no projeto aprovado.

I - o Município poderá liberar proporcionalmente a garantia da execução, à medida que os serviços e obras forem concluídos;

II - concluídos todos os serviços e as obras de infraestrutura exigidas para o loteamento, o Município liberará as garantias de sua execução.

Art. 82. Após a aprovação do projeto definitivo, o loteador deverá submeter o loteamento ao registro de imóveis, apresentando:

I - título de propriedade do imóvel;

II - histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vinte) anos, acompanhados dos respectivos comprovantes;

III - certidões negativas:

a) de tributos Federais, Estaduais e Municipais incidentes sobre o imóvel em nome do proprietário ou do casal, se for o caso;

b) de ações reais referentes ao imóvel pelo período de 10 (dez) anos;

c) de ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a administração pública;

IV - certidões:

a) dos cartórios de protestos de títulos em nome do loteador ou do casal, se for o caso, e em nome de todos os que tenham sido proprietários do imóvel nos últimos dez (10) anos;

b) de ações pessoais relativas ao loteador, pelo período de 10 (dez) anos;

c) de ônus reais relativos ao imóvel;

d) de ações penais contra o loteador, pelo período de 10 (dez) anos.

V - cópia do ato de aprovação do loteamento;

VI - cópia do termo de compromisso e cronograma de execução das obras exigidas;

VII - exemplar do modelo de contrato de compra e venda;

VIII - declaração do cônjuge do requerente de que consente o registro do loteamento.

IX - Planta do Loteamento, assinada por profissional habilitado;

X - Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por profissional habilitado.

XI - Licença Ambiental Prévia (LAP) e a Licença Ambiental de Instalação (LAI), expedidas pela Fundação do Meio Ambiente (FATMA), sendo facultada a apresentação da segunda quando expressamente dispensada pela primeira (Provimento nº 75/98).

XII - Cópia do edital de publicação (os desmembramentos até dez terrenos são dispensados de publicação de edital, conforme art. 6º do Provimento nº 75/98 c/c as disposições da Circular nº 145, de 17/12/98, da Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina);

XIII - parecer favorável do Ministério Público;

XIV - demais exigências legais.

§ 1º No ato do registro do projeto de loteamento, o loteador transferirá ao Município, mediante escritura pública e sem qualquer ônus ou encargo para este, o domínio das vias de circulação e das demais áreas, conforme inciso II do art. 42 desta Lei.

§ 2º O prazo máximo para que o loteamento seja submetido ao registro de imóveis é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da aprovação do projeto definitivo.

Art. 83. Uma vez realizadas todas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o loteador ou seu representante legal requererá ao Município, que seja feita a vistoria através de seu órgão competente.

§ 1º O requerimento do interessado deverá ser acompanhado de uma planta retificada do loteamento, que será considerada oficial para todos os efeitos.

§ 2º Após a vistoria, o Município expedirá um laudo de vistoria e caso todas as obras estejam de acordo com as exigências municipais baixará também decreto de aprovação de implantação do traçado e infraestrutura do loteamento.

§ 3º O loteamento poderá ser liberado em etapas, desde que na parcela, em questão, esteja implantada e em perfeito funcionamento toda a infraestrutura exigida por Lei.

§ 4º Não poderá ser efetuada a comercialização de lotes sem a averbação no Registro Imobiliário da Licença Ambiental de Operação (LAO),

expedida pela FATMA.

Art. 84. Esgotados os prazos previstos, caso não tenham sido realizadas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o Município executá-los-á e promoverá a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio os lotes caucionados na forma do art. 81, que se constituirão em bem público do Município.

Art. 85. Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como a aprovação do Município, e deverão ser averbados no registro de imóveis, em complemento ao projeto original.

§ 1º Em se tratando de simples alteração de perfis, o interessado apresentará novas plantas, de conformidade com o disposto na Lei, para que seja feita a anotação de modificação no Alvará de Loteamento pelo Município.

§ 2º Quando houver mudança substancial do plano, o projeto será examinado no todo ou na parte alterada observando as disposições desta Lei e aquelas constantes do alvará ou do decreto de aprovação expedindo-se então novo alvará e baixando-se novo decreto.

Art. 86. A aprovação do projeto de arruamento, loteamento ou desmembramento não implica em nenhuma responsabilidade, por parte do Município, quanto a eventuais divergências referentes a dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros em relação à área arruada, loteada ou desmembrada, nem para quaisquer indenizações decorrentes de traçados que não obedecem aos arruamentos de plantas limítrofes mais antigas ou as disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO XIII DAS SANÇÕES

Art. 87. Fica sujeito a cassação do alvará, embargo administrativo da obra e a aplicação de multa, todo aquele que, a partir da data de publicação desta Lei:

I - der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do Município ou em

desacordo com as disposições desta Lei, ou ainda das normas federais e estaduais pertinentes;

II - der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento, desmembramento ou remembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações do projeto aprovado e do ato administrativo de licença;

III - registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direito ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não aprovado.

§ 1º A multa a que se refere este artigo corresponderá a 80% (oitenta por cento) do valor total do investimento (loteamento, desmembramento ou remembramento).

§ 2º O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais obrigações legais, ficando o infrator na obrigação de executar as obras de acordo com as disposições vigentes.

§ 3º A reincidência específica da infração acarretará, ao responsável pela obra, multa no valor do dobro da inicial, além da suspensão da sua licença para o exercício de suas atividades para construir no Município pelo prazo de dois anos.

Art. 88. Tão logo chegue ao conhecimento do Município após a publicação desta Lei, a existência de arruamento, loteamento ou desmembramento do terreno, construído sem autorização municipal, o responsável pela irregularidade será notificado pelo Município para pagamento da multa prevista e terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para regularizar a situação do imóvel, ficando proibida a continuação dos trabalhos.

Parágrafo único. Não cumpridas as exigências constantes da notificação de embargo, será lavrado o auto de infração, podendo ser solicitado, se necessário, o auxílio das autoridades judiciais e policiais do Estado.

Art. 89. São passíveis de punição a bem do serviço público, conforme legislação específica em vigor, os servidores do Município que, direta ou indiretamente, fraudando o espírito da presente Lei, concedam ou contribuam para que sejam concedidas licenças, alvarás, certidões, declarações ou laudos técnicos irregulares ou falsos.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 90. O Poder Executivo poderá editar normas complementares a execução da presente Lei Complementar, com parecer favorável do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 91. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei Complementar, integram os seguintes anexos:

I - ANEXO I - MAPA DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.

II - ANEXO II - RECUOS DE PROPRIEDADES RURAIS E ESTRADAS MUNICIPAIS.

III - ANEXO III - MAPA DE MACROZONEAMENTO.

IV - ANEXO IV - MAPA DE ZONEAMENTO.

V - ANEXO V - TABELA I – DO PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.

Art. 92. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 93. Revoga-se a Lei nº 1.901, de 04 de março de 2004.

Câmara Municipal de Vereadores de Ouro - SC, 12 de Dezembro de 2016.

Evandro Marcelo Neis
Presidente

ANEXOS

ANEXO I - MAPA DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

ANEXO II – RECUOS DE PROPRIEDADES RURAIS E ESTRADAS MUNICIPAIS

ANEXO III - MAPA DE MACROZONEAMENTO

ANEXO IV - MAPA DE ZONEAMENTO

ANEXO V - TABELA I – DO PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

ANEXO VI
DA CLASSIFICAÇÃO DE USO

CLASSIFICAÇÃO DE USOS:

USO 1 - RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES

USO 2 - RESIDÊNCIAS MULTIFAMILIARES(VERTICAL)

USO 3 - CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL(Vila, Condomínio Horizontal, Condomínio Vertical)

USO 4 - COMÉRCIO VICINAL

Mini Mercados até A= 100m2

Feiras-Livres

Banca de revista

Padarias

Farmácias

Aviamentos

Sapatarias

Bares / Lanchonetes / Sorveterias

Escritórios Profissionais e Consultórios (médicos e odontológicos)

Salão de Beleza

Ateliês Profissionais

Quitanda

Açougue

Mercearia

Pet Schop

USO 5. A - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 1

Lojas/Butiques

Butiques

Vidraçarias

Confeitarias

Academias

Auto Peças

Lotéricas / Jogos Eletrônicos / Lan House

Floriculturas

Bancos/ Agências e Similares/ Lotéricas

Ópticas/Joalherias

Joalherias

Restaurantes

Escritórios

Imobiliária

Reparo de Eletrodomésticos

Vídeo Locadora

Livraria

Representações Comerciais/ Microempresas

Centro de Treinamento de Condutores (Auto escola)

Estacionamentos Comércio Varejista de Extintores

Comércio Varejista de Gás GLP

Transportadora EPP (somente representação comercial)

USO 5. B - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2

Lojas de Departamentos

Supermercados

Centros Comerciais

Lojas de Material de Construção

Construtoras

Distribuidora de Peças
Shopping Center

USO 6 - COMÉRCIO ATACADISTA
Deposito de Materiais de Construção e Ferragens
Armazéns gerais de estocagem
Depósitos de Aparas de Papel
Distribuidoras
Armazém de GLP
Depósito de Plásticos
Cooperativa

USO 7 - COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIAIS
Postos de Serviços Pesados
Depósitos Pesados (sucatas)
Transportadoras (médio e grande porte)
Oficinas de Máquinas Pesadas
Revenda de Caminhões e Máquinas Pesadas
Guinchos
Prédio de Garagens
Garagens de empresa de ônibus

USO 8 - PARA VEÍCULOS
Postos de Serviços Leves (Abastecimentos, Lubrificação, Borracharia e Lavação)
Oficina Mecânica
Chapeação e Pintura
Retífica de automóveis/motores

USO 9 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LEVES
Agência e Revenda de Automóveis
Agência e Revenda de Motocicletas

USO 10 - EDUCACIONAL
Creche
Estabelecimento de Ensino (1º / 2º e 3º Graus e Específicos)
Centros Comunitários
Cursos Profissionalizantes
USO 11 - INSTITUCIONAL
Sede de Órgãos Públicos e Autarquias
Correios
Telecomunicações
Terminal Rodoviário

USO 12.A - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 1

Quartéis
Bombeiros
Delegacias
Fórum de Justiça

USO 12.B - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 2

Cemitério
Capela Mortuária
Funerária
Crematório

USO 13 - SAÚDE / ASSISTÊNCIA SOCIAL

Asilos e Orfanatos
Hospitais e Pronto Socorro
Clínicas (com ou sem internação)
Abrigos/Albergues
Ambulatórios/ Laboratórios e Postos de Saúde
CRASS/ CREAS

USO 14 - RELIGIOSOS

Templos
Igreja
Salões Paroquiais

USO 15 - CULTURAL

Museu
Teatro
Cinema
Auditório
Biblioteca
Centro de Eventos

USO 16.A - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 1

Ginásios e Estádios
Pequenas Feiras (Eventuais)
Parques Ambientais
Praças e Áreas de Lazer
Clubes e Associações Recreativas e/ou Desportivas

USO 16.B - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 2

Camping
Parques de Diversão
Circos
Associações de Funcionários (Sede Campestre)
Parques de Exposições e Feiras de Evento

USO 17 - ATIVIDADES NOTURNAS / COMÉRCIO NOTURNO

Boates
Discotecas
Danceterias
Casas de Espetáculos
Salões de Bailes e Similares
Salões de Jogos

USO 18 – HOSPEDAGEM

Hotéis
Pousadas
Pensões
Hospedarias

USO 19 – MOTÉIS

Para os Usos 20, 21 e 23, respeitar a Portaria Nº 049/97 da FATMA, que dispõe sobre a listagem das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental com impacto local.

USO 20 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 1

Indústria de materiais elétricos e de comunicações com exceção de pilhas, baterias e acumuladores
Fabricação de artigos de madeiras para uso residencial, comercial ou industrial
Fabricação de artefatos de papel ou papelão não associados à produção de papel ou papelão
Indústrias de artigos do vestuário, artefatos de tecidos e acessórios do vestuário
Fabricação de massas alimentícias, doces em geral, balas, biscoitos e produtos de padaria
Indústrias Editoriais e Gráficas
Fabricação de Produtos de Perfumaria
Fabricação de Velas
Vidraçaria

USO 21 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 2

Todas as atividades de extração de produtos vegetais;
Fabricação de peças, ornamentais e ou estruturais de cimento, gesso e /ou amianto;
Fabricação de máquinas de artigos de metal com tratamento químico superficial e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação;
Fabricação de máquinas com tratamento galvanotécnico ou fundição;
Desdobramentos de madeiras, inclusive serraria;
Fabricação de madeira aglomerada ou prensada;
Fabricação de artigos de borracha em geral;
Fiação ou tecelagem;
Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares;
Usina de produção de concreto;
Indústrias que produzem artigos de material plástico, exceto fabricação de resinas plásticas, fibras artificiais e matérias plásticas;
Fabricação de móveis e artigos de mobiliário;
Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, granito e outras pedras;
Fabricação de artigos de metal, sem tratamento químico superficial e / ou galvanotécnico e / ou pintura de aspersão e / ou aplicação de verniz e / ou esmaltação;

Fabricação de máquina sem tratamento galvanotécnico e fundição;
 Fabricação de cerveja, chopes, maltes e bebidas;
 Fabricação de artefatos de couro e peles, calçados em geral;

Ferro Velho;
 Jato de Areia.

USO 22 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 3

Fabricação de Papel e Pasta Mecânica;
 Fabricação de Carvão Vegetal;
 Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido;
 Secagem e salga de couros e peles;
 Produção de fundidos ou forjados de ferro e aço com tratamento superficial e/ou galvanotécnico;
 Metalúrgica dos metais não ferrosos em forma primária;
 Produção de formas, moldes e peças de metais não ferrosos, com fusão e tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico;
 Fabricação de Celulose;
 Curtimento e outras preparações de couros ou peles;
 Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais;
 Britamento de pedra / extração mineral;
 Abate e industrialização de produtos animais;
 Fabricação de Baterias;
 Frigoríficos e Laticínios.

USO 23 – PRODUTOS PERIGOSOS

Tóxicos e químicos
 Explosivos

ANEXO VII - TABELA II – DAS GARAGENS E ESTACIONAMENTO

TABELA I I

DAS GARAGENS E ESTACIONAMENTOS

PADRÕES PARA GARAGENS RESIDENCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
1*	Unifamiliar	1 vaga p/ unidade
2*	Multifamiliar até 180m² de área constr. p/ apto.	1 vaga p/ unidade habitacional
-	Multifamiliar acima de 180m² de área constr. p/ apto.	2 vagas p/ unidade habitacional

PADRÕES P/ GARAGENS COMERCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Comércio Varejista até de 150m²	1 vaga p/ 150m² ou fração de área adicionada
-	Centro Comercial, Loja de Departamento.	1 vaga p/ 50m² de área constr.
-	Supermercados acima de 150m²	1 vaga p/ cada 50m² área de área constr. 1 vaga p/ caminhões p/ área constr. Acima de 500m² .
-	Comércio de Materiais de Constr.	1 vaga p/ 150m² de área constr.
-	Depósitos acima de 250m²	1 vaga p/ 250m² de área constr.; 1 vaga p/ caminhões 250m²
-	Comércio Atacadista acima de 500m²	1 vaga p/ 200m² ou fração de área adicionada; 1 vaga p/ caminhão/500m² área constr.

PADRÕES P/ GARAGENS SERVIÇOS		
NOTA	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO
-	Consultórios e Escritórios em geral	1 vaga p/ 100m² de área constr.

-	Oficinas de reparos e Serviços de manutenção em veículos	1 vaga p/ 50m ² de área constr.
-	Oficina de Reparos em geral	1 vaga p/ 100m ² de área constr.
-	Laboratórios, Casas de Repouso, Ambulatórios, Clínica, Policlínica, Hospital, Maternidade e Similares	1 vaga p/ 100m ² de área constr.
-	Hotéis e demais meios de hospedagem	1 vaga p/ cada unid. de alojamento; 1 vaga p/ ônibus/ 40 unid. alojamento.
-	Transportadoras com coleta e distribuição de mercadorias	1 vaga p/ caminhão 200m ² de área constr.
-	Motéis	1 vaga p/ cada unid. Alojamento
-	Quadras para Esporte, Estádios, Ginásios Cobertos e Similares	1 vaga p/ cada 10m ² de arquibancada
-	Bancos e demais serviços de crédito	1 vaga p/ 50m ² de área constr.
*	Ensino de 3º Grau, 2º Grau, Particular e Cursinhos	1 vaga p/ 100m ² de área constr.
-	Cemitérios	1 vaga p/ 300m ² de terreno com o mínimo de 10 vagas

* Para os estabelecimentos públicos será reduzido em 30%.

PADRÕES P/ GARAGENS INDÚSTRIAS		
NOTA	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO
-	Atividades industriais acima de 250m ²	1 vaga p/ 250m ² de área constr.; 1 vaga p/ caminhão/500m ² de área constr.

ANEXO VIII – HIERARQUIA E GABARITO DE VIAS

ANEXO IX - TERMO DE COMPROMISSO – LOTEAMENTOS

TERMO DE COMPROMISSO

A QUE SE REFERE O ARTIGO 80 DESTA LEI COMPLEMENTAR

TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA EM LOTEAMENTO, QUE PERANTE O MUNICÍPIO DE OURO/ SC SE OBRIGA _____

(Nome do Proprietário e/ou Responsável)

I - Partes, Fundamental Legal, Local e Data

01. Partes: De um lado, o Município de Ouro/SC, neste termo simplesmente nomeada Município, representada por seu Prefeito Municipal, _____, e o Secretário Municipal Responsável, _____, e por outro lado, _____, doravante designado Loteador, proprietário e/ou responsável pelo Loteamento _____, constante do Processo Nº. _____ / _____.

02. Fundamento Legal: Este termo de Compromisso tem seu fundamento legal no artigo 81 da Lei Municipal Nº. _____ de ____/____/____, de Parcelamento do Solo.

03. Local e Data: Lavrado e Assinado aos _____ Dias do Mês de _____ do Ano de _____.

II - Finalidade e Objeto

04. Finalidade: O presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais a respeito da responsabilidade que tem o loteador de executar, sem quaisquer ônus para o Município, das obras de infraestrutura em Loteamento por ela aprovado.

05. Objeto: É objeto deste Termo de Compromisso a execução das Obras de Infraestrutura do Loteamento _____ (Nome do Loteamento) Requerido pelo Processo Nº. _____ / _____.

III - Obrigações e Prazos

06. Obrigações e Prazos: Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se o loteador, concomitantemente ao cumprimento de todas as disposições legais pertinentes, a:

a) Executar, no prazo de 2 (dois) anos e consoante cronograma aprovado, os seguintes serviços:

- Abertura das vias e praças, com respectivos marcos de alinhamento e nivelamento;
- Movimento de terra previsto;

- Rede de distribuição de água;
- Rede de energia elétrica;
- Rede pluvial;
- Rede de esgoto sanitário coletivo e estação de Tratamento, caso não seja possível ligar a rede municipal existente ou em projeto;
- Sistema de drenagem;
- Pavimentação das ruas.

b) Facilitar a fiscalização permanente por parte do Município durante a execução das obras e serviços;

c) Fazer constar dos compromissos e/ou escrituras de compra e venda de lotes a condição de que estes só poderão receber construções depois da execução das obras de infraestrutura, ao menos em toda a extensão do logradouro onde estiverem localizados, sob vistoria e recebimento pela Municipalidade, consignando inclusive a responsabilidade solidária dos compromissários compradores ou adquirentes, na proporção da área de seus respectivos lotes;

d) Requerer, contando da data do Alvará de Licença para a execução das obras, a inscrição do loteamento no Registro de Imóveis no prazo de 90 (noventa) dias;

e) Solicitar, caso não concluídos os serviços no prazo estipulado, a prorrogação deste, antes do seu término, mediante ampla justificativa que não sendo aceita pela Municipalidade, sujeitá-lo-á a multa no valor de 10.000 URM por dia útil de atraso seguinte.

f) Requerer, tão logo concluída a execução dos serviços, a entrega, total ou parcial, e sem quaisquer ônus para o Município, das vias, logradouros e áreas reservadas ao uso público, após vistoria que os declare de acordo, através do termo de cessão, recebimento e homologação.

IV - Eficácia, Validade e Revogação

07. Eficácia e Validade: O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura, adquirindo eficácia e validade na data de expedição do Alvará de licença pelo órgão competente do Município e terá seu encerramento após verificado o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

08. Rescisão: São causas de revogação deste Termo de Compromisso a não obediência a qualquer de suas cláusulas, importando, em consequência, na cassação do Alvará de Licença para a execução das obras constantes do seu Projeto.

V- Foro e Encerramento

09. Foro: Para as questões decorrentes deste Termo é competente o foro legal da Comarca de Capinzal – SC.

10. Encerramento: E por estarem acordes, assinam este Termo de Compromisso os representantes das partes e das duas testemunhas abaixo nomeadas.

Ouro/SC _____ de _____ de _____

Prefeito Municipal Loteador e/ou Proprietário

ANEXO X

ESCRITURA DE CAUÇÃO – LOTEAMENTOS

ESCRITURA DE CAUCIONAMENTO

A QUE SE REFERE O ARTIGO 81 DESTA LEI

TERMO DE CAUCIONAMENTO GARANTIA E TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO E POSSE DAS ÁREAS PÚBLICAS, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OURO E (Nome do Proprietário e/ou Responsável) CONSTANTE DO PROCESSO Nº. ____/____, APROVADO EM ____/____/____.

A partir do Dia ____ de _____ de _____, (Data de inscrição do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis) passarão ao domínio do Município de Ouro, as áreas destinadas a uso público. A venda de lotes, bem como a concessão do "Habite-se" para qualquer construção existente nos lotes, ficam condicionados à expedição, por parte do Poder Público Municipal, de certidão de aprovação do loteamento e aceitação definitiva das obras a serem realizadas, constantes do ato de aprovação do projeto de loteamento conforme Processo ____/____. Como garantia ficam caucionados os Lotes _____, averbados no Registro de Imóveis por ocasião do registro de loteamento, que não poderão em hipótese alguma ser vendidos antes da aceitação, por escrito, pelo Município.

Ouro / SC ____ de _____ de ____.

Representante Município Ass. Loteador

Prefeito Municipal Loteador e/ou Proprietário

LEI COMPLEMENTAR 38

LEI COMPLEMENTAR Nº 38 , DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a utilização do espaço do município de Ouro e o bem estar público, observadas as normas federais e estaduais relativas a matéria – Código de Posturas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei Complementar, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, contém medidas de polícia administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, de segurança, ordem e costumes públicos; institui normas disciplinadoras do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, estatui as necessárias relações jurídicas entre o Poder Público e os municípios, visando disciplinar o uso e gozo dos direitos individuais e do bem-estar geral.

Art. 2º Todas as funções referentes à execução desta Lei Complementar, bem como a aplicação das penalidades nelaprevistas, serão exercidas por órgãos municipais, cuja competência, para tanto, estiver definida na legislação municipal.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos por analogia às disposições concernentes e não as havendo, pelos princípios gerais de direito.

Art. 4º Fica sujeita a regulamentação pelo presente Código, a forma de utilização de todas as Áreas de Domínio Público e demais espaços de utilização pública (quer pertencentes a entidades públicas ou privadas), ou assim caracterizadas.

Parágrafo único. Disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas nos espaços referidos no caput deste artigo.

Art. 5º Estão sujeitas a regulamentação pelo presente Código, no que couber, edificações e atividades particulares que no seu todo ou parte, interfiram ou participem de alguma forma das relações cotidianas do meio urbano.

**CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA**

Art. 6º Ao Chefe do Poder Executivo e em geral aos servidores municipais incumbe zelar pela observância dos preceitos desta Lei Complementar.

Art. 7º Esta Lei Complementar não compreende as infrações previstas no Código Penal e outras leis federais e estaduais, bem como a legislação sanitária em vigor no país.

**CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS**

Art. 8º As disposições sobre as normas arquitetônicas e urbanísticas, contidas neste Código e complementares às Leis do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e Código de Edificações, visam assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste Município.

Art. 9º As disposições sobre as normas de utilização dos espaços a que se refere o artigo 4º deste Título e do exercício das atividades comerciais, de serviço e industriais, visam:

I - garantir o respeito às relações sociais e culturais, específicas

da região;

II - estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;

III - promover a segurança e harmonia entre os municípios.

TÍTULO II**DA HIGIENE PÚBLICA****CAPÍTULO I****DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

Art. 10. As vias e logradouros públicos urbanos do Município de Ouro devem ser utilizados, para o fim básico a que se destinam, respeitadas as limitações e restrições prescritas nesta Lei Complementar.

Art. 11. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, salvo nos casos previstos, na presente lei e desde que antecipadamente autorizado pela Municipalidade ou órgão competente afim:

I - abrir ruas, travessas ou praças sem prévio alinhamento e nivelamento fornecido pela Municipalidade;

II - deixar em mau estado de conservação as calçadas e passeios fronteirícios, paredes frontais das edificações e dos muros que fazem frente para as vias públicas;

III - danificar ou alterar de qualquer modo, calçamento, passeios, calçadas e meio-fio;

IV - danificar por qualquer modo, postes, fios e instalações de energia elétrica, televisão a cabo, fibra ótica, dados, telefone, antenas de televisão nas zonas urbanas e rurais;

V - deixar de remover os restos de entulhos resultantes de construção e reconstrução, bem como de podas de jardins e cortes de árvores;

VI - deixar nas ruas, praças, travessas ou logradouros públicos, águas servidas e quaisquer detritos prejudiciais ao asseio e à higiene pública;

VII - estreitar, mudar ou impedir de qualquer modo a servidão pública das estradas e caminhos;

VIII - colocar quaisquer elementos que impeçam ou dificultem a acessibilidade em ruas, estradas e caminhos públicos;

IX - danificar por qualquer forma, as ruas, estradas de rodagem e caminhos públicos;

X - embaraçar ou impedir por qualquer meio, a acessibilidade de pedestres ou veículos nas vias, praças, passeios e logradouros públicos;

XI - impedir que se façam escoadouros de águas pluviais por dentro de propriedades marginais das estradas e caminhos públicos, desde que devidamente tubulados;

XII - pintar faixas de sinalização de trânsito, ou qualquer símbolo ou identificação, ainda que junto ao rebaixo do meio-fio, sem prévia autorização do Município;

XIII - inserir quebra-molas, redutores de velocidade ou quaisquer objetos afins no leito das vias públicas sem autorização do Município.

XIV - utilizar janelas, escadas, saliências, terraços, balcões etc., com frente para logradouro público, para colocação de objetos que apresentem perigo aos transeuntes.

§ 1º Compreende-se na proibição deste artigo o depósito de qualquer material, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 2º As autorizações previstas no caput deste artigo deverão ser requeridas pelos interessados, acompanhadas de uma descrição ou croqui do ato a ser praticado e de sua finalidade.

§ 3º Excetuam-se do disposto no inciso XIV deste artigo, quando se tratar de caçambas de recolhimento individual de lixo de grande porte, entulhos ou outros inservíveis, desde que comprovadamente seja impossível seu acesso ao interior do lote.

§ 4º Para a utilização das vias públicas por caçambas devem ser atendidos os seguintes requisitos:

I - somente ocuparem área de estacionamento permitido;

II - serem depositadas, rentes ao meio-fio, na sua maior dimensão;

III - quando excederem as dimensões máximas das faixas de estacionamento, estarem devidamente sinalizadas;
IV - estarem pintadas com tinta ou película refletida;
V - observarem a distância mínima de 10m (dez metros) das esquinas;
VI - não permanecerem estacionadas por mais de 72h (setenta e duas horas).

Art. 12. O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado direta ou indiretamente pela Prefeitura, bem como o serviço de coleta de lixo domiciliar.

Art. 13. É proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas.

Art. 14. Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

I - consentir o escoamento de águas servidas das residências para as ruas;
II - consentir, sem as precauções devidas, a permanência nas vias públicas de quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das mesmas;
III - queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;
IV - conduzir, em veículos abertos, materiais que possam, sob a incidência do vento ou trepidações, comprometer o passeio das vias públicas;
V - aterrar vias públicas com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos.

Art. 15. O lixo das habitações deverá ser acondicionado em sacos de plástico ou vasilhas apropriadas servidas de tampa, separadamente quando houver coleta seletiva, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

§ 1º É expressamente proibido a fixação de lixeiras de uso particular, nos passeios públicos.

§ 2º O lixo das habitações acondicionados deverão ser colocados em lixeiras elevadas, devendo as mesmas ser fixadas dentro do lote ou do tipo móvel (gaveta) fixadas nas cercas.

Art. 16. É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações ou nas várzeas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa causar incômodo a população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar, dentro do perímetro urbano, qualquer substância nociva à população.

Parágrafo único. Aplicam-se estas medidas nas áreas situadas à montante e à jusante dos cursos d'água que passam dentro do perímetro urbano.

Art. 17. Não é permitido, dentro do perímetro urbano, a instalação de estrumeiras ou depósito de estrume animal.

Art. 18. É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências comerciais determinarem.

Art. 19. Nos casos de descarga de materiais que não possam ser feitas diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, em horário estabelecido pela Prefeitura.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos a distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 20. É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Art. 21. A Prefeitura impedirá o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 22. Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados palcos, ou palanques provisórios ou estruturas específicas nos logradouros públicos, desde que solicitada à Prefeitura a autorização de sua localização.

Parágrafo único. Para a autorização do disposto neste artigo deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - aprovado pela prefeitura quanto à sua localização;
II - não prejudicarem a pavimentação nem o escoamento das águas pluviais, vegetação e outros bens públicos correndo por conta dos responsáveis pelas festividades, os estragos porventura verificados;
III - serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento das festividades;
IV - não perturbar o trânsito público.
V - sejam aprovados previamente pelo órgão sanitário competente da Municipalidade;
VI - responsabilizar-se pela limpeza do local utilizado.

Art. 23. Nas construções e demolições não será permitido, além do alinhamento do tapume, a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção.

CAPÍTULO II DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO URBANO

Art. 24. A instalação de mobiliário ou equipamentos urbanos que comporte os usos: telefone, correio, segurança, comércio de jornais, revistas, cigarros, doces embalados, café e similares, flores, lanchonete, sucos, sorvete e outros do gênero em logradouros públicos, reger-se-á por esta lei, obedecidos aos critérios de localização e usos aplicáveis a cada caso, e só será permitido quando não acarretar:

I - prejuízo a circulação de veículos e pedestres ou ao acesso de bombeiros e serviços de emergência;
II - interferência no aspecto visual e no acesso às construções de valor arquitetônico, artístico e cultural;
III - interferência em toda extensão da testada de escolas, templos de culto, prédios públicos e hospitais;
IV - interferência nas redes de serviços públicos;
V - obstrução ou diminuição do panorama significativo ou eliminação de mirante;
VI - redução de espaços abertos, importantes para paisagismo, recreação pública ou eventos sociais e políticos;
VII - prejuízo à escala, ao ambiente e as características naturais do entorno.

Art. 25. A instalação de equipamento, além das condições exigidas no artigo anterior, pressupõe:

I - diretrizes de planejamento da área ou projeto existente de ocupação;
II - características do comércio existente no entorno;
III - diretrizes de zoneamento e uso do solo;
IV - riscos para o equipamento.

Parágrafo único. A instalação de equipamentos, em parques, praças, largos e jardins públicos, depende da anuência prévia da Municipalidade.

Art. 26. Os padrões para o equipamento serão estabelecidos em projetos do órgão de planejamento competente.

Art. 27. A ocupação do logradouro público com mesas e cadeiras poderá ser permitida, em caráter provisório, através de autorização expressa do poder público, desde que, satisfeitas as seguintes condições:

I - preservem uma faixa mínima para o trânsito público, não inferior a 2,00m (dois metros);

II - corresponderem, apenas, às testadas dos estabelecimentos comerciais para os quais forem licenciados;
III - não exceder a linha média dos passeios, de modo a ocuparem no máximo a metade desses, a partir da testada;
IV - guardem as mesas, entre si, distância mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
V - sua instalação estando em concordância com a Legislação Sanitária vigente no Município, Estado ou Federação, seja previamente aprovada pelo órgão sanitário competente no Município.
Parágrafo único. O pedido de licença será acompanhado de uma planta ou desenho cotado, indicando a testada da casa comercial, a largura do passeio, o número e a disposição das mesas e cadeiras, bem como de uma declaração do proprietário ou responsável legal sobre o fluxo, metodologia empregada e tipo de gênero alimentício envolvido, quando for o caso.

Art. 28. Através de requerimento a Municipalidade poderão ser permitidos, nos logradouros públicos, a instalação de relógios, estátuas, fontes e qualquer monumento, se comprovado o seu valor artístico ou cívico a juízo da Municipalidade, da qual dependerá a aprovação do local para instalação dos mesmos.

§ 1º Os relógios colocados nos logradouros públicos ou em qualquer ponto exterior de edifícios, serão obrigatoriamente mantidos em perfeito estado de funcionamento e precisão horária pelo requerente.

§ 2º As fontes ou similares de que trata este artigo serão obrigatoriamente mantidas em perfeitas condições materiais e sanitárias pelo requerente, de modo a não causar risco a saúde da população.

Art. 29. As infrações dos dispositivos constantes deste Título serão punidas com multa de 208,0 URMs, elevadas em 20% (vinte por cento) nas reincidências, sem prejuízos das responsabilidades criminal e civil cabíveis.

CAPÍTULO III DAS CALÇADAS E PASSEIOS

Art. 30. Calçada é a parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação do mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros. Passeio é a parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres.

Parágrafo único. Em relação à vegetação nas calçadas, as mesmas deverão ser plantadas conforme determinação de Lei Complementar.

Art. 31. A manutenção das calçadas públicas é de responsabilidade exclusiva dos proprietários dos lotes fronteiros ao passeio, possuidores do domínio útil ou a qualquer título, no tocante a sua construção, restauração, conservação e limpeza, observando as normas e padrões fixados pela Municipalidade.

Art. 32. Em relação às calçadas públicas, é expressamente proibido:
I - depositar lixo ou detritos sólidos e líquidos de qualquer natureza;

II - o revestimento das calçadas formando superfície inteiramente lisa, ou com desnível que possa produzir escorregamento ou queda;

III - qualquer tipo de letreiro ou anúncio de caráter permanente ou não no piso das calçadas dos logradouros públicos;

IV - escoar rejeitos e dejetos líquidos de qualquer natureza;

V - transitar com qualquer tipo de meio de transporte, exceto carrinhos de crianças e cadeiras de portadores de necessidades especiais;

VI - conduzir pelas calçadas volumes de grande porte, que possam embarçar o trânsito de pedestres;

VII - estacionar temporária ou permanentemente qualquer tipo de

meio de transporte;

VIII - depositar materiais ou entulhos provenientes de construções, sem o uso de acondicionantes e protetores adequados (tapumes) e autorização prévia e por escrito da Municipalidade;

IX - executar qualquer benfeitoria ou modificação nas calçadas que impliquem na alteração de sua estrutura normal, sem prévia autorização por escrito, da Municipalidade;

X - implantar ou instalar equipamentos que possam afetar prejudicialmente a espacialidade horizontal e vertical e a circulação natural de transeuntes, observando-se no caso dos equipamentos de ar condicionado, uma altura não inferior a 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) e a adoção de dutos para condução de água ao solo;

XI - instalar nas fachadas dos prédios e edificações, elementos que coloquem em risco a integridade física dos transeuntes;

XII - preparar materiais para a construção de obra, na calçada pública;

XIII - lavar veículos ou outros equipamentos nas calçadas públicas;

XIV - executar qualquer tipo de obra, para a implantação de infraestrutura ou serviço de utilidade pública sem a prévia autorização por escrito da Municipalidade;

XV - colocar mesas e cadeiras para atendimento ao público, sem autorização prévia da Municipalidade.

Art. 33. As calçadas deverão apresentar uma declividade de 2% (dois por cento) do alinhamento para o meio fio, de acordo regulamentação do poder executivo.

Art. 34. Os proprietários são obrigados a manter as calçadas permanentemente em bom estado de conservação, sendo expedidas a juízo do setor competente, as intimações necessárias aos respectivos proprietários, para consertos ou para reconstrução dos mesmos.

Parágrafo único. Caberá à Municipalidade o conserto ou reconstrução das calçadas, quando forem por ela danificados, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 35. As canalizações para escoamento das águas pluviais dos lotes ou edificações passarão sob as calçadas.

Parágrafo único. Quando se tornar necessário fazer escavação nas calçadas dos logradouros, para assentamento de canalização, galerias, instalações de subsolo ou qualquer outro serviço, a reposição do revestimento das calçadas deverá ser feita de maneira a não resultarem remendos, ainda que seja necessário refazer ou substituir completamente todo o revestimento, cabendo as despesas respectivas aos responsáveis pelas escavações.

Art. 36. Se intimados pela Municipalidade a executar o fechamento de terrenos, a manutenção e a construção de calçada, outras obras necessárias ou serviços, os proprietários que não atenderem a intimação, no prazo de 30 (trinta) dias, ficarão sujeitos a pagar, o valor do mercado dos serviços efetuados pela municipalidade.

Parágrafo único. Excetuam-se do pagamento da taxa adicional relativa à administração, os proprietários cuja renda familiar não ultrapassem a 3 (três) salários mínimos e sejam proprietários de um único imóvel.

Art. 37. Quando, em virtude dos serviços de calçamento executados pela Municipalidade em logradouro situado em qualquer das zonas da cidade, em que forem alterados o nível ou largura das calçadas, cujos serviços já tenham sido realizados sem que a Municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anterior, competirá, aos proprietários a reposição destas calçadas em bom estado, de acordo com a nova posição dos meios-fios.

Parágrafo único. Caso a Municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anteriormente e tenha modificado o projeto inicial, competirá à mesma a reposição destas calçadas em bom estado de acordo com o novo projeto.

Art. 38. Não poderão ser feitas rampas de acesso nos passeios dos

logradouros destinadas à entrada de veículos.

Parágrafo único. Tendo em vista a natureza dos veículos que tenham de trafegar sobre a calçada, a Municipalidade indicará, no alvará de licença a ser concedido, a espécie de calçamento que neles deva ser adotado, bem como a faixa das calçadas destinadas a esse tráfego de veículos.

Art. 39. O rampeamento das soleiras e o rebaixamento do meio-fio são obrigatórios sempre que tiver entrada de veículos nos terrenos ou prédios com travessia de calçada de logradouro, sendo proibida a colocação de cunhas ou rampas de madeira ou de outros materiais fixos ou móveis, nas sarjetas ou sobre a calçada, junto às soleiras de alinhamento para o acesso de veículos.

Art. 40. As intimações para correção dos rampeamentos objetivando obedecer este Título, quando necessárias, deverão ser cumpridas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO IV

DO FECHAMENTO E CONSERVAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO

Art. 41. Os terrenos não construídos, na zona urbana, com testada para logradouro público, loteados ou não, serão obrigatoriamente fechados no alinhamento, desde que o logradouro público seja pavimentado.

Art. 42. O fechamento permitirá o emprego de muro, cerca de madeira, cerca de arame liso, tela ou cerca viva.

Parágrafo único. A utilização de outros materiais para o fechamento, não citados neste artigo, deverá ser submetida à aprovação da Municipalidade.

Art. 43. Os terrenos que margeiam as estradas de rodagem, caso sejam fechados, será permitido o emprego de muro, cerca de madeira, cerca de arame liso, tela ou cerca viva no alinhamento frontal.

Parágrafo único. Os proprietários lindeiros às estradas municipais terão um prazo de 10 (dez) anos para adequar seus recuos conforme o Mapa dos Eixos de Desenvolvimento, parte integrante da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo.

Art. 44. Nas áreas de uso residencial poderá ser dispensado o fechamento frontal dos terrenos construídos, desde que nos mesmos seja mantido um ajardinamento rigoroso e permanentemente conservado, e que o limite entre o logradouro e o terreno fique marcado com meio-fio, cordão de cimento ou processo equivalente.

Art. 45. Para fechamento de terrenos, não será permitido o emprego de espinheiros, ou de qualquer solução que coloque em risco a saúde e o bem estar.

Art. 46. Quando os terrenos forem fechados por meio de cercas vivas e estas não forem convenientemente conservadas, a Municipalidade poderá exigir a substituição desse fechamento por outro.

Art. 47. Os terrenos não construídos dentro do perímetro urbano deverão ser mantidos limpos, capinados e drenados.

Art. 48. Os terrenos pantanosos ou alagados, situados nas zonas urbanas, serão drenados pelos respectivos proprietários, quando intimados pela Municipalidade.

Art. 49. É proibido colocar cacos de vidro e arames farpados, nos muros frontais, laterais e fundos.

Parágrafo único. Os proprietários que tenham colocado materiais especificados no caput deste artigo, antes da vigência desta lei complementar, têm prazo de 90 (noventa) dias para retirá-los, sob pena de incidirem nas sanções cabíveis.

CAPÍTULO V

DOS TERRENOS BALDIOS

Art. 50. Todo possuidor, a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana, deverá conservá-lo limpo, de tal forma a não se constituir prejudicial à saúde e à segurança pública.

Art. 51. O descumprimento das obrigações de que trata o artigo anterior, importará em:

I - intimação para que o proprietário do imóvel ou seu responsável legal execute a limpeza do terreno;

II - execução dos serviços de limpeza pela Municipalidade, se o intimado não realizar a limpeza do terreno no prazo determinado na intimação, ficando sujeito os proprietários ou responsáveis do terreno a pagar o valor de mercado dos serviços efetuados, acrescidos das taxas e despesas administrativas e multas.

Art. 52. Compete a Municipalidade:

I - Fiscalizar, controlar, notificar e aplicar as penalidades;

II - Executar ou contratar a limpeza do terreno no caso previsto no item II do artigo 53 desta lei.

Art. 53. O proprietário ou responsável infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia de conclusão da limpeza do terreno, para recolher o valor devido.

Parágrafo único. Terminado o prazo previsto neste artigo, o proprietário ou responsável pelo terreno terá seu débito inscrito em dívida ativa.

CAPÍTULO VI

DAS EDIFICAÇÕES

Art. 54. Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na Macrozona Urbana.

Art. 55. Os reservatórios de água deverão obedecer os seguintes requisitos:

I - vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;

II - facilidade de sua inspeção;

III - tampa removível;

IV - outras exigências do Código de Obras vigente.

Art. 56. Nos conjuntos de apartamentos e prédios de habitação coletiva é proibida a instalação de dutos para a coleta de lixo, quer sejam coletivos ou individuais.

Art. 57. As chaminés, de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art. 58. É proibido fumar em estabelecimentos públicos fechados, onde for obrigatório o trânsito ou a permanência de pessoas, assim considerados, entre outros, os seguintes locais: elevadores, transportes coletivos municipais, auditórios, museus, cinemas, teatros, estabelecimentos comerciais, estabelecimentos públicos, hospitais e escolas.

§ 1º Nos locais descritos neste artigo deverão ser afixados avisos indicativos da proibição em locais de ampla visibilidade ao público.

§ 2º Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração.

§ 3º O Título V deste Código determina as sanções penais previstas para os infratores.

CAPÍTULO VII

DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 59. No interesse do controle da poluição do ar e da água, o Município exigirá parecer técnico da FATMA, sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 60. É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar espécies da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura, obedecidas às disposições do Código Florestal Brasileiro.

Parágrafo único. Para que não seja desfigurada a arborização do logradouro, cada remoção de árvore importará no imediato plantio da mesma ou de nova árvore em ponto cujo afastamento seja menor possível da antiga posição.

Art. 61. Não será permitida a utilização da arborização pública para colocação de cartazes e anúncios ou fixações de cabos e fios, nem para suporte ou apoio de objetos e instalações de qualquer natureza.

Art. 62. Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

§ 1º O interessado deverá obter das autoridades municipais a autorização antecipadamente;

§ 2º A autorização não inibe a responsabilidade do requerente quanto ao controle e medidas de precaução para evitar a propagação do fogo.

Art. 63. A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

I - preparar aceiros de no mínimo 7 (sete) metros de largura;
II - mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 64. A derrubada de mata dependerá de licença do Município, observadas as restrições constantes do Código Florestal Brasileiro.

Art. 65. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 66. O Município poderá celebrar convênio com órgãos públicos federais e estaduais para a execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

CAPÍTULO VIII DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 67. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral. Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, destinadas ao preparo e consumo alimentar, excetuados os medicamentos.

Art. 68. Não será permitida a produção, exposição ou vendas de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelos funcionários encarregados pela fiscalização e removidos para local destinado à inutilização das mesmas.

§ 1º A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 69. Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições

gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I - o estabelecimento que possuir exposição de frutas, legumes, verduras e/ou hortaliças, serão colocados, sobre mesas e estantes de superfície impermeável, afastadas um metro, no mínimo, das portas externas;

II - as gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente;

III - os alimentos que independam de cozimento deverão ser depositados em recipientes fechados que evitem o acesso de impurezas e insetos.

Art. 70. É proibido ter em depósito ou expostos à venda:

I - aves doentes;

II - legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 71. Toda a água que tenha de servir para a manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não venha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art. 72. O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 73. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste código, que lhes são aplicáveis, deverão ainda observar o seguinte:

I - zelarem para que os gêneros alimentícios não estejam deteriorados, nem contaminados e apresentarem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;

II - ter carrinhos para perfeito acondicionamento;

III - ter os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e insetos;

IV - manter-se rigorosamente asseados.

§ 1º Os vendedores ambulantes não poderão vender frutas descascadas, cortadas ou em fatias.

§ 2º Ao vendedor ambulante de gêneros alimentícios de ingestão imediata é proibido tocá-los com as mãos, sob pena de multa, sendo a proibição extensiva à freguesia.

§ 3º Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda, ou em pontos vedados pela Saúde Pública.

Art. 74. A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas, pães e outros gêneros alimentícios de ingestão imediata só será permitida em carros apropriados, caixas ou outros receptáculos fechados, devidamente vistoriados pela Prefeitura, de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada da poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e apreensão de mercadorias.

§ 1º É obrigatório que o vendedor ambulante justaponha, rigorosamente, e sempre, as tampas das vasilhas destinadas à venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

§ 2º O acondicionamento de balas, confeitos e biscoitos providos de envoltórios, poderá ser feita em vasilhas abertas.

§ 3º É obrigatório o selo com informações de data de fabricação/validade e ingredientes utilizados.

Art. 75. Na infração de qualquer artigo dessa Capítulo, será imposta multa correspondente 52,0 a 243,0URM's.

CAPÍTULO IX DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 76. Os hotéis, pensões, restaurantes, bares, cafés, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres, deverão observar as seguintes prescrições:

I - a lavagem da louça e talheres deverá ser feita com água corrente não sendo permitida sob qualquer hipótese, a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II - a higienização da louça e talheres deverá ser feita com detergente ou sabão e água fervente em seguida;

III - os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV - a louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas e ventilados, não podendo ficar expostos à poeira e às moscas;

V - os utensílios de copa e cozinha, os copos, as louças, talheres, xícaras e pratos devem estar sempre em perfeitas condições de uso. Será apreendido e inutilizado imediatamente, o material que estiver danificado, lascado ou trincado;

VI - as mesas e os balcões deverão possuir tampas impermeáveis;

VII - nos salões de consumação, não será permitido o depósito de caixas de qualquer material estranho às suas finalidades.

§ 1º Não é permitido servir café em copos ou utensílios que não possam ser esterilizados em água fervente, excetuando-se nesta proibição os descartáveis.

§ 2º Os estabelecimentos a que se refere este artigo são obrigados a manter seus empregados e garçons observando os devidos cuidados de higiene pessoal, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

Art. 77. Nos salões de barbeiros, cabeleireiros e estabelecimentos congêneres é obrigatório o uso de toalhas.

Parágrafo único. Durante o trabalho, os oficiais ou empregados deverão usar jaleco rigorosamente limpo.

Art. 78. Os instrumentos de trabalho, logo após sua utilização deverão ser mergulhados em solução antisséptica e lavados em água corrente.

Art. 79. As casas de carnes e peixarias deverão atender às seguintes condições:

I - ter balcões com tampa de aço inoxidável, mármore ou fórmica;

II - utilizar utensílios de manipulação, ferramentas ou instrumentos de corte feitos de material apropriado e conservado em rigoroso estado de limpeza;

III - não será permitido o uso de lâmpadas coloridas na iluminação artificial;

IV - os móveis de madeira devem ter revestimento impermeável;

V - manter o estabelecimento em perfeito estado de asseio e limpeza;

VI - os funcionários devem usar aventais, gorros brancos e luvas;

VII - manter coletores de lixo e resíduos com tampa a prova de moscas e roedores;

VIII - vender apenas carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciados, regularmente inspecionados e carimbados;

IX - os estabelecimentos devem manter um funcionário exclusivo para o caixa.

Art. 80. Nos estabelecimentos tratados neste Capítulo é obrigatório observar as seguintes prescrições de higiene:

I - manter o estabelecimento em completo estado de asseio e limpeza;

II - o uso de aventais e gorros brancos;

III - manter coletores de lixo e resíduos com tampa à prova de moscas e roedores.

Art. 81. Os estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, da modalidade de panificadoras, lancherias e /ou confeitarias e similares, devem observar no mínimo, o seguinte:

I - piso revestido por material lavável, impermeável, resistente e não corrosível;

II - paredes de material resistente, lavável, impermeável, não corrosível;

III - as salas de manipulação devem ter aberturas (portas e janelas) teladas;

IV - as chaminés devem ficar no mínimo 5,00 m (cinco metros) acima da cumeeira;

V - os fornos não devem produzir fumaça aos compartimentos de trabalho;

VI - não se permite construção alguma sobre fornos, a não ser a cobertura para protegê-los;

VII - ter depósito ou local diferenciado, adequado para armazenamento de combustível, nos estabelecimentos que lidam com carvão, lenha, gás e similares;

VIII - ter depósito especial para farinhas, açúcar e outros, com pisos e paredes impermeabilizadas e protegidas de insetos e animais, com telas, estrados e aberturas especiais;

IX - é obrigatório o emprego de amassadeiras mecânicas;

X - a secagem dos produtos será levada a efeito em ambiente e equipamento adequado e protegido;

XI - o preparo das massas, doces, salgados e demais produtos, será, realizado por processo mecânico, evitando o uso das mãos;

XII - todos os aparelhos e utensílios de trabalho serão de material inoxidável e de fácil limpeza;

XIII - os equipamentos estarão sempre em boas condições de higiene;

XIV - os produtos prontos para uso devem ficar abrigados de contaminação exterior;

XV - as embalagens a serem utilizadas devem estar protegidas da poeira, insetos, animais e serem registradas no órgão competente;

XVI - é obrigatório o uso de estilete inoxidável, não se permitindo, em hipótese alguma, o emprego de qualquer outro material, sobretudo os comumente encontrados, rústicos, perigosos e sem higiene;

XVII - só é permitido o uso de aditivos intencionais previstos na legislação sanitária federal;

XIII- a manipulação dos produtos prontos para o consumo, na impossibilidade do uso de pegadores de inox, será feita com as mãos protegidas por luvas de material aprovado pelo órgão competente.

Art. 82. Nos hospitais, postos de saúdes, casas de saúde e maternidades, além das disposições em geral desta lei e das legislações federal e estadual específicas, que lhes forem aplicáveis é obrigatório no mínimo:

I - existência de depósito para roupa servida;

II - a existência de uma lavanderia com água quente com instalação de esterilizador;

III - a esterilização de louças, talheres e utensílios diversos;

IV - a desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores;

V - a instalação de necrotério;

VI - processo especial para eliminação de lixo hospitalar;

VII - a manutenção da cozinha, copa e despensa devidamente asseada e em condições de completa higiene.

Art. 83. Na infração de qualquer dispositivo desta Capítulo, será imposta a multa de 139,0 URM's.

TÍTULO III DO BEM ESTAR PÚBLICO

Art. 84. É expressamente proibido perturbar o sossego público ou particular com ruídos ou sons excessivos.

Parágrafo único. A Prefeitura estabelecerá, para cada atividade que pela sua característica produza ruídos excessivos, horários e localização permitidos, tendo em conta o disposto neste Código relativo à matéria e demais Leis Federais, Estaduais e Municipais pertinentes.

Art. 85. É proibido perturbar o sossego e o bem-estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos de intensidade fixados por esta Lei Complementar.

§ 1º As vibrações serão consideradas prejudiciais quando ocasionarem ou puderem ocasionar danos materiais, à saúde e ao

bem-estar público.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

- a) Som: é toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar sensações auditivas;
- b) Poluição Sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança, ao sossego e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nesta lei;
- c) Ruído: qualquer som que cause ou tenda causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos e ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais;
- d) Ruído Impulsivo: som de curta duração, com início abrupto e parada rápida, caracterizado por um pico de pressão de duração menor que um segundo;
- e) Ruído Contínuo: aquele com flutuação de nível de pressão acústica tão pequena que podem ser desprezadas dentro do período de observação;
- f) Ruído Intermitente: aquele cujo nível de pressão acústica cai abruptamente ao nível do ambiente várias vezes durante o período de observação, desde que o tempo em que o nível se mantém constante diferente daquele do ambiente seja de ordem de grandeza de um segundo ou mais;
- g) Ruído de Fundo: todo e qualquer som que seja emitido durante o período de medições, que não aquele objeto das medições;
- h) Distúrbio Sonoro e Distúrbio por Vibrações: significa qualquer ruído ou vibração que:
 - h.1) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem-estar público;
 - h.2) cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas;
 - h.3) possa ser considerado incômodo;
 - h.4) ultrapasse os níveis fixados nesta lei.
- i) Nível Equivalente (LEQ): o nível médio de energia do ruído encontrado integrando-se os níveis individuais de energia ao longo de determinado período de tempo e dividindo-se pelo período, medido em dB-A;
- j) Decibel (dB): unidade de intensidade física relativa do som;
- l) Níveis de Som dB (A): intensidade do som, medido na curva de ponderação A, definido na norma NBR 10.151 – ABNT;
- m) Zona Sensível a Ruído ou Zona de Silêncio: é aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional. Define-se como zona de silêncio a faixa determinada pelo raio de 100,00m (cem metros) de distância de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos;
- n) Limite Real da Propriedade: aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica de outra;
- o) Serviço de Construção Civil: qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação ou de uma estrutura ou de um terreno;
- p) Centrais de Serviços: canteiros de manutenção e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil;
- q) Vibração: movimento oscilatório, transmitido pelo solo ou uma estrutura qualquer.

Art. 86. Os níveis de intensidade de sons ou ruídos fixados por esta Lei, bem como o nível equivalente e o método utilizado para a medição e avaliação, obedecerão as orientações das Resoluções CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, e as recomendações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 87. A emissão de sons ou ruídos produzidos por veículos automotores, aeroplanos e aeródromos e os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão as normas expedidas respectivamente pelo CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, pelo Ministério do Trabalho e pelo Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do Contran.

Parágrafo único. No tocante à emissão de ruídos emitidos por veículos automotores, decorrentes do escapamento, descarga ou buzina, aplica-se, no que, couber as resoluções, normas do CONAMA e do Código Brasileiro de Trânsito.

Art. 88. As atividades potencialmente causadoras de poluição sonora, classificadas como Incômodas (I), Nocivas (NO) ou Perigosas (PE), dependem de prévia autorização da Municipalidade, mediante licença ambiental, para obtenção dos alvarás de construção e localização.

Art. 89. Fica proibida a utilização de fogos de artifício, serviços de alto-falantes e outras fontes que possam causar poluição sonora, fixas ou móveis, como meio de propaganda ou publicidade, inclusive, a de cunho político, nos logradouros públicos, devendo os casos especiais serem analisados e autorizados pela Municipalidade.
Parágrafo único. Nenhuma fonte de emissão sonora em logradouros públicos poderá ultrapassar o nível máximo de 85 dB (oitenta e cinco decibéis) na curva C do medidor de intensidade de som, à distância de 7,00m (sete metros) da origem do som, salvo casos especiais devidamente analisados e autorizados pela Municipalidade.

Art. 90. Os serviços de alto-falantes externos em veículos ficam sujeitos à concessão de alvará pela municipalidade, e ao pagamento do tributo respectivo, desde que atendam aos seguintes princípios:
I - estejam os equipamentos de reprodução de som calibrados pelo decibelímetro da Municipalidade;
II - respeitem como limite máximo, o índice de ruído de 70 (setenta) decibéis;
III - limitem suas atividades, de 2ª a sábado, das 08:30 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 18:00 horas;
IV - atendam a proibição da veiculação do serviço de som num raio de 200 metros de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 91. Só será permitida a utilização de alarmes sonoros de segurança que apresentarem dispositivo de controle que limite o tempo de duração do sinal sonoro de 03 (três) minutos a 05 (cinco) minutos.

Art. 92. Não se compreende nas proibições dos artigos anteriores ruídos e sons produzidos:
I - por aparelhos sonorizadores, carros de som e similares, usados nas propagandas eleitoral e política e nas manifestações coletivas, desde que ocorram somente nos períodos diurno e vespertino e sejam autorizados nos termos desta lei;
II - por sinos de igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;
III - por fanfarras ou bandas de músicas em procissão, cortejos ou desfiles cívicos;
IV - por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora, utilizados por ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais;
V - por explosivos utilizados no arrebentamento de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que detonados no período diurno e previamente autorizados Municipalidade, não sendo permitido nos domingos e feriados;
VI - por alarme sonoro de segurança, residencial ou veicular, desde que o sinal sonoro não se prolongue, respectivamente, por mais de 03 (três) minutos e 01 (um) minuto;

Art. 93. Por ocasião das comemorações de Natal, Ano Novo, aniversário do Município e em eventos considerados especiais, serão toleradas, excepcionalmente, aquelas manifestações tradicionais normalmente proibidas por esta Lei, devendo ser autorizadas e fiscalizadas pela Municipalidade.

Parágrafo único. Excetuam-se destas restrições as obras e os serviços urgentes e inadiáveis decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, acidentes graves ou perigo iminente à segurança e ao

bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, telefone, água, esgoto e sistema viário.

Art. 94. Os estabelecimentos ou instalações potencialmente causadoras de poluição sonora deverão requerer a Municipalidade a certidão de tratamento acústico adequado, sendo os requerimentos instruídos com os documentos legalmente exigidos, acrescidos das seguintes informações:

- I - tipo(s) de atividade(s) do estabelecimento e os equipamentos sonoros utilizados;
 - II - zona e categoria de uso do local;
 - III - horário de funcionamento do estabelecimento;
 - IV - capacidade ou lotação máxima do estabelecimento;
 - V - níveis máximos de ruídos permitidos;
 - VI - laudo técnico comprobatório de tratamento acústico, assinado por técnico especializado ou empresa idônea;
 - VII - descrição dos procedimentos recomendados pelo laudo técnico para o perfeito desempenho da proteção acústica do local;
 - VIII - declaração do responsável legal pelo estabelecimento quanto às condições compatíveis com a legislação.
- Parágrafo único. A certidão a que se refere o caput deste artigo deverá ser afixada na entrada principal do estabelecimento, em local visível ao público.

Art. 95. O prazo de validade da certidão de tratamento acústico será de 02 (dois) anos, expirando nos seguintes casos:

- I - mudança de usos dos estabelecimentos que se enquadrem nos termos do artigo anterior;
- II - mudança da razão social;
- III - alterações físicas do imóvel, tais como reformas, ampliações ou qualquer alteração na aparelhagem sonora utilizada e/ou na proteção acústica instalada;
- IV - qualquer alteração que implique modificação nos termos contidos na certidão;
- V - qualquer irregularidade no laudo técnico ou falsas informações contidas no mesmo.

§ 1º Os casos previstos nos incisos deste artigo provocarão a expedição de uma nova certidão e deverão ser previamente comunicados ao órgão competente, que providenciará vistoria técnica.

§ 2º A renovação da certidão será aprovada pelo órgão competente após prévia vistoria no imóvel, atestando-se sua conformidade com a legislação vigente.

§ 3º O pedido de renovação da certidão deverá ser requerido três meses antes do seu vencimento, não se admitindo o funcionamento através de prazos ou prorrogações.

§ 4º A renovação da certidão ficará condicionada à liquidação, junto à Municipalidade, de todos os débitos fiscais que incidirem sobre o imóvel.

Art. 96. Os técnicos ou fiscais terão a entrada franqueada nas dependências que abriguem fontes localizadas de poluição sonora, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário; devendo se apresentar devidamente credenciados e após a vistoria fornecer cópia ao proprietário do laudo emitido.

§ 1º A Municipalidade deverá celebrar Convênio, ou outra forma de cooperação, com o Estado, a União e seus órgãos, e universidades, visando legitimar as ações objeto desta lei.

§ 2º Nos casos de embargo à ação fiscalizadora, os técnicos ou fiscais poderão solicitar auxílio às autoridades competentes para a execução da medida ordenada.

Art. 97. A pessoa física ou jurídica que infringir qualquer dispositivo desta lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, fica sujeita às seguintes penalidades, independentemente da obrigação de cessar a transgressão e de outras sanções da União ou do Estado, cíveis ou penais:

- I - notificação por escrito;
- II - multa simples ou diária;

III - embargo da obra;

IV - interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividades;

V - cassação imediata do alvará de licenciamento do estabelecimento;

VI - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;

VII - paralisação da atividade poluidora.

Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo, poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção imediata de medidas específicas para cessar e corrigir a poluição sonora. Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a multa terá uma redução de até 90% (noventa por cento) do valor original.

Art. 98. Para efeito das aplicações das penalidades, as infrações aos dispositivos desta lei serão classificadas como leves, graves ou gravíssimas, assim definidas:

- I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;
- II - graves, aquelas em que forem verificadas circunstâncias agravantes;
- III - gravíssima, aquelas em que seja verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 99. A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente:

- I - nas infrações leves, de 48,5 a 312,0 URM's;
- II - nas infrações graves, de 312,0 a 521,0 URM's;
- III - nas infrações gravíssimas, de 521,0 a 868,0 URM's.

Art. 100. Para imposição da pena e graduação da multa, a municipalidade deverá observar o princípio do contraditório, concedendo ao infrator a ampla defesa dos seus direitos e interesses, e também:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde ambiental e o meio ambiente;
- III - a natureza da infração e suas consequências;
- IV - o porte do empreendimento;
- V - os antecedentes do infrator, quanto às normas ambientais.

Art. 101. São circunstâncias atenuantes:

- I - menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
- II - arrependimento eficaz do infrator, manifestada pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa do ruído emitido;
- III - ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 102. São circunstâncias agravantes:

- I - ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;
- II - ter o infrator agido com dolo direto ou eventual.

§ 1º A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do mesmo tipo.

§ 2º No caso de infração continuada caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.

Art. 103. Compete a Municipalidade:

- I - estabelecer o controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;
- II - aplicar sanções e interdições, parciais ou totais, previstas na legislação vigente.

Art. 104. A Municipalidade disponibilizará infraestrutura necessária para o cumprimento desta lei.

Art. 105. As pessoas físicas ou jurídicas que estejam em desacordo com as disposições deste Capítulo terão prazo para adaptar-se as

suas exigências conforme segue:

I - até 06(seis) meses para iniciar os trabalhos de adaptação, com o projeto devidamente protocolado na Prefeitura Municipal;

II - até 01(um) ano para estar completamente adaptado a esta lei.

CAPÍTULO I

DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 106. Para realização de divertimentos e festejos públicos ou em recintos fechados de livre acesso ao público, será obrigatória a licença prévia da Prefeitura.

Parágrafo único. Para o caso do disposto no caput deste artigo será obrigatória a contratação de agentes de segurança privada compatível com o porte do evento.

Art. 107. Não serão fornecidas licenças para a realização de diversões, jogos ruidosos em locais compreendidos em área até um raio de 200m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 108. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Edificações vigente:

I - os locais de divertimentos públicos serão mantidos higienicamente limpos;

II - as portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livre de móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

IV - os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

V - deverão possuir bebedouro de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;

VI - durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas por cortinas.

Parágrafo único. Estarão sujeitas ainda às normas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar ou Civil, relativas à segurança nesses recintos.

Art. 109. Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas que não tiverem exaustores suficientes, deve decorrer um lapso de tempo entre a saída e a entrada dos espectadores para o efeito de renovação de ar.

Art. 110. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa marcada.

§ 1º Em caso de modificação do programa ou de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço da entrada.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entrada.

Art. 111. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se após 30 (trinta) minutos da hora marcada, ressalvados os casos motivados por questões de segurança.

Art. 112. Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente a lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculo.

Art. 113. A armação de circos de panos ou parques de diversões só será permitida em locais previamente estabelecidos pela Prefeitura.

§ 1º A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a um três meses, podendo ser renovado.

§ 2º Os circos e parques de diversão embora autorizados, só

poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades de Prefeitura.

Art. 114. As infrações deste Título serão punidas com penas de multa de 243,0 URM's e acrescidas em 20% (vinte por cento) quando reincidente, além das responsabilidades civil e criminal que couberem.

CAPÍTULO II

DA PROPAGANDA EM GERAL

Art. 115. A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos depende de licença da Prefeitura e do pagamento do tributo respectivo.

§ 1º Incluem-se ainda na obrigatoriedade do presente artigo os anúncios que, embora apostos em propriedades particulares sejam visíveis de lugares públicos.

§ 2º Estão isentos de tributos, placas nas obras com indicação do responsável técnico pela sua execução.

Art. 116. Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

I - pela sua natureza provoquem aglomeração prejudicial ao trânsito público;

II - de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;

III - que em sua mensagem firam a moral e os bons costumes da comunidade.

Art. 117. Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou conservados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança. Os requerentes são responsáveis por danos causados a terceiros em caso de qualquer tipo de acidente, ou ação da natureza.

Art. 118. Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades deste Título, poderão ser apreendidos pela Prefeitura até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento de multa prevista nesta Lei.

Art. 119. A propaganda falada, em lugares públicos, por meio de ampliadores de som, autofalantes e propagandistas, está igualmente sujeita à prévia licença, e ao pagamento de tributo ou preço respectivo.

Art. 120. A retirada de propaganda eleitoral, afixada é de responsabilidade dos Diretórios e Comitês Municipais, dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do dia da eleição, ou na forma que a lei eleitoral vier a estabelecer.

Art. 121. As infrações previstas neste Título serão punidas com multa de 243,0 URM's, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 122. Aos animais em geral, aplicam-se as normas previstas na Legislação Federal, Estadual e Municipal, cabendo a Municipalidade o exercício do poder de polícia, visando a proteção das pessoas e dos animais.

Art. 123. É proibida a permanência de animais nas vias e outras áreas de uso público.

§ 1º São exceção animais dóceis e de estimação, quando acompanhados de seus donos ou responsáveis.

§ 2º A Prefeitura poderá recolher os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos. A forma de apreensão será

estabelecida em regulamentação própria.

Art. 124. É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 125. É expressamente proibido:

I - criação de quaisquer espécies de animais com fins econômicos em áreas do Perímetro Urbano;

II - amarrar animais em cercas, muros, grades ou árvores da via pública;

III - domar ou adestrar animais nas vias públicas;

IV - dar espetáculos e exposições de quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores e autorização expressa da Municipalidade;

V - comercializar animais que ofereçam periculosidade à integridade física das pessoas, sem a devida providência no tocante as medidas de segurança;

VI - praticar, privada ou publicamente, qualquer tipo de ação que caracterize crueldade ou atrocidade aos animais.

Art. 126. Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro da sua propriedade, desde que, estejam causando danos a vizinhança.

Art. 127. Na infração de qualquer artigo deste Título, será imposta a multa de 104,0 URM's.

TÍTULO IV

DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA

CAPÍTULO I

DO LICENCIAMENTO

Art. 128. Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem a prévia licença da Prefeitura, concedida mediante requerimento dos interessados, e mediante o pagamento dos tributos devidos.

Art. 129. A Prefeitura Municipal só expedirá o Alvará de localização para estabelecimentos que não contrariem as disposições contidas na Lei do Plano Diretor, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Conforme o especificado no Anexo V - Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art. 130. A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 131. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 132. Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão a Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 133. O Alvará de Localização será exigido mesmo que o estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de licença.

Art. 134. O alvará de localização será cassado:

I - quando se tratar de negócio diferente do requerido;

II - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou sossego e segurança pública;

III - por solicitação da autoridade competente, provados motivos que fundamentarem a solicitação.

§ 1º Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente

fechado.

§ 2º Será igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua esta Capítulo.

Art. 135. Não é permitida a exposição de mercadorias do lado de fora dos estabelecimentos comerciais, nem o depósito de qualquer objeto sobre a calçada.

Parágrafo único. Não constitui infração o depósito de mercadorias sobre a calçada no momento de desembarque ou embarque das mesmas, desde que a operação se proceda em horário regulamentado pela Municipalidade de acordo com legislação específica, não embarce o livre trânsito de pedestres e não coloque em risco a saúde e o bem estar dos transeuntes.

Art. 136. A Municipalidade exercerá rigorosa fiscalização sobre a localização e funcionamento das atividades industriais, comerciais e de serviços, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade que se destina, aplicando aos infratores as sanções e penalidades previstas na legislação.

Art. 137. As infrações dos dispositivos deste Título ficarão sujeitas à multa de 416,0 URM's.

CAPÍTULO II

DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 138. O exercício do comércio ambulante, de vendedores ou compradores, por conta própria ou de terceiros, em logradouros públicos ou lugares franqueados ao público, dependerá sempre de licença especial da Municipalidade, mediante requerimento do interessado. Caracteriza-se como o comércio que não é exercido em local fixo.

§ 1º Caberá ao Município a definição dos locais permitidos para a exploração das atividades mencionadas no caput deste artigo, sendo que as demais regras serão regulamentadas por ato próprio.

§ 2º A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições desta lei, da legislação fiscal e sanitária deste Município.

§ 3º A licença do vendedor ambulante será concedida exclusivamente à quem exercer a atividade, sendo pessoal e intransferível.

Art. 139. Deferido o requerimento, a Municipalidade passará um alvará de licença pessoal e intransferível, no qual constarão as indicações necessárias à sua identificação, com o prenome e sobrenome, idade, nacionalidade, o número no cadastro de pessoas físicas, residência, fotografia, objeto de comércio e quando for empregado, o nome do empregador ou o seu estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço, inscrições federal e estadual, se houver.

Art. 140. Com o alvará, a Municipalidade fornecerá ao licenciado um cartão indicativo do ramo de comércio ambulante que irá exercer.

§ 1º Além do cartão, todo vendedor ambulante é obrigado a trazer consigo o alvará de licença, para apresentá-lo quando for exigido pela autoridade fiscal.

§ 2º O vendedor ambulante que for encontrado sem este comprovante, ou com ele em situação irregular, estará sujeito à multa e apreensão da mercadoria em seu poder.

§ 3º As mercadorias apreendidas, serão recolhidas em local de domínio municipal, e não sendo retiradas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante o pagamento das multas e emolumentos a que estiver sujeito o infrator, bem como a regularização da licença, terão o destino regulado por dispositivos desta lei.

Art. 141. A Municipalidade só concederá licença para o comércio ambulante, quando, a seu critério o mesmo não venha a prejudicar

o comércio estabelecido, a higiene e segurança.

Art. 142. Da licença deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I - número de Inscrição;

II - residência do comerciante ou responsável;

III - nome, razão ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante;

IV- local de funcionamento.

Art. 143. A licença será renovada anualmente por solicitação do interessado.

Art. 144. A Municipalidade determinará para o exercício da atividade eventual ou ambulante, normas, padrões, locais e horários, por ato do Poder Executivo.

Art. 145. As infrações ao disposto neste Título estão sujeitas à apreensão da mercadoria e multa de 277,0 UFRM's.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Art. 146. Aplicam-se à indústria, no que couber, as disposições sobre o comércio, além das contidas neste Título.

Art. 147. No interesse do controle da poluição sonora, do ar e da água, a Municipalidade exigirá os relatórios necessários, expedidos pelo órgão ambiental competente, sempre que for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 148. Para efetuar o recolhimento do lixo tóxico proveniente de resíduos industriais a Municipalidade poderá cobrar uma taxa especial de coleta, destinada a equipamento especial.

Parágrafo único. Cabe ao órgão sanitário municipal em conjunto com os demais órgãos competentes a aprovação e a indicação de local adequado para tal fim.

Art. 149. A localização das indústrias obedecerão ao zoneamento estabelecido na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Tabela I, Anexo V, do Município de Ouro.

Art. 150. As infrações deste Título estão sujeitas à multa de 1.215,0 URM's.

CAPÍTULO IV

DAS FEIRAS LIVRES

Art. 151. A Municipalidade através de seus órgãos competentes determinará, data, local e mobiliário para realização de feiras livres. Parágrafo único. Cabe ainda a Municipalidade estabelecer regulamentos visando o bom funcionamento das feiras livres.

Art. 152. A nenhum comerciante regularmente estabelecido será permitido vender produtos hortifrutigranjeiros ou outros na feira livre.

Art. 153. A Municipalidade estabelecerá a cobrança de uma taxa pela utilização do local, devendo a limpeza deste, ser efetuada pelos feirantes.

Art. 154. O horário de funcionamento das feiras será estabelecido por Decreto do poder executivo.

Parágrafo único. A alteração do horário poderá ser solicitada pelos feirantes mediante abaixo assinado contendo no mínimo assinatura de 2/3 (dois terços) dos feirantes cadastrados e em dia com suas responsabilidades junto à municipalidade.

Art. 155. Os feirantes obrigam-se a observar as normas do Código de Defesa do Consumidor, a Legislação Sanitária, bem como cumprirem o horário de funcionamento e atendimento ao público.

Art. 156. As infrações destes dispositivos serão punidas com multa de 55,0 URM's.

Parágrafo único. Em caso de reincidência será automaticamente cassada a respectiva licença.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 157. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais e industriais do Município obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da Legislação Federal que regula o contrato de duração e as condições do trabalho.

§ 1º Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos, feriados nacionais e locais, excluindo o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem as atividades seguintes, impressão de jornais, laticínios, frio industrial, purificação e distribuição de água, produção e distribuição de energia elétrica, serviço telefônico, produção e distribuição de gás, serviço de esgoto, serviço de transporte coletivo ou a outras atividades que, a juízo da autoridade federal competente, seja estendida tal prerrogativa.

§ 2º A Prefeitura poderá, ainda, permitir o funcionamento em horário especial de estabelecimentos que não causem incômodo à vizinhança.

Art. 158. Os horários de abertura e fechamento do comércio e prestação de serviços, serão fixados pela Prefeitura, em Decreto, bem como, os horários especiais para estabelecimentos de natureza diversa.

Art. 159. Outros ramos do comércio ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste título, que necessitam funcionar em horário especial deverão requerê-los a Municipalidade.

Art. 160. Em casos excepcionais, obedecido ao interesse público, o Chefe do Poder Executivo poderá conceder licenças extraordinárias a estabelecimentos e atividades, alterando por decreto o horário normal de funcionamento.

Art. 161. Outros ramos de comércio ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste Título, que necessitam funcionar em horário especial deverão requerê-lo a Prefeitura para análise.

CAPÍTULO VI

DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

Art. 162. A exploração das jazidas enquadradas no art. 8º, classe II, do Regulamento do Código de Mineração, só será permitida mediante Alvará de Licença expedido na forma do presente texto legal.

Parágrafo único. O requerimento para expedição do Alvará de Licença será sempre precedido de Consulta de Viabilidade.

Art. 163. As jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil e relacionadas na Classe II do referido regulamento, que seu aproveitamento depende do Alvará de que trata o art. 162, são especificadas como Classe II - Ardósias, areias, cascalhos, gnaisses, granitos, quartzitos e saibros quando utilizados, em estado natural, para o preparo de agregados, pedras de talhos ou argamassas, ou então se destinem, como matérias-primas, à indústria de transformação.

Art. 164. O pedido de Alvará de Licença deverá ser formulado em

requerimento à Prefeitura, devendo ser instruído com os seguintes documentos, além do comprovante do deferimento da Consulta de Viabilidade:

I - quanto à legalização a ser explorada:

- a) escritura do terreno devidamente inscrita no cadastro da Prefeitura em nome do requerente/ou;
- b) compromisso de compra e venda/ou;
- c) autorização expressa do proprietário.

II - substância mineral a ser licenciada;

III - prova de inscrição, para fins de Imposto Único Sobre Minerais;

IV - negativa de débitos de tributos municipais;

V - planta de detalhe da área licenciada, que terá no máximo 50ha, delimitada por figura geométrica, sendo os lados segmentos de retas ou linhas de acidentes naturais, definidos por seus comprimentos e rumos com um dos vértices amarrados a um ponto fixo e inconfundível do terreno, em escala adequada (1:100) até (1:20000), assinada por profissional habilitado e devidamente registrado na Prefeitura Municipal;

VI - planta de situação de área licenciada, em escala adequada (1:20000) até (1:250000), firmada por profissional habilitado, contendo os principais elementos de reconhecimento, tais como: rodovias, rios, córregos, vilas, pontes e outros considerados necessários;

VII - plano de aproveitamento econômico da jazida, com descrição das instalações de beneficiamento e equipamento, fazendo constar o método de exploração a ser adotado, bem como referência à escala de produção prevista, apresentado por profissional habilitado e matriculado na Prefeitura Municipal;

VIII - licença Ambiental Prévia (LAP) expedida pela FATMA;

IX - anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por Responsável Habilitado como Técnico em Lavras e Beneficiamento Mineral.

Art. 165. A fim de ser preservada a estética e a paisagem natural do local da jazida, obriga-se o requerente e interessado, a apresentar plano de recomposição e urbanização da área que será implantada à medida que a exploração for sendo realizada.

Art. 166. A obrigatoriedade de cumprimento do plano de recomposição e urbanização da área de que trata o artigo anterior, será manifestado através de termo de compromisso firmado entre o licenciado e a Prefeitura Municipal.

Art. 167. A fim de garantir à Prefeitura Municipal de qualquer ressarcimento pelo inadimplemento das obrigações assumidas por força desta Lei, obriga-se o licenciado a efetuar depósito de caução, real ou fiduciária, equivalente a 1/40 do valor da unidade de referência da municipalidade, por metro quadrado da área requerida.

Parágrafo único. O valor caucionado só será liberado após a conclusão do plano de recomposição e urbanização da área utilizada.

Art. 168. O inadimplemento das obrigações impostas pelos artigos 164 e 165 desta Lei, implicará nas seguintes sanções:

I - embargo da exploração e multa de 798,0 URM, cobrada em dobro no caso de reincidência;

II - cancelamento e revogação da licença.

Parágrafo único. Extinto o prazo de dois meses durante o qual o licenciado deve concluir as obras de recomposição e urbanização da área, a Prefeitura às realizará, utilizando para este fim os valores caucionados.

Art. 169. O pedido de renovação do Alvará de Licença, além dos requisitos exigidos pelos art. 164 e 165 desta Lei, deverá ainda ser instruído com os seguintes elementos:

I - prova de licença anterior;

II - prova do Registro no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) da licença anterior;

III - prova de recolhimento do Imposto Único Sobre Minerais, referentes ao exercício anterior.

Art. 170. Autuado o processo com as peças e documentos necessários, a Prefeitura Municipal ouvirá preliminarmente e pela ordem, o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, para dizerem sobre o requerido.

Parágrafo único. Todas e quaisquer objeções técnicas arguidas por seus órgãos, se não forem ou não puderem ser supridas pelo requerente, acarretarão automaticamente o arquivamento do processo e, em consequência, o indeferimento do pedido de alvará de licença.

Art. 171. O licenciado terá prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data da expedição do Alvará, para colocação de placa padronizada, conforme modelo a ser definido pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

Art. 172. A Prefeitura Municipal, através de Portaria, baixará as instruções de preenchimento do formulário destinado ao requerimento de licença para exploração da jazida mineral.

Art. 173. Todas as atividades, objeto deste Título, em curso neste Município, deverão em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, adequar-se às diretrizes ora estabelecidas, sob pena de interdição.

Parágrafo único. Durante o decurso do prazo estabelecido no "caput" deste artigo, poderá o órgão responsável através da exposição de motivos endereçada ao Prefeito, solicitar a interdição da atividade que, por seu curso, intensidade e método, esteja a comprometer aspectos fundamentais da paisagem natural do Município.

CAPÍTULO VII DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS

Art. 174. O exercício da atividade do Cemitério compete exclusivamente a Municipalidade ou a quem for outorgada a exploração, na forma da lei.

Art. 175. Para o exercício da atividade, a Municipalidade através do Chefe do Poder Executivo Municipal, baixará normas regulamentares exercendo rigorosa e permanente fiscalização.

Art. 176. Nos cemitérios municipais não haverá distinção de crença ou seitas religiosas.

Art. 177. As associações religiosas poderão manter nos Cemitérios públicos e mediante ao sepultamento de seus membros, sobre os quais tomarão inteira responsabilidade, muito embora fiscalizada pelo governo municipal.

Art. 178. Nenhum corpo será inumado no Cemitério sem que o interessado apresente ao administrador ou zelador do mesmo, os documentos indispensáveis ao sepultamento que são: guia fornecida pela Prefeitura, certidão do óbito e atestado médico, e na falta deste, guia fornecida pelas autoridades policiais.

Art. 179. O concessionário ou permissionário é responsável pela construção, administração, conservação e funcionamento do cemitério, nos termos da legislação vigente, sempre sob a supervisão e fiscalização da Municipalidade. O concessionário ou permissionário dentro da sua competência, deve promover e executar:

I - aquisição de área de terra destinada a construção do cemitério, devidamente licenciada nos órgãos ambientais competentes;

II - a construção do cemitério de acordo com o projeto aprovado pela Municipalidade;

III - a administração e conservação do cemitério, de acordo com as normas fixadas pela Municipalidade;

IV - a promoção de vendas de lotes, jazigos, túmulos e similares, devendo a tabela de preços ser submetida à aprovação da

Municipalidade, que deve obedecer aos critérios de mercado;
V - manutenção de administração e zeladoria, as quais se encarregarão de manter a ordem e limpeza do cemitério.

Art. 180. O concessionário ou permissionário do serviço de utilidade pública municipal de cemitério, obriga-se a manter em bom estado de conservação, primando pelo asseio, higiene e apresentação, acatando de pronto as orientações e determinações emanadas da Municipalidade, que visem à melhora da qualidade das instalações e aprimoramento dos serviços.

Art. 181. Na infração de qualquer artigo deste Título, será imposta a multa de 277,0 URM's.

TÍTULO V DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 182. Constitui Infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras Leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 183. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, os encarregados de execução das Leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Parágrafo único. Serão punidos de conformidade com a presente lei:

I - os servidores que se negarem a prestar assistência aos munícipes, quando solicitados para prestar esclarecimentos das normas consubstanciadas nesta lei;

II - os agentes fiscais que, por culpa ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade;

III - os agentes fiscais que, tendo conhecimento da infração, deixarem de aplicar a penalidade.

Art.184. A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa de 104,0 a 1.041,0 URM's.

Art. 185. A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§ 1º A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 186. As multas serão impostas em grau mínimo, médio e máximo.

Parágrafo único. Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

I - A maior ou menor gravidade da infração;

II - As suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - Os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código.

Art. 187- Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro.
Parágrafo único. Reincidente é quem violar preceito deste Código por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

Art. 188. As penalidades a que se refere este Código, não isentam o infrator das obrigações de reparar o dano resultante da infração, na forma da Lei.

Parágrafo único. Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado ao cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 189. Os débitos decorrentes de multas não pagas nos prazos regulamentares serão atualizados, nos seus valores monetários, com base em índice oficial adotado pelo Município e acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo único. Na atualização dos débitos de multa de que trata este artigo, aplicar-se-á índice de inflação adotado oficialmente pelo Município.

Art. 190. Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura; quando a isto não se prestar a coisa ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositada em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.

Parágrafo único. A devolução da coisa apreendida far-se-á somente depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 191. No caso de não ser reclamado e tirado no prazo de sete dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo a importância aplicada na indenização das multas e das despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Art. 192. Não são diretamente passíveis de aplicação das penas definidas neste Código:

I - os incapazes, na forma do Código Civil;

II - os que forem coagidos a cometer a infração.

Art. 193. Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

I - sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;

II - sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz;

III - sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

Art. 194. Infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida nesta lei, será punida com a multa de 104,0 a 1.041,0 URM's, variável segundo a gravidade da infração.

Art. 195. As advertências para cumprimento de disposições desta e das demais leis e decretos municipais inerentes à matéria, poderão ser objeto de notificação preliminar que será expedida pela Secretaria Municipal responsável.

Art. 196. A notificação preliminar será feita em forma de ofício, com cópia onde ficará o "ciente" do notificado e conterá os seguintes elementos:

I - nome do infrator;

II - endereço;

III - data;

IV - indicação dos dispositivos legais infringidos e as penalidades correspondentes;

V - prazo para regularizar a situação;

VI - assinatura do notificante;

§ 1º Recusando-se o notificado a dar o "ciente", será tal recusa declarada na notificação preliminar, firmada por duas testemunhas.

§ 2º Ao notificado dar-se-á o original da notificação preliminar, ficando o Setor de Planejamento com a cópia.

Art. 197. Decorrido o prazo fixado pela notificação preliminar, sem que o notificado tenha tomado as providências no sentido de sanar as irregularidades apontadas, lavrar-se-á o auto de infração.

Parágrafo único. Mediante requerimento apresentado pelo notificado, o Setor de Planejamento poderá prorrogar o prazo fixado na notificação.

Art. 198. Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras leis, decretos e regulamentos municipais.

Art. 199. Dará motivo a lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito ou da Secretaria de Planejamento, por qualquer servidor municipal ou por qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo único. Recebendo tal comunicação a autoridade competente, ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 200. São autorizadas para lavrar o auto de infração os fiscais ou outros funcionários para isso designados pelo Prefeito.

Art. 201. É o Setor de Planejamento competente para confirmar os autos de infração e arbitrar multas.

Art. 202. Os autos de infração, lavrados em modelos especiais, com precisão, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverão conter obrigatoriamente:

I - o dia, o mês, o ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II - o nome de quem lavrou, relatando-se com toda clareza, o fato constitutivo da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou agravante à ação;

III - o nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;

IV - o dispositivo legal violado, a intimação ao infrator para pagar as multas cominadas ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos neste Código;

V - a assinatura de quem lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

Parágrafo único. As eventuais omissões do auto não acarretarão sua nulidade quando do mesmo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Art. 203. Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar e este será remetido pelo correio sob registro de aviso de recebimento.

Art. 204. O infrator terá o prazo de dez dias para apresentar defesa, contados da lavratura do auto de infração ou da data do recebimento do mesmo pelo correio.

Parágrafo único. A defesa far-se-á por petição escrita ao Secretário a que estiver subordinado o autuante, facultada a anexação de documentos.

Art. 205. Julgada improcedente ou não sendo a apresentada defesa no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de cinco dias.

Parágrafo único. Decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em Dívida Ativa extraindo-se a competente Certidão, para se proceder a cobrança executiva.

Art. 206. Apresentada a defesa dentro do prazo, produzirá efeito suspensivo de cobrança de multas ou da aplicação de penalidades, exceto quanto aos atos que decorram da constatação de perigo iminente à segurança física ou à saúde de terceiros.

Art. 207. O Setor de Planejamento terá o prazo de dez dias para proferir a decisão.

§ 1º Se entender necessário, a autoridade poderá no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao infrator ou impugnante, como também ao autuante, por cinco dias a cada um para alegação final.

§ 2º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá

novo prazo de dez dias para proferir a decisão.

§ 3º A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção face às provas produzidas e ao direito positivo.

Art. 208. Não sendo proferida a decisão no prazo legal, presumir-se-á que o Setor de Planejamento ratificou os termos do auto de infração, podendo a parte interpor recurso.

Art. 209. Da decisão de primeira instância caberá recurso ao Prefeito.

Parágrafo único. O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de cinco dias, contados da data da ciência da decisão de primeira instância pelo autuado/impugnante ou autuante.

Art. 210. Os Infratores serão notificados da decisão da primeira instância:

I - sempre que possível, pessoalmente, mediante entrega de recibo de cópia da decisão proferida;

II - por edital, se desconhecido o domicílio do infrator;

III - por carta, acompanhada de cópia de decisão, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.

Art. 211. O recuso far-se-á por petição escrita, facultada a juntada de documentos.

Parágrafo único. É vedado, numa só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versarem sobre o mesmo assunto, o mesmo autuado.

Art. 212. O Prefeito terá o prazo de quinze dias para proferir a decisão final.

Art. 213. Não sendo proferida a decisão no prazo legal, presumir-se-á que o Prefeito ratificou os termos da decisão de primeira instância.

Art. 214. As decisões definitivas serão executadas:

I - pela notificação ao infrator para, no prazo de cinco dias, satisfazer ao pagamento do valor da multa.

II - decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em Dívida Ativa extraindo-se a competente Certidão, para se proceder a cobrança executiva.

TÍTULO VI DA DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 215. Este Código entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 216. Fica revogada a Lei nº 35, de 30 de julho de 1964.

Ouro - SC, 14 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR 39

LEI COMPLEMENTAR Nº 39, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre as normas relativas às edificações do município de Ouro, estado de Santa Catarina – Código de Edificações – e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TITULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Código, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, estabelece normas de projeto e construção em geral no Município de Ouro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Toda construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição efetuadas por particulares, entidades ou órgãos públicos no Município de Ouro, é regulamentada por este Código, obedecida às normas Federais e Estaduais relativas à matéria.

Parágrafo único. Para o licenciamento das atividades de que reza este Código, serão observadas as disposições da Lei do Plano Diretor, Tabelas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, incidentes sobre o imóvel.

CAPITULO I**OBJETIVOS DO CÓDIGO**

Art. 3º Este Código tem como objetivos:

I - orientar os projetos e execução de edificações no Município;

II - assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações de interesse para a comunidade;

III - promover a melhoria dos padrões de segurança, higiene, salubridade e conforto de todas as edificações em seu território;

IV - estabelecer normas técnicas, visando o progressivo aperfeiçoamento da construção, voltado principalmente para a paisagem urbana e o aprimoramento da arquitetura nas edificações e consequentemente a melhoria da qualidade de vida da população.

CAPITULO II**DAS DEFINIÇÕES**

Art. 4º Para efeito deste Código, são adotadas as seguintes definições:

1 - ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2 - Atividade - Diferença altimétrica entre dois pontos, em que o segundo ponto está acima do ponto de referência.

3 - Afastamento - Distância entre o limite externo da projeção horizontal da edificação e a divisa do lote, não considerada a projeção dos beirais, podendo ser: a) frontal; b) lateral; c) fundos.

4 - Alinhamento - Linha divisória legal entre o lote e a via ou logradouro público.

5 - Alpendre - Área coberta saliente da edificação, cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares ou área em balanço.

6 - Alvará de Construção - Documento expedido pela Municipalidade que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização.

7 - Alvará de Localização e Funcionamento - Documento expedido pela Municipalidade que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade ou serviço.

8 - Alvará de Obra - Ato administrativo que corresponde a autorização para início de obra.

9 - Alvará Sanitário - Documento fornecido pela autoridade da saúde, que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém-construído ou reformado e/ou funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, com a vistoria prévia das condições físico-sanitárias.

10 - Ampliação - Alteração no sentido de se tornar maior a área edificada.

11 - Andaime - Obra provisória destinada à sustentação de operários e materiais durante a execução da obra.

12 - Ante-sala - Compartimento que antecede uma sala, sala de espera.

13 - Apartamento - Unidade autônoma de moradia.

14 - Aprovação do Projeto - Ato administrativo que precede o licenciamento das obras.

15 - Aprovação da Obra (Habite-se) - Documento municipal que autoriza a ocupação da edificação.

16 - Área Total Construída - Somatório das áreas de todos os pisos de uma edificação, cobertos ou não, inclusive as áreas ocupadas por paredes e pilares.

17 - Área Ocupada - Projeção, em plano horizontal, da área construída.

18 - Área de Recuo - Espaço livre e desembaraçado em toda a altura da edificação.

19 - Área Rural - Toda área do Município, excluída a zona urbana.

20 - Área sob Pilotis - Área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação.

21 - Área Útil - Superfície utilizável de uma edificação, excluindo-se a área ocupada com paredes e estruturas.

22 - ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho Regional Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

23 - Átrio - Pátio interno, de acesso a uma edificação.

24 - Autorização - Ato administrativo discriminatório e precário.

25 - Balanço sobre o Térreo - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares.

26 - Balcão - Varanda ou sacada guarnecida de grade ou peitoril.

27 - Baldrame - Viga que contorna e une as fundações.

28 - Beiral - Prolongamento do telhado, além da prumada das edificações.

29 - Boca de Lobo - Caixa sifonada, cuja finalidade é a captação de águas pluviais.

30 - Brise - Conjunto de placas ou chapa de material variável colocado nas fachadas expostas ao sol com o objetivo de controle da insolação.

- 31 - Calçada - É a parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros.
- 32 - Caixa de Escada - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.
- 33 - Caixilho - Parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.
- 34 - Canteiro - Área destinada a ajardinamento junto ou não com passeios públicos.
- 35 - Caramanchão - Construção em ripas, canos ou estacas com o objetivo de sustentar vegetação.
- 36 - Casas Geminadas - Edificações unifamiliares situadas no mesmo lote, possuindo uma parede divisória comum, compondo uma unidade arquitetônica única.
- 37 - CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
- 38 - Centro Comercial - Áreas destinadas a espaços comerciais compostos por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como shopping center quando de grande porte.
- 39 - Certificado de Conclusão da Obra - Documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação (habite-se).
- 40 - Cisterna - Reservatório de água inferior.
- 41 - Conservação - Obra de reparo, visando apenas conservar o valor de uma construção ao longo do tempo, não importando em acréscimo de área construída.
- 42 - Construção - É de modo geral, a realização de qualquer obra.
- 43 - Construção Clandestina - Obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença.
- 44 - Consulta de Viabilidade - Documento indispensável, prioritário de encaminhamento à Municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona.
- 45 - Compartimento - Cada uma das divisões de uma edificação.
- 46 - Corrimão - Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada ou rampa, que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe ou desce.
- 47 - Cumeeira - A parte mais alta de uma edificação.
- 48 - CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
- 49 - Croqui - esboço preliminar de um projeto.
- 50 - Croacal - um tipo de esgoto.
- 51 - Declividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência.
- 52 - Decibel(dB) - Unidade de intensidade física relativa a som.
- 53 - Degradação Ambiental - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causado por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes em níveis capazes de direta ou indiretamente:
- a) Prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- b) Criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) Ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.
- 54 - Dejetos - Resíduos, excrementos, restos.
- 55 - Demolição - Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.
- 56 - Dependência de Uso Comum - Conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades de moradia.
- 57 - Dependência de Uso Privativo - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.
- 58 - Duto de Ventilação - Área de ventilação interna ao corpo de uma edificação que circunscreva um raio de no mínimo 0,70 m (setenta centímetros), destinado a ventilar somente compartimentos não habitáveis.
- 59 - Edícula - Denominação genérica para compartimento acessório da habitação, separado da edificação principal.
- 60 - Edifício Garagem - Construção destinada ao estacionamento de veículos.
- 61 - Elevador - Equipamento que executa transporte em altura, de pessoas e/ou mercadorias.
- 62 - Embargo - Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.
- 63 - EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo.
- 64 - Equipamentos Comunitários - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.
- 65 - Equipamentos Urbanos - São os equipamentos públicos, como por exemplo, os de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado.
- 66 - Escala - Relação constante entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.
- 67 - Especificações - Discriminação dos materiais e serviços empregados numa construção.
- 68 - Estabelecimento - Local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços.
- 69 - Estacionamento - Espaço reservado para um ou mais veículos.
- 70 - Fachada - Elevação das paredes externas de uma edificação.
- 71 - Faixa de Domínio - É a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e seus acessórios.
- 72 - Faixa "non aedificandi" - Área do terreno onde não é permitida a construção.
- 73 - FATMA - Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina.
- 74 - Feira Livre - Local ao ar livre que funciona, mediante prévia autorização da Municipalidade, com objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção.
- 75 - Festejos Públicos - São os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público.
- 76 - Fiança - Obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor caso este não cumpra a obrigação.
- 77 - Filtro Anaeróbio - Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbias, cujo meio filtrante mantém-se afogado.
- 78 - Fossa Séptica - Unidade de sedimentação e digestão de fluxo horizontal, destinada ao tratamento de esgotos.
- 79 - Fundações - Parte da construção destinada a distribuir as cargas da edificação sobre um terreno.

- 80 - Gabarito - É o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação.
- 81 - Galeria - Corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, comércio.
- 82 - Galeria Comercial - Conjunto de lojas voltadas para passeio coberto, interligando duas vias públicas.
- 83 - Galpão - Construção constituída por uma cobertura fechada, total ou parcialmente, pelo menos em três de suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial.
- 84 - Garagem Bloqueada - Garagem ligada à circulação de veículos através de outra garagem.
- 85 - Garagem Livre - Garagem ligada diretamente à circulação interna de veículos.
- 86 - Guarda Corpo - É a vedação de proteção contra quedas.
- 87 - Gêneros Alimentícios - Substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e ao seu desenvolvimento.
- 88 - Habite-se - Documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação.
- 89 - Habitação - Lugar ou casa onde se habita, morada ou residência.
- 90 - Hachura - Raiado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio tom.
- 91 - Hall - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.
- 92 - Índice de Aproveitamento - É calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área desse mesmo terreno.
- 93 - Infração da Lei - Violação da lei.
- 94 - Infrator - Todo aquele que cometer, mandar ou auxiliar a praticar infração.
- 95 - Jirau - Piso intermediário dividindo compartimento existente com área até 1/4 (um quarto) da área do compartimento.
- 96 - Kit - Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada pavimento nas edificações comerciais.
- 97 - Kitchenete - Unidade residencial formada de sala, quarto, banheiro e pequena cozinha, não necessariamente separada da sala.
- 98 - Ladrão - Tubo de descarga colocado nos reservatórios de água, banheiro, pias, para escoamento automático do excesso de água.
- 99 - Lavabo - Instalação sanitária composta de pia e vaso sanitário.
- 100 - Lavatório - Cuba para lavar as mãos, com água encanada e esgoto pluvial.
- 101 - Licença - É ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei.
- 102 - Licenciamento da obra - Ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra.
- 103 - Lindeiro - Limitrofe.
- 104 - Logradouro Público - Toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população.
- 105 - Loja - Espaço reservado a comercialização de produtos.
- 106 - Lote - Porção de terreno, com testada para logradouro público.
- 107 - Loteamento - Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros.
- 108 - Marquise - Cobertura em balanço sobre o logradouro.
- 109 - Meio-fio - Peça de pedra ou de concreto ou similar que separa em desnível o passeio da pista de rolamento.
- 110 - Memorial Descritivo - Texto contendo especificações sobre materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas numa edificação ou parcelamento de solo.
- 111 - Mezanino - Pavimento situado no interior de outro compartimento com acesso exclusivamente através deste e pé direito reduzido.
- 112 - Nível de Som - dB (A) Intensidade de som medido na curva de ponderação "A" definido na NBR 10.151 - ABNT.
- 113 - Mobiliário Urbano - São equipamentos de uso comercial de serviços, localizados em logradouro público.
- 114 - NDA - Nível de Degradação Ambiental.
- 115 - Parapeito - É a vedação de proteção de sacadas.
- 116 - Pára-raios - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.
- 117 - Parede Cega - Parede sem abertura.
- 118 - Passeio - É a parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente de ciclistas.
- 119 - Patamar - Superfície intermediária entre dois lances de escada.
- 120 - Pavimento - Conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, de uma edificação, entre piso de uma edificação, desconsiderados os mezaninos ou sobre lojas.
- 121 - Pavimento Térreo - Piso ao nível da rua.
- 122 - Pé Direito - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.
- 123 - Penalidade - Conjunto ou sistema de penas impostas pela lei.
- 124 - Playground - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.
- 125 - Perímetro Urbano - Linha que separa a zona urbana da área ou zona rural.
- 126 - Plano Diretor - Conjunto de leis, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Perímetro Urbano e pelos Códigos de Posturas e Edificações.
- 127 - Poluição Ambiental - Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população.
- 128 - Poço de Iluminação - Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos.
- 129 - Prisma Interno de Iluminação e Ventilação - Poço de iluminação - área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos não habitáveis, também conhecido como poço de iluminação e ventilação.
- 130 - Prisma Externo de Iluminação e Ventilação - Área destinada a iluminação e ventilação de compartimentos quando localizada na face externa das edificações.
- 131 - Produto Perigoso - Toda a substância que possa ser considerada combustível, inflamável, explosiva, tóxica, corrosiva ou radioativa.
- 132 - Profundidade de um Compartimento - É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta.
- 133 - Reconstrução - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva qualquer obra em parte ou no todo.
- 134 - Recuo - Reserva ao logradouro público de uma área pertencente à propriedade particular e destinada a futura ampliação deste logradouro.

- 135 - Reforma - Obra em que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação.
- 136 - Reincidente - É quem violar os preceitos das leis, por cuja infração já tenha sido autuado e punido.
- 137 - RRT – Registro de Responsabilidade Técnica.
- 138 - Ruído - Qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.
- 139 - Sacada - Construção que avança da fachada de uma parede.
- 140 - Saguão - Sala de entrada da edificação onde se encontra o hall e a circulação principal.
- 141 - Sala Comercial - Unidade autônoma para comércio e prestação de serviços.
- 142 - Sarjeta - Escoadouro nos logradouros públicos para as águas das chuvas.
- 143 - Sobreloja - Pavimento situado acima da loja, com acesso exclusivo através desta e sem numeração independente.
- 144 - Sótão - Compartimento de edificação situado no interior do volume formado pelo telhado com inclinação máxima de 45º (quarenta e cinco graus).
- 145 - Subsolo - Pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior do pavimento térreo ou ao terreno natural, medido no ponto médio da fachada perpendicular às curvas de nível.
- 146 - Sumidouro - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar sua infiltração.
- 147 - Tapume - Vedação provisória feita em tábuas ou material similar para proteção de obras.
- 148 - Taxa Ocupação - A relação percentual entre a projeção horizontal da edificação e a área total do terreno.
- 149 - Telheiro - Superfície coberta e sem paredes em todas as faces.
- 150 - Termo de Recebimento de Obras - quando trata de construções não habitáveis, do tipotorres, muros, calçadas, pavimentações e outros.
- 151 - Terreno Baldio - Terreno não edificado, sem proveito ou uso definido.
- 152 - Terraço - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.
- 153 - Testada - É a linha divisória que separa o logradouro público do lote.
- 154 - Unidade de Moradia - Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com apartamento.
- 155 - Uso Permitido - Forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza.
- 156 - Uso Proibido - Usos incompatíveis com o zoneamento.
- 157 - Uso Permissível - Permitido somente se atendido as exigências da legislação aplicável ao caso.
- 158 - URM - Unidade de Referência Municipal.
- 159 - Valas de Filtração - Unidade complementar de tratamento do efluente da fossa séptica, por filtração biológica, constituída de tubulação e leito filtrante.
- 160 - Valas de Infiltração - Valas destinadas a receber o efluente da fossa séptica através de tubulação convenientemente instalada e a permitir sua infiltração em camadas superficiais do terreno.
- 161 - Varanda - Espécie de alpendre à frente e/ou em volta de uma edificação.
- 162 - Vestíbulo - Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações.
- 163 - Vistoria - Diligência efetuada por profissionais habilitados para verificar determinadas condições das obras.
- 164 - Zoneamento - Repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo; visa dar a cada região utilização mais adequada em função do sistema viário; recursos naturais, topografia e a infraestrutura existente através da criação de zonas de uso e ocupação.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS

CAPÍTULO I

DOS PROFISSIONAIS HABILITADOS A PROJETER E A CONSTRUIR

Art. 5º São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar, orientar, administrar e executar obras no Município de Ouro os registrados nos Conselho de Arquitetura e Urbanismo e no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e inscritos no Município de Ouro.

Art. 6º Somente os profissionais inscritos como determina o art. 5º poderão ser responsáveis por projetos, cálculos e memoriais apresentados a Municipalidade ou assumir a responsabilidade pela execução de obras.

CAPÍTULO II

DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS

Art. 7º A execução de quaisquer das atividades citadas no art. 2º deste Código, com exceção de demolição, será precedida dos seguintes atos administrativos:

- I - consulta de viabilidade técnica para construção;
- II - análise do Projeto Arquitetônico e Hidrossanitário;
- III - aprovação dos Projetos Definitivos;
- IV - alvará de Construção (Licenciamento da Obra);
- V - alinhamento para construção.

§ 1º A aprovação e licenciamento da obra de que tratam os itens III e IV poderão ser requeridos simultaneamente, devendo neste caso, os projetos estarem de acordo com todas as exigências deste Código.

§ 2º Incluem-se no disposto neste artigo todas as obras do Poder Público, tendo seu exame preferência sobre quaisquer pedidos.

Seção I

Da Consulta de Viabilidade Técnica

Art. 8º Antes de solicitar aprovação do projeto o requerente deverá efetivar a Consulta de Viabilidade Técnica através do preenchimento de

formulário próprio cedido pela Municipalidade.

§ 1º Ao requerente cabe as indicações:

I - Título de propriedade do imóvel;

II - Nome e endereço do proprietário;

III - Endereço da obra (logradouro, quadra, lote, bairro);

IV - Destinação da obra (residencial, comercial, industrial e outros);

V - Materiais construtivos (alvenaria, madeira ou mista);

VI - Croqui de situação do lote.

§ 2º À Municipalidade cabe as indicações por escrito: das normas urbanísticas incidentes sobre o lote (zona de uso, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, recuos e afastamentos mínimos).

§ 3º A Consulta de Viabilidade Técnica deverá ser respondida num prazo máximo de 8 (oito) dias úteis.

§ 4º A Consulta de Viabilidade terá validade de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por mais 90 (noventa) dias a pedido, por escrito, da parte interessada observando, sempre a legislação vigente na data da solicitação.

Seção II

Da Análise do Projeto Arquitetônico e Hidrossanitário

Art. 9º A partir das informações prestadas pela Municipalidade na Consulta de Viabilidade Técnica, o requerente poderá solicitar a análise do Projeto Arquitetônico, mediante requerimento e Plantas exigidas nos itens III, IV, V e VII do Artigo 10 deste Código.

§ 1º As plantas para a apreciação prévia do Projeto Arquitetônico serão entregues em quatro vias, uma das quais ficará com a Municipalidade.

§ 2º A análise do Projeto Arquitetônico deverá ser efetuada num prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias para juntada de documentos solicitados ou adequações.

Seção III

Do Projeto Arquitetônico para Análise

Art. 10. Após a Consulta de Viabilidade Técnica e da análise prévia do Projeto Arquitetônico, o requerente apresentará o Projeto Arquitetônico Definitivo composto e acompanhado de:

I - requerimento solicitando a aprovação do Projeto Definitivo, assinado pelo proprietário ou representante legal. O Alvará de Construção (Licenciamento da Obra) poderá ser solicitado simultaneamente;

II - documento de solicitação do Alvará de Construção preenchido;

III - planta de situação/locação na escala 1:500 ou maior onde constarão:

a) Orientação do Norte (Verdadeiro ou Magnético);

b) Indicação do lote na quadra (amarração com a respectiva distância a uma esquina);

c) Dimensões do lote;

d) Entrada de veículos;

e) Posição do posteamento em relação ao lote;

f) Projeção da edificação ou edificações dentro do lote, localizando rios, mananciais, córregos ou outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades competentes;

g) Posição da edificação ou edificações em relação às linhas divisórias do lote (afastamentos) e a outras construções nele existente.

IV - planta baixa de cada pavimento não repetido, na escala 1:50, contendo:

a) As dimensões e áreas de todos os compartimentos, inclusive dimensões dos vãos de iluminação, garagens, áreas de estacionamento;

b) Destinação ou finalidade de cada compartimento, bem como outras informações necessárias a perfeita compreensão do projeto;

c) Indicação das espessuras das paredes e dimensões internas e externas totais da obra;

d) Indicação dos cortes longitudinais e transversais.

V - cortes longitudinais e transversais na mesma escala da planta baixa, com a indicação dos elementos necessários para um perfeito entendimento do projeto, tais como: pé direito, cotas de nível, alturas das janelas, peitoris e perfis do telhado. No mínimo um os cortes deverá passar pelo banheiro, cozinha e circulação vertical (se houver);

VI - planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala que se fizer necessária para compreensão do projeto. A planta de cobertura poderá ser elaborada conjuntamente com a planta de situação/locação;

VII - elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;

VIII - projetos complementares;

IX - matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, e se for o caso, também a autorização para construção firmada pelo proprietário e usufrutuário quando houver;

X - fotocópia do carnê de IPTU regularizado;

XI - Certidão Negativa de Débitos Municipal.

§ 1º Em todas as peças gráficas dos itens IV, V, VI e VII deverão constar as especificações dos materiais utilizados.

§ 2º A escala não dispensará a indicação de cotas que prevalecerão no caso de divergência com as medidas tomadas no desenho e havendo divergência entre a soma das cotas parcial e total, prevalecerá a cota total.

§ 3º Nos casos de projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, as mesmas serem legíveis para análise e aprovação.

§ 4º Todas as pranchas relacionadas nos itens anteriores deverão ser apresentadas em 4 (quatro) vias, uma das quais será arquivada no órgão competente da Municipalidade e as outras serão devolvidas ao requerente após a aprovação, contendo em todas as folhas os carimbos de aprovação e as rubricas dos técnicos encarregados.

§ 5º O Projeto de uma construção será examinado em função de sua utilização lógica e não apenas pela sua denominação em planta.

Art. 11. As edificações para habitações populares poderão utilizar projetos padrão disponíveis na Municipalidade, ficando sujeitas ao atendimento no disposto em regulamento específico.

Seção IV Dos Projetos Complementares

Art. 12. Os Projetos Complementares citados no inciso VIII do art. 10 para atendimento deste Código são os seguintes:

I - o projeto Hidrossanitário será exigido para toda a edificação servida de água e deverá:

- a) Ser apresentado em conformidade com as Normas Técnicas estabelecidas pela ABNT;
- b) Atender ao que dispõe o Regulamento de Serviços de Água e Esgoto Sanitário do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE).

II - o Projeto Elétrico obedecerá as normas estabelecidas pela ABNT e Concessionária local de energia elétrica (CELESC), sendo exigido para todas as edificações industriais e demais edificações com área igual ou superior a 70m² (setenta metros quadrados);

III - o Projeto Estrutural poderá ser solicitado pela Municipalidade para arquivamento, sempre que:

- a) Tratar-se de edifício com 4 (quatro) ou mais pavimentos;
- b) Tratar-se de área construída igual ou superior a 1.000m² (hum mil metros quadrados);
- c) A seu entendimento se julgar necessário.

IV - o Projeto de Prevenção Contra Incêndios deverá atender Legislação pertinente e ser aprovado pela unidade do Corpo de Bombeiros.

§ 1º Deverá ser apresentado à Prefeitura cópia do Projeto de Prevenção Contra Incêndios, bem como a ART e/ou RRT do profissional responsável, devidamente aprovado pela unidade do Corpo de Bombeiros.

§ 2º No inciso III deste artigo, para efeito da definição do número de pavimentos, serão considerados, sempre, o térreo e subsolo.

§ 3º O Projeto Estrutural não merecerá análise da Municipalidade, sendo exigida tão somente a entrega da respectiva ART devidamente registrada junto ao CREA/SC.

Seção V Do Alvará de Construção (Licenciamento da Obra)

Art. 13. Após a análise dos elementos fornecidos e, se os mesmos estiverem de acordo com a legislação pertinente, a Municipalidade aprovará o Projeto e fornecerá ao requerente o Alvará de Construção mediante:

- I - requerimento solicitando o Alvará de Construção, dirigido à Secretaria competente e mencionando o nome do proprietário e do profissional habilitado responsável pela execução dos serviços;
- II - título de propriedade ou se o proprietário da obra não for o proprietário do terreno, uma prova do acordo entre ambos, por escrito.

Parágrafo único. Deverá constar do Alvará de Construção:

- a) Nome do proprietário;
- b) Número do requerimento solicitando aprovação do Projeto;
- c) Descrição sumária da obra, com indicação da área construída, finalidade e materiais construtivos;
- d) Local da obra;
- e) Profissional Responsável pelo projeto e pela execução devidamente inscrito nos órgãos competentes;
- f) Nome e assinatura da autoridade da Municipalidade, assim como qualquer outra indicação que for julgada necessária.

Art. 14. O alvará de construção será válido pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de sua expedição, devendo ser renovado anualmente. Se a obra não for iniciada dentro do prazo de um ano, o Alvará perderá sua validade.

§ 1º Para efeito deste código, uma obra será considerada iniciada, desde que suas fundações e vigas de baldrame estejam concluídas.

§ 2º Considera-se prescrito o alvará de construção que após ser iniciada a obra, sofrer interrupção superior a 360 (trezentos e sessenta) dias.

§ 3º Após a caducidade do primeiro alvará, se a parte interessada quiser iniciar a obra, deverá requerer e pagar novo licenciamento, desde que ainda válido o Projeto aprovado.

§ 4º Esgotado o prazo de validade do alvará de construção e não estando concluída a obra será prorrogada a licença mediante o pagamento de taxa no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do primeiro alvará.

Art. 15. Depois de aprovado o Projeto Definitivo e expedido o Alvará de Construção, se houver alteração no Projeto, o interessado deverá requerer nova aprovação, conforme Seção II, do Capítulo III, do Título II, deste Código.

Art. 16. A fim de comprovar o licenciamento da obra para efeito de fiscalização, o alvará de construção será mantido no local da obra, juntamente com o projeto aprovado.

Art. 17. Salvo a necessidade do andaime ou tapume, hipótese em que será obrigatória a licença, ficam dispensados de apresentação de projeto e requerimento para expedição de alvará de construção:

- I - pequenos consertos ou reparos, em prédios em que não se alterem os elementos geométricos e sistema estrutural, tais como os serviços de pintura, consertos em assoalhos, esquadrias, paredes;
- II - construção de muros de divisa até altura de 1,80m (um metro e oitenta centímetros);
- III - rebaixamento de meio-fio e conserto de pavimentação;
- IV - construção de dependências não destinadas à moradia, uso comercial e industrial, tais como: telheiros, depósitos de uso doméstico, viveiros, caramanchões ou similar, com área máxima de 12m² (doze metros quadrados), desde que não fiquem situados no alinhamento do logradouro ou em áreas non aedificandi;
- V - construção de pequenos barracões provisórios destinados a depósito de materiais durante a construção de edificações (somente quando aprovado o projeto e a respectiva licença) que deverão ser demolidos logo após o término das obras.

Parágrafo único. A Municipalidade reserva-se o direito de exigir o projeto das obras especificadas neste artigo, sempre que julgar necessário.

Art. 18. Nas construções existentes nos logradouros para os quais seja obrigatório o afastamento do alinhamento, não serão permitidas obras de construção, reconstrução parcial ou total, modificações e acréscimos que não respeitem o afastamento do alinhamento.

Art. 19. A Municipalidade terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para aprovação do Projeto Definitivo e expedição do Alvará de Construção,

a contar da data de entrada do requerimento no protocolo da Municipalidade ou da última chamada para esclarecimento, desde que o Projeto apresentado esteja em condições de aprovação.

Art. 20. A construção dentro das especificações deste Código, mas sem alvará de construção, está sujeita a multa conforme Seção I, Capítulo Único, Título V deste Código.

Parágrafo único. A construção fora das especificações do Plano Diretor está sujeita à demolição por ato do Executivo Municipal, podendo ser concedido um prazo de até 90 (noventa) dias para sua legalização, sem dispensa de multa correspondente.

Art. 21. Ficarão suspensos os alvarás de construção das obras que não tenham sido iniciadas até a data de publicação deste Código e que estejam com seu prazo de validade vencido.

Parágrafo único. Para reavaliação dos projetos e alvarás de construção acima citados, não serão cobradas as taxas desde que as áreas sejam equivalentes.

CAPÍTULO III DAS NORMAS TÉCNICAS

Seção I Da Apresentação do Projeto

Art. 22. Os Projetos somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as Normas usuais de desenho arquitetônico, estabelecidas pela ABNT.

§ 1º As folhas do Projeto deverão seguir as normas da ABNT quanto aos tamanhos escolhidos, sendo apresentadas em cópias dobradas, tomando-se por tamanho padrão um retângulo de 21,0cm x 29,7cm (tamanho A4), com número ímpar de dobras, tendo margem de 1,0cm em toda a periferia da folha, exceto na margem lateral esquerda, a qual será de 2,5cm (orelha) para fixação em pastas.

§ 2º No canto inferior direito da (s) folha (s) do Projeto será delimitado um quadro legenda com 17,5cm de largura e 29,7cm de altura (tamanho A4), reduzidas as margens, onde constarão :

I - representação Gráfica - Ocupando o extremo inferior com dimensões de 17,5 cm de largura x 9,0 cm de altura, especificando:

- a) Natureza e destino da obra;
- b) Referência da folha (conteúdo, plantas, cortes e elevações e etc.);
- c) Tipo de Projeto (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, etc.);
- d) Indicação do Nome e Assinatura do requerente, do autor do projeto e do responsável técnico pela execução da obra sendo estes últimos, com indicação dos números dos Registros no CREA e/ou CAU e na Municipalidade;
- e) Data;
- f) Escala;

g) No caso de vários desenhos de um Projeto que não caibam em uma única folha será necessário numerá-las em ordem crescente.

II - espaço reservado para a colocação da área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente e da nova construção, reconstrução, reforma ou ampliação, discriminadas por pavimento ou edículas;

III - espaço reservado a Municipalidade e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações.

§ 3º Nos Projetos de reforma, ampliação ou reconstrução, as peças gráficas serão apresentadas:

I - obrigatório:

- a) Em traço cheio, as partes conservadas (existentes);
- b) Em hachurado, as partes a construir ou renovar;
- c) Em tracejado, as partes a demolir ou retirar.

II - complementar Facultativa:

- a) Em traço cheio (azul ou preto), as partes conservadas (existentes);
- b) Em hachurado (vermelho), as partes a construir ou renovar;
- c) Em tracejado (verde), as partes a demolir ou retirar.

Seção II Das Modificações dos Projetos Aprovados

Art. 23. Para modificações em projeto, assim como para alteração do destino de qualquer compartimento constante do mesmo, será necessária a aprovação de projeto modificado.

§ 1º O requerimento solicitando a aprovação do projeto modificado deverá ser acompanhado de cópia do projeto anteriormente aprovado e quando já expedido, também do respectivo alvará de construção.

§ 2º A aprovação do projeto modificado será anotada no alvará de construção se anteriormente aprovado, que será devolvido ao requerente juntamente com o Projeto.

Seção III Do Habite-se e da Aceitação de Obras Parciais

Art. 24. Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria da Municipalidade e expedido o respectivo habite-se.

§ 1º O habite-se é solicitado à Municipalidade, pelo proprietário através de requerimento assinado por este, acompanhado da respectiva certidão de vistoria sanitária e, cópia do Projeto aprovado.

§ 2º O habite-se só será expedido quando a edificação apresentar condições de habitabilidade, estando em funcionamento as instalações hidrossanitárias, elétricas, prevenção de incêndio, demais instalações necessárias e passeios públicos pavimentados, de acordo com a regulamentação de Lei Complementar Municipal.

§ 3º A Municipalidade tem um prazo de 20 (vinte) dias, para vistoriar a obra e para expedir o habite-se, juntamente com a numeração.

Art. 25. Poderá ser concedido o habite-se parcial, ou seja, a autorização para utilização das partes concluídas de uma obra em andamento desde que atendido o que segue:

I - que não haja perigo para o público ou para os habitantes da edificação;

II - quando estiverem concluídas a estrutura, a alvenaria os fechamentos, os revestimentos externos, instalações elétricas e hidráulicas comuns a todas as unidades e que permitam o uso da unidade objeto do habite-se parcial;

III - quando se tratar de prédio composto de parte comercial e parte residencial e houver utilização independente destas partes;

IV - quando um elevador esteja em funcionamento em se tratando de unidade acima da quarta laje contando a do pavimento de acesso;

V - quando se tratar de unidade habitacional parte de um conjunto habitacional, deverá toda a infra estrutura comum estar concluída;

VI - quando se tratar de mais de um prédio licenciados por um só alvará e construídos no interior de um mesmo lote devendo as obras necessárias para o perfeito acesso e infra-estrutura comuns estarem concluídos.

Art. 26. Terminada a obra de construção, modificação ou acréscimo, deverá ser requerida sua aceitação, pelo proprietário ou responsável pela execução, através do requerimento do habite-se.

§ 1º A Municipalidade só fornecerá o habite-se à obras regularizadas através de aprovação de projeto e alvará de construção.

§ 2º Nenhum prédio novo, ou em obra de reforma, será habitado sem que primeiro seja efetuado a vistoria administrativa, estando em funcionamento as instalações hidrossanitárias, elétricas e prevenção contra incêndios e demais instalações necessárias.

Seção IV

Das Vistorias

Art. 27. A Municipalidade fiscalizará as diversas obras requeridas, a fim de que as mesmas estejam de acordo com disposições deste Código, demais leis pertinentes e de acordo com os projetos aprovados.

§ 1º Os fiscais do Município de Ouro terão ingresso a todas as obras mediante a apresentação de prova de identidade, independentemente de qualquer outra formalidade.

§ 2º Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar bens e papéis de qualquer natureza, desde que constituam objeto da presente legislação.

Art. 28. Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente da Municipalidade poderá exigir que lhe sejam exibidas as plantas, cálculos e demais detalhes que julgar necessário.

Art. 29. Se, por ocasião da vistoria, for constatado que a edificação não foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada de acordo com o projeto aprovado o responsável técnico e o proprietário serão notificados, de acordo com as disposições deste Código e intimados a legalizar as obras, caso as alterações possam ser executadas ou a fazer a demolição ou modificações necessárias para regularizar a situação da obra, de acordo com o projeto.

Parágrafo único. A vistoria para expedição da Certidão de Vistoria Sanitária deverá ser solicitada pelo proprietário junto ao Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, enquanto os elementos que compõem o quadro sanitário estejam a descoberto e possibilitem perfeita identificação das soluções propostas no projeto.

Seção V

Das Obras Paralisadas

Art. 30. No caso de se verificar a paralisação de uma obra por mais de 180 (cento e oitenta) dias, deverá ser feito o fechamento do terreno no alinhamento do logradouro, dotado de portão de entrada.

Parágrafo único. No caso de continuar paralisada a obra, depois de decorridos mais de 180 (cento e oitenta) dias, será feito pelo órgão competente da Municipalidade o exame do local, a fim de verificar se a construção oferece perigo e promover as providências julgadas convenientes, nos termos do Capítulo único, do Título V deste Código, que trata das penalidades.

Art. 31. As disposições desta Seção serão aplicadas também as obras que já se encontram paralisadas na data de vigência deste Código, contando-se o prazo do art. 30 a partir da data de vigência do presente Código.

Seção VI

Da Responsabilidade Técnica

Art. 32. A responsabilidade pelos projetos cabe exclusivamente aos profissionais que os assinarem como autores e a execução das obras os que tiverem assinado como seus responsáveis, não assumindo a Municipalidade, em consequência da aprovação qualquer tipo de responsabilidade.

Art. 33. As penalidades impostas aos profissionais de Engenharia e Arquitetura pelo CREA e/ou CAU serão observadas pela Municipalidade no que lhe couber.

Art. 34. Se no decurso da obra o responsável técnico quiser dar baixa de responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do projeto, deverá comunicar por escrito a Municipalidade essa pretensão, a qual só será concedida após vistoria procedida pela Municipalidade e se nenhuma infração for verificada.

§ 1º Realizada a vistoria, será intimado o interessado para que dentro de 3 (três) dias úteis, sob pena de embargo e/ou multa, apresentar novo responsável técnico o qual deverá satisfazer as condições deste Código e assinar também a comunicação a ser dirigida à Municipalidade.

§ 2º A comunicação da baixa de responsabilidade poderá ser feita conjuntamente com a assunção do novo responsável técnico, desde que o interessado e os dois responsáveis técnicos assinem conjuntamente.

Art. 35. Poderá, ainda, ser concedida a exoneração de qualquer responsabilidade do autor do projeto, desde que este o requeira, fundamentado em alteração feita ao projeto à sua revelia ou contra sua vontade, com os serviços suspensos de imediato.

Seção VII

Da Licença para Demolição Voluntária

Art. 36. A demolição de qualquer edificação, excetuados apenas os muros de fechamento até 3,00m (três metros) de altura, só poderá ser executada mediante licença expedida pela Municipalidade.

§ 1º Qualquer edificação que esteja a juízo do departamento competente da Municipalidade, ameaçada de desabamento, deverá ser demolida pelo proprietário, este se recusando a fazê-lo, a Municipalidade executará a demolição, cobrando do mesmo por despesas correspondentes, na forma do regulamento.

§ 2º Tratando-se de edificação com mais de dois pavimentos, ou que tenha 6m (seis metros) ou mais de altura, a demolição só poderá ser efetuada sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

§ 3º No caso de edificação no alinhamento do logradouro ou sobre uma ou mais divisas do lote, mesmo que seja de um só pavimento será exigida a responsabilidade de profissional habilitado.

§ 4º Em qualquer demolição o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso, providenciará a construção de tapumes e demais medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos proprietários e do público, das benfeitorias do logradouro e propriedades vizinhas.

§ 5º A Municipalidade poderá, sempre que julgar conveniente, estabelecer horário dentro do qual uma demolição deva ou possa ser executada.

§ 6º O requerimento em que for solicitada a licença para uma demolição, será assinado pelo profissional responsável juntamente com o proprietário.

§ 7º No pedido de licença para a demolição deverá constar o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado atendendo solicitação justificada do interessado e a juízo da Municipalidade, salvo os casos fortuitos e de força maior, quando o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo do evento.

§ 8º Caso a demolição não fique concluída dentro do prazo prorrogado, o responsável ficará sujeito às multas previstas neste Código.

§ 9º Em casos especiais, a Municipalidade poderá exigir obras de proteção para demolição de muro de altura inferior a 3m (três metros).

§ 10. O material resultante da demolição, de responsabilidade do proprietário, não poderá ficar depositado sobre a via pública, devendo ser dada a correta destinação.

Seção VIII

Das Obrigações Durante a Execução de Obras

Art. 37. Para fins de documentação e fiscalização, os alvarás de alinhamento, nivelamento e licença para obras em geral, deverão permanecer no local das mesmas, juntamente com o projeto aprovado.

Parágrafo único. Esses documentos deverão ser protegidos contra a ação do tempo e facilmente acessíveis à fiscalização da Municipalidade, durante as horas de trabalho.

Art. 38. Salvo o disposto no artigo 17 desta Lei Complementar, todas as obras deverão ser executadas de acordo com o projeto aprovado nos seus elementos geométricos essenciais, a saber:

I - altura da edificação;

II - os pés-direitos;

III - a espessura das paredes mestras, as seções das vigas, pilares e colunas;

IV - a área dos pavimentos e compartimentos;

V - as dimensões das áreas e passagens;

VI - a posição das paredes externas;

VII - a área e a forma da cobertura;

VIII - aposição e dimensão dos vãos externos;

IX - as dimensões das saliências;

X - planta de localização aprovada.

Art. 39. Durante a execução das obras, o profissional responsável e/ou proprietário deverá por em prática todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos operários, do público e das propriedades vizinhas e providenciar para que o leito do logradouro no trecho abrangido pelas mesmas obras seja permanentemente mantido em perfeito estado de limpeza.

§ 1º Quaisquer detritos caídos das obras assim como resíduos de materiais que ficarem sobre parte do leito do logradouro público, deverão ser imediatamente recolhidos sendo, caso necessário, feita a varredura de todo o trecho do mesmo logradouro cuja limpeza ficar prejudicada, além de irrigação para impedir o levantamento do pó.

§ 2º O responsável por uma obra deverá pôr em prática todas as medidas necessárias no sentido de evitar incômodos para a vizinhança pela queda de detritos nas propriedades vizinhas, pela produção da poeira ou ruído excessivo.

TÍTULO III

DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 40. Para fins deste Código, uma construção é caracterizada pela existência do conjunto de elementos construtivos contínuos em suas três dimensões, com um ou vários acessos às circulações ao nível do pavimento de acesso.

Art. 41. Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada isolada das divisas quando a área livre, em torno do volume edificado é contínua em qualquer que seja o nível do piso considerado.

Art. 42. Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada contígua a uma ou mais divisas, quando a área deixar de contornar, continuamente, o volume edificado no nível de qualquer piso.

Art. 43. Quando num lote houver duas edificações, formar-se-á o "Grupamento de Edificações" que, conforme suas utilizações, poderá ser residencial ou não residencial.

Art. 44. Conforme a utilização a que se destina, as edificações classificam-se em:

- I - residenciais;
- II - não residenciais;
- III - mistas.

CAPÍTULO I DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 45. Segundo o tipo de utilização, as edificações residenciais subdividem-se em:

- I- edificações residenciais unifamiliares;
- II - edificações residenciais multifamiliares.

Parágrafo único. Toda unidade residencial será constituída de no mínimo 1(um) compartimento habitável, desde que tenha área não inferior a 20m² (vinte metros quadrados), com instalações sanitárias e uma cozinha.

Seção I Das Edificações Residenciais Unifamiliares

Art. 46. Uma edificação é considerada unifamiliar quando nela existir uma única unidade residencial, podendo ser:

- I - isoladas;
- II - geminadas.

Subseção I Das Edificações Residenciais Unifamiliares Isoladas

Art. 47. Uma residência é considerada isolada quando sozinha ocupar o interior de um lote.

Parágrafo único. Nas residências unifamiliares serão permitidas a utilização de paredes cegas nas divisas com, no mínimo, 20cm (vinte centímetros) de espessura.

Subseção II Das Edificações Residenciais Unifamiliares Geminadas

Art. 48. Consideram-se residências geminadas, duas unidades de residências contíguas, que possam usar uma parede comum em alvenaria, alcançando até a altura da cobertura, constituindo no seu aspecto externo uma unidade arquitetônica homogênea, não implicando simetria bilateral.

§ 1º Além do disposto no que couber, as residências geminadas obedecerão ao que segue:

- a) cada unidade deverá ter acesso independente;
- b) ter no máximo 2,5 (dois metros e meio) pavimentos por unidade residencial;
- c) ter instalações elétricas, hidrossanitárias e complementares independentes.

§ 2º O lote das residências geminadas, poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver frente mínima de 6m(seis metros) e metade da área do lote estabelecida pela Lei do Plano Diretor, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e as residências, isoladamente estejam de acordo com este Código, a Lei do Plano Diretor e as regras estabelecidas nas Tabelas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Seção II Das Edificações Residenciais Multifamiliares

Art. 49. Uma edificação é considerada multifamiliar, quando existirem na mesma edificação duas ou mais unidades residenciais, podendo ser:

- I - edificação residencial multifamiliar permanente;
- II - edificação residencial multifamiliar transitória;
- III - edificações residenciais coletivas.

Subseção I Das Edificações Residenciais Multifamiliares Permanentes

Art. 50. São consideradas neste caso as edificações que comportam mais de duas unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente, com áreas comuns de circulação interna e acesso ao logradouro público e estas possuirão sempre:

- I - portaria com caixa de distribuição de correspondência em local centralizado;
- II - instalação de interfone, para edificações com 3 (três) pavimentos ou mais;
- III - local Centralizado - Equipamento - Para coleta de lixo ou resíduos de sua eliminação;
- IV - equipamentos para extinção de incêndio, de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros e disposições do presente Código;
- V - área de recreação proporcional ao número de compartimentos habitados, de acordo com o abaixo previsto:
 - a) Proporção mínima de 6m²(seis metros quadrados) por unidade habitacional não podendo ter área inferior à 40m² (quarenta metros quadrados);

- b) Admitindo-se particionamento em no máximo duas áreas isoladas;
 - c) Obrigatoriedade de nela se inscrever uma circunferência com raio mínimo de 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros);
 - d) Facilidade de acesso através de partes comuns afastadas dos equipamentos coletores de lixo e centrais de gás, isoladas das passagens de veículo.
- VI - local para estacionamento ou guarda de veículos, conforme Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V- Tabela II – Garagens e Estacionamentos.
- VII - instalação de tubulação para antenas de TV;
- VIII - instalação de tubulação para telefone e dados;
- IX - instalação de para-raios;
- X - central de gás de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros.

Art. 51. As edificações residenciais multifamiliares permanentes podem apresentar-se sob forma de condomínios.

Parágrafo único. Os condomínios podem ser:

- I - Verticais: por conjuntos habitacionais constituídos por dois ou mais blocos de edifícios de habitação, com área de uso comum, implantados no mesmo terreno;
- II - Horizontais: por conjuntos habitacionais de unidades isoladas, com áreas de uso comum, implantados em uma área restrita fechada.

Art. 52. Qualquer conjunto habitacional deverá estar de acordo com o traçado do sistema viário básico, com as diretrizes urbanísticas e de preservação ambiental, determinadas pelo Município com a Lei do Plano Diretor, Tabelas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, disposições relativas ao Parcelamento de Solo e demais parâmetros estabelecidos por regulamento específico, de modo a garantir a adequada integração com a estrutura urbana existente.

Parágrafo único. Os conjuntos habitacionais de que trata o artigo 51 deverão observar o que dispõe este Código sobre estacionamento de áreas residenciais.

Subseção II

Das Edificações Residenciais Multifamiliares Transitórias

Art. 53. Entende-se por edificações residenciais multifamiliares transitórias, as edificações destinadas a hotéis, motéis, apart-hotéis e congêneres, sendo que existirão sempre, como parte comuns obrigatórias:

- I - hall de recepção com serviço de portaria e comunicação, e no caso dos hotéis, sala de estar ou visitas;
- II - entrada de serviço independente da entrada de hóspedes;
- III - compartimento próprio para administração;
- IV - compartimento para rouparia e guarda de utensílios de limpeza em cada pavimento;
- V - acesso e condições de utilização especial de pelo menos uma unidade de dormitório para usuários de cadeiras de rodas;
- VI - equipamentos para extinção de incêndio, de acordo com as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros e disposições deste Código;
- VII - instalações sanitárias;
- VIII - ter piso e paredes de copas, cozinhas, dispensas e instalações sanitárias de uso comum, até a altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), revestidos com material lavável e impermeável;
- IX - ter vestiários e instalações sanitárias privativas para pessoal de serviço;
- X - todas as demais exigências contidas na legislação sanitária estadual;
- XI - local fechado e interno à edificação para depósito de lixo.

§ 1º Nos hotéis as instalações sanitárias deverão ser na proporção mínima de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório para cada apartamento.

§ 2º Nos motéis, edificações com características horizontais, cada unidade de hospedagem deve ser constituída de, no mínimo, quarto e instalação sanitária, podendo dispor de uma garagem abrigo ou vaga para estacionamento.

Art. 54. A adaptação de qualquer edificação para sua utilização como hotel, motel, apart-hotel e congêneres terá que atender integralmente todos os dispositivos do presente Código.

Art. 55. Deverá ser previsto o local para embarque e desembarque de usuários, bem como estacionamento de veículos, segundo capítulo específico deste Código que trata dos estacionamentos.

Subseção III

Das Edificações Residenciais Coletivas

Art. 56. Edificações residenciais multifamiliares coletivas são aquelas nas quais as atividades residenciais se desenvolvem em compartimentos de utilização coletiva, como dormitórios, salões de refeições, sanitários comuns, podendo ser internatos, pensionatos, asilos ou orfanatos e congêneres.

CAPÍTULO II

DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS

Art. 57. As edificações não residenciais são aquelas destinadas a:

- I - Comércio, negócios e atividades profissionais;
- II - Uso industrial;
- III - Usos de saúde;
- IV - Estabelecimentos educacionais;
- V - Locais de reunião;
- VI - Usos especiais diversos.

Seção I
Das Edificações Comerciais, Negócios e Atividades Profissionais

Art. 58. As unidades destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais são as lojas, salas e escritórios sendo que:

- I - entende-se por loja o espaço destinado a comercialização de produtos;
- II - entende-se por sala ou escritório o espaço destinado à prestação de serviços.

Art. 59. As edificações destinadas ao comércio, negócios ou atividades profissionais, além dos demais dispositivos deste Código, terão, obrigatoriamente, marquise quando no alinhamento, definidas em Seção especial deste Código, devendo também atender as exigências contidas na legislação sanitária estadual e outras legislações específicas.

§ 1º Toda empresa ou entidade que necessitar abrir a via pública para reparos ou manutenção deverá providenciar sua imediata recuperação, devendo para isso solicitar junto ao Município o alvará da obra, termo de compromisso quanto à qualidade da recuperação e termo de recebimento da obra por parte da municipalidade.

§ 2º A falta de informação ou solicitação do serviço implica em multas.

Art. 60. As edificações destinadas ao comércio em geral deverão obedecer aos seguintes requisitos quanto ao pé-direito:

- I - 3m (três metros) quando a área do compartimento for de até 150m² (cento e cinquenta metros quadrados);
- II - 3,5m (três metros e cinquenta centímetros) quando a área do compartimento for superior a 150m² (cento e cinquenta metros quadrados).

Art. 61. O hall das edificações comerciais observará:

- I - quando houver um só elevador, no mínimo 10m² (dez metros quadrados) e dimensão mínima de 2,4m (dois metros e quarenta centímetros);
- II - a área do hall aumentada em 30% (trinta por cento) por elevador excedente;
- III - quando os elevadores se situarem no mesmo lado do hall, dimensão mínima de 2,4m (dois metros e quarenta centímetros).

Art. 62. Todas as unidades das edificações comerciais deverão ter sanitário:

- I - acima de 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) da área total é obrigatória a construção de sanitários separados para os dois sexos, na proporção de um conjunto de sanitários a cada 200m² (duzentos metros quadrados) de área acrescida;
- II - quando se tratar de um conjunto de lojas ou salas em um mesmo pavimento poderá ser feito um agrupamento de instalações sanitárias, observado o item I deste artigo, devendo ser acrescido sanitário para portadores de necessidades especiais, em quantidade proporcional a área construída, conforme legislação vigente.

Art. 63. As galerias comerciais além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis deverão:

- I - ter pé direito mínimo de 3,5m (três metros e cinquenta centímetros);
- II - ter largura mínima igual 3m (três metros), para extensão de no máximo 15m (quinze metros) e para cada 5m (cinco metros) ou fração de excesso, essa largura será aumentada em 10 % (dez por cento);
- III - o hall de elevadores que se ligar às galerias não deverá interferir na circulação das mesmas.

Art. 64. Nas farmácias, os compartimentos destinados à guarda de drogas, aviamentos de receitas, curativos e aplicação de injeção, os pisos e as paredes deverão ter revestimento com material liso, resistente, lavável e impermeável até a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Parágrafo único. As farmácias, além do disposto neste artigo, deverão atender a legislação sanitária estadual.

Art. 65. Os açougues e peixarias deverão ter:

- I - pisos e paredes em material resistente, durável e impermeável;
- II - balcões com tampos impermeabilizados com material liso e resistente, providos de anteparo para evitar o contato do consumidor com a mercadoria;
- III - instalações sanitárias compostas de vaso sanitário e lavatório.

Parágrafo único. Os açougues e peixarias, além do disposto neste artigo, deverão atender a legislação sanitária estadual.

Art. 66. Nos supermercados, mercados e estabelecimentos do gênero, além das normas municipais pertinentes, o acondicionamento, a exposição e a venda dos gêneros alimentícios estarão sujeitos a normas de proteção à higiene e à saúde, dos órgãos estaduais e federais.

Art. 67. As edificações destinadas a comércio, serviços ou atividades profissionais deverão ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código e normas específicas do Corpo de Bombeiros.

Subseção I
Dos Restaurantes, Bares, Cafés, Lanchonetes e Similares

Art. 68. As edificações tratadas nesta Subseção deverão observar, no que couber, as disposições da Seção I deste Capítulo, que trata das edificações comerciais.

Art. 69. Nos locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, os pisos e as paredes até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) deverão ser revestidos com material liso, resistente, lavável e impermeável.

Art. 70. As salas de refeições não poderão ter ligação direta com os compartimentos sanitários.

Art. 71. Os compartimentos sanitários destinados ao público deverão obedecer as seguintes condições:

I - para o sexo feminino, em áreas até 50m² (cinquenta metros quadrados), 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório;
II - para o sexo masculino, em áreas de até 50m² (cinquenta metros quadrados) 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) mictório e 1 (um) lavatório.
Parágrafo único. Para cada área adicional de 50m² (cinquenta metros quadrados) deverão acrescentar-se os implementos dos incisos I e II deste artigo.

Subseção II Das Oficinas Mecânicas

Art. 72. As edificações destinadas a oficinas mecânicas deverão obedecer as seguintes condições:

- I - ter área coberta capaz de comportar os veículos em reparo;
- II - ter pé direito mínimo de 3m (três metros), inclusive nas partes inferiores dos mezaninos;
- III - ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações do art. 62 deste Código;
- IV - ter acessos e saídas devidamente sinalizados e sem barreiras visuais;
- V - equipamentos prevenção de incêndio;
- VI - local para depósito do lixo no interior do lote;
- VII - áreas laterais fechadas com muros;
- VIII - tratamento especial para resíduos, óleos e graxas, conforme legislação específica.

Art. 73. Nas edificações onde houver produção de ruídos intensos, estes deverão ser tecnicamente isolados não podendo haver propagação de ruídos para o exterior, sendo respeitadas as determinações do Código de Posturas, Capítulo III - Do Bem Estar Público.

Seção II Das Indústrias

Art. 74. A construção, reforma ou adaptação de prédios para uso industrial somente será permitida em área previamente aprovada pela Municipalidade.

Art. 75. As edificações destinadas a indústrias em geral, fábricas e oficinas deverão:

- I - ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas de cobertura;
- II - ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código e do Corpo de Bombeiros;
- III - ter 2 (dois) sanitários quando possuírem área superior a 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados);
- IV - quando seus compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com as normas específicas relativas a segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes;
- V - seus compartimentos quando tiverem área superior a 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) deverão ter pé direito mínimo de 3,20m (três metros e vinte centímetros).

Art. 76. Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou concentre calor deverão ser dotados de isolamento térmico, admitindo-se:

- I - uma distância mínima de 1m (um metro) do teto, sendo esta distância aumentada para 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) pelo menos, quando houver pavimento superposto;
- II - uma distância mínima de 1,00m (um metro) das paredes da própria edificação e 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) das paredes das edificações vizinhas.

Art. 77. As edificações destinadas ao uso industrial terão tratamento especial para os efluentes líquidos e gasosos, quando apresentarem características físico-químicas, biológicas ou bacteriológicas agressivas, obrigando-se as indústrias a esgotarem seus efluentes líquidos e/ou gasosos dentro dos padrões exigidos pela legislação municipal, estadual e federal vigente.

§ 1º O tratamento de efluentes industriais mencionado neste artigo deverá estar instalado antes das indústrias novas começarem a operar e poderá ser comum a mais de uma indústria.

§ 2º O sistema de tratamento proposto, bem como memorial descritivo, planta e relatório de eficiência deverão ser apresentados ao órgão Estadual ou Federal competentes para análise e aprovação, e posteriormente à aprovação da Municipalidade.

§ 3º A Municipalidade poderá negar aprovação se entender que o sistema será inoperante ou aprovar em caráter temporário.

§ 4º Os despejos deverão ser emitidos em regime de vazão constante, principalmente durante o período de funcionamento da indústria.

§ 5º Os resíduos sólidos serão transportados para local designado pelo órgão de limpeza pública do Município, as expensas do proprietário da indústria.

§ 6º Nas indústrias a serem instaladas e nas indústrias existentes que passem a possuir lançamento de efluentes industriais, este deverá ser feito à montante de captação de água da própria indústria quando ambos se derem em cursos d'água.

Art. 78. Toda a indústria já instalada em que for constatado o lançamento de efluente líquido, sólido e/ou gasoso com carga considerada poluente, deverá apresentar dentro do prazo estipulado pela Municipalidade, sendo no máximo de 180 (cento e oitenta dias) e órgãos competentes, uma solução que satisfaça a condição infringida.

Art. 79. As edificações de que tratam esta seção nunca poderão ser construídas nos limites laterais, devendo sempre estar recuadas pelo menos 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das extremidades.

Parágrafo único. Quando o terreno da indústria fizer divisa com outra zona, terá, obrigatoriamente, construir barreira verde, para amenizar os efeitos ambientais, conforme previsto em regulamento.

Art. 80. A construção de residência em lotes industriais, não altera o seu uso que é preferencialmente industrial, cabendo ao morador da residência, total adaptação ao uso industrial preferencial.

Parágrafo único. Só será permitida a construção de uma unidade de moradia para fins residenciais.

Seção III

Das Edificações para Usos de Saúde

Art. 81. Consideram-se edificações para uso de saúde as destinadas à prestação de assistência médico-cirúrgica e social, com ou sem internamento de pacientes, podendo ser:

- I - hospitais;
- II - maternidades;
- III - clínicas, laboratórios de análises e prontos-socorros;
- IV - postos de saúde;
- V - centros de reabilitação.

Art. 82. As edificações para uso de saúde deverão obedecer além das normas deste Código, as condições estabelecidas pelas legislações federal, estadual e municipal pertinentes à matéria.

Art. 83. A edificação para posto de saúde - estabelecimento de atendimento primário, destinado à prestação de assistência médico-sanitária a uma população pertencente a um pequeno núcleo - deverá ter no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - espera;
- II - guarda de material e medicamentos;
- III - atendimento e imunização;
- IV - curativos e esterilização;
- V - material de limpeza;
- VI - sanitário público e de funcionários;
- VII - acesso e estacionamento de veículos.

Art. 84. A edificação para centro de saúde - estabelecimento de atendimento primário, destinado à prestação de assistência médico-sanitária a uma população determinada, tendo como característica o atendimento permanente por clínicos gerais - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - espera;
- II - sanitário público e de funcionários;
- III - registro e arquivo médico;
- IV - administração e material;
- V - consultório médico;
- VI - atendimento e imunização;
- VII - preparo de pacientes;
- VIII - curativos e reidratação;
- IX - laboratório;
- X - despensa para medicamentos;
- XI - esterilização e roupa limpa;
- XII - utilidade e despejo;
- XIII - serviços;
- XIV - acesso e estacionamento de veículos, dependendo do porte e conforme regulamento específico.

Art. 85. A edificação para clínica sem internamento - aquela destinada a consultas médicas, odontológicas ou ambas, com dois ou mais consultórios sem internamento - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - recepção, espera e atendimento;
- II - acesso e circulação de pessoas;
- III - instalações sanitárias;
- IV - serviços;
- V - acesso e estacionamento de veículos;
- VI - administração;
- VII - material.

Art. 86. A edificação para clínica com internamento - destinada a consultas médicas, odontológicas ou ambas, com internamento e dois ou mais consultórios - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - recepção, espera e atendimento;
- II - acesso e circulação de pessoas;
- III - instalações sanitárias;
- IV - serviços;
- V - acesso e estacionamento de veículos;
- VI - administração;
- VII - quartos ou enfermarias para pacientes;
- VIII - serviços médico-cirúrgicos;
- IX - material.

Art. 87. Os laboratórios de análises clínicas, edificações nas quais se fazem exames de tecidos ou líquidos do organismo humano, deverão

ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - recepção, espera e atendimento;
- II - acesso e circulação de pessoas;
- III - instalações sanitárias;
- IV - coleta de material;
- V - laboratório propriamente dito;
- VI - administração;
- VII - serviços;
- VIII - acesso e estacionamento de veículos;
- IX - administração;
- X - quartos ou enfermarias para pacientes;
- XI - serviços médico-cirúrgicos;
- XII - material.

Art. 88. A edificação destinada à fabricação ou manipulação de produtos farmacêuticos deverá ter, no mínimo, compartimentos para:

- I - manipulação e fabricação;
- II - acondicionamento;
- III - laboratório de controle;
- IV - embalagem de produto acabado;
- V - armazenamento de produtos acabados e de material de embalagem;
- VI - depósito de matéria-prima;
- VII - instalações sanitárias;
- VIII - serviços;
- IX - acesso e estacionamento de veículos;
- X - armazenamento de resíduos.

Art. 89. A edificação para hospital - estabelecimento de saúde, de atendimento de nível terciário, de prestação de assistência médica em regime de internação e emergência nas diferentes especialidades médicas - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - recepção, espera e atendimento;
- II - acesso e circulação;
- III - instalações sanitárias;
- IV - serviços;
- V - quartos ou enfermarias para pacientes;
- VI - administração;
- VII - serviços médico-cirúrgicos e serviços de análise ou tratamento;
- VIII - ambulatório;
- IX - acesso e estacionamento de veículos;
- X - disposição adequada de resíduos hospitalares.

Seção IV

Dos Estabelecimentos Educacionais

Art. 90. Os estabelecimentos educacionais, além das disposições da legislação municipal cabível, obedecerão às condições estabelecidas pela legislação educacional.

Art. 91. Todo profissional responsável pela construção, reconstrução e/ou reforma de edificações destinadas ao ensino no que diz respeito à orientação da construção, deverá fazê-la preferencialmente de forma que as salas de aula, de leitura, salas ambiente, biblioteca e similares tenham suas aberturas externas de maneira a proporcionar conforto térmico e lumínico, para o desenvolvimento destas atividades.

Parágrafo único. Quando as aberturas estiverem situadas fachadas leste e/ou oeste, deverão ser providas de elementos quebra-sol verticais e quando as aberturas estiverem situadas em fachadas norte, deverão ser providas de elementos quebra-sol horizontais.

Art. 92. Todo estabelecimento de ensino deverá ter seus equipamentos, revestimentos interno e externo, instalações e mobiliários de material inócuo, a fim de garantir a segurança de seus usuários.

Subseção I

Das Salas de Aula, Salas Ambiente e Auditórios

Art. 93. Todo ambiente de ensino deverá proporcionar volume de ar equivalente a 4m³ (quatro metros cúbicos) por aluno.

Parágrafo único. Quando o volume de ar por aluno for abaixo deste valor deverão ser adotadas soluções de ventilação cruzada.

Art. 94. As edificações destinadas a estabelecimentos escolares de qualquer natureza deverão dispor de salas destinadas às aulas, correspondendo a cada aluno área não inferior a 1,3m² (um metro e trinta centímetros quadrados), excluídos os corredores, áreas de circulação interna e áreas destinadas a professores e equipamentos didáticos.

Art. 95. Na existência de salas destinadas à aula prática, especialmente de química, física e biologia, deverão as mesmas possuir dispositivos apropriados para refrigeração, circulação, renovação e filtração de ar.

Art. 96. As salas ambientes, quando existirem, deverão seguir as normas da ABNT, de acordo com os cursos a que se destinarem.

Art. 97. O pé direito mínimo das salas de aula em geral, nunca poderá ser inferior a 3m (três metros), com o mínimo, em qualquer ponto de 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros), incluindo vigas ou luminárias, devendo ser aumentado sempre que as condições de iluminação natural assim exigirem.

Art. 98. A iluminação das salas de aula em geral, será sempre natural, predominando a unilateral esquerda, não se dispensando a iluminação artificial para as condições climatológicas peculiares e para aulas noturnas.

§ 1º Quando houver necessidade de iluminação zenital, esta deverá corresponder a 25% (vinte e cinco por cento) de área do piso, devendo ser previstos elementos que evitem o ofuscamento.

§ 2º As aberturas nas paredes para iluminação natural, devem corresponder a uma área total mínima que atinja 30% (trinta por cento) da área do ambiente.

Art. 99. Os auditórios dos estabelecimentos de ensino terão área útil não inferior a 0,8m² (oitenta centímetros quadrados) por pessoa, observando-se ventilação adequada e perfeita visibilidade da mesa, quadros ou telas de projeção, para todos os espectadores.

Subseção II

Das Condições de Circulação

Art. 100. Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação a área de circulação geral:

I - quanto aos corredores:

- a) largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) para corredores e passagens de uso coletivo;
- b) nas áreas de circulação que servem às salas de aula deverá haver um acréscimo na largura de 0,2m (vinte centímetros) por sala, até o máximo de 3,5m (três metros e cinquenta centímetros);
- c) acréscimo de 0,5m (cinquenta centímetros) por lado utilizado, caso seja instalado armário ou vestiário.

II - quanto às portas:

- a) as portas de comunicação dos ambientes com as circulações deverão ter largura mínima de 0,9m (noventa centímetros);
- b) as portas de salas - ambientes deverão ser duplas com a largura total não inferior a 1,4m (um metro e quarenta centímetros);
- c) as aberturas de entrada e saída do estabelecimento deverão ter largura mínima de 3m (três metros).

III - quanto às escadas:

- a) terão passagem livre com altura não inferior a 2,2m (dois metros e vinte centímetros);
- b) terão largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros);
- c) o dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula: $2E + P = 0,631964$ onde "E" é altura ou espelho do degrau e "P" é a profundidade do piso, obedecendo aos seguintes limites: altura máxima de 0,18m (dezoito centímetros) e profundidade mínima de 0,27m (vinte e sete centímetros);
- d) terão o piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;
- e) terão corrimão com altura de 0,85m (oitenta e cinco centímetros);
- f) terão seus lances retos números de degraus não superior a 10 (dez);
- g) terão patamares planos entre os andares, quando necessário, de no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- h) terão corrimão intermediário para escadas com largura superior a 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros), não ultrapassando as subdivisões de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) de largura;
- i) terão iluminação natural, direta ou indireta;
- j) não apresentarão trechos em leques.

IV - quanto às rampas:

- a) serão construídas de material resistente e incombustível;
- b) terão passagens livres com altura não inferior a 2,1m (dois metros e dez centímetros);
- c) terão largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros);
- d) terão declividade não superior a 10% (dez por cento) do seu comprimento;
- e) terão piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;
- f) terão balaústre ou corrimão com altura de 0,85m (oitenta e cinco centímetros).

Parágrafo único. O acesso nos estabelecimentos de ensino deverá ser facilitado para portadores de necessidades especiais, mediante rampas ou planos inclinados de materiais especiais, conforme o estabelecido pela ABNT.

Subseção III

Das Instalações Sanitárias

Art. 101. Toda pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificações destinadas ao ensino de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá atender às seguintes condições em relação às instalações sanitárias:

I - serão separadas por sexo, com acessos independentes;

II - ser dotada de bacias sanitárias em número correspondente, a no mínimo 1 (um) para cada 20 (vinte) alunos e 1 (um) lavatório para cada 40 (quarenta) alunos;

III - os mictórios terão forma de cuba ou calha, na proporção de 1 (um) para cada 40 (quarenta) alunos, separados uns dos outros, por uma distância de 0,6m (sessenta centímetros);

IV - ter paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente até a altura de 2m (dois metros);

V - ter condições de ventilação permanente;

VI - ter pisos impermeáveis e resistentes;

VII - ter chuveiros na proporção de 1 (um) chuveiro para cada 5 (cinco) alunos do grupo que utiliza os vestiários simultaneamente, quando for previsto a prática de esportes ou educação física;

VIII - ter banheiros para portadores de necessidades especiais, conforme legislação vigente;

IX - os "box" sanitários deverão ter largura mínima de 0,9m (noventa centímetros) por 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) ou o equivalente em área para larguras maiores, com portas de largura não inferior a 0,6m (sessenta centímetros) e suspensa dos pisos deixando

vãos livres de 0,15m (quinze centímetros) de altura na parte inferior e 0,30m (trinta centímetros), no mínimo, na parte superior.

Subseção IV

Das Cozinhas, dos Refeitórios, das Cantinas, das Lanchonetes e Congêneres

Art. 102. Toda pessoa, proprietária de/ou responsável por estabelecimento de ensino na parte correspondente a cozinhas, refeitórios, cantinas, lanchonetes e congêneres, além de atender às disposições regulamentares dos Decretos que dispõe sobre os Estabelecimentos Industriais, Comerciais, Agropecuários, de Alimentos e Bebidas, deverá obedecer ao seguinte:

I - apresentar, na cozinha as condições:

- a) paredes revestidas com material liso, lavável resistente e impermeável, até o mínimo de 2m (dois metros) de altura;
- b) forro de material adequado, podendo ser dispensado em caso de cobertura que ofereça proteção suficiente;
- c) piso revestido com material resistente, liso, impermeável e lavável;
- d) ventilação e iluminação de acordo com as normas fixadas no presente regulamento;
- e) água potável;
- f) Lavatórios;
- g) Não haver comunicação direta da cozinha com instalações sanitárias e com locais insalubres ou perigosos.

II - apresentar despensa anexa à cozinha com paredes e pisos revestidos de material impermeável, resistente, lavável e aberturas com telas protetoras.

Subseção V

Dos Locais de Esporte e Lazer

Art. 103. Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação a locais de recreio, esporte, parques infantis e congêneres:

I - ter área coberta para educação física e festividades com dimensões mínimas de 10m (dez metros) de largura e 3,5m (três metros e cinquenta centímetros) de altura;

II - ter área descoberta para recreio e esporte com 3m² (três metros quadrados) a 5m² (cinco metros quadrados) por aluno e/ou quadra cimentada de 20m (vinte metros) por 30m (trinta metros);

III - ter zonas sombreadas e ensolaradas e protegidas de ventos frios;

IV - ter quadras orientadas para norte/sul.

Parágrafo único. As escolas ao ar livre, parques infantis e congêneres obedecerão às exigências deste código no que lhes forem aplicáveis, obedecendo às especificações contidas no regulamento referente a locais de lazer.

Art. 104. Nos estabelecimentos de ensino escolar é obrigatória a existência de local coberto para recreio, com área mínima de 1/3 (um terço) da soma das áreas das salas de aula.

Seção V

Dos Locais de Reunião e Casas de Espetáculo

Art. 105. São considerados locais de reunião:

- I - estádios;
- II - auditórios, ginásios esportivos, centros de convenção e salões de exposição;
- III - templos religiosos;
- IV - cinemas;
- V - teatros;
- VI - parques temáticos;
- VII - circos;
- VIII - feiras livres;
- IX - feiras de exposição permanentes;
- X - piscinas públicas;
- XI - boates e salões de dança.

Art. 106. As partes destinadas ao público, em geral, terão que prever:

- I - circulação de acesso e de escoamento;
- II - condições de perfeita visibilidade;
- III - espaçamento entre filas e séries de assentos;
- IV - locais de espera;
- V - instalações sanitárias para ambos os sexos e portadores de necessidades especiais;
- VI - lotação máxima fixada;
- VII - acessibilidade a portadores de necessidades especiais;
- VIII - segurança contra incêndio conforme a legislação vigente.

Subseção I

Dos Estádios, Auditórios, Ginásios Esportivos, Centros de Convenções, Salões de Exposições, Templos Religiosos, Cinemas e Teatros

Art. 107. Será assegurada, de cada assento ou lugar, perfeita visibilidade do espetáculo, o que ficará demonstrado através de curva de visibilidade.

Art. 108. O espaço entre duas filas consecutivas de assentos não será inferior a 0,9m (noventa centímetros) de encosto a encosto.

Art. 109. Os espaçamentos entre as séries, bem como o número máximo de assentos por fila, obedecerá ao seguinte:

I - número máximo de 15 (quinze) assentos por fila;

II - espaçamento mínimo de 1,2m (um metro e vinte centímetros) entre as séries.

Parágrafo único. Não serão permitidas séries de assentos que terminem junto às paredes.

Art. 110. Deverá ser previsto local para parada de cadeira de rodas conforme determinado pela norma para eliminação de barreiras arquitetônicas para portadores de necessidades especiais editada pela ABNT.

Art. 111. Os estádios, além das demais condições estabelecidas por este código, obedecerão, ainda, às seguintes:

I - as entradas e saídas só poderão ser feitas através de rampas. Essas rampas, terão a soma de suas larguras calculadas na base de 1,4m (um metro e quarenta centímetros) para cada 1.000 (um mil espectadores), não podendo ser inferior a 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros);

II - para o cálculo da capacidade das arquibancadas gerais serão admitidas para cada metro quadrado, 2 (duas) pessoas sentadas ou 3 (três) em pé.

Art. 112. Os auditórios, cinemas, ginásios esportivos, salas de convenções e salões de exposições, obedecerão às seguintes condições:

§ 1º Quanto aos assentos:

a) atenderão a todas as condições estabelecidas nos artigos 109 a 111;

b) o piso das localidades elevadas se desenvolverá em degraus, com altura máxima de 0,20m (vinte centímetros) e profundidade mínima de 0,50m (cinquenta centímetros).

§ 2º Quanto às circulações e portas de acesso:

a) haverá sempre mais de uma porta de saída e cada uma delas não poderá ter largura inferior a 2m (dois metros);

b) a soma das larguras de todas as portas de saídas equivalerá uma largura total correspondente 0,01m (um centímetro) por espectador;

c) o dimensionamento das portas de saídas independe daquele considerado para as portas de entrada;

d) as portas de saída terão a inscrição Saída, sempre luminosa, e deverão abrir sempre para o exterior do recinto;

e) os corredores de acesso aos locais de reunião, deverão obedecer a largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para os locais cuja área destinada a assentos seja igual ou inferior a 500m² (quinhentos metros quadrados), sendo que, excedida esta área haverá um acréscimo de 0,05 m (cinco centímetros) na largura para cada metro quadrado de excesso;

f) as circulações internas à sala de espetáculos de até 100 (cem) lugares terão nos seus corredores longitudinais e transversais largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros). Estas larguras mínimas serão acrescidas de 0,1m (dez centímetros) por fração de 50 (cinquenta) lugares

§ 3º Quanto às circulações de níveis diferentes:

I - quando o local de reunião ou salas de espetáculos estiver situado em pavimento que não seja térreo serão necessárias duas escadas, no mínimo, que deverão obedecer às seguintes condições:

a) as escadas deverão ter largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros), para salas de até 100 (cem) lugares, e ser acrescidas de 0,1m (dez centímetros) por fração de 50 (cinquenta) lugares excedentes;

b) sempre que a altura a vencer for superior a 2,8m (dois metros e oitenta centímetros), devem ter patamares, os quais terão profundidade de 1,2m (um metro e vinte centímetros);

c) as escadas não poderão ser desenvolvidas em caracol ou degraus em leque.

§ 4º Quanto a localidades elevadas:

I - o guarda corpo das localidades elevadas terá altura mínima de 1,10m (um metro e dez centímetros).

II - as escadas poderão ser substituídas por rampas observadas as demais exigências para escadas e rampas estabelecidas neste Código.

§ 5º Quanto aos locais de espera para o público serão independentes das circulações com área equivalente, no mínimo, a 1m² (um metro quadrado) para cada 10 (dez) espectadores no caso de cinemas e para cada 5 (cinco) espectadores, no caso de teatros, auditórios, centros de convenção e salões de exposição, considerando a lotação máxima.

§ 6º Quanto aos sanitários, as instalações sanitárias deverão ser separadas por sexo com as seguintes proporções mínimas:

I - para o sanitário masculino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1 (um) mictório para cada 50 (cinquenta) lugares;

II - para o sanitário feminino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório para cada 50 (cinquenta) lugares;

III - sanitários para portadores de necessidades especiais, conforme legislação vigente;

IV - para efeito de cálculo de número de pessoas serão consideradas, quando não houverem lugares fixos, a proporção de 1m² (um metro quadrado) por pessoa, referente a área efetivamente destinada às mesmas.

§ 7º Quanto à renovação e condicionamento do ar:

I - os auditórios com capacidade superior a 300 (trezentas) pessoas, possuirão obrigatoriamente, equipamentos de condicionamento de ar;

II - quando a lotação for inferior a 300 (trezentas) pessoas, bastará a existência de sistema de renovação de ar.

Art. 113. As paredes externas deverão possuir tratamento acústico de acordo com as normas da ABNT.

Art. 114. Os camarins dos teatros serão providos de instalações sanitárias privativas.

Subseção II

Dos Parques de Diversões

Art. 115. A armação e montagem dos parques de diversões atenderão as seguintes condições:

I - o material dos equipamentos será incombustível;

II - haverá obrigatoriedade de vãos de "entrada" e "saída" independentes;

III - a soma total da largura destes vãos de entrada e saída será proporcional a 1m (um metro) para cada 500 (quinhentas) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 3m (três metros) cada um;

- IV - a capacidade máxima de público permitida no interior dos parques de diversões, será proporcional a uma pessoa para cada metro quadrado de área livre reservada a circulação;
- V - os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- VI - nenhum equipamento ou instalação de qualquer ordem poderá colocar em perigo os funcionários e o público;
- VII - ter compartimentos sanitários.

Art. 116. Os interessados deverão apresentar ART da estrutura metálica quando houver, da parte elétrica, de montagem e da prevenção de incêndios para evitar riscos à população.

Parágrafo único. Os parques de diversões somente serão liberados para funcionamento após vistoria pelo Órgão Sanitário Municipal competente, demais órgãos municipais envolvidos e fiscais do Corpo de Bombeiros e se for o caso, das Polícias Civil e Militar.

Subseção III

Dos Circos e das Feiras de Exposições

Art. 117. A armação e montagem de circos e feiras de exposições atenderão as seguintes condições:

- I - haverá obrigatoriedade de vãos de "entrada" e "saída" independentes;
- II - a largura dos vãos de entrada e saída será proporcional a 1m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas não podendo, todavia, ser inferior a 3m (três metros) cada vão;
- III - a largura das passagens de circulação será proporcional a 1m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 2m (dois metros);
- IV - a capacidade máxima de espectadores permitida será proporcional a 2(duas) pessoas sentadas, por metro quadrado de espaço destinado a espectadores;
- V - a segurança de seus funcionários, artistas e do público, far-se-á conforme os itens V e VI do artigo 115 deste Código;
- VI - deverá ser cumprido também o artigo 116 deste Código;
- VII - ter compartimentos sanitários;
- VIII - os circos somente serão liberados para funcionamento após vistoria.

Seção VI

Dos Cemitérios

Art. 118. Os cemitérios deverão ser construídos em áreas elevadas na contravertente das águas que possam alimentar poços e outras fontes de abastecimento.

§ 1º Os projetos para implantação de cemitérios deverão ser dotados de drenagem de águas superficiais, bem como de um sistema independente para a coleta e tratamento do necrochorume.

§ 2º Os projetos para implantação de cemitérios, deverão atender ainda as exigências da legislação federal, estadual e municipal.

Seção VII

Dos Abatedouros

Art. 119. A área edificada do abatedouro deverá corresponder a área livre e ser proporcional a quantidade de animais abatidos.

Art. 120. O piso e as paredes deverão ter revestimento cerâmico.

Art. 121. Toda a carga e descarga de animais, bem como a manutenção dos mesmos deverá acontecer dentro dos limites do lote.

Art. 122. As edificações destinadas a abatedouros deverão enquadrar-se também nas disposições do Código de Posturas, e atender as exigências de legislações específicas.

Art. 123. Os abatedouros deverão ser providos de local específico destinado a pré-lavação dos caminhões utilizados em suas atividades.

Art. 124. Serão exigidos sanitários e vestiários na proporção estabelecida pelo art. 62, deste Código.

CAPÍTULO III

DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS DE USOS ESPECIAIS DIVERSOS

Art. 125. Enquadram-se neste Capítulo as edificações destinadas a:

- I - depósitos de explosivos, munições e inflamáveis;
- II - depósitos de gás (GLP);
- III - depósitos de armazenagem;
- IV - postos de serviços e de abastecimento de veículos;
- V - quartéis e Corpos de Bombeiros;
- VI - penitenciária e casa de detenção;
- VII - mobiliário urbano.

Art. 126. Todas as edificações citadas no art. 125 deverão observar as exigências quanto a estacionamento especificada neste Código e legislação correlata estadual e federal em vigor.

Seção I

Dos Depósitos de Explosivos, Munições e Inflamáveis

Art. 127. As edificações para depósito de explosivos e munições obedecerão as normas estabelecidas em regulamentação própria do Ministério do Exército, e para inflamáveis, as normas dos órgãos Federais e Estaduais competentes.

§ 1º Os locais para armazenagem de inflamáveis ou explosivos deverão estar protegidos com para-raios de construção adequada, a juízo da autoridade competente.

§ 2º Os depósitos de explosivos e inflamáveis deverão ter afastamento mínimo de 200m (duzentos metros) de escolas, asilos, creches, e hospitais, o qual será medido entre o ponto de instalação do depósito e o terreno dos citados.

§ 3º As edificações citadas neste artigo deverão ainda atender as exigências do Corpo de Bombeiros.

Art. 128. As edificações de que trata esta Seção só poderão ser construídas em zonas para esse fim destinadas, fora das zonas urbanizadas ou de expansão urbana, a não ser, em casos especiais, em instalações militares.

Art. 129. O pedido de aprovação do projeto deverá ser instruído com a especificação da instalação, mencionando o tipo do produto, a natureza e capacidade dos tanques ou recipientes, aparelhos de sinalização, assim como todo aparelho ou maquinário a ser empregado na instalação.

§ 1º São considerados como inflamáveis, para efeito da presente Lei, os líquidos que tenham seu ponto de inflamabilidade acima de 93°C (noventa e três graus centígrados), entendendo-se como tal a temperatura em que o líquido emite vapores em quantidade em que possam inflamar-se em contato da chama.

§ 2º Para efeito desta Lei, não são considerados depósitos de inflamáveis os reservatórios das colunas de abastecimento de combustível, os reservatórios e autoclaves empregados na fusão de materiais gordurosos, fábrica de velas, sabões, limpeza a seco, bem como tanques de gasolina, essência ou álcool, que façam parte integrante de motores de explosão ou combustão interna, em qualquer parte em que estejam instalados.

Seção II

Dos Depósitos de Gás (GLP)

Art. 130. Em todas as áreas de armazenamento de recipientes transportáveis de GLP, deverão ser observadas as condições de segurança da norma de segurança contra incêndios do Corpo de Bombeiros e condições a seguir:

I - situar-se ao nível do solo, podendo dispor de plataforma para carga e descarga de viaturas e serem cobertas ou não;

II - quando coberta, a cobertura terá, no mínimo, 3m (três metros) de altura e deverá ser sustentada por colunas de concreto armado ou metálicas ou paredes de alvenaria, construídas em lados opostos e dispoendo de passagem ou portão, sendo que os demais lados poderão ser delimitados por tela de arame ou material similar;

III - toda a fiação elétrica existente a menos de 3m (três metros) do limite externo da área deverá estar embutida em eletrodutos e ter os interruptores do tipo blindado;

IV - todo o espaço existente a uma distância de 3m (três metros) do limite externo da área deverá estar livre de obstáculos naturais ou artificiais;

V - distar, pelo menos, 6m (seis metros) do alinhamento da via pública;

VI - distar, pelo menos, 10m (dez metros) de equipamentos e/ou aparelhos produtores de faísca, de chama ou de calor, assim como materiais diversos;

VII - distar, pelo menos, 12m (doze metros) de edificações circunvizinhas e/ou limite de terrenos contíguos;

VIII - distar, pelo menos, 20m (vinte metros) de locais de grande aglomeração de pessoas;

IX - possuir o piso plano, revestido com material que não apresente frestas, canaletas, rebaixos ou similares que possibilitem o acúmulo de GLP em caso de eventual vazamento;

X - não possuir qualquer pavimento acima ou abaixo do nível da área.

Art. 131. Toda a área do depósito deverá ser delimitada por cerca de arame, muro ou similar.

Seção III

Dos Estabelecimentos Destinados ao Comércio Varejista de Combustíveis Minerais e Serviços Correlatos

Subseção I

Das Normas para Construção e Licenciamento

Art. 132. São estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis e serviços correlatos:

I - postos de abastecimento;

II - postos de serviços;

III - postos de garagem.

§ 1º Posto de abastecimento é o estabelecimento que se destina à venda, no varejo, de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado e óleos lubrificantes.

§ 2º Posto de serviço é o estabelecimento que além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento, oferece serviços de lavação, lubrificação de veículos e outros serviços correlatos.

§ 3º Posto garagem é o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para posto de abastecimento, oferece também áreas destinadas à guarda de veículos.

Art. 133. As instalações de abastecimento deverão distar, no mínimo, de 4m (quatro metros) do alinhamento do logradouro público ou de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos dos lotes, observadas as exigências de afastamentos maiores contidas nas Leis do Plano Diretor, Tabela de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Parágrafo único. As bombas de combustíveis não poderão ser instaladas nos passeios e logradouros públicos.

Art. 134. Os postos de serviços e abastecimento de veículos, só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para esse fim.

Art. 135. Nas edificações para postos de abastecimento de veículos, além das normas que lhes forem aplicáveis por este código, serão observadas as concernentes a legislação sobre inflamáveis e no que couber, as referentes aos regulamentos de despejo industrial.

Art. 136. A autorização com prazo preestabelecido, para construção de postos será concedida pela Municipalidade, estudadas as características peculiares a cada caso.

Art. 137. Aos postos de abastecimento serão permitidas as seguintes atividades:

I - abastecimento de combustíveis;

II - troca de óleos lubrificantes, em área apropriada e com equipamento adequado;

III - comércio de:

a) acessórios e peças de pequeno porte e fácil reposição;

b) utilidades relacionadas com higiene e segurança dos veículos;

c) pneus, câmara de ar e prestação de serviços de borracharia;

d) jornais, revistas, mapas, roteiros turísticos e souvenirs;

e) lanchonete, sorveteria e restaurante.

Art. 138. Os postos de serviços, além das atividades previstas no artigo anterior, serão permitidos os seguintes:

I - lavagem e lubrificação de veículos;

II - serviço de troca de óleo;

III - outros serviços correlatos.

Art. 139. Aos postos garagens, além das atividades previstas no art. 137 desta Seção serão permitidos:

I - guarda de veículos;

II - lojas para exposição.

Art. 140. Nas edificações, para postos de abastecimento de veículos além das normas que forem aplicáveis por este código, serão observadas as concernentes à legislação sobre inflamáveis.

Art. 141. Os postos de serviço e abastecimento deverão dispor de equipamentos contra incêndio, de conformidade com este Código, e demais normas aplicáveis.

Subseção II Das Instalações

Art. 142. As instalações para depósito de combustível de pessoas jurídicas que o tenham para consumo próprio deverão observar as disposições definidas por esta Seção.

Art. 143. A limpeza, lavagem e lubrificação de veículos devem ser feitas em boxes isolados, de modo a impedir que a poeira e as águas sejam levadas para o logradouro ou neste se acumulem. As águas de superfície serão conduzidas para caixas de decantação separadas das galerias, antes de serem lançadas na rede geral, obedecidas às normas do órgão competente.

Art. 144. As instalações para limpeza de carros, lubrificação e serviços correlatos não poderão ficar a menos de 4m (quatro metros) de afastamento dos prédios vizinhos.

Parágrafo único. Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,00m (quatro metros) das divisas deverão os mesmos estar em recintos cobertos e fechados nessas divisas.

Art. 145. Os equipamentos para abastecimento deverão atender as seguintes condições:

I - as bombas deverão ficar recuadas no mínimo 6m (seis metros) das divisas laterais e 12m (doze metros) da via pública;

II - os reservatórios serão subterrâneos, metálicos, hermeticamente fechados, devendo ainda distar no mínimo 2m (dois metros) de qualquer parede da edificação e 5m (cinco metros) da via pública e divisas laterais.

§ 1º Se o pátio for coberto, as colunas de suporte da cobertura não poderão ficar a menos de 4m (quatro metros) de distância do alinhamento da rua.

§ 2º Quando o recinto de serviços não for fechado, o alinhamento dos logradouros deverá ser avivado por uma mureta com altura de 0,3m (trinta centímetros), com exceção das partes reservadas ao acesso e a saída dos veículos, os quais deverão ficar inteiramente livres.

Art. 146. Os postos de serviços e de abastecimento de veículos deverão possuir instalações sanitárias com chuveiro para uso dos empregados.

§ 1º Deverão possuir instalações sanitárias para os usuários, separadas das instalações destinadas ao uso dos empregados.

§ 2º Os postos situados nas Rodovias Estaduais e Federais deverão ainda ter as instalações sanitárias para os usuários separadas por sexo.

Art. 147. As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustível mineral, álcool etílico hidratado, combustíveis e serviços correlatos obedecerão as prescrições fixadas pela ABNT.

Art. 148. As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustível mineral e serviços correlatos obedecerão às prescrições fixadas pela ABNT, e mais as seguintes:

I - os tanques serão de fibra de vidro e instalados subterraneamente com afastamento mínimo de 5m (cinco metros) do alinhamento da

via pública e das divisas dos vizinhos;

II - os tanques terão capacidade unitária máxima de 30.000 (trinta mil) litros e mínima de 10.000 (dez mil) litros;

III - a capacidade máxima instalada não poderá ultrapassar 120.000 (cento e vinte mil) litros;

IV - o tanque metálico subterrâneo destinado exclusivamente a armazenar óleo lubrificante usado, não computado no cálculo de armazenagem máxima, poderá ter capacidade unitária inferior a 10.000 (dez mil) litros respeitadas as demais condições deste artigo;

V - ter um filtro de areia destinado a reter óleos e graxas provenientes da lavagem de veículos, localizada antes do lançamento no coletor de esgoto, obedecidas às normas do órgão competente.

Art. 149. Os estabelecimentos de comércio varejista de combustível, álcool etílico hidratado e serviços correlatos, são obrigados a manter:

I - suprimento de ar e água;

II - em local visível, o certificado de aferição fornecido pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas - INMETRO

III - extintores e demais equipamentos de incêndio, observadas as prescrições dos órgãos competentes;

IV - espaço para instalação de telefone público;

V - perfeitas condições de funcionamento, higiene e limpeza do estabelecimento, atendendo convenientemente o público usuário consumidor;

VI - em lugar visível do estabelecimento, mapas e informações turísticas do Município;

VII - sistema de iluminação dirigida, foco de luz voltado exclusivamente para baixo e com luminárias protegidas lateralmente para evitar o ofuscamento dos motoristas e não perturbar os moradores das adjacências;

VIII - a área não edificada dos postos será pavimentada em concreto, asfalto, paralelepípedo ou similar, não tendo escoamento das águas de áreas de lavagem para os logradouros públicos;

IX - área coberta, com pé direito superior a 5m (cinco metros) na área de abastecimento, cuja cobertura se prolongará até as instalações administrativas;

X - área para estacionamento de veículos segundo este Código.

Art. 150. O requerimento para instalação de estabelecimento de comércio de combustível deverá ser acompanhado de planta de localização dos aparelhos, devidamente cotados.

Subseção III

Da Localização

Art. 151. Somente serão aprovados projetos para a construção de estabelecimento de comércio varejista de combustíveis e serviços na área urbana se atendidas as seguintes exigências:

I - rua possuir largura mínima de 12m (doze metros), incluindo passeio;

II - área do terreno não inferior a 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), para os postos localizados as margens das rodovias.

III - área de projeção da edificação não deverá ser inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e nem superior a 50% (cinquenta por cento) da área do terreno;

IV - distar no mínimo 200,00m (duzentos metros) de: escolas, creches, asilos, igrejas, clubes, hospitais e locais de grande concentração de pessoas.

Subseção IV

Do Meio-Fio e Passeios

Art. 152. Quando não houver muros no alinhamento do lote, este terá uma mureta com 0,30m (trinta centímetros) de altura para evitar a passagem de veículos sobre o passeio.

Art. 153. O rebaixamento dos meios-fios para o acesso aos postos será executado mediante alvará a ser expedido pela Municipalidade.

Subseção V

Do Alvará de Funcionamento

Art. 154. Não será concedido alvará de licença para as atividades mencionadas neste Código sem que o requerente tenha o seu projeto de edificação aprovado pela Municipalidade.

Art. 155. As transgressões às exigências prescritas nesta Subseção sujeitarão os infratores à multa por infração, prevista por este Código, acrescida em 20% (vinte por cento) em caso de reincidência.

Art. 156. Não se aplicam as normas estabelecidas no presente Código, exceto o definido na Subseção IV, Seção III, deste Capítulo, aos estabelecimentos em funcionamento, na data de publicação desta.

Art. 157. Se a multa revelar-se inócua para fazer cessar a infração, o órgão competente poderá efetuar cassação de licença para localização do estabelecimento.

Seção IV

Mobiliário Urbano

Art. 158. O mobiliário urbano deverá ser construído atendendo normas técnicas da ABNT, que trata da adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoas portadoras de necessidades especiais.

Parágrafo único. A instalação de equipamentos ou mobiliário de uso comercial ou de serviços, em logradouro público reger-se-á pelo Código de Posturas, obedecidos aos critérios de localização e uso aplicáveis a cada caso.

CAPÍTULO IV DAS EDIFICAÇÕES MISTAS

Art. 159. As edificações mistas são aquelas destinadas a abrigar as atividades de diferentes usos.

Art. 160. Nas edificações mistas onde houver uso residencial serão obedecidas as seguintes normas:

I - no pavimento de acesso e ao nível de cada piso, os halls, as circulações, horizontais e verticais, relativas a cada uso, serão obrigatoriamente independentes entre si;

II - os pavimentos destinados ao uso residencial serão agrupados continuamente horizontal ou verticalmente na mesma prumada;

III - as vagas de estacionamento serão separadas, sendo que no caso de uso misto com garagens ou estacionamentos com finalidade comercial, as vagas serão independentes e diferenciadas.

Parágrafo único. Será permitido o uso de um único acesso e uma única circulação vertical, quando não exceder a 4 (quatro) pavimentos, e as unidades residenciais estiverem localizadas nos últimos pavimentos, os quais deverão ter uso exclusivamente residencial.

TÍTULO IV DAS EDIFICAÇÕES

CAPÍTULO I DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL

Seção I Dos Materiais de Construção

Art. 161. Os materiais de construção, seu emprego e técnica de utilização deverão satisfazer as especificações e normas oficiais da ABNT.

Art. 162. Para efeito deste Código consideram-se "Materiais Incombustíveis" o concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pelas especificações da ABNT.

Parágrafo único. Poderão ser utilizados containers para usos residenciais e comerciais desde que atendam todas as condições de segurança, higiene e conforto acústico e ambiental.

Seção II Do Preparo do Terreno, Escavações e Sustentação de Terra

Art. 163. Todo movimento de terra, tais como, cortes, escavações, aterros e terraplanagens, será precedido de projetos específicos, executado por profissional habilitado, mediante autorização da Municipalidade.

Art. 164. Os proprietários de terrenos ficam obrigados à fixação, estabilização ou sustentação das respectivas terras ou de terceiros se colocadas em risco, por meio de obras e medidas de precaução contra erosão do solo, desmoronamento de terras, escoamento de materiais, detritos e lixo para as valas, sarjetas e canalizações, pública ou particular, e logradouros públicos.

Art. 165. Deverá ser observado, ainda, a Lei do Plano Diretor, do Parcelamento do Solo Urbano e Tabelas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e nos artigos que dispõe sobre o assunto.

Art. 166. A responsabilidade das obras efetuadas por máquinas de terraplanagem é exclusiva do proprietário do imóvel.

Parágrafo único. Quando houver necessidade de cortes, escavações e aterros para a execução da obra principal, a contenção do aterro deverá ser feita antes da obra principal.

Art. 167. É expressamente proibida a abertura de ruas quando não previstas pelo Plano Diretor ou não pertencerem a projetos de loteamentos aprovados pela Municipalidade.

Seção III Das Fundações

Art. 168. O projeto e execução de uma fundação, assim como as respectivas sondagens, o exame de laboratório, provas de carga e outras que se fizerem necessárias, serão feitas de acordo com as normas adotadas ou recomendadas pela ABNT e por profissionais devidamente habilitados.

Seção IV Das Estruturas

Art. 169. O projeto e a execução de uma estrutura obedecerão às normas da ABNT.

Art. 170. A movimentação dos materiais e equipamentos necessários à execução de uma estrutura deverá ser sempre feita dentro do espaço aéreo delimitado pelas divisas do lote, ou em lotes de terceiros quando por eles autorizado.

Parágrafo único. Na impossibilidade do cumprimento do disposto neste artigo, a Municipalidade definirá a solução mais adequada.

Art. 171. Aplica-se nesta Seção o art. 12, III, deste Código.

Seção V

Das Paredes

Art. 172. As paredes, quando executadas em alvenaria com tijolos furados deverão respeitar as espessura mínima da ABNT:

Parágrafo único. Nas paredes que fazem divisas de lote, não será permitido a utilização de tijolos furados, elementos vazados ou tijolos de vidro para fins de ventilação e iluminação.

Art. 173. Quando forem empregadas paredes autoportantes em uma edificação, serão obedecidas as respectivas normas da ABNT, para os diferentes tipos de material utilizado.

Art. 174. Todas as paredes das edificações serão revestidas internamente de emboço e reboco.

Parágrafo único. O revestimento será dispensado:

I - quando a alvenaria for convenientemente rejuntada e receber cuidadosamente acabamento;

II - em se tratando de parede de concreto que haja recebido tratamento de impermeabilidade;

III - quando convenientemente justificado no projeto;

IV - quando for empregado tijolo à vista tratado;

V - quando se tratar de outro material adequado para divisórias.

Subseção Única

Das Paredes Cegas

Art. 175. Uma edificação quando construída nas divisas laterais do lote não poderá ocupar com parede cega da edificação mais de 75% (setenta e cinco por cento) do comprimento total da linha divisória.

§ 1º A área restante só poderá ser ocupada com muro.

§ 2º Executam-se do previsto neste artigo os casos permitidos na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 3º Uma edificação só poderá ser construído na divisa, com parede cega, até o segundo pavimento, desde que, estes, sejam utilizados para uso comercial e/ou garagens.

Art. 176. As paredes cegas que constituírem divisões entre habitações distintas, ou estejam nas divisas do lote deverão ter no mínimo 0,2m (vinte centímetros) de espessura.

Parágrafo único. As espessuras poderão ser alteradas quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo, os mesmos índices de resistência, impermeabilidade, isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

Seção VI

Das Coberturas

Art. 177. As coberturas das edificações serão construídas com materiais que permitam perfeita impermeabilização.

Parágrafo único. Não serão permitidas coberturas fixas ou móveis, no recuo frontal.

Art. 178. Nas edificações destinadas a locais de reunião e trabalho, as coberturas serão construídas em material incombustível.

Art. 179. As águas pluviais provenientes das coberturas serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságue sobre os lotes vizinhos ou sobre o passeio.

Seção VII

Das Portas

Art. 180. As portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, terão largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que se dá acesso, exceto para as atividades específicas detalhadas na própria Seção:

I - quando de uso privativo, a largura mínima será de 0,8m (oitenta centímetros);

II - quando de uso coletivo, a largura livre deverá corresponder a 0,01m (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para os compartimentos, respeitando o mínimo de 1,2m (um metro e vinte centímetros).

Parágrafo único. As portas de acessos a sanitários e banheiros, terão largura mínima de 0,60m (sessenta centímetros).

Seção VIII

Das Circulações em um Mesmo Nível

Art. 181. As circulações em um mesmo nível, de utilização privativa em uma unidade residencial ou comercial, terão largura mínima de 0,9m (noventa centímetros) para uma extensão de até 6m (seis metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso.

Art. 182. Os corredores de utilização coletiva terão as seguintes dimensões mínimas:

I - uso residencial - Largura Mínima de 1,2m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;

II - uso comercial - Largura Mínima de 1,2m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,1m (dez centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;

III - o Acesso aos locais de reunião, deverá obedecer a largura mínima de 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros) para os locais cuja área destinada à assentos seja igual ou inferior a 500m² (quinhentos metros quadrados). Excedida esta área, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura para cada metro quadrado de excesso;

IV - nos hotéis e motéis, a largura mínima será de 1,8m (um metro e oitenta centímetros) para uma extensão máxima de 15m (quinze

metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,1m (dez centímetros) na largura para cada metro ou fração;
V - as galerias de lojas comerciais terão a largura mínima de 3m (três metros) para cada extensão de no máximo 15m (quinze metros), para cada 5m (cinco metros) ou fração de excesso, essa largura será aumentada de 10% (dez por cento).

Subseção Única Dos Halls

Art. 183. O hall é o elemento de circulação que estabelece a conexão das circulações verticais com as de um mesmo nível e apresenta-se como:

- I - hall do Pavimento de acesso que faz conexão com o logradouro;
- II - hall de cada pavimento.

Art. 184. Nos edifícios de uso comercial o hall do pavimento de acesso e o hall de cada pavimento deverão ter área proporcional ao mínimo de elevadores de passageiros e ao número de pavimentos da edificação.

Parágrafo único. Essa área "S" deverá ter uma dimensão linear mínima "D", perpendicular às portas dos elevadores e que deverá ser mantida até o vão de acesso do hall.

Art. 185. As áreas e distâncias mínimas a que se refere o art. 184 atenderão ao seguinte:

Hall do Pavimento de Acesso	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Até 8 Pavimentos	S D	8 m² 2 m	10m² 2,5m	18m² 3m
Hall de cada Pavimento	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Até 8 Pavimentos	S D	4 m² 1,5 m	5 m² 1,5m	9 m² 1,8m

10% (dez por cento) a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Hall do Pavimento de Acesso	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Acima de 8 Pavimentos	S D	15 m² 3 m	18m² 3m	25m² 3,5m
Hall de cada Pavimento	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Acima de 8 Pavimentos	S D	8 m² 2 m	9 m² 2m	12 m² 2,5m

10% (dez por cento) a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Art. 186. Nos edifícios residenciais dotados de elevadores, o hall do pavimento de acesso poderá ter área igual a do hall de cada pavimento.
Parágrafo único. Essa área "S2" e sua dimensão "D2" linear perpendicular às portas dos elevadores, não poderão ter dimensões inferiores às estabelecidas na seguinte tabela:

Hall Acesso	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Até 8 Pavimentos	S D	8 m² 2 m	10m² 2,5m	18m² 3m
Hall de cada Pavimento	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Até 8 Pavimentos	S D	3 m² 1,5 m	6 m² 1,5m	9 m² 1,5m

10% a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
.Hall Acesso	Acima de 8 Pavimentos	S D	15 m ² 3 m	18m ² 3m	25m ² 3,5m
Hall de cada Pavimento	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Acima de 8 Pavimentos	S D	6 m ² 2 m	10 m ² 2m	12 m ² 2m

10% a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Art. 187. No caso das portas dos elevadores serem frontais umas às outras, as distâncias "D" e "D2" estabelecidas nos artigos 185 e 186, serão acrescidas de 50% (cinquenta por cento).

Art. 188. Nos edifícios servidos apenas por escadas e/ou rampas, serão dispensados dos halls em cada pavimento e o hall de acesso não poderá ter largura inferior a 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 189. Nos edifícios, seja de uso residencial, seja de uso comercial, haverá, obrigatoriamente, interligação entre o hall de cada pavimento e circulação vertical, seja esta por meio de escada, seja por meio de rampas.

Art. 190. As dimensões mínimas dos halls e circulações estabelecidas nesta Seção e Subseção determinarão espaços livres e obrigatórios, não sendo permitida a existência de qualquer obstáculo de caráter permanente ou transitório.

Seção IX Da Circulação de Níveis Diferentes

Art. 191. Os elementos de circulação que estabelecem a ligação de dois ou mais níveis consecutivos são:

- I - escadas;
- II - rampas;
- III - escadas rolantes;
- IV - elevadores.

Subseção I Das Escadas

Art. 192. As escadas podem ser privativas quando adotadas para acesso interno das residências e de uso exclusivo de uma unidade autônoma ou coletiva quando adotadas para acesso às diversas unidades autônomas e acessos internos de uso comum.

Art. 193. As escadas de uso privativo, dentro de uma unidade familiar, bem como as de uso nitidamente secundário e eventual, como as de adega, pequenos depósitos e casas de máquinas, poderão ter sua largura reduzida para um mínimo de 0,7m (setenta centímetros).

Art. 194. As escadas de uso coletivo nas edificações em geral, terão largura mínima de 1,2m (um metro e vinte centímetros) e deverão ser construídas com material incombustível.

§ 1º Nas edificações destinadas a locais de reunião, o dimensionamento das escadas deverá atender ao fluxo de circulação de cada nível contíguo (superior ou inferior) de maneira que no nível de saída do logradouro haja sempre um somatório de fluxos correspondentes à lotação total.

§ 2º As escadas de acesso às localidades elevadas nas edificações que se destinam a locais de reunião deverão atender as seguintes normas:

- a) Ter largura mínima de 2m (dois metros);
 - b) O lance extremo que se comunicar com a saída deverá estar orientado na direção desta.
- § 3º Nos estádios as escadas das circulações dos diferentes níveis deverão ter largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) para cada mil pessoas e nunca inferior a 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros).
- § 4º Nas escadas de uso coletivo, sempre que o número de degraus consecutivos exceder de 16 (dezesesseis) será obrigatório intercalar um patamar com extensão mínima de 0,8m (oitenta centímetros) e com a mesma largura do degrau.
- § 5º Nas escadas circulares coletivas deverá ficar assegurada uma faixa de 1,2m (um metro e vinte centímetros) de largura, na qual os pisos dos degraus terão as profundidades mínimas de 0,2m (vinte centímetros) e 0,4m (quarenta centímetros) nos bordos internos e externos, respectivamente.
- § 6º Os degraus de escadas de uso coletivo não poderão ser desenvolvidos em leques.

Art. 195. As dimensões dos degraus deverá satisfazer, em conjunto, a relação:

$0,63\text{ m} < 2E + P < 0,64\text{ m}$ onde "E" equivale a altura ou espelho e "P" a profundidade do piso obedecendo os seguintes limites:

- I - a altura máxima do degrau será de 0,18m (dezoito centímetros) e a largura mínima será de 0,27m (vinte e sete centímetros) para escadas de uso coletivo;
- II - para edificações unifamiliares, nas escadas de uso privativo, a altura máxima será de 0,195m (dezenove centímetros e meio) e largura mínima de 0,25m (vinte e cinco centímetros).

Art. 196. As escadas do tipo "marinheiro", "caracol" ou "leque" só serão acessos a torres, adegas, mezaninos, casa de máquinas, sobrelojas

ou antepisos de uma mesma unidade residencial.

Art. 197. As escadas deverão oferecer passagem livre com altura nunca inferior a 2,1m (dois metros e dez centímetros).

Art. 198. As escadas de uso comum ou coletivo terão obrigatoriamente corrimão (mesmo entre paredes) de ambos os lados, obedecendo aos requisitos seguintes:

I - manter-se-ão a uma altura constante, situada entre 0,80m (oitenta centímetros) e 0,9m (noventa centímetros), acima da borda do piso dos degraus;

II - somente serão fixados pela sua face inferior;

III - terão largura mínima de 0,06m (seis centímetros);

IV - estarão afastados das paredes, no mínimo 0,04m (quatro centímetros).

Art. 199. Os edifícios com 04 (quatro) ou mais pavimentos deverão dispor de:

I - um saguão ou patamar de escada independente do hall de distribuição;

II - iluminação natural ou sistema de emergência para alimentação da iluminação artificial na caixa de escada.

Art. 200. As escadas deverão ainda observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros.

Art. 201. As escadas de uso coletivo deverão observar as exigências das normas da ABNT.

Subseção II

Das Rampas

Art. 202. No emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, aplicam-se as mesmas exigências ao dimensionamento e especificações de materiais fixadas para as escadas.

Art. 203. As rampas para pedestres não poderão apresentar declividade superior a 8,33%, salvo em reformas, quando esgotadas as possibilidades de soluções que respeitem a porcentagem estabelecida neste artigo, podendo no máximo, apresentar uma inclinação de 12,5%.

§ 1º Se a declividade for superior a 6% (seis por centos), o piso deverá ser revestido com material antiderrapante e o corrimão prolongado em 0,30m (trinta centímetros) nos dois finais da rampa.

§ 2º As rampas para uso coletivo deverão possuir largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e possuir corrimão nos dois lados.

§ 3º As saídas e entradas das rampas de uso coletivo deverão ter patamar livre com diâmetro de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para acesso de portadores de necessidades especiais.

§ 4º As rampas deverão observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros, diferenciadas em função do número de pavimentos da edificação.

§ 5º Nenhuma porta poderá abrir de forma à obstruir o movimento nos patamares intermediários iniciais ou finais de uma rampa.

Art. 204. As rampas para acesso de veículos não poderão ter declividade superior a 30% (trinta por cento), salvo quando a obra receber obra de contenção, estabilização e drenagem e outras capazes de neutralizar as ações de risco do local.

Parágrafo único. As rampas de acesso para veículos e outros deverão ter início nas áreas limítrofes do terreno e nunca oferecer obstáculos para os pedestres.

Subseção III

Das Escadas Rolantes

Art. 205. As escadas rolantes estarão sujeitas às normas técnicas da ABNT e não serão computadas no cálculo do escoamento de pessoas da edificação, nem no cálculo de largura mínima das escadas fixas.

Subseção IV

Dos Elevadores

Art. 206. Os edifícios comerciais ou multifamiliares inferiores a quatro (04) pavimentos deverão ser providos de espaço de previsão para instalação de elevadores atendendo à legislação e normas de acessibilidade, sendo que a instalação de equipamento fica vinculada à necessidade nos edifícios.

§ 1º O número de elevadores de cada prédio e sua capacidade deverá estar de acordo com as normas da ABNT em vigor na ocasião da aprovação do projeto pela Municipalidade, seja em relação ao seu dimensionamento, instalação ou utilização, cálculo, tráfego e intervalo de tráfego comprovados através de laudo emitido pelo responsável técnico da obra.

§ 2º O térreo contará como 02 (dois) pavimentos quando seu pé direito for superior a 6m (seis metros).

§ 3º Sempre que o pé direito por pavimento ultrapassar a 2,7m (dois metros e setenta centímetros) será contado como novo pavimento.

§ 4º As unidades situadas no último pavimento poderão deixar de ser servidas por elevador desde que o pavimento imediatamente inferior seja servido por, pelo menos, 1 (um) ou 2 (dois) elevadores, tendo aquelas unidades acesso direto aos mesmos elevadores.

§ 5º Nos edifícios hospitalares, asilos e hotéis com mais de 2 (dois) pavimentos, será obrigatória a instalação de elevadores.

Art. 207. Excluem-se do cálculo da altura para instalação do elevador:

I - as partes sobrelevadas destinadas à casa de máquinas, caixas de água, casa do zelador e áreas de lazer ou recreação;

II - o último pavimento quando de uso exclusivo do penúltimo ou ático.

Art. 208. Quando a edificação possuir mais de um elevador as áreas de acesso aos mesmos devem estar interligadas em todos os pavimentos.

Parágrafo único. Excluem-se desta exigência os elevadores digitados através de senha ou com usos diferenciados.

Art. 209. Será exigido elevador em edifício garagem sempre que ele for constituído de térreo com mais 03 (três) lajes.

§ 1º O subsolo deve ser servido, mas não entra no cômputo geral.

§ 2º Somente será dado o desconto referido no parágrafo anterior a um nível de subsolo.

Art. 210. Os elevadores não poderão ser o único meio de acesso aos pavimentos superiores ou inferiores da edificação.

Seção X

Dos Mezaninos

Art. 211. A construção de mezaninos ou jirais só será permitida, quando satisfazer as seguintes condições:

I - não prejudicar as condições de iluminação e ventilação do compartimento onde for construído;

II - ter sua área adicionada para efeito de cálculo dos vãos de iluminação e ventilação à área do pavimento inferior (considerando-se o mezanino como compartimento habitável);

III - ocupar área de no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do compartimento a que serve;

IV - ter altura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e deixar com essa mesma altura o espaço que ficar sob sua projeção no piso do compartimento onde for construído;

V - o acesso ao mezanino deverá ser adaptado conforme as normas de acessibilidade.

Seção XI

Das Chaminés

Art. 212. A chaminé de qualquer natureza, em uma edificação terá altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou resíduos que possam expelir, não incomodem a vizinhança.

Parágrafo único. Independente da exigência do parágrafo anterior, ou no caso da impossibilidade de seu cumprimento, deverá ser obrigatória a instalação de aparelho fumívoro conveniente.

Seção XII

Dos Tapumes, Andaimes e Telas de Proteção

Art. 213. Será obrigatória a colocação de tapume em toda a testada do lote, sempre que se execute obras de construção, reforma, ampliação ou demolição, nos seguintes casos:

I - para obras até 3m (três metros) do alinhamento dos logradouros públicos;

II - para todos os edifícios com mais de 2 (dois) pavimentos, qualquer que seja o afastamento.

III - para qualquer obra que, a critério da Municipalidade, ofereça perigo aos transeuntes.

§ 1º O tapume deverá ser mantido enquanto perdurarem as obras que possam afetar a segurança dos pedestres que utilizarem os passeios dos logradouros.

§ 2º O tapume de que trata este artigo deverá atender às seguintes normas:

a) a faixa compreendida pelo tapume não poderá ter largura superior à metade da largura do passeio (não computada a área do canteiro quando existir), nem exceder a 2m (dois metros);

b) quando for construído em esquinas de logradouros, as placas existentes indicadoras do tráfego de veículos e outras de interesse público, serão, mediante prévio entendimento com o órgão competente em matéria de trânsito transferidas para o tapume e fixadas de forma a serem bem visíveis;

c) a sua altura não poderá ser inferior a 3m (três metros) e terá bom acabamento;

d) quando executado formando galerias para circulação de pedestres, será permitida a existência de compartimentos superpostos, como complemento da instalação do canteiro da obra, respeitada sempre a norma contida na alínea "a" deste parágrafo, desde que os limites destes compartimentos fiquem contidos até 0,5m (cinquenta centímetros) de distância do meio-fio.

Art. 214. Nas edificações afastadas mais de 3m (três metros) em relação ao alinhamento do logradouro, o tapume não poderá ocupar o passeio.

Art. 215. Os tapumes deverão apresentar perfeitas condições de segurança em seus diversos elementos e garantir efetiva proteção às árvores, aparelhos de iluminação pública, postes e outros dispositivos existentes, sem prejuízo da completa eficiência de tais aparelhos.

Art. 216. Para as obras de construção, elevações, reparos e demolições de muros até 3m (três metros) não há obrigatoriedade de colocação de tapume.

Art. 217. Os tapumes deverão ser periodicamente vistoriados pelo construtor, sem prejuízo de fiscalização pela Municipalidade, a fim de ser verificada sua eficiência e segurança.

Art. 218. Durante a execução da obra será obrigatório a colocação de andaime de proteção do tipo "bandeja salva-vidas", para edifícios de três pavimentos ou mais.

§ 1º Os andaimes terão que garantir perfeitas condições de segurança de trabalho para os operários, de acordo com a legislação federal que trata deste assunto.

§ 2º As "bandejas salva-vidas" constarão de um estrado horizontal de 1,2m (um metro e vinte centímetros) de largura mínima com guarda-corpo até a altura de 1m (um metro), este tendo inclinação aproximada de 135º (cento e trinta e cinco graus), em relação ao estrado horizontal.

Art. 219. No caso de emprego de andaimes mecânicos suspensos (Balancim), estes deverão ser dotados de guarda-corpo com altura de 1,2m (um metro e vinte centímetros), exceto Balancim tipo Cadeirinha que deverá ter corda guia com cinto paraquedista com sistema de trava quedas.

Art. 220. Após o término das obras ou no caso de sua paralisação por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, os tapumes deverão ser recuados até o alinhamento e os andaimes retirados.

Art. 221. Será obrigatório o uso de tela de proteção para construções acima de 2 (dois) pavimentos.

Art. 222. Os tapumes, andaimes e telas de proteção, além das normas estabelecidas nesta Seção, deverão atender o disposto no Código de Posturas do Município de Ouro.

Seção XIII Dos Compartimentos

Subseção I Da Classificação

Art. 223. Para efeito do presente Código, o destino dos compartimentos não será considerado apenas pela denominação em planta, mas também pela sua finalidade lógica decorrente da sua disposição no projeto.

Art. 224. Os compartimentos das edificações, conforme a sua utilização pelos seres humanos, são classificados em:

- I - habitáveis;
- II - não habitáveis.

Art. 225. Os compartimentos habitáveis são:

- I - dormitório;
- II - salas;
- III - salas de aula, laboratórios didáticos, bibliotecas;
- IV - laboratórios, enfermarias, ambulatórios e consultórios;
- V - lojas e sobrelojas;
- VI - salas destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais;
- VII - locais de reunião.

Art. 226. Os compartimentos não habitáveis são:

- I - salas de espera em geral;
- II - cozinhas e copas;
- III - banheiros e sanitários;
- IV - circulações em geral;
- V - garagens;
- VI - frigoríficos e depósitos para armazenagem;
- VII - vestiários de utilização coletiva;
- VIII - câmaras escuras;
- IX - casas de máquinas;
- X - locais para depósito de lixo;
- XI - área de serviço coberta;
- XII - subsolo.

Art. 227. Compartimentos com outras destinações ou particularidades especiais serão classificados com base na similaridade com os usos listados nos artigos 225 e 226 e observadas as exigências de higiene, salubridade e conforto de cada função e atividade.

Subseção II Dos Requisitos Mínimos

Art. 228. Os compartimentos obedecerão aos limites mínimos para os seguintes elementos da construção:

- I - área de piso;
- II - dimensão mínima;
- III - altura;
- IV - vão de iluminação e ventilação;
- V - vão de acesso.

Parágrafo único. Os limites mínimos dimensionados para cada tipo de utilização e referidos neste artigo são estabelecidos nas tabelas desta subseção.

Art. 229. A dimensão estabelecida como altura mínima de um compartimento, quando houver rebaixamento de forro, ou forro inclinado, será aquela tomada pela média da altura máxima e mínima.

Art. 230. A subdivisão do compartimento, com paredes que cheguem até o teto será permitida quando os compartimentos resultantes atenderem, total e simultaneamente, a todas as normas deste Código no que lhes forem aplicáveis.

Art.231. Os compartimentos habitáveis obedecerão às condições seguintes, quanto às dimensões mínimas:

Dimensões Mínimas dos Compartimentos Permanentes

Compartimentos	Área (m²)	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura dos Vãos (m)
1º Dormitório ou Único	9,00	2,40	2,60	0,70
Demais Dormitórios	7,00	2,40	2,60	0,70
Salas	9,00	2,40	2,60	0,80
Lojas	25,00	3,00	3,00	0,80
Compartimentos	Área (m²)	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura dos Vãos (m)
Boxe e "Stands"	12,00	2,80	2,40	1,00
Salas Comerciais	15,00	2,80	3,00	0,80
Sobrelojas	12,50	2,80	2,40	0,80

§ 1º Os locais de reunião classificam-se como compartimentos habitáveis, apresentam características especiais de iluminação e ventilação, sendo os valores mínimos de suas áreas, alturas, diâmetros e vãos de acesso, definidos em função de normas específicas estipuladas por este Código.

§ 2º Os dormitórios não poderão ter comunicação direta com cozinha, despensa ou depósitos.

Art. 232. Os compartimentos não habitáveis obedecerão às seguintes condições, quanto às dimensões mínimas:

Dimensões Mínimas dos Compartimentos Transitórios

Compartimentos	Área (m²)	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura Dos Vãos (m)
Cozinha	3,00	1,50	2,40	0,80
Banheiro	3,00	1,20	2,40	0,60
Lavabo	1,20	0,80	2,40	0,60
Área de Serviço	2,25	1,30	2,40	0,70
Circulações Cobertas	-	0,90	2,40	0,80
Garagens	12,00	2,40	2,40	2,50
Closed	-	1,30	2,40	0,60

§ 1º Os banheiros e instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com copas, cozinhas e despensas destinadas à guarda de gêneros alimentícios.

§ 2º Quanto ao revestimento destes compartimentos, deverá ser observado o que segue:

a) as cozinhas, banheiros, lavatórios, instalações sanitárias e locais para despejo do lixo terão paredes até a altura mínima de 1,5m (um metro e cinq- enta centímetros) e o piso, revestido de material impermeável com as características de impermeabilização dos azulejos ou ladrilhos cerâmicos;

b) será permitido nas garagens, terraços e casas de máquinas o piso em cimento, devidamente impermeabilizado.

§ 3º As circulações de que trata este artigo referem-se ao uso interno das unidades residenciais.

Seção XIV

Da Iluminação e Ventilação

Subseção I

Da Iluminação e Ventilação das Edificações

Art. 233. Os prismas externos de iluminação e ventilação terão suas faces verticais definidas:

I - pelas paredes externas da edificação;

II - pelas paredes externas da edificação e divisa ou divisas do lote;

III - pelas paredes externas da edificação e divisa ou divisas do lote e linha de afastamento (quando esta existir);

IV - pelas paredes da edificação e linha de afastamento (quando esta existir).

Art. 234. As dimensões da seção horizontal dos prismas a que se referem esta Seção terão que ser constantes em toda altura da edificação.

Art. 235. As Seções horizontais mínimas dos prismas a que se refere esta Seção serão proporcionais ao número de pavimentos, conforme tabela:

Dimensões Mínimas das Seções Horizontais dos Prismas ao Nível do Último

Número de Pavimentos	Prisma de Iluminação e Ventilação		Prisma de Ventilação (Interno)	
	Área Mínima (m²)	Círculo Insc. Mín. (m)	Área Mínima (m²)	Círculo Insc. Mín. (m)
Até 02	4,20	1,50	1,20	0,90
Até 03	4,90	1,75	1,20	0,90

Até 04	5,60	2,00	1,30	1,00
--------	------	------	------	------

Parágrafo único. As dimensões mínimas da Tabela deste artigo são válidas para as alturas de compartimentos de até 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros). Quando essas forem superiores a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros) para cada metro de acréscimo na altura do compartimento, as dimensões mínimas estabelecidas neste artigo serão aumentadas de 10% (dez por cento).

Subseção II

Da Iluminação e Ventilação dos Compartimentos

Art. 236. Todos os compartimentos deverão ter comunicação com o exterior podendo ser:

- I - direta - onde a ventilação e a iluminação acontecem diretamente com o exterior, através de prisma de iluminação e ventilação externo ou não;
 II - indireta - onde a ventilação ou a iluminação acontecem através de um outro compartimento, duto mecânico ou prisma de iluminação e ventilação interno.

Art. 237. Os compartimentos habitáveis definidos nesta seção, deverão possuir vãos de iluminação de forma direta.

Art. 238. Os compartimentos não habitáveis poderão receber ventilação e iluminação de forma indireta.

Parágrafo único. As cozinhas poderão receber iluminação e ventilação de forma indireta através de uma área de serviço.

Art. 239. Somente poderão comunicar-se com o exterior com dutos de ventilação, os seguintes compartimentos:

I - habitáveis:

- Auditórios e centros de convenção;
- Cinemas;
- Teatros;
- Salas de exposições;
- Boates e salões de danças;
- Bancos e lojas comerciais.

II - não habitáveis:

- Circulações;
- Banheiros, lavatórios e instalações sanitárias;
- Salas de espera em geral;
- Subsolos.

Parágrafo único. Os locais de reunião mencionados neste artigo deverão prever equipamentos mecânicos de renovação ou condicionamento de ar, quando se comunicarem com o exterior através de dutos horizontais ou verticais.

Art. 240. Os vãos de iluminação e ventilação quando vedados, deverão ser providos de dispositivos que permitam a ventilação permanente dos compartimentos.

Art. 241. Quando a ventilação e/ou iluminação se derem de forma indireta deverá ser observado:

- I - quando duto, inscrição de um círculo livre de no mínimo 0,7m (setenta centímetros) em seu interior;
 II - quando compartimento não habitável, atendimento de 1/8 (um oitavo) de área a ventilar e iluminar do compartimento a que serve;
 III - quando duto mecânico, de eficiência comprovada e controlada.

§ 1º Os dutos verticais para ventilação, deverão ainda, ter revestimento interno liso sem comportar cabos, canalizações, estrangulamento da seção por elementos estruturais e tubos de queda.

§ 2º Os dutos horizontais de ventilação deverão ainda:

- Ter proteção contra alojamento de animais;
- Ter abertura mínima para o exterior igual à sua seção;
- Ter altura mínima de 0,2m (vinte centímetros);
- Ter comprimento máximo de 6m (seis metros), exceto no caso de abrir para o exterior em extremidades opostas.

Art. 242. O vão que ventila um terraço coberto terá sua largura igual a dimensão desse terraço, adjacente ao prisma de ventilação que com ele se comunica. A largura mínima desse vão será de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) e sua altura não poderá ser inferior a 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 243. Nenhum vão de iluminação ou duto de ventilação que se comunique com o exterior, através de terraços cobertos, poderá distar-se mais de 2m (dois metros) dos limites da largura estabelecida pelo artigo anterior.

Art. 244. Nenhum vão será considerado como iluminando e ventilando pontos de compartimentos que dele distem mais de duas vezes e meia o valor da altura desse compartimento, quaisquer que sejam as características dos prismas de iluminação e ventilação ou só de ventilação.

Art. 245. A soma total das áreas dos vãos de iluminação de um compartimento, assim como a seção dos dutos de ventilação, terão seus valores mínimos expressos em fração desse compartimento, conforme tabela seguinte:

Compartimento	Vãos que se Comunicam Diretamente com Exterior	Comunicação Através dos Dutos - Seção Mínima
---------------	--	--

Habitáveis	1/6	+ 25%
Não Habitáveis	1/8	1/6

+ Variável, compatível com o volume de ar a renovar ou condicionar.

Parágrafo único. Nenhum vão destinado a iluminar um compartimento poderá ter área inferior a 20cm² (vinte centímetros quadrados), quaisquer que sejam as características dos prismas de iluminação e ventilação, ou só de ventilação.

Seção XV

Dos Reservatórios de Água

Art. 246. Toda edificação deverá possuir pelo menos um reservatório de água própria.

Parágrafo único. Nas edificações em mais de uma unidade independente que tiverem reservatórios de água comum, o acesso aos mesmos e ao sistema de controle de distribuição, se fará obrigatoriamente através de partes comuns.

Art. 247. Os reservatórios de água serão dimensionados pela estimativa de consumo mínimo de água por edificação, conforme norma técnica da ABNT.

Art. 248 .Os reservatórios deverão possuir:

I - cobertura que não permita a poluição da água;

II - torneira bóia que regule automaticamente a entrada de água no reservatório;

III - extravasor (ladrão) com diâmetro superior ao tubo alimentador, com descarga em um ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira bóia;

IV - canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório.

Art. 249. As novas construções, com áreas construídas superiores a 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) deverão, obrigatoriamente, possuir reservatório inferior (cisternas) para usos secundários e as edificações existentes que instalem sistema de cisterna, receberão incentivo, conforme regulamentação posterior.

§ 1º As edificações com área acima de 150m²(cento e cinquenta metros quadrados) deverão colocar reservatório (cisterna) com, no mínimo, 500 (quinhentos) litros; edificações de 201m² (duzentos e um metros quadrados) até 300m² (trezentos metros quadrados) colocar reservatório mínimo de 1.000 (mil) litros e acima de 301m² (trezentos e um metros quadrados) reservatório mínimo de 2.000 (dois mil) litros.

§ 2ºAs cisternas deverão ser construídas com paredes impermeabilizadas e com todas as demais condições para evitar a contaminação da água.

Art. 250. Quando instalados reservatórios inferior e superior, o volume de cada um será, respectivamente de 60% (sessenta por cento) e 40% (quarenta por cento) do volume total calculado.

Art. 251. Os motores e/ou bombas de recalque não poderão emanar ruídos que prejudiquem, principalmente no horário noturno, populações vizinhas.

CAPÍTULO II

DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

Art. 252. As instalações e equipamentos abrangem os conjuntos de serviços complementares executados durante a construção de um edifício, os quais deverão ser projetados, calculados e executados visando a segurança, a higiene e o conforto dos usuários, de acordo com as normas e especificações da ABNT, salvo os casos previstos nas Seções deste Capítulo, onde prevalecerá o determinado por este Código.

Art. 253. Este Capítulo trata das instalações e equipamentos:

I - de águas pluviais;

II - de sistemas hidráulico-sanitários;

III - de gás canalizado;

IV - de energia elétrica;

V - de distribuição interna da rede telefônica;

VI - de antenas de televisão;

VII - de depósito de lixo;

VIII - da extinção de incêndios;

IX - dos pára-raios;

X - de condicionamento ambiental;

XI - de insonorização.

Parágrafo único. As entradas, tomadas e dimensões das instalações prediais referidas no caput deste artigo, deverão obedecer às normas técnicas exigidas pelas concessionárias locais.

Seção I

Das Instalações de Águas Pluviais

Art. 254. O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a sarjeta será feito em canalização construída sob o passeio.

§ 1º Em casos especiais de inconveniência ou impossibilidade de conduzir as águas para as galerias de águas pluviais, essas águas poderão ser conduzidas para outro local adequado, após a aprovação pela Municipalidade.

§ 2º As despesas com a execução da ligação às galerias pluviais (quando existirem) correrão integralmente por conta do interessado.

§ 3º A ligação será concedida a título provisório, cancelável a qualquer momento pela Municipalidade, caso haja qualquer prejuízo ou inconveniência.

§ 4º Nos lotes devidamente registrados no Registro de Imóveis e cujas vias de circulação são patrimônio do município, as despesas com escoamento pluvial da referida via de circulação correrão por conta da Municipalidade.

Art. 255. Nas edificações construídas no alinhamento, as águas pluviais provenientes de telhados, balcões e marquises deverão ser captadas por meio de calhas e condutores.

Parágrafo único. Os condutores nas fachadas lindeiras à via pública serão embutidos até altura mínima de 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do nível do passeio.

Art. 256. As novas construções poderão apresentar projeto e execução de captação e armazenamento de águas pluviais por meio de reservatórios (cisternas).

Art. 257. Não será permitida a ligação de condutores de águas pluviais à rede de esgotos Cloacal.

Art. 258. As águas provenientes das coberturas e dos aparelhos de ar condicionado serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságue sobre lotes lindeiros ou no passeio da via de circulação.

Seção II

Das Instalações Hidrossanitárias

Art. 259. Todas as edificações em lotes com testada para logradouros que possuam redes de água potável e de esgoto, deverão, obrigatoriamente servir-se dessas redes.

Art. 260. Quando não existir rede de abastecimento de água na via pública, a edificação deverá possuir poço adequado para seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas servidas.

Art. 261. Quando não existir rede de esgotamento sanitário na via pública, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica e filtro, cujo efluente será lançado em poço absorvente (sumidouro) ou outra forma de tratamento mais adequado, levando-se em consideração a capacidade de absorção do solo, bem como o nível do lençol freático existente.

Art. 262. Será exigido fossa séptica e para tal, o efluente poderá ser tratado através de:

I - sumidouro;

II - vala de infiltração;

III - vala de filtração;

IV - filtro anaeróbio;

V - tratamento de esgoto coletivo.

Parágrafo único. Os novos loteamentos deverão ter rede de esgoto e tratamento coletivo do esgotamento sanitário, caso não possível a ligação à rede coletora de esgoto municipal.

Art. 263. Toda unidade residencial deverá possuir, no mínimo, um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório, uma pia de cozinha que deverão ter tratamento conforme as Normas Técnicas exigem.

Parágrafo único. Os vasos sanitários e mictórios serão providos de dispositivos de lavagem para sua perfeita limpeza.

Art. 264. Todos os aparelhos sanitários deverão ter superfície lisa e serem facilmente laváveis.

Art. 265. Os compartimentos sanitários terão uma caixa autosifonada provida de inspeção, que receberá as águas servidas dos lavatórios, bidês, banheiras e chuveiros, não podendo estes aparelhos ter comunicação com as tubulações dos vasos e mictórios.

Parágrafo único. Será obrigatório o uso de tubo de ventilação nos vasos sanitários e mictórios, com diâmetro mínimo de 40mm (quarenta milímetros).

Art. 266. Deverá ser elaborado teste de percolação do solo visando definir a capacidade de absorção do mesmo nas diferentes regiões da área urbana, para a indicação da medida correta no que se refere a tratamento de dejetos.

Art. 267. Toda tubulação de esgoto em contato com o solo deverá ser feita com PVC, manilhas cerâmicas ou material equivalente.

Art. 268. Em edificações com mais de um pavimento os ramais de esgoto serão ligados à rede principal por canalização vertical (tubo de queda).

Parágrafo único. Os ramais de esgoto dos pavimentos superiores e de tubo de queda deverão ser de material impermeável, resistente e com paredes internas lisas, não sendo permitido o emprego de manilhas cerâmicas.

Art. 269. A declividade mínima dos ramais de esgoto será de 1,5% (um e meio por cento).

Art. 270. É vedada, em qualquer hipótese a utilização das galerias das águas pluviais, bem como o sistema de drenagem pluvial (sarjetas e vias públicas) para o escoamento do esgoto sanitário "in natura".

Art. 271. A concessão de Certificado de Vistoria de Conclusão da Obra (Habite-se) deverá ser antecedida de vistoria da execução do sistema de tratamento de esgotamento sanitário, deixado a descoberto afim de comprovação da solução exigida pela Municipalidade.

Seção III Da Instalação de Gás Canalizado

Art. 272. A instalação de equipamento de distribuição interna de gás canalizado obedecerá ao disposto nas normas técnicas oficiais em vigor no país, bem como as normas de segurança contra incêndio da ABNT.

§ 1º É obrigatória a instalação de chaminés para descarga dos gases de combustão dos aquecedores a gás.

§ 2º Nos edifícios sem instalação central de gás, os compartimentos que possuem botijões de gás destinados a fogões e aquecedores deverão ter ventilação natural.

Art. 273. Nas edificações com obrigatoriedade de instalação de Central de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) - tipo de instalação em que os recipientes são situados num ponto centralizado e o gás é distribuído através de tubulações, medidores, posição (construção) de instalação, recuos, ventilação, sinalização e demais equipamentos de segurança necessários, deverão atender as normas de segurança contra incêndio do Corpo de Bombeiros.

Seção IV De Distribuição de Energia Elétrica

Art. 274. A instalação dos equipamentos de distribuição de energia elétrica nas edificações estará sujeita às normas da ABNT e regulamentação específica da concessionária local de energia.

Seção V Das Instalações de Distribuição Interna da Rede Telefônica

Art. 275. A instalação de equipamentos da rede telefônica estará sujeita às normas da concessionária local de telefonia.

Art. 276. Salvo nas edificações residenciais unifamiliares, nas quais é facultativo, em todas as demais é obrigatória a instalação de tubulações e caixas para serviços telefônicos.

§ 1º Em cada unidade autônoma, haverá no mínimo, instalação de tubulações para um aparelho.

§ 2º A tubulação para serviços telefônicos não poderá ser utilizada para outro fim.

Seção VI Das Instalações para Depósito de Lixo

Art. 277. Toda edificação, independente de sua destinação deverá ter local apropriado, desimpedido e de fácil acesso com capacidade adequada e suficiente para acomodar os diferentes componentes do resíduo sólido, obedecendo as normas estabelecidas pela autoridade competente.

Art. 278. Nas edificações multifamiliares e mistas, haverá local para depósito de lixo situado no térreo ou subsolo para acondicionamento geral.

§ 1º O depósito coletor de lixo deverá ter acesso direto da rua por passagem de dimensão mínima de 1,2m (um metro e vinte centímetros) de largura, e 2,4m (dois metros e quarenta centímetros) de altura e atender as normas estabelecidas neste Código.

§ 2º O depósito coletor geral deverá ter área mínima de 3m² (três metros quadrados).

§ 3º É proibida a utilização de tubos de queda para eliminação do lixo.

Art. 279. Não será permitida a colocação de suporte para lixo sobre os passeios públicos.

Parágrafo único. O suporte para colocação de lixo deve ser alocado sempre dentro do lote, no alinhamento, com lixeiras tipo gaveta, ou em reentrâncias criadas para este fim.

Art. 280. Os resíduos sólidos depois de recolhidos serão depositados em local ou locais indicados pela Municipalidade.

Art. 281. Conforme a natureza e volume do lixo ou resíduos sólidos, serão adotadas medidas especiais para sua remoção, obedecendo as normas estabelecidas pela Municipalidade, nos termos da regulamentação específica.

§ 1º Serão proibidos incineradores de resíduos sólidos em edificações residenciais, comerciais e de prestação de serviços.

§ 2º Os compartimentos destinados a incineração de resíduos hospitalares e congêneres deverão obedecer as normas específicas estabelecidas pelo órgão competente para sua construção e operação.

Art. 282. Toda edificação destinada à instalação de indústria poluente ficará obrigada à implantação de medidas para eliminar ou reduzir a níveis toleráveis o grau de poluição com o reaproveitamento de resíduos e subprodutos, obedecida a regulamentação pertinente.

Art. 283. Nos locais onde não houver coleta de lixo pela Municipalidade cada residência deverá apresentar uma solução individual para o lixo, sempre considerando a distância mínima recomendável de poços de abastecimentos de água da própria residência, como também de outras unidades, no que se refere ao isolamento dos resíduos e contaminação das águas subterrâneas.

Seção VII Das Caixas Receptoras de Correspondência

Art. 284. Nos edifícios residenciais, com mais de um pavimento e que não disponham de portaria, é obrigatória a instalação de caixas individuais para o depósito de objetos de correspondência.

Art. 285. Nos estabelecimentos bancários, hospitalares e de ensino, empresas industriais e comerciais, escritórios, repartições públicas, associações e outros edifícios não residenciais de ocupação coletiva, deve ser instalado, obrigatoriamente, local destinado ao recebimento de objetos de correspondência.

Art. 286. As caixas receptoras de correspondências serão instaladas nos muros, nos portões ou grades dos imóveis ou ainda, suportadas em pedestais, necessariamente em locais facilmente acessíveis da rua, evitando-se sua instalação em lugares onde forem de difícil acesso do carteiro.

Seção VIII

Das Instalações e Equipamentos para Extinção de Incêndios

Art. 287. Independente do número de pavimentos ou área construída todas as edificações deverão ter sistema de segurança contra incêndios de acordo com as disposições técnicas e normas do Corpo de Bombeiros, exceto as edificações residenciais.

Art. 288. Em qualquer caso, deverão ser atendidos os detalhes construtivos e colocação de peças especiais do Sistema Preventivo de Incêndio de acordo com as normas e padrões fornecidos pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 289. Independente das exigências deste Código, em relação às instalações preventivas de incêndio os edifícios existentes destinados à utilização coletiva, tais como escolas, hospitais, hotéis, motéis, casas de diversão, fábricas, grandes estabelecimentos comerciais e outros, ficam sujeitos a adotar em benefício da segurança do público, as medidas que forem julgadas convenientes pelo Corpo de Bombeiros ou pela Municipalidade.

Seção IX

Dos Para-Raios

Art. 290. Será obrigatória a instalação de pára-raios, conforme as normas estabelecidas pela ABNT e pelo Corpo de Bombeiros, nas edificações com 4 (quatro) ou mais pavimentos ou área construída superior a 750m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), além das seguintes:

I - aquelas que reúnam grande número de pessoas;

II - fábrica ou depósitos de explosivos ou inflamáveis;

III - torres e chaminés elevados em edificações isoladas e expostas.

Parágrafo único. O sistema de para-raios deve ser parte integrante do projeto das instalações elétricas, contendo sua especificação, localização, área de atuação e aterramento.

Art. 291. A fiscalização da correta execução da instalação de pára-raios será feita pelo Corpo de Bombeiros ou pela Municipalidade.

Seção X

Condicionamento Ambiental

Art. 292. A instalação do equipamento de condicionamento de ar está sujeito às normas técnicas oficiais.

Art. 293. É obrigatória a canalização dos fluidos condensados nos aparelhos de ar condicionado e similares, quando voltados para as vias ou logradouros públicos.

Parágrafo único. A canalização deverá ser compatível com a potência do equipamento, podendo ser aparente, conectada por tubos de queda ou às galerias de águas pluviais ou ainda lançadas nas sarjetas, por sob o passeio.

Seção XI

Insonorização

Art. 294. As edificações deverão receber tratamento acústico adequado, de modo a não perturbar o bem estar público ou particular, com sons ou ruídos de qualquer natureza, que ultrapassem os níveis máximos de intensidade permitidos pela legislação específica.

Parágrafo único. Instalações causadoras de vibrações ou choques deverão ter tratamento acústico para prevenir incômodos à vizinhança.

CAPÍTULO III

DOS COMPLEMENTOS DA EDIFICAÇÃO

Seção I

Da Vedação de Terrenos no Alinhamento dos Logradouros Públicos

Art. 295. São considerados vedações no alinhamento predial dos logradouros públicos, os muros, muretas, gradis, floreiras, cercas vivas, ou qualquer outro elemento que defina o alinhamento predial do imóvel.

§ 1º O muro, elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, executado com material que vede a visão, terá altura máxima 2m (dois metros) em relação ao nível do passeio, à exceção do muro de arrimo, que poderá ter altura necessária para sustentar desnível de terra entre o alinhamento do logradouro e o terreno a ser edificado.

§ 2º Os gradis poderão ter altura superior a 2m (dois metros).

§ 3º A vedação acima do muro de arrimo terá altura máxima de 1,2m (um metro e vinte centímetros), quando em material que vede a visão, podendo ter altura superior quando for gradil.

§ 4º A mureta, muro baixo, com altura de 0,4m (quarenta centímetros), construído em geral para anteparo ou proteção.

Art. 296. Em terrenos com edificações de uso residencial é facultativo a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos e nas divisas laterais, na faixa do recuo frontal, devendo o recuo ser ajardinado.

Art. 297. Em terrenos com edificações de uso não residencial é obrigatória a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos, exceto no caso em que o recuo obrigatório seja totalmente ajardinado com tratamento paisagístico, e com acessos de veículos e pedestres definidos, de forma a não permitir a utilização desta área para qualquer atividade.

Art. 298. Em terrenos sem vedação, as divisas e o alinhamento do logradouro público deverão ser demarcados com elementos que permitam a identificação de todos os seus limites.

Art. 299. Em casos especiais, envolvendo segurança pública, a altura e o tipo de vedação serão definidos pelos órgãos competentes da Municipalidade.

Seção II

Dos Meios-Fios, Calçadas e Passeios

Art. 300. Fica limitada a 3,5m (três metros e cinquenta centímetros), por setor rebaixado, a extensão do rebaixamento do meio fio para acessos e saídas de veículos.

§ 1º O rebaixamento do meio-fio só acontecerá nas áreas de acesso aos lotes e nas faixas de travessia de pedestres.

§ 2º O meio-fio das calçadas deverá ser rebaixado com rampa ligada a faixa de travessia de pedestres, visando propiciar às pessoas portadoras de necessidades especiais melhores condições de circulação urbana.

Art. 301. Os meios-fios e calçadas serão rebaixados da seguinte forma:

Parágrafo único. Nas esquinas, rebaixamento em rampa com largura mínima de 1,2m (um metro e vinte centímetros), feita na direção das faixas de pedestres, formando um refúgio de proteção com largura mínima de 1,2m (um metro e vinte centímetros).

Art. 302. É obrigatória a construção e reconstrução, pelos proprietários dos terrenos edificadas ou não, das calçadas de logradouros dotados de meio-fio, em toda a extensão das testadas.

Parágrafo único. O habite-se somente será liberado após a construção da calçada.

Art. 303. A calçada em logradouro público, na frente de terrenos edificadas ou não, obedecerá ao padrão definido pelo órgão competente e às seguintes disposições:

I - não poderá ter degraus ou rampas de acesso às edificações;

II - deverá ser plano do meio-fio até o alinhamento, ressalvada a inclinação de 2 % (dois por cento) para o escoamento das águas pluviais;

III - deverá ser revestido com material antiderrapante.

Art. 304. Os casos omissos nesta Seção, bem como, o rebaixamento do meio-fio em áreas comerciais, industriais e outros, deverão ser estudados pelo órgão competente da Municipalidade, mediante apresentação de projeto pelo requerente.

Art. 305. Nos casos de inobservância do que trata o artigo 302, a Municipalidade fará a notificação ao proprietário, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a regularização.

Parágrafo único. Esgotado o prazo, sem que sejam tomadas as devidas providências pelo proprietário, a Municipalidade executará a obra, sendo que os custos da referida execução serão cobrados do proprietário do imóvel.

Seção III

Dos Afastamentos e Avanços

Art. 306. Os afastamentos das edificações deverão estar de acordo com o disposto na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V – Tabela I.

Seção IV

Das Marquises e Saliências

Art. 307. A construção de marquises, na fachada das edificações obedecerá as seguintes condições:

I - serem em balanço;

II - a face extrema do balanço deverá ficar afastada da prumada do meio-fio 0,30m (trinta centímetros);

III - ter altura mínima de 3m (três metros) acima do nível do passeio, podendo a Municipalidade indicar a cota adequada, em função das marquises existentes na mesma face de quadra;

IV - permitir o escoamento das águas pluviais exclusivamente para dentro dos limites do lote através de condutores, e encaminhados à sarjeta sob o passeio;

V - não prejudicar a arborização e iluminação pública, assim como não ocultar placas de nomenclatura ou numeração;

VI - serem construídas em toda a extensão da quadra de modo a evitar qualquer solução de descontinuidade entre as diversas marquises contíguas.

Parágrafo único. Entende-se por marquise somente o avanço da laje que cobre parte do passeio e não do avanço do corpo da edificação (podendo sobre as mesmas ser locadas floreiras).

Art. 308. Será obrigatória a construção de marquises em toda a fachada nos seguintes casos:

I - Em qualquer edificação de mais de 1 (um) pavimento a ser construída nos logradouros de uso predominante comercial, recuado menos de 4m (quatro metros);

II - Nos edifícios de uso misto, cujo pavimento térreo tenha destinação comercial, quando construídos no alinhamento.

III - Nas ruas para pedestres as projeções máximas e mínimas poderão obedecer a outros parâmetros, de acordo com o critério a ser estabelecido pela Municipalidade.

Art. 309. As fachadas dos edifícios, quando construídos no alinhamento predial, não poderão ter sacadas, saliências, floreiras, caixas para ar condicionado e brises, devendo estes, estarem para dentro do alinhamento frontal.

Parágrafo único. As fachadas dos edifícios, quando não construídos no alinhamento, poderão utilizar 50% (cinquenta por cento) do recuo, a partir do segundo pavimento, em balanço.

Art. 310. Nos pavimentos térreos construídos no alinhamento será permitido o uso de toldos protetores localizados nas extremidades das marquises, desde que abaixo de sua extremidade inferior e observando-se espaço livre com altura mínima de 2,2m (dois metros e vinte centímetros).

Art. 311. Deverão ser obedecidas normas estabelecidas pela concessionária local de energia.

Seção V Dos Toldos

Art. 312. Toldos, coberturas leves removíveis, sem vedações laterais, ligando blocos ou prédios entre si ou cobrindo acesso entre o alinhamento e as entradas da edificação, em zonas onde é exigido o afastamento obrigatório, deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - a área coberta máxima não poderá exceder 25% (vinte cinco por cento) da área do afastamento frontal;

II - o pé direito mínimo deverá ser de 2,4m (dois metros e quarenta centímetros);

III - o afastamento mínimo das divisas laterais será de 0,25m (zero vírgula vinte e cinco metros).

Seção VI Das Piscinas

Art. 313. As piscinas deverão ter:

I - estrutura adequada para resistir às pressões da água incidentes sobre as suas paredes e fundo, quando enterradas sobre o terreno circundante;

II - paredes e fundo revestidas, com material impermeável e de superfície lisa;

III - equipamento para tratamento e renovação de água.

Parágrafo único. Aplicam-se às piscinas, no que couber, as disposições determinadas pelo Código de Posturas.

Seção VII Dos Anúncios e Letreiros

Art. 314. A colocação de anúncios e letreiros só será feita mediante prévia licença da Municipalidade, se estiver de acordo com o Código de Posturas do Município, e não interferindo:

I - na sinalização de tráfego;

II - com a visão de monumento histórico;

III - com a visão de locais de interesse paisagístico.

Parágrafo único. Os anúncios e letreiros sobre as marquises somente serão licenciados mediante prévia autorização do condomínio do respectivo prédio ou do proprietário.

CAPÍTULO IV DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO

Seção Única Dos Estacionamentos

Art. 315. Na zona urbana serão destinados locais para estacionamento, embarque e desembarque e carga e descarga.

Parágrafo único. Os locais para estacionamento serão:

a) proporcionais às áreas edificadas;

b) cobertos ou descobertos.

Art. 316. A fração excedente a 50m² (cinquenta metros quadrados) de área construída, no cálculo exigido para vaga de estacionamento, corresponderá sempre a mais uma vaga.

Art. 317. Quando no mesmo terreno coexistirem usos e atividades diferentes, o número de vagas exigidas será igual a soma das vagas necessárias para cada uso e atividade.

Art. 318. Os espaços destinados a garagens ou estacionamentos não poderão sofrer modificações de uso.

Parágrafo único. Nos casos de desobediência a este artigo será aplicada multa entre 416,0 e 798,0 URM's.

Art. 319. Os casos não mencionados serão tratados por analogia aos usos previstos.

Art. 320. Nos casos de acréscimos em edificações existentes o cálculo da reserva de estacionamento ou guarda de veículos considerará a área de acréscimo quando este aumento representar unidades residenciais e comerciais.

Art. 321. Não serão computadas para o cálculo do índice de aproveitamento máximo as áreas ocupadas pelas garagens.

Art. 322. As áreas de estacionamento descoberto deverão obedecer aos mesmos critérios definidos para as áreas cobertas e deverão ainda ser arborizadas na proporção de uma árvore para cada duas vagas.

Parágrafo único. Não será permitido que as vagas de estacionamento ocupem a faixa correspondente ao afastamento obrigatório do alinhamento frontal, podendo ocupar as faixas de afastamento das divisas laterais e de fundos.

Art. 323. As dependências destinadas a estacionamento deverão atender as seguintes exigências:

I - ter pé direito mínimo livre de 2,2m (dois metros e vinte centímetros);

II - ter sistema de ventilação permanente representando 1/8 (um oitavo) da área do piso, (neste item poderá ser incluído as portas de acesso);

III - não possuírem abertura para divisas laterais e fundos quando ocuparem as referidas divisas;

IV - ter vão de entrada com largura mínima de 3m (três metros) e o mínimo de 2 (dois) vãos quando comportarem mais de 50 (cinquenta) veículos;

V - ter vagas de estacionamento para cada veículo locado em planta e numeradas com largura mínima de 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros) e comprimento mínimo de 5m (cinco metros);

VI - os pisos serão antiderrapantes e dotados de sistema que permita um perfeito escoamento das águas da superfície;

VII - as paredes que as delimitarem serão incombustíveis;

VIII - as vagas serão do tipo livre, sendo que só poderão ser bloqueadas quando pertencerem a mesma unidade residencial;

IX - quando houver mais de um pavimento garagem, será obrigatória uma interligação para pedestres isolada dos veículos;

X - as escadarias deverão ser construídas dentro dos terrenos, iniciando-se a 1,2m (um metro e vinte centímetros) do alinhamento e as rampas de acesso poderão ser iniciadas junto ao alinhamento;

XI - quando tratar-se de edificação multifamiliar não será permitido rampa com inclinação superior a 30% (trinta por cento);

XII - quando tratar-se de mão única, 3m (três metros) de corredor, quando tratar-se de mão dupla 5m (cinco metros) de corredor.

§ 1º O portão de acesso às garagens para edifícios multifamiliares ou mistos deverão ter afastamento mínimo de 4m (quatro metros) do meio-fio.

§ 2º Os locais cobertos para estacionamento ou guarda de veículos, para fins privativos, unidade residencial unifamiliar, só poderão ser construídos no alinhamento frontal quando a rampa de acesso for obrigatoriamente superior a 15% (quinze por cento).

§ 3º As disposições deste artigo aplicam-se quando a capacidade máxima for de até 02 (dois) veículos.

Art. 324. Em todo estacionamento devem ser reservadas vagas preferenciais para estacionamento de veículos pertencentes à pessoa portadoras de necessidades especiais.

§ 1º As normas relativas à localização e demarcação das vagas devem atender ao disposto nas normas da ABNT.

§ 2º Quando o zoneamento permitir a construção sem o recuo deverá observar-se que o portão ou porta de garagem não poderá ficar sobre o passeio público a impedir o livre trânsito de pedestres.

CAPÍTULO V

DA ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Art. 325. Em qualquer edificação, a exceção das habitações unifamiliares, deverá ser garantido o acesso aos portadores de necessidades especiais em cadeiras de rodas ou com aparelhos ortopédicos, observadas as disposições da ABNT, que dispõe sobre a adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente.

Art. 326. Quando existir desnível entre o piso e o passeio, ou quando houverem desníveis internos, será obrigatória a utilização de rampas de acesso e locomoção dos portadores de necessidades especiais.

Parágrafo único. Quando não houver rampas, o acesso aos portadores de necessidades especiais a outros pavimentos deverá ser feito através de elevador com largura mínima de 1,40m (um metro e quarenta centímetros).

Art. 327. Nas edificações citadas neste Capítulo deverá haver pelo menos uma instalação sanitária para portadores de necessidades especiais.

Art. 328. Nos cinemas, auditórios, templos, teatros, estádios, ginásios esportivos e congêneres deverão existir espaços para espectadores portadores de Necessidades Especiais ao longo dos corredores, na proporção de 1% (um por cento) da lotação do estabelecimento.

TÍTULO V

DAS INFRAÇÕES

CAPÍTULO ÚNICO

DAS PENALIDADES

Art. 329. Às infrações às disposições deste Código serão aplicadas as seguintes penas:

I - multa;

II - embargo da obra;

III - interdição do prédio ou dependência;

IV - demolição.

Parágrafo único. A aplicação de uma das penas previstas neste artigo, não prejudica a de outra, se cabível.

Art. 330. O procedimento legal para a verificação das infrações e aplicação das penalidades é o regulado no Código de Posturas do Município

de Ouro.

Seção I Das Multas

Art. 331. Pelas infrações as disposições deste Código serão aplicadas ao construtor, ou profissional responsável pela execução das obras, ao autor do projeto e ao proprietário, conforme o caso, as seguintes multas:

Item	Infração	Multa(URM)
I	Pelo falseamento de medidas, cotas, e demais indicações do Projeto: ↳ Ao Profissional Infrator	173 a 694
II	Pelo viciamento do Projeto aprovado, introduzindo-lhe alteração de qualquer espécie : ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Executor da Obra ↳ Ao Profissional habilitado responsável pela execução	173 a 694
III	Pelo início da execução da obra sem licença : ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Construtor	173 a 694
IV	pelo início de obras sem os dados oficiais de alinhamento e nivelamento: ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Construtor	173 a 520
V	Pela execução da obra em desacordo com o projeto aprovado: ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Construtor ↳ Ao Profissional Responsável	173 a 694
VI	Pela falta de projeto aprovado e documentos exigidos no local da obra: ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Construtor	173 a 520
VII	Pela inobservância das prescrições sobre andaimes e tapumes: ↳ Ao Construtor	173 a 694
VIII	Pela paralisação da obra sem comunicação à Municipalidade: ↳ Ao Proprietário	173 a 520
IX	Pela desobediência ao embargo municipal: ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Construtor ↳ Ao Profissional Responsável	520 a 1388
X	Pela ocupação da edificação sem que à Municipalidade tenha fornecido o Habite - se: ↳ Ao Proprietário	173 a 694
XI	Concluída a reconstrução ou reforma se não for requerida a vistoria: ↳ Ao Proprietário	173 a 520
XII	Houver prosseguimento da obra vencido o prazo de licenciamento sem que tenha sido concedida a necessária prorrogação do prazo: ↳ Ao Proprietário	173 a 694
XIII	Ligação de Condutores de Águas Pluviais à Rede de Esgoto Cloacal e/ou Ligação de Esgoto Cloacal em Rede Pluvial ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Construtor	173 a 694

Art. 332. Na imposição da multa e para graduá-la, ter-se-á em vista:

- I - a maior ou menor gravidade da infração;
- II - as suas circunstâncias;
- III - os antecedentes do infrator.

Art. 333. A multa será imposta pela autoridade municipal competente, à vista do auto de infração lavrado pelo funcionário habilitado, que apenas registrará a falta ou infração verificada, indicando o dispositivo infringido.

Art. 334. O auto de infração em 4 (quatro) vias, deverá ser assinado pelo funcionário que tiver constatado a existência da irregularidade e também, sempre que possível, pelo próprio autuado; na sua ausência, poderá ser colhida a assinatura de representante, proposto, ou de quem lhe fizer às vezes.

§ 1º A recusa de assinatura no auto de infração será anotada pelo autuante perante duas testemunhas, considerando-se neste caso, normalizada a autuação.

§ 2º A última via do auto de infração, quando o infrator não for encontrado será encaminhada via postal, com aviso de recebimento ao responsável, sendo considerado, para todos os efeitos legais, como estando o infrator cientificado da mesma.

Art. 335. O auto de infração deverá conter:

- I - A indicação do dia e local em que ocorreu a infração, ou em que esta foi constatada pelo autuante;

- II - O fato ou ato que constitui a infração, indicando o dispositivo legal infringido;
- III - O nome e assinatura do infrator, ou na sua falta, denominação que o identifique e endereço;
- IV - O nome e assinatura do autuante, bem como sua função ou cargo;
- V - O nome, assinatura e endereço das testemunhas, se for o caso.

Art. 336. Lavrado o Auto de Infração, o infrator poderá apresentar defesa escrita dirigida a autoridade municipal competente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar de seu recebimento, findo o qual será o auto encaminhado para a imposição da multa e cobrança.

Art. 337. Imposta a multa, será dado o conhecimento da mesma ao infrator, mediante a entrega da terceira via do auto de infração, na qual deverá constar o despacho da autoridade municipal que a aplicou.

§ 1º O infrator terá o prazo 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento da multa.

§ 2º Decorridos o prazo estipulado no §1º, a multa não paga será encaminhada ao setor competente para inscrição em dívida ativa e cobrança, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 338. Na reincidência a multa será aplicada com acréscimo de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. Considera-se reincidência para acréscimo da multa, outra infração da mesma natureza.

Art. 339. Terá andamento susado o processo de aprovação de projeto ou licenciamento de construção cujo responsável técnico, ou empresa construtora, esteja em débito com a Municipalidade.

Art. 340. O pagamento da multa não isenta o requerente da regularização da infração, que deverá ser atendida de acordo com o que dispõe este Código.

Seção II Do Embargo

Art. 341. As obras em andamento, sejam elas construções ou reformas, serão embargadas, nas situações abaixo descritas, ou em outras ocorrências, em que essa medida se fizer necessária, sem prejuízo das multas, quando:

- I - Tiverem sendo executadas sem respectivo alvará de licenciamento, nos casos em que este é necessário;
- II - Desobediência ao projeto aprovado ou inobservância de qualquer prescrição essencial do alvará de licença;
- III - Não for respeitado o alinhamento predial ou afastamento mínimo;
- IV - Estiver sendo executada sem a responsabilidade de profissional legalmente habilitado e inscrito na Municipalidade, quando indispensável;
- V - O construtor ou responsável técnico isentar-se de responsabilidade, devidamente justificada e comunicada à Municipalidade;
- VI - Estiver em risco sua estabilidade, com perigo para o pessoal que a execute, ou para as pessoas de edificações vizinhas;
- VII - For constatada ser fictícia a assunção de responsabilidade profissional do seu projeto ou execução;
- VIII - O profissional responsável tiver sofrido suspensão ou cassação pelo CREA e/ou CAU;
- IX - Obra já autuada, não tenha sido regularizada no tempo previsto.

Art. 342. Ocorrendo as hipóteses do artigo anterior, a autoridade municipal competente fará notificação por escrito ao infrator, dando ciência da mesma à autoridade superior.

Art. 343. Verificada a procedência na notificação pela autoridade municipal competente, esta determinará o embargo em termo próprio que mandará lavrar, e no qual fará constar as exigências a serem cumpridas para o prosseguimento da obra, sem prejuízo da imposição de multas.

Art. 344. O Termo de Embargo será apresentado ao infrator para que o assine e, no caso deste não ser encontrado, será o termo encaminhado via postal, com aviso de recebimento, ao responsável pela empresa construtora, seguindo-se o processo administrativo para a respectiva paralisação da obra.

Art. 345. O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências consignadas no respectivo termo e satisfeito o pagamento dos tributos e multas em que haja o responsável incidido.

Art. 346. Se não houver alternativa de regularização da obra, após o embargo seguir-se-á demolição total ou parcial da mesma.

Seção III Da Interdição

Art. 347. Uma edificação ou qualquer uma de suas dependências, poderá ser interditada em qualquer tempo, com impedimento de sua ocupação, quando oferecer iminente perigo de caráter público.

Art. 348. A interdição será imposta, por escrito, após vistoria efetuada pela autoridade competente.

Parágrafo único. Não atendida a interdição, e não interposto recurso ou indeferido este, a Municipalidade tomará as medidas legais cabíveis.

Seção IV Da Demolição

Art. 349. A demolição parcial ou total da edificação será imposta quando:

- I - a obra estiver sendo executada sem projeto aprovado e sem alvará de licenciamento, e não houver condições de regularização nos

termos da legislação pertinente;

II - construção feita sem observância do alinhamento ou nivelamento fornecido pela Municipalidade, ou sem as respectivas cotas ou com desrespeito ao projeto aprovado, nos seus elementos essenciais, não havendo possibilidade para ajustá-la à legislação pertinente;

III - obra julgada em risco quando o proprietário se recusar a tomar as providências determinadas pela Municipalidade para sua segurança;

IV - construção que ameace ruir e que o proprietário não queira demolir ou não possa reparar, por falta de recursos, ou disposição regulamentar.

Art. 350. A demolição será precedida de vistoria por uma comissão composta por 03 (três) engenheiros ou arquitetos, designados pelo Chefe do Poder Executivo, pertencentes ou não ao quadro de servidores da Municipalidade.

Parágrafo único. A comissão designada procederá da seguinte forma:

I - determinará dia e hora para vistoria, fazendo intimar o proprietário para assistir a mesma; não sendo o mesmo encontrado, far-se-á intimação por edital com prazo de 10 (dez) dias;

II - não comparecendo o proprietário ou seu representante, a comissão fará exame da construção, e, se verificar que a vistoria pode ser adiada, mandará fazer nova intimação ao proprietário;

III - Não podendo fazer adiamento, ou se o proprietário não atender a segunda intimação, a comissão fará os exames que julgar necessários, concluídos os tais dará seu laudo dentro de 3 (três) dias, devendo constar no mesmo o que for verificado, o que o proprietário deve fazer para evitar a demolição e o prazo para isso julgado conveniente, salvo caso de urgência, esse prazo não poderá ser inferior a 3 (três) dias e nem superior a 90 (noventa) dias;

IV - do laudo se dará cópia para o proprietário e aos moradores do prédio, se for alugado, acompanhado aquele da intimação para o cumprimento das decisões nela contidas;

V - a cópia do laudo e intimação do proprietário serão entregues mediante comprovante de recebimento, e se não for encontrado ou recusar recebê-los, serão publicados em resumo, por 3 (três) vezes, pela imprensa local, e afixados no mural de publicações ou boletim oficial;

VI - no caso de ruína eminente, a vistoria será feita logo, dispensando-se a presença do proprietário se não puder ser encontrado, levando-se ao conhecimento do Chefe do Poder Executivo as conclusões do laudo, para que ordene a demolição.

Art. 351. Dado ciência ao proprietário do resultado da vistoria e feita a devida intimação, seguir-se-ão as providências administrativas.

Art. 352. Se não forem cumpridas as decisões do laudo nos termos do artigo anterior serão adotadas as medidas judiciais cabíveis.

Seção V

Das Sanções

Art. 353. A Municipalidade poderá cancelar a inscrição de profissionais (Pessoa Física ou Jurídica) e comunicar ao CREA e/ou CAU especialmente os responsáveis técnicos que:

I - Prosseguirem a execução de obra embargada pela Municipalidade;

II - Não obedecerem aos projetos previamente aprovados, ampliando ou reduzindo as dimensões indicadas nas plantas e cortes;

III - Haja incorrido em 3 (três) multas por infração cometida na mesma obra;

IV - Alterem as especificações indicadas no projeto ou as dimensões, ou elementos das peças de resistência previamente aprovados pela Municipalidade;

V - Iniciarem qualquer obra sem o necessário Alvará de Construção;

VI - Cometerem por imperícia, imprudência ou negligência, faltas, que venham, a comprometer a segurança da obra.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 354. Os casos omissos no presente Código serão analisados pela Municipalidade observando-se os princípios no Plano Diretor e a legislação vigente.

Art. 355. Os valores constantes no presente Código serão corrigidos anualmente na forma da legislação municipal.

Art. 356. O Poder Executivo Municipal regulamentará as disposições deste Código em 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 357. Este Código entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 358. Revoga-se a Lei nº 2.271, de 9 de dezembro de 2010.

Ouro - SC, 14 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 461/2016

ATO Nº. 461/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR SERGIO RICARDO TAVARES, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral de Difusão Artística, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 462/2016

ATO Nº. 462/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR BERNARDETE PIGATO VELHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 463/2016

ATO Nº. 463/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR JOANA MARIA CEMIN DE PAULA, do cargo de

Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 464/2016

ATO Nº. 464/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ADELINO IDALINO MARTINS, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 465/2016

ATO Nº. 465/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR JORGE LUIZ PIMENTEL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 466/2016

ATO Nº. 466/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR DANIEL MEURER, do cargo de Provisão em Comissão de Diretor Administrativo e Financeiro, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 467/2016

ATO Nº. 467/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARCOS GRAUDIN ROCHA, do cargo de Provisão em Comissão de Diretor de Esporte e Participação, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 468/2016

ATO Nº. 468/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR FABIO SEBASTIÃO RIBEIRO, do cargo de Provisão em Comissão de Diretor de Esporte e Rendimentos, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 469/2016

ATO Nº. 469/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ANA LUCIA DOS SANTOS SILVEIRA, do cargo de Provisão em Comissão de Diretor Geral, Nível DAS-I, Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 470/2016

ATO Nº. 470/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ROGERIO RIBEIRO MIRANDA, do cargo de Provisão em Comissão de Diretor Geral, Nível DAS I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 471/2016

ATO Nº. 471/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR JONAS MEYER, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, Nível DAS I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 472/2016

ATO Nº. 472/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR JADSON CARDOSO MORAES, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, Nível DAS I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 473/2016

ATO Nº. 473/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR EROZANE DA SILVA AZEVEDO DE SOUZA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 474/2016

ATO Nº. 474/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR MARCOS AURELIO MARTINS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 475/2016

ATO Nº. 475/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR JOÃO CARLOS DE LIZ LIMA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 476/2016

ATO Nº. 476/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ISABELA RUTH VIEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 477/2016

ATO Nº. 477/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR RODINEI CARLOS KUSTER, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 478/2016

ATO Nº. 478/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ANDREIA MAURILIA PACHECO FERREIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 25/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 479/2016

ATO Nº. 479/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR JULIANA DE MELO PELEGRINI, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 28/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 480/2016

ATO Nº. 480/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR MONIKE DE SOUZA CONTI, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 28/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 481/2016

ATO Nº. 481/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR KELLY CRISTINI GEREMIAS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 482/2016

ATO Nº. 482/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MILENA MARTINS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 25/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 483/2016

ATO Nº. 483/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR SCHEILA CRISTINA DE MELO SCHMITZ, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 28/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 484/2016

ATO Nº. 484/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR GILKA HAEMING MACIEL, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 485/2016

ATO Nº. 485/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARLISE DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 486/2016

ATO Nº. 486/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ILIETE OLGA GONZAGA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 487/2016

ATO Nº. 487/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR DANIELLA DE OLIVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 488/2016

ATO Nº. 488/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR GISELLE PIRES, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 489/2016

ATO Nº. 489/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ROBERTA ELENIR DA SILVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 490/2016

ATO Nº. 490/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR KATIANA PEREIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

CHAMADA PÚBLICA 140/2016 - HABILITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO CHAMADA PÚBLICA Nº140/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº140/2016, na modalidade CHAMADA PÚBLICA, que consiste na aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrutos orgânicos) da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE da rede pública Municipal de Palhoça.

EMPRESAS HABILITADAS:

RECANTO DA NATUREZA PRODUTOS ORGÂNICOS LTDA

Palhoça, 14 de Dezembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

DECRETO Nº 2.083, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

decreto Nº 2.083, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DAS UNIDADES PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ORDEM DE R\$ 1.900.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.330, de 23 de dezembro de 2015, resolve

DECRETAR

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na dotação orçamentária abaixo:

18.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.039 - Funcionamento e Manutenção do Fundo – FMAS
Red. 70 - 31.90.00.00.00.00.00.00.1.000152 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Red. 87 - 31.91.00.00.00.00.00.00.1.000152 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Palhoça, as dotações abaixo discriminadas:

28.00 – SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA E DEF CIDADÃO
28.01 - SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA E DEF CIDADÃO
2.133- Programa Municipal de Defesa Civil
Red. 398 - 44.90.00.00.00.00.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) na dotação orçamentária abaixo:

14.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
2.026 - Functio e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
Red. 2913.1.90.00.00.00.00.00.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS -SESP
05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS -SESP
2.193 - Functio e Manutenção Dos Serviços Públicos
Red. 3073.1.91.00.00.00.00.00.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2022 –Funcionamento e Manuteção da Educação Infantil
Red. 4403.1.90.00.00.00.00.00.01010143 - Aplicações Diretas R\$ 830.000,00
2.021 - Functio e Manutenção do Ensino Fundamental
Red. 4613.1.90.00.00.00.00.00.0101.0143 - Aplicações Diretas R\$ 670.000,00

Art. 4º A suplementação que se refere o artigo 3º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminadas:

04.00 - GABINETE DO PREFEITO
04.01 - GABINETE DO PREFEITO
2.019 - Functio e Manut. doGabinete do prefeito
Red. 4153.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2041 – Funcionamento e Manutenção da Merenda Escolar
Red. 4593.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

16.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
16.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
0002 – Amortização e Encargos da Divida Interna
Red. 4594.6.90.00.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

14.00 - SECRET. DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRET. DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
1176 – Pavimentação da Avenida das Torres
Red. 406 4.4.90.00.00.00.00.00.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$

600.000,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 09 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.084, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.084, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

RECESSO. Promove alterações no Decreto nº 2.073, de 10 de novembro de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Dá nova redação ao inciso II do § 3º do art. 7º do Decreto nº 2.073, de 10 de novembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º (...)

§ 3º (...)

II – encaminhar a notificação à Diretoria Geral de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Serviços Compartilhados.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 13 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N. 317/2016

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N. 317/2016

Espécie: Contrato nº 35/2014, firmado em 02/01/2014, com a Empresa AM CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.

Objeto: locação de 01 (um) imóvel em alvenaria com área total de 1280m2, com 360m2 de área construída, localizado na Rua Capitão Augusto Vidal, s/n – Centro, neste Município, destinado ao funcionamento da CASA LAR MASCULINA, pelo prazo de 42 (quarenta e dois) meses, com início em 01 de janeiro de 2014 e término em 30/06/2017.

Amparo: Não havendo mais interesse por parte do município em manter o referido contrato, resolvem, as partes em comum acordo, rescindir o contrato de locação nº 35/2014.

No respectivo Termo de Entrega de Imóvel, assinado pelo locador em 17/11/2016, foi acordada fixação de multa no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), para o ressarcimento dos danos e manutenção de reparos no referido imóvel, inclusive os sinistros de arrombamentos feitos por vândalos, conforme Boletim de Ocorrência juntado, dando integral quitação de todos os danos sofridos no imóvel, sejam materiais ou morais.

Data da Rescisão: 1/12/2016.

Dispensa de Licitação n. 32/2014.

Signatários: pelo Contratante,

ROSI MERI DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

LEI Nº 4.440, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.440, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

DESAFETA BEM PÚBLICO E AUTORIZA PERMUTA. Área Verde. Pedra Branca.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desafetar a destinação de Área Verde um imóvel, denominado de área "1", de sua propriedade, com a seguinte descrição:

I – Área "1" terreno situado no bairro Cidade Universitária Pedra Branca, neste município, designado por IGREJA PEDRA BRANCA do Loteamento Colinas da Pedra Branca III com área total de 1.512,77m², localizado distante 18,95m da esquina formada pela AVENIDA PEDRA BRANCA (Lado Par) com RUA SAMBAQUI (Lado Impar), partindo-se do vértice D1 com coordenadas E=728644.9734 e N=6943010.2727, seguindo com azimute 333º18'52" e distância 10.00m chega-se ao vértice D2 com coordenadas E=728640.4825 e N=6943019.2075, confrontando com AVENIDA PEDRA BRANCA. Deste com azimute de 63º18'52" e distância 26.31m chega-se ao vértice D3 com coordenadas E=728663.9901 e N=6943031.0231. Deste com azimute de 333º18'52" e distância 56,41m chega-se ao vértice D4 com coordenadas E=728647.8634 e N=6943063.1079. Deste com azimute de 153º18'52" e distância 56,41m chega-se ao vértice D5 com coordenadas E=728663.9901 e N=6943031.0231. Deste com azimute de 63º18'52" e distância 23.69m chega-se ao vértice D6 com coordenadas E=728685.1568 e N=6943041.6621. Deste com azimute de 153º18'52" e distância 10.00m chega-se ao vértice D7 com coordenadas E=728689.6477 e N=6943032.7273. Deste com azimute de 243º18'52" e distância 50.00m chega-se ao vértice D1, ponto origem deste memorial, perfazendo um total de 222,82m confrontando com ÁREA VERDE / PRAÇA 10, sendo uma parte do imóvel de matrícula nº 88.639, página 1, livro 2-TQ do Cartório de Registro de Imóveis de Palhoça, conforme croqui e memorial descritivo em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em forma de permuta um imóvel de propriedade da empresa Pedra Branca Ltda., denominado de Área "2", com a seguinte descrição:

I – Área "2" terreno situado no bairro Cidade Universitária Pedra Branca, neste município, designado por Área Verde / Praça 21 (Anfiteatro) – Área desmembrada do Loteamento Nova Pedra Branca, com área total de 1.512,77m², partindo-se do vértice D10 com coordenadas E=728972.2532 e N=6942898.99, seguindo com azimute 58º50'02" e distância 7.85m chega-se ao vértice D1 com coordenadas E=728978.9446 e N=6942903.037. Deste com azimute de 95º31'25" e distância 28.51m chega-se ao vértice D2 com coordenadas E=729006.1131 e N=6942900.4097. Deste com azimute de 214º48'50" e distância 2.07m chega-se ao vértice D3 com coordenadas E=729004.9327 e N=6942898.7121. Deste com azimute de 193º43'43" e distância 62.34m chega-se ao vértice D11 com coordenadas E=728993.3601 e N=6942851.3419, perfazendo um total de 100.77m confrontando com ÁREA VERDE / PRAÇA 8. Deste com azimute de 336º06'29" e distância 52.11m chega-se ao vértice D10, ponto origem deste memorial, confrontando com Área Verde/Praça 21, sendo uma parte do imóvel de matrícula nº 47.992, fls. 168, livro 2-JS do Cartório de Registro de Imóveis de Palhoça, de propriedade da empresa Pedra Branca Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.401.372/0001-29, conforme croqui e memorial descritivo em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar a

Área "1" de sua propriedade, prevista no artigo 1º, pela Área "2" de propriedade da empresa Pedra Branca Ltda., previstas no artigo 2º, ambos desta Lei.

Parágrafo Único. Fica igualmente autorizado a transferir a caracterização da Área "1" ao imóvel dado em permuta, denominado como Área "2" passando a ser denominado como bem público de uso comum, afetado e designado como Área Verde.

Art. 4º O imóvel permutado será revertido ao patrimônio público na hipótese de ser utilizado de forma diversa à que se destina, conforme documentos integrantes desta Lei.

Art. 5º A desafetação e a permuta desta Lei não gerarão ônus para o Município.

Art. 6º Eventuais despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação específica do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de dezembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.441, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.441, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

DOAÇÃO. Autoriza receber por doação imóvel localizado na Praia de Fora, neste Município para fins de implantação de via pública.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação de Manoel da Silveira, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 077.848.059-34, um imóvel, localizado na Praia de Fora, neste Município, com as seguintes características: área de 1.117,13 m² (um mil, cento e dezessete metros e treze centímetros quadrados), em formato aproximado de um retângulo, fazendo extrema ao Norte (lateral direita) com Manoel da Silveira portador do CPF 077.848.059-34, matrícula n. 6.527; ao Sul (lateral esquerda) com Manoel da Silveira portador do CPF 077.848.059-34; ao Leste (frente) com a Rua Arcanjo Candido da Silva; ao Oeste (fundos) com Rua Oscar Martinho Ribeiro, sendo a área corresponde à fração do imóvel que está registrado no Cartório competente, no livro nº 2-AI, fls. 43, ano 1978, matrícula nº 6.527 do Registro de Imóveis de Palhoça/SC, conforme memorial descritivo e planta topográfica em anexo.

Art. 2º O imóvel em questão será destinado à denominação de via pública.

Parágrafo Único. O doador ficará responsável pela pavimentação da via pública, como condição para a sua denominação, que deverá observar os termos da Lei 2.969 de 12 de dezembro de 2008, que alterou a Lei nº 019, de 07 de abril de 1993.

Art. 3º Ficará a cargo do doador os ônus e encargos decorrentes da presente doação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de dezembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 153/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 153/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de bicicletas para Secretaria de Segurança PÚblica e Defesa do Cidadão – Polícia Militar de Palhoça.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME:
STOP BIKE CNPJ 81.380.024/0001-15, ficou classificada no LOTE 01 em seu menor preço, totalizando a importância de R\$ 3.396,00 (Tres mil trezentos e noventa e seis reais)

Palhoça, 14 de dezembro de 2016.
SANDRA PEREIRA DE ABREU OLIVEIRA
Pregoeira

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº146/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº146/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e transporte dos resíduos urbanos de responsabilidade do Município de Palhoça-SC, e coleta, transporte e tratamento de resíduos de serviços de saúde gerados pela Administração Municipal.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA foi vencedora, totalizando a importância Global de R\$ 14.965.423,20 (quatorze milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte três reais e vinte centavos).

Palhoça, 15 de dezembro de 2016.
André José Silveira
Pregoeiro

TOMADA DE PREÇOS 151/2016 - RESULTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESUMO DE JULGAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº151/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº151/2016, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que consiste na A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº151/2016, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que consiste na contratação de empresa para fornecimento de projeto executivo, materiais e mão de obra para instalação de Painel de Comando e Força para Estação Elevatória de Tratamento de Esgoto Sanitário – SES Terra Nova, no município de Palhoça/SC, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

RESULTADO:

Não houve nenhum proponente para o certame. Diante disto, esta Comissão decide ARQUIVAR o presente processo por ter sido considerado DESERTO

Palhoça, 14 de Dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016**EDITAL**

1- MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016.

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que, na sala de Reunião de licitação da Câmara Municipal de Palhoça, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC, será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que tem em seu objeto contratação de empresa para prestação de serviços para a realização da Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito - Legislatura 2017/2020, conforme as descrições e quantitativos constantes no anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital. A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DOS ARTIGOS 3, 47 e 48 - I E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1.2 - Os documentos para habilitação bem como a proposta, deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope), às 08h00min do dia 29 de dezembro de 2016, no local indicado no subitem 1.1., ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para a realização desta licitação.

1.3 - Integram este edital, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 1.3.2 – ANEXO II – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES;
- 1.3.3 – ANEXO III – CREDENCIAMENTO;
- 1.3.4 – ANEXO IV – DECLARAÇÃO QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS;
- 1.3.5 – ANEXO V – DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO;
- 1.3.6 – ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EPP;
- 1.3.7 – ANEXO VII – DECLARAÇÃO ART. 26;
- 1.3.8 – ANEXO VIII – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA;
- 1.3.9 – ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO.

2 - DO OBJETO

2.1- Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de decoração, equipe de apoio, sonorização, placas para homenagem e demais serviços detalhados no Termo de referência – Anexo I, parte integrante deste Edital, para a realização da Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, Legislatura 2017/2020, para a Câmara Municipal de Palhoça.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderão participar deste Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação, empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Câmara, ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, os termos da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões: "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso e apresentar a declaração no caderno de habilitação de que é microempresa ou empresa de pequeno porte conforme o modelo anexo.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designado para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos poderes exigidos para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

4.1.1 - Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis;

4.1.2 - Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade ou documento equivalente;

b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos de seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado.

4.1.3 - Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta.

4.2 - Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos do item 4. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

5 - DA PROPOSTA

5.1 - O formulário Padronizado de Proposta, referido do subitem 1.3.8, deverá ser preenchido pela licitante, onde constarão:

a) assinatura do representante legal da empresa;

b) indicação obrigatória do preço do item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido;

c) indicação do número da conta corrente e do nome e número do Banco e da agência bancária, bem como dos números do CNPJ e de inscrição estadual e/ou municipal, os quais serão apostos no campo indicado no formulário padronizado, ou apresentados no Departamento de Finanças da Câmara, em 10 (dez) dias, contados da data de adjudicação, sem prejuízo do curso regular do processo.

5.2 - A empresa que desejar reproduzir as informações constantes do Formulário Padronizado de Proposta poderá fazê-lo, desde que não altere e/ou descaracterize a substância do Formulário padrão, podendo ser digitado por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado da empresa. Sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, constando a assinatura do representante legal da empresa.

5.3 - Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital.

5.4 - O formulário Padronizado de Proposta constante do Anexo I do Edital será acondicionado em envelope lacrado no qual se identifiquem,

externamente, o nome da empresa licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

5.5 - Para fins do disposto no subitem 7.4 deste Edital, a empresa licitante deverá indicar o CNPJ do estabelecimento (matriz/filial) que emitirá a Nota Fiscal, no Formulário Padronizado de Proposta, na folha 1 do Anexo I se for o caso.

5.6 - A empresa deverá informar em sua proposta o prazo a ser concedido.

6 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

6.1 - No dia, hora e local designado neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para habilitação e a proposta. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "DOCUMENTAÇÃO" - "PROPOSTA".

6.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.3 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, podendo ser utilizado o modelo em anexo. As empresas que decidirem pelo envio do envelope sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.2, deverão encaminhar a declaração de que trata este subitem em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto ao citado documento. A não apresentação da declaração em questão acarretará o impedimento da empresa de participar do certame.

6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 - No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço apresentado, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.6 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de ofertas dos lances.

6.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.8 - É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

6.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

6.10 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 6.5, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o artigo 4º, inciso IX da Lei Federal 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

6.10.1 - Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de 03 (três), para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados.

6.10.2 - Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de 03 (três), para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 6.10.1;

6.10.3 - Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de 03 (três), na forma dos subitens 6.10.1e 6.10.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

6.10.4 - Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

6.11 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de menor preço do item.

6.13 - Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá a abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 7 deste Edital.

6.14 - Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 7 deste Edital.

6.15 - No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitados da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda as condições fixadas neste Edital.

6.16 - Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

6.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

6.18 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pelo assistente e por todas as empresas licitantes presentes.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para habilitação no presente PREGÃO, serão exigidos os documentos descritos a seguir. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou pelo Pregoeiro da Câmara Municipal, mediante apresentação do documento original, conforme disposto no artigo 32 da Lei Federal 8.666/93, vedada a apresentação via fax ou E-Mail.

7.2 - O envelope de habilitação das empresas deverá conter:

7.2.1 - Declaração da própria empresa de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo em anexo;

7.2.2 - Declaração da própria empresa de que não existem fatos supervenientes que impeçam a participação no processo licitatório, até a data de abertura do envelope de habilitação, podendo ser utilizado o modelo em anexo.

7.2.3 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por (Art. 29, inciso IV, da Lei 8.666/93);

7.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou da sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

7.2.5 - Certidão de quitação da Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com prazo de validade em vigor;

7.2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3 - Caso a empresa licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse estabelecimento para consulta "ONLINE".

8 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo de recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

8.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

9 - DO CONTRATO

9.1 - Será firmado o Contrato com a vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93.

9.2 - O prazo para assinatura do Contrato será no máximo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação por esta Câmara, para a sua formalização.

9.3 - Na hipótese da empresa vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no Prazo estabelecido no item anterior, o Pregoeiro convocará nova Sessão Pública, onde examinará a qualificação das empresas licitantes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2 - O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10.4 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

10.5 - Em caso de atraso na entrega dos serviços, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada, multa moratória de valor equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6 - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - O pagamento da importância relativa a aquisição do material descrito nos itens anteriores, correrá à conta de recursos constantes no orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, com os Elementos de despesas:

Dotação: 03.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00

Complemento de Elemento 3.3.90.39.23.00.00.00 (Festividades e Homenagens).

12 - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1 - O fornecimento dos materiais e serviços objeto deste Pregão Presencial, serão entregues mediante a emissão da autorização de fornecimento pela Contratante, dentro do prazo do contrato a ser firmado entre as partes.

12.2 - O prazo de validade das propostas deverá ser de no mínimo 30 dias úteis.

13 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

13.1 - O Setor de Licitação prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 19h00min horas na sede da Câmara Municipal, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC.

14 - DO VALOR

14.1 - Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento devido à contratada será efetuado em parcela única, após a efetiva entrega dos materiais e serviços, mediante apresentação de nota fiscal e a prévia liquidação da despesa pelo setor competente, por meio de Ordem Bancária.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - A Câmara Municipal de Palhoça poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

16.2 - O pregoeiro dirimirá as dúvidas oriundas da presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para a abertura dos envelopes.

16.3 - Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça/SC, excluído desde já, qualquer outro.

Palhoça, 14 de dezembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Presidente

ANEXO I – Folha1

TERMO DE REFERÊNCIA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº 014/2016

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei n.º 10.520/02, a Lei n.º 8.666/93, com as alterações da Lei n.º 8.883/94, e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

2. Propomos à Câmara Municipal de Palhoça/SC, o fornecimento do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Pregão e asseverando que:

a) observaremos, integralmente, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do serviços/material objeto desta licitação; e,

b) em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

3. Cotamos para o fornecimento do objeto desta licitação, os valores constantes na folha 2 do presente Anexo.

4. O prazo de entrega do objeto da licitação será de acordo com a necessidade da Contratante, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

5. O prazo de validade desta proposta é de 30 (trinta) dias úteis.

Palhoça/SC, ____ de dezembro de 2016.

(assinatura do representante legal da licitante)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

C N P J Nº:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

BANCO (nome e nº):

AGÊNCIA (nome e nº):

CONTA CORRENTE:

ANEXO I – Folhas 2

TERMO DE REFERÊNCIA

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº 014/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos seguintes serviços: decoração, equipe de apoio, sonorização, placas para homenagem e demais serviços detalhados no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste Edital, para a realização da Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito – Legislatura 2017/2020, para a Câmara Municipal de Palhoça.

Local da Prestação dos Serviços: Fórum de Palhoça, localizado na Avenida Hilza Terezinha Pagani, Nº 409 – CEP 88.132.256– Loteamento Pagani – Palhoça, SC..

Data da Entrega dos Serviços: Dia 01/01/2017 até às 16h00min.

QTD	SESSÃO SOLENE
01	Tapete vermelho para corredor
01	Tecido dourado para parede do fundo da mesa diretiva (cenário)
01	Frigobar e 50 unidades de água mineral sem gás 500 ml
QTD	ARRANJOS NATURAIS (flores)
06	Colunas com vasos e arranjos (mesa principal e hall de entrada)
04	Buquês para Homenagem com 12 Rosas.
01	Arranjo para a mesa principal
01	Canteiro com flores
	PLACAS DE HOMENAGEM

19	Placas gravadas em aço inox escovado com pintura automotiva em baixo relevo, medindo 23,5 x 31 cm com moldura em veludo azul royal contorno alumínio polido, acopladas em embalagem de veludo azul.
	SONORIZAÇÃO
06	Caixas de som com tripé (ativa)
04	Microfones s/ fio betha 58
01	Monitor
01	Mesa de som/cabos/periféricos
01	Sistema de microfone e som para atender 02 cantores líricos e teclados.
	EQUIPE DE APOIO
02	Recepcionistas
01	Garçom

Prazo de validade da Proposta: 30 dias.

Palhoça, 14 de dezembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Presidente

ANEXO II

(MODELO)
DECLARAÇÃO

Fora do envelope

Ref.: Pregão nº _____

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Palhoça/SC, de de 2016.

Representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

ANEXO III

(MODELO)

CREDENCIAMENTO

Fora do envelope

Através da presente, credenciamos o (a) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº me CPF sob o nº,
a participar da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça/SC na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº _____, supra referenciada, na qualidade de Representante legal da Empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa bem como formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Palhoça/SC, de de 2016.

Representante legal da empresa

ANEXO IV

(MODELO)

DECLARAÇÃO

Fora do envelope

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC Nº, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Palhoça/SC, de de 2016.

Representante legal da empresa

ANEXO V

(MODELO)

DECLARAÇÃO
Fora do envelope

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC Nº, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por PREGÃO PRESENCIAL Nº

Palhoça/SC, de de 2016.

Representante legal da empresa

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Fora do envelope

Para fins de participação na licitação na modalidade PREGÃO nº _____ a (o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE)
....., CNPJ, sediada na Rua
....., nº, declara, sob as penas da Lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

Palhoça/SC, de de 2016.

Nome e identificação do declarante

Obs: a presente declaração deverá ser assinada por representante legal do PROPONENTE

ANEXO VII

SOMENTE PELA EMPRESA VENCEDORA QUANDO DA ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS (MODELO)

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O ART.26 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 306
À Câmara Municipal de Palhoça/SC

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº, DECLARA a Câmara Municipal de Palhoça/SC, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I – preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato de Secretaria da Receita Federal;

II – o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas a falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1.º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Palhoça/SC, de de 2016.

.....
Assinatura do Responsável

ANEXO VIII – Folha 01

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA
CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC – ESTADO DE SANTA CATARINA
LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº ____/2016

PROPOSTA

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei n.º 10.520/02, a Lei n.º 8.666/93, com as alterações da Lei n.º 8.883/94, e as cláusulas e condições constantes deste Edital.
2. Propomos à Câmara Municipal de Palhoça/SC, o fornecimento do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Pregão Presencial e asseverando que:
 - a) observaremos, integralmente, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do material objeto desta licitação; e,
 - b) em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.
3. Cotamos para o fornecimento do objeto desta licitação, os valores constantes na folha 2 do presente Anexo.
4. O prazo de entrega do objeto da licitação será de acordo com a necessidade da Contratante, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.
5. O prazo de validade desta proposta é de 30 (trinta) dias úteis.

Palhoça/SC, ____ de _____ de 2016.

(assinatura do representante legal da licitante)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

C N P J Nº:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

BANCO (nome e nº):

AGÊNCIA (nome e nº):

CONTA CORRENTE:

ANEXO VIII – Folha 02

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos seguintes serviços: decoração, equipe de apoio, sonorização, placas de homenagem e demais serviços detalhados no Termo de referência – Anexo I, parte integrante deste Edital, para a realização da Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, para a Câmara Municipal de Palhoça.

Local Prestação dos Serviços: Fórum de Palhoça, localizado na Avenida Hilza Terezinha Pagani, Nº 409 – CEP 88.132.256– Loteamento Pagani – Palhoça, SC.

Data da Entrega dos Serviços: Dia 01/01/2017 as 16h00min.

QTD	SESSÃO SOLENE	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
01	Tapete vermelho para corredor		
01	Tecido dourado para parede do fundo da mesa diretiva (cenário)		
01	Frigobar e 50 unidades de água mineral sem gás 500 ml		
QTD	ARRANJOS NATURAIS (flores)		
06	Colunas com vasos e arranjos (mesa principal e hall de entrada)		
04	Buquês para Homenagem com 12 Rosas.		
01	Arranjo para a mesa principal		
01	Canteiro com flores		
	PLACAS DE HOMENAGEM		
19	Placas gravadas em aço inox escovado com pintura automotiva em baixo relevo, medindo 23,5 x 31 cm com moldura em veludo azul royal contorno alumínio polido, acopladas em embalagem de veludo azul.		
	SONORIZAÇÃO		
06	Caixas de som com tripé (ativa)		
03	Microfones s/ fio betha 58		
01	Monitor		
01	Mesa de som/cabos/periféricos		
01	Sistema de microfone e som para atender 02 cantores líricos e teclados.		
	EQUIPE DE APOIO		

02	Recepcionistas		
01	Garçom		
	VALOR TOTAL (serviços/materiais)		

Validade da Proposta é ____ dias.

Palhoça, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Responsável Empresa

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

Contrato que celebram a Câmara Municipal de Palhoça e a Empresa -----, para prestação de serviços Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito – Legislatura 2017/2020, conforme o Processo Licitatório nº XX/2016 – Pregão Presencial nº XX/2016, e vinculado à Lei 8.666/93, alterações posteriores e Lei 10.520/2002.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua: Joci José Martins, 101, em Residencial Pagani, inscrita no CNPJ 75.813.675/0001-59, neste ato representado pelo Sr. ----- – Presidente da Câmara Municipal, aqui denominada CONTRATANTE, e a Empresa -----, inscrito no CNPJ -----, situada à -----representada nesse ato por -----, CPF nº -----, aqui denominada CONTRATADA, por este instrumento e na melhor forma de direito e nos termos do processo de Pregão Presencial nº XX/2016, tem justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de decoração, equipe de apoio, sonorização, placas para homenagem e demais serviços detalhados no Termo de referência – Anexo I, parte integrante deste Edital, para a realização da Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, para a Câmara Municipal de Palhoça.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.

2.1 - Do Preço:

a) O preço total para o presente termo de contrato é de R\$ -----, sendo este, aceito pelo contratado, entendido este como preço justo e suficiente para a entrega total do presente objeto, como segue:

QTD	SESSÃO SOLENE
01	Tapete vermelho para corredor
01	Tecido dourado para parede do fundo da mesa diretiva (cenário)
01	Frigobar e 50 unidades de água mineral sem gás 500 ml
QTD	ARRANJOS NATURAIS (flores)
06	Colunas com vasos e arranjos (mesa principal e hall de entrada)
04	Buquês para Homenagem com 12 Rosas.
01	Arranjo para a mesa principal
01	Canteiro com flores
	PLACAS DE HOMENAGEM
19	Placas gravadas em aço inox escovado com pintura automotiva em baixo relevo, medindo 23,5 x 31 cm com moldura em veludo azul royal contorno alumínio polido, acopladas em embalagem de veludo azul.
	SONORIZAÇÃO
06	Caixas de som com tripé (ativa)
04	Microfones s/ fio betha 58
01	Monitor
01	Mesa de som /cabos/ periféricos
01	Sistema de microfone e som para atender 02 cantores líricos e teclados.
	EQUIPE DE APOIO
02	Recepcionistas
01	Garçom

2.2- Condições de Pagamento:

a) O pagamento será efetuado em cota única após a devida entrega dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, em até 15 dias após a efetiva entrega dos serviços contratados.

b) A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

2.3- Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação se darão através da seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 03.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00

Complemento de Elemento 3.3.90.39.23.00.00.00 (Festividades e Homenagens).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE ENTREGA

3.1 - A entrega dos serviços da presente licitação deverá ser efetuada em 01 de janeiro de 2017, até as 16h00min, após emissão de Ordem de compra e assinatura do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

4.1 - A CONTRATANTE exercerá a fiscalização do presente contrato através do funcionário designado pela Câmara Municipal de Palhoça.

4.2 - Assume a contratada inteira e expressa responsabilidade pelo recolhimento das obrigações sociais e pela proteção aos seus empregados, como também obrigações comerciais, previdenciárias e tributárias referente à execução deste contrato.

4.3 - A CONTRATADA é responsável diretamente aos danos causadas a CONTRATANTE ou contra terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização e acompanhamento pelo órgão interessado.

CLAUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

5.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido da seguinte forma:

5.1.1 PROVISORIAMENTE, por responsável do setor de Compras da Câmara Municipal de Palhoça.

5.1.2 DEFINITIVAMENTE, pelo Diretor Geral da CMP, após vistoria que comprove a adequação dos objetivos previstos, observando o art. 64 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 Ao fornecedor total ou parcialmente inadimplente durante o contrato, serão aplicadas as seguintes sanções legais:

a) o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

b) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 5 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

c) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

d) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

e) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido nos termos do art. 78 e com a observância dos termos do art. 79 da lei nº 8.666/93.

7.2 O contrato poderá ser alterado na forma estabelecida nos incisos I e II do art. 65 da lei 8.666/93.

7.3 Em caso de rescisão administrativa, as multas previstas no ato convocatório, não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrente das infrações cometidas (art. 55, inciso IX, lei 8.666/93).

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Os casos omissos a este contrato serão dirimidos na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

8.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a licitação.

8.3 Fica eleito o Foro de Palhoça, para dirimir as dúvidas decorrentes deste contrato na via Judicial.

8.4 E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma.

Palhoça, de de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT
Presidente da Câmara Municipal

Empresa Contratada

1º _____
TESTEMUNHA

2º _____
TESTEMUNHA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**CREDENCIAMENTO Nº 60/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 60/2016.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, CREDENCIAMENTO nº 60/2016, objeto: credenciamento e a seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de Procedimentos com finalidade diagnóstica - Grupo 02, Sub-Grupo 05– Diagnóstico por Ultrassonografia, do dia 16 de dezembro de 2016 à 17 de janeiro de 2017, recebimento dos invólucros contendo as documentações e ofertas de serviços na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 14 de dezembro de 2016.
Eronete Gilda Gomes Oliveira
Comissão Especial de Contratualização

Palma Sola

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 036/2016

Lei Complementar n. 036, de 13 de dezembro de 2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder revisão geral anual aos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, o Senhor Domingos Lirio Locatelli, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, aos Servidores Públicos Municipais Ativos e Inativos, e aos Detentores de Mandato Eletivo e Secretários Municipais, conforme estabelece o art. 39, §4º, também da Constituição Federal, em percentual de recomposição de 10,54% (dez inteiros e cinquenta e quatro centésimo por cento), o que corresponde à inflação registrada pelo índice indexador do IGP-M, durante o período acumulado de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º. A recomposição do período estabelecido pelo art. 1º entrará em vigor a partir do dia 1º de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor em 01 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, 13 de dezembro de 2016.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta data.

Valdemar Gritti

Secretario Municipal de Administração

LEI Nº 1954/2016

Lei n. 1954, de 13 de dezembro de 2016

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Palma Sola para o exercício de 2017.

O Prefeito do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, o Senhor Domingos Lirio Locatelli, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento do Município de Palma Sola, abrange a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 19.740.300,00 (Dezenove milhões, setecentos e quarenta mil e trezentos reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital na forma de legislação em vigor e das especificações constantes nos anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	21.680.200,00
1.1	Receita Tributária	R\$	1.131.300,00
1.2	Receita de Contribuições	R\$	300.000,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$	77.200,00
1.4	Receita Agropecuária	R\$	86.000,00
1.5	Receita Industrial	R\$	3.000,00
1.6	Receita de Serviços	R\$	147.900,0
1.7	Transferências Correntes	R\$	19.592.800,00
1.9	Outras Receitas Correntes	R\$	342.000,00
9.0	Deduções Receitas	R\$	-2.745.810,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	805.910,00
2.1	Operações de Crédito	R\$	17.000,00
2.2	Alienação de Bens	R\$	56.000,00
2.3	Transferências de Capital	R\$	732.910,00
T.GERAL		R\$	19.740.300,00

Art. 3º A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	R\$	658.290,00
02.01	GABINETE DO PREFEITO	R\$	297.000,00
03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$	1.721.400,00
03.02	SECRETARIA DA FAZENDA	R\$	1.093.100,00
03.03	SEC. DE GESTÃO ADMINIST. E PLANEJAMENTO	R\$	137.000,00
03.04	FUNDO MUNIC. RECONSTITUIÇÃO BENS LESADOS	R\$	77.000,00
04.01	CRECHES	R\$	648.000,00
04.02	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	R\$	1.148.600,00
04.03	EDUCAÇÃO ESPECIAL	R\$	116.000,00
04.04	SECRETARIA EDUCAÇÃO	R\$	4.552.568,50
04.06	DIRETORIA DE ESPORTE	R\$	278.000,00
05.03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$	3.796.615,50
06.01	SEC. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$	977.000,00
06.02	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE-FMMA	R\$	222.000,00
07.01	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	R\$	1.293.066,00
07.02	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E TRANS.	R\$	1.201.960,00
07.03	FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	R\$	22.000,00
08.01	FUNREBOM	R\$	128.000,00
09.01	FUNDAÇÃO CULTURAL	R\$	193.500,00
10.01	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	R\$	603.000,00
10.02	FUNDO MUNIC. DE INFANCIA E ADOLESCENCIA	R\$	154.200,00
10.03	FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DOS IDOSOS	R\$	57.000,00
11.01	SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	R\$	215.000,00
99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	150.000,00
	TOTAL GERAL	R\$	19.740.300,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	AÇÃO LEGISLATIVA	R\$	658.290,00
04	ADMINISTRAÇÃO	R\$	2.983.400,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	251.100,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	793.200,00
10	SAÚDE	R\$	3.765.823,50
12	EDUCAÇÃO	R\$	6.465.168,50
13	CULTURA	R\$	193.500,00
14	DIREITOS DA CIDADANIA	R\$	21.000,00
15	URBANISMO	R\$	1.293.066,00
16	HABITAÇÃO	R\$	22.000,00
17	SANEAMENTO	R\$	30.792,00
20	AGRICULTURA	R\$	1.199.000,00
22	INDÚSTRIA	R\$	215.000,00
26	TRANSPORTE	R\$	1.201.960,00
27	DESPORTO E LAZER	R\$	278.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	219.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	150.000,00
	TOTAL GERAL	R\$	19.740.300,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	R\$	3.000,00
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$	658.290,00
0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA	R\$	297.000,00
0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	R\$	874.100,00
0004	ADMINISTRAÇÃO GERAL	R\$	1.573.300,00
0005	ORGANIZAÇÃO/MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	R\$	137.000,00
0006	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	84.000,00
0007	ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO PALMASSOLENSE	R\$	704.100,00
0008	SAÚDE PARA PALMA SOLA	R\$	3.777.823,50
0009	ALUNOS AO ABRIGO	R\$	11.000,00
0010	EDUCAÇÃO BÁSICA	R\$	3.455.828,50
0011	EDUCAÇÃO ESPECIAL	R\$	116.000,00
0012	EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$	1.785.600,00
0013	ENSINO MÉDIO	R\$	7.000,00
0014	ENSINO SUPERIOR	R\$	45.000,00
0015	ENSINO SUPLETIVO	R\$	9.000,00

0016	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	R\$	22.000,00
0017	MERENDA ESCOLAR	R\$	249.440,00
0018	TRANSPORTE ESCOLAR	R\$	652.300,00
0019	AÇÕES CULTURAIS	R\$	193.500,00
0020	CANALIZAÇÃO DA SANGA	R\$	10.056,00
0022	TRANSITAR BEM	R\$	1.268.010,00
0023	HABITAÇÃO POPULAR	R\$	22.000,00
0024	FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS	R\$	38.500,00
0025	HOMEM NO CAMPO	R\$	834.000,00
0026	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	R\$	188.000,00
0028	INCENTIVOS PARA INDÚSTRIAS	R\$	167.000,00
0029	ESTRADAS VICINAIS	R\$	1.201.960,00
0030	ESPORTE PARA TODOS	R\$	278.000,00
0031	DÍVIDA INTERNA	R\$	216.000,00
0034	TERMINAL RODOVIÁRIO	R\$	4.000,00
0035	CASA DA CIDADANIA	R\$	21.000,00
0036	PETI-PROGRAMA ERRADICAÇÃO TRAB. INFANTIL	R\$	89.100,00
0037	PROTEÇÃO DE FONTES	R\$	34.000,00
0038	INCENTIVO A FRUTICULTURA	R\$	7.000,00
0039	FUNDO DE REEQUIPAMENTO CORPO BOMBEIRO	R\$	128.000,00
0040	PRÓ INFÂNCIA	R\$	11.000,00
0041	CAMINHO NA ESCOLA	R\$	14.000,00
0043	PLANO DIRETOR	R\$	25.000,00
0044	ESTAÇÃO TRATAMENTO/CANALIZAÇÃO ESGOTO	R\$	18.792,00
0045	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	R\$	48.000,00
0046	INSIMINAÇÃO ARTIFICIAL	R\$	93.500,00
0047	PLANO DE AÇÕES ARTICULADA-PAR	R\$	98.000,00
0048	INCENTIVO A PSICULTURA	R\$	4.000,00
0049	SEGURANÇA POR VIDEOMONITORAMENTO	R\$	39.100,00
0050	FUNDO MUNICIPAL RECONSTITUIÇÃO BENS LESADO	R\$	77.000,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	150.000,00
	TOTAL GERAL	R\$	19.740.300,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	R\$	17.177.938,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	9.133.501,50
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	R\$	36.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$	8.008.436,50
	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	2.412.362,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	R\$	2.232.362,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	R\$	180.000,00
9.9.99.00.00.00	Reserva de Contingência	R\$	150.000,00
	TOTAL GERAL	R\$	19.740.300,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

I -	Passivos Contingentes	R\$	60.000,00
II -	Intempéries	R\$	40.000,00
III -	Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	150.000,00

§ 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá utilizar os recursos da Reserva de Contingência com autorização prévia do Poder Legislativo.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como "Passivos Contingentes", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência da unidade gestora não orçados ou orçados a menor.

§ 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá abrir Créditos Adicionais Suplementares nos termos dos itens contidos no § 1º, do Art. 43, da Lei nº 4.320/64 com autorização prévia do Poder Legislativo.

Art. 5º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 6º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes

de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais desde que autorizado previamente pelo Poder Legislativo.

Art. 7º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 8º Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei desde que autorizado previamente pelo Poder Legislativo.

Art. 9º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, desde que sejam autorizados especificamente pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 10º O Executivo Municipal poderá celebrar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta desde que autorizado previamente pelo Poder Legislativo.

Art. 11º A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de Janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 13 de dezembro de 2016.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada

Valdemar Gritti

Secretario Municipal de Administração

LEI Nº 1955/2016

Lei n. 1955, de 13 de dezembro de 2016

Desafeta Áreas de Domínio Público e dá

Outras providências;

O Prefeito do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, o Senhor Domingos Lirio Locatelli, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a desafetar as áreas de Domínio Público, conforme matrículas registradas no Cartório de Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, a seguir descritas:

Matrícula nº 12.401- lote urbano nº 22 (vinte e dois) da quadra nº 102 (cento e dois) do Loteamento Núcleo Sol Nascente, no município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com área de 253,12m² (duzentos e cinquenta e três metros e doze centímetros quadrados);

Matrícula nº 12.402- lote urbano nº 23 (vinte e três) da quadra nº 102 (cento e dois) do Loteamento Núcleo Sol Nascente, no município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com área de 262,00m² (duzentos e sessenta e dois metros quadrados);

Matrícula nº 12.407- lote urbano nº 05 (cinco) da quadra nº 103 (cento e três) do Loteamento Núcleo Sol Nascente, no município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com área de 375,00m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados);-

Matrícula nº 12.413- lote urbano nº 11 (onze) da quadra nº 103 (cento e três) do Loteamento Núcleo Sol Nascente, no município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com área de 375,00m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados);

Matrícula nº 12.417- lote urbano nº 15 (quinze) da quadra nº 103 (cento e três) do Loteamento Núcleo Sol Nascente, no município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com área de 264,73m² (duzentos e sessenta e quatro metros e setenta e três centímetros quadrados);

Matrícula nº 12.418- lote urbano nº 16 (dezesesseis) da quadra nº 103 (cento e três) do Loteamento Núcleo Sol Nascente, no município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com área de 210,00m² (duzentos e dez metros quadrados);

Art. 2º. A desafetação mencionada no artigo anterior faz-se necessária, tendo por finalidade a regularização de Escrituras Públicas, conforme Lei Municipal nº 1643, de 22 de outubro de 2008 e Termo de Compromisso nº 041/2008 – COHAB/SC.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 13 de dezembro de 2016.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada

Valdemar Gritti

Secretario Municipal de Administração

Papanduva

PREFEITURA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2016 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2016 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2016 Objeto: Aquisição de 01 retroescavadeira nova, 0 (zero) hora, para o uso da Secretaria Municipal de Agricultura Tipo: Menor Preço Unitário e Eletrônico; Início do recebimento das Propostas: Das 08:00hs do dia 16 de dezembro de 2016 até as 08:30hs do dia 29/12/2016; Início da disputa de lances: Às 10:00hs do dia 29/12/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 2519 de 05 de março de 2015 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Contrato de Repasse com a CEF nº 1.033.241-56/2016. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos sites www.papanduva.sc.gov.br e www.bll.org.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, em horário de expediente, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 14 de dezembro de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 003/2016www.papanduva.sc.gov.br**Edital de Teste Seletivo nº 003/2016**

O Município de PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, torna público que serão abertas as inscrições do **TESTE SELETIVO** para preenchimento de vagas temporárias constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para formação de cadastro de reserva para o ano de 2017, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1803/2007, Lei Ordinária nº 1615/2002, Lei Complementar 08/2003, Lei Complementar 029/2008, Decreto nº 1392/2002 e Decreto nº 1645/2005, e de acordo com as seguintes disposições deste Edital.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Teste Seletivo será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e será organizado pela empresa Instituto Excelência Ltda. - ME, sediada à Avenida Brasil, nº 882, Sala 02, Zona 08, Maringá – PR, CEP 87.050-465, TELEFONE (44) 3026 1016. Horário de expediente: 09:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00, e-mail contato@institutoexcelenciapr.com.br.

1.2 - O presente Teste Seletivo será regido pelas instruções especiais constantes do presente Edital, elaborado em conformidade com os ditames das Legislações Federal e Municipais vigentes e pelas normas cabíveis que vierem a surgir.

1.3 - Os cargos, as vagas e os valores das inscrições encontram-se no **Anexo I** do presente Edital.

1.4 - As atribuições estão descritas no **Anexo II** do presente Edital.

1.5 - O Teste Seletivo compreenderá a aplicação de **Prova Escrita Objetiva de caráter classificatório e eliminatório, Prova de Títulos e Tempo de Serviço (somente professores) de caráter classificatório**.

1.6 - As provas serão realizadas na cidade de Papanduva - SC, por definição conjunta da Prefeitura do Município de Papanduva e da empresa organizadora, Instituto Excelência Ltda. - ME.

1.7 - Os meios oficiais de divulgação dos atos deste Teste Seletivo são: No mural de publicações da Prefeitura Municipal e nos sites www.institutoexcelenciapr.com.br e www.papanduva.sc.gov.br.

1.8 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Teste e/ou a divulgação desses documentos através do site www.institutoexcelenciapr.com.br e demais meios oficiais de divulgação definidos no **item 1.7**.

1.10 - Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário de Brasília.

2 – DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

2.1 - São condições para inscrição:

2.1.1 - Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal 70.436/72.

2.2 - São requisitos para posse:

2.2.1 - Ser aprovado neste Teste Seletivo;

2.2.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

2.2.3 - Ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do cargo/emprego mediante confirmação de exame médico admissional;

2.2.4 - Estar quites com o Serviço Militar, se, do sexomascuino;

2.2.5 - Estar no gozo dos direitos civis e políticos;

2.2.6 - Atender as condições, escolaridade e requisitos prescritos para o cargo/emprego;

2.2.7 - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental;

2.2.8 - Não possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite acumulação de cargos, empregos e funções, ressalvados os casos contidos nas alíneas "a", "b" e "c", inc. XVI, do art. 37, da Constituição Federal, inclusive no que concerne à compatibilidade de horários.

2.2.9 - Não ser aposentado por invalidez ou ter aposentadoria especial para o mesmo cargo/emprego, e nem estar em idade de aposentadoria compulsória.

2.3 - Os requisitos citados acima, assim como os dispostos no **Anexo I** deste Edital são essenciais para provimento do cargo/emprego, devendo o candidato na ocasião da posse, apresentar os documentos exigidos ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Papanduva. No caso do não cumprimento das referidas exigências, o candidato perderá o direito à vaga.

3 – DAS INSCRIÇÕES

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

1



www.papanduva.sc.gov.br

3.1 – DISPOSIÇÕES INICIAIS

3.1.1 As inscrições serão realizadas somente pela internet conforme **item 3.2**. Não serão admitidas inscrições pelo Correio, Fax, E-mail ou outra forma diferente da definida no **item 3.2**.

3.2 – DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET

3.2.1- Será admitida a inscrição apenas via INTERNET no endereço eletrônico www.institutoexcelenciapr.com.br a partir do dia **15/12/2016 até o dia 29/12/2016 até as 12:00** desde que efetue seu pagamento até o dia **29/12/2016** através de “**Boleto Bancário**” a ser emitido após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição no endereço www.institutoexcelenciapr.com.br.

3.2.2 - A inscrição efetuada via internet somente será validada após a constatação do pagamento do **boleto bancário** referente à taxa de inscrição dentro do prazo estabelecido pelo presente Edital.

3.2.3 - Não serão considerados válidos pagamentos do boleto após o prazo do seu vencimento ou com valores divergentes.

3.2.4 - A única forma de pagamento da taxa de inscrição é através do **boleto bancário**.

3.2.5 - É de responsabilidade exclusiva do candidato observar os dias e horários da rede bancária credenciada, para o pagamento da taxa de inscrição.

3.2.6 - Não serão acatadas inscrições cujo pagamento do valor da inscrição tenha sido efetuado em desacordo com as opções oferecidas no ato do preenchimento da inscrição via internet, seja qual for o motivo alegado.

3.2.7 - O **Instituto Excelência** não se responsabiliza por inscrições via Internet não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados, salvo por culpa exclusiva da instituição organizadora.

3.2.8 - Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o site www.institutoexcelenciapr.com.br. Em caso de dúvida para efetivar a sua inscrição, o candidato poderá consultar o “Menu do Candidato” de como realizar a sua Inscrição, disponível na página inicial do site ou entrar em contato com a empresa através do e-mail contato@institutoexcelenciapr.com.br ou através do telefone (44) 3026-1016.

3.2.9 - Em caso de inscrições pela INTERNET, caso seja feita mais de uma inscrição do mesmo candidato, será considerada a última inscrição efetuada que tenha sido pago o boleto bancário.

3.2.10 - Os valores de inscrição pagos em desacordo com o estabelecido neste Edital não serão devolvidos.

3.2.11 - Os candidatos poderão se inscrever para apenas um cargo.

3.2.11.1 – **As Provas Escritas Objetivas serão realizadas somente no Turno da Manhã.**

3.2.12 – Valor das Inscrições:

Cargos	Taxa de Inscrição R\$
Nível Ensino Fundamental	R\$ 20,00
Nível Ensino Médio	R\$ 30,00
Nível Ensino Superior	R\$ 50,00

3.3 – DAS ISENÇÕES DE INSCRIÇÕES

3.3.1 – Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição no Teste Seletivo nº 003/2016 do Município de Papanduva **os candidatos doadores de sangue e os candidatos de condição hipossuficiente** atendidas às condições estabelecidas nos itens seguintes.

3.3.2 – O candidato que requerer o benefício deverá inscrever-se normalmente no Teste Seletivo nº 003/2016, entretanto, se deferida a isenção, não precisará pagar o boleto bancário.

3.3.3 – Para requerer a isenção por doação de sangue o candidato deverá:

3.3.3.1 – Efetuar o preenchimento completo de requerimento de isenção (**Anexo VII**), assinalando a opção “**doador de sangue**” e anexar ao requerimento do documento expedido pela entidade coatora.

3.3.3.2 – O documento previsto no subitem anterior deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do Edital do Teste Seletivo.

3.3.3.3 – Considere-se, para enquadramento ao benefício previsto neste item, somente a doação de sangue promovida a

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

www.papanduva.sc.gov.br

órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

3.3.4 – Para requerer a isenção por hipossuficiência o candidato deverá:

3.3.4.1 – Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (**Anexo VII**), assinalando a opção “hipossuficiência”.

3.3.4.2 – Anexar ao requerimento fotocópia do comprovante de renda (contracheque), caso se encontre empregado; ou
3.3.4.3 – Declaração escrita que se encontre desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social – CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho, caso se encontre desempregado;

3.3.4.4 – Anexar cópia do número de Identificação Social – NIS atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal;

3.3.4.5 – Anexar declaração informando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007, podendo ser a disponível no **Anexo VII** deste Edital.

3.3.5 – O requerimento de isenção deverá ser encaminhado via SEDEX ou carta registrada (AR), sob pena de indeferimento a ausências de qualquer um dos documentos solicitados neste Item 3.3, no período de **15 de dezembro a 20 de dezembro de 2016**, ao Instituto Excelência Ltda. – ME, CAIXA POSTAL 2707, Maringá/PR, CEP 87.013-981, identificando no envelope: **ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – TESTE SELETIVO – Prefeitura Municipal de Papanduva/SC - Edital nº 003/2016**.

3.3.5.1 – Serão considerados somente documentos enviados dentro do prazo estabelecido, conforme data de postagem verificada pelo carimbo dos Correios, e juntamente acompanhado do formulário **Anexo VII**, considerando um anexo para o cargo inscrito.

3.3.6 – A constatação de falsidade do comprovante de renda ou da declaração referidos no item anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente Teste Seletivo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

3.4 – DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS – PCD's

3.4.1 – Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, no Decreto Federal nº 3.298/99, será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente TESTE SELETIVO.

3.4.1.1 – Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), os candidatos com deficiência concorrerão às vagas anunciadas sem a prerrogativa da reserva legal, observada a classificação geral. A formação da vaga, quando a fração for menor que 0,5 (cinco décimos), ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas durante o prazo de validade do Teste Seletivo.

3.4.2 – Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias relacionadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

3.4.3 – As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu artigo 40, participarão do TESTE SELETIVO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas.

3.4.4 – O candidato deverá declarar, quando da inscrição, ser pessoa com deficiência, especificando-a no Formulário de Inscrição e que deseja concorrer às vagas reservadas. Após isso, deverá providenciar a documentação exigida no item e preencher o formulário (**Anexo VI**) deste Edital, encaminhando – os via SEDEX ou carta registrada (AR), sob pena de indeferimento a ausências de qualquer um dos documentos solicitados neste Item 3.4, no período de **15/12/2016 a 29/12/2016** ao Instituto Excelência Ltda. – ME, CAIXA POSTAL 2707, Maringá/PR, CEP 87.013-981, identificando no envelope: **INSCRIÇÃO PNE – TESTE SELETIVO – Prefeitura Municipal de Papanduva/SC - Edital nº 003/2016**.

3.4.5 – Serão considerados somente documentos enviados dentro do prazo estabelecido, conforme data de postagem verificada pelo carimbo dos Correios, e juntamente acompanhado do formulário **Anexo VI**, considerando um anexo para cada cargo inscrito, e com os documentos a seguir:

a) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 06 (seis) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão, anexando ao Laudo Médico as seguintes informações: nome completo, número do documento de identidade (RG), número do CPF e nome do TESTE SELETIVO, nome da função pretendida (**Anexo VI**);

b) O candidato com **deficiência visual** que necessitar de prova especial em Braille ou ampliada ou leitura de sua prova, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito (**Anexo VI**), dentro do prazo previsto para envio da documentação.

c) O candidato com **deficiência auditiva** que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito (**Anexo VI**);

d) O candidato com **deficiência física** que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada na

www.papanduva.sc.gov.br

letra "a" deste item, deverá solicitar, por escrito (**Anexo VI**), mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio das provas dissertativas (quando houver) e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc.;

e) O candidato com deficiência que necessitar de **tempo adicional** para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação (**Anexo VI**) com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, dentro do prazo de envio do laudo.

3.4.6 – Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo, ainda, utiliza-se de soroban.

3.4.7 – Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas nesse sistema. Sua prova ampliada será em fonte 24.

3.4.8 – O candidato que encaminhar laudo médico, de acordo com o especificado no item 3.4.5 letra "a", e que, não tenha indicado no ato da inscrição que deseja concorrer às vagas reservadas, automaticamente será considerado como "concorrendo às vagas reservadas".

3.4.9 – Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados neste Capítulo e seus subitens serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

3.4.10 – O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá interpor recurso administrativo em favor de sua condição.

3.4.11 – O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.

3.4.12 – Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência incapacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

3.4.13 – A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original oficial e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme item **3.4.5** deste Capítulo, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.4.14 – Não caberá recurso contra decisão proferida pela perícia Médica da Prefeitura Municipal de Papanduva/SC.

3.4.15 – A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser contratado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

3.4.16 – O laudo médico apresentado terá validade somente para este TESTE SELETIVO e não será devolvido.

3.4.17 – Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação ou aposentadoria por invalidez.

4 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

4.1 – Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória.

4.2 – Não serão recebidas inscrições por via postal, fac-símile ou condicional, sob qualquer pretexto, fora do prazo estabelecido ou que não atenda rigorosamente às disposições contidas neste edital.

4.3 – Não serão aceitas inscrições contendo dados incompletos.

4.4 – Efetivado o pagamento da inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração, sob hipótese alguma.

4.5 – No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o Instituto Excelência procederá à inclusão do referido candidato, através de preenchimento de formulário específico mediante a apresentação do comprovante de inscrição. Formulário estará em posse do Coordenador do Instituto Excelência.

4.6 – A inclusão de que trata o item 4.5 será realizada de forma condicional e será confirmada pelo Instituto Excelência, na fase de Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.

4.6.1 – Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item 4.5, a mesma será cancelada, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

4.7 – Não haverá devolução da quantia paga a título de inscrição, salvo em caso de não realização do Teste, ou alteração de regra editalícia relacionada à data de prova, alteração de empregos, ou qualquer outro quesito que interfira no interesse do candidato em participar do certame, por ordem da autoridade superior.

4.8 – A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas contidas neste edital.

4.9 – A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no requerimento de inscrição, bem como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas, implicará no cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, após processo administrativo em que se garantam os princípios do contraditório e ampla

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

www.papanduva.sc.gov.br

defesa.

4.10 – DEFERIMENTO DOS REQUERIMENTOS DE INSCRIÇÃO

4.10.1 - A partir do dia **04/01/2017**, o candidato deverá conferir nos sites www.institutoexcelenciapr.com.br e www.papanduva.sc.gov.br se fora deferido seu requerimento de inscrição.

5 – DAS PROVAS

5.1 – A aplicação de provas do Teste Seletivo Edital 003/2016 será:

5.1.2 - Prova Objetiva de Múltipla Escolha de caráter classificatório e eliminatório.

5.1.3 – A **Prova Objetiva** contendo 25 (vinte e cinco) questões com 04 opções de respostas (a,b,c,d) cada, com apenas uma opção correta.

5.1.4 – A Prova Objetiva será avaliada na escala de **0 (zero) a 100 (cem)** pontos.

5.1.4.1 – Será considerado habilitado na prova objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a **50 (cinquenta)** pontos.

5.1.4.2 – O candidato não habilitado na prova objetiva será eliminado do Teste Seletivo.

5.1.5 – Prova de Títulos para os **Cargos de Professores** de caráter classificatório, para os candidatos que atingirem média de **50 (cinquenta)** pontos ou superior na Prova Objetiva.

5.2 – A realização da **Prova Objetiva**, esta incluída o tempo para distribuição e orientações sobre as provas e o preenchimento da Folha de Respostas, terá duração de **03 (três)** horas.

5.3 - As informações sobre Tipos de Provas, Escolaridade Mínima Exigida para Cargo/Emprego, Quantidade de Questões e Pontuação é o constante do **Anexo V**.

5.4 - O Conteúdo Programático para as **Provas Objetivas** será apresentado no **Anexo IV**.

5.5 - No decorrer da prova, se o candidato observar qualquer anormalidade de prova trocada, ou anormalidade gráfica, relacionada ao tipo de prova a que se submeteria perante o cargo/emprego escolhido, deverá manifestar-se junto ao Fiscal de Sala, que, consultará a coordenação do Teste Seletivo, que proporá a solução imediata e registrará ocorrência para posterior análise da banca examinadora.

5.6 - Sempre que o candidato observar qualquer anormalidade na prova, como as descritas no item anterior deverá se manifestar no momento da prova, sob pena de não poder apresentar, posteriormente, eventual recurso junto à banca examinadora.

6 – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1.1 - A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia **15/01/2017**, no Município de Papanduva – SC, em locais e horários que serão divulgados no dia **09/01/2017** e, nos sites www.institutoexcelenciapr.com.br e www.papanduva.sc.gov.br e no Mural de Publicações a Prefeitura Municipal de Papanduva.

6.1.2 - O candidato deverá comparecer ao local de realização das Provas, com no mínimo, 01 (uma) hora de antecedência, portando documento de identidade original, comprovante de inscrição, caneta esferográfica azul ou preta, lápis preto nº 02 e borracha macia.

6.1.2.1 - Só poderão ausentar-se do recinto de provas, depois de decorridos **01 hora** do início das mesmas.

6.1.2.2 – Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala onde estiver sendo realizada a prova somente poderão entregar a respectiva prova e retirar-se do local simultaneamente.

6.1.3 - O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identificação.

6.1.4 - É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no local, data e horário determinado, com todos os custos sob sua responsabilidade.

6.1.5 - O ingresso do candidato na sala onde se realizarão as provas só será permitido no horário estabelecido, mediante a apresentação do Documento de Identidade Oficial (original), preferencialmente o usado na inscrição.

6.1.6 - O documento de identificação deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura. Não serão aceitos como documentos de identificação: CPF (CIC), certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo, sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem cópias de documentos de identificação, ainda que autenticados, ou protocolos de entrega de documentos.

6.1.7 - Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97).

6.1.8 - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência policial com data de no máximo 30 dias antes da data de realização das provas, bem como outro documento que o identifique. Nesta

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

5

www.papanduva.sc.gov.br

ocasião poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas em formulário próprio de ocorrências.

6.1.9 - A identificação especial poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.

6.2 - O candidato que não apresentar documento de identidade oficial original, na forma definida nos subitens **6.1.5**, **6.1.6**, **6.1.7** e **6.1.8** deste Edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Teste Seletivo.

6.2.1 - Não serão realizadas provas fora do local, cidade, data e horário determinado.

6.2.2 - Será excluído deste Teste Seletivo o candidato que:

- a) Não apresentar documento de identificação exigida;
- b) Não devolver a folha de respostas cedida para realização das provas;
- c) Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
- d) Ausentar-se da sala no período das provas sem acompanhamento do fiscal, ou antes, do tempo mínimo de permanência estabelecido ou portando caderno de questões ou folha de resposta;
- e) For colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou através de equipamentos eletrônicos;
- f) Tumultuar a realização das provas, podendo responder legalmente pelos atos ilícitos praticados;
- g) Fizer anotações de informação relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;
- h) Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões e nas folhas de respostas;
- i) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Teste Seletivo;
- j) Constatado, após as provas por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processo ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Teste Seletivo;
- k) Faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes e/ou com candidatos;

6.2.3 - Não será permitido ao candidato permanecer no local das Provas Objetivas com aparelhos eletrônicos ligados (bip, telefone celular, relógio do tipo data bank, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador etc.). Caso o candidato leve algum aparelho eletrônico, o mesmo deverá estar desligado e em caso de aparelho telefone celular retirar a bateria e colocar debaixo da carteira. O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tal ato como tentativa de fraude.

6.2.4 - É expressamente proibido ao candidato permanecer com armas no local de realização das provas, ainda que detenha o porte legal de arma, sob pena de sua desclassificação.

6.2.5 - Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, anotações, impressos, livros ou qualquer outro material de consulta.

6.2.6 - Não será permitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões ou fora dos locais predeterminados.

6.2.7 - O candidato não poderá ausentar-se da sala de realização das provas, sem acompanhamento de fiscal, após ter assinado a lista de presença.

6.2.8 - O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal, juntamente com a folha de respostas, seu caderno de questões.

6.2.8.1 - Os cadernos de provas e os gabaritos serão divulgados de acordo com **Anexo III**.

6.2.9 - Não haverá segunda chamada para as provas. O não comparecimento a quaisquer das provas resultará na eliminação automática.

6.3 - Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

6.3.1 - A condição de saúde do candidato no dia da aplicação das provas será de sua exclusiva responsabilidade.

6.3.2 - Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de Coordenadores responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio que for necessário.

6.3.3 - Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Teste Seletivo.

6.3.4 - No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.3.5 - As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico de leitura ótica.

6.3.6 - As respostas das provas objetivas deverão ser transcritas a caneta esferográfica de tinta azul ou preta para a Folha de Respostas, que é o único documento válido para correção eletrônica. Não haverá substituição da Folha de Respostas ou de qualquer outro material, exceto por ocorrência de responsabilidade exclusiva da Administração ou da organização do Teste Seletivo, sendo da responsabilidade exclusiva do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, emenda ou rasura, ainda que legível e serão consideradas ERRADAS, as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

6.3.6.1 - A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas (gabarito) implicará na eliminação automática do



Município de
Papanduva

www.papanduva.sc.gov.br

mesmo.

6.3.7 - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, desde deferido a solicitação de atendimento especial a este fim, nos termos do edital (**Anexo VI**), e ainda deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará as provas.

6.3.8 - Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim no ato da inscrição. Nesse caso, se deferido o seu pedido, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado pela coordenação do Teste Seletivo.

7 – DA PROVA DE TÍTULOS PARA CARGOS DE PROFESSORES HABILITADOS

7.1 – Constituem Títulos somente os indicados na tabela a seguir, desde que devidamente comprovados e relacionados à área para a qual o candidato está concorrendo, limitando-se a pontuação ao máximo descrito, sendo que os pontos excedentes serão desconsiderados.

7.2 – Os pontos dos Títulos serão contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

7.2.1 – O total de pontos alcançados na Prova de Títulos será somado à nota obtida na Prova Objetiva.

7.2.2 – A somatória será feita somente para os candidatos que forem habilitados na Prova Objetiva, de acordo com o presente Edital.

7.2.3 – Para todos os **Cargos de Professores Habilitados** do TESTE SELETIVO, poderão ser apresentados os seguintes títulos:

TÍTULO	QUANTIDADE DE TÍTULOS	PONTOS
1) Doutorado na área da Educação, concluído até a data de apresentação dos títulos.	01	15,0
2) Mestrado na área da Educação, concluído até a data de apresentação dos títulos.	01	10,0
3) Pós- graduação <i>Lato Sensu</i> na área de Educação, com no mínimo 360 horas, concluída até a data de apresentação dos títulos.	01	5,0
4) Tempo de serviço no magistério. (Será aceito tempo de serviço das esferas federa, estadual, municipal e particular). (Conforme Anexo IX).	Até 05 meses = 0,50 pontos; De 06 meses a 2 anos e 11 meses = 1,00 ponto; De 03 anos a 08 anos e 11 meses = 2,00 pontos; Acima de 9 anos = 3,00 pontos; Contagem do tempo de serviço até 30/11/2016	

7.2.4 – Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com a área da educação.

7.2.5 – Para comprovação dos títulos previstos no item 7.2.3, o comprovante deverá ser diploma ou certificado, ou ainda declarações e/ou atestado de conclusão do curso, expedidos pela entidade promotora, ambos acompanhados de histórico escolar, nos termos, também, do **item 7.2.6** deste Edital. Não serão pontuados boletim de matrícula, histórico escolar somente ou outra forma que não a determinada neste item, não devendo o candidato entregar documentos que não estejam na forma exigida.

7.2.6 – Os documentos, em língua estrangeira, de cursos realizados, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa, por tradutor juramentado e revalidados por instituição brasileira.

7.2.7 – Todos os documentos terão de ser entregues, obrigatoriamente, em **cópias simples**.

7.2.8 – O candidato não poderá exceder o total de títulos estabelecido neste Edital. Caso o candidato envie mais títulos que o estabelecido, estes perderão direito à pontuação, cabendo aos membros da Banca Avaliadora da empresa Instituto Excelência Ltda. – ME julgarem o fato.

7.3 – Todos os candidatos concorrentes às funções de Professores, habilitados na Prova Escrita Objetiva nos termos do edital, terão como período de envio dos títulos do dia **15/12/2016 a 02/01/2017** sendo todas as cópias obrigatoriamente autenticadas, assim como também deverá enviar, em caráter obrigatório, o Relatório de Discriminação de Títulos perfeitamente preenchido de forma legível e sem rasuras, conforme **ANEXO VIII**, por SEDEX ou carta registrada (AR), à **Empresa Instituto Excelência Ltda. – ME, CAIXA POSTAL 2707, Maringá/PR, CEP 87.050– 465, identificando no envelope: TÍTULOS – TESTE SELETIVO – Prefeitura Municipal de Papanduva/SC – Edital nº 003/2016**.

7.4 – Somente serão considerados aptos para avaliação os títulos enviados com data de postagem especificada neste

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

7

www.papanduva.sc.gov.br

Edital, e se habilitados na prova escrita objetiva. Serão consideradas a data e hora que constam no carimbo de postagem dos Correios.

7.5 – Somente serão considerados e avaliados aqueles títulos que:

a) **estiverem acompanhados do relatório do ANEXO VIII com todos os campos perfeitamente preenchidos;**

b) apresentar, na parte externa do envelope, o nome do Instituto Excelência Ltda. – ME, o número do Edital do TESTE SELETIVO, o nome do candidato, o número da inscrição e a função pretendida;

c) apresentar autenticação em cartório na face do documento onde constam as informações necessárias para cumprir os requisitos exigidos para a pontuação do título.

7.6 – Será de exclusiva responsabilidade do candidato a entrega da documentação referente a títulos, os quais deverão ser enviados de uma única vez, conforme o item **7.3**, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição de documentos.

7.7 – Não serão aceitos títulos entregues em qualquer uma das seguintes condições: fora do prazo, por fax, por INTERNET, na empresa Instituto Excelência Ltda. – ME ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

7.8 – Em nenhuma hipótese serão devolvidas ou disponibilizadas cópias, aos candidatos, dos documentos referentes aos títulos. Por este motivo, os candidatos não devem enviar seus documentos, certificados e diplomas originais, e sim autenticados conforme já disposto neste Edital.

7.9 – Constituem Títulos somente os indicados na tabela, desde que devidamente comprovados, limitando-se a pontuação ao máximo descrito no item da tabela.

7.10 – Somente os candidatos considerados habilitados na Prova Objetiva terão seus Títulos pertinentes à função para a qual está concorrendo avaliados.

7.11 – O total de pontos alcançados na Prova de Títulos será somado à nota obtida na Prova Objetiva.

7.12 – A somatória será feita somente para os candidatos considerados habilitados na Prova Objetiva, de acordo com o presente Edital.

7.13 – Entregues os Títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos sob qualquer hipótese ou alegação.

7.14 – O(s) diploma(s) e/ou certificado(s) e/ou declarações acompanhado do histórico, dos Títulos mencionados deverá/deverão ser expedido(s) por instituição de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação.

7.15 – Somente serão aceitos documentos nos quais constem todos os dados necessários à sua perfeita avaliação.

7.16 – Somente serão pontuados os cursos reconhecidos, estando vedada a pontuação de qualquer curso/documento que não preencher todas as condições previstas neste Edital.

7.17 – Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos Títulos constantes das Tabelas de títulos deste Edital, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e comprovada a culpa do mesmo, este será excluído do TESTE SELETIVO.

7.18 – No prazo de 02 (dois) dias, a contar da divulgação das Notas da Prova Objetiva e avaliação dos Títulos, o candidato poderá requerer à Empresa Instituto Excelência revisão da nota atribuída às provas e dos pontos atribuídos aos Títulos, utilizando-se para tanto o “Menu do Candidato”.

7.19 – Entenda-se prazo de 02 (dois) dias como o primeiro dia subsequente da publicação do edital de notas e títulos a que se pretende recorrer.

8 – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

8.1 - A publicação do resultado final do Teste Seletivo será feita em 02 (duas) listas, contendo a Primeira Lista Geral dos candidatos classificados, a Segunda Lista somente a classificação dos Portadores de Deficiência.

8.2 - Apurado o total de pontos, na hipótese de empate entre os candidatos, será aplicado o disposto no art. 27 da lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso – candidatos com idade superior ou igual a 60 anos) aplicando-se subsidiariamente, para efeito de classificação, e sucessivamente, ao candidato que:

8.2.1 - **Obtiver o maior número de pontos na Prova de Conhecimentos Específicos.**

8.2.2 - **Obtiver o maior número de pontos na Prova de Português.**

8.2.3 – **O candidato com maior idade, não alcançados pelo Estatuto do Idoso.**

8.3 - O Resultado Final do Teste Seletivo será publicado no dia **31/01/2017** nos sites www.institutoexcelenciapr.com.br e www.papanduva.sc.gov.br e no Diário Oficial do Município de PAPANDUVA.

9 – DOS RECURSOS

9.1 - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto de recurso contra todas as decisões proferidas no decorrer do processo que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, em especial em relação quanto:

a) Divulgação do edital de abertura.

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br



Município de
Papanduva

www.papanduva.sc.gov.br

- b) Divulgação do indeferimento de inscrição;
- c) Divulgação do indeferimento da concorrência nas vagas às pessoas com deficiência;
- d) Divulgação do indeferimento da solicitação de condição especial;
- e) Divulgação do indeferimento da isenção da taxa de inscrição;
- f) Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva;
- g) Divulgação da Classificação Preliminar, ampla concorrência/pessoas com deficiência
- h) Divulgação da Classificação Preliminar Prova de Títulos;
- i) Divulgação da Classificação Final.

9.2 - Os recursos deverão ser apresentados dentro do prazo estabelecido no **item 9.1**.

9.2.1 – Os candidatos deverão acessar o site www.institutoexcelenciapr.com.br e protocolar seu recurso no link específico para tal.

9.2.2 – Será admitido um único recurso por candidato, para cada evento referido nas alíneas do **item 9.1**, devendo o candidato argumentar em cada recurso toda a matéria que entender ser de direito. Em caso de recurso referente ao gabarito preliminar, o candidato poderá interpor todas suas argumentações em um recurso para todas as questões.

9.2.3 - Os recursos devem ser apresentados com fundamentação lógica e consistente, mencionando a bibliografia consultada.

9.2.4 - Não serão aceitos recursos enviados por fax e-mail ou qualquer outro meio que não seja o previsto neste Edital.

9.3 – A banca examinadora do Teste Seletivo constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9.3.1 – O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação do recurso.

9.3.2 – O Gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos interpostos, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

9.3.3 – Na ocorrência do disposto nos itens **9.3.1** e **9.3.2**, poderá haver, eventualmente, alterações da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda poderá ocorrer à desclassificação do candidato que obtiver ou não obtiver, a nota mínima exigida para a prova.

9.3.4 - Serão indeferidos os recursos que não atenderem aos dispositivos aqui estabelecidos.

9.3.5 - O prazo para interposição de recursos é preclusivo e comum a todos os candidatos.

9.4 - Após o julgamento dos recursos sobre gabaritos e questões objetivas, a anulação de qualquer questão do certame, seja por recurso administrativo ou por decisão judicial, resultará em benefício de todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido ou ingressado em juízo, e eventuais alterações no gabarito preliminar serão divulgadas.

9.4.1 O parecer contendo a decisão relativa ao recurso estará à disposição do candidato recorrente, nas datas determinadas no Cronograma do Teste Seletivo, até a data de homologação. Sendo que os resultados e as respostas dos recursos serão divulgados na internet no site www.institutoexcelenciapr.com.br no "Menu do Candidato", e procedendo-se, caso necessário, a reclassificação dos candidatos e divulgação de nova lista de aprovados.

10 – DA ADMISSÃO

10.1 – Para todos os cargos de Professor, Auxiliar de Serviços Gerais – Secretaria da Educação e Auxiliar de Serviços Gerais – demais Secretarias haverá Escolha de Vagas mediante divulgação prévia de Edital de Abertura de Vagas publicados, **exclusivamente**, no Mural de Publicações da Prefeitura e no site: www.papanduva.sc.gov.br, **nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras de cada semana**.

10.2 – Para os demais cargos será expedida convocação direta aos candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação, com o prazo de 02(dois) dias úteis para se apresentar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Papanduva, sob pena de perda da vaga e convocação do próximo candidato aprovado.

10.3 - O candidato que não atender à Convocação Direta ou não aceitar a vaga oferecida continuará na lista como "candidato aguardando vaga".

10.4 - A convocação para admissão e/ou chamada na Escolha de Vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados e o número de vagas disponibilizadas, observada a necessidade da Prefeitura do Município de PAPANDUVA/Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo de validade do Teste Seletivo, por tempo determinado, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.

10.5 - A simples aprovação no Teste Seletivo não gera direito à admissão, pois a Prefeitura do Município de PAPANDUVA/SC convocará apenas o número de aprovados que, de acordo com seu critério, julgar necessário.

10.6 - Caso o candidato convocado ou habilitado em Escolha de Vagas possua outro cargo/emprego, cargo ou função pública, acumulável na forma do artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

10.7 - Por ocasião da convocação que antecede a contratação, os candidatos classificados deverão apresentar documentos



www.papanduva.sc.gov.br

originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição, estabelecidas no Edital.

10.8 - A primeira escolha de vagas será feita no início do ano letivo, em data, local e horário a serem divulgados no site: www.papanduva.sc.gov.br, o candidato que não comparecer ou não aceitar a vaga oferecida continuará na lista como "candidato aguardando vaga".

O candidato que não atender à Convocação Direta, não comparecer ou não aceitar a vaga oferecida nas demais escolhas de vagas, também continuará na lista como "candidato aguardando vaga".

O candidato que desistir da vaga após a escolha de vagas ou pedir demissão antes do término do contrato irá para o final da lista, após os não-habilitados no caso de professor.

As vagas que surgirem durante o ano serão publicadas, **exclusivamente**, no Mural de Publicações da Prefeitura e no site: www.papanduva.sc.gov.br, **nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras de cada semana**. Os candidatos deverão acompanhar as vagas publicadas e comparecer junto a Prefeitura para participar da escolha de vagas que será realizada de acordo com a ordem de classificação.

10.9 - Os candidatos convocados ou habilitados em Escolha de Vagas deverão apresentar originais e cópia simples dos documentos discriminados a seguir: Carteira de Trabalho e Previdência Social (cópia da página contendo a foto e da qualificação civil/pessoal), Certidão de Nascimento ou Casamento, Título de Eleitor, Comproverantes de votação nas 2 (duas) últimas eleições, Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, Cédula de Identidade – RG ou RNE, 3 (três) fotos 3x4 recente, Inscrição no PIS/PASEP ou declaração de firma anterior, informando não haver feito o cadastro, Cadastro de Pessoa Física – CPF/CIC, Comproverantes de escolaridade, Certidão de Nascimento dos filhos, Caderneta de Vacinação do candidato e dos filhos menores de 14 anos (se houver), comprovante do tempo de experiência quando solicitado, Atestados de Antecedentes Criminais, Certidão Negativa de Quitação Eleitoral e Certidão Negativa de Crimes Eleitorais.

10.10 - Caso haja necessidade, a Prefeitura do Município de PAPANDUVA/SC poderá solicitar outros documentos complementares.

10.11 - A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

10.12 - Por ocasião da admissão, o candidato aprovado no Teste Seletivo fica sujeito ao regime jurídico adotado na contratação será o Estatutário, estando sujeito ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos das Leis nº 8.212 e 8.213/1991 e suas alterações e pela Lei Municipal 1803/2007 do Município de Papanduva/SC, condicionando-se a investidura à aprovação em exame médico admissional a ser realizado por médico do trabalho, o qual servirá de avaliação de aptidão para o desempenho do cargo/emprego, nos termos deste documento.

10.13 - O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções será desclassificado.

10.14 - No caso de desistência do candidato selecionado, quando convocado para uma vaga, o fato será formalizado pelo mesmo através de Termo de Desistência Definitiva.

10.15 - O candidato classificado se obriga a manter atualizado seu endereço para correspondência perante a Prefeitura do Município de PAPANDUVA/SC, após o resultado final.

11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - Todas as informações referentes à realização do Teste Seletivo serão fornecidas pela empresa **Instituto Excelência Ltda - ME**.

11.2 - O prazo de validade do presente Teste Seletivo será até 31.12.2017, contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério da Administração.

11.3 - A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do Teste Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

11.4 - A Prefeitura Municipal de PAPANDUVA e o Instituto Excelência não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Teste Seletivo.

11.5 - O candidato deverá manter junto a Prefeitura Municipal de PAPANDUVA, durante o prazo de validade do Teste Seletivo, seu endereço atualizado, visando eventuais convocações, não lhe cabendo qualquer reclamação caso esta não seja possível, por falta da citada atualização.

11.6 - A aprovação no Teste Seletivo assegura direito à nomeação até o número de vagas previstas, e esta, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos, o prazo de validade do Teste e limites de vagas existentes, bem como as que vierem a vagar ou que forem criadas posteriormente. Isto vale dizer que a administração poderá nomear candidatos aprovados além das vagas previstas no **(Anexo I)**, obedecendo sempre à ordem final de classificação.

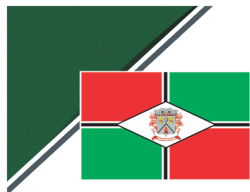
11.7 - Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela empresa Instituto Excelência.

11.8 - Também integram este Edital de Teste Seletivo os anexos:

Anexo I: Cargo/Emprego, Requisitos Mínimos Exigidos, Carga Horária Semanal, Número de Vagas, Referência Salarial/Valor, Tipo de Prova e Período.

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

10



Município de
Papanduva

www.papanduva.sc.gov.br

Anexo II: Atribuições dos cargos/empregos.

Anexo III: Cronograma.

Anexo IV: Conteúdo Programático.

Anexo V: Tipos de Provas, Quantidade de Questões e Pontuação.

Anexo VI: Formulário de Portador de Deficiência/Atendimento Especial/Lactante.

Anexo VII: Isenção da Taxa de Inscrição.

Anexo VIII: Formulário de Entrega de Títulos.

Anexo IX: Tempo de Serviço.

11.9 - Todas as publicações referentes ao Teste Seletivo estarão disponíveis na Internet, no endereço www.institutoexcelenciapr.com.br e www.papanduva.sc.gov.br, salvo por motivo de força maior.

11.10 - Caberá a Prefeitura Municipal a homologação do resultado final.

Papanduva, 14 de dezembro de 2016.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

11


www.papanduva.sc.gov.br
ANEXO I – DOS CARGOS E REQUISITOS

Cargo/Emprego, Requisitos Mínimos Exigidos, Carga Horária Semanal, Número de Vagas, Referência Salarial/Valor, Tipo de Prova e Período.

CARGOS	REQUISITOS	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO	TIPO DE PROVA	PERÍODO
Auxiliar de Serviços Gerais (Secretária da Educação).	Ser Alfabetizado	40 hs	CR	R\$ 869,54	Objetiva	Manhã
Auxiliar de Serviços Gerais (demais Secretárias).	Ser Alfabetizado	40 hs	CR	R\$ 869,54	Objetiva	Manhã
Professor de Artes (*)	Diploma de conclusão de Curso Superior Completo, Licenciatura em Artes Visuais.	20 hs	CR	R\$ 823,87 + Complemento Piso Nacional	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço	Manhã
(*) para o cargo de Professor de Artes as vagas serão ofertadas, até 27.06.2017, primeiramente aos aprovados no Teste Seletivo Edital nº 002/2016.						
Professor de Artesanato	Ensino Médio completo e Comprovante de atuação na área.	20 hs	CR	R\$ 653,19	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço	Manhã
Professor de Educação Física (Programas e Convênios). (*)	Diploma de Conclusão de Curso Superior em Educação Física e inscrição no órgão fiscalizador da profissão.	20 hs	CR	R\$ 823,87	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço	Manhã
(*) para o cargo de Professor de Educação Física (Programas e Convênios) as vagas serão ofertadas, até 27.06.2017, primeiramente aos aprovados no Teste Seletivo Edital nº 002/2016.						
Professor de Educação Física (Secretaria da Educação).	Diploma de Conclusão de Curso Superior em Educação Física e inscrição no órgão fiscalizador da profissão.	20 hs	CR	R\$ 823,87 + Complemento Piso Nacional	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço	Manhã
Professor de Educação Infantil (cursando superior em Pedagogia – Educação Infantil)	Ensino Médio Completo e atestado de frequência em Pedagogia Educação Infantil (com mínimo de 02 anos de frequência).	20 hs	CR	R\$ 599,19	Objetiva e Tempo de Serviço	Manhã
Professor de Educação Infantil (Nível Magistério)	Ensino Médio Completo na Modalidade de Magistério	20 hs	CR	R\$ 659,12 + Complemento Piso Nacional	Objetiva, e Tempo de Serviço	Manhã
Professor de Educação Infantil (Nível Superior)	Diploma de conclusão do Curso Superior em Pedagogia em Educação Infantil	20 hs	CR	R\$ 823,87 + Complemento Piso Nacional	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço	Manhã

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
 Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br



Município de
Papanduva

www.papanduva.sc.gov.br

					Serviço	
Professor de Ensino Fundamental (cursando superior em Pedagogia - Séries Iniciais).	Ensino Médio Completo e atestado de frequência em Pedagogia Séries Iniciais (com mínimo de 02 anos de frequência).	20 hs	CR	R\$ 599,19	Objetiva e Tempo de Serviço	Manhã
Professor de Ensino Fundamental (Nível Magistério).	Ensino Médio Completo na Modalidade de Magistério.	20 hs	CR	R\$ 659,12 + Complemento Piso Nacional	Objetiva, e Tempo de Serviço	Manhã
Professor de Ensino Fundamental (Nível Superior).	Diploma de conclusão de Curso Superior em Pedagogia em Séries Iniciais.	20 hs	CR	R\$ 823,87 + Complemento Piso Nacional	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço	Manhã
Professor de Inglês(*)	Diploma de conclusão de Curso Superior Completo, Licenciatura em Inglês.	20 hs	CR	R\$ 823,87 + Complemento Piso Nacional	Objetiva e Títulos	Manhã
(*) para o cargo de Professor de Inglês as vagas serão ofertadas, até 27.06.2017, primeiramente aos aprovados no Teste Seletivo Edital nº 002/2016.						
Professor para EJA (Habilitação em Matemática)	Diploma de conclusão de Curso Superior Completo, Licenciatura em Matemática.	10 hs	CR	R\$ 411,93 + Complemento Piso Nacional	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço	Manhã
Professor para EJA (Habilitação em Língua Portuguesa)	Diploma de conclusão de Curso Superior Completo, Licenciatura em Letras.	10 hs	CR	R\$ 411,93 + Complemento Piso Nacional	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço	Manhã
Professor para EJA (Habilitação em História)	Diploma de conclusão de Curso Superior Completo, Licenciatura em História.	10 hs	CR	R\$ 411,93 + Complemento Piso Nacional	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço	Manhã
Professor para EJA (Habilitação em Geografia)	Diploma de conclusão de Curso Superior Completo, Licenciatura em Geografia.	10 hs	CR	R\$ 411,93 + Complemento Piso Nacional	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço	Manhã
Professor para EJA (Habilitação em Ciências)	Diploma de conclusão de Curso Superior Completo, Licenciatura em Ciências.	10 hs	CR	R\$ 411,93 + Complemento Piso Nacional	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço	Manhã
Psicólogo / Psicopedagogo(*)	Diploma de conclusão de curso superior na área de atuação, especialização em psicopedagogia e inscrição no órgão fiscalizador da profissão.	20 hs	CR	R\$ 2.305,73	Objetiva	Manhã

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

13

www.papanduva.sc.gov.br

(*) para o cargo de Psicólogo / Psicopedagogo as vagas serão ofertadas, até 27.06.2017, primeiramente aos aprovados no Teste Seletivo Edital nº 002/2016.

Médico	Superior na área e inscrição no órgão fiscalizador da profissão.	40 hs	CR	R\$ 10.214,42	Objetiva	Manhã
Médico	Superior na área e inscrição no órgão fiscalizador da profissão.	20 hs	CR	R\$ 5.107,22	Objetiva	Manhã
Enfermeiro	Superior na área e inscrição no órgão fiscalizador da profissão.	40 hs	CR	R\$ 5.153,15	Objetiva	Manhã
Técnico em Enfermagem	Ensino Médio Completo, Curso Técnico na área e inscrição no órgão fiscalizador da profissão.	40 hs	CR	R\$ 1.157,81	Objetiva	Manhã

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

www.papanduva.sc.gov.br**ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****PARA TODOS OS CARGOS DE PROFESSORES**

Professor: Os profissionais que exercem este cargo deverão ter habilitação específica técnica pedagógica e desempenharão atividades que envolvem planejamento, execução e avaliação do processo ensino aprendizagem, em sala de aula de Educação Infantil, Educação Especial, Jovens e Adultos e do Ensino Fundamental, de acordo com a legislação vigente.

São atribuições do Professor:

- a) possuir formação de educador, conhecimento de conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológico-didáticas;
- b) testemunhar idoneidade moral e social, demonstrando maturidade no trabalho com os alunos;
- c) seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, comprometendo-se não apenas a aceita-las, mas também a integrar sua ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos;
- d) ministrar aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e do Projeto Pedagógico da Unidade Escolar;
- e) executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- f) elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da Escola e com a legislação pertinente;
- g) avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados;
- h) manter com os colegas, o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficiência da obra educativa;
- i) cooperar com os Serviços de Orientação Educacional e Supervisão Escolar, no que lhe competir;
- j) promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;
- k) promover recuperações preventivas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme exigências dos diagnósticos de avaliações;
- l) colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselho de classe, atividades extracurriculares, treinamentos, palestras e outras promoções, desde que convocado pela Direção da Escola ou pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo;
- m) cumprir e fazer cumprir fielmente os horários e calendário escolar;
- n) zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;
- o) realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- p) dar condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- q) zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da Escola, bem como a conservação dos bens materiais;
- r) advertir, repreender e encaminhar aos serviços competentes, casos de indisciplina ocorridos;
- s) participar e/ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;
- t) acompanhar o desenvolvimento dos alunos e comunicar as ocorrências à Direção ou ao Serviço de Orientação Educacional;
- u) executar as normas estabelecidas no Regime Escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- v) desempenhar outras tarefas relativas à docência.

PSICÓLOGO/PSICOPEDAGOGO

Realizar visitas domiciliares; Possibilitar aos alunos de rede municipal, maiores condições de adaptação, solução de seus problemas, proporcionando melhor orientação quanto às suas necessidades, interesse, qualidade e responsabilidades sociais; Orientar os professores quanto às atividades a serem desenvolvidas com os alunos em função da problemática individual e coletiva; Participar e/ou organizar reuniões com os pais dos alunos; Promover atividades de lazer; Realizar orientação familiar; Realizar atendimentos a pacientes que demandem de cuidados intensivos de reabilitação para habilitação; Desenvolver outras atividades correlatas.

PARA TODOS OS CARGOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- 1) zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão;
- 2) executar trabalhos braçais;
- 3) executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos;
- 4) executar os serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças lubrificação das máquinas;
- 5) manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança dos órgãos;

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

15



Município de
Papanduva

www.papanduva.sc.gov.br

- 6) executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e visitantes;
- 7) receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa;
- 8) requisitar material necessário aos serviços;
- 9) processar cópia de documentos;
- 10) receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependência do órgão;
- 11) receber e transmitir mensagens;
- 12) encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão;
- 13) encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas;
- 14) relatar as normalidades verificadas;
- 15) atender telefone e transmitir ligações;
- 16) executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

MÉDICO

- 1) realizar atendimento ambulatorial;
- 2) participar dos programas de atendimento à populações atingidas por calamidades públicas;
- 3) integrar-se com execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;
- 4) realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;
- 5) participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;
- 6) participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde;
- 7) emitir laudos e pareceres, quando solicitado;
- 8) participar de eventos que visem, seu aprimoramento técnico-científico e que atendem os interesses da Instituição;
- 9) fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- 10) participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior;
- 11) proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local;
- 12) prestar à clientela assistência médica especializada, através de:
 - a) Diagnóstico tratamento e prevenção de moléstias;
 - b) Educação sanitária;
- 13) opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade;
- 14) desempenhar outras atividades afins.

ENFERMEIRO

- 1) participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
- 2) participar na formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela instituição;
- 3) formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
- 4) organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na instituição;
- 5) fazer consultorias, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
- 6) desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;
- 7) prestar assessoria quando solicitado;
- 8) desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
- 9) promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;
- 10) participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
- 11) elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição;
- 12) realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida;
- 13) fazer notificação de doenças transmissíveis;
- 14) participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- 15) dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela instituição;
- 16) identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
- 17) participar de programas de saúde desenvolvidos pela comunidade;
- 18) promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
- 19) elaborar informes técnicos para divulgação;
- 20) colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da instituição em todos os níveis de atuação;
- 21) desempenhar outras funções afins.

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br



www.papanduva.sc.gov.br

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

- 1) executar procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas da instituição;
- 2) participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade;
- 3) participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- 4) fazer notificação de doenças transmissíveis;
- 5) participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- 6) fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;
- 7) administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
- 8) lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas;
- 9) desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem;
- 10) participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência;
- 11) efetuar visita domiciliar;
- 12) solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades;
- 13) realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;
- 14) promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente;
- 15) executar outras tarefas afins.

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

www.papanduva.sc.gov.br**ANEXO III - CRONOGRAMA****PRFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - SC – TESTE SELETIVO 003/2016**

EVENTOS	DATA
Publicação do edital do TESTE SELETIVO	14/12/2016
Período para realizar a inscrição via internet no site da organizadora, nos termos deste Edital.	15/12/2016 as 12h a 29/12/2016 as 12h
Período para realizar a inscrição na qualidade de Deficiente e Lactante, nos termos deste Edital.	15/12/2016 a 29/12/2016
Período para solicitar Isenção da Taxa da Inscrição	15/12/2016 a 20/12/2016
Publicação do resultado da isenções de inscrição	27/12/2016
Prazo de Envio de Documentação Prova de Títulos	15/12/2016 a 02/01/2017
Publicação das inscrições homologadas (deferidas e indeferidas), inclusive às referentes à condição de Deficiente e Lactante.	04/01/2016
Prazo para recurso referente à homologação das inscrições	05/01/2016 a 06/01/2016
Publicação do edital de convocação para a Prova Escrita Objetiva/Divulgação do resultado dos recursos referentes à homologação das inscrições	09/01/2016
Realização da Prova Escrita Objetiva	15/01/2016
Divulgação do gabarito preliminar da Prova Escrita Objetiva	16/01/2016
Prazo para recurso contra o gabarito preliminar	17/01/2016 a 18/01/2016
Publicação da classificação preliminar da Prova Escrita Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço e divulgação do gabarito oficial	23/01/2016
Recurso contra a classificação preliminar pós Prova Escrita Objetiva	24/01/2016 a 25/01/2016
Publicação da classificação preliminar da Prova Escrita Objetiva pós-recurso	27/01/2016
Divulgação da Classificação Final e respostas dos recursos/Homologação do TESTE SELETIVO	31/01/2016

*Observação: As datas acima e as demais constantes neste edital são previsões para a execução do certame, podendo sofrer alterações, que serão devidamente informadas em Edital.

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

18

www.papanduva.sc.gov.br**ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL FUNDAMENTAL:**

Sinônimos e Antônimos; Divisão silábica; Tipos de Frases; Aumentativo e Diminutivo; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Verbo. Compreensão e interpretação de textos verbais e não verbais. Tipologia textual. Significação literal e contextual de palavras. Estabelecimento da sequência lógica de frases, acontecimentos, situações. Coesão e coerência. Emprego de S, SS, Z, Ç, CH, X, J e G. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo da crase. Emprego das classes gramaticais. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Pronome: emprego, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais.

LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL MÉDIO:

Leitura e interpretação de texto; - Pontuação; Paragrafação; Ortografia; Verbo haver; Linguagem: conceito e origem; tempos verbais; Funções da linguagem (emotiva, expressiva, referencial, metalinguística, poética e apelativa); - Estrutura de Palavras; Formação de Palavras; Estrangeirismos; Figuras de Linguagem; Ortografia e Acentuação; O léxico da língua: processo de formação de palavras. (derivação e composição); classe de palavras: Substantivo, Adjetivo, Artigo, Numeral, Pronomes, Verbos, Advérbios, Preposição, Conjunção e Interjeição; Acentuação e Pontuação; sintaxe: Frase, Oração e Período; Sujeito e Predicado; Períodos Simples e Compostos; Colocação Pronominal; Elementos Coesivos; Concordância Verbal e Nominal; Regência Nominal e Verbal; Crase. Emprego dos verbos.

LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR:

Acentuação gráfica; Morfologia: as classes de palavras; Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração; Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal; Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; uso dos porquês; figuras de linguagem; vícios de linguagem. Sinônimos e Antônimos; Divisão silábica; Tipos de Frases; Aumentativo e Diminutivo. Funções da linguagem: referencial conativa, emotiva, metalinguística, poética e fática. Prosa, poesia, soneto e poema. Abordagem tripartida dos gêneros literários: Lírico, épico e dramático. As categorias básicas da narrativa. Teorias e elementos da Comunicação. Linguagem, Língua e Fala. Dificuldades mais frequentes da Língua Portuguesa. Emprego dos verbos.

MATEMÁTICA FUNDAMENTAL:

Números Naturais, Operações Fundamentais, Números Fracionários, Números Decimais; Multiplicação e divisão com 2 e 3 números no divisor com resolução de situações problemas, Números inteiros: operações e propriedades, Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades. Razão e proporção. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Potenciação. Radiciação. Porcentagem. Regra de três simples. Equação do 1º e 2º grau. Unidades de medida. Sistema métrico decimal. Geometria plana: ângulos, triângulos, quadriláteros, cálculo de áreas, Resolução de situações problema.

CONHECIMENTOS GERAIS NÍVEL FUNDAMENTAL:

Aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Lei Orgânica do Município. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, esportes, inovações tecnológicas e científicas, do município, do Estado, do Brasil e do mundo.

ATUALIDADES:

Cultura Geral. Fatos políticos, econômicos e sociais do Brasil ocorridos nos anos de 2014 a 2015 divulgados na mídia nacional. Conhecimentos gerais da História e Geografia do Brasil. O mundo globalizado – a nova ordem mundial. Ecologia, Meio ambiente e qualidade de vida. Princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

www.papanduva.sc.gov.br

PROFESSOR DE ARTES

Reflexões sobre a arte, seus significados e possíveis definições. As obras de arte e os contextos em que foram produzidas. A história do ensino da arte no Brasil e os novos pressupostos. O ensino da arte e formação do professor. O processo de ensino-aprendizagem em arte. As Artes Visuais e os Parâmetros Curriculares Nacionais. História da Arte brasileira e estrangeira e sua multiplicidade de manifestações; Atualidades sobre Arte no Brasil; Grafite no Brasil; A dança na expressão e na comunicação humana; O teatro como produção coletiva; Arte e conhecimento; A linguagem das Artes Visuais; A linguagem da Dança; A linguagem da Música; A linguagem do Teatro; Arte indígena; Arte afro-brasileira. Arte Barroca universal e no Brasil; Semana da Arte Moderna; História da Arte da Educação, Artes Visuais, teatro, música e Dança; Conhecer a história da Arte da Educação; Tendências Pedagógicas na artes da Educação; Metodologias do ensino de artes; Arte Brasileira/Internacional; Pluralidade Cultural; Ensino das Artes; Prática em Arte na escola; História da Arte nas diferentes linguagens para o ensino das Artes e Avaliação em Artes.

PROFESSOR DE ARTESANATO

Conhecimento e desenvolvimento de atividades relacionadas ao artesanato em fios (bordado, tricô e crochê), tecidos (costura, pintura e macramê), reaproveitamento de material reciclável (jornal, plástico, papel, papelão). A produção artística da humanidade em diversas épocas, diferentes povos, países, cultura. Identidade e diversidade cultural. A contextualização conceitual, social, política, histórica, filosófica e cultural da produção artístico-estética da Humanidade. Elementos e recursos das linguagens artísticas. Arte e educação: O papel da arte na educação. O professor como mediador entre a arte e o aprendiz. O ensino e a aprendizagem em arte. Fundamentação teórico-metodológica. O fazer artístico, a apreciação estética e o conhecimento histórico da produção artística da humanidade.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Jogos desportivos nas instituições escolares: voleibol, basquete, futsal, handebol e atletismo. Jogos Cooperativos – uma pedagogia para o esporte: origem, evolução, primeiros movimentos, história no mundo e no Brasil, conceito, características, visão e princípios socioeducativos da cooperação. Pedagogia do esporte, o pedagogo do esporte, consciência da cooperação no esporte, cooperativa do esporte, categorias dos jogos cooperativos. A Educação Física no projeto político pedagógico: contexto do componente curricular, a Educação Física enquanto linguagem, o processo ensino aprendizagem na Educação Física. O esporte na escola. A sociabilização do jogo e do desporto, aprendizagem social no ensino dos desportos nas escolas, jogo ou esporte, metodologia do ensino dos jogos esportivos. Princípios da atividade física: individualidade biológica, da sobrecarga crescente, da especificidade, continuidade, reversibilidade. Conteúdos de orientação didático pedagógica. Habilidades motoras e desenvolvimento. Atividade e aptidão física. Saúde e qualidade de vida. Abordagens pedagógicas da Educação Física. Ação docente na Educação Física Escolar. Organização do espaço pedagógico na escola. Conceitos Fundamentais do Desenvolvimento Motor. Perspectivas teóricas. Desenvolvimento de habilidades motoras ao longo da vida. Desenvolvimento perceptomotor. Desenvolvimento cognitivo. Fases do desenvolvimento (nascimento até a idade adulta). Desenvolvimento motor do nascimento até a idade adulta. Processamento de informações e tomada de decisões. Princípios da Performance humana habilidosa. Diferenças individuais e capacidades motoras. Estruturando a experiência de aprendizagem. Princípios de controle motor e precisão de movimentos. Crescimento e maturação biológica. Desenvolvimento biológico. Desenvolvimento e atividade física. Classificação das habilidades motoras. Sensação/Percepção, Atenção, Memória, Transferência de aprendizagem, Prática, Motivação. Condições de prática. Movimento coordenado. Capacidades Físicas. Atividades Inclusivas na Educação Física Escolar. Avaliação em Educação Física Escolar.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - TODOS OS NÍVEIS

Visão histórica da Educação Infantil no Brasil. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Concepção de Educação Infantil, de infância e de criança. O imaginário infantil. O professor de Educação Infantil – Perfil. Desenvolvimento infantil – físico, afetivo, cognitivo e social. Relação entre o cuidar e o educar. A construção do raciocínio matemático. Pensamento e linguagem – leitura e escrita – letramento. A instituição e o projeto educativo. O brincar e o brinquedo. Construção das diferentes linguagens pelas crianças: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e ambiente e matemática. O jogo como recurso privilegiado. Avaliação do processo educativo na Educação Infantil. A criança e a Educação Infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na Educação Infantil. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: as brincadeiras e as interações. Avaliação na educação infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. ; O jogo e a Educação Infantil. A brincadeira de faz-de-conta: lugar do simbolismo, da representação e do imaginário.

www.papanduva.sc.gov.br

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - TODOS OS NÍVEIS

Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino-aprendizagem. Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos. Avaliação. Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando. Educação inclusiva. Gestão participativa na escola. O papel da escola como promotora de aproximações sucessivas dos alunos aos conhecimentos relevantes e significativos para as aprendizagens e desenvolvimento das crianças. Pressupostos da Aprendizagem e do Ensino de Alfabetização; As capacidades linguísticas da alfabetização; Avaliação do processo de alfabetização; A leitura e a escrita; Histórias infantis em sala de aula; Formas de organização dos conteúdos; Características de um projeto; Reflexão sobre as normas ortográficas; Pontuação: A gramática da legibilidade; O jogo e os anos iniciais; Musicalização; Construtivismo; Psicogênese; Dialogicidade; Processo de Construção: a Aprendizagem; Desenvolvimento e conhecimento; Didática; O papel do professor; Currículo e Desenvolvimento Humano; Currículo e Avaliação; Currículo, Conhecimento e Cultura; Educandos e Educadores: seus direitos e currículo; Diversidade e currículo; A globalização: um caminho entre a teoria e a prática; Os projetos de trabalho; O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade; Respeito e autoridade; Autoridade e autonomia; Ensinar, uma arte e uma ciência; A prática educativa; A função social do Ensino; As relações interativas em sala de aula; Avaliação; Teorias da Aprendizagem; Pensadores da Educação. Resolução de problemas. A construção do conceito de número. Conhecimento Lógico Matemático. A construção do pensamento geométrico. Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

PROFESSOR DE INGLÊS

Gramática: Fonética e fonologia. Ortografia. Morfologia. Sintaxe. Vocabulário. Compreensão e produção de gêneros textuais diversos. Prática pedagógica do ensino da língua inglesa: Abordagem comunicativa. Abordagem lexical. Abordagem reflexiva. Interculturalidade e interdisciplinaridade no ensino de inglês. Competências para ensinar e aprender língua inglesa. Avaliação do processo ensino-aprendizagem e de seus atores. Interação em sala de aula e valorização do conhecimento prévio e de mundo do aluno. Conceito de letramento: aplicações ao ensino-aprendizagem de língua estrangeira/Inglês, entre as quais: leitura como letramento, comunicação oral como letramento, prática escrita como letramento.

PROFESSOR PARA EJA (HABILITAÇÃO EM MATEMÁTICA)

Características e concepções de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: sua história, especificidades, legislação e desafios. As principais políticas de EJA em curso no âmbito do Governo federal: a diversidade em pauta. Programa Brasil Alfabetizado. Programa Fazendo Escola. Programa Pró Jovem. Programa Saberes da Terra. Programa Escola de Fábrica. Projeja. Programa Trabalho Doméstico Cidadão. Saberes das águas. Pronera. Histórias e trajetórias de jovens e adultos em busca de escolarização. A Educação de Jovens e Adultos e as perspectivas de gênero, étnicas, geracionais e de classe social. O fenômeno da juvenilização da Educação de Jovens e Adultos. Participação e Inclusão escolar da EJA. Alfabetização de adultos. Conjuntos numéricos - Os sistemas de numeração. Números naturais, inteiros racionais e reais. Conceitos, operações e propriedades. Estimativas com números e aproximações numéricas aplicadas a situações-problema. Progressões - Sequência. Progressões aritméticas e geométricas. Aplicações. Funções - Relações. Par ordenado. Plano Cartesiano. Produto cartesiano. Relações binárias. Relações de equivalência e de ordem. Representação gráfica. Aplicações de funções na resolução de problemas. Domínio, contradomínio, imagem. Sobrejeção, injeção, bijeção, função inversa e função composta. Função constante e função idêntica. Análise das representações gráfica, tabular e algébrica de funções de 1º e 2º grau, polinomiais, trigonométricas, exponenciais e logarítmicas. Equações, inequações e sistemas. Inequação produto e inequação quociente. Estatística - Construção e interpretação de tabelas e gráficos. Inferências e medições com base em amostras. Média, mediana e moda. Variância e desvio padrão. Aplicação de probabilidade e combinatória. Princípio multiplicativo, combinação e permutação. Proporcionalidade. Contagem. Razões e proporções. Regra de três simples e composta. Porcentagem e fator de correção. Juros. Geometria Analítica - Distância entre dois pontos e entre ponto e reta. Divisão de segmentos. Coeficiente angular. Condição de alinhamento. Equações da reta e circunferência.

PROFESSOR PARA EJA (HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA)

Características e concepções de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: sua história, especificidades, legislação e desafios. As principais políticas de EJA em curso no âmbito do Governo federal: a diversidade em pauta. Programa Brasil Alfabetizado. Programa Fazendo Escola. Programa Pró Jovem. Programa Saberes da Terra. Programa Escola de Fábrica. Projeja. Programa

www.papanduva.sc.gov.br

Trabalho Doméstico Cidadão. Saberes das águas. Pronera. Histórias e trajetórias de jovens e adultos em busca de escolarização. A Educação de Jovens e Adultos e as perspectivas de gênero, étnicas, geracionais e de classe social. O fenômeno da juvenilização da Educação de Jovens e Adultos. Participação e Inclusão escolar da EJA. Alfabetização de adultos.

Gênero textual; Tipologia textual; Intertextualidade. Estratégias de leitura. Compreensão de textos de diferentes gêneros. Sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos. Coerência e coesão textual. Articulação e mecanismos textuais. Relações de sentido entre as orações e segmentos do texto - coordenação e subordinação. Concordância nominal e verbal. Transitividade e regência de nomes e verbos. Padrões gerais de colocação pronominal. Reconhecimento do uso significativo dos diferentes recursos gramaticais no texto (níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo). Figuras de linguagem. Ortografia e acentuação gráfica (conforme o atual Acordo Ortográfico). Pontuação. O uso da norma padrão e a adequação da linguagem às diferentes situações de comunicação. Concepções de língua linguagem como discurso e processo de interação: conceitos básicos de dialogismo, polifonia, discurso, enunciado, enunciação, texto, gêneros discursivos. Oralidade: concepção, gêneros orais, oralidade e ensino de língua, particularidades do texto oral. Leitura: concepção, gêneros, papel do leitor, diferentes objetivos da leitura, formação do leitor crítico, intertextualidade, inferências, literatura e ensino, análise da natureza estética do texto literário.

PROFESSOR PARA EJA (HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA)

Características e concepções de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: sua história, especificidades, legislação e desafios. As principais políticas de EJA em curso no âmbito do Governo federal: a diversidade em pauta. Programa Brasil Alfabetizado. Programa Fazendo Escola. Programa Pró Jovem. Programa Saberes da Terra. Programa Escola de Fábrica. Projeja. Programa Trabalho Doméstico Cidadão. Saberes das águas. Pronera. Histórias e trajetórias de jovens e adultos em busca de escolarização. A Educação de Jovens e Adultos e as perspectivas de gênero, étnicas, geracionais e de classe social. O fenômeno da juvenilização da Educação de Jovens e Adultos. Participação e Inclusão escolar da EJA. Alfabetização de adultos. Linguagem e ensino de História. Transversalidade, novas formas de abordagem e renovação do ensino de História. O ofício do historiador e a construção da História. Natureza, Cultura e História. Passagens da Antiguidade para o Feudalismo. Mundo Medieval. Expansão Europeia do século XV. Formação do Mundo Contemporâneo. Brasil – Sistema Colonial. Brasil – Império. Brasil – República. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro – Brasileira e Africana História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; história brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo. História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades sociais, culturais e nacionais. História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade Clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa medieval. História africana e suas relações com a Europa e a América. Parâmetros curriculares nacionais – História.

PROFESSOR PARA EJA (HABILITAÇÃO EM GEOGRAFIA)

Características e concepções de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: sua história, especificidades, legislação e desafios. As principais políticas de EJA em curso no âmbito do Governo federal: a diversidade em pauta. Programa Brasil Alfabetizado. Programa Fazendo Escola. Programa Pró Jovem. Programa Saberes da Terra. Programa Escola de Fábrica. Projeja. Programa Trabalho Doméstico Cidadão. Saberes das águas. Pronera. Histórias e trajetórias de jovens e adultos em busca de escolarização. A Educação de Jovens e Adultos e as perspectivas de gênero, étnicas, geracionais e de classe social. O fenômeno da juvenilização da Educação de Jovens e Adultos. Participação e Inclusão escolar da EJA. Alfabetização de adultos. Alfabetização e linguagem cartográfica. A cartografia nos diversos níveis de ensino. Orientação, localização e representação da terra. A divisão política, administrativa e o planejamento do território brasileiro. A divisão do espaço brasileiro segundo o IBGE. As regiões geoeconômicas brasileiras. Conceitos demográficos fundamentais. Crescimento populacional. Teorias demográficas e desenvolvimento sócio econômico. Distribuição geográfica da população. Estrutura da população. Migrações populacionais. O processo de industrialização e a urbanização brasileira e as consequências ambientais. Relação cidade e campo. A geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro. Agricultura e meio ambiente. Brasil, território e nação: A produção do espaço geográfico brasileiro, o Brasil e a nova ordem mundial e o Brasil no contexto regional. Organizações e blocos econômicos. Conflitos, problemas e propostas do mundo atual. Quadro natural (relevo vegetação, clima, solos e hidrografia) numa perspectiva global, nacional e regional; clima e aquecimento global. Conservação, preservação e degradação ambiental no Brasil. Políticas públicas e gestão ambiental no Brasil. Representações e práticas sociais em educação ambiental. Espaço e turismo no ensino da geografia. Parâmetros curriculares nacionais-geografia. Os processos da dinâmica natural (geológicos, geomorfológicos, climáticos, hidrológicos, botânicos e pedológicos) e as formas espaciais resultantes. Sustentabilidade: aproveitamento econômico e gestão dos recursos naturais e energéticos. As novas tecnologias e a Cartografia: sistemas de informação geográfica, GPS e o sensoriamento remoto. Fundamentos da Demografia: conceitos básicos, distribuição espacial da população, dinâmica do crescimento demográfico, estrutura populacional, teorias demográficas, movimentos populacionais, desigualdades socioeconômicas e questões étnicas e de gênero.


www.papanduva.sc.gov.br

PROFESSOR PARA EJA (HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS)

Características e concepções de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: sua história, especificidades, legislação e desafios. As principais políticas de EJA em curso no âmbito do Governo federal: a diversidade em pauta. Programa Brasil Alfabetizado. Programa Fazendo Escola. Programa Pró Jovem. Programa Saberes da Terra. Programa Escola de Fábrica. Projeção. Programa Trabalho Doméstico Cidadão. Saberes das águas. Pronera. Histórias e trajetórias de jovens e adultos em busca de escolarização. A Educação de Jovens e Adultos e as perspectivas de gênero, étnicas, geracionais e de classe social. O fenômeno da juvenilização da Educação de Jovens e Adultos. Participação e Inclusão escolar da EJA. Alfabetização de adultos. Ar: Composição; Propriedades e respectivas Aplicações. Camadas da Atmosfera. Pressão Atmosférica (variações da pressão atmosférica, medida da pressão atmosférica, formação de vento, as massas do ar). Previsão do Tempo. Ar e Saúde. Preservação do ar. Água: Composição. Propriedades; Estados Físicos e as Mudanças de fase da Água. O Ciclo e Formação da Água na Natureza. Água e Saúde. Saneamento Básico. Solo: Como se Formam os Solos (as Rochas); Composição; Tipos; Função; O Solo e a nossa Saúde. Vírus: Estrutura. Reprodução. Importância do Estudo. Moneras, Protistas e Fungos: Representantes. Ecologia. Características das Células. Caracteres morfofisiológicos. Importância do estudo dos benefícios e malefícios para os seres humanos. Evolução dos Seres Vivos: Fóssil e sua importância. Seres vivos e adaptação. Seleção natural/Mutação: categorias de Classificação. Nomenclatura científica básica de classificação dos seres vivos. Animais: Ordenação evolutiva da filogenia dos principais grupos do reino animal com seus respectivos representantes. Estudo dos Prolíferos e Celenterados (ecologia, principais caracteres morfofisiológicos, reprodução e importância do estudo). Estudo dos Platelminhos, Nematelminhos e Anelídeos (ecologia, principais caracteres diferenciais morfofisiológicos, reprodução e importância do estudo). Estudo dos Moluscos (classificação dos principais representantes, ecologia, caracteres básicos morfofisiológicos, reprodução e importância do estudo). Estudo dos Vertebrados Superiores (peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos): classificação, ecologia, caracteres básicos morfofisiológicos, reprodução e importância do estudo. Vegetais: Os grandes grupos de vegetais (ordenação evolutiva com seus respectivos representantes e características da célula vegetal). Algas Pluricelulares (características, ecologia, classificação e importância). Briófitas e Pteridófitas (caracteres morfofisiológicos básicos diferenciais, ecologia, reprodução e utilidade). Gimnospermas: representantes, reprodução e importância. Angiospermas: classificação.

PSICOLÓGO/ PSICOPEDAGOGO

Fundamentos da Psicopedagogia. Um olhar sobre a Psicopedagogia - Breve Histórico. Alguns conceitos importantes. O Papel do Psicopedagogo. Leis, Códigos e Diretrizes da Psicopedagogia. O processo de ensino-aprendizagem e as práticas de avaliação escolar. Diagnóstico Psicopedagógico. Primeiro contato (agendamento). Queixa. Anamnese. Contrato e sessões de avaliação. Devolutiva e encaminhamento. Informe Psicopedagógico. Avaliação Psicopedagógica da Criança de 6 a 11 anos e do Adolescente. Recursos Psicopedagógicos e Ambiente de Trabalho. Conceito de Psicologia. Psicologia do senso comum. Senso comum: conhecimento da realidade. Aspectos históricos da ciência psicológica. A psicologia como ciência. O objeto de estudo da Psicologia. A subjetividade como objeto de estudo da Psicologia. As diferentes escolas psicológicas no séc. XX. A contextualização histórica da Psicologia na formação dos professores. Principais teorias e suas contribuições aos processos de ensinar e aprender. BEHAVIORISMO. PSICANÁLISE. PIAGET - Teoria Construtivista. WALLON - Princípios Chaves da Teoria. VIGOTSKY - Teoria Histórico-Cultural. importância da brincadeira para o desenvolvimento. A apropriação da linguagem escrita. Atividade e relação professor/aluno. Desmistificações do fracasso escolar.

MÉDICO

Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes, legislação e aspectos históricos; Política Nacional de Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família; Vigilância epidemiológica na atenção básica; Perfil epidemiológico e indicadores de saúde; Doenças de Notificação Compulsória; Imunizações; Doenças ocupacionais; Assistência à gestação normal identificação dos diferentes tipos de risco; Diagnóstico e tratamento das afecções mais prevalentes do ciclo gravídico-puerperal; Saúde sexual e saúde reprodutiva; Prevenção e diagnóstico do câncer ginecológico: colo de útero e mama; Climatério; Prevenção e tratamento das Doenças Sexualmente Transmissíveis; Cuidados ao recém-nascido normal e condução da puericultura; Crescimento e desenvolvimento; Aleitamento materno e alimentação complementar; Tratamento das afecções mais frequentes na infância e na adolescência; Deficiência de ferro e anemia; Proteção da saúde e prevenção das doenças do adulto e idoso; Diagnóstico e tratamento das afecções mais frequentes na idade adulta e na velhice; Diagnóstico e tratamento dos problemas de saúde mental mais prevalentes: transtornos de ansiedade, depressão, abuso e dependência de substâncias psicoativas. Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, tratamento e prevenção das doenças: Cardiológicas: insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, valvopatias, arritmias cardíacas, cardiopatias congênitas, doença reumática, doenças da aorta, hipertensão arterial e pulmonar, endocardite, dislipidemia, gravidez e cardiopatia, síndrome metabólica, choque. Atendimento de Parada Cardiorrespiratória. Vasculares: insuficiência arterial periférica, insuficiência venosa, trombose venosa,

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br



www.papanduva.sc.gov.br

tromboembolismo arterial, tromboembolismo pulmonar, arterites, Síndrome do Pé Diabético, varizes de membros inferiores. Pulmonares: insuficiência respiratória aguda, bronquite, pneumonia, tuberculose, pneumopatia intersticial, neoplasias, doença pulmonar obstrutiva crônica, afecções da pleura. Do sistema digestivo: gastrite e úlcera péptica, colecistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular do cólon, neoplasias. Renais: insuficiência renal, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido/base, nefrolitíase, infecções urinárias. Metabólicas e do sistema endócrino: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal. Hematológicas: anemias, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão. Reumatológicas: osteoartrite, doença reumatóide juvenil, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno. Neurológicas: coma, cefaleias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias.

ENFERMEIRO

História da metodologia do Cuidado em Enfermagem. Concepções da relação enfermeiro – paciente. O método em enfermagem. Classificação Internacional das práticas de Enfermagem (CIPE). Classificação das Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva (CIPE-SC). Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem. Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar. Biossegurança. Assistência de enfermagem ao paciente crítico e/ou terminal. Avaliação das funções vitais. O conforto e a higiene pessoal. Administração de medicamentos: vias, cálculos de dosagem de medicamentos e cuidados gerais. Atendimento às necessidades de manutenção da integridade corporal: feridas e curativos. Sistematização da assistência de enfermagem. Lei do Exercício Profissional. Consulta de Enfermagem. Educação em Saúde. Estratégia de Saúde da Família, composição e atribuições da equipe, atividades da ESF conforme portaria nº 648, de 28 de março de 2006. Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS 2001. COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. Parâmetros para o funcionamento do SUS; Saúde e Doença: Promoção à saúde. Prevenção e controle de infecções. Prevenção de agravos. Atuação da Enfermagem na detecção e no controle de doenças; Introdução à Enfermagem: Origem e evolução da Enfermagem. Aspectos legais e éticos de exercício da Enfermagem. O ambiente de trabalho. Técnicas básicas de Enfermagem; Enfermagem Médico-Cirúrgica: Assistência de Enfermagem em situações de emergência e nos distúrbios: do sangue, respiratórios, cardiovasculares, gastrointestinais, endócrinos, imunológicos, musculoesqueléticos, nas doenças infecciosas e nas doenças da pele. Atuação de enfermagem em Centro Cirúrgico e em Central de Material; Enfermagem Materno-Infantil e Pediatria: Atendimento de enfermagem à saúde materno-infantil e pediatria: pré-natal, parto e puerpério e período neonatal; Políticas de saúde: noções sobre o Sistema Único de Saúde – SUS; Saúde da Criança e do Adolescente Puericultura, Controle, Intervenções da Enfermagem na Assistência à Criança no aspecto preventivo e curativo: Doenças preveníveis por imunização: vacinas (rede de frio e esquema do Ministério da Saúde, Administração e Validade). CCIH.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Condutas, atribuições e funções do Técnico em enfermagem. Curativos – Potencial de contaminação, Técnicas de curativos; Princípios da administração de medicamentos: terapêutica medicamentosa, noções de farma coterapia. Doenças Sexualmente Transmissíveis – AIDS/SIDA, Sífilis, Gonorréia, Uretrites, Condiloma Acuminado, Linfogranuloma venéreo, Cancro mole – Prevenção; Imunização – Vacinas, acondicionamento, Cadeia de frio (conservação), dosagens, aplicação, Calendário de vacinação). Conselho Regional de Enfermagem (Coren) - Código de Ética de Enfermagem – Lei nº. 7498 do exercício Profissional; Esterilização de Material; Saúde da Mulher – Planejamento familiar, gestação (pré-natal), parto e puerpério, prevenção do câncer de colo e mamas; Enfermagem Materno-Infantil: Assistência de Enfermagem no Pré-Parto, Parto e Puerpério e nas Emergências Obstétricas E Assistência de Enfermagem em Pediatria. Ética: Princípios Básicos De Ética; Regulamentação do Exercício Profissional e Relações Humanas; Sistema Único de Saúde: Lei nº 8.080 de 19/09/90, Lei nº 8.142 de 28/12/90, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOBSUS de 1996, Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS - NOAS-SUS de 2002, Programa de Controle de Infecção Hospitalar. Procedimentos técnicos: verificação de sinais vitais, peso e mensuração, administração de medicamentos por via oral, intramuscular e endovenosa, coleta de material para exames: sangue, fezes, urina e escarro, curativos; Imunizações: tipo, doses e via de administração; Medidas de prevenção e controle de infecções; primeiros socorros; atuação de Técnico de Enfermagem nas Urgências e Emergências; Traumatismos, fraturas; Queimaduras; Hemorragias; Coma diabético; Reanimação cardio-pulmonar. Noções básicas de Vigilância Epidemiológica. Funcionamento e Assistência Hospitalar. O paciente cirúrgico: cuidados pré, trans e pós-operatórios.

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

www.papanduva.sc.gov.br**ANEXO V**

Prova Objetiva para todos os cargos, Quantidade de Questões e Pontuação.

CARGOS	DISCIPLINA/CONTEÚDO	QUANTIDADES DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	10	5,0	50
	Matemática	10	4,0	40
	Conhecimentos Gerais	05	1,0	10
		25		100

CARGOS	DISCIPLINA/CONTEÚDO	QUANTIDADES DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Ensino Médio	Língua Portuguesa	10	4,0	40
	Conhecimentos Específicos	10	5,0	50
	Atualidades	05	1,0	10
		25		100

CARGOS	DISCIPLINA/CONTEÚDO	QUANTIDADES DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Ensino Superior	Língua Portuguesa	10	4,0	40
	Conhecimentos Específicos	10	5,0	50
	Atualidades	05	1,0	10
		25		100

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

25

www.papanduva.sc.gov.br**ANEXO VI****DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA, SOLICITANTE DE CONDIÇÃO ESPECIAL**

Dados do candidato:

NOME:	
INSCRIÇÃO:	RG:
EMPREGO:	
TELEFONE:	CELULAR:

CANDIDATO(A) POSSUI DEFICIÊNCIA? ☐ SIM ☐ NÃO

Se sim, especifique a deficiência: _____

Nº do CID: _____

Nome do médico que assina do Laudo: _____

Nº do CRM: _____

NECESSITA DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA? ☐ SIM ☐ NÃO☐ SALA DE FÁCIL ACESSO (ANDAR TÉRREO COM RAMPA)☐ MESA PARA CADEIRANTE☐ SANITÁRIO ADAPTADO PARA CADEIRANTE☐ LEDOR☐ TRANSCRITOR☐ PROVA EM BRAILLE☐ PROVA COM FONTE AMPLIADA (FONTE TAMANHO 24)☐ INTERPRETE DE LIBRAS☐ OUTRA.QUAL? _____

ATENÇÃO: Esta declaração e a cópia do respectivo Laudo Médico deverão ser encaminhados via Sedex ou carta com aviso de recebimento para a empresa para Instituto Excelência Ltda. – ME, caixa postal 2707, CEP 87.013-981, Maringá/PR, até o último dia do período de inscrição, conforme disposto no Edital.

Papanduva/SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do candidato_____
Assinatura do Responsável p/ recebimento

Uso exclusivo do Instituto

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

26

www.papanduva.sc.gov.br**ANEXO VII – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO****REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

inscrito (a) no Teste Seletivo nº 003/2016 do Município de Papanduva, inscrição nº _____, concorrendo ao cargo de _____, CPF nº _____, portador do documento de identidade nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria Isenção da Taxa de Inscrição, conforme o **Item 3.3** deste Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () **DOADOR DE SANGUE**

Anexar: Identificação de Doador (Cartão) e comprovante de no mínimo 3 (três) doações nos últimos 12 meses;

2) () **HIPOSUFISSIÊNCIA**

Anexar: Fotocópia do comprovante de renda (contracheque) ou declaração escrita de que se encontra desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social – CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho, e apresentar cópia do número de Identificação Social – NIS atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal, bem como, informando que é membro da família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

ATENÇÃO: Este requerimento deverá ser encaminhados via Sedex ou carta com aviso de recebimento para a empresa para Instituto Excelência Ltda. – ME, caixa postal 2707, CEP 87.013-981, Maringá/PR, até o último dia do período de inscrição, conforme disposto no Edital.

Papanduva/SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento



Uso exclusivo do Instituto

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

27

www.papanduva.sc.gov.br**ANEXO VIII – FORMULARIO DE ENTREGA DE TÍTULOS**

NOME:	
FUNÇÃO:	
INSCRIÇÃO:	RG:
TELEFONE:	CELULAR:

Relação de Documentos entregues (assinar com um 'X')

<input type="checkbox"/> Título de Doutor na área a que está concorrendo.	
Documento Autenticado <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Número de Folhas _____
<input type="checkbox"/> Título de Mestre na área a que está concorrendo.	
Documento Autenticado <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Número de Folhas _____
<input type="checkbox"/> Diploma ou Certificado de conclusão de curso de Pós- graduação <i>lato sensu</i> (mínimo 360 horas) na área que está concorrendo.	
Documento Autenticado: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Número de Folhas _____
<input type="checkbox"/> Tempo de Serviço no Magistério (será aceito tempo de serviço das esferas federal, estadual, municipal e particular) Com contagem do Tempo até 30/11/2016. <input type="checkbox"/> até 05 meses = 0,50 pontos; <input type="checkbox"/> De 06 meses até 2 anos e 11 meses = 1,00 ponto; <input type="checkbox"/> De 03 anos a 8 anos e 11 meses = 2,00 pontos; <input type="checkbox"/> Acima de 09 anos = 3,00 pontos;	
Documento Autenticado: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Número de Folhas _____

ATENÇÃO: Somente serão recebidos documentos constantes da relação acima. A entrega destes documentos é para efeito de pontuação extra que será somada à nota da prova escrita objetiva, nos termos deste edital. Os diplomas e certificados, que são requisitos básicos para as funções, serão exigidos em outra ocasião.

Papanduva/SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do candidato_____
Assinatura do Responsável p/ recebimento

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

28

www.papanduva.sc.gov.br

Uso exclusivo do Instituto

ANEXO IX – FORMULÁRIO ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO**ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO**

Identificação da Instituição Privada ou Instituição Pública (papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço).

Atestamos para os devidos fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o **Edital do Teste Seletivo para Admissão de Professores**, que o Senhor (a) _____, nascido (a) em ____/____/____ portador (a) do CPF nº _____, exerceu ou ainda exerce atividades no magistério nessa instituição, no cargo de **PROFESSOR**, até 30/11/2016 conforme abaixo especificado:

PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____ (____ anos, ____ meses, ____ dias).
PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____ (____ anos, ____ meses, ____ dias).
PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____ (____ anos, ____ meses, ____ dias).
PERÍODO DE: ____/____/____ até 30/11/2016 (____ anos, ____ meses, ____ dias).

Tempo total de serviço: ____ anos ____ meses ____ dias.

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

Local e Data: _____, ____/____/____.

Assinatura e carimbo do responsável pela Instituição

Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro | CEP 89.370-000 | Papanduva | SC
Fone/Fax 47 3653.2166 | papanduva@papanduva.sc.gov.br

29

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO N. 004/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016**

DECRETO LEGISLATIVO N. 004/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

APROVA AS CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea 'e', do Regimento Interno,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e ele, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal referente ao exercício de 2012.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 07 de dezembro de 2016.

Girseliano Moreira da Silva
Presidente

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz
1º Secretário

Djana Paula Matioski
2ª Secretária

DECRETO LEGISLATIVO N. 005/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO LEGISLATIVO N. 005/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

APROVA AS CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2008.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea 'e', do Regimento Interno,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e ele, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal referente ao exercício de 2008.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 07 de dezembro de 2016.

Girseliano Moreira da Silva
Presidente

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz
1º Secretário

Djana Paula Matioski
2ª Secretária

DECRETO LEGISLATIVO N. 006/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO LEGISLATIVO N. 006/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

APROVA AS CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea 'e', do Regimento Interno,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e ele, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal referente ao exercício de 2014.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 07 de dezembro de 2016.

Girseliano Moreira da Silva
Presidente

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz
1º Secretário

Djana Paula Matioski
2ª Secretário

Paraíso

PREFEITURA

PR 28/2016

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:00 horas do dia 28 de Dezembro de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS DE TRATOR PNEUMÁTICO TRAÇADO, DE NO MINIMO 75CV, COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSOLAGEM, GOBEAÇÃO, LIMPEZA E CONFECÇÃO DE SILAGEM, PARA ATENDIMENTO AS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO/SC, de acordo com as Leis Municipais Nº 1123/09 e 1186/2010".

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 14 de Dezembro de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Passos Maia**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0050/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0050/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0070/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0041/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, preço para aquisição de material pedagógico, conforme quantidades e descrição contidas no Anexo I do Edital de Pregão Presencial n. 0041/2016.

Valor: O valor do presente contrato é de R\$ 387.679,30 (trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e nove reais e trinta centavos).

Vigência: – A presente ata de registro de preço tem validade de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

Passos Maia, SC, 14 de dezembro de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 0051/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0051/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0070/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0041/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: PROJETO CULTURAL LTDA

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, preço para aquisição de material pedagógico, conforme quantidades e descrição contidas no Anexo I do Edital de Pregão Presencial n. 0041/2016.

Valor: O valor do presente contrato é de R\$ 43.020,00 (quarenta e três mil, e vinte reais). Vigência: – A presente ata de registro de preço tem validade de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

Passos Maia, SC, 14 de dezembro de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

DECRETO N. 472/2016

DECRETO Nº. 472, de 07 de dezembro de 2016.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "II" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 762, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Código	Secretaria/departamento	
01.01	CAMARA DE VEREADORES	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
01.031.0101	2.044	Manutenção da Câmara de Vereadores
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	06.27	10.000,00
TOTAL		10.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, será anulada dotação dentro do orçamento vigente para o exercício de 2016 nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
01.01	CAMARA DE VEREADORES	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
01.031.0101	2.044	Manutenção da Câmara de Vereadores
Modalidade	Fonte	Dotação

3.3.90.00.00	06.27	10.000,00
TOTAL		10.000,00

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 07 de Dezembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

DECRETO N. 473/2016

DECRETO Nº. 473, de 07 de dezembro de 2016.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº. 780, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO

04.01 – Secretaria da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

04.01.26 - Transporte

04.01.26.782 – Transporte Rodoviário

04.01.26.782.2601 – Estradas Vicinais

04.01.26.782.2601.2021 – Manutenção de Secretaria da Infraestrutura

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

3.1.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	030	R\$	180.000,00
--	-----	-----	------------

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

05.01 – Departamento da Educação

05.01.12 – Educação

05.01.12.361 – Ensino Fundamental

05.01.12.361.1201 – Desenvolvimento Educacional

05.01.12.361.1201.2025 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0101 – Receitas de Impostos e de Transferências Educação

3.1.90.00.00.0101 – Aplicações Diretas	044	R\$	225.000,00
3.3.90.00.00.0101 – Aplicações Diretas	047	R\$	99.000,00

06 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 – Departamento de Assistência Social

06.01.08 – Assistência Social

06.01.08.244 – Assistência Comunitária

06.01.08.244.0801 – Assistência social Geral

06.01.08.244.0801 -2.028 – Manutenção do departamento de assist. social

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

3.1.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	068	R\$	32.000,00
--	-----	-----	-----------

07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

07.01 – Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico

07.01.20 – Agricultura

07.01.20.606 – Extensão Rural

07.01.20.606.2001 – Assistência ao Produtor Rural

07.01.20.606.2001.2030 – Manut. Sec. da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

3.1.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	081	R\$	20.000,00
--	-----	-----	-----------

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**13.01 – Fundo Municipal de Saúde****13.01.10 – Saúde****13.01.10.301 – Atenção Básica****13.01.10.301.1001 – Saúde com Qualidade****13.01.10.301.1001.2.036 – Manutenção das atividades da saúde**

Fonte de Recursos: 0102 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos Saúde

3.1.90.00.00.0102 – Aplicações Diretas	006	R\$	180.000,00
3.3.71.00.00.0102 – Transferências a Consórcios Públicos	007	R\$	15.000,00
3.3.90.00.00.0102 – Aplicações Diretas	008	R\$	69.000,00
Total da Suplementação			
		R\$	820.000,00

Art. 2º. Para efetuar a abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão anulados recursos orçamentários no valor de 820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais), das seguintes dotações orçamentárias:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**13.01 – Fundo Municipal de Saúde****13.01.10 – Saúde****13.01.10.301 – Atenção Básica****13.01.10.301.1001 – Saúde com Qualidade****13.01.10.301.1001.1.004 – Ampliação da Rede Física de Saúde**

Fonte de Recursos: 0102 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos Saúde

4.4.90.00.00.0102 – Aplicações Diretas	001	R\$	11.000,00
--	-----	-----	-----------

13.01.10.301.1001.1.005 – Aquisição de Veículos Saúde

4.4.90.00.00.0102 – Aplicações Diretas	003	R\$	45.000,00
--	-----	-----	-----------

01 – CÂMARA DE VEREADORES**01.01 – Câmara de Vereadores****01.01.01 – Legislativa****01.01.01.031 – Ação Legislativa****01.01.01.031.0101 – Processo Legislativo****01.01.01.031.0101.1.001 – Construção da sede Legislativa**

Fonte De Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas	001		34.000,00
4.5.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	002	R\$	50.000,00

03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO**03.01 - Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento****03.01.04 – Administração****03.01.04.122 – Administração Geral****03.01.04.122.0401 – Administração Geral****03.01.04.122.0401.1.002 – Aquisição de Veículo**

Fonte De Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	003	R\$	80.000,00
--	-----	-----	-----------

03.01.04.122.0401.2.019 – Manut. Da Secret. De Administr. E Fazenda

Fonte De Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

3.1.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	005	R\$	100.000,00
--	-----	-----	------------

04 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO**04.01 – Secretaria da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano****04.01.26 - Transportes****04.01.26.782 – Transportes Rodoviários****04.01.26.782.2601 – Estradas Vicinais****04.01.26.782.2601.1.016 – Aquisição de Máquinas e Veículos**

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	028	R\$	50.000,00
--	-----	-----	-----------

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**05.01 – Departamento de Educação****05.01.12 – Urbanismo****05.01.12.361 – Ensino Fundamental****05.01.12.361.1201 – Desenvolvimento Educacional****05.01.12.361.1201.1.007 – Ampliação da Rede de Ensino Fundamental**

Fonte de Recursos: 0101 – Recursos Ordinários Educação

4.4.90.00.00.0101 – Aplicações Diretas	039	R\$	11.000,00
--	-----	-----	-----------

05.01.12.365 – Educação Infantil

05.01.12.365.1201 – Desenvolvimento Educacional

05.01.12.365.1201.1.008 – Ampliação da Rede de Ensino Infantil

Fonte de Recursos: 0101 – Recursos Ordinários Educação

4.4.90.00.00.0101 – Aplicações Diretas	054	R\$	11.000,00
--	-----	-----	-----------

05.01.12.361 – Ensino Fundamental

05.01.12.361.1201 – Desenvolvimento Educacional

05.01.12.361.1201.1.009 – Aquisição de Veículo Educação

Fonte de Recursos: 0101 – Recursos Ordinários Educação

4.4.90.00.00.0101 – Aplicações Diretas	041	R\$	82.000,00
--	-----	-----	-----------

05.01.12.367 – Educação Especial

05.01.12.367.1201 – Desenvolvimento Educacional

05.01.12.367.1201.2.024 – Apoio ao Ensino Especial

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

3.3.50.00.00.0100 – Trasn. A Instituições Privadas Sem Fins Lucr.	061	R\$	30.000,00
---	-----	-----	-----------

3.3.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	062	R\$	2.000,00
--	-----	-----	----------

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

05.02 – Departamento de Esportes

05.02.27 – Desporto e Lazer

05.02.27.812 – Desporto Comunitário

05.02.27.812.2701 – Esporte é vida

05.02.27.812.2701.2.027 – Manut. Das Ativ. Do Dpto de esportes

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.0101 – Aplicações Diretas	041	R\$	20.000,00
--	-----	-----	-----------

06 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 – Departamento de Assistência Social

06.01.08 – Assistência

06.01.08.244 – Assistência Comunitária

06.01.08.244.0801 – Assistência Social Geral

06.01.08.244.0801.1003 – Obras de Infra Estrutura Social

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	066	R\$	10.000,00
--	-----	-----	-----------

06.01.16 – Habitação

06.01.16.482 – Habitação Urbana

06.01.16.482.1601 – Sistema Habitacional

06.01.16.482.1601.1013 – Apoio ao Sistema Habitacional

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações diretas	072	R\$	5.000,00
--	-----	-----	----------

4.5.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	074	R\$	70.000,00
--	-----	-----	-----------

06.01.08 – Assistência Social

06.01.08.244 – Assistência Social

06.01.08.244.0801 – Assistência Social Geral

06.01.08.244.0801.2.055 – Programa de Desenvolvimento Comunitário

Fonte De Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

3.3.50.00.00.0100 – Transferências a Instituições Privadas	071	R\$	10.000,00
--	-----	-----	-----------

06-02 – Fundo Municipal de Cultura

06.02.08 – Assistência Social

06.02.08.241 – Assistência ao Idoso

06.02.08.241.801 – Assistência Social Geral

06.02.244.0801.2.054 – Manutenção Fundo Municipal do Idoso

Fonte De Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

3.3.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	077	R\$	11.000,00
--	-----	-----	-----------

07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

07.01 – Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico

07.01.10 – Saúde

07.01.10.605 – Abastecimento

07.01.10.605.1003 – Agua Potável

07.01.10.605.1003.1006 – Ampliação do Sistema de Agua Potável

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	078	R\$	20.000,00
--	-----	-----	-----------

07.01.20 – Agricultura

07.01.20.608 – Promoção da Produção Agrícola

07.01.20.608.2001 – Assistência ao Produtor Rural

07.01.20.608.2001.1014 – Ampliação da Patrulha Agrícola

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	084	R\$	5.000,00
--	-----	-----	----------

07.01.22 – Indústria

07.01.22.661 – Promoção Industrial

07.01.22.661.2201 – Desenvolvimento Industrial

07.01.22.661.2201.1015 – Apoio ao Desenvolvimento Econômico

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	088	R\$	15.000,00
--	-----	-----	-----------

07.01.23 – Comércio e Serviços

07.01.23.695 – Turismo

07.01.23.695.2301 – Promoção do Turismo Local

07.01.23.695.2301.2056 – Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Fonte De Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

3.3.90.00.00.0100 – Aplicação Diretas	115	R\$	5.000,00
---------------------------------------	-----	-----	----------

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	116	R\$	5.000,00
--	-----	-----	----------

07.01.26 – Transportes

07.01.26.782 – Transporte Rodoviário

07.01.26.782.2601 – Estradas Vicinais

07.01.26.782.2601.1017 – Obras de Infraestrutura Rural

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	091	R\$	22.000,00
--	-----	-----	-----------

08 – SECRETARIA DA CIDADANIA E REFORMA AGRÁRIA

08.01 – Secretaria da Cidadania e reforma agrária

08.01.20 – Agricultura

08.01.20.606 – Extensão Rural

08.01.20.606.2001 – Assistência ao Produtor Rural

08.01.20.606.2001.2.031 – Manut. Da Secret. De Cidadania e Reforma Agrária

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

3.1.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	093	R\$	65.000,00
--	-----	-----	-----------

3.3.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	094	R\$	10.000,00
--	-----	-----	-----------

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	095	R\$	3.000,00
--	-----	-----	----------

10 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

10.01 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência

10.01.08 – Assistência Social

10.01.08.243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

10.01.08.243.0802 – Assistência a Criança e Adolescentes

10.01.08.243.0802.2.033 – Manutenção das Atividades Fundo de Infância e Adolescência

Fonte De Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

3.3.50.00.00.0100 – Transferências a Instituições Privadas	106	R\$	38.000,00
--	-----	-----	-----------

Total Geral das Anulações		R\$	820.000,00
---------------------------	--	-----	------------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de dezembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos atos oficiais

Penha

PREFEITURA

2844

LEI Nº 2844/2016

TORNA OBRIGATÓRIA A INSTALAÇÃO DE CABINA BLINDADA DE SEGURANÇA PARA OS VIGILANTES EM TODAS AS AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PENHA.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As agências bancárias estabelecidas no Município de Penha ficam obrigadas a instalar cabina blindada, com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

§ 1º As cabinas blindadas deverão obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, além de possuir assento apropriado e telefone para comunicação direta com os órgãos de segurança competente.

§ 2º Ficam isentas da exigência prevista neste artigo as casas lotéricas e correspondentes bancários.

Art. 2º Os custos oriundos da execução desta lei serão de exclusividade das agências bancárias.

Parágrafo único. A concessão de alvará de funcionamento para as agências bancárias fica condicionada à instalação da cabina blindada para os vigilantes, com comunicação direta aos órgãos de segurança competentes.

Art. 3º As agências bancárias que infringirem o disposto nesta lei ficarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - Advertência: Para a primeira autuação, devendo o estabelecimento ser notificado para que efetue a regularização da pendência em até 30 (trinta) dias úteis;

II - Multa: aplicada de forma progressiva, consoante decreto regulamentar editado pelo Poder Executivo.

III – Após aplicação de multas progressivas, persistindo a infração, ocorrerá a interdição da agência bancária, nos termos do decreto regulamentar editado pelo Poder Executivo.

Art. 4º O Poder Executivo terá o prazo de 30 (trinta) dias para editar o Decreto que regulamentará a lei.

Art. 5º As agências bancárias têm 120 (cento e vinte) dias para se adequarem a esta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 13 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

437

PORTARIA Nº 437/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os funcionários abaixo nomeados, para compor a Comissão de Recebimento Provisório de Obras e Serviços, realizados por esta Municipalidade, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

- Everaldo Moraes dos Santos

(Engenheiro Sanitarista)

- Liete José Laurentino

(Engenheiro Civil)

- Ricardo Francisco das Neves

(Fiscal de Obras)

Art. 2º - Aos funcionários efetivos, cabe uma gratificação de 20% (vinte por cento), sobre o respectivo vencimento, nos termos do Art. 61 da Lei Complementar 01/05.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 01 de dezembro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ERRATA DE EDITAL PP48/2016 - PMP

ERRATA DE EDITAL
REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016 - PMP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/2016 - PMP

REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE TENDAS QUE SERÃO UTILIZADAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PENHA/SC.

ONDE SE LÊ:

1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE TENDAS QUE SERÃO UTILIZADAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 48/2016 - PMP, a que corresponde este pacto, assim especificados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
01	Tenda Pirâmide 03mx03m	Dia	60	230,00	13.800,00
02	Tenda Pirâmide 06mx06m	Dia	60	350,00	21.000,00
03	Tenda Pirâmide 10mx10m	Dia	60	1.000,00	30.000,00
	TOTAL			R\$	64.800,00

Valor estimado em R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais).

LEIA-SE:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
01	Tenda Pirâmide 03mx03m	Dia	60	230,00	13.800,00
02	Tenda Pirâmide 06mx06m	Dia	60	350,00	21.000,00
03	Tenda Pirâmide 10mx10m	Dia	30	1.000,00	30.000,00
	TOTAL			R\$	64.800,00

OBS: Houve um erro de digitação no item 03 embora não exista alteração na proposta, portanto a data do processo licitatório permanece a mesma.

Penha, 14 de dezembro de 2016.
Daniele S. de S. Lunge
Secretária de Administração

Petrolândia

PREFEITURA

1 AD CT 5/2016 - CLÍNICA RADIOLÓGICA

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2016

1º Termo Aditivo ao Contrato celebrado entre o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde e a Empresa CLÍNICA RADIOLÓGICA RIO DO SUL LTDA, inscrita no CNPJ: 83.622.654/0001-84. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE RADIOLOGIA (LEITURA E EMISSÃO DE LAUDOS COMPLETOS DE RAIO-X), ENCAMINHADOS E AUTORIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLÂNDIA. Data: 13/12/2016. Aditivo de Prazo. Validade: 30/11/2017. Petrolândia, 15 de dezembro de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 079/2016 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 014/2016.

TERMO ADITIVO Nº 079/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 014/2016.

Termo Aditivo de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, autorizado através do Processo nº 293/2015, Licitação nº 058/2015, modalidade PREÇÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: SAFRA DIESEL LTDA

CNPJ-MF nº. 076.578.202/0001-87

Endereço: RODOVIA SC 480, CHAPECÓ GOIO- EN

Representada por: Reni Perizzolo

BASE LEGAL: O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º).

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

Contrato de fornecimento de combustível, Licitação nº 058/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, contrato nº 014/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando o aumento no combustível, bastante veiculado nas mídias sociais e imprensa nacional no mês de dezembro;

2.2 Diante do disposto no item 2.1 desta cláusula, o preço do Diesel S-10 de R\$2,91 ao litro, será reajustado para R\$ 2,97 e Óleo BS500 de R\$ 2,72 para R\$ 2,81.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais cláusulas do contrato de fornecimento nº 014/2016 continuam inalteradas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 06 de dezembro de 2016

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

SAFRA DIESEL LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

LEI ORDINÁRIA Nº 1.923, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.923, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA O INCISO "V" DO ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL NÚMERO 1.335 DE 10 DE MARÇO DE 2009.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso "V" do artigo 3º da Lei Municipal número 1.335 de 10 de março de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

"V" – Um representante da Secretaria de Administração. "

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 13 de dezembro de 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1.924, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI ORDINÁRIA Nº 1.924, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO PAGAR DIFERENÇAS SALARIAIS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, em exercício e no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado, através do Chefe do Poder Executivo a regularizar e pagar às diferenças salariais em férias gozadas no ano de 2015 aos servidores: SANDRA REGINA PARAVISI BRESSAN, ROSANIA INÊS ROSATTO ZAGO E HADRIEL DALMOLIN.

I – O valor devido refere-se a diferenças salariais não pagas em relação as férias dos servidores, o qual deverá incidir sobre o total da remuneração, inclusive gratificações recebidas durante o período aquisitivo de férias;

II – As diferenças que trata essa lei são do período concessivo de férias do ano de 2015;

Parágrafo único. O setor de recursos humanos deverá recalculer o valor das férias dos servidores que trata o artigo 1º, apurada a diferença será gerada folha de pagamento complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no atual orçamento.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 13 de dezembro de 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

Pomerode

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 300, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 300, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AS TAXAS MUNICIPAIS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS EXECUTADOS PELO ÓRGÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO.

ROLF NICLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

§ 1º Serão cobradas taxas para cada licenciamento, visando cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais, bem como a manutenção da estrutura física-operacional do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim, na forma desta Lei Complementar.

§ 2º Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo órgão ambiental municipal, e será devida para:

I - análise prévia com vistoria para concessão de autorizações ambientais (terraplanagem) e/ou licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e licença de operação);

II - análise prévia para concessão de licenças simplificadas;

III autorização de corte de vegetação - AuC e reposição florestal;

IV autorização municipal simplificada de cortes de árvore;

V averbação de reserva legal;

VI licença ambiental para terraplenagem urbana e rural;

VII certidão de conformidade ambiental, mediante vistoria ou não;

VIII autorização ambiental.

§ 1º Os valores referentes à taxa que trata o presente artigo serão calculados e cobrados na forma estabelecida no Anexo Único.

§ 2º Os critérios do porte do empreendimento em relação ao potencial poluidor degradador serão estabelecidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, que definirá por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

§ 3º A determinação do valor da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

§ 4º A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

Art. 3º Na análise de licenças ambientais de que tratam os incisos I e II do artigo anterior será observado o seguinte:

I a taxa exigida para as referidas atividades será graduada em função do porte e do potencial poluidor degradador, conforme Tabela 01 do Anexo Único da presente lei;

II as licenças ambientais de operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo, por decisão motivada, tal prazo ser reduzido, e as licenças simplificadas terão validade de 01 (um) ano, desde que permaneçam as condições iniciais que autorizaram sua concessão; e

III a cobrança da análise dos pedidos de licenças ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

Art. 4º O sujeito passivo da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

§ 1º Estão dispensados do pagamento das taxas de serviços ambientais previstos na presente lei:

I os órgãos e entidades integrantes da União e o Estado, inclusive suas fundações e autarquias;

II os órgãos da Administração Direta, as fundações e autarquias municipais;

III as associações de pais e professores - APP, as associações de moradores de bairro, as associações de classe, centros comunitários e associações de pais e funcionários - APF, devidamente constituídos e sem fins lucrativos;

IV os clubes de caça e tiro e as associações culturais, as sociedades desportivas, recreativas e os clubes, devidamente constituídos, reconhecidos de utilidade pública por lei municipal e sem fins lucrativos;

V as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

§ 2º Para usufruir da dispensa prevista neste artigo as pessoas jurídicas acima elencadas deverão comprovar documentalmente tal condição no momento do pedido. Além disso, as pessoas jurídicas descritas nos incisos III, IV e V do parágrafo anterior deverão preencher os seguintes requisitos:

I não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título;

II aplicar integralmente os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 3º O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos Microempreendedores individuais no primeiro ano de funcionamento e pela metade no segundo ano, retornando ao valor total nos anos seguintes.

Art. 5º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 6º No que couber, aplica-se subsidiariamente à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais o disposto no Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 7º Os valores recolhidos à União, ao Estado, a outro Município e ao Distrito Federal, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais de que trata esta lei.

Art. 8º Os valores constantes do Anexo Único estão expressos em Unidade Fiscal do Município - UFM e serão atualizados anualmente conforme dispõe o Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 9º As disposições constantes na presente lei poderão ser regulamentadas por Decreto Municipal.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado quanto aos seus efeitos o disposto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal, revogado Decreto nº 2.078/2005, de 13/05/2005.

Município de Pomerode, 15 de dezembro de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

Anexo único

Taxa de Prestação de Serviços Ambientais

1. NORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO:

1.1 - A cobrança dos serviços será realizada no momento do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado/realizado sem a comprovação do pagamento.

1.2 - Os valores arrecadados serão integralmente destinados ao órgão ambiental municipal.

1.3 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo, por decisão motivada, tal prazo ser reduzido.

1.4 - A cobrança pela Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais serão efetuadas em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme legislação em vigor.

1.5 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças serão cobrados o valor referente à classificação da atividade.

2. APURAÇÃO DO VALOR PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a apuração do valor a ser cobrado pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações, Resoluções do CONSEMA nº 14/2012 e nº 15/2013, as

atividades são enquadradas nos níveis I,II,III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº01.

Tabela nº 01

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL				
P	M	G		
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,P	P,M	P,G
	M	M,P	M,M	M,G
	G	G,P	G,M	G,G

2.1 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 13/2012, que define por listagem as atividades potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

2.3 - O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos na Resolução acima mencionada.

Tabela nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UFM

LICENÇAS	NÍVEL								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	58,02	102,17	177,85	311,56	467,96	544,91	779,52	953,59	1.667,52
LAI	143,80	253,53	444,00	774,48	1.162,97	1.355,96	1.937,45	2.371,36	4.148,61
LAO	287,59	508,33	888,00	1.550,21	2.324,69	2.711,92	3.874,90	4.742,72	8.297,23
Total	489,41	864,03	1.509,85	2.636,24	3.955,63	4.612,80	6.591,87	8.067,66	14.113,36

Tabela nº 03

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UFM para as atividades agrícolas, pecuárias e florestais

LICENÇAS	NÍVEL					
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	56,76	65,59	104,69	126,14	210,65	252,27
LAI	157,67	189,20	315,34	379,67	287,59	758,08
LAO	104,69	126,14	210,65	252,27	421,29	505,81
Total	319,12	380,93	630,68	758,08	919,53	1.516,16

Tabela nº 04

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UFM para as atividades de Captação de Água Subterrânea, em atividades agrícolas, pecuária e florestal, para porte até Q(I)<50

LAP	LAI	LAO	TOTAL
32,80	74,42	90,82	198,03

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (UFM 20,18/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (UFM 46,67/dia) + V x R (UFM 0,28/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo

$$CA = (TT + VT + CE) \times 0,05$$

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora
Q(I)	Vazão de bombeamento (m³/h)

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

UFM 27,75 para corte isolado de até 10 árvores em zona urbana ou rural.

UFM 27,75 para corte isolado de até 30 árvores em zona urbana ou rural + apresentação de projeto e doação de mudas quando necessário.

UFM 58,02 + 0,01 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte, conforme definido no termo de delegação de atribuição de gestão florestal (FATMA – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e MUNICIPIO DE POMERODE/SC).

UFM 58,02 + 0,03 x U para manejo de Palmito limitado em 2.000 unidades.

UFM 32,80 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades rurais.

UFM 58,02 para análise de projeto de corte de vegetação – AUC para florestas plantadas em áreas protegidas (Área de Preservação Permanente - APP, Unidade de Conservação - UC, etc.), com recomposição vegetal. Conforme definido no termo de delegação de atribuição de gestão florestal (FATMA – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e MUNICIPIO DE POMERODE/SC).

UFM 32,80 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades).

UFM 58,02 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário se caracterize como pequeno produtor rural, para fins agrosilvipastoris no limite de até 2,0ha/ano.

UFM 58,02 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural, no limite de até 3,0ha, uma única vez.

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA URBANA:

UFM 27,75 para AM ≤ 500

UFM 27,75 + 0,04 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UFM 27,75 + 0,04 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UFM 27,75 + 0,05 x AM para AM > 5.000

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA RURAL:

UFM 27,75 para AM ≤ 500

UFM 27,75 + 0,01 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UFM 27,75 + 0,01 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UFM 27,75 + 0,03 x AM para AM > 5.000

7. CERTIDÕES e DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = UFM 27,75

8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

Pr = UFM 27,75

8.1 - AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a suinocultura

Pr = UFM 27,75

Conforme consta na Resolução nº 01/06, entenda-se porte Único = Autorização Ambiental –AuA.

9. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = UFM 64,33

10. CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA:

O Licenciamento Ambiental da atividade acima enquadra-se na Tabela nº 02. Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada a Tabela nº 04.

Os poços artesianos já existentes que não disponham de Licenciamento Ambiental, pagarão apenas os custos referentes a Licença Ambiental de Operação - LAO.

11. Listagem de valores para A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

Granja de suínos - terminação
UFM 10,09 + 0,04 x NC

Unidade de Produção de Leitão - UPL
UFM 10,09 + 0,06x NM

Granja de suínos - Creche
UFM 10,09+ 0,01 x NC

Granja de suínos - Ciclo Completo
UFM 10,09+ 0,20x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,26UFM para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,89UFM para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,58UFM para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação
U	Unidades

LEI COMPLEMENTAR Nº 301, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 301, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

RATIFICA ALTERAÇÕES NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E NO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica ratificada a alteração no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, de que trata o Anexo Único da Lei Complementar nº139, de 26/09/2007, alterada pelas Leis Complementares nº 234, de 06/04/2012, e nº 265, de 30/07/2014, nos termos do Anexo I desta Lei, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 2º Fica ratificada a alteração no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, na forma aprovada pela Assembleia Geral da Entidade - Anexo II desta Lei, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 3º As alterações de que tratam os artigos 1º e 2º desta Lei, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, após a vigência de todas as Leis de ratificação, publicadas pelos Entes consorciados.

§ 1º Observado o disposto no “caput” deste artigo, o Protocolo de Intenções e o Estatuto consolidado do CIMVI será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

§ 2º Fica ratificado também a alteração de endereço da sede do CIMVI, prevista no item 3.2 do Protocolo de Intenções e no art. 6º, caput, do Estatuto, a qual passou a ser na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, CEP. 89120-000, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.

§ 3º O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar aditivo ao Contrato de Consórcio para sua adequação aos termos do Protocolo de Intenções consolidado.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a designar, por decreto, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI como órgão ambiental municipal, para prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial.

§ 1º Designado o CIMVI como órgão ambiental municipal, caberá a este cumprir com todos os objetivos estabelecidos para gestão ambiental em seu Protocolo de Intenções e no Estatuto, e ao Município cumprir com os deveres sociais estabelecidos nestes instrumentos para os Entes consorciados.

§ 2º A gestão associada destes serviços pelo CIMVI, autorizam que o Consórcio Público efetue o lançamento e cobrança da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, bem como das multas por infrações ambientais, integrando-se o produto desta arrecadação à receita do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – FIMAMVI, destinadas ao custeio das despesas de competência deste Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 15 de dezembro de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

ANEXO I

Alterações no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, aprovadas nas 36ª e 37ª Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 04/11/2016, na cidade de Timbó/SC:

“PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI:

PREÂMBULO

A possibilidade legal de cooperação através de consórcio intermunicipal passou a se tornar realidade a partir da Lei nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde, sendo que, depois, a Lei nº 9.433/97 e outros instrumentos jurídicos também passaram a contemplar esta forma de organização institucional para atendimento das necessidades e serviços comuns dos Entes Federados.

Contudo, foi somente a partir da alteração dada ao artigo 241 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, que tal situação ganhou status constitucional, sendo posteriormente regulamentada expressamente pela Lei nº 11.107, de 06/04/2005, e pelo Decreto nº 6.017, de 17/01/2007.

Esta disciplina legal prevê a criação de Consórcios Públicos regulados pelo direito privado ou sob o abrigo do direito público, sendo que, se constituídos neste último formato, ficam em condições de receber recursos voluntários decorrentes de convênios com as demais esferas de Governo (Estado e União), usufruir da imunidade tributária constitucional (art. 150, VI, “a”, e § 2º, da CF) e dos privilégios processuais (artigos 183, 496, 534/535 e 910 do CPC) próprios dos Entes Federados, além de atrair a aplicação do tratamento diferenciado para seus procedimentos licitatórios.

Além disso, deste novo ordenamento jurídico desponta a necessidade de realização de Concurso Público para contratação de pessoal, de licitações para compras e serviços, de Prestação de Contas ao TCE/SC, de uso da contabilidade pública para registro de receitas e despesas e da consolidação destas com a contabilidade dos Entes Federados integrantes, para apuração dos limites legais, além de outros instrumentos de gestão e de transparência.

Por outro lado, na esteira desta evolução, a cooperação interfederativa tem demonstrado sua importância, com relevantes ganhos para a população, pois, a conjugação de esforços dos diferentes Municípios (Entes federados), possibilita a implementação de políticas públicas, que individualmente, nenhum deles teria condições plenas de realizar com eficácia e economicidade.

Desta forma, e:

- Considerando que serão observados, para os fins deste protocolo e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou pelos Entes consorciados, os seguintes conceitos:

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPAS, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ, de comum acordo, firmam PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, a partir da adaptação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale – CNPJ nº 03.111.139/0001-09, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETO E OBJETIVO

2.1 – O CIMVI tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua, de maneira articulada e em regime de estreita cooperação entre os consorciados e/ou com outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e/ou estrangeiras, formalizadas através do instrumento Contrato de Programa (dimensão político-institucional).

2.2 – Observados os princípios constitucionais da Administração Pública e a cooperação com os demais órgãos e instituições públicas da região, o CIMVI terá suas ações fundadas na atuação integral e integrada, unicidade e descentralização, participação ampla e controle social, intersectorialidade, interdisciplinariedade e pluralidade.

2.3 – O CIMVI tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para o Médio Vale do Itajaí que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental), a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular serviços e recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, através da gestão eficaz dos recursos públicos (dimensão econômica).

2.4 - Constitui objeto do Consórcio Público:

I - a gestão associada e/ou a prestação de serviços públicos ou de interesse público, inclusive os de saneamento básico, com a execução de programas e o exercício de competências pertencentes aos Entes consorciados;

II - o saneamento básico, com a produção de informações, estudos técnicos, políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada, bem como a operação, total ou parcial, dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e/ou manejo de resíduos sólidos, de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto e de resíduos sólidos, assistência técnica e assessoria;

III - o meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;

IV - a atenção à sanidade dos produtos de origem agropecuária, a proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, possibilitando a sua regularização sanitária, ambiental, fiscal e tributária através da assessoria e prestação de serviços próprios e/ ou contratados/conveniados e do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio;

V - a infraestrutura, o desenvolvimento econômico urbano e rural, a cultura, o esporte e o turismo, como criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades, e dos meios para perseguir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, próprio para cada um dos municípios e integrado no âmbito do consórcio, das diretrizes da economia solidária e das políticas estaduais e/ou nacionais;

VI - os direitos humanos, a criança e o adolescente e a assistência social, através da provisão das ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais, em conformidade com o preconizado no programa nacional de direitos humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, e nas políticas nacional e municipal da área, a partir das indicações e deliberações dos respectivos conselhos municipais;

VII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados, inclusive para fins de desenvolvimento e melhoria da gestão pública, bem como a instituição e a gestão de programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado, mediante cobrança de preço público dos interessados.

2.5 – São objetivos do CIMVI:

I – Fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência e a melhoria da gestão e dos serviços públicos, através de ações integradas intermunicipais, inclusive para:

- a) atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;
- b) desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, transporte, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;
- c) atuar na promoção regional da cultura, do esporte e do turismo, para a criação e gestão de circuitos e roteiros intermunicipais, inclusive no ecoturismo de base comunitária;
- d) apoiar os municípios na viabilização do plano diretor municipal, inclusive nas áreas de habitação, saneamento básico, meio ambiente, mobilidade, acessibilidade e regularização fundiária;
- e) atuar em prol das políticas de reconhecimento, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico, estimulando a produção cultural regional;

II - Elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento e outras ações e atividades de planejamento, assessoramento e/ou gestão que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI;

III – Instituir, implementar e gerir programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado;

IV – No saneamento básico:

- a) dar suporte e orientação técnica para a prestação adequada dos Serviços de Saneamento Básico;
- b) prestar, total ou parcialmente, serviços públicos de saneamento básico, inclusive com operação de estruturas e serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além de executar planos, projetos, programas, obras e serviços;
- c) implementar e/ou disponibilizar análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto;
- d) disponibilizar assistência técnica e assessoria, para: solução dos problemas de saneamento ambiental; elaboração de planos intermunicipais, projetos e promoção de estudos de concepção; projeção, supervisão e execução de obras; implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais; administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água, esgoto e resíduos sólidos; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; orientação na formulação dos planos municipais e da política tarifária dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos; intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos; implementação de programas de saneamento rural e urbano, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário; e desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;

V – Na gestão ambiental:

- a) atuar como órgão ambiental local para os municípios consorciados, prestando serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local;
- b) incentivar a conservação e preservação ambiental, no sentido de elaboração de políticas públicas ambientais, criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e capacitação de agentes ambientais, em sintonia com as diretrizes Estaduais e Federais;
- c) constituir e/ou capacitar equipes técnicas multidisciplinares para fiscalizar, monitorar, controlar e inspecionar atividades que causem impacto ambiental local, dentro da região de abrangência, através da celebração de convênios ambientais com órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente;
- d) desenvolver atividades de educação ambiental;
- e) promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, inclusive de nascentes e mananciais;

VI – Na gestão e execução dos serviços do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no território dos Municípios consorciados, extensível ao dos Municípios conveniados com o CIMVI:

- a) integrar os Serviços de Inspeção dos Municípios entre si e ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, visando garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado;
- b) orientar e assessorar os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas e quaisquer outros responsáveis ao longo da cadeia de produção para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;
- c) constituir ou contratar equipes:

c.1) de assistência técnica, responsáveis pela inspeção e pelo programa de apoio e desenvolvimento da agroindústria familiar, integrando as iniciativas em rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos com ações de capacitação, assistência técnica, análise econômica e gestão das agroindústrias, assessoria na elaboração de perfis agroindustriais e implantação/adequação

de agroindústrias familiares frente à legislação sanitária, ambiental, fiscal, previdenciária e tributária, projetos de custeio e investimento e relação com mercado consumidor;

c.2 – para inspeção de produtos de origem animal e vegetal habilitados a emitir a certificação sanitária de origem, fitossanitária de origem, de identidade e de qualidade e outros procedimentos em acordo com a legislação pertinente, aos estabelecimentos assistidos pelo consórcio;

d) constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, quais sejam: infraestrutura administrativa; inocuidade dos produtos; qualidade dos produtos; prevenção e combate à fraude econômica; e controle ambiental;

e) planejar coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisas agropecuárias e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão a produtores rurais nos seus municípios de abrangência;

VII – Incentivar ações regionais de inclusão social, por meio do esporte, da cultura e do lazer, garantindo à população o acesso gratuito à prática esportiva, aos eventos culturais e ao lazer, visando a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens urbanos e rurais;

VIII – Fortalecer as políticas locais e/ou regionais de direitos humanos, da criança e do adolescente e de assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que as regulam, bem como ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento da violência e contra quaisquer discriminações, e desenvolver ações em favor da defesa, promoção e proteção dos direitos humanos, além de ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais.

2.5.1 - Para cumprimento de seus objetivos e finalidades, o Consórcio poderá:

I – representar o conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

IV – realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

V - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

VI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obra e/ou de serviços públicos ou de interesse público, objeto de gestão associada.

2.5.2 – O CIMVI poderá emitir documentos e realizar ações de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de lançamento e arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos usuários de serviços públicos, aos Entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberado pela assembleia.

2.5.3 – Mediante aprovação da Assembleia Geral, que fixará os valores dos respectivos preços públicos em similaridade de condições com o mercado, o Consórcio poderá prestar serviços a outras pessoas jurídicas de direito público e privado, sendo que os recursos obtidos reverterão em prol do próprio Consórcio.

2.6 – Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas as finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público, ou apenas a parte destas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

.....

3.2 -

3.2.1 – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

3.2.2 -

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBSCRIÇÃO

4.1 - São subscritores do Protocolo de Intenções:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito;

IV - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito;

V - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito;

IX - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito;

X - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito;

XI - MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito;

XI - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito.

4.1.1 - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação pelos Municípios que o subscrevem, converter-se-á no Contrato de Consórcio Público.

4.1.2 -
.....

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

6.1 -:
.....

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;
.....

IV – compor a Diretoria do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 -
.....

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO

.....
7.2 -:
.....

IV - (revogado);

V - (revogado);

VI – Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI.

7.2.1 – Será instituído por Resolução específica a Unidade de Controle Interno do Consórcio Público, com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelo CIMVI, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

7.2.2 – Resoluçãodo consórcio público disciplinará os processos de competência do CIMVI, tratando inclusive das instâncias recursais no

âmbito administrativo.

CLÁUSULA OITAVA – Da Assembléia Geral

8.3.2 – (revogado).

8.4 -

8.5 - :

VI -:

c) o orçamento anual do Consórcio e seu Fundo Especial, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de terceiros, arrecadação própria e/ou contrato de rateio;

VII – (revogado);

X – aprovar a celebração de convênios e/ou contratos de programa;

XI -

b);

XII - recomendar o reajuste ou revisão do valor das taxas municipais relativas aos serviços prestados.

8.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados.

8.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

10.4 -:

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV -

10.5 – Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

CLÁUSULA DÉCIMA-A – DO FUNDO INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - FIMAMVI

10-A.1 - O Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI, vinculado ao CIMVI, com a finalidade de arrecadar recursos para custear planos, programas, projetos, ações, obras e serviços visando proteger o meio ambiente dos municípios consorciados.

10-A.2 - Constituem receitas do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí:

I – os valores decorrentes de medidas compensatórias de agravos ambientais de qualquer natureza ou de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental;

II – o produto de sanções pecuniárias por crimes ambientais ou de transações em ações penais ou civis sobre matéria ambiental, decorrentes de fatos ocorridos no território dos municípios consorciados;

III – o produto de multas por infração ambiental;

IV – a remuneração por serviços de recuperação de passivos ambientais ou de proteção ao meio ambiente que vierem a ser prestados pelo Consórcio;

V – dotações orçamentárias próprias, que lhe forem destinadas;

VI – contribuições, subvenções e auxílios da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

VII – o produto de operações de crédito contratadas para custear investimentos destinados a gestão ambiental dos municípios consorciados;

VIII – resultante de acordos, convênios, contratos e provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre o Consórcio e instituições públicas e privadas;

IX – as remunerações oriundas de aplicações financeiras;

X – doações, legados e contribuições que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou privadas;

XI – outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

10-A.3 - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado.

10-A.3.1 - A movimentação e aplicação dos recursos será feita pelo Presidente do CIMVI em conjunto com o Diretor Executivo.

10-A.4 - Os recursos do Fundo poderão ser aplicados nas seguintes ações relativas ao meio ambiente:

I - promoção, estimulação e apoio a ações e trabalhos em defesa, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, prioritariamente no âmbito da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados;

II - edição, apoio e incentivo à publicação de revistas, informativos, jornais, audiovisuais, vídeos, DVD's ou qualquer outra forma de publicação sobre assuntos relativos a meio ambiente, turismo ecologicamente sustentável e assuntos culturais;

III - realização, incentivo ou custeio de pesquisas sobre preservação, conservação, uso e manejo sustentável dos recursos naturais, incluindo fauna, flora, água, solo e ar;

IV - realização e divulgação de pesquisas e estudos realizados no país e no exterior, referentes à preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente;

V - promoção de cursos, seminários, workshops, dias de campo, palestras e outras formas de ensino, junto às comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras organizações da sociedade, para criar uma consciência de preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente;

VI - promoção, apoio e estímulo de atividades culturais e educacionais, estimulando a cooperação, união e solidariedade entre as pessoas, incentivando o desenvolvimento comunitário e regional;

VII - promoção, apoio e estímulo à atividades de agricultura sustentável, ecoturismo e manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - realização de quaisquer outras atividades relacionadas com as finalidades do CIMVI.

10-A.5 - Todos os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Fundo, farão parte do patrimônio do CIMVI.

10-A.6 - O orçamento do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente integrará o orçamento do CIMVI, em obediência ao princípio da unidade.

10-A.7 - O Fundo deve atender as disposições das Leis da Contabilidade Pública e da Responsabilidade Fiscal, no que for aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – (revogada)

11.1 – (revogado).

11.1.1 - (revogado).

11.2 - (revogado).

11.2.1 - (revogado).

11.2.2 - (revogado).

11.2.3 - (revogado).

11.2.4 - (revogado).

11.2.5 - (revogado).

11.3 - (revogado).

11.3.1 - (revogado).

11.4 - (revogado).

11.4.1 - (revogado).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – (revogada)

.....

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

.....

13.1.1 - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

.....

13.3 - O quadro de pessoal do Consórcio é composto pelos empregados públicos constantes nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

.....

13.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

13.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

13.3.2.2 - A revisão geral anual de que trata o item 13.3.2.1 observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

13.3.2.3 – Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do item 13.3.2.2, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

13.3.2.4 – Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no item 13.3.2.1.

13.3.3 – (revogado).

13.3.3-A – Após deliberação da Assembleia Geral autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

.....

13.3.7.1 –

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II –

.....

13.3.7.3 –

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II -

.....

13.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentado

impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

13.7.3 - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

13.7.5 -

II-A – gratificação de função especial, na forma estabelecida no item 13.7.5.2 deste Protocolo de Intenções;

13.7.5.2 – Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Assembleia Geral, ser concedida, e livremente destituída, gratificação de função especial em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

13.7.6 -

13.8 –

I – Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

II – Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

III -

V-A – Para o emprego de FISCAL AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Efetuar notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; Atender denúncias e verificar a ocorrência da infração ambiental, atuando com poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive lavrando o auto correspondente, podendo aplicar penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Elaborar laudos ou relatórios técnicos; Citar, intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Fiscalizar e aplicar penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local; Coordenar equipes de trabalho, aplicar normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de nível técnico ou tecnólogo, na área de Meio Ambiente ou Gestão Ambiental, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VI – Para o emprego de ENGENHEIRO QUÍMICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente a análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do

desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VII – Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia sanitária ou ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VIII –

.....

IX - Para o emprego de ENGENHEIRO FLORESTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia florestal, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

X – (revogado)

XI - Para o emprego de ENGENHEIRO CIVIL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia civil; Verificar as condições requeridas para obras e as características do terreno e ainda, procedimentos para recebimento de obras concluídas; Realizar planejamento e controle de processos operacionais, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XII - Para o emprego de GEÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente a atividade destinada à análise de procedimento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas

pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XIII – Para o emprego de ADVOGADO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CIMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CIMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB).

XIV - Para o emprego de ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XV - Para o emprego de BIÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XVI - Para o emprego de GEÓGRAFO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

13.9 –

13.11 - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

14.6 - O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PATRIMÔNIO

15.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerá unicamente de aprovação da Diretoria, quando inservíveis para os fins do Consórcio público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

16.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público, e do respectivo Fundo Intermunicipal, obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

16.2 –:

X – o produto da arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços, de multa pelo exercício de poder de polícia, ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços;

XI -:

16.2.3 - Além das fontes de recursos que lhe são próprias, o Consórcio Público deve se habilitar ao recebimento de receitas com destinação específica, tais como, valores decorrentes de medidas compensatórias, verbas destinadas à recuperação de passivo ambiental e as oriundas de sanções pecuniárias por crimes ambientais, dentre outras.

16.3.2 - O critério de rateio das despesas do Consórcio Público para os fins do inciso III do item 16.3 deste Protocolo de Intenções será definido no Estatuto, levando em consideração também o coeficiente populacional em sua área de atuação, com distribuição proporcional para cada Ente consorciado.

16.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

16.7 - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras, projetos ou programas e/ou prestar serviços.

19.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos objeto deste protocolo de intenções, bem como aos serviços previstos em contrato de programa.

19.1.1 – (revogado)

19.3.1 -:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de projetos e/ou programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços, inclusive os de gestão;

III – a elaboração de planos de recuperação e/ou redução dos custos dos serviços;

V –:

d) a restrição de acesso ou a suspensão da prestação dos serviços em caso de inadimplência do usuário, sempre precedida por prévia notificação, se for o caso;

e) o assessoramento multidisciplinar, inclusive aos órgãos e unidades dos municípios consorciados, bem como os demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

19.3.2 -:

20.1 - Ao Consórcio somente é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão

administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

.....

20.2 -:

.....

IV – revogado;

.....

20.2.5 - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das perdas referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

.....

20.2.8 – (revogado).

.....

22.1.2 – O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

22.2 -

.....

ANEXO 1 – dos empregos públicos DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....
06	Gestor de Serviços

ANEXO 2 – dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
02	Advogado	20 horas	R\$ 3.970,18
.....	Agente Administrativo	R\$ 2.562,71
.....	Agente Controle Interno	R\$ 2.188,69
01	Biólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Contador	R\$ 2.188,69
01	Engenheiro Agrônomo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Civil	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Florestal	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Químico	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	R\$ 3.740,18
09	Fiscal Ambiental	40 horas	R\$ 3.000,00
01	Geógrafo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Geólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Médico Veterinário	R\$ 3.463,13

ANEXO 3 - (revogado).

(...)."

ANEXO II

Alterações no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, aprovadas nas 36ª e 37ª Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 04/11/2016, na cidade de Timbó/SC:

"(...)

CAPÍTULO II

DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETO E OBJETIVO

Art. 2º - O CIMVI tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua, de maneira articulada e em regime de estreita cooperação entre os consorciados e/ou com outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e/ou estrangeiras, formalizadas através do instrumento Contrato de Programa (dimensão político-institucional).

Parágrafo Único – (revogado)

Art. 2º-A - Observados os princípios constitucionais da Administração Pública e a cooperação com os demais órgãos e instituições públicas da região, o CIMVI terá suas ações fundadas na atuação integral e integrada, unicidade e descentralização, participação ampla e controle social, intersetorialidade, interdisciplinariedade e pluralidade.

Art. 2º-B - O CIMVI tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para o Médio Vale do Itajaí que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental), a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular serviços e recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, através da gestão eficaz dos recursos públicos (dimensão econômica).

Art. 2º-C - Constitui objeto do Consórcio Público:

I - a gestão associada e/ou a prestação de serviços públicos ou de interesse público, inclusive os de saneamento básico, com a execução de programas e o exercício de competências pertencentes aos Entes consorciados;

II - o saneamento básico, com a produção de informações, estudos técnicos, políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada, bem como a operação, total ou parcial, dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e/ou manejo de resíduos sólidos, de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto e de resíduos sólidos, assistência técnica e assessoria;

III - o meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;

IV - a atenção à sanidade dos produtos de origem agropecuária, a proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, possibilitando a sua regularização sanitária, ambiental, fiscal e tributária através da assessoria e prestação de serviços próprios e/ ou contratados/conveniados e do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio;

V - a infraestrutura, o desenvolvimento econômico urbano e rural, a cultura, o esporte e o turismo, como criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades, e dos meios para perseguir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, próprio para cada um dos municípios e integrado no âmbito do consórcio, das diretrizes da economia solidária e das políticas estaduais e/ou nacionais;

VI - os direitos humanos, a criança e o adolescente e a assistência social, através da provisão das ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais, em conformidade com o preconizado no programa nacional de direitos humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, e nas políticas nacional e municipal da área, a partir das indicações e deliberações dos respectivos conselhos municipais;

VII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados, inclusive para fins de desenvolvimento e melhoria da gestão pública, bem como a instituição e a gestão de programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado, mediante cobrança de preço público dos interessados.

Art. 2º-D - São objetivos do CIMVI:

I – Fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência e a melhoria da gestão e dos serviços públicos, através de ações integradas intermunicipais, inclusive para:

a) atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;

b) desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, transporte, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;

c) atuar na promoção regional da cultura, do esporte e do turismo, para a criação e gestão de circuitos e roteiros intermunicipais, inclusive no ecoturismo de base comunitária;

d) apoiar os municípios na viabilização do plano diretor municipal, inclusive nas áreas de habitação, saneamento básico, meio ambiente, mobilidade, acessibilidade e regularização fundiária;

e) atuar em prol das políticas de reconhecimento, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico, estimulando a produção cultural regional;

II - Elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento e outras ações e atividades de planejamento, assessoramento e/ou gestão que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI;

III – Instituir, implementar e gerir programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado;

IV – No saneamento básico:

- a) dar suporte e orientação técnica para a prestação adequada dos Serviços de Saneamento Básico;
- b) prestar, total ou parcialmente, serviços públicos de saneamento básico, inclusive com operação de estruturas e serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além de executar planos, projetos, programas, obras e serviços;
- c) implementar e/ou disponibilizar análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto;
- d) disponibilizar assistência técnica e assessoria, para: solução dos problemas de saneamento ambiental; elaboração de planos intermunicipais, projetos e promoção de estudos de concepção; projeção, supervisão e execução de obras; implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais; administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água, esgoto e resíduos sólidos; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; orientação na formulação dos planos municipais e da política tarifária dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos; intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos; implementação de programas de saneamento rural e urbano, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário; e desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;

V – Na gestão ambiental:

- a) atuar como órgão ambiental local para os municípios consorciados, prestando serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local;
- b) incentivar a conservação e preservação ambiental, no sentido de elaboração de políticas públicas ambientais, criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e capacitação de agentes ambientais, em sintonia com as diretrizes Estaduais e Federais;
- c) constituir e/ou capacitar equipes técnicas multidisciplinares para fiscalizar, monitorar, controlar e inspecionar atividades que causem impacto ambiental local, dentro da região de abrangência, através da celebração de convênios ambientais com órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente;
- d) desenvolver atividades de educação ambiental;
- e) promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, inclusive de nascentes e mananciais;

VI – Na gestão e execução dos serviços do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no território dos Municípios consorciados, extensível ao dos Municípios conveniados com o CIMVI:

- a) integrar os Serviços de Inspeção dos Municípios entre si e ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, visando garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado;
- b) orientar e assessorar os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas e quaisquer outros responsáveis ao longo da cadeia de produção para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;
- c) constituir ou contratar equipes:
 - c.1) de assistência técnica, responsáveis pela inspeção e pelo programa de apoio e desenvolvimento da agroindústria familiar, integrando as iniciativas em rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos com ações de capacitação, assistência técnica, análise econômica e gestão das agroindústrias, assessoria na elaboração de perfis agroindustriais e implantação/adequação de agroindústrias familiares frente à legislação sanitária, ambiental, fiscal, previdenciária e tributária, projetos de custeio e investimento e relação com mercado consumidor;
 - c.2 – para inspeção de produtos de origem animal e vegetal habilitados a emitir a certificação sanitária de origem, fitossanitária de origem, de identidade e de qualidade e outros procedimentos em acordo com a legislação pertinente, aos estabelecimentos assistidos pelo consórcio;
- d) constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, quais sejam: infraestrutura administrativa; inocuidade dos produtos; qualidade dos produtos; prevenção e combate à fraude econômica; e controle ambiental;
- e) planejar coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisas agropecuárias e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão a produtores rurais nos seus municípios de abrangência;

VII – Incentivar ações regionais de inclusão social, por meio do esporte, da cultura e do lazer, garantindo à população o acesso gratuito à prática esportiva, aos eventos culturais e ao lazer, visando a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens urbanos e rurais;**VIII – Fortalecer as políticas locais e/ou regionais de direitos humanos, da criança e do adolescente e de assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que as regulam, bem como ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento da violência e**

contra quaisquer discriminações, e desenvolver ações em favor da defesa, promoção e proteção dos direitos humanos, além de ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais.

§ 1º - Para cumprimento de seus objetivos e finalidades, o Consórcio poderá:

I – representar o conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

IV – realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

V - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

VI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obras e/ou de serviços públicos ou de interesse público, objeto de gestão associada.

§ 2º - O CIMVI poderá emitir documentos e realizar ações de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de lançamento e arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos usuários de serviços públicos, aos Entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberado pela assembleia.

Art. 3º - Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas as finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público, ou apenas a parte destas.

§ 1º – Para o Município se consorciar apenas em relação a parcela das finalidades, objetos e objetivos do Consórcio, a sua lei de ratificação do Protocolo de Intenções deve constar expressamente tal limitação ou ressalva.

§ 2º – Após a ratificação do Protocolo de Intenções, não será admitida nenhuma limitação posterior a qualquer uma das finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público.

Art. 4º -

Art. 6º -

§ 1º – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

§ 2º -

Art. 7º -

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 88, de 06/09/2007, nº 123, de 16/04/2012, e nº 143, de 22/09/2014;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 71, de 17/10/2007, nº 129, de 21/05/2012, e nº 153, de 18/09/2014;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 56, de 26/09/2007, nº 93, de 04/04/2012, e nº 111, de 14/08/2014;

IV - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 64, de 27/09/2007, nº 106, de 27/03/2012, e nº 123, de 21/08/2014;

V - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Municipais nº 3.625, de 19/10/2007, nº 4.624, de 24/04/2012, e nº 5.006, de 01/07/2014;

VI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de

Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 139, de 26/09/2007, nº 234, de 06/04/2012, e nº 265, de 30/07/2014;

VII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 133, de 04/09/2007, nº 213, de 27/03/2012, e nº 250, de 09/07/2014;

VIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 14, de 11/09/2007, nº 36, de 17/04/2012, e nº 51, de 24/02/2015;

IX - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 340, de 07/12/2007, nº 418, de 13/07/2012, e nº 451, de 12/09/2014;

X - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 11, de 01.04.2013, e nº 17, de 05/12/2014;

XI - MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.145, de 14.10.2009, e Leis Complementares Municipais nº 53, de 17.07.2013, e nº 59, de 15/04/2015;

XII - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 1.393, de 12.06.2013, e nº 1.486, de 27/11/2014.

Parágrafo único -

Art. 13 -

II - votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;

IV - compor a Diretoria do Consórcio Público nas condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo único -

CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 16 -

IV - (revogado);

VI - Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI.

§ 1º - A Assembleia Geral poderá autorizar a formação de grupos, conselhos ou comissões especiais para propósitos específicos, delimitando sua atuação e competência.

§ 3º - Será instituída por Resolução específica a Unidade de Controle Interno do Consórcio Público, com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelo CIMVI, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

§ 4º - Resoluçãodo consórcio público disciplinará os processos de competência do CIMVI, tratando inclusive das instâncias recursais no âmbito administrativo.

CAPÍTULO VIII

Art. 19 -

.....
§ 2º - (revogado).

Art. 20 -
.....

Art. 21 -:
.....

VI –:
.....

c) o orçamento anual do Consórcio Público e seu Fundo Especial, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de terceiros, arrecadação própria e/ou contrato de rateio;
.....

VII – (revogado);
.....

X – aprovar a celebração de convênios e/ou Contratos de Programa;

XI –:
.....

b);

XII - recomendar o reajuste ou revisão do valor das taxas municipais relativas aos serviços prestados.

§ 1º -
.....

Art. 25 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio Público deve manter na rede mundial de computadores – internet.

Parágrafo único –
.....

Art. 34 –:
.....

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;
.....

Art. 35 - Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

CAPÍTULO X-A DO FUNDO INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - FIMAMVI

Art. 35-A - O Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI, vinculado ao CIMVI, com a finalidade de arrecadar recursos para custear planos, programas, projetos, ações, obras e serviços visando proteger o meio ambiente dos municípios consorciados.

Art. 35-B - Constituem receitas do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí:

I – os valores decorrentes de medidas compensatórias de agravos ambientais de qualquer natureza ou de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental;

II – o produto de sanções pecuniárias por crimes ambientais ou de transações em ações penais ou civis sobre matéria ambiental, decorrentes de fatos ocorridos no território dos municípios consorciados;

III – o produto de multas por infração ambiental;

IV – a remuneração por serviços de recuperação de passivos ambientais ou de proteção ao meio ambiente que vierem a ser prestados pelo Consórcio;

V – dotações orçamentárias próprias, que lhe forem destinadas;

VI – contribuições, subvenções e auxílios da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

VII – o produto de operações de crédito contratadas para custear investimentos destinados a gestão ambiental dos municípios consorciados;

VIII – resultante de acordos, convênios, contratos e provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre o Consórcio e instituições públicas e privadas;

IX – as remunerações oriundas de aplicações financeiras;

X – doações, legados e contribuições que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou privadas;

XI – outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

Art. 35-C - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Único - A movimentação e aplicação dos recursos será feita pelo Presidente do CIMVI em conjunto com o Diretor Executivo.

Art. 35-D - Os recursos do Fundo poderão ser aplicados nas seguintes ações relativas ao meio ambiente:

I - promoção, estimulação e apoio a ações e trabalhos em defesa, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, prioritariamente no âmbito da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados;

II - edição, apoio e incentivo à publicação de revistas, informativos, jornais, audiovisuais, vídeos, DVD's ou qualquer outra forma de publicação sobre assuntos relativos a meio ambiente, turismo ecologicamente sustentável e assuntos culturais;

III - realização, incentivo ou custeio de pesquisas sobre preservação, conservação, uso e manejo sustentável dos recursos naturais, incluindo fauna, flora, água, solo e ar;

IV - realização e divulgação de pesquisas e estudos realizados no país e no exterior, referentes à preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente;

V - promoção de cursos, seminários, workshops, dias de campo, palestras e outras formas de ensino, junto às comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras organizações da sociedade, para criar uma consciência de preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente;

VI - promoção, apoio e estímulo de atividades culturais e educacionais, estimulando a cooperação, união e solidariedade entre as pessoas, incentivando o desenvolvimento comunitário e regional;

VII - promoção, apoio e estímulo à atividades de agricultura sustentável, ecoturismo e manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - realização de quaisquer outras atividades relacionadas com as finalidades do CIMVI.

Art. 35-E - Todos os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Fundo, farão parte do patrimônio do CIMVI.

Art. 35-F - O orçamento do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente integrará o orçamento do CIMVI, em obediência ao princípio da unidade.

Art. 35-G - O Fundo deve atender as disposições das Leis da Contabilidade Pública e da Responsabilidade Fiscal, no que for aplicável.

CAPÍTULO XI (revogado)

Art. 36 – (revogado).

§ 1º – (revogado).

§ 2º – (revogado).

Art. 37 – (revogado).

§ 1º – (revogado).

§ 2º – (revogado).

§ 3º – (revogado).

§ 4º – (revogado).

§ 5º – (revogado).

§ 6º - (revogado).

§ 7º - (revogado).

§ 8º - (revogado).

Art. 38 - (revogado).

Parágrafo Único - (revogado).

Art. 39 – (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

CAPÍTULO XII

.....

Art. 44 -

.....

§ 1º - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º -

.....

Art. 46 -

.....

§ 5º -

§ 5º-A - A revisão geral anual de que trata o parágrafo anterior observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

§ 5º-B – Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do parágrafo anterior, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

§ 5º-C - Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no § 5º deste artigo.

.....

§ 6º-A – Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

§ 7º -

.....

§ 12 –

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação

por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II –
.....

§ 14 -:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II –
.....

Art. 47 -
.....

§ 3º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentado impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores – internet.

Art. 48 -
.....

Art. 50 –:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....
06	Gestor de Serviços

§ 1º -
.....

Art. 51 -:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
02	Advogado	20 horas	R\$ 3.970,18
.....	Agente Administrativo	R\$ 2.562,71
.....	Agente Controle Interno	R\$ 2.188,69
01	Biólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Contador	\$ 2.188,69
01	Engenheiro Agrônomo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Civil	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Florestal	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Químico	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	R\$ 3.740,18
09	Fiscal Ambiental	40 horas	R\$ 3.000,00
01	Geógrafo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Geólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Médico Veterinário	R\$ 3.463,13

§ 1º -
.....

Art. 52-B - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

Art. 52-D -
.....

II-A – gratificação de função especial, na forma estabelecida no § 2º deste artigo;

III –;
.....

§ 1º – O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II deste artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

§ 2º - Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Assembleia Geral, ser concedida, e livremente destituída, gratificação de função especial em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

Art. 52-E -

Art. 53 –

I -

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

II -

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

III -

V-A – Para o emprego de FISCAL AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Efetuar notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; Atender denúncias e verificar a ocorrência da infração ambiental, atuando com poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive lavrando o auto correspondente, podendo aplicar penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Elaborar laudos ou relatórios técnicos; Citar, intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Fiscalizar e aplicar penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local; Coordenar equipes de trabalho, aplicar normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de nível técnico ou tecnólogo, na área de Meio Ambiente ou Gestão Ambiental, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VI –

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VII –

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos

projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia sanitária ou ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VIII –:
.....

IX - Para o emprego de ENGENHEIRO FLORESTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia florestal, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XI - Para o emprego de ENGENHEIRO CIVIL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia civil; Verificar as condições requeridas para obras e as características do terreno e ainda, procedimentos para recebimento de obras concluídas; Realizar planejamento e controle de processos operacionais, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XII - Para o emprego de GEÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente a atividade destinada à análise de procedimento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XIII – Para o emprego de ADVOGADO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, opoente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CIMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CIMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos

e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB).

XIV - Para o emprego de ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XV - Para o emprego de BIÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XVI - Para o emprego de GEÓGRAFO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

SEÇÃO VI

.....

Art. 53-C –

§ 1º - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

.....

Art. 59 – O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

.....

Art. 62 – A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público, e do respectivo Fundo Intermunicipal, obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 63 –

.....

X – o produto da arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços, de multa pelo exercício de poder de polícia, ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços;

§ 3º - Além das fontes de recursos que lhe são próprias, o Consórcio Público deve se habilitar ao recebimento de receitas com destinação específica, tais como, valores decorrentes de medidas compensatórias, verbas destinadas à recuperação de passivo ambiental e as oriundas de sanções pecuniárias por crimes ambientais, dentre outras.

Art. 64 –

§ 3º - O critério de rateio das despesas do Consórcio Público, para os fins do inciso III do caput deste artigo, será definido pela Diretoria nos respectivos contratos e submetido à aprovação da Assembleia Geral, levando em consideração também o coeficiente populacional em sua área de atuação, com distribuição proporcional para cada Ente consorciado.

Art. 65 –

Art. 66 – No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio Público deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

Art. 68 – Fica o Consórcio Público autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras, projetos ou programas e/ou prestar serviços.

Art. 74 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos objeto deste Estatuto e do Contrato de Consórcio Público, bem como aos serviços previstos em contrato de programa.

§ 1º - (revogado)

§ 2º -

Art. 76 -

§ 1º -

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de projetos e/ou programas e seus respectivos orçamentos e especificações técnicas;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços, inclusive os de gestão;

III – a elaboração de planos de recuperação e/ou redução dos custos dos serviços;

V –

d) a restrição de acesso ou a suspensão da prestação dos serviços em caso de inadimplência do usuário, sempre precedida por prévia notificação, se for o caso;

e) o assessoramento multidisciplinar, inclusive aos órgãos e unidades dos municípios consorciados, bem como os demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

§ 2º -

Art. 79 - Ao Consórcio Público somente é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º -

Art. 80 -

IV – (revogado);

V –;
.....

§ 5º - A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das perdas referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio Público, por razões de economia de escala ou de escopo.

.....

§ 8º - (revogado).

§ 9º - (revogado).

CAPÍTULO XXI

.....

Art. 83-A - O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

Art. 84 -
..... ”

LEI ORDINÁRIA Nº 2.891 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.891 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

DÁ DENOMINAÇÃO DE ERSÍLIO REINICKE PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE A SER INSTALADA NA RUA WILHELM BAHR, EM TESTO CENTRAL.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada como ERSÍLIO REINICKE, a Unidade Básica de Saúde a ser construído na Rua Wilhelm Bahr, no bairro Testo Central, neste Município.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 15 de dezembro de 2016.

Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 122/2016**

Decreto Nº 122/2016

SUSPENDE A EXECUÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 3155, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUS KRAHN, Presidente da Câmara Municipal de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe confere o art. 50, XIII do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo, nos seguintes termos:

Considerando que o Prefeito Municipal, por meio do Decreto Municipal Nº 3155/2016, determina ponto facultativo na Administração Pública Municipal, Autárquica e Fundacional dos dias 19 a 31 de dezembro de 2016;

Considerando que nos exercícios financeiros anteriores do mandato do atual Prefeito Municipal, quais sejam, 2013, 2014 e 2015, este determinou que, neste período de final e início de ano que abarcam as festividades de natal e de ano novo, fosse estabelecido férias coletivas nas Repartições Públicas do Município de Pomerode, conforme se denota nos Decretos Municipais 2.816/2013, 2.884/2014 e 2.995/2015

Considerando que a substituição do estabelecimento de férias coletivas para a determinação de ponto facultativo por vários dias consecutivos faz com que os servidores públicos do Executivo Municipal, tenham direito a receber férias integrais, não obstante o alargado período que ficaram sem trabalhar devido ao período de ponto facultativo;

Considerando que a mudança adotada de forma inédita no último ano do mandato do Prefeito Municipal aumenta a despesa orçamentária para o ano seguinte, no qual o novo Prefeito que toma posse em janeiro de 2017 terá que assumir; porquanto será este que terá de arcar com as despesas das férias integrais dos servidores públicos municipais.

Considerando que, de acordo com o artigo 21, parágrafo único, da Lei Complementar Federal 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - é nulo o ato do chefe de Poder que resulte em aumento de despesa nos últimos 180 dias do final do mandato;

Considerando que o artigo 42 da Lei Complementar Federal 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, proíbe que o titular do Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contraia obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Considerando que o Decreto Municipal Nº 3155/2016, ao prever aumento de despesa no final do mandato do chefe do Executivo Municipal sem disponibilidade de caixa para ser cumprida no exercício financeiro seguinte, violou os artigos 21 e 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando que o artigo 49, inciso V, da Constituição Federal autoriza o Poder Legislativo a sustar os atos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar;

Considerando que, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do Regimento Interno, cabe à Câmara de Vereadores de Pomerode, por meio de Decreto Legislativo, suspender a execução de ato do Poder Executivo Municipal que exorbite o poder regulamentar;

DECRETA,

Art. 1º - Fica suspensa a execução do Decreto Municipal Nº 3155, de 07 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2016.

Claus Krahn
Presidente

Ponte Serrada

PREFEITURA

CONVOCA PARTICIPANTES CONCORRÊNCIA 01.2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 50/2016/PMPS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO CONVOCA TODOS OS PARTICIPANTES DO PROCESSO LICITÁRIO DE CONCESSÃO DE PONTOS DE TÁXI PARA APRESENTAREM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE ACORDO COM O ITEM 18.1 E SEGUINTE NO PRAZO IMPROPRORROGÁVEL DE 90 DIAS.
PONTE SERRADA-SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DECRETO 915/2016

DECRETO Nº 915/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
"DEMITE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica demitida a Sra. SIDIMARA MACIEL, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de dezembro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 937/2016

DECRETO Nº 937/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e art. 7º da Lei Municipal nº. 2.263, de 15 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 25.163,91 (Vinte e Cinco Mil, Cento e Sessenta e Três Reais e Noventa e Um Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
12.368.1201.2.037 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.01.58 – 33 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 25.163,91

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º: serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício 2016, proveniente do repasse do Salário Educação, no valor de R\$ 25.163,91.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

EXTRATO PREGÃO 17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 23/2016 FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2016 FMS

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO DESTINADO AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 27/12/2016.
Abertura: às 09h00min horas do dia 27/12/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00min, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 14 de Novembro de 2016.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR 224/2016

LEI COMPLEMENTAR N.º 224/2016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a recuperação de créditos da Fazenda Pública Municipal e a regularização fiscal dos contribuintes que se encontram em situação de inadimplência.

Art. 2º. O REFIS consiste na consolidação de todos os débitos das pessoas físicas e jurídicas, independentemente de sua origem, vencidos até 31/12/2015, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, protestados, ajuizados ou a ajuizar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado e o saldo de

parcelamentos anteriores.

Art. 3º. O ingresso ao Programa REFIS dar-se-á através da livre opção do sujeito passivo.

§ 1º - A opção poderá ser formalizada até o dia 23/12/2016.

§ 2º - O sujeito passivo deverá, por ocasião da opção, relacionar todos os débitos tributários ainda não confessados ou autuados.

§ 3º- Os débitos existentes em nome do optante, bem como aqueles relacionados na opção, serão consolidados tendo por base a data do pedido de ingresso no Programa REFIS.

§ 4º- A consolidação abrangerá todos os tributos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, juros moratórios, correção monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, os parcelamentos em curso e os débitos inscritos em dívida ativa, qualquer que seja a fase de cobrança.

§ 5º- Para fins de consolidação, os juros de mora e as multas serão reduzidos, na seguinte proporção:

- a) 100% (cento por cento) para pagamento a vista;
- b) 80% (oitenta por cento) para parcelamento em até 10 vezes;
- c) 40% (quarenta por cento) para parcelamento em até 24 vezes;
- d) (Vetado).

§ 6º - A pessoa jurídica que suceder a outra e for responsável por tributos devidos pela sucedida, na hipótese dos artigos 132 e 133 do Código Tributário Nacional, deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

Art. 4º. A opção pelo REFIS sujeita o optante a:

- I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados;
- II – expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos incluídos no pedido;
- III – autorização de acesso irrestrito aos fiscais e agentes municipais, às informações relativas à movimentação financeira, ocorrida a partir da data da opção, respeitada a legislação aplicável;
- IV– pagamento regular de todas as parcelas de débitos não incluídos na consolidação, bem assim aqueles decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente.

Art. 5º. O REFIS será administrado pela Secretaria Municipal de Administração, Fazenda, Indústria, Comércio e Turismo, à qual caberá:

- I - elaborar formulário especial sob o título TERMO DE OPÇÃO/ REFIS, contendo, além da opção, campos próprios destinados à apuração, consolidação e confissão de débitos;
- II – receber e processar os termos de opção;
- III – conferir as informações e, no caso de dúvidas, poderá diligenciar junto ao requerente, quer requisitando sua escrituração contábil, livro caixa, talonários de notas fiscais, declaração de rendimentos para Receita Federal, contratos e outros documentos idôneos que entender necessários, quer investigando diretamente onde se encontrarem tais documentos.

Art. 6º. O sujeito passivo, optante pelo REFIS será dele excluído nas seguintes hipóteses:

- I – inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas no art.4º;
- II – constatação, caracterizada por lançamento de ofício de débito não incluído na confissão, desde que configurado o dolo do contribuinte, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do lançamento ou decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;
- III – declaração de insolvência ou decretação de falência ou, ainda,

extinção por liquidação da pessoa jurídica;

IV – prática de qualquer procedimento tendente a ocultar operações ou prestações tributáveis.

§ 1º - A exclusão do REFIS implicará a imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores.

§ 2º - Da decisão que excluir o optante do REFIS caberá recurso para o Chefe do Executivo Municipal.

Art. 7º. Considera-se ínfimo, para efeitos de cancelamento na forma prevista no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal n. 101/2000, os débitos cujo valor por exercício financeiro seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 8º. Ficam remidos todos os créditos, inscritos ou a inscrever em dívida ativa, relativos ao mesmo contribuinte, declarados ou devidos por estimativa, até a data da publicação desta Lei, desde que o somatório dos seus valores, seja igual ou inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Parágrafo único: A remissão de que trata o caput deste artigo estende-se aos créditos tributários que já estão sendo cobrados judicialmente, ficando autorizado o requerimento de extinção do processo.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Porto União

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 052/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2016

Câmara de Vereadores de Porto União
Estado de Santa Catarina

Edital de Retificação
Processo de Licitação nº 052/2016
Dispensa de Licitação nº 046/2016

A Câmara de Vereadores de Porto União – CNPJ sob nº 83.529.933/0001-06, informa que na edição do DOM/SC nº 2121, página 691, publicado em 11/11/2016, no Extrato de Contrato Dispensa de Licitação nº 052/2016, promove a retificação conforme segue:

- Onde se lê: Compl. 3.3.90.39.63.00.00.00
- Leia-se: Complemento 3.3.90.30.24.00.00.00

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União (SC), 13 de dezembro de 2016.

Alceu Jung
Presidente

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 060/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2016

Câmara de Vereadores de Porto União
Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato
Processo de Licitação nº 060/2016
Dispensa de Licitação nº 066/2016

Contratante: Porto União – Câmara de Vereadores - CNPJ nº 83.529.933/0001-06

Contratado: Irineu Rampazzo ME – CNPJ nº 18.506.446/0001-58

Objeto: Aquisição de material de festividades e homenagens.

Valor total: R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais)

Vigência: Novembro a Dezembro 2016.

Dotação Orçamentária:

Órgão – Poder Legislativo Porto União

Atividades – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Mod. – 3.3.90.100 – Equipamento e Material Permanente

Compl. – 3.3.90.30.15.00.00.00 – Material de Festividades e Homenagens

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93

Porto União (SC), 13 de dezembro de 2016.

ALCEU JUNG
Presidente

Pouso Redondo

PREFEITURA

LEI 01

LEI ORGÂNICA

DO MUNICÍPIO

DE

POUSO REDONDO

SANTA CATARINA

PREÂMBULO

Nós, Vereadores eleitos pelo povo de POUSO REDONDO, Estado de Santa Catarina, reunidos em sessão especial e constituídos em Poder Legislativo Orgânico deste Município, com as atribuições previstas no Artigo 29 da Constituição Federal e na Constituição do Estado de Santa Catarina, para votar a norma legal, que se destina a estabelecer e garantir a todos os mesmos direitos e oportunidades, sem quaisquer preconceitos e discriminações, garantindo dentro de sua responsabilidade, autonomia e competência, a paz social e a harmonia indispensável ao desenvolvimento do Município e de todos os seus habitantes em sua plenitude, PROMULGAMOS, sob a proteção de DEUS, a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

TÍTULO I

DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º – O Município de Pouso Redondo é uma unidade do território do Estado de Santa Catarina, com autonomia Política, administrativa e financeira, regendo-se por esta Lei Orgânica e pelas demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Artigo 2º – Os limites do território do Município só podem ser alterados por lei Estadual e, ainda em função de requisitos estabelecidos em lei complementar estadual, consultada, previamente através de plebiscito, a população.

§ 1º - Poderão ser criados, organizados e suprimidos Distritos, por Lei Municipal, observada a legislação Federal e Estadual pertinente.

§ 2º - Na divisão administrativa, além da sede do Município, que lhe dá o nome e tem a categoria de cidade, faz parte do Distrito de Aterrado.

Artigo 3º – O Governo Municipal é exercido:

I – pela Câmara Municipal, com funções legislativas, fiscalizadora e julgadora;

II – pelo Prefeito, com função executiva.

Artigo 4º – São símbolos do Município, sua Bandeira, seu Hino e seu Brasão.

Artigo 5º – O Município pode celebrar convênio com a União, o Estado e outros Municípios para a realização de obras ou exploração dos serviços públicos de interesse comum.

Artigo 6º – Constituem objetivos fundamentais do Município de POUSO REDONDO, dentro de suas atribuições e competência:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento Municipal;

III – erradicar a pobreza e marginalidade e reduzir as desigualdades sociais dentro de seus limites;

IV – promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Artigo 7º - Ao Município compete prover a tudo quanto se relacionar a seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

I – elaborar o orçamento, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado;

II – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como fixar e cobrar os preços;

III – aplicar as rendas que lhe pertencerem, na forma da lei;

IV – dispor sobre a utilização e alienação de seus bens;

V – dispor sobre a concessão, permissão e autorização de serviços Públicos locais;

VI – adquirir bens, inclusive, mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

VII – elaborar o seu plano diretor de desenvolvimento e de expansão urbana;

VIII – promover, sempre com vistas aos interesses urbanísticos, o ordenamento de seu território, estabelecendo normas para edificação, loteamento e arruamento, bem como zoneamento urbano;

IX – exigir, na forma da lei, para a execução de obras e serviços, ou para o exercício de atividade, potencialmente causadoras de degradação

do meio ambiente, estudo prévio dos respectivos impactos ambientais;

X – estabelecer as servidões administrativas necessárias aos seus serviços;

XI – regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano:

a) – regulamentar o transporte coletivo, inclusive, sua forma de prestação, determinando, ainda, as respectivas tarifas, o itinerário e os pontos de paradas;

b) – determinar os locais de estacionamento de taxis e demais veículos;

c) – conceder, permitir ou autorizar os serviços de taxis, fixando as respectivas tarifas;

d) – fixar e sinalizar os limites das zonas de silêncio, trânsito e tráfego em condições especiais;

e) – disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos, que circulem em vias públicas Municipais;

XII – sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como, regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XIII – prover a limpeza das vias públicas, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XIV – ordenar as atividades urbanas, estatuidando horários e condições para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais pertinentes;

XV – prestar serviços de atendimento a saúde da população, com a cooperação técnica financeira da União e do Estado;

XVI – dispor sobre o serviço funerário e cemitério, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas ou religiosas;

XVII – regulamentar, autorizar e fiscalizar a fixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder da polícia municipal;

XVIII – dispor sobre o registro, a vacinação, a captura, o depósito e o destino de animais, nos casos de infração a legislação municipal com finalidade precípua de erradicação da raiva e de outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XIX – dispor sobre o depósito e o destino de mercadorias apreendidas, em decorrência de transgressão a legislação municipal;

XX – instituir regime jurídico único para os servidores da Administração Pública Direta, das autarquias e das Fundações Públicas, bem como dos respectivos planos de carreira;

XXI – disciplinar o funcionamento e manter os programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;

XXII – disciplinar o funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e similares e de prestação de serviços, localizados no território do Município;

a) – conceder ou renovar a licença para instalação, localização e funcionamento;

b) – revogar a licença daqueles, estabelecimentos cujas atividades se tornarem prejudiciais a saúde, a higiene, ao bem estar social, ao sossego público, aos bons costumes, ou prejudiquem a ecologia e o meio ambiente;

c) – promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença, ou em desacordo com a lei;

XXIII – estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

XXIV – suplementar a legislação federal no que couber;

XXV – dispor sobre serviços públicos em geral, regulamentando-os no que couber, inclusive, os de uso coletivo, como os de água, gás, luz e energia elétrica, estabelecendo os respectivos processos de instalação, distribuição e consumo no município;

XXVI – prestar assistência nas emergências médicas, hospitalar e de pronto socorro, por seus próprios serviços, ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas;

Artigo 8º - Compete ao Município, concomitantemente com a União e o Estado:

I – zelar pela saúde, higiene, assistência e segurança pública, bem como pela proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

II – promover os meios de acesso a educação, a cultura, a ciência e ao desporto;

III – proteger o patrimônio artístico, paisagístico, turístico, histórico, cultural, arqueológico, além da flora e fauna;

IV – fiscalizar, nos locais de venda direta ao consumidor as condições sanitárias dos gêneros alimentícios e de suas instalações;

V – proteger o meio ambiente, combatendo a poluição em qualquer de suas formas;

VI – fomentar a produção agropecuária local e organizar o abastecimento alimentar no território do Município;

VII – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos a pesquisa e exploração de recursos minerais, em seu território, exigindo, dos responsáveis, laudos e pareceres técnicos emitidos pelos órgãos competentes, para comprovar que o projeto:

a) – não acarrete desequilíbrio ecológico, prejudicando a flora, a fauna e a paisagem local;

b) – não causara, mormente aos portos de areia rebaixamento do lençol freático, assoreamento dos rios, lagos ou represas;

c) – não provocará erosão do solo;

VIII – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

IX – impedir a erosão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

Parágrafo único – O Município organizará e manterá guarda municipal, para colaboração na segurança e educação do trânsito, especialmente, para proteção de seus bens, serviços e instalações;

Artigo 9º - Ao Município é vedado:

I – permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, serviço de alto falante ou de qualquer outro meio de comunicação de sua propriedade, para propaganda política ou afim, e estranho a administração;

II – estabelecer cultos religiosos, ou igrejas, subvencioná-los, embargar-lhes o exercício, ou manter com eles, ou com seus representantes, relações de aliança ou de dependência de caráter confessional;

III – criar distinções entre brasileiros, ou preferências em favor de qualquer pessoa de direito público interno;

IV – instituir ou aumentar tributos sem a lei, que estabeleça, bem como cobrá-los, em cada exercício, sem a que lei que os houver instituído ou aumentado, esteja em razão de sua origem ou destino;

V – instituir imposto compulsório;

VI – recusar fé nos documentos públicos;

VII – doar bens imóveis, conceder isenções tributárias ou permitir a remissão de dívidas, salvo justificado interesse público;

VIII – realizar serviços em propriedades particulares, sem prévia autorização da Câmara Municipal;

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO
SEÇÃO I
DA CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 10º - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores eleitos através de sistema proporcional, dentre os cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício de seus direitos políticos, pelo voto direto e secreto.

Parágrafo único – Cada legislatura terá a duração de quatro anos, dividida em quatro sessões legislativas.

Artigo 11 – Cabe a Câmara, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente:

I – legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas;

II – votar o orçamento anual e plurianual de investimento, a lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

III – deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como sobre a forma e os meios de pagamento;

IV – legislar sobre a concessão de auxílios e subvenções;

V – legislar sobre a concessão de serviços públicos;

VI – legislar sobre a concessão de direito real de uso de bens municipais, bem como de sua administração;

VII – legislar sobre a alienação de bens móveis e imóveis;

VIII – legislar sobre a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

IX – criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos, inclusive, os serviços da Câmara;

X – aprovar o plano diretor de desenvolvimento e de expansão urbana;

XI – autorizar convênios com entidades públicas ou particulares, bem como consórcios com outros Municípios;

XII – delimitar o perímetro urbano da sede do Município e de seus distritos;

XIII – legislar sobre zoneamento urbano, bem como sobre a denominação de vias e logradouros públicos;

XIV – regime jurídico dos servidores municipais;

XV – símbolos e hino do Município;

Artigo 12 – À Câmara compete, privativamente, entre outras atribuições as seguintes:

I – eleger sua mesa, bem como destituí-la, na forma regimental;

II – elaborar seu regimento interno;

III – criar, alterar e extinguir cargos de sua secretaria, fixar seus vencimentos, bem como organizar os seus serviços administrativos;

IV – dar posse e receber compromisso dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, conhecer sua renúncia e afastá-los, definitivamente do exercício do cargo;

V – conceder licença:

a) – aos Vereadores por motivo de saúde, para tratamento de interesse particular, ou missão temporária, sem prejuízo do quorum necessário as deliberações;

b) – ao Prefeito, para se ausentar do Município por prazo superior a dez dias, salvo quando em gozo de férias;

c) – ao Prefeito, para se afastar temporariamente das respectivas funções, ressalvado o previsto na letra “b” acima;

VI – fixar, por Lei de sua iniciativa, subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39 § 4º, 150 II, 153 III e 153 § 2º, I, da Constituição Federal e, também por Lei, o subsídio dos Vereadores, estes na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 39 § 4º, 57 § 7º, 150 II, 153 III e 153 § 2º, I, da Constituição Federal. Emenda a Lei Orgânica n.º 003/98, de 14 de outubro de 1998.

VII – criar comissões parlamentares de inquérito, sobre fato determinado, que se inclua na competência municipal, sempre que o requerer, no mínimo, um terço de seus membros;

VIII – convocar o Prefeito, Secretário do Município, ou qualquer serviço público municipal, para prestar esclarecimentos, importando a sua ausência, sem justificativa adequada, em crime de responsabilidade, punível na forma da legislação federal e nesta Lei Orgânica;

IX – solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes a administração;

X – autorizar referendo e plebiscito;

XI – deliberar, mediante Resolução, sobre assunto de sua economia interna, inclusive sobre seus servidores e nos demais casos de sua competência privativa, por meio de Decreto Legislativo;

XII – conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoa que reconhecidamente tenha prestado serviços ao Município, mediante Decreto Legislativo, aprovado por voto de no mínimo dois terços de seus membros;

XIII – julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei, e cassar seus mandatos;

XIV – exercer a fiscalização financeira e orçamentária do Município, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, tomando e julgando as contas do Prefeito, de acordo com a lei;

§ 1º - O controle externo da Câmara municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas, que o Prefeito deve anualmente prestar, só prevalecerá por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º - As contas do município ficarão, durante sessenta dias, anualmente à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º - É vedada a criação de Tribunal, Conselho ou órgãos de contas municipais.

XV – o número de Vereadores, guardada a proporcionalidade com a população do Município será de acordo com o previsto no inciso IV, do Artigo 111, da Constituição Estadual;

Parágrafo único – Quando ocorrer alteração do número de Vereadores, este será fixado por Decreto Legislativo, até seis meses antes das eleições, comunicando-se o Tribunal Regional Eleitoral.

Artigo 13 – São ainda, objeto de deliberação, privativa da Câmara Municipal, dentre outros atos e medidas, na forma do Regimento Interno:

I – requerimentos;

II – indicações;

III – moções.

Artigo 14 – Decidir sobre a perda do mandato do Vereador, por voto secreto e pelo quorum de dois terços, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do Artigo 19, mediante provocação da Mesa Diretora ou do Partido Político, representado na Câmara.

SEÇÃO II DOS VEREADORES

Artigo 15 – No primeiro ano de cada legislatura, no dia primeiro de janeiro, as dez horas, em sessão solene de instalação, independentemente de número, sob a presidência do vereador mais votado dentre os presentes, os vereadores prestarão compromisso e tomarão posse. § 1º - No ato da posse, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente em exercício de pé, no que será acompanhado por todos os vereadores, proferirá o seguinte compromisso, que se completará com a assinatura do termo competente:

Prometo cumprir a Constituição da República, a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município, observar as leis, desempenhar leal e sinceramente o mandato a mim conferido e trabalhar pelo engrandecimento deste Município e bem estar de seu povo. Ato contínuo, feita a chamada nominal, cada vereador, novamente de pé, declarará: ASSIM O PROMETO.

§ 2º - No ato da posse os vereadores deverão desincompatibilizar-se e, na mesma ocasião, bem como ao término do mandato, deverão fazer sua declaração de bens.

§ 3º - O Vereador que não tomar posse, na sessão prevista neste Artigo, deverá fazê-lo no prazo de quinze dias, ressalvados os casos de motivo justo e aceito pela Câmara.

§ 4º - O subsídio dos Vereadores será fixado por Lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 39 § 4º, 57 § 7º, 150 II, 153 III e 153 § 2º, I, da Constituição Federal.

Emenda a Lei Orgânica n.º 004/98, de 06 de novembro de 1.998.

§ 5º - Revogado pela Emenda a Lei Orgânica n.º 004/98, de 06 de novembro de 1.998.

§ 6º - Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Artigo 16 – É admitida a licença do Vereador:

I – em virtude de doença devidamente comprovada

II – em face de licença gestante

III – para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou político, de interesse do Município

IV – para tratar de interesses particulares, nunca inferior a trinta dias, em cada sessão legislativa, não podendo, em qualquer caso, reassumir suas funções, antes do término da licença

§ 1º - Para fins de remuneração, considerar-se-á em exercício:

a) – o vereador licenciado nos termos dos incisos I e II

b) – o vereador licenciado na forma do inciso III, se a missão decorrer de expressa designação da Câmara, ou tiver sido previamente autorizado pelo Plenário

§ 2º - A licença a gestante será concedida segundo os mesmos critérios e condições estabelecidos para a servidora Pública Municipal.

Artigo 17- No caso de vaga, investidura em cargo de Secretário Municipal, ou licença superior a sessenta dias, o Presidente da Câmara convocará, imediatamente, o Suplente.

§ 1º - O Suplente convocado deverá tomar posse, dentro do prazo de quinze dias, salvo motivo justo e aceito pela Câmara.

§ 2º - Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral, a fim de serem convocadas eleições para preenche-la, quando faltarem mais de quinze meses para o término da legislatura.

Artigo 18 – O Vereador não poderá:

I – desde a expedição do diploma:

a) - firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) – ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior, não havendo perda de mandato se investido no cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado de Santa Catarina e Secretário do Município.

Emenda a Lei Orgânica n.º 001/98, de 03 de junho de 1.998.

Artigo 19 – Perderá o mandato o Vereador:

I – que infringir quaisquer das proibições estabelecidas no Artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, mesmo que esteja licenciado, salvo os casos previstos nos incisos I a III, do Artigo 16, a um terço da sessão legislativa;

IV – que fixar residência fora do Município;

V – que perder, ou tiver suspenso seus direitos políticos;

VI – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VII – que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e transitada em julgado, na forma definida em lei;

VIII – que utilizar-se do mandato para prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

Artigo 20 – Os vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em função do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Artigo 21 – Ao se extinguir o mandato do vereador por qualquer dos itens do Artigo 19 e ocorrido e comprovado o fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão comunicá-lo-a ao plenário e fará constar em Ata a declaração de extinção do mandato e convocará imediatamente o suplente.

Parágrafo único – Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências deste Artigo, o Suplente de Vereador ou o Prefeito poderá requerer, em Juízo, a declaração de extinção do mandato e, se julgada procedente, a respectiva decisão judicial importará na destituição automática do presidente omissor do Cargo da Mesa e no seu impedimento para nova investidura, durante a legislatura, além de ser condenado as cominações legais decorrentes da sucumbência.

SEÇÃO III

DA MESA DA CÂMARA

Artigo 22 – Imediatamente, depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão, sob a Presidência do mais votado, dentre os presentes, e havendo a maioria absoluta dos membros da Câmara elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente, empossados.

Parágrafo único – Não havendo número legal, o Vereador mais votado, dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões, até que seja eleita a Mesa.

Artigo 23 – A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á sempre no dia 16 de dezembro de 2º (Segunda) legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro da 3º (terceira) legislatura.

§ 1º - O Regimento Interno disciplinará a forma de eleição e a composição da Mesa;

§ 2º - O mandato da Mesa será de 2 (dois) anos, proibida a reeleição de qualquer de seus membros, para o mesmo cargo;

§ 3º - Por projeto de Resolução, aprovado por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, qualquer componente da Mesa poderá ser destituído e afastado, por irregularidades apuradas por Comissão de Inquérito, elegendo-se outro Vereador para completar o mandato.

Artigo 24 – São atribuições da Mesa, dentre outras:

I – propor projetos de leis que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara, e fixem os respectivos vencimentos;

II – elaborar e expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário;

III – apresentar projetos de lei, dispondo sobre a abertura de créditos suplementares, ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara;

IV – suplementar, mediante ato, as dotações do orçamento da Câmara, observando o limite da autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação total, ou parcial de sua dotação orçamentária;

V – devolver a tesouraria da Prefeitura, o saldo de caixa existente na Câmara, no final do exercício;

VI – enviar ao Prefeito, até o dia primeiro de março, as contas do exercício anterior;

VII – nomear, promover, comissionar, conceder gratificação, licença por em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir servidores da Secretaria da Câmara, nos termos da lei;

Artigo 25 – Ao Presidente da Câmara dentre outras atribuições, compete:

I – representar a Câmara, em Juízo e fora dele;

II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV – promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;

V – fazer publicidade dos Atos da Mesa, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI – decretar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, nos casos previstos em lei;

VII – requisitar numerário destinado as despesas da Câmara;

VIII – apresentar ao Plenário, até o dia 20(vinte) de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas do mês anterior;

IX – representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

X – solicitar intervenção no Município, nos casos admitidos na Constituição Federal;

XI – manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar força necessária para esse fim;

XII – presidir as reuniões da Câmara;

XIII – substituir o Prefeito, na falta ou impedimento do Vice-Prefeito;

XIV – oferecer projetos, indicações ou requerimentos, na qualidade de Presidente da Mesa e votar nos casos previstos no Artigo 26, incisos I, II e III.

XV – comunicar ao Tribunal de Contas do Estado, o resultado do julgamento das contas do Prefeito;

XVI – tomar parte nas discussões, deixando a Presidência, passando-a ao seu substituto, quando se tratar de matéria que se propuser discutir;

XVII – a competência dos demais membros da Mesa será fixada no Regimento Interno;

Artigo 26 – O Presidente da Câmara e, igualmente, seu substituto votarão, apenas quando:

I – da eleição da Mesa;

II – a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;

III – houver empate em qualquer votação no plenário;

IV – nas votações secretas;

§ 1º - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara, salvo nos seguintes casos:

a) – no julgamento dos Vereadores, do Prefeito e Vice-Prefeito;

b) – na eleição dos membros da Mesa;

c) – nas votações e decretos legislativos, voltados a concessão de honrarias e denominação de vias e logradouros públicos;

§ 2º - Fica impedido de votar, o Vereador que tiver interesse pessoal na deliberação, anulando-se, se o fizer, a votação, quando decisivo o seu voto.

SEÇÃO IV**DA SESSÃO LEGISLATIVA**

Artigo 27 – A Câmara de Vereadores, reunir-se-á, anualmente, em período ordinário, dispensada a convocação, de 15 de fevereiro a 30 de junho e 1º de agosto a 15 de dezembro e, em período extraordinário, sempre que for convocado pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou por 2/3 dos seus membros.

§ 1º - As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara em sessão ou fora dela, mediante neste último caso, comunicação pessoal e escrita aos Vereadores, com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

§ 2º - As sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos seus membros, considerando-se presente o Vereador que assinar o livro de presenças e participar dos trabalhos da Ordem do Dia.

Artigo 28 – A Câmara reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

Artigo 29 – As sessões da Câmara, serão públicas, salvo deliberações em contrário, tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação de decoro parlamentar.

Artigo 30 – As sessões ordinárias e extraordinárias serão sempre remuneradas, obedecidas as normas previstas no § 4º, do Artigo 15.

Parágrafo único – O número de sessões ordinárias mensais será de quatro e as extraordinárias, para fins de remuneração, será de no máximo quatro por mês.

Parágrafo único – O número de sessões ordinárias mensais será de quatro e as extraordinárias quantas forem necessárias. EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 004/2012, DE 19/12/2012.

SEÇÃO V DAS COMISSÕES

Artigo 31 – A Câmara Municipal terá comissões permanentes e especiais, constituídas na forma e com atribuições definidas no Regimento Interno, ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º - Em cada comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos, ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º - As comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei, que dispensa, na forma do Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recursos de dois décimos dos membros da Câmara;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

V – apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;

VI – acompanhar junto a Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

VII – qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar do Presidente da Câmara, que lhe permita emitir conceitos, junto as comissões, sobre projetos, que nelas se encontrem para estudo;

VIII – o Presidente da Câmara, enviará o pedido ao Presidente da respectiva comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração;

Artigo 32 – As comissões especiais de inquérito, que terão poderes de investigação, próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil, ou criminal dos infratores.

SEÇÃO VI DO PROCESSO LEGISLATIVO SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 33 – O processo legislativo compreende a elaboração de:

I – emendas a Lei Orgânica Municipal;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – decretos legislativos;

VI – resoluções.

SUBSEÇÃO II DAS EMENDAS A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Artigo 34 – A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal;

III – da iniciativa popular, subscrita por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores do Município;

§ 1º - A proposta de emenda a Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada, quando obtiver, em ambos, 3/5 (três quintos) dos votos da Câmara;

§ 2º - A emenda aprovada nos termos deste Artigo será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem;

§ 3º - A matéria constante de emenda rejeitada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa;

§ 4º - A Lei Orgânica Municipal não poderá ser emendada na vigência de Estado de Sítio, ou de intervenção no Município.

SUBSEÇÃO III DAS LEIS

Artigo 35 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito e a qualquer Vereador, ou Comissão da Câmara e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta lei.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, as leis que versem sobre:

a) – criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autarquia, ou aumento de sua remuneração;

b) – regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

c) – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

d) – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração direta do Município;

§ 2º - Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, salvo matéria orçamentária.

Artigo 36 – É de competência exclusiva da Mesa da Câmara, a iniciativa dos projetos de lei que disponham:

I – criação, extinção, ou transformação de cargos, funções ou empregos de seus servidores;

II – fixação ou aumento da remuneração;

III – organização e funcionamento de seus serviços.

Artigo 37 – A iniciativa popular será exercida pela apresentação a Câmara Municipal de projeto de lei subscrito por, no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos no Município, contendo assunto de interesse específico do Município.

§ 1º - Obedecidos os requisitos do Caput do Artigo, o recebimento de projetos de iniciativa popular dependerá, também da identificação dos assinantes, através de indicação do número dos respectivos títulos eleitorais.

§ 2º - A tramitação dos projetos de iniciativa popular obedecerá as normas relativas ao processo legislativo.

§ 3º - Caberá ao Regimento Interno da Câmara, assegurar e dispor sobre o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão defendidos na tribuna da Câmara.

Artigo 38 – São objetos de leis complementares as seguintes matérias:

I – Código Tributário Municipal;

II – Código de obras ou de edificações;

III – Código de posturas;

IV – Código de zoneamento;

V – Código de parcelamento do solo;

VI – Plano diretor;

VII – Regime Jurídico dos servidores;

VIII – Estatuto dos servidores Municipais;

Parágrafo único – As leis complementares exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Artigo 39 – As leis ordinárias exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria simples do plenário da Câmara.

Artigo 40 – As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito Municipal, que deverá solicitar a delegação à Câmara.

§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência privativa da Câmara Municipal e a legislação sobre planos plurianuais, orçamentos e diretrizes orçamentárias.

§ 2º - A delegação ao Prefeito Municipal terá a forma de decreto legislativo da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - Se o decreto legislativo determinar a apreciação da lei delegada pela Câmara, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Artigo 41 – O Prefeito Municipal, em caso de calamidade pública, poderá adotar o decreto, com força de lei, para a abertura de crédito extraordinário, devendo submetê-la de imediato a Câmara Municipal, que estando em recesso, será convocada extraordinariamente, para se reunir no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único – O decreto, perderá a eficácia desde a edição se não for convertido em lei no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.

Artigo 42 – Não será admitido aumento da despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa popular e nos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvados, neste caso, os projetos de lei orçamentária;

II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Artigo 43 – O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 1º - Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no Caput deste Artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação sobre qualquer outra matéria, exceto veto e leis orçamentárias.

§ 2º - O prazo referido neste Artigo, não corre no período de recessão da Câmara e nem se aplica aos projetos de codificação.

Artigo 44 – O Projeto de lei aprovado pela Câmara será, no prazo de 10(dez) dias úteis, enviado pelo seu Presidente ao Prefeito Municipal que, concordando, o sancionará no prazo de 15(quinze) dias.

§ 1º - Decorrido o prazo de 15(quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito Municipal importará em sanção.

§ 2º - Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15(quinze) dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48(quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 3º - O veto parcial somente abrangerá texto integral do Artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º - O veto será apreciado no prazo de 15(quinze) dias, contados do seu recebimento, com parecer, ou sem ele, em uma única discussão e votação.

§ 5º - O veto somente será rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, mediante votação secreta.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo previsto no § 4º deste Artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 7º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito Municipal, em 48(quarenta e oito) horas, para promulgação.

§ 8º - Se o Prefeito Municipal não promulgar a lei nos prazos previstos, e ainda no caso de sanção tácita, o Presidente da Câmara a promulgará e se este ano não o fizer no prazo de 48(quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

§ 9º - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 10º - A lei promulgada produzirá efeitos a partir de sua publicação.

Artigo 45 – A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único – O disposto neste Artigo, não se aplica aos projetos de iniciativa do Prefeito, que serão sempre submetidos a deliberação da Câmara.

Artigo 46 – O projeto de lei que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões, será tido como rejeitado, sem deliberação do plenário.

SUBSEÇÃO IV

DOS DECRETOS LEGISLATIVOS E DAS RESOLUÇÕES

Artigo 47 – O projeto de decreto legislativo, é a proposição destinada e regular matéria de competência exclusiva do Poder Legislativo, que produza efeitos externos, não dependerá porém, de sanção do Prefeito.

Parágrafo único – O decreto legislativo, aprovado pelo plenário em dois turnos de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.
Artigo 48 – O projeto de resolução, é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, não dependem de sanção do Prefeito.

Parágrafo único – A Resolução, aprovada pelo plenário em dois turnos de votação, será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Artigo 49 – O processo legislativo das resoluções e dos decretos legislativos dar-se-á conforme determinado no Regimento Interno da Câmara, observado, no que couber, o disposto na Lei Orgânica.

Artigo 50 – O cidadão que desejar de usar a palavra, durante a discussão dos projetos de lei, para opinar sobre os mesmos, poderá se inscrever em lista especial na Secretaria da Câmara, antes do início da sessão.

§ 1º - Ao se inscrever, o cidadão deverá fazer referência a matéria sobre a qual falará, não lhe sendo permitido abordar temas que não tenham sido expressamente mencionados na inscrição.

§ 2º - Caberá ao Presidente da Câmara fixar o número de cidadãos que poderão fazer uso da palavra em cada sessão.

§ 3º - O Regimento Interno, estabelecerá as condições e requisitos para o uso da palavra pelos cidadãos.

CAPÍTULO II

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Artigo 51 – O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, com funções políticas, executivas e administrativas, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores.

Artigo 52 – O Prefeito e o Vice-Prefeito, serão eleitos simultaneamente, para cada legislatura, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto, até 90(noventa)dias antes do término do mandato de seu antecessor, dentre os brasileiros maiores de 21(vinte e um) anos e no exercício de seus direitos políticos.

Artigo 53 – O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão solene da Câmara Municipal ou, se esta não estiver reunida, perante a autoridade judiciária competente, ocasião em que prestarão o seguinte compromisso:

“Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, promover o bem geral dos Municípios e exercer o cargo sob inspiração democrática, da legitimidade e da legalidade”.

§ 1º - Se até 10(dez) de janeiro, o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pela Câmara Municipal, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º - No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, resumidas em atas e divulgadas para o conhecimento público.

§ 4º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pela legislação local, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado, para missões especiais, substituí-lo-a nos casos de licença e o sucederá no caso de vacância do cargo.

Artigo 54 – Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único – A recusa do Presidente em assumir a Prefeitura implicará em perda do cargo que ocupa na Mesa Diretora.

Artigo 55 – Se as vagas ocorrerem na primeira metade do mandato, far-se-á eleição direta, na forma da legislação eleitoral, cabendo aos eleitores completarem o período.

Artigo 56 – O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do respectivo mandato.

Artigo 57 – Para concorrerem a outros cargos eletivos, o Prefeito e o Vice-Prefeito devem renunciar aos mandatos até 6(seis) meses antes do pleito.

Artigo 58 – O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, desde a posse, sob pena de perda de mandato:

I – firmar ou manter contrato com o Município, ou com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II – aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive, os de que seja demissível, ad nutum, na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse, em virtude de concurso público, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no Artigo 38 da Constituição Federal;

III – ser titular de mais de um mandato eletivo;

IV – patrocinar causas em que seja interessada quaisquer das entidades mencionadas no inciso I deste Artigo;

V – ser proprietário, controlador ou diretor de empresa, que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;

VI – fixar residência fora do Município.

Artigo 59 – O Prefeito não poderá ausentar-se do Município, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do mandato, salvo por período inferior a dez dias.

Artigo 60 – O Prefeito poderá licenciar-se, quando impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença, devidamente comprovada.

§ 1º - No caso deste Artigo e de ausência em missão oficial, o Prefeito licenciado fará jus a remuneração integral;

§ 2º - O Prefeito gozará férias anuais de trinta (30) dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

Artigo 61 – Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, serão fixados por Lei de iniciativa da Câmara de Vereadores, observado o que dispõem os arts. 37 XI, 39 § 4º, 150 II, 153 III e 153 § 2º, I, da Constituição Federal.

Emenda a Lei Orgânica n.º 003/1998, de 14 de outubro de 1.998.

Artigo 62 – Revogado, pela Emenda a Lei Orgânica n.º 003/1998, de 14.10.1998.

Artigo 63 – Revogado, pela Emenda a Lei Orgânica n.º 003/1998, de 14.10.1998.

Artigo 64 – A extinção ou a cassação do mandato do Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do Prefeito, ou seu

substituto, ocorrerão na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica e na legislação federal.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Artigo 65 – Ao Prefeito compete privativamente:

- I – nomear e exonerar os Secretários Municipais e os Diretores dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta;
- II – iniciar o processo legislativo, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;
- III – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;
- IV – vetar, no todo, ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;
- V – representar o Município em Juízo e fora dele;
- VI – decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, ou por interesse social;
- VII – expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
- VIII – permitir, ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros, desde que autorizado pela Câmara;
- IX – prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes a situação funcional dos servidores;
- X – enviar a Câmara os projetos de lei, relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias;
- XI – encaminhar a Câmara, até 31 de março, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;
- XII – encaminhar aos órgãos competentes, os planos de aplicação e as prestações de contas exigidos em lei;
- XIII – fazer publicar os atos oficiais, em jornal de maior circulação no Município;
- XIV – prestar à Câmara, dentro de quinze dias, as informações pela mesma solicitadas, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção, nas respectivas fontes, de dados necessários ao atendimento do pedido;
- XV – prover os serviços e obras da administração pública;
- XVI – superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;
- XVII – colocar a disposição da Câmara, dentro de dez dias de sua requisição, as quantias que devem ser despendidas de uma só vez;
- XVIII – aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;
- XIX – oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;
- XX – convocar extraordinariamente a Câmara, quando o interesse da administração o exigir;
- XXI – aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano, ou para fins urbanos;
- XXII – apresentar, anualmente, à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem como o programa da administração, para o ano seguinte;
- XXIII – organizar os serviços internos das repartições criadas por Lei, com observância do limite das dotações a elas destinadas;
- XXIV – contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;
- XXV – providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da lei;
- XXVI – desenvolver o sistema viário do Município;
- XXVII – conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do Plano de distribuição prévia e anualmente aprovado pela Câmara;
- XXVIII – providenciar sobre o incremento do ensino;
- XXIX – estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;
- XXX – solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado, para garantia do cumprimento de seus atos;
- XXXI – solicitar, obrigatoriamente, autorização da Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a dez dias;
- XXXII – adotar providências, para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;
- XXXIII – publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido de execução orçamentária;
- XXXIV – o numerário relativo as dotações da Câmara Municipal, será entregue segundo a programação financeira de desembolso, ou na falta desta em duodécimo, até o (20) vigésimo dia de cada mês.

Artigo 66 – O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos IX, XV e XXIV do Artigo 65.

Emenda a Lei Orgânica n.º 001/2008, de 16 de dezembro de 2.008.

Artigo 67 – Até 30(trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal deverá preparar, para entrega ao sucessor e para publicação imediata, relatório circunstanciado da situação da Administração Municipal.

Artigo 68 – É vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de programas ou projetos, após o término de seu mandato, não, previstos na legislação orçamentária.

§ 1º - O disposto neste Artigo não se aplica nos casos comprovados de calamidade pública.

§ 2º - Serão nulos e não produzirão efeitos os empenhos e atos praticados em desacordo neste Artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.

SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Artigo 69 – É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art.38, II, IV e V da Constituição Federal e no Artigo 58 desta Lei Orgânica.

§ 1º - Ao Prefeito é vedado desempenhar funções e qualquer título, em empresa privada.

§ 2º - A infringência ao disposto neste Artigo, e em seu § 1º, implicará perda de mandato.

Artigo 70 – As incompatibilidades declaradas nos Artigos 18 e 19, incisos e letras, desta Lei Orgânica, estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito e os Secretários Municipais ou autoridades equivalentes.

Artigo 71 – São crimes de responsabilidade do Prefeito, os previstos em Lei Federal.

Parágrafo único – O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Artigo 72 – São infrações político-administrativas do Prefeito, as previstas em lei federal.

Parágrafo único – O Prefeito será julgado, pela prática de infração político-administrativas, perante a Câmara Municipal.

Artigo 73 – Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo do Prefeito quando:

I – ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II – deixar de tomar posse, sem motivo justo, aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez dias;

III – infringir as normas dos Artigos 18, 19 e 59, no que couber, desta Lei Orgânica, no que couber;

IV – perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

Artigo 74 – Depois que a Câmara Municipal declara a admissibilidade da acusação contra o Prefeito, pelo voto de dois terços de seus membros, será ele submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, e perante a Câmara, nos crimes de responsabilidade.

Artigo 75 – O Prefeito será afastado do cargo:

I – nas infrações penais comuns se recebida a denúncia queixa crime pelo Tribunal de Justiça do Estado;

II – nos crimes de responsabilidade após instauração de Processo pela Câmara Municipal;

§ 1º - Se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Prefeito, sem prejuízo do regular prosseguimento do Processo.

§ 2º - O Prefeito, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

SEÇÃO IV

DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO

Artigo 76 - A Lei Municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Artigo 77 – Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal são solidariamente responsáveis, junto com este, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Artigo 78 – Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal, deverão fazer declaração de bens no ato de sua posse, encargo ou função pública municipal e quando de sua exoneração.

Parágrafo único – A declaração de bens, constante no “Caput” deste Artigo, será apresentada a Mesa da Câmara para ser registrada em livro próprio.

Artigo 79 – São auxiliares diretos do Prefeito:

I – os Secretários municipais;

II – os Diretores de órgãos da administração pública direta;

Parágrafo único – Os cargos previstos acima são de livre nomeação e exoneração do Prefeito;

Artigo 80 – São condições essenciais para investidura no cargo de Secretário ou Diretor:

I – ser brasileiro;

II – estar no exercício dos direitos políticos;

III – ser maior de vinte um anos;

IV – residir no Município.

SEÇÃO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO

Artigo 81 – Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários ou Diretores:

I – subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;

II – expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;

III – apresentar ao Prefeito, relatório anual dos serviços realizados por suas secretarias ou órgãos;

IV – comparecer a Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestar esclarecimentos oficiais;

§ 1º - Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pelo Secretário ou Diretor da Administração.

§ 2º - A infringência ao inciso IV deste Artigo, sem justificação, importa em crime de responsabilidade, nos termos da Lei Federal.

Artigo 82 – Lei Municipal de iniciativa do Prefeito, poderá criar administrações ou subprefeituras nos Distritos.

Artigo 83 – O administrador distrital terá a remuneração que for fixada na legislação municipal.

Parágrafo único – Aos administradores ou subprefeitos, como delegado do Poder Executivo, compete:

I – cumprir e fazer cumprir as leis, resoluções, regulamentos e mediante instruções expedidas pelo Prefeito, os atos pela Câmara e por ele aprovados;

II – atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito Municipal, quando se tratar de matéria estranha as suas atribuições, ou quando for o caso;

III – indicar ao Prefeito as providências necessárias no Distrito;

IV – fiscalizar os serviços que lhe são afetos;

V – prestar contas ao Prefeito mensalmente, ou quando lhes forem solicitadas.

Artigo 84 – O Subprefeito, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

SEÇÃO VI

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Artigo 85 – O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar, destinada a proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

§ 1º - A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

§ 2º - A investidura nos cargos de guarda municipal far-se-á, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

SEÇÃO VII

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Artigo 86 – A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º - Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura organizam-se e coordenam-se, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º - As entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que compõem a administração indireta do Município se classificam em:

I – autarquia – o serviço autônomo, criados por leis, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada;

II – empresa pública e a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital exclusivo do Município, criado por lei para exploração de atividades econômicas que o governo municipal seja levado a exercer, por força de contingência, ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III – sociedade de economia mista e a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob forma de sociedade anônima, cujas ações com direito e voto pertencem em sua maioria ao Município ou a entidade da administração indireta;

IV – fundações públicas e a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção e funcionamento, custeado por recursos do Município e de outras fontes;

§ 3º - A entidade de que trata o inciso IV do § 2º deste Artigo, adquire personalidade jurídica com a inscrição de escritura pública de sua constituição no Registro Civil de pessoas jurídicas, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernente as fundações.

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 87 – A administração pública direta, indireta ou funcional do Município obedecerá, no que couber, ao disposto no Capítulo VII, do Título III da Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Artigo 88 – Os planos de cargos e carreira do serviço público municipal serão elaborados de forma a assegurar aos servidores municipais, remuneração compatível com o mercado de trabalho, para a função respectiva, oportunidade de progresso funcional e acesso a cargos de escalão superior.

§ 1º - O Município proporcionará aos servidores, oportunidade de crescimento profissional através de programas de formação de mão-de-obra, aperfeiçoamento e reciclagem.

§ 2º - Os programas mencionados no parágrafo anterior terão caráter permanente, para tanto, o Município poderá manter convênios com instituições especializadas.

Artigo 89 – O Prefeito Municipal, ao prover os cargos em comissão e as funções de confiança, deverá fazê-lo de forma a assegurar que pelo menos 50% desses cargos ou funções sejam preenchidos por servidores de carreira técnica ou profissional do próprio Município.

Artigo 90 – Um percentual não inferior a 2% dos cargos e empregos do Município serão destinados a pessoa portadoras de deficiência, devendo os critérios para seu preenchimento, serem definidos em lei municipal.

Artigo 91 – É vedada a conversão de férias ou licença em dinheiro, ressalvados os casos previstos na legislação federal.

Artigo 92 – O Município assegurará a seus servidores e dependentes, na forma da lei municipal, serviços de atendimento médico, odontológico e de assistência social.

Parágrafo único – Os servidores referidos neste Artigo são extensivos aos pensionistas e aposentados do Município.

Artigo 93 – O Município poderá instituir contribuições cobradas de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social.

Artigo 94 – Os concursos públicos para o preenchimento de cargos, empregos ou funções na administração municipal, não poderão ser realizados antes de decorridos 15(quinze) dias do encerramento das inscrições, as quais ficarão abertas por período não inferior a 15 (quinze) dias.

Emenda a Lei Orgânica n.º 002/98, de 14 de outubro de 1.998.

Artigo 95 – O Município, suas entidades da administração indireta e fundacional, bem como as concessionárias e as permissionárias de serviço público, responderão pelos danos, que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo e culpa.

CAPÍTULO II

DOS ATOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I

DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS

Artigo 96 – A publicação das leis e dos atos municipais far-se-á em órgãos da imprensa local ou não havendo, em órgão oficial.

§ 1º - No caso de não haver periódicos no Município, a publicação será feita por afixação, em local próprio e de acesso público, na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal.

§ 2º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 3º - A escolha do órgão de imprensa particular para divulgação dos atos municipais serão feita por meio de licitação em que se levará em conta, além dos preços, a circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição.

Artigo 96 - Os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do Município definido em lei ou, na falta deste, em diário da respectiva associação municipal ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer.

§ 1º - A lei poderá instituir diário oficial eletrônico do Município, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação dos atos municipais

§ 2º - O sítio e o conteúdo das publicações de que trata § 1º deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 3º - A publicação eletrônica na forma do § 1º substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei especial, exijam outro meio de publicação.

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 003/2013 de 20.12.13

SEÇÃO II

DOS LIVROS

Artigo 97 – O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de suas atividades e de seus serviços.

§ 1º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º - Os livros referidos neste Artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente autenticado.

SEÇÃO III

DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Artigo 98 – A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito, far-se-á:

I – mediante decreto, numerado, em ordem cronológica, quando se tratar de:

- a) – regulamentação de lei;
- b) – criação ou extinção de gratificação, quando autorizadas em lei;
- c) – abertura de créditos especiais ou suplementares;
- d) – declaração de utilidade pública, ou de interesse social, para efeito de desapropriação ou servidão pública;
- e) – criação, alteração e extinção de órgãos do Município, quando autorizado em lei;
- f) – definição de competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas de lei;
- g) – aprovação de regulamentos e regimento dos órgãos da administração pública;
- h) – aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizada;
- i) – fixação e alteração dos preços dos serviços, prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;
- j) – permissão para a exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais;
- k) – aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta;
- l) – criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos da lei;
- m) – medidas executórias do plano diretor;
- n) – estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativos de lei;

II – mediante portaria, quando se tratar de:

- a) – provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeitos individuais relativos aos serviços municipais;
- b) – lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) – criação de comissões e designação de seus membros;
- d) – inscrição e dissolução de grupos de trabalho;
- e) – abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidades;
- f) – outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

§ 1º - Os atos constantes dos itens II e III deste Artigo, poderão ser delegados.

§ 2º - Os casos não previstos neste Artigo obedecerão a forma de atos, instruções ou avisos da autoridade responsável.

SEÇÃO IV

DAS PROIBIÇÕES

Artigo 99 – O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores municipais, que exerçam cargos de Chefia, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções.

Parágrafo único – Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Emenda a Lei Orgânica n.º 002/2008, de 16 de dezembro de 2.008.

Artigo 100 – A pessoa jurídica em débito com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como, com o sistema de seguridade social, como estabelecidos em Lei Federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal, nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

SEÇÃO V

DAS CERTIDÕES

Artigo 101 – Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, são obrigados a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze dias, certidões dos atos, contratos e decisões desde que requeridas para fins de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar, ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender as requisições judiciais, se outro não for fixado pelo Juiz.

Parágrafo único – As certidões relativas ao Poder Executivo, serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor da administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidos pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO III

DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Artigo 102 – É de responsabilidade do Município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população, prestar serviços, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las com particulares, através de processo licitatório.

Artigo 103 – Nenhuma obra pública, salvo os casos de extrema urgência, devidamente justificados, será realizada sem que conste:

I – o respectivo projeto;

II – o orçamento do seu custo;

III – a indicação dos recursos financeiros, para o atendimento da respectiva despesa;

IV – a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade, para o interesse público;

V – aos prazos para o seu início e término.

Artigo 104 – A concessão ou permissão de serviço público somente será efetivada com autorização da Câmara Municipal e mediante contrato, precedido de licitação.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões, bem como qualquer autorização, para exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecido neste Artigo .

§ 2º - Os serviços concedidos, ou permitidos ficarão sempre sujeitos a regulamentação e a fiscalização da administração municipal, cabendo ao Prefeito aprovar as tarifas respectivas.

§ 3º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos, ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º - As concorrências para a concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive, em órgãos da imprensa da Capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

Artigo 105 – Os usuários estarão representados nas entidades prestadoras de serviço público na forma, que dispuser a legislação municipal, assegurando-se sua participação em decisões relativas a:

I – planos e programas de expansão dos serviços;

II – revisão da base de cálculo dos custos operacionais;

III – política tarifária;

IV – nível de atendimento da população em termos de qualidade e quantidade;

V – mecanismos para a formulação de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive, para apuração de danos, causados a terceiros.

Parágrafo único – Em se tratando de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade mencionada neste Artigo, deverá constar do contrato de concessão ou permissão.

Artigo 106 – Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos serão obedecidos, entre outros:

I – os direitos dos usuários, inclusive, as hipóteses de gratuidade;

II – as regras para a remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

III – as normas que possam comprovar a eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo Município, de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;

IV – as condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão.

Artigo 107 – As licitações para a concessão ou a permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade, inclusive, em jornais de circulação estadual, mediante edital ou comunicação resumida.

Artigo 108 – As tarifas dos serviços públicos, prestados diretamente pelo Município, ou por órgãos de sua administração descentralizada, serão fixadas pelo Prefeito Municipal, cabendo a Câmara definir os serviços remunerados, pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

Artigo 109 – O Município poderá consorciar-se com outros Municípios, para a realização de obras, ou prestação de serviços públicos de interesse comum, desde que autorizado por lei.

Artigo 110 – Ao Município é facultado conveniar com a União, ou com o Estado, a prestação de serviços públicos de sua competência privativa, quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros para a execução de serviço em padrões adequados ou quando houver interesse mútuo para a celebração do mesmo.

Artigo 111 – A criação pelo Município de entidade da administração indireta, para execução de obras ou serviços públicos, só será permitida caso a entidade possa assegurar sua auto-sustentação financeira.

Artigo 112 – Os órgãos coligados das entidades de administração indireta do Município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes, mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO IV

DOS BENS MUNICIPAIS

Artigo 113 – Cabe ao Prefeito, a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara, quanto aqueles utilizados em seus serviços.

Artigo 114 – Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis, segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do Chefe da Secretaria, ou Diretoria a que forem distribuídos.

Artigo 115 – A alienação de bens municipais, subordinada a existência de interesse público, devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá a seguinte norma:

I – quando imóveis, dependerá de autorização administrativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;

II – quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante.

Artigo 116 – A aquisição de bens móveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Artigo 117 – É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo pequenos espaços destinados a venda de jornais e revistas ou refrigerantes.

Artigo 118 – Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para os trabalhos do Município e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termos de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Artigo 119 – A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercado, matadouros, estações, recintos de espetáculos

e campos de esporte, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.

Artigo 120 – Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I – pela sua natureza;

II – em relação a cada serviço;

Parágrafo único – Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial dos bens existentes e na prestação de contas de cada exercício será incluído o inventário de todos os bens municipais.

Artigo 121 – O Município nas vendas ou doações de bens imóveis outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º - A concorrência poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º - A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de área urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obras públicas, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação.

CAPÍTULO V

DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Artigo 122 – O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e fundações.

Artigo 123 – A investidura em cargo ou emprego público, depende sempre de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único – O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogável por uma vez, por igual período.

Artigo 124 – Será convocado para assumir cargo, ou emprego, aquele que for aprovado em concurso público de provas, ou de provas e títulos, com prioridade, durante o prazo previsto no edital de convocação, sobre novos concursados, na carreira.

Artigo 125 – São estáveis, após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgada, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de Lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzindo ao cargo de origem, em direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para esta finalidade.

Emenda a Lei Orgânica n.º 003/98, de 14 de outubro de 1.998.

Artigo 126 – A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre o maior e a menor remuneração dos servidores públicos da administração direta ou indireta, observado, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito.

Parágrafo único – Revogado pela Lei 1.194/1993

Artigo 127 – A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimento entre os cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo poder ou entre servidores dos poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou ao local de trabalho.

Artigo 128 – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

I – a de dois cargos de professor;

II – a de um cargo de professor, com outro técnico ou científico;

III – a de dois cargos privativos de médico.

Parágrafo único – A proibição de acumular entende-se a empregados e funções e abrange, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações, mantidas pelo Poder Público.

Artigo 129 – Aplica-se aos servidores públicos municipais, no que couber, o disposto nos Artigos 26 a 30 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Artigo 130 – Fica fixada a data base dos servidores municipais, o dia 1º de novembro de cada ano, para revisão geral de sua remuneração e aumento salarial.

Artigo 131 – É vedado ao Executivo Municipal diferenciar ou escalonar reajustes, abonos, antecipações ou aumento salarial dos servidores públicos municipais.

Artigo 132 – Os cargos públicos serão criados por lei, que fixará sua denominação, padrão de vencimentos, condições de provimento e indicará os recursos pelos quais serão pagos seus ocupantes.

Parágrafo único – A criação e extinção dos cargos da Câmara, bem como a fixação e alteração de seus vencimentos, dependerão de projeto de resolução de iniciativa da Mesa.

TÍTULO IV

DA TRIBUTAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Artigo 133 – São tributos municipais, os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas, instituídas por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais do direito tributário.

Artigo 134 – Compete ao Município instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão, intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, a sua aquisição.

III – vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos na lei complementar, previsto no art. 156, IV, da Constituição Federal e excluídas de sua incidência as exportações de serviços para o exterior.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I, poderá ser progressivo, nos termos da lei municipal de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão, ou extinção da pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens, ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - A lei que instituir tributo municipal observará, no que couber, as limitações do poder de tributar, estabelecidas, nos Artigos 150 a 152 da Constituição Federal.

Artigo 135 – As taxas serão instituídas em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva, ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos a disposição pelo Município.

Artigo 136 – A contribuição de melhoria, poderá ser instituída e cobrada em decorrência de obras públicas, nos termos e limites definidos em lei complementar a que se refere o art. 146 da Constituição Federal.

Artigo 137 – Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica de contribuinte, facultando a administração municipal especialmente, para conferir efetivamente a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo único – As taxas não poderão Ter base de cálculo próprio de impostos.

Artigo 138 – O Município poderá instituir contribuições, cobradas de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do sistema de previdência e assistência social, que criar e administrar.

CAPÍTULO II

DA RECEITA E DA DESPESA

Artigo 139 – A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em impostos da União e do Estado, dos recursos resultantes do fundo de participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Artigo 140 – Pertencem ao Município:

I – o produto de arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações por ele mantidas;

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;

III – setenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, incidentes sobre o ouro, observado o disposto no art. 153, § 5º, da Constituição Federal.

IV – cinquenta por cento do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal.

V – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.

Artigo 141 – A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito, mediante edição de decreto.

Parágrafo único – A tarifa dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis, quando se tornarem deficientes ou excedentes.

Artigo 142 – Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo, lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º - Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da lei complementar prevista no art. 146 da Constituição Federal.

I – quando o contribuinte residir fora do domicílio fiscal, o mesmo será notificado através de aviso postal registrado.

§ 2º - Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado, para sua interposição o prazo de 15(quinze) dias, contados da notificação.

Artigo 143 – A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e as normas de direito financeiro.

Artigo 144 – Nenhuma despesa será ordenado ou satisfeita, sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara Municipal, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Artigo 145 – Nenhuma lei que crie ou aumente a despesa será executada, sem que dela conste a indicação do recurso, para atendimento do correspondente encargo.

Artigo 146 – A disponibilidade de caixa do Município, de suas autarquias, fundações e das empresas por ele controladas, serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO

Artigo 147 – A elaboração e a execução da lei orçamentária anual e do plano plurianual, obedecerão as regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de direito financeiro e orçamentário.

Parágrafo único – O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Artigo 148 – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças a qual caberá:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas, anualmente, pelo Prefeito Municipal;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara.

§ 1º - As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer e apreciadas na forma regimental.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual, ou aos projetos que modifiquem, somente poderão ser aprovados caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que indicam sobre:

a) – dotação para pessoal e seus encargos;

b) – serviço de dívida;

III – sejam relacionados:

a) – com a correção de erros ou omissão, ou

b) – com dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - Os recursos que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Artigo 149 – A lei compreenderá:

I – o orçamento fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II – orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.

Artigo 150 – O Prefeito enviará a Câmara, no prazo consignado na lei complementar federal, a proposta de orçamento anual do Município para o exercício seguinte.

§ 1º - O não cumprimento do disposto no caput deste Artigo, implicará a elaboração pela Câmara, independentemente do envio da proposta, da competente Lei de meios, tomando por base a lei orçamentária em vigor.

§ 2º - O Prefeito poderá enviar mensagem a Câmara, para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

Emenda a Lei Orgânica n.º 004/2008, de 16 de dezembro de 2008.

Artigo 151 – A Câmara não enviando, no prazo consignado na lei complementar federal, o projeto de lei orçamentária a sanção, será promulgado como lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.

Artigo 152 – Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.

Artigo 153 – Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariarem o disposto neste Capítulo, as regras do processo legislativo.

Artigo 154 – O orçamento será uno, incorporando-se obrigatoriamente na receita todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos e incluindo-se discriminadamente na despesa, as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

Artigo 155 – O orçamento não conterá dispositivos estranhos a previsão da receita, nem a fixação da despesa anteriormente autorizada. Não se incluem nesta proibição a:

I – autorização para abertura de créditos suplementares;

II – contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Artigo 156 – São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas, mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara por maioria absoluta.

IV – a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação de impostos a que se referem os arts. 158 e 159 da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e de desenvolvimento do ensino, como determinado art. 197 desta Lei Orgânica e apresentação de garantias as operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 149, II, desta Lei Orgânica;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir a necessidade, ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive, dos mencionados no Artigo 142, III, desta Lei Orgânica;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

§ 1º - Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse o exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Artigo 157 – Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados a Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia 20(vinte) de cada mês.

Artigo 158 – A despesa com pessoal ativo e inativo do Município, não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração a criação de cargos ou alterações de estrutura de carreira, bem como a administração de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DE TESOURARIA

Artigo 159 – As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa único, regularmente, instituído.

Parágrafo único – A Câmara Municipal terá sua própria tesouraria, por onde movimentara os recursos que lhe forem liberados e os

provenientes de aplicações financeiras.

Artigo 160 – As disponibilidades de caixa do Município, da Câmara Municipal, das entidades de administração direta ou indireta, inclusive, os fundos especiais e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão depositadas em instituições financeiras oficiais.

Parágrafo único – As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de administração indireta, poderão ser feitas, através da rede bancária privada, mediante convênio.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL

Artigo 161 – A contabilidade do Município obedecerá, na organização do seu sistema administrativo e informativo e nos seus procedimentos, aos princípios fundamentais de contabilidade e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

Artigo 162 – A Câmara Municipal terá a sua própria contabilidade, devendo encaminhar as suas demonstrações até o dia 15(quinze) de cada mês, para fins de incorporação a contabilidade central da Prefeitura.

Artigo 163 - O tesoureiro do Município, ou servidor que exerça a função, fica obrigado a apresentação do boletim diário da tesouraria, que será afixado em local próprio na sede da Prefeitura e Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO E CONTROLE DAS CONTAS

Artigo 164 – São sujeitos a tomada ou a prestação de contas os agentes da administração municipal, responsáveis por bens e valores pertencentes ao Município.

Artigo 165 – Os Poderes Executivos e Legislativos, manterão de forma integrada, um sistema de controle interno, apoiado nas informações contábeis, com o objetivo de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e a eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle dos empréstimos e dos financiamentos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

TÍTULO V

DA ORDEM ECONÔMICA SOCIAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 166 – O Município, dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

§ 1º - A ordem social tem por base o primado do trabalho, e como objetivo o bem estar e a justiça social.

§ 2º - O Município de Pouso Redondo assegurará, em seus orçamentos anuais a sua parcela de contribuição para financiar a seguridade social.

Artigo 167 – O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem estar coletivo.

Artigo 168 – A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade sociais.

Artigo 169 – O trabalho e obrigação social, garantindo a todos o direito ao emprego e a justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Artigo 170 – O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, objetivando proporcionar-lhes e entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem estar social.

Parágrafo único – São isentas de imposto as respectivas Cooperativas, sem fins lucrativos.

Artigo 171 – Aplica-se ao Município disposto nos arts. 171, § 2º, e 175, Parágrafo único, da Constituição Federal.

Artigo 172 – O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Artigo 173 – O Município dispensará a microempresa e a empresa de pequeno porte, assim definidas em lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas, por meio de lei.

CAPÍTULO II

DA ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Artigo 174 – O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo.

§ 1º - Caberá ao Município, promover e executar as obras, que por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privativo.

§ 2º - O plano de assistência social do Município, nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção do desequilíbrio do sistema social, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no art. 203 da Constituição Federal.

Artigo 175 – Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na lei federal.

CAPÍTULO III

DA SAÚDE

Artigo 176 – A Saúde é direito de todos os munícipes e dever do Poder Público, assegurado, mediante políticas sociais e econômicas, que visem a eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações, para a sua promoção, proteção e recuperação.

Artigo 177 – Para atingir os objetivos estabelecidos no Artigo anterior o Município promoverá por todos os meios ao seu alcance:

I – condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

II – respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

III – acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município as ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação.

Artigo 178 – As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita, preferencialmente através de serviços públicos e, complementarmente, através de serviços de terceiros.

Parágrafo único – É vedado ao Município cobrar do usuário pela prestação de serviços de assistência a saúde, mantidos pelo Poder Público, ou contratados com terceiros.

Artigo 179 – São atribuições do Município, no âmbito do Sistema único de Saúde:

I – planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;

II – planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua Direção Estadual;

III – gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes as condições e aos ambientes de trabalho;

IV – executar serviços de:

a) – vigilância epidemiológica;

b) – vigilância sanitária;

c) – alimentação e nutrição.

V – planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

VI – executar a política de insumos e equipamentos, para a saúde;

VII – fiscalizar as agressões ao meio ambiente, que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para controlá-las;

VIII – formar consórcios intermunicipais de saúde;

IX – gerir laboratórios públicos de saúde;

X – avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, elaborados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde;

XI – autorizar a instalação de serviços privados de saúde e fiscalizar-lhes o funcionamento.

Artigo 180 – As ações e os serviços de saúde, realizados no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – comando único exercido pela Secretaria Municipal de Saúde;

II – integração na prestação de ações de saúde;

III – participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais na formulação, gestão e controle da política municipal das ações de saúde através de Conselho Municipal de caráter deliberativo e paritário.

Artigo 181 – O Prefeito deverá convocar semestralmente o Conselho Municipal de Saúde, para avaliar a situação do Município, com ampla participação da sociedade e fixar as diretrizes gerais da política de saúde do Município.

Artigo 182 – A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, que terá as seguintes atribuições:

I – formular a política municipal de saúde, a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;

II – planejar e fiscalizar a distribuição de recursos destinados a saúde;

III – aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos, ou privados de saúde, atendidas as diretrizes do plano municipal de saúde.

Artigo 183 – As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público, ou convênio, tendo a preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Artigo 184 – O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, será financiado com recursos do orçamento municipal, do Estado, da União e da seguridade social, além de outras fontes.

§ 1º - Os recursos destinados as ações e aos serviços de saúde no Município, constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos, para auxílios ou subvenções as instituições privadas, com fins lucrativos.

Artigo 185 – Sempre que possível, o Município promoverá:

I – planejar e executar política de conscientização sanitárias nas escolas da rede municipal;

II – combate ao uso de drogas;

III – serviço de assistência a maternidade e a infância;

IV – inspeção médica periódica, nos estabelecimentos de ensino.

CAPÍTULO IV

DA CULTURA, DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

Artigo 186 – O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observado o disposto na Constituição Federal.

Artigo 187 – A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

Artigo 188 – Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis, os sítios arqueológicos, os rios e fontes, em articulação com Governo Federal e Estadual.

Artigo 189 – O dever do Município com a educação será efetivado, mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive, para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola, da criança de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado as condições de educando;

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
§ 3º - Compete ao Poder Público, recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada a zelar, junto aos pais, ou representantes, pela frequência a escola.

Artigo 190 – O sistema de ensino municipal assegurará aos alunos necessitados condições de eficiência.

Artigo 191 – O ensino oficial do Município será gratuito em todos os seus níveis e atuara, prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativo, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou por representante legal ou responsável.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

§ 3º - O Município orientará e estimulará, por todos os meios, a educação física que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares, que recebam auxílio do Município.

Artigo 192 – O ensino é livre a iniciativa privada, atendida as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais de educação nacional;

II – autorização e avaliação de qualidade, pelos órgãos competentes.

Artigo 193 – Os recursos do Município serão destinados as escolas públicas, podendo ser dirigidos as escolas comunitárias confessionais ou filantrópicas, definidas em Lei Federal que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica, confessional, ou ao Município no caso de encerramento de suas atividades.

Artigo 194 – O Município auxiliara, pelos meios ao seu alcance, as organizações beneficentes, culturais e amadoristas, nos termos da lei, sendo que as amadoristas e as colegiais terão prioridade no uso de estádios, quadras de esportes, campos e instalações de propriedade do Município.

Parágrafo único – Aplica-se ao Município, no que couber, o disposto no Artigo 217, da Constituição Federal.

Artigo 195 – O Município manterá o professorado municipal em nível econômico, pedagógico, social e moral e altura de suas funções.

Artigo 196 – A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Cultura e Fundação Municipal de Esportes.

Artigo 197 – O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25%(vinte cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos e compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

Emenda a Lei Orgânica n.º 003/2008, de 16 de dezembro de 2008.

Artigo 198 – É de competência comum da União, do Estado e do Município, proporcionar os meios de acesso a cultura, a educação, ao desporto amador e a ciência.

Parágrafo único – O Sistema do ensino municipal será organizado em regime de colaboração com a União e o Estado.

Artigo 199 – Ficam isentos do pagamento do imposto predial e territorial urbano, os imóveis tombados pelo Município em razão de suas características históricas, culturais, paisagísticas e considerados de reserva permanente, para proteção do meio ambiente.

Artigo 200 - O Município fomentará as praticas esportivas, especialmente nas escolas a ele pertencentes, além de incentivar o desporto amador em todos os níveis.

Artigo 201 – O Município complementarará a educação com programas suplementares de material didático, transporte, alimentação, assistência médica e odontológica.

§ 1º - Será garantido o transporte escolar gratuito aos alunos da rede municipal de ensino, aos excepcionais e aos alunos do primeiro grau.

§ 2º - É facultado ao Município subsidiar o transporte aos alunos do 2º grau, até o limite de 50%(cinquenta por cento) do custo das passagens.

Revogado pela Emenda a Lei Orgânica nº 001/2013, de 19/02/2013.

§1º - Será garantido o transporte escolar gratuito aos alunos da rede municipal e estadual de ensino, aos excepcionais e aos alunos do ensino infantil (creches), ensino fundamental e ensino médio.

§2º - É o Município subsidiar o transporte aos alunos do Ensino Médio Técnico Profissionalizante, Curso Técnico Profissionalizante, Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do custo das passagens intermunicipais.

Artigo 202 – O Município ministrará o ensino nos seguintes princípios, entre outros:

I – as escolas multisseriadas para no máximo duas turmas, desde que o número de alunos seja igual ou superior a quinze alunos, por série;

II – os professores terão garantia de plano de carreira, com piso salarial profissional, podendo ingressar somente por concursos públicos ou de provas e títulos.

CAPÍTULO V

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Artigo 203 – O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º - Serão proporcionadas aos interessados, todas as facilidades para a celebração do casamento.

§ 2º - A lei disporá a assistência aos idosos, a maternidade e aos excepcionais, assegurara aos maiores de sessenta e cinco anos a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, por concessão do Município.

§ 3º - Compete ao Município suplementar a legislação federal e a estadual dispondendo sobre a proteção a infância, a juventude e as pessoas portadoras de deficiência, garantindo-lhes o acesso a logradouros públicos, edifícios e veículos de transporte coletivo.

§ 4º - No âmbito de sua competência, lei municipal disporá sobre a adaptação de logradouros e dos edifícios de uso público, a fim de garantir o acesso adequado as pessoas portadoras de deficiência.

§ 5º - Para a execução do previsto neste Artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I – amparo as famílias numerosas e sem recursos;

II – estímulo aos pais e as organizações sociais, para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

III – colaboração com as entidades assistenciais, que visem a proteção e educação da criança;

IV – amparo as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhe o direito a vida;

V – colaboração com a União, com o Estado e com os outros Municípios para a solução do problema dos menores desamparados, ou desajustados, através de processo adequado de permanente recuperação.

CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Artigo 204 – Todos tem direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - O Município, em articulação com a União e o Estado, observadas as disposições pertinentes do art. 23, VI da Constituição Federal, desenvolverá as ações necessárias, para o atendimento do previsto neste capítulo.

§ 2º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies do ecossistema;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas a pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização, que comprometa a integridade dos atributos, que justifiquem sua proteção;

IV – exigir, na forma da lei, para a instalação de obra, ou atividade potencialmente, causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias, que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública, para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas, que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

§ 3º - Aquele que explorar recursos minerais, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 4º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente, da obrigação de reparar os danos causados.

CAPÍTULO VII DA POLÍTICA URBANA

Artigo 205 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e do interior e garantir o bem estar social de seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento de expansão urbana, e será revisto a cada cinco anos.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social, quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressa no Plano Diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Artigo 206 – O Município poderá, mediante lei específica, para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de:

I – parcelamento ou edificação compulsória;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo;

III – desapropriação, com o pagamento, mediante título da dívida pública de emissão, previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Artigo 207 – Aquele que possuir, como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia, ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo único – O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou a mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

CAPÍTULO VIII DA POLÍTICA AGRÍCOLA

Artigo 208 – A Política Agrícola será planejada, executada e avaliada na forma que dispuser o Plano de Desenvolvimento Rural, aprovado pela Câmara Municipal, com a participação efetiva das classes produtoras, trabalhadores rurais, técnicos e profissionais da área e dos setores de comercialização, armazenamento e transporte, entidades privadas e públicas, ligadas a agropecuária, profissionais de educação e saúde no setor, órgão de imprensa, levando em conta especialmente:

I – as condições de produção, comercialização e armazenagem, prestigiada a comercialização direta entre produtor e consumidor;

II – a utilização e desenvolvimento da propriedade em todas as suas potencialidades;

III – lazer, habitação, educação e saúde para o produtor rural;

IV – a garantia de vias de acesso em boas condições de trafegabilidade para escoamento da produção;

V – a execução de programas de recuperação e conservação de solo e da água, reflorestamento e aproveitamento racional dos recursos naturais;

VI – a proteção do meio ambiente;

VII – o incentivo ao cooperativismo, ao associativismo e ao sindicalismo;

VIII – prestação de serviços públicos e fornecimento de insumos a preços diferenciados para a pequena propriedade rural;

IX – incentivo ao ensino, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, em articulação com os órgãos Estaduais e Federais;

X – a infra-estrutura física para atender as necessidades sociais e econômicas do setor rural;

XI – incentivo a instalação de agroindústrias;

§ 1º - A priorização que se trata o caput deste Artigo, se dará na forma de incentivos fiscais, melhoria de acesso e infra-estrutura, autorizados por lei.

Artigo 209 – São isentos dos tributos os veículos de tração animal, e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura ou no transporte de produtos.

Artigo 210 – O Município destinará um percentual de 5%(cinco por cento) no mínimo, da receita corrente, liberadas em duodécimos para a Secretaria da Agricultura do Município.

Parágrafo único – Do percentual acima previsto, o Município destinará 20%(vinte por cento) na pesquisa agropecuária.

TÍTULO VI

DA COLABORAÇÃO POPULAR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 211 – Além da participação dos cidadãos, nos casos previstos nesta Lei Orgânica, será admitida e estimulada a colaboração popular em todos os campos de atuação do Poder Público.

Parágrafo único – O disposto neste título, tem fundamento nos Artigos 5, XVII e XVIII, 29, X e XI, 174, § 2º, 194, VII, entre outros, da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DAS ASSOCIAÇÕES

Artigo 212 – A população do Município poderá organizar-se em associações, observadas as disposições da Constituição Federal e do Estado, desta Lei Orgânica, da legislação aplicável e de estatuto próprio, o qual além de fixar o objetivo da atividade associativa, estabelecerá, entre outras vedações:

a) – atividades político-partidárias;

b) - participação de pessoas residentes ou domiciliadas fora do Município ou ocupantes de cargo de confiança da Administração Municipal; Revogada pela Emenda a Lei Orgânica nº 001/2011 de 01.03/2011.

c) – discriminação de qualquer título.

§ 1º - Nos termos deste Artigo, poderão ser criadas associações com os seguintes objetivos, entre outros:

I – proteção e assistência a criança, ao adolescente, aos desempregados, aos portadores de deficiência, aos pobres, aos idosos, a mulher e aos doentes;

II – representação dos interesses de moradores de bairros e distritos, de consumidores, de donas de casa, de pais de alunos, de alunos, de professores e de contribuintes;

III – colaboração com a educação e a saúde;

IV – proteção e conservação da natureza e do meio ambiente;

V – promoção e desenvolvimento da cultura, das artes, do esporte e do lazer.

§ 2º - O Poder Público incentivará a organização de associações, objetivos diversos dos previstos no parágrafo anterior, sempre que o interesse social e da administração convergirem, para a colaboração comunitária e participação popular, na formulação e execução de políticas públicas.

CAPÍTULO III

DAS COOPERATIVAS

Artigo 213 – Respeitado o disposto na Constituição Federal e do Estado, desta Lei Orgânica e da Legislação aplicável, poderão ser criadas cooperativas, para o fomento de atividades, nos seguintes setores:

I – agricultura, pecuária e pesca;

II – construção de moradias;

III – abastecimento urbano e rural;

IV – assistência judiciária;

V – crédito.

Parágrafo único – Aplica-se as cooperativas, no que couber, o previsto no § 2º do Artigo anterior.

Artigo 214 – O Poder Público estabelecerá a programas especiais de iniciativa popular, que objetive implementar a organização da comunidade local, de acordo com as normas deste título.

Artigo 215 – O Governo Municipal, incentivará a colaboração popular, para a organização de mutirões de colheita, de roçado, de plantio, de construção e outros quando assim recomendar o interesse da comunidade diretamente interessada.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 216 – O Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara e os Vereadores, prestarão no ato da promulgação da Lei Orgânica, o compromisso de mantê-la, defendê-la e cumpri-la.

Artigo 217 – Incumbe ao Município:

I – auscultar, permanentemente, a opinião pública, para isso, sempre que o interesse pública, não acolher o contrário, os Poderes Executivos e Legislativo divulgarão, com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;

II – adotar medidas, para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;

III – facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como das transmissões pelo rádio e pela televisão.

Artigo 218 – Qualquer cidadão será sempre legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Artigo 219 – O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Artigo 220 – Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitidos a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Parágrafo único – As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados porém pelo Município.

Artigo 221 – Até a entrada em vigor da lei complementar federal, o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do mandato em curso do Prefeito e o projeto de lei orçamentária anual, serão encaminhados a Câmara até 4(quatro) meses antes do encerramento da sessão legislativa.

Artigo 222 – Toda e qualquer empresa comercial, industrial ou de serviços que estiver contribuindo para a degradação do Rio das Pombas e demais afluentes, terá o prazo de 2 anos, a contar da promulgação desta lei, para se adaptar as normas técnicas, sob pena de encerramento de suas atividades.

Artigo 223 – Ficam revogadas as leis que concedem isenções a qualquer título, em vigor nesta data, não se admitindo neste caso, a invocação do direito adquirido.

Artigo 224 – O disposto no Artigo 78, da seção IV, do Capítulo II, do Título II, desta Lei Orgânica, deverá ser cumprido no prazo de 30(trinta) dias de sua promulgação.

Artigo 225 – Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais que estejam sendo percebidos em desacordo com a Lei Orgânica, serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

Artigo 226 – Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos Membros da Câmara Municipal e promulgada pela Mesa, entra em vigor na data de sua promulgação.

Artigo 227 – Revogam-se as disposições em contrário.

POUSO REDONDO, 05 de Abril de 1990.

RENALDO SIEWERDT

Vereador - Presidente da Câmara

VALMOR FERREIRA

Vereador Vice-Presidente

ARVINO CRISTOFOLINI

Vereador Primeiro-Secretário

ALCEU SCHLOSSER

Vereador Segundo-Secretário

ANIBOR PROCHNOW

Vereador Relator Geral

LUIZ BENJAMIN BINI

Vereador

LUIZ GONZAGA STEIL

Vereador

GABRIEL DEL'CASTAGNÉ

Vereador

PEDRO SCOZ

Vereador

LEI ORGÂNICA

DO MUNICÍPIO

DE

POUSO REDONDO

ÍNDICE POR ARTIGOS

ARTIGOS MATÉRIA

TÍTULO I – DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I – Disposições Preliminares 1º a 6º

CAPÍTULO II – Da Competência 7º a 9º

TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS**CAPÍTULO I – Do Poder Legislativo**

Seção I – Da Câmara Municipal 10 a 14

Seção II – Dos Vereadores 15 a 21

Seção III – Da Mesa da Câmara 22 a 26

Seção IV– Da Sessão Legislativa 27 a 30

Seção V– Das Comissões 31 a 32

Seção VI – Do Processo Legislativo

Subseção I – Das Disposições Preliminares 33

Subseção II – Das Emendas a Lei Orgânica Municipal 34

Subseção III – Das Leis 35 a 46

Subseção IV– Dos Decretos Legislativos e das Resoluções 47 a 50

CAPÍTULO II – Do Poder Executivo

Seção I – Do Prefeito e do Vice-Prefeito 51 a 64

Seção II – Das atribuições do Prefeito 65 a 68

Seção III – Da Responsabilidade do Prefeito 69 a 75

Seção IV– Dos Auxiliares Diretos do Prefeito 76 a 80

Seção V– Das Atribuições dos Auxiliares Diretos do Prefeito 81 a 84

Seção VI – Da Segurança Pública 85

Seção VII – Da Estrutura Administrativa 86

TÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I – Disposições Gerais 87 a 95

CAPÍTULO II – Dos Atos Municipais

Seção I – Da Publicidade dos Atos Municipais 96

– Seção II – Dos Livros 97

– Seção III Dos Atos Administrativos 98

Seção IV – Das Proibições 99 a 100

Seção V – Das Certidões 101

CAPÍTULO III – Das Obras e Serviços Municipais 102 a 112

CAPÍTULO IV – Dos Bens Municipais 113 a 121

CAPÍTULO V – Dos Servidores Municipais 122 a 132

TÍTULO IV – DA TRIBUTAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CAPÍTULO I – Dos Tributos Municipais 133 a 138

CAPÍTULO II – Da Receita e da Despesa 139 a 146

CAPÍTULO III – Do Orçamento 147 a 158

CAPÍTULO IV – Da Gestão de Tesouraria 159 a 160

CAPÍTULO V – Da Organização Contábil 161 a 163

CAPÍTULO VI – Da Prestação e Controle das Contas 164 a 165

TÍTULO V – DA ORDEM ECONÔMICA SOCIAL

CAPÍTULO I – Disposições Gerais 166 a 173

CAPÍTULO II – Da Assistência e Previdência Social 174 a 175

CAPÍTULO III – Da Saúde 176 a 185

CAPÍTULO IV – Da Cultura, da Educação e do Desporto 186 a 202

CAPÍTULO V – Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso 203

CAPÍTULO VI – Do Meio Ambiente 204

CAPÍTULO VII – Da Política Urbana 205 a 207

CAPÍTULO VIII – Da Política Agrícola 208 a 210

TÍTULO VI – DA COLABORAÇÃO POPULAR

CAPÍTULO I – Disposições Gerais 211

CAPÍTULO II – Das Associações 212

CAPÍTULO III – Das Cooperativas 213 a 215

TÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 216 a 227

LEI 2653

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI 2.653/2016 de 14/12/2016.

"Estima a receita e fixa a despesa do município de Pouso Redondo para o exercício de 2017".

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Pouso Redondo para o exercício de 2017, estima a receita em R\$ 38.023.612,39 (trinta e oito milhões, vinte e três mil e seiscentos e doze reais e trinta e nove centavos) e fixa a despesa em R\$ 38.023.612,39 (trinta e oito milhões, vinte e três mil e seiscentos e doze reais e trinta e nove centavos).

DOS ORÇAMENTOS DA PREFEITURA, FUNDOS E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2017, estima a receita em R\$ 38.023.612,39 (trinta e oito milhões, vinte e três mil e seiscentos e doze reais e trinta e nove centavos) e fixa a despesa para a Câmara Municipal, R\$ 1.724.600,00 (um milhão, setecentos e vinte quatro mil e seiscentos reais), em R\$ 36.299.012,39 (trinta e seis milhões, duzentos e noventa e nove mil, doze reais e trinta e nove centavos)

§ 1º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4.RECEITAS 38.023.612,39
4.1. RECEITAS CORRENTES 36.023.272,53
4.2. RECEITAS DE CAPITAL 2.000.339,86
TOTAL 38.023.612,39
TOTAL GERAL 38.023.612,39

§ 2º - A despesa da Prefeitura, será realizada segundo a apresentação dos anexos, integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$
01- Legislativa	1.724.600,00
04- Administração	5.391.727,27
06- Segurança Pública	345.304,90
08- Assistência Social	1.271.489,67
10- Saúde	7.759.007,44
12- Educação	12.835.363,50
13- Cultura	26.701,55
15- Urbanismo	1.754.166,33
16- Habitação	51.224,57
17- Saneamento	34.304,67
18- Gestão Ambiental	2.924,19
20- Agricultura	1.231.117,33
23- Comércio e Serviços	70.443,69
26- Transporte	4.328.877,57
27- Desporto e Lazer	452.144,72
28- Encargos Especiais	717.897,25
99- Reserva de Contingência	26.317,74
TOTAL:	38.023.612,39
TOTAL GERAL:	38.023.612,39

II - CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO	R\$
031 – Ação Legislativa	1.724.600,00
121 – Planejamento e Orçamento	221.819,22
122 – Administração Geral	4.108.555,33
123 – Administração Financeira	1.004.771,85
181 – Policiamento	174.778,60
182 – Defesa Civil	227.107,17
241 – Assistência ao Idoso	4.500,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	60.894,25
244 – Assistência Comunitária	1.206.095,42
301 – Atenção Básica	7.672.387,09
305 – Vigilância epidemiológica	86.620,35
306 – Alimentação e Nutrição	704.983,27
361 – Ensino Fundamental	9.049.328,19
365 – Educação Infantil	3.081.052,04
392 – Difusão Cultural	26.701,55
451 – Infra-Estrutura Urbana	1.754.166,33
481 – Habitação Rural	16.845,74
482 – Habitação Urbana	34.378,83
511 – Saneamento Básico Rural	15.153,35
512 – Saneamento Básico Urbano	19.151,32
542 – Controle Ambiental	2.924,19
606 – Extensão Rural	1.229.581,52
608 – Promoção da Produção Agropecuária	1.535,81
691 – Promoção Comercial	62.437,50
695 – Turismo	8.006,19
782 – Transporte Rodoviário	4.328.877,57
812 – Desporto Comunitário	452.144,72
843 – Serviço da Dívida Interna	717.897,25
999 – Reserva Contingência	26.317,74
TOTAL:	38.023.612,39
TOTAL GERAL:	38.023.612,39

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	R\$
0 – Operações Especiais	1.606.761,49
1 – Processo Legislativo	1.724.600,00
10 – Desenvolvimento Cultural	26.701,55
104 – Defesa Civil	56.580,87
11 – Turismo	8.006,19
18 – Criança na Escola	12.835.363,50
21 – Esporte é Vida	452.144,72
25 – Saúde para Todos	7.759.007,44
28 – Assistência Social	1.322.714,24
31 – Serviço de Utilidade Pública	345.304,90
39 – Estradas, Obras e Serviços Urbanos	4.328.877,57
46 – Urbanização de Vias	1.754.166,33
48 – Pequeno Produtor Assistido	1.234.041,52
49 – Saneamento Básico	34.304,67
6 – Gestão Administrativa Superior	693.897,70
9 – Administração Geral e Financeira	3.814.821,96
99 – Reserva de Contingência	26.317,74
TOTAL:	38.023.612,39
TOTAL GERAL:	38.023.612,39

I- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	R\$
Despesas	
3.3.0.00.00.00.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES	36.023.272,53
3.4.0.00.00.00.00.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	2.000.339,86
TOTAL:	38.023.612,39
TOTAL GERAL:	38.023.612,39

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º – O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 38.023.612,39 (trinta e oito milhões, vinte e três mil e seiscentos e doze reais e trinta e nove centavos) e fixa a despesa em R\$ 38.023.612,39 (trinta e oito milhões, vinte e três mil e seiscentos e doze reais e trinta e nove centavos).

§ 1º – A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 38.023.612,39
 4.1. RECEITAS CORRENTES 36.023.272,53
 4.2. RECEITAS DE CAPITAL 2.000.339,86
 TOTAL 38.023.612,39
 TOTAL GERAL 38.023.612,39

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO será realizada segundo a apresentação dos anexos desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

IV - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	R\$
01 – Legislativa	1.724.600,00
04 – Administração	5.391.727,27
06 – Segurança Pública	345.304,90
08 – Assistência Social	1.271.489,67
10 - Saúde	7.759.007,44
12 – Educação	12.835.363,50
13 – Cultura	26.701,55
15 – Urbanismo	1.754.166,33
16 – Habitação	51.224,57
17 – Saneamento	34.304,67
18 – Gestão Ambiental	2.924,19
20 – Agricultura	1.231.117,33
23 – Comércio e Serviços	70.443,69
26 – Transporte	4.328.877,54
27 – Desporto e Lazer	452.144,72
28 – Encargos Especiais	717.897,25
99 – Reserva de Contingência	26.317,74
TOTAL:	38.023.612,39
TOTAL GERAL:	38.023.612,39

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA econômica	R\$
DESPESAS CORRENTES	32.179.921,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.004.968,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	23.655,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.151.297,02
DESPESAS DE CAPITAL	5.817.373,49
INVESTIMENTO	5.123.132,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	694.241,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.317,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.317,74
TOTAL:	38.023.612,39
TOTAL GERAL:	38.023.612,39

Art. 4º – O Orçamento da entidade FUNDO MUN. DE SAÚDE DE POUSO REDONDO para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 7.759.007,44 (sete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, sete reais e quarenta e quatro centavos) e fixa as Despesas em R\$ 7.759.007,44 (sete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, sete reais e quarenta e quatro centavos)

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUN. DE SAÚDE DE POUSO REDONDO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	R\$
10 - Saúde TOTAL:	7.759.007,44
TOTAL GERAL:	7.759.007,44

ORÇAMENTO DO (A) CAMARA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

Art. 5º - O Orçamento da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 1.724.600,00 (um milhão setecentos e vinte e quatro mil e seiscentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.724.600,00 (um milhão setecentos e vinte e quatro mil e seiscentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o

seguinte desdobramento.

§ 2º - A Despesa da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO será realizada segundo apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	R\$
01 - Legislativa TOTAL:	1.724.600,00
TOTAL GERAL:	1.724.600,00

Art. 8º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentários e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

DESPESAS 26.317,74

3.9.0.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA 26.317,74

TOTAL: 26.317,74

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2017 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 9º - Fica o Executivo autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesas para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operação especiais.

Art. 10 – O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotação orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 11 – As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12 – Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13 – As receitas de realização extraordinária de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 14 – Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 15 – Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 17 - Ficam autorizados os ajustes de modalidades e valores necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 em função dos Anexos da presente Lei.

Art. 18 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de dezembro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

LUCIO HILLESHEIM
Contador CRC/SC 028217/O-0

LAERTE DA SILVEIRA
Secretário de Administração

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 126/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 12/01/2016

DECRETO Nº 126, de 12 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.01020000 6.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33930000000000.01020000 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$16.000,00 (dezesseis mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.44710000000000.01020000 5.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.44900000000000.01020000 11.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 12 de dezembro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

DECRETO 127/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 127, de 12 de dezembro de 2016
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0008.0241.1301.2035.33900000000000.01000000 2.000,00

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0028.0843.1301.0002.46900000000000.01000000 2.000,00

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2010.31900000000000.01010000 1.000,00

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2019.33900000000000.01010000 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :
R\$15.000,00 (quinze mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0008.0241.1301.2035.44900000000000.01000000 2.000,00

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0028.0843.1301.0002.32900000000000.01000000 2.000,00

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2010.33900000000000.01010000 1.000,00

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2019.31900000000000.01010000 10.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 12 de dezembro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN

Contadora

DECRETO 128/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 128, de 12 de dezembro de 2016
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE CULTURA 06.001.0013.0392.1503.2013.33900000000000.01000000 6.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :

R\$6.000,00 (seis mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.01000000 6.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 12 de dezembro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN

Contadora

DECRETO 129/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 18.017.392/0001-67

Praça Dr. Rockert, 92 – Centro – CEP 39440-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 38 3821-4009 – Fax: 0** 38 3821-4393

Site: www.tibagi.com.br - e-mail: prefeitura@tibagi.com.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 129, de 12 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000, de acordo com o inciso II, parágrafo 2º artigo 5º da Lei Nº 2.641, de 21 de maio de 2007.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais especial no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

CAMARA DE VEREADORES 01.001.0001.0031.1101.2001.31900000000000.01000000 14.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

CAMARA DE VEREADORES 01.001.0001.0031.1101.2001.33900000000000.01000000 6.000,00

CAMARA DE VEREADORES 01.001.0001.0031.1101.2001.44900000000000.01000000 8.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 12 de dezembro de 2016

LAUDEMIR BACH

Prefeito Municipal

PRESIDENTE DA CAMARA

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO 130/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 18.017.392/0001-67

Praça Dr. Rockert, 92 – Centro – CEP 39440-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 38 3821-4009 – Fax: 0** 38 3821-4393

Site:www.tibagi.com.br - e-mail: prefeitura@tibagi.com.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 130, de 12 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000, de acordo com o inciso II, parágrafo 2º artigo 5º da Lei Nº 2.641, de 21 de maio de 2007.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais especial no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

CAMARA DE VEREADORES 01.001.0001.0031.1101.2001.31900000000000.01000000 7.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

CAMARA DE VEREADORES 01.001.0001.0031.1101.2001.33900000000000.01000000 7.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 12 de dezembro de 2016

LAUDEMIR BACH

ALINE LESKE TILLMANN

Prefeito Municipal

CRC 24474 - CONTADORA

DECRETO 131/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 131, de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), observadas as

seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E 08.001.0026.0782.1801.2016.33900000000000.01000000 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :

R\$10.000,00 (dez mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.01000000 10.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 14 de dezembro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 230, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 230, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015 e Lei nº 846, de 14 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar na Lei de Meios vigente no valor de R\$ 95.200,00 (Noventa e cinco mil e duzentos reais), destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0063.2.063 Manutenção do Cras

MODALIDADE:	(44) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	5.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJ./ATIV.: 20.608.0042.2.042 Manutenção do Dpto de Agricultura

MODALIDADE:	(116) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	8.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.365.0062.2.062 Manutenção do Transporte Escolar Infantil

MODALIDADE:	(104) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.200,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	10.200,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.365.0038.2.038 Manutenção do Ensino Infantil

MODALIDADE:	(97) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	72.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	72.000,00
TOTAL GERAL			R\$	95.200,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 95.200,00 (Noventa e cinco mil e duzentos reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.04 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJ./ATIV.: 04.241.0031.2.065 Manutenção das Atividades do Fundo do Idoso

MODALIDADE:	(64) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	16.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	16.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0035.2.035 Manutenção do Ensino Fundamental

MODALIDADE:	(77) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	39.200,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	39.200,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

PROJ./ATIV.: 26.782.0045.2.045 Manutenção das Estradas Vicinais e Transportes

MODALIDADE:	(145) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				

TOTAL	R\$	40.000,00
TOTAL GERAL	R\$	95.200,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 14 de dezembro de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 032, DE 14.12.2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 032, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

“INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR Nº 009, DE 03 DE MAIO DE 2010 – PLANO DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei Complementar tem por finalidade efetuar alterações no Plano Diretor do Município de Princesa e expandir o perímetro urbano municipal.

Ar. 2º. Fica expandido o Perímetro Urbano do Município de Princesa, de acordo com mapa e memorial contido no Anexo I da presente Lei. Parágrafo único. A área expandida será Zoneada de acordo com o Anexo II.

Art. 3º. Fica alterado, no Anexo IV – Tabela II – Uso e Ocupação do Solo, para as áreas delimitadas na Zona Mista Central – ZMC, na classificação das “Propostas de Usos” de “Permissível” para “Permitido” o Uso 1: Residencial Unifamiliar.

Art. 4º. Fica alterado, no Anexo IV – Tabela II – Uso e Ocupação do Solo, para as áreas delimitadas na Zona Mista Diversificada – ZMD, na classificação das “Propostas de Usos” de “Permissível” para “Permitido” o Uso 1: Residencial Unifamiliar.

Art. 5º. Fica incluído, no Anexo IV – Tabela II – Uso e Ocupação do Solo, para as áreas delimitadas na Zona de Interesse Residencial 2 - ZIR2, na classificação das “Propostas de Usos” a condição de “Permissível” o “Uso 8 – Para veículos”.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

ANEXO I

EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA

Área: 92.351,86 m²

Perímetro: 1202,65 m²

MEMORIAL DESCRITIVO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1 (coordenadas 26°26'50.8"S, 53°35'48.1"O) LOCALIZADO A NORTE NO ENTRONCAMENTO DA RUA TRÊS DE MAIO COM A AV. SANTO CRISTO; deste segue com a distância de 265,41m até o vértice M2 (coordenadas 26°26'56.9"S, 53°35'41.2"O) LOCALIZADO A LESTE NA DIVISA DE PARTE DO LOTE RURAL Nº 01 COM PARTE DO LOTE RURAL Nº 03; 305,00m até o vértice M3 (coordenadas 26°27'04.2"S, 53°35'47.8"O) LOCALIZADO A SUL NA DIVISA DE PARTE DO LOTE Nº01 COM ESTRADA RURAL; 36,60m até o vértice M4 (coordenadas 26°27'03.9"S, 53°35'49.2"O) LOCALIZADO A SUDOESTE NA DIVISA DE PARTE DO LOTE Nº01 COM ESTRADA RURAL; 57,20 até o vértice M5 (coordenadas 26°27'03.1"S, 53°35'50.7"O) LOCALIZADO A OESTE NA DIVISA DE PARTE DO LOTE Nº01 COM ESTRADA RURAL; 203,44m até o vértice M6 (coordenadas 26°26'58.8"S, 53°35'56.5"O) LOCALIZADO A OESTE NO ENTROCAMENTO DA RUA TRÊS DE MAIO COM A RUA DOM PEDRO II; 335,00m até o ponto inicial da descrição deste perímetro.

ANEXO II

ZONEAMENTO DA ÁREA URBANA EXPANDIDA DO MUNICÍPIO DE PRINCESA

LEI Nº. 845 DE 14.12.2016

LEI Nº 845, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Está Lei dispõe sobre os benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, a concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º. Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e serão

prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Princesa, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

§ 1º O benefício eventual integrará à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 2º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 3º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 4º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por:

I – Assistentes sociais que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais – CRAS, CREAS e de Alta Complexidade;

II – Assistente Social responsável pela concessão dos benefícios eventuais, vinculado ao órgão gestor.

§ 5º O Parecer social é de competência privativa do Assistente social conforme lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993 – Lei de Regulamentação da Profissão e Código de Ética do Assistente Social.

Art. 3º. O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, cuja ocorrência provoca riscos ou fragiliza a unidade da família.

§ 1º Para os efeitos desta lei, entende-se por família, o grupo de pessoas com os diferentes graus de parentesco, residentes sob o mesmo teto.

Art. 4º. O critério de renda para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo mensal per capita, e será concedido conforme § 4º do Art. 2º.

Art. 5º. O critério de tempo de residência para acesso aos benefícios eventuais, é de no mínimo 6 meses, e será concedido conforme § 4º do Art. 2º.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita e tempo de residência, a equipe de referência ou o responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, terá autonomia para a concessão de benefício, por meio de justificativa inclusa, ou anexa ao parecer social.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

§ 3º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

Art. 6º. São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III - situações de vulnerabilidade temporária;

IV - calamidade pública.

Seção I

Do Auxílio Natalidade

Art. 7º. O benefício eventual, na forma de auxílio natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em bens de consumo, visando reduzir vulnerabilidades provocadas por nascimento de membro da família.

Art. 8º. O benefício natalidade será oferecido em bens de consumo e consistem no enxoval do recém-nascido, com itens de vestuário, higiene e limpeza observada a quantidade e a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ os itens que irão compor o enxoval serão previamente definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 9º. O requerimento do auxílio natalidade deve ser realizado até (30) trinta dias após o nascimento, ou a partir do oitavo mês de gestação.

Art. 10. O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I - necessidades do recém-nascido;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

IV - outras providências que os técnicos da Política de Assistência Social julgarem necessárias.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I – se o benefício for solicitado antes do nascimento, o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II – se for após o nascimento, o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III – no caso de natimorto, deverá apresentar certidão de óbito;

IV - comprovante de residência;

V – comprovante de renda de todos os membros familiares;

VI – carteira de identidade e CPF do beneficiado;

Parágrafo único: Para efeitos dessa lei entende-se como beneficiário a gestante, mãe ou responsável familiar.

Seção II

Do Auxílio Funeral

Art. 11. O benefício eventual, na forma de auxílio funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Política de Assistência Social, em forma de ressarcimento, por uma única parcela, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art. 12. O auxílio funeral atenderá:

I – despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – atestado de óbito;

II – comprovante de residência do falecido;

III – comprovante de renda de todos os membros familiares;

IV - carteira de identidade e CPF do beneficiado e do requerente.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º O valor conferido ao auxílio funeral será de 1 (um) salário mínimo vigente.

§ 2º beneficiários de outros seguros não receberão auxílio funeral. Salvo situações de extrema vulnerabilidade, com justificativa por escrito, a qual deverá ser juntada ao Parecer Social.

Seção III

Da Vulnerabilidade Temporária

Art. 13. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de alimentação;

II - da falta de documentação;

III - da falta de domicílio, quando:

a) da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

b) da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

c) de desastres e de calamidade pública;

d) de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de renda de todos os membros familiares;

III - carteira de identidade e CPF do beneficiado e do requerente.

§ 3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do estudo socioeconômico ou parecer social realizado, podendo ser:

I - bens materiais:

a) alimentação;

b) acesso a documentos pessoais;

c) passagens, hospedagem (acolhimento).

Seção IV

Da Calamidade Pública

Art. 14. A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de intempéries climáticas, tais como: baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

Art. 15. Entende-se como ações assistenciais em caráter de emergência, aquelas provenientes de calamidades públicas provocadas por eventos naturais e/ou epidemias.

Art. 16. Enquadram-se como medida emergencial a concessão dos seguintes benefícios eventuais:

§ 1º Poderá ser concedido para atendimento das famílias em situação decorrente de calamidade pública:

a) alimentação;

b) fotos para documentos pessoais;

c) documentos pessoais;

d) cobertores, colchões e vestuários, itens de higiene pessoal e limpeza.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de renda de todos os membros familiares;

III - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

Art. 17. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Seção V

Do Auxílio Alimentação

Art. 18. O benefício eventual, na forma de auxílio alimentação, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em forma de cesta básica.

Art. 19. O alcance do benefício é através de cesta básica, destinado à família, e será concedido, preferencialmente, nos seguintes critérios:

I - insegurança alimentar causada pela falta de condições socioeconômicas para manter uma alimentação digna, saudável, com qualidade e quantidade;

II - deficiência nutricional, causada pela falta de alimentação balanceada e nutritiva;

III – nos casos de situação de emergência e calamidade pública;

§ 1º O valor do benefício será correspondente á até 25% do salário mínimo oficial vigente no país;

Seção VI

Do Auxílio Documentação

Art. 20. O benefício eventual, na forma de auxílio documentação, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, garantindo aos cidadãos e às famílias, a obtenção dos documentos que necessitem e que não disponha de condições para adquiri-los.

Art. 21. O alcance do benefício auxílio documentação é destinado aos cidadãos e às famílias, e será preferencialmente para adquirir os seguintes itens:

I - segunda via de registro de nascimento de outros municípios;

II - segunda via de carteira de identidade;

III - segunda via de atestado de óbito, inclusive de outros municípios.

IV- Fotos para documentos.

Art. 22. No caso de calamidades e situações de caráter emergencial, deve ser realizada uma ação conjunta das políticas setoriais municipais no atendimento aos cidadãos e às famílias beneficiárias.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

Art. 24. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 25. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes uniformes e materiais escolares.

Art. 26. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes a aluguel e auxílio construção.

Art. 27. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, SC, em 14 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

LEI Nº. 846 DE 14.12.2016

LEI Nº 846, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

"AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar na Lei de Meios vigente no valor de R\$ 95.200,00 (Noventa e cinco mil e duzentos reais), destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0063.2.063 Manutenção do Cras

MODALIDADE:	(44) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	5.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJ./ATIV.: 20.608.0042.2.042 Manutenção do Dpto de Agricultura

MODALIDADE:	(116) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	8.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.365.0062.2.062 Manutenção do Transporte Escolar Infantil

MODALIDADE:	(104) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.200,00
-------------	--------------------------------	--------------------	-----	-----------

FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação		
TOTAL	R\$	10.200,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ./ATIV.: 12.365.0038.2.038 Manutenção do Ensino Infantil

MODALIDADE:	(97) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	72.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	72.000,00
TOTAL GERAL			R\$	95.200,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 95.200,00 (Noventa e cinco mil e duzentos reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 04.04 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
PROJ./ATIV.: 04.241.0031.2.065 Manutenção das Atividades do Fundo do Idoso

MODALIDADE:	(64) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	16.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	16.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ./ATIV.: 12.361.0035.2.035 Manutenção do Ensino Fundamental

MODALIDADE:	(77) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	39.200,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	39.200,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
UNIDADE: 07.02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
PROJ./ATIV.: 26.782.0045.2.045 Manutenção das Estradas Vicinais e Transportes

MODALIDADE:	(145) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	40.000,00
TOTAL GERAL			R\$	95.200,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, SC, em 14 de Dezembro de 2016.
OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5702, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 5702, de 13 de dezembro de 2016.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2016 - FMS, DE 30.11.2016”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 036/2016 – FMS de 30.11.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

CEDIMAVI – CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO ALTO VALE DO ITAJAI;

ENDOCENTER CLINICA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA LTDA;

CLINICA MÉDICA ALTO VALE LTDA S/S.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5702/2016

Pregão Presencial nº 036/2016 FMS de 30.11.2016.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EXAMES ESPECIALIZADOS PARA ATENDER NECESSIDADE DOS PACIENTES DO SUS ATENDIDOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Participantes:

CEDIMAVI – CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO ALTO VALE DO ITAJAI;

ENDOCENTER CLINICA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA LTDA;

CLINICA MÉDICA ALTO VALE LTDA S/S.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

CEDIMAVI – CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO ALTO VALE DO ITAJAI;

ENDOCENTER CLINICA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA LTDA;

CLINICA MÉDICA ALTO VALE LTDA S/S.

DECRETO Nº 5703, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5703, de 13 de dezembro de 2016.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2016 - FMS, DE 24.11.2016”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 037/2016 – FMS de 24.11.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- NUTRIPORT COMERCIAL LTDA;
- PLANETA COMERCIAL LTDA;
- CM HOSPITALAR LTDA;
- ILG COMERCIAL LTDA;
- NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI – EPP;
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- LITORAL COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5703/2016

Pregão Presencial nº 037/2016 FMS de 24.11.2016.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS E FRALDAS GERIÁTRICAS PARA FORNECIMENTO AOS PACIENTES DO SUS ATENDIDOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Participantes:

- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- LITORALM COMERCIO DE PRODITOS MEDICOS EIRELI.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- NUTRIPORT COMERCIAL LTDA;
- PLANETA COMERCIAL LTDA;
- CM HOSPITALAR LTDA;
- ILG COMERCIAL LTDA;
- NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI – EPP;
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- LITORAL COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI.

DECRETO Nº 5705, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5705, de 13 de dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais), por conta do excesso de arrecadação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.095	Blatb – Pab Fixo Ações Básicas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01380600	PMAQ - Federal	R\$	36.800,00
	TOTAL	R\$	36.800,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de dezembro de 2016

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5706, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5706, de 13 de dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 216.864,17 (duzentos e dezesseis mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e dezessete centavos), por conta da tendência de excesso de arrecadação, as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.080	Blmac – Manutenção da Gestão Plena - Mac		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01670200	Incentivo Hospitalar – Estadual	R\$	20.531,16
01670300	Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual	R\$	196.333,01
	TOTAL	R\$	216.864,17

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5707, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5707, de 13 de dezembro de 2016.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas até o limite de R\$ 308.616,02 (trezentos e oito mil, seiscentos e dezesseis reais e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		

3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	33.508,79
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.094	Blatb – Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	275.107,23
	TOTAL	R\$	308.616,02

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 308.616,02 (trezentos e oito mil, seiscentos e dezesseis reais e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	33.508,79
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.094	Blatb – Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	275.107,23
	TOTAL	R\$	308.616,02

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5708, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 5708, de 13 de dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 13.119,61 (treze mil, cento e dezenove reais e sessenta e um centavos), por conta do excesso de arrecadação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.090	Blmac - Ceo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01381100	CEO – Federal	R\$	13.119,61
	TOTAL	R\$	13.119,61

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de dezembro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
 Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5709, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5709, de 14 de dezembro de 2016.

“RETIFICA ATO QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SR. LUIZ GONZAGA MAÇANEIRO, EXPRESSO NO DECRETO Nº 5596, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016”.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o disposto no artigo 251 da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º da Lei Complementar n. 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto n. 119 de 21/03/2002 e inciso I, §1º do Artigo 40 da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional 41/2003 de 19/12/2003, e artigo 21, parágrafo único do Decreto n. 119/2002

DECRETA:

Art. 1º- Ante a constatação de erro formal no texto do Decreto n. 5596, de 24 de outubro de 2016, fica retificado o seu artigo 1º nos seguintes termos:

“Art.1º - Fica concedida aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. Luiz Gonzaga Maçaneiro, brasileiro, casado, motorista de caminhão, nível 1-E, portador da Cédula de Identidade n. 297.945 e CPF

292.663.869-87, domiciliado e residente na rua Jacó Finardi, 96, bairro Santa Galo, em Rio do Sul, SC., com proventos proporcionais e sem paridade a partir de 01 de novembro de 2016.”

Art. 2º- Assim, retificado a modalidade dos proventos de aposentadoria por invalidez do Sr. Luiz Gonzaga Maçaneiro para proventos proporcionais e sem paridade desde o dia 01 de novembro de 2016.

Art. 3º - Ficam mantidas as demais disposições expressas no Decreto nº 5596, de 24 de outubro de 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5710, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5710, de 14 de dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15.

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 61.353,21 (sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e três reais e vinte e um centavos), por conta da tendência de excesso de arrecadação, as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.097	Ações de Saúde com Recursos do Estado		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01670400	Cofinanciamento/ESF	R\$	44.550,00
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL		
2.090	Blmac - CEO		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01670800	Centro de Especialidades Odontológicas – CEO - Estadual	R\$	11.000,00
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.087	Blfab – Farmácia Básica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01670100	Farmácia Básica Estadual	R\$	5.803,21
	TOTAL	R\$	61.353,21

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
14 de dezembro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Município de Rio de Sul
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5711, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 5711, de 14 de dezembro de 2016.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.000,00
	Total	R\$	2.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.000,00
	Total		2.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
14 de dezembro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/16

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUÍNTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Fabivel Veículos Ltda ME	xx.572.149/0001-xx	152211, 152212 e 152213
Fabiano da Roza	Xxx.073.289-xx	158157
Alidor Claudio Becker	Xxx.176.739-xx	161708

Hercilio Felix Baldo

Xxx.122.269-xx

115553

Rio do Sul, 14 de dezembro de 2016

LEONICE WITTE
Protocolo GeralJAMES OCÁCIO PRUST
Secretário Municipal da Fazenda**LEI COMPLEMENTAR 339**

LEI COMPLEMENTAR Nº 339, de 12 de dezembro de 2016.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE RIO DO SUL (CODENSUL), AUTORIZA A INSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (FMDE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

CAPÍTULO I
DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE RIO DO SUL (CODENSUL)**Seção I**
Dos Objetivos

Art. 1º. Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rio do Sul, denominado (CODENSUL), com caráter permanente, deliberativo e consultivo, para formular e acompanhar o processo de execução das políticas de desenvolvimento econômico, atuando nos termos desta Lei e do seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O CODENSUL é vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo.

Seção II
Das Competências

Art. 2º. O CODENSUL terá as seguintes atribuições:

I - buscar o intercâmbio permanente com os demais órgãos municipais, estaduais e federais, organismos internacionais e instituições financeiras, visando a formulação e acompanhamento do processo de execução das políticas municipais de desenvolvimento econômico sustentável;

II - deliberar acerca das aplicações dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico (FMDE), estabelecendo programas e prioridades;

III - estabelecer diretrizes com vistas ao desenvolvimento econômico sustentável do município, atraindo investimentos com o objetivo de aumentar o movimento econômico, identificando e gerando oportunidades empreendedoras, emprego e renda;

IV - criar, no âmbito de sua competência e com os recursos disponíveis do FMDE ou outras fontes, programas de interesse da economia local;

V - realizar estudos visando identificar oportunidades empreendedoras, potencialidades e a vocação da economia do município;

VI - identificar problemas e articular soluções para a geração de emprego, fortalecimento da economia e atração de investimentos;

VII - prospectar e articular ações com o objetivo de firmar convênios, acordos, termos de cooperação, ajustes e contratos com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

VIII - contratar serviços de instituições ou profissionais no âmbito público ou privado, para atender, quando necessário, seus objetivos;

IX - instituir câmaras técnicas e grupos temáticos para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões;

X - promover fóruns, seminários, audiências públicas ou reuniões especializadas, com o intuito de ouvir a comunidade sobre os temas de sua competência;

XI - identificar e divulgar oportunidades e potencialidades econômicas sustentáveis para Rio do Sul, bem como, desenvolver diretrizes para a atração de investimentos;

XII - formular diretrizes e propor a revisão ou estabelecimento de uma política de incentivos fiscais, tributários e outros, visando a atração de investimentos, além da expansão, modernização e consolidação dos existentes;

XIII - orientar a tomada de decisões e a avaliação das políticas de desenvolvimento econômico sustentável do município através de um sistema de informações.

Parágrafo único. O CODENSUL, no exercício das atribuições previstas nesta Lei, poderá estender suas análises e estudos com vistas ao desenvolvimento econômico, sustentável e integrado da região do Alto Vale do Itajaí, em benefício de Rio do Sul.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º. O CODENSUL compõe-se dos seguintes órgãos:

I - Plenário;

II - Mesa Diretora;

III - Secretaria Executiva;

IV - Câmaras Técnicas e Grupos Temáticos.

Seção I
Do Plenário

Art. 4º. O Plenário é o órgão de deliberação plena e conclusiva do CODENSUL e suas decisões são tomadas por maioria simples, cabendo ao presidente o voto de desempate.

Art. 5º. Integram o Plenário do CODENSUL:

I - representantes do Poder Executivo:

- a) o Prefeito Municipal, como presidente de honra do CODENSUL;
- b) o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo;
- c) o Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente;
- d) o Secretário Municipal da Fazenda;
- e) o Secretário Municipal de Agricultura;

II - representantes da sociedade civil organizada:

- a) o presidente, ex-presidente ou diretor da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí (AEAVI);
- b) o presidente, ex-presidente ou diretor da Associação Empresarial de Rio do Sul (ACIRS);
- c) o presidente, ex-presidente ou diretor da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL);
- d) o presidente, ex-presidente ou diretor da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em Rio do Sul (OAB);
- e) o presidente, ex-presidente ou diretor da Junior Chamber International (JCI) de Rio do Sul;

III - representantes de sindicatos patronais:

- a) o presidente, ex-presidente ou dirigente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Rio do Sul (SIMM-MERS);
 - b) o presidente, ex-presidente ou dirigente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Rio do Sul (SINDUSCON);
 - c) o presidente, ex-presidente ou dirigente do Sindicato das Indústrias da Fiação, Tecelagem, Confecção e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí (SINFIA TEC);
 - d) o presidente, ex-presidente ou dirigente do Sindicato do Comércio Varejista do Alto Vale do Itajaí (SINDICOMÉRCIO);
 - e) o presidente, ex-presidente ou dirigente do Sindicato Rural de Rio do Sul;
- IV - representantes de instituições de ensino, pesquisa e extensão:
- a) o reitor do Centro Universitário Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI);
 - b) o diretor do Instituto Federal Catarinense em Rio do Sul (IFC Rio do Sul);
 - c) o diretor da unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Rio do Sul (SENAI);
 - d) o diretor da unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em Rio do Sul (SENAC);
 - e) o presidente da Obra Kolping Estadual de Santa Catarina em Rio do Sul.

Art. 6º. Cada conselheiro terá um suplente, ambos indicados pela mesma organização, que tomarão posse na primeira sessão a que participarem, sendo os titulares substituídos por seus suplentes nas suas faltas, ausências e impedimentos, respeitando as seguintes particularidades:

I - no caso do Poder Executivo, os suplentes devem ser seus substitutos imediatos na hierarquia;

II - no caso da sociedade civil organizada, os suplentes devem ser o presidente, ex-presidente ou diretor da organização;

III - no caso dos sindicatos patronais, os suplentes devem ser o presidente, ex-presidente ou diretor da organização;

IV - no caso das instituições de ensino, pesquisa e extensão os suplentes devem ser pró-reitores, diretores ou coordenadores; sempre os substitutos imediatos dos titulares em suas organizações.

§1º. Os conselheiros terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, exceto os representantes do Poder Executivo, que permanecerão durante os seus mandatos ou permanência no cargo.

§2º. Durante o período do mandato, o conselheiro e seu suplente poderão ser substituídos pela organização que os indicou, sendo que o substituto tomará posse na primeira reunião do conselho que se seguir à sua indicação e terminará o mandato do substituto.

§3º. Em caso de renúncia, falecimento ou vacância do cargo pelo titular, o suplente substituirá até a indicação de um novo membro pela entidade a qual representa.

§4º. Nenhum conselheiro titular ou suplente, exceto os membros do Poder Executivo, poderá ser dirigente de partido político, ocupar cargos eletivos ou ainda cargos públicos em comissão.

Art. 7º. O Plenário reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando for necessário, por convocação de seu Presidente.

Parágrafo único. O Plenário, na ausência ou escusa de seu Presidente, poderá ser convocado, mediante assinatura de dois terços de seus membros, sendo a reunião presidida pelo membro mais velho.

Art. 8º. Para a instalação de reunião e deliberação será exigido o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

Parágrafo único. Os atos do Plenário serão tomados em reunião ordinária ou extraordinária, por maioria simples.

Art. 9º. O mandato de todos os integrantes do Plenário e das Câmaras Técnicas e Grupos Temáticos do CODENSUL será exercido gratuitamente e seus serviços considerados relevantes ao município.

Art. 10. São atos do Plenário:

- I - resoluções, quando se tratar de deliberação vinculada à criação ou extinção de Câmaras Técnicas e Grupos Temáticos ou da definição das atribuições da Secretaria Executiva;
- II - moções, quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada à temática do desenvolvimento econômico sustentável;
- III - recomendações, quando se tratar de manifestação acerca da implementação de políticas e programas públicos;
- IV - proposições, quando se tratar de matéria a ser encaminhada à apreciação do Poder Executivo ou Legislativo municipal;

V - decisões ou deliberações, quando se tratar da aprovação de projetos ou da utilização de recursos do FMDE.
Parágrafo único. O Plenário pode realizar outros atos que sejam necessários para o cumprimento de suas funções.

Seção II

Da Mesa Diretora

Art. 11. O Plenário será dirigido por uma mesa diretora composta de um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos dentre os seus membros, com mandato de um ano, permitida uma reeleição.

§1º. A mesa diretora do Plenário deverá ser composta de um representante da sociedade civil organizada, um representante dos sindicatos patronais e um representante de instituições de ensino, pesquisa e extensão.

§2º. A mesa diretora do Plenário deverá realizar ao menos uma reunião mensal.

§3º. A mesa diretora do Plenário é responsável pela definição das pautas e pela direção dos trabalhos do próprio Plenário.

Seção III

Das Câmaras Técnicas e Dos Grupos Temáticos

Art. 12. O CODENSUL poderá instituir Câmaras Temáticas e Grupos Temáticos, permanentes ou temporários, criados por resolução do Plenário, para propor ou avaliar assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico sustentável.

Art. 13. As Câmaras Técnicas e Grupos Temáticos, no âmbito de suas atribuições, enviarão ao Plenário propostas, estudos e sugestões para subsidiar tecnicamente as decisões do CODENSUL.

Art. 14. Poderão participar das Câmaras Técnicas e Grupos Temáticos outras instituições que não as integrantes do CODENSUL, até o limite de metade do total de membros.

Parágrafo único. As instituições que não integrarem o CODENSUL poderão participar das Câmaras Técnicas e Grupos Temáticos mediante solicitação formal encaminhada ao CODENSUL, ou por indicação de instituição membro, em ambos os casos, após a aprovação do Plenário.

Art. 15. A criação das Câmaras Técnicas e dos Grupos Temáticos deverá ser proposta pela Mesa Diretora ao Plenário ou por este, quando a pedido de metade mais um de seus membros.

Parágrafo único. Cada Câmara Técnica ou Grupo Temático terá um coordenador, indicado no ato de sua criação pelo Plenário, podendo este ser ou não representante de organização membro do CODENSUL, cujo mandato terá duração máxima de 1 (um) ano, permitida nova indicação.

Seção IV

Da Secretaria Executiva

Art. 16. O CODENSUL terá o suporte da equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo para o desenvolvimento de suas atividades, sendo disponibilizado o cargo de Diretor de Desenvolvimento Econômico para o exercício das funções inerentes a coordenação da Secretaria Executiva, vinculada à Mesa Diretora.

Parágrafo único. O assessoramento à Secretaria Executiva poderá também, ser efetuado voluntariamente por lideranças e/ou profissionais cedidos sem ônus pelas organizações que integram o CODENSUL.

Art. 17. A indicação do Diretor de Desenvolvimento Econômico e dos demais profissionais que venham a desempenhar atividades junto à Secretaria Executiva será feita pela Mesa Diretora, com base em recrutamento e requisitos técnicos, e deve ser homologada pelo Prefeito Municipal.

Art. 18. O Diretor de Desenvolvimento Econômico que exercerá as funções de Diretor Executivo do CODENSUL não pode ter filiação partidária.

Art. 19. As atribuições e competências do Diretor Executivo do CODENSUL serão estabelecidas em resolução, proposta pela Mesa Diretora do Plenário, e aprovada por este.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (FMDE)

Seção I

Da Natureza e Dos Objetivos

Art. 20. Fica autorizada a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico (FMDE), destinado à captação e à aplicação de recursos, visando ações em prol do desenvolvimento econômico sustentável do município de Rio do Sul.

Art. 21. O FMDE ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, cabendo a esta as seguintes atribuições, além de outras especificadas em leis ou decretos:

I - gerir o FMDE e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos conforme as deliberações do CODENSUL;

II - submeter ao CODENSUL o plano de aplicação a cargo do FMDE, em sintonia com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - submeter ao CODENSUL as demonstrações mensais de receitas e despesas do FMDE;

IV - encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

V - ordenar a execução das despesas do FMDE;

- VI - ordenar, em conjunto com o Prefeito Municipal, o pagamento das despesas do FMDE;
VII - firmar convênios e contratos referente a recursos que serão administrados pelo FMDE.

Seção II

Das Receitas e Da Aplicação dos Recursos

Art. 22. Os recursos do FMDE serão provenientes de:

- I - dotações orçamentárias próprias do município;
- II - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;
- III - captações junto instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- IV - rendimento de juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos vinculados ao FMDE;
- V - amortizações;
- VI - saldos apurados no exercício anterior;
- VII - quaisquer outros recursos que legalmente lhes forem atribuídos.

§1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em instituição financeira pública ou privada.

§2º A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

- I - da existência de disponibilidade em função do cumprimento da obrigação;
- II - da prévia deliberação do CODENSUL e ordenação do Prefeito Municipal, conforme previsto nesta Lei.

Art. 23. Os recursos do FMDE serão destinados para as seguintes finalidades, observados a preservação da integridade patrimonial e a maximização do retorno econômico, financeiro, ambiental e social:

- I - financiamento e incentivos a atividades nos setores industrial, comercial, de prestação de serviços e agrícola do município, observadas as prioridades aprovadas pelo CODENSUL;
- II - elaboração de estudos, inclusive de viabilidade técnica, econômica, ambiental, e/ou de projetos para investimentos e/ou a melhoria: da mobilidade, da acessibilidade, do planejamento e desenho urbano, da gestão de resíduos, da eficiência energética, da infraestrutura, do turismo, da agricultura, da governança pública, da educação e formação profissional, da saúde do trabalhador, da internacionalização da economia ou da preservação dos recursos naturais;
- III - estudos, pesquisas e atividades que dinamizem a economia local, promovam a sustentabilidade e orientem o desenvolvimento de programas setoriais, multissetoriais, territoriais ou temáticos;
- IV - contratação de pessoal para suporte técnico e administrativo do CODENSUL;
- V - outras despesas não previstas, sempre voltadas ao interesse do desenvolvimento econômico sustentável do município de Rio do Sul, desde que devidamente aprovadas pelo CODENSUL.

Parágrafo único. São enquadráveis todas as operações previstas em normas operacionais específicas, previamente submetidas e aprovadas pelo CODENSUL.

Seção III

Do Orçamento e Da Escrituração Contábil

Art. 24. O orçamento do FMDE evidenciará as políticas e os programas aprovados pelo CODENSUL, observados o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, além dos princípios da universalidade do equilíbrio.

Parágrafo único. O orçamento do FMDE integrará o orçamento do Município em obediência ao princípio da unidade.

Art. 25. A contabilidade do FMDE tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária, observados os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 26. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício de suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente, e informar, apropriar e apurar custos dos serviços, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 27. A escrituração contábil será feita na contabilidade do Município.

§1º A contabilidade, após prévia deliberação do CODENSUL, por meio do plano de ação, elaborará o plano de aplicação dos recursos do FMDE e emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços e demais atos afins.

§2º Constituem relatórios de gestão os balancetes mensais da receita e da despesa do FMDE e demais demonstrações exigidas pela legislação.

§3º As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a Contabilidade Geral do Município

Art. 28. O FMDE terá prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 29. Os recursos orçamentários e financeiros necessários à implantação e funcionamento do CODENSUL, oriundos de dotações próprias consignadas no orçamento do Município, serão realizados e liberados pela Secretaria Municipal da Fazenda, após proposta em plano de aplicação aprovado pelo Prefeito Municipal.

Art. 30. O CODENSUL deverá elaborar a proposta do Regulamento Geral do FMDE e do seu Regimento Interno de funcionamento no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei, sendo encaminhados para análise e aprovação do Executivo Municipal.

Art. 31. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 803, de 5 de maio de 1970.

GABINETE DO PREFEITO
12 de dezembro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 008/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE
Prefeitura Municipal de Contribuintes

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 008/2016

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 06 de fevereiro de 2017, às 08hs00, no plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 157438/2016
Nome do Recorrente: Clínica Médica Murara LTDA
Nº do Recurso: 025/2016

Rio do Sul, 14 de dezembro de 2016.

LEONICE WITTE
Secretária geral do CMC

PORTARIA N. 1369/RH

PORTARIA N. 1369/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Protocolo 161651/2016, ao servidor municipal RODRIGO BRANDL, ocupante do cargo de provimento efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA 20H, durante o período de 2 anos consecutivos, a partir de 02/01/2017, sem remuneração, de acordo com o Art. nº. 149, da Lei Complementar nº. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de dezembro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vfb

PORTARIA Nº 1370/RH

PORTARIA Nº. 1370/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora VALESKA AMORIM, matrícula n. 101931-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, a terceira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2013 a 2016, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de março de 2016, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de dezembro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 1371/RH

PORTARIA Nº. 1371/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor HAMILTON MANOEL ADAO, matrícula n. 76317-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, a terceira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2013 a 2016, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de fevereiro de 2016, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de dezembro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 1372/RH

PORTARIA Nº. 1372/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JOSE CARLOS MORAIS, matrícula n. 88080-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, a quarta Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2013 a 2016, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de junho de 2016, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de dezembro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - GEANE KUSTER PEREIRA

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supracitada, EM-POSSA nesta data o (a) servidor(a) GEANE KUSTER PEREIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 0747/RH, de 23/06/2016, publicada no DOM na data de 27/06/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 20/12/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo anexo.

Rio do Sul, 14 de dezembro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO DO CONTRATO Nº 10/2016

RESUMO DO CONTRATO Nº 10/2016

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.

Contratada: Gráfica Guaramirim LTDA EP

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços gráficos de diagramação e impressão, com a elaboração de arte inclusa, de livretos da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Prazo de Entrega: O prazo de entrega do objeto não poderá ultrapassar a 15 (quinze) dias do recebimento da Ordem de Fornecimento e da Nota de Empenho pelo Fornecedor Beneficiário.

Valor: Pelo cumprimento do objeto do presente contrato o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) para 1.000 exemplares de Livretos Regimento Interno da Câmara Municipal e R\$ 3.890,00 (três mil oitocentos e noventa reais) para 1.000 exemplares de Livretos da Lei Orgânica Municipal.

Rio do Sul, 14 de dezembro de 2016.

MARIO MIGUEL
Presidente da Câmara Municipal

GILMAR SENDERSKI
Gráfica Guaramirim LTDA-EPP

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EDITAL Nº 041/2016 PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

EDITAL Nº 041/2016 PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul, SC, com inscrição no CNPJ/MF sob nº 83.102.574/0001-06, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.726/2016 e o Decreto nº 5302/2016, TORNA PÚBLICO que receberá REQUERIMENTO das entidades, pessoas jurídicas de direito privado, de fins não econômicos, que estiverem interessadas em obter a qualificação como Organização Social no MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, na área de atuação da saúde, conforme as normas legais supracitadas e mediante o atendimento das seguintes disposições:

O período para a apresentação do requerimento e credenciamento contendo os documentos para a qualificação em Organização Social no município de Rio do Sul das entidades interessadas iniciará em 15/12/2016 até 15/01/2017, horário de funcionamento das 07h30min às 13h30min, respeitados os dias de recesso, devendo ser encaminhado à Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul, SC, CEP 89.160-900.

1. DA QUALIFICAÇÃO

1.1 Para fins de obtenção da qualificação e credenciamento como Organização Social, as entidades privadas deverão possuir os requisitos necessários para apresentação dos documentos que comprovem a capacidade de atuar em conformidade a legislação municipal, por meio de requerimento dirigido ao Prefeito, com a apresentação de cópias dos seguintes documentos:

I - ato constitutivo, devidamente registrado, dispondo sobre:

a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;

b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

c) previsão expressa de ter a entidade, como órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria, definidos nos termos do Estatuto, assegurado àquela composição e atribuições normativas e de controles básicos previstos nos arts. 3º e 4º da Lei Municipal nº 5.726/2016.

d) composição e atribuições da Diretoria da entidade;

e) obrigatoriedade de publicação anual, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão com o Município;

f) em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;

g) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

h) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocado;

II - haver manifestação prévia, quanto a sua qualificação como organização social, do Secretário Municipal ou do titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social;

III - estar devidamente registrada no conselho competente.

1.2. A documentação prevista nos itens acima deverá ser entregue em envelope lacrado dirigido à Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

2 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar do processo qualquer entidade legalmente constituída, que tenha, obrigatoriamente, como objeto social de seu contrato atividade compatível com a ação a ser desenvolvida constante do preâmbulo deste edital, atuando no mínimo a um ano, possuindo conhecimento e experiência na administração de estabelecimento ou projetos na área de saúde pública, com capacidade de prestar os serviços requeridos e os requisitos exigidos pela legislação, para fins de sua qualificação.

2.2. A Comissão Qualificadora autuará o requerimento com os documentos elencados nos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Municipal n. 5726/2016, devendo o requerimento ser acompanhado destas documentações para fins de obtenção da qualificação.

2.3. O ato de qualificação será deferido em até 15(quinze) dias pela Comissão, em decisão fundamentada, colhida a prévia manifestação da Assessoria Jurídica.

2.4. Do indeferimento do pedido de qualificação, caberá recurso, que poderá ser interposto no prazo de 02 (dois) dias, contados da data da ciência do ato de indeferimento pela entidade interessada.

2.5. Em caso de deferimento, o Prefeito emitirá o ato de qualificação.

2.6. As entidades que possuírem qualificação como Organização Social poderão apresentar seu certificado de qualificação para fins de habilitação municipal, contudo, não estão isentas da apresentação dos documentos elencados neste Edital.

2.7. O pedido de qualificação será indeferido quando a requerente não se enquadrar nas atividades dirigidas à saúde, objeto deste chamamento; não atender aos requisitos dos arts. 2º, 3º e 4º da Lei Municipal n. 5726/2016, bem como se a documentação apresentada estiver incorreta.

3 – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

3.1 - Administração e Gerenciamento de programas de saúde da Estratégia de Saúde da Família e de todos os profissionais envolvidos em seu funcionamento;

3.2 Administração e Gerenciamento de Serviços de Saúde;

3.3 Capacitação e educação permanente das equipes de trabalho acordado com a Secretaria Municipal de Saúde;

3.4 Responsabilização pela manutenção, reposição, substituição de profissionais, bem como sua capacitação, sempre que ocorrerem falhas nas escalas médicas e outros, com risco de desassistência à população.

3.5 Acompanhamento do processo de assistência à saúde da população atendida, mediante Protocolo de Atribuições acordado com a Secretaria Municipal de Saúde.

3.6 A entidade firmará Termo de Colaboração/Contrato de Gestão.

3.7 O Termo de Colaboração/Contrato de Gestão será monitorado e analisado trimestralmente, pela Comissão de Avaliação especialmente designada para tal fim.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 A qualificação como Organização Social, no âmbito do município de Rio do Sul, SC, por ato do poder Executivo, não vincula a contratação por meio de Termo de Colaboração/Contrato de Gestão. As entidades qualificadas como Organização Social no município, e que manifestarem interesse em firmar Termo de Colaboração/Contrato de Gestão para o programa a ser desenvolvido no preâmbulo deste chamamento, participarão do processo de licitação para fins de escolha do melhor projeto, nos termos definidos posteriormente em Edital, onde serão obedecidos os princípios gerais que regem a Administração Pública para o recebimento, julgamento e classificação dos programas de trabalho propostos.

4.2. A Lei Municipal nº 5726/2016 e o Decreto nº 5302/2016, estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Rio do Sul – <http://www.riodosul.sc.gov.br/>.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 006/2016 PR SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA ROSA DO SUL - SAMAE

PROCESSO DE LICITAÇÃO 006/2016 - PR 006/2016

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para a contratação de empresa para Fornecimento de 01 veículo automotor 0km para transporte de cargas, tipo van furgão, mínimo motor 1.4, flex, potência mínima de 85 CV, 05 marchas a frente e uma a ré, capacidade de carga mínima de 650kg, ano/modelo 2016/2017, cor branca, capacidade para dois passageiros, parede divisória em chapa, recobrimento assoalho vão de carga, ar condicionado, direção hidráulica, faróis de neblina, vidros e travas elétricas, AIR BAG duplo (motorista e passageiro) e freios ABS, 05 pneus(novos) 175/70, roda 14, com equipamento obrigatório(macaco, chave de rodas e triangulo) e equipado com som, para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h30min do dia 26 de Dezembro de 2016, início da sessão e abertura dos envelopes e julgamento às 13h45min horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113. E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 14 de Dezembro de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 340/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 340/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal CRISTINA LUIZA MARAFON MENEGUZZI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 14 de dezembro de 2016 a Servidora CRISTINA LUIZA MARAFON MENEGUZZI, nomeada através do Decreto Nº072/2016 de 17 de fevereiro de 2016, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 341/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 341/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal JANICE LUCI DE MARQUI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 14 de dezembro de 2016 a Servidora JANICE LUCI DE MARQUI, nomeada através do Decreto Nº075/2016 de 17 de fevereiro de 2016, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 342/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 342/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal DEVANIR DE MORAES e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 14 de dezembro de 2016 a Servidora DEVANIR DE MORAES, nomeada através do Decreto Nº023/2015 de 03 de fevereiro de 2015 e Decreto de Prorrogação Nº 281/2016 de 10 de outubro de 2016, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto

correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 343/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 343/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal ROSELI NUNES NOVAES CHITOLINA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 14 de dezembro de 2016 a Servidora ROSELI NUNES NOVAES CHITOLINA, nomeada através do Decreto Nº233/2016 de 05 de setembro de 2016, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 10 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 344/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 344/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera o Servidor Público Municipal JAISON LEANDRO LUNARDI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por interesse público a partir de 14 de dezembro de 2016 o Servidor JAISON LEANDRO LUNARDI, nomeado através do Decreto Nº074/2016 de 17 de fevereiro de 2016, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 345/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 345/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal DAIANE GEREMIA SOMAVILLA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 14 de dezembro de 2016 a Servidora DAIANE GEREMIA SOMAVILLA, nomeada através do Decreto Nº098/2016 de 01 de março de 2016,

ocupante do Cargo Temporário de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO (HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 346/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 346/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal NEUSA PEREIRA DOS SANTOS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 14 de dezembro de 2016 a Servidora NEUSA PEREIRA DOS SANTOS, nomeada através do Decreto Nº105/2016 de 07 de março de 2016, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 40 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 347/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 347/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal ANALICE MATTIELLO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 14 de dezembro de 2016 a Servidora ANALICE MATTIELLO, nomeada através do Decreto Nº070/2016 de 17 de fevereiro de 2016, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (NÃO HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 40 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 348/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 348/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal ELIEZER TECCHIO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 14 de dezembro de 2016 a Servidora ELIEZER TECCHIO, nomeada através do Decreto Nº078/2016 de 17 de fevereiro de 2016, ocupante do

Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 349/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 349/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal EDICLERI VANZIN PELINSON e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 14 de dezembro de 2016 a Servidora EDICLERI VANZIN PELINSON, nomeada através do Decreto Nº131/2016 de 01 de abril de 2016, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 350/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 350/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal ELIANE FERREIRA PIAIA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 14 de dezembro de 2016 a Servidora ELIANE FERREIRA PIAIA, nomeada através do Decreto Nº077/2016 de 17 de fevereiro de 2016, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 352/2016 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 352/2016 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de utilização de veículo pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social para o transporte de pacientes;

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o veículo RENAULT / MASTER TUR,

Placas MMJ 0646, de propriedade da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, no período de 07 de dezembro de 2016, a partir das 06h00min até 08 de dezembro de 2016, às 23h30min, visando o transporte de pacientes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 06 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 354/2016 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 354/2016 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal CAMILA PEREIRA DOS SANTOS, Aprovada em Concurso Público.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº001/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, a Servidora CAMILA PEREIRA DOS SANTOS, para ocupar o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Grupo 01 (Serviços Gerais – SEG), Nível 16, Código 01.01, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 001/2015, Carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.025 – Promoção e incentivo ao esporte amador - Fonte 0.1.00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 06 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 357/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 357/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera o Servidor Público Municipal MAIKON TIAGO LUNEDO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 08 de dezembro de 2016 o Servidor MAIKON TIAGO LUNEDO, nomeado através do Decreto Nº096/2013 de 05 de março de 2013, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR DE IMPRENSA, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 358/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 358/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera o Servidor Público Municipal ANDERSON TISSIANI VEDANA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por interesse público a partir de 16 de dezembro de 2016 o Servidor ANDERSON TISSIANI VEDANA, nomeado através do Decreto Nº055/2013 de 01 de fevereiro de 2013, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR JURIDICO, com

lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 359/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 359/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera o Servidor Público Municipal JAIR GONÇALVES e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por interesse público a partir de 14 de dezembro de 2016 o Servidor JAIR GONÇALVES, nomeado através do Decreto Nº007/2015 de 02 de janeiro de 2015, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR DE SECRETARIA, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 360/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 360/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal JUDILE BOLZAN e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 15 de dezembro de 2016 a Servidora JUDILE BOLZAN, nomeada através do Decreto Nº130/2016 de 01 de abril de 2016, ocupante do Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 361/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 361/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal PAULA DOS SANTOS CASAGRANDE e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 16 de dezembro de 2016 a Servidora PAULA DOS SANTOS CASAGRANDE, nomeada através do Decreto Nº080/2014 de 02 de abril de 2014, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR DE SECRETARIA,

com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 362/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 362/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal TENILE CARLA DE LIMA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 16 de dezembro de 2016 a Servidora TENILE CARLA DE LIMA, nomeada através do Decreto Nº158/2013 de 15 de maio de 2013, ocupante do Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 363/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 363/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal PATRICIA MARA CHIODELLI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 17 de dezembro de 2016 a Servidora PATRICIA MARA CHIODELLI, nomeada através do Decreto Nº223/2014 de 01 de setembro de 2014, ocupante do Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 364/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 364/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal CARINE PIVA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 22 de dezembro de 2016 a Servidora CARINE PIVA, nomeada através do Decreto Nº224/2014 de 01 de setembro de 2014, ocupante do Cargo em Comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL, com lotação na

Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 365/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 365/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal FABIANE CUNICO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 22 de dezembro de 2016 a Servidora FABIANE CUNICO, nomeada através do Decreto Nº008/2013 de 02 de janeiro de 2013, ocupante do Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 366/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 366/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal FERNANDA FLOSS FERREIRA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 29 de dezembro de 2016 a Servidora FERNANDA FLOSS FERREIRA, nomeada através do Decreto Nº254/2015 de 01 de outubro de 2015, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 367/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 367/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 22 de dezembro de 2016 a Servidora TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO, nomeada através do Decreto Nº117/2015 de 04 de maio de 2015, ocupante do Cargo em Comissão de DIRETOR DE

DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 368/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 368/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera o Servidor Público Municipal GIOVANI BENVINDO RISSARDO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por interesse público a partir de 16 de dezembro de 2016 o Servidor GIOVANI BENVINDO RISSARDO, nomeado através do Decreto Nº282/2015 de 03 de novembro de 2015, ocupante do Cargo em Comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 369/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 369/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera o Servidor Público Municipal DANIMAR GUEDES e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por interesse público a partir de 29 de dezembro de 2016 o Servidor DANIMAR GUEDES, nomeado através do Decreto Nº083/2014 de 04 de abril de 2014, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR DE SECRETARIA, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 370/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 370/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera o Servidor Público Municipal JAIME CAMPANHOLO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por interesse público a partir de 29 de dezembro de 2016 o Servidor JAIME CAMPANHOLO, nomeado através do Decreto Nº313/2014 de 09 de dezembro de 2014, ocupante do Cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL, com lotação

na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 371/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 371/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera o Servidor Público Municipal TADEU PAULO TOAZZA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por interesse público a partir de 29 de dezembro de 2016 o Servidor TADEU PAULO TOAZZA, nomeado através do Decreto Nº282/2016 de 10 de outubro de 2016, ocupante do Cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 372/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 372/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera o Servidor Público Municipal VALDICIR ANTONIO WIEBBELLING e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por interesse público a partir de 29 de dezembro de 2016 o Servidor VALDICIR ANTONIO WIEBBELLING, nomeado através do Decreto Nº005/2013 de 02 de janeiro de 2013, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 373/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 373/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal ROSELI MARIA GIRARDI CARARO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 29 de dezembro de 2016 a Servidora ROSELI MARIA GIRARDI CARARO, nomeada através do Decreto Nº099/2013 de 07 de março de 2013, ocupante do Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação

na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 373/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 373/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal ROSELI MARIA GIRARDI CARARO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 29 de dezembro de 2016 a Servidora ROSELI MARIA GIRARDI CARARO, nomeada através do Decreto Nº099/2013 de 07 de março de 2013, ocupante do Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 374/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 374/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal SILVIA MARIA NIEVINSKI TIBOLA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 29 de dezembro de 2016 a Servidora SILVIA MARIA NIEVINSKI TIBOLA, nomeada através do Decreto Nº007/2015 de 07 de janeiro de 2015, ocupante do Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social/CRAS, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 375/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 375/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera o Servidor Público Municipal CLAUDECIR TREVISOL e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por interesse público a partir de 29 de dezembro de 2016 o Servidor CLAUDECIR TREVISOL, nomeado através do Decreto Nº266/2014 de 04 de novembro de 2014, ocupante do Cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL, com lotação

na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 376/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 376/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Pública Municipal ANA LUCI SAGAS NUNES e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 31 de dezembro de 2016 a Servidora ANA LUCI SAGAS NUNES, nomeada através do Decreto Nº194/2015 de 20 de julho de 2015, ocupante do Cargo em Comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 377/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 377/2016 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

Decreta ponto facultativo para todos os Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado PONTO FACULTATIVO em todo território Municipal nos dias 23, 29 e 30 de dezembro de 2016, para comemorações de Natal e Ano Novo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 353/2016 – DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 353/2016 – DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e no item II do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes
Atividade: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes
Da Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.02 -Aplicações Diretas R\$ 14.000,00 Para Natureza de Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.1.02– Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 06 de Dezembro de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 355/2016 – DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 355/2016 – DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e no item II do Art. 6º da Lei Municipal Nº806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 8.100,00 (Oito mil e cem reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – SECR. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Munic. de Assistência Social - FMAS

Função: 8 – Assistência Social

Sub-Função: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 0016 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.040 – Manut. Programa de Proteção Básica

Atividade: 2.040 – Manut. Programa de Proteção Básica

Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.35 – Aplicações Diretas R\$ 8.100,00

Para Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.1.35 - Aplicações Diretas R\$ 8.100,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 06 de Dezembro de 2016.
Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº351/2016 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº351/2016 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08 de dezembro de 2015,

no valor de R\$ 312,03 (Trezentos e doze reais e três centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR

Ação: 2.046 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Atividade: 2.046 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas R\$ 312,03

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.
Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº356/2016 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº356/2016 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

Revoga Decreto nº 223/2015, que Designa Servidora Municipal KERLI TRENTIN para a "Função de Confiança" e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº233/2015, de 01 de setembro de 2015, que designou a Servidora KERLI TRENTIN, ocupante do cargo de Professora de Educação Física - Habilitada, nível I, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, para a "Função de Confiança" de Encarregado de Serviço – FC-4, a partir de 15 de dezembro de 2016.

Art. 2º A servidora passa a receber regência de classe.

Art. 3º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.018 – Manutenção das atividades da educação básica/Fundeb - Fonte 0.1.18.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 06 de dezembro de 2016. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº 131/2016 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 131/2016 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede falta ao Servidor Público Municipal JURACI PIVA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FALTA, a pedido, ao Servidor Público Municipal JURACI PIVA, ocupante do Cargo de VIGIA, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 03 (três) Dias Consecutivos, a contar do dia 12 de dezembro de 2016 a 14 de dezembro de 2016, conforme requerimento anexo.

Paragrafo Único. Fica autorizado o afastamento, devendo ser procedido o desconto da remuneração nos dias afastados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº 132/2016 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 132/2016 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede falta ao Servidor Público Municipal PEDRO LUIS PACAZZA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FALTA, a pedido, ao Servidor Público Municipal PEDRO LUIS PACAZZA, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 03 (três) Dias Consecutivos, a contar do dia 12 de dezembro de 2016 a 14 de dezembro de 2016, conforme requerimento anexo.

Paragrafo Único. Fica autorizado o afastamento, devendo ser procedido o desconto da remuneração nos dias afastados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1532/2016

DECRETO Nº 1532, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Declara Ponto Facultativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de serviço de Administração Direta e Indireta, nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Estende-se o Ponto Facultativo à Central de Medicamentos e a Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1533/2016

DECRETO Nº 1533, DE 13 DE DEZEMBRO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E REVOGA DECRETO Nº 1533/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 04 – SSP TRÂNSITO – POLÍCIA CIVIL

Atividade: 2.036 – Convênio SSP/Trânsito – POLÍCIA CIVIL

(275) 4.4.90.52.00.00.00 0155 - Equip. Material Permanente R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 04 – SSP TRÂNSITO – POLÍCIA CIVIL

Atividade: 2.036 – Convênio SSP/Trânsito – POLÍCIA CIVIL

(271) 3.3.90.30.00.00.00 0155 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 1525, de 7 de dezembro de 2016.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1534/2016

DECRETO Nº 1534, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3745, de 13 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 13.511,78 (treze mil, quinhentos e onze reais e setenta e oito centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Projeto: 1.041 – Horta Comunitária

3.3.90.93.00.00.00.00.0024 – Indenizações e Restituições R\$ 13.511,78

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Projeto: 1.040 – Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete Preto

(240) 4.4.90.51.00.00.00.00.0024 – Obras e Instalações R\$ 13.511,78

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1535/2016

DECRETO Nº 1535, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3746, de 13 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) no orçamento

vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(333) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 15.000,00

Atividade: 2.082 – Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e Adolescente

(351) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 50.000,00

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.080 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

(390) 3.3.90.48.00.00.00.00.0100 – Outros Aux. Financ. a PF R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 4.002 – Departamento de Comunicação - DECS

(28) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 90.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1536/2016

DECRETO Nº 1536, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3747, de 13 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Infantil

(627) 3.1.90.16.00.00.00.00.0001 – Outras Desp. Variáveis – PC R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 4.002 – Departamento de Comunicação Social - DECS
(28) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1537/2016

DECRETO Nº 1537, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3747, de 13 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 904.500,00 (novecentos e quatro mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 02 – Serviços da Dívida Pública

Operação Especial: 0.047 – Amortização e Juros da Dívida Pública
(141) 4.6.90.71.00.00.00.00.0100 – Principal da Dívida Contratual ResgR\$ 60.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Infantil

(178) 3.1.90.11.00.00.00.00.0001 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 250.000,00

(179) 3.1.90.13.00.00.00.00.0001 – Obrig. Patronais R\$ 50.000,00

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(147) 3.1.90.11.00.00.00.00.0001 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 350.000,00

(148) 3.1.90.13.00.00.00.00.0001 – Obrig. Patronais R\$ 50.000,00

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades

(15) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 6.000,00

Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade: 01 – Serviços Administrativos

Atividade: 2.067 – Contribuição ao PASEP

(21) 3.3.90.47.00.00.00 200 - Obrigações Trib. e Contributivas. R\$ 3.500,00

Unidade: 02 – Abastecimento de Água

Atividade: 2.064 – Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água

(36) 3.3.90.39.00.00.00 200 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 125.000,00

Unidade: 05 – Sistema de Resíduos Sólidos
Atividade: 2.069 – Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos
(89) 3.1.90.11.00.00.00 200 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, na fonte de recursos código 0200 – Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente, no valor de R\$ 138.500,00 (cento e trinta e oito mil e quinhentos reais) das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 4.002 – Departamento de Comunicação Social - DECS
(28) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 80.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos
(92) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 300.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Projeto: 1.040 – Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete Preto

(242) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 – Obras e Instalações R\$ 386.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ERRATA PORTARIA Nº13028/2016

ERRATA:

Na publicação da Portaria nº 13028/2016, no DOM nº 2142, de 12 de dezembro de 2016, pág. 474, no local que se lê "Nível III" leia-se "Nível II".

EXTRATO DE EMPENHO Nº 5612/2016

EXTRATO DE EMPENHO Nº 5612/2016

FORNECEDOR: DURALINE INFORMÁTICA LTDA ME, CNPJ 05-690-638/0001-15

OBJETO: Aquisição de 05 (cinco) computadores completos CORE I3 (Termo de Compromisso nº 0363.525-07/2011/Ministério da Cultura / Caixa) (Licitação: Pregão 206/2016).

FONTE DE RECURSOS: 0324 – Transferências de Convênios - Outros (SUPERÁVIT)

ÓRGÃO: 08

UNIDADE: 08.01

FUNCIONAL: 15.451.0006

PROJETO/ATIVIDADE: 1.040

ELEMENTO: 4.4.90.52.35.00.00.00.0324

TOTAL EMPENHADO: R\$ 16.075,00 (dezesesseis mil e setenta e cinco reais).

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2016.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER – Secretário de Planejamento e Urbanismo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 244/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 244/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público de nº 053/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PS SERVIÇOS LTDA – ME, em 21 de janeiro de 2014, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 12/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 053/2014, que consiste na permissão onerosa de 01 (uma) sala no pavimento inferior, interna, destinada a venda de passagens rodoviárias, num total de 23,92 m2, situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul – SC, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 12/2014.

Considerando que tal contrato foi firmado visto que a Contratada possui contrato de exclusividade para comercialização de passagens com as empresas REUNIDAS S.A TRANSPORTES COLETIVOS, REAL TRANSPORTE E TURISMO S.A, REUNIDAS TRANSPORTADORA RODOVIÁRIA DE CARGAS, REUNIDAS S.A INDUSTRIA E COMÉRCIO E REUNIDAS TURISMO, conforme anexo ao Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 12/2014.

Considerando que ocorreram alterações nas linhas operadas pela empresa Reunidas Turismo, sendo que as linhas intermunicipais conforme descritas abaixo estão sendo operadas pela empresa Nivaldo Stoerbel & Cia Ltda, a empresa PS Serviços Ltda firmou contrato de exclusividade com esta também, para regular comercialização das passagens a partir de 17 de outubro de 2016.

São Bento do Sul x Rio Negrinho

São Bento do Sul x Fragosos

São Bento do Sul x Bateias de Baixo

São Bento do Sul x Campo Alegre

Diante do exposto e conforme solicitação da empresa PS Serviços Ltda, protocolada sob Processo Administrativo nº 7755/2016 onde está anexo este Contrato de exclusividade de Prestação de Serviços de Venda de Passagens, entre as empresas PS Serviços Ltda e Nivaldo Stoerbel & Cia Ltda, a Contratada requer a regularização da prestação destes junto ao Município de São Bento do Sul a partir de 17 de outubro de 2016.

Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 31 de janeiro de 2014 e com término em 30 de abril de 2021, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2016.

Ass: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

PS SERVIÇOS LTDA – ME, como Permissionária.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 246/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 246/2016

DA ESPÉCIE: Décimo Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 365/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 16 de outubro de 2012, conforme Convite nº 339/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 365/2012, que consiste na contratação de empresa para solicitação de licença ambiental prévia (LAP) e elaboração de estudo ambiental simplificado (EAS), de acordo com IN 63 – Construções Viárias da FATMA, para implantação do Contorno Norte; e elaboração de estudo fitossociológico da área prevista para compensação florestal no Centenário, relativa

à supressão de vegetação nativa de 02 (duas) áreas inseridas no Contorno Norte;

Considerando que o processo está em análise pelo órgão ambiental – FATMA – Fundação do Meio Ambiente, na qual a continuidade dos serviços depende da aprovação deste responsável, sendo que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 24 de dezembro de 2016 e com término em 23 de março de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 16 de outubro de 2012, Termo Aditivo nº 020/2013 de 11 de janeiro de 2013, Termo Aditivo nº 116/2013 de 12 de abril de 2013, Termo Aditivo nº 221/2013 de 11 de julho de 2013, Termo Aditivo nº 331/2013 de 09 de outubro de 2013 e Termo Aditivo nº 020/2014 de 06 de janeiro de 2014, Termo Aditivo nº 107/2014 de 07 de abril de 2014, Termo Aditivo nº 226/2014 de 07 de julho de 2014, Termo Aditivo nº 298/2014 de 26 de setembro de 2014, Termo Aditivo nº 369/2014 de 29 de dezembro de 2014, Termo Aditivo nº 104/2015 de 30 de março de 2015, Termo Aditivo nº 199/2015 de 30 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 264/2015 de 28 de setembro de 2015, Termo Aditivo nº 332/2015 de 10 de dezembro de 2015, Termo Aditivo nº 057/2016 de 16 de março de 2016, Termo Aditivo nº 129/2016 de 21 de junho de 2016 e Termo Aditivo nº 213/2016 de 14 de setembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 264/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 264/2016

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Operacionalização de Estágios de nº 099/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN, em 19 de março de 2013, conforme Pregão Presencial nº 76/2013.

Considerando o objeto do presente Contrato que consiste na contratação de serviços para operacionalização de estágios, visando formação profissional, treino, prática, situações de vida e trabalho aos alunos das instituições de ensino do município de São Bento do Sul, sendo 55 (cinquenta e cinco) de Ensino superior e 55 (cinquenta e cinco) de Ensino Médio ou Técnico, de acordo com a Lei nº 11.788 de 25/09/08 e Lei 9.394 de 20/12/96 – Lei de Diretrizes; Considerando o vencimento do referido contrato em 31 de dezembro de 2016 e visto que a Contratada solicitou prorrogação contratual se comprometendo a manter os valores conforme declaração anexa ao Termo Aditivo, e por se tratar de serviços contínuos ao Município, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato de Prestação de Serviços de Operacionalização de Estágios, conforme Cláusula Quinta – Da Vigência, com base no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 09 (nove) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e a terminar em 30 de setembro de 2017.

Permanece o valor de R\$ 14,17 (quatorze reais e dezessete centavos) estudante/mês, totalizando a prorrogação em R\$ 14.028,30 (quatorze mil, vinte e oito reais e trinta centavos), para pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 19 de março de 2013, Termo Aditivo nº 372/2013 de 10 de dezembro de 2013, Termo Aditivo nº 284/2014 de 10 de setembro de 2014, Termo Aditivo nº 194/2015 de 26 de junho de 2015 e Termo Aditivo nº 065/2016 de 29 de março de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2016.

Ass: EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS, pela Secretaria de Administração do Município.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 274/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 274/2016

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 140/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 11 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 140/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para à execução de Passeios, nos Bairros Brasília e Serra Alta, conforme Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA, memorial descritivo, projetos e demais informações conforme anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

Considerando a justificativa da Contratada em anexo ao Termo Aditivo, onde a mesma solicita prorrogação do prazo de execução devido a indisponibilidade de recursos por parte do Ministério das Cidades, acarretando em atraso na transferência dos recursos por parte do órgão financiador, porém o Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA teve sua vigência prorrogada até 30 de junho de 2017, conforme documento em anexo ao Termo Aditivo;

Considerando Lei nº 8.666/93, Art. 8º Parágrafo Único “é proibido o retardamento imotivado da execução da obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existe previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade a que se refere o artigo 26 desta Lei”, faz-se necessário prorrogar o referido contrato, com base no Art. 57 parágrafo 1º, inciso II e VI Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 31 de março de 2017.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 06 (seis) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 30 de junho de 2017 conforme Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 11 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 299/2015 de 10 de novembro de 2015, Termo Aditivo nº 304/2015 de 19 de novembro de 2015, Termo Aditivo nº 040/2016 de 19 de fevereiro de 2016, Termo Aditivo nº 069/2016 de 31 de março de 2016, Termo Aditivo nº 131/2016 de 23 de junho de 2016 e Termo Aditivo nº 228/2016 de 30 de setembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 275/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 275/2016

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 141/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 11 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 141/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para à execução de Abrigos de Embarque e Desembarque

de Passageiros em diversos locais da cidade, conforme Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA, memorial descritivo, projetos e demais informações conforme anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

Considerando a justificativa da Contratada em anexo ao Termo Aditivo, onde a mesma solicita prorrogação do prazo de execução devido a indisponibilidade de recursos por parte do Ministério das Cidades, acarretando em atraso na transferência dos recursos por parte do órgão financiador, porém o Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA teve sua vigência prorrogada até 30 de junho de 2017, conforme documento em anexo ao Termo Aditivo;

Considerando que a mesma se enquadra nos critérios da Lei nº 8.666/93, Art. 8º Parágrafo Único "é proibido o retardamento imotivado da execução da obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existe previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade a que se refere o artigo 26 desta Lei", faz-se necessário prorrogar o referido contrato, com base no Art. 57 parágrafo 1º, inciso II e VI Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 31 de março de 2017.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 06 (seis) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 30 de junho de 2017 conforme Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 11 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 305/2015 de 19 de novembro de 2015, Termo Aditivo nº 041/2016 de 19 de fevereiro de 2016, Termo Aditivo nº 070/2016 de 31 de março de 2016, Termo Aditivo nº 145/2016 de 30 de junho de 2016 e Termo Aditivo nº 229/2016 de 30 de setembro de 2016, permanecem inalteradas. São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

LEI Nº 3741/2016

LEI Nº 3741, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 202 DE 04 DE MARÇO DE 1980

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 202, de 04 de Março de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica denominado de Rua Pedro Pscheidt o prolongamento da Rua Reinaldo Mallon, após o cruzamento da Rua Carlos Rueckl, atingindo a extensão total de 1.300 metros, possuindo 12,00 metros de largura, localizada no Bairro Serra Alta, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3742/2016

LEI Nº 3742, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR IMÓVEL PERTENCENTE AO MUNICÍPIO PARA PARTICULAR

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a transferir, por doação, a propriedade e posse de um imóvel para o Sr. Ademir Rodrigues de Souza, CPF nº 646.333.499-53, conforme abaixo descrito:

- Um terreno situado no Bairro Colonial, nesta cidade, fazendo frente para a Rua Luiz Linzmeyer, com área de 463,07m² (quatrocentos e sessenta e três metros e sete decímetros quadrados), de propriedade do Município de São Bento do Sul, matrícula nº 23.374 do Livro nº 2 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul.

Art. 2º O imóvel a ser transferido decorre de acordo judicial firmado nos autos da Ação de Interdito Proibitório nº 058.98.000004-9, que tramitou perante a 1ª Vara Cível da Comarca de São Bento do Sul.

Art. 3º As despesas com a escrituração correrão por conta do doatário, e as demais despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3743/2016

LEI Nº 3743, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

INCLUI ANEXO NA LEI Nº 3715 DE 29 DE SETEMBRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido, nos anexos da Lei nº 3715 de 29 de setembro de 2016, o ANEXO DE METAS FISCAIS – Anexo II.a – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3744/2016

LEI Nº 3744, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

DENOMINA A CAPELA MORTUÁRIA DE JOÃO NADERER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A capela mortuária localizada no bairro Lençol, ao lado do

reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 02 – Serviços da Dívida Pública

Operação Especial: 0.047 – Amortização e Juros da Dívida Pública (141) 4.6.90.71.00.00.00.00.0100 – Principal da Dívida Contratual ResgR\$ 60.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Infantil

(178) 3.1.90.11.00.00.00.00.0001 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 250.000,00

(179) 3.1.90.13.00.00.00.00.0001 – Obrig. Patronais R\$ 50.000,00

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(147) 3.1.90.11.00.00.00.00.0001 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 350.000,00

(148) 3.1.90.13.00.00.00.00.0001 – Obrig. Patronais R\$ 50.000,00

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades

(15) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 6.000,00

Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade: 01 – Serviços Administrativos

Atividade: 2.067 – Contribuição ao PASEP

(21) 3.3.90.47.00.00.00 200 - Obrigações Trib. e Contributivas. R\$ 3.500,00

Unidade: 02 – Abastecimento de Água

Atividade: 2.064 – Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água

(36) 3.3.90.39.00.00.00 200 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 125.000,00

Unidade: 05 – Sistema de Resíduos Sólidos

Atividade: 2.069 – Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

(89) 3.1.90.11.00.00.00 200 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 10.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, na fonte de recursos código 0200 – Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente, no valor de R\$ 138.500,00 (cento e trinta e oito mil e quinhentos reais) das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 4.002 – Departamento de Comunicação Social - DECS

(28) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 100.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos

(92) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 300.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Projeto: 1.040 – Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete Preto

(242) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 – Obras e Instalações R\$ 386.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3748/2016

LEI Nº 3748, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 329 DE 11 DE JUNHO DE 2002

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 329 de 11 de junho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica denominado de RUA ROBERTO PSCHIEDT o logradouro público situado a partir da extremidade Sul deste mesmo nome, no sentido Oeste por mais 129 m, também com 12 m de largura, de modo que esta rua passa a ter extensão de 259 m.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13037/2016

PORTARIA Nº 13037, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Portaria nº 13006/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 05 de dezembro de 2016, a Portaria nº 13006/2016, que exonerou GEORGIA ALESSANDRA VIEIRA DA LUZ BLEYER MENDES, do cargo de Assessora Jurídica, na Procuradoria.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

VIGILÂNCIA SANITÁRIA - 15 DE DEZEMBRO

São Bento do Sul 08 de novembro de 2016

Decisão Final

Processo 08/2016

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Planalto Evento Pizzaria Ltda ME
CNPJ 97.522.007/0001-05

Penalidade de Multa

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 07 de Novembro de 2016
Decisão Final
Processo 010/2016
Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Adriana de Fátima G. Rosa de Lima MEI
CNPJ 13.495.005/0001-84

Penalidade de Multa

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 07 de Novembro de 2016
Decisão Final
Processo 014/2016

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Farmácia Vitalli Ltda
CNPJ 05.282.917/0001-40

Penalidade de Multa

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 17 de Novembro de 2016
Decisão Final
Processo 023/2016
Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
João Wilmar Martins de Souza ME
CNPJ 19.145.925/0001-59

Penalidade de Multa

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA DE PUBLICAÇÃO 2016

Errata de publicação

No extrato de termo aditivo nº 011/2016, publicado na edição 2053 do diário oficial do municípios de 04.08.2016, onde se lia: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2014, passa-se a ler: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2014.

Errata de publicação

No extrato de contrato nº 019/2015, publicado na edição 2134 do diário oficial dos municípios de 30.11.2016, onde lia-se: EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2015, passa-se a ler EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2016.

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 03/2015

Contrato Nº: 40/2016 – 3º T.A.

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: PREMIER ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA

Vigência: Início: 01/06/2016 - Término: 01/12/2017

Recursos: Dotação:

48 – 4.4.90.51.00.00.00 – EXERCÍCIO VIGENTE.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de elaboração de projeto executivo de rede coletora e estações elevatórias do sistema de esgoto sanitário das sub-bacias SBRSB 1 e 2 da bacia do Rio São Bento.

São Bento do Sul, 14 de junho de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 203/2013

Contrato Nº: 67/2016

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Vigência: Início: 18/12/2016 - Término: 18/12/2017

Recursos: Dotação:

23.01.2.063.3.3.90.39.11.00.00 – EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: na CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOLUÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA INFORMATIZADA DE ACORDO COM O DETALHAMENTO TÉCNICO, QUANTITATIVOS E SERVIÇOS CORRELATOS DESCRITOS NO PRÉ-ORÇAMENTO EM ANEXO PARA PREFEITURA, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Valores: R\$ 64.604,64 (Sessenta e Quatro Mil, Seiscentos e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos) por hora.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº71/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 31/2016

Contrato Nº: 71/2016 – 1º T.A.

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: LABORATÓRIO BECKHAUSER & BARROS LTDA - EPP

Vigência: Início: 01/12/2016 - Término: 27/06/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços laboratoriais em análises de esgoto.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

NA PROC N.72-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15

Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 -São Carlos -SC

LEILÃO Nr.: 72/2016 -LE -Processo Administrativo: 72/2016

Processo de Licitação: 72/2016

objeto: ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS CFME LEI MUNICIPAL N.1795/2016

Motivo: NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 15 / 2016

LICITAÇÃO DESERTA

São Carlos, 9 de Dezembro de 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São Cristóvão do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC, inscrita no CNPJ sob nº 09.087.219/0001-44, com sede administrativa na Rua Maximino Antônio de Moraes, nº 159, Centro, São Cristóvão do Sul, SC, CEP 89533-000, neste ato representado por seu Presidente, senhor JOÃO CARLOS GROBE DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais, torna pública o LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS, para preenchimento de vagas no Poder Legislativo Municipal, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 125/2016, pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislações vigentes.

LOCAL: Núcleo Educacional Crescer

ENDEREÇO: Rua Maximino Antônio de Moraes, nº 212, Centro, São Cristóvão do Sul/SC, CEP 89533-000.

HORÁRIO DE ABERURA DOS PORTÕES: 08h00min

HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES: 08h50min

São Cristóvão do Sul, 15 de dezembro de 2016.

HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE INSCRITOS AO CONCURSO PÚBLICO DE PROVA ESCRITA Nº 001/2016 DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, SC



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC, inscrita no CNPJ sob nº 09.087.219/0001-44, com sede administrativa na Rua Maximino Antônio de Moraes, nº 159, Centro, São Cristóvão do Sul, SC, CEP 89533-000, neste ato representado por seu Presidente, senhor JOÃO CARLOS GROBE DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais, torna pública a **HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS INSCRITOS AO CONCURSO PÚBLICO DE PROVA ESCRITA**, para preenchimento de vagas no Poder Legislativo Municipal, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 125/2016, pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislações vigentes.

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	
AGENTE ADMINISTRATIVO	
Nº Inscrição	Candidato
275	ALINE MACIEL CHAVES ALBUQUERQUE
260	AMANDA CRISTINE PEREIRA
91	ANA PAULA DE LIZ WALTRICK
61	BRUNA AMARAL DA LUZ
15	CARLA DA SILVA BASTOS
190	DANIELLE CARINE ORTIZ
252	DEBORA CRISTINA DE JESUS
72	DÉBORA GOMES DA SILVA MORAES
261	DÉBORA KILPP RAMOS
58	DEBORA OLIVEIRA DOS SANTOS
253	DOUGLAS PATEL
243	ELOISE OLIVEIRA DE SOUZA
96	FABRÍCIO PEREIRA DOS SANTOS
249	GABRIELLY CHAVES DA SILVA
224	GENIFFER JAINE MARIANO
220	GISELE MENDES DA CONCEIÇÃO
27	HELLEN MACIEL DE FREITAS
167	JANAÍNA LOUIZE DE OLIVEIRA AGUIAR
191	JANICE DE FATIMA FARIAS
155	JOCILÉIA PERETTI
87	JONATHAN BOSSARDI DE JESUS
55	JOSÉ CARLOS BORGES DA SILVA
126	JUANITA BUENO
52	JULIANO CESAR ROSA PIRES
150	LEONARDO FIOREZE
178	LEONARDO NORO PEREIRA
176	LISIANE DA SILVA
59	LUANA COELHO
213	MAGGIE SANTOS ALVES
250	MARIA ROSELI ZEFERINO
214	MARIA VITÓRIA MANOSSO DE MELO
247	MARIANE DA SILVA SANTOS
103	MICHAELA DO PRADO BOING
242	MISAEEL JUNIOR PIRES
193	NADYNE DE ALMEIDA FRANÇA
271	RENATA ZANCAN ALMEIDA PADILHA



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, SC



231	ROSELEI FATIMA DA SILVA
206	ROSELI GOMES FRANÇA
239	SABRINA DE LIMA SOUZA
177	SIRLENE APARECIDA NORO RIBEIRO
175	SUZELEI NEVES ANTUNES
246	THAIS GABRIELI SANGALLI BUENO
20	THALITA CARDOSO PADILHA
257	VALDEMIR DOS SANTOS
273	VIVIANE OLIVIA STANKE SANTOS

AGENTE DE LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS

Nº Inscrição	Candidato
268	ALINE DE OLIVEIRA
201	ANA CARLA SILVEIRA NEGRINI
9	ANDREIA FERREIRA TIDRE
192	ANGELITA SAMIRA DOS SANTOS
183	BRUNA DE OLIVEIRA GOMES
267	CÉLIA VEIGA
235	CLEUSA MARIANO PADILHA DE MELLO
78	DEBORA APARECIDA CORREIA
245	EDINA DIAS
134	GABRIELI ROBERTA ALVES RUFINO
251	JOCIANA DE JESUS DE CASTRO
269	LEILA CONCEIÇÃO CHAVES
160	LUANA PACHECO RIBEIRO
205	MARCIA GERALDI DE LIMA
102	MARCIA HOLDEFER
49	MARINÉIA FATIMA DE OLIVEIRA
159	MAURICIO GONÇALVES PEREIRA
262	MEIRE APARECIDA ALVES DA SILVA
244	SILMARA APARECIDA DA SILVA
278	TEREZINHA SOSO COELHO

ASSISTENTE LEGISLATIVO

Nº Inscrição	Candidato
181	ALEXANDRA RAFAELA BOHN LOHMANN
265	ANDRÉ LUIZ CAMARGO COSER
259	ANNA KAROLINE MEIRELLES
57	BRUNO GUSTAVO MANOSSO DE MELO
272	CIRLENE APARECIDA ALVES DA CRUZ SOUZA
256	CLOVIS PABLO GOETEN
199	DEJANIRA ANTUNES CRUZ
264	DIONARO H. TAGLIARI
173	GUILHERME GATNER GRANEMANN
215	IANARA WEBER FRANÇA DE AZEVEDO
263	ISRAEL KOCHÉ



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, SC



54	JANAYNA PRISCILLA NASCIMENTO LONGHI
237	JOELMA DE FATIMA SILVA
84	JOSÉ ANTONIO PIRES
24	KAIO BATISTA COELHO
232	LILIAN DE SOUZA BLEICHUEHL
44	LORYS KARINE DUMMEL TURIN
203	LUCIANE TEIXEIRA STANCK
23	LUCIANO ANZILIERO
240	MARCOS AURÉLIO LEÃO
47	RAQUEL SARA GUIOLPHI SIMONETTO
258	REGINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS
266	RENATA CEOLLA RIBEIRO
186	ROSELI DOS SANTOS MARAFIGO
196	SANDY DE MORAIS MUNIZ
195	SIMONE PATRICIA ISIDORO PHILIPPI
108	THIAGO ALAN MOTA FERREIRA
228	TIAGO MURILO DE SOUZA

CONTADOR

Nº Inscrição	Candidato
208	ANDREIA ACASSIA GUIDINI
248	CAROLINE BROCARDO DE BRITO
238	LEONILDO JONAS GUIOLPHI PASQUALI
229	MIRACI SEVERO VIEIRA
227	PAULO CEZAR GOMES
60	VANESSA GARCIA DE LIMA RODRIGUES

São Domingos

PREFEITURA

LEI Nº 1797 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016 AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 1797, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa no patrimônio do Município dos bens móveis que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis pela Comissão de Levantamento e Avaliação Patrimonial, (nomeada através do Decreto nº 2390 de 09 de agosto de 2016), os quais constam no Anexo I da presente Lei.

Art. 2º Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a doação dos referidos bens à eventuais interessados, os quais poderão realizar o aproveitamento ou comercialização dos mesmos.

Parágrafo único. Não havendo interessados em receber a doação, os bens declarados inservíveis serão encaminhados à empresas especializadas em recolhimento de resíduos sólidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei serão consignadas no Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de dezembro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

ANEXO I RELAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

NÚMERO DO PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO
1	Cadeira escolar em fórmica
3	Cadeira escolar em fórmica
5	Cadeira escolar em fórmica
7	Cadeira escolar em fórmica
8	Cadeira escolar em fórmica
11	Cadeira escolar em fórmica
12	Cadeira escolar em fórmica
13	Cadeira escolar em fórmica
15	Cadeira escolar em fórmica
16	Cadeira escolar em fórmica
30	Carteira escolar em fórmica
49	Ventilador de teto
68	Cadeira fixa estofada em corvin
71	Cadeira fixa estofada em corvin
72	Cadeira fixa estofada em corvin
73	Cadeira fixa estofada em corvin
76	Cadeira fixa estofada em corvin
78	Cadeira fixa estofada em corvin
80	Cadeira fixa estofada em corvin
82	Cadeira fixa estofada em corvin
84	Cadeira fixa estofada em corvin
85	Cadeira fixa estofada em corvin
86	Cadeira fixa estofada em corvin
89	Mesa p/ escritório em madeira 2 gavetas

91	Mesa em fórmica
92	Mesa p/ escritório em madeira 6 gavetas
93	Ventilador de coluna marca Olin
96	Nobreak marca NHS
101	Cadeira escolar em fórmica
103	Cadeira escolar em fórmica
104	Cadeira escolar em fórmica
105	Cadeira escolar em fórmica
106	Cadeira escolar em fórmica
107	Cadeira escolar em fórmica
108	Cadeira escolar em fórmica
113	Cadeira escolar em fórmica
134	Cadeira fixa estofada em corvin
139	Balcão pia em MDF
140	Microcomputador
143	Mesa p/ escritório em fórmica 2 gavetas
144	Armário em fórmica 2 portas
147	Ventilador de teto
148	Cadeira fixa estofada em corvin
149	Cadeira fixa estofada em corvin
150	Cadeira fixa estofada em corvin
151	Cadeira fixa estofada em corvin
152	Cadeira fixa estofada em corvin
153	Cadeira fixa estofada em corvin
160	Carteira escolar em fórmica
162	Monitor marca LG 15 pol
165	Mesa para escritório em fórmica 3 gavetas
166	Balcão em madeira 2 portas de correr
174	Cadeira escolar em fórmica
175	Cadeira escolar em fórmica
176	Cadeira escolar em fórmica
178	Cadeira escolar em fórmica
181	Cadeira escolar em fórmica
182	Cadeira escolar em fórmica
186	Cadeira escolar em fórmica
188	Cadeira escolar em fórmica
197	Carteira escolar em fórmica
203	Carteira escolar em fórmica
208	Carteira escolar em fórmica
221	Mesa para escritório em fórmica 2 gavetas
222	Armário em fórmica 2 portas com chave
224	Suporte para TV e DVD em ferro
226	Cadeira escolar em fórmica
228	Cadeira escolar em fórmica
231	Cadeira escolar em fórmica
232	Cadeira escolar em fórmica
234	Cadeira escolar em fórmica
235	Cadeira escolar em fórmica
241	Cadeira escolar em fórmica
242	Cadeira escolar em fórmica
246	Cadeira escolar em fórmica
266	Carteira escolar em fórmica
268	Carteira escolar em fórmica
269	Carteira escolar em fórmica
270	Carteira escolar em fórmica
271	Carteira escolar em fórmica
272	Carteira escolar em fórmica
274	Carteira escolar em fórmica

275	Carteira escolar em fórmica
278	Carteira escolar em fórmica
279	Carteira escolar em fórmica
280	Carteira escolar em fórmica
281	Carteira escolar em fórmica
282	Carteira escolar em fórmica
284	Cadeira fixa estofada em corvin
287	Suporte para TV e DVD em ferro
291	Ventilador de teto
292	Mesa para escritório em fórmica 2 gavetas
294	Cadeira fixa estofada em corvin
295	Cadeira fixa estofada em corvin
296	Cadeira fixa estofada em corvin
297	Cadeira fixa estofada em corvin
298	Cadeira fixa estofada em corvin
299	Cadeira fixa estofada em corvin
302	Microcomputador Intel Pentium Dual Core 1.80 GHZ 0.99GB MB
303	Monitor LCD marca Dell 15 pol
308	Carteira escolar em fórmica
311	Receptor de TV digital
312	Mesa em fórmica
316	Mesa em madeira
317	Ventilador de teto
323	Aparelho de som minisysten marca Continental
324	Cadeira fixa estofada em corvin
329	Estante de aço
332	Estante de aço
333	Aquecedor de ar marca Mallory
334	Aquecedor de ar marca Mallory
335	Aquecedor de ar marca Mallory
343	Cadeira fixa estofada em corvin
345	Armário em MDF 2 portas
347	Microcomputador Intel Celeron 2.66GHZ 992MB
350	Mesa para computador em fórmica
351	Mesa para escritório em fórmica 2 gavetas
352	Ventilador de teto
355	Cadeira escolar em fórmica
360	Cadeira escolar em fórmica
364	Cadeira escolar em fórmica
365	Cadeira escolar em fórmica
369	Cadeira escolar em fórmica
374	Cadeira escolar em fórmica
376	Cadeira escolar em fórmica
382	Carteira escolar em fórmica
384	Carteira escolar em fórmica
390	Carteira escolar em fórmica
391	Carteira escolar em fórmica
392	Carteira escolar em fórmica
396	Carteira escolar em fórmica
397	Carteira escolar em fórmica
398	Carteira escolar em fórmica
401	Cadeira fixa estofada em corvin
403	Televisor marca CCE 20 pol
404	Suporte para TV e DVD em ferro
407	Armário em fórmica 1 porta
409	Ventilador de teto
411	Cadeira escolar em fórmica
416	Cadeira escolar em fórmica
422	Cadeira escolar em fórmica
424	Cadeira escolar em fórmica
430	Carteira escolar em fórmica
433	Carteira escolar em fórmica
435	Carteira escolar em fórmica

436	Carteira escolar em fórmica
439	Carteira escolar em fórmica
442	Carteira escolar em fórmica
445	Carteira escolar em fórmica
447	Carteira escolar em fórmica
449	Cadeira fixa estofada em corvin
451	Televisor marca Semp 20 pol
452	Suporte para TV e DVD em ferro
454	Armário em fórmica 2 portas de correr
458	Cadeira escolar em fórmica
459	Cadeira escolar em fórmica
460	Cadeira escolar em fórmica
464	Cadeira escolar em fórmica
467	Cadeira escolar em fórmica
469	Cadeira escolar em fórmica
473	Cadeira fixa estofada em corvin
487	Cadeira fixa estofada em corvin
490	Cadeira fixa estofada em corvin
493	Carteira escolar em fórmica
495	Carteira escolar em fórmica
496	Carteira escolar em fórmica
498	Carteira escolar em fórmica
500	Carteira escolar em fórmica
502	Carteira escolar em fórmica
504	Carteira escolar em fórmica
509	Carteira escolar em fórmica
512	Carteira escolar em fórmica
515	Carteira escolar em fórmica
532	Mesa em fórmica
533	Mesa em fórmica
537	Carteira escolar em fórmica
539	Purificador de água marca Hoken
547	Cadeira escolar em fórmica
553	Fogão a gás 4 bocas marca Dako
556	Suporte para TV e DVD em ferro
562	Fogão industrial 6 bocas com forno marca Dako
564	Forno elétrico marca Layr
565	Carteira escolar em fórmica
566	Carteira escolar em fórmica
568	Cadeira fixa estofada em corvin
572	Ventilador de teto
573	Batedeira marca Walita
575	Liquidificador marca Black e Decker
579	Mesa em madeira
580	Mesa em madeira
581	Mesa em madeira
582	Mesa em madeira
583	Mesa em madeira
584	Banco em madeira
585	Banco em madeira
586	Banco em madeira
587	Banco em madeira
588	Banco em madeira
590	Banco em madeira
591	Banco em madeira
592	Banco em madeira
594	Banco em madeira
597	Televisor marca Cinerall 20 pol
598	Vídeo cassete marca LG 5 head
599	Suporte para TV e DVD em ferro
601	Balcão em MDF 3 portas e 3 gavetas
602	Ventilador de teto
603	Climatizador de ar marca Consul
604	Armário em madeira 2 portas de correr

605	Armário em madeira 4 portas
606	Ventilador de teto
607	Aparelho de DVD marca Lennox Sound
609	Mesa em madeira
610	Mesa em madeira
614	Cadeira pré-escolar em fórmica
621	Cadeira pré-escolar em fórmica
624	Cadeira pré-escolar em fórmica
639	Cadeira fixa estofada em corvin
640	Cadeira fixa estofada em corvin
641	Cadeira fixa estofada em corvin
644	Mesa para escritório em fórmica
648	Liquidificador marca Arno
649	Aparelho de som minisysten marca Diplomat
650	Batedeira marca Black e Decker
651	Armário em madeira 4 portas
652	Fogão industrial 4 bocas com forno marca Todeschini
656	Lavadora de roupas marca Brastank
657	Banco em madeira
658	Banco em madeira
660	Mesa em madeira
666	Monitor marca AOC 15 pol
668	Mesa para computador em fórmica
670	Ventilador marca Mondial
672	Cadeira fixa estofada em corvin
673	Mesa para escritório em fórmica 2 gavetas
674	Armário em fórmica 2 portas de correr
675	Mesa em madeira
680	Cadeira fixa estofada em corvin
681	Mesa para escritório em fórmica 2 gavetas
682	Mesa de tênis de mesa em fórmica
703	Cadeira pré-escolar em fórmica
704	Cadeira pré-escolar em fórmica
705	Cadeira pré-escolar em fórmica
707	Cadeira pré-escolar em fórmica
708	Cadeira pré-escolar em fórmica
718	Cadeira escolar em fórmica
726	Cadeira pré-escolar em fórmica
727	Cadeira pré-escolar em fórmica
734	Cadeira pré-escolar em madeira
740	Cadeira pré-escolar em madeira
741	Cadeira pré-escolar em madeira
742	Cadeira pré-escolar em madeira
743	Cadeira pré-escolar em madeira
744	Cadeira pré-escolar em madeira
746	Mesa em madeira
753	Mesa em madeira
754	Mesa em madeira
761	Cadeira pré-escolar em fórmica
762	Cadeira pré-escolar em fórmica
763	Cadeira pré-escolar em fórmica
765	Cadeira pré-escolar em fórmica
769	Cadeira pré-escolar em fórmica
771	Cadeira pré-escolar em fórmica
774	Cadeira pré-escolar em fórmica
786	Mesa em fórmica
804	Mesa em madeira
805	Banco em madeira
817	Lavadora de roupas marca Mueller
824	Cadeira pré-escolar em madeira
845	Cadeira pré-escolar em fórmica
854	Cadeira pré-escolar em fórmica
859	Cadeira pré-escolar em fórmica
860	Cadeira pré-escolar em fórmica

864	Mesa em fórmica
866	Mesa em fórmica
868	Mesa em fórmica
871	Cadeira escolar em fórmica
872	Mesa para escritório em fórmica
883	Cadeira pré-escolar em fórmica
887	Cadeira pré-escolar em fórmica
891	Cadeira pré-escolar em fórmica
895	Mesa em fórmica
896	Mesa em fórmica
897	Mesa em fórmica
899	Mesa em fórmica
913	Liquidificador marca Arno
920	Fogão a gás 6 bocas marca Semer
921	Cadeira giratória estofada em tecido
929	Cadeira giratória estofada em tecido
933	Cadeira giratória estofada em tecido
942	Mesa para computador em fórmica
944	Mesa para computador em fórmica para 2 computadores
950	Banco em madeira
952	Banco em madeira
954	Mesa em madeira
961	Banco em madeira
963	Banco em madeira
964	Banco em madeira
977	Cadeira fixa em madeira
978	Liquidificador industrial marca Metvisa
980	Balcão em MDF
988	Mesa em madeira
1003	Tear em madeira
1004	Tear em madeira
1009	Ventilador de teto
1010	Armário em madeira 2 portas
1011	Aparelho de DVD marca Omnicom
1012	Vídeo cassete marca Panasonic 5 head
1014	Ventilador de parede
1018	Cadeira escolar em fórmica
1022	Cadeira fixa em madeira
1023	Cadeira fixa em madeira
1024	Cadeira fixa em madeira
1025	Cadeira fixa em madeira
1026	Cadeira fixa em madeira
1027	Cadeira fixa em madeira
1042	Impressora marca HP PSC 1510
1067	Cadeira escolar em fórmica
1081	Cadeira fixa em madeira
1082	Cadeira fixa em madeira
1084	Cadeira fixa em madeira
1086	Cadeira fixa em madeira
1090	Cadeira fixa em madeira
1094	Cadeira escolar em fórmica
1101	Carteira escolar em fórmica
1102	Carteira escolar em fórmica
1104	Carteira escolar em fórmica
1105	Carteira escolar em fórmica
1106	Carteira escolar em fórmica
1111	Aparelho de DVD marca Samsung
1114	Aquecedor de ar marca James
1115	Armário em madeira 2 portas
1117	Ventilador de teto
1119	Cadeira escolar em fórmica
1121	Cadeira escolar em fórmica
1122	Cadeira escolar em fórmica
1137	Mesa em madeira

1143	Exaustor marca Dako
1145	Cadeira escolar em fórmica
1147	Cadeira escolar em fórmica
1154	Cadeira escolar em fórmica
1162	Carteira escolar em fórmica
1163	Carteira escolar em fórmica
1165	Carteira escolar em fórmica
1167	Carteira escolar em fórmica
1168	Carteira escolar em fórmica
1169	Carteira escolar em fórmica
1171	Carteira escolar em fórmica
1173	Carteira escolar em fórmica
1178	Ventilador de parede
1183	Mesa de som marca Wattsom MXS10II
1185	Caixa de som marca Wattsom NPSR 420/8
1188	Teclado marca Cassio Tone Bank
1194	Cadeira escolar em fórmica
1200	Carteira escolar em fórmica
1202	Cadeira fixa em madeira
1203	Cadeira fixa em madeira
1231	Mesa em fórmica
1235	Armário em madeira 2 portas
1238	Ventilador de teto
1241	Enceradeira marca Arno
1242	Carteira escolar em fórmica
1246	Cadeira pré-escolar em fórmica
1260	Cadeira pré-escolar em fórmica
1263	Cadeira pré-escolar em fórmica
1264	Cadeira pré-escolar em fórmica
1266	Cadeira pré-escolar em fórmica
1272	Mesa para professor em fórmica
1274	Quadro branco
1278	Ventilador de teto
1285	Cadeira pré-escolar em fórmica
1293	Cadeira pré-escolar em fórmica
1296	Cadeira pré-escolar em fórmica
1304	Mesa em fórmica
1306	Mesa em fórmica
1309	Mesa para professor em fórmica
1315	Ventilador de teto
1328	Cadeira pré-escolar em fórmica
1329	Cadeira pré-escolar em fórmica
1330	Cadeira pré-escolar em fórmica
1331	Cadeira pré-escolar em fórmica
1335	Cadeira pré-escolar em fórmica
1336	Cadeira pré-escolar em fórmica
1343	Mesa em fórmica
1349	Armário em madeira 2 portas
1350	Carteira escolar em fórmica
1353	Cadeira pré-escolar em fórmica
1363	Banco em madeira
1367	Banco em madeira
1369	Banco em madeira
1377	Batedeira marca Britania
1378	Mesa em madeira
1380	Mimeografo marca Copiatic
1381	Armário em MDF 2 portas
1382	Ventilador marca Mondial
1391	Cadeira de rodas
1393	Armário em madeira 2 portas
1423	Longarina em ferro estofada em tecido 3 lugares
1425	Cadeira fixa estofada em tecido
1428	Cadeira fixa estofada em tecido
1434	Monitor LCD marca AOC 17 pol

1444	Nobreak marca TS Shara
1446	Cadeira fixa estofada em corvin
1448	Cadeira fixa estofada em corvin
1449	Cadeira fixa estofada em corvin
1451	Cadeira pré-escolar em madeira
1462	Microcomputador Intel Pentium Dual 1.80GHZ 1.00GB MB
1463	Monitor LCD marca AOC 17 pol
1464	Nobreak marca TS Shara
1466	Cadeira fixa estofada em tecido
1467	Cadeira fixa estofada em tecido
1471	Monitor LCD marca AOC 17 pol
1472	Microcomputador Intel Pentium 4 3.00GHZ 1.00GB MB
1475	Nobreak marca TS Shara
1476	Cadeira fixa estofada em tecido
1480	Cadeira fixa estofada em tecido
1483	Cadeira fixa estofada em tecido
1486	Cadeira fixa estofada em tecido
1488	Cadeira fixa estofada em tecido
1489	Cadeira fixa estofada em tecido
1491	Cadeira fixa estofada em tecido
1492	Cadeira fixa estofada em tecido
1494	Mesa em fórmica
1496	Aquecedor de ar marca James
1497	Longarina em ferro estofada em tecido 3 lugares
1500	Mesa em fórmica
1513	Liquidificador marca Arno
1516	Cadeira fixa estofada em tecido
1517	Cadeira fixa estofada em tecido
1518	Cadeira fixa estofada em tecido
1521	Cadeira fixa estofada em tecido
1523	Cadeira fixa estofada em tecido
1530	Cadeira fixa estofada em tecido
1531	Cadeira fixa estofada em tecido
1548	Microcomputador
1549	Impressora marca HP Deskjet D1460
1571	Mocho giratório estofado em corvin
1639	Televisor marca Toshiba 20 pol
1640	Aparelho de DVD marca Lenox Sound
1660	Maca em ferro estofada em corvin
1672	Mesa para escritório em fórmica 3 gavetas
1693	Cortador de grama marca Trapp MC-80-G
1697	Cadeira pré-escolar em madeira
1699	Cadeira pré-escolar em madeira
1703	Cadeira pré-escolar em madeira
1712	Mesa em madeira
1714	Armário em fórmica 2 portas
1719	Balcão pia em madeira 3 portas e 2 gavetas
1730	Mesa em madeira
1763	Microcomputador AMD Athlon 3.01GHZ 1.75GB MB
1783	Microcomputador
1838	Cadeira giratória estofada em tecido com encosto de braço
2007	Microcomputador AMD Athlon 3.01GHZ 1.00GB MB
2035	Microcomputador Intel Celeron 2.66GHZ 1.00GB MB
2157	Cadeira giratória estofada em tecido com encosto de braço
2164	Microcomputador AMD Athlon 3.01GHZ 1.00GB MB
2190	Raio X odontológico marca Procion ion-70X
2198	Monitor marca LG 15 pol
2280	Cadeira fixa estofada em corvin
2281	Cadeira fixa estofada em corvin
2282	Cadeira fixa estofada em corvin
2285	Cadeira giratória estofada em tecido com encosto de braço

2291	Impressora marca HP Deskjet D 1460
2292	Aquecedor de ar marca Nilko
2367	Thin Client marca Wise
2370	Carteira escolar em fórmica
2376	Cadeira fixa estofada em tecido
2382	Cadeira fixa estofada em tecido
2385	Cadeira fixa estofada em tecido
2391	Mesa para computador em fórmica
2394	Balcão em fórmica 2 portas de correr
2417	Microcomputador AMD Sempron 1.60GHZ 480MB
2422	Liquidificador marca Arno
2425	Cadeira fixa estofada em corvin
2426	Enceradeira marca Arno
2428	Cafeteira marca Britânia
2429	Conjunto estofado em corvin
2431	Cadeira fixa estofada em corvin
2433	Mesa para escritório em fórmica 6 gavetas
2437	Impressora marca HP Deskjet D1460
2441	Mesa para computador em fórmica
2443	Carteira escolar em fórmica
2450	Mesa em fórmica
2465	Nobreak marca NHS
2485	Cadeira giratória estofada em tecido
2490	Monitor marca Positivo 15 pol
2501	Thin Client marca Wise
2503	Aparelho de som minisysten marca Philips
2505	Bebedouro marca Libell
2506	Mesa em fórmica
2507	Nobreak marca NHS
2515	Cadeira giratória estofada em tecido com encosto de braço
2522	Filmadora marca Panasonic VZ 175
2544	Mesa para computador em fórmica
2545	Calculadora elétrica marca Olivetti Logos 48
2546	Thin Client marca Wise
2557	Mesa para computador em fórmica
2626	Nobreak marca Forceline
2628	Vídeo cassete marca Semp 5 Head
2642	Cadeira giratória estofada em tecido com encosto de braço
2666	Cadeira fixa estofada em corvin
2677	Thin Client marca Wise
2686	Cadeira giratória estofada em tecido com encosto de braço
2731	Cadeira fixa estofada em corvin
2732	Mesa para escritório em fórmica formato em L 5 gavetas
2740	Cadeira giratória estofada em tecido
2750	Cadeira fixa estofada em tecido
2751	Cadeira fixa estofada em tecido
2753	Cadeira giratória estofada em tecido
2757	Thin Client marca Wise
2760	Nobreak marca Ragtech
2764	Microcomputador
2781	Mesa para escritório em fórmica 3 gavetas
2792	Cadeira Universitária estofada em corvin
2794	Cadeira Universitária estofada em corvin
2795	Cadeira Universitária estofada em corvin
2796	Cadeira Universitária estofada em corvin
2797	Cadeira Universitária estofada em corvin
2798	Cadeira Universitária estofada em corvin
2800	Cadeira Universitária estofada em corvin
2801	Cadeira Universitária estofada em corvin
2802	Cadeira Universitária estofada em corvin
2804	Cadeira Universitária estofada em corvin

2806	Cadeira Universitária estofada em corvin
2808	Cadeira Universitária estofada em corvin
2809	Cadeira Universitária estofada em corvin
2810	Cadeira Universitária estofada em corvin
2811	Cadeira Universitária estofada em corvin
2812	Cadeira Universitária estofada em corvin
2814	Cadeira Universitária estofada em corvin
2815	Cadeira Universitária estofada em corvin
2818	Cadeira Universitária estofada em corvin
2820	Cadeira Universitária estofada em corvin
2824	Cadeira fixa estofada em corvin com encosto de braço
2828	Cadeira fixa estofada em corvin
2832	Mesa em fórmica
2841	Armário em fórmica 2 portas
2847	Monitor LCD marca LG 17 pol
2850	Cadeira giratória estofada em tecido com encosto de braço
2855	Monitor marca Samsung 15 pol
2859	Monitor marca AOC 15 pol
2875	Cadeira fixa estofada em corvin com encosto de braço
2876	Cadeira fixa estofada em corvin com encosto de braço
2878	Mesa para escritório em fórmica 3 gavetas
2879	Cadeira giratória estofada em tecido com encosto de braço
2882	Monitor LCD marca AOC 17 pol
2884	Mesa para computador em fórmica
2888	Banco em ferro estofado em corvin
2890	Cadeira fixa estofada em corvin
2910	Cadeira giratória estofada em tecido com encosto de braço
2913	Microcomputador AMD Sempron 1.60GHZ 448MB
2914	Impressora marca HP Deskjet F380
2915	HUB Switch marca Encore 16 portas
2921	Aparelho de DVD marca Britânia
2924	Purificador de água marca Europa
2931	Mesa em fórmica
2936	Microcomputador Intel Pentium Dual 1.80GHZ 0,99GB MB
2953	Refrigerador marca Prosdócimo
2954	Balcão pia em madeira 5 portas e 4 gavetas
2957	Cadeira fixa estofada em corvin
2958	Microcomputador Intel Pentium 4 1.44GHZ 384MB
2975	Armário em fórmica 1 porta
2976	Mesa em fórmica
2977	Cadeira fixa estofada em corvin
2979	Cadeira fixa estofada em corvin
2981	Cadeira fixa estofada em corvin
2999	Calculadora elétrica
3005	Mesa de tênis de mesa
3014	Mesa em MDF com bancos acoplados
3016	Mesa em MDF com bancos acoplados
3046	Microcomputador Intel Atom 1.6GHZ 2GB
3047	Monitor LCD marca LG 15.6 pol
3101	Aparador de grama marca Trapp Master 700W
3102	Cortador de grama marca Branco B4T 6000
3116	Aparelho de DVD marca Lenox
3125	Relógio ponto marca Henry
3129	Fogão a gás marca Braslar
3130	Relógio ponto marca Henry
3131	Relógio ponto marca Henry
3134	Balcão pia em fórmica 3 gavetas
3213	Climatizador de ar marca Electrolux
3313	Aspirador de pó e líquido Jacto
3326	Armário 2 portas com chave 190 x 60
3327	Mesa com cadeira para professor

4907	Liquidificador de uso doméstico
4911	Batedeira 05 velocidades
5576	Balança semi-roberval com prato Galv 16 Kg
5945	Ventilador de coluna
5946	Ventilador de coluna
5947	Ventilador de coluna
5948	Ventilador de coluna
5949	Aparelho de DVD
5956	Aparelho de DVD
6071	Coletor de assinatura digital
6734	Cadeira fixa secretária com 4 pés, cor preta tipo espera

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 031/2016 ATA I

No dia 14 de dezembro de 2016, às 08:45 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório FMS n. 031/2016, Modalidade Tomada de Preços 003/2016 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE GINECOLOGIA E PEDIATRIA. Apresentaram envelopes n. 01 e 02 as empresas: Clínica de Diagnóstico Scarioti & Longo LTDA., CNPJ n. 07.100.523/0001-59, a qual não credenciou participante e; MAP Serviços Médicos Sociedade Simples ME., CNPJ n. 07.307.489/0001-98, a qual também não credenciou participante. Nenhuma das licitantes comprovou sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (item 4.9 do edital). Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelopes n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente e membros da Comissão de Licitações. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente e membros da Comissão, sendo constatado pela Presidente da Comissão de Licitação, que as participantes cumpriram com todas as exigências sendo estas declaradas HABILITADAS para apresentação da respectiva proposta de preço. Desta feita, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 21 de dezembro, às 09:00h, para a abertura dos envelopes de n. 02. Em caso de interposição de recurso, as participantes serão comunicadas via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. Os envelopes de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerão em poder da Comissão de Licitações e serão mantidos intactos. A presente ata será publicada no Diário Oficial do Municípios. Nada mais.

TA 074.2016 (CARTA REVERSAL DE 06.12.2016 AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0412566-53 2013)

TERMO ADITIVO DE CONTRATO PREE Nº 074/2016 DE 14/12/2016 (CARTA REVERSAL DE 06/12/2016 AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0412566-53/2013)

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: Dezembro/2016

TERMO ADITIVO: Pree nº 074 de 14/12/2016 (Carta Reversal de 06/12/2016 ao Contrato de Financiamento Nº 2623.0412566-53 – Contrato Pree nº 045 de 07/08/2015)

DESCRIÇÃO: O Objeto do Presente Refere-se à Alteração Contratual quanto à Prorrogação do Prazo para Realização do Último Desembolso (12/2016) do Contrato de Financiamento nº 2623.0412566-53/2013 firmado em 07/08/2015, que visa a Pavimentação de Vias com Pedras Irregulares e de Passeios com Paver no Município de São Domingos, sendo:

Total Financiamento: R\$ 1.000.000,00 – Contrapartida: R\$ 133.857,29 – Total: R\$ 1.133.857,29

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

TOMADOR/ AGENTE PROMOTOR: Município de São Domingos

CNPJ: 83.009.894/0001-04

GESTOR DE APLICAÇÃO: Ministério das Cidades

ORIGEM DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO: Carta Consulta 2013, Protocolo nº 001349.02.86/2013-97 do Programa PAC 2 – Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – 3º Etapa

TA 075.2016 BADESC, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS COM A INTERVENIÊNCIA DO BANCO DO BRASIL SA

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, Prefeitura Municipal de São Domingos com a interveniência do Banco do Brasil S/A.

MÊS/ANO: Dezembro/2016

ADITIVO DE CONTRATO: PREE N. 075 de 14/12/2016 (Aditivo ao Contrato de Empréstimo nº 2015032001 de 27/06/2016)

VALOR TOTAL DO CONTRATO: Empréstimo de R\$ 850.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 30/11/2016

DESCRIÇÃO/OBJETO: As partes, de comum acordo e, em atendimento ao aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN aditam o presente contrato conforme segue: Cláusula Nona – Prazo de utilização dos recursos passa a ter a seguinte redação substitutiva: Os recursos do presente contrato deverão ser utilizados pela PREFEITURA até a data de 30/12/2017

CREDOR: Agencia de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC CNPJ: 82.937.293/0001-00

EMITENTE: Município de São Domingos/SC CNPJ: 83.009.894/0001-08

INTERVENIENTE: Banco do Brasil S/A CNPJ: 00.000.000/0001-91

RESPONSÁVEL JURÍDICO DO MUNICÍPIO: Luiz Henrique Maseto Zanovello - OAB/SC 33076

VIGÊNCIA: 10/07/2020

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 90/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2016 – COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 090/2016, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrito a seguir:

OBJETO: contratação de serviços de hora técnica mecânica, para a manutenção dos veículos e máquinas pesadas das diversas Secretarias do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 27 de dezembro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 27 de dezembro de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 101 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO N.º 101 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Reajusta valores dos Tributos Municipais para o exercício financeiro de 2017, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o dispositivo da Lei Municipal nº. 344 de 11 de novembro de 1977 c/c o art. 421, Parágrafo Único, da Lei Municipal n.º 629, de 17 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal):

DECRETA:

Art. 1º - Os valores dos Tributos Municipais para o exercício financeiro de 2017, ficam reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, conforme alíquota apurada nos últimos doze meses, período de dezembro de 2015 a novembro de 2016, em 7,38% (sete inteiros e trinta e oito centésimos por cento).

Art. 2º - Fica estabelecido o valor da Unidade Fiscal Monetária – UFM, instituída pela Lei Municipal n.º 344, de 11 de novembro de 1977, para o ano fiscal de 2017, em R\$ 68,52 (sessenta e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2017, revogando-se o Decreto nº 100, de 17 de dezembro de 2015, em conformidade com a Súmula n.º 160, do STJ.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

12 de dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 097 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 097 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 031/2015 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o previsto no §1º, inciso IV e no §2º do Artigo 24 da Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007 e Lei Municipal nº. 1.433, de 17 de dezembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 2º do Decreto Municipal nº 031, de 27 de abril de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Definido em eleição entre os representantes, o Presidente do Conselho a senhora Zaneide Matos Clezar e Vice-Presidente o senhor Claudio Junior Lima da Rocha.

Art. 3º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

30 de novembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 100 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 100 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeia e constitui a Comissão de Processo Seletivo para os Processos Seletivos Simplificados que se iniciarem no ano de 2017, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 55, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo responsável pela realização dos Processos Seletivos Simplificados que se iniciarem no ano de 2017, composta pelos seguintes membros:

- Carina de Matos Magnus, matrícula 1656 – Presidente;
- Mariza Pereira Fraga, matrícula 1409 – Membro;
- Nilda Francisco de Oliveira, matrícula 498 – Membro;
- Vanessa Scandolaro Magnus, matrícula 1402 – Membro;
- Janete Oliveira Farias Cardoso, matrícula 949 – Membro.

§1º - À Comissão ora instituída caberá à realização dos procedimentos e disposições previstas nos Editais de Processos Seletivos Simplificados lançados no ano de 2017, bem como as normas supervenientes.

§2º - O Presidente da Comissão ora instituída referendará todos os Editais dos Processos Seletivos, bem como encaminhará o resultado final à Homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§3º - Após a Homologação dos resultados dos Processos Seletivos, realizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, a Comissão de que trata o caput será destituída compulsoriamente.

§4º - As funções de membro da Comissão de que trata o caput serão consideradas serviço público relevante, sem ônus ao Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 12 de dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

EDITAL N.º 001/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

GERÊNCIA DE TRIBUTOS

EDITAL N.º 001/2016

NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital de Notificação, o Município de São João do Sul torna público que, em virtude de recusa de recebimento ou insuficiência de dados cadastrais que impossibilitaram a identificação e localização dos contribuintes abaixo relacionados, ficam os mesmos NOTIFICADOS para recolhimento dos valores lançados em Dívida Ativa dos anos de 2012 a 2015, referente aos IMPOSTOS E TAXAS abaixo identificados, alcançados pelo presente edital, os fins e objetivos constantes nos arts. 145 e 173, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25 de Outubro de 1996), art. 111, § 2º e art. 112, do Código Tributário Municipal (Lei 780 de 28 de Dezembro de 1990). O prazo para regularização, prova de quitação, pagamento ou parcelamento junto à Gerência de Tributos deste Poder Público, situada na Av. Nereu Ramos, n.º 50, Centro, São João do Sul/SC, é de 10 (dez) dias contados da publicação deste, sendo que após poderá ser promovido o Protesto em Cartório e a cobrança judicial, onde serão exigidos multas, juros, correção monetária e todos os demais encargos originados pela demanda cível fiscal (despesas processuais), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o BM comum exige que tributos sejam rigorosamente arrecadados.

Insc. Municipal	Receita	Contribuinte	Valor R\$(*)
2197	IPTU	Denise Aparecida Maciel	387,64
30	IPTU	Manoel Adilson Constante de Vargas	1.236,48
4774	TLF	Nazaré Silva Bianchini	633,38
394	IPTU	Noemio Júlio Paulino	113,99
610	IPTU	Andrea Borges Procópio	317,40
385	IPTU	Espólio Eva Rosa dos Santos	475,37

648	IPTU	Claudina Santos Chardosim	223,35
684	IPTU	Claudete Souza Eugênio	264,85
678	IPTU	Angela Maria Santos	391,66
29	IPTU	Adão dos Santos	409,25
384	IPTU	Toni Cleiber da Rosa Cardoso	80,04
383	IPTU	Lino Eugênio dos Santos	66,96
561	IPTU	Espólio João Felisberto dos Santos	388,74
4714	IPTU	Simone Amando Roxo	271,80
4282	IPTU	Joacir de Oliveira Scheffer	122,93
307	TLF	Roseli de Mato Crescêncio	953,33
73	IPTU	Samaroni Francisco V. Scheffer	335,24
1014	IPTU	Alberto Inácio Coelho	86,79
44	IPTU	Ângelo dos Santos	470,97
3264	IPTU	Enedina Roxo de Souza	198,14
152	IPTU	Laerte Augusto Dias	310,78
4720	IPTU	Natalina Ilíbio Machado	336,48
5656	TLF	RP Machado Armarinhos e Miudezas - ME	213,92
5789	ISS	Carina dos Santos Pacheco	18,74
5223	ISS	Unisoft informática	630,77
5597	TLF	Campestre Agromercantil Ltda.	1.131,96
2461	TLF	VIVO S.A.	551,46
1641	IPTU	Roni Antonio Emerim	10.590,80
1608	IPTU	Diogenes Roni Lummertz Emerim	11.636,82
388	IPTU	Márcia Roxo da Silva	1.469,06
386	IPTU	Gilnei Santos Rodrigues	366,68
1453	IPTU	Deoclésio da Silva	2.682,67
556	IPTU	Sirlei da Rosa Cardoso	426,42
381	IPTU	Fabiano Pia Roldão	286,65
567	IPTU	Ademar Borges de Matos	163,86
1668	IPTU	Adão Anacleto da Silva	1.494,81
5992	IPTU	Angelina Schinaider da Silva	127,56
868	IPTU	Israel Schinaider da Silva	389,74
1378	IPTU	Vanderlei Tomaz Roldão	340,84
5819	IPTU	Fontana Preparação de Terrenos Ltda - ME	326,23
828	IPTU	Pedro Correa de Oliveira	1054,90
671	IPTU	Rosaura Pereira de Matos	954,30
5475	TLF	R.F. Gesso e Decorações Ltda-ME	1.348,78
836	IPTU	Maria Tereza Matos	211,01
5110	TLF	Rosineia Espindola da Silva - ME	388,54
2890	TLF	João santos Porfírio & Cia Ltda	1.435,81
290	IPTU	José Nickele Serafim	425,37
1095	IPTU	Alex Sandro Pereira Bianchin	1.185,83
5600	ISS	C.A.W. Projeto e Consultoria Industrial Ltda.	100,86
4750	ISS	Consultoria, Pesquisa & Markting Ltda - _ME	276,24
5222	TLF	Daniel José Amador Rita	709,34
4957	TLF	A. Tração Comercio de auto Peças Ltda-ME	185,09
5405	TLF	Machado Comércio de Bebidas Ltda – ME	1.369,55
1870	TLF	Dicomar Ind. E Com. De Produtos de Limpeza Ltda.	1.090,18
5584	TLF	José Luiz de Souza	213,92
6150	TLF	Vanderlei da Rosa Santos	792,10
613	TLF	Barbara Tainara Machado	313,21
6332	TLF	Franklin esquadrias Ltda – ME	614,55
6712	TLF	Leonardo de Borba Borges	388,54
4727	TLF	R. Silveira Mercearia ME	372,45
5246	TLF	Cysy Mineração Ltda.	1.211,67
5835	TLF	AC/DC Engenharia Ltda.	1.187,25
5630	ISS	Nokia Siemens Networks Serviços Ltda.	520,70
5639	TLF	Eroni Fagundes Roxo	976,33
6024	TLF	Fabricia Novaski	313,21
2494	TLF	Tânia Cristina Pasa Perini – ME	235,19
5387	TLF	Caroline Oliveira Martins	1.924,83
635	IPTU	Manoel Scheffer do Santos	1.086,57
6909	H/M	Roberto Anacleto da Silva	453,56
1042	IPTU	Juarez Plucenio	326,63

4891	TLF	Alexandre Trajano de Vargas	2.301,94
5291	IPTU	Régis Alves Pereira	593,04
404	IPTU	Luiz Carlos Ferraro	1.152,38
542	IPTU	Gregório de Souza Raupp e Outros	1053,38
6	IPTU	Eliane Hainzenreder Gomes	1.523,98
1042	IPTU	Juarez Plucenio	61,89
5113	TLF	Raquel Comércio de Produto Alimentícios Ltda.- ME	944,76
6248	TLF	Cristiele da Cunha Oliveira	334,11
4152	IPTU	Genecio Silveira de Matos	1.210,62
433	IPTU	Espólio Francisco de Assis Porto	1.137,98
5294	TLF	Fecularia São João Ltda. - ME	1.966,98
6702	TLF	Josiane Dalpiaz Peres de Matos	162,54
5829	TLF	Transportadora J. G. Ltda.- ME	976,33
1717	IPTU	Lucelia Santo Pinto	140,69
437	IPTU	Luzia Santos Pinto	632,66
564	IPTU	Veriano da Silva Espíndola	271,80
5792	TLF	Jonas Trajano de Jesus	162,54
6552	TLF	Andreia Correa Teixeira	267,40
642	IPTU	Rogério Maciel da Silva	212,25
163	IPTU	Maia Simonica de Oliveira	1.299,96
535	IPTU	José Scheffer Bauer	1.098,84
1112	TLF	Gilberto Silva Junior	2.294,08
6039	IPTU	Cristiane dos Santos Laureano Pereira	517,36
1418	IPTU	Marcos Aurelio Lummertz Emerim	1.256,56
1338	IPTU	Anselmo Rodrigues	1.998,82
2339	IPTU	Cleber Meyer da Silva	302,48
20	IPTU	Gilberto Rosa da Silva	454,93
475	IPTU	Paulo Sergio Cardoso Claudino	46,65
6095	TLF	Alcebiades Porto	312,21
2183	TLF	Manoel Espíndola dos Santos	958,65
5658	TLF	Marcos Antonio Conceição	213,92
5659	TLF	Jorge Melo da Silva	213,92
5660	TLF	Andrea Lima	213,92
5661	TLF	Benedito de Matos	427,84
5662	TLF	Neri João Martins	213,92
5663	TLF	João Batista Martins João	145,00
5664	TLF	Assis Soares e Incarnação	145,00
5665	TLF	Graziela da Rosa Goularte	145,49
5667	TLF	Vanderlei Miguel Bauer	76,96
5669	TLF	Moises Marquis Fontora	145,49
5670	TLF	Jussara Raupp da Silva	213,92
2341	TLF	Leonir Jacinto Fabris	213,92
2345	TLF	Abelardo Macedo de Lima	213,92
2359	TLF	Martin Graciano de Freitas	213,92
2378	TLF	Afranio Model Schwanck	213,92
6018	IPTU	Vania Aparecida Adriano dos Santos	1.047,85
5147	TLF	Janete Silveira	372,45
5818	TLF	Giovani Felipe da Silva - ME	336,89
2407	TLF	Andreia Nevez Garcia	709,34
5649	TLF	Valodir Soarez Velho – ME	976,33
5903	TLF	Higor Coelho dos Santos	639,44
5428	TLF	Roberto Vieira Santos MEI	713,33
5166	TLF	Vídeo Locadora Mania de VC	972,45
1747	IPTU	Cesar Chave Scariot e Esposa	5.675,13
937	IPTU	Eva Pereira Lumertz	2.018,62
469	IPTU	Marcos Antonio Pereira Lummertz	226,39

*Nota: Valores correspondem à posição da dívida no dia 17/10/2016.

Município de São João do Sul – SC, em 13 de Dezembro de 2016.
 JOÃO RUBENS DOS SANTOS TAISE DOS SANTOS ALVES
 Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Finanças

CARLA PEREIRA
 Oficial de Tributos

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 009/2016

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23443/2016 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 622/2016 - CONCORRÊNCIA Nº 009/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados, bem como da manifestação interposta pela empresa JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME, e cujo exame contou com a assessoria da Secretaria Municipal de Infraestrutura por intermédio do Senhor Secretário Milton Bley Júnior.

EMPRESAS LICITANTES

· CONSTRU FORMAS, REPAROS E REFORMAS LTDA;
· JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME;
· BIANCA JANAINA DE ABREU EIRELI ME.

Os documentos de habilitação foram rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações (CPL) e representantes presentes. A empresa JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME anexou manifestação à ata da fase de habilitação.

É o relatório.

1 - MANIFESTAÇÕES.

1.1. MANIFESTAÇÃO DA JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME:

O representante da empresa JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME, manifestou-se em ATA (fls. 267) durante a sessão de abertura dos envelopes de habilitação em face de seu concorrente, o que passamos a responder conforme a sequência:

* CONSTRUFORMAS REFORMAS E REPAROS LTDA

Com relação ao questionamento, a Secretaria Municipal de Infraestrutura manifestou-se desconsiderando as alegações interpostas pela empresa JG materiais e Construções Ltda ME, tendo em vista que a mesma fez alegações de forma genérica sem indicar qual(is) seria(m) a(s) empresa(s) referente(s) a estes Atestados ou falta de vínculo de profissional.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93, suas alterações e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

HABILITAR AS EMPRESAS ABAIXO POR ATENDEREM AOS REQUISITOS DO EDITAL:

· CONSTRU FORMAS, REPAROS E REFORMAS LTDA;

· BIANCA JANAINA DE ABREU EIRELI ME;
· JG MATERIAIS E CONSTRUÇÕES LTDA ME.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir da data de publicação prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 22/12/2016, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 14 de dezembro de 2016.

Cláudia Schweitzer	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Humberto Alcino da Silva		
Membro da CPL		

EDITAL 003/2016/SMR

EDITAL 003/2016/SMR

Edital de Lançamento do IPTU e Taxas Adjetas à Propriedade relativas ao Exercício de 2017.

O Secretário Municipal da Receita, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 66 da Lei Orgânica do Município (Lei nº 2.132, de 04/04/90), combinado com os artigos 48, 240 e 244, inciso I, do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 21, de 20/12/05), torna público o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) – incidente sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bens imóveis localizados no Município – e a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), relativos ao exercício de 2017, atualizados com o índice de 7,87% correspondente ao IPCA acumulado do período de novembro/2015 a outubro/2016. A NOTIFICAÇÃO direta se dará pelo recebimento da notificação de lançamento do IPTU 2017, contendo a identificação do imóvel com suas características e dados cadastrais, a identificação e qualificação do sujeito passivo, a determinação da base de cálculo e da alíquota aplicável, o valor do imposto apurado e sua fundamentação legal juntamente com o documento de arrecadação para pagamento em cota única com desconto, em duas parcelas com desconto e as duas primeiras das onze parcelas. Os contribuintes que não estiverem com seus dados cadastrais atualizados, não receberão as guias para pagamento, devendo comparecer ao CAC para atualização cadastral. A entrega será efetuada pelos Correios, a partir de 27/12/2016, pela Prefeitura na sua sede Administrativa ou em postos de entrega nos bairros onde houver a inexistência dos serviços do Correio ou ainda pelo site: www.saojose.sc.gov.br. Não recebendo a NOTIFICAÇÃO até a data limite de 29/01/2017, o contribuinte deverá requerê-la junto ao Centro de Atendimento ao Cidadão localizado na Sede da Prefeitura Municipal. DO PAGAMENTO – Os tributos a que se refere este Edital poderão ser pagos: (a) integralmente em cota única com vencimento em 13/02/2017 ou em duas parcelas, com

a primeira em 13/02/2017 e a segunda em 12/03/2017, com desconto de 20%, e mais o desconto de 5% sobre o saldo remanescente

para os contribuintes que se encontrarem adimplentes até a data de publicação deste edital (14/12/2016), conforme Decreto nº 7242/2016. O contribuinte que optar pelo pagamento em duas parcelas com desconto e não o fizer estritamente nas respectivas datas de vencimento perderá o direito aos referidos descontos; (b) em 11 (onze) parcelas mensais e consecutivas, sem desconto, vencendo-se a primeira em 13/02/2017 e a última em 12/12/2017. O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado, após o pagamento da primeira e segunda, receberá em seu domicílio as demais parcelas impressas. DO ATRASO NO PAGAMENTO – O não pagamento do IPTU e da TCRS nas datas previstas neste Edital sujeita o contribuinte, na forma da Lei, à atualização monetária, multa, juros de mora, antecipação das parcelas vencidas e inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial. DA RECLAMAÇÃO – O contribuinte poderá, até o vencimento da quota única ou primeira parcela, apresentar Reclamação para contestar os dados e/ou valores que serviram de base para o cálculo do IPTU e da TCRS lançados, junto ao Centro de Atendimento ao Cidadão localizado na Sede da Prefeitura Municipal sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, Praia Comprida (Av. Beira Mar), CEP: 88103-790, São José/SC, ou solicitar abertura de processo administrativo pelo endereço www.saojose.sc.gov.br, aba "cidadão", opção "serviços CAC". A Reclamação somente suspende a exigibilidade do crédito tributário, na parte questionada. A suspensão se extingue com a decisão administrativa. Em face do disposto neste edital, ficam os contribuintes formalmente notificados do lançamento do IPTU e/ou Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos do exercício de 2017.

São José (SC), 14 de dezembro de 2016

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL EDITAL 003/2016 CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL EDITAL 003/2016 CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o item 12.5 do Edital 003/2016 – Processo Seletivo Público, torna pública a CONVOCAÇÃO para a 1ª chamada de escolha de vagas para admissão em caráter temporário, no Quadro do Magistério Municipal, conforme local e cronograma das disciplinas a seguir:

Local: CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL ANTÔNIO FRANCISCO MACHADO (FORQUILHÃO) Rua: Pedro Paulo de Abreu - Forquilha-nhas – São José

DATA: 19/12/2016 (segunda-feira)

HORÁRIO	DISCIPLINAS
13h30min	Professor - Artes
13h30min	Professor – Português
13h30min	Professor – Matemática
13h30min	Auxiliar de Ensino – Ensino Fundamental
15h00min	Professor – Espanhol
15h30min	Professor - Filosofia
16h00min	Professor - Biologia
16h30min	Professor – Geografia
16h30min	Professor – Ciências
16h30min	Professor – Química
17h15min	Professor – Ciências da Religião

DATA: 20/12/2016 (terça-feira)

HORÁRIO	DISCIPLINAS
08h00min	Professor – Anos Iniciais

08h00min	Auxiliar de Ensino – Educação Infantil
08h00min	Professor – Corte e Cabelo
08h00min	Professor – Pintura em Tela
08h30min	Professor – Patchwork
08h30min	Professor – Crivo
09h00min	Professor – Porcelana Fria
09h00min	Professor – Pintura em Madeira
09h30min	Professor – Tear
09h30min	Professor – Informática
10h00min	Professor – Corte e Costura
10h00min	Professor – Bordado à Máquina
10h45min	Professor – Tricô e Crochê
11h00min	Professor – Pintura em Tecido
11h15min	Professor – Corte e Costura – Lingerie

DATA: 20/12/2016 (terça - feira)

HORÁRIO	DISCIPLINAS
13h30min	Auxiliar de Sala
13h30min	Professor – Inglês
13h30min	Professor – História
13h30min	Professor – Educação Especial – AEE
14h30min	Auxiliar de Ensino – LIBRAS
15h00min	Professor – Sociologia
15h15min	Professor – LIBRAS
15h30min	Professor – Física
16h00min	Professor – Artes Aplicadas
16h30min	Professor – Noções de Direito

DATA: 21/12/2016 (quarta - feira)

HORÁRIO	DISCIPLINAS
08h00min	Professor – Educação Física – Educação Infantil e Ensino Fundamental
08h00min	Professor – Educação Infantil
08h00min	Auxiliar de Ensino Educação Especial – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Os candidatos classificados para as disciplinas de Manicure, Bordado à mão, Revisor de Braille, Dança, Música – Bandas e Fanfarras – Percussão, Música – Bandas e Fanfarras - Sopro, Música – Coral e Música – Bandas e Fanfarras - Corpo Coreográfico – Bandas e Fanfarras – Linha de Frente serão convocados para a escolha de vagas referente ao ano letivo de 2017, de acordo com a disponibilidade de vagas, obedecendo a ordem de classificação.

São José (SC), 14 de dezembro de 2016.

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação
São José - SC

RESOLUÇÃO Nº 33/2016.

RESOLUÇÃO Nº 33/2016.

APROVA A CONCESSÃO DE REGISTRO À ENTIDADE "ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL BOA SEMENTE" PERANTE O CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente Município de São José, criado por força da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regido pela Lei Municipal nº 5.482 de 12 de maio 2015 (Política Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), conforme previamente deliberado na Reunião Plenária do dia 14 de dezembro de 2016;

- Considerando o artigo 91,§ 1 da lei federal 8.069/1990 a qual

trata da obrigatoriedade de registro de entidades perante o CM-DCA;

- Considerando a Resolução CONANDA nº 71/2001 a qual dispõe sobre o "registro de entidades não-governamentais e da inscrição de programas de proteção e sócio-educativo das governamentais e não-governamentais no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente e de Atendimento e dá outras providências"; e
- Considerando Resolução CONANDA nº 105/2005 a qual dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências

RESOLVE:

Art. 1º-Fica aprovada a concessão de registro à entidade "Assistência Social e Cultural Boa Semente" perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José.

São José, 14 de dezembro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA
Conselheira Presidente do CMDCA

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2016 - Processo nº 568/2016 – Proc. Adm. 22339/2016. Fornecedores: L&M

COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME e PLANETA COMERCIAL LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 164.042,70 – cento e sessenta e quatro mil, quarenta e dois reais e setenta centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2016 - Processo nº 307/2016 – Proc. Adm. 15979/2016. Fornecedores: FIBROBECKER IND. DE SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA; MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA e SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE ENGENHARIA PARA EVENTUAL EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DISPOSITIVOS AUXILIARES. Valor Total: R\$ 644.166,80 – seiscentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e seis reais e oitenta centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV

DECRETO 7248/2016

DECRETO Nº 7248/2016
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 012855/2016 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, para a servidora ADALMIR GIRARDI, matrícula 60380, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Receita, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

DECRETO 7249/2016

DECRETO Nº 7249/2016
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 06246/2016 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, c/c art 40, §5º da CF:

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, para a servidora ADRIANA SIMAS THEISGES, matrícula 17710, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio, adicional de pós-graduação e 80% de gratificação de regência de classe, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

DECRETO 7250/2016

DECRETO Nº 7250/2016

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 012855/2016 e com base no artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, para o servidor EDUARDO ALEXANDRE COLOMBI, matrícula 2328, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, com proventos calculados com base na média dos 80% melhores salários de contribuições, combinado com redutor de 25% referente aos anos antecipados para atingir o limite de idade, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

DECRETO 7251/2016

DECRETO Nº 7251/2016

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 012855/2016 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, para a servidora MARILDA TEREZINHA PEREIRA, matrícula 15350, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio e insalubridade, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

DECRETO 7252/2016

DECRETO Nº 7252/2016

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 015227/2016 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para a servidora ADELIA CARMEN VALVERDE, matrícula 394114, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde, com proventos integrais, calculados com base na média dos 80% melhores salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

São José do Cedro

PREFEITURA

ERRATA PR-28.2016

ERRATA

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº28/2016

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no uso das suas atribuições, vem a público Retificar o OBJETO do PROCESSO LICITATÓRIO N. 28/2016, conforme segue:

ONDE SE LÊ: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/ ASSOCIAÇÃO/ ENTIDADE ATUANTE NA ÁREA DA SAÚDE, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE Plantão Médico E PARA REALIZAR CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM "Pediatria, Otorrinolaringologia, Ginecologia e Obstetrícia, Eletrocardiografia e Ergonomia, Cirurgia Geral e Pequenas Cirurgias" AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

LEIA -SE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/ASSOCIAÇÃO/ENTIDADE ATUANTE NA ÁREA DA SAÚDE, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE Plantão Médico, PARA REALIZAR CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM "Pediatria, Otorrinolaringologia, Ginecologia e Obstetrícia, Eletrocardiografia e Ergonomia, Cirurgia Geral e Pequenas Cirurgias E PARA REALIZAR procedimentos cirúrgicos de otorrinolaringologia" AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 30-2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2016

PROCESSO Nº 30/2016 HOMOLOGAÇÃO: 14/12/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PASSAGENS PARA PACIENTES ENCAMINHADOS A TRATAMENTO DE SAÚDE NÃO REALIZADOS NO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 68.497,20 (sessenta e oito mil quatrocentos e noventa e sete reais e vinte centavos)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.126/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº126/2016

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº126/2016, Edital de Pregão Nº126/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 28/12/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 569/2016

PORTARIA Nº 569/2016.

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, PARA APURAÇÃO DE INOBSERVÂNCIA DE DEVER FUNCIONAL, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 135º da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993 e Artigo 4º da Lei Municipal nº 4.372, de 06 de maio de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração de infrações administrativas, previstas nos artigos 102 e 103, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993 - Estatuto dos Servidores, em face de CLEUSA MARIA KLEIN, Conselheiro Tutelar, matrícula nº 3288.

Art. 2º. Para cumprimento do disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será aquela nomeada pelo Decreto nº 5.688, de 01 de dezembro de 2015, composta pelos servidores ANA PAULA DA LUZ BIANCHINI, matrícula nº 1887, psicóloga, que a presidirá, FRANCYELY CASAGRANDA, matrícula nº 1850, Fisioterapeuta, MIRIA SALETE LORSCHETER SPIRONELLO, matrícula nº 241, Professor, LUIZ PERONDI, matrícula nº 396, Almoxarife e MAURO WEBER, matrícula nº 1537, Professor, todos servidores efetivos, integrantes do quadro de servidores do município.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º A Comissão ora constituída, terá 60 (sessenta dias), a partir da data da publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 14 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.563, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.563, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.302.4506.2.021 .3.1.90.00.00.00.00.0.1.0038	22	Aplicações Diretas	R\$ 13.800,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.302.4506.2.021.3.3.93.00.00.0.0.0.0.1.0038	27	Aplicações Diretas	R\$ 13.800,00

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 014/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 014/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.552, de 08 de dezembro de 2016.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Simone Battistel 03562144946, CNPJ sob o nº 24.443.245/0001-51.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, com relação ao(s) seguinte(s) espaço(s): copa, cozinha, praça de alimentação, churrasqueira e Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti; em virtude da realização de formatura do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Sórora Angélica, a ser promovida na data de 16 de dezembro de 2016.

Valor: 115 UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente à quantia de R\$ 11.874,90 (onze mil, oitocentos e setenta e quatro reais e noventa centavos), conforme estabelecido no Decreto nº 5.552/2016.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento até 14 de dezembro de 2016.

Data de Assinatura: 12/12/2016.

Vigência: de 14/12/2016 a 19/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Permitente - e Simone Battistel - pela Permissionária.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO 54/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 54/2014

Processo Licitatório nº 29/2014

Pregão Presencial nº 11/2014

OBJETO: Contratação de empresa prestação de serviços de coleta, tratamento e destinação final dos medicamentos vencidos a serem recolhidos no Almojarifado Central e Recolhimentos pela Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde no Município de São Miguel do Oeste – SC.

CONTRATADO: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

VIGENCIA: Prorrogado até 31/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

ASSINA pela CONTRATADA: JULEIDE INÊS D' AGOSTINI

São Miguel do Oeste, SC, 16 de novembro de 2016.

São Pedro de Alcântara

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA Nº 01.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.217

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01.2016

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos nº 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, dispensável é a licitação com a empresa SENFFNET LTDA, CNPJ 03.877.288/0001-75, para a contratação do serviço administrativo de gerenciamento, manutenção de sistema e demais requisitos necessários ao fornecimento de auxílio alimentação, por meio de cartão magnético para atender os servidores da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara, nos termos da Lei Municipal nº 1.077 de 21 de novembro de 2016.

1- O numero de servidores a serem beneficiados com o vale alimentação será de 04 (quatro) funcionários, podendo variar de acordo com o numero de nomeações ou exonerações.

2- Nos cartões serão creditados, mensalmente, valores que podem variar de R\$ 1,00 (um real) á R\$ 318,00 (trezentos e dezoito reais).

3- O valor estimado até o final da vigência do contrato será de R\$ 1.374,88 (um mil trezentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) relativos ao valor de repasse da Câmara para a CONTRATADA para posterior crédito nos cartões de vale-alimentação dos servidores.

4- A taxa administrativa apresentada na proposta pela CONTRATADA é de 0%.

5- A Contratada terá o prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da assinatura do contrato, para a entrega dos Cartões e para creditar o valor repassado a Contratante.

Justificativa: A Lei Municipal nº 1.077, de 21 de novembro de 2016, que criou o Vale Alimentação destinado aos servidores da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara, previu no seu texto, além da criação do benefício, o efeito retroativo da lei, tornando-a válida a partir do dia 1º de novembro do corrente ano (2016). Sob este fundamento, faz-se necessária a contratação imediata de empresa prestadora do serviço para o fornecimento do auxílio alimentação, para os dois meses finais do exercício financeiro, conforme determinado pela legislação citada. E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei nº 8.666/1993, além da justificativa acima, expõe-se o que segue:

Contrata-se a Empresa acima descrita para a contratação dos serviços administrativos de gerenciamento, manutenção de sistema e demais requisitos necessários ao fornecimento de auxílio alimentação, por meio de cartão magnético, SENFFNET LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.877.288/0001-75, estabelecida na Rua Avenida Senador Souza Naves, 1240 – Curitiba/PR- CEP: 80.050-152.

Para a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
- d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
- e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
- f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);
- g) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica: 01.01.2.001.33.90.00.00.00.00.0000 (2)

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de Dezembro de 2016.

Roberto Enning

Presidente da Câmara de Vereadores

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.980/2016 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.980/2016 de 13 de dezembro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO

PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.258/2016 de 12 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.763,36 (dois mil setecentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Contribuicoes R\$ 2.763,36

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 2.763,36

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 13 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.981/2016 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.981/2016 de 13 de dezembro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.763,36 (dois mil setecentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.01.0065 - Contribuicoes R\$ 2.763,36

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0065 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 2.763,36

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 13 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA O FÓRUM ELETIVO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE SCHROEDER - COMDIS.

Edital de Convocação das Entidades Não Governamentais para o Fórum Eletivo de Escolha de Conselheiros Municipais para o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Schroeder - COMDIS.

A Secretaria de Saúde e Assistência Social do município de Schroeder, no uso de suas atribuições, conforme art. 2º da Lei Municipal nº 1.808/2010, de 20 de agosto de 2010, convoca todas as entidades não governamentais sem fins lucrativos legalmente constituídas com atuação no município de Schroeder para a Assembléia de escolha de seus representantes no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Schroeder - COMDIS, para mandato de dois anos, nos seguintes termos:

1. O Fórum de escolha será realizada no dia 16 de janeiro de 2017, às 14h00min, sob coordenação da Secretaria de Assistência Social, no auditório do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado a Rua Paulo Jahn nº. 245, Centro, Schroeder/SC.

A escolha das entidades se dará segundo os segmentos conforme disposto no artigo 3º da Lei Municipal nº 1.808/2010, de 20 de agosto de 2010, cabendo uma vaga de titular e uma suplência em cada representação. Na ausência de qualquer um dos segmentos referidos a assembleia poderá substituir a representação a seu critério.

II – Representantes de Órgãos Não governamentais (eleitos em Fórum):

- a) 2 representantes de Grupos de Terceira Idade
- b) 1 representante de Entidades Religiosas
- c) 1 representante de Entidades Sociais e/ou Clube de Serviços.

2. O processo de escolha se dará de acordo com regimento interno a ser aprovado na própria assembléia pelas entidades credenciadas.

Schroeder(SC), 13 de dezembro de 2016.

Daiane Regina Azevedo Wolf
Diretora de Assistência Social
Secretaria de Assistência Social

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016 – SECEL/PMS RESULTADO PROVA DE TÍTULOS

Inscrição	Nome	Cargo - Especialidade	Prova de Títulos
006	Maria Angela de Toledo	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
008	Simone Aparecida Tonello Cavalheiro	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,02
010	Giselia Aparecida Pereira	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
011	Sheila de Carvalho Entholzer	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	.
015	Marciana Andreia Marchioro	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,40
024	Joelma Maia Brandão	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
025	Gisele Soares dos Santos	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,50
036	Maria Aparecida da Silva Pereira	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
038	Marcia Luzia Moreira da Rocha	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
043	Lineia Fernanda Cora	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,20
044	Diana Ilaine Gnewuch de Abreu	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,30
045	Shálly Katleem Piske	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,37
046	Letícia de Oliveira	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
055	Claudete Duarte	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,90
057	Noemi Silvana Riedel	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
059	Adriana Peixoto Bezerra Silva	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-

060	Vilma da Aparecida Bueno	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,40
066	Gabbi Cristina Jahn	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
067	Carla Adriana de Juli Cristaldo	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	1,50
074	Tadeu Arbigauss	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	1,40
090	Tais Correa	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,62
092	Maria A. F. Vieira	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
093	Fernanda Magali Moretti	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,10
095	Larissa Mendes de almeida	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
103	Francieli de Fátima da Silva Lima Carvalho	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
104	Tamaila Aparecida da Silva	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
110	Joceneia Rodrigues	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,47
113	Ivanice Cervelin	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	1,00
118	Francisleine Lopes Maas	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,10
120	Ivane Leu	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,20
131	Solange Lauermann	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
141	Valdenira Maciel Duarte	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
142	Valcenira dos Santos Maciel	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
145	Simoni Mundstock Nunes	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,20
147	Viviane Bolduan da Silva	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,30
148	Rosa Leontina Svinka	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
154	Graciele de Miranda Flores	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
160	Sherlyne Aparecida Schons Moreira	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,04
161	Karoline Odwazny Rocha	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
165	Clarice Tomaselli Borchardt	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,50
169	Vanessa Paiano Machado Harmel	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
172	Claudia Ines Ortiz Fernandes	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,10
173	Ana Maria Alexandre	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
177	Cristiane Decker Steinbach	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	1,10
191	Elisangela Maris Pires Dallagnolo	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,50
193	Claudia R. da Silva	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
199	Lucilene Pereira	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
200	Caroline Gaedtke	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,20
206	Mariele Teixeira	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,40
208	Mayara Cristina Diel	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
213	Beatriz Marlene Cogrossi Weber	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,40
221	Angela Siqueira Prates	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,10
226	Nilson Feliciano	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,92
243	Thalissa Leite	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
245	Rita de Cassia Benthien Pereira	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,70
249	Gislaine Vital dos Santos Ludtke	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,10
251	Nelci Rejane Nunes Bergmann	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,30
254	Scheila Gilvana Gnewuch Pereira	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
259	Mara Luciana Kamchen Silva	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
265	Eliane Czervinski	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,50
273	Rosangela Almeida Paz	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,10
276	Maria Dominique Gadotti	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	-
281	Josiane Greski Schiochet	Professor A – Em. Fund. Anos Iniciais	0,60
002	Mirian Maria da Silva	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,50
004	Maria Aparecida Pruss Petry	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,60
007	Solange Ines Fenerich Astolfi	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,80

013	Samyra Vilela Entholzer	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
014	Danmiles da Silva Santos	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,20
016	Tatiane Olczyk	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,20
020	Graciella Strelow	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,20
022	Claudineia B. Fernandes	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
023	Marcelo Gomes de Souza	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,20
026	Paulo Roberto Balbino	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
027	Leni Fauro Ortiz	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,20
028	Antonio Cezar N. dos Santos Cristofolini	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,90
030	Aryane Bley Gomes	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
031	Jaqueline Junckes Stefanini	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,02
034	Cátia Cristina Stinghen	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,00
039	Debora Michelly Oliveira da Silva Bortolini	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
040	Rosemeri K. de Bonfim	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
041	Andreia C. de Oliveira	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
042	Elsinira Porath Borgmann	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,00
047	Rosemary dos Santos	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,20
048	Lidia Fernanda Cora	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,40
049	Gladis Ines Ulsenheimer	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,80
051	Daniele Esther Dalcanalle	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
052	Josiani Maioli de Anevão	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,30
053	Silmara de Fátima Cordeiro Neuburger	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
054	Aline Chilanti	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
056	Edvando Santos Cordeiro	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
058	Daniele de Souza	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,30
061	Luciane Stuy	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,50
062	Jaqueline Aparecida Taborda Ribas	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,30
053	Alessandra Fischborn	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,20
064	Mirian Ramos	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,00
065	Gabriella Tavares Silva Schiochet	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,30
068	Adriana Taborda Ribas	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,80
069	Helaine Herrmann	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,80
070	Veridiana Michelle Metzner	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,60
071	Rita de Cássia da Silva Hildebrando Pohl	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,60
072	Susiane Patrícia dos Santos Blasius	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,20
073	Olivia Aparecida Specht	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
075	Joseane Correa Furtado	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
078	Simone Justen	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
079	Ivonete Ciquelero Pereira	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
082	Jaqueline Mendes de Souza	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
083	Elaine Cristina Ferreira	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
084	Romi Klebber da Silva	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,60
085	Maria Eliane Pereira de Souza	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,60
086	Patricia dos Santos	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,60
087	Debora Eluiza Weber Szurmiak	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
089	Meriane Gabriel de Oliveira Machado	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,20
091	Rosane Armando Vieira Borges	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,00
094	Vanessa Stack do Amaral	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,20
096	Ilce Cristina Vieira Probst	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,10
098	Eliane Pereira de Almeida Cavalheiro	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,20

099	Jaquelini Fernandes da Silva	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,60
100	Deise Ketlin Stiegler Balena	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,06
101	Silvane Guimarães Pelechate	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
106	Rosemeire Costa Kuhn	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
107	Celene Voos Amorim	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
109	Sidinea Maria Aparecida Schwalbe	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,40
111	Flavia Aparecida Koslowski Machado	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,04
112	Anelice Weller de França	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
114	Patricia Hasse Onofre	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,10
115	Nadieli Priscila Avance	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,40
116	Ilete Riedel junckes	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,30
117	Stephanie Costa Santos Honorato	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
119	Maria de Lourdes da Silveira	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,58
121	Fabiana Gnewuch de Souza	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
123	Renata Devigili	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
124	Elma de Oliveira Silva da Costa	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,30
128	Roseli Lopes Fritzen	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
130	Mirian de Oliveira Rosa	Professor B – Ensino de Educação Infantil	2,20
132	Meri Terezinha Pinzger	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,40
133	Teresinha Pereira Pacheco	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,50
134	Alessandra Coelho Camargo	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,90
135	Daiane Titz Dorem	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
136	Elaneda Silva Shiratu	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
138	Iracema Zoz Konrad	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
139	Maria Alice da Luz Jahn	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,90
140	Thaize Albrecht	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,10
143	Sandra Elisa Marquart Bublitz	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,30
146	Francielle Padilha	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,28
152	Juliana Bertotti Miranda Medeiros	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,10
156	Jussara Cavalcante dos Santos	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,70
158	Sirlene Pavarin Maciel	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,00
159	Alana Gomes	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
162	Narielly Elis da Silva	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
166	Luciana de Oliveira	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,06
167	Marinalva Aparecida de Oliveira Arent	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
168	Vanessa Hillesheim Will	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
174	Abigail Regina Blaka	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,20
178	Mariana Soares	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,60
180	Tassiane Aparecida Hellstron	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
182	Viviane Carla Braga Tavares	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,60
183	Patricia de Lima	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,70
184	Marcia Ronchi de Araujo	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,70
185	Berenice Kucarz	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,20
186	Sonia Terezinha Momm Oldoni	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
187	Claudia Viviane de Freitas da Silveira	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
188	Dhyessica Santos da Costa	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
189	Fernanda Odorizzi	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
192	Rozangela Berger Franzagua	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
194	Carine Graciela da Silveira	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
195	Tania Viebrantz Hansen	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10

196	Edina Aparecida da Silva Godoi	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,60
197	Vanessa Gottemms	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
198	Elisabeth Teresinha Fagundes Rosa	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,80
201	Sonia Mara Gomes Fereira Kuffel	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
202	Karolyne Evans Gaspar	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
203	Natieli Aparecida da Silva	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,40
204	Flaviana de Lima	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
205	Mariane Fernanda Mendes	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
207	Caroline Maria Wodzinski	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,30
209	Juliane Svarcz Storki	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
210	Camila Robera de Souza Thilles	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,60
211	Thayná Carolina Tonon	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
212	Crislei Scheuer Bollauf	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
214	Clair Beliski	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,40
216	Lia Mara Thomsen Maas	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,40
219	Tatiane Schutz	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,90
225	Jaqueline Aparecida da Silva	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,90
227	Rosangela Poteriko de Lima	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
229	Viviane Fiedler	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,50
231	Deise Mara Klitzke	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,30
234	Erica Rabelo Domingues	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,60
236	Maria Soloi Antunes Borba Klossoski	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
238	Mara Lúcia Creado de Aro Santos	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,30
240	Clevia Bittencurt Ersching	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,60
241	Vanessa Amabile de Carvalho	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
242	Roseli Aparecida Paes	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,50
244	Marina Tromm	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,10
246	Carina Piecharski	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
248	Ritiele Silva da Rosa Kronbauer	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,90
250	Evelin Cristian Weigle da Silva	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,50
252	Charlene Roberta Mielke Miranda	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,60
255	Kelly Luisa Mundt Guckert	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
257	Luciane Zamboni Moreira	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
258	Sirlei Lombardi	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,30
261	Carmen Luzia Kucarz	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,50
262	Greice Antunes Briesemeister	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
263	Marines Maas	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
264	Olga Teles de Souza Viero	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
268	Juceli Aparecida Miada	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
270	Caroline Lang	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
272	Laurecir da Silva Frogel	Professor B – Ensino de Educação Infantil	1,50
274	Cristiane Vieira Voigt	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,09
277	Cintia Temira Trinoski	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,10
278	Jaqueline Andressa Morineli	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
279	Janete de Castilhos Soares	Professor B – Ensino de Educação Infantil	-
283	Loreni Alves Padilha	Professor B – Ensino de Educação Infantil	0,50
076	Cristiane Ap. da Silva de Oliveira	Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	0,20
144	Flavio Augusto Santoro Bachion	Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	0,10
150	Leticia Regina Paul Paciello	Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	0,10
181	Nayara Laporte Pereira de Almeida	Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	0,05

247	Marilza Cordeiro	Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	0,10
282	Angelica Carolina Freiburger	Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	0,50
137	Juliana Aparecida Bizo	Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	0,50
163	Patricia Rosa	Professor C – Arte Anos Inicias e Finais	0,90
218	Rafael Rodrigo Soares	Professor C – Arte Anos Inicias e Finais	1,20
239	Rejane de Cássia Cordeiro	Professor B – Língua Estr. Inglês Anos Finais	1,10
215	Morgana Bresolin Bogoni Lorenço	Professor C – Língua Estr. Inglês Anos Finais	0,30
029	Fernanda Karina Pellim	Professor A – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais	0,20
033	Cristina Holzinger	Professor B – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais	0,10
108	Patricia de Almeida Pauli	Professor B – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais	0,20
271	Morgana Patricia Gebhardt Ponath	Professor B – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais	1,00
105	Marcelo Elias Ackermann	Professor C – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais	0,20

Schroeder (SC), 14 de dezembro de 2016.

Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado
Município de Schroeder

PORTARIA Nº. 6.794/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 6.794/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Paula Cristina Bruch, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO 010, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

RESOLUÇÃO 010, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre aprovação dos projetos do Edital nº 002/2016 de Seleção Pública de Projetos para Financiamento no ano de 2017 por meio do Fundo da Infância e Adolescência-FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder- CMDCA, por intermédio de sua presidente, no uso de suas atribuições e:

CONSIDERANDO a Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Nº137, que “Estabelece os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.”;

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº 2.097 de 1º de abril de 2016;

CONSIDERANDO a deliberação da reunião de 12 de dezembro de 2016, ata nº 12 2016, para aprovação dos projetos inscritos, conforme edital 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar projeto Espaço Livre e Real Feminino da Secretaria de Assistência Social, a ser financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, conforme Edital 002/2016 de Seleção Pública de Projetos para Financiamento no ano de 2017, por meio do Fundo da Infância e Adolescência-FIA.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresinha Tomaselli Tecilla

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

TERMO ADITIVO Nº. A113/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A113/2016 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 283/2014 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA., doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.801-530, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, neste ato representada pelo senhor Ernesto Muniz de Souza Junior, inscrito no CPF sob o nº. 004.770.259-19 e Daniela Ramos Silva, inscrita no CPF sob o nº. 007.395.609-05.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 283/2014-PMS, celebrado em 03 de dezembro de 2014, proveniente Processo Licitatório nº. 233/2014-PMS, Pregão Presencial nº. 104/2014-PMS, visando a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, V, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças de aditivo de prazo para o período 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, no valor total de R\$ 245.332,44 (duzentos e quarenta e cinco mil trezentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição), para o novo período de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, no valor total de R\$ 245.332,44 (duzentos e quarenta e cinco mil trezentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos), e a cláusula quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor R\$ 245.332,44 (duzentos e quarenta e cinco mil trezentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos), alterando o valor do contrato inicial para o valor de R\$ 679.490,31 (seiscentos e setenta e nove mil quatrocentos e noventa reais e trinta e um centavos), referente ao abaixo descrito:

ITEM	DESCRIÇÕES	USUÁRIOS	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO ATUAL	VALOR R\$ UNITÁRIO REAJUSTADO	VALOR R\$ TOTAL
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: PREFEITURA MUNICIPAL							
01	Planejamento Público	2	12	Mês	675,21	723,40	8.680,80
02	Contabilidade Pública	7	12	Mês	1.489,89	1.596,23	19.154,76
03	Compras e Licitações	6	12	Mês	846,78	907,22	10.886,64
04	Patrimônio Público	2	12	Mês	287,79	308,33	3.699,96
05	Folha de Pagamento	4	12	Mês	1.079,23	1.156,26	13.875,12
06	Tributação Municipal	11	12	Mês	2.990,84	3.204,31	38.451,72
07	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	Ilimitado	12	Mês	1.270,72	1.361,42	16.337,04
08	Atendimento ao Cidadão via internet	Ilimitado	12	Mês	398,48	426,92	5.123,04
09	Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	Ilimitado	12	Mês	1.799,82	1.928,28	23.139,36
10	Tesouraria Pública	2	12	Mês	228,02	244,29	2.931,48
11	Ponto Eletrônico	3	12	Mês	636,47	681,90	8.182,80
12	Almoxarifado Público	1	12	Mês	254,59	272,76	3.273,12
13	Recursos Humanos	3	12	Mês	586,66	628,53	7.542,36
14	Atendimento ao servidor público via internet	Ilimitado	12	Mês	232,45	249,04	2.988,48
15	Protocolo via internet	22	12	Mês	764,87	819,46	9.833,52

16	Gestão de Frotas Municipal	2	12	Mês	343,14	367,63	4.411,56
17	Portal da Transparência	Ilimitado	12	Mês	252,37	270,38	3.244,56
18	Gerenciamento Inteligente	1	12	Mês	442,76	474,36	5.692,32
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
19	Compras e Licitações	4	12	Mês	112,90	120,96	1.451,52
20	Contabilidade Pública	4	12	Mês	223,59	239,55	2.874,60
21	Tesouraria Pública	1	12	Mês	91,87	98,43	1.181,16
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE							
22	Compras e Licitações	4	12	Mês	112,90	120,96	1.451,52
23	Contabilidade Pública	4	12	Mês	223,59	239,55	2.874,60
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
24	Compras e Licitações	4	12	Mês	112,90	120,96	1.451,52
25	Contabilidade Pública	4	12	Mês	223,59	239,55	2.874,60
26	Tesouraria Pública	1	12	Mês	91,87	98,43	1.181,16
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO							
27	Compras e Licitações	1	12	Mês	94,09	100,81	1.209,72
28	Contabilidade Pública	1	12	Mês	132,83	142,31	1.707,72
SERVIÇOS TÉCNICOS: PREFEITURA E FUNDOS							
29	Serviços de implantação, migração e treinamento e bancos de dados.		1	Serv.	2.624,18	2.811,48	2.811,48
30	Hora Técnica para os serviços de suporte técnico e pós-implantação prestados na sede da entidade		300	Hora	71,95	77,09	23.127,00
31	Despesa com Deslocamento para os serviços de suporte técnico prestado na sede da entidade		12000	KM	0,72	0,77	9.240,00
32	Despesa com Estada e Alimentação para os serviços de suporte técnico prestado na sede da entidade		30	Diária	138,36	148,24	4.447,20
TOTAL R\$							245.332,44

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1 do contrato nº 283/2014-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 283/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 14 de dezembro de 2016.

CONTRATADA:

BETHA SISTEMAS LTDA
Ernesto Muniz de Souza Junior
CPF nº. 004.770.259-19
CONTRATANTE:

Daniela Ramos Silva
CPF nº. 007.395.609-05

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 100/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICIPIO DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL**
Nr.: 100/2016 - PRProcesso Administrativo:
Processo de Licitação: 181/2016
Data do Processo: 14/10/2016

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa para Serviços Especializados de Higienização e Limpeza de Caixas de Água, Controle Integrado de Pragas Urbanas (Desinsetização), Desratização, Limpeza de Fossa Séptica e Limpeza de Caixa de Gordura para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 11 / 2016

Motivo: devido a tentativa de abertura frustrada.

Schroeder, 14 de Dezembro de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

Seara

PREFEITURA

PORTARIAS 595/2016 A 606/2016

Portaria nº. 595/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- Que o Centro de Educação Infantil Dona Ilse e o Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho estarão em funcionamento no período de férias para atender alunos de Berçário I e II e Maternal I;

- Que foi realizado o chamamento dos candidatos aprovados no Concurso 001/2015, no entanto não preenchem todas as vagas necessárias para o período, resolve,

Prorrogar, o prazo de vigência da Portaria nº. 117/2016, que contrata Vanessa Paula Piquetti, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, categoria Pós Latu Sensu, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 a 30 de dezembro de 2016.

A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 14 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 596/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- Que o Centro de Educação Infantil Dona Ilse e o Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho estarão em funcionamento no período de férias para atender alunos de Berçário I e II e Maternal I;

- Que foi realizado o chamamento dos candidatos aprovados no Concurso 001/2015, no entanto não preenchem todas as vagas necessárias para o período, resolve,

Prorrogar, o prazo de vigência da Portaria nº. 118/2016, que contrata Talita Tartaro, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, categoria Pós Latu Sensu, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 a 30 de dezembro de 2016.

A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 14 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 597/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- Que o Centro de Educação Infantil Dona Ilse e o Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho estarão em funcionamento no

período de férias para atender alunos de Berçário I e II e Maternal I;

- Que foi realizado o chamamento dos candidatos aprovados no Concurso 001/2015, no entanto não preenchem todas as vagas necessárias para o período, resolve,
Prorrogar, o prazo de vigência da Portaria nº. 001/2016, que contrata Rosicler Fátima Mutzenberg Brust, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, categoria Ensino Superior, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 a 30 de dezembro de 2016.

A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 14 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 598/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- Que o Centro de Educação Infantil Dona Ilse e o Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho estarão em funcionamento no período de férias para atender alunos de Berçário I e II e Maternal I;

- Que foi realizado o chamamento dos candidatos aprovados no Concurso 001/2015, no entanto não preenchem todas as vagas necessárias para o período, resolve,

Prorrogar, o prazo de vigência da Portaria nº. 002/2016, que contrata Simone Analice Brand, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, categoria Ensino Superior, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 a 30 de dezembro de 2016.

A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 14 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 599/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- Que o Centro de Educação Infantil Dona Ilse e o Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho estarão em funcionamento no período de férias para atender alunos de Berçário I e II e Maternal I;

- Que foi realizado o chamamento dos candidatos aprovados no Concurso 001/2015, no entanto não preenchem todas as vagas necessárias para o período, resolve,

Prorrogar, o prazo de vigência da Portaria nº. 003/2016, que

contrata Kelin Cristiane Artifon, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 a 30 de dezembro de 2016.

A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 14 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 600/2016. A Prefeita Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso X do art. 108 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº. 21 de 15 de dezembro de 2003, combinado com as disposições do Edital nº. 35/2016 do Concurso de Remoção a pedido resolve, Remover a pedido, a servidora, Deyze Boarim Gonçalves Paludo, matrícula 142201, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Categoria Pós Lato Sensu, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, atualmente lotada no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, para a Escola Núcleo Rosina Nardi, a partir de 01 de janeiro de 2017.

A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 14 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 601/2016. A Prefeita Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso X do art. 108 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº. 21 de 15 de dezembro de 2003, combinado com as disposições do Edital nº. 35/2016 do Concurso de Remoção a pedido resolve, Remover a pedido, a servidora, Maira Monica Gabriel, matrícula 156401, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Categoria Ensino Superior, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, atualmente lotada no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, para a Escola Núcleo Lira Camila Petry, a partir de 01 de janeiro de 2017.

A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 14 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 602/2016. A Prefeita Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso X do art. 108 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº. 21 de 15 de dezembro de 2003, combinado com as disposições do Edital nº. 35/2016 do Concurso de Remoção a pedido resolve, Remover a pedido, a servidora, Marlene Manarov, matrícula 134701, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Categoria

Pós Lato Sensu, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, atualmente lotada no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, para a Escola Núcleo Rosina Nardi, a partir de 01 de janeiro de 2017. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Seara - SC, 14 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 603/2016. A Prefeita Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso X do art. 108 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº. 21 de 15 de dezembro de 2003, combinado com as disposições do Edital nº. 35/2016 do Concurso de Remoção a pedido resolve, Remover a pedido, a servidora, Marlene Manarov, matrícula 127101, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Categoria Pós Lato Sensu, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, atualmente lotada no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, para a Escola Núcleo Rosina Nardi, a partir de 01 de janeiro de 2017. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 14 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 604/2016. A Prefeita Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Demitir a pedido, Fabiano Rodrigo Marafon, contratado em caráter temporário, para exercer a função de Servente Interno, constante no Anexo I - Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara - SC., a partir de 16 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 14 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 605/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Tania Eliza Dutra Garghetti, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da lei complementar nº. 56/2012, categoria Ensino Médio - Magistério, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo V da mesma lei,

na Educação Infantil, lotada no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 14 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 606/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Lidiane Rita Martini, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da lei complementar nº. 56/2012, categoria Ensino Médio - Magistério, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo V da mesma lei, na Educação Infantil, lotada no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 14 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 220

DECRETO Nº 220/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre a Atualização dos Valores de Hora Máquina, do Anexo Único da Lei Municipal nº 465/2001 e dá outras providências.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais conferido pela Lei nº 465/2001 e de acordo com a Lei nº 452/2000:

CONSIDERANDO a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, no período de 1º de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2016, equivalente a 7,14% (sete vírgula quatorze por cento).

DECRETA

Art. 1º. Ficam atualizados os valores do Anexo Único, parte integrante da Lei Municipal nº 465/2001, conforme relação a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR HORA MÁQ. R\$
Trator de esteira e escavadeira hidráulica D51EX	237,20
Trator de Pneu com Implementos	130,45
Trator de Pneu com ensiladeira 1 linha	130,45
Trator de Pneu com ensiladeira 2 linha	150,65
Moto-niveladora e rolo compactador sem	225,30
Pá Carregadeira	189,75
Retro Escavadeira	136,40
Rolo Compactador Dinapac	125,75
Mini Carregadeira	65,25
Caminhão Basculante	125,75

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º, da Lei Municipal nº 958/2013, revogando o Decreto nº 181/2015 de 09 de dezembro de 2015 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de dezembro de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO 221

DECRETO Nº 221/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

“Dispõe sobre o Calendário Fiscal para Pagamento de Impostos Municipais e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao art. 56, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 017/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definido o Calendário Fiscal de Serra Alta, para pagamento de Alvará de Licença para Localização e Permanência - IPTU

(Imposto Predial e Territorial Urbano), Alvará Sanitário e ISS (Imposto Sobre Serviços), referente ao Exercício de 2016:

ALVARÁ VENCIMENTO

Pagamento em cota única	20/03/2017
-------------------------	------------

IPTU VENCIMENTO

Pagamento à vista/Parcela Única	12/06/2017
1ª Parcela	12/06/2017
2ª Parcela	12/07/2017
3ª Parcela	12/08/2017

ISS VENCIMENTO

1ª Parcela	20/02/2017
2ª Parcela	20/03/2017
3ª Parcela	20/04/2017
4ª Parcela	20/05/2017
5ª Parcela	20/06/2017
6ª Parcela	20/07/2017
7ª Parcela	20/08/2017
8ª Parcela	20/09/2017
9ª Parcela	20/10/2017
10ª Parcela	20/11/2017
11ª Parcela	20/12/2017
12ª Parcela	20/01/2018

ALVARÁ SANITÁRIO VENCIMENTO

Pagamento em cota única	20/03/2017
-------------------------	------------

Art. 2º. Os pagamentos poderão ser efetuados nas agências Bancárias.

Parágrafo Único. Após o vencimento, os impostos sofrerão acréscimo de multa e juros ocorridos no período, na forma do Código Tributário Municipal.

Art. 3º. Ao término do Exercício de 2017, os débitos serão lançados em dívida ativa e os pagamentos somente poderão ser quitados na Tesouraria Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013. Revoga as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de dezembro de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA 101

PORTARIA N.º 101/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS PARA O CARGO DE PROFESSOR II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são Conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; especialmente o inciso V do art. 4º da Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Municipal nº 680/2005 de 09/12/2005 e de acordo com o Edital nº 002/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Exonerada, a Servidora SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS, portadora do CPF nº 084.358.699-03 do cargo de Professor II, Nível 62 do Grupo 6-MAG com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal n.º 692/2006 de 13/04/2006, Lei Municipal 684/2013 de 03/10/2013, e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, surtindo seus efeitos a partir de 15 de Dezembro de 2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Dezembro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 1/1
 Data: 14/12/2016

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

ANEXO LEI 1069

Receitas		Valor	Despesas		Valor	
RECEITAS CORRENTES		20.792.807,30	DESPESAS CORRENTES		14.995.607,30	
RECEITA TRIBUTÁRIA		1.150.325,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		7.363.617,22	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		153.500,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		50.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA		14.250,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.581.990,08	
RECEITA DE SERVIÇOS		437.500,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		18.850.391,30				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		186.841,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA		-2.969.200,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.969.200,00				
			Superavit		2.828.000,00	
Total		17.823.607,30	Total		17.823.607,30	
Superavit do orçamento corrente		2.828.000,00				
RECEITAS DE CAPITAL		2.772.000,00	DESPESAS DE CAPITAL		5.550.000,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		500.000,00	INVESTIMENTOS		5.300.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS		880.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		250.000,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		12.000,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.380.000,00				
Deficit		2.778.000,00				
Total		5.550.000,00	Total		5.550.000,00	
Resumo						
RECEITAS CORRENTES		20.792.807,30	100,96 %	DESPESAS CORRENTES	14.995.607,30	72,81 %
RECEITAS DE CAPITAL		2.772.000,00	13,46 %	DESPESAS DE CAPITAL	5.550.000,00	26,95 %
DEDUÇÕES DA RECEITA		-2.969.200,00	-14,42 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,24 %
Total		20.595.607,30	100,00 %	Total	20.595.607,30	100,00 %

ANEXOS LEI 1069

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 1/5
 Data: 12/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA						16.163.613,35
Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito						895.000,00
Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito						895.000,00
Proj./Ativ.: 2.200 - Manutencao do Gabinete do Prefeito			Localizador: Gabinete do Prefeito			
1	04.122.2	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	560.000,00
1	04.122.2	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
1	04.122.2	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						760.000,00
Proj./Ativ.: 2.994 - Manutenção do Conselho Tutelar			Localizador: Gabinete do Prefeito			
2	08.243.2	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	85.000,00
2	08.243.2	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	35.000,00
2	08.243.2	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
Total:						135.000,00
Órgão: 03.00 - Secretaria de Administracao e Des. Economico						1.310.255,00
Unidade: 03.01 - Departamento de Administração						1.210.255,00
Proj./Ativ.: 2.001 - Contribuição a Entidades Municipalistas			Localizador: Secretaria de Administração e			
3	04.122.3	3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						50.000,00
Proj./Ativ.: 2.300 - Manutencao da Administracao Geral			Localizador: Secretaria de Administração e			
4	04.122.3	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	250.000,00
4	04.122.3	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	400.000,00
4	04.122.3	3.3.93.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorre	Não	Não	Não	50.000,00
4	04.122.3	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
Total:						900.000,00
Proj./Ativ.: 2.320 - Festividades do Municipio			Localizador: Secretaria de Administração e			
5	04.122.3	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
Total:						80.000,00
Proj./Ativ.: 2.330 - Apoio a Segurança Pública			Localizador: Secretaria de Administração e			
6	06.181.3	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0011.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.000,00
6	06.181.3	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0010.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	26.600,00
6	06.181.3	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	33.000,00
6	06.181.3	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0012.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	16.655,00
6	06.181.3	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
6	06.181.3	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
Total:						180.255,00
Unidade: 03.04 - Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS						100.000,00
Proj./Ativ.: 1.914 - Manutenção do Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS			Localizador: Secretaria de Administração e			
7	22.661.17	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						100.000,00
Órgão: 04.00 - Secretaria de Planejamento e Financas						1.180.000,00
Unidade: 04.01 - Departamento de Contabilidade						300.000,00
Proj./Ativ.: 0.400 - Encargos Gerais do Municipio			Localizador: Secretaria de Planejamento e			
8	28.843.4	3.2.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
8	28.843.4	4.6.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
Total:						300.000,00
Unidade: 04.03 - Departamento de Financas						880.000,00
Proj./Ativ.: 2.400 - Manutencao da Secretaria de Planejamento e Financas			Localizador: Secretaria de Planejamento e			
9	04.121.4	3.1.71.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transf. a Consórcios Pút	Não	Sim	Não	10.000,00
9	04.121.4	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	500.000,00
9	04.121.4	3.3.71.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Não	10.000,00
9	04.121.4	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	350.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 2/5
 Data: 12/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA						16.163.613,35
Órgão: 04.00 - Secretaria de Planejamento e Financas						1.180.000,00
Unidade: 04.03 - Departamento de Financas						880.000,00
Proj/Ativ.: 2.400 - Manutencao da Secretaria de Planejamento e Financas			Localizador: Secretaria de Planejamento e			
9	04.121.4	4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						880.000,00
Órgão: 05.00 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes						4.395.393,57
Unidade: 05.01 - Departamento de Educacao						3.960.393,57
Proj/Ativ.: 2.500 - Manutencao do Ensino Básico			Localizador: Secretaria de Educação, Cultu			
11	12.361.5	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	367.200,00
11	12.361.5	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000.01.02.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	572.800,00
11	12.361.5	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	709.037,00
11	12.361.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	497.456,57
11	12.361.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	100.000,00
11	12.361.5	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
11	12.361.5	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	30.000,00
11	12.361.5	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0062.000000.01.99.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	130.000,00
Total:						2.556.493,57
Proj/Ativ.: 2.510 - Manutencao da Merenda Escolar			Localizador: Secretaria de Educação, Cultu			
10	12.306.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037.000000.01.03.99 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	38.900,00
10	12.306.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	160.000,00
Total:						198.900,00
Proj/Ativ.: 2.540 - Manutencao do Transporte Escolar			Localizador: Secretaria de Educação, Cultu			
12	12.361.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	150.000,00
12	12.361.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0062.000000.01.06.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	70.000,00
12	12.361.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037.000000.01.03.99 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	40.000,00
Total:						260.000,00
Proj/Ativ.: 2.550 - Manutenção da Creche			Localizador: Secretaria de Educação, Cultu			
13	12.365.5	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000.01.02.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	360.000,00
13	12.365.5	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	300.000,00
13	12.365.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037.000000.01.03.98 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
13	12.365.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	100.000,00
13	12.365.5	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0037.000000.01.03.98 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
13	12.365.5	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
Total:						910.000,00
Proj/Ativ.: 2.992 - Educação Especial			Localizador: Secretaria de Educação, Cultu			
14	12.367.16	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	30.000,00
14	12.367.16	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						35.000,00
Unidade: 05.02 - Departamento de Cultura						270.000,00
Proj/Ativ.: 2.700 - Manutencao das Atividades Culturais			Localizador: Secretaria de Educação, Cultu			
15	13.392.7	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	50.000,00
15	13.392.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	120.000,00
15	13.392.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	50.000,00
15	13.392.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						270.000,00
Unidade: 05.03 - Departamento de Esportes						165.000,00
Proj/Ativ.: 2.600 - Apoio ao Esporte Amador			Localizador: Secretaria de Educação, Cultu			
16	27.811.6	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	50.000,00
16	27.811.6	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	65.000,00
16	27.811.6	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						165.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 3/5
 Data: 12/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA						16.163.613,35
Órgão: 07.00 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente						1.420.000,00
Unidade: 07.01 - Departamento de Agricultura						1.420.000,00
Proj./Ativ.: 1.904 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos			Localizador: Secretaria de Agricultura			
17	20.606.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
17	20.606.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						200.000,00
Proj./Ativ.: 2.010 - Assistencia ao Produtor Rural			Localizador: Secretaria de Agricultura			
18	20.606.10	3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transf. a Consórcios Pút	Não	Sim	Não	30.000,00
18	20.606.10	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	340.000,00
18	20.606.10	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	650.000,00
18	20.606.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
18	20.606.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						1.220.000,00
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS						4.390.629,78
Unidade: 08.01 - Departamento de Transportes						1.795.629,78
Proj./Ativ.: 2.110 - Manutencao da Secretaria dos Transportes			Localizador: Secretaria dos Transportes, O			
19	26.782.11	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	512.245,22
19	26.782.11	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	855.509,56
19	26.782.11	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0039.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
19	26.782.11	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0007.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	97.875,00
19	26.782.11	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
19	26.782.11	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
Total:						1.795.629,78
Unidade: 08.02 - Departamento de Obras e Servicos Urbanos						2.595.000,00
Proj./Ativ.: 1.120 - Pavimentacao de Ruas, Passeios e Ciclovias			Localizador: Secretaria dos Transportes, O			
20	15.451.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
20	15.451.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0089.000000.04.01.01 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
20	15.451.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0083.000000.04.02.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
20	15.451.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	340.000,00
20	15.451.12	4.4.93.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorre	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						1.090.000,00
Proj./Ativ.: 1.121 - Saneamento Basico			Localizador: Secretaria dos Transportes, O			
24	15.512.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
24	15.512.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						125.000,00
Proj./Ativ.: 1.913 - Construção da Casa Mortuária			Localizador: Secretaria dos Transportes, O			
21	15.451.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0083.000000.04.02.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	300.000,00
Total:						300.000,00
Proj./Ativ.: 2.120 - Manutencao dos Servicos Urbanos			Localizador: Secretaria dos Transportes, O			
22	15.452.12	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	100.000,00
22	15.452.12	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	300.000,00
22	15.452.12	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
22	15.452.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	120.000,00
22	15.452.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						770.000,00
Proj./Ativ.: 2.121 - Manutencao do Sistema de Abastecimento de Agua			Localizador: Secretaria dos Transportes, O			
23	15.452.12	3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transf. a Consórcios Pút	Não	Sim	Não	10.000,00
23	15.452.12	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
23	15.452.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
23	15.452.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						310.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 4/5
 Data: 12/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA						16.163.613,35
Órgão: 09.00 - Reserva de Contingencia						50.000,00
Unidade: 09.01 - Reserva de Contingencia						50.000,00
Proj./Ativ.: 4.130 - Reserva de Contingencia						Localizador: Reserva de Contingencia
25	99.999.13	9.9.99.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - RESERVA DE CONTING	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						50.000,00
Órgão: 11.00 - Secretaria de Assistencia Social						2.522.335,00
Unidade: 11.02 - Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia - FIA						30.000,00
Proj./Ativ.: 2.910 - Manutencao do Fundo da Infancia e Adolescencia						Localizador: Secretaria de Assistencia Soc
26	08.243.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
Total:						30.000,00
Unidade: 11.03 - Fundo Municipal de Assistencia Social						2.492.335,00
Proj./Ativ.: 1.410 - Programa de Habitacao						Localizador: Secretaria de Assistencia Soc
33	16.482.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
33	16.482.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0089.000000.04.01.01 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	630.000,00
33	16.482.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						730.000,00
Proj./Ativ.: 1.912 - Construção do CRAS						Localizador: Secretaria de Assistencia Soc
28	08.243.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
28	08.243.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						300.000,00
Proj./Ativ.: 2.900 - Manutencao do Fundo de Assistencia Social						Localizador: Secretaria de Assistencia Soc
31	08.244.9	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	350.000,00
31	08.244.9	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0035.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	177.335,00
31	08.244.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0035.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	115.000,00
31	08.244.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
31	08.244.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
31	08.244.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0035.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	85.000,00
Total:						1.027.335,00
Proj./Ativ.: 2.920 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos						Localizador: Secretaria de Assistencia Soc
32	08.244.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0035.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	35.000,00
32	08.244.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
32	08.244.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						135.000,00
Proj./Ativ.: 2.930 - Atencao a Terceira Idade						Localizador: Secretaria de Assistencia Soc
27	08.241.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
27	08.241.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						170.000,00
Proj./Ativ.: 2.940 - Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.						Localizador: Secretaria de Assistencia Soc
29	08.243.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						50.000,00
Proj./Ativ.: 2.993 - Programa de Atenção Integral as Famílias						Localizador: Secretaria de Assistencia Soc
30	08.243.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0035.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
30	08.243.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
Total:						80.000,00
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA						3.631.993,95
Órgão: 10.00 - Fundo Municipal de Saúde						3.631.993,95
Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde						3.631.993,95
Proj./Ativ.: 2.800 - Manutencao do Fundo Municipal de Saude						Localizador: Fundo Municipal de Saúde
1	10.301.8	3.1.71.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Transf. a Consórcios Pút	Não	Sim	Sim	20.000,00
1	10.301.8	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0067.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	60.000,00
1	10.301.8	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	1.200.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 5/5
 Data: 12/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA						
Órgão: 10.00 - Fundo Municipal de Saúde						
Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde						
Proj./Ativ.: 2.800 - Manutencao do Fundo Municipal de Saude						
1	10.301.8	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0038.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	200.000,00
1	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0067.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	60.000,00
1	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	846.993,95
1	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	510.000,00
1	10.301.8	3.3.93.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicação Direta Decorre	Não	Não	Sim	200.000,00
1	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0063.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	90.000,00
1	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	100.000,00
1	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0038.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	200.000,00
Total:						3.486.993,95
Localizador: Fundo Municipal de Saúde						
Proj./Ativ.: 2.810 - Vigilancia em Saúde						
2	10.304.8	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	35.000,00
2	10.304.8	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0038.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	75.000,00
2	10.304.8	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0038.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	35.000,00
Total:						145.000,00
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA						
Órgão: 01.00 - Camara de Vereadores						
Unidade: 01.01 - Camara de Vereadores						
Proj./Ativ.: 2.100 - Manutencao da Camara de Vereadores						
1	01.031.1	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	550.000,00
1	01.031.1	3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	20.000,00
1	01.031.1	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	220.000,00
1	01.031.1	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						800.000,00
Total Geral:						20.595.607,30

ANEXOS LEI 1069

Página: 1/5
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Órgão: 02.00	Gabinete do Prefeito	2845000	13.018.613,35	300.000,00	16.163.613,35
Unidade: 02.01	Gabinete do Prefeito	0,00	895.000,00	0,00	895.000,00
		0,00	895.000,00	0,00	895.000,00
04	Administração		760.000,00		760.000,00
04.122	Administração Geral		760.000,00		760.000,00
04.122.0002	Gestao Administrativa Superior		760.000,00		760.000,00
04.122.0002.2.200	Manutencao do Gabinete do Prefeito		760.000,00		760.000,00
08	Assistência Social		135.000,00		135.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		135.000,00		135.000,00
08.243.0002	Gestao Administrativa Superior		135.000,00		135.000,00
08.243.0002.2.994	Manutenção do Conselho Tutelar		135.000,00		135.000,00
Órgão: 03.00	Secretaria de Administracao e Des. Economico	100.000,00	1.210.255,00	0,00	1.310.255,00
Unidade: 03.01	Departamento de Administração	0,00	1.210.255,00	0,00	1.210.255,00
04	Administração		1.030.000,00		1.030.000,00
04.122	Administração Geral		1.030.000,00		1.030.000,00
04.122.0003	Administracao Geral		1.030.000,00		1.030.000,00
04.122.0003.2.001	Contribuição a Entidades Municipalistas		50.000,00		50.000,00
04.122.0003.2.300	Manutencao da Administracao Geral		900.000,00		900.000,00
04.122.0003.2.320	Festividades do Município		80.000,00		80.000,00
06	Segurança Pública		180.255,00		180.255,00
06.181	Policimento		180.255,00		180.255,00
06.181.0003	Administracao Geral		180.255,00		180.255,00
06.181.0003.2.330	Apoio a Segurança Pública		180.255,00		180.255,00
Unidade: 03.04	Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial	100.000,00			100.000,00
22.661.0017	Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	100.000,00			100.000,00
22.661.0017.1.914	Manutenção do Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	100.000,00			100.000,00

Página: 2/5
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Órgão: 04.00 Secretaria de Planejamento e Finanças					
Unidade: 04.01 Departamento de Contabilidade					
28	Encargos Especiais	2845000	13.018.613,35	300.000,00	16.163.613,35
28.843	Serviço da Divida Interna	0,00	880.000,00	300.000,00	1.180.000,00
28.843.0004	Planejamento e Finanças	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
28.843.0004.0.400	Encargos Gerais do Município			300.000,00	300.000,00
Unidade: 04.03 Departamento de Finanças					
04	Administração	0,00	880.000,00	0,00	880.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento		880.000,00		880.000,00
04.121.0004	Planejamento e Finanças		880.000,00		880.000,00
04.121.0004.2.400	Manutencao da Secretaria de Planejamento e Finanças		880.000,00		880.000,00
Órgão: 05.00 Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes					
Unidade: 05.01 Departamento de Educacao					
12	Educacao	0,00	4.395.393,57	0,00	4.395.393,57
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	3.960.393,57	0,00	3.960.393,57
12.306.0005	Educacao para Todos		198.900,00		198.900,00
12.306.0005.2.510	Manutencao da Merenda Escolar		198.900,00		198.900,00
12.361	Ensino Fundamental		2.816.493,57		2.816.493,57
12.361.0005	Educacao para Todos		2.816.493,57		2.816.493,57
12.361.0005.2.500	Manutencao do Ensino Básico		2.556.493,57		2.556.493,57
12.361.0005.2.540	Manutencao do Transporte Escolar		260.000,00		260.000,00
12.365	Educacao Infantil		910.000,00		910.000,00
12.365.0005	Educacao para Todos		910.000,00		910.000,00
12.365.0005.2.550	Manutenção da Creche		910.000,00		910.000,00
12.367	Educacao Especial		35.000,00		35.000,00
12.367.0016	Educacao Especial		35.000,00		35.000,00
12.367.0016.2.992	Educacao Especial		35.000,00		35.000,00
Unidade: 05.02 Departamento de Cultura					
13	Cultura	0,00	270.000,00	0,00	270.000,00
13.392	Difusão Cultural		270.000,00		270.000,00
13.392.0007	Cultura, Arte e Lazer		270.000,00		270.000,00
13.392.0007.2.700	Manutencao das Atividades Culturais		270.000,00		270.000,00

Página: 3/5
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Órgão: 05.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes					
Unidade: 05.02 Departamento de Cultura					
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural				
13.392.0007	Cultura, Arte e Lazer				
13.392.0007.2.700	Manutenção das Atividades Culturais				
Unidade: 05.03 Departamento de Esportes					
27	Desporto e Lazer				
27.811	Desporto de Rendimento				
27.811.0006	Esporte Participativo				
27.811.0006.2.600	Apelo ao Esporte Amador				
Órgão: 07.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente					
Unidade: 07.01 Departamento de Agricultura					
20	Agricultura				
20.606	Extensão Rural				
20.606.0010	Fomento à Produção Agrícola				
20.606.0010.1.904	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos				
20.606.0010.2.010	Assistência ao Produtor Rural				
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS					
Unidade: 08.01 Departamento de Transportes					
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário				
26.782.0011	Transporte Rodoviário				
26.782.0011.2.110	Manutenção da Secretaria dos Transportes				
Unidade: 08.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos					
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana				
15.451.0012	Serviços de Utilidade Pública				
15.451.0012.1.120	Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias				
15.451.0012.1.913	Construção da Casa Mortuária				
		2845000	13.018.613,35	300.000,00	16.163.613,35
		0,00	4.395.393,57	0,00	4.395.393,57
		0,00	270.000,00	0,00	270.000,00
			270.000,00		270.000,00
			270.000,00		270.000,00
			270.000,00		270.000,00
		0,00	165.000,00	0,00	165.000,00
			165.000,00		165.000,00
			165.000,00		165.000,00
			165.000,00		165.000,00
		200.000,00	1.220.000,00	0,00	1.420.000,00
		200.000,00	1.220.000,00	0,00	1.420.000,00
		200.000,00	1.220.000,00		1.420.000,00
		200.000,00	1.220.000,00		1.420.000,00
		200.000,00	1.220.000,00		200.000,00
			1.220.000,00		1.220.000,00
		1.515.000,00	2.875.629,78	0,00	4.390.629,78
		0,00	1.795.629,78	0,00	1.795.629,78
			1.795.629,78		1.795.629,78
			1.795.629,78		1.795.629,78
		1.515.000,00	1.080.000,00	0,00	2.595.000,00
		1.515.000,00	1.080.000,00		2.595.000,00
		1.390.000,00			1.390.000,00
		1.390.000,00			1.390.000,00
		1.090.000,00			1.090.000,00
		300.000,00			300.000,00

Página: 4/5
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS					
Unidade: 08.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos					
15	Urbanismo				
15.452	Serviços Urbanos				
15.452.0012	Serviços de Utilidade Pública				
15.452.0012.2.120	Manutenção dos Serviços Urbanos				
15.452.0012.2.121	Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água				
15.512	Saneamento Básico Urbano				
15.512.0012	Serviços de Utilidade Pública				
15.512.0012.1.121	Saneamento Básico				
Órgão: 09.00 Reserva de Contingência					
Unidade: 09.01 Reserva de Contingência					
99	Reserva de Contingência				
99.999	Reserva de Contingência				
99.999.0013	Reserva de Contingência				
99.999.0013.4.130	Reserva de Contingência				
Órgão: 11.00 Secretaria de Assistência Social					
Unidade: 11.02 Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA					
08	Assistência Social				
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente				
08.243.0009	Atendimento Social				
08.243.0009.2.910	Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência				
Unidade: 11.03 Fundo Municipal de Assistência Social					
08	Assistência Social				
08.241	Assistência ao Idoso				
08.241.0009	Atendimento Social				
08.241.0009.2.930	Atenção a Terceira Idade				
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente				
08.243.0009	Atendimento Social				
08.243.0009.1.912	Construção do CRAS				
08.243.0009.2.940	Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.				
08.243.0009.2.993	Programa de Atenção Integral às Famílias				
		2845000	13.018.613,35	300.000,00	16.163.613,35
		1.515.000,00	2.875.629,78	0,00	4.390.629,78
		1.515.000,00	1.080.000,00	0,00	2.595.000,00
		1.515.000,00	1.080.000,00		2.595.000,00
			1.080.000,00		1.080.000,00
			1.080.000,00		1.080.000,00
			770.000,00		770.000,00
		125.000,00	310.000,00		310.000,00
		125.000,00			125.000,00
		125.000,00			125.000,00
		0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
		0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
			50.000,00		50.000,00
			50.000,00		50.000,00
			50.000,00		50.000,00
		1.030.000,00	1.492.335,00	0,00	2.522.335,00
		0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
			30.000,00		30.000,00
			30.000,00		30.000,00
			30.000,00		30.000,00
		1.030.000,00	1.462.335,00	0,00	2.492.335,00
		300.000,00	1.462.335,00		1.762.335,00
			170.000,00		170.000,00
			170.000,00		170.000,00
			170.000,00		170.000,00
		300.000,00	130.000,00		430.000,00
		300.000,00	130.000,00		430.000,00
		300.000,00	50.000,00		300.000,00
			80.000,00		50.000,00
					80.000,00

Página: 5/5
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA					
Órgão: 11.00	Secretaria de Assistência Social				
Unidade: 11.03	Fundo Municipal de Assistência Social				
08	Assistência Social	2845000	13.018.613,35	300.000,00	16.163.613,35
08.244	Assistência Comunitária				
08.244.0009	Atendimento Social	1.030.000,00	1.492.335,00	0,00	2.522.335,00
08.244.0009.2.900	Manutenção do Fundo de Assistência Social	1.030.000,00	1.462.335,00	0,00	2.492.335,00
08.244.0009.2.920	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos				
16	Habitação				
16.482	Habitação Urbana	730.000,00	135.000,00		1.762.335,00
16.482.0009	Atendimento Social	730.000,00	1.162.335,00		1.162.335,00
16.482.0009.1.410	Programa de Habitação	730.000,00	1.162.335,00		1.162.335,00
			1.027.335,00		1.027.335,00
					135.000,00
					730.000,00
					730.000,00
					730.000,00
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA					
Órgão: 10.00	Fundo Municipal de Saúde	0	3.631.993,95	0,00	3.631.993,95
Unidade: 10.01	Fundo Municipal de Saúde	0,00	3.631.993,95	0,00	3.631.993,95
		0,00	3.631.993,95	0,00	3.631.993,95
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		3.631.993,95		3.631.993,95
10.301.0008	Atendimento a Saúde Pública		3.486.993,95		3.486.993,95
10.301.0008.2.800	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		3.486.993,95		3.486.993,95
10.304	Vigilância Sanitária		3.486.993,95		3.486.993,95
10.304.0008	Atendimento a Saúde Pública		145.000,00		145.000,00
10.304.0008.2.810	Vigilância em Saúde		145.000,00		145.000,00
			145.000,00		145.000,00
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA					
Órgão: 01.00	Camara de Vereadores	0	800.000,00	0,00	800.000,00
Unidade: 01.01	Camara de Vereadores	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
		0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
01	Legislativa				
01.031	Ação Legislativa		800.000,00		800.000,00
01.031.0001	Processo Legislativo		800.000,00		800.000,00
01.031.0001.2.100	Manutenção da Camara de Vereadores		800.000,00		800.000,00
Total geral:					20.595.607,30

ANEXOS LEI 1069

Página: 1/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Camara de Vereadores	01.00
Unidade:	Camara de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	Processo Legislativo	0001

Objetivo do programa:

Dar continuidade as funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo composto de nove vereadores, funciona com Sede alugada independente, com autonomia financeira própria..

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.100	1	2	Manutencao da Camara de Vereadores	Manutencao (Camara de Vereadores)	1,000	800.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao de Camara de Vereadores

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	550.000,00	0,00	550.000,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000.0000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	220.000,00	0,00	220.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			800.000,00	0,00	800.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 2/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Gabinete do Prefeito	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestao Administrativa Superior	0002

Objetivo do programa:
Melhorar e ampliar os serviços publicos municipais, praticar o principio da transparencia dos atos da administracao, envolver a sociedade nas decisoes administrativas, melhorar e ampliar as acoes planejadas e o controle dos atos da administracao municipal.

Justificativa do programa:

Este programa sera executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, que envolve o Prefeito e o Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Imprensa e Assessoria Juridica.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.200	2	2	Manutencao do Gabinete do Prefeito	Manutencao (Gabinete do Prefeito)	1,000	760.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Gabinete do Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	560.000,00	0,00	560.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			760.000,00	0,00	760.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 3/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Gabinete do Prefeito	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Gestão Administrativa Superior	0002

Objetivo do programa:
Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas, melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração municipal.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, que envolve o Prefeito e o Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Imprensa e Assessoria Jurídica.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.994	2	2	Manutenção do Conselho Tutelar	Manutenção (Gabinete do Prefeito)	1,000	135,000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Conselho Tutelar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	85.000,00	0,00	85.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	35.000,00	0,00	35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	15.000,00	0,00	15.000,00
Total:			135.000,00	0,00	135.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 4/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administracao Geral	0003

Objetivo do programa:

Manter o controle dos atos de pessoal e servicos gerais da administração, assessoria ao Gabinete do Prefeito.

Justificativa do programa:

Este Programa sera executado pela Secretaria de Administracao, com o apoio dos órgãos de assessoria administrativa, envolvendo os Departamentos de Administração, Pessoal, Serviços Gerais e Desenvolvimento Econômico.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.320	3	2	Festividades do Município	Manutencao (Departamento de Administração)	1.000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Festividades alusivas ao Aniversário do Município de Serra Alta

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 5/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administracao Geral	0003

Objetivo do programa:

Manter o controle dos atos de pessoal e serviços gerais da administração, assessoria ao Gabinete do Prefeito.

Justificativa do programa:

Este Programa será executado pela Secretaria de Administracao, com o apoio dos órgãos de assessoria administrativa, envolvendo os Departamentos de Administração, Pessoal, Serviços Gerais e Desenvolvimento Econômico.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.300	3	2	Manutencao da Administracao Geral	Manutencao (Departamento de Administração)	1,000	900.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao da Secretaria de Administracao e Desenvolvimento Economico

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0000.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			900.000,00	0,00	900.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 637
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administracao Geral	0003

Objetivo do programa:

Manter o controle dos atos de pessoal e servicos gerais da administração, assessoria ao Gabinete do Prefeito.

Justificativa do programa:

Este Programa sera executado pela Secretaria de Administracao, com o apoio dos órgãos de assessoria administrativa, envolvendo os Departamentos de Administração, Pessoal, Serviços Gerais e Desenvolvimento Econômico.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3	2	Contribuição a Entidades Municipalistas	Contribuição a Entidades Municipalistas (Departamento de Administração)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Contribuição a Entidades Municipalistas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 7/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Administracao Geral	0003

Objetivo do programa:

Manter o controle dos atos de pessoal e servicos gerais da administração, assessoria ao Gabinete do Prefeito.

Justificativa do programa:

Este Programa será executado pela Secretaria de Administracao, com o apoio dos órgãos de assessoria administrativa, envolvendo os Departamentos de Administração, Pessoal, Serviços Gerais e Desenvolvimento Econômico.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.330	3	2	Apoio a Segurança Pública	Manutencao (Departamento de Administração)	1,000	180.255,00

II - Descrição das Ações

Promover a Segurança Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	60.000,00	0,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0010.000000	0,00	26.600,00	26.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0011.000000	0,00	14.000,00	14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0012.000000	0,00	16.655,00	16.655,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080.000000	0,00	33.000,00	33.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			90.000,00	90.255,00	180.255,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0010 - Convênio de Trânsito - Militar
00.01.0011 - Convênio de Trânsito - Civil
00.01.0012 - Convênio de Trânsito - Prefeitura
00.01.0080 - Outras Especificações

Página: 837
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	03.04
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	0017

Objetivo do programa:

Concessão de incentivos fiscais e materiais as Indústria do Município.

Justificativa do programa:

Estabelecer política de incentivos Fiscais e Materiais as Industriais que tem suas atividades estabelecidas no Município de Serra Alta, bem como aquelas já instaladas e que ampliem de forma expressiva sua capacidade de produção e demanda da mão de obra, visando o desenvolvimento econômico.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.914	3	1	Manutenção do Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	Manutencao (Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS)	1,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 9/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Planejamento e Finanças	04.00
Unidade:	Departamento de Contabilidade	04.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	Planejamento e Finanças	0004

Objetivo do programa:

Garantir as fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, melhorar e controlar a arrecadação de tributos, controlar os limites para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional de controle interno, melhorar o gerenciamento dos serviços públicos com maior eficácia na aplicação de recursos públicos.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela Secretaria de Planejamento, pelos departamentos de tributação e fiscalização, contabilidade e finanças, atendendo as normas gerais de finanças públicas, Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente aos itens de Planejamento, Transparência, Controle e Responsabilização.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.400	4	3	Encargos Gerais do Município	Operação de crédito (Departamento de Contabilidade)	1,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

Dívida Fundada Interna, Encargos da Dívida e Débitos Consolidados.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	250.000,00	0,00	250.000,00
Total:			300.000,00	0,00	300.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 10/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Planejamento e Finanças	04.00
Unidade:	Departamento de Finanças	04.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Planejamento e Orçamento	121
Programa:	Planejamento e Finanças	0004

Objetivo do programa:

Garantir as fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, melhorar e controlar a arrecadação de tributos, controlar os limites para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional de controle interno, melhorar o gerenciamento dos serviços públicos com maior eficácia na aplicação de recursos públicos.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela Secretaria de Planejamento, pelos departamentos de tributação e fiscalização, contabilidade e finanças, atendendo as normas gerais de finanças públicas, Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente aos itens de Planejamento, Transparência, Controle e Responsabilização.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.400	4	2	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças	Manutenção (Departamento de Finanças)	1,000	880,000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000.0000000	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000.0000000	350.000,00	0,00	350.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			880.000,00	0,00	880.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 11/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	Educacao para Todos	0005

Objetivo do programa:

Melhoria da frequencia escolar e qualidade de ensino, diminuicao da evasao escolar e atendimento as demandas, buscando sempre mais o aprimoramento da educacao.

Justificativa do programa:

O Município possui Duas Unidades Escolares, sendo uma na Sede do Município e outra na area rural, atende alunos do ensino médio. O Município vem buscando constantes alternativas de manter uma unidade na area rural, porem com a mesma qualidade de ensino e acesso aos meios dispoñiveis.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.510	5	2	Manutencao da Merenda Escolar	Manutencao (Departamento de Educacao	1,000	198.900,00

II - Descrição das Ações

Manutencao da Merenda Escolar, atraves do Programa Nacional de Alimentacao Escolar - PNAE.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	160.000,00	0,00	160.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037.0000000	0,00	38.900,00	38.900,00
Total:			160.000,00	38.900,00	198.900,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE

Página: 12/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educacao	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educacao para Todos	0005

Objetivo do programa:

Melhoria da frequencia escolar e qualidade de ensino, diminuicao da evasao escolar e atendimento as demandas, buscando sempre mais o aprimoramento da educacao.

Justificativa do programa:

O Municipio possui Duas Unidades Escolares, sendo uma na Sede do Municipio e outra na area rural, atende alunos do ensino médio. O Municipio vem buscando constantes alternativas de manter uma unidade na area rural, porem com a mesma qualidade de ensino e acesso aos meios disponiveis.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.540	5	2	Manutencao do Transporte Escolar	Manutencao (Departamento de Educacao	1,000	260.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Transporte Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037.0000000	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0062.0000000	0,00	70.000,00	70.000,00
Total:			150.000,00	110.000,00	260.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE
00.01.0062 - Transferências de Convênios - Estado/Educacao

Página: 13/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educacao para Todos	0005

Objetivo do programa:

Melhoria da frequencia escolar e qualidade de ensino, diminuicao da evasao escolar e atendimento as demandas, buscando sempre mais o aprimoramento da educacao.

Justificativa do programa:

O Municipio possui Duas Unidades Escolares, sendo uma na Sede do Municipio e outra na area rural, atende alunos do ensino médio. O Municipio vem buscando constantes alternativas de manter uma unidade na area rural, porem com a mesma qualidade de ensino e acesso aos meios disponiveis.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Fisica	Financeira
2.500	5	2	Manutencao do Ensino Básico	Manutencao (Departamento de Educacao	1.000	2.556.493,57

II - Descrição das Ações

Manutencao da Educação Básica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	709.037,00	0,00	709.037,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018.000000	0,00	572.800,00	572.800,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019.000000	0,00	367.200,00	367.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.000000	497.456,57	0,00	497.456,57
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0036.000000	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	150.000,00	0,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0036.000000	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0062.000000	0,00	130.000,00	130.000,00
Total:			1.356.493,57	1.200.000,00	2.556.493,57

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0001 - Recotas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%
00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%
00.01.0036 - Salário-Educação
00.01.0062 - Transferências de Convênios - Estado/Educação

Página: 14/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Educacao para Todos	0005

Objetivo do programa:

Melhoria da frequencia escolar e qualidade de ensino, diminuicao da evasao escolar e atendimento as demandas, buscando sempre mais o aprimoramento da educacao.

Justificativa do programa:

O Municipio possui Duas Unidades Escolares, sendo uma na Sede do Municipio e outra na area rural, atende alunos do ensino médio. O Municipio vem buscando constantes alternativas de manter uma unidade na area rural, porem com a mesma qualidade de ensino e acesso aos meios disponiveis.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.550	5	2	Manutenção da Creche	Manutencao (Departamento de Educacao	1,000	910.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Creche

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.000000	300.000,00	0,00	300.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018.000000	0,00	360.000,00	360.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			450.000,00	460.000,00	910.000,00

Legenda:

00.01.0001 - Recotas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%
00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 15/37
 Data: 12/12/2016

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	Educação Especial	0016

Objetivo do programa:

Atendimento as crianças portadoras de necessidades especiais.

Justificativa do programa:

O Município conta em média com 13 crianças com necessidades especiais que necessitam de atendimento para crianças especiais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.992	5	2	Educação Especial	Programa (Departamento de Educacao)	1,000	35.000,00

II - Descrição das Ações

Educação Especial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			35.000,00	0,00	35.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 16/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Cultura	05.02
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Cultura, Arte e Lazer	0007

Objetivo do programa:

Melhorar o nível cultural e artístico, possibilitando o ingresso em áreas profissionais, resgatar a história do Município.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, possui uma cultura tipicamente italiana e oferece cursos nas mais diversas áreas e modalidades da cultura com propósitos de aperfeiçoar os talentos culturais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.700	5	2	Manutencao das Atividades Culturais	Manutencao (Departamento de Cultura	1,000	270.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao e funcionamento das atividades da Casa da Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	120.000,00	0,00	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			220.000,00	50.000,00	270.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0034 - Transferências de Convênios - Outros

Página: 17/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Esportes	05.03
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto de Rendimento	811
Programa:	Esporte Participativo	0006

Objetivo do programa:

Estimular a prática esportiva, desenvolver o espírito competitivo, integração entre as comunidades, descobrir novos talentos, afastar os jovens das práticas indevidas.

Justificativa do programa:

O Município possui uma estrutura esportiva de Centros Esportivos Educacionais, campos de futebol de campo, suíço, quadras esportivas, incluindo a sede e interior do Município, realiza diversos campeonatos nas mais diversas modalidades com o intuito de agregar talentos esportivos gradativamente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.600	5	2	Apoio ao Esporte Amador	Manutencao (Departamento de Esportes)	1.000	165.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio ao Esporte Amador

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	65.000,00	0,00	65.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			165.000,00	0,00	165.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 18/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	07.00
Unidade:	Departamento de Agricultura	07.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Fomento a Produção Agrícola	0010

Objetivo do programa:

Ampliar e diversificar a produção e produtividade, elevar a rentabilidade, estagnar o êxodo rural com condições dignas e recomendáveis a um padrão de vida aceitável.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, com predominância no setor agrícola, passa por problemas de ordem econômica em função da política agrícola do nosso país.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	7	2	Assistencia ao Produtor Rural	Manutencao (Departamento de Agricultura)	1,000	1.220.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	340.000,00	0,00	340.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	650.000,00	0,00	650.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			1.120.000,00	100.000,00	1.220.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0034 - Transferências de Convênios - Outros

Página: 19/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	07.00
Unidade:	Departamento de Agricultura	07.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Fomento a Produção Agrícola	0010

Objetivo do programa:

Ampliar e diversificar a produção e produtividade, elevar a rentabilidade, estagnar o êxodo rural com condições dignas e recomendáveis a um padrão de vida aceitável.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, com predominância no setor agrícola, passa por problemas de ordem econômica em função da política agrícola do nosso país.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.904	7	1	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos	Bens Móveis (Departamento de Agricultura)	1,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			100.000,00	100.000,00	200.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0034 - Transferências de Convênios - Outros

Página: 20/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Transportes	08.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	Transporte Rodoviário	0011

Objetivo do programa:

Oferecer melhorias na infra-estrutura rural, conservação e construção de pontes e pontilhões.

Justificativa do programa:

o Município é cortado pela SC-469 numa extensão de 28 km, toda ela com pavimentação asfáltica. Além disso o município possui aproximadamente 360 km de estradas vicinais que necessitam de constante manutenção, visto que estão sujeitas as danificações da ação do tempo.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.110	8	2	Manutencao da Secretaria dos Transportes	Manutencao (Departamento de Transportes	1,000	1.795.629,78

II - Descrição das Ações

Manutencao da Secretaria dos Transportes

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	512.245,22	0,00	512.245,22
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	855.509,56	0,00	855.509,56
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0007.000000	0,00	97.875,00	97.875,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0039.000000	0,00	80.000,00	80.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034.000000	0,00	150.000,00	150.000,00
Total:			1.467.754,78	327.875,00	1.795.629,78

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0007 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE
00.01.0034 - Transferências de Convênios - Outros
00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo - FEPE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 21/37
 Data: 12/12/2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovias, envolvendo toda infra-estrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.913	8	1	Construção da Casa Mortuária	obras (Departamento de Obras e Serviços Urbanos)	1.000	300.000,00

II - Descrição das Ações

Construção da Casa Mortuária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0083.000000	0,00	300.000,00	300.000,00
Total:			0,00	300.000,00	300.000,00

Legenda:

00.01.0083 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas

Página: 22/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infra-estrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.120	8	1	Pavimentacao de Ruas, Passeios e Ciclovias	obras (Departamento de Obras e Serviços Urbanos)	1,000	1.090.000,00

II - Descrição das Ações

Pavimentacao de Ruas, Passeios e Ciclovias

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034.0000000	0,00	340.000,00	340.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0083.0000000	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0089.0000000	250.000,00	0,00	250.000,00
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0000.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			550.000,00	540.000,00	1.090.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0034 - Transferências de Convênios - Outros
00.01.0083 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas
00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

Página: 23/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infraestrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.121	8	2	Manutencao do Sistema de Abastecimento de Agua	Manutencao (Departamento de Obras e Serviços Urbanos)	1,000	310.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Sistema de Abastecimento de Agua

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			210.000,00	100.000,00	310.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0034 - Transferências de Convênios - Outros

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 24/37
 Data: 12/12/2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infraestrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.120	8	2	Manutencao dos Servicos Urbanos	Manutencao (Departamento de Obras e Servicos Urbanos)	1,000	770.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao dos Servicos Urbanos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0008.0000000	0,00	150.000,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034.0000000	0,00	120.000,00	120.000,00
Total:			500.000,00	270.000,00	770.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
 00.01.0008 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
 00.01.0034 - Transferências de Convênios - Outros

Página: 25/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infra-estrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.121	8	1	Saneamento Básico	obras (Departamento de Obras e Serviços Urbanos)	1,000	125.000,00

II - Descrição das Ações

Implantação do Saneamento Básico.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			25.000,00	100.000,00	125.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0034 - Transferências de Convênios - Outros

Página: 26/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Reserva de Contingência	09.00
Unidade:	Reserva de Contingência	09.01
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	Reserva de Contingência	0013

Objetivo do programa:

Atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, bem como o atendimento a lei de responsabilidade fiscal.

Justificativa do programa:

Atender a passivos contingentes e riscos fiscais imprevistos, bem como suplementação de dotações insuficientes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
4.130	9	2	Reserva de Contingência	Manutenção (Reserva de Contingência)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Reserva de Contingência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0000.000000	50.000,00		50.000,00
Total:			50.000,00		50.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 27/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Fundo Municipal de Saúde	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atendimento a Saúde Pública	0008

Objetivo do programa:

Prestar atendimento de atenção básica de saúde, com melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, conta com Uma Unidade de Saúde, com atendimento de primeiros socorros e atendimento ambulatorial, com pequenos procedimentos e atendimentos de emergência, conta com um quadro de profissionais incluindo médicos, enfermeiras, psicóloga, odontólogos, fisioterapeuta e auxiliares que dão suporte aos pacientes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.800	10	2	Manutencao do Fundo Municipal de Saude	Manutencao (Fundo Municipal de Saúde	1,000	3,486.993,95

II - Descrição das Ações

Manutencao do Fundo Municipal de Saude

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0002.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002.000000	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038.000000	0,00	200.000,00	200.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067.000000	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002.000000	846.993,95	0,00	846.993,95
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038.000000	0,00	510.000,00	510.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067.000000	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0002.000000	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002.000000	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038.000000	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0063.000000	0,00	90.000,00	90.000,00
Total:			2.366.993,95	1.120.000,00	3.486.993,95

Legenda:

00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
00.01.0038 - Transferências do SUS/ União

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 28/37
Data: 12/12/2016

00.01.0063 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde
00.01.0067 - Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado

Página: 29/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Fundo Municipal de Saúde	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	Atendimento a Saúde Pública	0008

Objetivo do programa:

Prestar atendimento de atenção básica de saúde, com melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, conta com Uma Unidade de Saúde, com atendimento de primeiros socorros e atendimento ambulatorial, com pequenos procedimentos e atendimentos de emergência, conta com um quadro de profissionais incluindo médicos, enfermeiras, psicóloga, odontólogos, fisioterapeuta e auxiliares que dão suporte aos pacientes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.810	10	2	Vigilância em Saúde	Manutencao (Fundo Municipal de Saúde	1,000	145.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao da vigilancia Sanitária e Vigilância Spidemiológica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	35.000,00	0,00	35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038.0000000	0,00	75.000,00	75.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038.0000000	0,00	35.000,00	35.000,00
Total:			35.000,00	110.000,00	145.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0038 - Transferências do SUS/ União

Página: 30/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA	11.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoólicos Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.910	11	2	Manutencao do Fundo da Infancia e Adolescencia	Manutencao (Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia - FIA)	1,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Fundo da Infancia e Adolescencia

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 31/37
 Data: 12/12/2016

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoólicos Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.930	11	2	Atenção a Terceira Idade	Manutenção (Fundo Municipal de Assistência Social)	1,000	170.000,00

II - Descrição das Ações

Atenção a Terceira Idade

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	70.000,00	0,00	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034.000000	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			70.000,00	100.000,00	170.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
 00.01.0034 - Transferências de Convênios - Outros

Página: 3237
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoólicos Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.993	11	2	Programa de Atenção Integral as Famílias	Programa (Fundo Municipal de Assistência Social)	1,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Programa para as Famílias em situação de vulnerabilidade - PAIF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0035 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 33/37
 Data: 12/12/2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoólicos Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	
2.940	11	2	Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Manutencao (Fundo Municipal de Assistência Social)	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 34/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoólicos Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.912	11	1	Construção do CRAS	obras (Fundo Municipal de Assistência Social)	1,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

Construção do CRAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0061.0000000	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			100.000,00	200.000,00	300.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social

Página: 35/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoólicos Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.920	11	2	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Manutenção (Fundo Municipal de Assistência Social)	1.000	135.000,00

II - Descrição das Ações

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035.000000	35.000,00	0,00	35.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			135.000,00	0,00	135.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0035 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União

Página: 36/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoólicos Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.900	11	2	Manutencao do Fundo de Assistencia Social	Manutencao (Fundo Municipal de Assistência Social)	1,000	1.027.335,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Fundo de Assistencia Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	350.000,00	0,00	350.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035.000000	177.335,00	0,00	177.335,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035.000000	115.000,00	0,00	115.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035.000000	85.000,00	0,00	85.000,00
Total:			1.027.335,00	0,00	1.027.335,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0035 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União

Página: 37/37
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Habituação	16
Subfunção:	Habituação Urbana	482
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoólicos Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.410	11	1	Programa de Habitacao	Programa (Fundo Municipal de Assistência Social)	25.000	730.000,00

II - Descrição das Ações

Implementacao do Programa de Habitacao

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0089.000000	630.000,00	0,00	630.000,00
Total:			730.000,00	0,00	730.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

ANEXOS LEI 1069

Página: 1/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	760.000,00	0,00	0,00
03.00 - Secretaria de Administracao e Des. Economico		0,00	0,00	0,00	1.030.000,00	0,00	180.255,00
04.00 - Secretaria de Planejamento e Financas		0,00	0,00	0,00	880.000,00	0,00	0,00
05.00 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - Reserva de Contingencia		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - Secretaria de Assistencia Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	2.670.000,00	0,00	180.255,00

Página: 2/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - Secretaria de Administracao e Des. Economico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - Secretaria de Planejamento e Financas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.960.393,57
07.00 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - Reserva de Contingencia		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - Secretaria de Assistência Social		0,00	1.792.335,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.927.335,00	0,00	0,00	0,00	3.960.393,57

Página: 3/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - Secretaria de Administracao e Des. Economico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - Secretaria de Planejamento e Financas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes		270.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS		0,00	0,00	2.595.000,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - Reserva de Contingencia		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - Secretaria de Assistencia Social		0,00	0,00	0,00	730.000,00	0,00	0,00
Total:		270.000,00	0,00	2.595.000,00	730.000,00	0,00	0,00

Página: 4/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - Secretaria de Administracao e Des. Economico		0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
04.00 - Secretaria de Planejamento e Financas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		0,00	1.420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - Reserva de Contingencia		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - Secretaria de Assistencia Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.420.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00

Página: 5/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	895.000,00
03.00 - Secretaria de Administracao e Des. Economico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.310.255,00
04.00 - Secretaria de Planejamento e Financas		0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	1.180.000,00
05.00 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes		0,00	0,00	165.000,00	0,00	0,00	4.395.393,57
07.00 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.420.000,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS		0,00	1.795.629,78	0,00	0,00	0,00	4.390.629,78
09.00 - Reserva de Contingencia		0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
11.00 - Secretaria de Assistencia Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.522.335,00
	Total:	0,00	1.795.629,78	165.000,00	300.000,00	50.000,00	16.163.613,35

Página: 6/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 7/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	3.631.993,95	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	3.631.993,95	0,00	0,00

Página: 8/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 9/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
10.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 10/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
10.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.631.993,95
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.631.993,95

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/15
 Data: 12/12/2016

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - Camara de Vereadores		800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total:	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 12/15

Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - Camara de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 13/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - Camara de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 14/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - Camara de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 15/15
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - Camara de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
	Total geral:						20.595.607,30

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Informar valores manualmente

	Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
			2013	2014	2015	2016	2017
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA							
	RECEITAS		13.767.169,17	16.365.335,32	14.920.343,23	24.378.008,97	23.564.807,30
	RECEITAS CORRENTES		12.424.527,41	13.838.745,13	14.362.631,26	22.620.723,97	20.792.807,30
	RECEITA TRIBUTÁRIA		633.673,07	712.267,79	944.508,24	1.101.391,89	1.150.325,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		100.902,52	97.843,48	154.197,64	113.500,00	153.500,00
	RECEITA PATRIMONIAL		42.735,36	105.518,04	131.146,93	0,00	0,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA		49.913,60	50,39	5.026,14	14.250,00	14.250,00
	RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS		376.170,20	470.303,25	402.088,62	535.500,00	437.500,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		11.119.880,58	12.311.597,82	12.525.993,66	20.691.682,08	18.850.391,30
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		101.252,08	141.164,36	199.670,03	164.400,00	186.841,00
	RECEITAS DE CAPITAL		1.342.641,76	2.526.590,19	557.711,97	1.757.285,00	2.772.000,00
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		117.106,03	675.017,66	113.157,03	0,00	500.000,00
	ALIENAÇÃO DE BENS		65.246,00	568.700,00	0,00	400.000,00	880.000,00
	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		34.628,40	32.399,31	8.980,23	37.285,00	12.000,00
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.125.661,33	1.250.473,22	435.574,71	1.320.000,00	1.380.000,00
	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:		13.767.169,17	16.365.335,32	14.920.343,23	24.378.008,97	23.564.807,30
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA							
	RECEITAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	OPERACIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	OUTROS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[illegible]

ANEXOS LEI 1069

Página: 1/2
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	800.000,00		800.000,00
01.031	Ação Legislativa	800.000,00		800.000,00
01.031.0001	Processo Legislativo	800.000,00		800.000,00
04	Administração	2.670.000,00		2.670.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento	880.000,00		880.000,00
04.121.0004	Planejamento e Finanças	880.000,00		880.000,00
04.122	Administração Geral	1.790.000,00		1.790.000,00
04.122.0002	Gestao Administrativa Superior	760.000,00		760.000,00
04.122.0003	Administracao Geral	1.030.000,00		1.030.000,00
06	Segurança Pública	90.000,00	90.255,00	180.255,00
06.181	Policimento	90.000,00	90.255,00	180.255,00
06.181.0003	Administracao Geral	90.000,00	90.255,00	180.255,00
08	Assistência Social	1.627.335,00	300.000,00	1.927.335,00
08.241	Assistência ao Idoso	70.000,00	100.000,00	170.000,00
08.241.0009	Atendimento Social	70.000,00	100.000,00	170.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	395.000,00	200.000,00	595.000,00
08.243.0002	Gestao Administrativa Superior	135.000,00		135.000,00
08.243.0009	Atendimento Social	260.000,00	200.000,00	460.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.162.335,00		1.162.335,00
08.244.0009	Atendimento Social	1.162.335,00		1.162.335,00
10	Saúde			
10.301	Atenção Básica	2.401.993,95	1.230.000,00	3.631.993,95
10.301.0008	Atendimento a Saude Publica	2.366.993,95	1.120.000,00	3.486.993,95
10.304	Vigilância Sanitária	2.366.993,95	1.120.000,00	3.486.993,95
10.304.0008	Atendimento a Saude Publica	35.000,00	110.000,00	145.000,00
12	Educação			
12.306	Alimentação e Nutrição	2.151.493,57	1.808.900,00	3.960.393,57
12.306.0005	Educacao para Todos	160.000,00	38.900,00	198.900,00
12.361	Ensino Fundamental	160.000,00	38.900,00	198.900,00
12.361.0005	Educacao para Todos	1.506.493,57	1.310.000,00	2.816.493,57
12.365	Educação Infantil	1.506.493,57	1.310.000,00	2.816.493,57
12.365.0005	Educacao para Todos	450.000,00	460.000,00	910.000,00
12.367	Educação Especial	450.000,00	460.000,00	910.000,00
12.367.0016	Educação Especial	35.000,00		35.000,00
		35.000,00		35.000,00

Página: 2/2
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13	Cultura	220.000,00	50.000,00	270.000,00
13.392	Difusão Cultural	220.000,00	50.000,00	270.000,00
13.392.0007	Cultura, Arte e Lazer	220.000,00	50.000,00	270.000,00
15	Urbanismo	1.285.000,00	1.310.000,00	2.595.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	550.000,00	840.000,00	1.390.000,00
15.451.0012	Serviços de Utilidade Pública	550.000,00	840.000,00	1.390.000,00
15.452	Serviços Urbanos	710.000,00	370.000,00	1.080.000,00
15.452.0012	Serviços de Utilidade Pública	710.000,00	370.000,00	1.080.000,00
15.512	Saneamento Básico Urbano	25.000,00	100.000,00	125.000,00
15.512.0012	Serviços de Utilidade Pública	25.000,00	100.000,00	125.000,00
16	Habitação	730.000,00		730.000,00
16.482	Habitação Urbana	730.000,00		730.000,00
16.482.0009	Atendimento Social	730.000,00		730.000,00
20	Agricultura	1.220.000,00	200.000,00	1.420.000,00
20.606	Extensão Rural	1.220.000,00	200.000,00	1.420.000,00
20.606.0010	Fomento a Produção Agrícola	1.220.000,00	200.000,00	1.420.000,00
22	Indústria	100.000,00		100.000,00
22.661	Promoção Industrial	100.000,00		100.000,00
22.661.0017	Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	100.000,00		100.000,00
26	Transporte	1.467.754,78	327.875,00	1.795.629,78
26.782	Transporte Rodoviário	1.467.754,78	327.875,00	1.795.629,78
26.782.0011	Transporte Rodoviário	1.467.754,78	327.875,00	1.795.629,78
27	Desporto e Lazer	165.000,00		165.000,00
27.811	Desporto de Rendimento	165.000,00		165.000,00
27.811.0006	Esporte Participativo	165.000,00		165.000,00
28	Encargos Especiais	300.000,00		300.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	300.000,00		300.000,00
28.843.0004	Planejamento e Finanças	300.000,00		300.000,00
99	Reserva de Contingência			50.000,00
99.999	Reserva de Contingência			50.000,00
99.999.0013	Reserva de Contingência			50.000,00
Total:		15.278.577,30	5.317.030,00	20.595.607,30
Total geral:		15.278.577,30	5.317.030,00	20.595.607,30

ANEXOS LEI 1069

Página: 1/2
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.182.470,95	7.658.259,45	7.618.456,98	13.352.628,74	10.998.613,35
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.958.373,97	3.684.821,53	4.200.121,53	4.994.633,46	5.333.617,22
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	68.643,62	50.000,00	90.000,00	70.000,00	50.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.155.453,36	3.923.437,92	3.328.335,45	8.287.995,28	5.614.996,13
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.860.511,96	3.907.239,46	1.523.297,74	3.556.166,67	5.115.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.648.796,74	3.657.239,46	1.030.635,51	3.256.166,67	4.865.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	211.715,22	250.000,00	492.662,23	300.000,00	250.000,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
Total por entidade:		8.042.982,91	11.565.498,91	9.141.754,72	16.958.795,41	16.163.613,35
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.045.348,15	2.469.326,31	2.598.527,81	3.572.063,56	3.206.993,95
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	828.302,93	964.006,60	1.366.251,64	1.084.400,00	1.480.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.217.045,22	1.505.319,71	1.232.276,17	2.487.663,56	1.726.993,95
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	95.056,99	102.804,50	93.915,00	317.750,00	425.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	95.056,99	102.804,50	93.915,00	317.750,00	425.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		2.140.405,14	2.572.130,81	2.692.442,81	3.889.813,56	3.631.993,95
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	470.130,43	625.746,15	687.077,39	730.000,00	790.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	336.384,41	369.169,87	431.000,00	485.000,00	550.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	133.746,02	256.576,28	256.077,39	245.000,00	240.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	129.439,50	1.944,00	14.802,00	30.000,00	10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	129.439,50	1.944,00	14.802,00	30.000,00	10.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 2/2
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA						
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		599.569,93	627.690,15	701.879,39	760.000,00	800.000,00
Total geral:		10.782.957,98	14.765.319,87	12.536.076,92	21.608.608,97	20.595.607,30

ANEXOS LEI 1069

Página: 1/2
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		5.333.617,22	10.998.613,35
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		50.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		5.283.617,22	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		50.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.614.996,13	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		80.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.474.996,13	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		50.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.115.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		4.865.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.755.000,00	
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		100.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA		250.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		250.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00	50.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA				
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.480.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		20.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.460.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.726.993,95	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.526.993,95	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		200.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			425.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		425.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		425.000,00	
Total das despesas:			16.163.613,35	16.163.613,35
Total da entidade:				
			3.206.993,95	
				425.000,00

Página: 2/2
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		425.000,00	
Total das despesas:				3.631.993,95
Total da entidade:				3.631.993,95
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		550.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		550.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		240.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		20.000,00	
			220.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.000,00	
			10.000,00	
Total das despesas:				800.000,00
Total da entidade:				800.000,00
Total geral:				20.595.607,30

ANEXOS LEI 1069**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SERRA ALTA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017****Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD**Página: 1/3
Data: 12/12/2016**Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Gabinete do Prefeito	780.000,00	115.000,00	895.000,00
Gabinete do Prefeito	780.000,00	115.000,00	895.000,00
Secretaria de Administracao e Des. Economico	980.255,00	330.000,00	1.310.255,00
Departamento de Administração	980.255,00	230.000,00	1.210.255,00
Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	0,00	100.000,00	100.000,00
Secretaria de Planejamento e Financas	920.000,00	260.000,00	1.180.000,00
Departamento de Contabilidade	50.000,00	250.000,00	300.000,00
Departamento de Financas	870.000,00	10.000,00	880.000,00
Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	3.835.393,57	560.000,00	4.395.393,57
Departamento de Educacao	3.550.393,57	410.000,00	3.960.393,57
Departamento de Cultura	170.000,00	100.000,00	270.000,00
Departamento de Esportes	115.000,00	50.000,00	165.000,00
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	1.020.000,00	400.000,00	1.420.000,00
Departamento de Agricultura	1.020.000,00	400.000,00	1.420.000,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	2.205.629,78	2.185.000,00	4.390.629,78
Departamento de Transportes	1.545.629,78	250.000,00	1.795.629,78
Departamento de Obras e Servicos Urbanos	660.000,00	1.935.000,00	2.595.000,00
Reserva de Contingencia			50.000,00
Reserva de Contingencia			50.000,00
Secretaria de Assistencia Social	1.257.335,00	1.265.000,00	2.522.335,00
Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia - FIA	30.000,00	0,00	30.000,00
Fundo Municipal de Assistencia Social	1.227.335,00	1.265.000,00	2.492.335,00
Total por entidade:	10.998.613,35	5.115.000,00	16.163.613,35

Página: 2/3
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Fundo Municipal de Saúde	3.206.993,95	425.000,00	3.631.993,95
Fundo Municipal de Saúde	3.206.993,95	425.000,00	3.631.993,95
Total por entidade:	3.206.993,95	425.000,00	3.631.993,95

Página: 3/3
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Camara de Vereadores	790.000,00	10.000,00	800.000,00
Camara de Vereadores	790.000,00	10.000,00	800.000,00
Total por entidade:	790.000,00	10.000,00	800.000,00
Total Geral:	14.995.607,30	5.550.000,00	20.595.607,30

ANEXOS LEI 1069

Página: 1/1
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Discriminativo das Despesas e Respektivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Conta	Descrição	Valor Estimado
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	14.995.607,30
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.363.617,22
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	70.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.293.617,22
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	50.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.581.990,08
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	100.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.221.990,08
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	250.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.550.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.300.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.190.000,00
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	100.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	250.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	250.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00
Total geral:		20.595.607,30

ANEXOS LEI 1069

Página: 1/1
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	121 Planejamento e Orçamento
	122 Administração Geral
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	304 Vigilância Sanitária
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	365 Educação Infantil
	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
	512 Saneamento Básico Urbano
16 Habitação	482 Habitação Urbana
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	811 Desporto de Rendimento
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

Página: 1/6
Data: 12/12/2016

Página: 1/6

Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
RECEITAS				
RECEITAS CORRENTES				
RECEITA TRIBUTÁRIA				
IMPOSTOS				
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda				
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana				
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - 60%				
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - 25%				
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - 15%				
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza				
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho				
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 60%				
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25%				
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 15%				
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis				
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 60%				
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 25%				
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 15%				
Impostos sobre a Produção e a Circulação				
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza				
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza				
Adicional ISS - Fundo Municipal Combate à Pobreza				
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - 15%				
TAXAS				
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia				
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária				
Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços				
Taxa de Licença para Execução de Obras				
Taxa de Utilização de Área de Domínio Público				
Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia				
Taxas pela Prestação de Serviços				
Taxa de Serviços Cadastrais				
Taxa de Cemitérios				
Taxa de Limpeza Pública				
Outras Taxas pela Prestação de Serviços				
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA				
Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES				

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO				
4.1.22.0.00.00.00.00.00	Contrib. p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públi	150.000,00	153.500,00	
4.1.22.0.29.00.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	3.500,00		
4.1.22.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas - Principal	3.500,00		
4.1.22.0.99.01.00.00.00				
4.1.14.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA		14.250,00	
4.1.14.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias		14.250,00	
4.1.14.9.0.00.00.00.00.00				
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		437.500,00	
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	4.500,00		
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	3.000,00		
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00				
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Outros serviços de Transporte	1.500,00		
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	13.000,00		
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	13.000,00		
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00				
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	3.500,00		
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fomento de Água	250.000,00		
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00				
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	150.000,00		
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00				
4.1.6.0.0.46.00.00.00.00	Serviços de Cemitérios	6.500,00		
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	5.000,00		
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00				
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	5.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		17.870.391,30	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		17.727.236,30	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	10.707.236,30		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	9.676.001,30		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	9.273.126,30		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 60%	5.563.875,78		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 25%	2.318.281,57		
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 15%	1.390.988,95		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - 60%	3.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - 25%	1.250,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - 15%	750,00		
4.1.7.2.1.01.08.00.00.00	Cota Parte FPM Adicional	300.000,00		
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	97.875,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	80.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	80.000,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	160.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	160.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.11.00.00	Teto Financeiro - MAC	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.12.00.00	Transferências do SUS - Brasil Sorridente	100.000,00		

Página: 3/6
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	462.335,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação - FDNE	308.900,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	130.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	38.900,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	40.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	100.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	20.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60%	12.000,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25%	5.000,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 15%	3.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.720.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5.520.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.100.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	3.060.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	1.275.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	765.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	350.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	210.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	87.500,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	52.500,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	70.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60%	42.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25%	17.500,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15%	10.500,00		
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado p/ Programas Sociais	200.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.300.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.300.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 60%	800.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 40%	500.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	143.155,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	143.155,00		
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	70.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	73.155,00		
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convênio Transito Prefeitura	16.655,00		
4.1.7.6.2.99.02.00.00.00	Convênio Multas	15.900,00		
4.1.7.6.2.99.03.00.00.00	Convênio Policia Civil	14.000,00		
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Convênio Policia Militar	26.600,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	186.841,00		

Página: 4/6
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	25.500,00	61.255,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	15.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	9.000,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	3.750,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	2.250,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	3.000,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.800,00		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%	750,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%	450,00		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%	2.500,00		
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib. de Melhoria	5.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	5.000,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	35.755,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	13.300,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	7.980,00		
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60%	3.325,00		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25%	1.995,00		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15%	2.500,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.500,00		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60%	625,00		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25%	375,00		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15%	13.300,00		
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib. Melhoria	6.655,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	7.986,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.331,00		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.331,00		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.655,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	6.655,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA			
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	77.600,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	50.000,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	30.000,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	12.500,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	7.500,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.700,00		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	1.020,00		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	425,00		

Página: 5/6
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	255,00		
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib. de Melhoria	19.900,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	6.000,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	6.000,00		
4.1.9.9.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		40.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	40.000,00		2.772.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		500.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		500.000,00	
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	500.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS			
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS		880.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	150.000,00		
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		730.000,00	
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis			
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		12.000,00	
4.2.3.0.0.70.00.00.00.00	Outras Amortizações de Empréstimos	12.000,00		
4.2.3.0.0.70.02.00.00.00	Amortizações de Empréstimos - Em Contratos	12.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.380.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		1.380.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	250.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	250.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	1.130.000,00		
4.2.4.7.2.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	90.000,00		
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	130.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	910.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-2.969.200,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.969.200,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-2.969.200,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.708.000,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.701.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.700.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-7.000,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.261.200,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.261.200,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.160.000,00		

Página: 66
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-85.200,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IP-Exp p/ Formação FUNDEB	-16.000,00		
		Total das receitas:		19.615.607,30
		Total por entidade:		19.615.607,30
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			980.000,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		980.000,00	
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		980.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	860.000,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	860.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	720.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	110.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.31.00.00	Estratégia Saúde da Família	125.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.32.00.00	Agentes Comunitários de Saúde	125.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.33.00.00	Saúde Bucal	35.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.39.00.00	Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo - PMAQ	325.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância em Saúde	115.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	70.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	45.000,00		
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Assistência Farmacêutica Básica	25.000,00		
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	25.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	120.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	120.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde - Farmácia Básica	25.000,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transferência de Recurso do Estado p/ Programas de Saúde - ESF	70.000,00		
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde - MAC	25.000,00		
		Total das receitas:		980.000,00
		Total por entidade:		980.000,00
		Total geral:		20.595.607,30

ANEXOS LEI 1069

Página: 1/3
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	22.584.807,30	04 - Administração	2.670.000,00
41 - RECEITAS CORRENTES	19.812.807,30	06 - Segurança Pública	180.255,00
42 - RECEITAS DE CAPITAL	2.772.000,00	08 - Assistência Social	1.927.335,00
9 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.969.200,00	12 - Educação	3.960.393,57
91 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.969.200,00	13 - Cultura	270.000,00
		15 - Urbanismo	2.595.000,00
		16 - Habitação	730.000,00
		20 - Agricultura	1.420.000,00
		22 - Indústria	100.000,00
		26 - Transporte	1.795.629,78
		27 - Desporto e Lazer	165.000,00
		28 - Encargos Especiais	300.000,00
		99 - Reserva de Contingência	50.000,00
Subtotal:	19.615.607,30	Subtotal:	16.163.613,35
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	19.615.607,30	Total:	16.163.613,35

Página: 2/3
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	980.000,00	10 - Saúde	3.631.993,95
41 - RECEITAS CORRENTES	980.000,00		
Subtotal:	980.000,00	Subtotal:	3.631.993,95
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	980.000,00	Total:	3.631.993,95

Página: 3/3
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		01 - Legislativa	800.000,00
Subtotal:	0,00	Subtotal:	800.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	0,00	Total:	800.000,00

ANEXOS LEI 1069

Página: 1/3

Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		800.000,00		800.000,00
01.031	Ação Legislativa		800.000,00		800.000,00
01.031.0001	Processo Legislativo		800.000,00		800.000,00
04	Administração		2.670.000,00		2.670.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento		880.000,00		880.000,00
04.121.0004	Planejamento e Finanças		880.000,00		880.000,00
04.122	Administração Geral		1.790.000,00		1.790.000,00
04.122.0002	Gestao Administrativa Superior		760.000,00		760.000,00
04.122.0003	Administracao Geral		1.030.000,00		1.030.000,00
06	Segurança Pública		180.255,00		180.255,00
06.181	Policimento		180.255,00		180.255,00
06.181.0003	Administracao Geral		180.255,00		180.255,00
08	Assistência Social	300.000,00	1.627.335,00		1.927.335,00
08.241	Assistência ao Idoso		170.000,00		170.000,00
08.241.0009	Atendimento Social		170.000,00		170.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	300.000,00	295.000,00		595.000,00
08.243.0002	Gestao Administrativa Superior		135.000,00		135.000,00
08.243.0009	Atendimento Social	300.000,00	160.000,00		460.000,00
08.244	Assistência Comunitária		1.162.335,00		1.162.335,00
08.244.0009	Atendimento Social		1.162.335,00		1.162.335,00
10	Saúde		3.631.993,95		3.631.993,95
10.301	Atenção Básica		3.486.993,95		3.486.993,95
10.301.0008	Atendimento a Saude Publica		3.486.993,95		3.486.993,95
10.304	Vigilância Sanitária		145.000,00		145.000,00
10.304.0008	Atendimento a Saude Publica		145.000,00		145.000,00
12	Educação		3.960.393,57		3.960.393,57
12.306	Alimentação e Nutrição		198.900,00		198.900,00
12.306.0005	Educacao para Todos		198.900,00		198.900,00
12.361	Ensino Fundamental		2.816.493,57		2.816.493,57
12.361.0005	Educacao para Todos		2.816.493,57		2.816.493,57
12.365	Educação Infantil		910.000,00		910.000,00
12.365.0005	Educacao para Todos		910.000,00		910.000,00
12.367	Educação Especial		35.000,00		35.000,00
12.367.0016	Educação Especial		35.000,00		35.000,00

Página: 2/3
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação		3.960.393,57		3.960.393,57
12.367	Educação Especial		35.000,00		35.000,00
12.367.0016	Educação Especial		35.000,00		35.000,00
13	Cultura		270.000,00		270.000,00
13.392	Difusão Cultural		270.000,00		270.000,00
13.392.0007	Cultura, Arte e Lazer		270.000,00		270.000,00
15	Urbanismo		1.080.000,00		1.080.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.515.000,00	1.080.000,00		2.595.000,00
15.451.0012	Serviços de Utilidade Pública	1.390.000,00			1.390.000,00
15.452	Serviços Urbanos	1.390.000,00			1.390.000,00
15.452.0012	Serviços de Utilidade Pública		1.080.000,00		1.080.000,00
15.512	Saneamento Básico Urbano	125.000,00	1.080.000,00		1.080.000,00
15.512.0012	Serviços de Utilidade Pública	125.000,00			125.000,00
16	Habituação		730.000,00		730.000,00
16.482	Habituação Urbana	730.000,00			730.000,00
16.482.0009	Atendimento Social	730.000,00			730.000,00
20	Agricultura		1.220.000,00		1.220.000,00
20.606	Extensão Rural	200.000,00	1.220.000,00		1.420.000,00
20.606.0010	Fomento a Produção Agrícola	200.000,00	1.220.000,00		1.420.000,00
22	Indústria		100.000,00		100.000,00
22.661	Promoção Industrial	100.000,00			100.000,00
22.661.0017	Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	100.000,00			100.000,00
26	Transporte		1.795.629,78		1.795.629,78
26.782	Transporte Rodoviário		1.795.629,78		1.795.629,78
26.782.0011	Transporte Rodoviário		1.795.629,78		1.795.629,78
27	Desporto e Lazer		165.000,00		165.000,00
27.811	Desporto de Rendimento		165.000,00		165.000,00
27.811.0006	Esporte Participativo		165.000,00		165.000,00
28	Encargos Especiais				
28.843	Serviço da Dívida Interna			300.000,00	300.000,00
28.843.0004	Planejamento e Finanças			300.000,00	300.000,00

Página: 3/3
Data: 12/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
28	Encargos Especiais			300.000,00	300.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			300.000,00	300.000,00
28.843.0004	Planejamento e Finanças			300.000,00	300.000,00
99	Reserva de Contingência		50.000,00		50.000,00
99.999	Reserva de Contingência		50.000,00		50.000,00
99.999.0013	Reserva de Contingência		50.000,00		50.000,00
Total:		2.845.000,00	17.450.607,30	300.000,00	20.595.607,30
Total geral:		2.845.000,00	17.450.607,30	300.000,00	20.595.607,30

ANEXOS LEI 1069

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Página: 1/4

Data: 12/12/2016

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	23.564.807,30
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	20.792.807,30
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.150.325,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	763.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	566.500,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	266.500,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - 60%	159.900,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - 25%	66.625,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - 15%	39.975,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	150.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	150.000,00
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 60%	90.000,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25%	37.500,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 15%	22.500,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	150.000,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 60%	90.000,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 25%	37.500,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 15%	22.500,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	196.500,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	196.500,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	117.900,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Adicional ISS - Fundo Municipal Combate à Pobreza	49.125,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - 15%	29.475,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	237.325,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	102.200,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	17.000,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	30.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	20.200,00
4.1.1.2.1.31.00.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	33.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	135.125,00
4.1.1.2.2.21.00.00.00.00	Taxa de Serviços Cadastrais	20.000,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	6.500,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	100.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	8.625,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	150.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	150.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	153.500,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	153.500,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib. p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públi	150.000,00
4.1.2.2.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	3.500,00
4.1.2.2.0.99.01.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas - Principal	3.500,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAAGROPECUÁRIA	14.250,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	14.250,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	437.500,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	4.500,00
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	3.000,00
4.1.6.0.0.03.99.00.00.00	Outros serviços de Transporte	1.500,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	13.000,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	13.000,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	3.500,00
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fomecimento de Água	250.000,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	150.000,00
4.1.6.0.0.46.00.00.00.00	Serviços de Cemitérios	6.500,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	5.000,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	5.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.850.391,30
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.707.236,30
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	11.567.236,30
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	9.676.001,30

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 2/4
 Data: 12/12/2016

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	9.273.126,30
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 60%	5.563.875,78
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 25%	2.318.281,57
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 15%	1.390.968,95
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5.000,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - 60%	3.000,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - 25%	1.250,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - 15%	750,00
4.1.7.2.1.01.08.00.00.00	Cota Parte FPM Adicional	300.000,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	97.875,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	80.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	80.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.020.000,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	720.000,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	110.000,00
4.1.7.2.1.33.11.31.00.00	Estratégia Saúde da Família	125.000,00
4.1.7.2.1.33.11.32.00.00	Agentes Comunitários de Saúde	125.000,00
4.1.7.2.1.33.11.33.00.00	Saúde Bucal	35.000,00
4.1.7.2.1.33.11.39.00.00	Outros Programas Financ. por Tansf. Fundo a Fundo - PMAQ	325.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	160.000,00
4.1.7.2.1.33.12.11.00.00	Teto Financeiro - MAC	60.000,00
4.1.7.2.1.33.12.12.00.00	Transferências do SUS - Brasil Sorridente	100.000,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância em Saúde	115.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	70.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	45.000,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Assistência Farmacêutica Básica	25.000,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	25.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	462.335,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	308.900,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	130.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	38.900,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	40.000,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	100.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	20.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60%	12.000,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25%	5.000,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 15%	3.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.840.000,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5.520.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.100.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	3.060.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	1.275.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	765.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	350.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	210.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	87.500,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	52.500,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	70.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60%	42.000,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25%	17.500,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15%	10.500,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	120.000,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde - Farmácia Básica	25.000,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transferência de Recurso do Estado p/ Programas de Saúde - ESF	70.000,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde - MAC	25.000,00
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado p/ Programas Sociais	200.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.300.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.300.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 60%	800.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 40%	500.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 3/4
 Data: 12/12/2016

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada
 Seleção: Emitir somente as contas com valor

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	143.155,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	143.155,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	70.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	73.155,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convênio Trânsito Prefeitura	16.655,00
4.1.7.6.2.99.02.00.00.00	Convênio Multas	15.900,00
4.1.7.6.2.99.03.00.00.00	Convênio Polícia Civil	14.000,00
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Convênio Polícia Militar	26.600,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	186.841,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	61.255,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	25.500,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	15.000,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	9.000,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	3.750,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	2.250,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	3.000,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%	1.800,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%	750,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%	450,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	2.500,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	5.000,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	5.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	35.755,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	13.300,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60%	7.980,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25%	3.325,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15%	1.995,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	2.500,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60%	1.500,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25%	625,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15%	375,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	13.300,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	6.655,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.986,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.331,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.331,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.655,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	6.655,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	77.600,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	77.600,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	50.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	30.000,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	12.500,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	7.500,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.700,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	1.020,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	425,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	255,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	19.900,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	6.000,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	6.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	40.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	40.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.772.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	500.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	880.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	150.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Discriminativo das Receitas e Respostas Legislativas - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Página: 4/4
 Data: 12/12/2016

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	730.000,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	730.000,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	12.000,00
4.2.3.0.0.70.00.00.00.00	Outras Amortizações de Empréstimos	12.000,00
4.2.3.0.0.70.02.00.00.00	Amortizações de Empréstimos - Em Contratos	12.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.380.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.380.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	250.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	250.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	1.130.000,00
4.2.4.7.2.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	90.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	130.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	910.000,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.969.200,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.969.200,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.969.200,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-2.969.200,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.708.000,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.701.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.700.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-7.000,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.261.200,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.261.200,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.160.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-85.200,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-16.000,00
Total geral:		20.595.607,30

Sombrio

PREFEITURA

2297/2016

LEI Nº. 2297 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A Rua paralela e distante 60 (sessenta) metros ao Sul da Rua Lídio Norberto de Freitas, localizada no Bairro Nova Guarita, passa a ser denominada de Rua “BENTO MANOEL RÉUS”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 13 de dezembro de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

2298/2016

LEI Nº. 2298 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A Rua 11, localizada no Bairro Furnas, passa a ser denominada de Rua “JERÔNIMO FREITAS”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 13 de dezembro de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

2299/2016

LEI Nº 2299, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

DENOMINA ESPAÇO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. O Estádio Municipal, localizado na comunidade de Retiro da União, passa a denominar-se de “ESTÁDIO MUNICIPAL JOÃO

BRISTOT”.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 13 de dezembro de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

2300/2016

LEI Nº. 2300 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A Servidão nº 104, em direção ao Oeste por toda sua extensão, com início na Rua Elias Barcelos de Oliveira, Bairro Morretinho neste Município, passa a se denominar Rua “MARIA COLARES MARTINS”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 13 de dezembro de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI 2296/2016

LEI Nº 2296, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

DENOMINA ESPAÇO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A nova estrutura das quadras de basquete, vôlei, futebol de areia e pista de skate, com a construção de um palco, para eventos culturais na praça da juventude, entre o Ginásio Rogério Valerim e Ênio Borges Costa, passa a se denominar “DELDI JOÃO GARCIA”.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 13 de dezembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

CREENCIAMENTO Nº.004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/CHAMADA PÚBLICA

Processo Administrativo 054/2016.

Edital: DISPENSA LICITAÇÃO/ CHAMADA PÚBLICA

nº.004/2016

Objeto: Para empresas prestadoras de serviços laboratoriais com coleta e realização de exames.

Data início: 16 de dezembro de 2016.

Data final: 16 de janeiro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-feiras, das 07:45 às 11:45 e das 13:45 às 17:45 horas, ou pelo fone 0XX49

367 0030 ou www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL, 15 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

DECRETO 256/2016

DECRETO Nº 256/2016 DE 14/12/2016

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente do Fundo Municipal de Saúde:.

05.01.0010.0301.0008.2.035- Ampliação e Reforma da Unidade Sanitária de Saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00(55)	0.3.89.000000	Investimentos- Aplicações Diretas (3089)	R\$ 2.300,00

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais, proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2015, Decreto nº 032/2016.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 14 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER

CRC/SC 024848/O-0

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo 059/2016.

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº.005/2016, com fundamento no Artigo 24 Incisos XXIII e XXVI da Lei 8.666/93.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, para Assegurar a Prestação de Serviços de Saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do município de Sul Brasil/SC

Vigência Contrato: 02/01/2017 a 31/12/2017.

SUL BRASIL, 14 de dezembro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 214/2016; ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE NO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

DECRETO Nº. 214, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE NO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 22.000,00(vinte e dois mil reais) na dotação abaixo especificada:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes

2.006 – Manutenção de Iluminação Pública

89 – 3.3.90.00.00.00.00.0071 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior é decorrente do Excesso de Arrecadação, recurso 71 no exercício vigente verificado na conta corrente 55482-0, Agência 5300-7, Caixa Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 12 de Dezembro de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 10.2015 - LED 21

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO – SAMAE

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015 – SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante LED 21 IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA EPP, CNPJ nº 14.631.753/0001-00 a comparecer para assinatura do respectivo Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços nº 10/2015, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 22/12/2016

HORÁRIO: das 07h às 13h.

Timbó, 14 de dezembro de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 14.2016 - FRANCISCO DE LARA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante FRANCISCO MATTOS DE LARA ME, CNPJ nº 11.618.838/0001-60 a comparecer para assinatura do respectivo Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços nº 14/2016, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 22/12/2016

HORÁRIO: das 07h às 13h.

Timbó, 14 de dezembro de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 97 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante COML. VITORIA LTDA ME, CNPJ nº 18.138.763/0001-69 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 22/12/2016

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 14 de dezembro de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATOS Nº. 2016.175 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO Nº. 2016/175 PMT

TOMADA DE PREÇOS Nº 79/2016

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa CLEUDENICE DA SILVA BARBOSA GATTO ME, CNPJ nº. 06.299.157/0001-46, a comparecer para assinatura do respectivo contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 20/12/2016

HORÁRIO: entre as 07hs e as 13hs.

Timbó, 14 de dezembro de 2016.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATOS Nº. 2016.176, 2016.177, 2016.178, 2016.179 E 2016.180 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DOS CONTRATOS Nº. 2016/176, 2016/177, 2016/178, 2016/179 E 2016/180

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas, JG COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI ME, CNPJ n.º 17.324.394/0001-36; LEGO FEIRAS LTDA ME, CNPJ n.º 05.645.469/0001-00; MOREIRA EVENTOS LTDA EPP, CNPJ n.º 21.508.406/0001-50; HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME, CNPJ n.º 24.448.705/0001-34; MANI SOM E LUZ LTDA, CNPJ n.º 81.803.215/0001-42 a comparecer para assinatura dos respectivos contratos oriundos do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 20/12/2016

HORÁRIO: entre as 07hs e as 13hs.

Timbó, 14 de dezembro de 2016.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS Nº. 2016.001 E 2016.002 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2016/001 E 2016/002

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2015

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ n.º 14.576.552/0001-57, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 22/12/2016

HORÁRIO: entre as 07hs e as 13hs.

Timbó, 14 de dezembro de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 17. 2016 SAMAE - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2016 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

OBJETO: Registro de preço destinado à aquisição de materiais hidráulicos para reposição de estoque do almoxarifado em atendimento às necessidades do setor de manutenção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Hifersane Ind. Com. Mat. Hidráulicos Ltda; C.E Macedo e Cia Lda; Esaplast Ind. Com. Materiais Plásticos Ltda Me; Via D' Água Comércio de Produtos de Medição Hidráulica e Saneamento Ltda Me; CCK Comercial Eireli Epp

TOTAL ESTIMADO: R\$ 334.955,50 (trezentos e trinta e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/12/2017

Timbó, 14/12/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO CONTRATO 2016.173 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/173

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Kifredo Indústria e Comércio de Sorvetes Ltda

OBJETO: Instalação e exploração de ponto para comercialização de alimentação e bebidas visando à composição de Praça de Alimentação do evento Natal Mais Encantado 2016 que acontecerá no período de 19 de novembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017 junto ao Pavilhão de Eventos Henry Paul conforme dispensa de licitação nº 29/2016.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a serem pagos a Fundação Cultural de Timbó.

DATA DA ASSINATURA: 06/12/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02 2016 FUMTRAN

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar de Timbó

CONTRATADO: POLY DEFENSOR PRODUTOS DEFESA PESSOAL LTDA

OBJETO: Aquisição de espargidores para a 2ª CIA DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ, eles garantem eficiência na incapacitação, através da ação de óleos/extratos vegetais não letais, para uso no controle de distúrbios, ações agressivas entre outros fatores. Haja vista, ser de necessidade diária das guarnições de serviço da Polícia Militar de Timbó.

VALOR TOTAL: R\$ 11.787,30 (onze mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta centavos).

Timbó, 14 de dezembro de 2016

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

LEI Nº 2853, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2853, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Denomina "Policlínica de Referência Laudila Maria Schuster Stolf" o imóvel público localizado na rua Aracajú nº 60, Centro.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado como "Policlínica de Referência Laudila Maria Schuster Stolf" o imóvel público localizado na rua Aracajú nº 60, Centro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2016, 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2854, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2854, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2016, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VINCULO LIVRE	80.000,00
	TOTAL	80.000,00

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no valor de até R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDOS

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	80.000,00
	TOTAL GERAL FMAS	80.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 71 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de diversos materiais (elétricos, hidráulicos, pintura) destinados ao atendimento das necessidades de manutenção das administrações direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Blu Distribuidora de Papelaria Eireli Me; Madevia Ltda Me; Coml. Vitoria Ltda Me; Suprivale Comercial Ltda Me; Ricarl Distribuidora Eireli Me; Central Elétrica Vale do Itajaí Ltda Epp e 3a Materiais de Construção Eireli - Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 527.800,80 (quinhentos e vinte e sete mil, oitocentos reais e oitenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/09/2017

Timbó, 14/09/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI N.º 36/2016**

Projeto de Lei Ordinária nº 36/2016 – Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento -Programa 2016, da Administração Direta.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Laércio Demerval Schuster Júnior

Relator: Vereador Waldemar Gebauer.

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza a anulação, suplementação de valores e abertura de crédito especial em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2016, da Administração Direta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 8 de dezembro corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 13 de dezembro em sessão ordinária. No dia 14 de dezembro a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião extraordinária, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação no valor de até R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) nas dotações orçamentárias de órgão da Administração Direta (Fundo Municipal de Saúde). A conta desta anulação, será aberto crédito suplementar no mesmo valor, nas dotações orçamentárias da Administração Direta (Fundo Municipal de Saúde). As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III) CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Marcelo Luiz Ferrari

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2016

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

Waldemar Gebauer John Adriano Schwartz

Relator Membro

PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO A EMENDA MODIFICATIVA N.º 01 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 03/2016

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Emenda Modificativa n.º 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2016C – Dispõe sobre o uso e ocupação do solo do Município de Timbó e revoga a Lei Complementar nº 343, de 13 de dezembro de 2007.

Iniciativa da Emenda: Vereadores Jorge Augusto Krüger e Rubens Borchardt

Relator: Vereador Reimar Raddatz.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Emenda Modificativa n.º 01 ao Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Prefeito que dispõe sobre o uso e ocupação do solo do Município de Timbó e revoga a Lei Complementar nº 343, de 13 de dezembro de 2007.

Referida proposição foi protocolada na Secretaria Legislativa em 12 de dezembro corrente, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 13 de dezembro, em Sessão Ordinária, conforme §1.º do art. 122 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 15 de dezembro esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, a presente emenda atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998, respeitando, portanto o §5.º do art. 101 do Regimento Interno.

No mérito, verifica-se que a emenda incluiu o §5.º no art. 31 do Projeto em comento, de modo a permitir a construção, na zona rural, de indústrias e de atividades de apoio à indústria de pequeno (até 1.000m²) e médio porte (entre 1.001m² e 2.500m²), bem como alterou o anexo II do projeto de modo a incluir na tabela a permissão ora referida.

A matéria tratada pela emenda em análise está dentro dos limites de competência do poder de emendar, próprio do Poder Legislativo, razão pela qual não há óbices à sua tramitação nesta Casa Legislativa.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Sendo assim, diante do exposto, este Relator se manifesta pela legalidade e constitucionalidade da Emenda n.º 1 ao Projeto de Lei Complementar n.º 03/2016, devendo seu mérito ser analisado pela comissão permanente competente.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2016

PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 05/2016

Projeto de Lei Complementar nº 05/2016 – Altera a Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, que institui o regime jurídico dos servidores públicos do município.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Schuster Júnior.
Relator: Vereador Reimar Raddatz.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Prefeito que pretende alterar a Lei Complementar n.º 01/1993, que dispõe sobre o Regime Jurídico para os Servidores Públicos do Município de Timbó e dá outras providências.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora despachou-o a esta Comissão no dia 13 de dezembro, em Sessão Ordinária, conforme §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 14 de dezembro a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, quando exarou seu parecer que ora segue. Este é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que diz respeito aos aspectos redacionais, a proposição vai ao encontro daquilo que é estabelecido pela Lei Complementar Federal n.º 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, cumprindo com a exigência do §5.º do art. 101 do Regimento Interno.

De outra banda, verifica-se a proposição em questão visa alterar a Lei Complementar n.º 01/1993 - Estatuto dos Servidores Públicos -, em seu art.18, adequando a redação deste dispositivo aos princípios constitucionais da constitucionalidade, igualdade, razoabilidade, impessoalidade e moralidade, optando-se em estabelecer, como critérios de desempate na classificação de concursos públicos e processos seletivos: a idade mais elevada, a pontuação na prova de conhecimentos específicos, a pontuação obtida na prova de língua portuguesa e a pontuação obtida na prova de conhecimentos gerais.

A matéria objeto da presente proposição encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 30, inciso I, no que tange à autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local. Por sua vez, a Lei Orgânica do Município reproduz a diretriz constitucional, ao dispor no art. 10, inciso I, sobre a competência deste ente federativo para legislar sobre assuntos de seu interesse. Do mesmo modo, a Lei Orgânica estabelece ser competência privativa do Prefeito Municipal a iniciativa para projetos de lei que disponham sobre servidores públicos municipais e seu regime jurídico, conforme estatuído pelo inciso II do §1.º do art. 30.

Sendo assim, constatando-se que a proposição atende aos preceitos da legalidade e constitucionalidade, este Relator não encontra óbices à sua tramitação nesta Casa Legislativa.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 05/2016.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt
Vereador Guilherme Voigt Júnior

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2016.
Rubens Borchardt
Presidente

Reimar Raddatz Guilherme Voigt Júnior
Relator Membro

PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 07/2016**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Projeto de Lei Complementar nº 07/2016 – Ratifica alterações no Protocolo de Intenções e no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, e dá outras providências.

Iniciativa: Prefeito Municipal Laércio Schuster Júnior.
Relator: Vereador Reimar Raddatz.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Prefeito, que pretende ratificar as alterações efetivadas no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

O projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 13 de dezembro, em Sessão Ordinária, conforme §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 14 de dezembro a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, quando exarou seu parecer que ora segue. Este é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com o art. 12 da Lei dos Consórcios Públicos, a alteração ou a extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

A alteração do protocolo de intenção e Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, cuja ratificação agora se propõe através de Lei, se origina das novas diretrizes nacionais para o saneamento básico advindas da Lei nº 11.445/2007, bem como a política nacional de resíduos sólidos de que trata a Lei nº 12.305/2010, havendo a necessidade de adequação à legislação atualmente vigente.

De igual forma, o mesmo protocolo de ratificação é aplicável para criação de cargos, carga horária, o número de vagas, as formas de provimento e a remuneração dos empregos públicos.

Ou seja, uma vez alterado o estatuto esta alteração deverá ser ratificada por lei municipal de todos os entes que compõem o consórcio.

Neste sentido, com as alterações e criações de Leis Federais, há a necessidade de adequação à legislação e realidade dos Consórcios Públicos, através da ratificação por lei, das alterações aprovadas pela Assembleia Geral da CIMVI.

Quanto ao aspecto da técnica legislativa, o projeto de lei complementar está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 07/2016. Este é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Rubens Borchardt
Vereador Guilherme Voigt Júnior

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2016
Rubens Borchardt
Presidente

Reimar Raddatz Guilherme Voigt Júnior
Relator Membro

PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI N.º 35/2016

Projeto de Lei Nº 35/2016 – Altera a Lei nº 1.056, de 16 de dezembro de 1989, que institui a Fundação de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí e dá outras providências.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Laércio Demerval Schuster Júnior
Relator do Parecer: Vereador Reimar Raddatz

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que visa alterar a Lei n.º 1.056, de 16 de maio de 1989, que instituiu a Fundação de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí e dá outras providências.

Respectivo projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa no dia 07 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 13 de dezembro em Sessão Ordinária, conforme §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais, seguindo diretamente à Assessoria Jurídica que se manifestou de forma favorável à tramitação da matéria.

No dia 14 de dezembro, a presente Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando seu parecer que ora segue. Este é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A) Das Emendas pela Comissão.

O art. 8.º da Lei n.º 1.065/1989, cujo texto é alterado pelo art. 1.º da lei em análise, determina "em caso de extinção da fundação da fundação", ou seja, repete o termo "da fundação", tratando-se de mero equívoco redacional, razão pela qual se faz necessária a apresentação de emenda modificativa por parte desta Comissão, visando corrigir este equívoco.

Com as alterações realizadas pela emenda referida, o projeto em análise está de acordo com as normas técnicas legislativas, estabelecidas pela Lei Complementar Federal n.º 95/1998.

B) Da análise do Mérito

A Constituição Federal determina, em seu art. 30, inciso I, que cabe exclusivamente ao Município legislar sobre matéria de interesse local. Do mesmo modo, a Lei Orgânica Municipal em seu art. 15, incisos I e II atribui à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre assuntos de interesse local e que tratem de isenções, anistias fiscais ou remissões de dívidas. Assim, é de competência

exclusiva do Município a elaboração de lei que tenha por objeto a dispor sobre acordos em ações fiscais.

No presente caso, a proposição visa alterar o o parágrafo único do art. 8.º da Lei n.º 1.059/89, determinando a reversão da sede do imóvel onde está sediado a FUNPIVI, para a FURB, em caso de extinção daquela fundação, acrescido de benfeitorias. Cabe ressaltar que o Município de Timbó já se retirou da FUNPIVI no ano de 2000, através de autorização da Lei n.º 2.120/00, tendo sido ressarcido do valor do imóvel doado, o que ocorreu ainda no ano de 2000. Assim, levando-se em consideração que o município de Timbó já não faz mais parte da FUNPIVI e que a FURB é a única mantenedora da fundação referida, bem como não haverá prejuízo patrimonial para o erário, plenamente possível o pretendido pelo Poder Executivo. Deste modo, verificando-se que o respectivo projeto está de acordo com as normas constitucionais, preenchendo os requisitos legais exigidos, não há óbices à sua tramitação nesta Casa Legislativa.

III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei n.º 33/2016.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt
Vereador Guilherme Voigt Júnior

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2016.
Rubens Borchardt
Presidente

Reimar Raddatz Guilherme Voigt Júnior
Relator Membro

PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI N.º 38/2016

Projeto de Lei n.º 38/2016 – Dispõe sobre a denominação do anel viário "Prefeito Ingo Frederico Arthur Germer".

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Laércio Demerval Schuster Júnior.

Relator: Vereador Reimar Raddatz

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo que pretende denominar o Anel Viário descrito em seu parágrafo único do art. 1.º, de "Prefeito Ingo Frederico Arthur Germer".

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 13 de dezembro, em Sessão Ordinária, conforme §1.º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação de seus aspectos legais e constitucionais.

No dia 14 de dezembro a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, quando exarou o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

No que diz respeito aos aspectos redacionais, a proposição vai ao encontro daquilo que é estabelecido pela Lei Complementar

Federal n.º 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, cumprindo com a exigência do §5.º do art. 101 do Regimento Interno.

No mérito, verifica-se que a proposição em análise pretende denominar "Prefeito Ingo Frederico Arthur Germer" o anel viário supracitado.

A matéria objeto do presente encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme disposto no art. 30, I da Constituição Federal (interesse local). Por sua vez, a Lei Orgânica Municipal reproduz a diretriz constitucional ao dispor em seu art. 10, I, sobre a competência do município para legislar sobre assuntos de seu interesse.

Do mesmo modo, a Lei Orgânica Municipal, em seu art. 15, XVII, dispõe que compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do município, especialmente no que diz respeito à denominação e alteração de próprios, vias e logradouros públicos.

Assim, a denominação da Policlínica ora citada, próprio municipal, deve ocorrer somente através de lei, motivo este que justifica a proposição em comento.

Destarte, vislumbra-se que o projeto vai ao encontro da legalidade e das técnicas legislativas, razão pela qual não existem óbices à sua tramitação regular nessa Casa Legislativa.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator dessa Comissão se manifesta pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei n. 38/2016.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2016

Rubens Borchardt

Presidente

Reimar Raddatz Guilherme Voigt Júnior

Relator Membro

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2016

Vigência: 12/12/2016 à 31/12/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Governa Pública Consultoria e Assessoria Ltda – CNPJ nº 25.402.768/0001-12.

Objeto: – O objeto do presente contrato é a contratação de profissionais especializados para Conferência e Assessoria na Execução Orçamentária necessária para regularização contábil e verificação de Relatórios para a Prefeitura Municipal de Três Barras/SC.

Valor Total: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 12 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2016****CAMARA DE VEREADORES DE TRES BARRAS**Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 1 / 5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.2/2016

Pregão Presencial Nº 2/2016

Validade: 12 meses

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis o **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS** por meio do(a) CAMARA DE VEREADORES DE TRES BARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na RIGESA Nº. 2949, JOAO PAULO II, cidade de Três Barras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.528.646/0001-73, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2016, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR E NOTEBOOK, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
ERICK ROBERTO SUDOSKI EIRELI ME, neste ato representado por ERICK ROBERTO SUDOSKI	06.342.234/0001-01

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR E NOTEBOOK**, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da CAMARA DE VEREADORES DE TRES BARRAS, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

**CAMARA DE VEREADORES DE TRES BARRAS**

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 2 / 5

Fornecedor: 4286 - ERICK ROBERTO SUDOSKI EIRELI ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Processador Intel 1150 I5-4460 3.2ghz 6mb; Mb 1150 Ddr3 1600 S/v/ r Asrock Z87 Extreme 9; Memoria Dr3 8Gb 1600mhz Pc12800	UND		1,00000	R\$2.650,0000	R\$2.650,0000
2	Processador Core I5 LGA 1150 INTEL BX80646I54690 I5-4690 3.50ghz dmi 5gt/s 6mb cache grafico integrado, demias especificações conforme clausula 1,2	UND		5,00000	R\$3.510,0000	R\$17.550,0000
3	NOTEBOOK INTEL COM TECLADO NUMERICO ACER NXG56AL004 ES1-531-P43Q PENTIUM QC N3700 4GB 500GB WIN10 15.6 LED USB 3.0 HDMI PRETO - Intel® Pentium® Quad Core N3700 2.40 GHz - 2 MB Cache - Tela: 15.6 HD 1366x768 - Placa de vídeo integrada - Memória 4 GB - 1 x 4 GB tipo DDR3 Frequência 1600 MHz Expansível até 8 GB (1 slot no total) - 500GB HD - Drive Óptico: Leitor e gravador de DVD / CD - Wireless padrão - 802.11b/g/n - Bluetooth® 4.0 - Webcam HD Acer Crystal Eye com resolução de 640 x 480 - Dois alto-falantes estéreo - Audio de Alta Definição - Touchpad Multitoque (Movimento circular, rolamento de página, zoom,mudança de página) - Bateria de 3 células (3220 mAh, Aproximadamente 5,5 horas de uso. Conexões: 1 - Conexões USB 3.0: 2 - Conexões USB 2.0 1 - Saída HDMI 1 - Leitor de cartão SD 1 - Porta de rede no padrão RJ-45 tipo Gigabit 10/100/1000 1 - Entrada para fonte carregadora de bateria 1 - Porta no padrão combo para microfone / fone de ouvido - SOFTWARE LICENÇA MICROSOFT WINDOWS 7 PROFESSIONAL - SOFTWARE LICENÇA MICROSOFT OFFICE 2013 PROFESSIONAL	UND		2,00000	R\$3.200,0000	R\$6.400,0000
Total do Fornecedor:						R\$26.600,0000
Total Geral dos Itens:						R\$26.600,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos)

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 meses , a partir da sua assinatura, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CAMARA DE VEREADORES DE TRES BARRAS
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 3 / 5

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo CAMARA DE VEREADORES DE TRES BARRAS, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial Nº. 2/2016**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Presencial Nº. 2/2016** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4. A VISTA

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
3	1	1	1003	344903017000000	1000000
6	1	1	2001	344903017000000	1000000

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues e dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente das quantidades solicitada.**

5.1. Local de entrega: Câmara Municipal de Três Barras AV Rigesa 2949 João Paulo II Três Barras CEP 89490-000

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO341101-009-SUOZFS-219407120 - Emitido por: LIGIA CAROLINE SAWISKI

14/12/2016 10:25



CAMARA DE VEREADORES DE TRES BARRAS
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 4 / 5

caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.5 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) CAMARA DE VEREADORES DE TRES BARRAS, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

**CAMARA DE VEREADORES DE TRES BARRAS**

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 5 / 5

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR E NOTEBOOK Nº. 2/2016, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Três Barras (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Três Barras (SC), 12 de Dezembro de 2016

Contratante

ERICK ROBERTO SUDOSKI EIRELI ME
ERICK ROBERTO SUDOSKI
CONTRATADA

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 155/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 122/2016

Processo de Compra Nº.: 155/2016

Pregão Presencial nº: 122/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DA GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL, E CRAS conversão de dados de software existente, treinamento inicial e suporte técnico. Entrega das propostas e Credenciamento até 10h do dia 29 de Dezembro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 14 de dezembro de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 157/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 124/2016

Processo de Compra Nº.: 157/2016

Pregão Presencial nº: 124/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a contratação de empresa que ofereçam o menor custo para prestação de serviço de limpeza de fossas residenciais e em locais públicos, conforme Lei autorizativa n. 1.215/2015 de 18 de março de 2016.

Entrega das propostas e Credenciamento até 8h30min do dia 29 de dezembro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 14 de dezembro de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 158/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 125/2016

Processo de Compra Nº.: 158/2016

Pregão Presencial nº: 125/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, para entrega do BEM em até 15 dias que tem por objeto a AQUISIÇÃO

DE 01(UMA) RETROESCAVADEIRA NOVA, ANO E MODELO 2016, TRACÇÃO 4X4, ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 835646/2016, PROCESSO Nº 2623.1034216-44/2016, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/UNIÃO FEDERAL .

Entrega das propostas e Credenciamento até 10h do dia 28 de Dezembro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 14/12/2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 156/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 156/2016

Edital de Pregão Presencial nº 123/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA PROCEDER A ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

Credenciamento e entrega das propostas até às 13h30min do dia 29/12/2016

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 15/12/2016

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 159/2016 EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 07/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 159/2016

Edital de Tomada de Preço para Compras e Serviços nº 07/2016

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Credenciamento e entrega das propostas até as 09:00 horas, do dia 30/12/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC, 14 de dezembro de 2016.
ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 160/2016 EDITAL DE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 160/2016
Edital de Pregão Presencial nº 126/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM que tem por objeto a aquisição de 2(duas) Mesas destinadas para a manutenção das atividades pedagógicas da Rede Municipal .

Credenciamento e entrega das propostas até às 15h do dia 29/12/2016

Informações do Edital, no Setor de Compras do
Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 15/12/2016
Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 161/2016 EDITAL DE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 161/2016
Edital de Pregão Presencial nº 127/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM que tem por objeto a aquisição Materiais Diversos destinadas para a manutenção das atividades pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

Credenciamento e entrega das propostas até às 15h45 do dia 29/12/2016

Informações do Edital, no Setor de Compras do
Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 15/12/2016
Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 49/2016

DECRETO Nº 049/16, de 12 de Dezembro de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.265/15 (Lei Orçamentária Anual), de 08/12/2015. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), assim classificados:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0046.2.051–MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.3.90.00.00.00.00.00.0102 (015) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0102 por excesso de arrecadação do PAB no valor de R\$ 20.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 12 de Dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 50/2016

DECRETO Nº 050/16, de 13 de Dezembro de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.265/15 (Lei Orçamentária Anual), de 08/12/2015. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), assim classificados:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0046.2.051–MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.3.71.00.00.00.00.00.0002 (010) – Transferência a Consórcios Públicos R\$ 130.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0002 (008) – Transferências a Inst. Priv. sem Fins Luc .. R\$ 150.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0002 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 280.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 13 de Dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 304/2016

PORTARIA Nº 304/16, de 12 de Dezembro de 2016.

FAZ EXONERAÇÃO DE CARGO PERMANENTE POR MOTIVO DE FALECIMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o servidor ADILIO SEVERINO, CPF nº 343.320.149-87, matrícula nº. 0038, exercendo o Cargo de Provisão Efetivo de Operador de Equipamentos I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, por motivo de falecimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. Nº 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 01/2016

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 01/2016, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede na Av. São Luiz, 531 - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa DUOMO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 97.371.389/0001-13, representada por CÉSAR AUGUSTO ALBERTI, doravante denominada CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado para 31 de maio de 2017.

Cláusula Segunda. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação dos serviços o valor de R\$ 23.500,00 (Vinte e três mil e quinhentos reais), divididos em 05 parcelas de R\$ 4.700,00 (Quatro mil e setecentos reais) cada, a serem pagas até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, mediante a prestação dos serviços e mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo correrão à conta das Dotações orçamentárias do Município de União do Oeste para o exercício de 2017.

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 01/2016 permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 12 de dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

P/CONTRATANTE

DUOMO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA

CÉSAR AUGUSTO ALBERTI

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01.

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. Nº 14/2014 - FMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 14/2014, DE 21/07/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal de Saúde de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.692.396/0001-00 neste ato representado por seu Gestor Sr. DARCY JOÃO LUZI e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67 representada pela Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo n.º 14/2014, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, passando a vigor até 31 de dezembro de 2017.

Cláusula Segunda – DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo, correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2017, com a seguinte classificação:

Órgão – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAUDE

Aplicações Diretas – 3.3.90.39.11.00.00.00

Cláusula Terceira – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

União do Oeste, 15 de dezembro de 2016.

DARCY JOÃO LUZI
GESTOR FUNDO MUNIC. DE SAÚDE
CONTRATANTE

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR
BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

01.
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. Nº 67/2014

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 67/2014, DE 21/07/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob o nº. 78.505.591/0001-46 neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67 representado pela Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo n.º 67/2014, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, passando a vigor até 31 de dezembro de 2017.

Cláusula Segunda – DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo, correrão à conta da Dotação do orçamento do Município de União do Oeste para o exercício de 2017, com a seguinte classificação:

Órgão – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Aplicações Diretas – 3.3.90.39.11.00.00.00

Cláusula Terceira – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

União do Oeste, 15 de dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR
BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

01.
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. Nº 01/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 01/2013

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 01/2013, que fazem de um lado o Município de União do Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, localizado na Rua Chapecó, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Senhor DARCY JOÃO LUZI, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CLÍNICA MÉDICA RAULDELU LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 07.380.059/0001-00, representada por ANDRÉ MAGRI, doravante denominada CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, aditado através do 1º, 2º, 3º 4º, 5º e 6º Termo Aditivo por mais 6 (seis) meses, passando a vigor até 30 de junho de 2016.

Cláusula Segunda. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação dos serviços o valor de R\$ 143.745,36 (cento e quarenta e três

mil, setecentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos), divididos em 06 parcelas de R\$ 23.957,56 (vinte e três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) cada, a serem pagas até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, mediante a prestação dos serviços e mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo correrão à conta das Dotações orçamentárias Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2017.

Órgão – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto Atividade - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAUDE e MANUTENÇÃO DO PAB VARIÁVEL

APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 01/2013 permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 14 de dezembro de 2016.

DARCY JOÃO LUZI
Gestor do F.M.S

ANDRÉ MAGRI
Clínica Médica Rauldelu Ltda - ME

Testemunhas:

01.

02

Nome: Giane Smaniotto

Nome: José Tessaro

CPF: 060.416.089-55

CPF: 460.292.909-59

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECLARAÇÃO

DARCY JOÃO LUZI, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de União do Oeste, no uso de suas atribuições legais, e ANDRÉ MAGRI, representante legal da empresa CLINICA MÉDICA RAULDELU LTDA - ME, DECLARAM, para fins de direito e para que produza os efeitos necessários, de acordo com o item 3.1, da cláusula 3ª, do Contrato Administrativo n.º 01/2013, que pretendem prorrogar a vigência do referido contrato por mais seis meses, tendo em vista que o serviço prestado tem caráter de continuidade, podendo ser prorrogado conforme artigo 57, II, da Lei de Licitações.

UNIÃO DO OESTE – SC, 13 de outubro de 2016.

DARCY JOÃO LUZI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANDRÉ MAGRI
Representante Legal
CLINICA MÉDICA RAULDELU LTDA

DECRETO N. 3265/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.265, de 12 de dezembro de 2016.

Concede prorrogação de Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 163., da Lei Complementar Municipal n.º 093, de 21 de setembro de 2015, e requerimento da servidora em anexo,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada pelo prazo de 60 (sessenta) dias, ou seja, até dia 28 de fevereiro de 2017, à Licença Gestante da servidora pública Municipal KALINE TASCA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 12 de dezembro de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3266/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.266, De 12 de Dezembro de 2016.

“DISPÕE SOBRE NOVA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 001/2016”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar N.º 093/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 091/2015, Lei Municipal 957/2013 e a de acordo com a Clausula Sexta do Contrato de Trabalho por prazo determinado n.º 001/2016 e, por a titular da vaga ISANETE BRESOLIN continuar afastada para tratamento de saúde, conforme consta no Benefício do Instituto Nacional do Seguro Social sob n.º 6140942709.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de Trabalho por prazo determinado n.º 001/2016, celebrado entre o Município de União do Oeste e Márcia Fátima Zorzetto, para 15 de julho de 2017, podendo ser prorrogado novamente caso o afastamento da titular perdure.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 12 de dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3267/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.267, de 12 de dezembro de 2016.

Concede Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto na Constituição Federal no seu art. 7º, Inciso XVIII e certidão de nascimento em anexo,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida LICENÇA GESTANTE pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias à servidora pública Municipal FRANCIELI PEGURINI BENETTI, ocupante do cargo de Professora, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a ser gozada no período de 09 de dezembro 2016 à 07 de abril de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de dezembro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 12 de dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

CÂMARA MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO:

TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2016.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço global.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia, para execução da reforma/revisão do sistema pluvial e calhas da sede da Câmara de Vereadores, incluindo material e mão de obra, de acordo com os anexos. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 10:00 horas do dia 29 de Dezembro de 2016. ABERTURA: às 10:10 horas do mesmo dia. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no setor de contabilidade, sito a Av. São Luiz, 841, Centro, União do Oeste – SC. Informações pelo telefone (0xx49) 3348-1014 ou e-mail: camarauniao-dooeste@hotmail.com. Site: www.camarauniao-dooeste.sc.gov.br

União do Oeste - SC, 08 de Dezembro de 2016.

Oriberto Luiz Giachini

Presidente

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 01/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 01/2014

Data de assinatura: 14/12/2016

Processo de Licitação: 34/2013/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: LUCIANA DAMIAN

CNPJ/CPF: 728.448.339-34

Objeto: Locação de terreno localizado na Rua Cesar Mariot, s/n, ao lado do SUS sede, para servir de estacionamento e garagem para veículos da saúde, no período noturno e finais de semana. Imóvel com 892 m², Urussanga/SC.

Vigência prorrogada até 31/03/2017.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 128/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 128/2014

Data de assinatura: 14/12/2016

Processo de Licitação: 25/2014/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: STELLA MARIS DE AGOSTIN TALAMINI

CNPJ/CPF: 378.856.939-53

Objeto: Locação de terreno localizado na Av. Nereu Ramos, 198, Centro, Urussanga/SC, para o funcionamento da vigilância sanitária e epidemiológica. Imóvel com 70 m² (pavimento superior e inferior).

Vigência prorrogada até 31/03/2017.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 143/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 143/2015

Data de assinatura: 14/12/2016

Processo de Licitação: 05/2015/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA

CNPJ/CPF: 02.792.912/0001-79

Objeto: Implantar, converter, customizar, manter, local e dar suporte no software de gestão para a Secretaria de Saúde, a ser executado de forma continuada, necessários à modernização da prestação de serviços públicos, para a população do município de Urussanga/SC

Vigência prorrogada até 30/06/2017.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 147/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 147/2016

Data de assinatura: 14/12/2016

Processo de Licitação: 23/2016/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: DILAB COM. E MANUTENÇÃO DE EQUIP. MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 07.726.148/0001-57

Objeto: Serviço de manutenção preventiva e corretiva, em equipamentos médicos e odontológicos, incluindo peças e reposição, para a Secretaria de Saúde de Urussanga/SC

Vigência prorrogada até 30/06/2017.

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.078/2016

DECRETO Nº078/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarado PONTO FACULTATIVO no serviço público municipal de Vargem Bonita nos dias 23 e 30 de Dezembro de 2016, exceto os serviços essenciais de saúde executados em regime de plantão.

Artigo 2º - Fica declarado Recesso nas Repartições Públicas Municipais o período de 26 a 29 de dezembro de 2016, tendo em vista as festividades alusivas ao Natal e ao Final de Ano.

Parágrafo único - Não haverá recesso no período mencionado no caput aos órgãos abaixo elencados, em razão da tipicidade dos serviços executados, pois não admitem paralisação por serem considerados de prestação de serviços essenciais:

I - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, que trabalhará em escala, sendo nos dias 26 e 27 de dezembro de 2016 uma equipe e, nos dias 28 e 29 de dezembro de 2016 outra equipe.

Artigo 3º - A partir do dia 16 de dezembro de 2016, os servidores que possuem banco de horas serão dispensados e será descontado no banco de horas e, os funcionários que não possuem banco de horas deverão se apresentar no serviço normalmente até o dia 22 de dezembro de 2016.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 14 de Dezembro de 2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 15/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

PROCESSO 052/2016 PR 033/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2016

REGISTRO DE PREÇOS

REPÚBLICAÇÃO

Objeto: Pregão Presencial, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, VANS, MINIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO, durante o prazo de vigência da Ata, conforme condições e quantidades estimadas descritas no ANEXO I do Edital.

Em razão de interesse público, fica alterado o ANEXO I do Edital acima mencionado, o qual passa a vigorar com nova íntegra, a contar da data da presente publicação. Em função das alterações, fica alterada também data de abertura e julgamento do certame, conforme abaixo fixado.

Entrega da Proposta e dos Documentos: Até o dia 28 de Dezembro de 2016, às 14:00 horas.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 28 de Dezembro 2016 a partir das 14:00 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 14 de Dezembro de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.629/16

DECRETO Nº 13.629/16, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 74.200,00 (Setenta e quatro mil e duzentos reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
02 – Departamento de Ensino Fundamental		
2.033 – Merenda Escolar – PNAE		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008 – Aplicações Diretas	74.200,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	74.200,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação dos recursos vinculados do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.630/16

DECRETO Nº 13.630/16, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura		
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
2.050 – Manutenção da Iluminação Pública		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0014 – Aplicações Diretas	105.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	105.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação dos recursos vinculados da COSIP

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 053/2016

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 053/2016

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 5º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINIS- TRATIVO	DATA CANCELAMENTO
ADELAR JOSE DE OLIVEIRA	17.710.550/0001-05	9654/2016	13/12/2016
ALVADIR TIBES DE CAMPOS	345.606.709-78	19277/2015	13/12/2016
ANADIR DE FÁTIMA DA SILVA	893.415.039-49	13066/2016	13/12/2016
ANTONIO JOÃO ZANGALLI	776.586.559-53	6976/2016	13/12/2016
CARLOS EDUARDO RIBEIRO CHAVES	006.641.809-73	11919/2016	13/12/2016
CLEUCI TEREZINHA DE MATTOS ME	19.994.013/0001-51	7498/2016	13/12/2016
DAIANE DA SILVA COITO	008.408.129-57	12500/2016	13/12/2016
GERALDO ANTONIO CALIARI	674.949.199-53	12111/2016	13/12/2016
JAILSON FANTIN MENEGON	18.280.402/0001-52	7413/2016	13/12/2016
LAVAÇÃO NOTA 10 LTDA ME	80.695.539/0001-41	8569/2015	13/12/2016
MARCIANO MIRANDA – ESPOLIO (Odelir José Miranda)	758.021.719-87	8392/2016	13/12/2016
MARIA HERTA RIBEIRO DOS SANTOS	558.047.219-68	9597/2015	13/12/2016
MARINES DE FÁTIMA CANALLE	758.026.789-68	22210/2015	13/12/2016
MARISA APARECIDA DE OLIVEIRA	489.092.899-53	12173/2015	13/12/2016
N.E. LOCADORA DE MÃO DE OBRA LTDA	09.031.708/0001-84	12831/2016	13/12/2016
NELI ANTONIA WITTI - ESPÓLIO	021.617.209-88	13319/2016	13/12/2016
OLIVINA ALIONÇO PEREIRA DE PAULA	772.115.539-87	10364/2016	13/12/2016
SILVANIRA CORDEIRO DA SILVA	026.364.739-04	13627/2016	13/12/2016
VALDIR TAVARES DA SILVA	148.091.769-91	11435/2016	13/12/2016
VALDOMIRO RIBEIRO PONTES	458.471.859-87	13775/2016	13/12/2016
VILSON JOSÉ MICHELON	384.837.509-53	20973/2014	13/12/2016

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.
Videira, 13 de dezembro de 2016.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0004/16

Extrato do Termo Aditivo de Retificação ao Contrato n. 0004/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDINA APARECIDA DOS SANTOS VIRGUTZ

CPF: 088.130.699-10

OBJETO: Alteração da justificativa de "e fica assegurada a contratação da funcionária até 14 de setembro de 2016, pois se encontra em licença maternidade, conforme portaria nº 0435/16 e mais 01 (um) mês, referente à estabilidade da funcionária até 5º (quinto) mês após o parto" para: "em substituição à servidora HELENICE MARIA BASEGGIO PELIN, que se encontra em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica, pela Equipe da Limpeza".

VIGÊNCIA: de 25 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0011/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0011/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SCHEILA TELLES DE OLIVEIRA

CPF: 073.427.529-32

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2016 até 04 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0016/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0016/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANGELICA PADILHA DE GOES RODRIGUES

CPF: 061.772.449-04

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora NEIVA NERCI MARTINS GHELLER, que se encontra em licença tratamento de saúde, conforme perícia médica" para: "e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista do parto".

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 até 27 de novembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0021/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0021/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JANETE BATISTA DOS SANTOS

CPF: 039.567.119-12

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 30 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0022/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0022/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLEI CRISTINA ZAGO

CPF: 043.050.089-04

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 30 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0025/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0025/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GRACIELI MEZAROA GUERRA

CPF: 023.497.309-99

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 04 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0062/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0062/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREA CZERVINSKI

CPF: 004.988.099-35

VIGÊNCIA: de 11 de fevereiro de 2016 até 31 de janeiro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0070/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0070/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULHANA CRISTINA DE MATTOS

CPF: 004.890.049-46

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 30 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0074/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0074/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA DALLA PICCOLA LEONARDO GAIO

CPF: 007.160.569-09

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 04 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0100/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0100/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELAINE APARECIDA BARBOZA

CPF: 064.444.059-71

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora LEONI APARECIDA PEREIRA FERREIRA, que se encontra em licença tratamento de saúde, conforme perícia médica" para: "e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista, da licença maternidade".

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 até 16 de janeiro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CPF: 941.917.949-49

VIGÊNCIA: de 23 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0150/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0150/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA FABRÍCIO

CPF: 037.924.429-22

VIGÊNCIA: de 07 de março de 2016 até 31 de janeiro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0108/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0108/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEBORA FOSSATTI

CPF: 090.142.799-30

VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2016 até 03 de novembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0154/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0154/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE PONTE ZAMPRONIO

CPF: 255.496.888-83

VIGÊNCIA: de 04 de março de 2016 até 30 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0110/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0110/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SAMARA CARLA DOS SANTOS

CPF: 080.500.449-12

OBJETO: Alteração da justificativa de "e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista, da licença maternidade" para: "e fica assegurada a contratação da funcionária até 28 de janeiro de 2017, referente à estabilidade de 5 (cinco) meses após o parto".

VIGÊNCIA: de 17 de fevereiro de 2016 até 28 de janeiro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0163/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0163/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANGEL ELLEN LOOF PEZOLATO

CPF: 088.540.149-23

VIGÊNCIA: de 18 de março de 2016 até 04 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0183/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0183/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOELMA ADRIANA DE JESUS

CPF: 693.350.529-49

VIGÊNCIA: de 05 de abril de 2016 até 04 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0114/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0114/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GISELE PONTES BOEIRA

CPF: 063.504.339-47

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora SIMONE MARIA CILIPRANDI que se encontra em licença de tratamento de saúde membro da família, seguida de licença prêmio" para: "e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista, da licença maternidade".

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2016 até 18 de maio de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0188/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0188/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JIZELI TERESINHA ANTUNES GOMES

CPF: 020.295.039-59

VIGÊNCIA: de 12 de abril de 2016 até 31 de janeiro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0196/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0196/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA SPIERING PEREIRA

CPF: 039.485.319-94

VIGÊNCIA: de 15 de abril de 2016 até 31 de janeiro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0139/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0139/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ISABELA LARISSA DE OLIVEIRA SPECART LINS

CPF: 097.419.389-50

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 até 01 de fevereiro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0198/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0198/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELISABETH HECKEL

CPF: 899.290.399-53

VIGÊNCIA: de 18 de abril de 2016 até 30 de setembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0150/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0150/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA MARIA SOARES DOS SANTOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0225/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0225/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSALINO LUIZ MANENTI
CPF: 613.137.859-20
VIGÊNCIA: de 09 de maio de 2016 até 30 de novembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0238/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0238/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROGERIO RICARDO
CPF: 842.557.739-04
VIGÊNCIA: de 06 de maio de 2016 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0247/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0247/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JAQUELINE MARIA MENEGUZZI
CPF: 006.007.859-63
VIGÊNCIA: de 16 de maio de 2016 até 14 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0266/16

Extrato do Termo Aditivo de Retificação ao Contrato n. 0266/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARILUCE DA SILVA ALVES DOS SANTOS
CPF: 048.000.139-17
VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2016 até 05 de março de 2017
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0289/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0289/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCENI LINS DE CORDUVA ALVES RIBEIRO
CPF: 489.941.979-15
VIGÊNCIA: de 22 de junho de 2016 até 31 de janeiro de 2017
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0303/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0303/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSANE PINTO
CPF: 081.756.269-92
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 até 16 de novembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0334/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0334/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: PRISCILA FANTIN
CPF: 085.855.189-60
VIGÊNCIA: de 04 de agosto de 2016 até 30 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0335/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0335/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARINES DE OLIVEIRA DIAS
CPF: 078.314.389-39

VIGÊNCIA: de 05 de agosto de 2016 até 31 de janeiro de 2017
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0338/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0338/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIRLEI MENDES CASTANHA DIAS
CPF: 066.438.239-86
VIGÊNCIA: de 17 de agosto de 2016 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0338/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0338/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIRLEI MENDES CASTANHA DIAS
CPF: 066.438.239-86
VIGÊNCIA: de 17 de agosto de 2016 até 12 de outubro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0340/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0340/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIRLEY DE DEUS DE CAMPOS
CPF: 893.399.089-53
VIGÊNCIA: de 15 de agosto de 2016 até 08 de outubro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0345/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0345/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GLEICE DOS SANTOS LIMA
CPF: 065.257.739-38
VIGÊNCIA: de 06 de setembro de 2016 até 30 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0346/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0346/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA APARECIDA ALVES CORDEIRO
CPF: 776.584.779-15
VIGÊNCIA: de 02 de setembro de 2016 até 03 de novembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0348/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0348/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: GERALDO ROSA
CPF: 490.162.539-04
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2016 até 03 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0352/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0352/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANGELA MARIA GALDINO
CPF: 721.734.759-91
VIGÊNCIA: de 15 de setembro de 2016 até 04 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0362/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0362/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SALETE DE FATIMA VIEIRA

CPF: 076.658.927-79

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2016 até 21 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0366/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0366/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TAMARA BALTEZAN FERREIRA

CPF: 000.663.630-63

VIGÊNCIA: de 04 de outubro de 2016 até 15 de novembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0371/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0371/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSEFINA GRZEGOZESKI SCHNEIDER

CPF: 427.910.069-15

VIGÊNCIA: de 11 de outubro de 2016 até 16 de novembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0401/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0401/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANE FRENZEL

CPF: 066.312.789-02

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 até 31 de janeiro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0403/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0403/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLENE MARIA TURCO SCHULTE

CPF: 665.740.809-91

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 até 30 de novembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 224/2016

DECRETO Nº AJG 224/2016

RECONHECE A EXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com o artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a necessidade de legalizar a constituição de estabelecimentos públicos de saúde que prestam serviços à população há mais de 15 anos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica reconhecida a existência do estabelecimento público de saúde denominado "LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS", localizado junto a Unidade Básica de Saúde Hélio dos Anjos Ortiz, na Rua da Consolação, 343, Centro, Xanxerê-SC.

Art. 2º. Fica reconhecida a existência do estabelecimento público de saúde denominado "SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO - SAE", localizado junto a Unidade Básica de Saúde Hélio dos Anjos Ortiz, na Rua da Consolação, 343, Centro, Xanxerê-SC.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 14 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 225/2016

DECRETO Nº AJG 225/2016

DETERMINA HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E NOS PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido horário especial de expediente em todas as Unidades Básicas de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, em turno único das 07h00min às 13h00min, no período de 26 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Fica estabelecido horário especial de expediente em todos os Programas Sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social, em turno único das 07h00min às 13h00min, no período de 19 a 22 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 14 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 226/2016

DECRETO Nº AJG 226/2016

ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL PARA RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS NO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar nº AM 2880/05 "Código Tributário Municipal" e Lei Complementar nº AM 3072/08;

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido o "CALENDÁRIO FISCAL" para recolhimento de Tributos Municipais no Exercício de 2017, conforme abaixo especificado:

a) IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO e TAXAS CORRESPONDENTES:

- Pagamento em cota única:

Vencimento em 13.02.2017 – com desconto de 15% sobre o item IPTU;

Vencimento em 13.03.2017 – com desconto de 10% sobre o item IPTU;

Vencimento em 13.04.2017 – com desconto de 05% sobre o item IPTU.

- Pagamento parcelado:

Em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas sem descontos, sendo:

1ª parcela – vencimento em 13.02. 2017;

2ª parcela – vencimento em 13.03. 2017;

3ª parcela – vencimento em 13.04. 2017;

4ª parcela – vencimento em 15.05. 2017;

5ª parcela – vencimento em 13.06. 2017;

6ª parcela – vencimento em 13.07. 2017;

7ª parcela – vencimento em 14.08. 2017;

8ª parcela – vencimento em 13.09. 2017.

b) TLL (TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO); TFF (TAXA DE FISCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO); TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA; FUNREBOM.

- Pagamento em cota única:

Vencimento em 30.05.2017 – sem desconto;

- Pagamento parcelado:

Em 03 (três) parcelas mensais e consecutivas sem descontos, sendo:

- 1ª parcela – vencimento em 30.05. 2017;
- 2ª parcela – vencimento em 30.06. 2017;
- 3ª parcela – vencimento em 31.07. 2017.

c) ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – AUTÔNOMOS.

- Pagamento em cota única:

Vencimento em 30.05.2017 – sem desconto.

- Pagamento parcelado:

Em 03 (três) parcelas mensais e consecutivas sem descontos, sendo:

- 1ª parcela – vencimento em 30.05.2017;
- 2ª parcela – vencimento em 30.06.2017;
- 3ª parcela – vencimento em 31.07.2017.

d) ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – HOMOLOGADO

Vencimento no dia 20 (vinte) do mês subsequente ao do faturamento.

Art. 2º. Os demais tributos municipais deverão ser recolhidos de conformidade com o estabelecido no Código Tributário Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 14 de dezembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - DISCUSSÃO DO CONTRATO DE PROGRAMA EM CUMPRIMENTO AO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
DISCUSSÃO DO CONTRATO DE PROGRAMA

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ/SC, SR. ADEMIR JOSÉ GASPARINI, nos termos da Lei Orgânica do Município, da Lei Municipal nº 3797/15, de 25 de novembro de 2015, e da Lei Federal 11.445/07, de 05 de janeiro de 2007, TORNA PÚBLICO, que será realizada audiência pública, no dia 19 de dezembro de 2016, às 16 horas, na Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê, situada à Rua Dr. José de Miranda Ramos, nº 305, no Município de Xanxerê, para discussão do Contrato de Programa em cumprimento ao Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).
Xanxerê, 13 de dezembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

EXTRATO 11º ADITIVO AO PROCESSO Nº 0134/2014

Extrato 11º Aditivo ao Processo nº 0134/2014 - Inexigibilidade nº 0007/2014

Objeto: Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para realização de consultas médicas e procedimentos para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê. Fica prorrogado o prazo de vigência do processo originário para até 31/12/2017, contados a partir de 01/01/2017, conforme ofício da

Secretaria Municipal de Saúde.
Xanxerê-SC, 14 de dezembro de 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0057/2016

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0057/2016
Contratante: Município de Xanxerê.
Contratado: Detetizadora Qualidade Ltda ME.
Objeto: Prestação de Serviços de Desinsetização e desratização em Escolas, Creches da Rede Municipal de Ensino e no Centro Administrativo do Município de Xanxerê.
Fica Acrescido ao contrato originário, 2 (dois) serviços de desinsetização e desratização de 390m² do EMEB João da Cruz e Souza, no valor unitário de R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais), totalizando R\$ 598,00 (quinhentos e noventa e oito reais), conforme Ofício em anexo, com base nos valores das metragens dos itens do Contrato.
Xanxerê-SC, 21 de novembro de 2016. Ademir J Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0083/2015

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0083/2015
Contratante: Município de Xanxerê
Contratada: Imobiliária Xancasa Ltda
Objeto: Locação de uma sala comercial destinada ao SINE.
Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses, contados a partir de 14/12/2016 vigorando até 13/12/2017.
Xanxerê-SC, 13 de dezembro de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

LEI Nº AJG 3881/2016

LEI Nº AJG 3881/2016
(Origem Projeto de Lei Nº AJG 017/2016)

DENOMINA DE "UDO ARY CALLFASS" PAVILHÃO DE ARREMATES DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES ROVILHO BORTOLUZZI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica denominado de "UDO ARY CALLFASS", o Pavilhão de Arremates localizado no Parque de Exposições RovilhoBortoluzzi, nesta cidade de Xanxerê, SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
12 de Dezembro de 2016
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 001/2016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E LAZER

PORTARIA Nº 001/2016

AUTORIZA SERVIDORES A DIRIGIR VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES CULTURA E LAZER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE FRIEDERICH, Secretário Municipal de Esportes Cultura e Lazer de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar os servidores, abaixo relacionados, a dirigir os veículos da Secretaria Municipal de Educação, conforme sua habilitação legal:

- Jorge Friederich CPF 503.488.849-15
- Douglas Richardt Bin CPF 007.217.089-19
- Pericles Antonio Correia CPF 678.431.829-34

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 14 de dezembro de 2016.

JORGE FRIEDERICH

Secretário Municipal de Esportes Cultura e Lazer

PORTARIA Nº - RH AJG 440/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 440/2016

RETIFICAR PORTARIA RH-AJG 259/2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

RETIFICAR A PORTARIA N.º RH-AJG 259/2015 que passa a ter a seguinte redação:

REVOGAR a partir de 25 de setembro 2015 atendendo ao Ofício SME/M 0417/15 a Portaria nº RH-AJG 0353/2013 que atribuía função de Direção do Programa Arco Iris do Município a Sra. MARIA JOVITA BARBOSA GONÇALVES, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 2007230382 e CPF nº 346.920.459-49, nomeada conforme Decreto nº JB 25/94 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos para o dia 25 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 441/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 441/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica

Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 133 (cento e trinta e três) dias a partir de 01.02.2017 à 14.06.2017 ao Servidor Público Municipal Sr. LENOIR RODRIGUES, brasileiro, casado, portador do RG n.º 2.077.282 e CPF n.º 671.434.159-87, residente e domiciliado nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeado conforme Decreto JB 366/1994 no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 4489/2016 datado em 13.12.2016.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

07.07.1999 a 06.07.2004 = 17 dias;

07.07.2004 a 24.07.2006 = 38 dias;

25.07.2006 a 08.06.2009 = 18 dias;

09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias;

09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença a partir 01.02.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 441/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 441/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 133 (cento e trinta e três) dias a partir de 01.02.2017 à 14.06.2017 ao Servidor Público Municipal Sr. LENOIR RODRIGUES, brasileiro, casado, portador do RG n.º 2.077.282 e CPF n.º 671.434.159-87, residente e domiciliado nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeado conforme Decreto JB 366/1994 no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 4489/2016 datado em 13.12.2016.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

07.07.1999 a 06.07.2004 = 17 dias;

07.07.2004 a 24.07.2006 = 38 dias;

25.07.2006 a 08.06.2009 = 18 dias;

09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias;

09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença a partir 01.02.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**LEI ORDINÁRIA Nº 3882/2016**

LEI Nº 3882 / 2016

(Origem Projeto de Lei Nº 29/2016 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE JAIR MENEGAZ DE VICENTINI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Jair Menegaz de Vicentini, a Rua C, localizada no Loteamento Cometa, no município de Xanxerê/SC, matrícula nº 15.964.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

12 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 119/2016

DECRETO Nº 119/2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.553, de 06 de Dezembro de 2016. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.022 – Auxiliar as Entidades de Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002 – (CR 28)	
R\$	10.000,00
TOTAL	10.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002 – (CR 1)	
R\$	10.000,00
TOTAL	10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 12 de Dezembro de 2016.

DOMINGOS LUIZ ZANANDRÉA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Arlene Caon

Diretor(a)

Responsável Pelo Departamento de RH

LEI 1558/2016

LEI Nº 1558, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 100.000,00 (cem mil

reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as Atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 80)	
R\$	100.000,00
TOTAL	100.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 2.002 – Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 2)	
R\$	50.000,00
Projeto Atividade: 2.003 – Manter as Atividades da Administração e Finanças	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 4)	
R\$	30.000,00
Projeto Atividade: 2.002 – Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 3)	
R\$	20.000,00
TOTAL	100.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de Dezembro de 2016.

DOMINGOS LUIZ ZANANDRÉA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Arlene Caon

Diretor(a)

Responsável Pelo Departamento de RH

LEI 1559/2016

LEI Nº 1559, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 (CR 74)	
R\$	6.000,00
TOTAL	6.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 (CR 67)	
R\$	6.000,00
TOTAL	6.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de Dezembro de 2016.

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Arline Caon

Diretor(a)

Responsável Pelo Departamento de RH

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO 73

AVISO DE REVOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE XAXIM - SC
PROCESSO LICITATÓRIO N. 139/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2016

O município de Xaxim – SC, através do Prefeito Municipal comunica que está REVOGADO o Pregão Presencial n. 073/2016 que tem por objeto a contratação de empresa especializada em pavimentação de passeios com paver retangular conforme NBR 9050 no Centro Administrativo - Rua Rui Barbosa e Avenida Luís Lunardi, sendo (material e mão de obra). Outras informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações do Município de Xaxim – SC.

Xaxim - SC 14 de dezembro de 2016.
Idacir Antônio Orso
Prefeito

Decreto 416

DECRETO Nº. 416/2016.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e considerando aposentadoria por tempo de contribuição junto ao INSS.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 09 de dezembro de 2016, a servidora municipal SUSANA APARECIDA AGOSTINETTO SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, portadora da matrícula 1905, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de dezembro de 2016.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Decreto 417

DECRETO Nº. 417/2016.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 13 de dezembro de 2016, a servidora municipal LENIRA MORAIS PEREIRA, ocupante do de provimento efetivo de MONITOR DO ABRIGO MUNICIPAL, portadora da matrícula 6884, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de dezembro de 2016.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Associações

AMAUC

ATA 218.03.2016 - AMAUC

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e nove do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, tendo como local a Associação Cultural Esportiva e Recreativa COPERDIA/CREDIAUC – Distrito De Santo Antonio s/n- Rodovia SC 283, Km 19,5- Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos e Vice-Prefeitos da atual gestão e os eleitos para a Gestão 2017/2020, Presidentes de Câmaras de Vereadores, Vereadores, Secretários Municipais, técnicos e demais convidados, cujas assinaturas constam no Livro de Assinaturas nº 04, folha nº 26 – frente e verso, para a realização da Assembleia Geral Ordinária da AMAUC, conforme Edital de Convocação 03/2016 de 10 de novembro de 2016. Verificado o quorum e havendo número legal de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Presidente de Câmaras de Vereadores presentes, o Presidente Valdir Zanella declarou aberta a assembleia, agradeceu a presença de todos e destacou a importância dos assuntos constantes na ordem do dia. Dando início aos trabalhos convidou a senhora Ivanete Terezinha Pereira Grendene, Secretária Administrativa da AMAUC, para secretariar a reunião. Ordem do dia. 1) Leitura da ata da reunião anterior. Lida e aprovada a ata da reunião ordinária realizada no dia 27 de outubro de 2016. 2) Apresentação da equipe técnica do AMAUC. A apresentação da equipe de trabalho foi feita pelo Secretário Executivo da Amauc, senhor Roberto Kurtz Pereira, que apresentou os colegas individualmente, citando a formação de cada um e qual o setor em que está lotado. 3) Apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelo AMAUC em 2016 e proposta de trabalho para o ano de 2017. O Secretário Executivo também apresentou breve relato sobre os serviços prestados aos municípios no ano de 2016, destacando a execução de Processos Seletivos e Concursos Público. Disse que esse trabalho teve início em 2015 e que até o momento foram realizados trinta e um Processos Seletivos e seis Concursos Públicos, sem qualquer problema de ordem legal, muito menos questionamentos por parte do Ministério Público. Explicou que o trabalho é intenso, mas que é realizado pela equipe da AMAUC e que a contratação de pessoas se dá apenas para os técnicos que elaboram as provas e fiscais de sala, conforme o caso. O Secretário Executivo apresentou os Colegiados que se reúnem na AMAUC com frequência, visando discutir e buscar soluções comuns aos municípios. Citou como exemplo, o Colegiado de Saúde, Colegiado de Educação, Colegiado de Contadores e Controle Interno, Colegiado do Movimento Econômico, Colegiado de Nutricionistas, entre outros. Disse que para o próximo ano as reuniões dos colegiados devem continuar e que o Colegiado de Secretários de Agricultura deve retornar a se encontrar, bem como criar o Colegiado de Engenheiros e Arquitetos, Colegiado de Secretários de Finanças e Fiscais de Tributos e o Colegiado de Secretários de Administração. Em seguida passou a palavra para a senhora Neusa Poletto Pucci – Assistente social, que fez breve relato das atividades desenvolvidas pelos Colegiados de Assistência Social, de Educação e das Nutricionistas e falou dos trabalhos programados para o início do ano de 2017. Da mesma forma, o senhor Vanderlei Picinini – Assessor Contábil, apresentou informações sobre o possível comportamento das receitas municipais para o próximo ano, e destacou algumas providências e cuidados que os novos administradores deverão tomar para que consigam fazer uma boa gestão em seus mandatos, especialmente no primeiro ano. Também fez uso da palavra senhora Fátima Franz – arquiteta e urbanista, que apresentou relatório sucinto sobre a situação dos Planos Diretores Municipais e Planos Municipais de Habitação de Interesse Social, apontando em alguns as necessidades de adequações que precisam ser realizadas e aqueles que estão em conformidade com a legislação. Explicou que ela foi contratada apenas para fazer este

levantamento e que ao final da reunião entregará um relatório completo para os Prefeitos atuais e aos prefeitos eleitos. 4) Suspensão da reunião para elaboração e apresentação das chapas para eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o exercício de 2017. O Presidente esclareceu que a convocação dos Prefeitos eleitos para o mandato de 2017/2020 foi elaborada com base no art. 16, II, letras “a”, “b” e “c” do Estatuto Social, que assim estabelece: “Art. 16. A Assembleia Geral, para cumprir com suas funções deliberativas, terá as seguintes atribuições: II - eleger por votação secreta, ou por aclamação no caso de chapa única, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, pelo período de um ano, observando o seguinte: a) a eleição dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas na primeira quinzena do mês dezembro de cada ano, permitida a re-eleição. b) para eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do ano em que findar o mandato dos Prefeitos, serão convocados os Prefeitos eleitos para o novo mandato, sendo que somente estes terão direito a voto, observado o que dispõe o Art. 25; c) a posse, em ambos os casos, dar-se-á automaticamente, a partir do primeiro dia útil de janeiro;” Lembrou ainda que a decisão de realizar esta assembleia nesta data, 29 de novembro, foi na assembleia anterior, devido a necessidade de adiantar os tramites para registro de atas e documentação bancária. Ato contínuo suspendeu a reunião por trinta minutos para elaboração e apresentação das chapas. Reaberto os trabalhos foi apresentada apenas uma chapa que passou a denominar de Chapa Única. Após a leitura da nominata da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e estando tudo de acordo, o Presidente colocou em votação a Chapa Única, que foi aprovada por unanimidade. Declarou eleita a chapa única, para a gestão de 2017, sendo que a posse se dará automaticamente em 1º de janeiro, na forma estatutária. A composição ficou assim definida: DIRETORIA EXECUTIVA. Presidente: Kleber Mércio Nora, brasileiro, casado, Contador, CPF 612.781.069-87, CI 2.140.723, residente e domiciliado à Linha São Francisco, nº 2, CEP 89.677-000, Município de Jaborá – SC; 1º Vice Presidente: Ademir Domingos Miotto – Prefeito de Presidente Castello Branco - brasileiro, casado, Comerciante, CPF 437.447.889-20, RG 1.309.011, residente e domiciliado à Rua Paraná, 97 - Município de Presidente Castello Branco – SC, CEP 89.745-000; 2º Vice Presidente: Olmir Paulinho Benjamini – Prefeito de Piratuba, brasileiro, casado, Comerciante, CPF 437.462.509-78, RG 11/C 938.177, residente e domiciliado à Av. 18 de Fevereiro, 1657, Município de Piratuba – SC – CEP 89.667-000.; 3º Vice Presidente: Rogério Luciano Pacheco – Prefeito de Concórdia, brasileiro, casado, Advogado, CPF 540.567.809-00; RG 841.667, residente e domiciliado à Rua Oswaldo Zandavalli, 15 – 1º andar, Município de Concórdia – SC – CEP 89.700-136. CONSELHO FISCAL: Titulares (4): Emerson Ari Reichert – Prefeito de Ipira, brasileiro, casado, Contador, CPF 758.846.159-49, CI 1.877.623, residente e domiciliado à Rua João Batista Riffel, 98, Município de Ipira – SC – CEP 89.669-000; Neusa Klein Maraschini, Prefeita de Peritiba, brasileira, casada, Enfermeira, CPF 825.256.329-87, residente e domiciliada à Rua Miguel Balduino Boll, nº 10, CEP 89.750-000, Município de Peritiba – SC. Volnei Antônio Schmidt – Prefeito de Ipumirim, brasileiro, casado, Empresário, CPF 607.586.609-44, RG 1.878.032, residente e domiciliado à Rua Dias Velho, 110, Município de Ipumirim – SC – CEP 89.790-000. Sívio Antônio Lemos das Neves – Prefeito de Irani, brasileiro, casado, Contador, CPF 665.448.239-53, RG 2.465.964, residente e domiciliado à Rua Caixa D’Água, 99, Município de Irani – SC – CEP 89.680-000. Suplentes (4): Jairo Luis Sartoretto – Prefeito de Itá, brasileiro, casado, Empresário, CPF 182.652.199-20, RG 14/R 561.713, residente e domiciliado à Rua 15, nº 129, Município de Itá – CEP 89.760-000; Genir Loli

– Prefeito de Lindóia do Sul, brasileiro, casado, Empresário, CPF 892.861.709-04, RG 1.877.022, residente e domiciliado à Rua Leonelo Bertol, 149, Município de Lindóia do Sul – SC – CEP 89.735-000; Cátia Tessmann Reichert, brasileira, casada, Professora, CPF 017.160.299-45, CI 1.877.467-9, residente e domiciliada à Rua São Vicente, s/n, CEP 89.730-000, Município de Alto Bela Vista – SC; Enoir Fazolo, Prefeito de Xavantina, brasileiro, casado, Empresário, CPF 518.220.759-04, RG 11.47012, residente e domiciliado à Rua Prefeito Rebelato, 151, Município de Xavantina – SC – CEP 89.780-000. REPRESENTANTES JUNTO A FECAM (3). Nevio Antônio Mortari – Prefeito de Paial, brasileiro, casado, Empresário, CPF 310.840.959-04, RG 787.419, residente e domiciliado à Rua Paraná, nº 967, Apto. 01 Município de Paial – SC – 89.765-000; Neusa Klein Maraschini – Prefeita de Peritiba, brasileira, casada, Enfermeira, CPF 825.256.329-87, residente e domiciliada à Rua Miguel Balduino Boll, nº 10, Município de Peritiba – SC – CEP 89.750-000; Edemilson Canale – Prefeito Seara, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, CPF 369.691.099-68, residente e domiciliado à Rua Padre Anchieta, 201, Município de Seara – SC – CEP 89.770-000. 5. Assuntos Gerais. 5.1 Ratificação da Secretaria Executiva da AMAUC e suas atribuições. A assembleia, na forma do inciso XII, do art. 16, do Estatuto Social, aprovou a continuidade do cargo de Secretário Executivo continuar ser exercida pelo senhor Roberto Kurtz Pereira, funcionário que exerce esta função desde 08 de janeiro de 1993. O Secretário deverá em conjunto com o Presidente praticar todos os atos necessários para administração e movimentação financeira da Amauc, especialmente as disposições previstas no art. 30 e seus incisos do Estatuto Social, bem como outras tarefas inerentes ao cargo. A Assembleia também determinou à atual Presidente da AMAUC a edição de resolução de ratificação do Secretário Executivo nos termos antes aprovado. A resolução deverá ser encaminhada às instituições bancárias, juntamente com os documentos necessários para movimentação bancária pela Diretoria eleita para o exercício de 2017. 5.2 Delegação de atribuições à funcionários da AMAUC para administração de Consórcios Públicos constituídos por municípios que integram a AMAUC. De acordo com a decisão tomada nas assembleias do Consórcio Lambari e do CIS AMAUC, o Secretário Executivo da AMAUC – Roberto Kurtz Pereira responderá cumulativamente pelo cargo de Diretor Executivo do Consórcio Lambari e a Secretária Administrativa – Ivanete Terezinha Pereira Grendene responderá cumulativamente pela Diretoria Administrativa do CIS AMAUC. Para o exercício das funções receberão gratificação a exemplo do ano em curso, sendo que os Consórcios farão o reembolso das despesas para a AMAUC. Concluídos os atos da eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o próximo exercício, a Presidente abriu espaço para pronunciamentos. Os Prefeitos e Prefeitas presentes usaram a palavra para falar sobre a situação financeira e orçamentária de seus municípios e aproveitaram para desejar a todos um feliz natal e próspero ano novo, extensivo aos servidores municipais e, em especial, para equipa da AMAUC. Ninguém mais desejando se pronunciar e esgotada a pauta, a Presidente mais uma vez agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, solicitou a mim _____ Ivanete Terezinha Pereira Grendene – secretária ad hoc, lavrar esta ata que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

VALDIR ZANELLA
Presidente

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL Nº 012.01/2016 - CASA LAR

ATA 012.01/2016 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIOASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE

Às quatorze horas do dia vinte e nove do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, tendo como local a sede da ACERCC – Associação Cultural, Esportiva e Recreativa Coperdia/Creduauc, situada na SC 283, Km 19,5, Distrito de Santo Antonio, Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina reuniram-se os Prefeitos dos Municípios que integram o Consórcio Casa Lar com a participação dos Prefeitos eleitos para o mandato de 2017/2020, das demais pessoas que assinaram a lista de presença anexa, para a realização da assembleia geral ordinária, convocada através do edital nº 01 de 16 de novembro de 2016, em conformidade com o art. 14 e 16 do Estatuto Social. Inicialmente o Prefeito do Município de Ipumirim, senhor Valdir Zanella – Presidente do Consórcio saudou e agradeceu a presença de todos e deu por aberta a reunião. Para secretariar os trabalhos convidou a senhora Ivanete Terezinha Pereira Grendene, Secretária Administrativa da AMAUC. Ato contínuo passou para os assuntos da pauta conforme segue: 1) Apresentação do Consórcio Casa Lar – finalidades, equipe e atual situação financeira e administrativa. Inicialmente o Presidente apresentou para os Prefeitos eleitos para o mandato de 2017/2020 o quadro de pessoal que integra a Casa Lar. Informou o número de crianças e adolescentes que estão sob a responsabilidade da Entidade e fez breve relato sobre a situação financeira e administrativa, ressaltando que as contas estão à disposição de todos e que na primeira assembleia que acontecer no próximo ano, o setor responsável pela contabilidade irá apresentar o balanço geral do ano 2016, assim como a equipe apresentará o relatório completo das atividades desenvolvidas no ano de 2016. 2) Contrato de Rateio para o exercício de 2017. A proposta do Contrato de Rateio foi apresentada pelo senhor Vanderlei Picinini – contador da Amauc, que foi aprovado por unanimidade. 3) Eleição da Diretoria Gestão 2017. O Presidente suspendeu a reunião por cinco minutos para elaboração das chapas, e explicou que a apresentação dos nomes para compor a chapa, bem como o exercício do voto é de competência dos Prefeitos Eleitos para o próximo mandato. Reaberto os trabalhos o Presidente anunciou o registro de apenas uma chapa que passou a denominar de chapa única, com a seguinte nominata: Presidente: Volnei Antonio Schmidt – Prefeito de Ipumirim, brasileiro, casado, Empresário, CPF 607.586.609-44, RG 1.878.032, residente e domiciliado à Rua Dias Velho, 110, Município de Ipumirim – SC – CEP 89.790-000; Vice-Presidente: Genir Loli – Prefeito de Lindóia do Sul, brasileiro, casado, Empresário, CPF 892.861.709-04, RG 1.877.022, residente e domiciliado à Rua Leonelo Bertol, 149, Município de Lindóia do Sul – SC – CEP 89.735-000; Secretária: Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, brasileira, casada, Pedagoga - Orientadora Educacional, CPF 492.348.549-34, RG 14/R 1.555.097, residente e domiciliada à Linha Unidos, Município de Arabutã – SC – CEP 89.740-000. A referida chapa foi aprovada por unanimidade e declarados eleitos nos respectivos cargos, sendo que a posse se dará de forma automática a partir de primeiro de janeiro, conforme estabelece o art. 16 do Estatuto Social. 5) Assuntos Gerais. Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e o apoio recebido durante sua gestão. Desejou um feliz e próspero ano novo, extensivo aos familiares e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu _____, Ivanete Terezinha Pereira Grendene, lavei a presente ata que vai assinada por quem de direito.

VALDIR ZANELLA
Presidente

CONTRATO DE RATEIO Nº01/2017 - AMAUC

CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2017

Os Municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, neste ato representado pelos seus respectivos Prefeitos, com base nas decisões tomadas em Assembleia Geral realizada no dia 27 de outubro de 2016, nos termos do art. 8º, II e IV c/c art. 16,V, do Estatuto Social da Associação, através deste Contrato de Rateio estabelecem o que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA**DO OBJETIVO**

1ª - O presente contrato de rateio tem por objetivo de fixar a despesa e estimar a receita da Amauc para o exercício de 2017, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município associado.

CLÁUSULA SEGUNDA**DA DESPESA**

2ª - A despesa da Amauc para o exercício de 2017 é fixada em 1.620.000,00 (um milhão, seiscentos e vinte mil reais) distribuída da seguinte forma:

- a) Despesas Correntes, no valor total de R\$ 1.470.000,00 (um milhão, quatrocentos e setenta mil reais);
b) Despesas de Capital, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

2.1 Para a realização da despesa da Amauc obedecerá aos princípios da publicidade e economicidade, seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	Amauc – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense.		
Unidade	1	Amauc – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense.		
Funcional programática				
01.01.23	Comércio e Serviços			
01.01.23.452		Serviços		
01.01.23.452		Desenvolvimento Regional		
23.452.2.001		Manutenção das Atividades da Amauc		
Elemento	Recurso	Descrição	Valor Orçado	Total
3.0.00.00.00	0	DESPESAS CORRENTES		1.470.000,00
3.1.90.00.00	0	Pessoal e Encargos sociais	690.000,00	
3.2.90.00.00	0	Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	
3.3.90.00.00	0	Outras Despesas Correntes	770.000,00	
4.0.00.00.00	0	DESPESAS DE CAPITAL		150.000,00
4.4.90.00.00	0	Investimentos	50.000,00	
4.6.90.00.00	0	Amortização da Dívida	100.000,00	
		TOTAL		1.620.000,00

2.2 No decorrer da execução do orçamento a Amauc poderá promover através de resolução da Presidência alterações para adequar o orçamento com recursos de anulação parcial ou total de dotações, excesso de arrecadação e superávit do exercício anterior.

2.3 Demais serviços, convênios de cooperação técnica e outros contratos poderão ser realizados pela AMAUC sendo que a execução da receita e despesa dar-se-á pelo controle orçamentário exclusivo através de fontes de recursos e aplicados nos respectivos objetos pactuados.

2.4 No caso de prestação de serviço específico para apenas um município, a exemplo da realização de Concursos Públicos ou Processos Seletivos, as despesas serão reembolsadas pelo Município requisitante do serviço, por meio de Termo Aditivo ao presente Contrato de Rateio ou de um novo contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA**DA RECEITA**

3ª - A receita da Amauc para o exercício de 2017 é estimada em R\$ 1.620.000,00 (), distribuída da seguinte forma:

ORIGEM	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Alto Bela Vista	7.381,01	88.572,12
Arabutã	7.381,01	88.572,12
Concórdia	21.906,00	262.872,00
Ipira	7.583,43	91.001,16
Ipumirim	7.583,43	91.001,16
Irani	7.583,43	91.001,16
Itá	9.068,24	108.818,88

Jaborá	7.583,43	91.001,16
Lindóia do Sul	7.583,43	91.001,16
Paial	7.381,01	88.572,12
Peritiba	7.583,43	91.001,16
Piratuba	9.068,24	108.818,88
Presidente Castello Branco	7.583,43	91.001,16
Seara	11.165,00	133.980,00
Xavantina	7.583,43	91.001,16
Rendimentos de Aplicações Financeiras	800,00	9.600,00
Outras Receitas Diversas	182,05	2.184,60
TOTAL	135.000,00	1.620.000,00

CLAUSULA QUARTA DO RATEIO

4ª - Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pela Amauc no exercício de 2017, cada Município repassará à associação, mensalmente, a importância conforme quadro abaixo, até o dia 22 (vinte e dois) de cada mês:

MUNICÍPIO	VALOR MENSAL
Alto Bela Vista	7.381,01
Arabutã	7.381,01
Concórdia	21.906,00
Ipira	7.583,43
Ipumirim	7.583,43
Irani	7.583,43
Itá	9.068,24
Jaborá	7.583,43
Lindóia do Sul	7.583,43
Paial	7.381,01
Peritiba	7.583,43
Piratuba	9.068,24
Presidente Castello Branco	7.583,43
Seara	11.165,00
Xavantina	7.583,43

CLÁUSULA QUINTA DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

5ª - As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta das rubricas orçamentárias de cada um dos Municípios Associados.

CLÁUSULA SEXTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

6ª - A AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade com as normas contábeis as quais a AMAUC esteja subordinada, bem como observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.1 A AMAUC encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ASSOCIAÇÃO

7ª - Todos os Municípios associados terão direito a utilizar os serviços prestados pela AMAUC ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar o serviço conforme normas e acordos, sendo que havendo custos adicionais, após aprovação do orçamento por parte do Município será lavrado um Termo Aditivo, conforme previsto na cláusula 2 – item 2.4.

CLAUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

8ª - O presente Contrato de Rateio terá vigência a contar de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA NONA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9ª - As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas pela Diretoria ou quando necessário pela Assembleia Geral da AMAUC, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pela AMAUC aos Municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia, 27 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista	JACKSON LUIZ PATZLAFF Prefeito Municipal de Arbutã	JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal de Concórdia
VALDIR ZANELLA Prefeito Municipal de Ipumirim	EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal de Ipira	LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá
MAURI RICARDO DE LIMA Prefeito Municipal de Irani	PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal de Lindóia do Sul	KLEBER MERCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá
NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba	ALDAIR ANTONIO RIGO Prefeito Municipal de Paial	CLAUDIO SARTORI Prefeito de Presidente Castello Branco
CLAUDIRLEI DORINI Prefeito Municipal de Piratuba	LACI GRIGOLO Prefeita Municipal de Seara	CLAUDI BABINSKI Prefeito Municipal de Xavantina
ROBERTO KURTZ PEREIRA OAB/SC 22.519	VANDERLEI ROBERTO PICININI Contador CRC/SC 023.918	

CONTRATO DE RATEIO Nº01/2017 - CASA LAR

CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2017

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Serviço Socioassistencial – Casa Lar Pequeno Príncipe, com sede administrativa na Linha Maria Gunther, no município de Lindóia do Sul, neste ato representados pelos seus respectivos Prefeitos, com o objetivo de cumprir o que estabelece o art. 8º, da Lei Federal nº 11.107/2005, e do Estatuto Social, através deste contrato de rateio estabelecem o que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETIVO

O presente contrato de rateio tem por objetivo fixar a despesa e estimar a receita do Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe para o exercício de 2017, bem como a cota de transferência de recursos financeiros ao Consórcio que compete a cada município consorciado.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA DESPESA E DA CLASSIFICAÇÃO

A despesa do Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe para o exercício de 2017, é fixada em 500.000,00 (quinhentos mil reais), distribuída da seguinte forma:

- a) Despesas Correntes, no valor total de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais);
- b) Despesas de Capital, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Para a realização da despesa o Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe obedecerá ao que dispõe a Lei nº 8.666/96 – Leis das Licitações Públicas, seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	Consórcio Casa Lar		
Unidade	1	Consórcio Casa Lar		
Funcional Programática				
01.01.18	Gestão Ambiental			
01.01.18.541		Preservação e Conservação Ambiental		
01.01.18.541.0001		Desenvolvimento Regional		
185.410.012.001		Manutenção das Atividades do Consorcio Casa Lar		
Elemento	Recurso	Descrição	Valor Orçado	Total
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES		480.000,00
3.1.90.00.00	0	Pessoal e Encargos Sociais	360.000,00	

3.3.90.00.00	0	Outras Despesas Correntes	120.000,00	
4.0.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		20.000,00
4.4.90.00.00	0	Investimentos	20.000,00	
		TOTAL		500.000,00

No decorrer da execução do orçamento o Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe poderá promover através de resolução da Presidência alterações para adequar o orçamento com recursos de anulação parcial ou total de dotações, excesso de arrecadação e superávit do exercício anterior.

Os valores eventualmente arrecadados a título de rendimento de aplicações financeiras poderão ser utilizadas pela Casa Lar como recursos próprios para manutenção de suas atividades.

Demais serviços, convênios de cooperação técnica e outros contratos poderão ser realizados pelo Consórcio sendo que sua execução da receita e despesa dar-se-ão pelo controle orçamentário exclusivo através de fontes de recursos e aplicados nos respectivos objetos pactuados e quando houver despesas para os Municípios será objeto de termo aditivo ou de um novo contrato de rateio.

CLÁUSULA TERCEIRA DA RECEITA

A receita do Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe para o exercício de 2017, é estimada em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) distribuída da seguinte forma:

a) Receita dos Municípios Consorciados, no valor total de R\$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais);

b) Receita de Serviços de internações de menores em regime de abrigo R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais);

Parágrafo Primeiro: O valor da diária de cada criança atendida pela Casa Lar em regime de abrigo será calculado e dividido pelos Municípios ao final de cada mês sendo que para o cálculo serão consideradas as despesas diretas da Casa Lar dividido pelo número de crianças abrigadas e dias que cada criança teve de internação, sendo ao final, repassado para cada Município o valor devido relativo a aquele mês.

CLAUSULA QUARTA DO RATEIO

Para realizar da receita, viabilizar a despesa prevista e implementar as ações previstas para o exercício de 2017, cada Município consorciado repassará mensalmente ao Consórcio a importância de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) até o dia 22 (vinte e dois) de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato de rateio correrão por conta das seguintes rubricas orçamentárias:

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.71.70.99 - Pessoal		9.750,00
OUTRAS DESPESA CORRENTES		
3.3.71.70.99 - Outras Despesas Correntes		2.700,00
INVESTIMENTOS		
4.4.71.70.99 - Investimentos		550,00
	TOTAL	13.000,00

CLÁUSULA SEXTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

O Consórcio encaminhará até o dia 15 (quinze), do mês subsequente, aos Municípios Consorciados e ao Tribunal de Contas, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente, e publicará em sítio da internet o resumo das despesas conforme preceitua a lei de responsabilidade fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO

Todos os Municípios Consorciados terão direito a utilizar os serviços prestados pelo Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe, bastando apenas solicitar o serviço.

CLAUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

O presente contrato de rateio terá vigência a contar de 2º de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Protocolo de Intenções e do Estatuto Social do Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe.

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo Consórcio aos Municípios consorciados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 4 (quatro) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Lindóia do Sul, 06 de dezembro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal de Lindóia do Sul	JACKSON LUIZ PATZLAFF Prefeito Municipal de Arabutã
VALDIR ZANELLA Prefeito Municipal de Ipumirim	
ROBERTO KURTZ PEREIRA VANDERLEI ROBERTO PICININI	
OAB/SC 22.519 Contador CRC/SC 023.918	

RESOLUÇÃO Nº003/2016

RESOLUÇÃO Nº 003/2016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

VALDIR ZANELLA, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, no uso das atribuições que lhe confere o art.27, X, do Estatuto Social, e em consonância com a decisão tomada em Assembleia Geral da Associação, no dia 29 de novembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar ao Funcionário ROBERTO KURTZ PEREIRA, Secretário Executivo da AMAUC, a delegação das atribuições do cargo de Gerente Administrativo do Consórcio Lambari, cargo que responde deste a criação do Consórcio.

Art. 2º Manter a título de gratificação mensal pelo exercício do cargo, o valor de R\$ 2.756,99 (dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e noventa e nove centavos).

Parágrafo Único: a gratificação de que trata o caput deste artigo será reajustada anualmente no mesmo índice e data do reajuste dos funcionários da Amauc.

Art. 3º O valor da gratificação e os encargos decorrentes serão reembolsados pelo CONSÓRCIO LAMBARI, na forma prevista no Estatuto Social.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 13 de dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA
Presidente

Publicada no mural da Associação e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 13 de dezembro de 2016.

Ivanete Terezinha Pereira Grendene
Secretária Administrativa

RESOLUÇÃO Nº004/2016

RESOLUÇÃO Nº 004/2016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

VALDIR ZANELLA, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, no uso das atribuições que lhe confere o art.27, X, do Estatuto Social, e em consonância com a decisão tomada em Assembleia Geral da Associação, no dia 29 de novembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar à Funcionária IVANETE TEREZINHA PEREIRA GRENDENE, Secretária Administrativa da AMAUC, a delegação das atribuições do cargo de Diretor Administrativo do CIS AMAUC.

Art. 2º Manter a título de gratificação mensal pelo exercício do cargo, o valor de R\$ 371,59 (trezentos e setenta e um reais e cinquenta e nove centavos).

Parágrafo Único: a gratificação de que trata o caput deste artigo será reajustada anualmente no mesmo índice e data do reajuste dos funcionários da Amauc.

Art. 3º O valor da gratificação e os encargos decorrentes serão reembolsados pelo CIS AMAUC, na forma prevista no Estatuto Social.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 13 de dezembro de 2016.
VALDIR ZANELLA
Presidente

Publicada no mural da Associação e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 13 de dezembro de 2016.

Ivanete Terezinha Pereira Grendene
Secretária Administrativa

RESOLUÇÃO Nº 002/2016

RESOLUÇÃO Nº 002/2016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

VALDIR ZANELLA, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, no uso das atribuições que lhe confere o art.27, X, do Estatuto Social, e em consonância com a decisão tomada em Assembleia Geral da Associação, no dia 29 de novembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar o Funcionário ROBERTO KURTZ PEREIRA, no cargo de Secretário Executivo, o qual ocupa desde 08 de janeiro de 1993, para exercer as atribuições estabelecidas nos artigos 28, 29 e 30 do Estatuto Social.

Art. 2º Delegar ao Secretário Executivo:

I - a representação dos interesses da Associação junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, e instituições privadas, podendo, para tanto, praticar os atos necessários à consecução dos objetivos;

II – a movimentação dos recursos financeiros da Associação, requisição de talonários e assinatura de cheques, transferências bancárias para a mesma titularidade e para titularidades diferentes, pagamentos e movimentações por meio eletrônico, abertura, consultas e encerramento de contas correntes, autorizar cobranças, solicitar saldos e extratos, retirar documentos e cheques, endossar cheques, efetuar resgate e aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, emitir comprovantes, efetuar transferências e demais atos necessários, em conjunto com o Presidente, nos termos do Estatuto Social.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 13 de dezembro de 2016.
VALDIR ZANELLA
Presidente

Publicada no mural da Associação e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 13 de dezembro de 2016.

Ivanete Terezinha Pereira Grendene
Secretária Administrativa

Consórcios

ARIS

AVISO DE CANCELAMENTO DA REUNIÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DA ARIS

AVISO DE CANCELAMENTO DA REUNIÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DA ARIS

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, avisa aos interessados que está cancelada a reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal - Edital nº 003/2016, marcada para o próximo dia 14 de dezembro de 2016, no Auditório da Prefeitura de Concórdia, Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro - Concórdia / SC.

Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

CIDEMA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2016
TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO SUPERIOR
Nº 2/2016, FIRMADO EM 01/03/2016

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O CIDEMA E DE OUTRO, ELEANDRO UES.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por seu Presidente, Senhor Fabiano da Luz, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e ELEANDRO UES, brasileiro, solteiro, PIS nº 138.54647.72-6, inscrito no CPF sob o nº 066.873.649-60, RG nº 5.215.252-9, residente e domiciliado na Rua Guaranis, 296-D, Bairro Esplanada, cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 2/2016, Pregão Presencial nº 2/2016, homologado em 29/02/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital e à proposta, celebram o presente instrumento sob seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência estipulado na Cláusula Quarta do Contrato Superior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Contrato Superior fica prorrogado por mais 07 (sete) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro de 2017 até o dia 31 de julho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação 3.3.90.36, do orçamento aprovado para o exercício de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Ficam ratificadas as Cláusulas do Contrato Superior, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, 13 de dezembro de 2016.

Fabiano da Luz
Presidente do CIDEMA

Eleandro Ues
Contratado

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2016
TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO SUPERIOR
Nº 4/2016, FIRMADO EM 01/03/2016

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA E DE OUTRO A EMPRESA ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por seu Presidente, Senhor Fabiano da Luz, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.283.065/0001-41, com sede na Rua Dona Leopoldina, 26, Centro, cidade Joinville, Estado de Santa Catarina, representada por seu Diretor Comercial, Senhor Ronaldo Benkendorf, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº 4/2016, Pregão Presencial nº 4/2016, homologado em 29/02/2016, ambos os contratantes sujeitos às disposições da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, ao Edital e à proposta, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência estipulado na Cláusula Quarta do Contrato Superior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Contrato Superior fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas do presente contrato correrão à conta do Orçamento do CIDEMA: dotação 3.3.90.39, aprovado para o exercício de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Ficam ratificadas as Cláusulas do Contrato Superior, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, 13 de dezembro de 2016.

Fabiano da Luz
Presidente do CIDEMA

Ronaldo Benkendorf
Diretor Comercial

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2016

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO SUPERIOR

Nº 4/2016, FIRMADO EM 15/03/2016

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O CIDEMA E DE OUTRO JACSON SOARES CASAGRANDE.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por seu Presidente, Senhor Fabiano da Luz, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e JACSON SOARES CASAGRANDE, brasileiro, casado, PIS nº 138.01640.72-7, inscrito no CPF sob o nº 061.244.629-82, RG nº 5.177.942-0, residente e domiciliado na Rua Washington Luiz, 509-E, São Cristóvão, cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 3/2016, Pregão Presencial nº 3/2016, homologado em 15/03/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital e à proposta, celebram o presente instrumento sob seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência estipulado na Cláusula Quarta do Contrato Superior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Contrato Superior fica prorrogado por mais 07 (sete) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro de 2017 até o dia 31 de julho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação 3.3.90.36, do orçamento aprovado para o exercício de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Ficam ratificadas as Cláusulas do Contrato Superior, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, 13 de dezembro de 2016.

Fabiano da Luz
Presidente do CIDEMA

Jacson Soares Casagrande
Contratado

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2016

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO SUPERIOR

Nº 5/2016, FIRMADO EM 06/04/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CIDEMA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA E A EMPRESA PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

O CIDEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, Chapecó- SC, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Fabiano da Luz, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 67.405.936/0001-73, com sede na Avenida Renato Monteiro, n. 6901, Bairro Polo Urbo Agro Industrial, Porto Real, RJ, representada neste ato, pelo seu representante Procurador, Senhor Lucas dos Santos Souza, portador(a) da Cédula de Identidade nº 42.506.362-8, e inscrito(a) no CPF sob nº 418.094.208-90, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 05/2016, e que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/1993, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência estipulado na Cláusula Terceira do Contrato Superior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência previsto na Cláusula Terceira do Contrato Superior fica prorrogado por mais 05 (cinco) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro de 2017 até o dia 31 de maio de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Ficam ratificadas as Cláusulas do Contrato Superior, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, 14 de dezembro de 2016.

Fabiano da Luz
Presidente do CIDEMA

Lucas dos Santos Souza
Contratado

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2016

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO SUPERIOR

Nº 6/2016, FIRMADO EM 06/04/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CIDEMA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA E A EMPRESA TECAGRO INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA AGROINDÚSTRIA LTDA - ME, OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

O CIDEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, Chapecó- SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.455.536/0001-90, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Fabiano da Luz, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa TECAGRO INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA AGROINDÚSTRIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 04.722.833/0001-17, com sede na Rua João Solivo, 272, Distrito Industrial, Nova Erechim, SC, neste ato, pelo seu representante legal, Senhora SONIA GORETI RIVER MENTGES, portador(a) da Cédula de Identidade nº 12C-2.164561, e inscrito(a) no CPF sob nº 687.534.119-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 05/2016, e que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/1993, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência estipulado na Cláusula Terceira do Contrato Superior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência previsto na Cláusula Terceira do Contrato Superior fica prorrogado por mais 05 (cinco) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro de 2017 até o dia 31 de maio de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Ficam ratificadas as Cláusulas do Contrato Superior, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, 14 de dezembro de 2016.

Fabiano da Luz
Presidente do CIDEMA

Sonia Goreti Ruver Mentges
Contratado

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2016
TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO SUPERIOR
Nº 7/2016, FIRMADO EM 06/04/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CIDEMA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA E A EMPRESA IRMÃOS SPERANDIO COMERCIO DE VEICULOS LTDA, OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

O CIDEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, Chapecó- SC, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Fabiano da Luz, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa IRMAOS SPERANDIO COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.296.954/0004-63, com sede na Rua Acesso Plinio Arlindo de Nes, s/n, bairro Lider, Chapecó, SC, neste ato, pelo seu representante legal, Senhor HELIOMAR SPERANDIO, portador(a) da Cédula de Identidade nº 601437977-SJS/RS, e inscrito(a) no CPF sob nº 386.794.509-87, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 05/2016, e que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/1993, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência estipulado na Cláusula Terceira do Contrato Superior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência previsto na Cláusula Terceira do Contrato Superior fica prorrogado por mais 05 (cinco) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro de 2017 até o dia 31 de maio de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Ficam ratificadas as Cláusulas do Contrato Superior, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, 14 de dezembro de 2016.

Fabiano da Luz
Presidente do CIDEMA

Heliomar Sperandio
Contratado

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2016
TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO SUPERIOR
Nº 8/2016, FIRMADO EM 06/04/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CIDEMA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA E A EMPRESA DOUGLAS LUIZ CASTANHEIRA EPP, OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

O CIDEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, Chapecó- SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.455.536/0001-90, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Fabiano da Luz, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa DOUGLAS LUIZ CASTANHEIRA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 13.745.092/0001-80, com sede na Rua Salvador Nelson Fossati, 59 bairro Paiol Grande, Erechim, RS, neste ato, pelo seu representante legal, Senhor DOUGLAS LUIZ CASTANHEIRA, portador(a) da Cédula de Identidade nº 4.132.805, e inscrito(a) no CPF sob nº 007.053.240-01, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 05/2016, e que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/1993, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência estipulado na Cláusula Terceira do Contrato Superior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência previsto na Cláusula Terceira do Contrato Superior fica prorrogado por mais 05 (cinco) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro de 2017 até o dia 31 de maio de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Ficam ratificadas as Cláusulas do Contrato Superior, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, 14 de dezembro de 2016.

Fabiano da Luz
Presidente do CIDEMA

Douglas Luiz Castanheira
Contratado

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 9/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 9/2016

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO SUPERIOR

Nº 1/2016, FIRMADO EM 01/03/2016

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA E DE OUTRO, LEONIR BENINCÁ.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por seu Presidente, Senhor Fabiano da Luz, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e LEONIR BENINCÁ, brasileiro, casado, inscrito no CREA-SC nº S3 029364-1, inscrito no CPF sob o nº 486.541.169-00, RG nº 065544, residente e domiciliado na Rua Messias de Souza Machado, 536, Centro, cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 1/2016, Pregão Presencial nº 1/2016, homologado em 29/02/2016, ambos os contratantes sujeitos às disposições da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, ao Edital e à proposta, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência estipulado na Cláusula Quarta do Contrato Superior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Contrato Superior fica prorrogado por mais 07 (sete) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro de 2017 até o dia 31 de julho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação 3.3.90.36, do orçamento aprovado para o exercício de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Ficam ratificadas as Cláusulas do Contrato Superior, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, 13 de dezembro de 2016.

Fabiano da Luz
Presidente do CIDEMA

Leonir Benincá
Contratado

CIGA**EXTRATO CONTRATO 396/2016 - MAXIHOST**

Extrato de Contrato nº 396/2016

Processo Administrativo Nº 16/2016

Pregão Eletrônico Nº 03/2016

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: Maxihost Hospedagem de Sites Ltda.

CNPJ: 06.043.809/0001-87

OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços dedicados para locação de servidores de rede e armazenamento de dados, possuindo infraestrutura própria (DATA CENTER), com alta disponibilidade dos dados e integridade das informações, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 03/2016/CIGA – Registro de Preços.

PREVISÃO LEGAL: Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

VALOR: Dá-se a este contrato o valor global estimado de R\$ 94.800,00 (Noventa e quatro mil e oitocentos reais).

Parágrafo Único. Relação dos itens a serem fornecidos pela empresa:

Lote	Descrição	Marca e Modelo	Unidade	Qtde. Estimada	Preço Unitário Registrado (R\$)	Preço Total Registrado (R\$)
1	Máquina virtual com as seguintes especificações: - 2 vCPU com alcance de 1.500 pontos no CPU Benchmark por vCPU - 4 GB de memória RAM - Mínimo de 500 GB de armazenamento - Tolerância a falha de disco Link de 5 Mb 1 endereço IP real	Marca: Plataforma de código aberto (Opensource) Modelo: Openstack	Unidade	8	400,00	3.200,00
5	Armazenamento e nuvem - Mínimo de 500 GB de armazenamento - Acesso web para download e upload - Acesso via API REST - Sistema para gerenciar controle de acesso a nível de diretório e diretórios públicos/privados - Link mínimo de 100Mb	Marca: Plataforma de código aberto (Opensource) Modelo: Openstack	Unidade	10	470,00	4.700,00
	Valor Total Registrado					R\$ 7.900,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: . As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento do CIGA, de acordo com a Atividade nº 2002 – Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de TI, no elemento de despesa 3.3.90.39.57 (serviços de processamento de dados) para o exercício de 2016, e, para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

VIGÊNCIA: A partir de 29 de novembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 277/2016 - ADSERVI

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 277/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a Adservi Administradora de Serviços Ltda., para a prestação de serviços continuados, relativos aos postos de trabalho de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis, e de recepção, nas dependências nos seguintes horários: das 8h às 12h, para os serviços de limpeza, higienização e conservação; e das 8h e 30 minutos às 12h e das 13h às 17h e 30 minutos, para os serviços de recepção.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Adservi Administradora de Serviços Ltda., com sede à Rua Gerônimo Thives, 196, Sala 01, bairro Barreiros, São José/SC, CEP 88.117-290, e CNPJ 02.531.343/0001-08, neste ato representado pelo Senhor Israel Fontanella Da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 006.663.769-48, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 277/2016, celebrado em 25 de janeiro de 2016, originário do Processo n.º 10/2016, de acordo com o Pregão Presencial nº 01/2016, o que fazem com fundamento na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA –DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do contrato administrativo n.º 277/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, e em conformidade com o ofício nº 258/ADM/CONTRATOS/2016, da Adservi Administradora de Serviços, desde que esta prorrogação não exceda o limite máximo imposto pelo inciso II c/c o §1º do artigo 24 da Lei n.º 8.666/93, sendo sua vigência até 30 de abril de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 277/2016.

CLÁUSULA QUARTA– DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 8 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATANTE

ISRAEL FONTANELLA DA SILVA
Adservi Administradora de Serviços Ltda.
CONTRATADA

Testemunhas:

FERNANDA ROSA SOCAL
Assistente Administrativa do CIGA

CIMCATARINA**ATA DA 3º ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

ATA DA REUNIÃO DA CONTAGEM DE VOTOS DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 0003/2016 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, PARA ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE) DO CIMCATARINA PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, em primeiro turno, na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos 761, sala 01, 1º Andar, no Município de Fraiburgo, SC, reuniram-se o Sr. Luciano Paganini, Prefeito de Iomerê, o Sr. Elói Rönnau Diretor Executivo do CIMCATARINA, o Sr. Luiz Fernando Raldi, Diretor Financeiro do CIMCATARINA, o Sr. Luiz Gustavo Pavelski, Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, Sra. Nádia de Lorenzi, Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, cuja identificação e assinatura estarão ao final desta ata, para realização de reunião para contagem dos votos da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL, que foi realizada de forma virtual, com o uso de métodos que garantiram a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos com a devida convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, Edição 2132, de 28 de novembro de 2016, obedecendo as disposições do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, objetivando: Eleição da Presidência (Presidente e Vice-Presidente) do CIMCATARINA para o exercício de 2017. Os trabalhos foram presididos pelo Diretor Executivo do CIMCATARINA, Sr. Elói Rönnau, devidamente designado pelo Edital de Convocação nº 0003/2016 da Assembleia Geral Extraordinária Virtual, a quem escolheu a mim, Luiz Fernando Raldi, Diretor Financeiro do CIMCATARINA, para auxiliá-lo. Com a palavra o Diretor Executivo Elói Rönnau, cumprimentando a todos, deu as boas vindas, traçou comentários e explicações acerca desta reunião que de acordo com a pauta da assembleia e a forma prevista, ocorreu a eleição; informou que conforme prazo previsto no item “a” recebeu tão somente uma indicação para a Presidência do CIMCATARINA para o exercício de 2017; que a manifestação de interesse foi efetuada por e-mail no dia 5 de dezembro de 2016, sendo os nomes indicados para Presidente: Luciano Paganini, Prefeito de Iomerê e Vice-Presidente: Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista; que após encerramento do prazo não havendo outras indicações, no dia 07 de dezembro foi formada a “Chapa 1”, contendo o nome dos prefeitos para compor a presidência. No dia sete, conforme forma prevista no Edital de Convocação nº 0003/2016 foi dado sequência para cumprimento do item “b”, foi criada uma cédula para cada “Chapa 1” e nela foram identificados os candidatos: Presidente Luciano Paganini, Prefeito de Iomerê e Vice-Presidente Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista; uma cédula para voto em branco; e uma cédula para voto nulo. Estas cédulas foram enviadas para o e-mail de cada prefeito apto a votar. No período de votação (07 à 13 de dezembro de 2016) os prefeitos aptos a votar escolheram apenas uma cédula e enviaram para o CIMCATARINA no prazo estabelecido; foram recebidos por e-mail 21 (vinte e um) votos com documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, garantindo a autenticidade da participação e foram recebidos 2 (dois) votos com assinaturas manuais. Conforme item “b” inciso III a assinatura digital na cédula escolhida conta como 1 (um) voto. Nesta reunião iniciou-se a contagem dos votos dos prefeitos participantes sendo considerados votos válidos: do Prefeito Lucimar Antonio Salmória do município de Abdon Batista; do Prefeito Novelli Sganzerla do município de Água Doce; do Prefeito Ademil Antonio da Rosa do município de Brunópolis; do Prefeito Gilberto Amaro Comazzetto do município de Caçador; da Prefeita Ivone Mazutti de Geroni do município de Calmon; do Prefeito Jose Antonio Guidi do município de Curitibaanos; do Prefeito Walter Kleber Kucher Junior do município de Erval Velho; do Prefeito Ivo Biazolo do município de Fraiburgo; do Prefeito Osny Batista Alberton do município de Frei Rogério; do Prefeito Clovis Busatto do município de Ibiama; do Prefeito Luciano Paganini do município de Iomerê; do Prefeito Mauri Ricardo de Lima do município de Irani; do Prefeito Ludovino Labas do município de Lebon Régis; do Prefeito Moises Diersmann do município de



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

Luzerna; do Prefeito Raul Ribas Neto do município de Matos Costa; do Prefeito Euzébio Calisto Vieceli do município de Pinheiro Preto; do Prefeito Alcir José Bodanese do município de Rio das Antas; do Prefeito Claudemir Cesca do município de Salto Veloso; do Prefeito Nadir Baú da Silva do município de Tangará; do Prefeito Almir Fernandes do município de Timbó Grande; e do Prefeito Wilmar Carelli do município de Videira, totalizando 21 votos. Não foram considerados os votos do Prefeito Alcdir Felchilcher do município de Arroio Trinta e do Prefeito Emerson Zanella do município de Macieira por não atender o item “b” inciso III do Edital totalizando 2 votos. Foi considerado como abstenção do voto da Prefeita Leide Mara Bender do município de Itá e do Prefeito Marcos Nei Corrêa Siqueira do município de Monte Carlo totalizando 2 votos. Após verificou-se que, em primeiro turno, foi recebido o número necessário de votos válidos para ocorrer a eleição da presidência; assim procedeu-se a apuração na qual a “Chapa 1” recebeu 20 (vinte) votos e 1 (um) voto foi “Nulo”. O resultado da contagem dos votos foi: Chapa 1 = 20 votos; Nulo = 1 voto; Branco = 0 voto; Abstenção = 2 votos; e Não Considerados = 2 votos. Terminada a contagem a “Chapa 1” obteve 20 votos, e alcançou mais de 2/3 dos votos dos prefeitos participantes, ficando assim constituída a Presidência: Presidente Luciano Paganini, Prefeito de Iomerê e Vice-Presidente Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista, eleitos para o mandato de 01/01/2017 a 31/12/2017. Dada a palavra ao Presidente eleito Sr. Luciano Paganini, nos termos do Contrato de Consórcio Público, confirmou a Diretoria já nomeada, sendo aceito e ratificado pelos presentes nesta reunião, a manutenção do Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, do Diretor Financeiro Sr. Luiz Fernando Raldi, do Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional Sr. Luiz Gustavo Pavelski, da Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional Sra. Nádia de Lorenzi, e sendo aceito (via telefone) e ratificado a manutenção do Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional Sr. Guilherme Müller. Por fim o Presidente eleito deixou livre a palavra para quem quisesse se manifestar, e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos, determinou a expedição dos atos competentes para dar cumprimento a todas as deliberações decorrentes da Assembleia, passou a palavra ao Sr. Elói que deu por encerrada a sessão, determinando a mim, Diretor Financeiro, que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, no órgão de publicação oficial do Consórcio Público, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, Diretor Financeiro e pelos demais presentes, como sinal de sua aprovação. Fraiburgo, 14 de dezembro de 2016. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada as folhas 111 a 112, do livro ata eletrônico n. 01.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito de Iomerê

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CIMCATARINA

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro do CIMCATARINA

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
Diretor de Programa de Desenvolvimento
Regional do CIMCATARINA

NÁDIA DE LORENZI
Diretora de Gestão de Desenvolvimento
Regional do CIMCATARINA

CIMVI**CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/001 - SEGUNDA ALTERAÇÃO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/001

CONTRATANTE: Comércio Paplasti de Reciclados Ltda Me

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

OBJETO: Alteração do valor da prestação dos serviços para R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais) por tonelada a partir de 1º de janeiro de 2017.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>Contratos>Usuários

Timbó, 14 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/002 - SEGUNDA ALTERAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/002

CONTRATANTE: Stoeck Comércio de Reciclados Ltda Me

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

OBJETO: Alteração do valor da prestação dos serviços para R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais) por tonelada a partir de 1º de janeiro de 2017.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>Contratos>Usuários

Timbó, 14 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

CONTRATO Nº 019/2014 - QUINTO TERMO ADITIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE QUINTO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2014

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Serrana Engenharia LTDA

OBJETO: Renovação do contrato para o exercício de 2017; alteração do prazo de execução e de vigência até 31/12/2017.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos

Timbó, 15 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

CONTRATO Nº 2016/018 - QUARTA ALTERAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/018
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Pentagono Projeto e Construção Ltda ME
OBJETO: Acréscimo do valor contratual em 10,53 (dez vírgula cinquenta e três por cento).

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 14 de Dezembro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

CONTRATO Nº 2016/028 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO DO CIMVI, BEM COMO O MONITORAMENTO DAS RESPECTIVAS AÇÕES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/028
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Raízes do Brasil Consultoria Ltda ME
OBJETO: Prestação de serviços para manutenção do processo de gestão da informação e de comunicação do CIMVI, bem como o monitoramento das respectivas ações a fim de priorizar o relacionamento institucional específico do CONTRATANTE com parceiros estratégicos, identificando oportunidades e necessidades de comunicação com os diversos públicos.
VALOR: R\$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais) mensais.
VIGÊNCIA: até 14 de dezembro de 2017.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 15 de Dezembro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

CIS/AMAUC

ATA Nº 032/03/2016

ATA Nº 032.03.2016 – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CIS AMAUC

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e nove do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, tendo como local a sede da Associação Cultural, Esportiva e Recreativa da Copórdia/Crediauc - ACERCC, localizada na SC 283 KM 19,5 – Distrito de Santo Antônio, no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeito e Vice-Prefeitos atuais e os eleitos para gestão 2017/2020 dos Municípios que integram o CIS AMAUC, cujas assinaturas constam no Livro de Assinaturas nº 01, folha nº 37 – frente e verso, para a realização da Assembleia Geral Ordinária do CIS AMAUC, conforme Edital de Convocação 3/2016 de 10 de novembro de 2016. Verificado o quorum e havendo número legal de Prefeitos presentes, em vista da ausência da Presidente Laci Grigolo e do Vice-Presidente Emerson Ari Reichert, ambos por motivos justificados, a Secretária Leide Mara Bender e o segundo Secretário Claudirlei Dorini sugeriram ao Plenário para que a presidência da presente Assembleia seja delegada ao Presidente da AMAUC, Prefeito Valdir Zanella, com o objetivo de agilizar os trabalhos uma vez que as assembleias são realizadas concomitantemente e o Presidente da AMAUC acompanha com assiduidade os trabalhos realizados pelo CIS AMAUC. A proposição foi aprovada por unanimidade e o Prefeito Valdir Zanella assumiu a presidência da Assembleia. Por sua vez o Prefeito Valdir Zanella agradeceu a oportunidade, saudou e agradeceu a presença de todos e declarou aberta a reunião. Ato contínuo passou para a Ordem do Dia conforme segue: 1 – Leitura da ata da assembleia anterior: foi lida e aprovada por unanimidade a ata da assembleia do dia 27 de outubro. 2 – Apresentação do CIS Amauc: Na sequência passou a palavra para a Senhora Ivanete T. Pereira Grendene, para a apresentação do CIS Amauc aos presentes, trabalhos desenvolvidos e proposta para 2017. Sra. Ivanete enfatizou os objetivos do consórcio, a forma de trabalho e dos encaminhamentos para consultas e exames especializados e os desafios para o consórcio continuar crescendo. Apresentou gráfico que demonstrou o crescimento das consultas e exames de 2011 a outubro de 2016. Prefeito Valdir enfatizou a importância do município de Concórdia fazer a compra dos serviços médicos juntamente com o CIS. 3 – Eleição Conselho Deliberativo e

Conselho Fiscal para gestão 2017: Para apresentação das chapas o Presidente suspendeu a reunião por dez minutos. Reaberto os trabalhos o Presidente anunciou o recebimento de apenas uma chapa, que passou a denominar de chapa única, com a seguinte composição: CONSELHO DELIBERATIVO. Presidente: Neusa Klein Maraschini - Prefeita de Peritiba, brasileira, casada, Enfermeira, CPF 825.256.329-87, residente e domiciliada à Rua Miguel Balduino Boll, nº 10, CEP 89.750-000, Município de Peritiba - SC; Vice-Presidente: Genir Loli - Prefeito de Lindóia do Sul, brasileiro, casado, Empresário, CPF 892.861.709-04, RG 1.877.022, residente e domiciliado à Rua Leonelo Bertol, 149, Município de Lindóia do Sul - SC - CEP 89.735-000; Secretária: Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, brasileira, casada, Pedagoga - Orientadora Educacional, CPF 492.348.549-34, RG 14/R 1.555.097, residente e domiciliada à Linha Unidos, Município de Arabutã - SC - CEP 89.740-000; 2º Secretário: Sívio Antônio Lemos das Neves - Prefeito de Irani, brasileiro, casado, Contador, CPF 665.448.239-53, RG 2.465.964, residente e domiciliado à Rua Caixa D'Água, 99, Município de Irani - SC - CEP 89.680-000. CONSELHO FISCAL. Titulares (6): Névio Antônio Mortari - Prefeito de Paial, brasileiro, casado, Empresário, CPF 310.840.959-04, RG 787.419, residente e domiciliado à Rua Paraná, nº 967, Apto. 01 Município de Paial - SC - CEP 89.765-000; Rogério Luciano Pacheco - Prefeito de Concórdia, brasileiro, casado, Advogado, CPF 540.567.809-00; RG 841.667, residente e domiciliado à Rua Oswaldo Zandavalli, 15 - 1º andar, Município de Concórdia - SC - CEP 89.700-136; Emerson Ari Reichert - Prefeito de Ipira, brasileiro, casado, Contador, CPF 758.846.159-49, CI 1.877.623, residente e domiciliado à Rua João Batista Riffel, 98, CEP 89.669-000, Município de Ipira - SC; Cátia Tessmann Reichert - Prefeita de Alto Bela Vista, brasileira, casada, Professora, CPF 017.160.299-45, CI 1.877.467-9, residente e domiciliada à Rua São Vicente, s/n, CEP 89.730-000, Município de Alto Bela Vista - SC; Ademir Domingos Miotto - Prefeito de Presidente Castello Branco, brasileiro, casado, Comerciante, CPF 437.447.889-20, RG 1.309.011, residente e domiciliado à Rua Paraná, 97 - Município de Presidente Castello Branco - SC, CEP 89.745-000; Kleber Mércio Nora - Prefeito de Jaborá, brasileiro, casado, Contador, CPF 612.781.069-87, CI 2.140.723, residente e domiciliado à Linha São Francisco, nº 2, Município de Jaborá - SC - CEP 89.677-000. Suplentes (5): Volnei Antônio Schmidt - Prefeito de Ipumirim, brasileiro, casado, Empresário, CPF 607.586.609-44, RG 1.878.032, residente e domiciliado à Rua Dias Velho, 110, Município de Ipumirim - SC - CEP 89.790-000; Sívio Antônio Lemos das Neves - Prefeito de Irani, brasileiro, casado, Contador, CPF 665.448.239-53, RG 2.465.964, residente e domiciliado à Rua Caixa D'Água, 99, Município de Irani - SC - CEP 89.680-000; Enoir Fazolo - Prefeito de Xavantina, brasileiro, casado, Empresário, CPF 518.220.759-04, RG 11.47012, residente e domiciliado à Rua Prefeito Rebelato, 151, Município de Xavantina - SC - CEP 89.780-000; Olmir Paulinho Benjamini - Prefeito de Piratuba, brasileiro, casado, Comerciante, CPF 437.462.509-78, RG 11/C 938.177, residente e domiciliado à Av. 18 de Fevereiro, 1657, Município de Piratuba - SC - CEP 89.667-000; Jairo Luis Sartoretto - Prefeito de Itá, brasileiro, casado, Empresário, CPF 182.652.199-20, RG 14/R 561.713, residente e domiciliado à Rua 15, nº 129, Município de Itá - CEP 89.760-000. Tendo em vista o registro de apenas uma chapa, a eleição ocorreu por aclamação, sendo eleita por unanimidade dos presentes a chapa antes mencionada, para a Gestão 2017, com posse automática em 02 de janeiro até 31 de dezembro de 2017. 4 - Indicação da Diretoria Administrativa do CIS AMAUC e suas atribuições. A assembleia, na forma do inciso VI, do art. 13, do Estatuto Social, aprovou a indicação para o cargo Diretor Administrativo ser exercido pela senhora Ivanete Terezinha Pereira Grendene, funcionária da AMAUC. A Diretora deverá em conjunto com o Presidente praticar todos os atos necessários para administração e movimentação financeira do CIS Amauc, especialmente as disposições previstas no art. 20 e seus incisos do Estatuto Social, bem como outras tarefas inerentes ao cargo. A Assembleia também determinou ao atual Presidente do CIS Amauc a edição de resolução de indicação da Diretoria Administrativa nos termos antes aprovado. A resolução deverá ser encaminhada às instituições bancárias, juntamente com os documentos necessários para movimentação bancária pela Diretoria eleita para o exercício de 2017. Da mesma forma do corrente exercício, para execução das tarefas a Diretoria Administrativa receberá gratificação, que será paga pela AMAUC e reembolsada pelo CIS Amauc. 5 - Possibilidade do Presidente eleito constituir procurador. A senhora Neusa Klein Maraschini - Prefeita de Peritiba, na condição de Presidente eleita para a Gestão 2017, solicitou à Assembleia Geral que lhe seja concedida autorização, nos termos do inciso III, do art. 15 do Estatuto Social, para constituir procurador, caso julgar necessário durante sua gestão, com o objetivo de delegar à outra pessoa as atribuições previstas no inciso IV do art. 15, ou seja, a movimentação bancária, especialmente efetuar pagamentos on line, através do gerenciador eletrônico (token ou outro que venha a ser instituído pelas instituições bancárias), em conjunto com o Diretor Administrativo. A intenção é delegar esta atribuição ao senhor Roberto Kurtz Pereira - Secretário Executivo da AMAUC. A Presidente eleita argumentou que a Diretoria e os demais Prefeitos possuem os meios necessários para fiscalização e controle administrativo e financeiro do CIS AMAUC e que a delegação dos pagamentos facilita a todos, especialmente à Presidente, pois em função de seus compromissos no cargo de Prefeita nem sempre está disponível para atender todas as demandas do consórcio. A solicitação foi autorizada por unanimidade dos Prefeitos presentes, ficando a cargo da Presidente eleita adotar a medida, caso julgar necessária. Em razão de que a reunião do CIS AMAUC ocorreu paralelamente com a assembleia da AMAUC, não houve orador inscrito. Esgotada a pauta, o Presidente agradeceu o apoio recebido de todos os colegas e, em especial, o trabalho e a dedicação dos funcionários da AMAUC. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a assembleia. Esgotada a pauta, o Prefeito Valdir agradeceu a todos e deu por encerrada a assembleia. Para constar, solicitou a mim _____ Ivanete T. Pereira Grendene - Diretora Administrativa, lavrar esta ata que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

VALDIR ZANELLA
Presidente da Assembleia

CONTRATO RATEIO Nº01/2017 - EXAMES

CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2017

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense, neste ato representados pelos seus respectivos Prefeitos, através deste contrato de rateio estabelecem o que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETIVO

O presente Contrato de Rateio tem por objetivo fixar a despesa e estimar a receita do CIS AMAUC para o exercício de 2017, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado, em especial, para atender as despesas com a contratação de atendimentos médico clínicos especializados e exames, nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, junto aos profissionais credenciados ao Consórcio e para manutenção das atividades administrativas do Consórcio.

Durante o exercício os Municípios integrantes do CIS AMAUC poderão utilizar os serviços dos profissionais de saúde para atendimentos médicos clínicos especializados e exames laboratoriais, sendo que o pagamento será feito pelos serviços utilizados.

Durante o decorrer do exercício o Presidente do Consórcio poderá efetuar por ato próprio o remanejamento de dotações de uma categoria

de programação para outra, bem como suplementar o orçamento tendo como fontes de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO VALOR DO CONTRATO DE RATEIO

O valor do presente Contrato de Rateio é a estimativa de uso dos serviços estimados pelos Municípios, ao qual, dá-se o valor de R\$ 598.000,00 (Quinhentos e noventa e oito mil reais), além do valor do rateio dos serviços conforme cláusula terceira deste Contrato de Rateio.

O valor do presente Contrato de Rateio poderá ser alterado mediante Termo Aditivo conforme a necessidade de cada ente consorciado visando atender sua demanda, ou através de assembleia geral em caso de novos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO RATEIO

Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo Consórcio CIS AMAUC no exercício de 2017, cada Município repassará ao Consórcio os seguintes valores:

I - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em duas parcelas, sendo a primeira no mês de março e a segunda no mês de agosto/2017.

II - O valor utilizado pelo ente consorciado em serviços médicos, clínicos e laboratoriais, em cada mês, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a utilização dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio para a manutenção das atividades do consórcio correrão por conta da rubrica orçamentária, conforme abaixo especificado:

ELEMENTO			TOTAL/ANO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.000,00
3.3.71.39.01 – Transferência a consórcios Públicos - Outras Despesas Correntes			2.000,00
TOTAL DO MUNICÍPIO			2.000,00

4.2 As despesas dos Municípios com a realização de serviços médicos especializados correrão por conta da seguinte classificação orçamentária em cada um dos entes consorciados:

ELEMENTO			TOTAL/ANO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
3.3.93.39.50 – Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos Consorciados que o Ente Participe – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Serviços Médico-Hospitalar, Odontológicos e Laboratorial.		Valor conforme o Município vai utilizar no ano	
TOTAL DO MUNICÍPIO			

CLÁUSULA QUINTA

DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CIS AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

O CIS AMAUC encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA

DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO

Todos os Municípios consorciados terão direito a utilizar os serviços prestados pelo CIS AMAUC ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar os serviços e efetuar o pagamento conforme a efetiva prestação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO RATEIO DAS DESPESAS

Para atender as despesas previstas, cada ente consorciado repassará os valores conforme tabela abaixo:

I – Manutenção das despesas do Consórcio:

Alto Bela Vista	2.000,00
Arabutã	2.000,00
Concórdia	2.000,00

Ipira		2.000,00
Ipumirim		2.000,00
Irani		2.000,00
Itá		2.000,00
Jaborá		2.000,00
Lindóia do Sul		2.000,00
Paial		2.000,00
Peritiba		2.000,00
Piratuba		2.000,00
Pres. Castello Branco		2.000,00
Seara		2.000,00
Xavantina		2.000,00

II – Serviços Médicos, Clínicos e laboratoriais (valores estimados)

Alto Bela Vista		75.000,00
Arabutã		10.000,00
Concórdia		5.000,00
Ipira		55.000,00
Ipumirim		45.000,00
Irani		75.000,00
Itá		20.000,00
Jaborá		20.000,00
Lindóia do Sul		20.000,00
Paial		85.000,00
Peritiba		45.000,00
Piratuba		25.000,00
Pres. Castello Branco		33.000,00
Seara		20.000,00
Xavantina		35.000,00

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

O presente contrato de rateio terá vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do CIS AMAUC, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo CIS AMAUC aos municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia, 27 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista	JACKSON LUIZ PATZLAFF Prefeito Municipal de Arabutã	JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal de Concórdia
VALDIR ZANELLA Prefeito Municipal de Ipumirim	EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal de Ipira	LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá

MAURI RICARDO DE LIMA Prefeito Municipal de Irani	PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal de Lindóia do Sul	KLEBER MERCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá
NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal de Perituba	ALDAIR ANTONIO RIGO Prefeito Municipal de Paial	CLAUDIO SARTORI Prefeito de Presidente Castello Branco
CLAUDIRLEI DORINI Prefeito Municipal de Piratuba	LACI GRIGOLO Prefeita Municipal de Seara	CLAUDI BABINSKI Prefeito Municipal de Xavantina
ROBERTO KURTZ PEREIRA OAB/SC 22.519	VANDERLEI ROBERTO PICININI Contador CRC/SC 023.918	

RESOLUÇÃO Nº004/2016

RESOLUÇÃO Nº 04/2016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

LACI GRIGOLO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, no uso das atribuições que lhe confere o art.15, do Estatuto Social, e em consonância com a decisão tomada em Assembleia Geral da Associação, no dia 29 de novembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar à Funcionária IVANETE TEREZINHA PEREIRA GRENDENE, Secretária Administrativa da AMAUC, a delegação das atribuições do cargo de Diretor Administrativo do CIS AMAUC.

Art. 2º Pelos serviços prestados pela delegação de competência prevista no art. 1º desta Resolução, o CIS AMAUC repassará mensalmente à AMAUC a título de reembolso da gratificação mensal pelo exercício do cargo, o valor de R\$ 371,59 (trezentos e setentas e um reais e cinquenta e nove centavos), acrescido dos encargos sociais e trabalhistas decorrentes.

Art. 4º As despesas financeiras para o cumprimento desta Resolução correrão por conta do orçamento do CIS AMAUC, previsto para o exercício de 2017.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 13 de dezembro de 2016.

LACI GRIGOLO
Presidente

Publicada no mural da AMAUC e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 13 de dezembro de 2016.

Ivanete Terezinha Pereira Grendene
Secretária Administrativa

CONSÓRCIO INTEGRAR

CONTRATO DE RATEIO Nº01/2017

CONTRATO DE RATEIO 01/2017

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura Urbana e Rural - Consórcio Integrar, neste ato representados pelos Prefeitos que fazem parte deste contrato de rateio, estabelecem o que segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA
DO OBJETIVO**

1.1 - O presente contrato de rateio tem por objetivo fixar a despesa e estimar a receita do Consórcio Integrar para o exercício de 2017, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município para atender as despesas com a contratação de pessoal para atuar junto aos Municípios integrantes deste contrato de Rateio.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA DESPESA**

2.1 - A despesa fixada para o exercício de 2017 para manutenção das atividades do Consórcio Integrar é de R\$ 190.0000,00 (cento e noventa mil reais) classificados nas seguintes dotações:

Órgão	1	Consórcio Integrar		
Unidade	1	Consórcio Integrar		
Funcional Programática				
01.01.06	Segurança Pública			
01.01.06.182		Defesa Civil		
01.01.06.182.0001		Desenvolvimento Regional		
06.182.0001.2.002		Convênio com o Corpo de Bombeiros Militares de Piratuba		
Elemento	Recurso	Descrição	Valor Orçado	Total
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES		190.000,00
3.1.90.00.00		Pessoal e Encargos Sociais		185.000,00
3.1.90.11.00	100	Vencimentos e Vantagens Fixas	145.000,00	
3.1.90.13.00	100	Obrigações Patronais	40.000,00	
3.3.90.00.00		Outras Despesas Correntes		5.000,00
3.3.90.39.00	100	Outros Serv Terceiros – P Jurídica	5.000,00	
		TOTAL DA AÇÃO		190.000,00
		TOTAL GERAL		190.000,00

2.2 Durante o decorrer do exercício de 2017 o Presidente do Consórcio Integrar poderá, por ato próprio, efetuar o remanejamento de despesas de uma classificação para outra até o limite das dotações orçadas no exercício.

2.3 O valor arrecadado referente a aplicações financeiras e outras receitas arrecadadas que venham a ocorrer durante o exercício de 2017 poderão ser utilizados como recursos financeiros do Consórcio para o desenvolvimento de suas atividades, incluídas no orçamento mediante ato do Presidente do Consórcio.

2.4 O valor do superávit financeiro apurado ao final do exercício de 2016 já deduzidas as provisões para as rescisões de pessoal contratado poderão ser utilizadas para cobertura das despesas do consorcio no decorrer do exercício de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA DA RECEITA

3.1 A receita do Consórcio Integrar advinda deste contrato de rateio é estimado em R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) divididos da seguinte forma:

Município	Total por mês	Total para o ano de 2017
Alto Bela Vista	2.590,00	31.080,00
Ipira	2.590,00	31.080,00
Piratuba	10.360,00	124.320,00
Rend. Aplicação Financeira	293,33	3.520,00
TOTAL	15.833,33	190.000,00

CLÁUSULA QUARTA DO RATEIO DAS DESPESAS

4.1 Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo Consórcio Integrar no exercício de 2017, os Municípios repassarão ao Consórcio Integrar, mensalmente, a importância conforme quadro abaixo, até o dia 22 (vinte e Dois) de cada mês:

Alto Bela Vista					2.590,00
Ipira					2.590,00
Piratuba					10.360,00
TOTAL				15.540,00	

CLAUSULA QUINTA DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ENTE CONSORCIADO

5.1 As despesas decorrentes do presente contrato de rateio correrão por conta da rubrica orçamentária, conforme abaixo especificado:

ELEMENTO						TOTAL ANO		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS								

3.1.71.04.99 – Outros Serviços Profissionais		97,15%	do valor do repasse
OUTRAS DESPESA CORRENTES			
3.3.71.39.9 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		2,85%	do valor do repasse

CLAUSULA SEXTA**DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

6.1 O Consórcio Integrar manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

6.2 O Consórcio Integrar encaminhará ao Municípios, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

CLAUSULA SETIMA**DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 O presente contrato de rateio refere-se especificamente a Contratação de pessoal para atuar na corporação de bombeiros militares de Piratuba. Em caso de interesse de participação de Município não integrante deste contrato de rateio, deverá comunicar ao Presidente do Consórcio Integrar para que seja feito novo cálculo. Da mesma forma, a desistência do Município em participar deste contrato só poderá ser feita através de notificação com no mínimo 30 dias de antecedência.

7.2 A responsabilidade por qualquer demanda administrativa, trabalhista, contábil ou judicial oriunda do presente contrato de rateio será de responsabilidade dos Municípios beneficiados por este contrato de rateio.

CLAUSULA OITAVA**DA VIGENCIA**

8.1 O presente contrato de rateio terá vigência a contar da assinatura á 31 de dezembro de 2017.

CLAUSULA NONA**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas entre os participantes deste Contrato, ou, pela Assembleia Geral do Consórcio Integrar, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo Consórcio Integrar aos Municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Piratuba/SC, 06 de dezembro de 2016

CLAUDIRLEI DORINI		EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal de Piratuba		Prefeito Municipal de Ipira
ROBERTO KURTZ PEREIRA VANDERLEI ROBERTO PICININI		
OAB/SC 22.519 Contador CRC/SC 023.918		

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2016

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Senhor Claudirlei Dorini – Prefeito de Piratuba e Presidente do Consorcio Intermunicipal de Infraestrutura Urbana e Rural - CONSÓRCIO INTEGRAR, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 10 do Estatuto Social, convoca os Senhores Prefeitos, bem como os Prefeitos eleitos para gestão 2017/2020, para realização da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de novembro de 2016, às 14 horas, tendo como local a sede da ACERCC □ Associação Cultural Esportiva e Recreativa Copérdia/Crediauc, situada na SC 283, km 19,5, Distrito de Santo Antônio, Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA

14 horas	· Abertura
14h15	· Apresentação do Consórcio Integrar: finalidades, equipe e situação atual.
14h45	· Apresentação do contrato de rateio para o exercício de 2017

15 horas	· Eleição da diretoria para a gestão 2017: Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.
15h15	· Palavra livre
15h30	· Encerramento

Concórdia - SC, 16 de novembro de 2016.

CLAUDIRLEI DORINI

Presidente

RESOLUÇÃO Nº01/2016

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Estabelece as atribuições do Presidente e do Tesoureiro em conformidade com o art. 13, inciso VI do Estatuto Social do Consórcio Integrar.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL – CONSÓRCIO INTEGRAR, senhor CLAUDIRLEI DORINI – Prefeito do Município de Piratuba, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam ratificadas as atribuições do Presidente em conjunto com o Tesoureiro:

I - emitir cheques, abrir contas de depósito, autorizar cobrança, utilizar o crédito aberto nas formas e condições;

II - receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldo e extratos, requisitar talonários de cheques, autorizar débitos relativos à operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheques;

III - requisitar cartão eletrônico, movimentar conta corrente com cartão eletrônico;

IV - sustar/contrar ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques;

V - efetuar resgates/aplicações financeiras;

VI - efetuar saques da conta corrente e da conta poupança, cadastrar;

VII - alterar e desbloquear senhas;

VIII - efetuar pagamentos ou transferências por meio eletrônico;

IX - liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba - SC, 13 de dezembro de 2016.

CLAUDIRLEI DORINI

Presidente

Publicada no mural do Consórcio e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 14 de dezembro de 2016.

Roberto Kurtz Pereira

Secretário Executivo

CONSÓRCIO LAMBARI

CONTRATO RATEIO Nº01/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2017

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense, neste ato representados pelos seus respectivos Prefeitos, com base nas decisões tomadas em Assembleia Geral realizada no dia 27 de outubro de 2016, através deste contrato de rateio estabelecem o que segue:

CLAUSULA

PRIMEIRA DO OBJETIVO

1. O presente contrato de rateio tem por objetivo de fixar a despesa e estimar a receita do Consórcio Lambari para o exercício de 2017, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado integrante deste contrato de rateio.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA DESPESA

2. A despesa do Consórcio Lambari para o exercício de 2017 é fixada em R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais) divididos da seguinte forma:

a) Despesas Correntes, no total de R\$ 380.000,00 (Trezentos e oitenta mil reais);

b) Despesas de Capital: No valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

2.1 Para a realização da despesa do Consórcio Lambari obedecerá o que dispõe a Lei nº 8.666/96 e a Lei 4.320/64, seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	Consórcio Lambari		
Unidade	1	Consórcio Lambari		
Funcional Programática				
01.01.18	Gestão Ambiental			
01.01.18.541		Preservação e Conservação Ambiental		
01.01.18.541.0001		Desenvolvimento Regional		
185.410.012.001		Manutenção das Atividades do Consorcio Lambari		
Elemento	Recurs	Descrição	Valor	Total
3.0.00.00.0		DESPESAS CORRENTES		380.000,00
3.1.90.00.0		Pessoal e Encargos Sociais	190.000,00	
3.3.90.00.0		Outras Despesas Correntes	190.000,00	
4.0.00.00.0		DESPESAS DE CAPITAL		30.000,00
4.4.90.00.0		Investimentos	30.000,00	
		TOTAL		410.000,00

2.2 No decorrer da execução do orçamento o Consórcio Lambari poderá promover através de resolução da Presidência alterações para adequar o orçamento com recursos de anulação parcial ou total de dotações, excesso de arrecadação e superávit do exercício anterior.

2.3 Demais serviços, convênios de cooperação técnica e outros contratos poderão ser realizados pelo Consórcio Lambari sendo que a execução da receita e despesa dar-se-á pelo controle orçamentário exclusivo através de fontes de recursos e aplicados nos respectivos objetos pactuados.

2.4 No caso de prestação de serviço específico para apenas um município, a exemplo de realização de licenciamentos ambientais, as despesas serão reembolsadas pelo Município por meio de termo aditivo ao presente contrato de rateio ou de um novo contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA DA RECEITA

3. A receita do Consórcio Lambari para o exercício de 2017 é estimada em R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), distribuídos da seguinte forma:

RECEITA / ORIGEM	VALOR MENSAL	VALOR NO ANO
Alto Bela Vista	2.242,57	26.910,84
Arabutã	2.242,57	26.910,84
Concórdia	2.242,57	26.910,84
Ipira	2.242,57	26.910,84
Ipumirim	2.242,57	26.910,84
Irani	2.242,57	26.910,84
Itá	2.242,57	26.910,84
Jaborá	2.242,57	26.910,84
Lindóia do Sul	2.242,57	26.910,84
Paial	2.242,57	26.910,84
Peritiba	2.242,57	26.910,84
Piratuba	2.242,57	26.910,84
Presidente Castello Branco	2.242,57	26.910,84
Seara	2.242,57	26.910,84
Xavantina	2.242,57	26.910,84
Rendimentos de Aplicações Financeiras	300,00	3.600,00
Outras Receitas Diversas	228,12	2.737,40
TOTAL	34.166,67	410.000,00

3.1 Durante o exercício de 2017, por deliberação da Assembleia Geral do Consórcio os valores do rateio mensal dos Municípios poderão ser alterados para atender a situação orçamentária do Consorcio e formalizados através de termo aditivo ao presente contrato de rateio.

CLAUSULA QUARTA DO RATEIO

4. Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo Consórcio Lambari no exercício de 2017, cada Município repassará ao consórcio, mensalmente, a importância conforme quadro abaixo, até o dia 22 (vinte e dois) de cada mês:

MUNICIPIO	VALOR MENSAL
Alto Bela Vista	2.242,57
Arabutã	2.242,57
Concórdia	2.242,57
Ipira	2.242,57
Ipumirim	2.242,57
Irani	2.242,57
Itá	2.242,57
Jaborá	2.242,57
Lindóia do Sul	2.242,57
Paial	2.242,57
Peritiba	2.242,57
Piratuba	2.242,57
Presidente Castello Branco	2.242,57
Seara	2.242,57
Xavantina	2.242,57
TOTAL	33.638,55

CLÁUSULA QUINTA
DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

5. As despesas decorrentes do presente contrato de rateio correrão por conta da rubrica orçamentária, conforme abaixo especificado

TIPO DA DESPESA	ANO	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 800,25	12.788,03	
3.1.71.11.99 – Pessoal 800,25	12.788,03	47,52
OUTRAS DESPESA CORRENTES 787,88	11.924,20	
3.3.71.30.99 - Outras Despesas Correntes 787,88	11.924,20	44,31
INVESTIMENTOS 61,88	2.198,61	
4.4.71.52.99 – Investimentos 61,88	2.198,61	8,17
TOTAL	26.910,84	100%

CLÁUSULA SEXTA
DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

6. O Consórcio Lambari manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

6.1 O Consórcio Lambari encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO

7. Todos os Municípios associados terão direito a utilizar os serviços prestados pelo Consórcio Lambari ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar o serviço.

CLAUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

8. O presente contrato de rateio terá vigência a contar de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, podendo ser alterado através de termo aditivo mediante deliberação da Assembleia Geral do Consórcio.

CLÁUSULA NONA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9. As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do Consórcio Lambari, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo Consórcio Lambari aos Municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia, 27 de outubro de 2016.

CATIA T. REICHERT Prefeita Municipal de A. B. Vista	JACKSON LUIZ PATZLAFF Prefeito Municipal de Arabutã	JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal de Concórdia
VALDIR ZANELLA Prefeito Municipal de Ipumirim	EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal de Ipira	LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá
MAURI RICARDO DE LIMA Prefeito Municipal de Irani	PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal de L. do Sul	KLEBER MERCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá
NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba	ALDAIR ANTONIO RIGO Prefeito Municipal de Paial	CLAUDIO SARTORI Prefeito de Pres. C. Branco
CLAUDIRLEI DORINI Prefeito Municipal de Piratuba	LACI GRIGOLO Prefeita Municipal de Seara	CLAUDI BABINSKI Prefeito Municipal de Xavantina
ROBERTO KURTZ PEREIRA VANDERLEI ROBERTO PICININI OAB/SC 22.519 Contador CRC/SC 023.918		

Editais de Notificação

AURORA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 250/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 250/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DJN3966	54589243C	09/02/2014	57200	186 * I
MDF4725	54589245C	09/02/2014	65480	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 251/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 251/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LCW9403	54589238C	25/01/2014	50100	162 * I
LCW9403	54589239C	25/01/2014	50610	163 c/c 162 * I
MLF1623	54589262C	19/01/2014	65640	230 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 252/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 252/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEA7629	54589264C	13/02/2014	55411	181 * XVII
MIW2241	54589242C	26/01/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 253/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 253/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAH2129	54589269C	09/03/2014	51691	165
MAH2129	54589270C	09/03/2014	50100	162 * I
MAH2129	54589268C	09/03/2014	50610	163 c/c 162 * I
MAH2129	54589271C	09/03/2014	50610	163 c/c 162 * I
MDU5851	54589249C	14/03/2014	55172	181 * XIV
MLF1623	54589246C	27/02/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 254/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 254/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GVR3283	54589275C	16/03/2014	66102	230 * VII
LXB9843	54589274C	15/03/2014	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 256/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 256/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDX3278	54589278C	21/03/2014	51930	168
MHO7687	54589282C	18/04/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 257/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 257/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLM9922	54589280C	05/04/2014	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 258/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 258/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MKQ1649 54589283C 28/04/2014 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 260/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 260/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGV4973 54589284C 14/05/2014 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 261/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 261/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIK0517	54589289C	30/06/2014	51851	167
AIK0517	54589290C	30/06/2014	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 262/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 262/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAT4493 54589285C 12/06/2014 55250 181 * XV
MAT4493 54589286C 13/06/2014 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8110 263/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 263/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZL3789 54589291C 02/07/2014 55172 181 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 264/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 264/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZE7461	54589297C	20/07/2014	66020	230 * VI
LZE7461	54589298C	20/07/2014	66531	230 * XI
LZE7461	54589299C	20/07/2014	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 265/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 265/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBL5451 54589303C 11/08/2014 65480 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 266/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 266/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGS0034 54589306C 16/08/2014 65480 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 267/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 267/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

INT8237 54589310C 30/09/2014 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 268/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 268/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZY5444	54589315C	11/10/2014	55250	181 * XV
MF7720	54589307C	23/09/2014	57380	186 * II
MF7720	54589308C	23/09/2014	57970	191
MF7720	54589309C	23/09/2014	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8110 270/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 270/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CNX5380	54589317C	15/10/2014	63941	220 * XIV
IQR9828	54589313C	10/10/2014	70561	244 * III
IQR9828	54589314C	10/10/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 271/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 271/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IGA3748	54589312C	05/10/2014	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 272/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 272/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADW1876 54589323C 17/11/2014 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

BOTUVERÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 454/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 454/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CVC1481 54586301E 02/12/2013 73400 252 * IV
MIV4759 54586303E 04/12/2013 65992 230 * V
MIV4759 54586304E 04/12/2013 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 456/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 456/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZV3009	54586370E	04/12/2013	50100	162 * I
LZV3009	54586372E	04/12/2013	65992	230 * V
LZV3009	54586371E	04/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MBY3704	54586355E	13/11/2013	65992	230 * V
MBY3704	54586356E	13/11/2013	67261	230 * XVIII
MBY3704	54586357E	13/11/2013	66102	230 * VII
MCQ3125	54586444E	27/11/2013	65992	230 * V
MHA5100	54586443E	27/11/2013	73400	252 * IV
MHG9663	54586359E	19/11/2013	73400	252 * IV
MIV1915	54586451E	27/11/2013	66450	230 * X
MKA8308	54586435E	13/11/2013	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 458/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 458/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADO3718	54586312E	13/12/2013	51851	167
AJG7508	54586375E	13/12/2013	65992	230 * V
AJG7508	54586376E	13/12/2013	50450	162 * V
LXN3014	54586446E	28/11/2013	73400	252 * IV
MBX2661	54586366E	28/11/2013	65561	230 * I
MCI9384	54138828D	02/12/2013	69120	232
MCL3147	54586439E	27/11/2013	50100	162 * I
MCL3147	54586440E	27/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MFN1518	54586377E	13/12/2013	73400	252 * IV
MJC6819	54586449E	02/12/2013	54522	181 * VIII
MLB6807	54586373E	07/12/2013	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8196 460/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 460/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACO6643	54586632E	18/12/2013	69120	232
MCD4299	54586305E	05/12/2013	65992	230 * V
MCD4299	54586306E	05/12/2013	50100	162 * I
MEG5575	54586324E	19/12/2013	51851	167
MGS7190	54586380E	16/12/2013	51851	167
MJS6350	54586319E	18/12/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 462/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 462/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DAL1878	54586630E	12/12/2013	65992	230 * V
LXU6084	54138830D	11/12/2013	52070	169
MDN2799	54586310E	11/12/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 464/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 464/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZG7808	54586326E	06/01/2014	73400	252 * IV
MCG6388	54586379E	13/12/2013	69120	232
MCY6379	54586327E	07/01/2014	73400	252 * IV
MDU6684	54586321E	19/12/2013	73400	252 * IV
MFL7354	54586381E	16/12/2013	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 465/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 465/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGS1591 54586631E 18/12/2013 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 467/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 467/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANR9257 54586636E 05/02/2014 65992 230 * V
ANR9257 54586637E 05/02/2014 50450 162 * V
LZZ2825 54586385E 19/12/2013 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 468/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 468/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYP3849	54586328E	08/01/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 469/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 469/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCP2930	54586335E	20/02/2014	69120	232
MDT3044	54586646E	20/02/2014	50371	162 * III
MET3641	54586389E	31/01/2014	50100	162 * I
MIL5414	54586334E	20/02/2014	73400	252 * IV
MIN3930	54586322E	19/12/2013	65992	230 * V
MIN3930	54586323E	19/12/2013	50292	162 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 471/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 471/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGT9522	54586394E	07/02/2014	65992	230 * V
CFL1330	54586634E	02/02/2014	65992	230 * V
IJB1679	54586217E	05/03/2014	51851	167
LXD4903	54586211E	02/03/2014	65992	230 * V
LXD4903	54586212E	02/03/2014	51851	167
LZU1656	54586395E	09/02/2014	51852	167
LZZ8365	54586216E	02/03/2014	51851	167
MAB0880	54586162E	06/03/2014	50450	162 * V

MCX6180	54586214E	02/03/2014	51852	167	
MGN0440	54586157E	27/02/2014	65992	230	* V
MIM7606	54586152E	26/02/2014	50100	162	* I
MIM7606	54586153E	26/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
MIS0984	54586151E	25/02/2014	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 473/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 473/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJE7441	54586346E	20/02/2014	50100	162 * I
LWU2392	54586397E	18/02/2014	51852	167
MEG1980	54586398E	18/02/2014	50100	162 * I
MFD8386	54586166E	06/03/2014	70302	244 * I
MHK7779	54586345E	20/02/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 474/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 474/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALU9695	54586207E	02/03/2014	51852	167
MAU3404	54586340E	21/02/2014	50100	162 * I
MAU3404	54586341E	21/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBG3360	54586349E	24/02/2014	65992	230 * V
MED1888	54586649E	26/02/2014	51851	167
MFZ7759	54586648E	26/02/2014	70302	244 * I
MIJ5209	54586154E	26/02/2014	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 476/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 476/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CYW3599	54586204E	27/02/2014	51852	167
DIM9329	54586163E	06/03/2014	51851	167
LXW4658	54586219E	05/03/2014	51852	167
MAI6022	54586220E	05/03/2014	51852	167
MAS4863	54586213E	02/03/2014	51851	167
MAW6571	54586159E	27/02/2014	70301	244 * I
MAZ7625	54586155E	27/02/2014	50450	162 * V
MCQ0518	54586208E	02/03/2014	51852	167
MHP0696	54586165E	06/03/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 478/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 478/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABG4739	54586218E	05/03/2014	73400	252 * IV
---------	-----------	------------	-------	----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 480/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 480/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXC6555	54586167E	12/03/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 481/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 481/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAZ4550 54586223E 29/03/2014 51852 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVENBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8196 482/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 482/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXN9857 54138832D 08/04/2014 68580 231 * VII
MFY8920 54586224E 29/03/2014 51852 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 484/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 484/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBD6244	54586229E	19/04/2014	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 485/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 485/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEE1985 54586256E 08/06/2014 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 486/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 486/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXH6161 54586231E 03/06/2014 51852 167
MEV0421 54586255E 21/05/2014 51180 164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 488/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 488/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGG2752	54586260E	01/07/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 489/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 489/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

NBE9953 54586257E 10/06/2014 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8196 490/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8196 490/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDR3742 54586233E 27/07/2014 50100 162 * I
MDR3742 54586234E 27/07/2014 51180 164 c/c 162 * I
MDR3742 54586235E 27/07/2014 57200 186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 493/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 493/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCX9784 54586172E 08/09/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 494/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 494/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEO3941 54586261E 02/10/2014 50100 162 * I
MEO3941 54586262E 02/10/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 495/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 495/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IAY6965 54138834D 03/11/2014 50100 162 * I
IAY6965 54138835D 03/11/2014 65992 230 * V
IAY6965 54138837D 03/11/2014 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 496/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 496/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZT6438	54586246E	06/12/2014	65992	230 * V
MAA4290	54586263E	19/11/2014	69120	232
MAV7342	54586237E	10/10/2014	50100	162 * I
MAV7342	54586238E	10/10/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

GARUVA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 344/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 344/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBP1437	55982364D	10/12/2013	50100	162 * I
MBP1437	55982365D	10/12/2013	50610	163 c/c 162 * I
MBP1437	55982366D	10/12/2013	65992	230 * V
MJN4398	55982148D	10/12/2013	50100	162 * I
MJN4398	55982149D	10/12/2013	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 345/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 345/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYD7734	55982313D	14/12/2013	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 346/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 346/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KBA5812	55982367D	10/12/2013	50450	162 * V
KBA5812	55982368D	10/12/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 347/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 347/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DTS1651	55949540B	04/01/2014	52070	169
DTS1651	55949541B	04/01/2014	61810	215 * II
DTS1651	55949542B	04/01/2014	53040	176 * III
MBA1209	55982402D	21/01/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 348/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 348/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYV9581	55982242D	14/02/2014	55250	181 * XV
MAM2335	55982412D	17/02/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 350/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 350/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYD9835	55982375D	22/01/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 351/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 351/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMV6065	55982241D	26/01/2014	60502	208
AMV6065	55982240D	26/01/2014	51691	165
ATC9411	55982413D	17/02/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 353/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 353/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MKS6947	55982396D	19/03/2014	55411	181 * XVII
---------	-----------	------------	-------	------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 356/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 356/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABR8441	55949789B	12/03/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 357/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 357/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CYR8796	55982418D	14/04/2014	65992	230 * V
CYR8796	55982417D	14/04/2014	50100	162 * I
CYR8796	55982419D	14/04/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 358/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 358/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CJC8501	55982452D	23/03/2014	65992	230 * V
CJC8501	55982451D	23/03/2014	51691	165
DRP2335	55982399D	28/03/2014	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 359/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 359/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHH5830	55982508D	14/05/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 361/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 361/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAO8878 55982421D 07/05/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 363/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 363/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DAH7190 55949255B 15/07/2014 66102 230 * VII
DAH7190 55949257B 15/07/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 364/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 364/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGI0821	55982429D	12/08/2014	50100	162 * I
MGI0821	55982430D	12/08/2014	65992	230 * V
MGI0821	55982431D	12/08/2014	52741	175
MGI0821	55982432D	12/08/2014	64080	221
MGI0821	55982433D	12/08/2014	66020	230 * VI
MGI0821	55982434D	12/08/2014	50610	163 c/c 162 * I
MGM7144	55982428D	08/08/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 365/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 365/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFT0286	55982560D	10/08/2014	51691	165
AFT0286	55982561D	10/08/2014	50610	163 c/c 162 * I
AFT0286	55982562D	10/08/2014	50100	162 * I
MMC0096	55982557D	23/07/2014	50100	162 * I
MMC0096	55982558D	23/07/2014	50610	163 c/c 162 * I
MMC0096	55982559D	23/07/2014	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 367/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 367/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLD8988	55982563D	30/08/2014	50100	162 * I
MLD8988	55982564D	30/08/2014	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 369/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 369/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LNL0197	55982445D	05/10/2014	55250	181 * XV
MDA0017	55982443D	05/10/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 371/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 371/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGM8000 55982659D 17/10/2014 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 374/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 374/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBQ7786 55982652D 13/10/2014 55416 181 * XVII
MKU4162 55982449D 08/10/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 375/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 375/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APA6829	55982570D	25/10/2014	51691	165
APA6829	55982571D	25/10/2014	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

GUARAMIRIM**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 853/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 853/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHP0668	54468581E	04/11/2013	50100	162 * I
AHP0668	54468582E	04/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
AHP0668	54468583E	04/11/2013	65992	230 * V
ARR5252	54470268E	24/11/2013	64080	221
CCQ3514	54468380E	30/11/2013	55415	181 * XVII
IKL4842	55897141D	30/11/2013	65480	229
IKL4842	55897139D	30/11/2013	52741	175
IKL4842	55897140D	30/11/2013	72340	250 * I * a
LWX6347	54470269E	28/11/2013	70302	244 * I
LWX6347	54470271E	28/11/2013	63941	220 * XIV
LYE1904	54468761E	05/11/2013	69200	233
LYU5567	54469342E	05/11/2013	55411	181 * XVII
LZD3905	54468857E	03/12/2013	69200	233
LZU7526	54470351E	23/11/2013	51691	165
LZU7526	54470352E	23/11/2013	50100	162 * I
LZU7526	54470353E	23/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MBA7608	54468376E	28/11/2013	51691	165
MBA7608	54468377E	28/11/2013	51851	167
MBA7608	54468378E	28/11/2013	66372	230 * IX
MBA7608	54468379E	28/11/2013	64910	227 * II
MCP7239	54468979E	12/11/2013	50100	162 * I
MCP7239	54468980E	12/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MCP7239	54468981E	12/11/2013	66102	230 * VII
MCW8532	54468858E	28/11/2013	69200	233
MDL8786	54470355E	30/11/2013	50100	162 * I
MDL8786	54470356E	30/11/2013	70301	244 * I
MEJ8320	54468982E	13/11/2013	50100	162 * I
MEJ8320	54468983E	13/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MEJ8320	55896150D	13/11/2013	66532	230 * XI
MFN1002	54470265E	25/11/2013	50100	162 * I
MFN1002	54470266E	25/11/2013	69120	232
MKY4538	54468514E	30/11/2013	53200	176 * V
MKY4538	54468513E	30/11/2013	64080	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 855/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 855/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMA1593	54468598E	14/11/2013	69200	233
LWZ3685	54469013E	05/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
LWZ3685	54469011E	05/12/2013	65992	230 * V
LWZ3685	54469012E	05/12/2013	50100	162 * I
LXU5967	54468096E	15/11/2013	51851	167
LXY5008	54470256E	20/11/2013	52070	169
LZC3281	54469007E	24/11/2013	65992	230 * V
LZE4437	54468370E	25/11/2013	69200	233
MBL4265	54468364E	22/11/2013	55411	181 * XVII
MBL4265	54468365E	22/11/2013	69120	232
MBZ0232	54469009E	26/11/2013	50450	162 * V
MCT3957	54468388E	28/11/2013	69200	233
MDG5814	54468363E	22/11/2013	55411	181 * XVII
MFR8056	54468095E	14/11/2013	66610	230 * XII
MHI1647	54470257E	25/11/2013	65992	230 * V
MHY1800	55896148D	13/11/2013	52070	169
MLH8313	54470261E	24/11/2013	50100	162 * I
MLH8313	54470262E	24/11/2013	52070	169
MLH8313	54470263E	24/11/2013	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 857/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 857/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFA7149	54468862E	05/12/2013	69200	233
AGJ0346	54469806E	13/12/2013	64080	221
AGN6062	54468009E	27/11/2013	51930	168
AJU9570	54468995E	10/12/2013	69200	233
AQK1163	54469809E	14/12/2013	50450	162 * V
AQK1163	54469810E	14/12/2013	66102	230 * VII
AQK1163	54469811E	14/12/2013	50531	162 * VI
AQV3150	54470379E	10/12/2013	69200	233
ASX1652	54470405E	07/12/2013	54600	181 * IX
EIU2544	54468788E	08/12/2013	52900	176 * II
EIU2544	54468789E	08/12/2013	53470	178
EIU2544	54468790E	08/12/2013	53200	176 * V
IIJ5782	54468996E	10/12/2013	69200	233
JDY2909	54468988E	09/12/2013	65992	230 * V
JDY2909	54468989E	09/12/2013	66372	230 * IX
LYQ2737	54468863E	05/12/2013	69200	233
MAL0740	54468391E	07/12/2013	54521	181 * VIII
MAU8924	54470267E	25/11/2013	63780	220 * XII
MAZ5723	54468011E	10/12/2013	54600	181 * IX
MBL5832	54470373E	06/12/2013	51691	165
MBZ1050	54468859E	03/12/2013	69200	233
MCI8160	54468369E	25/11/2013	69200	233
MCQ5012	54468431E	09/12/2013	55416	181 * XVII
MDY7751	54468382E	30/11/2013	55415	181 * XVII
MEI4779	54470375E	06/12/2013	69200	233
MFC6151	54468786E	29/11/2013	51691	165
MFC6151	54468783E	29/11/2013	60501	208
MFJ5588	54470411E	12/12/2013	61300	214 * II
MFL5422	54470380E	10/12/2013	69200	233
MGY1009	54468372E	25/11/2013	69200	233
MKK5041	54470359E	01/12/2013	65992	230 * V
MKK5041	54470358E	01/12/2013	51180	164 c/c 162 * I

MKK5041	54470357E	01/12/2013	50100	162	* I
MLG7994	54470354E	24/11/2013	61220	214	* I
MLS7883	54470404E	30/11/2013	73580	252	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 859/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 859/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIZ4716	54469844E	19/12/2013	50450	162 * V
ANZ4849	54470364E	03/12/2013	69200	233
ARC3999	54468794E	18/12/2013	69200	233
ASE4900	54470389E	18/12/2013	65992	230 * V
BCK0806	54469816E	16/12/2013	50610	163 c/c 162 * I
BCK0806	54469815E	16/12/2013	50100	162 * I
BMB3320	54468458E	19/12/2013	69200	233
BRP8388	54468399E	19/12/2013	67691	230 * XXII
DIO0046	54470288E	17/12/2013	52070	169
KVV1851	54470303E	18/12/2013	73662	252 * VI
LXB5103	54470365E	05/12/2013	69200	233
LYA0918	54469813E	16/12/2013	51851	167
LYH3657	54468861E	05/12/2013	69200	233
LYK9029	54468860E	03/12/2013	69200	233
LZE1701	54469822E	18/12/2013	65992	230 * V
LZV7992	54468456E	19/12/2013	69200	233
MAJ3640	54468457E	19/12/2013	69200	233
MAV0139	54469833E	18/12/2013	65992	230 * V
MBQ0534	54468867E	17/12/2013	65992	230 * V
MBQ0534	54468868E	17/12/2013	50100	162 * I

MBQ0534	54468869E	17/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
MBS3657	54470414E	14/12/2013	65992	230	* V
MBS3977	54469814E	16/12/2013	51851	167	
MCH7881	54468433E	14/12/2013	70301	244	* I
MCH7881	54468434E	14/12/2013	66531	230	* XI
MCZ4291	54468281E	13/12/2013	66372	230	* IX
MCZ4291	54468283E	13/12/2013	66372	230	* IX
MDE1868	54469818E	17/12/2013	61220	214	* I
MDI6959	54470401E	30/11/2013	55416	181	* XVII
MDL8852	54470285E	16/12/2013	51852	167	
MDS6885	54470289E	18/12/2013	65992	230	* V
MDU9799	54470394E	18/12/2013	65992	230	* V
MEB5963	54468791E	15/12/2013	52741	175	
MEQ8386	54468293E	18/12/2013	65992	230	* V
MEW4934	54469835E	18/12/2013	50100	162	* I
MEW4934	54469836E	18/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
MEW4934	54469837E	18/12/2013	65992	230	* V
MFA1970	54470395E	18/12/2013	65992	230	* V
MFZ1395	54470386E	18/12/2013	66700	230	* XIII
MGA9278	54468799E	18/12/2013	69200	233	
MGC4951	54468787E	06/12/2013	50100	162	* I
MGC4951	54470370E	06/12/2013	50100	162	* I
MGC4951	54470371E	06/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
MGC4951	54470372E	06/12/2013	66102	230	* VII
MGT6209	54469817E	17/12/2013	66102	230	* VII
MIE9649	54468400E	19/12/2013	51851	167	
MIE9649	54469842E	19/12/2013	69120	232	
MIX2630	54468451E	18/12/2013	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADDECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 861/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 861/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQD7154	54468901E	20/12/2013	55416	181 * XVII
ATV2710	54468461E	20/12/2013	69200	233
CVH6500	54469828E	18/12/2013	65992	230 * V
FER0810	54468350E	18/12/2013	69200	233
JDY2909	54468462E	20/12/2013	69200	233
JIE5038	54469831E	18/12/2013	65992	230 * V
MBS3657	54470415E	24/12/2013	54281	181 * V
MEN3222	54469838E	19/12/2013	67000	230 * XVI
MIN1327	54468436E	18/12/2013	65992	230 * V
MJF5667	54470399E	26/12/2013	57380	186 * II
MJX6939	54470400E	26/12/2013	51930	168
MKC7207	54469845E	20/12/2013	65992	230 * V
MKN6660	54470408E	09/12/2013	55416	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 863/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 863/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALO0999	54468997E	10/12/2013	69200	233
ALV7531	54468397E	16/12/2013	51851	167
LXH6371	54469802E	12/12/2013	64080	221
MCK2636	54468430E	09/12/2013	55416	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 865/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 865/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAL7119	54468342E	16/12/2013	69200	233
ACT9850	55428560D	24/01/2014	65992	230 * V
AJJ9489	54468822E	24/01/2014	65992	230 * V
AMG0990	54468793E	18/12/2013	69200	233
AMM6568	54468543E	21/01/2014	66102	230 * VII
AMM6568	54468544E	21/01/2014	67000	230 * XVI
CAZ3903	54468918E	19/01/2014	65992	230 * V
CIZ3129	54469022E	10/01/2014	64080	221
CIZ3129	54469021E	10/01/2014	65992	230 * V
CWK0337	54469825E	18/12/2013	65992	230 * V
DJJ7686	54468547E	24/01/2014	70301	244 * I
EQN2009	54468450E	18/01/2014	52070	169
HWF0868	54468656E	07/01/2014	65992	230 * V
IJJ9875	54468444E	14/01/2014	69200	233
JPB8481	54954151E	27/01/2014	65561	230 * I
JPB8481	54954152E	27/01/2014	66371	230 * IX
JPB8481	54954153E	27/01/2014	51851	167
LXG3220	54468465E	16/01/2014	69200	233
LXQ8099	54468668E	30/01/2014	69200	233
LXU8558	54468806E	09/01/2014	65561	230 * I
LXU8558	54468805E	09/01/2014	65992	230 * V
LXU8558	54468804E	09/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXU8558	54468803E	09/01/2014	50100	162 * I
LYN4764	54470282E	16/12/2013	73400	252 * IV

LZH9772	54468467E	16/01/2014	69200	233	
MAJ1550	54468516E	09/01/2014	65992	230	* V
MAJ1550	54468517E	09/01/2014	51851	167	
MAJ1550	54468518E	09/01/2014	66371	230	* IX
MAJ1550	54468519E	09/01/2014	69120	232	
MAY4062	54468702E	22/01/2014	50100	162	* I
MAY4062	54468704E	22/01/2014	65992	230	* V
MBG6733	54468530E	17/01/2014	50100	162	* I
MBG6733	54468531E	17/01/2014	65992	230	* V
MBG6733	54468532E	17/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MBG6733	54468533E	17/01/2014	69120	232	
MBG6733	54468534E	17/01/2014	67692	230	* XXII
MBJ6697	54469201E	19/01/2014	50100	162	* I
MCK1349	54468443E	08/01/2014	69200	233	
MDC8701	54468919E	21/01/2014	69200	233	
MDO1238	54468802E	08/01/2014	73662	252	* VI
MDP0863	54468392E	12/12/2013	61300	214	* II
MDW0549	54468463E	18/01/2014	70301	244	* I
MDW0549	54468464E	18/01/2014	65992	230	* V
MEG5349	54468658E	08/01/2014	67692	230	* XXII
MEG5349	54468657E	08/01/2014	50450	162	* V
MER5259	54470284E	16/12/2013	66102	230	* VII
MET1017	54468908E	09/01/2014	50100	162	* I
MET1017	54468909E	09/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MEU3963	54468441E	10/01/2014	69200	233	
MFJ6542	54468394E	16/12/2013	55416	181	* XVII
MFJ6542	54468395E	16/12/2013	50450	162	* V
MGM8007	54468665E	30/01/2014	70481	244	* II
MGM8007	54468666E	30/01/2014	68580	231	* VII
MGM8007	54468667E	30/01/2014	70721	244	* V
MGO4886	54469202E	22/01/2014	50100	162	* I
MGO4886	54469203E	22/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MGZ5208	54470300E	29/12/2013	65992	230	* V
MGZ5208	54469102E	29/12/2013	50100	162	* I
MGZ5208	54469103E	29/12/2013	66372	230	* IX
MGZ5208	54469104E	29/12/2013	58350	195	
MHG8180	54468809E	15/01/2014	69120	232	
MHN7197	54468829E	28/01/2014	69120	232	
MHO5074	54470409E	09/12/2013	55415	181	* XVII
MII2136	54468396E	16/12/2013	55411	181	* XVII
MKK9573	54469819E	17/12/2013	51930	168	
MXE2000	54468468E	16/01/2014	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 867/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 867/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE07844	54470310E	09/02/2014	50100	162 * I
AE07844	54470311E	09/02/2014	65992	230 * V
AHL8696	54468653E	20/12/2013	69200	233
AHY7303	54468469E	16/01/2014	69200	233
AML4106	54469827E	18/12/2013	50100	162 * I
APR6521	54469830E	18/12/2013	65992	230 * V
BMT1525	54470392E	18/12/2013	65992	230 * V
BMT1525	54470393E	18/12/2013	50100	162 * I
BYG1636	54468540E	20/01/2014	65992	230 * V
BYG1636	54468541E	20/01/2014	50100	162 * I
BYG1636	54468542E	20/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
DJJ2628	54470295E	25/12/2013	65992	230 * V
JRS1017	54468549E	24/01/2014	65992	230 * V
KJS4060	54468548E	24/01/2014	65992	230 * V
LVK2749	54469116E	11/01/2014	72340	250 * I * a
LVK2749	54469117E	11/01/2014	51691	165
LVK2749	54469119E	11/01/2014	51262	164 c/c 162 * II
LVK2749	54469118E	11/01/2014	63944	220 * XIV
LXE8101	54468393E	14/12/2013	67691	230 * XXII
LXO8047	54954160E	05/02/2014	69200	233
MAE9908	54468911E	10/01/2014	65992	230 * V
MAE9908	54468912E	10/01/2014	50450	162 * V
MAS8468	54468453E	18/12/2013	69200	233
MAU1786	54470387E	18/12/2013	65992	230 * V
MAU1786	54470388E	18/12/2013	50100	162 * I
MBD2880	54468528E	15/01/2014	51851	167
MBN2773	54468701E	22/01/2014	50100	162 * I
MBV9981	54468546E	21/01/2014	50371	162 * III
MCC6425	54469843E	19/12/2013	64080	221
MCI8991	54470397E	20/12/2013	57380	186 * II
MCI8991	54470398E	20/12/2013	64080	221
MCS6010	54468654E	20/12/2013	69200	233
MCT2867	54954165E	05/02/2014	69200	233
MDK1409	54469848E	20/12/2013	52741	175
MDK1409	54469849E	20/12/2013	58350	195
MDK1409	54469850E	20/12/2013	66372	230 * IX
MDK1409	54469846E	20/12/2013	50100	162 * I
MDK1409	54469847E	20/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MDR1448	54468300E	24/01/2014	66102	230 * VII
MED7471	54468438E	14/01/2014	69200	233
MEE0377	54468459E	20/12/2013	69200	233

MEH1021	54469839E	19/12/2013	66371	230	* IX
MEP7480	54468910E	10/01/2014	65992	230	* V
MFM0478	54469821E	18/12/2013	51851	167	
MFM9517	54468825E	23/01/2014	69200	233	
MHW4891	54468349E	18/12/2013	69200	233	
MHX7593	54468926E	10/02/2014	55416	181	* XVII
MI13167	54468471E	20/01/2014	69200	233	
MIN7467	54469121E	19/01/2014	65992	230	* V
MJA5430	54469832E	18/12/2013	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 869/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 869/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHS4375	54468930E	15/02/2014	51691	165
AHS4375	54468931E	15/02/2014	56144	182 * V
AHS4375	54468932E	15/02/2014	73400	252 * IV
ARC9449	54469133E	07/02/2014	69200	233
ARO7722	54468801E	24/12/2013	69120	232
LXZ5219	54469124E	27/01/2014	65992	230 * V
LXZ5219	54469125E	27/01/2014	50450	162 * V
LXZ5219	54469126E	27/01/2014	58350	195
LYS7926	54470297E	25/12/2013	54100	181 * IV
LYV8270	54469063E	12/02/2014	51851	167
LYV8270	54469064E	12/02/2014	52311	172
LYZ1087	54468652E	26/12/2013	57380	186 * II
MGM9652	54468905E	25/12/2013	50100	162 * I
MGM9652	54468906E	25/12/2013	51180	164 c/c 162 * I

MGM9652	54468907E	25/12/2013	66372	230	* IX
MGO5190	54469105E	30/12/2013	50100	162	* I
MGO5190	54469106E	30/12/2013	65992	230	* V
MGO5190	54469107E	30/12/2013	70481	244	* II
MGU7059	54469829E	18/12/2013	65992	230	* V
NPE5899	54469161E	11/02/2014	50100	162	* I
NPE5899	54469162E	11/02/2014	66531	230	* XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 871/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 871/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMT0281	54469210E	13/02/2014	69200	233
AQH0280	54468807E	13/01/2014	50100	162 * I
AQH0280	54468808E	13/01/2014	65992	230 * V
LYM7324	54469069E	18/02/2014	50450	162 * V
LYM7324	54469070E	18/02/2014	69120	232
LYM7324	54469071E	18/02/2014	51851	167
MBF8853	54469056E	11/01/2014	52741	175
MCL1698	54954173E	12/02/2014	66102	230 * VII
MCL1698	54954174E	12/02/2014	51851	167
MCL1698	54954175E	12/02/2014	73400	252 * IV
MCL9475	54468875E	09/02/2014	51691	165
MFV3315	54954166E	05/02/2014	69200	233
MJV2295	54468521E	13/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MJV2295	54468520E	13/01/2014	50100	162 * I
MJV2295	54468522E	13/01/2014	69120	232
MJV2295	54468523E	13/01/2014	66372	230 * IX

MKB6373 54469122E 10/01/2014 59241 203 * I
MKW8817 54468660E 10/01/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 873/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 873/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANE1309	54469059E	28/01/2014	65992	230 * V
ANE1309	54469060E	28/01/2014	51930	168
JRS6966	54468831E	31/01/2014	55680	181 * XIX
LWZ5553	54468445E	16/01/2014	65992	230 * V
LWZ5553	54468446E	16/01/2014	50100	162 * I
LWZ5553	54468447E	16/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXF7599	54468705E	22/01/2014	50100	162 * I
LXF7599	54468706E	22/01/2014	65992	230 * V
MDJ4560	54468294E	23/01/2014	50100	162 * I
MDJ4560	54468295E	23/01/2014	65992	230 * V
MFS5856	54468298E	24/01/2014	65992	230 * V
MGG3016	54468664E	23/01/2014	64080	221
MGR2933	54468914E	18/01/2014	55250	181 * XV
MHI2136	54468823E	27/01/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 875/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 875/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHC5534	54469055E	07/01/2014	67000	230 * XVI
AHH2178	54469052E	06/01/2014	50100	162 * I
AHH2178	54469053E	06/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
AHH2178	54469054E	06/01/2014	65992	230 * V
AMP6464	54469077E	22/02/2014	51691	165
APX5739	54470390E	18/12/2013	50100	162 * I
APX5739	54470391E	18/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
CXA0861	54470419E	21/01/2014	55250	181 * XV
JZF6788	54468299E	24/01/2014	65992	230 * V
LYX7167	54954164E	05/02/2014	69200	233
MAM5297	54468835E	22/02/2014	65992	230 * V
MAM5297	54468836E	22/02/2014	50100	162 * I
MAM5297	54468837E	22/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAM5297	54468838E	22/02/2014	51691	165
MAM6402	54469156E	11/02/2014	50100	162 * I
MAM6402	54469157E	11/02/2014	66102	230 * VII
MAW4543	54468922E	29/01/2014	50100	162 * I
MAW4543	54468923E	29/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBB7273	54954163E	05/02/2014	69200	233
MDF1087	54468936E	02/03/2014	66372	230 * IX
MDF1087	54470425E	02/03/2014	64080	221
MDF1087	54470426E	02/03/2014	66102	230 * VII
MEB4477	54468472E	24/02/2014	69200	233
MEK4401	54469205E	07/02/2014	55415	181 * XVII
MEZ7632	54468920E	21/01/2014	69200	233
MFO2645	54469211E	13/02/2014	69200	233
MIT5914	54470312E	20/02/2014	57380	186 * II
MJK1012	54469171E	24/02/2014	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 877/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 877/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABE2568	54469065E	16/02/2014	50100	162 * I
ABE2568	54469066E	16/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
ABE2568	54469067E	16/02/2014	65992	230 * V
AJU2764	54469127E	07/02/2014	69200	233
AJU7016	54469057E	21/01/2014	50100	162 * I
AJU7016	54469058E	21/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
AMP1933	54468938E	26/02/2014	69200	233
ATB0641	55618198C	08/01/2014	66372	230 * IX
ATB0641	55618196C	08/01/2014	65992	230 * V
ATB0641	55618199C	08/01/2014	73400	252 * IV
DDN8768	54470420E	10/02/2014	55415	181 * XVII
LYV9207	54468679E	27/02/2014	69200	233
MBZ7873	54468481E	09/03/2014	52741	175
MCT3225	54468480E	07/03/2014	69200	233
MFQ8151	54468939E	26/02/2014	69200	233
MHI1647	54469213E	19/02/2014	66102	230 * VII
MKX2576	54469209E	18/02/2014	69200	233
MLX6650	54468485E	07/03/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 879/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 879/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABE2568	54469078E	16/02/2014	51691	165
ADG6601	54954177E	14/03/2014	66102	230 * VII
BND7474	54468717E	14/03/2014	69200	233
IFB8156	54468842E	15/03/2014	69120	232
IFB8156	54468843E	15/03/2014	58350	195
LYM7324	54470432E	17/03/2014	50450	162 * V
LYM7324	54470430E	17/03/2014	51691	165
LZB8771	54468847E	20/03/2014	69200	233
MDJ2858	54469212E	13/02/2014	69200	233
MFP5596	54469169E	24/02/2014	53800	181 * I
MKJ1337	54469165E	19/02/2014	54522	181 * VIII
MKP1442	54469175E	24/02/2014	53800	181 * I
MLG3636	54468714E	15/03/2014	50100	162 * I
MLG3636	54468715E	15/03/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 881/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 881/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAF7539	54468697E	17/03/2014	69200	233	
AJF8953	54468841E	10/03/2014	69200	233	
AKD9056	54468680E	04/03/2014	54790	181	* X
AKD9056	54468681E	04/03/2014	55250	181	* XV
AKN0466	54954180E	24/03/2014	69200	233	
DAD5300	54468524E	15/01/2014	65992	230	* V
DEF7843	54468699E	28/03/2014	69200	233	
DJJ2628	54470296E	25/12/2013	70301	244	* I
DJJ2628	54470294E	25/12/2013	50100	162	* I
GWF3576	54954178E	24/03/2014	69200	233	
IBX0637	54468726E	22/03/2014	65992	230	* V
KXK1617	54469177E	24/02/2014	55411	181	* XVII
LWR2462	54468884E	18/03/2014	69200	233	
LYM7324	54470433E	17/03/2014	69120	232	
LYW0397	54468941E	27/02/2014	69200	233	
LYY3131	54468934E	23/02/2014	51691	165	
MAQ1499	54468698E	20/03/2014	69200	233	
MAW2141	55897742D	03/03/2014	51851	167	
MAW2141	55897743D	03/03/2014	52070	169	
MAW2141	55897744D	03/03/2014	69120	232	
MBD3339	54468885E	20/03/2014	69200	233	
MCI9365	54468695E	18/03/2014	69200	233	
MET6679	54468691E	18/03/2014	69200	233	
MFL8955	54954169E	19/02/2014	65992	230	* V
MFO5989	54468883E	18/03/2014	69200	233	
MGK7502	54468696E	18/03/2014	69200	233	
MHO7406	54954181E	24/03/2014	69200	233	
MHV3586	54468880E	18/03/2014	69200	233	
MII3167	54954190E	27/03/2014	69120	232	
MII3167	54954191E	27/03/2014	73400	252	* IV
MIM8924	54468839E	10/03/2014	50531	162	* VI
MKQ7525	54469174E	24/02/2014	53800	181	* I
MLN2612	54468933E	22/02/2014	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 883/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 883/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALS4346	54468937E	25/02/2014	69200	233
AXX2603	54954198E	27/03/2014	69120	232
CGM9958	55898044D	19/07/2013	65992	230 * V
LYP5713	54468840E	12/03/2014	69200	233
MAL5153	54469183E	13/03/2014	61300	214 * II
MCE2080	54468942E	27/02/2014	69200	233
MFD1695	54468709E	09/03/2014	70481	244 * II
MFX8441	54954176E	11/03/2014	64080	221
MGN6335	54468888E	29/03/2014	54522	181 * VIII
MJE8543	54468876E	26/02/2014	57380	186 * II
MJQ3384	54957052E	29/03/2014	61220	214 * I
MLD1541	54469182E	06/03/2014	61300	214 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 885/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 885/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACC4557	54468881E	18/03/2014	69200	233
ACY5661	54470429E	16/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
ACY5661	54470428E	16/03/2014	50100	162 * I
ACY5661	54470427E	16/03/2014	65992	230 * V
AEP6265	54954179E	24/03/2014	69200	233
AJH3391	54957039E	09/04/2014	69200	233
AJT1420	54957031E	09/04/2014	50100	162 * I
AJT1420	54957032E	09/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
ALP6228	54468688E	18/03/2014	69200	233
AML6611	54468700E	28/03/2014	69200	233
AOQ0898	54469094E	08/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
AOQ0898	54469093E	08/04/2014	50100	162 * I
ASQ4900	54469080E	20/03/2014	72340	250 * I * a
CFX3154	54469139E	04/04/2014	69200	233
ELS4394	54468689E	18/03/2014	69200	233
KKB2743	54957033E	09/04/2014	66102	230 * VII
LJT9352	54469140E	04/04/2014	69200	233
LWV3635	54469085E	01/04/2014	54284	181 * V
LXB1524	54469091E	08/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXB1524	54469090E	08/04/2014	50100	162 * I
LXD9148	54469224E	05/04/2014	51851	167
LXD9148	54469225E	05/04/2014	66372	230 * IX
LXD9148	54469226E	05/04/2014	65561	230 * I
LXU5967	54469098E	11/04/2014	51930	168
LXU5967	54469097E	11/04/2014	51851	167
LYW8383	54957203E	11/04/2014	69200	233
LZS1365	54469092E	08/04/2014	51851	167
MBT1521	54468716E	14/03/2014	69200	233
MBU6008	54957201E	11/04/2014	69200	233
MBX5770	54957019E	07/04/2014	66372	230 * IX
MCK0212	54957202E	11/04/2014	69200	233
MDR1448	54957030E	09/04/2014	66102	230 * VII
MEJ0151	54954196E	27/03/2014	50100	162 * I
MEJ0151	54954197E	27/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MER6137	54468887E	28/03/2014	69200	233
MFK9368	54468844E	17/03/2014	50100	162 * I
MFK9368	54468845E	17/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFQ0223	54468683E	13/03/2014	65992	230 * V
MFQ0225	54957038E	09/04/2014	69200	233
MFW8102	54957011E	02/04/2014	73400	252 * IV
MGA8321	54468711E	14/03/2014	65992	230 * V

MGA8321	54468712E	14/03/2014	50100	162	* I
MGA8321	54468713E	14/03/2014	51180	164	c/c 162 * I
MGT0607	54469184E	08/04/2014	55250	181	* XV
MGU0239	54954200E	28/03/2014	64080	221	
MHP2090	54957003E	31/03/2014	69200	233	
MHQ5216	54954182E	25/03/2014	69120	232	
MHQ5216	54954183E	25/03/2014	50100	162	* I
MHQ5216	54954184E	25/03/2014	51180	164	c/c 162 * I
MHX0977	54468719E	14/03/2014	69200	233	
MIG6250	54469025E	13/03/2014	73662	252	* VI
MIL6750	54957166E	14/04/2014	69200	233	
MIP9441	54469231E	10/04/2014	69120	232	
MIS5211	54469230E	10/04/2014	65992	230	* V
MJM7456	54469220E	03/04/2014	55250	181	* XV
MJM7456	54469221E	03/04/2014	69120	232	
MLE9136	54957051E	05/04/2014	58191	193	
MLJ4101	54468692E	18/03/2014	69200	233	
MMM1075	54957053E	29/03/2014	61220	214	* I
MZF3760	54469134E	23/03/2014	65992	230	* V
MZF3760	54469135E	23/03/2014	66372	230	* IX
OLW6968	54469185E	10/04/2014	55411	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 887/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 887/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHI7204	54957285E	21/04/2014	66532	230 * XI
HSR2851	54957060E	17/04/2014	65992	230 * V

INM5851	54957272E	18/04/2014	65992	230	*	V
INM5851	54957273E	18/04/2014	67000	230	*	XVI
JEM7727	54469041E	19/04/2014	65992	230	*	V
JVH0943	54469034E	02/04/2014	65992	230	*	V
LWT5486	54957065E	18/04/2014	67261	230	*	XVIII
LWT5486	54957063E	18/04/2014	65561	230	*	I
LWT5486	54957062E	18/04/2014	51180	164	c/c	162 * I
LWT5486	54957061E	18/04/2014	50100	162	*	I
LWZ4594	54468891E	09/04/2014	69120	232		
LYV8270	54469096E	11/04/2014	51851	167		
MAZ0916	54957170E	14/04/2014	69200	233		
MBS3609	54468882E	18/03/2014	69200	233		
MCK3102	54957013E	04/04/2014	51180	164	c/c	162 * I
MCK3102	54957012E	04/04/2014	50100	162	*	I
MDF1087	54957265E	16/04/2014	50371	162	*	III
MDF1087	54957266E	16/04/2014	51341	164	c/c	162 * III
MDY3328	54469236E	15/04/2014	65561	230	*	I
MDY3328	54469235E	15/04/2014	50450	162	*	V
MER5259	54468946E	14/03/2014	66102	230	*	VII
MEX4989	54957279E	18/04/2014	73400	252	*	IV
MEX4989	54957280E	18/04/2014	66102	230	*	VII
MEX4989	54957276E	18/04/2014	57380	186	*	II
MEX4989	54957277E	18/04/2014	58350	195		
MEX4989	54957278E	18/04/2014	66020	230	*	VI
MFY0762	54469241E	20/04/2014	50100	162	*	I
MGZ8536	54957260E	16/04/2014	50450	162	*	V
MHL6801	54957261E	16/04/2014	67691	230	*	XXII
MJO6434	54957288E	21/04/2014	70302	244	*	I
MJO6434	54957289E	21/04/2014	66290	230	*	VIII
MJO6434	54957290E	21/04/2014	66102	230	*	VII
MLD6473	54469245E	23/04/2014	52741	175		
MMF0781	54468948E	14/04/2014	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 888/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 888/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGE9961	54469147E	25/04/2014	50100	162 * I
AGE9961	54469149E	25/04/2014	66371	230 * IX
AGE9961	54469148E	25/04/2014	66290	230 * VIII
AGE9961	54469146E	25/04/2014	65992	230 * V
AJU9570	54957356E	25/04/2014	51930	168
ALE9545	54957263E	16/04/2014	50100	162 * I
AME5590	54469043E	23/04/2014	69120	232
BFJ9741	54468012E	27/04/2014	67000	230 * XVI
CLL0228	54468899E	28/04/2014	51851	167
FGJ7852	54469232E	10/04/2014	51930	168
GXM3047	54957358E	25/04/2014	51851	167
HMF9666	55897748D	17/04/2014	50450	162 * V
HMF9666	55897749D	17/04/2014	67261	230 * XVIII
LYE4992	54957022E	07/04/2014	66372	230 * IX
LYE4992	54957021E	07/04/2014	51420	164 c/c 162 * V
LYE4992	54957020E	07/04/2014	50450	162 * V
LYO6484	54468497E	03/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYO6484	54468496E	03/05/2014	50100	162 * I
LYR0950	54957029E	08/04/2014	66102	230 * VII
LZE8051	54468491E	25/04/2014	65992	230 * V
LZE8051	54468492E	25/04/2014	65561	230 * I
LZG8911	55897622D	29/04/2014	69200	233
LZP4152	54957378E	30/04/2014	50100	162 * I
LZP4152	54957380E	30/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAN1664	54468894E	25/04/2014	51851	167
MAR5106	54469191E	23/04/2014	69200	233
MAR8175	54468893E	19/04/2014	66102	230 * VII
MBD3255	54957307E	30/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBD3255	54957306E	30/04/2014	50100	162 * I
MBD6385	54469035E	02/04/2014	51851	167
MBR4612	54957287E	24/04/2014	66290	230 * VIII
MBR4612	54957299E	24/04/2014	66372	230 * IX
MCF9911	54957218E	29/04/2014	51851	167
MCI5472	54957509E	04/05/2014	65992	230 * V
MCI5472	54957510E	04/05/2014	64080	221
MCJ6455	54468493E	30/04/2014	69200	233
MCK1349	54957016E	04/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCK1349	54957015E	04/04/2014	50100	162 * I
MCW1333	54957300E	24/04/2014	73400	252 * IV
MCW4129	54957355E	25/04/2014	55250	181 * XV
MDG5814	54957018E	07/04/2014	73400	252 * IV
MDL9584	54468490E	18/04/2014	50100	162 * I
MEM8505	54957173E	15/04/2014	69200	233
MEQ4814	54469141E	04/04/2014	69200	233
MES7642	54468019E	03/05/2014	51420	164 c/c 162 * V
MEU1875	54469193E	24/04/2014	69200	233
MFC5361	54957004E	31/03/2014	69200	233
MFG5651	54957040E	09/04/2014	69200	233
MFH4838	54469145E	16/04/2014	50610	163 c/c 162 * I
MFH4838	54469144E	16/04/2014	50100	162 * I
MFW7901	54957208E	15/04/2014	51691	165
MFW7901	54957209E	15/04/2014	50100	162 * I
MFW7901	54957210E	15/04/2014	65992	230 * V
MFW7901	54957211E	15/04/2014	64080	221

MFY0762	54469244E	20/04/2014	66102	230	* VII
MGC6757	54468684E	16/03/2014	64080	221	
MGC6757	54468685E	16/03/2014	69120	232	
MGC6757	54468687E	16/03/2014	73400	252	* IV
MGF5668	54957212E	17/04/2014	65992	230	* V
MGF5668	54957213E	17/04/2014	69120	232	
MGR7859	54957048E	10/04/2014	67000	230	* XVI
MGU7441	54957034E	09/04/2014	69120	232	
MHF8694	54469038E	02/04/2014	50100	162	* I
MHF8694	54469039E	02/04/2014	64080	221	
MHF8694	54469040E	02/04/2014	66372	230	* IX
MHN8696	54957252E	15/04/2014	69200	233	
MHP3091	54957007E	01/04/2014	69120	232	
MHP3091	54957006E	01/04/2014	65992	230	* V
MHZ0915	54957505E	01/05/2014	69120	232	
MIC3264	54469084E	25/03/2014	70301	244	* I
MIU4494	54957351E	24/04/2014	66372	230	* IX
MIX1745	54468898E	28/04/2014	51180	164	c/c 162 * I
MIX1745	54468897E	28/04/2014	50100	162	* I
MJR5904	54957371E	28/04/2014	73662	252	* VI
MLS1051	54957014E	04/04/2014	69120	232	
MLS2322	54957357E	25/04/2014	67000	230	* XVI
MMM3700	54957286E	21/04/2014	67000	230	* XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 890/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 890/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento

AML4346	54957080E	07/05/2014	73580	252	* V
AML4346	54957081E	07/05/2014	52070	169	
ARC3999	54957405E	03/05/2014	66102	230	* VII
LOW9845	54468950E	14/04/2014	73662	252	* VI
LWT8259	54957316E	07/05/2014	50100	162	* I
LWT8259	54957317E	07/05/2014	51180	164	c/c 162 * I
LXD4385	54470315E	01/05/2014	50100	162	* I
LXD4385	54470316E	01/05/2014	51180	164	c/c 162 * I
MAS9023	54957043E	10/04/2014	73580	252	* V
MBF5645	54957402E	30/04/2014	60501	208	
MBP1422	54469036E	02/04/2014	67000	230	* XVI
MCE3585	55897637D	04/05/2014	50610	163	c/c 162 * I
MCE3585	55897636D	04/05/2014	51691	165	
MCE3585	55897634D	04/05/2014	65992	230	* V
MCE3585	55897635D	04/05/2014	50100	162	* I
MDC8791	54469032E	02/04/2014	65992	230	* V
MDW0549	54957313E	02/05/2014	66102	230	* VII
MDW6377	54957154E	11/04/2014	64080	221	
MDW6377	54957152E	11/04/2014	65992	230	* V
MDY5403	54957026E	08/04/2014	65992	230	* V
MDY5403	54957027E	08/04/2014	66532	230	* XI
MDY5403	54957028E	08/04/2014	65561	230	* I
MES7642	54468018E	03/05/2014	50450	162	* V
MGQ6851	54468500E	05/05/2014	69200	233	
MGY2099	54957023E	08/04/2014	69120	232	
MGY2099	54957024E	08/04/2014	50450	162	* V
MGY2099	54957025E	08/04/2014	65992	230	* V
MHZ4010	54957396E	07/05/2014	50450	162	* V
MIM9051	54469227E	07/04/2014	70301	244	* I
MJK4168	54957041E	09/04/2014	69200	233	
MKY6053	54957392E	07/05/2014	51851	167	
MXP6840	54957383E	01/05/2014	51930	168	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 892/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 892/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAH6404	54470325E	13/05/2014	67691	230 * XXII
AFZ7380	54957222E	07/05/2014	65992	230 * V
AFZ7380	54957223E	07/05/2014	66371	230 * IX
AGO9384	54957253E	15/04/2014	69200	233
AJJ5723	54957068E	18/04/2014	73400	252 * IV
AJJ5723	54957067E	18/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
AJJ5723	54957066E	18/04/2014	50100	162 * I
ATT7774	54957670E	14/05/2014	73662	252 * VI
CBC9739	54470434E	27/04/2014	51930	168
CBX2219	54469138E	04/04/2014	69200	233
DBO7880	54470320E	10/05/2014	65992	230 * V
DLG5189	54957672E	15/05/2014	67000	230 * XVI
HVX6563	54469219E	03/04/2014	55250	181 * XV
MBB1992	54957393E	07/05/2014	69120	232
MBB1992	54957394E	07/05/2014	65992	230 * V
MBB1992	54957395E	07/05/2014	66102	230 * VII
MCN5905	54957561E	12/05/2014	69200	233
MCX9270	54957664E	13/05/2014	73400	252 * IV
MED3133	54957400E	08/05/2014	54522	181 * VIII
MEH0774	54469246E	24/04/2014	69120	232
MEH0774	54469248E	24/04/2014	51691	165
MEO2827	54957678E	15/05/2014	67000	230 * XVI
MFA7725	54468892E	17/04/2014	65992	230 * V
MFB7235	54957071E	25/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFB7235	54957069E	25/04/2014	50100	162 * I
MFG9581	54957560E	12/05/2014	69200	233
MFT8020	54957658E	12/05/2014	73400	252 * IV
MGC4951	54957267E	17/04/2014	50100	162 * I
MIA9406	54957151E	11/04/2014	65992	230 * V
MJK1012	54957562E	16/05/2014	50450	162 * V
MJQ1183	54469150E	25/04/2014	62700	220 * II
MKK8157	54957056E	09/04/2014	67261	230 * XVIII
MKK8157	54957055E	09/04/2014	73662	252 * VI
MMQ3389	54470324E	13/05/2014	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 894/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 894/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AME5590	54957697E	20/05/2014	51851	167
AME5590	54957698E	20/05/2014	73662	252 * VI
AOX3241	54957325E	09/05/2014	69200	233
APJ0234	54957694E	19/05/2014	67000	230 * XVI
ELL3247	54957326E	09/05/2014	69200	233
HBT5212	54957205E	14/04/2014	65992	230 * V
HBT5212	54957206E	14/04/2014	50450	162 * V
IFM5381	54957322E	09/05/2014	54522	181 * VIII
IKK5272	54957452E	29/04/2014	65480	229
IKK5272	54957453E	29/04/2014	51691	165
IKK5272	54957454E	29/04/2014	58350	195
JNZ2905	54469249E	26/04/2014	67000	230 * XVI
JNZ2905	54469250E	26/04/2014	69120	232
LYS0605	55897629D	29/04/2014	69200	233
LYY5636	54957374E	29/04/2014	69200	233
LZN1342	54469192E	24/04/2014	69200	233
MBA7608	54957320E	08/05/2014	54600	181 * IX
MBA7608	54957321E	08/05/2014	69120	232
MBK8643	54957695E	19/05/2014	73400	252 * IV
MCS3264	54957699E	20/05/2014	51851	167
MCS3264	54957700E	20/05/2014	51930	168
MCW1333	54957335E	12/05/2014	73400	252 * IV
MDI3696	54957334E	12/05/2014	69120	232
MDV2369	54957655E	09/05/2014	50100	162 * I
MFA7725	55897625D	29/04/2014	69200	233
MFO5028	54957369E	28/04/2014	67691	230 * XXII
MFZ7452	54957363E	28/04/2014	50100	162 * I
MFZ7452	54957364E	28/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFZ7452	54957365E	28/04/2014	65992	230 * V
MFZ7452	54957366E	28/04/2014	66371	230 * IX
MFZ7452	54957367E	28/04/2014	73400	252 * IV
MFZ7452	54957368E	28/04/2014	70301	244 * I
MGD2898	54957451E	25/04/2014	66700	230 * XIII
MGJ8200	54957217E	24/04/2014	73400	252 * IV
MGJ8200	54957214E	24/04/2014	65992	230 * V
MGJ8200	54957215E	24/04/2014	66102	230 * VII
MGJ8200	54957216E	24/04/2014	66372	230 * IX
MII7746	54957372E	29/04/2014	69120	232
MIU7106	54957282E	21/04/2014	65561	230 * I
MIU7106	54957283E	21/04/2014	66610	230 * XII
MIW8882	54957338E	14/05/2014	71021	244 * VIII

MJE9424	54957181E	23/04/2014	50450	162	* V
MJQ1183	54957184E	25/04/2014	66102	230	* VII
MJQ1183	54957183E	25/04/2014	58191	193	
MJQ1183	54957359E	25/04/2014	50100	162	* I
MJQ1183	54957360E	25/04/2014	51180	164	c/c 162 * I
MJQ1183	54957361E	25/04/2014	58350	195	
MKJ5353	54957305E	18/04/2014	50881	163	c/c 162 * III
MKJ5353	54957304E	18/04/2014	50371	162	* III
MKK6861	54957667E	14/05/2014	67000	230	* XVI
MKP7374	54957336E	13/05/2014	51852	167	
MLE3526	54957666E	14/05/2014	67000	230	* XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 896/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 896/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADZ1612	54957330E	09/05/2014	50100	162 * I
ADZ1612	54957331E	09/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
ADZ1612	54957332E	09/05/2014	65992	230 * V
AFQ2790	54957526E	14/05/2014	64080	221
AGP2290	54468732E	16/05/2014	50450	162 * V
AKE4900	54957606E	21/05/2014	55090	181 * XIII
AME5590	54957233E	13/05/2014	51930	168
DDY4544	54957751E	21/05/2014	51852	167
EHM2341	54957692E	19/05/2014	52070	169
HIO1281	54957227E	13/05/2014	65992	230 * V
IMP3826	54957339E	14/05/2014	51851	167
IMP3826	54957340E	14/05/2014	58350	195

KHZ4119	54957404E	03/05/2014	50100	162	* I
KHZ4119	54957406E	03/05/2014	51180	164	c/c 162 * I
LWZ8336	54957333E	12/05/2014	73400	252	* IV
LXN5182	54468499E	05/05/2014	69200	233	
LYO8472	54957327E	09/05/2014	69200	233	
LZR0394	54957391E	06/05/2014	55250	181	* XV
LZV1143	54957390E	02/05/2014	50100	162	* I
MAL5255	54957308E	30/04/2014	67000	230	* XVI
MBG3480	54957507E	02/05/2014	58350	195	
MBG3480	54957508E	02/05/2014	51851	167	
MBV4053	54957814E	21/05/2014	69200	233	
MCH7881	54957713E	20/05/2014	60920	212	
MCH7881	54957712E	20/05/2014	58191	193	
MCH7881	54957720E	20/05/2014	67261	230	* XVIII
MCH7881	54957711E	20/05/2014	58350	195	
MCY1913	54957302E	18/04/2014	57380	186	* II
MCY1913	54957301E	18/04/2014	50100	162	* I
MCY1913	54957303E	18/04/2014	58350	195	
MDE8600	54957310E	01/05/2014	51930	168	
MDE8600	54957309E	01/05/2014	51851	167	
MDP0358	55897624D	29/04/2014	69200	233	
MFA7725	54957382E	01/05/2014	73400	252	* IV
MFD1695	54957082E	07/05/2014	66531	230	* XI
MGC8136	54957193E	16/05/2014	67000	230	* XVI
MGK7502	54957773E	30/05/2014	52070	169	
MHM9245	54957514E	08/05/2014	73662	252	* VI
MIC2921	54957805E	26/05/2014	66372	230	* IX
MIT3979	54468900E	28/04/2014	65992	230	* V
MIX8094	54957502E	01/05/2014	50100	162	* I
MIX8094	54957503E	01/05/2014	51180	164	c/c 162 * I
MJA1728	54957567E	28/05/2014	69200	233	
MJJ0045	54957572E	28/05/2014	69200	233	
MJS1518	54957569E	28/05/2014	69200	233	
MJS1728	54957568E	28/05/2014	69200	233	
MJV7083	54957696E	19/05/2014	67000	230	* XVI
MKL5512	54468028E	21/05/2014	73232	252	* II
MLT6586	54957079E	07/05/2014	57380	186	* II
MML0915	54957571E	28/05/2014	69200	233	
MML1518	54957574E	28/05/2014	69200	233	
MMM0495	54957811E	19/05/2014	69200	233	
NLD4040	54957185E	15/05/2014	64080	221	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 898/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 898/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGP2290	54468731E	16/05/2014	65992	230 * V
ASC6965	54957232E	13/05/2014	52070	169
ASC6965	54957231E	13/05/2014	67000	230 * XVI
AUW7186	54957189E	15/05/2014	67000	230 * XVI
AZS4900	54957187E	15/05/2014	73400	252 * IV
BOF9751	54468736E	18/05/2014	65992	230 * V
BOF9751	54468734E	18/05/2014	50100	162 * I
BOF9751	54468735E	18/05/2014	51691	165
DYH1444	54468025E	07/05/2014	66700	230 * XIII
LAD2895	54957768E	29/05/2014	73400	252 * IV
LXH9135	54957311E	01/05/2014	66102	230 * VII
LXL8820	54468021E	05/05/2014	50100	162 * I
LXL8820	54468022E	05/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXL8820	54468023E	05/05/2014	65992	230 * V
LYJ2491	54957541E	25/05/2014	70301	244 * I
LYJ2491	54957542E	25/05/2014	70561	244 * III
MAU0182	54957701E	15/05/2014	66531	230 * XI
MBH7002	54957410E	15/05/2014	69120	232
MBL9525	54957709E	15/05/2014	69200	233
MBN0202	54957555E	07/05/2014	69200	233
MCH7881	54957719E	20/05/2014	67692	230 * XXII
MCH7881	54957718E	20/05/2014	65561	230 * I
MCH7881	54957717E	20/05/2014	66102	230 * VII
MCH7881	54957716E	20/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCH7881	54957715E	20/05/2014	50100	162 * I
MCH7881	54957714E	20/05/2014	52741	175
MCJ3704	54957524E	14/05/2014	69120	232
MCJ3704	54957523E	14/05/2014	66532	230 * XI
MCJ3704	54957522E	14/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCJ3704	54957521E	14/05/2014	50100	162 * I
MCO9164	54957096E	10/05/2014	61220	214 * I
MDT1058	54957818E	28/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDT1058	54957817E	28/05/2014	50100	162 * I
MDW1348	54468203E	27/05/2014	69120	232
MDW1348	54468202E	27/05/2014	65992	230 * V
MDW1348	54468201E	27/05/2014	52070	169
MEP1125	54957224E	08/05/2014	69200	233
MER5726	54957772E	30/05/2014	52070	169
MFH6173	54957762E	27/05/2014	65992	230 * V
MFK1855	54470330E	27/05/2014	69120	232
MGE3219	54957702E	16/05/2014	66531	230 * XI

MGS7451	54957563E	28/05/2014	69200	233
MGU8944	54470313E	01/05/2014	50100	162 * I
MGU8944	54470314E	01/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MGX9482	54468024E	05/05/2014	65992	230 * V
MHF9117	54957757E	21/05/2014	52070	169
MHZ0012	54957705E	19/05/2014	65992	230 * V
MIF0432	54957182E	15/05/2014	67000	230 * XVI
MIX1745	54468039E	28/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MIX1745	54468038E	28/05/2014	50100	162 * I
MIY6128	54957195E	19/05/2014	52070	169
MJD7230	54470435E	27/04/2014	67000	230 * XVI
MJG0362	54957337E	14/05/2014	65992	230 * V
MJG6130	54957397E	08/05/2014	67000	230 * XVI
MJR8038	54957191E	16/05/2014	66450	230 * X
MKJ7741	54957388E	02/05/2014	69120	232
MLF0872	54957198E	19/05/2014	65992	230 * V
MML1728	54957570E	28/05/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 900/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 900/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACA0424	54957662E	13/05/2014	50100	162 * I
ACA0424	54957663E	13/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
ACZ2801	54957674E	15/05/2014	67000	230 * XVI
AWC0136	54957554E	07/05/2014	69200	233
BVP7518	54957679E	15/05/2014	65992	230 * V
KOI2954	54468730E	12/05/2014	50450	162 * V

KOI2954	54468729E	12/05/2014	65992	230	* V
LZO7929	54957687E	16/05/2014	65992	230	* V
LZO7929	54957688E	16/05/2014	70481	244	* II
LZO7929	54957689E	16/05/2014	70721	244	* V
MDV7967	54470323E	13/05/2014	50450	162	* V
MFH7124	54957083E	07/05/2014	69120	232	
MFH7124	54957084E	07/05/2014	65992	230	* V
MGF0588	54957682E	15/05/2014	66450	230	* X
MGR2666	54957407E	07/05/2014	51851	167	
MLI7792	54957675E	15/05/2014	67000	230	* XVI
MLT5645	54957409E	07/05/2014	73400	252	* IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 902/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 902/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFU3030	54957728E	27/05/2014	69200	233
AHD4962	54470443E	14/06/2014	64080	221
AIY1167	54957776E	30/05/2014	58350	195
AIY1167	54957777E	30/05/2014	69120	232
AIY1167	54957778E	30/05/2014	65561	230 * I
ALD8297	54957743E	06/06/2014	69200	233
CJA6126	54957840E	04/06/2014	73400	252 * IV
IGU7392	54957558E	07/05/2014	69200	233
JFT1774	54957086E	08/05/2014	50100	162 * I
JTT9555	54957734E	01/06/2014	66371	230 * IX
JTT9555	54957735E	01/06/2014	66372	230 * IX
KJS4060	54957736E	02/06/2014	51691	165

KJS4060	54957737E	02/06/2014	66372	230	*	IX
LXB3144	54957419E	03/06/2014	69200	233		
LXH9183	54957415E	02/06/2014	69200	233		
LXT2651	54957544E	10/06/2014	65992	230	*	V
LXT2651	54957545E	10/06/2014	50450	162	*	V
LXT2651	54957546E	10/06/2014	50372	162	*	III
LXT2651	54957547E	10/06/2014	51180	164	c/c	162 * I
LYR4773	54470444E	14/06/2014	50100	162	*	I
LYR4773	54470445E	14/06/2014	51180	164	c/c	162 * I
LYR4773	54470446E	14/06/2014	65561	230	*	I
MAU3385	54957319E	08/05/2014	51851	167		
MBA2835	54957794E	06/06/2014	52070	169		
MCP5038	54957787E	04/06/2014	51851	167		
MDK2217	54957836E	02/06/2014	52070	169		
MDU2369	54957656E	09/05/2014	51180	164	c/c	162 * I
MDW0549	54957850E	06/06/2014	66532	230	*	XI
MDW0549	54957792E	06/06/2014	52070	169		
MEM2844	54957428E	12/06/2014	69200	233		
MEW9190	54957685E	16/05/2014	66450	230	*	X
MEX1266	54957752E	21/05/2014	51851	167		
MEX1266	54957753E	21/05/2014	69120	232		
MFB4656	54957845E	05/06/2014	52070	169		
MFV4332	54957090E	09/05/2014	65992	230	*	V
MFY8717	54957609E	13/06/2014	69200	233		
MFY4636	54957732E	31/05/2014	57380	186	*	II
MGZ4959	54957953E	06/06/2014	73400	252	*	IV
MHK8661	54957834E	31/05/2014	52070	169		
MHQ5869	54957739E	12/06/2014	50100	162	*	I
MHQ5869	54957740E	12/06/2014	65992	230	*	V
MHQ7632	54957754E	21/05/2014	55250	181	*	XV
MHW8684	54957848E	05/06/2014	52070	169		
MIM2810	54957513E	08/05/2014	73662	252	*	VI
MJN1144	54957518E	08/05/2014	73662	252	*	VI
MJO0695	54957731E	28/05/2014	65992	230	*	V
MKN8982	54957525E	14/05/2014	66700	230	*	XIII
MLA2523	54957680E	15/05/2014	67000	230	*	XVI
MLU8111	54957824E	30/05/2014	52070	169		
MMM1728	54957573E	28/05/2014	69200	233		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 904/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 904/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKD2503	54957622E	20/06/2014	65992	230 * V
APD2658	55897633D	29/04/2014	50610	163 c/c 162 * I
APD2658	55897632D	29/04/2014	65992	230 * V
APD2658	55897631D	29/04/2014	50100	162 * I
ATH2662	54957833E	31/05/2014	52070	169
AUT4279	55897643D	31/05/2014	52070	169
BLU7238	54957234E	15/05/2014	50100	162 * I
BLU7238	54957235E	15/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
BLU7238	54957236E	15/05/2014	65992	230 * V
BLU7238	54957237E	15/05/2014	67261	230 * XVIII
HGB1985	54957956E	13/06/2014	69200	233
JZJ2230	54957835E	02/06/2014	69120	232
LVN9971	54468032E	28/05/2014	65992	230 * V
LYW3478	54957241E	19/05/2014	50100	162 * I
LYW3478	54957243E	19/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYW3478	54957245E	19/05/2014	66371	230 * IX
LZU4494	54957970E	18/06/2014	69200	233
MBU3302	54468048E	12/06/2014	50100	162 * I
MBU3302	54468049E	12/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBU3302	54468050E	12/06/2014	65561	230 * I
MCG3918	54957964E	18/06/2014	69200	233
MCW4009	54957954E	13/06/2014	69200	233
MDP1972	54957769E	29/05/2014	51851	167
MDS4974	54957566E	28/05/2014	69200	233
MFE5294	54957959E	16/06/2014	69200	233
MFL2744	54957764E	29/05/2014	52070	169
MFY1070	54470438E	17/05/2014	50100	162 * I
MFY1070	54470439E	17/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MLF2871	54957228E	13/05/2014	66102	230 * VII
MMJ4900	54957724E	27/05/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 906/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 906/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALD9453	54954101E	24/06/2014	53200	176 * V
APG9735	54468031E	26/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
APG9735	54468030E	26/05/2014	50100	162 * I
APG9735	54468029E	26/05/2014	65992	230 * V
CXA5204	54957961E	16/06/2014	69200	233
CXA5204	54468046E	10/06/2014	64080	221
CXA5204	54468047E	10/06/2014	61220	214 * I
JFT1774	54957087E	08/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
JFT1774	54957088E	08/05/2014	52070	169
JZF6788	54468026E	17/05/2014	51930	168
LYJ1300	54957478E	27/06/2014	69200	233
LYL5619	54957831E	31/05/2014	50100	162 * I
LYL5619	54957832E	31/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZP0771	54957093E	10/05/2014	51691	165
LZP0771	54957094E	10/05/2014	69120	232
MAW9939	54957248E	28/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAW9939	54957247E	28/05/2014	50100	162 * I
MBH2227	54957475E	23/06/2014	50100	162 * I
MBI9331	54957411E	15/05/2014	51851	167
MCZ8299	54470334E	28/06/2014	65561	230 * I
MCZ8299	54470333E	28/06/2014	66102	230 * VII
MCZ8299	54470332E	28/06/2014	50450	162 * V
MEJ5382	54957616E	19/06/2014	60681	209
MGZ6772	54957965E	18/06/2014	69200	233
MHD0041	54957614E	19/06/2014	60681	209
MHV3737	54957192E	16/05/2014	67000	230 * XVI
MKG0713	54957618E	19/06/2014	55250	181 * XV
MLV1702	54470331E	09/06/2014	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 908/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 908/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAA6530	54470336E	01/07/2014	50100	162 * I
AAA6530	54470337E	01/07/2014	50610	163 c/c 162 * I
AGO4531	54957636E	09/07/2014	50100	162 * I
AOQ0898	54957643E	09/07/2014	50100	162 * I
AOQ0898	54957649E	09/07/2014	50610	163 c/c 162 * I
HXJ5552	54957738E	04/06/2014	66102	230 * VII
LXC4903	54957611E	13/06/2014	69200	233
LYN0884	54957628E	02/07/2014	50100	162 * I
LZA2038	54957741E	06/06/2014	69200	233
LZE0695	54957346E	06/07/2014	50100	162 * I
LZE0695	54957347E	06/07/2014	51930	168
MAK6104	54957612E	16/06/2014	69200	233
MAM0890	54957637E	09/07/2014	69120	232
MAP1504	54957629E	02/07/2014	65561	230 * I
MAP1504	54957626E	02/07/2014	50100	162 * I
MAP1504	54957627E	02/07/2014	66531	230 * XI
MBD6965	54957842E	04/06/2014	52070	169
MBV1169	54957348E	06/07/2014	69120	232
MCE9088	54957727E	27/05/2014	69200	233
MCS3350	54470447E	19/06/2014	66372	230 * IX
MCS3350	54470448E	19/06/2014	52400	173
MDW6377	54469099E	11/04/2014	50100	162 * I
MFK4543	54957843E	04/06/2014	52070	169
MFM1176	54957418E	03/06/2014	69200	233
MGX9482	54957462E	04/06/2014	65480	229
MGX9482	54957908E	04/07/2014	51691	165
MHF1392	54957491E	05/07/2014	57200	186 * I
MHX0977	54957822E	30/05/2014	58780	199
MHZ6892	54957648E	09/07/2014	73400	252 * IV
MIJ6302	54957851E	27/05/2014	65561	230 * I
MIR4360	54957104E	05/07/2014	51691	165
MIR9074	54957487E	05/07/2014	65992	230 * V
MIR9074	54957488E	05/07/2014	66531	230 * XI
MIR9074	54957489E	05/07/2014	52741	175
MIR9074	54957490E	05/07/2014	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 910/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 910/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACW2712	54957619E	19/06/2014	51852	167
AGB4535	54957967E	18/06/2014	69200	233
AKJ8446	54954360E	16/07/2014	73662	252 * VI
ALD9453	54954368E	17/07/2014	51851	167
APQ3375	54957690E	16/05/2014	67000	230 * XVI
ATL6062	54957837E	02/06/2014	52070	169
CSN2906	54957903E	21/06/2014	51691	165
CSN2906	54957904E	21/06/2014	65480	229
LYP4650	54957426E	06/06/2014	69200	233
LZK4770	54954370E	18/07/2014	51851	167
LZV5230	54954116E	10/07/2014	51851	167
MAZ4475	54957958E	13/06/2014	69200	233
MBZ6874	54957955E	13/06/2014	69200	233
MEG3886	54957968E	18/06/2014	69200	233
MFL9812	55428566D	14/07/2014	51851	167
MGE7089	54954302E	10/07/2014	66531	230 * XI
MGI7428	54957902E	21/06/2014	73400	252 * IV
MGI7428	54957901E	21/06/2014	66531	230 * XI
MGI9047	55897645D	06/07/2014	68580	231 * VII
MGR8181	54957729E	27/05/2014	67000	230 * XVI
MGR8181	54957730E	27/05/2014	69120	232
MHJ6307	55897641D	30/05/2014	51851	167
MJE9424	54468041E	04/06/2014	50100	162 * I
MJE9424	54468042E	04/06/2014	51180	164 c/c 162 * I

MJE9424	54468043E	04/06/2014	65640	230	* II
MJV1893	54957839E	03/06/2014	69120	232	
MLZ6943	54957615E	19/06/2014	60681	209	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 912/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 912/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADR8747	54954002E	12/07/2014	73400	252 * IV
ADR8747	54954003E	12/07/2014	52070	169
AFI1504	54954753E	23/07/2014	65992	230 * V
AHT8123	54957624E	20/06/2014	68580	231 * VII
AOI5789	54954255E	15/07/2014	69120	232
AOQ0898	54954305E	10/07/2014	66531	230 * XI
AOQ0898	54954304E	10/07/2014	50100	162 * I
BDC0026	54954701E	19/07/2014	64080	221
BHG8733	54954405E	12/07/2014	66371	230 * IX
BHG8733	54954404E	12/07/2014	65992	230 * V
BHG8733	54954403E	12/07/2014	51851	167
BPT3316	54957432E	21/07/2014	65992	230 * V
BPT3316	54957433E	21/07/2014	50100	162 * I
BPT3316	54957434E	21/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
BPT3316	54957435E	21/07/2014	67261	230 * XVIII
DHV9270	54957436E	21/07/2014	50100	162 * I
DHV9270	54957437E	21/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
DSO0563	54957790E	05/06/2014	65992	230 * V
IGJ3623	54954751E	22/07/2014	65992	230 * V
JTT9555	54957114E	23/07/2014	69120	232

JTT9555	54957115E	23/07/2014	66372	230	*	IX
JTT9555	54957116E	23/07/2014	67261	230	*	XVIII
JVQ7048	54954251E	10/07/2014	55090	181	*	XIII
JZJ2230	54957630E	03/07/2014	65800	230	*	IV
KRA2526	54954277E	21/07/2014	51851	167		
LWV5850	54470449E	17/07/2014	51851	167		
LWV5850	54470450E	17/07/2014	73400	252	*	IV
LZA2628	54954371E	18/07/2014	51851	167		
LZG6077	54954355E	14/07/2014	51851	167		
LZV5230	54954117E	10/07/2014	69120	232		
MAU6493	55428564D	14/07/2014	51851	167		
MBR4612	54954707E	19/07/2014	65992	230	*	V
MBS2169	54954752E	23/07/2014	51851	167		
MCR8531	54957748E	20/06/2014	51851	167		
MCV0790	54957578E	12/07/2014	51691	165		
MDG7749	54954213E	24/07/2014	50100	162	*	I
MDQ6033	54957492E	11/07/2014	52741	175		
MDQ6033	54957493E	11/07/2014	51691	165		
MEI4779	54954123E	22/07/2014	50450	162	*	V
MER4364	54954705E	19/07/2014	65992	230	*	V
MFD9226	54954206E	22/07/2014	65992	230	*	V
MGB9769	54954279E	23/07/2014	51851	167		
MGQ1816	54954803E	23/07/2014	65992	230	*	V
MGQ1816	54954802E	23/07/2014	58191	193		
MGQ1816	54954801E	23/07/2014	58350	195		
MHP9531	54954266E	18/07/2014	51851	167		
MIJ7033	54954402E	10/07/2014	66020	230	*	VI
MIJ7033	54954401E	10/07/2014	65992	230	*	V
MIW9211	54957484E	09/07/2014	57200	186	*	I
MJA5430	54954653E	14/07/2014	66531	230	*	XI
MJM3831	54954278E	23/07/2014	69120	232		
MJV1893	54954362E	21/07/2014	54522	181	*	VIII
MKE1429	54957910E	21/07/2014	67000	230	*	XVI
MKK3715	54954212E	23/07/2014	54600	181	*	IX
MKT5154	54957431E	21/07/2014	65992	230	*	V
MLO2232	54957113E	23/07/2014	66450	230	*	X
MLR3714	54954118E	12/07/2014	50100	162	*	I
MLR3714	54954119E	12/07/2014	51180	164	c/c 162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 914/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 914/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALI8337	54954107E	04/07/2014	51691	165
AQV6285	54957913E	30/07/2014	51851	167
CYR6963	54957483E	27/06/2014	69200	233
LYT9169	54954215E	31/07/2014	50100	162 * I
LYY0345	54957496E	19/07/2014	51691	165
LYZ7860	54957476E	27/06/2014	69200	233
LZD5851	54470335E	01/07/2014	51851	167
MAJ2315	54957443E	25/07/2014	65561	230 * I
MAJ2315	54957444E	25/07/2014	50371	162 * III
MAJ2315	54957445E	25/07/2014	66372	230 * IX
MAJ2315	54957446E	25/07/2014	69120	232
MAJ2315	54957442E	25/07/2014	65992	230 * V
MCJ0290	54954129E	26/07/2014	51691	165
MDC8791	54954902E	30/07/2014	51851	167
MEU7187	54954711E	25/07/2014	69120	232
MEU7187	54954284E	25/07/2014	51851	167
MGJ8306	54954127E	23/07/2014	50100	162 * I
MGJ8306	54954128E	23/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MIE9267	54954417E	26/07/2014	51930	168
MIX9161	54957440E	25/07/2014	73662	252 * VI
MJV0958	54954288E	29/07/2014	73150	252 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 916/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 916/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADD2707	54954713E	02/08/2014	55250	181 * XV
AHG9843	54954300E	12/08/2014	51851	167
AIZ4716	54954295E	01/08/2014	55415	181 * XVII
AJA4317	54954253E	15/07/2014	51852	167
AJA4317	54954252E	15/07/2014	51851	167
ANY9767	54954262E	16/07/2014	67000	230 * XVI
BAU0204	54957642E	09/07/2014	73662	252 * VI
CCR6129	54954115E	06/07/2014	66290	230 * VIII
CCR6129	54954114E	06/07/2014	67261	230 * XVIII
CCR6129	54954113E	06/07/2014	50100	162 * I
EJG2194	54954760E	30/07/2014	51851	167
HMC7151	54954719E	09/08/2014	73580	252 * V
ILN4753	54954912E	05/08/2014	54521	181 * VIII
JFK2560	54954354E	14/07/2014	51851	167
LXP6344	54957634E	09/07/2014	65992	230 * V
LYM7324	54954852E	02/08/2014	69120	232
LYM7324	54954851E	02/08/2014	51851	167
LYM7324	54957497E	02/08/2014	50450	162 * V
LZG0834	54468742E	08/07/2014	65992	230 * V
LZG0834	54468741E	08/07/2014	51691	165
MAH7588	54954358E	14/07/2014	73662	252 * VI
MBE2594	54954201E	03/07/2014	55680	181 * XIX
MCK4302	54957641E	09/07/2014	51851	167
MCQ0376	54957495E	17/07/2014	66372	230 * IX
MCY1913	54957105E	04/07/2014	50100	162 * I
MEB5586	54957106E	06/07/2014	51691	165
MEB7158	54954006E	17/07/2014	69120	232
MED0425	54954270E	21/07/2014	65992	230 * V
MED0425	54954271E	21/07/2014	66102	230 * VII
MED0425	54954272E	21/07/2014	64080	221
MED0425	54954273E	21/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MED0425	54954274E	21/07/2014	50100	162 * I
MED0425	54954275E	21/07/2014	69120	232
MEJ6938	55428565D	14/07/2014	51851	167
MFK7222	54957645E	09/07/2014	50450	162 * V
MFK7222	54957644E	09/07/2014	65992	230 * V
MGH1555	54957349E	06/07/2014	51691	165
MIG0637	54957635E	09/07/2014	51851	167
MIP3621	54957430E	21/07/2014	65992	230 * V
MJK8366	54957640E	09/07/2014	51851	167
MKG5783	54954391E	12/08/2014	51851	167
MKO8321	54954723E	09/08/2014	54600	181 * IX
MMD2582	54954292E	01/08/2014	55415	181 * XVII
MMF9794	54957107E	08/07/2014	69120	232
NTT7771	54957911E	22/07/2014	61732	215 * I * a
OKE0015	54957914E	01/08/2014	52741	175
OKE0015	54957915E	01/08/2014	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 918/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 918/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALG8664	54954364E	16/07/2014	51851	167
CBN4197	54957120E	01/08/2014	66372	230 * IX
CIZ3129	54468746E	19/07/2014	50100	162 * I
CIZ3129	54468748E	19/07/2014	66372	230 * IX
HOK1537	54954261E	16/07/2014	67000	230 * XVI
IDS6184	54468743E	13/07/2014	65992	230 * V
IDS6184	54468744E	13/07/2014	53200	176 * V
IKV7907	54957917E	03/08/2014	66531	230 * XI
LCT4911	54954351E	14/07/2014	73662	252 * VI
LWT0281	55428563D	14/07/2014	51851	167
MDL5164	54954652E	17/07/2014	64080	221
MDW0549	54957121E	05/08/2014	52070	169
MER5259	54957110E	23/07/2014	50450	162 * V
MER5259	54957111E	23/07/2014	65561	230 * I
MER5259	54957112E	23/07/2014	66450	230 * X
MHT0122	54957978E	24/07/2014	53800	181 * I
MIN5124	54954367E	17/07/2014	51851	167
MIP0690	54954769E	13/08/2014	55416	181 * XVII
MKS7327	54954258E	16/07/2014	57380	186 * II
MKY4855	54954651E	14/07/2014	70302	244 * I
MLX0993	54957477E	27/06/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 920/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 920/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACL8328	54954703E	19/07/2014	64080	221
APZ2335	54954759E	30/07/2014	51851	167
ARL9630	54954309E	19/08/2014	51851	167
CIB7080	54954130E	30/07/2014	50100	162 * I
CIB7080	54954131E	30/07/2014	73400	252 * IV
CIB7080	54954132E	30/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
CIB7080	54954133E	30/07/2014	66371	230 * IX
CIB7080	54954134E	30/07/2014	66372	230 * IX
IPS6047	54954136E	07/08/2014	54600	181 * IX
LYV2887	54957983E	21/08/2014	65561	230 * I
MAO9714	54468750E	23/07/2014	65992	230 * V
MAO9714	54954659E	23/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAO9714	54954658E	23/07/2014	70301	244 * I
MCT3062	54954706E	19/07/2014	65992	230 * V
MCZ6282	54954224E	18/08/2014	57200	186 * I
MCZ6282	54954221E	18/08/2014	58191	193
MCZ6282	54954222E	18/08/2014	65992	230 * V
MFO6987	54954005E	17/07/2014	66372	230 * IX
MHK6018	54954377E	23/07/2014	51851	167
MJE2836	54954226E	20/08/2014	55415	181 * XVII
MJO0741	54954385E	01/08/2014	51851	167
MKK2534	54954556E	19/08/2014	56222	182 * VI
MKP6534	54954225E	19/08/2014	55250	181 * XV
MKY6352	54954557E	19/08/2014	73150	252 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 922/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 922/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVC1933	54957500E	25/07/2014	65480	229
EBC2330	54954559E	22/08/2014	68580	231 * VII
MBV3292	54954906E	01/08/2014	51851	167
MBY1323	54957931E	23/08/2014	51691	165
MBY1323	54957930E	23/08/2014	65992	230 * V
MBY1323	54957929E	23/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBY1323	54957928E	23/08/2014	50100	162 * I
MCC4489	54954567E	25/08/2014	73150	252 * I
MIW5407	54954398E	19/08/2014	55416	181 * XVII
MKH9223	54957924E	20/08/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 924/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 924/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIM1007	54954916E	09/08/2014	55760	182 * I
AJE1561	54954218E	13/08/2014	55250	181 * XV
AJE1561	54954219E	13/08/2014	69120	232
AKO3914	54954501E	08/09/2014	66020	230 * VI
AMV9816	54954764E	11/08/2014	51851	167
AVF5830	54954716E	02/08/2014	55250	181 * XV
AZO1013	54954914E	07/08/2014	73662	252 * VI
CJS2265	54954423E	21/08/2014	65992	230 * V
DXC3982	54954901E	28/07/2014	54100	181 * IV
ILO1891	54954927E	01/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
ILO1891	54954570E	01/09/2014	54600	181 * IX
KLV5436	54954395E	13/08/2014	55500	181 * XVIII
LXN4822	54957932E	23/08/2014	51691	165
LXR4184	54954860E	12/08/2014	50291	162 * II
LXR4184	54954859E	12/08/2014	51691	165
LXU2394	54954418E	10/08/2014	50450	162 * V
LXU2394	54954419E	10/08/2014	65992	230 * V
LYS7926	54954767E	12/08/2014	73662	252 * VI
LYZ7842	54954454E	08/09/2014	51930	168
LZF8626	54957934E	02/09/2014	65992	230 * V
LZF8626	54957933E	02/09/2014	50100	162 * I
MBK3520	54954389E	06/08/2014	69120	232
MBZ5273	54954137E	07/08/2014	61220	214 * I
MCP6585	54954139E	28/08/2014	65992	230 * V
MEO7667	54954561E	23/08/2014	50100	162 * I
MEO7667	54954562E	23/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEO7667	54954563E	23/08/2014	69120	232
MEQ5728	54954910E	04/08/2014	55416	181 * XVII
MEX4989	54954145E	04/09/2014	66102	230 * VII
MEX4989	54954148E	04/09/2014	73400	252 * IV
MFY0862	54954379E	04/08/2014	51851	167
MGG0908	54954394E	13/08/2014	55415	181 * XVII
MGP3307	54954293E	01/08/2014	59241	203 * I
MHE6452	54954909E	01/08/2014	55411	181 * XVII
MHO8841	54957918E	04/08/2014	65992	230 * V
MHT6738	54957123E	09/08/2014	59670	203 * V
MIW2704	54954715E	02/08/2014	55250	181 * XV
MKC7869	54954907E	01/08/2014	55416	181 * XVII
MKN4723	54954572E	03/09/2014	53800	181 * I
MLL1804	54954904E	30/07/2014	51851	167
MMB3631	54954915E	08/08/2014	61300	214 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 926/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 926/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAU6138	54957981E	13/08/2014	51851	167
AAU6138	54957982E	13/08/2014	50450	162 * V
ALO8850	54954055E	10/09/2014	58780	199
ARL7274	54954554E	15/08/2014	54522	181 * VIII
BTN3407	54954777E	01/09/2014	51851	167
IFL2524	54470055E	14/08/2014	65992	230 * V
IFL2524	54470054E	14/08/2014	50100	162 * I
LWW5030	54954665E	30/08/2014	68580	231 * VII
LXD6603	54954781E	04/09/2014	51851	167
MBA5734	54954771E	15/08/2014	55416	181 * XVII
MCE0991	54954054E	06/09/2014	50100	162 * I
MCK0501	54954503E	08/09/2014	51851	167
MDE4467	54954307E	15/08/2014	54281	181 * V
MDZ6565	54954056E	11/09/2014	65992	230 * V
MEC9457	54954944E	10/09/2014	66372	230 * IX
MEX4989	54954147E	04/09/2014	66020	230 * VI
MEX4989	54954146E	04/09/2014	66531	230 * XI
MFP0123	54954808E	05/09/2014	55250	181 * XV
MGB9769	54954782E	09/09/2014	51851	167
MIN3355	54954786E	10/09/2014	65992	230 * V
MMY0561	54954581E	10/09/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 928/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 928/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AWA3893	54954588E	19/09/2014	51851	167
IFL2524	54470056E	14/08/2014	64080	221
KWH2316	54957927E	23/08/2014	69120	232
LXL8572	54954615E	09/09/2014	65992	230 * V
LXL8572	54954616E	09/09/2014	50100	162 * I
LXL8572	54954617E	09/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZR7329	54954596E	21/09/2014	55090	181 * XIII
MAQ2755	54954947E	16/09/2014	64080	221
MBM5107	54954584E	17/09/2014	59670	203 * V
MFH6094	54954921E	23/08/2014	65992	230 * V
MGP0725	54954235E	13/09/2014	61220	214 * I
MGP0725	54954236E	13/09/2014	52070	169
MLI1196	54954237E	16/09/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 930/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 930/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFK5027	54954138E	27/08/2014	57380	186 * II
AQJ0539	54954516E	20/09/2014	51930	168
CJU8181	54954960E	26/09/2014	51851	167
DOI3678	54957984E	25/08/2014	58780	199
HSG1957	54954229E	01/09/2014	54600	181 * IX
JEG8253	54954575E	08/09/2014	51852	167
LBE9163	54954566E	23/08/2014	69120	232
LXR2029	54954810E	13/09/2014	55250	181 * XV
LXX3217	54954233E	12/09/2014	54521	181 * VIII
LYU3419	54954793E	17/09/2014	51851	167
LYV1472	54954796E	24/09/2014	51851	167
LZH4858	54954240E	17/09/2014	51851	167
MBP8775	54954775E	27/08/2014	55416	181 * XVII
MCJ7104	54954514E	16/09/2014	69120	232
MCO4429	54954929E	03/09/2014	51851	167
MDZ3123	54954244E	25/09/2014	58780	199
MFR4676	54954143E	04/09/2014	60501	208
MFR4676	54954141E	04/09/2014	65992	230 * V
MGE3166	54954778E	01/09/2014	51851	167
MIO8116	54954599E	22/09/2014	67000	230 * XVI
MJH8244	54954779E	01/09/2014	54600	181 * IX
MJO2724	54954857E	22/08/2014	64080	221
MKU4693	54954955E	23/09/2014	56222	182 * VI
MLN2612	54954924E	07/08/2014	53800	181 * I
MMA3360	54954948E	17/09/2014	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 932/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 932/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOG7749	54954787E	10/09/2014	65992	230 * V
DHX8694	54954939E	08/09/2014	51851	167
DHX8694	54954938E	08/09/2014	65992	230 * V
MAQ7031	54954812E	23/09/2014	65992	230 * V
MBE3607	54954966E	29/09/2014	51851	167
MBE3607	54954967E	29/09/2014	73662	252 * VI
MBU5026	54955953E	30/09/2014	51851	167
MBZ6874	54954660E	30/08/2014	50100	162 * I
MBZ6874	54954662E	30/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBZ6874	54954663E	30/08/2014	67261	230 * XVIII
MEC5008	54954461E	10/09/2014	65992	230 * V
MEC9091	54954965E	29/09/2014	73400	252 * IV
MEC9091	54954964E	29/09/2014	51851	167
MFA9842	54954057E	11/09/2014	69120	232
MFJ0273	54954310E	04/09/2014	65992	230 * V
MGE1992	54954315E	30/09/2014	73662	252 * VI
MGI9047	54954312E	26/09/2014	73662	252 * VI
MGI9047	54954311E	26/09/2014	51851	167
MGR6138	54954052E	06/09/2014	50100	162 * I
MGR6138	54954053E	06/09/2014	50610	163 c/c 162 * I
MHF0271	54954314E	26/09/2014	51851	167
MHN8053	54954612E	08/09/2014	69120	232
MIG8748	54954504E	08/09/2014	51851	167
MIL4304	54954788E	11/09/2014	65992	230 * V
MIL4304	54954789E	11/09/2014	50100	162 * I
MIL4304	54954790E	11/09/2014	50610	163 c/c 162 * I
MJP9191	54954316E	30/09/2014	73662	252 * VI
MJP9191	54954317E	30/09/2014	51851	167
MLZ5657	54954505E	09/09/2014	65992	230 * V
MLZ5657	54954506E	09/09/2014	65800	230 * IV
MLZ5657	54954507E	09/09/2014	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 934/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 934/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEK5522	54954512E	14/09/2014	55250	181 * XV
AKA2050	54954474E	13/10/2014	50100	162 * I
ALD9865	54955959E	10/10/2014	51851	167
CGM8691	54470062E	16/09/2014	67691	230 * XXII
CGM8691	54470060E	16/09/2014	67261	230 * XVIII
CGM8691	54470059E	16/09/2014	50450	162 * V
CHN2635	54954464E	25/09/2014	65992	230 * V
CPN9996	54954515E	16/09/2014	65992	230 * V
DVJ3192	54955078E	07/10/2014	66290	230 * VIII
DVJ3192	54955080E	07/10/2014	66372	230 * IX
IKQ9417	54954469E	03/10/2014	65992	230 * V
INP5839	54954983E	07/10/2014	59670	203 * V
JTO1257	54955075E	06/10/2014	69120	232
LYJ9927	54954247E	05/10/2014	65992	230 * V
LYV0867	54954428E	03/10/2014	54600	181 * IX
MAM5270	54954726E	05/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAM5270	54954727E	05/10/2014	50100	162 * I
MAM5270	54954728E	05/10/2014	66372	230 * IX
MAN1730	54955074E	05/10/2014	51851	167
MAW9939	54954058E	18/09/2014	50100	162 * I
MAW9939	54954059E	18/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBY7083	54954467E	26/09/2014	65992	230 * V
MBY7083	54954468E	26/09/2014	69120	232
MCK0501	54957136E	08/10/2014	55680	181 * XIX

MCW9355	54957129E	18/09/2014	50100	162	* I
MCW9355	54957130E	18/09/2014	68580	231	* VII
MCW9355	54957131E	18/09/2014	51180	164	c/c 162 * I
MCW9355	54957132E	18/09/2014	65992	230	* V
MCW9355	54957133E	18/09/2014	70302	244	* I
MDH3835	54954062E	05/10/2014	54600	181	* IX
MDK7337	54955077E	07/10/2014	69120	232	
MFC2600	54957935E	13/09/2014	53200	176	* V
MGU8944	54954593E	19/09/2014	65992	230	* V
MGU8944	54954594E	19/09/2014	66102	230	* VII
MGU8944	54954595E	19/09/2014	51180	164	c/c 162 * I
MGU8944	54954600E	19/09/2014	50100	162	* I
MHD5768	54957987E	08/10/2014	55680	181	* XIX
MHO2217	54954942E	09/09/2014	50450	162	* V
MIM6654	54955054E	19/09/2014	59670	203	* V
MJY7379	54954061E	05/10/2014	55500	181	* XVIII
MKB5936	54955962E	14/10/2014	51851	167	
MKX5481	54954589E	19/09/2014	51851	167	
MMI7462	54954585E	18/09/2014	67000	230	* XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 936/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 936/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDM3197	54957986E	21/09/2014	51691	165
HVW7762	54954620E	10/10/2014	65992	230 * V
HVW7762	54954621E	10/10/2014	69120	232
IDT4873	54954797E	24/09/2014	51851	167

LXD1775	54955066E	26/09/2014	65992	230	* V
LXD1775	54955067E	26/09/2014	67692	230	* XXII
LXD1775	54955068E	26/09/2014	66372	230	* IX
LXD1775	54955069E	26/09/2014	66290	230	* VIII
MBR9947	54957138E	16/10/2014	54600	181	* IX
MDW0549	54954065E	19/10/2014	51691	165	
MDW0549	54954063E	19/10/2014	70562	244	* III c/c 1\$
MEY9522	54954963E	26/09/2014	73662	252	* VI
MGW1804	54954957E	25/09/2014	65992	230	* V
MGW1804	54954958E	25/09/2014	64080	221	
MGW1804	54954959E	25/09/2014	67691	230	* XXII
MIT5385	54954992E	16/10/2014	69120	232	
MIT5385	54954991E	16/10/2014	65992	230	* V
MMF5321	54954798E	24/09/2014	67000	230	* XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADDECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 938/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 938/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIA9855	54955097E	23/10/2014	67691	230 * XXII
JQB0636	54955099E	27/10/2014	67000	230 * XVI
MCW8319	54954800E	26/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEB4477	54954009E	25/10/2014	64080	221
MEB4477	54954008E	25/10/2014	65992	230 * V
MFC6631	54954518E	21/09/2014	66020	230 * VI
MFC6631	54954517E	21/09/2014	51691	165
MGH2281	54956057E	22/10/2014	67261	230 * XVIII
MGH2281	54956058E	22/10/2014	69120	232

MGH2281	54956059E	22/10/2014	65992	230	* V
MJV0958	54956055E	21/10/2014	66372	230	* IX
MLR3383	54957137E	12/10/2014	51691	165	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 940/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 940/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

IJD9754	54954427E	25/09/2014	65992	230	* V
LZH7458	54957940E	07/10/2014	50100	162	* I
LZH7458	54957941E	07/10/2014	51691	165	
LZH7458	54957942E	07/10/2014	52741	175	
MBX0658	54954249E	07/10/2014	50100	162	* I
MDY6944	54956102E	30/10/2014	66532	230	* XI
MFB4114	54954466E	26/09/2014	69120	232	
MGX3053	54954245E	02/10/2014	54600	181	* IX
MLJ8146	54954069E	25/10/2014	57380	186	* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 942/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 942/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANM7762	54954868E	06/11/2014	65300	228
BLB9157	54954626E	30/10/2014	73662	252 * VI
DYM6569	54957995E	01/11/2014	61220	214 * I
HNA3016	54954623E	23/10/2014	64080	221
HNA3016	54954624E	23/10/2014	57380	186 * II
IJX9376	54957998E	09/11/2014	54522	181 * VIII
LXR1607	54957139E	01/11/2014	73662	252 * VI
LYV7403	54954472E	13/10/2014	64080	221
MBE3062	54956079E	06/11/2014	59594	203 * IV
MBE3062	54956110E	06/11/2014	67000	230 * XVI
MCZ3660	54470063E	08/10/2014	55250	181 * XV
MEM0734	54954012E	06/11/2014	64830	227 * I
MEM0734	54954013E	06/11/2014	51851	167
MEQ3716	54956109E	06/11/2014	65992	230 * V
MFF8076	54956077E	01/11/2014	51420	164 c/c 162 * V
MFF8076	54956076E	01/11/2014	50450	162 * V
MGD8658	54956078E	04/11/2014	65992	230 * V
MGX6114	54956092E	11/11/2014	73400	252 * IV
MGX6114	54956093E	11/11/2014	66372	230 * IX
MIT2522	54954625E	26/10/2014	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 944/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 944/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAV7452	54954627E	19/11/2014	50450	162 * V
ALW2711	54956026E	15/11/2014	65992	230 * V
CGV9783	54956094E	13/11/2014	51851	167
CGV9783	54956095E	13/11/2014	66372	230 * IX
CGV9783	54956096E	13/11/2014	69120	232
CGV9783	54956097E	13/11/2014	66700	230 * XIII
CNP5818	54956129E	14/11/2014	50100	162 * I
CRM7147	54955965E	18/11/2014	50450	162 * V
CRM7147	54955964E	18/11/2014	65992	230 * V
DIQ8311	54956022E	13/11/2014	50100	162 * I
IIG5005	54954999E	20/10/2014	51851	167
JZI0244	54956005E	16/10/2014	65992	230 * V
LYS5799	54956131E	14/11/2014	73150	252 * I
MBF2526	54956025E	13/11/2014	65992	230 * V
MBF2526	54956023E	13/11/2014	50371	162 * III
MBG8955	54957991E	20/10/2014	65992	230 * V
MBG8955	54957992E	20/10/2014	50100	162 * I
MBG8955	54957993E	20/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBG8955	54957994E	20/10/2014	69120	232
MCA9858	54956021E	13/11/2014	65992	230 * V
MCJ3184	54956031E	20/11/2014	50450	162 * V
MCP4634	54955093E	21/10/2014	65992	230 * V
MCP4634	54956052E	21/10/2014	67261	230 * XVIII
MCP4634	54956053E	21/10/2014	69120	232
MDI6983	54955085E	14/10/2014	66372	230 * IX
MDI6983	54955086E	14/10/2014	59670	203 * V
MDO5286	54954014E	09/11/2014	65992	230 * V
MDO5286	54954015E	09/11/2014	50100	162 * I
MEU5709	54956007E	21/10/2014	69120	232
MEU5709	54956006E	21/10/2014	50100	162 * I
MGF9110	54954520E	08/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
MGF9110	54954519E	20/10/2014	50100	162 * I
MIL2458	54956002E	11/10/2014	54521	181 * VIII
MLS3556	54955096E	23/10/2014	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

IPUMIRIM

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 412/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 412/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBN5474	54925495D	18/10/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 413/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 413/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MKF0639 54924806D 14/11/2013 65561 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 414/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 414/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAU8846 54925149D 19/11/2013 54522 181 * VIII
MDN1094 54925263D 29/11/2013 65561 230 * I
MLC8582 54924811D 23/11/2013 65561 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 415/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 415/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHN4634	54925312D	10/12/2013	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 416/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 416/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBE6651	54925272D	15/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBE6651	54925271D	15/02/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 417/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 417/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYC8813	54925267D	03/02/2014	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 418/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 418/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADX1755 54924873D 17/04/2014 54870 181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 419/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 419/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABX0205	54925313D	12/04/2014	52311	172
IMH7281	54925280D	12/04/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVENBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 421/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 421/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BMJ9474	54925150D	17/04/2014	72340	250 * I * a
MAH7150	54924815D	22/04/2014	51851	167
MAV1307	54925278D	12/04/2014	50450	162 * V
MEE4318	54925285D	28/04/2014	65992	230 * V
MEE4318	54925286D	28/04/2014	50372	162 * III
MEX2295	54924814D	22/04/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 422/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 422/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IKF0471	54925279D	12/04/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 423/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 423/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGK3806	54924874D	20/04/2014	51930	168
LYG8392	54925284D	25/04/2014	65992	230 * V
LYG8392	54925283D	25/04/2014	50450	162 * V
NGH0051	54924877D	05/05/2014	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 424/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 424/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

INE8400	54925287D	04/05/2014	54522	181 * VIII
MCF0629	54924875D	26/04/2014	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 425/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 425/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BPB5176	54925201D	12/05/2014	50100	162 * I
BPB5176	54925202D	12/05/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 426/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 426/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGA4322 54925288D 20/06/2014 65992 230 * V

MGV5453 54925315D 21/05/2014 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 427/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 427/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEM9727 54924816D 20/06/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 429/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 429/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DDG7395	54924752D	15/07/2014	65992	230 * V
MEH0302	54925204D	18/06/2014	50100	162 * I
MEH0302	54924914D	18/06/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 430/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 430/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FEH0013	54925207D	05/07/2014	65992	230 * V
FEH0013	54925206D	05/07/2014	50100	162 * I
FEH0013	54925208D	05/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAI8015	54924817D	06/07/2014	50100	162 * I
MAI8015	54924819D	06/07/2014	65992	230 * V
MAI8015	54924818D	06/07/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8163 432/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8163 432/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXF9174	54925289D	15/07/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 433/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 433/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYJ7616	54925296D	07/08/2014	65564	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 434/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 434/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DJK5849 54925295D 03/08/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 435/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 435/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KIG3820 54924754D 04/08/2014 53040 176 * III
KIG3820 54924753D 04/08/2014 50450 162 * V
MFT8771 54924878D 08/08/2014 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 436/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 436/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAX5957	54925298D	21/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAX5957	54925297D	21/08/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 437/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 437/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXV1335	54924821D	05/10/2014	50100	162 * I
LXV1335	54924822D	05/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXV1335	54924823D	05/10/2014	65992	230 * V
MLI5924	54925299D	05/09/2014	50100	162 * I
MLI5924	54925300D	05/09/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8163 438/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8163 438/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BJC4207	54924706D	20/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
BJC4207	54924705D	20/09/2014	50100	162 * I
BJC4207	54924704D	20/09/2014	65992	230 * V
LZM7002	54925151D	24/09/2014	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 439/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 439/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDG5755	54924708D	02/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
CDG5755	54924707D	02/10/2014	50100	162 * I
MFL9699	54924824D	05/10/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 441/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 441/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MLQ9244 54924880D 19/10/2014 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

ITAPOÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 507/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 507/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMM7193 54961060E 04/12/2013 54521 181 * VIII
EPY7595 54961062E 04/12/2013 54521 181 * VIII
MDX7373 54018774D 02/12/2013 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 508/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 508/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABK3940	54018193D	07/11/2013	50100	162 * I
AKA3857	54018556D	14/11/2013	50100	162 * I
AKA3857	54018558D	14/11/2013	65992	230 * V
ASE8171	54018772D	02/12/2013	69120	232
ATO8215	54018758D	17/11/2013	55411	181 * XVII
AXB6401	54018759D	17/11/2013	55411	181 * XVII
LYP5208	54961067E	04/12/2013	54521	181 * VIII
MHJ2436	55375897D	03/12/2013	57200	186 * I
MIA4102	54018463D	21/11/2013	58350	195
MIA4102	54018464D	21/11/2013	70302	244 * I
MIA4102	54018465D	21/11/2013	58433	196
MIA4102	54018466D	21/11/2013	52151	170
MIA4102	54018467D	21/11/2013	52741	175
MIA4102	54018468D	21/11/2013	58191	193
MIA4102	54018469D	21/11/2013	62891	220 * III
MIA4102	54018471D	21/11/2013	66372	230 * IX
MIA4102	54018472D	21/11/2013	66371	230 * IX
MIA4102	54018473D	21/11/2013	66020	230 * VI
NKR6987	54018566D	26/11/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 510/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 510/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACT6694	54018388D	07/12/2013	65992	230 * V
ACT6694	54018387D	07/12/2013	50100	162 * I
AMG3627	54018767D	26/11/2013	51851	167
AQN7093	54018371D	01/11/2013	55680	181 * XIX
ARA3368	54018386D	07/12/2013	51851	167
ARS4729	54018571D	08/12/2013	55500	181 * XVIII
BGP8609	54961002E	12/12/2013	69120	232
BPE6608	54018567D	02/12/2013	51851	167
CFX8426	55377400D	27/11/2013	66371	230 * IX
CFX8426	54018677D	27/11/2013	50100	162 * I
CFX8426	54018679D	27/11/2013	66372	230 * IX
DBN3972	54018823D	08/12/2013	51691	165
DBN3972	54018824D	08/12/2013	65992	230 * V
LXA1048	54018675D	16/11/2013	50100	162 * I
LXC5368	54018485D	01/12/2013	51851	167
LYP4551	54018572D	11/12/2013	54281	181 * V
LYR9847	54018497D	09/12/2013	54523	181 * VIII
MAM1731	54018825D	09/12/2013	65992	230 * V
MBO7237	54018827D	14/12/2013	65992	230 * V
MBO7237	54018828D	14/12/2013	50100	162 * I
MDC5952	54018498D	09/12/2013	50100	162 * I
MDC5952	54018499D	09/12/2013	58350	195
MGZ1559	54018495D	09/12/2013	50100	162 * I
MIY9995	54018430D	13/11/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 512/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 512/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJC5442	54018565D	26/11/2013	51851	167
AJC5442	54018564D	26/11/2013	65992	230 * V
ALU9720	54018340D	27/10/2013	50100	162 * I
ALU9720	54018341D	27/10/2013	70301	244 * I
ANU3784	55373441D	03/11/2013	69120	232
AOZ3405	54018822D	08/12/2013	65300	228
ARD2597	55377484D	02/12/2013	50450	162 * V
ARD2597	55377481D	02/12/2013	65992	230 * V
ARD2597	55377485D	02/12/2013	69120	232
ARI7027	54961103E	16/12/2013	50100	162 * I
CPA8998	54961105E	19/12/2013	54521	181 * VIII
HZR2212	54961107E	19/12/2013	55250	181 * XV
MCW0916	54018578D	15/12/2013	65480	229
MCW0916	55376300D	15/12/2013	66102	230 * VII
MFG5647	54019851D	19/12/2013	69120	232
MLS3576	55377490D	15/12/2013	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 513/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 513/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFE9472	54019152D	21/12/2013	69120	232
AGX1155	54019106D	20/12/2013	65992	230 * V
AJI4376	54019910D	25/12/2013	51852	167
AJY5589	54019001D	20/12/2013	66700	230 * XIII
AKC8894	54019202D	23/12/2013	50100	162 * I
AKC8894	54019204D	23/12/2013	70640	244 * IV
AKC8894	54019205D	23/12/2013	60501	208
AKC8894	54019206D	23/12/2013	69120	232
ALP2446	55377494D	23/12/2013	50100	162 * I
ALP2446	55377495D	23/12/2013	58350	195
ALP2446	55377496D	23/12/2013	69120	232
ASU6495	54019803D	21/12/2013	51851	167
AUR2372	54018710D	23/12/2013	65992	230 * V
AUU7726	54961156E	26/12/2013	55500	181 * XVIII
BKO3103	54019120D	24/12/2013	50371	162 * III
BZI2447	54019015D	25/12/2013	66372	230 * IX
CRF4336	54019157D	23/12/2013	55250	181 * XV
CXI1853	55377497D	24/12/2013	57380	186 * II
DOD9036	54019105D	20/12/2013	65992	230 * V
DRA4244	54018687D	24/12/2013	51851	167
FPB0911	54019113D	22/12/2013	69120	232
KOJ4686	54019160D	25/12/2013	50100	162 * I
KOJ4686	54019161D	25/12/2013	67261	230 * XVIII
LYX6198	54019858D	25/12/2013	65992	230 * V
LZA6957	55376773D	23/12/2013	55090	181 * XIII
LZT8401	55376779D	26/12/2013	50371	162 * III
MAL2262	54019116D	24/12/2013	65992	230 * V
MDM8509	54019951D	20/12/2013	65992	230 * V
MFV9099	54019952D	21/12/2013	65992	230 * V
MGU7085	54019909D	25/12/2013	65640	230 * II
MHT1472	54961251E	20/12/2013	65992	230 * V
MJA2315	54019860D	25/12/2013	58191	193
MJI5941	54018684D	24/12/2013	51851	167
MJO8028	54019107D	20/12/2013	65992	230 * V

MJR0518	54019002D	21/12/2013	66700	230	*	XIII
MKT6154	54961074E	23/12/2013	55411	181	*	XVII
MUY5154	54019051D	20/12/2013	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 515/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 515/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ABI6936	54019956D	23/12/2013	65992	230	*	V
ABI6936	54019955D	23/12/2013	50100	162	*	I
ACM4445	54019024D	28/12/2013	65561	230	*	I
AFH8926	54019404D	29/12/2013	50100	162	*	I
AFL1954	54019405D	30/12/2013	52741	175		
AFL1954	54019406D	30/12/2013	51851	167		
AFL1954	54019407D	30/12/2013	69120	232		
AFV1925	54018967D	25/12/2013	57380	186	*	II
AFV1925	54018966D	25/12/2013	51851	167		
AHN4597	54019961D	26/12/2013	51851	167		
AKE2755	54019923D	26/12/2013	51930	168		
AMU1712	54019864D	26/12/2013	69120	232		
APL8376	54019029D	29/12/2013	67691	230	*	XXII
APL8376	54019971D	29/12/2013	51852	167		
APL8376	54019973D	29/12/2013	59594	203	*	IV
APP3590	54018907D	24/12/2013	65992	230	*	V
APP3590	54018909D	24/12/2013	69120	232		
AQZ9629	54019146D	26/12/2013	65992	230	*	V
ARR7029	54018779D	22/12/2013	55411	181	*	XVII
ATS0666	54961154E	22/12/2013	55411	181	*	XVII

AZR6967	54019141D	25/12/2013	69120	232	
BBB1119	54018689D	24/12/2013	51851	167	
BZI2447	54019014D	25/12/2013	66700	230	* XIII
CXD2587	54019953D	22/12/2013	51852	167	
KOJ4686	54961077E	30/12/2013	69120	232	
KOJ4686	54961078E	30/12/2013	50100	162	* I
MBT2469	54019136D	25/12/2013	69120	232	
MCY5955	54019934D	26/12/2013	51851	167	
MEV8259	54018785D	29/12/2013	66372	230	* IX
MIM7694	54019150D	26/12/2013	68580	231	* VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 517/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 517/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADS0129	54961102E	13/12/2013	54521	181 * VIII
AFE9472	54019153D	21/12/2013	54600	181 * IX
AFG2523	54019181D	12/01/2014	55411	181 * XVII
AFH8926	54019510D	09/01/2014	64080	221
AFH8926	54019508D	09/01/2014	50100	162 * I
AFH8926	54019509D	09/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
AGI8883	54965855E	27/12/2013	55500	181 * XVIII
AGS0631	54018864D	11/01/2014	66371	230 * IX
AGS0631	54018865D	11/01/2014	50610	163 c/c 162 * I
AHJ1632	54019555D	10/01/2014	51851	167
AIX5903	54019028D	29/12/2013	70301	244 * I
ALB1700	54019312D	31/12/2013	50100	162 * I
ALB1700	54019313D	31/12/2013	57380	186 * II

ALB1700	54019314D	31/12/2013	65992	230	*	V
ALP6550	54019870D	28/12/2013	54600	181	*	IX
ALX1328	54019758D	12/01/2014	67000	230	*	XVI
AMK5297	54965907E	18/01/2014	55500	181	*	XVIII
AMM6656	54019867D	27/12/2013	65992	230	*	V
ANC2411	54019797D	19/01/2014	51851	167		
ANC2411	54019798D	19/01/2014	69120	232		
ANM0785	54019602D	08/01/2014	66531	230	*	XI
AQN2143	54018436D	06/01/2014	65992	230	*	V
ARJ8303	54018930D	08/01/2014	55500	181	*	XVIII
ASO4097	54961117E	06/01/2014	54521	181	*	VIII
ASU3268	54018791D	31/12/2013	54523	181	*	VIII
ATQ6662	54019982D	02/01/2014	66102	230	*	VII
ATS1412	54019353D	17/01/2014	50450	162	*	V
ATS1412	54019352D	17/01/2014	51691	165		
AUB4954	54019328D	15/01/2014	51851	167		
AUN9845	54961169E	01/01/2014	51851	167		
AWO3009	54965654E	19/01/2014	55500	181	*	XVIII
AWR8778	54019139D	25/12/2013	69120	232		
AYE0098	54018926D	08/01/2014	55250	181	*	XV
BBB1622	54019324D	11/01/2014	51851	167		
BCG1234	54018441D	06/01/2014	65992	230	*	V
CEF3069	54018991D	09/01/2014	51851	167		
CJZ2993	55376418D	10/01/2014	50100	162	*	I
CJZ7713	54019761D	12/01/2014	65992	230	*	V
CPW0711	54018996D	09/01/2014	50450	162	*	V
CSQ4751	54019783D	18/01/2014	51852	167		
CZO4313	54961119E	06/01/2014	54521	181	*	VIII
EFX8103	54019865D	26/12/2013	69120	232		
EFX8103	54019866D	26/12/2013	65992	230	*	V
GZU9342	54019035D	30/12/2013	73400	252	*	IV
GZU9342	54019036D	30/12/2013	69120	232		
HEW3501	54019799D	19/01/2014	65992	230	*	V
HNE3135	54018986D	31/12/2013	57380	186	*	II
JJI5311	54019814D	03/01/2014	53800	181	*	I
KEM6628	54018988D	01/01/2014	55250	181	*	XV
LOL9391	54018119D	16/01/2014	67000	230	*	XVI
LXG7169	54019892D	15/01/2014	65992	230	*	V
LXG7169	54019890D	15/01/2014	54600	181	*	IX
LXG8713	54965701E	15/01/2014	65992	230	*	V
LYO7308	54018442D	06/01/2014	66102	230	*	VII
LYX9558	55376491D	26/01/2014	66102	230	*	VII
MCC9762	54018394D	06/01/2014	65992	230	*	V
MCF1694	54019603D	08/01/2014	65992	230	*	V
MCF1694	54019604D	08/01/2014	65561	230	*	I
MCZ3109	54019042D	03/01/2014	65992	230	*	V
MCZ3109	54019043D	03/01/2014	50450	162	*	V
MDS0815	54961014E	18/01/2014	69120	232		
MDS0815	54961015E	18/01/2014	58192	193		
MDS0815	54961013E	18/01/2014	69120	232		
MDX6477	54965906E	18/01/2014	55500	181	*	XVIII
MEQ5448	54961055E	13/12/2013	66450	230	*	X
MEV6016	54018576D	14/12/2013	55500	181	*	XVIII
MGS6825	54019559D	10/01/2014	51851	167		
MGU7085	54019259D	31/12/2013	51851	167		
MGV5221	54018862D	07/01/2014	67261	230	*	XVIII
MGV5221	54018863D	07/01/2014	67000	230	*	XVI
MHD8750	54965910E	18/01/2014	55500	181	*	XVIII
MHG4149	54019585D	14/01/2014	55411	181	*	XVII
MHH8706	54019569D	11/01/2014	51851	167		
MHH9034	54019067D	17/01/2014	50100	162	*	I
MHH9034	54019068D	17/01/2014	70481	244	*	II
MHS3941	54019575D	11/01/2014	51851	167		

MHS3941	54019576D	11/01/2014	69120	232	
MIN0134	54019323D	11/01/2014	51851	167	
MLB1103	54965866E	03/01/2014	59161	202	* II
MLB1103	54965863E	03/01/2014	52741	175	
MLB1103	54965865E	03/01/2014	58433	196	
MLB1103	54965867E	03/01/2014	57200	186	* I
MLB1103	54965861E	03/01/2014	52070	169	
MLB1103	54965862E	03/01/2014	52152	170	
MLE4308	54019605D	08/01/2014	65992	230	* V
NBF1791	54965909E	18/01/2014	55500	181	* XVIII
NNK0220	54019200D	27/01/2014	66102	230	* VII
OMQ1403	54018975D	26/12/2013	55250	181	* XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 519/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 519/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAP0093	54018693D	02/01/2014	65992	230 * V
AFQ0599	54018866D	11/01/2014	50100	162 * I
AFQ0599	54018867D	11/01/2014	65992	230 * V
AKQ2275	54018872D	21/01/2014	50100	162 * I
AKQ2275	54018874D	21/01/2014	50610	163 c/c 162 * I
AKQ2275	54018875D	21/01/2014	51851	167
ALB3478	54018942D	10/01/2014	55500	181 * XVIII
AMP6579	55376429D	18/01/2014	51851	167
AMS5376	54019886D	10/01/2014	55411	181 * XVII
ANM2665	55374986D	16/12/2013	55250	181 * XV
ANN0026	54019188D	21/01/2014	50100	162 * I

AQD6898	54019034D	05/01/2014	65561	230	* I
ASC8689	54019453D	27/12/2013	69120	232	
AVP9976	54018934D	10/01/2014	55411	181	* XVII
AWM6254	54018130D	03/02/2014	64080	221	
AXC5276	54019757D	12/01/2014	67000	230	* XVI
CRQ3849	54018938D	10/01/2014	55500	181	* XVIII
DWJ1697	54019187D	21/01/2014	50450	162	* V
EBB2510	54019327D	15/01/2014	51851	167	
IHB6895	55374441D	04/02/2014	69120	232	
MAQ1672	54961202E	29/12/2013	65480	229	
MEP4418	55374436D	24/01/2014	69120	232	
MFK4379	54018880D	22/01/2014	65992	230	* V
MFK4379	54018881D	22/01/2014	64080	221	
MHD7260	55377489D	15/12/2013	55500	181	* XVIII
MHP5668	55373193D	30/01/2014	51851	167	
MIE8003	55374435D	24/01/2014	69120	232	
MIX9719	54018132D	04/02/2014	66102	230	* VII
MJC3359	54019823D	21/01/2014	50100	162	* I
MJD6403	54019336D	19/01/2014	55411	181	* XVII
NTZ8365	54019278D	15/01/2014	54521	181	* VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 521/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 521/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABK3377	54019560D	10/01/2014	51851	167
ALC0139	54019914D	25/12/2013	50100	162 * I
ALC0139	54019916D	25/12/2013	68580	231 * VII

AQF3530	54961071E	16/12/2013	54521	181	*	VIII
ARX7582	54019614D	10/01/2014	51930	168		
ATX0249	55374796D	06/01/2014	54521	181	*	VIII
AVM1627	54019593D	17/01/2014	51851	167		
AWE4759	55376772D	23/12/2013	57380	186	*	II
AWF3598	54018983D	30/12/2013	69120	232		
BPJ0978	54019468D	10/02/2014	67261	230	*	XVIII
BQO8623	54961088E	06/02/2014	50100	162	*	I
DAU6164	54019056D	31/12/2013	66371	230	*	IX
KBL3844	55375838D	07/02/2014	67261	230	*	XVIII
KEW0803	55376590D	05/02/2014	65561	230	*	I
KEW0803	55376591D	05/02/2014	67261	230	*	XVIII
KOJ4686	55376592D	05/02/2014	67261	230	*	XVIII
KOJ4686	55376593D	05/02/2014	65992	230	*	V
KOJ4686	55376594D	05/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
KOJ4686	55376595D	05/02/2014	50100	162	*	I
LWX0174	54961089E	06/02/2014	50100	162	*	I
LWZ7664	55373994D	10/02/2014	51691	165		
LWZ7664	55373993D	10/02/2014	50100	162	*	I
LWZ7664	55373992D	10/02/2014	66020	230	*	VI
LXV9546	54019861D	26/12/2013	65992	230	*	V
LXV9546	54019862D	26/12/2013	50100	162	*	I
LXV9546	54019863D	26/12/2013	65561	230	*	I
LYS6705	54018976D	26/12/2013	55250	181	*	XV
LYZ6728	54018390D	27/12/2013	55680	181	*	XIX
MBB0080	54018882D	24/01/2014	65992	230	*	V
MBM5477	54019260D	01/01/2014	51851	167		
MBN9969	54019000D	10/01/2014	51851	167		
MCM5683	55375348D	09/02/2014	50450	162	*	V
MCR4050	54019148D	26/12/2013	50450	162	*	V
MCR4050	54019149D	26/12/2013	69120	232		
MDM2186	54019646D	09/02/2014	50100	162	*	I
MDM2186	54019648D	09/02/2014	58350	195		
MDM2186	54018150D	09/02/2014	65992	230	*	V
MDX6477	54019836D	09/02/2014	51930	168		
MER5472	54019194D	24/01/2014	65992	230	*	V
MEU0493	54018143D	07/02/2014	63510	220	*	X
MEU0493	54018142D	07/02/2014	63944	220	*	XIV
MEU0493	54018141D	07/02/2014	58433	196		
MEU0493	54018140D	07/02/2014	70301	244	*	I
MEU0493	54019827D	04/02/2014	65561	230	*	I
MFC6306	54019837D	09/02/2014	67261	230	*	XVIII
MFH8541	54019110D	22/12/2013	50450	162	*	V
MGP5304	55375837D	07/02/2014	67261	230	*	XVIII
MHX3120	54018144D	07/02/2014	65992	230	*	V
MIM1883	55375347D	09/02/2014	66700	230	*	XIII
MJW7718	55375831D	07/02/2014	52070	169		
MKA7764	55376688D	05/02/2014	50531	162	*	VI
MKC8498	54019357D	08/02/2014	58350	195		
MKC8498	54019358D	08/02/2014	70561	244	*	III
MKC8498	54019359D	08/02/2014	52152	170		
MVZ2013	55376796D	02/01/2014	67000	230	*	XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 522/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 522/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE01978	54019117D	24/12/2013	69120	232
AFT0523	55376589D	04/02/2014	69120	232
AGR2349	55377143D	23/01/2014	65992	230 * V
AGR2349	55377144D	23/01/2014	50100	162 * I
AKR4150	54019885D	10/01/2014	55411	181 * XVII
AMM3718	54019317D	31/12/2013	55411	181 * XVII
AMP0046	54019199D	26/01/2014	51851	167
AMP8264	54018439D	06/01/2014	65992	230 * V
ANQ9701	55376499D	30/01/2014	66102	230 * VII
AOG0635	54961008E	06/01/2014	69120	232
AOW1578	54019701D	02/02/2014	51691	165
AOW1578	54019702D	02/02/2014	65640	230 * II
AQE2128	54019796D	19/01/2014	69120	232
ARM1736	54019330D	18/01/2014	51851	167
ASG9085	55374442D	04/02/2014	69120	232
ASG9085	55374443D	04/02/2014	66102	230 * VII
AUM3219	54961068E	07/12/2013	51851	167
AXK6711	54018997D	10/01/2014	51852	167
DEE9878	54018984D	31/12/2013	57380	186 * II
DKA9032	54965714E	08/02/2014	52741	175
DKA9032	54965713E	08/02/2014	50100	162 * I
ENW4820	54019155D	22/12/2013	55250	181 * XV
ESK0505	54018932D	08/01/2014	55411	181 * XVII
ESM5267	54019030D	30/12/2013	58350	195
EXD7409	55376582D	03/02/2014	50100	162 * I
EXD7409	55376583D	03/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
HQI8829	54961184E	22/01/2014	65563	230 * I
IIO3546	54019931D	26/12/2013	51851	167
JPV6847	54019876D	31/12/2013	51851	167
KGY1881	54019835D	09/02/2014	51930	168
LOO9282	54019538D	05/02/2014	69120	232
LYD7978	54965155E	01/01/2014	66020	230 * VI
LYD7978	54965156E	01/01/2014	66371	230 * IX
MBG0711	54965716E	08/02/2014	50100	162 * I

MBG0711	54965715E	08/02/2014	65992	230	* V
MCB5480	54019710D	09/02/2014	56650	182	* X
MER5472	54019195D	24/01/2014	50100	162	* I
MEX7426	54019857D	25/12/2013	50100	162	* I
MFA2019	54019308D	30/12/2013	57380	186	* II
MHX6443	54019852D	22/12/2013	69120	232	
MJC0983	54019911D	25/12/2013	51851	167	
OBS9263	55373187D	28/01/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 524/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 524/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANT8812	55375742D	15/02/2014	66020	230 * VI
ANT8812	55375744D	15/02/2014	67691	230 * XXII
APT7941	54961155E	22/12/2013	55411	181 * XVII
ATA8409	54019552D	09/01/2014	65992	230 * V
DQA5019	54018717D	29/12/2013	52070	169
HGR8510	54965262E	19/02/2014	69120	232
HKN0848	54019810D	31/12/2013	55500	181 * XVIII
KAQ1202	55377135D	21/01/2014	51930	168
LYF5902	54019812D	31/12/2013	55250	181 * XV
MAJ1306	54965257E	18/02/2014	65992	230 * V
MAJ1306	54965256E	18/02/2014	50450	162 * V
MDJ1435	55376182D	21/01/2014	65992	230 * V
MDS0815	54965552E	16/02/2014	73400	252 * IV
MDS0815	54965551E	16/02/2014	69120	232
MET1073	54019598D	17/01/2014	51930	168

MGD6254	54019711D	18/02/2014	50100	162	* I
MGD6254	54019712D	18/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
MGF7255	54018876D	21/01/2014	50100	162	* I
MGF7255	54018877D	21/01/2014	65992	230	* V
MGF7255	54018878D	21/01/2014	65561	230	* I
MHP6268	54019719D	20/02/2014	50100	162	* I
MHP6268	54019720D	20/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
MHP6268	54019721D	20/02/2014	65561	230	* I
MHP6268	54019722D	20/02/2014	67261	230	* XVIII
MIE8758	54965307E	16/02/2014	66102	230	* VII
MLR1205	54019198D	26/01/2014	50450	162	* V
MLR1205	54019197D	26/01/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 525/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 525/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAK7393	55373995D	10/02/2014	65992	230 * V
ABY2479	55376188D	29/01/2014	51851	167
ADA1454	54965268E	20/02/2014	50100	162 * I
ADA7584	54018278D	21/02/2014	50100	162 * I
ADA7584	54018283D	21/02/2014	65800	230 * IV
ADA7584	54018271D	21/02/2014	65992	230 * V
ADB2718	54019888D	13/01/2014	54600	181 * IX
ADJ8983	54019193D	24/01/2014	51851	167
AFA4759	54962804E	25/02/2014	50100	162 * I
AGW8431	54019430D	18/02/2014	50100	162 * I
AIW0254	54965764E	22/02/2014	73662	252 * VI

AKG4984	54019474D	21/02/2014	50610	163	c/c 162 * I
AKG4984	54019473D	21/02/2014	50100	162	* I
ALM4886	54019579D	12/01/2014	51851	167	
AMN2672	55375746D	16/02/2014	50100	162	* I
AMN2672	55375747D	16/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
AMN2672	55375748D	16/02/2014	65992	230	* V
AMS7448	54019539D	15/02/2014	73662	252	* VI
AMU8648	54019134D	25/12/2013	65992	230	* V
ANG6336	54965754E	21/02/2014	65992	230	* V
ANH8106	54965954E	12/01/2014	55250	181	* XV
AOJ9673	54019813D	01/01/2014	54521	181	* VIII
AOK5623	55376187D	29/01/2014	57200	186	* I
APT5544	54965561E	27/02/2014	69120	232	
AQT2806	54018124D	02/02/2014	69120	232	
ARQ2501	54018940D	10/01/2014	55500	181	* XVIII
ART8504	54019217D	18/01/2014	68580	231	* VII
ASB3664	54965308E	16/02/2014	67261	230	* XVIII
AST1373	54018115D	10/01/2014	68580	231	* VII
ATF2281	54018727D	09/02/2014	55411	181	* XVII
ATG6293	54019196D	25/01/2014	64080	221	
AUF0100	55377000D	10/02/2014	50100	162	* I
AUF0100	54019283D	10/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
AUF0100	54019284D	10/02/2014	67261	230	* XVIII
AVS6958	54019873D	29/12/2013	57380	186	* II
AXG9000	54965759E	21/02/2014	69120	232	
AXU6104	54019631D	19/01/2014	54600	181	* IX
AYS7550	54019948D	12/01/2014	51852	167	
BAM6007	55375345D	09/02/2014	69120	232	
BAU2908	54019145D	26/12/2013	65992	230	* V
BRI8667	54018719D	07/01/2014	50100	162	* I
CLG6152	54019461D	09/02/2014	73400	252	* IV
CMB6724	54019536D	04/02/2014	69120	232	
DLH2059	54965320E	20/02/2014	52070	169	
DQJ0738	54965341E	02/03/2014	65480	229	
DXY9074	54965002E	02/03/2014	73150	252	* I
EAA1908	54965756E	14/02/2014	50450	162	* V
IDU6775	54019654D	15/02/2014	52741	175	
IDU6775	54019653D	15/02/2014	60502	208	
IDU6775	54019652D	15/02/2014	58433	196	
IDU6775	54019651D	15/02/2014	52400	173	
JFT5546	54965314E	17/02/2014	67691	230	* XXII
LOE5967	54018945D	11/01/2014	55500	181	* XVIII
LON1338	54019066D	15/01/2014	51851	167	
LYN3204	54965758E	21/02/2014	73662	252	* VI
MAK4594	54965290E	23/02/2014	50450	162	* V
MAT0809	54965293E	24/02/2014	67261	230	* XVIII
MAT0809	54965292E	24/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
MAT0809	54965291E	24/02/2014	50100	162	* I
MBD6112	54018697D	29/01/2014	50100	162	* I
MBR2609	54019361D	17/02/2014	65992	230	* V
MBR2609	54019360D	17/02/2014	50100	162	* I
MBR7516	54019734D	22/02/2014	65561	230	* I
MBW7121	54965282E	22/02/2014	65561	230	* I
MBW7121	54965283E	22/02/2014	52070	169	
MBW7121	54965284E	22/02/2014	72340	250	* I * a
MCT9119	55376691D	05/02/2014	52070	169	
MCY7614	54018131D	03/02/2014	50100	162	* I
MDG0944	54018885D	04/02/2014	65992	230	* V
MDG0944	54018886D	04/02/2014	50450	162	* V
MDH0341	55374446D	09/02/2014	65992	230	* V
MDL1479	55373999D	11/02/2014	65561	230	* I
MDL1479	55373998D	11/02/2014	65992	230	* V
MDX4658	54965901E	15/01/2014	54521	181	* VIII

MEB7819	54019649D	09/02/2014	65992	230	* V
MEB7819	54019650D	09/02/2014	50100	162	* I
MEB7819	55375349D	09/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
MEB7819	55375350D	09/02/2014	66020	230	* VI
MEG3478	54965763E	22/02/2014	69120	232	
MEG3478	54965760E	22/02/2014	65992	230	* V
MEO7325	54019893D	16/01/2014	58780	199	
MEW1118	55374433D	23/01/2014	73150	252	* I
MEY2906	55375844D	07/02/2014	67261	230	* XVIII
MFG0425	54965960E	23/02/2014	50100	162	* I
MFG0425	54965961E	23/02/2014	65992	230	* V
MFG0425	54965962E	23/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
MFH5835	54965966E	23/02/2014	50100	162	* I
MFZ5302	54019063D	11/01/2014	51851	167	
MGA1864	54962801E	25/02/2014	65992	230	* V
MGK0988	54965251E	17/02/2014	50100	162	* I
MGL9559	55373189D	28/01/2014	51691	165	
MGP1265	54019433D	19/02/2014	51851	167	
MGU5521	55376693D	05/02/2014	73400	252	* IV
MGU5521	55376692D	05/02/2014	66532	230	* XI
MGV8446	54961132E	30/01/2014	54600	181	* IX
MHG4149	54965315E	19/02/2014	67261	230	* XVIII
MHH3076	54019728D	21/02/2014	50100	162	* I
MHH3076	54019729D	21/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
MHP3635	54965267E	20/02/2014	65992	230	* V
MHP7213	55374227D	25/02/2014	57200	186	* I
MHY2716	54018400D	13/02/2014	65992	230	* V
MIA4887	54019730D	21/02/2014	50100	162	* I
MIA4887	54019731D	21/02/2014	65992	230	* V
MIA4887	54019732D	21/02/2014	64080	221	
MIA6877	54019733D	22/02/2014	65992	230	* V
MIB2089	54965103E	28/02/2014	50100	162	* I
MIB2089	54965104E	28/02/2014	51930	168	
MIC0338	55374450D	26/02/2014	50292	162	* II
MIC0338	54965562E	26/02/2014	50450	162	* V
MIH2829	54961138E	05/03/2014	65480	229	
MIH2829	54964751E	01/03/2014	54521	181	* VIII
MIM2398	54961125E	12/01/2014	65992	230	* V
MIU8747	54965553E	19/02/2014	50371	162	* III
MIU8747	54965554E	19/02/2014	50450	162	* V
MIU8747	54965555E	19/02/2014	69120	232	
MIU9123	54965265E	20/02/2014	66532	230	* XI
MIV9129	54965565E	27/02/2014	65992	230	* V
MJB0646	55375836D	07/02/2014	52070	169	
MJC7799	54965757E	21/02/2014	50100	162	* I
MJY1687	55377133D	20/01/2014	50450	162	* V
MKC8498	54019726D	21/02/2014	65561	230	* I
MKC8498	54019727D	21/02/2014	69120	232	
MKL1448	54965965E	23/02/2014	68580	231	* VII
MLC7508	54019503D	09/01/2014	65992	230	* V
MLE0359	55374445D	06/02/2014	55500	181	* XVIII
MLN0181	54961118E	06/01/2014	54521	181	* VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 527/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 527/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEH4598	55375745D	16/02/2014	65992	230 * V
AEO7568	54965008E	03/03/2014	65992	230 * V
AFN9294	54965928E	23/02/2014	50100	162 * I
AFN9294	54965927E	23/02/2014	51691	165
AGH4311	54965708E	24/01/2014	50100	162 * I
AGH4311	54965707E	24/01/2014	65992	230 * V
AIR1708	55376596D	06/02/2014	51851	167
AJO8842	55376584D	03/02/2014	66700	230 * XIII
AKC5795	54019025D	31/12/2013	50100	162 * I
AKC5795	54019977D	31/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
AKD2057	55374231D	09/03/2014	65640	230 * II
ALE1860	54965309E	16/02/2014	51851	167
AOV2564	54965722E	23/02/2014	66532	230 * XI
AOV2564	54965720E	23/02/2014	50610	163 c/c 162 * I
AOV2564	54965719E	23/02/2014	50100	162 * I
APB3132	55376190D	31/01/2014	51930	168
APR8794	54019899D	19/01/2014	65992	230 * V
APR8794	54019900D	19/01/2014	51691	165
ATD7039	54965912E	18/01/2014	55500	181 * XVIII
AUK3930	54962808E	05/03/2014	65992	230 * V
AUN2355	54961092E	22/02/2014	50371	162 * III
AVG8373	54965259E	18/02/2014	69120	232
AVJ8637	54965452E	26/02/2014	69120	232
AWE5429	54019611D	10/01/2014	69120	232
AWE5429	54019610D	10/01/2014	51851	167
AWP8262	54019329D	15/01/2014	51851	167
CJZ2993	54961020E	06/03/2014	50100	162 * I
CJZ2993	54961021E	06/03/2014	66372	230 * IX
CYW4520	54018286D	11/03/2014	50100	162 * I
DEX2371	55376197D	02/02/2014	65561	230 * I
IJD1924	55376585D	04/02/2014	67261	230 * XVIII
IJY4683	54965335E	28/02/2014	65992	230 * V
IMP9727	54019568D	11/01/2014	68580	231 * VII
LXJ5269	54019295D	12/02/2014	63510	220 * X

LXJ5269	54019296D	12/02/2014	58350	195
LXJ5269	54019297D	12/02/2014	52741	175
LXJ5269	54019298D	12/02/2014	51851	167
LXJ5269	54019292D	12/02/2014	65992	230 * V
LXJ5269	54019293D	12/02/2014	66372	230 * IX
LXJ5269	54019294D	12/02/2014	63190	220 * VI
LXJ5269	54019299D	12/02/2014	60502	208
MAX3863	54019606D	09/01/2014	50100	162 * I
MAX8336	54965926E	20/02/2014	69120	232
MBH8415	54965005E	03/03/2014	65992	230 * V
MCI1957	54019641D	07/02/2014	51851	167
MDQ2331	54961019E	25/02/2014	50100	162 * I
MDQ2331	54961018E	25/02/2014	65992	230 * V
MFJ2186	54965806E	15/02/2014	65992	230 * V
MFJ2186	54965805E	15/02/2014	50100	162 * I
MGN2295	54019825D	03/02/2014	65992	230 * V
MHD7260	55375343D	07/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MHD7260	55376696D	07/02/2014	50100	162 * I
MHD7260	55375841D	07/02/2014	69120	232
MHD7260	55375840D	07/02/2014	67261	230 * XVIII
MHD7260	55375839D	07/02/2014	65992	230 * V
MIP0828	54962810E	07/03/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 529/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 529/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AMP9566	54018888D	07/02/2014	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

ANQ4177	54019291D	11/02/2014	66531	230	* XI
APV9475	54019534D	01/02/2014	51851	167	
AVB5648	55376484D	23/01/2014	51851	167	
AVJ8637	54965453E	26/02/2014	65992	230	* V
AVW9377	54019557D	10/01/2014	51851	167	
EDT2602	54961095E	14/03/2014	57380	186	* II
HNE5093	54019281D	19/01/2014	55411	181	* XVII
LXE3051	54019472D	20/02/2014	65561	230	* I
LXE3051	54019470D	20/02/2014	51691	165	
MBX1954	54965937E	17/03/2014	60501	208	
MEQ5448	54965305E	12/02/2014	60502	208	
MEQ5448	54965306E	12/02/2014	64080	221	
MEQ5448	54965301E	12/02/2014	62700	220	* II
MEQ5448	54965302E	12/02/2014	66532	230	* XI
MEQ5448	54965304E	12/02/2014	67261	230	* XVIII
MFI6663	54965329E	23/02/2014	65992	230	* V
MFI6663	54965328E	23/02/2014	50100	162	* I
MIY7884	54965253E	17/02/2014	65992	230	* V
MJA2315	55374992D	15/03/2014	52741	175	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 531/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 531/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGM0619	54965101E	27/02/2014	66102	230 * VII
AOV3488	54965004E	02/03/2014	70991	244 * V II
AOZ3405	54019417D	06/01/2014	67691	230 * XXII
APX4248	54018591D	28/03/2014	51851	167

ASF9122	54019464D	09/02/2014	66102	230	* VII
ASG4518	55376192D	02/02/2014	65992	230	* V
ASR7777	55376184D	24/01/2014	51851	167	
ATB2354	54018797D	03/01/2014	55250	181	* XV
AWG6199	54965118E	07/03/2014	50100	162	* I
AWG6199	54965119E	07/03/2014	51180	164	c/c 162 * I
BAK1497	54964704E	26/03/2014	54283	181	* V
CTB3910	54019441D	23/02/2014	69120	232	
CYX6870	54018699D	13/02/2014	51851	167	
DSO4494	54961139E	25/03/2014	65480	229	
DSO4494	54961140E	25/03/2014	54600	181	* IX
DSO4494	54961141E	25/03/2014	54521	181	* VIII
DSO4494	54961143E	25/03/2014	52151	170	
EIC0002	54965768E	01/03/2014	69120	232	
FEO3666	54965916E	21/01/2014	60501	208	
HSX5178	54965766E	28/02/2014	51691	165	
HSX5178	54965765E	28/02/2014	65640	230	* II
IMN0100	54018948D	11/01/2014	55500	181	* XVIII
IMU1651	54965102E	28/02/2014	66102	230	* VII
JSB0871	54965278E	22/02/2014	72340	250	* I * a
JUT2508	54965570E	03/03/2014	50450	162	* V
LON1338	54961091E	21/02/2014	59670	203	* V
LON1338	54965351E	21/02/2014	52070	169	
LVO3611	54965953E	09/01/2014	69120	232	
LXE3051	54019471D	20/02/2014	69120	232	
LXQ0989	54018583D	22/03/2014	65992	230	* V
LXQ0989	54018585D	22/03/2014	52152	170	
MBX1954	54018588D	25/03/2014	50100	162	* I
MDC6183	54965311E	19/02/2014	60501	208	
MFC4817	54964701E	19/03/2014	73662	252	* VI
MGY1516	54964851E	04/03/2014	67261	230	* XVIII
MHC9596	54964703E	23/03/2014	55250	181	* XV
MIP3851	54961252E	29/03/2014	65992	230	* V
MIP3851	54961253E	29/03/2014	52070	169	
MIY7884	54965254E	17/02/2014	50100	162	* I
MIZ0503	54965357E	19/03/2014	50450	162	* V
MKQ3596	54965559E	21/02/2014	51851	167	
MKQ3596	54965558E	21/02/2014	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 533/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 533/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAA3198	54019597D	17/01/2014	51851	167
AAQ0327	54018728D	14/03/2014	55250	181 * XV
AAQ0327	54018729D	14/03/2014	65992	230 * V
AKS6025	55374228D	06/03/2014	50100	162 * I
AKS6025	55374229D	06/03/2014	50610	163 c/c 162 * I
AKS6025	55374230D	06/03/2014	65992	230 * V
ALC0139	54019363D	01/03/2014	50100	162 * I
ALC0139	54019362D	01/03/2014	52741	175
AME3604	54019457D	18/01/2014	54100	181 * IV
ANX6318	54965671E	03/03/2014	52741	175
ANX6318	54965672E	03/03/2014	69120	232
AOV4685	54961093E	11/03/2014	50100	162 * I
AOV4685	54961094E	11/03/2014	65992	230 * V
AOZ3405	54019415D	06/01/2014	50100	162 * I
APN8860	54019480D	03/03/2014	55411	181 * XVII
APR2075	54965571E	03/03/2014	65992	230 * V
AQE4342	54019608D	09/01/2014	67000	230 * XVI
ATI1799	54965007E	03/03/2014	73580	252 * V
ATJ1890	54965934E	16/03/2014	55500	181 * XVIII
AWF3690	54019315D	31/12/2013	57380	186 * II
DJF5548	54965109E	02/03/2014	50291	162 * II
DJF5548	54965110E	02/03/2014	50701	163 c/c 162 * II
DJF5548	54965111E	02/03/2014	65992	230 * V
EGF1859	55374447D	09/02/2014	50291	162 * II
IFL9166	54961085E	28/01/2014	73662	252 * VI
LZA2613	54019704D	08/02/2014	55411	181 * XVII
MCJ2660	54019222D	18/01/2014	65992	230 * V
MCJ2660	54019223D	18/01/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 535/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 535/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAL0920	54018581D	16/03/2014	50100	162 * I
AIH0702	54019773D	16/01/2014	67000	230 * XVI
AJB6870	54961167E	01/01/2014	69120	232
DMT3347	54965728E	16/03/2014	50450	162 * V
IMW3823	54964709E	04/04/2014	65992	230 * V
IMW3823	54964710E	04/04/2014	69120	232
MCJ3973	54018648D	12/04/2014	50100	162 * I
MDH0847	54965682E	01/04/2014	57380	186 * II
MFQ4343	54965882E	24/03/2014	73662	252 * VI
MFV0290	54965677E	29/03/2014	65992	230 * V
MFV0290	54965676E	29/03/2014	50100	162 * I
MIW1878	55374997D	08/04/2014	66020	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 537/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 537/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACD6586	54965883E	24/03/2014	66532	230 * XI
ACD6586	54965884E	24/03/2014	66372	230 * IX
AKG4984	54961099E	04/04/2014	50100	162 * I
AMX9607	54965727E	16/03/2014	55411	181 * XVII
CEF8662	54018597D	12/04/2014	50100	162 * I
KBL3844	54965940E	29/03/2014	59161	202 * II
LXH2871	54018594D	06/04/2014	50100	162 * I
LXH2871	54961100E	05/04/2014	50100	162 * I
MCI8683	54965678E	29/03/2014	70301	244 * I
MCI8683	54965675E	29/03/2014	65992	230 * V
MDF9041	54965684E	01/04/2014	65992	230 * V
MDF9041	54965685E	01/04/2014	69120	232
MDF9041	54965686E	01/04/2014	50100	162 * I
MDH0847	54961098E	01/04/2014	65992	230 * V
MGO1162	54965056E	17/04/2014	50100	162 * I
MGO1162	54965057E	17/04/2014	65992	230 * V
MIQ9197	54965689E	07/04/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 539/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 539/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAM2787	54964963E	21/04/2014	50100	162 * I
AEK2732	54018731D	01/04/2014	55680	181 * XIX
AJS3929	54964954E	18/04/2014	51851	167
ETP5430	54965680E	30/03/2014	51691	165
ETP5430	54965679E	30/03/2014	52741	175
HHM1169	54964956E	18/04/2014	51851	167
MEQ5448	54965880E	21/03/2014	66531	230 * XI
MEQ5448	54965881E	21/03/2014	73400	252 * IV
MGO4052	54964722E	21/04/2014	65992	230 * V
MGO4052	54964723E	21/04/2014	50100	162 * I
MGO4052	54964724E	21/04/2014	70481	244 * II
MHD3285	54965731E	23/03/2014	51851	167
MLK6801	54965358E	12/04/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 541/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 541/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJR1762	54964712E	13/04/2014	55090	181 * XIII
AMD8134	54018289D	20/04/2014	55411	181 * XVII
ANK6445	54961146E	03/04/2014	52311	172
AQP3839	54964706E	01/04/2014	55500	181 * XVIII
BZN7819	55374239D	12/04/2014	50100	162 * I

BZN7819	55374240D	12/04/2014	69120	232	
CYL0165	55528013C	22/04/2014	73662	252	* VI
CYQ4779	54964732E	30/04/2014	55250	181	* XV
GUH7748	54018639D	19/03/2014	50100	162	* I
JOZ7649	54965359E	18/04/2014	54521	181	* VIII
LZZ4407	54965694E	25/04/2014	50100	162	* I
LZZ4407	54965695E	25/04/2014	51851	167	
LZZ4407	54965742E	25/04/2014	66372	230	* IX
MAP0201	54965946E	24/04/2014	50100	162	* I
MDX7373	54961200E	24/04/2014	69120	232	
MEM3086	54961255E	28/04/2014	50100	162	* I
MET6472	54965887E	17/04/2014	66372	230	* IX
MGO1162	54965886E	17/04/2014	66020	230	* VI
MHM2338	54964733E	06/05/2014	55500	181	* XVIII
MJO0945	54018640D	22/03/2014	65992	230	* V
MJQ2097	54965743E	25/04/2014	50100	162	* I
MKN6696	54965734E	23/03/2014	60501	208	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 543/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 543/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKO0266	54018644D	31/03/2014	50450	162 * V
AKO0266	54018645D	31/03/2014	65992	230 * V
ALD6323	54018741D	11/05/2014	60501	208
AMK8824	54965700E	10/05/2014	66102	230 * VII
AMK8824	54965699E	10/05/2014	66372	230 * IX
AUU5370	54965690E	07/04/2014	50100	162 * I

AUU5370	54965691E	07/04/2014	65992	230	* V
CHE7956	54961257E	04/05/2014	50100	162	* I
EBJ3055	54964735E	09/05/2014	54521	181	* VIII
EPN0148	54964966E	21/04/2014	52070	169	
JYQ8169	54965741E	22/04/2014	54790	181	* X
MBL0686	54964983E	12/05/2014	67261	230	* XVIII
MBL0686	54964984E	12/05/2014	65992	230	* V
MER3013	54965361E	06/05/2014	55411	181	* XVII
MIQ0815	54964972E	27/04/2014	69120	232	
MJA2315	54965501E	11/05/2014	57380	186	* II
MJV2962	54961023E	29/04/2014	70481	244	* II
MTI8640	54965735E	23/03/2014	50100	162	* I
MTI8640	54965737E	23/03/2014	51180	164	c/c 162 * I
MTI8640	54965736E	23/03/2014	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 545/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 545/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AND8238	54965364E	12/05/2014	73662	252 * VI
CZV5900	54965363E	09/05/2014	50100	162 * I
MBD1757	54965067E	17/05/2014	73662	252 * VI
MBD1757	54965066E	17/05/2014	51851	167
MBS8949	54018831D	17/05/2014	50450	162 * V
MBS8949	54018834D	17/05/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 547/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 547/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMR2018	54965698E	01/05/2014	57380	186 * II
ANV2372	54963805E	16/05/2014	70561	244 * III
ARR0724	54965368E	15/05/2014	65992	230 * V
ARR0724	54965367E	15/05/2014	50100	162 * I
ATY2484	54965697E	01/05/2014	57380	186 * II
AXE8657	54964856E	01/05/2014	51851	167
BZS4106	54964991E	24/05/2014	51691	165
CJP6656	54961259E	16/05/2014	50100	162 * I
HJP5004	54964967E	24/04/2014	55250	181 * XV
LXX3282	54964988E	18/05/2014	50100	162 * I
LXX3282	54964989E	18/05/2014	50610	163 c/c 162 * I
MCM8962	54964721E	18/04/2014	54521	181 * VIII
MEY7047	54965360E	19/04/2014	66371	230 * IX
MFT0601	54965062E	28/04/2014	65992	230 * V
MFT0601	54965063E	28/04/2014	50100	162 * I
MHY2716	54964729E	24/04/2014	73400	252 * IV
MJB9685	54964990E	24/05/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 549/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 549/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGW7180	54016798D	01/06/2014	67691	230 * XXII
AHB4319	54964741E	30/05/2014	65992	230 * V
AHB4319	54964743E	30/05/2014	66372	230 * IX
AHB4319	54964744E	30/05/2014	66372	230 * IX
AJX9307	54964739E	15/05/2014	66372	230 * IX
AJX9307	54964738E	15/05/2014	69120	232
AOS1028	54016797D	01/06/2014	51851	167
BER8380	54965508E	29/05/2014	65992	230 * V
BER8380	54965507E	29/05/2014	50100	162 * I
BZS4106	54965468E	24/05/2014	51691	165
JTU2942	54965504E	18/05/2014	50100	162 * I
LON1338	54965059E	28/04/2014	73662	252 * VI
LYV3364	54964858E	13/05/2014	62700	220 * II
LZZ4407	54963808E	28/05/2014	50100	162 * I
LZZ4407	54963809E	28/05/2014	51851	167
LZZ4407	54963810E	28/05/2014	66371	230 * IX
LZZ4407	54963811E	28/05/2014	73400	252 * IV
MEQ5448	54965064E	05/05/2014	66020	230 * VI
MEQ5448	54965065E	05/05/2014	66372	230 * IX
OGJ2228	54018735D	29/04/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 551/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 551/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALC0139	54018641D	22/03/2014	50100	162 * I
APC2473	54965746E	19/05/2014	50100	162 * I
ATP1552	54961192E	14/04/2014	50100	162 * I
BMD3050	54965893E	11/05/2014	51691	165
DSO4494	54965947E	01/05/2014	69120	232
JTU2942	54965503E	18/05/2014	65992	230 * V
LQK0774	54965466E	12/05/2014	50100	162 * I
MAD1260	54965942E	18/04/2014	51691	165
MCM8962	54964973E	30/04/2014	54521	181 * VIII
MGP2497	54964802E	31/05/2014	65992	230 * V
MGP2497	54964801E	31/05/2014	50450	162 * V
MHH9034	54965748E	31/05/2014	50100	162 * I
MJH9839	54965370E	18/05/2014	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 552/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 552/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACN7750	54016789D	18/05/2014	69120	232
ACN7750	54016790D	18/05/2014	66020	230 * VI
AMS7151	54965469E	27/05/2014	54283	181 * V
ATP1552	54961193E	14/04/2014	65992	230 * V
AYY0029	54964996E	02/06/2014	65992	230 * V
AYY0029	54964995E	02/06/2014	50450	162 * V
MGE4360	54963601E	05/06/2014	65992	230 * V
MGE4360	54963602E	05/06/2014	70640	244 * IV
MKZ5086	54965374E	13/06/2014	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 554/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 554/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAW1504	54965945E	19/04/2014	65992	230 * V
AAW1504	54964852E	19/04/2014	65992	230 * V
AAW1504	54964853E	19/04/2014	69120	232
ADV8060	54965479E	11/06/2014	54283	181 * V
AKG4772	54965071E	13/06/2014	65992	230 * V
AOW1578	54964903E	30/05/2014	73662	252 * VI
AOX1273	54964854E	19/04/2014	50100	162 * I
AQR5265	54964907E	05/06/2014	73662	252 * VI
AQR5265	54964908E	05/06/2014	73580	252 * V
EDZ3322	54965480E	12/06/2014	50100	162 * I
LZI0314	54965482E	20/06/2014	55250	181 * XV
MGZ8679	54965509E	01/06/2014	50450	162 * V
MIU8747	54964910E	17/06/2014	50100	162 * I
MIU8747	54964911E	17/06/2014	51691	165
MJQ6123	54965510E	13/06/2014	69120	232
MKS1797	54964909E	17/06/2014	50100	162 * I
MKT9510	54965069E	10/06/2014	66372	230 * IX
MKT9510	54963812E	10/06/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 556/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 556/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGG6906	54963807E	28/05/2014	65992	230 * V
AOI9764	54018300D	25/06/2014	51851	167
AOS4349	54965949E	09/05/2014	69120	232
AOX1273	54964855E	19/04/2014	65992	230 * V
MEG1526	54964862E	09/06/2014	50100	162 * I
MEQ5448	54963653E	24/06/2014	66531	230 * XI
MEQ5448	54963654E	24/06/2014	66372	230 * IX
MFT0601	54965068E	01/06/2014	50100	162 * I
MKJ1757	54965483E	20/06/2014	54283	181 * V
MLJ9972	54965484E	20/06/2014	54283	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 558/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 558/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHA6328	54963755E	01/07/2014	69120	232
AIK1047	54965493E	01/07/2014	69120	232
AIK1047	54965384E	01/07/2014	55250	181 * XV
ATN7627	54965373E	31/05/2014	50100	162 * I
MAM9140	54963751E	27/06/2014	54521	181 * VIII
MBX8003	54963661E	05/07/2014	50100	162 * I
MBX8003	54963662E	05/07/2014	65992	230 * V
MCQ1620	54963660E	03/07/2014	51851	167
MGG8890	54963309E	07/07/2014	51851	167
MGG8890	54963308E	07/07/2014	52741	175

MGG8890	54963307E	07/07/2014	60760	210
MGG8890	54963306E	07/07/2014	58350	195
MGM9191	54963656E	24/06/2014	50100	162 * I
MGM9191	54963655E	24/06/2014	66102	230 * VII
MGV7549	54964865E	03/07/2014	65992	230 * V
MGV7549	54964866E	03/07/2014	50100	162 * I
MHG4149	54963663E	05/07/2014	50100	162 * I
MHG4149	54963664E	05/07/2014	69120	232
MIT5293	54965747E	25/05/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 560/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 560/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIX4463	54965074E	05/07/2014	51851	167
ASC2896	54963756E	05/07/2014	51851	167
JPT0132	54965496E	14/07/2014	52070	169
LON1338	54963673E	11/07/2014	51851	167
MBX7096	54965488E	20/06/2014	50100	162 * I
MCD3414	54963670E	11/07/2014	51851	167
MDJ9989	54963816E	11/07/2014	60501	208
MER8788	54965073E	03/07/2014	50450	162 * V
MGH7401	54961263E	10/06/2014	65992	230 * V
MIF6953	54965511E	14/06/2014	65992	230 * V
MIF6953	54965513E	14/06/2014	52741	175
MIF6953	54965514E	14/06/2014	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 562/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 562/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AES2034	54963301E	05/07/2014	50100	162 * I
AFN9294	54965381E	20/06/2014	50100	162 * I
AFN9294	54965380E	20/06/2014	51691	165
AFN9294	54965382E	20/06/2014	52741	175
BET4030	54965481E	14/06/2014	51851	167
CSF4622	54964859E	16/05/2014	65992	230 * V
CSF4622	54964861E	16/05/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 564/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 564/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHG8796	54965387E	20/07/2014	66372	230 * IX
AJR0781	54965515E	14/07/2014	65992	230 * V
AND8238	54965388E	22/07/2014	51851	167
AND8238	54965389E	22/07/2014	73662	252 * VI
APC2473	54964868E	10/07/2014	50100	162 * I
APC2473	54964869E	10/07/2014	65992	230 * V
APD4660	54963675E	15/07/2014	51851	167
APL8376	54963679E	21/07/2014	69120	232
ARL3727	54963752E	27/06/2014	69120	232
ARL3727	54963754E	27/06/2014	51691	165
LOI1806	54963310E	09/07/2014	57380	186 * II
MHI1535	54964870E	19/07/2014	51851	167
MIC7258	54963702E	29/06/2014	69120	232
MIC7258	54963701E	29/06/2014	65992	230 * V
MJA2315	54963705E	14/07/2014	67691	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 566/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 566/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHG8796	54965077E	20/07/2014	52741	175
AHG8796	54965078E	20/07/2014	73400	252 * IV
AIY1184	54963757E	14/07/2014	51851	167
DJJ7078	54965081E	23/07/2014	66372	230 * IX
DJJ7078	54965083E	23/07/2014	52070	169
DJJ7078	54965082E	23/07/2014	50100	162 * I
DJJ7078	54965080E	23/07/2014	65992	230 * V
HFP9475	54965498E	20/07/2014	69120	232
HFP9475	54965499E	20/07/2014	50450	162 * V
HGX0822	54963759E	27/07/2014	65480	229
HUP9564	54965398E	31/07/2014	50100	162 * I
LXG7169	54964914E	26/06/2014	54527	181 * VIII
LZK2051	54963353E	02/08/2014	65992	230 * V
LZK2051	54963352E	02/08/2014	50450	162 * V
LZR4006	54963686E	27/07/2014	50100	162 * I
MCR1006	54963619E	04/08/2014	65992	230 * V
MCS4806	54963620E	07/08/2014	50100	162 * I
MCS4806	54963621E	07/08/2014	69120	232
MHS1222	54963613E	30/07/2014	69120	232
MHS1222	54963614E	30/07/2014	67692	230 * XXII
MJN4318	54964925E	05/08/2014	50450	162 * V
MJN4318	54964924E	05/08/2014	65992	230 * V
MKI0751	54965075E	15/07/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 568/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 568/2014



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFA9696	54963766E	14/08/2014	55250	181 * XV
NIY9341	54961025E	02/08/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 570/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 570/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEJ6446	54963716E	11/08/2014	58350	195
APM2802	54963685E	23/07/2014	50292	162 * II
ARO6829	54963334E	09/08/2014	66102	230 * VII
ARO6829	54963336E	09/08/2014	66371	230 * IX
ATO5847	54963358E	09/08/2014	50450	162 * V
BSL7250	54963362E	13/08/2014	50100	162 * I
BSL7250	54963361E	13/08/2014	65992	230 * V

BXK0808	54963326E	25/07/2014	69120	232	
BXK0808	54963327E	25/07/2014	50450	162	* V
LYI7392	54963626E	19/08/2014	65992	230	* V
LZU0759	54963325E	21/07/2014	65992	230	* V
MAX1222	54963360E	10/08/2014	65992	230	* V
MAZ1548	54963332E	09/08/2014	65992	230	* V
MAZ1548	54963333E	09/08/2014	50100	162	* I
MBG1406	54963722E	17/08/2014	65992	230	* V
MCG8128	54965520E	15/08/2014	50100	162	* I
MDJ4358	54963723E	21/08/2014	50100	162	* I
MFF2083	54965517E	08/08/2014	69120	232	
MFP9475	54963359E	10/08/2014	51851	167	
MJT4016	54963955E	11/08/2014	55411	181	* XVII
MJT4016	54963952E	11/08/2014	55250	181	* XV
MKQ8086	54963688E	09/08/2014	50100	162	* I
MKR2932	54963690E	09/08/2014	52070	169	
MKR2932	54963691E	09/08/2014	52152	170	
MKR2932	54963692E	09/08/2014	65992	230	* V
MKR2932	54963693E	09/08/2014	69120	232	
MKR2932	54963689E	09/08/2014	51691	165	
MVM1065	54963711E	02/08/2014	54281	181	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 572/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 572/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEJ7008	54963342E	14/08/2014	51851	167
AFG2523	54965087E	04/08/2014	50100	162 * I

AMD4802	54963775E	22/08/2014	69120	232	
AMV2667	54963774E	22/08/2014	69120	232	
EFP4263	54963406E	25/08/2014	51851	167	
LXX3282	54963451E	22/08/2014	67261	230	* XVIII
LXX3282	55374250D	22/08/2014	50100	162	* I
LYU6390	54963678E	21/07/2014	54521	181	* VIII
LZI5450	54964922E	01/08/2014	50100	162	* I
MDX7017	54963959E	19/08/2014	51851	167	
MFK2362	54963344E	17/08/2014	65992	230	* V
MFK2362	54963346E	17/08/2014	58350	195	
MHP6268	55374249D	22/08/2014	69120	232	
MHP6268	55374246D	22/08/2014	50100	162	* I
MHP6268	55374247D	22/08/2014	66372	230	* IX
MHP6268	55374248D	22/08/2014	51180	164	c/c 162 * I
MJE7859	54963965E	25/08/2014	73662	252	* VI
MJI1851	54963347E	20/08/2014	50100	162	* I
MJI1851	54963348E	20/08/2014	52152	170	
NJQ7120	54963719E	17/08/2014	65992	230	* V
NJQ7120	54963718E	17/08/2014	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 574/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 574/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGN8431	54963615E	31/07/2014	69120	232
ASZ4357	54963409E	02/09/2014	51851	167
ASZ4357	54963410E	02/09/2014	69120	232
ATP4119	54961031E	22/08/2014	65561	230 * I

AUM3619	54963966E	01/09/2014	54100	181	*	IV
CGX4520	54963408E	29/08/2014	50100	162	*	I
DZI7866	54965524E	24/08/2014	51851	167		
DZI7866	54965523E	24/08/2014	69120	232		
DZI7866	54965522E	24/08/2014	50100	162	*	I
HWM6954	54963674E	15/07/2014	51851	167		
MIC4732	54964920E	16/07/2014	70561	244	*	III
MIC4732	54964919E	16/07/2014	65992	230	*	V
MJA6635	54961026E	06/08/2014	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 576/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 576/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHP3843	54963340E	10/08/2014	50100	162 * I
AVS2807	54963339E	10/08/2014	51851	167
CYR8796	54963733E	08/09/2014	66371	230 * IX
CYR8796	54963732E	08/09/2014	65992	230 * V
CYR8796	54963731E	08/09/2014	50100	162 * I
LXQ3756	54963765E	10/08/2014	69120	232
MGD7088	54963627E	19/08/2014	50100	162 * I
MGH8178	54963960E	23/08/2014	50100	162 * I
MGJ1074	54963636E	04/09/2014	50100	162 * I
MHN0522	54963622E	16/08/2014	50100	162 * I
MHN0522	54963623E	16/08/2014	69120	232
MIT1153	54963337E	10/08/2014	65992	230 * V
MIT1153	54963338E	10/08/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 578/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 578/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEY1209	54963730E	07/09/2014	52070	169
AIG9652	54963412E	06/09/2014	65992	230 * V
AIS2847	54963413E	06/09/2014	66372	230 * IX
AKG3845	54963648E	13/09/2014	51851	167
AOU3371	54963973E	09/09/2014	50100	162 * I
AOU3371	54963974E	09/09/2014	65992	230 * V
AOU3371	54963975E	09/09/2014	65561	230 * I
EIT3559	54963649E	13/09/2014	69120	232
MAF1345	54963976E	10/09/2014	69120	232
MBR3085	54963972E	09/09/2014	65640	230 * II
MCH5866	54964811E	15/09/2014	50100	162 * I
MDU3266	54965090E	12/08/2014	69120	232
MDU3266	54965089E	12/08/2014	50100	162 * I
MFV1398	54965088E	10/08/2014	66372	230 * IX
MGL5998	54963405E	25/08/2014	73662	252 * VI
MKQ3596	54963457E	29/08/2014	69120	232
MLF0431	54963643E	09/09/2014	69120	232
OFB8586	54963978E	16/09/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 580/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 580/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BFB6277	54963738E	10/09/2014	51851	167
BFB6277	54963736E	10/09/2014	73662	252 * VI
DGT7764	54963552E	26/09/2014	69120	232
DGT7764	54963553E	26/09/2014	50100	162 * I
DGT7764	54963555E	26/09/2014	50610	163 c/c 162 * I
LZH3672	54963414E	10/09/2014	54521	181 * VIII
MAU0096	54963638E	04/09/2014	65992	230 * V
MBY0381	54963961E	25/08/2014	51851	167
MGA0188	54964930E	26/09/2014	53040	176 * III
MGA0188	54964931E	26/09/2014	50100	162 * I
MGE4972	54018745D	22/08/2014	50100	162 * I
MGE4972	54018744D	22/08/2014	69120	232
MGE4972	54018746D	22/08/2014	66372	230 * IX
MJA6635	54965900E	06/08/2014	50100	162 * I
MLT0844	54965527E	02/10/2014	54790	181 * X
MLY3596	54963635E	28/08/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 582/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 582/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APN7861	54963979E	16/09/2014	69120	232
AVK3672	54963725E	31/08/2014	58780	199
AVK3672	54963726E	31/08/2014	50450	162 * V
BFZ7882	54963566E	07/10/2014	55250	181 * XV
BFZ8692	54963565E	07/10/2014	55250	181 * XV
IBI6461	54963642E	08/09/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 584/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 584/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGE4325	54964551E	16/09/2014	51851	167	
ALV0120	54963983E	05/10/2014	50100	162	* I
ALV0120	54963984E	06/10/2014	51691	165	
ARF8211	54963629E	19/08/2014	57380	186	* II
ARF8211	54963630E	19/08/2014	60501	208	
ARF8211	54963628E	19/08/2014	50100	162	* I
ARF8211	54963631E	19/08/2014	70303	244	* I
ARF8211	54963632E	19/08/2014	69120	232	
ASB9378	54963365E	14/09/2014	55250	181	* XV
ASB9378	54963364E	14/09/2014	54521	181	* VIII
AWE5721	54964814E	26/09/2014	55250	181	* XV
BBB1622	54964501E	12/09/2014	51691	165	
BGP8609	54963990E	14/10/2014	73400	252	* IV
GVQ3137	54963996E	14/10/2014	51851	167	
LYP2168	54963650E	13/09/2014	51691	165	
MAN0084	54963987E	14/10/2014	51851	167	
MET1073	54963563E	04/10/2014	65992	230	* V
MET1073	54963562E	04/10/2014	50100	162	* I
MFD4463	54963561E	29/09/2014	60501	208	
MMI0022	54964809E	14/09/2014	51851	167	
MMI5094	54965533E	10/10/2014	60501	208	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 586/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 586/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APA3820	54965535E	14/10/2014	50100	162 * I
APA3820	54965536E	14/10/2014	50610	163 c/c 162 * I
APA3820	54964936E	14/10/2014	70301	244 * I
INI6637	54964505E	01/10/2014	65992	230 * V
INI6637	54964504E	01/10/2014	50100	162 * I
MAZ7380	54963780E	19/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 588/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 588/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARN2427	54964840E	13/10/2014	54521	181 * VIII
LYB6642	54964843E	13/10/2014	54521	181 * VIII
MES2108	54964836E	13/10/2014	54521	181 * VIII
NJH8946	54964841E	13/10/2014	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 590/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 590/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXW8188	54964835E	13/10/2014	54521	181 * VIII
MCG3649	54963743E	26/10/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 592/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 592/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJX0894	54964826E	12/10/2014	55250	181 * XV
DEN4082	54963382E	29/10/2014	64080	221
DZI7866	54963381E	24/10/2014	55250	181 * XV
IEY9390	54965100E	10/11/2014	51851	167
LXM6522	54963387E	02/11/2014	69710	238
LXM6522	54963385E	02/11/2014	54527	181 * VIII
LXM6522	54963386E	02/11/2014	58350	195
LXM6522	54963384E	02/11/2014	55250	181 * XV
LZL5828	54965086E	10/11/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 594/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 594/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIH3739	54963582E	23/10/2014	50100	162 * I
AIH3739	54963583E	23/10/2014	66372	230 * IX

AIH3739	54963584E	23/10/2014	51851	167	
AIH3739	54963585E	23/10/2014	69120	232	
AIH3739	54963586E	23/10/2014	52152	170	
AJP1665	54963383E	30/10/2014	65480	229	
AMW3620	54964890E	14/11/2014	54521	181	* VIII
APP9413	54964604E	13/11/2014	50100	162	* I
AVN6891	54965544E	18/11/2014	69120	232	
AVN6891	54965543E	18/11/2014	50100	162	* I
BRH2600	54964888E	12/11/2014	51851	167	
BRH2600	54964887E	12/11/2014	50100	162	* I
IGK0612	54964607E	18/11/2014	65992	230	* V
IGK0612	54964606E	18/11/2014	50100	162	* I
JPG5678	54963789E	17/11/2014	51851	167	
LXH5935	54963568E	08/10/2014	65992	230	* V
MCG3649	54963389E	07/11/2014	50610	163	c/c 162 * I
MCG3649	54963388E	07/11/2014	50100	162	* I
MLP4352	54963596E	12/11/2014	60501	208	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

José Boiteux

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 294/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 294/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXE3923	55485883D	15/11/2013	54100	181 * IV
LZQ9495	55485888D	20/11/2013	67852	231 * II * a
MCK1737	55485878D	14/11/2013	65992	230 * V

MIH0956 55485879D 14/11/2013 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 296/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 296/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZQ9495	55485889D	22/11/2013	67852	231 * II * a
LZQ9495	55485890D	26/11/2013	67852	231 * II * a
MAK1362	55485893D	29/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MAK1362	55485894D	29/11/2013	50100	162 * I
MBC0654	55485891D	27/11/2013	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 297/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 297/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYE7962	55487216D	21/12/2013	73662	252 * VI
LYX2349	55487211D	21/12/2013	50100	162 * I
LYX2349	55487212D	21/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
LYX2349	55487213D	21/12/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 299/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 299/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGV4477	55487220D	30/12/2013	55250	181 * XV
MGC1787	55485900D	07/12/2013	67852	231 * II * a
MKT0845	55487201D	12/12/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 300/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 300/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAL8251	55487207D	12/12/2013	50100	162 * I
MAL8251	55487208D	12/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MCS0112	55487227D	09/01/2014	55411	181 * XVII
MGY3487	55487205D	12/12/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 301/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 301/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BBB2520	55487235D	25/01/2014	51691	165
BBB2520	55487236D	25/01/2014	65992	230 * V
MGY3487	55487214D	21/12/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 303/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 303/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZX9220 55487221D 30/12/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 304/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 304/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAX3470 55487226D 11/01/2014 63944 220 * XIV
MFG7358 55487243D 18/02/2014 65992 230 * V
MFG7358 55487244D 18/02/2014 50100 162 * I
MGG7745 55487232D 17/01/2014 50450 162 * V
MGG7745 55487231D 17/01/2014 73400 252 * IV
MGG7745 55487233D 17/01/2014 65992 230 * V
MGV1506 55487230D 17/01/2014 73400 252 * IV
MHU2945 55487222D 31/12/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 306/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 306/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGH9962	54978013E	25/02/2014	51851	167
AGH9962	54978014E	25/02/2014	51852	167
MAU1669	54978037E	06/03/2014	55250	181 * XV
MAU1669	54978038E	06/03/2014	65992	230 * V
MBN2872	55487237D	01/02/2014	50100	162 * I
MBN2872	55487238D	01/02/2014	65992	230 * V
MFG7358	55487245D	18/02/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 307/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 307/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXR6049	54978027E	03/03/2014	65992	230 * V
LXR6049	54978028E	03/03/2014	50100	162 * I
LXR6049	54978029E	03/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXR6049	54978030E	03/03/2014	69120	232
LXS2547	54978045E	09/03/2014	50100	162 * I
LXS2547	54978046E	09/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZQ9495	55487241D	17/02/2014	67852	231 * II * a
MDJ1899	54978010E	25/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDJ1899	54978011E	25/02/2014	50100	162 * I
MDJ1899	54978012E	25/02/2014	65992	230 * V
MDJ1899	54978061E	13/03/2014	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 308/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 308/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICK7912	54978055E	10/03/2014	55411	181 * XVII
MAL8251	54978004E	21/02/2014	50100	162 * I
MAL8251	54978005E	21/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAL8251	54978006E	21/02/2014	69120	232
MED1130	54978009E	25/02/2014	51851	167
MMB3521	54978007E	21/02/2014	50450	162 * V
MMB3521	54978008E	21/02/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 309/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 309/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWV7502	55487219D	27/12/2013	51691	165
LXZ2753	54978036E	05/03/2014	53980	181 * II
LZC6371	54978026E	28/02/2014	66372	230 * IX
LZQ9495	55684516C	11/06/2013	67853	231 * II * a
MEH2765	54978016E	28/02/2014	65992	230 * V
MEH2765	54978017E	28/02/2014	66372	230 * IX

MEH2765	54978018E	28/02/2014	69120	232	
MEH2765	54978019E	28/02/2014	70304	244	* I
MGC1787	54978042E	08/03/2014	67852	231	* II * a
MGC1787	54978035E	04/03/2014	67852	231	* II * a
MGC1787	54978039E	07/03/2014	67852	231	* II * a
MKT0845	54978023E	28/02/2014	51851	167	
MKT0845	54978024E	28/02/2014	51852	167	
MLU5285	54978040E	07/03/2014	54600	181	* IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 311/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 311/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KBA4861	54978020E	28/02/2014	65992	230 * V
KBA4861	54978021E	28/02/2014	51851	167
KBA4861	54978022E	28/02/2014	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 312/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 312/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZQ9495	54978057E	12/03/2014	67852	231 * II * a
LZQ9495	54978051E	10/03/2014	67852	231 * II * a
MAU1669	54978068E	13/03/2014	65992	230 * V
MEW9806	54978060E	13/03/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 313/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 313/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXT4845	54978079E	28/03/2014	50100	162 * I
LXT4845	54978080E	28/03/2014	65640	230 * II
LXV0963	54978106E	12/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXV0963	54978107E	12/04/2014	50100	162 * I
LXV0963	54978108E	12/04/2014	66102	230 * VII
LZI8478	54978104E	18/04/2014	51851	167
LZI8478	54978102E	18/04/2014	65992	230 * V
LZI8478	54978103E	18/04/2014	69120	232
LZR3154	54978062E	16/03/2014	55411	181 * XVII
MBD1131	54978067E	17/03/2014	70481	244 * II
MEW9806	54978070E	20/03/2014	69471	235
MFT2342	54978082E	31/03/2014	51851	167
MGC1787	54978074E	21/03/2014	67852	231 * II * a
MGC1787	54978075E	22/03/2014	67852	231 * II * a
MGY3487	54978076E	28/03/2014	73662	252 * VI
MGY3487	54978077E	28/03/2014	65640	230 * II
MGY3487	54978078E	28/03/2014	69120	232
MJC7795	54978065E	16/03/2014	66372	230 * IX
MJC7795	54978063E	16/03/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 315/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 315/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEH6948	54978100E	14/04/2014	73400	252 * IV
MHK6202	54978089E	03/04/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 316/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 316/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWT8101	54978123E	04/05/2014	65992	230 * V
LWT8101	54978124E	04/05/2014	70301	244 * I
LYB8756	54978111E	21/04/2014	55250	181 * XV
LYC2557	54978131E	19/05/2014	66610	230 * XII
MAX6945	54978125E	05/05/2014	65992	230 * V
MAX6945	54978126E	05/05/2014	69120	232
MDZ7033	54978099E	14/04/2014	66531	230 * XI
MFE9410	54978097E	10/04/2014	70481	244 * II
MFE9410	54978098E	10/04/2014	58350	195
MFW9569	54978096E	09/04/2014	54521	181 * VIII
MLV5513	54978093E	06/04/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 317/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 317/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BVY8260	54978094E	06/04/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 318/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 318/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMA9138	54978136E	26/05/2014	65992	230 * V
AMB4772	54978120E	02/05/2014	52741	175
AMB4772	54978121E	02/05/2014	52070	169
AMB4772	54978122E	02/05/2014	51851	167
AMB4772	54978116E	02/05/2014	63944	220 * XIV
AMB4772	54978117E	02/05/2014	61220	214 * I
AMB4772	54978118E	02/05/2014	58350	195
AMB4772	54978119E	02/05/2014	57970	191
LZI8478	54978143E	27/05/2014	65992	230 * V
LZI8478	54978144E	27/05/2014	50100	162 * I
LZI8478	54978145E	27/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZI8478	54978146E	27/05/2014	69120	232
LZI8478	54978147E	27/05/2014	66372	230 * IX
MLT3544	54978138E	26/05/2014	50100	162 * I
MLT3544	54978139E	26/05/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 319/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 319/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GAS0565	54978163E	07/06/2014	54600	181 * IX
JJB8743	54978127E	07/05/2014	67852	231 * II * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 320/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 320/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZZ7353	54978165E	16/06/2014	65992	230 * V
LZZ7353	54978166E	16/06/2014	64080	221
MAL8251	54978140E	26/05/2014	50100	162 * I
MAL8251	54978141E	26/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAL8251	54978142E	26/05/2014	65992	230 * V
MGJ0217	54978137E	26/05/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 321/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 321/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAU2028	54978162E	07/06/2014	55411	181 * XVII
MBG5953	54978150E	03/06/2014	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 322/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 322/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHA3729 54978167E 18/06/2014 73662 252 * VI
MHA3729 54978168E 18/06/2014 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 323/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 323/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MMI6390 54978164E 16/06/2014 54010 181 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 325/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 325/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGC1787 54978169E 17/06/2014 54010 181 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 326/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 326/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMA9138	54978176E	21/07/2014	65992	230 * V
AMA9138	54978177E	21/07/2014	66371	230 * IX
MDR4146	54978186E	08/08/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8134 328/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 328/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEZ3168	54978191E	22/08/2014	51851	167
MAG0126	54978194E	28/08/2014	51851	167
MAP8299	54978173E	21/07/2014	65561	230 * I
MGC1787	54978178E	22/07/2014	67852	231 * II * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 329/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 329/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLK4015	54978207E	16/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MZX0041	54978200E	08/09/2014	63944	220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 331/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 331/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHB0549 54978196E 04/09/2014 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 333/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 333/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYM8199 54978213E 19/09/2014 50100 162 * I
LYM8199 54978214E 19/09/2014 51180 164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 334/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 334/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CMB3107	54978204E	16/09/2014	50100	162 * I
MBM5737	54978208E	16/09/2014	65992	230 * V
MBM5737	54978209E	16/09/2014	50100	162 * I
MCK4015	54978205E	16/09/2014	50100	162 * I
MCK4015	54978206E	16/09/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 335/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 335/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDQ4388	54978221E	15/10/2014	50100	162 * I
MDQ4388	54978226E	15/10/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 337/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 337/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACB2268	54978217E	25/09/2014	50100	162 * I
ACB2268	54978218E	25/09/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 339/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 339/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYR0049	54978220E	08/10/2014	50100	162 * I
LYR0049	54978222E	08/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYR0049	54978223E	08/10/2014	65992	230 * V
LYR0049	54978224E	08/10/2014	69120	232
LYR0049	54978225E	08/10/2014	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 341/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 341/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOU3289	54978235E	24/11/2014	51851	167
BOU3289	54978236E	24/11/2014	73400	252 * IV
MBZ4309	54978228E	28/10/2014	55411	181 * XVII
MGJ6117	54978230E	31/10/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

MELEIRO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 484/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 484/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKI0705	55674929D	17/06/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGDO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 487/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 487/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CAW8665	55675127D	02/07/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGDO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 488/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 488/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCY0019 55674819D 31/07/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGDO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 491/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 491/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFF2730 55674932D 07/08/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGDO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 492/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 492/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MET1457	55674974D	15/09/2014	50100	162 * I
MET1457	55674975D	15/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MET1457	55674976D	15/09/2014	64080	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGDO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 494/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 494/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIP0795	55674972D	06/09/2014	51851	167
MIP0795	55674973D	06/09/2014	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGDO DE POLICIA

Nova Trento

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 819/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 819/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CAT9233	54724925E	22/11/2013	73662	252 * VI
MAJ1334	54884003E	21/11/2013	69200	233
MCC2883	54724963E	06/12/2013	50100	162 * I
MCC2883	54724964E	06/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MDE2655	54724917E	22/11/2013	73662	252 * VI
MDH4222	54884013E	21/11/2013	69200	233

MFR9570	54724919E	22/11/2013	51851	167	
MHD7880	54724912E	16/11/2013	50100	162	* I
MHD7880	54724913E	16/11/2013	51180	164	c/c 162 * I
MHD7880	54724914E	16/11/2013	65992	230	* V
MHD7880	54724915E	16/11/2013	66371	230	* IX
MKE3137	54724876E	10/11/2013	55680	181	* XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 821/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 821/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAT2163	54724689E	02/12/2013	69120	232
MEI5599	54884032E	12/12/2013	51851	167
MFJ3035	54724923E	22/11/2013	51851	167
MFK1495	54724934E	07/12/2013	55680	181 * XIX
MGO1621	54724936E	07/12/2013	55680	181 * XIX
MIP4704	54884033E	12/12/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 823/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 823/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAE0870	54884026E	09/12/2013	51851	167
MCG7824	54724933E	07/12/2013	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 825/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 825/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DKY9387	54724887E	07/12/2013	55680	181 * XIX
LYA2968	54884042E	09/12/2013	51851	167
LZY5186	54724937E	08/12/2013	50100	162 * I
LZY5186	54724938E	08/12/2013	51691	165
MBH9785	54724891E	10/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MBH9785	54724940E	10/12/2013	65992	230 * V
MBH9785	54724939E	10/12/2013	50100	162 * I
MFI4573	54884037E	12/12/2013	51851	167
MGU4795	54724889E	07/12/2013	54281	181 * V
MKV4300	54884050E	05/01/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 826/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 826/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADC6060	54884059E	17/01/2014	69200	233
AFX3142	54724947E	09/01/2014	51851	167
EJE6763	54724946E	09/01/2014	51851	167
KQL4192	54884125E	24/01/2014	51851	167
LXV6512	54884056E	17/01/2014	69200	233
LXW3739	54884175E	02/02/2014	55680	181 * XIX

MBJ9750	54884069E	17/01/2014	69200	233	
MCO1943	54884139E	27/01/2014	51851	167	
MDS4039	54884071E	17/01/2014	69200	233	
MEI5599	54724945E	09/01/2014	51851	167	
MEM2098	54884088E	26/01/2014	55680	181	* XIX
MFF2188	54884043E	15/12/2013	51691	165	
MFJ4775	54884108E	21/01/2014	51851	167	
MFS2267	54884109E	21/01/2014	51851	167	
MHQ0788	54884174E	02/02/2014	55680	181	* XIX
MHQ3216	54884082E	23/01/2014	51851	167	
MHQ8657	54724965E	08/01/2014	65992	230	* V
MI16207	54884142E	27/01/2014	51851	167	
MJH2456	54884095E	26/01/2014	55680	181	* XIX
MJR7066	54884137E	27/01/2014	51851	167	
MLR0595	54884173E	02/02/2014	55680	181	* XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 828/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 828/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCS5803	54884096E	26/01/2014	55680	181 * XIX
MEK3467	54884186E	05/02/2014	51851	167
MFZ1949	54884182E	05/02/2014	51851	167
MIY3651	54884179E	05/02/2014	51851	167
MJJ8859	54724695E	01/02/2014	55680	181 * XIX
MKF7933	54884122E	24/01/2014	51851	167
MKP0454	54884196E	05/02/2014	51851	167
MLE2047	54884119E	24/01/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 830/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 830/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIY7957	54884332E	11/02/2014	51851	167
MAQ5392	54884085E	23/01/2014	51851	167
MFN6609	54884319E	08/02/2014	51851	167
MGH2507	54884301E	08/02/2014	51851	167
MIY3651	54884314E	08/02/2014	51851	167
MJI2701	54884328E	11/02/2014	51851	167
MJS8886	54884191E	05/02/2014	51851	167
MJV8649	54884303E	08/02/2014	51851	167
MKE8222	54884324E	11/02/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 832/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 832/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKQ4837	54884355E	17/02/2014	51851	167
KHJ4652	54724890E	16/02/2014	55680	181 * XIX
LXI4680	54884376E	20/02/2014	51851	167
MBW7524	54884342E	14/02/2014	51930	168
MCB7704	54884216E	16/02/2014	55680	181 * XIX
MEQ5706	54884344E	14/02/2014	51851	167
MFT9558	54884353E	17/02/2014	73662	252 * VI
MGM9572	54884047E	30/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MGM9572	54884046E	30/12/2013	50100	162 * I
MHY3665	54884206E	16/02/2014	55680	181 * XIX
MIU0737	54884205E	16/02/2014	55680	181 * XIX
MJR5123	54884214E	16/02/2014	54281	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 833/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 833/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGX0078	54884228E	22/02/2014	52070	169
CAC5068	54884090E	26/01/2014	55680	181 * XIX
KDT8368	54884385E	20/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
KDT8368	54884386E	20/02/2014	65992	230 * V
KDT8368	54884384E	20/02/2014	50100	162 * I
KQL4192	54884397E	24/02/2014	51851	167
LXC8245	54884052E	05/01/2014	55680	181 * XIX
LYI1319	54884073E	17/01/2014	69200	233
LYT1428	54884076E	23/01/2014	51851	167
MBQ7270	54884149E	27/01/2014	51851	167
MDT1063	54884322E	08/02/2014	67930	231 * II * b
MEN7515	54884152E	31/01/2014	51851	167
MJJ3522	54884380E	20/02/2014	51851	167
MKE8222	54884163E	31/01/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 834/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 834/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DAM0751	54884083E	23/01/2014	51851	167
FFO6027	54724693E	01/02/2014	55680	181 * XIX
LYC0871	54884310E	08/02/2014	51851	167
LYJ7672	54884318E	08/02/2014	68580	231 * VII
LZX5272	54884305E	08/02/2014	51851	167
MAQ8233	54884306E	08/02/2014	51851	167
MAX2648	54884334E	11/02/2014	51851	167
MCX5838	54884378E	20/02/2014	51851	167
MDR2272	54884368E	17/02/2014	51851	167
MDT5718	54884197E	08/02/2014	51851	167
MDU0320	54884350E	14/02/2014	51851	167
MES4735	54884407E	09/03/2014	55680	181 * XIX
MFM5752	54884220E	16/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFM5752	54884219E	16/02/2014	50100	162 * I
MFX4062	54884092E	26/01/2014	55680	181 * XIX
MGO6497	54884200E	08/02/2014	51851	167
MJN7484	54884302E	08/02/2014	51851	167
MJQ4241	54884316E	08/02/2014	51851	167
MJS3292	54884326E	11/02/2014	51851	167
MJZ7484	54884348E	14/02/2014	51851	167
MKF4669	54884470E	01/03/2014	51851	167
MLO5795	54884312E	08/02/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 836/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 836/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DQW8361	54884405E	09/03/2014	55680	181	* XIX
IKF7905	54884494E	10/03/2014	51851	167	
KCC8147	54884414E	09/03/2014	54600	181	* IX
MBF6272	54884360E	17/02/2014	73662	252	* VI
MDJ8520	54884327E	11/02/2014	51851	167	
MDU7621	54884491E	08/03/2014	51851	167	
MGM9572	54724970E	18/02/2014	50100	162	* I
MGN5684	54884466E	01/03/2014	51851	167	
MJR3127	54884478E	08/03/2014	51851	167	
MKA1751	54884233E	03/03/2014	55680	181	* XIX
MKS9751	54884496E	10/03/2014	51851	167	
MLB6227	55228576E	16/03/2014	51851	167	
MLZ2461	54884472E	01/03/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENT/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 838/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 838/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIT7293	54884382E	20/02/2014	51851	167
LYG8480	55228559E	13/03/2014	51851	167
LZM2252	55228555E	13/03/2014	55680	181 * XIX
LZX5272	54884389E	24/02/2014	51851	167
LZY0524	54884210E	16/02/2014	55680	181 * XIX
MBI5845	54884391E	24/02/2014	51851	167
MDL6585	54724977E	22/03/2014	51851	167
MEC4833	54884177E	02/02/2014	55680	181 * XIX
MFE1319	55228568E	13/03/2014	51930	168

MEZ2127	54724999E	25/03/2014	51851	167	
MFA8843	54884064E	17/01/2014	69200	233	
MFG4106	55228562E	13/03/2014	51851	167	
MFT2808	54884141E	27/01/2014	70302	244	* I
MFT7956	54884404E	09/03/2014	55680	181	* XIX
MGA5605	54884465E	01/03/2014	51851	167	
MGG0826	54724997E	25/03/2014	51851	167	
MGH2507	55228595E	25/03/2014	51851	167	
MGH2507	54724985E	22/03/2014	51851	167	
MGY5133	55228569E	13/03/2014	73662	252	* VI
MHJ1025	54884250E	09/03/2014	55680	181	* XIX
MHL0513	54724942E	09/01/2014	51851	167	
MID2049	55228591E	22/03/2014	51851	167	
MJF6230	54884453E	26/02/2014	51851	167	
MJG5213	55228598E	25/03/2014	51851	167	
MJG7339	55228592E	22/03/2014	69120	232	
MKF4669	54725000E	25/03/2014	51851	167	
MKK2691	54884208E	16/02/2014	54600	181	* IX
MKP8292	54884223E	22/02/2014	51851	167	
MLA8882	54884413E	09/03/2014	55680	181	* XIX
MLB5877	54884401E	06/03/2014	54521	181	* VIII
MLB5877	54884402E	06/03/2014	53800	181	* I
MLB9467	54884237E	06/03/2014	51852	167	
MLN6229	54884356E	17/02/2014	51851	167	
MLQ5298	54884489E	08/03/2014	51851	167	
MLU8396	54884187E	05/02/2014	51851	167	
MLU8396	54884464E	01/03/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 841/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 841/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXO9947	54884140E	27/01/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 843/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 843/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGZ1213	55228966E	31/03/2014	51851	167
CNP7030	55228571E	16/03/2014	52311	172
CXI6384	55228906E	31/03/2014	51851	167
HFE5380	54884425E	30/03/2014	55680	181 * XIX
HJN2276	55228910E	03/04/2014	51851	167
JOY7802	55228902E	31/03/2014	51851	167
JQH7697	55228967E	31/03/2014	51851	167
LZC3882	55228954E	28/03/2014	51851	167
MBK8233	54884430E	30/03/2014	55680	181 * XIX
MBU9985	54724699E	30/03/2014	55680	181 * XIX
MCB0337	55228574E	16/03/2014	51851	167
MCM0508	55228587E	22/03/2014	51851	167
MFY2868	55228577E	16/03/2014	51851	167
MHS2751	54884432E	30/03/2014	55680	181 * XIX
MIP8349	54724981E	22/03/2014	51851	167
MJE8637	54724996E	25/03/2014	51851	167
MJZ7484	54724989E	25/03/2014	51851	167
MKC9609	54884434E	30/03/2014	55680	181 * XIX

OOY5648 54884431E 30/03/2014 55680 181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 845/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 845/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEL4294	55228802E	21/04/2014	51851	167
MIC6665	54884479E	08/03/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 847/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 847/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CXI6384	55228881E	26/04/2014	51851	167
DDP6577	55228971E	31/03/2014	51851	167
HWL5901	55228871E	20/04/2014	55680	181 * XIX
IEC9384	55228999E	09/04/2014	51851	167
IJU1301	55228801E	21/04/2014	51851	167
LXH2139	55228920E	27/04/2014	53980	181 * II
LYG1358	55228875E	26/04/2014	51851	167
LYL2086	55228962E	28/03/2014	51851	167
LYM5150	55228882E	26/04/2014	51851	167
LZU9232	55228876E	26/04/2014	51851	167
MAX2648	55228965E	31/03/2014	51851	167
MBI5845	55228976E	03/04/2014	51851	167
MEF2224	55228989E	06/04/2014	50100	162 * I
MEF2224	55228990E	06/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MET7324	55228808E	27/04/2014	54281	181 * V
MFL4445	55228512E	29/04/2014	66371	230 * IX
MFM5261	55228915E	09/04/2014	51851	167
MFZ5859	55228973E	31/03/2014	51851	167
MHE5239	54724700E	30/03/2014	55680	181 * XIX
MIQ5417	55228969E	31/03/2014	51851	167
MJE7019	55228511E	26/04/2014	51851	167
MJR2814	54724974E	19/03/2014	51851	167
MKD1316	54884411E	30/03/2014	55680	181 * XIX
MKN8986	54884429E	30/03/2014	55680	181 * XIX
MKX5220	55228812E	03/05/2014	55680	181 * XIX
MLB8447	55228972E	31/03/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 849/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 849/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGL8728	55228917E	09/04/2014	51851	167
MBI3175	55228863E	06/04/2014	50610	163 c/c 162 * I
MBI3175	55228862E	06/04/2014	50100	162 * I
MIO2966	55228961E	28/03/2014	51851	167
MKG9398	55228996E	09/04/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 851/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 851/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DET9895	55228805E	21/04/2014	51851	167
MFB3117	54884427E	30/03/2014	55680	181 * XIX
MFF9123	55228513E	08/05/2014	65992	230 * V
MFF9123	55228514E	08/05/2014	51851	167
MFG4927	54884267E	24/04/2014	70302	244 * I
MFG4927	54884266E	24/04/2014	58350	195
MHS7424	55228912E	06/04/2014	69120	232
MHV1109	55228753E	15/05/2014	51851	167
MID7790	54884435E	30/03/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 853/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 853/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
INJ7410	55228928E	15/05/2014	51851	167
LXY5162	55228898E	14/05/2014	69200	233
LYN7142	55228940E	21/05/2014	51851	167
LZC2520	55228894E	14/05/2014	69200	233
MCJ9765	55228879E	26/04/2014	51851	167
MCV4102	55228525E	14/05/2014	69200	233
MCZ1214	55228520E	14/05/2014	69200	233
MEL4819	54724576E	28/04/2014	69120	232
MEL4819	54724577E	28/04/2014	73400	252 * IV
MEN6577	55228935E	15/05/2014	51851	167

MFE2467	55228528E	14/05/2014	69200	233
MFI7069	55228931E	15/05/2014	51851	167
MFW1508	55228529E	17/05/2014	50100	162 * I
MFW1508	55228530E	17/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MGL3527	55228868E	18/04/2014	51691	165
MGL3527	55228869E	18/04/2014	52741	175
MGL3527	55228870E	18/04/2014	64080	221
MHN1246	55228508E	26/04/2014	51851	167
MHQ3216	55228760E	21/05/2014	51851	167
MLD9163	55228507E	20/04/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 854/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 854/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFG4927	54884268E	24/04/2014	58191	193
MFG4927	54884269E	24/04/2014	52152	170
MFO0918	55228522E	14/05/2014	69200	233
MGG7614	55228770E	27/05/2014	50100	162 * I
MGG7614	55228771E	27/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MKA1210	55228944E	21/05/2014	51851	167
MLK2976	55228506E	20/04/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 856/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 856/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ATI1319	55228853E	02/04/2014	55680	181 * XIX
JPQ8828	55228758E	15/05/2014	51851	167
MDV1572	55228930E	15/05/2014	51851	167
MFB7500	55228533E	01/06/2014	66700	230 * XIII
MHC1751	55228517E	08/05/2014	69120	232
MKZ3072	55228884E	08/05/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 858/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 858/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKL2745	55228705E	07/06/2014	53800	181 * I
AUH4385	55228757E	15/05/2014	51851	167
BCU0505	55228704E	07/06/2014	55680	181 * XIX
MBN6037	55228932E	15/05/2014	51851	167
MDR8918	55228521E	14/05/2014	69200	233
MGB9717	55228899E	07/06/2014	55680	181 * XIX
MHG3917	55228759E	15/05/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8153 859/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 859/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADW8412	55228761E	21/05/2014	51851	167
HFC9759	54884273E	11/06/2014	64080	221
HFC9759	55228656E	11/06/2014	65992	230 * V
IGF1966	55228939E	21/05/2014	51851	167
JWN2855	55228524E	14/05/2014	69200	233
MAH3134	55228755E	15/05/2014	51851	167
MAU8709	55228764E	21/05/2014	51851	167
MAX5171	55228936E	18/05/2014	65992	230 * V
MAY0524	54884270E	11/06/2014	65992	230 * V
MAY0524	55228652E	11/06/2014	50100	162 * I
MAY0524	54884271E	11/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDP2517	54724760E	08/05/2014	50450	162 * V
MEU8939	55228701E	07/06/2014	55680	181 * XIX
MFE1319	55228538E	10/06/2014	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 861/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 861/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HDK6570	54884424E	30/03/2014	55680	181 * XIX
MBL2807	55228708E	20/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBL2807	55228707E	20/06/2014	50100	162 * I
MLJ1378	55228664E	17/06/2014	69120	232
MLJ1378	55228665E	17/06/2014	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 863/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 863/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAE0870	55228535E	04/06/2014	51930	168
MEX9355	55228900E	07/06/2014	55680	181 * XIX
MFM5922	55228658E	11/06/2014	65992	230 * V
MFM5922	55228659E	11/06/2014	50450	162 * V
MID2049	55228710E	25/06/2014	51851	167
MKL4593	55228545E	25/06/2014	57463	187 * I
MKS3039	55228546E	25/06/2014	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 865/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 865/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LOP9457	54724762E	04/07/2014	55680	181 * XIX
LXX8147	54724763E	04/07/2014	55680	181 * XIX
MBM5262	55228605E	07/07/2014	51851	167
MCF9950	55228541E	13/06/2014	54521	181 * VIII
MHC2571	55228660E	14/06/2014	66372	230 * IX
MHP8212	55228714E	07/07/2014	51851	167
MJF4654	54724579E	05/07/2014	54100	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 866/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 866/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDT0609	55228686E	08/07/2014	50100	162 * I
MDT0609	55228687E	08/07/2014	65564	230 * I
MGE0773	55228682E	06/07/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

NOVA TRENT/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8153 868/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 868/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KMX7553	55228722E	22/07/2014	57463	187 * I
MFY3761	55228726E	25/07/2014	57463	187 * I
MIX8176	55228691E	26/07/2014	51851	167
MJK2607	55228614E	22/07/2014	51851	167
MLD3676	55228718E	22/07/2014	51851	167
MLS3388	55228611E	22/07/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 870/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 870/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IRO4390	55228833E	26/07/2014	51851	167
MAX6524	54724582E	27/07/2014	51691	165
MCO7670	55228681E	06/07/2014	55680	181 * XIX
MDS5171	55228834E	26/07/2014	51851	167
MED4402	55228684E	06/07/2014	65300	228
MEI5599	55228693E	26/07/2014	51851	167
MEN1594	55228820E	28/06/2014	65300	228
MEN1594	55228821E	27/06/2014	65300	228
MIA7468	54724578E	05/07/2014	54100	181 * IV
MJQ0614	55228829E	06/07/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 872/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 872/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZC0419	55705503E	01/08/2014	51851	167
MBU8624	55705501E	01/08/2014	51852	167
MCT4017	55228716E	07/07/2014	51930	168
MDC3289	55228688E	08/07/2014	65992	230 * V
MDC3289	55228689E	08/07/2014	58350	195
MEE6537	55228845E	01/08/2014	51851	167
MFI7069	55228839E	01/08/2014	51851	167
MIL1833	55228717E	16/07/2014	57463	187 * I
MIW9691	55228847E	01/08/2014	51851	167
MJB9864	55705508E	01/08/2014	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 874/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 874/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CXI6384	55705522E	13/08/2014	51851	167
IJE0441	55705514E	13/08/2014	51851	167
LZX4603	54724581E	15/07/2014	51851	167
LZX4603	54724580E	15/07/2014	52741	175
MDN6980	55228720E	22/07/2014	51851	167
MDU7621	55705551E	13/08/2014	51851	167
MEP3854	55228721E	22/07/2014	51851	167
MHC7806	55228612E	22/07/2014	51851	167
MKY7987	55705512E	10/08/2014	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 875/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 875/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DQS0347	55705569E	22/08/2014	51851	167
IJU1301	55228619E	18/08/2014	54521	181 * VIII
LXJ6077	55228622E	18/08/2014	65992	230 * V
LXJ6077	55228623E	18/08/2014	50100	162 * I
MAG5008	55228832E	26/07/2014	51851	167

MBM5262	55705561E	19/08/2014	51851	167
MGF7810	55705533E	19/08/2014	51851	167
MGY5133	55228610E	22/07/2014	51851	167
MHF6156	55228836E	26/07/2014	51851	167
MJJ5093	55228692E	26/07/2014	51851	167
MLB7073	54724764E	11/07/2014	57463	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 877/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 877/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CXI6384	55705604E	28/08/2014	51851	167
LYC0871	55705506E	01/08/2014	51851	167
MBM5262	55705547E	28/08/2014	51851	167
MDC9903	55705589E	28/08/2014	51851	167
MFE0541	55705590E	28/08/2014	51851	167
MFO7607	55705574E	25/08/2014	51851	167
MFS8307	55705550E	28/08/2014	51851	167
MGL9670	55705606E	28/08/2014	51851	167
MHA9584	55705586E	28/08/2014	51851	167
MHY7860	55705582E	25/08/2014	51851	167
MLJ1413	55705607E	28/08/2014	51851	167
MMK1212	55705573E	25/08/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 878/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 878/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GMP5742	55705518E	13/08/2014	51851	167
LYF3303	55705618E	31/08/2014	51851	167
LZS1943	55705525E	13/08/2014	51851	167
MEO4498	55705654E	31/08/2014	51851	167
MFN3042	55705598E	31/08/2014	51851	167
MFP6815	55705613E	31/08/2014	51851	167
MHN1246	55705552E	13/08/2014	51851	167
MIJ2037	55705659E	31/08/2014	51851	167
MLA4592	55705588E	28/08/2014	51852	167
MLE6407	55705614E	31/08/2014	51851	167
MLX4925	54884279E	01/09/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 879/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 879/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYV1533	55705675E	15/09/2014	51851	167
LZG5976	55705705E	13/09/2014	51852	167
LZG5976	55705704E	13/09/2014	51851	167
MBM6788	55705636E	06/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBM6788	55705635E	06/09/2014	50100	162 * I
MDJ3098	55705554E	13/08/2014	51851	167
MFC5934	55705529E	19/08/2014	51851	167
MFW3928	55705672E	15/09/2014	51851	167
MHK0885	55705536E	19/08/2014	51691	165
MHP0176	55705667E	03/09/2014	51851	167
MHQ1648	54884276E	20/08/2014	65992	230 * V
MHQ1648	54884277E	20/08/2014	69120	232
MIC5105	55705610E	31/08/2014	51851	167
MKG8133	55228634E	14/09/2014	55680	181 * XIX
NSO8250	55705564E	19/08/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 880/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 880/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DLM8865	55705543E	22/08/2014	51851	167
HPG2982	55705592E	28/08/2014	51851	167
IMT2876	55705580E	25/08/2014	51851	167
LXN5189	55705594E	28/08/2014	51851	167
LYI7522	55705640E	15/09/2014	65992	230 * V
LYI7522	55705641E	15/09/2014	50450	162 * V
LZD3847	55705702E	10/09/2014	51851	167
MES4940	55705756E	21/09/2014	51851	167
MFL1117	55705638E	15/09/2014	65992	230 * V
MGA5711	55705596E	28/08/2014	51851	167
MIB8607	55705576E	25/08/2014	51851	167
MJV8649	55705646E	15/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 882/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 882/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKB1317	55705622E	03/09/2014	51851	167
AKL2745	55228624E	08/09/2014	51851	167
ANU3221	55705651E	31/08/2014	51851	167
AWR9050	55705764E	21/09/2014	51852	167
CFE2139	55228640E	29/09/2014	51851	167
DIR4692	55228637E	29/09/2014	51851	167
DWF2188	55705663E	03/09/2014	51851	167
IRL1197	55705763E	21/09/2014	51851	167
LXK3089	55705583E	25/08/2014	51851	167
MAF1006	55705789E	27/09/2014	51851	167
MBM5262	54884285E	22/09/2014	51851	167
MBM5262	54884286E	22/09/2014	73662	252 * VI
MCW7615	55705628E	03/09/2014	51851	167
MDE1050	55705612E	31/08/2014	51851	167
MDG6477	55228626E	08/09/2014	57463	187 * I
MEE6537	55705685E	21/09/2014	51851	167
MEM5255	55705623E	03/09/2014	51851	167
MGW3997	55705660E	31/08/2014	51851	167
MHH3936	54884288E	22/09/2014	51851	167
MIE0790	55705816E	27/09/2014	51851	167
MIJ0473	55705625E	03/09/2014	51851	167
MIK8638	55705699E	24/09/2014	51851	167
MIL6485	55228736E	29/09/2014	57463	187 * I
MIL7174	54884284E	16/09/2014	50100	162 * I
MIN0766	55705681E	21/09/2014	51851	167
MIW2659	55705653E	31/08/2014	51851	167
MJE4701	55705814E	27/09/2014	51851	167
MJF6230	55228729E	08/09/2014	51851	167
MJH3880	55705657E	31/08/2014	55680	181 * XIX
MJN7484	55705619E	31/08/2014	51851	167
MKF8489	55705617E	31/08/2014	51851	167
MKP9184	55228627E	08/09/2014	51851	167
MKS5452	55705609E	31/08/2014	51851	167
MLD9133	55705707E	17/09/2014	54521	181 * VIII
MLW0607	55705696E	24/09/2014	51851	167
MMA1115	55705805E	24/09/2014	51851	167
MNO3866	55228632E	14/09/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 884/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 884/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CMB9987	55228643E	02/10/2014	54521	181 * VIII
LWZ8992	55705824E	03/10/2014	51851	167
LZU2774	55228738E	02/10/2014	51851	167
MAQ6849	55228645E	02/10/2014	57463	187 * I
MCY8978	55705853E	03/10/2014	51851	167
MDC9212	54884283E	14/09/2014	69120	232
MDC9212	54884282E	14/09/2014	65992	230 * V
MEX5790	55705825E	03/10/2014	51852	167
MEX6596	55705830E	03/10/2014	51851	167
MFD0708	54884280E	10/09/2014	51852	167
MIW9691	55705855E	03/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8153 886/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 886/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFB9383	55228732E	08/09/2014	51851	167
INU0716	54884287E	22/09/2014	51851	167
MAO6271	55228731E	08/09/2014	51851	167
MBM6788	55228649E	11/10/2014	70301	244 * I
MCA5864	55705644E	15/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCA5864	55705643E	15/09/2014	50100	162 * I
MDC7675	55705834E	15/10/2014	51851	167
MDL2493	55228631E	08/09/2014	65992	230 * V
MEF0452	55705865E	15/10/2014	51851	167
MFG8493	55705717E	10/10/2014	57463	187 * I
MFO9919	55228629E	08/09/2014	51851	167
MKG9398	55705863E	15/10/2014	51851	167
MLC6067	55705701E	10/09/2014	51851	167
MLU8031	55705752E	15/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 888/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 888/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEO0062	55705727E	20/10/2014	65992	230 * V
DET9895	55705813E	27/09/2014	51851	167
DIG0365	55705806E	27/09/2014	51851	167
LXL8449	55705770E	24/09/2014	51851	167
MAR8698	55705780E	27/09/2014	51851	167

MAT3955	55705873E	15/10/2014	65992	230	* V
MBM5262	55705848E	21/10/2014	51851	167	
MEF2321	55705754E	18/09/2014	50100	162	* I
MJS7180	55705782E	27/09/2014	51851	167	
MKE3452	55228638E	29/09/2014	51851	167	
MLJ3028	55705788E	27/09/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 890/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 890/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ART5082	55705818E	28/09/2014	69120	232
ART5082	55705792E	28/09/2014	51692	165
ART5082	55705793E	28/09/2014	50100	162 * I
LWS6967	55228639E	29/09/2014	51851	167
LXA5306	55705831E	03/10/2014	51851	167
MAO6271	55228743E	02/10/2014	51851	167
MEC0855	55705795E	30/09/2014	69120	232
MEC0855	55705796E	30/09/2014	52741	175
MED6793	54724587E	23/10/2014	51851	167
MEM5949	55705826E	03/10/2014	51851	167
MGN4888	55705710E	01/10/2014	51851	167
MKS3039	55705884E	24/10/2014	51851	167
MLR1080	55705888E	24/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 892/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 892/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CJY6805	55705823E	03/10/2014	51851	167
INQ1736	55705892E	05/11/2014	51851	167
KRE7751	55705718E	10/10/2014	51851	167
LXB4255	54724592E	26/10/2014	55680	181 * XIX
LXG7187	54724780E	05/11/2014	51852	167
LZQ2326	55705952E	04/11/2014	51852	167
MCP7553	55705905E	26/10/2014	55680	181 * XIX
MFI4573	55228744E	14/10/2014	51851	167
MFO7607	54724781E	05/11/2014	51851	167
MHN9372	55705902E	23/10/2014	69120	232
MIQ4691	55705911E	29/10/2014	73662	252 * VI
MKY4135	54884298E	03/11/2014	73662	252 * VI
MLO0263	55705894E	05/11/2014	51851	167
MLV2261	55705854E	03/10/2014	51851	167
MLV7046	54143952F	03/11/2014	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 894/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 894/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GXF8312	54144009F	08/11/2014	51851	167
HLK6678	54724788E	08/11/2014	51851	167
JQH7697	55705895E	05/11/2014	51851	167
LXL9327	55705872E	15/10/2014	65992	230 * V
MBG4629	54724797E	08/11/2014	51851	167
MDW5438	55705878E	21/10/2014	51851	167
MFB1189	55228749E	17/10/2014	51851	167
MFB1189	55228748E	17/10/2014	73662	252 * VI
MFC3507	54724789E	08/11/2014	51851	167
MFT5804	55705849E	21/10/2014	51851	167
MGU4896	54724799E	08/11/2014	54521	181 * VIII
MHA5168	54724792E	08/11/2014	51851	167
MIM4057	55705836E	15/10/2014	51851	167
MKO4645	55705957E	04/11/2014	51851	167
MKY8032	55705722E	16/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 896/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 896/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABY5334	55705886E	24/10/2014	51851	167
AKX8656	55705968E	16/11/2014	55680	181 * XIX
ANM3949	54144119F	14/11/2014	51851	167
BPC2053	54144004F	08/11/2014	51851	167
JRX8871	55705901E	23/10/2014	51930	168
LYA5787	55228750E	23/10/2014	69120	232
MAX7541	55705879E	21/10/2014	51851	167
MCO9189	54144105F	11/11/2014	51851	167
MCR7248	54144057F	12/11/2014	57463	187 * I
MCZ1214	54144107F	11/11/2014	51851	167
MED2556	55705908E	29/10/2014	65992	230 * V
MED2556	55705909E	29/10/2014	65564	230 * I
MED2556	54724598E	29/10/2014	50100	162 * I
MEZ0049	55705889E	05/11/2014	51851	167
MFL6993	54144106F	11/11/2014	51851	167
MGA5711	54884293E	28/10/2014	51851	167
MGC6612	54144055F	12/11/2014	73662	252 * VI
MGE1141	54724588E	23/10/2014	65992	230 * V
MGE9747	55705963E	16/11/2014	55680	181 * XIX
MGF6325	54724595E	26/10/2014	55680	181 * XIX
MGL0941	54144120F	14/11/2014	51851	167
MGM7308	54144117F	14/11/2014	51851	167
MGO3040	55705959E	16/11/2014	55680	181 * XIX
MHH8498	54144058F	12/11/2014	65992	230 * V
MIM2384	55228775E	17/11/2014	51851	167
MJN5542	54724596E	26/10/2014	55680	181 * XIX
MKG4348	54144122F	17/11/2014	51851	167
MKV0878	54144125F	17/11/2014	51851	167
MMT9177	55705917E	16/11/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 898/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 898/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXN2475	54143954F	20/11/2014	51851	167
MCH0455	54144126F	17/11/2014	51851	167
MDZ3083	54143955F	20/11/2014	50450	162 * V
MDZ3083	54143957F	20/11/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 899/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 899/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKA2815	55705750E	26/11/2014	51851	167
CDM8933	54143961F	10/12/2014	57463	187 * I
DMR2107	54144006F	08/11/2014	51851	167
DWF2188	54724786E	05/11/2014	51851	167
IBS4518	54144008F	08/11/2014	51851	167
LXG7187	55705746E	26/11/2014	51851	167
LZF0658	55705906E	26/10/2014	55680	181 * XIX
MAK6347	54724597E	17/10/2014	65992	230 * V
MBU0525	54144142F	23/11/2014	50100	162 * I
MBU7638	54724800E	11/11/2014	51851	167
MCF1042	54144150F	23/11/2014	51851	167
MCH4222	54724589E	26/10/2014	50100	162 * I
MCH4222	54724590E	26/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCH4222	54724591E	26/10/2014	65992	230 * V
MCN7822	55228790E	23/11/2014	51852	167
MCR0749	54144001F	08/11/2014	65992	230 * V
MCR6359	55705958E	13/11/2014	51930	168
MDG0264	54006966N	09/12/2014	50020	257 8\$
MDS5016	54144205F	29/11/2014	55680	181 * XIX
MDS5273	54144007F	08/11/2014	51851	167
MED2556	54724599E	29/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEO4366	54884300E	06/11/2014	65992	230 * V
MEO4366	54144052F	06/11/2014	65800	230 * IV
MEO4366	54144051F	06/11/2014	69120	232
MEX7029	54144140F	23/11/2014	50100	162 * I
MEX7029	54144141F	23/11/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFL8537	54724796E	08/11/2014	51852	167
MFV5676	54144014F	11/11/2014	51852	167
MGC2507	54144063F	21/11/2014	57463	187 * I
MGJ5882	54144145F	23/11/2014	51851	167
MGN1137	54144157F	26/11/2014	50100	162 * I
MGN1137	54144156F	26/11/2014	65992	230 * V
MGS3907	55705953E	04/11/2014	51851	167
MGU2356	55705915E	04/11/2014	51930	168
MGU2356	55705916E	04/11/2014	51851	167
MHI8739	54144066F	24/11/2014	73662	252 * VI
MIA7969	54144158F	26/11/2014	50100	162 * I
MID8218	54144172F	02/12/2014	51851	167
MIJ1961	54143953F	03/11/2014	51930	168
MIY8557	55705740E	26/11/2014	51851	167
MJB4407	54144102F	11/11/2014	51851	167
MJS5818	54144062F	21/11/2014	57463	187 * I
MJS8420	55705890E	05/11/2014	51852	167
MKD5291	54144163F	02/12/2014	51851	167
MLC7177	55705965E	16/11/2014	55680	181 * XIX
MLH6138	54144148F	23/11/2014	51852	167
MLR1250	55705733E	23/11/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

PAPANDUVA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1022/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1022/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAL5927	55678235D	21/08/2014	50100	162 * I
MAL5927	55678236D	21/08/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1023/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIX9805	55678129D	15/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MIX9805	55678128D	15/09/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1024/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1024/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEV1604	55020258E	13/09/2014	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALINE MARIA SCHADECK
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1026/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1026/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHF9381	55020266E	14/09/2014	50100	162 * I
AOA5676	55678990D	21/09/2014	65992	230 * V
AOA5676	55678989D	21/09/2014	51691	165
MAG8566	55678132D	21/09/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1028/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1028/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AVT1130 55020280E 10/10/2014 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALINE MARIA SCHADECK
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1029/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1029/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHF2835 55678237D 23/10/2014 54600 181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALINE MARIA SCHADECK
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1031/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1031/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHD8107	55020316E	25/10/2014	50450	162 * V
AHD8107	55020317E	25/10/2014	65992	230 * V
MDN5810	55020283E	25/10/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

PORTO BELO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 830/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 830/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFZ1818 55584883D 06/11/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 831/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 831/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBY5108 54270119E 18/11/2013 69120 232
MBY5108 55584900D 18/11/2013 50100 162 * I
MCS0746 54270113E 18/11/2013 65992 230 * V
MDW0969 54270126E 24/11/2013 50100 162 * I
MDW0969 54270127E 24/11/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 832/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 832/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDW0969	54270128E	24/11/2013	70301	244 * I
MGK0969	55584897D	14/11/2013	57970	191

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 834/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 834/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCS0746	54270143E	03/12/2013	50100	162 * I
MEZ2624	54270149E	09/12/2013	50100	162 * I
MEZ2624	54207003D	09/12/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 835/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 835/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DRT0268	54207012D	13/12/2013	52070	169
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 837/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 837/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZY8284	54270116E	18/11/2013	50100	162 * I
LZY8284	54270117E	18/11/2013	69120	232
LZY8284	54270118E	18/11/2013	66102	230 * VII
MFI6913	54270858E	21/12/2013	65992	230 * V
MFI6913	54270857E	21/12/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 838/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 838/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DRT0268 54207013D 15/12/2013 60502 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 839/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 839/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IJO5105	54270703E	23/12/2013	65992	230	* V
LZV6597	54270711E	24/12/2013	50450	162	* V
MAV4593	54270719E	25/12/2013	65992	230	* V
MBI2863	54270860E	21/12/2013	65992	230	* V
MBI2863	54270861E	21/12/2013	67261	230	* XVIII
MBI2863	54270863E	21/12/2013	66020	230	* VI
MCS7572	54270882E	21/12/2013	73400	252	* IV
MEH1791	54270885E	22/12/2013	50100	162	* I
MGJ0718	54206387D	22/12/2013	65992	230	* V
MGL6383	54270716E	24/12/2013	65992	230	* V
MGT4132	54206381D	22/12/2013	65992	230	* V
MIC1830	54206370D	22/12/2013	69120	232	
MKB9819	54270900E	22/12/2013	69120	232	
MKD9699	54206372D	22/12/2013	73400	252	* IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 840/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 840/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DTU0833	54270889E	22/12/2013	59670	203 * V
HLN9428	54270886E	22/12/2013	59670	203 * V
MDO2904	54270803E	22/12/2013	58000	192
MFB1582	54270806E	25/12/2013	55413	181 * XVII
MGU1662	54270878E	21/12/2013	51851	167
MGU1662	54270879E	21/12/2013	51852	167
MHY6959	54206386D	22/12/2013	51851	167
MIX8165	54270895E	22/12/2013	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 841/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 841/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CSJ9217	54270814E	29/12/2013	50450	162 * V
MCS1329	54206420D	05/01/2014	65992	230 * V
MEB0194	54270146E	04/12/2013	66102	230 * VII
MFJ1705	54270145E	04/12/2013	66102	230 * VII
MFY5287	54270720E	25/12/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 842/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 842/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DAQ1084	54270704E	23/12/2013	73662	252 * VI
ETH3444	54270729E	27/12/2013	51852	167
MAD0580	54270504E	29/12/2013	65640	230 * II
MHW5202	54270825E	30/12/2013	60843	211
MKA8502	54270816E	29/12/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 843/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 843/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANP1350	54270798E	22/01/2014	65992	230 * V
AQQ0355	54270718E	25/12/2013	69120	232
IQP7692	54270832E	31/12/2013	65992	230 * V
LWZ9497	54270552E	31/12/2013	50100	162 * I
LWZ9497	54270553E	31/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MAU6161	54270622E	03/01/2014	51691	165
MAW6240	54270823E	30/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MAW6240	54270822E	30/12/2013	50100	162 * I
MAW9782	54270588E	25/01/2014	64080	221
MAW9782	54270587E	25/01/2014	65992	230 * V
MBN7378	54270780E	11/01/2014	64080	221
MBN7378	54270779E	11/01/2014	50100	162 * I
MBN7378	54270778E	11/01/2014	66102	230 * VII
MBN7378	54270776E	11/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBN7378	54270775E	11/01/2014	65992	230 * V
MCI6139	54270405E	09/01/2014	64080	221
MCI6139	54270403E	09/01/2014	69120	232
MCI6139	54270404E	09/01/2014	50450	162 * V
MCS1329	54206419D	05/01/2014	50100	162 * I
MCV4424	55068013E	22/01/2014	50100	162 * I
MDD9370	54270556E	06/01/2014	51691	165
MHG9504	54270606E	01/01/2014	50960	163 c/c 162 * V
MHL0302	54270150E	09/12/2013	65992	230 * V
MHL0302	54207005D	09/12/2013	69120	232
MHW2519	55068012E	22/01/2014	65992	230 * V
MHX3425	55068789E	25/01/2014	65992	230 * V
MIG9317	54270409E	09/01/2014	65992	230 * V
MJB7318	54270650E	06/01/2014	69120	232
MKX9835	54270472E	09/01/2014	50100	162 * I
MLO9281	54270425E	22/01/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 844/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 844/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALA5851	54270421E	15/01/2014	51851	167
EEP5858	54270417E	12/01/2014	73150	252 * I
INV4803	54270506E	02/01/2014	55413	181 * XVII
LZS3662	54270785E	18/01/2014	54521	181 * VIII
MAU6161	54270623E	03/01/2014	52152	170
MAU6161	54270624E	03/01/2014	52070	169
MBA6888	54270783E	18/01/2014	54521	181 * VIII
MDF3035	54270551E	31/12/2013	55411	181 * XVII
MDO7847	54270610E	01/01/2014	73662	252 * VI
MES0706	55068008E	17/01/2014	51851	167
MFW9838	54270302E	15/01/2014	61220	214 * I
MGA6666	54270505E	02/01/2014	55413	181 * XVII
MGB8646	54270418E	12/01/2014	72340	250 * I * a
MHF7131	55068024E	24/01/2014	51851	167
MIH6879	55068010E	18/01/2014	51851	167
MLA5772	54270304E	17/01/2014	58191	193
NRQ7777	54270507E	06/01/2014	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 845/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 845/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFX3746	54270899E	22/12/2013	65992	230 * V
APC6839	54270950E	27/01/2014	50100	162 * I
CRB8839	54270833E	31/12/2013	50100	162 * I
MAT5717	55068049E	26/01/2014	51691	165
MEJ5670	55068055E	25/01/2014	65992	230 * V
MEK2823	55068109E	28/01/2014	65992	230 * V
MEK2823	55068108E	28/01/2014	51691	165
MFD6085	54270799E	23/01/2014	65992	230 * V
MFD6085	54270800E	23/01/2014	67261	230 * XVIII
MFH1463	55068154E	28/01/2014	50450	162 * V
MFO8100	54270710E	24/12/2013	69120	232
MFZ4972	54270369E	27/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFZ4972	54270368E	27/01/2014	50100	162 * I
MGJ5450	54206423D	31/01/2014	65992	230 * V
MGJ5450	54206424D	31/01/2014	65561	230 * I
MHS4524	54270747E	29/12/2013	65992	230 * V
MIP0441	54270371E	29/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MIP0441	54270370E	29/01/2014	50100	162 * I
MIP4667	54206376D	22/12/2013	69120	232
MKF9128	54270948E	24/01/2014	50100	162 * I
MKF9128	54270947E	24/01/2014	65992	230 * V
NRS5122	54270634E	03/01/2014	73580	252 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 846/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 846/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFX3746	54270896E	22/12/2013	51851	167
AFX3746	54270897E	22/12/2013	51852	167
BAT1512	54270870E	21/12/2013	51851	167
BAT1512	54270871E	21/12/2013	51852	167
CHO1988	54270495E	17/01/2014	59241	203 * I
JYH3308	55068050E	29/01/2014	51851	167
MBK5593	55068803E	01/02/2014	59241	203 * I
MEN6158	54270757E	02/01/2014	51852	167
MHB0175	55068042E	26/01/2014	51851	167
MHR9967	54270771E	09/01/2014	52070	169
MIS8414	55068788E	25/01/2014	51851	167
MJM8303	55068020E	23/01/2014	51851	167
NRS5122	54270633E	03/01/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 847/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 847/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AVF3502	55068772E	18/01/2014	67000	230 * XVI
AYK4440	55068107E	20/01/2014	66371	230 * IX
AYK4440	55068106E	28/01/2014	51691	165
IAR4875	55068812E	18/01/2014	65480	229
JNA3359	55068017E	22/01/2014	65992	230 * V
LOF8774	54270811E	27/12/2013	66532	230 * XI

LXU7365 55068112E 02/02/2014 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 848/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 848/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KOL5912	55068804E	01/02/2014	60501	208
LZX5143	54270836E	31/12/2013	51930	168
MCZ0474	54270813E	29/12/2013	59241	203 * I
MFV9848	55068169E	02/02/2014	51852	167
MGX8303	54270884E	22/12/2013	51851	167
MJL4209	55068796E	04/02/2014	51851	167
MJQ3188	55068167E	02/02/2014	55500	181 * XVIII
MJQ4479	54270468E	31/12/2013	54521	181 * VIII
MKP0651	54270662E	01/02/2014	59241	203 * I
MLI3496	55068170E	02/02/2014	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 850/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 850/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHR3660	54270429E	06/02/2014	50450	162 * V
AHR3660	54270428E	06/02/2014	65992	230 * V
ENO9640	54270792E	19/01/2014	67000	230 * XVI
KTZ8550	55068006E	16/01/2014	65992	230 * V
MDZ0153	54270319E	13/02/2014	73400	252 * IV
MEJ4698	54270604E	01/01/2014	50100	162 * I
MEJ4698	54270605E	01/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFD0393	54270628E	03/01/2014	51691	165
MFD0393	54270621E	03/01/2014	50450	162 * V
MGZ2081	54270949E	06/02/2014	50100	162 * I
MKB5448	54206379D	22/12/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 851/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 851/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJJ4131	54270726E	26/12/2013	73662	252 * VI
ASV8682	55068104E	25/01/2014	51852	167
DMX8004	54270761E	02/01/2014	51851	167
LYM4664	54270315E	04/02/2014	51851	167
LZU8410	54270516E	03/02/2014	53800	181 * I
MJZ2357	54270427E	04/02/2014	51851	167
MJZ2357	54270426E	04/02/2014	62700	220 * II
MKK0023	55068183E	08/02/2014	52070	169
MKK0426	54270755E	02/01/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 852/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 852/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGA8034	54270440E	15/02/2014	66102	230 * VII
AHL0770	55068956E	18/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
AHL0770	55068955E	18/02/2014	50100	162 * I
HMZ5515	54270709E	24/12/2013	69120	232
LYX0395	54270517E	13/02/2014	65992	230 * V
MAI0405	54270340E	15/02/2014	69120	232
MAN4501	55068779E	19/01/2014	67000	230 * XVI
MAX2842	54270339E	15/02/2014	73400	252 * IV
MDO4120	54270835E	31/12/2013	69120	232
MEO2165	55068791E	04/02/2014	65561	230 * I
MFR2687	54270407E	09/01/2014	65992	230 * V
MFZ1163	54270326E	13/02/2014	73400	252 * IV
MGF1621	54270332E	14/02/2014	73400	252 * IV
MGF1621	54270334E	14/02/2014	69120	232
MHK4536	54270320E	13/02/2014	65992	230 * V
MIJ6653	54270470E	01/01/2014	65992	230 * V
MIJ6653	54270461E	01/01/2014	51691	165
MKO9987	55068178E	06/02/2014	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 853/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 853/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKI7426	55068015E	22/01/2014	51851	167
ALU7279	54270466E	31/12/2013	55411	181 * XVII
EPJ5241	55068855E	10/02/2014	51851	167
IQL2998	55068856E	10/02/2014	51851	167
MBD1007	55068018E	23/01/2014	51851	167
MCB1112	54270432E	06/02/2014	51851	167
MDO4120	54270838E	31/12/2013	51851	167
MEK5029	55068028E	25/01/2014	51851	167
MER7483	54270489E	17/01/2014	60501	208
MHA0035	55068213E	06/02/2014	51852	167
MHA2178	54270760E	02/01/2014	51851	167
MIB3298	55068224E	07/02/2014	51851	167
MIJ6653	54270471E	01/01/2014	70301	244 * I
MKF2790	55068005E	15/01/2014	52070	169
MKL0875	55068208E	06/02/2014	51851	167
MLI8068	54270473E	08/01/2014	58197	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 855/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 855/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIR0412	55068762E	15/01/2014	50100	162 * I
AIR0412	55068761E	15/01/2014	65992	230 * V
ANP2256	55068071E	15/02/2014	65992	230 * V
BTK8011	55068953E	18/02/2014	65992	230 * V

GYV2228	55068116E	21/02/2014	65992	230	*	V
IOF0546	54270323E	14/02/2014	73400	252	*	IV
LNW1400	54270372E	31/01/2014	50450	162	*	V
LNW1400	54270373E	31/01/2014	65992	230	*	V
LYX1440	55068978E	20/02/2014	65992	230	*	V
LYX1440	55068979E	20/02/2014	50100	162	*	I
MAP9808	55068156E	28/01/2014	50450	162	*	V
MAR3188	55068758E	15/01/2014	69120	232		
MBE8164	55068117E	21/02/2014	66371	230	*	IX
MDS5487	55068063E	27/01/2014	65992	230	*	V
MEY2250	54270589E	25/01/2014	65992	230	*	V
MFH7010	54270609E	01/01/2014	65992	230	*	V
MGL5351	55068155E	28/01/2014	50100	162	*	I
MGM3157	55068973E	20/02/2014	50450	162	*	V
MHE9538	55068242E	21/02/2014	65992	230	*	V
MHF3804	55068965E	18/02/2014	50100	162	*	I
MHF3804	55068966E	18/02/2014	51180	164	c/c 162	* I
MHF3804	55068967E	18/02/2014	67261	230	*	XVIII
MHI5850	54270367E	27/01/2014	50450	162	*	V
MHI5850	54270366E	27/01/2014	65992	230	*	V
MHN0538	55068053E	24/01/2014	65992	230	*	V
MIH7506	55068193E	20/02/2014	66372	230	*	IX
MIW1057	55068913E	18/02/2014	52741	175		
MJO0188	54270807E	26/12/2013	65992	230	*	V
MKJ2842	54270331E	14/02/2014	50100	162	*	I
MKS0594	55068928E	19/02/2014	73400	252	*	IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 856/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 856/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HQW5314	54270658E	01/02/2014	60501	208
IOB7223	55068067E	14/02/2014	51852	167
ISF2450	55068755E	11/01/2014	51851	167
MBX6134	55068082E	21/02/2014	52070	169
MDR6683	55068047E	26/01/2014	51851	167
MEG7752	54270445E	18/02/2014	73662	252 * VI
MFD0507	55068964E	18/02/2014	62700	220 * II
MFS0925	55068046E	26/01/2014	51851	167
MFY0744	55068857E	10/02/2014	51851	167
MGZ5465	55068809E	01/02/2014	60501	208
MIW1057	55068916E	18/02/2014	58350	195
MIW1057	55068914E	18/02/2014	57200	186 * I
MIW1057	55068917E	18/02/2014	70302	244 * I
MIW1057	55068915E	18/02/2014	58191	193
MJB3530	55068906E	18/02/2014	52070	169
MKB9819	54270330E	14/02/2014	51851	167
MKO3085	55068950E	21/02/2014	51851	167
MKS0594	55068927E	19/02/2014	62700	220 * II
MLD2290	54270784E	18/01/2014	54790	181 * X
MLL4811	55068862E	21/02/2014	51851	167
MLT7785	54270627E	03/01/2014	52070	169
MLT7785	54270625E	03/01/2014	57200	186 * I
MMI9441	54270349E	16/02/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 858/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 858/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAR4875	55068813E	15/02/2014	65480	229
IJG7161	55068088E	22/02/2014	50100	162 * I
MAE3195	54270435E	13/02/2014	50100	162 * I
MAE3195	54270438E	13/02/2014	66371	230 * IX
MAE3195	54270436E	13/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAE3195	54270437E	13/02/2014	65992	230 * V
MKD9153	54270607E	01/01/2014	69120	232
MKI9391	54270329E	14/02/2014	69120	232
MMK7400	55068981E	22/02/2014	50610	163 c/c 162 * I
MMK7400	55068980E	22/02/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 859/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 859/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFL9299	54270515E	03/02/2014	55250	181 * XV
ARB1155	55068797E	04/02/2014	51852	167
BBJ2129	54270645E	05/01/2014	51930	168
IMT6471	55068236E	10/02/2014	51851	167
MIH5428	54270654E	24/01/2014	60501	208
MIP8829	55068162E	05/02/2014	73662	252 * VI
MJD0763	54270310E	01/02/2014	54521	181 * VIII
MJR6336	55068793E	04/02/2014	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 862/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 862/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIA5084	55068359E	27/02/2014	50100	162 * I
AIA5084	55068358E	27/02/2014	65992	230 * V
AIA5084	55068360E	27/02/2014	66371	230 * IX
CFF4025	55068982E	22/02/2014	65992	230 * V
DJF2339	55068095E	22/02/2014	65992	230 * V
LXE7028	55068361E	27/02/2014	69120	232
LYW7627	55068177E	06/02/2014	66372	230 * IX
LYW7627	55068179E	06/02/2014	69120	232
MDS8622	55068090E	22/02/2014	73400	252 * IV
MFC2284	55068903E	07/02/2014	50100	162 * I
MFC2284	55068904E	07/02/2014	50610	163 c/c 162 * I
MFC2284	55068905E	07/02/2014	69120	232
MGH2757	55068304E	02/03/2014	69120	232
MGU1285	55068960E	18/02/2014	50100	162 * I
MGU1590	54270325E	13/02/2014	73580	252 * V
MHD0001	55068873E	23/02/2014	50450	162 * V
MIU0334	55068254E	25/02/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 863/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 863/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHQ5084	55068045E	26/01/2014	51851	167
DJF2339	55068093E	22/02/2014	51851	167
DJF2339	55068096E	22/02/2014	52152	170
DJF2339	55068094E	22/02/2014	58350	195
ITV3748	55068086E	22/02/2014	52070	169
LXJ9898	55068083E	22/02/2014	51930	168
LYG8171	55068121E	23/02/2014	59670	203 * V
LZO1855	54270659E	01/02/2014	60501	208
MDZ8616	55068025E	24/01/2014	51851	167
MJP5534	55068302E	27/02/2014	52070	169
MKE6544	55068238E	10/02/2014	51851	167
MKZ4669	54270602E	31/12/2013	73662	252 * VI
MLV6584	54206417D	30/12/2013	60844	211

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 865/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 865/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JMS9710	54206418D	06/03/2014	50100	162 * I
MCB1767	55068934E	19/02/2014	73400	252 * IV
MDY0420	54270574E	18/01/2014	65992	230 * V
MEN2563	55068362E	27/02/2014	66020	230 * VI
MEQ6361	54270965E	16/03/2014	52741	175
MFA0291	55068969E	18/02/2014	50450	162 * V
MFA0291	55068970E	18/02/2014	50960	163 c/c 162 * V
MFO1061	55068942E	20/02/2014	73400	252 * IV
MFY6261	55068954E	18/02/2014	50100	162 * I
MGJ0051	55068152E	24/01/2014	66372	230 * IX
MIB4356	55068187E	15/02/2014	69120	232
MIL5192	54270380E	16/03/2014	50100	162 * I
MIL5192	54270381E	16/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MIL5192	54270384E	16/03/2014	65992	230 * V
MIY9093	55068861E	21/02/2014	69120	232
MJG6722	55068354E	25/02/2014	73400	252 * IV
MJP4591	55068252E	25/02/2014	69120	232
MJY5800	55068760E	15/01/2014	69120	232
MKC0301	55068940E	20/02/2014	73400	252 * IV
MKG7806	55068188E	15/02/2014	65992	230 * V
MLS7441	55068947E	21/02/2014	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 866/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 866/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFS4906	54270964E	16/03/2014	55250	181 * XV
DAU1925	54270571E	18/01/2014	58191	193
MCB1767	55068937E	19/02/2014	70302	244 * I
MCB1767	55068936E	19/02/2014	58350	195
MCB1767	55068935E	19/02/2014	62700	220 * II
MCZ5955	55068907E	08/02/2014	54600	181 * IX
MDY0420	54270573E	18/01/2014	58191	193
MEQ6361	54270966E	16/03/2014	59670	203 * V
MFB9959	54270249E	20/03/2014	60843	211
MFB9959	54270248E	20/03/2014	56222	182 * VI
MGM2453	55068266E	06/03/2014	70640	244 * IV
MHM8627	54270378E	28/02/2014	57970	191
MIL5189	54270385E	16/03/2014	58191	193
MIL5192	54270386E	16/03/2014	52583	174
MIL5192	54270382E	16/03/2014	57380	186 * II
MIL5192	54270383E	16/03/2014	51851	167
MIU6076	54270387E	18/03/2014	57970	191
MJS0092	55068975E	20/02/2014	51851	167
MKJ5786	55068352E	25/02/2014	52070	169
MKM8782	55068079E	21/02/2014	52070	169
MLJ6374	55068226E	07/02/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 869/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 869/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AVA1719	54206421D	09/01/2014	67000	230 * XVI
AVK4577	55068074E	21/02/2014	50450	162 * V
AVK4577	55068075E	21/02/2014	69120	232
AVK4577	55068077E	21/02/2014	65992	230 * V
HNZ7656	55068124E	07/03/2014	50100	162 * I
IKX6840	54270434E	10/02/2014	65992	230 * V
IPC1128	55068263E	27/02/2014	50450	162 * V
MCZ1686	54270970E	29/03/2014	50100	162 * I
MFK0003	54270514E	21/01/2014	65563	230 * I
MFK0003	54270513E	21/01/2014	66372	230 * IX
MFK0003	54270268E	21/01/2014	66372	230 * IX
MFK0003	54270267E	21/01/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 870/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 870/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABE9909	54270343E	16/02/2014	51851	167
AUX2886	55068069E	14/02/2014	72340	250 * I * a
IRU7148	55068754E	10/01/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 873/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 873/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGQ4684	55068844E	14/04/2014	50100	162 * I
BIN1433	55068823E	27/03/2014	65992	230 * V
MAN5967	55068826E	05/04/2014	65992	230 * V
MBB6873	55068828E	06/04/2014	65480	229
MEO0464	55068893E	23/02/2014	50610	163 c/c 162 * I
MEO0464	55068892E	23/02/2014	50100	162 * I
MGW8992	55068825E	05/04/2014	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 874/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 874/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IRM9664	54270390E	06/04/2014	54600	181 * IX
MMD9898	54270531E	17/03/2014	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 877/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 877/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICD5345	55068839E	11/04/2014	50100	162 * I
ICD5345	55068841E	11/04/2014	64080	221
MEH1791	54206427D	15/04/2014	66531	230 * XI
MEH1791	54206426D	15/04/2014	50100	162 * I
MEH1791	54206428D	15/04/2014	66372	230 * IX
MHJ0569	54270981E	19/04/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 878/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 878/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AGQ4684	55068842E	14/04/2014	58197	193
MKL0875	55068837E	08/04/2014	54521	181 * VIII
MKL0875	55068838E	08/04/2014	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 881/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 881/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MHU0197	55068989E	28/04/2014	50100	162 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 883/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 883/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXJ3530	54270666E	29/04/2014	65992	230 * V
LXJ3530	54270667E	29/04/2014	50371	162 * III
LXJ3530	54270668E	29/04/2014	67261	230 * XVIII
LXM7137	55068245E	23/04/2014	65561	230 * I
LXM7137	55068244E	23/04/2014	65992	230 * V
LXM7137	55068243E	23/04/2014	50100	162 * I
MFQ4174	55068850E	27/04/2014	50450	162 * V
MGO0200	55068997E	28/04/2014	50450	162 * V
MGO0200	55068996E	28/04/2014	65561	230 * I
MGO0200	55068995E	28/04/2014	65992	230 * V
MGO0230	54270987E	28/04/2014	65992	230 * V
MGO0230	54270988E	28/04/2014	50100	162 * I
MJE6650	55068274E	30/04/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 884/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 884/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDY4018 55068848E 22/04/2014 54523 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 887/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 887/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HLH7481	55068275E	30/04/2014	65992	230	* V
IML2657	55068375E	14/05/2014	65992	230	* V
MGJ6754	55068125E	29/04/2014	65992	230	* V
MGJ6754	55068127E	29/04/2014	65561	230	* I
MGJ6754	55068126E	29/04/2014	66102	230	* VII
MJB3672	55068279E	12/05/2014	66102	230	* VII
MKF4206	54270272E	04/05/2014	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 890/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 890/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HMP2650	55068381E	14/05/2014	50450	162 * V
HMP2650	55068383E	14/05/2014	69120	232
HMP2650	55068382E	14/05/2014	65992	230 * V
MHY8426	55068278E	12/05/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 893/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 893/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIM6735	54270535E	22/05/2014	65992	230 * V
MIM6735	54270534E	22/05/2014	50100	162 * I
MIZ1395	54270670E	06/05/2014	50100	162 * I
MLA0687	55068128E	29/04/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 894/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 894/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJE3160 54270664E 29/04/2014 54523 181 * VIII
OKX0696 54270990E 07/05/2014 55680 181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 897/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 897/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXU7731 54206429D 27/04/2014 65992 230 * V
LZY8284 54270400E 12/04/2014 51180 164 c/c 162 * I
MCE2274 54270271E 04/05/2014 50450 162 * V
MDP4862 54270674E 30/05/2014 50100 162 * I
MDP4862 54270675E 30/05/2014 65992 230 * V
MIH6632 54270542E 31/05/2014 65992 230 * V
MIH6632 54270541E 31/05/2014 50100 162 * I
MJC9708 54270673E 30/05/2014 50291 162 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 900/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 900/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZS3779	54270540E	28/05/2014	66531	230 * XI
LZS3779	54270539E	28/05/2014	65992	230 * V
LZY8284	54270398E	12/04/2014	50100	162 * I
LZY8284	54270397E	12/04/2014	65561	230 * I
MCE4921	55068371E	14/05/2014	50100	162 * I
MCE4921	55068372E	14/05/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 901/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 901/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MLD8115 54206430D 03/05/2014 54521 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 903/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 903/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

APC6839	54270548E	06/06/2014	50100	162	*	I
LZS7103	55068276E	12/05/2014	50100	162	*	I
MDP9567	55068368E	14/05/2014	65992	230	*	V
MDP9567	55068369E	14/05/2014	50450	162	*	V
MDP9567	55068370E	14/05/2014	69120	232		
MGD7067	54270996E	03/06/2014	65992	230	*	V
MGD7067	54270997E	03/06/2014	50100	162	*	I
MIM9029	54270679E	07/06/2014	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 904/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 904/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LZS7103	55068277E	12/05/2014	58350	195
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 905/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 905/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ATM0307	54270543E	01/06/2014	65480	229
MDS2156	54270998E	12/06/2014	50100	162 * I
MGZ1896	54270683E	08/06/2014	65480	229
MKF9347	54270537E	22/05/2014	50100	162 * I
MKF9347	54270536E	22/05/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 907/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 907/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDQ4678	55069000E	07/06/2014	50100	162 * I
IQA1708	55068280E	27/06/2014	51691	165
LYA1294	54270677E	31/05/2014	69120	232
LYA1294	54270676E	31/05/2014	51691	165
MFI8660	55069016E	04/07/2014	50100	162 * I
MFI8660	55069017E	04/07/2014	65992	230 * V
MFV8377	54270547E	06/06/2014	50100	162 * I
MGT4132	54206432D	30/06/2014	65992	230 * V
MIW5714	55069009E	26/06/2014	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 909/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 909/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKM6826	54270681E	07/06/2014	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 911/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 911/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFA3973	55069002E	26/06/2014	50100	162 * I
AFA3973	55069003E	26/06/2014	65992	230 * V
AGF0325	54270550E	12/06/2014	65992	230 * V
AGF0325	54270549E	12/06/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 913/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 913/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJI4344	55069011E	29/06/2014	65480	229
AKV2998	55069005E	26/06/2014	50100	162 * I
AKV2998	55069008E	26/06/2014	69120	232
LZC1978	54977291C	12/07/2014	65992	230 * V
LZC1978	54977292C	12/07/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 914/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 914/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ATM0307	54270999E	22/06/2014	66102	230 * VII
MCI5361	55069001E	25/06/2014	65564	230 * I
MEM9735	55069013E	02/07/2014	50100	162 * I
MEM9735	55069012E	02/07/2014	65992	230 * V
MHA4662	55069004E	26/06/2014	65992	230 * V
MIX1453	55068310E	23/07/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 915/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 915/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFS8107	55068390E	29/07/2014	57970	191
ATM0307	54271000E	22/06/2014	54790	181 * X
MLE0884	55068311E	23/07/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 918/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 918/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIH7464 55069007E 26/06/2014 66531 230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 919/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 919/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGC1930	55068133E	04/08/2014	50100	162	*	I
AGC1930	55068134E	04/08/2014	65992	230	*	V
APS6737	54207035D	07/08/2014	51180	164	c/c	162 * I
APS6737	54207034D	07/08/2014	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 920/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 920/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EGS6208	55068317E	15/08/2014	67000	230 * XVI
EGS6208	55068316E	15/08/2014	50450	162 * V
MAK6332	55069059E	30/07/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 921/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 921/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALZ9613	55069057E	29/07/2014	50100	162 * I
ALZ9613	55069058E	29/07/2014	65992	230 * V
ASC1747	54977299C	31/08/2014	50100	162 * I
IMV1883	54207028D	01/08/2014	65992	230 * V
LZJ8641	54270694E	15/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZJ8641	54270693E	15/09/2014	65992	230 * V
LZJ8641	54270692E	15/09/2014	50100	162 * I
MDK6445	55068457E	30/08/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 924/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 924/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEN2738	54977298C	26/08/2014	69120	232	
AGB8902	55069072E	06/09/2014	50100	162	* I
AGB8902	55069073E	06/09/2014	65992	230	* V
AVK5351	55068281E	28/08/2014	52741	175	
AVK5351	55068282E	28/08/2014	50100	162	* I
LYI6073	55069064E	16/08/2014	51691	165	
LYI6073	55069063E	16/08/2014	50100	162	* I
LYI6073	55069062E	16/08/2014	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 926/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 926/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCY8976	55069069E	25/08/2014	50100	162	* I
MCY8976	55069067E	25/08/2014	65992	230	* V
MHX1447	54207039D	15/09/2014	69120	232	
MJL6731	54207030D	01/08/2014	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 927/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 927/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCY8976	55069070E	25/08/2014	58350	195
MJU6029	55069102E	16/09/2014	55250	181 * XV
MJU6029	55069101E	16/09/2014	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 929/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 929/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCZ1762	55068402E	22/09/2014	64080	221
MCZ1762	54207050D	22/09/2014	66102	230 * VII
MCZ1762	55068403E	22/09/2014	50100	162 * I
MKJ2842	54207043D	22/09/2014	50100	162 * I
MKJ2842	54207044D	22/09/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 931/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 931/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DEH8464	55068451E	30/08/2014	65992	230 * V
MBA3804	55068455E	30/08/2014	65992	230 * V
MBE1262	55068405E	23/09/2014	50531	162 * VI
MIB5984	55068404E	23/09/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 932/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 932/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JEK7266	55068318E	20/08/2014	59670	203 * V
MFO3407	55069026E	28/08/2014	70561	244 * III
MHL2096	55068140E	22/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 933/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 933/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFP1623	55068293E	08/10/2014	51691	165
AFP1623	55068292E	08/10/2014	50100	162 * I
AMS2333	55068422E	25/09/2014	69120	232
CXW8523	54206445D	25/09/2014	65992	230 * V
IJO5105	55068327E	02/10/2014	66610	230 * XII
LKP4686	54206444D	25/09/2014	65992	230 * V
LXR0523	55068445E	30/09/2014	69120	232
MAG7857	55068426E	25/09/2014	65992	230 * V
MBZ9656	55069104E	25/09/2014	65992	230 * V
MDI3123	55069028E	27/09/2014	66531	230 * XI
MDI3123	55069029E	27/09/2014	50100	162 * I
MDO8473	55068392E	03/10/2014	50610	163 c/c 162 * I
MDO8473	55068393E	03/10/2014	65992	230 * V
MDO8473	55068391E	03/10/2014	50100	162 * I
MDV3177	55068418E	24/09/2014	50450	162 * V
MDV7494	55068149E	24/09/2014	65992	230 * V
MHK5048	54206435D	25/09/2014	50100	162 * I
MHK5048	54206436D	25/09/2014	65992	230 * V
MHN3242	55069066E	25/08/2014	65992	230 * V
MHZ7061	55068442E	30/09/2014	50100	162 * I
MKP7845	54206441D	25/09/2014	50100	162 * I
MKX5314	55068414E	24/09/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 934/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 934/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEF3988	55069036E	27/09/2014	55500	181 * XVIII
MGN4637	55068148E	24/09/2014	51851	167
MIR4423	55068417E	24/09/2014	51851	167
MJJ6317	55069032E	27/09/2014	55500	181 * XVIII
MKD7122	55068321E	17/09/2014	57970	191

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 936/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 936/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANG2634	55068398E	07/10/2014	52741	175
BIN1433	55068462E	13/10/2014	69120	232
MGD5781	55068467E	13/10/2014	50100	162 * I
MGD5781	55068468E	13/10/2014	65992	230 * V
MGM9896	55068464E	13/10/2014	50100	162 * I
MIG1856	55068470E	18/10/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8167 937/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8167 937/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANG2634	55068397E	07/10/2014	57970	191
ANG2634	55068400E	07/10/2014	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 939/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 939/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDI9449	55068413E	24/09/2014	65992	230 * V
MFU5732	54270697E	12/10/2014	51691	165
MIG1856	55068471E	18/10/2014	65992	230 * V
MLF6376	55069152E	19/09/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 940/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 940/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANG2634 55068399E 07/10/2014 57200 186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 942/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 942/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BIP9950 55068324E 23/09/2014 50100 162 * I
JPK7835 55069109E 01/11/2014 51691 165
MMD8981 55068427E 25/09/2014 65992 230 * V
MML1484 54206447D 25/09/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 943/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 943/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BQJ9855	55069033E	27/09/2014	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 944/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 944/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IOJ5741	54206443D	25/09/2014	65992	230 * V
LCQ9168	55068440E	30/09/2014	50100	162 * I
MAT6853	55068465E	13/10/2014	50100	162 * I
MAT6853	55068466E	13/10/2014	65992	230 * V
MHP4425	54206437D	25/09/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 945/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 945/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXO6417	54270696E	12/10/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 947/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 947/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWV4619	55069040E	09/11/2014	66372	230 * IX
LWV4619	55069039E	09/11/2014	65992	230 * V
MDB0920	55068487E	13/11/2014	65992	230 * V
MHX2104	55068553E	13/11/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 948/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 948/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWV4619 55069041E 09/11/2014 58350 195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8167 950/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 950/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJO6167 55068615E 27/11/2014 50371 162 * III
AJO6167 55068616E 27/11/2014 69120 232
EMR4982 55068482E 13/11/2014 69120 232
IEM5078 55068488E 13/11/2014 65992 230 * V
IHM6087 55069081E 27/11/2014 65992 230 * V
IQW9418 55068603E 13/11/2014 65992 230 * V

LYR9208	55069256E	18/11/2014	50450	162	* V
LYR9208	55069257E	18/11/2014	65992	230	* V
LYR9208	55069258E	18/11/2014	51691	165	
LYT9123	55068565E	27/11/2014	65992	230	* V
MBB5364	54270695E	04/10/2014	65992	230	* V
MCS3448	55068557E	13/11/2014	65992	230	* V
MDR3948	55068606E	13/11/2014	69120	232	
MDS5784	54206439D	25/09/2014	65992	230	* V
MEF9967	55068284E	03/10/2014	65992	230	* V
MEF9967	55068283E	03/10/2014	51691	165	
MEF9967	55068285E	03/10/2014	69120	232	
MEW0058	55068576E	28/11/2014	69120	232	
MI17590	55068612E	27/11/2014	65992	230	* V
MIZ2053	55068608E	13/11/2014	65992	230	* V
MJD6168	55068481E	13/11/2014	65992	230	* V
MJL0678	55068503E	09/11/2014	65992	230	* V
MJN5733	55068473E	13/11/2014	50100	162	* I
MJN5733	55068475E	13/11/2014	65992	230	* V
MLF5654	55068566E	27/11/2014	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 951/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 951/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASJ9510	55069252E	09/11/2014	54521	181 * VIII
BPE0203	55068474E	13/11/2014	57970	191
EUH4990	55069075E	15/11/2014	55413	181 * XVII
LYR9208	55069259E	18/11/2014	53710	180

MJL0678 55068504E 09/11/2014 70561 244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

SCHROEDER

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 607/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 607/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MCI0815	54533200E	06/11/2013	69120	232
MCP5925	54533854E	06/11/2013	67261	230 * XVIII
MCZ3287	54533818E	11/11/2013	66372	230 * IX
MFP6296	54533892E	02/12/2013	65992	230 * V
MIT0889	54533782E	06/11/2013	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 608/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 608/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DHC8846	54533041E	19/11/2013	65992	230 * V
LXH9135	54024622D	06/12/2013	65992	230 * V
MAN4595	54533887E	30/11/2013	65992	230 * V
MBW3975	54533799E	04/12/2013	67261	230 * XVIII
MEF2815	54533783E	12/11/2013	70302	244 * I
MEO0138	54533875E	19/11/2013	66372	230 * IX
MKX9918	54024621D	06/12/2013	65480	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 610/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 610/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAV4457	55615331D	20/11/2013	66102	230 * VII
ALD8297	55615336D	07/12/2013	50100	162 * I
ALD8297	55615337D	07/12/2013	50610	163 c/c 162 * I
AOI4709	54533896E	05/12/2013	73400	252 * IV
BUZ6555	54533883E	26/11/2013	66372	230 * IX
DYL5289	54533863E	12/11/2013	73400	252 * IV
IJW2716	55615388D	11/12/2013	66372	230 * IX
LWY7442	54533878E	25/11/2013	65992	230 * V
LXG1449	54533882E	25/11/2013	66102	230 * VII
LZS5373	54533626E	18/11/2013	65561	230 * I
LZV6529	54533865E	12/11/2013	67691	230 * XXII
MBU9961	54533900E	07/12/2013	50100	162 * I
MCC7573	54533960E	13/12/2013	69120	232
MCI7229	54533880E	25/11/2013	65561	230 * I
MCI7229	54533879E	25/11/2013	66372	230 * IX
MCI7229	54533881E	25/11/2013	73400	252 * IV
MCM3399	54533525E	07/12/2013	65992	230 * V
MDZ8713	54533959E	11/12/2013	67000	230 * XVI
MEA6537	54533871E	13/11/2013	64080	221
MEN6492	54533955E	09/12/2013	64080	221
MEO6432	54024633D	13/12/2013	67261	230 * XVIII
MER7107	54533953E	09/12/2013	67692	230 * XXII
MER7107	54533952E	09/12/2013	66372	230 * IX
MGF1324	54533958E	11/12/2013	73400	252 * IV
MGG4383	55614910D	02/12/2013	59670	203 * V
MJF9071	54533797E	02/12/2013	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 612/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 612/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HGO7226	54533634E	16/12/2013	66372	230 * IX
LXE3923	54024637D	15/12/2013	51691	165
LXK1774	54533965E	14/12/2013	67261	230 * XVIII
LXK1774	54533964E	14/12/2013	65992	230 * V
LXK1774	54533963E	14/12/2013	50100	162 * I
LYF4776	54024628D	13/12/2013	66372	230 * IX
LYF4776	54024627D	13/12/2013	67261	230 * XVIII
LYT8892	54533893E	02/12/2013	65561	230 * I
LZL3908	54533974E	18/12/2013	50100	162 * I
LZL3908	54533975E	18/12/2013	67692	230 * XXII
LZM5939	54024641D	17/12/2013	50371	162 * III
LZW0540	54533888E	30/11/2013	69120	232
MBO5927	54533966E	14/12/2013	69120	232
MGI8573	54024635D	15/12/2013	70302	244 * I
MHY2026	54533901E	17/12/2013	54523	181 * VIII
MLR4315	54024636D	15/12/2013	70302	244 * I
MMI1110	55614911D	18/12/2013	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 613/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 613/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFQ4174	55615389D	20/12/2013	50100	162 * I
MBN7648	54533988E	21/12/2013	69120	232
MBN7648	54533987E	21/12/2013	73400	252 * IV
MBN7648	54533986E	21/12/2013	51851	167
MBY8201	54533978E	20/12/2013	65992	230 * V
MBY8201	54533979E	20/12/2013	73400	252 * IV
MBY8201	54533981E	20/12/2013	66372	230 * IX
MCG3285	54533819E	18/12/2013	66372	230 * IX
MEV6306	54533954E	09/12/2013	66372	230 * IX
MFD8401	54533976E	20/12/2013	73400	252 * IV
MFW3382	54533977E	20/12/2013	73400	252 * IV
MHJ6307	54024619D	05/12/2013	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 616/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 616/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADS0624	54533111E	21/01/2014	65564	230 * I
AHS1350	55614914D	19/01/2014	65992	230 * V
AJG3618	54533639E	08/01/2014	51691	165
AJG3618	54533640E	08/01/2014	61733	215 * I * b
AUN5500	54533325E	24/01/2014	51930	168
BGS6776	54533973E	18/12/2013	51851	167
BJH8280	54533327E	24/01/2014	66372	230 * IX
BNP8840	54533089E	23/07/2013	67261	230 * XVIII

BNP8840	54533088E	23/07/2013	67000	230	*	XVI
CKJ5319	54533323E	24/01/2014	51930	168		
CKJ5319	54533322E	24/01/2014	73400	252	*	IV
DCM6908	54533575E	12/07/2013	67691	230	*	XXII
IFG8991	54533913E	17/01/2014	65561	230	*	I
LYT4592	54533527E	25/12/2013	51691	165		
MAI9592	54533303E	06/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MAI9592	54533302E	06/01/2014	50100	162	*	I
MAI9592	54533638E	06/01/2014	73400	252	*	IV
MAI9592	54533637E	06/01/2014	65992	230	*	V
MAL8580	55615341D	24/01/2014	69120	232		
MCB3203	54533631E	04/12/2013	69120	232		
MCO7809	54533301E	06/01/2014	65992	230	*	V
MDQ0070	54533208E	21/01/2014	65992	230	*	V
MEN5219	54533645E	13/01/2014	67691	230	*	XXII
MEN5219	54533644E	13/01/2014	70561	244	*	III
MEN5219	54533643E	13/01/2014	73400	252	*	IV
MEN5219	54533642E	13/01/2014	50100	162	*	I
MEN5219	54533641E	13/01/2014	65992	230	*	V
MEW8674	55615219D	10/07/2013	65992	230	*	V
MEW8674	55615221D	10/07/2013	66372	230	*	IX
MEY8849	54533914E	17/01/2014	65992	230	*	V
MFL6898	54533971E	14/12/2013	67691	230	*	XXII
MGH0245	55615338D	22/01/2014	50450	162	*	V
MGH0245	55615339D	22/01/2014	65561	230	*	I
MGX3098	54533045E	14/12/2013	69120	232		
MHT2327	54533324E	24/01/2014	69120	232		
MIG3684	54533905E	09/01/2014	66102	230	*	VII
MJR8452	54024646D	09/01/2014	51851	167		
MJR8452	54024647D	09/01/2014	51852	167		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 618/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 618/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CPJ9258	54533923E	22/01/2014	51851	167	
HEI7068	54533911E	15/01/2014	51851	167	
LXQ5771	54533115E	22/01/2014	66372	230	* IX
LYQ9194	54533338E	29/01/2014	66371	230	* IX
LYQ9194	54533337E	29/01/2014	73400	252	* IV
MAW1725	54533938E	03/02/2014	66371	230	* IX
MAW1725	54533937E	03/02/2014	66372	230	* IX
MAW1725	54533936E	03/02/2014	66102	230	* VII
MBH8805	54533256E	02/02/2014	54600	181	* IX
MIN4027	54533211E	25/01/2014	54521	181	* VIII
MIP7309	54533046E	20/12/2013	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 620/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 620/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CNR7594	54533932E	20/01/2014	54523	181	* VIII
MIB0041	54533917E	21/01/2014	65561	230	* I
MIL4138	54533252E	28/12/2013	65992	230	* V
MIL4138	54533251E	28/12/2013	70481	244	* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 622/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 622/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXT7996	54533949E	14/02/2014	66102	230 * VII
LXT7996	54533950E	14/02/2014	66372	230 * IX
MBX1110	54533941E	09/02/2014	66372	230 * IX
MBX1110	54533940E	09/02/2014	65992	230 * V
MBX1110	54533939E	09/02/2014	50450	162 * V
MCI7229	54533310E	07/01/2014	67000	230 * XVI
MJM5690	54533201E	03/01/2014	67261	230 * XVIII
MJM5690	54533750E	03/01/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 624/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 624/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LCX9563	54533945E	09/02/2014	55680	181 * XIX
LYU0315	54533825E	10/01/2014	69120	232
LYU0315	54533824E	10/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYU0315	54533823E	10/01/2014	50100	162 * I
MAF8068	54533215E	08/02/2014	66372	230 * IX
MAF8068	54533214E	08/02/2014	70561	244 * III
MAV7071	54533218E	09/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAV7071	54533216E	09/02/2014	50100	162 * I
MAY3111	54533206E	16/01/2014	69120	232
MCC8216	54533646E	22/01/2014	66102	230 * VII
MDP4478	55614912D	06/01/2014	60501	208
MFM6929	54533906E	15/01/2014	59401	203 * III
MHW1970	54024642D	07/01/2014	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 626/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 626/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJM5076	54533457E	17/02/2014	50450	162 * V
AKX1390	55615346D	19/02/2014	66102	230 * VII
ARV8192	54533401E	17/02/2014	67000	230 * XVI
ATU7770	54533910E	15/01/2014	51851	167
CIU4221	54533212E	07/02/2014	65992	230 * V
CWF0073	55615343D	27/01/2014	64080	221
CWF0073	55615342D	27/01/2014	73400	252 * IV
IBB7728	54533313E	07/01/2014	66102	230 * VII
IGV1873	55615344D	28/01/2014	67261	230 * XVIII
MAU9929	54024643D	08/01/2014	65561	230 * I
MAV4278	54533118E	25/02/2014	65992	230 * V
MAV4278	54533119E	25/02/2014	50450	162 * V
MCL1698	54533465E	22/02/2014	66372	230 * IX
MCO7866	54533116E	26/01/2014	50100	162 * I
MCZ9162	54533828E	20/02/2014	50292	162 * II
MCZ9162	54533829E	20/02/2014	51262	164 c/c 162 * II
MDH9563	54533935E	03/02/2014	65561	230 * I
MDN4921	54533636E	06/01/2014	69120	232
MDS6963	54533329E	28/01/2014	73400	252 * IV
MDS6963	54533328E	28/01/2014	66372	230 * IX
MDT5277	54533334E	29/01/2014	66372	230 * IX
MDT5277	54533333E	29/01/2014	66020	230 * VI
MDZ4488	54533353E	30/01/2014	50450	162 * V
MEC4882	54533120E	25/02/2014	69120	232
MEX8441	54533528E	07/01/2014	73400	252 * IV
MHA6536	54533453E	15/02/2014	51852	167
MJC9411	54533456E	15/02/2014	50450	162 * V
MJR1481	54533461E	17/02/2014	61220	214 * I
MLH1040	55615397D	19/02/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVOBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 628/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 628/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADW1402	54533258E	15/03/2014	67261	230 * XVIII
AHW4726	54533948E	10/02/2014	70302	244 * I
CGV9783	54533478E	08/03/2014	66372	230 * IX
CGV9783	54533479E	08/03/2014	69120	232
CGV9783	54533480E	08/03/2014	72340	250 * I * a
CGV9783	54533481E	08/03/2014	51691	165
DYG8415	54533348E	14/02/2014	66102	230 * VII
KOM6019	54533407E	06/03/2014	54523	181 * VIII
LYI2049	54533476E	07/03/2014	64080	221
LYW5168	54533474E	03/03/2014	66102	230 * VII
MAD3805	54533357E	08/03/2014	50100	162 * I
MAD3805	54533358E	08/03/2014	50610	163 c/c 162 * I
MBE6265	54533259E	15/03/2014	66372	230 * IX
MBJ9294	55615392D	26/01/2014	66372	230 * IX
MEC4882	54533406E	25/02/2014	67261	230 * XVIII
MEI7730	54533926E	22/01/2014	65561	230 * I
MEI7730	54533927E	22/01/2014	67261	230 * XVIII
MEV7708	54533410E	10/03/2014	50100	162 * I
MFY9235	54533254E	13/01/2014	65992	230 * V
MHF5287	54533534E	26/02/2014	70481	244 * II
MHN1274	54533354E	08/03/2014	67692	230 * XXII
MKX6213	55615400D	01/03/2014	52820	176 * I
MKX6213	55615399D	01/03/2014	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8192 630/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 630/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CRC2305	54533454E	15/02/2014	67000	230 * XVI
CRC2305	54533647E	15/02/2014	73400	252 * IV
LWR2567	54533455E	15/02/2014	66020	230 * VI
LYW5887	55615345D	18/02/2014	66372	230 * IX
MJV6909	54533326E	24/01/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8192 632/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 632/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADW1402	54533486E	15/03/2014	69120	232
---------	-----------	------------	-------	-----

LXA2835	54533918E	21/01/2014	65561	230	*	I
LZG6738	54533460E	17/02/2014	69120	232		
MAS9902	54533490E	15/03/2014	66372	230	*	IX
MAS9902	54533489E	15/03/2014	65992	230	*	V
MAS9902	54533488E	15/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MAS9902	54533487E	15/03/2014	50100	162	*	I
MBC6085	54533832E	25/03/2014	50100	162	*	I
MBC6085	54533833E	25/03/2014	66102	230	*	VII
MBC6085	54533834E	25/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MBC6085	54533835E	25/03/2014	58350	195		
MBN3259	54533414E	15/03/2014	54521	181	*	VIII
MCD1301	54533468E	23/02/2014	55250	181	*	XV
MDQ0070	54533493E	18/03/2014	67691	230	*	XXII
MDQ0070	54533492E	18/03/2014	66372	230	*	IX
MDZ9817	54533464E	22/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
MDZ9817	54533463E	22/02/2014	50100	162	*	I
MFI2303	54533471E	25/02/2014	73400	252	*	IV
MFI2303	54533470E	25/02/2014	69120	232		
MHR4419	54533350E	14/02/2014	66102	230	*	VII
MHR4419	54533220E	14/02/2014	66532	230	*	XI
MHZ6705	54533109E	10/01/2014	65992	230	*	V
MID7435	54533500E	26/03/2014	66372	230	*	IX
MID7435	54533499E	26/03/2014	70302	244	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 634/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 634/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento

DIQ8800	54533210E	21/01/2014	66102	230 * VII
MDQ5453	54533925E	22/01/2014	66020	230 * VI
MJD9948	54533113E	21/01/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 636/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 636/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAD1343	54533413E	14/03/2014	72340	250 * I * a
AAD1343	54533412E	14/03/2014	67261	230 * XVIII
AAD1343	54533411E	14/03/2014	65561	230 * I
ALG4465	55139756E	11/04/2014	66102	230 * VII
DXW2078	54533928E	23/01/2014	54523	181 * VIII
MAR7680	54533260E	29/03/2014	51691	165
MBE8106	54533482E	10/03/2014	66372	230 * IX
MBR1667	55139852E	06/04/2014	66371	230 * IX
MDI4216	54533426E	08/04/2014	67691	230 * XXII
MEB9837	54533415E	17/03/2014	65992	230 * V
MEB9837	54533416E	17/03/2014	50100	162 * I
MEB9837	54533417E	17/03/2014	66020	230 * VI
MEB9837	54533418E	17/03/2014	65561	230 * I
MEB9837	54533419E	17/03/2014	69120	232
MGG0036	55139754E	10/04/2014	53800	181 * I
MHV1973	54533421E	30/03/2014	53800	181 * I
MJJ7353	54533537E	31/03/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 637/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 637/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFG8112	54533122E	28/03/2014	65992	230 * V
LZE0929	54533444E	23/04/2014	66372	230 * IX
LZE0929	54533443E	23/04/2014	66371	230 * IX
LZE0929	54533441E	23/04/2014	67261	230 * XVIII
MFF2279	55139766E	23/04/2014	66372	230 * IX
MHO3108	55139857E	23/04/2014	52070	169
MHO3108	55139856E	23/04/2014	59241	203 * I
MIL4600	54533541E	14/04/2014	66372	230 * IX
MJB5009	55139855E	17/04/2014	66372	230 * IX
MJB5009	55139853E	17/04/2014	65992	230 * V
MLL3461	54533431E	18/04/2014	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 639/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 639/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFC5905	55139910E	01/05/2014	66372	230 * IX
AFC5905	55139909E	01/05/2014	67261	230 * XVIII
AIV5961	55139764E	19/04/2014	73400	252 * IV
LXX6880	54533427E	10/04/2014	54523	181 * VIII
LYQ4336	54533420E	30/03/2014	54100	181 * IV
MAE8071	55139782E	01/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAE8071	55139781E	01/05/2014	65992	230 * V
MAE8071	55139780E	01/05/2014	50100	162 * I
MAZ2792	54533227E	01/05/2014	51691	165
MBQ0534	55139908E	01/05/2014	51691	165
MBQ0534	55139906E	01/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBQ0534	55139905E	01/05/2014	70561	244 * III
MEV7708	54533545E	26/04/2014	51691	165
MEV7708	54533544E	26/04/2014	50100	162 * I
MFV2368	54533425E	08/04/2014	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 641/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 641/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZK7662	55139783E	01/05/2014	65992	230 * V
MDF0146	55139779E	27/04/2014	66372	230 * IX
MJQ5985	55139775E	27/04/2014	73400	252 * IV
MJQ5985	55139774E	27/04/2014	69120	232
MJQ5985	55139773E	27/04/2014	50450	162 * V
MJQ5985	55139772E	27/04/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 643/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 643/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHG0270	55139861E	03/05/2014	51691	165
AWC0136	55139759E	19/04/2014	73400	252 * IV
CFE9989	54533445E	23/04/2014	66371	230 * IX

LWW1490	55139919E	07/05/2014	54521	181	*	VIII
LYV4717	55139918E	02/05/2014	65480	229		
LZA1288	55139793E	05/05/2014	73400	252	*	IV
LZA1288	55139792E	05/05/2014	66372	230	*	IX
LZA1288	55139791E	05/05/2014	51180	164	c/c	162 * I
LZA1288	55139790E	05/05/2014	50100	162	*	I
LZA6473	55139801E	10/05/2014	50100	162	*	I
LZA6473	55139802E	10/05/2014	53200	176	*	V
LZA6473	55139803E	10/05/2014	64080	221		
LZK1791	55139926E	13/05/2014	67261	230	*	XVIII
LZK1791	55139929E	13/05/2014	66371	230	*	IX
LZK1791	55139928E	13/05/2014	66372	230	*	IX
LZK1791	55139927E	13/05/2014	66102	230	*	VII
MBC9543	55139920E	12/05/2014	67261	230	*	XVIII
MCA5571	54533440E	23/04/2014	66020	230	*	VI
MDA8979	54533438E	19/04/2014	50100	162	*	I
MDN7681	55139763E	19/04/2014	67261	230	*	XVIII
MDN7681	55139762E	19/04/2014	51930	168		
MDN7681	55139761E	19/04/2014	73400	252	*	IV
MDN7681	55139760E	19/04/2014	66372	230	*	IX
MDV1486	54533423E	08/04/2014	69120	232		
MDV1486	54533424E	08/04/2014	67691	230	*	XXII
MEE9773	55139765E	19/04/2014	70302	244	*	I
MEW7654	55139789E	05/05/2014	66531	230	*	XI
MEW7654	55139788E	05/05/2014	67261	230	*	XVIII
MEW7654	55139787E	05/05/2014	65992	230	*	V
MFP9027	55139757E	19/04/2014	50100	162	*	I
MFW8102	55139925E	12/05/2014	65992	230	*	V
MHG0602	55139758E	19/04/2014	50100	162	*	I
MHT6241	54533432E	18/04/2014	60501	208		
MJA3788	54533546E	07/05/2014	54600	181	*	IX
MJQ3433	55139924E	12/05/2014	67261	230	*	XVIII
MJQ3433	55139923E	12/05/2014	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 645/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 645/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACQ6679	55139914E	02/05/2014	73400	252 * IV
GPC1976	55139770E	24/04/2014	67691	230 * XXII
GPC1976	55139771E	24/04/2014	67261	230 * XVIII
MGG0937	54533542E	16/04/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 647/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 647/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HOU1548	55139903E	27/04/2014	67261	230 * XVIII
HOU1548	55139901E	27/04/2014	65992	230 * V
HOU1548	55139902E	27/04/2014	50100	162 * I
MHG3081	54533539E	06/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MHG3081	54533538E	06/04/2014	50100	162 * I
MIP7157	55139752E	03/04/2014	55760	182 * I
MIT0889	54533363E	28/03/2014	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 649/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 649/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FVD1972	54533841E	20/05/2014	66372	230 * IX
JND6016	54533371E	18/05/2014	51420	164 c/c 162 * V
JND6016	54533370E	18/05/2014	50450	162 * V
JPK4850	55140009E	27/05/2014	65992	230 * V
LXH1231	54533838E	20/05/2014	67261	230 * XVIII
LZE8344	55139798E	20/05/2014	65561	230 * I
MDL9930	55615348D	27/05/2014	50100	162 * I
MDL9930	55615349D	27/05/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 651/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 651/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFA6735 55140006E 24/05/2014 50450 162 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 653/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 653/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAZ6023	55140020E	03/06/2014	67261	230	* XVIII
ADC8857	54533270E	31/05/2014	51180	164	c/c 162 * I
ADC8857	54533269E	31/05/2014	50100	162	* I
ADC8857	54533268E	31/05/2014	51691	165	
ADN9890	55139960E	14/06/2014	51691	165	
ADN9890	55139958E	14/06/2014	50100	162	* I
ADN9890	55139959E	14/06/2014	51180	164	c/c 162 * I
KGX0817	54533271E	12/06/2014	54523	181	* VIII
MCS5492	55139953E	02/06/2014	66102	230	* VII
MCX9270	55140021E	07/06/2014	51691	165	
MCX9270	55140022E	07/06/2014	53040	176	* III
MJP4322	55139957E	06/06/2014	70721	244	* V
MJP4322	55139956E	06/06/2014	65992	230	* V
MJP4322	55139955E	06/06/2014	50100	162	* I
MKB9437	54533263E	31/05/2014	72340	250	* I * a
MKC3407	55139930E	13/05/2014	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 654/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 654/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AJP1391	55615350D	28/05/2014	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 656/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 656/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXR0225	54533550E	18/05/2014	51851	167
LXR0225	54533549E	18/05/2014	59670	203 * V
LZF9680	54533262E	24/05/2014	51851	167
MEX1552	55140002E	20/05/2014	69120	232
MFB3295	54533840E	20/05/2014	66372	230 * IX
MGA3420	54533842E	28/05/2014	66371	230 * IX
MIJ7864	55139863E	21/05/2014	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 658/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 658/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DMO2912	54533274E	05/07/2014	50100	162 * I
DMO2912	54533275E	05/07/2014	65992	230 * V
DMO2912	54533276E	05/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
DWM0859	54533238E	05/07/2014	66372	230 * IX
DWM0859	54533237E	05/07/2014	51691	165
ICK4832	55614918D	15/06/2014	51691	165
ICK4832	55614920D	15/06/2014	51770	166
ICK4832	55614919D	15/06/2014	67261	230 * XVIII
LYS0234	55139932E	04/07/2014	50100	162 * I
MBD3255	55614921D	26/06/2014	50100	162 * I
MBD3255	55614922D	26/06/2014	50610	163 c/c 162 * I
MDM3253	55139938E	08/07/2014	50450	162 * V
MDM3253	55139937E	08/07/2014	58350	195
MDM3253	55139936E	08/07/2014	72340	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8192 659/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 659/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LAP7279	55140011E	02/06/2014	69120	232
LAP7279	55140010E	02/06/2014	66372	230 * IX
LYY7343	55139864E	01/06/2014	51691	165
MEU3704	55140019E	02/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEU3704	55140018E	02/06/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 661/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 661/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DDL2821	54533250E	12/07/2014	67261	230 * XVIII
DDL2821	54533247E	12/07/2014	66372	230 * IX
DDL2821	54533249E	12/07/2014	67000	230 * XVI
DDL2821	54533248E	12/07/2014	65992	230 * V
LYE7664	55140259E	18/07/2014	51851	167
LYW5466	55140254E	17/07/2014	51851	167
MAZ6715	54533230E	31/05/2014	50100	162 * I
MAZ6715	54533231E	31/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBY8169	55140055E	13/07/2014	65992	230 * V
MDO1114	55140102E	12/07/2014	65992	230 * V
MDO2623	55140023E	15/07/2014	51851	167

MHM3720 55140253E 17/07/2014 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 662/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 662/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CYQ5173	54533272E	28/06/2014	51691	165
CYQ5173	54533273E	28/06/2014	60502	208
DCM6908	54533234E	04/07/2014	66102	230 * VII
MCM4569	55139934E	04/07/2014	66102	230 * VII
MCM4569	55139933E	04/07/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 664/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 664/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GVM2404	55139968E	24/06/2014	65561	230	*	I
GVM2404	55139967E	24/06/2014	66372	230	*	IX
GVM2404	55139966E	24/06/2014	65992	230	*	V
IER9954	55140262E	25/07/2014	51851	167		
LNZ1119	55140212E	05/08/2014	66700	230	*	XIII
LXV3318	55140064E	01/08/2014	67261	230	*	XVIII
LXV3318	55140063E	01/08/2014	66372	230	*	IX
MAR1163	55140062E	28/07/2014	67691	230	*	XXII
MAR1163	55140061E	28/07/2014	65992	230	*	V
MCO7866	54533278E	18/07/2014	50100	162	*	I
MEC9384	55140030E	23/07/2014	70561	244	*	III
MEC9384	55139950E	23/07/2014	67261	230	*	XVIII
MEC9929	55140035E	08/08/2014	66372	230	*	IX
MGP9617	55140207E	27/07/2014	50100	162	*	I
MGU2484	55139948E	20/07/2014	73662	252	*	VI
MJR0186	55139946E	16/07/2014	70302	244	*	I
MJS9447	54533282E	27/07/2014	51770	166		
MJS9447	54533281E	27/07/2014	51691	165		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 665/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 665/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMJ5332	55139799E	20/05/2014	65992	230 * V
APQ0954	55139942E	12/07/2014	65992	230 * V
KZP0583	55140219E	08/08/2014	65992	230 * V
LNS5015	54533279E	25/07/2014	65992	230 * V
MEB3447	55140054E	12/07/2014	66372	230 * IX
MFL6094	55140251E	12/07/2014	65992	230 * V
MHB0128	55140215E	08/08/2014	67000	230 * XVI
MHK6649	55140209E	04/08/2014	50450	162 * V
MHT0357	55139951E	28/05/2014	69120	232
MJB3919	55140029E	18/07/2014	51851	167
MLY6051	54533283E	10/08/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8192 667/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 667/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALM3900	55140272E	20/08/2014	69120	232
ARF8442	55140224E	16/08/2014	67261	230 * XVIII
LRT0082	55140304E	21/08/2014	65992	230 * V
LWV0714	55140081E	18/08/2014	66020	230 * VI
LXT7996	55140041E	20/08/2014	66371	230 * IX
MBR0562	55140229E	20/08/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 669/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 669/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJR6090	55140210E	05/08/2014	50450	162 * V
APC8552	55140211E	05/08/2014	65992	230 * V
BLT6528	55140226E	20/08/2014	51851	167
BLT6528	55140227E	20/08/2014	51852	167
HCI5407	54533850E	23/07/2014	50450	162 * V
LYM6183	55140060E	28/07/2014	65561	230 * I
LYM6183	55140059E	28/07/2014	66372	230 * IX
MAL5255	55140071E	01/08/2014	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 671/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 671/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEX9557	55139807E	10/08/2014	65992	230 * V
BKH0342	55140075E	01/08/2014	66700	230 * XIII
COE1290	55140310E	27/08/2014	66372	230 * IX
COE1290	55140309E	27/08/2014	65561	230 * I
COE1290	55140308E	27/08/2014	67000	230 * XVI
COE1290	55140307E	27/08/2014	69120	232
KRM6163	55140208E	04/08/2014	73662	252 * VI
LYA5218	54533372E	23/07/2014	69120	232
LYZ7426	55140085E	03/09/2014	66371	230 * IX
LYZ7426	55140287E	03/09/2014	66372	230 * IX
LYZ7426	55140286E	03/09/2014	65992	230 * V
LYZ7860	55140270E	08/08/2014	66372	230 * IX
MAL5255	55140070E	01/08/2014	67261	230 * XVIII
MAL5255	55140069E	01/08/2014	65992	230 * V
MCR9775	55140203E	23/07/2014	66372	230 * IX
MCR9775	55140202E	23/07/2014	66700	230 * XIII
MEN4082	55140047E	27/08/2014	67261	230 * XVIII
MEN4082	54533129E	27/08/2014	66372	230 * IX
MEN4082	54533128E	27/08/2014	66371	230 * IX
MGM2122	55140046E	26/08/2014	67261	230 * XVIII
MGM2122	55140045E	26/08/2014	65561	230 * I
MIK8267	55140301E	08/08/2014	66371	230 * IX
MLX7059	55140043E	26/08/2014	66372	230 * IX
MLX7059	55140354E	09/09/2014	67261	230 * XVIII
MXE2000	55140261E	01/08/2014	61490	214 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 672/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 672/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBE8766	55140288E	05/09/2014	65992	230 * V
MEF3380	55140217E	08/08/2014	65992	230 * V
MEP0814	55140284E	03/09/2014	65561	230 * I
MFW1342	55140039E	19/08/2014	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 674/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 674/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGC1188	55140318E	03/09/2014	67261	230 * XVIII
AGC1805	55140042E	21/08/2014	66372	230 * IX
KAX6751	55140320E	15/09/2014	67000	230 * XVI
LWY5099	55140273E	20/08/2014	65561	230 * I
MAW1725	55140079E	14/08/2014	67261	230 * XVIII
MAW1725	55140078E	14/08/2014	66372	230 * IX
MBJ9884	55140185E	16/09/2014	59670	203 * V
MCM8702	55140179E	14/09/2014	50450	162 * V
MCM8702	55140180E	14/09/2014	65992	230 * V
MCU6375	55140183E	11/09/2014	59670	203 * V
MFL3854	55140175E	13/09/2014	59670	203 * V
MIF0432	55140361E	11/09/2014	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 676/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 676/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUM5883	55140093E	16/09/2014	64080	221
AUM5883	55140092E	16/09/2014	69120	232
CNW8404	55140364E	19/09/2014	66372	230 * IX
IME0349	55140083E	03/09/2014	66102	230 * VII
LXW4544	55140230E	24/08/2014	65561	230 * I
MAQ5372	55140107E	18/09/2014	66372	230 * IX
MAR1163	55140322E	23/09/2014	67261	230 * XVIII
MCV0231	55140278E	26/08/2014	66372	230 * IX
MGE1815	54533284E	25/08/2014	65992	230 * V
MGG5516	55140095E	23/09/2014	50100	162 * I
MGG5516	55140096E	23/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MGG5516	55140097E	23/09/2014	65992	230 * V
MGG5516	55140098E	23/09/2014	67261	230 * XVIII
MGV8201	55140231E	24/08/2014	50100	162 * I
MGV8201	55140232E	24/08/2014	50610	163 c/c 162 * I
MHL8258	54533286E	18/09/2014	50450	162 * V
MLA5800	55140094E	19/09/2014	65561	230 * I
MMV9528	55140241E	28/08/2014	59401	203 * III
MMV9528	55140245E	28/08/2014	51691	165
MMV9528	55140247E	28/08/2014	50531	162 * VI
MMV9528	55140162E	28/08/2014	51262	164 c/c 162 * II
MMV9528	55140235E	28/08/2014	50292	162 * II
MMV9528	55140236E	28/08/2014	52151	170
MMV9528	55140237E	28/08/2014	52152	170
MMV9528	55140238E	28/08/2014	58350	195
MMV9528	55140239E	28/08/2014	59670	203 * V
MMV9528	55140242E	28/08/2014	63941	220 * XIV
MXI6163	54533285E	06/09/2014	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 678/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 678/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACH7026	55140351E	05/09/2014	69120	232
DAK8095	55140353E	05/09/2014	65992	230 * V
DAK8095	55140290E	05/09/2014	66290	230 * VIII
LZB5427	55140049E	03/09/2014	69120	232
MBC9125	55140048E	03/09/2014	69120	232
MJJ9676	55140283E	03/09/2014	65992	230 * V
MJQ3433	55140166E	06/09/2014	65992	230 * V
MJQ3433	55140165E	06/09/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8192 680/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 680/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOC1630	55140406E	05/10/2014	51691	165	
AOC1630	55140405E	05/10/2014	52741	175	
CCQ3514	54533290E	26/09/2014	54523	181	* VIII
CEE9335	55140360E	10/09/2014	65992	230	* V
DIA2941	55140366E	30/09/2014	50291	162	* II
DIA2941	55140367E	30/09/2014	67261	230	* XVIII
GZP3607	55140369E	06/10/2014	66372	230	* IX
MAF0785	55140190E	21/09/2014	73662	252	* VI
MHH9696	55140171E	09/09/2014	51852	167	
MHJ5527	55140457E	07/10/2014	69120	232	
MHN9518	55139810E	05/10/2014	51691	165	
MHN9518	55139809E	05/10/2014	66450	230	* X
MHN9518	55139808E	05/10/2014	58350	195	
MIN0804	55140362E	16/09/2014	67261	230	* XVIII
MIP3585	55140453E	30/09/2014	69120	232	
MJT8607	55140454E	01/10/2014	65992	230	* V
MKJ2511	55140194E	03/10/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 682/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 682/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABN6570	55140355E	10/09/2014	69120	232
HCI5407	55140321E	23/09/2014	66532	230 * XI
MCS3350	55140192E	22/09/2014	66102	230 * VII
MGU6876	55140363E	18/09/2014	65992	230 * V
MHM4885	55140470E	22/10/2014	65561	230 * I

MHM4885 55140471E 22/10/2014 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 684/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 684/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGN7554	55140463E	20/10/2014	66372	230 * IX
ASY4607	55140373E	07/10/2014	50450	162 * V
LXI5176	55140459E	14/10/2014	67261	230 * XVIII
LYX7029	55140197E	11/10/2014	65561	230 * I
LYX7029	55140198E	11/10/2014	73400	252 * IV
MBL7167	55140382E	21/10/2014	66372	230 * IX
MBL7167	55140381E	21/10/2014	50450	162 * V
MCJ7132	55140108E	19/10/2014	65992	230 * V
MDG7094	55140412E	14/10/2014	50450	162 * V
MDG7094	55140413E	14/10/2014	66372	230 * IX
MDG7094	55140414E	14/10/2014	65992	230 * V
MFE6873	55140376E	14/10/2014	67261	230 * XVIII
MFP2206	55140383E	22/10/2014	65992	230 * V
MFY7408	55140327E	16/10/2014	54521	181 * VIII
MKR5263	55140200E	15/10/2014	59670	203 * V
NFF8524	55140460E	15/10/2014	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 685/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 685/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BIO5542	55140418E	22/10/2014	64080	221
CTE3284	55140385E	28/10/2014	65561	230 * I
JEV5411	55140403E	01/10/2014	65992	230 * V
JQX9723	55140476E	24/10/2014	66372	230 * IX
LXQ8795	55140483E	01/11/2014	66372	230 * IX
LYH3086	55140512E	31/10/2014	66020	230 * VI
LYN4406	55140506E	24/10/2014	64080	221
LYV8133	55140416E	21/10/2014	50450	162 * V
LYV8133	55140417E	21/10/2014	66372	230 * IX
MBD3701	55140455E	06/10/2014	66531	230 * XI
MBD3701	55140370E	06/10/2014	67261	230 * XVIII
MBG9413	55140505E	23/10/2014	69120	232
MCD4086	55140503E	23/10/2014	65992	230 * V
MDD9288	55140325E	10/10/2014	60501	208
MDO0056	55140196E	04/10/2014	67261	230 * XVIII
MDO0056	55140195E	04/10/2014	69120	232
MDO0056	55140193E	04/10/2014	64080	221
MDR5063	55140465E	21/10/2014	66290	230 * VIII
MII4662	55140388E	31/10/2014	67261	230 * XVIII
MLV6416	55140473E	23/10/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 687/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 687/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MLO9413 55140407E 09/10/2014 60501 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 689/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 689/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EBX7912	54533291E	12/10/2014	69120	232
IFL9153	55140426E	06/11/2014	51851	167
IFL9153	55140425E	06/11/2014	51691	165
IOP4493	55140492E	12/11/2014	67261	230 * XVIII
LYB9652	55140513E	08/11/2014	66020	230 * VI
MAL7575	55140520E	12/11/2014	67261	230 * XVIII
MAW1725	55139868E	10/11/2014	51691	165
MBH5648	55140485E	03/11/2014	65992	230 * V
MBI5858	55140395E	06/11/2014	65992	230 * V
MCK5512	55140408E	11/10/2014	52741	175
MDE9567	55140391E	03/11/2014	69120	232
MDN4814	54533130E	23/10/2014	60501	208
MFD8401	55140519E	12/11/2014	69120	232
MFF3398	55140461E	20/10/2014	66372	230 * IX
MFY7408	55140393E	06/11/2014	67261	230 * XVIII
MGA9278	55140517E	12/11/2014	65992	230 * V
MGA9278	55140518E	12/11/2014	67261	230 * XVIII
MIU7106	55140377E	16/10/2014	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

SIDERÓPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 654/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 654/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BMC5757	55307665D	21/11/2013	69200	233
JMC2525	55307492D	21/11/2013	69200	233
LXN2474	55307882D	09/11/2013	50100	162 * I
LXN2474	55307883D	09/11/2013	65992	230 * V
LXN2474	55307884D	09/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
LZU1044	55307672D	21/11/2013	69200	233
MAH9600	55307487D	21/11/2013	69200	233
MDZ3249	55307669D	21/11/2013	69200	233
MHE5773	55307663D	21/11/2013	69200	233
MIW1819	55307880D	09/11/2013	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 655/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 655/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DED0526	55307885D	09/11/2013	50100	162 * I
DED0526	55307886D	09/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MEU0830	55307391D	06/11/2013	65992	230 * V
MEU0830	55307392D	06/11/2013	66102	230 * VII
MGK1419	55307901D	25/11/2013	65992	230 * V
MGK1419	55307902D	25/11/2013	70561	244 * III
MGK1419	55307903D	25/11/2013	66532	230 * XI

MJH6684 55307394D 06/11/2013 73400 252 * IV
MJH6684 55307393D 06/11/2013 66372 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 657/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 657/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOL0074	55307894D	15/12/2013	69120	232
BOL0074	55307400D	15/12/2013	50450	162 * V
LYO6163	55307909D	05/12/2013	53040	176 * III
LYO6163	55307907D	05/12/2013	65992	230 * V
MCG3576	55307388D	06/11/2013	65992	230 * V
MEE0148	55307891D	15/12/2013	66102	230 * VII
MEE0148	55307890D	15/12/2013	65992	230 * V
MFF4070	55307399D	15/12/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 658/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 658/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGP6502	55307629D	19/12/2013	69200	233
CCG8181	55307734D	21/12/2013	51691	165
CCG8181	55307956D	21/12/2013	50100	162 * I
KEH2096	55307628D	19/12/2013	69200	233
LZZ8245	55307626D	19/12/2013	69200	233
MAM8550	55307675D	21/11/2013	69200	233
MAY1409	55307677D	21/11/2013	69200	233
MDL5584	55307961D	24/12/2013	50100	162 * I
MDL5584	55307962D	24/12/2013	69120	232
MFD7625	55307954D	20/12/2013	64080	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 660/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 660/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BPN0911	55307958D	24/12/2013	50100	162 * I
BPN0911	55307959D	24/12/2013	69120	232
BPN0911	55307960D	24/12/2013	65992	230 * V
MFJ8987	55512261C	20/01/2014	73400	252 * IV
MI18978	55512262C	20/01/2014	65564	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 661/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 661/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKM6646	55307623D	19/12/2013	69200	233
BQJ9497	55307678D	08/01/2014	55411	181 * XVII
MFR7968	55307955D	21/12/2013	50450	162 * V

MFR7968 55307957D 21/12/2013 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 663/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 663/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ILM1063	55307736D	16/02/2014	50100	162 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 665/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 665/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDT3530 55307897D 05/01/2014 65992 230 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 667/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 667/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CIP9008	55307684D	19/01/2014	65992	230	* V
MAY0482	55512260C	20/01/2014	69120	232	
MAY0482	55512258C	20/01/2014	50100	162	* I
MAY0482	55512259C	21/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MEA7712	55307963D	20/02/2014	65992	230	* V
MFL5263	55512275C	18/02/2014	66371	230	* IX
MFL5263	55512274C	18/02/2014	66372	230	* IX
MFW8108	55512256C	20/01/2014	50100	162	* I
MFW8108	55512257C	20/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MF7692	55114351E	20/02/2014	69200	233	
MIM1548	55307685D	22/01/2014	50100	162	* I
MJL9682	55512267C	20/01/2014	52151	170	
MJL9682	55512269C	20/01/2014	70301	244	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 668/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 668/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CLY2635	55307630D	21/01/2014	60502	208
IEA3680	55307912D	28/01/2014	65992	230 * V
LXL2178	55512279C	24/02/2014	50100	162 * I
LXL2178	55512280C	24/02/2014	65992	230 * V
MEA7712	55307964D	20/02/2014	50100	162 * I
MEA7712	55307965D	20/02/2014	58350	195
MEA7712	55307966D	20/02/2014	66371	230 * IX
MET2704	55307896D	18/12/2013	55411	181 * XVII
MFB5009	55307619D	19/12/2013	69200	233
MGA4055	55512278C	24/02/2014	73662	252 * VI

MHJ2906	55512281C	03/03/2014	50100	162	*	I
MHJ2906	55512282C	03/03/2014	65992	230	*	V
MIK5385	55512283C	04/03/2014	50100	162	*	I
MIK5385	55512284C	04/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MKY2355	55512276C	24/02/2014	50100	162	*	I
MKY2355	55512277C	24/02/2014	50610	163	c/c	162 * I
MKZ1783	55512270C	31/01/2014	50100	162	*	I
MKZ1783	55512271C	31/01/2014	50610	163	c/c	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 669/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 669/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXG5936	55512273C	15/02/2014	66102	230 * VII
MAI4460	55307899D	05/01/2014	64080	221
MAI4460	55307900D	05/01/2014	50100	162 * I
MAI4460	55307898D	05/01/2014	65992	230 * V
MAV3606	55114357E	20/02/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 671/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 671/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBN6985	55114253E	15/03/2014	50100	162 * I
MBN6985	55114254E	15/03/2014	65992	230 * V
MCB8279	55114256E	16/03/2014	51691	165
MCB8279	55114255E	15/03/2014	50100	162 * I
MEQ2468	55114354E	20/02/2014	69200	233
MFR4541	55512290C	22/03/2014	52741	175
MFR4541	55512291C	22/03/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 673/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 673/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZF3286	55307681D	08/01/2014	69120	232
LZF3286	55307680D	08/01/2014	52741	175
LZF3286	55307679D	08/01/2014	70561	244 * III
MHF6806	55307739D	27/02/2014	50450	162 * V
MIK5385	55512285C	04/03/2014	52741	175
MJR7568	55307904D	27/11/2013	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 675/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 675/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DSD5776	55114360E	10/03/2014	55411	181 * XVII
---------	-----------	------------	-------	------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 676/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 676/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZR4021	55114258E	30/03/2014	50100	162 * I
LZR4021	55114259E	30/03/2014	65992	230 * V
MCB1829	55114358E	07/03/2014	50100	162 * I
MEA7845	55114359E	10/03/2014	55411	181 * XVII
MFY3796	55114273E	06/04/2014	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 678/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 678/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBJ7602	55512294C	05/04/2014	50100	162 * I
MBJ7602	55512295C	05/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCZ8941	55512296C	05/04/2014	50100	162 * I
MCZ8941	55512297C	05/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCZ8941	55512298C	05/04/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 680/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 680/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOW3914	55114276E	11/04/2014	65992	230 * V
LZV9592	55307743D	11/04/2014	66102	230 * VII
LZV9592	55307742D	11/04/2014	50100	162 * I
MCC4571	55114265E	05/04/2014	50100	162 * I
MCC4571	55114266E	05/04/2014	65992	230 * V
MCC4571	55114267E	05/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFZ4995	55114268E	05/04/2014	50100	162 * I
MFZ4995	55114270E	05/04/2014	65992	230 * V
MKD5899	55512292C	02/04/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 682/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 682/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOW3914	55114274E	11/04/2014	50450	162 * V
BOW3914	55114275E	11/04/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 683/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 683/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHP9616	55114364E	03/05/2014	55250	181 * XV
KRM5791	55114872E	11/05/2014	69120	232
KRM5791	55114871E	11/05/2014	50292	162 * II
LWS7406	55114863E	09/05/2014	69120	232
LWS7406	55114862E	09/05/2014	66372	230 * IX
LWS7406	55114861E	09/05/2014	66102	230 * VII
LXV4409	55307967D	26/04/2014	65992	230 * V
LXV4409	55307968D	26/04/2014	50100	162 * I
LXV4409	55307969D	26/04/2014	51691	165
LYW6949	55114362E	26/04/2014	50100	162 * I
LYW6949	55114363E	26/04/2014	51691	165
LZT9694	55114878E	14/05/2014	69120	232
LZT9694	55114877E	14/05/2014	51691	165
LZT9694	55114876E	14/05/2014	50450	162 * V
LZT9694	55114875E	14/05/2014	65992	230 * V
MEB3970	55114300E	05/05/2014	66372	230 * IX
MGZ2224	55114855E	02/05/2014	66372	230 * IX
MKY2355	55114280E	24/04/2014	58350	195
MKY2355	55114281E	24/04/2014	60920	212
MKY2355	55114282E	24/04/2014	50100	162 * I
MKY2355	55114283E	24/04/2014	50610	163 c/c 162 * I
MKY2355	55114284E	24/04/2014	52152	170
MKY2355	55114285E	24/04/2014	70561	244 * III
MLT3613	55114296E	26/04/2014	65991	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 685/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 685/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LBR2605	55114262E	30/03/2014	50100	162 * I
LBR2605	55114263E	30/03/2014	65992	230 * V
MDP4408	55114286E	29/04/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 687/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 687/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBE4815	55114879E	01/06/2014	50450	162 * V
MBE4815	55114880E	01/06/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 690/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 690/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ASU7035	55114298E	02/05/2014	50100	162 * I
CHV4257	55114287E	26/04/2014	67000	230 * XVI
ILY2980	55114870E	11/05/2014	52151	170
ILY2980	55114869E	11/05/2014	58350	195
ILY2980	55114866E	11/05/2014	69120	232
ILY2980	55114864E	11/05/2014	50100	162 * I
ILY2980	55307911D	11/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
LWZ6327	55114293E	26/04/2014	50100	162 * I
LWZ6327	55114294E	26/04/2014	69120	232

LXX0626	55114291E	26/04/2014	65992	230	*	V
MAM5459	55114292E	26/04/2014	50100	162	*	I
MBJ8393	55114859E	05/05/2014	66102	230	*	VII
MCM2802	55114289E	26/04/2014	65561	230	*	I
MCM2802	55114290E	26/04/2014	69120	232		
MHR7085	55114288E	26/04/2014	66102	230	*	VII
MLH5407	55114295E	26/04/2014	66531	230	*	XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 692/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 692/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BNG8968	55307747D	16/06/2014	67691	230 * XXII
BNG8968	55307745D	16/06/2014	50100	162 * I
BNG8968	55307746D	16/06/2014	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 694/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 694/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MMM2108	55114856E	02/05/2014	52152	170
MMM2108	55114857E	02/05/2014	62700	220 * II
MMM2108	55114858E	02/05/2014	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 697/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 697/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JPT2447	55307971D	06/06/2014	55500	181 * XVIII
MAO8044	55307744D	06/06/2014	55500	181 * XVIII
MBE1642	55307970D	06/06/2014	55500	181 * XVIII
MBZ8711	55307916D	04/06/2014	50100	162 * I
MBZ8711	55307917D	04/06/2014	65992	230 * V
MFI0094	55307914D	04/06/2014	50100	162 * I
MFI0094	55307915D	04/06/2014	69120	232
MFR4113	55307638D	05/06/2014	69200	233
MLF9477	55307634D	05/06/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 699/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 699/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHB4193	55307632D	05/06/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 702/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 702/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXJ0484	55307921D	18/07/2014	50100	162 * I
LXJ0484	55307922D	18/07/2014	65992	230 * V
LXJ0484	55307923D	18/07/2014	66102	230 * VII
LXJ0484	55307924D	18/07/2014	69120	232
MCK0319	55114895E	22/07/2014	65992	230 * V
MCK0319	55114896E	22/07/2014	50450	162 * V
MDB4299	55114888E	16/07/2014	50450	162 * V
MHY7829	55114897E	28/07/2014	65565	230 * I
MIE2459	55307920D	15/07/2014	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 705/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 705/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DQZ8996	55114889E	20/07/2014	51691	165
MCL1895	55114890E	22/07/2014	50100	162 * I
MCL1895	55114892E	22/07/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

Três Barras

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 632/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 632/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQM7638	55552085E	25/10/2014	51691	165
AQM7638	55552084E	25/10/2014	59670	203 * V
MGV8338	55552403E	24/10/2014	51691	165
MGV8338	55552402E	24/10/2014	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 633/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 633/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACG6420	55552127E	01/11/2014	50100	162 * I
ACV7144	55551992E	31/10/2014	50100	162 * I
ACV7144	55551993E	31/10/2014	65992	230 * V
ACV7144	55551994E	31/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
AGZ1449	55552552E	27/11/2014	50100	162 * I
ASR9255	55552551E	24/11/2014	51930	168
JWV0165	55552556E	30/11/2014	66371	230 * IX
JWV0165	55552555E	30/11/2014	65992	230 * V
MAB6900	55552501E	03/12/2014	65992	230 * V
MAB6900	55552502E	03/12/2014	50450	162 * V
MBU3422	54032775E	02/12/2014	65992	230 * V
MDL4054	55552554E	30/11/2014	65992	230 * V
MDL4054	55552553E	30/11/2014	50100	162 * I
MII7798	55552463E	22/11/2014	50100	162 * I

MII7798	55552464E	22/11/2014	51180	164	c/c	162	*	I
MII7798	55552465E	22/11/2014	69120	232				
MMU1625	55552087E	06/11/2014	51180	164	c/c	162	*	I
MMU1625	55552088E	06/11/2014	52820	176	*	I		
MMU1625	55552086E	06/11/2014	50100	162	*	I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Turvo

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 704/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 704/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGJ7227 54953082E 04/12/2013 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 705/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 705/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJK8865	55596378D	16/11/2013	66102	230 * VII
LYZ7585	55595500D	12/11/2013	65992	230 * V
LYZ7585	55595498D	12/11/2013	50100	162 * I
MBT9822	55596380D	16/11/2013	66102	230 * VII
MBZ0542	54953024E	17/11/2013	65992	230 * V
MBZ0542	54953025E	17/11/2013	50100	162 * I
MCO5288	54953069E	13/11/2013	50610	163 c/c 162 * I
MCO5288	54953068E	13/11/2013	50100	162 * I
MGP7228	54953101E	27/11/2013	65992	230 * V
MGP7228	54953102E	27/11/2013	66531	230 * XI
MGP7228	54953103E	27/11/2013	52741	175
MIN0818	54953071E	19/11/2013	73662	252 * VI
MKZ9756	55596384D	25/11/2013	51851	167
MLC7386	54953034E	23/11/2013	52152	170
MLC7386	54953035E	23/11/2013	57380	186 * II
MLC7386	54953036E	23/11/2013	58191	193
MLC7386	54953031E	23/11/2013	50100	162 * I
MLC7386	54953032E	23/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MLC7386	54953033E	23/11/2013	52151	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 707/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 707/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BOQ6991	54953083E	07/12/2013	50450	162	* V
LBK4813	54953050E	11/12/2013	65992	230	* V
LZB8642	55595044D	11/12/2013	65992	230	* V
MBH6681	55595781D	29/11/2013	52741	175	
MBH6681	55595783D	29/11/2013	52152	170	
MBH6681	55595782D	29/11/2013	70561	244	* III
MBH6681	55595780D	29/11/2013	58350	195	
MBK4215	54953081E	28/11/2013	51851	167	
MCO8693	54953044E	02/12/2013	50450	162	* V
MCO8693	54953043E	02/12/2013	65565	230	* I
MED0895	54953042E	02/12/2013	50100	162	* I
MGP1690	54953078E	28/11/2013	51930	168	
MJP2448	54953075E	25/11/2013	51851	167	
MOM2334	55596383D	25/11/2013	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 709/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 709/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXK1911	54953049E	05/12/2013	60760	210
LXK1911	54953048E	05/12/2013	58350	195
LXK1911	54953047E	05/12/2013	58197	193
LXK1911	54953046E	05/12/2013	52152	170
MEW4340	54953402E	17/12/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 711/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 711/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEQ9961	54953084E	07/12/2013	51851	167
AEQ9961	54953085E	07/12/2013	58192	193
AEQ9961	54953086E	07/12/2013	58350	195
KSU3582	54953045E	05/12/2013	65992	230 * V
MIG7059	55595787D	18/12/2013	65992	230 * V

MIG7059 55595785D 18/12/2013 69120 232
MIG7059 55595784D 18/12/2013 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 713/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 713/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CBP3036	54953087E	10/12/2013	51851	167
MKZ1486	54953106E	09/12/2013	51691	165
MKZ1486	54953107E	09/12/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 715/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 715/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJW5570	55596394D	14/12/2013	53200	176 * V
BES0291	55595049D	31/01/2014	57380	186 * II
LYL3559	55595045D	13/01/2014	65992	230 * V
MBW1055	54953357E	09/01/2014	73662	252 * VI
MDK6329	54953088E	13/12/2013	65992	230 * V
MEB5515	55596398D	19/12/2013	73662	252 * VI
MFL0396	54953405E	02/02/2014	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 716/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 716/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICC9401	55595790D	04/02/2014	69200	233
LZR1762	55596400D	22/12/2013	50960	163 c/c 162 * V
LZR1762	55596399D	22/12/2013	50450	162 * V
LZR1762	54953090E	22/12/2013	52152	170
LZR1762	54953091E	22/12/2013	58350	195
LZR1762	54953092E	22/12/2013	67261	230 * XVIII
MCC5095	54953201E	09/02/2014	65992	230 * V
MGJ9223	55595789D	04/02/2014	69200	233
MHH9760	54953411E	07/02/2014	50100	162 * I
MHH9760	54953410E	07/02/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 718/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 718/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DVX3517	54953354E	28/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
DVX3517	54953353E	28/12/2013	50100	162 * I
LZA3342	54953368E	08/02/2014	65992	230 * V
LZA3342	54953369E	08/02/2014	51930	168
LZA3342	54953370E	08/02/2014	64080	221
MKX2853	54953352E	28/12/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 720/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 720/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MYS8844	54953252E	17/02/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 722/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 722/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALE7203	54953359E	15/01/2014	73662	252 * VI
CBP3036	54953360E	21/01/2014	66102	230 * VII
CWK1561	55595048D	20/01/2014	60250	206 * IV
DLC4991	54953404E	01/02/2014	66102	230 * VII
MDS1972	54953367E	05/02/2014	70301	244 * I
MEZ6733	54953157E	05/02/2014	66372	230 * IX
MEZ6733	54953355E	06/01/2014	50100	162 * I
MEZ6733	54953356E	06/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFG0468	54953098E	27/01/2014	69200	233
MFL2182	54953094E	24/01/2014	69200	233
MFV1892	54953093E	24/01/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 723/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 723/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEJ6082	54953202E	09/02/2014	65992	230 * V
LYD1930	55595798D	03/03/2014	65992	230 * V
LYF2784	54953100E	08/02/2014	54010	181 * III
LYF2784	54953099E	08/02/2014	65992	230 * V
MCO6753	54953371E	08/02/2014	67692	230 * XXII
MDI9436	54953109E	07/02/2014	69200	233
MDZ5105	54953160E	07/03/2014	69200	233
MEZ6733	55595793D	13/02/2014	50960	163 c/c 162 * V
MEZ6733	55595794D	13/02/2014	65561	230 * I
MEZ6733	55595795D	13/02/2014	50450	162 * V
MHN3709	54953409E	07/02/2014	65992	230 * V
MHN3709	54953408E	07/02/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 725/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 725/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJP7776	54953375E	17/02/2014	52070	169

INN5507	54953159E	20/02/2014	69200	233
IOG5234	54953406E	04/02/2014	65992	230 * V
NSX6463	54953378E	20/02/2014	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 727/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 727/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAG0780	55595796D	19/02/2014	65992	230 * V
MHL3704	55596395D	19/12/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 731/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 731/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDS8117 54953259E 01/04/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 733/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 733/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KLP5073	54953162E	31/03/2014	69200	233
MCW7166	54953303E	24/03/2014	69120	232
MFG1602	54953161E	25/03/2014	69200	233
MIZ5201	54953309E	20/04/2014	65992	230 * V
MIZ5201	54953310E	20/04/2014	69800	239
MIZ5201	54953311E	20/04/2014	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 734/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 734/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDX3231	54953552E	01/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDX3231	54953551E	01/04/2014	50100	162 * I
MLA7197	54953260E	01/04/2014	66450	230 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 735/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 735/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CEX2888	55595431D	06/05/2014	65992	230 * V
LXJ2586	54953417E	05/05/2014	65992	230 * V
LXV8584	54953269E	28/04/2014	51851	167
MAY8690	55595429D	04/04/2014	69200	233
MDJ9759	54953268E	28/04/2014	51851	167
MIS1732	54953271E	04/05/2014	50100	162 * I
MIS1732	54953273E	04/05/2014	51691	165
MIS1732	54953272E	04/05/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 736/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 736/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJK8865	54953306E	05/04/2014	66102	230 * VII
BTB5000	54953386E	13/05/2014	50100	162 * I
BTB5000	54953387E	13/05/2014	50610	163 c/c 162 * I
BTB5000	54953388E	13/05/2014	65992	230 * V
BTB5000	54953389E	13/05/2014	64080	221
DCQ0244	55595430D	14/04/2014	69200	233
HRN4672	54953278E	16/05/2014	69200	233
LXV8584	54953270E	28/04/2014	73662	252 * VI
MBE1300	54953261E	07/04/2014	69200	233
MBQ5676	54953305E	02/04/2014	66532	230 * XI
MBQ5676	54953304E	02/04/2014	70301	244 * I
MCH4152	54953312E	26/04/2014	70301	244 * I
MCH4152	54953313E	26/04/2014	65561	230 * I
MED4958	54953419E	08/05/2014	50100	162 * I
MED4958	54953418E	08/05/2014	65992	230 * V
MEU6245	54953279E	16/05/2014	69200	233
MJX7198	54953266E	25/04/2014	73662	252 * VI
MLV1175	54953314E	26/04/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 737/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 737/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCC2450	54953415E	14/04/2014	65992	230 * V
MDF3102	54953432E	23/05/2014	62700	220 * II
MGB5246	55595081D	17/04/2014	50100	162 * I
MGB5246	55595082D	17/04/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 738/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 738/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CFF8488	54953379E	28/04/2014	51851	167
LXF0660	54953167E	06/05/2014	65992	230 * V
LZX1546	54953166E	06/05/2014	50450	162 * V
MBY8093	54953555E	03/05/2014	50100	162 * I
MBY8093	54953556E	03/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBY8093	54953557E	03/05/2014	65992	230 * V
MCB9327	54953422E	14/05/2014	65992	230 * V
MDX3881	54953416E	05/05/2014	65992	230 * V
MLK2842	54953267E	28/04/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 739/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 739/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBI9017	54953421E	14/05/2014	50100	162 * I
MIJ2791	54953383E	13/05/2014	51851	167
MJF2128	54953274E	13/05/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 742/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 742/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXM1926	54953434E	29/05/2014	65992	230 * V
LXM1926	54953436E	29/05/2014	50100	162 * I
LZT7725	54953704E	19/06/2014	50450	162 * V
MDJ1252	54953440E	01/06/2014	65992	230 * V
MIJ2501	54953439E	01/06/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 743/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 743/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICZ2501	54953170E	30/05/2014	50100	162 * I
ICZ2501	54953172E	30/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
ICZ2501	54953171E	30/05/2014	65992	230 * V
LWZ2035	54953175E	31/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
LWZ2035	54953173E	31/05/2014	65992	230 * V
LWZ2035	54953174E	31/05/2014	50100	162 * I
MCI1024	54953442E	01/06/2014	50100	162 * I

MCI1024	54953441E	01/06/2014	65992	230	* V
MFE0067	54953437E	01/06/2014	50100	162	* I
MFE0067	54953438E	01/06/2014	51180	164	c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 745/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 745/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CJM3203	54953176E	23/06/2014	65992	230 * V
CJM3203	54953177E	23/06/2014	50450	162 * V
IHZ5737	54953400E	11/06/2014	69120	232
LYP0652	54953111E	27/06/2014	69200	233
MAO4538	54953396E	05/06/2014	50610	163 c/c 162 * I
MAO4538	54953392E	05/06/2014	50100	162 * I
MAO4538	54953397E	05/06/2014	65992	230 * V
MCG0734	54953393E	31/05/2014	54523	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 746/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 746/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJW8611	54953701E	16/06/2014	65992	230 * V
GRO0765	54953705E	19/06/2014	66102	230 * VII
HSD5531	54953399E	11/06/2014	51851	167
IDB0623	54953706E	19/06/2014	66102	230 * VII
MHJ3511	54953710E	22/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
MHJ3511	54953709E	22/06/2014	50100	162 * I
MIE7653	54953450E	13/06/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 747/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 747/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADG3078	54953572E	26/06/2014	50100	162 * I
DRA7553	54953720E	01/07/2014	66102	230 * VII
MCE3378	54953182E	17/07/2014	50100	162 * I
MCE3378	54953181E	17/07/2014	65992	230 * V
MCE3378	54953183E	17/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MGK3361	54953715E	25/06/2014	69200	233
MIC2762	54953716E	25/06/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 749/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 749/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KMF9483	55595084D	25/07/2014	50100	162 * I
LXL8846	54953717E	29/06/2014	65992	230 * V
LXL8846	54953719E	29/06/2014	50960	163 c/c 162 * V
LXL8846	54953718E	29/06/2014	50450	162 * V

MDN1458 54953721E 04/07/2014 65992 230 * V
MDN1458 54953722E 04/07/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 751/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 751/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CYR0813	54953285E	16/07/2014	65992	230 * V
IAY9305	54953662E	06/08/2014	50960	163 c/c 162 * V
IAY9305	54953663E	06/08/2014	50450	162 * V
IAY9305	54953661E	06/08/2014	65992	230 * V
IMQ3401	54953280E	16/07/2014	51851	167
MCD7527	54953284E	16/07/2014	67692	230 * XXII
MCD7527	54953283E	16/07/2014	66102	230 * VII
MDL9004	54953184E	17/07/2014	65992	230 * V
MHR4133	54953282E	16/07/2014	69120	232
MJP7167	54953281E	16/07/2014	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 753/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 753/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJN5141	54953294E	19/07/2014	50100	162 * I
AJN5141	54953295E	19/07/2014	67691	230 * XXII
LXH8135	54953727E	19/07/2014	66102	230 * VII
MDO7654	54953652E	25/07/2014	50610	163 c/c 162 * I
MDO7654	54953651E	25/07/2014	50100	162 * I
MGR4446	54953290E	19/07/2014	66372	230 * IX
MGS2874	54953185E	20/07/2014	50450	162 * V
MLA7197	54953112E	20/07/2014	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 755/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 755/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGI4840	54953573E	02/08/2014	65992	230 * V
BGI4840	54953574E	02/08/2014	50450	162 * V
CAD1709	54953731E	23/08/2014	57380	186 * II
CAD1709	54953197E	23/08/2014	51691	165
CAD1709	54953198E	23/08/2014	50100	162 * I
CAD1709	54953199E	23/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
CAD1709	54953200E	23/08/2014	65992	230 * V
CAD1709	54953732E	23/08/2014	52152	170
CCR5055	54953673E	16/08/2014	65992	230 * V
DIO4412	54953113E	14/08/2014	69120	232
LXG7691	54953657E	31/07/2014	65992	230 * V
MBO6892	54953729E	01/08/2014	65992	230 * V
MFZ1685	54953655E	28/07/2014	50610	163 c/c 162 * I
MFZ1685	54953654E	28/07/2014	50100	162 * I
MHB0786	54953656E	28/07/2014	50450	162 * V
MIW3581	54953192E	17/08/2014	51691	165
MIW3581	54953190E	17/08/2014	65992	230 * V
MJN7655	54953298E	25/07/2014	50450	162 * V
MJN7655	54953297E	25/07/2014	65992	230 * V
MMK9264	54953318E	28/07/2014	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 757/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 757/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILX2032	54953660E	06/08/2014	64080	221
MJR0353	54953692E	27/08/2014	65992	230 * V
MJU2786	54953689E	27/08/2014	50100	162 * I
MJU2786	54953690E	27/08/2014	50610	163 c/c 162 * I
MJU2786	54953691E	27/08/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 758/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 758/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BVM5311	54953189E	16/08/2014	66372	230 * IX
LYO8895	54953658E	06/08/2014	65992	230 * V
MEI8443	54953659E	06/08/2014	50100	162 * I
MIA9404	54953670E	15/08/2014	65992	230 * V
MJV4657	54953902E	01/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 760/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 760/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJX7996	55596468D	05/09/2014	50450	162 * V
AJX7996	55596469D	05/09/2014	50960	163 c/c 162 * V
AJX7996	55596470D	05/09/2014	65992	230 * V
CLE1563	54953674E	18/08/2014	65992	230 * V
IHZ5737	54953194E	22/08/2014	50450	162 * V
IHZ5737	54953193E	22/08/2014	50960	163 c/c 162 * V
IJX4780	54953668E	12/08/2014	57380	186 * II
MGD8957	54953684E	24/08/2014	50100	162 * I
MGD8957	54953685E	24/08/2014	50610	163 c/c 162 * I
MGD8957	54953686E	24/08/2014	64080	221
MGD8957	54953687E	24/08/2014	69120	232
MLT3402	54953195E	23/08/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 762/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 762/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ATI5502	54953504E	16/09/2014	51851	167
DKX8558	54953908E	15/09/2014	51851	167
DKX8558	54953604E	15/09/2014	65992	230 * V
MAS8568	54953611E	19/09/2014	58350	195
MAS8568	54953610E	19/09/2014	51851	167
MFZ9780	54953851E	13/09/2014	51851	167
MGE5829	54953695E	27/08/2014	64080	221
MGE5829	54953693E	27/08/2014	50100	162 * I
MGE5829	54953694E	27/08/2014	50610	163 c/c 162 * I
MJU2786	54953756E	17/09/2014	50100	162 * I
MJU2786	54953757E	17/09/2014	50610	163 c/c 162 * I
MKJ9536	54953451E	27/08/2014	55414	181 * XVII
MKK7646	54953699E	30/08/2014	65992	230 * V
MLT3402	54953196E	23/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
QHC6635	54953697E	30/08/2014	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 764/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 764/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AZZ4000	54953698E	30/08/2014	65992	230 * V
IIF5767	55596467D	05/09/2014	50881	163 c/c 162 * III
IIF5767	55596466D	05/09/2014	50371	162 * III
MAR0654	54953187E	11/08/2014	65992	230 * V
MDF0132	54953951E	06/09/2014	65992	230 * V
MLH2003	54953905E	01/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 768/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 768/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVX7886	55596479D	21/09/2014	65992	230 * V
DMX5058	54953452E	08/09/2014	51851	167
IMU2524	54953912E	18/09/2014	51851	167
LXA3676	55596474D	17/09/2014	66700	230 * XIII
MBD6832	55596490D	11/10/2014	50610	163 c/c 162 * I
MBD6832	55596489D	11/10/2014	50100	162 * I
MCV1734	55596473D	17/09/2014	50100	162 * I
MDS3298	55596471D	17/09/2014	69120	232
MEO2482	54953804E	18/09/2014	50100	162 * I
MFJ5544	55596476D	17/09/2014	50610	163 c/c 162 * I
MFJ5544	55596475D	17/09/2014	50100	162 * I
MFJ5544	55596477D	17/09/2014	65992	230 * V
MHA6167	55596486D	08/10/2014	50100	162 * I
MHA6167	55596485D	08/10/2014	65992	230 * V
MJY2894	54953803E	09/09/2014	55414	181 * XVII
MLC8020	54953460E	09/10/2014	55411	181 * XVII
MLF1841	54953505E	19/09/2014	55411	181 * XVII
MLI6558	54953503E	16/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 770/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 770/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DFY2845	55595434D	27/09/2014	65992	230 * V
MHL3704	54953759E	25/09/2014	51851	167
MHR7459	55596497D	20/10/2014	50100	162 * I
MHR7459	55596498D	20/10/2014	50610	163 c/c 162 * I
MIF2327	55596494D	14/10/2014	50450	162 * V
MIF2327	55596493D	14/10/2014	65992	230 * V
MJK6376	54953758E	25/09/2014	51851	167
MKW4793	54953456E	25/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 772/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 772/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BTI9260	54953954E	03/10/2014	69120	232
BTI9260	54953953E	03/10/2014	50450	162 * V
IHZ5737	55596483D	02/10/2014	50450	162 * V
IHZ5737	55596484D	02/10/2014	50960	163 c/c 162 * V
IOC9935	54953760E	01/10/2014	58350	195
LZW6595	54953955E	04/10/2014	50450	162 * V
LZW6595	54953956E	04/10/2014	65992	230 * V
MIO3263	54953114E	01/10/2014	65992	230 * V
MKN6430	54953614E	02/10/2014	51851	167
QHB2295	54953459E	01/10/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 774/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 774/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYT3027	54953115E	28/10/2014	65992	230 * V
MCF0997	54953737E	04/11/2014	65992	230 * V
MGI3903	55596492D	11/10/2014	50450	162 * V
MGI3903	55596491D	11/10/2014	65992	230 * V
MKC0084	55596488D	11/10/2014	50100	162 * I
MKC0084	55596487D	11/10/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

UNIÃO DO OESTE**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 163/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 163/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IMH2341	54447567D	08/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
IMH2341	54447566D	08/12/2013	50100	162 * I
JWS1572	54447565D	08/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
JWS1572	54447564D	08/12/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 164/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 164/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJK8745 54447504D 16/12/2013 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8182 165/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 165/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LIC2312 54447572D 08/02/2014 50610 163 c/c 162 * I
LIC2312 54447571D 08/02/2014 50100 162 * I
LIC2312 54447574D 08/02/2014 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 169/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 169/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYF2867	54447618D	13/04/2014	69120	232
LZK3697	54447585D	09/03/2014	50100	162 * I
LZK3697	54447587D	09/03/2014	65992	230 * V
LZK3697	54447586D	09/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MIR2430	54447606D	24/03/2014	65992	230 * V
MIR2430	54447605D	24/03/2014	50100	162 * I
MKG8957	54447583D	21/02/2014	50100	162 * I
MKG8957	54447584D	21/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MKV9438	54447588D	25/03/2014	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 171/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 171/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DKN2156	54447601D	21/03/2014	50450	162 * V
LZU8280	54447508D	02/03/2014	53470	178
MBS7722	54447604D	21/03/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 173/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 173/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GWV1832	54447621D	03/05/2014	50100	162 * I
GWV1832	54447622D	03/05/2014	65992	230 * V
KPE4585	54447620D	21/04/2014	55250	181 * XV
MFM2274	54447609D	06/04/2014	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 175/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 175/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JWS1572	54447617D	13/04/2014	52070	169
JWS1572	54447616D	13/04/2014	58350	195
JWS1572	54447615D	13/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
JWS1572	54447614D	13/04/2014	50100	162 * I
MKC9784	54447613D	13/04/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 177/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 177/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHI7528 54447591D 15/05/2014 53710 180

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 179/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 179/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZU5302	54447594D	28/05/2014	65992	230 * V
MDO2206	54447627D	20/05/2014	66531	230 * XI
MDO2206	54447626D	20/05/2014	70304	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 180/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 180/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYZ1457	54447598D	11/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYZ1457	54447597D	11/07/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 181/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 181/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIZ0871 54447633D 09/06/2014 52070 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 182/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 182/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJG0701 54447653D 19/07/2014 54522 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 183/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 183/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCD7934	54447637D	30/07/2014	57200	186 * I
MDE5063	54447638D	10/08/2014	52070	169
MDR2089	54447656D	25/07/2014	65992	230 * V
MDR2089	54447655D	25/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDR2089	54447654D	25/07/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 184/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 184/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFT2472 54447639D 15/08/2014 50100 162 * I
MFT2472 54447640D 15/08/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 186/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 186/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAM5156 54447649D 07/09/2014 50100 162 * I
AAM5156 54447650D 07/09/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 187/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 187/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANL9031 54447648D 07/09/2014 50100 162 * I
MHY7040 54447647D 07/09/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 188/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 188/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASG3270	54447673D	12/10/2014	69120	232
ASG3270	54447672D	12/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
ASG3270	54447671D	12/10/2014	50100	162 * I
KFG7417	54447670D	12/10/2014	57200	186 * I
KFG7417	54447668D	12/10/2014	58350	195
KFG7417	54447667D	12/10/2014	65992	230 * V
KFG7417	54447666D	12/10/2014	52741	175
MFF9107	54447701D	11/09/2014	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 189/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 189/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIZ9758 54447665D 24/09/2014 51691 165
MIZ9758 54447664D 24/09/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 190/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 190/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICX6500 54447706D 31/10/2014 65992 230 * V
ICX6500 54447708D 31/10/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

XAXIM

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1200/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1200/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEC9553	55731545E	05/10/2014	51851	167
MJD4812	55732652E	10/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

NADIR CHIODI
DIRETOR DE TRANSITO E RODOV